UNIARQ
WAPS

estudos &
memórias 9

Terra e Água
Escolher sementes, invocar a Deusa

ESTUDOS EM HOMENAGEM A VICTOR S. GONÇALVES

Ana Catarina Sousa · António Carvalho · Catarina Viegas (eds.)

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Terra e Água
Escolher sementes, invocar a Deusa

ESTUDOS EM HOMENAGEM A VICTOR S. GONÇALVES

UNIARQ
WAPS

Terra e Água
Escolher sementes, invocar a Deusa

ESTUDOS EM HOMENAGEM A VICTOR S. GONÇALVES

Ana Catarina Sousa
António Carvalho
Catarina Viegas
(eds.)

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS)
Direcção e orientação gráfica: Victor S. Gonçalves

9.
SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. estudos & memórias 9. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 624 p.

Capa: desenho geral e fotos de Victor S. Gonçalves.
Face: representação sobre cerâmica da Deusa com Olhos de Sol, reunindo, o que é muito raro, todos os atributos da face – sobrancelhas, Olhos de Sol, nariz com representação das narinas, «tatuagens» faciais, boca e queixo. Sala n.º 1, Pedrógão do Alentejo, meados do 3.º milénio. Altura real: 66,81 mm.
Verso: Cegonhas, no Pinhal da Poupa, perto da entrada para o Barrocal das Freiras, Montemor-o-Novo (para além de várias metáforas, uma pequena homenagem a Tim Burton...).

Paginação e Artes finais: TVM designers
Impressão: AGIR, Produções Gráficas
300 exemplares + 100 com capa dura, numerados.

Brochado: ISBN: 978-989-99146-2-9 / Depósito Legal: 409 414/16
Capa dura: ISBN: 978-989-99146-3-6 / Depósito Legal: 409 415/16

Copyright ©, 2016, os autores.
Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização do(s) autor(es), nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes. Em powerpoints de carácter científico (e não comercial) a reprodução de imagens ou texto é permitida, com a condição de a origem e autoria do texto ou imagem ser expressamente indicada no diapositivo onde é feita a reprodução.

Lisboa, 2016.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Volumes anteriores de esta série:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Estudos e Memórias, 1. Lisboa: Uniarch/INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. Estudos e Memórias, 2. Lisboa: CAH/Uniarch/ INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Estudos e Memórias 4. Lisboa: UNIARQ. 488 p.

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

ARRUDA, A. M. ed., (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, Estudos e memórias 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Estudos e memórias 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 11
ANA CATARINA SOUSA
ANTÓNIO CARVALHO
CATARINA VIEGAS

VICTOR S. GONÇALVES E A FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA 15
PAULO FARMHOUSE ALBERTO

TEXTOS EM HOMENAGEM

Da Serra da Neve a Ponta Negra em busca do Munhino I 21
ANA PAULA TAVARES

Reconstruir a paisagem 27
ANTÓNIO ALFARROBA

O «ciclo de Cascais». Victor S. Gonçalves e a arqueologia cascalense 33
ANTÓNIO CARVALHO

Os altares dos «primeiros povoadores da Lusitânia»: visões do Megalitismo ocidental 45
CARLOS FABIÃO

Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação 69
JOÃO LUÍS CARDOSO

Optimismo, pessimismo e «mínimo vital» em arqueologia pré-histórica, seguido de foco em terras de (Mon)Xaraz 81
LUÍS RAPOSO

O Neolítico Antigo de Vale da Mata (Cambelas, Torres Vedras) 97
JOÃO ZILHÃO

No caminho das pedras: o povoado «megalítico» das Murteiras (Évora) 113
MANUEL CALADO

As placas votivas da «Anta Grande» da Ordem (Maranhão, Avis): um marco na historiografia do estudo das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular 125
MARCO ANTÓNIO ANDRADE

O Menir do Patalou – Nisa. Entre contextos e cronologias 149
JORGE DE OLIVEIRA

Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano 167
LEONOR ROCHA

Os produtos ideológicos «oculados» do Terceiro milénio a.n.e de Alcalar (Algarve, Portugal) 179
ELENA MORÁN

Gestos do simbólico II – Recipientes fragmentados em conexão nos povoados do 4.º/ 3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo) 189
RUI MATALOTO · CATARINA COSTEIRA

Megalitismo e Metalurgia. Os *Tholoi* do Centro e Sul de Portugal 209
ANA CATARINA SOUSA

A comunicação sobre o 3.º Milénio a.n.e. nos museus do Algarve 243
RUI PARREIRA

Informação intelectual – Informação genética – Sobre questões da tipologia e o método tipológico 257
MICHAEL KUNST

Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do *tholos* de Agualva 293
RUI BOAVENTURA · ANA MARIA SILVA · MARIA TERESA FERREIRA

El Campaniforme Tardío en el Valle del Guadalquivir: una interpretación sin cerrar 309
J. C. MARTÍN DE LA CRUZ · J. M. GARRIDO ANGUITA

Innovación y tradición en la Prehistoria Reciente del Sudeste de la Península Ibérica y la Alta Andalucía (c. 5500-2000 Cal a.C.) 317
FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ · JUAN ANTONIO CÁMARA SERANO
JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO · LILIANA SPANEDDA

A Evolução da Metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português 341
ANTÓNIO M. MONGE SOARES · PEDRO VALÉRIO

Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social 359
JOAQUINA SOARES · CARLOS TAVARES DA SILVA

Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa 387
ELISA DE SOUSA

À *vol d'oiseau*. Pássaros, passarinhos e passarocos na Idade do Ferro do Sul de Portugal 403
ANA MARGARIDA ARRUDA

Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira 425
AMILCAR GUERRA

O sítio romano da Comenda: novos dados da campanha de 1977 439
CATARINA VIEGAS

A Torre de Hércules e as emissões monetárias de D. Fernando I de Portugal na Corunha 467
RUI M. S. CENTENO

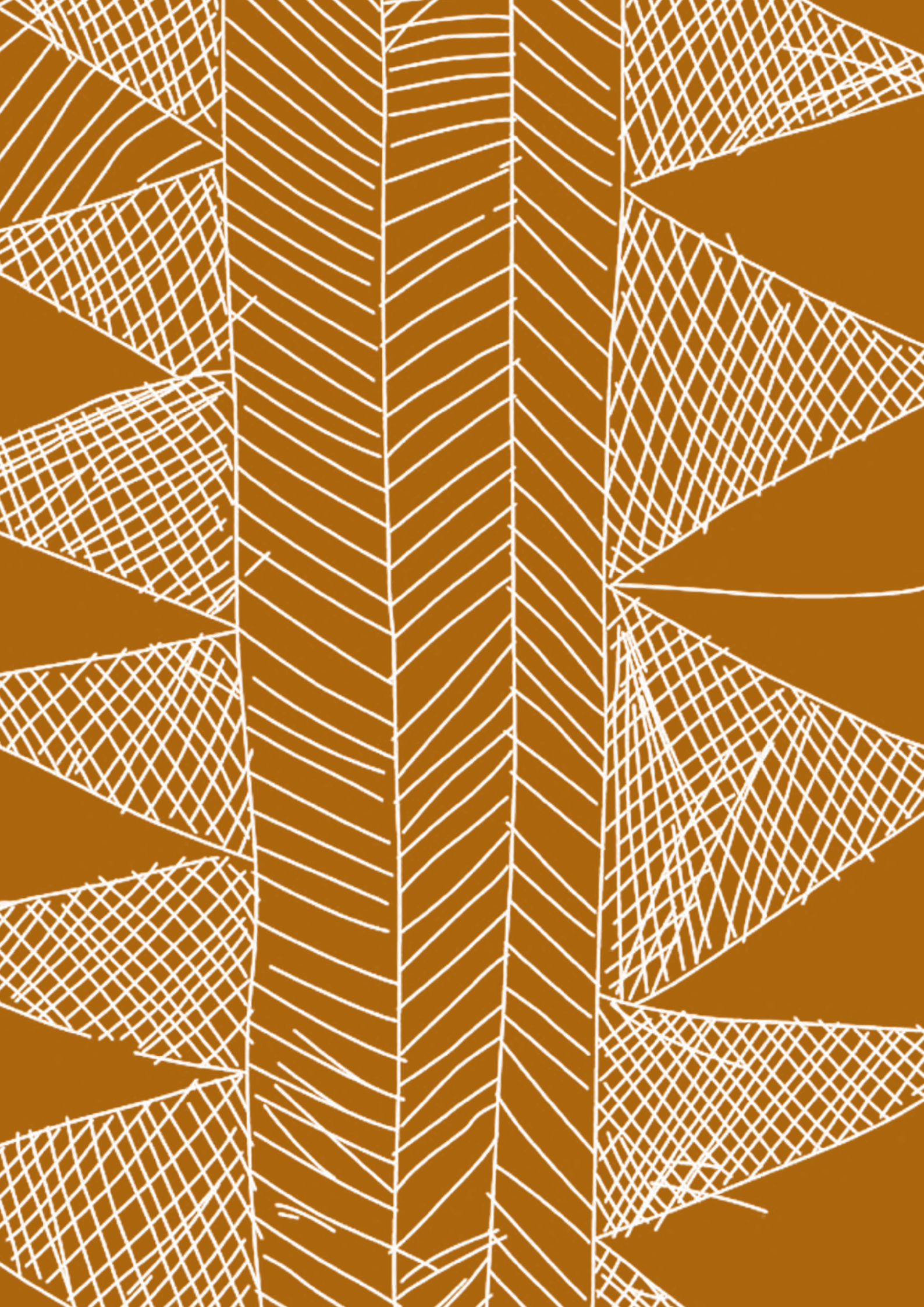
Paletas Egípcias Pré-Dinásticas em Portugal 481
LUÍS MANUEL DE ARAÚJO

À MANEIRA DE UM *CURRICULUM VITAE*, SEGUIDO POR UM ENSAIO DE FOTOBIOGRAFIA 489

Victor S. Gonçalves (1946-). À maneira de um *curriculum vitæ* 491
Legendas e curtos textos a propósito das imagens do Album 549
Fotobiografia 558

LIVRO DE CUMPRIMENTOS 619

ÚLTIMA PÁGINA 623



APRESENTAÇÃO

ESTE VOLUME CONSTITUI UM TRIBUTO merecido a Victor S. Gonçalves por ocasião da sua jubilação, marco na carreira académica e, também, na História da Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa. Mas este é um livro incompleto, pois naturalmente a produção científica do homenageado irá prosseguir a bom ritmo e também porque seria muito difícil abarcar todas as facetas da sua vida e obra.

As «obras completas» teriam necessariamente de referir uma extensa *playlist*, que abrangesse a vasta discoteca de jazz, música clássica ou até folk (quase 10 000 discos), que o autor acumulou desde os seus tempos de Faculdade. Temos muitos ecos de música em várias passagens e epígrafes da sua obra, existindo mesmo livros (*STAM 3, A Anta 3 da Herdade de Santa Margarida* ou a monografia sobre Poço Velho) cuja parte central está organizada em andamentos ou se refere a músicas e, mesmo, canções...

Seria também necessário incluir um roteiro literário que acompanhasse a obra de Victor S. Gonçalves, com autores tão diversos como Homero, Virgílio, Eça de Queiroz, Lewis Carroll, Boris Vian, Italo Calvino, Camilo José Cela, Frank Herbert, John le Carré, Ray Bradbury, Philip K. Dick, Philip Jose Farmer, Dan Simmons, os irmãos Grimm, Vasquéz Montalban, Eduardo Mendoza... As escolhas dos excertos e dos autores constituem uma marca de autor e são efectivamente parte da sua narrativa científica.

Para compreendê-lo melhor, seria também necessário incluir uma extensa pinacoteca com técnicas e estilos muito distintos. Da banda desenhada de Calvin and Hobbes, Moëbius, e tantos outros, sobretudo franceses e italianos, à pintura de Júlio Pomar, Costa Pinheiro, Menez e Eduardo Luís, à escultura de Cutileiro. E sempre a fotografia, particularmente a de alta resolução, que usou pela primeira vez em Arqueologia, em Portugal.

O cinema é uma presença contínua na sua vida. Bergman (*O 7.º Selo* é das obras que mais marcou a sua infância), Tim Burton, Patrice Chéreau, Francis Ford Coppola, Carl Th. Dreyer, Clint Eastwood, Sergei Eisenstein, Abel Ferrara, Jim Jarmush, Stanley Kubrick, Akira Kurosawa, David Lynch, Kenji Mizoguchi, Friederich Murnau, Yasujiro Ozu, Pier Paolo Pasolini, Jacques Rivette, Eric Rohmer, Martin Scorsese, Béla Tarr, Dziga Vertov... Mas perde-se por um bom filme de terror ou de ficção científica ou por séries como Futurama. Tudo sempre acompanhado por uma taça de chá.

Na obra do autor, existem ainda ecos de outras artes mais sensoriais, tais como os cachimbos, aos quais dedicou vários artigos, ou mesmo os vinhos e os maltes. Algumas colecções pessoais estão também presentes na sua produção bibliográfica: os mochos e os *walking sticks*.

Estes, e muitos outros interesses não arqueológicos, sobre os quais disserta de forma erudita, informada e com a maior convicção colocam-no, perante as assistências, no grupo dos absolutos especialistas nos temas.

Tudo isso, e muito mais, está reflectido vivamente na obra que, no entanto, se concentrou numa temática bem definida: o estudo das Antigas Sociedades Camponesas no Centro e Sul de Portugal. Apesar de ter começado com o romano da Comenda (que é aqui evocado em estudo específico), os rumos das suas pesquisas foram sempre direccionados para o chamado «Neolítico e Calcolítico», conceitos periodizantes que desde cedo evitou. Neste âmbito, desenvolveu uma teia de linhas de investigação que cobrem diversos âmbitos do estudo do 4.º e 3.º milénios: as estratégias de povoamento, os Megalitismos(s), o simbólico. Nas páginas da sua escrita, precisa, clara e elegante, tornam-se simples conceitos muito complexos, garantindo a acessibilidade de estas temáticas, inclusivamente a público não especializado.

Victor S. Gonçalves, investigador e professor, refere sempre o papel dos seus professores, embora se considere, com desgosto, um «autodidacta» na Arqueologia e na Pré-História nacional. Segue, de alguma forma, a escola francesa de Leroi Gourhan e Jean Guilaine. Durante muito tempo, lia atentamente os *Annales*, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Na sua obra encontram-se ecos da influência de alguns professores de História como Jorge Borges de Macedo, Oliveira Marques ou Joaquim Veríssimo Serrão e também de Geografia, como Orlando Ribeiro, Jorge Dias e Jorge Gaspar. Teve uma grande amizade com Joaquim Barradas de Carvalho, que, com ele, participou na direcção do Centro de História.

Entre a Pré-História francesa, a História, a Geografia e a Literatura, Victor S. Gonçalves constrói uma Arqueologia que assume a importância fundamental do território e dos dados arqueográficos. A solidez do edifício é bem patente na intemporalidade de muitas das suas propostas interpretativas, como a teoria «do enxameamento», a «transição entre o 4.º e o 3.º milénio a.n.e.», a normalização de palavras e conceitos, a criação de esquemas descritivos por categorias até então ignoradas ou minimizadas, independentemente das tendências da «moda», às quais permaneceu sempre indiferente.

Como professor e director dos estudos de Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa, marcou a formação de muitas dezenas de arqueólogos, historiadores, musicólogos, professores, técnicos e dirigentes da administração pública. Colaboram neste volume doze desses antigos alunos, muitos dos quais prosseguiram carreiras noutros âmbitos temáticos e cronológicos. Victor S. Gonçalves criou uma verdadeira «escola da UNIARQ», reconhecida internacionalmente, com alunos, colegas e amigos que partilham interesses científicos comuns e mantém similares posicionamentos perante a investigação arqueológica: a importância das fontes da História da Arqueologia e dos estudos arqueográficos, o papel do território nas problemáticas arqueológicas, a importância da cartografia, a comunicação com públicos não especializados e diversos níveis etários.

Para além de docente e orientador de pesquisas, consubstanciadas ou não em teses, Victor S. Gonçalves construiu minuciosamente o ensino de Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa ao nível de planos curriculares e da selecção de docentes, enquanto isso foi possível, formando a actual equipa. Dirigiu com inteligência, criatividade e visão os cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento de Arqueologia na Faculdade de Letras, desenhando os seus planos curriculares desde 1974. Leccionou em Universidades desde 1970, primeiro na Universidade de Luanda, Cursos de Letras de Sá da Bandeira, e a partir de 1973 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os projectos de investigação desenvolvidos revelam a importância do tempo longo e das paisagens, estruturando-se em grandes ciclos de pesquisa referidos várias vezes neste volume: o ciclo de Setúbal, África, Maciço Calcário, Algarve, Reguengos de Monsaraz, Cascais e Coruche.

O percurso não é linear, com paragens e regressos como sucedeu em Cascais e actualmente em Coruche. Recentemente iniciou um novo projecto em Montemor-o-Novo e mantém as pesquisas em Coruche e em Setúbal (Arrábida).

Entre grandes campanhas arqueológicas de referência, sete anos no Cerro do Castelo de Santa Justa e outros tantos na Anta 2 do Olival da Pega, cinco no Cabeço do Pé da Erra, e extensos volumes editados, Victor S. Gonçalves concebeu, construiu e dirigiu o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. A UNIARQ é hoje uma referência para a investigação nacional e ibérica, especialmente centrada num espectro cronológico desde a génese das primeiras ocupações humanas até ao dealbar do «Reino de Portugal». A excelência dos seus investigadores integrados e dos jovens doutorandos e a relevância dos títulos publicados constitui a principal evidência da qualidade científica da UNIARQ, independentemente das métricas mais recentes. Catalães, espanhóis, brasileiros, italianos e franceses têm procurado e integrado, por vezes, a UNIARQ.

O presente livro organiza-se em quatro grandes partes. Colaboram nesta obra 37 autores: colegas e investigadores da UNIARQ e da Faculdade de Letras de Lisboa, antigos alunos, investigadores ibéricos de outras Universidades, amigos.

A primeira parte, *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*, integra 27 artigos, iniciando-se por três textos em testemunho. A segunda parte, *À maneira de um Curriculum Vitae, seguido por um ensaio de fotobiografia*, foi directamente organizada com Victor S. Gonçalves na qual estão vivamente representadas várias facetas da sua vida, sempre com a presença de Ana Margarida Arruda, também autora deste volume, e dos filhos – António, João e Constança.

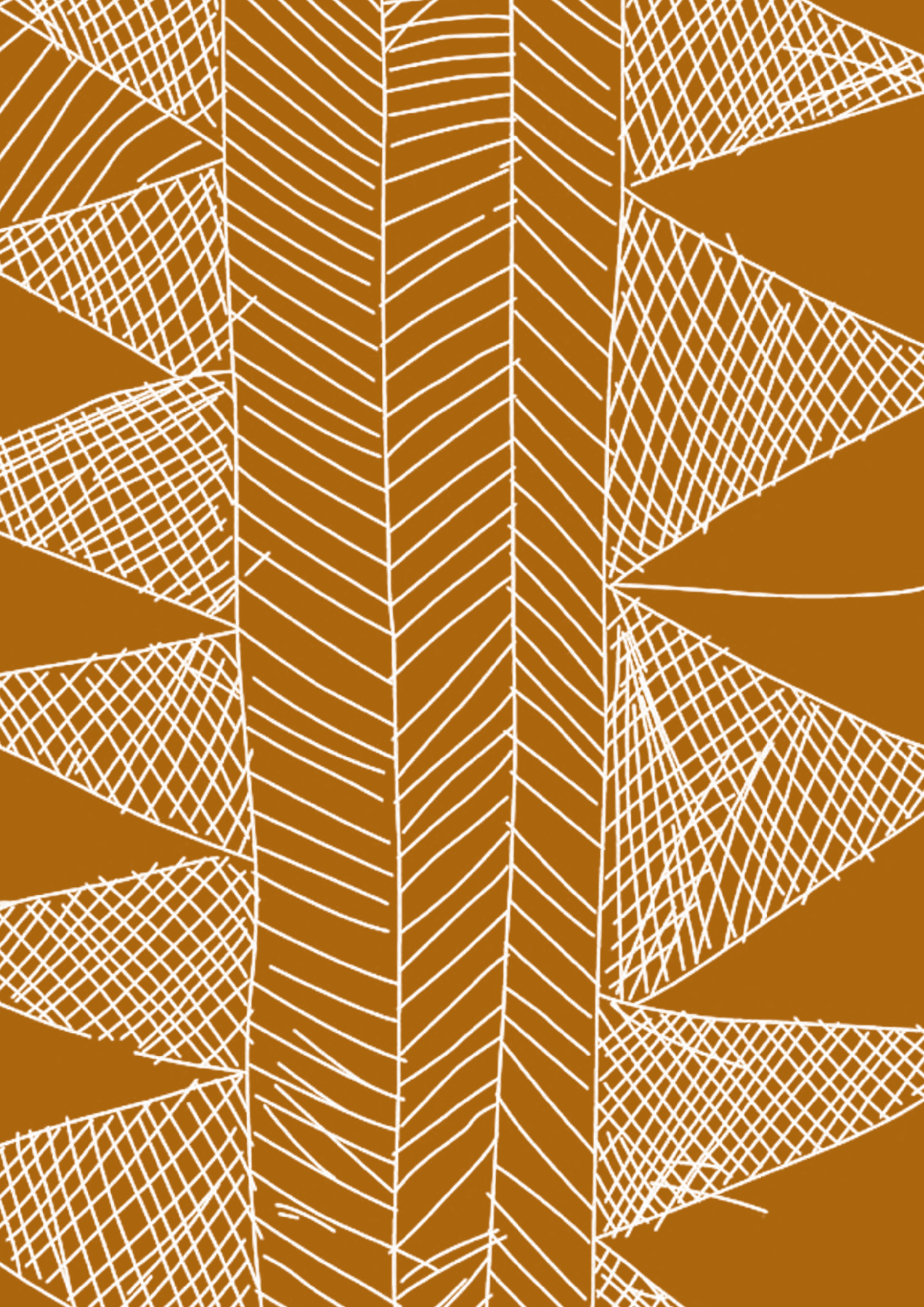
Finalmente, não sendo possível integrar todos os possíveis contributos, organizou-se um *Livro de Cumprimentos*, que tradicionalmente se designaria por *Tabula Gratulatoria*, expressão que o autor detesta, e que por isso não usámos. Nesta lista participam cerca de 130 personalidades de diversas instituições e países.

A utilização de metáforas a partir da terminologia técnica do Megalitismo, e não só, é uma marca do estilo literário de Victor S. Gonçalves. Assim não é de estranhar que, muitas vezes, se refira, e também em público, a Ana Margarida Arruda como um «esteio». Da sua vida. Desde a década de 70 do século XX, que os vemos juntos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na investigação e na docência. Sempre juntos numa vida intensa e partilhada. O que afirmamos pretende explicitar o óbvio. É assim, de modo voluntário diga-se, uma «ausência», sempre presente, junto dos editores. Ao contrário do que se sucede neste livro, onde é, consequência desse caminho palmilhado em conjunto com o homenageado, uma presença absolutamente indelével.

Como não poderia deixar de ser, o investigador que este livro pretende homenagear teve uma palavra a dizer no que se refere à sua componente gráfica, nomeadamente, no desenho da capa, nas opções e obviamente na última parte (*À maneira de um Curriculum Vitae*...). Como seria possível de outra maneira?

Os 52 anos de produção científica e uma carreira académica universitária de 44 anos merecem ser evocados e comemorados. Esperamos que o presente livro assuma o principal significado de jubilação (júbilo): «Encher-se de júbilo ou de grande alegria», por uma carreira que marca a Arqueologia Portuguesa.

Os editores
ANA CATARINA SOUSA
ANTÓNIO CARVALHO
CATARINA VIEGAS



VICTOR S. GONÇALVES E A FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

EM TODAS AS GRANDES INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS há sempre aqueles professores que as marcam. Não se trata de serem docentes exemplares, de serem académicos reconhecidos pelo seu saber erudito e pelos resultados da sua investigação, de serem tidos como mestres. Têm algo mais difícil de definir, que passa por tudo isto, mas que extravasa em muito a figura do venerável professor universitário. Distinguem-se, acima de tudo, pelo papel de liderança que desempenham ao longo das suas carreiras e pela personalidade forte, quantas vezes polémica, mas sempre escutada e consultada. E há sempre neles algo ainda mais difícil de descrever: a paixão. A paixão pelo objecto de estudo e a forma como comunicam essa paixão aos discípulos e pares.

Um destes casos na Faculdade de Letras é, sem dúvida, o Professor Victor Gonçalves. Sempre o vi como um professor respeitado, de imenso saber e experiência, empreendedor, sempre atarefado com novos projectos e novas ideias. E vi a paixão com que fala de assuntos da sua disciplina científica e de todos aqueles mínimos pormenores que humanizam o saber académico, só ao alcance de quem domina por completo o assunto de que fala.

O seu trajecto na Faculdade de Letras já vai longo. Entrou na Faculdade de Letras no ano lectivo 1963-1964, matriculando-se no curso de História, tendo obtido as mais altas classificações. Na Faculdade da época encontrou grandes mestres (Borges de Macedo, Veríssimo Serrão, Mário Chicó, Scarlat Lambrino, D. Fernando de Almeida, Jorge Dias, Lindley Cintra, Oliveira Marques, Orlando Ribeiro, Viegas Guerreiro, entre outros). Após dois anos como assistente na Universidade de Luanda, começa a leccionar na Faculdade de Letras em 1973. Os seus trabalhos de investigação iniciam-se cedo, e são várias dezenas os sítios arqueológicos que escavou ao longo da sua carreira, quer dirigindo os trabalhos, quer colaborando. Em geral, dedicou-se a um território que abarca as penínsulas de Lisboa e Setúbal, o Alentejo e o Algarve. Dirigiu projectos de investigação, organizou inúmeras exposições, proferiu um sem-número de conferências, participou em ainda mais congressos e reuniões da especialidade, pertence a diversas sociedades científicas. São mais de duas centenas os textos que publicou a apresentar os resultados da sua investigação. Dedicou também parte da sua vida académica à gestão pedagógica e administrativa da Faculdade. São diversos os cargos que desempenhou – e assinalo ter sido Presidente do Conselho Directivo da Faculdade no Verão de 1974 – e as comissões de que fez parte. Desenhou *curricula* académicos e fundou novas disciplinas. O seu contributo para as metodologias do ensino da arqueologia em Portugal é também digno de nota.

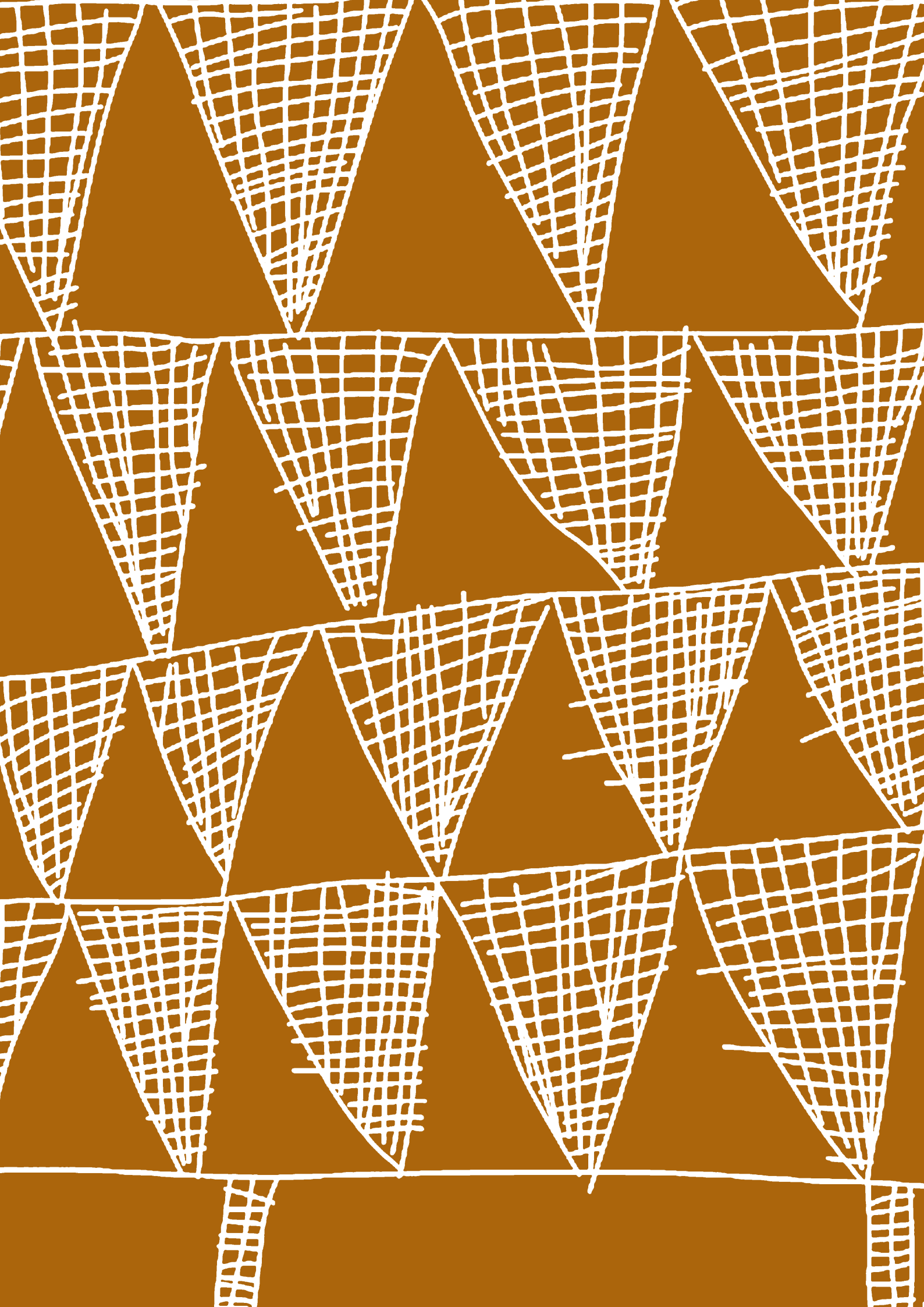
Deixa um Centro de Investigação pujante. É o Centro de Investigação do domínio da Arqueologia mais bem classificado em Portugal. E sobretudo é um centro dotado de inúmeros grupos de investigação, que se ocupam de épocas e contextos diversos, todos reconhecidos internacionalmente. Os seus trabalhos e publicações são do patamar da excelência científica. A sua capacidade de atrair projectos, parcerias, doutorandos e investigadores, muitas vezes vindos do estrangeiro, diz bem do nível superior que o centro, na sua pluralidade de grupos de investigação, atingiu. Podemos dizer que, no panorama da arqueologia mundial, a UNIARQ desempenha o papel de parceiro natural em Portugal. E isto é obra de quem a dirigiu durante largos anos.

Com o correr dos anos da sua longa carreira, Victor Gonçalves foi adquirindo a *grauitas* dos grandes mestres. Mas nele, *grauitas* nunca se confundiu com uma visão parada no tempo. Pelo contrário, nunca deixou de cultivar as novas tecnologias e as novas ideias. Basta ver sua paixão pelos mais recentes instrumentos informáticos, câmaras fotográficas, microscópios, estações totais. A isto soma-se uma obsessiva procura da perfeição, por exemplo, nas reproduções de objectos arqueológicos com que ilustra a abundante bibliografia produzida pelo Centro de Arqueologia e os materiais de divulgação científica.

Tive ocasião de visitar alguns dos seus trabalhos de campo na sua companhia. O que mais me fascinou foi não só o à-vontade e a paixão com que falava dos assuntos arqueológicos e das implicações históricas da escavação em concreto, fruto de uma longa experiência e imenso saber, mas a forma como tudo à volta, o território, as pessoas, os proprietários do terreno, os melhores restaurantes da zona, a paisagem deslumbrante, fazia sentido. Todos os aspectos faziam parte da paixão de conhecer melhor o que se estuda, explorando-se uma continuidade daquele espaço desde o 3.º milénio até aos nossos dias.

Tudo isto aprendi a conhecer em Victor Gonçalves. É um dos nossos mestres, dinâmico, apaixonado pela sua disciplina, um *vir honestus* no sentido da Roma republicana, dotado, qualidade pouco comum nos nossos tempos, de *fides*. A Faculdade de Letras deve-lhe muito pelo que construiu no domínio da Arqueologia. Será, estou certo, uma dessas figuras de que se falarão durante décadas, como alguém que marcou indelevelmente a Arqueologia na Faculdade de Letras e a própria Faculdade de Letras.

PAULO FARMHOUSE ALBERTO
Director da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa



TEXTOS EM HOMENAGEM

DA SERRA DA NEVE A PONTA NEGRA EM BUSCA DO MUNHINO I

ANA PAULA TAVARES[1]

OU OS TERMOS DO APRENDIZADO

No princípio era a serra, sua consistência antiga multiforme, as cotas de mais de 1000 metros de altitude, as variações da estrutura em mesa, acidentes geológicos únicos, enfim, um cenário da história remota da terra desenrolado à nossa volta. Fomos aprendendo com os pastores que se tratava do «fim do mundo» ou noutros casos das terras que guardavam a fertilidade e como tal santuários da vida para respeitar e temer. Asbestos, conglomerados e certas vitórias do granito cercavam-nos em silêncio como se não houvesse uma fala a acrescentar a Bimbe, Humpata, Leba, Tundavala, fendas abruptas, antigos leitos de rios entretanto desviados para o mar e nada de geologia de detalhe e muito menos de arqueologia como campo de saber autónomo ou de várias outras explicações. Estava por fazer o nascimento da arqueologia e o aprendizado da leitura dos achados que bem-intencionadas mãos, quase sempre de geólogos[2] coleccionavam ao fim-de-semana. Antes destes, uma longa tradição de recolha e publicação de achados tinha sido feita por exploradores que, cumprindo as mais desvairadas missões, procuravam os lugares das minas ou os caminhos do comércio. A região Huíla/Namibe só muito esporadicamente integrou as descrições apoiadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). A ideia de missão que os exploradores (portugueses, alemães e um húngaro) perseguiam consistia em juntar plantas e pedras, tabelas, cotas, línguas, costumes, ao mesmo tempo que se assinava um pacto de não-agressão (auto de vassalagem) que ninguém pensava cumprir. O território hoje República de Angola foi sendo apropriado pelo conhecimento da escrita e da imagem (desenho e fotografia), sempre de norte para sul e ao serviço dos interesses de dominação sem uma articulação com as fontes e a tradição oral. A «Arqueologia de Angola» fez-se assim do maior ou menor interesse dos governadores, das missões de exploração, das missões cartográficas. A data do «nascimento» e a utilização da palavra arqueologia ficaria para sempre ligada a uma expedição e à sinalização, em 1816, de pinturas sobre rocha no rio Zaire[3]. A data não trouxe

1 Faculdade de Letras de Lisboa. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. apotentadatavares@gmail.com

2 Ver síntese em Carlos Ervedosa, *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Ed. 70, 1980.

3 J. R. Tuckey, *Narrative of an Expedition to explore The River Zaire usually called the Congo in South Africa*, London, ed. J. Murray, 1818.

continuidade nem alargamento dos conhecimentos no que à arqueologia diz respeito, embora a cartografia geológica de uma parte considerável do território fosse sendo traçada com contribuições como as de Fernando Mouta e Bacelar Bebiano, a que a criação da Missão Geológica de Angola no Governo Norton de Matos como Alto-Comissário deu cobertura institucional[4].

A criação, em 1917, da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang, inaugura uma nova era na prospecção e estudo de Angola, cabendo ainda aos geólogos a tarefa de procurar, cartografar e ligar os fenómenos e as evidências do terreno. Pertencem a Henry Breuil, António de Almeida e J. Camarate França as primeiras tentativas de elaboração de um mapa com a distribuição das culturas pré-históricas de Angola. A Desmond Clarck, ao serviço da Companhia de Diamantes, a primeira sistematização e ainda a divisão de Angola em regiões paleo-arqueológicas (Zona Congo, Zona Zambeze e Zona do Sudoeste), resgatando a pertença mais antiga do território a contextos culturais anteriores às fronteiras dos séculos XIX e XX. A divisão proposta por Desmond Clarck acompanhou os desenvolvimentos posteriores da prospecção arqueológica de Angola e nem sempre permitiu um olhar mais profundo sobre as grandes áreas hidrográficas (os sistemas do Kongo, Cunene e Okavango), os planaltos ou a influência das «areias redistribuídas do Kalahari», autorizando a construção de um mapa arqueológico de Angola com grandes regiões desigualmente preenchidas do ponto de vista das antigas ocupações. A geologicamente denominada «formação da Chela» foi estudada de forma irregular, embora se pressentisse desde sempre «que a existência de abundantes linhas e áreas de fraqueza [...] e variados aspectos subterrâneos: chaminés, abismos, grutas, canais ou galerias»[5] e tudo o que se sabia resultava mais da exploração da cal ou das argilas e dos interesses dos Serviços de Geologia e Minas que foram construindo a cartografia geológica do sul de Angola. Convém referir que algum deste trabalho foi acompanhado por instituições universitárias como Coimbra, Lisboa, Clermond Ferrand, e publicado entre 1959 e 1970. Os anos sessenta do século passado marcam as diferenças na elaboração de um quadro cronológico ainda muito desequilibrado, se tivermos em conta o preenchimento do mapa sempre de norte para sul, mas onde as primeiras informações multidisciplinares se cruzam. A Lunda, como parte integrante da grande bacia do Kongo e profundamente relacionada com as mudanças ecológicas que ocorreram no interior da bacia e nas zonas periféricas, beneficiou muito do conhecimento contratado pela companhia de diamantes e da passagem por Angola de Desmond Clarck (1959). O sul de Angola foi visitado por este especialista (1960) e algumas referências sobre determinados padrões culturais e sua disseminação no terreno foram avançadas por Clarck e mais tarde seguidas por António de Almeida, Camarate França, Carlos Ervedosa e Manuel Ramos.

Ocorre dizer que entre a serra e o mar a colecção de viajantes e dos seus relatos inaugurou uma forma de abordagem que permanece até aos nossos dias. Basta lembrar o núcleo de documentos publicados pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1887[6], ou os relatos posteriores de Serpa Pinto ou ainda de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens, que sinalizavam «uns círculos de pedra, talvez sepulturas à feição de Cromelecks» ou descreviam artefactos de pedra e ferro muitas vezes sem localização exacta do local do seu encontro. O sul permanece um mapa de vazios onde as pinturas rupestres de Citundu Hulu e a Pedra das Zebras[7] fazem um ruído enorme.

Os trabalhos de síntese e outras tentativas elaboradas depois de 1975 ainda se apoiam nas mesmas fontes, embora em certos lugares do país se tenha alargado a pesquisa, a experimentação e o

---

4 Ver Fernando Mouta, *Carte Geologique de l'Angola*, Lisboa, 1933. Ver ainda, do mesmo autor, *Bibliografia geológica de Angola*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, e de Bacelar Bebiano *Subsídios para o estudo geológico e mineiro da Província de Angola – Boletim da Agência Geral das Colónias,* n.º 8, Lisboa, 1928.

5 Carlos Ervedosa, *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 95.

6 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

7 Ver Carlos Ervedosa, *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 303 e seguintes. Ver M. Gutierrez, *L'Art parietal de l'Angola*, Paris, L'Harmattan, 1996.

ensino. Falo, por exemplo, do Museu Nacional de Arqueologia e dos trabalhos relativos à província de Benguela. Todos os trabalhos omitem o que se pode considerar a primeira ligação do ensino ao trabalho de campo nos domínios da arqueologia e da arte de estudar vestígios *in situ*. Com, apenas, uma modesta publicação – *Morfologia Descritiva de Choppers, Chopping-Tools e Seixos Truncados da Ponta Negra* (Moçamedes, Angola)[8] ficou o trabalho pioneiro de Victor S. Gonçalves fora das cartografias de serviço da arqueologia angolana, o que constitui uma grande injustiça a um mestre de cuja passagem pela Serra e «Serra Abaixo» se fala a seguir neste texto. Do seu trabalho e de outras investigações, por publicar (Munhino, Serra da Neve, Iona) fica, para lá da sua profundidade analítica e das cartografias do lugar, ter conseguido lançar as bases de uma metodologia de classificação e dos materiais registados *in situ*, a sua ligação à passagem de populações e formações sociais documentadas a partir desta proposta, que, sem dúvida, inaugura o começo da Arqueologia na região.

OS TERMOS DO APRENDIZADO

A criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola em 1962 e a sua transformação em Universidade em 1968, com os cursos de Letras (Românicas, Geográficas e História) e Matemáticas Gerais a funcionar no Lubango, sul de Angola, não foi acompanhada da criação de uma biblioteca universitária, nem no sentido restrito nem no sentido de modelo do universo.

Destinada a servir os cursos de Letras da Universidade de Luanda, a biblioteca era essencialmente constituída por colecções oferecidas e herdadas de instituições anteriores, sem que os livros permitissem adivinhar um investimento numa cousa nova: a formação de leitores e investigadores em ciências sociais. A prática pressupunha ainda um alinhamento de professores e alunos ao material da aula, sendo a escassez de referências compensada por uma teoria do aprendizado onde em torno do mestre se organizava o discurso do aprendiz sem muita distância crítica no círculo fechado que a serra ditava, mais apostado numa plotiniana escola de repetição do que na leitura e livre interpretação dos tratados. A nossa conciliação com o universo viria, tarde, com a fundação da biblioteca no sentido em que Borges a propunha, forma de olhar o mundo, nova proposta de arrumação do conhecimento, a partir de múltiplos saberes e espaços. Desceu para sul o nicho da Biblioteca em construção que o mestre propunha, na impossibilidade de reunir num lugar todo o conhecimento, trazer aos discípulos a vontade de aprender sobre os mistérios humanos e partir daí para ultrapassar a superfície lisa dos textos, entre riso e bom senso, numa tábua das matérias escolhida entre História e Arqueologia e que desafiava a *episteme* da cultura ocidental prevista em todos os programas. Em torno de duas disciplinas, «Pré-história» e «História de Arte» foi feito o primeiro grande investimento. Desarrumar as mentes exigia uma educação do olhar e um caminho de aprendizado a percorrer em torno dos discursos que ultrapassassem os enunciados das unidades curriculares para criar no aprendizado um permanente gosto pela sedução do novo e a grande aventura de aprisionar o conhecimento do vasto mundo que a serra ali à volta não permita adivinhar. O mestre cultivava a arte do contacto com as fontes, o interesse pela matéria, o treino intensivo do olhar. O professor semeou entre os discípulos a inquietação fornecendo as bases para uma arqueologia do saber sem que uma teoria do poder se lhe associasse. A escola era claramente A (ponto) L (ponto) Gourhan e menos autoritária e mais ritual de passagem. O rigor do método (Analytical Archeology) era constantemente sopesado pela incursão noutras áreas do conhecimento presentes e autorizadas na biblioteca em permanente construção. Assim, ao lado da Antropologia (*le cru et le cuit* a servir de

8 *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, n.º 30 (Abril/Maio/Junho de 1971).

fronteira ao pensamento selvagem) o primeiro aprendizado da oralidade enquanto actividade fundadora e super linguagem do diálogo com os mitos, entre mel e cinzas uma apresentação às estruturas elementares do parentesco que tanto haviam de servir para uma busca futura do entendimento dos solenes pastores que nos rodeavam e nem sempre víamos. Olhar implicado, observação directa, formalistas russos, *new criticism* o Barthes do grau zero como ponto de partida para as viagens no tempo e nos textos. A literatura como monumento a deixar entrar Boris Vian e Céline a preparar Conrad e o coração nas trevas. A biblioteca transformou-se no espaço de palco que permitiu aprender de cor (*cor cordis*) e para sempre Gabriel García Márquez a solidão em espanhol com sotaque e Juan Rulfo.

Dada (o movimento) a dar ideias e a sugerir comportamentos tinha sido antecedido por uma iniciação à ideia de vanguarda e o desprezo pelas ideias totalitárias de cânone e autoridade que os textos literários e a pintura destes autores e suas assimetrias a criar referências para o que se passava mesmo ali ao lado. O sentido agarrava-se à palavra do mesmo modo que se tornava possível ver claramente visto Miró, Tapiés e Hartung (a ordem é a do primitivo cartaz) no dia em que solenemente desceram a serra da Chela e os segredos litológicos que guarda, para se mostrarem aos espantados olhos de quem era mais sensível à etnografia da queimada do que a um olhar renovado sobre novas maneiras de dizer e fazer. Arqueólogo e historiador das ideias as lições do mestre propunham uma nova gramática no meio de um conjunto de actos de aprender (o cinema – Dziga Vertov tornou-se muito lá de casa com os Cahiers du Cinema) a canção francesa (de protesto ou assim assim), um certo José Afonso e uns certos gregos que nunca mais deixaram de habitar *les jardins paradisiaques de mon crane*.

Ao mestre foi servido veneno, a nós a solidão da serra do princípio e a obrigação de a perceber nas e com «as lições do mestre».

RECONSTRUIR A PAISAGEM

ANTÓNIO ALFARROBA[1]

> *Vincent:* Yeah, baby, you'd dig it the most. But you know what the funniest thing about Europe is?
> *Jules:* What?
> *Vincent:* It's the little differences. I mean, they got the same shit over there that we got here, but it's just…it's just, there it's a little different.
> Quentin Tarantino, *Pulp Fiction*

NA CITAÇÃO COM QUE SE ABRE esta pequena reflexão sobre a actividade fotográfica do Professor Victor S. Gonçalves (tentativa de homenagem às suas sempre surpreendentes citações) Vincent Vega reduzia as diferenças entre os Estados Unidos e a Europa aos pequenos pormenores e descrevia-os com perspicácia entusiasmada ao seu amigo Jules.

Perspicácia na leitura de sinais, de detalhes, na interpretação dos ditos ínfimos sinais e na reinvenção de significados é algo que faz parte do DNA de Victor Gonçalves.

A certo ponto, na entrevista informal que tivemos para obter informação para este texto, esforçava-me por tentar perceber se o gosto pela fotografia tinha nascido a partir da sua utilização como instrumento de trabalho arqueológico ou se tinha surgido de uma forma autónoma. Esforço inglório, como o de tentar saber o que apareceu antes, o ovo ou a galinha.

Fotografia, arqueologia e todas as outras actividades a que o Professor se dedica caminham lado a lado, informadas por uma grande inteligência, sensibilidade e atenção ao detalhes e argúcia com que deles extrai uma leitura global e provavelmente mais lúcida que aquela que se poderia tirar de uma visão abrangente.

A actividade fotográfica começou aos 12 anos, quando o pai perguntou se havia algo que desejasse como presente de aniversário ao invés do habitual livro. A resposta foi uma máquina fotográfica. Contra todas as expectativas recebeu um embrulho com um volume unusual que veio a revelar uma Agfa 35 mm. Foi a primeira de um longo rol de câmaras, como as Canon RM, Nikon F2, Leica R3, Hasselblad 500 cm e diversas digitais a partir de 2002 com uma Nikon D100.

Mantém-nas todas com o carinho de quem as relaciona com as memórias dos locais e momentos em que o acompanharam.

Apesar de se confessar um péssimo viajante, a fotografia induziu a vontade de viajar, estímulo para o seu exercício, como acto de entendimento e interpretação de novos locais.

O equilíbrio entre a visão de conjunto e o detalhe, com uma especial atenção ao particular são uma constante na sua obra fotográfica.

---

[1] Arquitecto. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
antonioalfa@netcabo.pt
Nota dos editores: António Alfarroba foi, por duas vezes, Destaque Hasselblad de fotografia.

De uma forma quase paradoxal, a minúcia do enquadramento é construída de uma forma rápida e instintiva, sem grandes preparações nem quaisquer encenamentos. «Enquadrar é um acto natural» em que se recria a realidade, transformando-a e pulverizando-a.

Podem-se identificar campos preferidos bem definidos na actividade fotográfica do Professor Victor Gonçalves: – A fotografia de campo ou paisagem, a fotografia de pessoas ou retrato, numa vertente mais privada, e a fotografia de laboratório.

A fotografia de campo beneficiou de experiências espaciais prolongadas tão diversas como a serra algarvia ou o deserto do Namibe, aquando da sua deslocação como professor da universidade de Sá da Bandeira, actual Lubango.

As paisagens representam-se sem presença humana, por um lado indesejável por príncipio, por outro resultante de alguma inibição em fotografar desconhecidos, entendendo-se tal como perturbador da sua intimidade.

«As paisagens de hoje são quase todas resultantes da acção humana, o Homem está por detrás do que de bom ou de mau existe nelas. Colocar humanos numa paisagem parece-me redundante.»

A atenção ao detalhe leva a que se revelem momentos interessantes em aparentes defeitos das fotografias, como o ponto que ampliado se revela uma águia com «quatro asas», em pleno momento de captura, ou a cáfila no Namibe, entendida no local como resultante de uma miragem e que se veio a revelar verdadeira. Tratava-se de um grupo errante de camelos sobreviventes de um naufrágio.

«Na fotografia não há verdade, há verdades».

A fotografia de laboratório foi o que primeiro admirei na actividade fotográfica do Professor Victor Gonçalves. Nas visitas ao seu espaço de trabalho na Faculdade de Letras fiquei desde logo impressionado pelo proficiência evidente na forma como o equipamento era utilizado, além da sua qualidade e adequação aos objectivos. O Professor desenvolve todo o processo fotográfico que termina nas suas publicações. É um processo complexo e composto por um misto de investigação, estudo, estética, arte e comunicação, com uma componente técnica muito desenvolvida.

A fotografia aqui é um meio de pesquisa e leitura dos artefactos arqueológicos. As peças são fotografadas com recurso a macro ou mesmo através da utilização de microscópios electrónicos. Com este processo revelam-se pormenores que permitem reconstruir a ordem da gravação de uma placa de xisto, ou o ângulo de incisão, por exemplo. Revelam-se igualmente imagens de grande qualidade fotográfica e beleza.

Para tal, além da técnica de fotografia, macro e microscopia por si só, o Professor domina ferramentas de edição fotográfica digital, como o Photoshop, de uma forma rara e admirável em alguém com um espectro de actividade tão vasto.

Todo este sistema e procedimento, a interpenetração entre representação e investigação, a forma como a fotografia e a tecnologia de ponta é utilizada como meio de investigação, configura-se como algo único e resultado de um continuado e crescente aperfeiçoamento de um processo criativo e interpretativo muito pessoal e exigente.

As imagens resultantes, que podemos admirar nas publicações da sua autoria, são magníficas peças de comunicação. Tudo nos é revelado, ampliado e explicado com a clareza de uma lente Leica (muito provavelmente...).

Entre terabytes de informação, resolução e megapixeis ecoa :

«para mim, a imagem nunca está perfeita».

A exigência e perfecionismo é outra das características do Professor que, naturalmente, informa e se reflecte na sua actividade fotográfica. Acredito que essa eterna insatisfação seja em grande parte o motor da sempre crescente qualidade, também sempre acompanhada pela insatisfação. Perante fotografias aparentemente perfeitas, sempre ouvi uma auto-crítica ou referência a pormenores a melhorar.

> «Quanto ao registo fotográfico, trabalhei durante muitos anos com três marcas-chave de minha escolha: Leica, Hasselblad e Nikon, tanto em campo como no Laboratório. A partir de 2002, com a Nikon D100, entrei no mundo digital (de onde não mais saí... e de que sou um feroz defensor). As imagens de alta definição, permitidas pela Nikon 810, que actualmente usa (sensor com 36 milhões de píxeis, à espera de um com 50 milhões...), afastaram as reservas sobre os captores limitados da série DX, de que fui sempre um crítico severo. E apesar de estar quase obsoleta, conservo ainda hoje um particular afecto pela D100...
> Ainda em termos de fotografia, e para além de fotografar um pouco de tudo, fui sempre um apaixonado por macros, tendo elaborado uma série exclusiva sobre as texturas da pedra, sobretudo as das placas de xisto gravadas.»

Abril de 2016

O «CICLO DE CASCAIS». VICTOR S. GONÇALVES E A ARQUEOLOGIA CASCALENSE

ANTÓNIO CARVALHO[1]

> «Dar uma descrição exacta do que não acontece em nenhum tempo, não é apenas a verdadeira missão do historiador, mas ainda o privilégio inapreciável de todo o homem bem dotado e de espírito culto.»
> Oscar Wilde (1854-1900)

> «Nós certamente levando outro modo, posta a de parte toda afeiçom que por aazo das ditas razões aver podiamos, nosso desejo foi em esta obra escrever verdade, sem outra mestura, leixando nos boõs aqueecimentos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao pôboo quaesquer contrarias cousas, da guisa que aveerom.»
> «Se otros per ventuira em esta cronica buscam fermosura e novidade de palavras, e nom a certidom das estorias, desprazar-lhe-á de nosso razoado, muito ligeiro a eles d'ouvir e nom sem gram trabalho a nós ordenar. Mas nós, nom curando de seu juizo, leixados os compostos e afeitados razoamentos, que muito deleitom aqueles que ouvem, ante poemos a símprez verdade, que a afremosentada falsidade. Nem entendaes que certificamos cousa, salvo de muitos aprovada e per escrituras vestidas de fé; doutra guisa, ante nos calariamos que escrever cousas falsas.»
>
> Fernão Lopes (1378/83-1460),
> *Quadros da Crónica de D. João I, 1.ª parte, Prólogo*. Selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, 1962

NOTA PRÉVIA[2]

Este texto justifica-se, essencialmente, pelo facto de ser para mim claro que a investigação arqueológica no concelho de Cascais, no domínio da Pré-História, encontrou nos trabalhos desenvolvidos por Victor S. Gonçalves, no final dos anos 90 do século XX e primeira década do século XXI, o mais importante contributo – único, mesmo, sobre certos aspectos –, relançando a Arqueologia cascalense, daquele período da ocupação humana do território, no panorama nacional e internacional.

---

1 Director do Museu Nacional de Arqueologia. Investigador da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
antoniocarvalho@mnarqueologia.dgpc.pt
Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais, entre 2002-2012, e funcionário da Autarquia, ao serviço na área da Cultura, desde 1986.

2 Para não ocupar espaço desnecessário, as referências bibliográficas completas de edições do autor, publicadas pela Câmara Municipal de Cascais citadas neste artigo, podem ser encontradas na «Textos publicados (...)», bibliografia geral do autor, organizada por data de publicação, e incluída no final neste volume.

Como no final do século XIX já tinha sucedido, e como alguns investigadores nossos contemporâneos anteviram e desejaram.

Os que, no futuro, se dedicarem à História da Arqueologia em Portugal, – e importa aqui sublinhar que Victor S. Gonçalves é um pioneiro na atenção dada ao tema na segunda metade do século XX[3] – encarregar-se-ão certamente de dar algum uso ao que agora escrevo. Daí que se deva concluir que este testemunho pessoal – redigido com o maior gosto, mas o mais possível objectivo e imparcial, como manda o ofício de historiador – é, também, para um outro tempo.

Como acompanhei activamente a produção científica de Victor S. Gonçalves em Cascais, durante mais de vinte anos, pareceu-me natural realizar esta abordagem no local próprio: um volume de homenagem ao autor num momento especial da sua vida pessoal, académica e científica. Assim, escolhi compilar alguns dados – para memória futura – que podem ser relevantes para uma melhor contextualização e compreensão do processo de construção de um conhecimento científico, à laia também de contributo para um balanço da Arqueologia em Cascais nos últimos 30 anos.

Paralelamente, a minha constante atenção para com a História da Arqueologia em Portugal impele-me a colaborar, desta feita, com um texto que é também ele uma espécie de «fonte», assumindo então, eu próprio, a tarefa de «cronista». É, portanto, um texto de difícil escrita, de equilíbrio difícil, destinado a caracterizar um determinado movimento de construção científica. Espero, no entanto, que a leitura seja bem mais fácil.

Compreender-se-á melhor assim, certamente, que estando na actualidade a desempenhar as funções de director do Museu Nacional de Arqueologia me dedique a este tema específico, que não deixa, no entanto, de ter uma evidente relação, como adiante se verá, com o próprio Museu Nacional. E Cascais é, também, arqueologicamente falando, um «local nacional». Este livro é pois, parece-me, o local certo para este exercício. Acredito estar em boa posição para o fazer, não só pelas razões acima mencionadas, mas até porque não haverá um outro texto neste volume sobre este «ciclo», muito embora a investigação desenvolvida em Cascais aflore certamente em artigos de outros autores.

Tantas centenas de páginas redigidas por Victor S. Gonçalves sobre a Arqueologia Pré-histórica de Cascais, fruto de tão intenso trabalho, não surgem por acaso. Foram muito fomentadas e bem apoiadas e inscreveram-se numa estratégia de dinamização cultural municipal em que a Arqueologia ocupou, sempre em conjunto com outras valências, o primeiro plano de acção política. O produto da investigação do autor é um, dos muitos e bons, testemunhos do encontro e reencontro da autarquia de Cascais com a Arqueologia.

Em 1987, no primeiro artigo de síntese escrito sobre a história das investigações arqueológicas em Cascais, numa altura em que este tipo de estudos não eram ainda habituais na nossa produção científica, Carlos Fabião[4], chamar já a atenção para o facto da Arqueologia do concelho de Cascais ter estado desde finais do século XIX no primeiro plano da cena nacional. O autor desejava uma «nova era» para a Arqueologia, que já pressentia, no quadro de uma dinâmica cultural autárquica que se desenvolveu em Cascais, nos últimos 40 anos, com a afirmação do Poder Local Democrático, mas que se incrementou acelerada e diversificadamente, e com resultados efectivos, a partir de meados dos anos 80 do século XX.

---

3 Ainda na década de 70 do século XX, e a partir daí, Victor S. Gonçalves, publica alguns estudos no domínio da História da Arqueologia em Portugal. Dessa produção destaco, pelo pioneirismo: Gonçalves, V. S. (1978) – «A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847)». *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 4.ª Série, 2, pp. 335-364.

4 Fabião, C. (1987) – «100 Anos de Investigação Arqueológica no Concelho de Cascais». *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 6, p. 52-53. Este texto essencial foi inicialmente apresentado como uma conferência no âmbito das «Jornadas de História de Cascais», realizadas no Palácio da Cidadela, aberto propositadamente para o efeito, em 11 de Abril de 1987. Tratou-se de realizar uma reunião científica, absolutamente inédita, que contribuiu decisivamente para o início da revisão da historiografia de Cascais e a construção e afirmação, a partir de então, de uma «Nova História em Cascais», que integrava, sem excepção, todos os períodos e áreas de temáticas.

Em linha com aquele texto, gostaria apenas de precisar que a intensa investigação centrada na Pré-História, iniciada no final do século XIX em Cascais, tinha abrandado de forma significativa (e até compreensivelmente) após as «Comemorações do VI Centenário da Elevação de Cascais a Vila», em 1964. A publicação, no mesmo ano, de alguns títulos sobre o tema[5] tinha conduzido a um natural esgotamento, reduzindo-se a produção contínua enunciada por Carlos Fabião, em que a investigação relativa à temática era dominante na Arqueologia cascalense.

Contudo, o trabalho desenvolvido em Cascais, a partir da década seguinte, por Victor S. Gonçalves, contribuiu assim para a materialização do desejo formulado por Carlos Fabião.

Naturalmente, e felizmente, nunca deixou de existir investigação arqueológica em Cascais, mas de meados dos anos 60 até 1990 não se regista um trabalho de dimensão semelhante ao anterior, muito embora se assinalem as pesquisas de João Luís Cardoso para o Paleolítico, e uma nova geração de arqueólogos cascalenses, onde se destacam naturalmente José d'Encarnação e Guilherme Cardoso[6] centrados não no estudo da Pré-História, mas na Epigrafia e na investigação da ocupação romana do território. A Arqueologia, para períodos mais recentes, merecerá também a atenção do saudoso João Pedro Cabral.

Quanto ao título escolhido para este texto, gostaria de referir que o autor homenageado é conhecido por se referir, quer oralmente quer em prosa, em muitas ocasiões, ao seu próprio itinerário de investigação, como devendo ser entendido em «ciclos»: «O Ciclo do Algarve Oriental», «O Ciclo do Alentejo Médio», o «Ciclo da Península de Lisboa», etc. Em alguns casos, os seus «ciclos» abrem-se e encerram-se definitivamente, por vezes fecham-se mas são retomados mais tarde e, não raro, iniciam-se e ainda se mantêm activos.

Creio então que, de facto, existe na sua vida científica, também, um «Ciclo de Cascais» (ou de acordo com a periodização enunciada pelo autor, um «sub-ciclo», se Victor S. Gonçalves assim quiser, integrado no seu mais vasto «Ciclo da Península de Lisboa»). Esta etapa de investigação – em minha opinião sem paralelo nos concelhos que integram a Península de Lisboa – iniciou-se em 1990, com o estudo de dois ídolos publicados no *Arquivo de Cascais* (n.º 9) e teve como último registo a publicação, em 2010, das *Actas do 3.º Colóquio Internacional Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.*

O tema de estudo em Cascais foi, e é, o mundo dos vivos e o dos mortos nas sociedades camponesas do IV e do III milénio a.n.e., no âmbito da sua investigação mais geral sobre a Península de Lisboa o qual decorre no campo, mas consideravelmente em «gabinete». Revela dados novos e dedica de novo atenção a reinterpretar realidades conhecidas que se materializam nos resultados que irei enunciar de seguida, e que dão azo a um assinalável recrudescimento do estudo sobre este tema.

Independentemente do que vier a suceder no futuro, o «Ciclo» cascalense do autor regista já duas exposições (uma delas no Museu Nacional de Arqueologia), mais de uma dezena de edições (essencialmente monografias), conferências, organização de reuniões científicas internacionais e escavações arqueológicas no complexo de grutas artificiais de Alapraia (quatro campanhas)[7] e na gruta natural de Porto Covo (uma campanha). É um excelente resultado, se pensarmos que este «Ciclo», no qual se podem também individualizar duas fases específicas (de 1990 a 1995 e de 2003

---

5 Na lista de treze títulos editados no âmbito do Plano Editorial do Centenário, publicadas em 1964 pela Câmara Municipal de Cascais, constam três dedicados à Arqueologia: Paço, Afonso – *Parede há quatro mil anos* e, também do mesmo autor, *Povoado Pré-histórico da Parede* e de Ferreira, O. da Veiga – *A cultura do vaso Campaniforme*.

6 José d'Encarnação e Guilherme Cardoso são responsáveis por desenvolver, dos anos 70 até à actualidade, um projecto de estudo da ocupação romana do concelho de Cascais, igualmente incomparável e singular. E ambos comissariaram também, entre 28-1-2005 e 22-1-2006, uma exposição temática no Museu Nacional de Arqueologia intitulada, «A Presença Romana em Cascais. Um Território da Lusitânia Ocidental», o que permitiu que a autarquia de Cascais tenha sido até ao presente o único município que realizou naquele Museu duas exposições temporárias em simultâneo.

7 Uma das campanhas revelou-nos o extenso corredor da Gruta III. Descoberta, surpreendente, de leitura complexa, e que merece detalhada publicação.

a 2010), materializa-se em muitos milhares de páginas produzidas, de ciência feita de muitas novas leituras em sítios e contextos conhecidos, devidamente reinterpretados e integrados, cronológica e culturalmente, e também na gestão de grandes quantidades de novas informações. Sublinhe-se ainda que o primeiro momento termina como começa o segundo: com a publicação e depois reedição do livro *Sítios, «Horizontes» e Artefactos*.

Além deste manancial de informação ficará também, do trabalho de Victor S. Gonçalves, a inserção da Arqueologia Pré-histórica em Cascais nas mais modernas correntes de investigação, permitindo que, sobre contextos e artefactos icónicos recaia um olhar novo, contemporâneo e a bibliografia cascalense apresente uma nova terminologia. Do seu tempo. Deste tempo.

É, podemos dizer, um processo arqueológico completo. Com perguntas e respostas que se traduzem em investigação de campo e de gabinete, em produção científica (para diferentes tipos públicos) e em difusão através de exposições, colóquios, conferências, etc.

Proponho, então, analisarmos com detalhe o «Ciclo de Cascais», não necessariamente por ordem cronológica, mas por linhas de trabalho que com facilidade se identificam.

1. A «FUNÇÃO INICIÁTICA» DOS ÍDOLOS CILÍNDRICOS, ESPÉCIE DE «BOSÃO DE HIGGS» PARA A TRILOGIA DE ARTIGOS, INTITULADOS *SÍTIOS «HORIZONTES» E ARTEFACTOS*, POSTERIORMENTE AGLUTINADOS NO LIVRO HOMÓNIMO QUE RECEBEU O COMPLEMENTO DE TÍTULO: *LEITURAS CRÍTICAS DE REALIDADES PERDIDAS*

Um «ciclo» com a dimensão e com o impacto daquele que vou agora descrever inicia-se, curiosamente, de uma forma simples e insuspeita.

Victor S. Gonçalves recebe de António Borges Coelho dois ídolos cilíndricos (um em calcário e outro em calcite), recolhidos, em 1980, em passeio costumeiro realizado pelo Historiador ao antigo Povoado da Parede, actual Bairro Octaviano, na área hoje ocupada por uma escola primária, e onde são visíveis alguns cortes no terreno.

Na ocasião, em conjunto com o editor, e de forma muito natural, foi decidido que esses dois ídolos cilíndricos «de forma betilóide» se publicariam no *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 9), que tinha merecido uma revitalização e uma reorientação editorial em 1987, precisamente também no quadro da nova dinâmica cultural autárquica já referida.

E foi desta forma que se iniciou o «Ciclo de Cascais» de Victor S. Gonçalves.

A publicação destes dois artefactos, hoje depositados na colecção arqueológica municipal, foi, de facto, o pretexto que permitiu ao autor iniciar (ou partilhar, ou divulgar) a sua reflexão revisionista sobre o povoado da Parede, onde esteve prestes a realizar uma escavação, e encetar uma série de reflexões que conduziriam a profundas revisões sobre os dados da Pré-História de Cascais.

Este estudo permitiu-lhe inaugurar uma trilogia de artigos editados na já referida publicação periódica *Arquivo de Cascais* (Fig. 1), todos intitulados *Sítios, «Horizontes» e Artefactos*, a que se seguia um complemento de título que explicitava o objecto de estudo específico de cada ensaio.

O segundo episódio da saga, dedicado a realizar algumas considerações breves sobre as denominadas taças carenadas e à reflexão sobre a primeira metade do 3.º milénio em Portugal, é publicado em 1991, no número 10 daquele periódico.

E, logo no número seguinte do *Arquivo de Cascais*, datado de 1992-94, apresentou o terceiro artigo com um título que constitui um excelente resumo: «A questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal».

A consequência da publicação destes três artigos foi assinalável. Temas tão relevantes para a investigação como «os povoados», «as taças carenadas» e «as Grutas Artificiais», foram assim tra-

FIG. 1. O *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, n.os 9 (1990); 10 (1991) e 11 (1992-1994).

tados num ambiente cultural próprio, oferecendo-nos o autor uma leitura mais actualizada das matérias e uma integração regional, nacional e peninsular dessas realidades. A bibliografia municipal ficou pois muito mais rica com estes estudos, o que também se inscrevia numa linha da credibilização do título, e esta publicação periódica passou a ser ainda mais conhecida e citada por muitos dos estudiosos no domínio da Arqueologia Pré-Histórica.

2. SÍTIOS «HORIZONTES» E ARTEFACTOS. LEITURAS CRÍTICAS DE REALIDADES PERDIDAS

Trata-se de um livro que consideramos ser, não só especial, como fundamental na Bibliografia Arqueológica. E não apenas para Cascais. Ficou também conhecido no âmbito da UNIARQ, e não só, simplesmente como «SHA». Em condições muito complexas, (onde até o apoio decisivo para publicação foi garantido, por improvável mão amiga), editou-se em 1995. O autor recolheu e publicou,

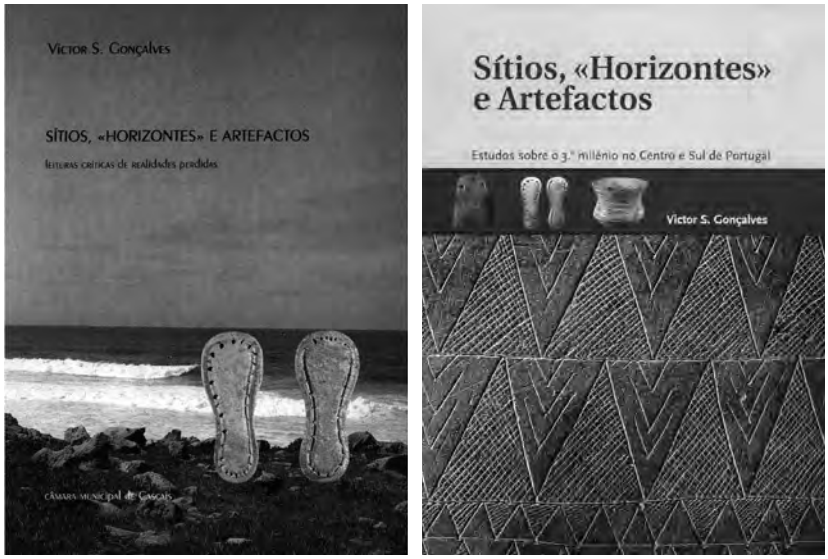


FIG. 2. As capas das duas edições – 1995 e 2003 – do livro *Sítios «Horizontes» e Artefactos*.

num só volume, com extensa revisão, os artigos que compuseram a série do mesmo nome publicada no *Arquivo de Cascais* a que juntou mais cinco textos. (Fig. 2).

Esta edição esgotou-se num ápice, pois o livro não só teve uma grande aceitação na comunidade científica como contribuiu para fidelizar e incrementar, a partir da Biblioteca do Museu Condes de Castro Guimarães, um extenso programa municipal de permutas nacionais, ibéricas e mesmo europeias e mundiais. A autarquia decidiu reeditá-lo oito anos depois, em 2003, com um novo complemento de título, naturalmente, da responsabilidade do autor: *Sítios «horizontes» e Artefactos. Ensaios sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Como acontece invariavelmente com o autor, o volume foi revisto e aumentado, tendo sido acrescentados dois novos estudos, e uma bibliografia crítica.

3. EXPOSIÇÕES, «CATÁLOGOS» E ROTEIROS (Fig. 3)

Esta revitalização da investigação no domínio da Pré-História foi apresentada com grande destaque no Museu Nacional de Arqueologia na exposição temporária «Cascais há 5000 anos. Espaços de Morte das Antigas Sociedades Camponesas», entre 6 de Maio de 2004 e 13 de Fevereiro de 2005. Exposição projectada e comissariada cientificamente por Victor S. Gonçalves. Ocupou a galeria (poente) de exposições temporárias do Museu, tendo registado um elevado número de visitantes[8].

Esta exposição inscreveu-se no programa de parcerias expositivas que o Museu Nacional de Arqueologia realiza, com inegável sucesso desde 1998, com autarquias, para apresentar sítios arqueológicos ou realidades sob investigação. Uma linha de trabalho sempre activa e, como em muitos outros casos, permitiu levar ao Museu Nacional e dali projectar, com tudo o que tal significa, a Pré-História do concelho *finis terrarum* que é Cascais, concretamente os testemunhos da vida e da morte das sociedades camponesas do 4.º e 3.º milénio.

Para o visitante do Museu Nacional de Arqueologia foi publicado um caderno de apoio, espécie de folha de sala muito desenvolvida, com textos e fotografias que viriam a ser posteriormente recuperados no volume homónimo editado, em 2005, pela Câmara Municipal de Cascais.

Com a compreensão de todos, especialmente do então Director do Museu, Luís Raposo, optou-se, e ao invés do que até é habitual, por não publicar um catálogo, tendo sido assumido entre todos os intervenientes no projecto o compromisso de se preparar um livro que, de certa forma, perpetuasse a exposição, e que ainda recolheu os contributos de outros autores convidados pelo comissário da exposição: Suzanne Daveau, Miguel Magalhães Ramalho, Ana Maria Silva, Nathalie Antunes-Ferreira, António Faustino Carvalho, Ana Catarina Sousa e de mim próprio.

Além de coordenar a edição, Victor S. Gonçalves redigiu para o volume o que consideramos ser um texto fundamental intitulado *Cascais há 5000 anos: Tempos, Símbolos e Espaços da Morte das Antigas Sociedades Camponesas*. Contributo imprescindível para compreender a arquitectura dos espaços da morte – os contextos e os artefactos –, bem como as sequências de ocupação de São Pedro do Estoril.

Esta importante exposição no Museu Nacional de Arqueologia assumia-se ainda como um prelúdio para um cíclico e repetidamente anunciado Museu de Arqueologia de Cascais, mas que, há falta de Museu, veio a transformar-se num programa para a reinstalação da Sala de Arqueologia do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Dando continuidade ao trabalho de parceria, Victor S. Gonçalves foi convidado para realizar essa instalação. A exposição abriu ao público no dia 4 de

[8] A partir dos registos estatísticos do Museu Nacional de Arqueologia podemos apresentar o número de cerca de 50 000 visitantes para esta exposição.

Abril de 2009 (véspera da data em que se assinalava a inauguração, precisamente neste Museu, em 1942, da primeira sala de Arqueologia), e ficou patente ao público até Maio de 2013. Para acompanhar essa exposição, preparou igualmente o comissário o roteiro, em duas versões (português e inglês), intitulado: *Cascais, terceiro milénio antes da nossa era*.

Já no ano anterior, 2008, no âmbito do processo de reprogramação do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães tinha sido editado um *Roteiro* homónimo, publicado também, e necessa-

FIG. 3. Folha de sala da exposição «Cascais há 5000 anos. Espaços da Morte das Antigas Sociedades Camponesas» (2004-5), no Museu Nacional de Arqueologia; capa do livro *Cascais há 5000 Anos* (2005); capa do roteiro da exposição *Cascais, terceiro milénio antes da nossa era* (2009), no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e capa do *Roteiro do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães* (2008).

riamente, em versão portuguesa e inglesa, onde a cargo de Victor S. Gonçalves ficou a apresentação, ao visitante do Museu e leitor do guia, da colecção de arfefactos arqueológicos da Pré-História existentes no Museu.

4. OS COLÓQUIOS INTERNACIONAIS «TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA»

Estas reuniões científicas, realizadas em três ocasiões (Fig. 4), foram promovidas pela UNIARQ e pela Câmara Municipal de Cascais. Tinham como objectivo principal, segundo o seu mentor, a análise dos processos de mudança ocorridos na transição da segunda metade do 4.º milénio para o 3.º milénio a.n.e.. O território de estudo centra-se no Centro/Sul de Portugal, mas não se confina exclusivamente a esta área. Cascais é o concelho onde se situam alguns dos emblemáticos sítios arqueológicos cujo conhecimento é essencial para compreender esse período da vida do Homem. Refiro-me, claro está, aos espaços dos vivos – povoados da Parede ou do Estoril – e aos espaços da morte – grutas naturais de Porto Covo e Poço Velho e grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril. Sem a informação científica ali recolhida e os artefactos exumados que os nossos Museus conservam e expõem o nosso conhecimento era muito mais pobre.

Em Cascais, com o apoio da autarquia, promoveu então Victor S. Gonçalves a realização, entre 22 e 24 de Abril de 1993, do 1.º Simpósio Internacional «Transformação e Mudança» no Centro e Sul de Portugal onde se discutiu a transição do 4.º para o 3.º milénio.

Um segundo Colóquio, dedicado ao tema «Megalitismo: Tempo, Construção do Espaço e da Paisagem», decorreu entre 12 e 14 de Outubro de 1995.

O 3.º Colóquio Internacional desta série realizou-se no Centro Cultural de Cascais, de 6 a 9 de Outubro de 2005, recuperando sempre o espaço próprio – «o centro e sul de Portugal» – , a cronologia habitual – «o 4.º e o 3.º milénio» e os protagonistas do costume: os agricultores e os pastores das «sociedades camponesas».

Foi neste 3.º colóquio apresentado o livro, já referido, *Cascais há 5000 anos*, espécie de catálogo preparado no contexto da exposição homónima no Museu Nacional de Arqueologia.

A importância destes colóquios não ficou confinada apenas à família dos Pré-historiadores, e para estudo dos fenómenos de transformação e mudança nas sociedades camponesas no Centro Sul de Portugal nos 4.º e 3.º milénio ou o megalitismo. Estes colóquios, pela prática que criaram na organização e acolhimento de reuniões científicas, foram responsáveis por também contaminar

FIG. 4. Folhetos dos 1.º e 3.º Colóquios Internacionais *Transformação e Mudança no Centro Sul de Portugal* e autocolante publicitário da 1.ª edição.

positivamente a autarquia mobilizando-a, bem como à sua equipa de trabalho da área da Cultura, para a organização de outras reuniões científicas nacionais e internacionais em outros temas da Arqueologia, mas não apenas. Por outro lado, este 3.º volume, foi um produto de eleição para o sistema de intercâmbio de publicações «dentro e fora de portas», estando hoje presente nas Bibliotecas de referência da disciplina com inegáveis e significativas vantagens para a realidade arqueológica de Cascais, a investigação arqueológica nacional e o conhecimento científico ao dispor da sociedade.

Victor S. Gonçalves tem pois absoluta razão sempre que enfatiza a ideia de que a realização destes três colóquios, inseridos em todo o programa descrito, fizeram de algum modo «renascer a Arqueologia internacional de alto nível em Cascais.»[9]

5. CTA – COLECÇÃO «CASCAIS, TEMPOS ANTIGOS»

Esta colecção, com a chancela da Câmara Municipal de Cascais, é dirigida por Victor S. Gonçalves. É única no género em Portugal e apresenta-se de forma muito distinta. Até ao presente foram editados três volumes[10].

O objectivo para a criação desta colecção foi bem definido no primeiro volume. Em linha com uma estratégia de internacionalização da Arqueologia cascalense que a autarquia desenvolvia e apoiava. Recupero aqui o essencial do conceito. Trata-se de uma colecção vocacionada para a apresentação de estudos monográficos sobre o passado mais remoto do seu território, ou seja, sobre a ocupação pré-histórica do concelho de Cascais, que propõe novas perspectivas sobre os monumentos e os espólios exumados nas Grutas Artificiais de Alaparia e São Pedro do Estoril e nas grutas naturais de Porto Covo (Alcabideche) e Poço Velho (Cascais), e no Povoado da Parede, bem como revelar dados inéditos sobre outros temas essenciais para o conhecimento das antigas sociedades camponesas que habitaram na Pré-História no território que é actualmente Cascais. É importante frisar, para os menos conhecedores desta temática, que estes sítios arqueológicos e os artefactos que ali se exumaram, são conhecidos e reconhecidos pela comunidade científica internacional, imprescindíveis a qualquer investigação sobre o tema.

Os estudos publicados nesta colecção acompanhavam assim, de certa maneira, o programa de trabalhos previsto e em parte realizado no terreno.

O primeiro volume, publicado em 2008, foi dedicado à Gruta do Porto Covo e intitula-se *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Inicialmente escavada no âmbito da estratégia do oitocentista Carlos Ribeiro para a apresentação de novos dados no *Congrés Internacional d'Anthropologie e d'Archéologie Préhistoriques, IX^{ème} Session* – conhecido entre arqueólogos e historiadores, como o «Congresso de 1880», realizado em Lisboa precisamente em 1880 (outro tema de eleição do homenageado)[11] – foi em 1993 objecto de traba-

---

9 Veja-se, a propósito, a Sessão C43: *Symbolic figurations in the 4th and 3rd millennia in the South of Iberian Peninsula: the engraved schist plaques and their figurative and schematic counterparts*, organizada por Victor S. Gonçalves, no âmbito do XV Congresso da União Internacional das Ciências Pré e Proto-Históricas (UISPP), realizado entre 4 e 9 de Setembro de 2006 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com visita temática à gruta natural de Poço Velho e às grutas artificiais de São Pedro do Estoril e Alapraia. Consulte-se, também, a título de exemplo, algumas das recensões críticas sobre o volume do 3.º Colóquio, publicadas «fora de portas», mas nele referida: López-Romero González, E. (2004-2005) – «III Colóquio Internacional Transformação e Mudança: Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal (3500 a 2000 a.n.e)». *RAMPAS – Revista Atlántica-Mediterránea de Préhistoria y Arqueología Social*, 7, Cádiz: Universidade de Cádiz, pp. 259-264.

10 Como se disse, foram até ao presente momento editados na colecção «CTA – Colecção Tempos Antigos» três volumes. E outros três estão anunciados.

11 Gonçalves, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura seguida de «crónica» de Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. (Mais um título essencial, que se insere na linha de trabalho do autor dedicada à História da Arqueologia em Portugal, da qual foi um pioneiro, e que está sempre presente ao longo de todos os «Ciclos».)

FIG. 5. Capa dos volumes – CTA – Colecção «Cascais, Tempos Antigos» – n.os 1 (2008) e 3 (2008).

FIG. 6. Capa do volume de Actas do 3.º Colóquio Internacional *Transformação e Mudança no Centro Sul de Portugal: o 4.º e 3.º milénio a.n.e.*, publicado em 2010, na CTA – Colecção «Cascais, Tempos Antigos», n.º 2.

lhos de desobstrução e observação detalhada da cávida cársica, dirigidos por Victor S. Gonçalves. Para tal reviu os artefactos e os restos osteológicos depositados em Museu e publicou fontes documentais. (Fig. 6).

O segundo volume no alinhamento, mas terceiro na data de edição, coordenado pelo próprio director da colecção, em associação com Ana Catarina Sousa, publica em 2010 as Actas do 3.º Colóquio Internacional *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e 3.º milénio a.n.e.*, realizado em 2005. (Fig. 5).

O volume conta com um número expressivo de autores e temas, mas um artigo, merece referência específica, do ponto de vista também local. Trata-se do texto assinado pelos coordenadores do volume sobre os artefactos, com destaque para os furadores de sílex, do perdido Povoado Calcolítico do Estoril, cujos espólio tinha sido recolhido por Félix Alves Pereira em 1915 e, sumariamente, publicado por Afonso do Paço em 1943. Mais um sítio, desta feita, um povoado e os seus artefactos, que merecem aqui uma adequada revisão.

Como se viu, este não foi o primeiro Colóquio desta série realizado em Cascais. Já antes havia sido realizado um em 1993, e outro ainda em 1995. Mas este foi o primeiro cujas actas se editaram. À terceira foi mesmo de vez!

O terceiro volume desta colecção é muito especial. Dedicado às grutas do Poço Velho, começou a ser pensado quando a autarquia teve a intenção, no início dos anos 90 do século XX, de musealizar o denominado Largo das Grutas e as respectivas entradas das cavidades cársicas, criando-se um pequeno Centro Interpretativo. O pólo museológico não foi possível concretizar, mas ficou esta obra que enquadrou a escavação no programa de Carlos Ribeiro para o já citado «Congresso de 1880» e reviu contextos e problemas reunindo e tratando em conjunto os materiais arqueológicos que se conservam no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e no Museu do então designado Instituto Geológico e Mineiro. Desse esforço ficou também o hábito municipal de abertura, periódica, da gruta para visita, o que é correspondido, sempre, por uma imensa procura por parte do público. (Fig. 6).

A TERMINAR

A propósito da relação entre Victor S. Gonçalves e a Arqueologia de Cascais, uma última referência merece ser feita. Pela pena do autor alguns dos sítios arqueológicos e artefactos foram selecionados e tratados numa *História de Portugal*, dirigida por João Medina, editada em 1993, coeva portanto deste «Ciclo de Cascais», e onde o investigador não só coordenou os primeiros três volumes, mas, para o que aqui interessa, publicou vários estudos sobre as realidades arqueológicas e artefactos pré-históricos provenientes de Cascais.

Como penso ter demonstrado, de forma breve, a Arqueologia de Cascais está bem presente na obra de Victor S. Gonçalves, e este autor ficar-lhe-á indelevelmente ligado.

Esta breve resenha é um testemunho (pessoal e institucionalmente grato), mas sem deixar de ser objectivo, de quem acompanhou de perto este processo de criação e produção científica. Espero ter podido contribuir para a compreensão e reconhecimento de como o trabalho do investigador foi fundamental para a Arqueologia Pré-Histórica de Cascais, assumindo-se como um grande momento, que se prolonga no tempo, de afirmação desta ciência em Portugal e no estrangeiro.

Estou certo que Cascais, os seus sítios arqueológicos e artefactos – mas também os «horizontes» – foram igualmente importantes para Victor S. Gonçalves.

OS ALTARES DOS «PRIMEIROS POVOADORES DA LUSITÂNIA»: VISÕES DO MEGALITISMO OCIDENTAL

CARLOS FABIÃO[1]

«Ninguém vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edifício artificial, e não producção da natureza [...] bem se póde affirmar que são as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque não se mostrará edifício, a que se possa attribuir igual antiguidade»
(Pina, 1733, p. 3 e 19)

«Anta: Marco ou marcos grandes levantados ao alto, penedias, terras ou sítios que ficavam na dianteira, à face, e como à frente de algum castelo ou povoação distinta.»
(Viterbo, [1798] 1962, p. 499)

RESUMO

Apresenta-se uma reflexão historiográfica sobre as visões que o megalitismo foi conhecendo na produção literária portuguesa. Como durante séculos as leituras oscilaram entre a tradicional interpretação como altares gentílicos e uma «cristianização» dos mesmos, da autoria deo Académico Martinho de Mendonça e Pina (1733). Com a emergência do novo paradigma laico para a origem e evolução do homem, consolida-se a ideia do carácter funerário destes monumentos e a sua atribuição aos tempos pré-históricos, sem todavia se abandonar totalmente a filiação pagã/céltica. Na primeira metade do século xx, em época de evidente refluxo da investigação arqueológica em Portugal, encontramos uma curiosa reacção de um escritor, Aquilino Ribeiro (1953), contra o carácter funerário/cultual destes monumentos, um derradeiro afloramento da contestação à religiosidade pré-histórica, por parte do pensamento ateu de matriz francófona. No essencial, partindo das leituras sobre o fenómeno megalítico ao longo do tempo, pretende mostrar-se como toda a reflexão histórica-arqueológica se constrói a partir de distintos paradigmas e como estes condicionam os discursos sobre o passado.

ABSTRACT

The paper presents a historiographic reflexion on the perspectives on Megaliths in Portuguese literary production. From many centuries those monuments' interpretation balances between the typical gentile interpretation and a Christianisation due to the academic Martinho de Mendonça e Pina (1733). With the emergence of the new laic paradigm on evolution, emerges the idea of a Prehistoric funeral function for those monuments even without a definitive abandonment of the pagan gentile affiliation.

1 UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
cfabiao@campus.ul.pt

On the first half of twentieth century in times of clear decline on Portuguese archaeological investigation we find a curious reaction from a well-known writher Aquilino Ribeiro (1953) against the funerary/sacred megaliths interpretation, one last uprising against the Pre-historic religion from an atheist with strong cultural connections to that French perspective. From the different historiographic points of view we intend to demonstrate how different paradigms lead to different interpretations and how these interpretations mark different discourses on the Past.

1. NO PRINCÍPIO

Os dois pequenos extractos da conferência do Académico Martinho de Mendonça e Pina, lida na Real Academia da Historia Portuguesa em 1733, e o esclarecimento do significado do vocábulo *anta*, saído da pena de Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, condensam o essencial das tradicionais relações de populares e eruditos com os monumentos megalíticos: a notoriedade que estas estruturas apresentam nas paisagens e o seu evidente carácter artificial. É justamente a dimensão de notoriedade, explicada por Viterbo, que elucida a segunda acepção – não deixa de ser curioso notar que esta mesma obra apresenta significado diverso para a palavra no plural (*antas*), mas a seu tempo se comentará esta outra interpretação.

Como não poderia deixar de ser, nasce destas observações, obra artificial e marcador da paisagem, a necessidade de explicar e datar estes monumentos arcaicos. Por isso, em todos os locais onde o fenómeno megalítico se verifica, encontramos narrativas sobre a sua funcionalidade e edificadores, que não variam substancialmente. É difícil reconstituir a génese destas explicações, que à falta de melhor argumento se atribuem simplesmente às «tradições populares», ainda que se não exclua «retoque» erudito a tais «tradições», sendo mais fácil seguir a sua consolidação e disseminação.

Registe-se, de momento, a dimensão funcional que valorizou Viterbo.

Na obra hoje clássica de Alberto Sampaio sobre o povoamento no norte de Portugal, encontramos claramente enunciada e devidamente sublinhada a função de marco de delimitação de propriedade atribuída aos monumentos megalíticos, em documentos alti-medievais da região. Embora Sampaio preferisse atribuir a obras de época romana referências tão sugestivas como *terminos fixos*, *arcas*, *petras fictas* ou *archa petrinae ab antiquis constructa*, não hesita em reconhecer que deveriam ser pré-históricos esses outros marcos descritos como *mamolas*, *mamolas antiquas* e, penso que poderia acrescentar-se essa outra sugestiva menção a *terra tumeda, qui fuit manum facta* – extensa exposição com discussão do tema em Sampaio ([1923] 1979, p. 37-56), para uma contestação a estas interpretações, em defesa da atribuição generalizada destes marcos a épocas pré-históricas (Ribeiro [1953] 2012, p. 11-12).

Pedro de Azevedo apresenta idêntico uso das antas como marcos de delimitação, por exemplo, nas confrontações entre os termos de Lisboa, Sintra e Torres Vedras, documentadas em 1610, em diploma que esclarece o tema, a pedido do Reitor do Colégio de S. Antão (Azevedo, 1905). Como o autor bem sublinha, na descrição não há lugar a dúvidas sobre o que seriam umas antas identificadas como marcos: «*as pedras das Antas que estão em uma terra lauradia de Dominguos Ribeiro laurador defronte do luguar do Jormello honde estão cinco pedras grandes em Redondo que fazem huũ morouço*» e «*outras pedras das antas que estão mais acima do dito casal contra o leuante honde estão sete pedras grandes em Redondo e hũa deitada no chão antre ellas*» (*Idem,* p. 163-164). A produção de morouços,

resultante da despedrega de terrenos agrícolas, junto ou sobre os monumentos megalíticos resulta da evidente dificuldade em removê-los do terreno, antes da mecanização da agricultura.

O uso das estruturas megalíticas como marcos constitui um aspecto interessante, de cariz funcional, compreensível pela notoriedade que assumiam na paisagem, mas também pela evidente dificuldade que envolveria a sua remoção – refira-se que esta específica funcionalidade se encontra também em outras paragens europeias (Schnapp, 1993, p. 335), certamente pelas mesmas razões; mas nada nos diz sobre as interpretações então dadas às suas origens ou sobre eventuais propostas de identificação dos seus construtores.

Como tantas vezes se escreveu, parece dever-se a Fr. Martinho de S. Paulo a primeira referência e respectiva interpretação cronológica e funcional dos monumentos megalíticos. Em carta manuscrita, datada de 1571, que se conservaria no *scriptorium* dos monges da Serra d'Ossa e que conhecemos pela transcrição que dela fez em extensa nota de rodapé Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, no Tomo Primeiro de *Thebaida Portuguesa* (Damásio, 1793, p. 1-6). Atribuiu Martinho aos exércitos de Viriato os notórios vestígios de fortificações que se divisavam no monte de S. Gens, na dita serra: «*que são tão grandes e capazes que dentro deles se podia alojar hum exercito de mais de 40.000 homens com toda a sua bagagem; correm da mesma Torre de S. Gens até defronte da Cerca de Val da Infante* [sic]*, e até Castello Velho, tomando de huma e outra parte a Serra, aonde Viriatho esperou ao exercito Romano, e dahi desceo a dar lhe batalha; como se manifesta também das muitas Antas, que estavão ainda em nossos tempos ao redor*» (*Apud* Damásio, 1793, p. 3). Para o erudito (e observador) frade: «*estas Antas he certo que erão as Aras ou Altares, em que os Vencedores, passada a batalha, ofereciam Sacrifícios aos seus Deoses em gratificação da vitoria alcançada, ou antes para os terem propícios para a guerra*.» (*Id*., p. 3-4). Em suma, as antas seriam os altares pagãos onde estes sacrificavam aos seus deuses, uma explicação que não anda longe das interpretações dos altares célticos ou druídicos que, por esses tempos e em épocas subsequentes, se atribuíam a estruturas análogas em outras paragens europeias.

Esta referência só foi devidamente valorizada muito mais tarde, quando se insinuavam já outras leituras para estas construções, não podendo por isso atribuir-se ao frade a responsabilidade na disseminação da interpretação avançada para as antas. Neste particular, notável é a referência constante das narrativas de viagens de Manuel Severim de Faria, Chantre e Cónego da Sé de Évora (1584-1665) que, conhecedor dos manuscritos conservados na Serra d'Ossa, por se ter ocupado também das origens da congregação religiosa ali sediada, poderia ter conhecido o texto de Martinho de S. Paulo e dele ter feito uso, quando se ocupou de antas que observou e descreveu em paragens mais setentrionais. De viagem por terras da Beira Alta, de Sernancelhe para Ranhados, a 24 de Novembro de 1609, regista o eclesiástico: «*Das Sarzedas ás Antas há húa legoa. Esta aldeã teve o nome segundo parese de muitas antas que por esta terra há, as quaes antas constão de tres pedras duas dellas que servem como pes, e a outra em sima como meza, em que dizem antiguamente se fazião os // sacrifícios gentílicos e desta forma uemos muitas em outras partes deste Reyno principalmente na Estremadura, em território de Euora. Parese que lhe derivou o nome de Antrium*» (Serrão, 1974, p. 109-110).

Embora frequentemente mencionado como a mais antiga referência a megálitos na literatura portuguesa, o que não corresponde à verdade, como se viu, a notícia de Faria é interessante a dois níveis. Em primeiro lugar, pela referência em si, mas também pela interpretação avançada: *altar de sacrifícios gentílicos*, na esteira de Martinho de S. Paulo, embora sem o mencionar. Por de todo desconhecermos anteriores interpretações, só podemos concluir que a atribuição destas monumentais construções aos tempos do paganismo resultaria de uma qualquer tradição difusa – *dizem,* escreveu Faria – apontando nessa direcção. Devemos contudo sublinhar que tais explicações não têm necessariamente de dever-se às populações rurais, parecendo mais credível que se tratasse de

leitura erudita, atribuível aos meios eclesiásticos que, compreensivelmente, não poderiam integrar os monumentos em outros contextos históricos conhecidos, pelo seu carácter rude e absoluta desconformidade com os cânones arquitectónicos conhecidos. Uma vez mais, refira-se que, pela Europa fora, em outros lugares onde existiam monumentos megalíticos, encontramos interpretações análogas, habitualmente remetendo para uma difusa antiguidade pagã (Trigger: 1989; Schnapp, 1993, Bahn, 1996).

Há todavia uma outra notícia merecedora de reparo nos relatos de viagens do Chantre da Sé de Évora, que usualmente não é mencionada. Na terceira viagem de que deixou memória, de 1625, Severim de Faria passou à aldeia de Pavia onde visitou a célebre anta-capela, ermida de S. Dinis, deixando este relato: «*Está situada esta povoação em o simo de um pequeno outeiro he de baxos edifícios, e quasi todas as casas são térreas, o Senhorio della // [fol. 258 v°] tem o Conde de Redondo (...) Quasi no meio deste logar se vê hoie húa Lapa feita por natureza e aperfeiçoada por arte, que he Hermida de Sam Denis (...) a capela mostra grande antiguidade e tem o Santo pintado na parede ao modo antigo*» (Serrão, 1974, p. 144-145). Registe-se: se a anta isolada no campo se tornava imediatamente perceptível como monumental realização humana, o mesmo já não sucedia quando se encontrava dissimulada no interior de uma aldeia, o que demonstra quão alheado e distante se encontrava o Chantre de um cabal entendimento destas construções. A grande anta transformada em capela é tida simplesmente como *lapa feita por natureza e aperfeiçoada por arte*.

Os relatos de viagens de Severim de Faria permaneceram inéditos, sendo somente objecto de publicação recente, ainda que não tenham escapado ao escrutínio dos mais diversos eruditos, como Martinho de Mendonça e Pina ou Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1897, p. 4-5) e Aquilino Ribeiro (Ribeiro, [1953] 2012, p. 13-14), que para além da sólida erudição, conheciam bem aquelas terras por onde andou o eclesiástico. Curioso é verificar que existia esta ideia da anta como altar gentílico, difícil de rastrear em obra publicada em Portugal, mas claramente «pairando» nos meios rurais, repito, não necessariamente populares, uma vez que não conhecemos o informador de Faria.

Deixo de lado a conhecida acção de escavação e recuperação de relíquias no monumento do cabo de Sines, transmitida por Lis Velho, uma vez que não há qualquer referência à natureza da construção, simplesmente sinalizada como o túmulo de S. Torpes. Pelos materiais exumados e guardados para veneração como relíquias do santo mártir, com tais desvelos que Vasconcelos os veio a encontrar na Igreja local mais de um século depois (Vasconcelos, 1897, p. 21 e *ss*.), podemos perceber que se trataria de monumento megalítico, mas dele não restaram nem vestígios nem relatos e o local foi simplesmente identificado como o túmulo do santo.

2. O MEGALITISMO NA ACADEMIA DA HISTÓRIA PORTUGUEZA: MARTINHO DE MENDONÇA E PINA

O megalitismo sai do quadro das meras referências esparsas de eruditos e curiosos para ganhar a esfera académica quando Martinho de Mendonça e Pina introduz o tema, em conferência lida em 1733, perante os membros da *Real Academia da Historia Portugueza*. A notável conferência, posteriormente publicada (Pina, 1733), merece especial atenção, porque permaneceu longamente como a referência portuguesa sobre estes monumentos.

O ponto de partida é justamente aquele que chamei a epígrafe deste texto: «*Ninguém vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edifício artificial, e não producção da natureza*» (Pina, 1733, p. 3); ou seja, a verificação do cariz artificial destas construções suscitava a dúvida sobre quem as edificou, quando e com que finalidade. Mendonça e Pina debatia-se com a total ausência de referências fidedignas que o auxiliem a interpre-

tar os monumentos que apresentou e reconheceu retoricamente a sua incapacidade – «*A imperfeição, e falta de noticias, e livros necessários, com que escrevemos esta Conta, nos obriga a pedir, que senão imprima, e somente se peção noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sítios, em que se achão, para que outro Académico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exacção.*» (*Id*., p. 22) –, embora não deixe de se lançar em «*conjecturas*» e tenha mesmo acabado por dar à estampa a sua Conferência.

Parte das informações de Severim de Faria e acrescenta os monumentos que terá observado pessoalmente: Guilhafonso (Guarda), Matança, Carrapichana (Celorico) e outro junto da vila de Nisa, na província do Alentejo. Volta a recorrer ao testemunho do Chantre para escrever: «*os pastores e rústicos circunvizinhos affirmão* [segundo Severim de Faria] *que erão Altares, em que se queimavam algum dia as primícias, noticia que conservam por tradição*» (*Id*., p. 2), logo, «*por servirem, segundo a tradição, e as nossas conjecturas, a uso Sacro, não ficão fóra do objecto de quem escreve parte da Historia Sagrada de Portugal*.» (*Id*., p. 1). A função de altar parece inquestionável e outras funcionalidades foram simplesmente enumeradas, para logo as poder descartar: «*Nem também tem aparências de sepulturas, pois se o fossem, não seria necessário buscar pedras lizas, e direitas para se cobrirem, e bastaria, que se usasse de convexas em fórma de tumba; mas para as Antas vemos que buscarão figura mais própria para se executarem holocaustos*» (*Id*., p. 4). Em suma: altares e não túmulos; e, embora citando Faria, apresenta uma interpretação de fundo não necessariamente pagão.

Verifica que não se registam sinais de utilização de instrumentos metálicos no desbaste dos monólitos que compõem as antas, pelo que se interroga retoricamente sobre a capacidade para realizar tão complexo empreendimento com tecnologias primitivas, para logo fornecer a resposta, pelo recurso às observações realizadas pelos europeus nos novos mundos: «*e supposto cause embaraço discorrer o modo por que em tempos tão bárbaros, como indica a figura tosca, e de nenhuma sorte lavrada, se podião levantar tão pesadas pedras, com tudo os edifícios do Peru, que descreve Gracilaso* [Inca Gracilaso de La Vega, o cronista peruano que transmitiu à Europa as mais extensas notícias sobre o mundo dos Incas], *feitos por nação, que ignorava o uso do ferro, e de todas as machinas, dá sahida a este reparo, com exemplos do que póde executar a multidão de homens ainda faltos de industria*» (*Id*., p. 3), em clara demonstração de que a Arqueologia pré-histórica foi sempre Etnoarqueologia, na medida em que necessitou constantemente de encontrar em paralelos etnográficos a confirmação das suas observações e conjecturas (Trigger, 1989).

Afirma o seu carácter genuinamente português, porque: «*em Italia, França, Germania, Hungria e Castella, nunca vimos semelhantes Altares, ou Antas*» (Pina, 1733, p. 2), ainda que admita, «*que Spelmano faz menção de hum de pedras toscas nas planícies de Salisbury, que reputa consagrado a Ert, que era o Vesta dos Saxonios; e como não traz estampada a figura, não podemos fazer juízo se he semelhante às nossas Antas, ainda que as palavras, com que se explica, mais parece, que indicão semelhança de Templo, que de Altar*» (*Id*. p. 2-3). O apontamento constitui eloquente exemplo da falta de informação então existente e da insuperável limitação decorrente da falta de imagens (esboços, desenhos ou gravuras) que possibilitassem um reconhecimento de monumentos similares em outras paragens. Por outro lado, esta ausência de paralelos conhecidos constitui um argumento forte para as conclusões que extrai da presença dos «*rudes altares*» em paragens tão ocidentais.

Lança-se depois o autor em aturado e sistemático exercício dialéctico para demonstrar a impossibilidade de atribuir tais realizações aos conhecidos povoadores históricos do extremo ocidente peninsular: não são as antas monumentos muçulmanos; também não seriam de alanos, godos e suevos; não seriam obra de romanos; nem de gregos; tampouco de fenícios; «*as Antas tiverão seu principio na mais remota antiguidade, e primeiros Povoadores da Lusitania antiga, que ainda viviam dispersos pelos montes*» (*Id*., p. 14). Concluindo que a sua construção deveria datar de épocas mais remotas, socorre-se da Bíblia para encontrar a justificação da sua existência: «*Suppondo*

pois, que os primeiros netos de Noé, entre os quais se dividio o Mundo, continuarão o culto do verdadeiro Deos, e lhe dedicarão Altares (como depois Abraham, e os Israelitas, pelo preceito ceremonial do referido capitulo do Êxodo) de pedras toscas, e isentas da violência do ferro; e que o Altar infinitae magnitudinis, que as dous Tribus e meyo levantarão junto ao Jordão, em a fórma, e grandeza semelhante a nossas Antas, era um monumento que clamava aos vindouros: El Elohim Jehova, ou em vulgar, Deos verdadeiro, he o Deos dos Deoses; não serão temerárias conjecturas, as que nos inclinão a crer, que as nossas Antas forão dedicadas, pelos primeiros povoadores da Lusitânia, ao verdadeiro Deos, que adorou Israel, e venerão os Christãos» (*Id*., p. 17). Trata-se, pois, da grande explicação / interpretação: *altares dos primeiros povoadores da Lusitânia* consagrados ao *verdadeiro Deos que venerão os Christãos*.

O exercício prossegue, com algumas considerações eruditas, para alcançar uma conclusão muito apropriada para quem buscava (e desejava encontrar) as profundas raízes do cristianíssimo reino de Portugal e se dedicava à sua História Eclesiástica, justificando assim a sobrevivência destas veneráveis práticas no longínquo ocidente peninsular: «*No lamentável progresso, que a Idolatria de inumeráveis figuras de falsas Divindades, adoradas pelos netos de Cham, fez desde o Egipto, reparão doutíssimos Escriptores, que os Persas, os Schytas, e os Celtas, conservarão nos antigos tempos menos deformadas as idéas da Divindade, que receberão por tradição dos Patriarchas; e reconhecendo que a sua natureza era incorpórea, e espiritual, não adorarão Estatuas, nem Ídolos, nem lhe dedicarão Templos; e pela sua barbaridade, e pouca communicação com os estrangeiros, conservarão, com menos corrupção, algumas luzes da religião natural (...) e quem considerar o profundo silencio, que entre os Gregos mais antigos há da parte interior e mais Occidental de Hespanha, a grande distancia, e as difficuldades da navegação no Oceano, conhecerá, que na Lusitânia se podia por muitos séculos conservar a tradição da primeira, ainda que já deformada religião.*» (*Id.*, p. 18). Como já em outros lugares comentei (Fabião, 1989, p. 18-19), é extraordinário este elogio às virtudes do isolamento e daquilo a que hoje chamaríamos condição ultraperiférica, perfeitamente conforme a uma perspectiva conservadora do mundo: quanto menos cosmopolita, mais ligado às antigas e genuínas tradições.

A natural e relevante conclusão foi: «*Conforme estas conjecturas, bem se póde affirmar que são as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque não se mostrará edifício, a que se possa attribuir igual antiguidade. Dissemos monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se achão em alguns montes, e se vem a cada passo nas vizinhanças de Lisboa, são monumentos, que a natureza deixou da universal inumdação, e medalhas antigas do Dilúvio*» (Pina, 1733, p. 19). Através das suas conjecturas, Pina demonstrou que tudo se encontrava em perfeita conformidade com a doutrina da Igreja: fósseis comprovando o Dilúvio e antas consagradas ao *verdadeiro Deus*, erguidas pelos primeiros povoadores da *Hispania*, depois da universal catástrofe, compõem a paisagem em rigorosa conformidade com o texto bíblico. Usando as suas fontes a preceito e construindo as suas *conjecturas* em irrepreensível exercício dialéctico, demonstra como as paisagens conservam os traços da mundividência bíblica e, acaso fora necessário, comprovavam a veracidade da sua narrativa.

A sua interpretação de que estes sepulcros pré-históricos constituíam altares para venerar o *verdadeiro Deus* e não aras de pagãos acabou por conferir uma solene dignidade aos rudes monumentos que pontuavam as paisagens rurais portuguesas, atribuindo-lhes um significado no âmbito da doutrina cristã. O Académico termina a sua intervenção propondo que se realizasse um inquérito para apurar quantos eram e onde se encontravam as antas de Portugal, inventariar para melhor conhecer, estudar e proteger, diríamos hoje: «*se peção noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sitios, em que se achão, para que outro Académico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exacção.*» (*Id*., p. 22). Sabemos que algo terá sido feito nesse sentido, por-

que, no ano seguinte, em 1734, o relato das sessões da Academia regista uma intervenção de Afonso da Madre de Deus Guerreiro, também um eclesiástico (como o eram, aliás, a maior parte dos académicos), que ali teria depositado um documento onde se listavam 315 antas. Infelizmente, da intervenção só temos a notícia e da lista a menção da sua existência (Silva, 1734, p. 5). Tudo leva a crer que terá sido irremediavelmente consumida na destruição dos documentos da Instituição, na sequência do terramoto de 1755. Émile Cartailhac não deixou de sublinhar a relevância da perdida lista, por se tratar do primeiro inventário de monumentos pré-históricos realizado na Europa (Cartailhac, 1886, p. 149).

Somente por curiosidade, registe-se que os venerandos altares não se encontravam abrangidos pela protecção preconizada pelo *Alvará* de 1721, que constituiu a primeira legislação genérica de protecção do Património Construído no nosso país, mas esse detalhe não parece ter preocupado os académicos. De facto, no *Alvará* define-se como objecto de protecção «*qualquer edifício, que mostre ser daquelles tempos* [dos púnicos, romanos, godos, e arabios] *ainda que em parte esteja arruinado*» (Almeida, 1965, p. 104; Fabião, 1989, p. 16-18). Ou seja, não parece que os rudes altares dos primeiros povoadores possam «*servir para illustrar e testificar a verdade da mesma História* [portuguesa]», a justificação apontada para a protecção genérica dos monumentos do passado. O aparente lapso passou também sem correcção na lei de 1802, que basicamente reitera o conteúdo (e em muitos aspectos a própria forma) do *Alvará* de 1721, transferindo para *Real Biblioteca de Lisboa* e para o seu Bibliotecário Maior as competências e responsabilidades anteriormente atribuídas ao Secretario da *Real Academia da Historia*, que então já não existia (Silva, 1826, p. 44-45). A reabilitação dos megálitos para o campo dos monumentos nacionais só se verificou mais tarde, na segunda metade do século XIX, como adiante se verá.

Uma última palavra para a «cristianização» das antas promovida por Mendonça e Pina. Não restam dúvidas de que o texto do académico conheceu apreciável popularidade, fazendo escola. Contudo, a sua interpretação não substituiu inteiramente propostas anteriores, como se pode ver no *Elucidário* de Viterbo, onde *antas*, no plural, regista sentido distinto à da já comentada forma no singular: «*O mesmo que aras, sobre que os primeiros cristãos queimavam as primícias ou sobre que os gentios faziam seus infandos sacrifícios*» (Viterbo, [1798] 1962, p. 502). Altares, sem dúvida, mas provavelmente usados em diferentes contextos sacros.

3. PROSSEGUEM AS INDAGAÇÕES

Depois da Conferência de Mendonça e Pina, não tenho notícia de outros trabalhos especificamente dedicados às antas, mas diria que o facto de se ter publicado o seu texto constituiu um elemento importante para fazer doutrina em torno dos rudes altares. No espólio de Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas, conservado na Biblioteca Pública de Évora, há uma interessante carta/memória, da autoria de José Gaspar Simões, prior de S. Teotónio de Odemira, relativa a antas, de novo, da região da Beira Alta, que em outros lugares já comentei (Fabião, 1989: 21-23; 2011: 77-79). Antes de olharmos para a dita carta, é interessante notar que sendo Severim de Faria e Gaspar Simões ambos homens do Alentejo, onde tão abundante é o fenómeno megalítico, tenha sido na Beira Alta que ambos encontraram as antas que prenderam a sua atenção.

Gaspar Simões escreve ao bispo relatando as suas indagações: «*Á imitação dos homens doutos, que para indagarem o conhecimento das couzas mais nobres da antiguidade, do qual por falta de historia não se podem instruir se vallem da tradição, e dos preciosos Monumentos que a mesma antiguidade deixou depozitados, como bello Mapa da mais pulchra historia, me animei, obrigado de preceito, a fazer, seguindo a mesma Tradição constante, e os Monumentos, que vi e examinei, húa breve*

narração de couzas tão antigas, que (se não me engano) tiverão a sua origem, e sagrado exercicio neste nobilissimo Reyno de Portugal no tempo da Santa Ley Escripta; pois todos os dittos Monumentos e tradição parece serem em tudo coherentes á Sagrada Escriptura.» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). É interessante registar, antes do mais, que o prelado se anima a indagar *couzas da antiguidade* para as quais não dispõe de *Historia* (documentação), valendo-se, por um lado, da *tradição*, ou seja, dessas difusas narrativas que «pairariam no ar» pelas paragens onde decorreram as indagações; e os monumentos propriamente ditos, passíveis de serem observados e descritos. Trata-se pois de uma curiosa mescla de fontes de informação, onde a tradição conta, uma vez que «*vox populi, vox Dei*», e os megálitos também, na sua monumental materialidade. A razão de ser do seu estudo, prende-se com o facto de se tratar de *couzas tão antigas* que remontariam aos tempos *da Santa Ley Escripta*, portanto, perfeitamente no perímetro das suas preocupações teológico-pastorais, sendo igualmente reconfortante o reconhecimento de que tudo parece estar conforme à *Santa Ley Escripta*. A lição de Mendonça e Pina fazia escola.

Tal como em Pina, a doutrina bíblica esclarece e explica a existência dos rudes altares. Tinham uma função concreta, aferida pela tradição:«*He tradição constante nos Bispados de Lamego, Guarda e Viseu, que os Dizimos que antigamente se pagavão a Deos, se queimavão sobre Altares fabricados de pedras impolidas. Tambem me certificarão muitas pessoas que nas partes de N. S.ª da Lapa, que está 4 legoas ao poente da Villa de Trancoso, tinhão visto em alguns sitios muitos grãos de centeio denegridos: e que lhes dizião os naturaes daquelle País: Que aquelles grão queimados se conservavão assim do tempo em que os Dizimos se queimavam*» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). Desconheço de onde viria a ideia de em tempos se queimarem os dízimos e o próprio autor só tem mesmo a *tradição constante*, como referência, sem invocar qualquer passo bíblico ou outra fonte em favor da interpretação funcional que expõe. Curiosa é também a convicção de que se poderiam conservar vestígios dessas remotas eras, *os grãos de centeio denegridos*, só explicável pelo facto de não serem assim tão remotos os tempos em que tais tradições se praticavam. José Leite de Vasconcelos, na sua obra *Tradições populares de Portugal*, refere uma curiosa prática, alegadamente verificada na zona de Pinhel, de se queimarem sobre a mesa de um dólmen as primícias dos frutos, determinando, pela orientação que o fumo tomava, a sorte de futuras colheitas (Vasconcelos, [1882] 1986, p. 74), uma espécie de oráculo rural, que ainda sobreviveria no século XIX. Não sabemos, porque o autor não esclarece, se constituiu observação directa ou notícia que lhe chegou por terceiros (*Tradições populares* é uma lista que se compõe de ambas). Não se excluirá a possibilidade de ser esta a tradição que chegou ao conhecimento de Gaspar Simões e, em se tratando de prática corrente, ficaria explicada a notícia dos *grãos denegridos* que ainda se poderiam observar.

Depois das considerações genéricas, passa o prelado de Odemira à exposição concreta das suas mais aprofundadas indagações: «*Nos limites do Lugar de Ruivóz cerca da Villa do Sabugal vi no ano de 1756 os vestigios claros de cinco Altares, cuja formatura he em tudo semelhante (...) e chegando a hum destes que está em distante para a parte do Norte 300 passos pouco mais ou menos da hermida de S. Paulo Apostolo, vi que as pedras delle estavam levantadas do mesmo modo, que as do referido Altar das Antas do Bispado da Guarda; porem a pedra da meza do Altar estava só metade, e cahida para a parte de fora*» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23). Contudo, nada de grãos queimados ou de outras provas da suposta utilização dos altares, pelo que se impunham outras diligências clarificadoras: «*mandando cavar ao pé da entrada para o circulo que estava entre as duas pedras na parte do nascente em tres, ou quatro palmos de fundo se achou hum silice de comprimento de hum palmo e tres dedos, e de largo hum dedo pouca groçura, e meyo curvo na sua factura: e se acharão mais cinco pedras pardas, cuja qualidade não he muito dura: cada húa destas cinco pedras tinhão hum palmo de comprimento, e pouco mais de dous dedos na parte mais groça o seu feitio hera bem semelhante ao de húa junteira de carpinteiro, porque húa ponta hera larga tres dedos e meyo e esta estava tão*

polida por húa, e outra parte como húa junteira, de modo que se fosse ferro poderia sem duvida cortar; e a outra ponta hera pouco mais larga de dois dedos, pelo que nesta ponta hera a pedra quazi quadrada.» (Carta; Fabião, 1989, p. 21-23).

Em suma, o prior de S. Teotónio tentou através da escavação que mandou fazer obter informação sobre possíveis funcionalidades do altar e, na realidade, até encontrou elementos suficientes para um esclarecimento, uma vez que dali colheu uma faca de sílex e cinco artefactos de pedra polida, mas nada pôde entender, por lhe faltar o indispensável quadro conceptual. Não tinha a noção de que existiria uma «Idade da Pedra», um tempo em que a tecnologia lítica dominava, e menos ainda um conceito de Pré-História; de igual modo desconhecia que aquelas *pedras pardas* podiam mesmo cortar... Procedeu à escavação, descreveu e mediu o que encontrou mas de pouco lhe valeram as diligências, por manifesta incapacidade de interpretar o observado.

Foi ao longo da primeira metade do século XIX que se começou a alterar a perspectiva geral sobre os megálitos e pode encontrar-se um bom exemplo desta nova atitude no apontamento deixado pelo reverendo Kinsey nas suas cartas de viagem a Portugal: «*About three leagues from Evora, near Arrayolos, there is a Cromlêh* [sic] *which has all the distinguishing marks of the Druidical altars known in our own country.*» (Kinsey, 1829, p. 501 e Estampa na p. 514). Registe-se, para começar, a utilização do termo *Cromlêh* [sic] para designar a anta (a figura incluída não deixa lugar a dúvidas do que se trata), a referência aos druidas, própria de alguém que vem do Reino Unido e, sobretudo, a menção de que se trata de monumento análogo aos existentes *in our own country*, varrendo, deste modo, a ideia transmitida por Mendonça e Pina de que as antas constituíam uma originalidade arquitectónica lusitana. Esta abertura de mundos e incremento da circulação derrubava barreiras e aumentava o conhecimento (Fig. 1). Mas, o mais interessante da abordagem de Kinsey é que, apesar de nomear o *altar druídico*, passa depois à refutação da atribuição, já que, nas suas palavras, estes monumentos se observavam também em lugares onde não havia druidas, como era o caso; e que tampouco seria um altar, porque a sua configuração e dimensão a tal uso não se prestaria. Conclui afirmando que se deveria tratar de um sepulcro, socorrendo-se da tese do seu compatriota Borlase (*Id.*, p. 502-504).

Deste modo, pelos viajantes estrangeiros, reforça-se o primitivo quadro interpretativo pagão para os *rudes altares dos antigos povoadores da Lusitânia*, ainda que sem vencer de modo categórico as dúvidas instaladas. A título de exemplo, refira-se que pelos meados do século o erudito espanhol D. José de Viu, em obra dedicada à Extremadura espanhola, onde não faltam referências ao distrito de Portalegre, escreveu: «*en la encomienda de Mayorga hay una porción de Sacelos ó Antas colocados á iguales distancias, sirviendo algunos de ellos para zahúrdas. Si resucitasen los piadosos españoles de aquellos tiempos y vieran tal sacrilegio, de segura querrian morirse otra vez*. [Nota de rodapé:] «*En los fundamentos de una de estas* [antas], *acaban de hallarse saetas, cuchillos y otros utensilios de bien trabajado pedernal. Subirán las Antas á los tiempos primitivos? Esto es muy posible*», rematando por considerar que se trataría indubitavelmente de «*templetes, inclinándonos á que servían para los sacrificios y fiestas rústicas*» (Viu, 1852, p. 244-245).

FIG. 1. O *Cromlêh* de Arraiolos na obra de Kinsey, W. M. (1829) Portugal Illustrated..., Fig. da p. 514.
BNP hg-18572-v_0615_514_t24-C-R0150.jpg

De todas as maneiras, foi categórico a relacionar as antas com a «*religiosidade antigua*» (*Ibid.*). A persistente atribuição a uso sacro constituiu elemento importante para boa parte dos debates que se seguiram e não deixa de ser curioso encontrar esta referência em obra de um autor que se preocupava mais com o passado romano e com as questões da Economia Política extremeña do seu tempo do que com remotos edifícios religiosos. Constitui, creio, um claro exemplo de como se vulgarizava a nova leitura dos monumentos pré-históricos e como os ditos continuavam a ser sinalizados como os mais antigos vestígios da actividade humana nas mais diversas regiões.

4. A CONSOLIDAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA

A grande transformação operada na cultura ocidental pela emergência de um novo paradigma evolucionista e laico que substituiu definitivamente o paradigma criacionista cristão e consolidou o conceito de Pré-História (Daniel, 1964; Trigger, 1989, p. 73 e *ss*.) teve naturais reflexos na interpretação do fenómeno megalítico, ainda que de um modo algo mitigado, pela persistência das ideias associadas a celtas e druidas.

Em Portugal o estudo de Pereira da Costa, de 1868, *Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguidas da descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal* (Costa, 1868), constituiu a monografia fundadora da nova perspectiva sobre o megalitismo. O próprio título é esclarecedor da integração no novo paradigma científico, uma vez que começa pela síntese dos conhecimentos sobre a «pré-história» do nosso planeta e do homem, para só depois se ocupar dos *dolmins*; a forma de denominar os monumentos, tomada por Pereira da Costa da tradução portuguesa dos poemas de Chateaubriand feita por Filinto Elísio (Costa, 1868, p. 43): «*os Dolmins, conhecidos em Portugal pelo nome de Antas*»(*Id*., p. VI) – como é sabido, a proposta de aportuguesamento do termo não vingou –, constituiu uma tentativa de enquadrar o estudo das antas portuguesas no processo de indagação do fenómeno dolménico que se desenvolvia à escala internacional. O desejo de acompanhar / integrar, por um lado, o movimento internacional, expresso na tentativa de responder ao apelo surgido na sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas de Paris, de 1867 (*Ibid*.), e, por outro, de consolidar e aprofundar conhecimentos sobre o tema era justificado porque «*a este respeito não havia ainda nenhum trabalho empreendido pela Commissão Geologica, sendo apenas estes monumentos conhecidos pelo pouco que a este respeito d'elles havia escripto Mendonça de Pina*» (*Ibid.*). São estas as principais razões apontadas para a produção do estudo monográfico que compõe a segunda parte da obra. A atenção foca-se nos monumentos da zona de Castelo de Vide, que Pereira da Costa estudou, no decurso de «*uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peior estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtéjo*» (*Id.*, p. VI-VII), até então uma área que não tinha sido objecto da atenção por quem anteriormente se dedicara ao assunto (Fig. 2). É significativo que Mendonça e Pina continuasse a ser a obra de referência destes estudos.

Para Pereira da Costa, não restavam quaisquer dúvidas de que os *dolmins* de que se ocupava constituíam sepulturas, acompanhando assim as interpretações que se consolidavam pela Europa (*Id.*, p. 46). Ensaia um primeiro esboço de tipologia dos monumentos que prevaleceu longamente nos estudos posteriores: «*Os Dolmins diferem em serem uns d'elles construídos sobre o solo natural, e outros sobre um montículo artificial (tumulus)* (...) *os primeiros se designam em portuguez pelo nome de Antas, e os segundos se chamam Mamunhas, Mamúas ou Mamôas. Quando o Dolmin é enterrado até á mesa, como veremos na descripção das Mamunhas de Carrazedo e de Mamaltar, estes Dolmins estabelecem a transição dos Dolmins descobertos para os que são inteiramente cobertos*» (*Id*., p. 66). Apresenta o resultado, verdadeiramente decepcionante, das suas investigações de campo:

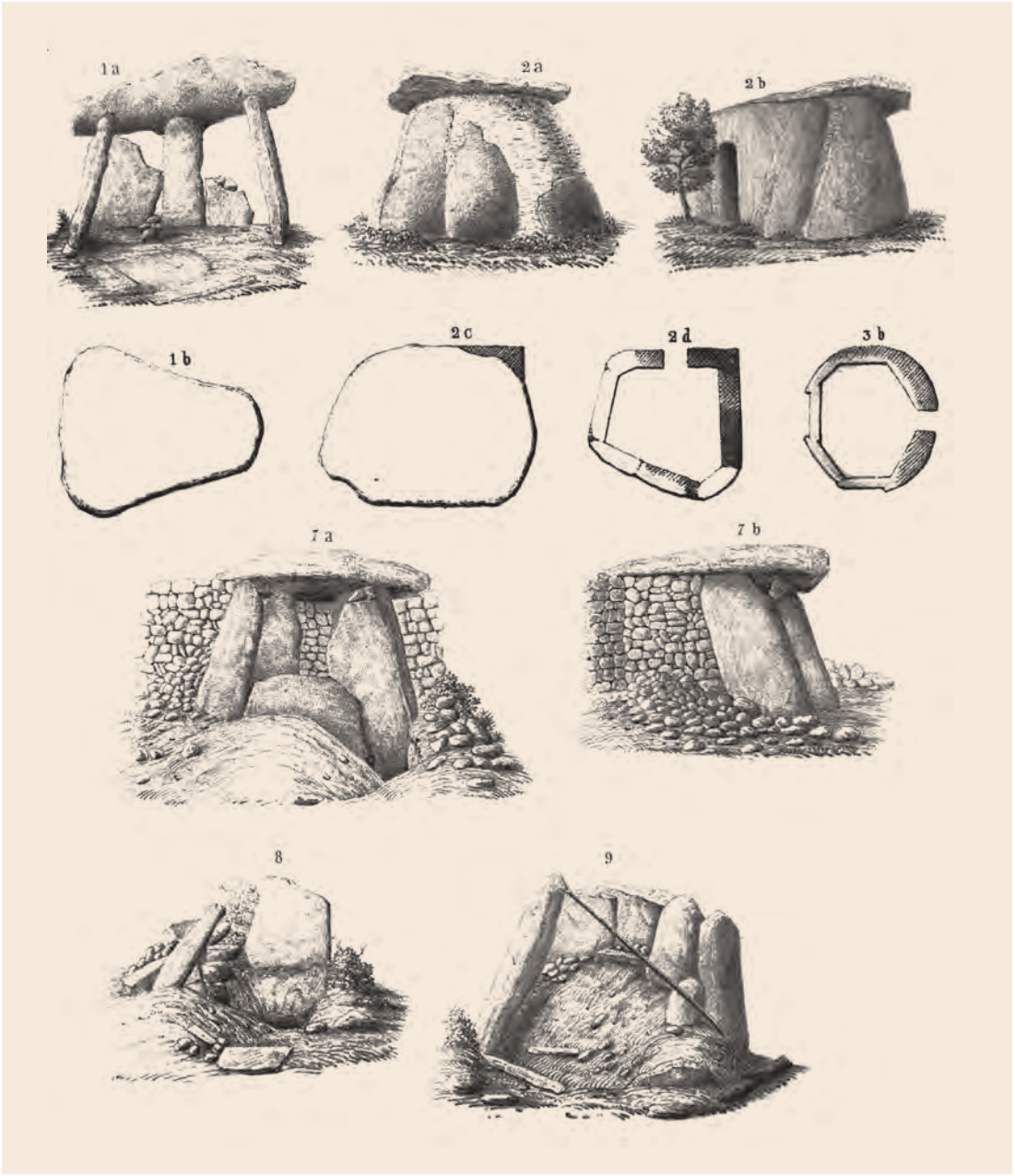


FIG. 2. Alguns dos Dolmins de Pereira da Costa (1868).

14 antas descritas, escavações realizadas em várias delas, tendo obtido somente alguns artefactos de pedra polida, que descreve e ilustra.

Ensaia de seguida uma lista / inventário dos *dolmins* conhecidos no território português, de evidente fraca expressão, composta, por um lado, dos monumentos já anteriormente mencionados por Mendonça e Pina, pelo Padre Simões e pelos viajantes estrangeiros e, por outro, pelas novas informações que lhe chegam, seja pela amabilidade de colegas e conhecidos, seja pelo registo realizado no âmbito das obras de geodesia nacional, então em curso. O cômputo geral ficou muito aquém das supostas 315 antas da perdida lista do Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro. Sabemos que os esforços de Pereira da Costa não se ficaram por aqui e que teria prosseguido as suas indagações, anunciando um segundo volume monográfico sobre o tema, como nos diz Augusto Simões:

FIG. 3. Anta da Lairinha (Pereira, 1875)

«*O sr. Pereira da Costa, depois de ter descripto trinta e nove* [antas] *na sua Memoria, impressa em 1868, chegou a colligir desenhos talvez de mais de cem que mandou litografar para uma segunda Memoria, a qual infelizmente não chegou a entrar no prelo*» (Simões, 1878, p. 82), informação análoga foi transmitida por Émile Cartailhac na sua síntese sobre a Pré-história peninsular (Cartailhac, 1886, p. 152). Sabemos também que em 1880, o «*mapa de Portugal arqueológico-pré-histórico*» exposto no Museu da Comissão Geológica, registava 180 dólmenes ou antas, maioritariamente situadas no Alentejo (Martins, [1881] 1987: 216); uma vez mais, uma lista bem mais modesta do que a apresentada pelo académico da Real Academia da Historia Portugueza, mas ainda assim mais rica que a publicada por Pereira da Costa.

A obra de Pereira da Costa passou a ser a nova referência, utilizada por Augusto Filipe Simões no seu ensaio de Introdução à Arqueologia da Península Ibérica, que se quedou pela parte primeira, dedicada às antiguidades pré-históricas, tratando do megalitismo em dois extensos capítulos (Simões, 1878, p. 75-109). Sem avançar propriamente com novidades sobre o tema, bastante misturado com outras realidades supostamente afins (megalíticas, no estrito sentido do termo), onde cabem as «pedras balouçantes» ou as arquitecturas ciclópicas, incluindo as muralhas de Tarragona, inicia a discussão sobre quem seriam os construtores destes monumentos, já assumidamente reconhecidos como realidade de ampla extensão geográfica. A estes temas e questões, respondeu Gabriel Pereira com um ensaio, centrado no fenómeno megalítico alentejano (Pereira, 1875) (Fig. 3), onde não falta a devida vénia ao: «óptimo trabalho do sr. dr. Pereira da Costa, estudo completo que deve ser considerado em Portugal como os de Sven-Nilsson na peninsula scandinava ou o de Lyell em Inglaterra» (*Id.*, p. 7). Tratando de modo sistemático os «problemas» enunciados por Simões, defende basicamente a existência de uma clara distinção entre antas e mamoas (*tumuli*), na esteira de Pereira da Costa, atribuindo maior antiguidade às primeiras (*Id.*, p. 6-7), discute extensamente o tema da disseminação do fenómeno megalítico e do povo que edificou tais monumentos, para concluir: «*eram os iberos que enterravam os mortos nos dolmens. Da extensão geographica d'estas construcções obtemos nós o importante resultado histórico; que o povo ibero, antes das invasões célticas habitava alem da Hespanha e do sul da França até ao Rhodano, também a França septentrional, a Bretanha, a Allemanha do norte, a Dinamarca e a Saxonia*» (*Id.*, p. 16-17).

Deste modo se começava a insinuar uma ideia que veio mais tarde a ganhar força de ser o megalitismo uma criação peninsular e, mais concretamente, do ocidente peninsular. Pode dizer-se que, embora se reconhecesse não ser exclusivo do espaço português, como pretendeu Pina, se passava à reivindicação de uma origem peninsular para o fenómeno.

Por esta mesma época, Possidónio da Silva dava à estampa as suas *Noções elementares de Archeologia*, onde o tema do megalitismo é, por assim dizer, «despachado» em poucas linhas –

«Os tumulos ou sepulchros, compõem-se d'um recinto central formado de pedras de rocha [sic] *de grande dimensão, no qual se entra geralmente por um corredor de egual construção, estando tudo encerrado em immenso montão de pedras e terra* (...) *muitas vezes foram encontrados os pedregulhos que formam a parte central sem a terra que os cobria e quasi completamente separados; então nesse caso chamavam-se Antas*» (Silva, 1878, p. 4) - sem que se veja que o autor domine minimamente a problemática, ainda que não deixe de mencionar algum monumento português (Fig. 4). Não tem dúvidas porém quanto à sua função sepulcral – «*Varios antiquarios tinham tomado os dolmens desguarnecidos dos tumulos por* altares druídicos*, porém ao presente esta ideia está quasi desprezada, por falta de provas positivas*» (*Id.*; p. 5). Dir-se-ia que a sua obra, excessivamente dependente dos exemplos europeus, particularmente escandinavos (Worsaae) em pouca consideração tomou o contributo de Pereira da Costa.

Francisco Martins Sarmento ocupou-se também, ainda que marginalmente, do tema megalítico no noroeste de Portugal. A sua indagação prendeu-se, em boa medida, com a necessidade de esclarecer o mistério que envolvia a identificação dos espaços sepulcrais dos povoados castrejos que eram o centro dos seus interesses. Procurando avaliar a questão, acabou por relacionar castros e monumentos megalíticos (Sarmento, [1880; 1883-4] 1933, p. 63-67 e 163-172). A justificação para tal associação resulta de bem construídos argumentos arqueológicos, embora conduzindo a errada conclusão, como sabemos: a proximidade física entre antas, mamoas, antelas e os castros tornava sugestiva a hipótese de uma relação: «*creio firmemente que todo aquele que estudar a posição das mamoas em relação aos castros não pode furtar-se à convicção de que as duas espécies de monumentos estão inteiramente ligados*» (Sarmento, [1883-4] 1933, p. 171). De entre os indícios valorizados, avultava aquilo a que hoje chamaríamos a dimensão simbólica e «artística»: «*a exploração de diferentes mamoas me fêz ver em algumas pedras, que compunham caixas tumulares, cobertas por elas, as mesmas cóvinhas, e nas lages proximas as mesmas gravuras, que já tinha observado nos castros*» (*Ibid.*).

FIG. 4. Anta de Guimarães (Silva, 1878)

Por outro lado, a verificação da ocorrência de artefactos de pedra polida nos castros, designadamente em Sabroso, indicadores de uma origem pré-histórica dos mesmos, fornecia um argumento adicional de aparente consistência. Finalmente, a pontual identificação de materiais de época romana em mamoas e antas rematava o raciocínio (*Ibid*.), compondo o que se afigurava como sólida evidência empírica dessa relação. Naturalmente, Sarmento tinha consciência da maior antiguidade dos monumentos megalíticos, ainda que supusesse também que os castros que estudava, sobretudo Sabroso, remontavam a tempos pré-históricos, limitava-se a presumir que teriam permanecido em uso nas épocas subsequentes, o que facilmente aceitava, uma vez que a sua visão do mundo lusitano assentava na premissa de existir um extremo conservadorismo cultural: «*As diferentes revoluções, por que passou a Lusitânia, não alteraram em nada o carácter das suas populações*» (Sarmento [1880], 1933, p. 59).

Creio que se não deve julgar com excessiva severidade a tese de Sarmento, em primeiro lugar, por se basear em sólida argumentação empírica, depois, por não andar longe de notórias tendências de época, que ligavam as antas ao mundo céltico e druídico em outras paragens da Europa, cristalizando, em tempos bem mais recentes, nas aventuras de Astérix o gaulês, onde encontramos um Obélix produtor de menires e muitas e variadas pranchas desenhadas que apresentam a paisagem gaulesa de época cesariana pontuada por dólmenes, em clara demonstração da persistência, em meio não especializado, de muitas ideias e noções já plenamente refutadas no mundo cientifico.

Não interessa no âmbito desta abordagem prosseguir com a análise dos relevantes estudos desenvolvidos pelos pioneiros da arqueologia portuguesa, Carlos Ribeiro, Estácio da Veiga ou, mais tarde, Santos Rocha, sem esquecer o contributo de observadores exteriores como Émile Cartailhac, importa sim considerar uma curiosa deriva que se foi desenhando nos finais do século XIX, sobretudo nos meios francófonos, relacionada com a refutação da dimensão religiosa das sociedades pré-históricas. De certo modo, pode considerar-se que esta deriva, estribada no novo paradigma laico evolucionista, reagia fortemente a tudo o que pudesse parecer reminiscência das antigas leituras bíblicas.

Vale a pena atentar no que se passou durante a IX sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Lisboa, em 1880.

Na abertura do evento, o ministro Andrade Corvo, Presidente do Congresso, em discurso evocativo do novo paradigma evolucionista, não deixa de referir, como tema relevante a considerar pela investigação: «*Les sentiments réligieux, dans sa plus large acception, existait-il dans le monde préhistorique? A quel âge et sous quelle forme s'est-il montré primitivement? Quelles sont les monuments – tombeaux, amulettes ou autres – qui peuvent mieux guider la science dans des recherches si difficiles et si importantes? Voilà un sujet qui, j'ose le dire, mérite bien d'occuper l'étude des savants.*» (Delgado, 1884, p. 9-10). Refere-se então ao *animismo*, a forma de religiosidade que, por via etnográfica, se convocava para estudar a análogo fenómeno da Pré-história. Podemos entender como o tema da antropologia e arqueologia pré-históricas era socialmente entendida, na crónica humorística de Bordalo Pinheiro publicada no jornal «*O Antonio Maria*». Ali se escreve: «*Entre os congressistas anthropologos figuram dois eclesiásticos. Como pódem estes dois varões aliar no seu espirito os interesses da fé que professam com os da sciencia que cultivam? A investigação geológica e a tradição bíblica repelem-se ou destroem-se entre si. São estes clérigos, como o padre Bourgeois, dois verdadeiros sacerdotes da sciencia ou são dois falsos sábios de sachristia?*» (Gonçalves, 1980).

Recorde-se também (facto normalmente não assinalado) que foi justamente em Lisboa, no âmbito da nona sessão do Congresso, que pela primeira vez se apresentou a arte rupestre da gruta de Altamira e foi aqui que nasceu a polémica sobre a sua autenticidade, que se prolongou até aos inícios do século XX. A reunião de Lisboa decorreu poucos meses depois da filha de Santuola ter visto «los toros» no tecto da gruta cantábrica e M. Vilanova, o único espanhol presente, trouxe a notícia

e os primeiros esboços das pinturas, que apresentou publicamente, enfrentando a desconfiança, veemente negação e manifesta hostilidade dos arqueólogos franceses, com Carthailac, que Bordalo Pinheiro descreveu como «*a arqueologia na forma de pé de vento*» (*Id.*), a abandonar ostensivamente a sala. Para a história, ficou somente a lacónica notícia do *Compte Rendu* de que, na jornada do dia 27 de Setembro «*M. Vilanova invite les membres du Congrès à visiter avec lui les cavernes de Santillana, près de Santander, dont les parois et le plafond offrent des gravures coloriées où ont reconnait l'aurochs. Cette découverte est due à M. Marcelino de Santuola.*» (Delgado, 1884, p. 47).

Como adiante se comentará, o controvertido tema da religiosidade pré-histórica haveria também de condicionar as interpretações dos monumentos megalíticos.

As antas não foram particularmente consideradas na sessão do Congresso de Lisboa. Pereira da Costa não compareceu, certamente pelas divergências que mantinha com os restantes membros da Comissão Geológica e Carlos Ribeiro, já debilitado pela doença, preferiu centrar a sua atenção no tema do Homem Terciário, que fora afinal a razão da realização em Lisboa da IX sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas. Somente no discurso inaugural se referiu breve e sinteticamente ao tema: «*Les dolmens et autres monuments congénères, si nombreux en Portugal, paraissent avoir appartenu à différents peuples ou races, qui coexistèrent ou qui se sont succédés à l'époque de la pierre polie. On compte un grand nombre de dolmens, les uns couverts et sans galeries, d'autres découverts et avec ou sans galeries, principalement dans les provinces de Beira, Extremadura et Alemtejo. Parmi ceux que nous avons explorés nul n'offre l'indice de l'usage des métaux; et cependant il est très possible que quelques-uns de ces monuments aient servi de sépulture pendant l'âge de la pierre polie et postérieurement durant l'époque du bronze et celle du fer.*» (*Id.* p. 17). Em suma, apresentando uma perspectiva não muito distinta da de Pereira da Costa, na tipologia dos monumentos, ou de Martins Sarmento, na longevidade do uso dos mesmos. Registe-se o cuidado no sublinhar a possibilidade de *quelques-uns de ces monuments aient servi de sépulture pendant l'âge de la pierre polie et postérieurement*. De facto, o carácter exclusivamente funerário dos monumentos não se considerava de todo adquirido, por natural escrúpulo positivista, uma vez que nem sempre se registava a presença de vestígios antropológicos no interior das câmaras das antas escavadas, ou seja, nem sempre os dados positivos permitiam tal conclusão.

Nos restantes trabalhos do Congresso, o tema do megalitismo acabou por ser tratado somente por José Caldas, na comunicação dedicada à *Archéologie préhistorique dans la province de Minho* (*Id.* p. 333-351), onde se limita a enumerar uns quantos monumentos que descreve, mas sem avançar ideias ou propostas sobre cronologias ou funções.

Em Portugal, foi sobretudo Leite de Vasconcelos quem frontalmente assumiu o combate à atitude francesa de negação da religiosidade pré-histórica. O fundador do Museu Ethnographico Português, na sua *Religiões da Lusitânia*, onde explicitamente afirmava que, na sua óptica, «*as religiões não passão de fenómenos sociológicos: e como taes as trato*» (Vasconcelos, 1897: xxxiii), contesta frontalmente as perspectivas de Mortillet, que refutava a existência de uma religiosidade pré-histórica (*Id.*, p. 81 e ss.), para concluir: «*a faculdade religiosa não constitue apanágio do homem primitivo, - é de todas as civilizações e epochas; mas nelle tinha grande intensidade*» (*Id.*: 97). No que concerne ao culto dos mortos e ao fenómeno megalítico, Vasconcelos produziu uma excelente síntese, onde não deixou de discutir extensamente a função funerária dos monumentos, contra as propostas alternativas, ainda de algum modo vigentes, de se tratar de altares ou habitações; e a sua cronologia de uso, contra as propostas de grande longevidade na utilização sepulcral destas estruturas, com bem gizados argumentos arqueológicos, basicamente, defendendo que nem tudo o que se encontra no interior de uma anta é testemunho do seu uso funerário. O estudo de Vasconcelos, de ampla síntese, recorre aos dados proporcionados pelas investigações realizadas pelos seus contemporâneos e, sobretudo, aos seus próprios estudos (*Id.*, p. 248 e *ss.*). Mas não prosseguiu com

investigações neste domínio, por estar o seu interesse pelo megalitismo circunscrito à recolha de dados para o primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*.

O estudo do megalitismo de José Leite de Vasconcelos passou a constituir a referência fundamental para o tema, substituindo o trabalho de Pereira da Costa e remetendo muito justamente para um plano secundário os trabalhos menores de Augusto Simões e Gabriel Pereira.

5. O «PORTUGAL MEGALÍTICO»

Entre os finais do século XIX e os inícios da centúria seguinte, assistiu-se a uma sequência de eventos de apreciável impacte na relação entre populações, estudiosos e monumentos megalíticos.

Por um lado, depois dos estudos da segunda metade de oitocentos, consolidou-se a ideia da grande abundância de sepulcros megalíticos, um pouco por todo o país, com especial incidência no Alentejo, remetendo assim para um plano secundário o megalitismo da Beira Alta, que ganhara especial protagonismo nos primórdios das observações, com Severim de Faria, Mendonça e Pina e Gaspar Simões, e que vira finalmente a sua moderna abordagem, incluindo registo gráfico, no Relatório que Sarmento publicou da *Expedição Scientifica á Serra da Estrella*, promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa (Sarmento, 1883) – diga-se, um dos poucos que acabou por ser publicado na sequência da ambiciosa expedição (Fig. 5).

Por outro, assistiu-se neste período a um notório abrandamento da actividade arqueológica, com forte expressão na atenção concedida aos monumentos megalíticos, que somente algumas iniciativas pontualmente localizadas contrariaram, como as dos Padres Brenha e Rodrigues, em Carrazedo do Alvão, Vila Pouca de Aguiar, ou de Tavares Proença Júnior, na zona de Castelo Branco. Os primeiros relacionados com a fantástica tese da criação ocidental do alfabeto, em época neolítica, ideia que Mendes Correia abraçou com entusiasmo (!), constituindo todo um «dossier» que ainda aguarda estudo, sobretudo para tentar entender como e quem forjou as placas com escrita alfabetiforme e gravuras de faunas arcaicas; o segundo, correspondendo, a nível nacional, às iniciativas da então nascente *Societé Préhistorique Française*, que lançava um grande programa de inventário geral do fenómeno megalítico, que o jovem investigador acompanhou, mas que não teve continuidade por Proença Júnior ter abandonado o país, depois da implantação da República – detalhado tratamento do tema no Catálogo da Exposição *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares Proença Júnior* (Ferreira, 2004). Em qualquer dos casos, trabalhos que, se conheceram alguma notoriedade, não tiveram continuidade.

Finalmente, em reacção aos problemas decorrentes da desamortização dos bens da Igreja, foi ganhando corpo a ideia da necessidade de constituir uma lista de Monumentos Nacionais, que deveriam ser identificados, protegidos e conservados pelo Estado. Sucessivas comissões trabalharam na elaboração da lista, tarefa atribuída à *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, a partir de 1880. Nesse mesmo ano, em Assembleia Geral, a agremiação aprovou uma primeira lista definitiva a apresentar ao governo. De entre os imóveis merecedores de classificação, figuravam na *Sexta Classe* (*Monumentos Prehistoricos*) 39 antas e mamunhas, basicamente aquelas que tinham até então sido objecto de alguma atenção por eruditos e investigadores (Conselho, 1904, p. 20-22). Uma lista bem modesta, sobretudo se comparada com outras anteriormente estabelecidas. Registe-se, contudo, que se tratava de atribuir dignidade de Monumento Nacional a estes sepulcros e que a dita *Classe*, dos *Monumentos Prehistoricos*, se esgotava justamente nos megálitos, não reconhecendo outras categorias, o que não deixa de conferir, pela primeira vez, uma especial dignidade a estas construções.

As primeiras décadas do século XX foram época de sério refluxo nos progressos da investigação arqueológica portuguesa em geral, ao qual não escapou o fenómeno megalítico (Fabião, 1999).

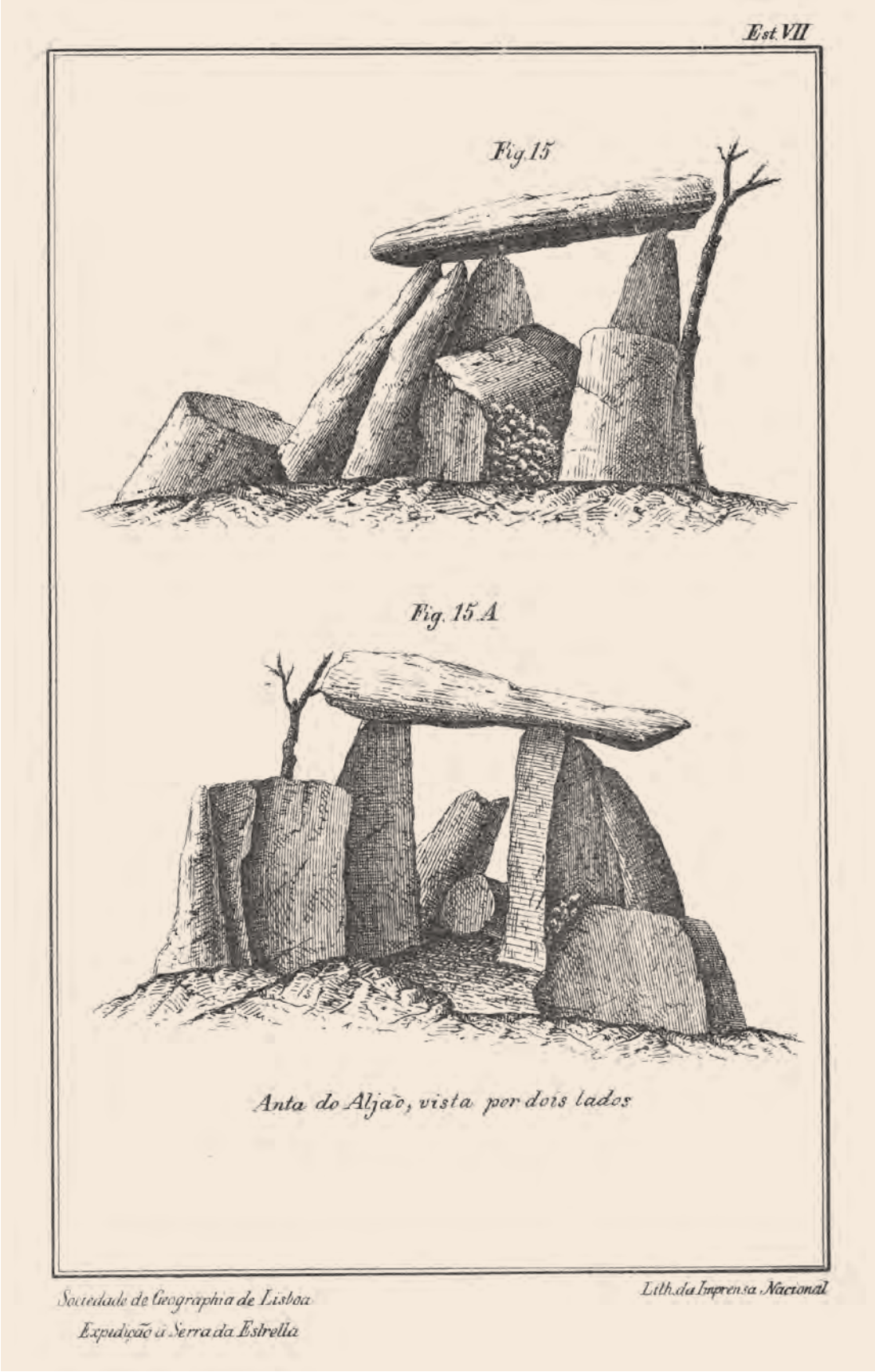


FIG. 5. Anta de Aljão (Sarmento, 1883)

Na realidade, o segundo director do que era então o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos (designação que tinha aquele que é hoje o Museu Nacional de Arqueologia), Manuel Heleno, empenhava-se em numerosas escavações de sepulcros megalíticos no Alentejo, mas a ausência de publicação conservava em quase anonimato o tema ou, pior ainda, remetia-o para discursos genéricos de pendor nacionalista, ao nível do que chamaríamos hoje «*sound bites*», até por serem transmitidos na comunicação social e não propriamente em publicações científicas. A título de exemplo, refira-se a entrevista dada ao jornal «Diário de Notícias», com chamada à primeira página, onde se afirmava que «*A nacionalidade portuguesa como agregado humano, possuidor de uma unidade moral, está definida desde os tempos da pedra polida*», como as suas investigações alegadamente demonstravam (Heleno, 1932; Fabião, 1999, p. 120-125).

No tocante às sínteses, o panorama não era melhor. Por estes anos, foi dada à estampa a *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, que durante muitas décadas constituiu a principal obra de referência da historiografia portuguesa (Peres, 1928). No primeiro volume, Mendes Correia ocupou-se da pré e proto-história do espaço hoje português, em Capítulo que leva o expressivo título de *A Lusitânia Pré-romana*, um verdadeiro manifesto político, que em si diz muito sobre o profundo cariz nacionalista das ideias expendidas, fazendo remontar a identidade nacional à Pré-História. No tocante ao conteúdo que mais interessa a estas páginas, o mínimo que se poderá dizer é que o megalitismo não constituía tema que o Autor dominasse particularmente. A tese expendida refere-se à existência de um suposto Império Megalítico, que se constituíra e expandira a partir do ocidente da Península Ibérica: «*De facto, parece que não há um «povo ou raça dos dólmenes» como se supôs, mas a cultura dolménica marca uma fase larga e nítida da pré-história, e, conquanto essa cultura tenha tido ampla difusão no tempo e no espaço, influenciando decerto povos diversos, ela apresenta entretanto certas relações mútuas em pontos muito afastado e parece hoje a muitos ter tido no território português um centro importante de origem, desenvolvimento e dispersão*» (Correia, 1928, p. 120). Mais adiante, volta a sublinhar o tema: «*Como dissemos, há quem atribua uma origem portuguesa à cultura megalítica da Europa Ocidental* (*Id.*, p. 124), ou seja, apresenta a sua tese, não como ideia própria, mas como proposta de outros, não nomeados, que se limita a corroborar, aludindo talvez a ideias expostas, sem grande êxito, diga-se, por Hugo Obermaier. Correia volta a reforçar a sua ideia, de forte cunho nacionalista, escrevendo: «*as nações poderosas e expansivas dos edificadores dos dolmens, os criadores inspirados e sentimentais de mitos e religiões, os inventores de escritas maravilhosas* [uma alusão às pedras de Carrazedo de Alvão, cuja autenticidades defendera nesse mesmo ano em publicação internacional]» (*id.*, p. 172), em suma, uma lista de feitos gloriosos identificados desde o mais remoto passado. Registe-se, que apesar da rivalidade pessoal, Manuel Heleno alinhava pelo mesmo tom. Na já mencionada entrevista concedida ao diário lisboeta, defendeu que o vigor expansionista do megalitismo peninsular desempenhara um papel análogo ao dos reinos hispânicos na descoberta e conquista de novos mundos, em época moderna (Heleno, 1932; Fabião, 1999, p. 121-122).

Para lá da ideia imperial, a contribuição de Mendes Correia insistia particularmente na dimensão religiosa do megalitismo. Para lá da referência sintética já apontada, pode acrescentar-se este passo: «*junto dos cadáveres depostos nas sepulturas dessa ordem, foram, pela devoção das gentes da época, colocados, por vezes em farta profusão, objectos de variadas naturezas e significados, que atestam não só os sentimentos piedosos dessas gentes remotas, mas também um certo número dos seus usos e costumes*» (Correia, 1928, p. 125). Note-se, que quando ainda mal arrefecera a polémica sobre a religiosidade pré-histórica, o discurso do conservadorismo nacional enchia-se de *devoção*, *piedade*, *sentimentalismo* e *religião*, no tocante aos obreiros do «Império Megalítico», em obra generalista e, por isso mesmo, de ampla difusão. Creio ser este o contexto que explica o «episódio marginal» de que seguidamente me ocupo.

6. O MEGALITISMO AQUILINIANO

A obra ensaística de Aquilino Ribeiro foi já valorizada na sua dimensão etnográfica (Sobral, 2002), não tanto nos seus textos onde trata de temática arqueológica. Justamente o megalitismo constituiu objecto da atenção do grande escritor nos três primeiros capítulos do seu *Arcas Encoiradas*, sugestivamente subtitulado: *estudos, opiniões, fantasias* (Ribeiro, [1953] 2012). Na realidade os ditos capítulos albergam um delicioso ensaio sobre a condição humana, na remota antiguidade ou nos tempos contemporâneos, empenhando-se em centrar a atenção no fenómeno megalítico das suas *«terras do demo»*, refutando, de uma penada, em primeiro lugar, a função sepulcral e, seguidamente, por consequência, a dimensão religiosa. Insistia também no cariz regional, reagindo contra as grandiosas teses do Império Megalítico. Naturalmente, o estudo de Aquilino deve ser devidamente contextualizado nestes tempos de profundo refluxo da actividade arqueológica em Portugal, quando as mais sólidas referências ao megalitismo eram ainda as de Vasconcelos e seus contemporâneos.

O ponto de partida é o do efectivo desconhecimento que rodearia o fenómeno megalítico: *«Estes dólmenes, em despeito da sua bruta simplicidade, de estarem patentes aos olhos do erudito e do néscio, constituem problema por ora irresoluto»* (*Id.*, p. 41) e Aquilino demonstra no seu ensaio que leu literalmente tudo o que havia para ler sobre o tema. Naturalmente, desde a sua perspectiva beirã, rejeita o termo anta, que erradamente considera uma criação dos arqueólogos, para usar o termo local: *orca* – *«a orca, a nosso ver o centro da povoação neolítica»* (*Id.*, p. 11). Mas, voltando à sua tese, e prestando tributo à saborosa prosa, escreveu: *«Os arqueólogos têm-se farto de dar voltas ao juízo, discutindo, joeirando inferências, argumentado calorosamente uns com os outros, que não há nada para induzir mais ao exaltamento que estas ciências mansíssimas, e pois que não era bonito estar em branco, não ter uma resposta quando pertence ao escopo da própria especulação explicar a origem das coisas, assentaram em sua grande maioria que se tratava de construções sepulcrais.»* (*Id.*, p. 22). Admitindo, embora, função funerária para certos monumentos, recusa-a para as *orcas* das serranias da Beira Alta e Trás-os-Montes: *«As explorações de Carlos Ribeiro e de Estácio da Veiga conduziram de facto à descoberta de verdadeiras necrópoles – de estilo dolménico, como não? Se toda a arquitectura da época revestia esse carácter e alçado de ordem geral, mas a orca ficava lá longe, mais primitiva, com outra rude grandeza, destinada a outro fim. Que no início da idade dos metais, inúteis e desamparadas, fossem uma ou outra aproveitadas para sepulcros pelo homem que morava já na casa cilíndrica da citânia, é aceitável.»* (p. 26). Ou seja, rejeita uma visão unitária do fenómeno megalítico, invocando a singularidade da região que mais directamente lhe interessa, e aceita a proposta de Sarmento, mas entendida somente como mero reaproveitamento de construções primitivamente edificadas com outra finalidade e, em favor do seu ponto de vista, alinha o argumento positivista da ausência de provas empíricas de usos fúnebres: *«a metrópole dolménica de Vila Pouca de Aguiar (...) Naquela tortulheira das orcas – duzentas numa área de dez quilómetros – há de tudo, menos esqueletos ou suas fracções»* (*Id.*, p. 26). Por mais de uma vez insiste em usar o termo *metrópole*, para o que a investigação hoje chama «necrópoles megalíticas», o que estava em perfeita consonância com a sua interpretação funcional dos monumentos. Em boa perspectiva positivista questiona a interpretação fúnebre, na ausência de restos antropológicos.

Qual seria então a finalidade das *orcas*? Para Aquilino, a resposta afigura-se clara: *«O homem quaternário, na nossa humilde opinião, acoitava-se nas orcas (...) acoitava-se em cabanas de ramos, nos refegos dos planaltos, em torno duma orca, duas orcas, onde ardia o fogo perpétuo, o fogo comunal, primeira indústria socializada do mundo. A primeira orca não podia deixar de ser isto: o estabelecimento público, larário da colmeia paleolítica, espalhada entre penedos, à sombra de grandes árvores, em choupanas construídas de ramos e torrões»* (*Id.*, p. 40).

Mas, para além da interpretação arrojada, o Autor expõe com clareza as bases da sua negação da função fúnebre das *orcas* das «terras do demo» e essa era, no essencial, a recusa de aceitar a dimensão religiosa associada ao culto dos mortos, um claro eco (e continuidade) da perspectiva da Arqueologia francesa dos fins de oitocentos: «*Teria realmente o homem primitivo o culto dos mortos? (...) Vai-se raciocinar a respeito do homem primitivo com os silogismos do homem criado à semelhança de Deus, o que é analiticamente absurdo*» (*Id.*, p. 31); e insiste: «*Segundo as almas cândidas que pretendem enfeixar as duzentas orcas na serra do Alvão sob a etiqueta de necrópole, o pobre selvagem daqueles andurriais não teria outro pensamento na cachimónia que não fosse o da morte*» (*Id.*, p. 37). Recorrendo aos conhecimentos que durante a primeira metade do século XX se consolidavam sobre o Antigo Egipto, usa a analogia, com admirável humor: «*O culto dos mortos com o pensamento na ressurreição (...) quadrava a essa nação de vida risonha e planturosa* [o Antigo Egipto]. *Mas o desgraçado íncola dos cabeços do Alvão, de Cota, do Barroso, fraga e mais fraga, vento, neve e geada, se exceptuarmos o instinto de viver, que estímulo o aferrava à vida? (...) E, mais ainda, porque havia de ter vontade de ressurgir?*» (*Id*, p. 37-38); «*Se me dissessem que na folha de Vila Pouca de Aguiar o trigo dava cem sementes, o rio era uma divindade tutelar e benfazeja como o Nilo, aceitava que os dólmenes que o Revº Brenha explorou fossem jazigos, feitos expressamente para albergar os restos venerados dos homens-bons da tribo e, com os restos, as suas almas desencarnadas. Mas se aquela serra é laja e sala de bailar dos ventos e o serrano em certas horas devia alimentar-se de gafanhotos, repugna-me conceber que os seus duzentos dólmenes fossem mais que duzentas lapas em que se acoitava vestido de peles, que uns vizinhos ajudavam aos outros a levantar* (...) *Mas não sendo assim, o culto da morte sobrepujava ao da vida, o que seria a negação da própria vida*» (*Id.*, p. 40).

No fundo, vida agreste, mas feita de entreajuda comunitária, uma ode à vida e aos costumes simples e fraternos dos serranos, em quem vislumbra as virtudes dos homens primitivos, por contraposição aos seus contemporâneos. Essa é a conclusão da abertura de *Arcas encoiradas*, que tem por contexto, deve sublinhar-se, o ambiente geral de Guerra Fria, na Europa, e o peso do regime autoritário do Estado Novo, que Aquilino activamente combateu: «*O homem pré-histórico valia portanto mais, incomparavelmente mais, sob o aspecto humano, que nós os civilizados, e não precisamos para justificar esse conceito mais do que olhar em roda, sem necessidade de recorrer à dialéctica, como seria a tese obscurantista de Rousseau, nem esperar que bata a última badalada para a hecatombe começar*» (*Id.*, p. 56).

Para saborear com deleite a prosa aquiliniana e com gosto ler as suas páginas, não temos mais do que atentar no já evocado subtítulo da obra, *estudos, opiniões, fantasias*, e reconhecer como ali estão presentes estas três dimensões. Contudo, como sucede em todas as teses que se foram sucedendo ao longo do tempo sobre o fenómeno megalítico, também esta teve sequelas (ou fez escola, se preferirmos). Nas páginas da revista «Beira Alta», publicação cultural de Viseu, foram publicados, a título póstumo, os extensos apontamentos de J. A. Correia Campos, um militar que chegou a prestar colaboração aos trabalhos de Leite de Vasconcelos, coligidos justamente sobre o megalitismo das serras da Nave, Lapa e Cota, de novo as «terras do demo», expressivamente intitulados *Dólmens: habitação ou necrópole?* Onde o autor resolutamente escolhe a primeira opção (Campos, 1982-1985). Uma vez mais, o exemplo do Antigo Egipto adquire especial protagonismo, como contraponto do megalitismo local. Compreensivelmente, as ideias expressas não receberam grande apoio nos meios arqueológicos.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A digressão atrás ensaiada pelas visões do megalitismo ocidental demostram como se podem construir e rebater narrativas sobre estes monumentos, de forma coerente, a partir dos diferentes paradigmas em que se situam os investigadores. Uma primeira leitura dos rudes monumentos remete-os para um passado longínquo e pagão, associado a usos sacros, por se tratar de edificações em absoluta desconformidade com os cânones arquitectónicos identificáveis em outras épocas históricas. Como se acrescenta, sem substituir inteiramente a anterior interpretação, uma matriz judaico-cristã, em perfeita sintonia com o paradigma criacionista e o modelo de povoamento do mundo após o Dilúvio Universal; e como uma perspectiva conservadora identifica a persistência do culto ao «verdadeiro Deus», devidamente sustentada no texto bíblico, cruzada com a ideia de que uma condição periférica, afastada do cosmopolitismo, pode perpetuar tradições, tidas por virtuosas. Religiosidade, primitivismo, conservadorismo são, por assim dizer, as palavras-chave destas etapas, com ou sem associação bíblica. Reconheça-se que, à luz do paradigma vigente, o trabalho de Mendonça e Pina é bem construído e fundamentado.

Com a emergência de um novo paradigma evolucionista e laico, adquire-se a noção de Pré-História e a ideia da longínqua existência de uma Idade da Pedra, que permite situar devidamente os monumentos, sem que se anule, porém, a ideia dos altares pagãos, conservando as aquisições «etnoarqueológicas» que permitem entender como se podem construir tais edifícios somente com tecnologias arcaicas. Como permanece a ideia de um conservadorismo, de onde não está ausente a persistência da noção de periferia, para situar o fenómeno megalítico no quadro de uma longa duração, como pretendeu Sarmento. Identificada a origem neolítica das construções, prolonga-se o seu uso com análoga finalidade até à época romana, mantendo assim a noção de altar pagão, druídico e céltico. Pode ver-se também como, após a identificação de um carácter funerário, as «armadilhas» do positivismo não permitem dissipar dúvidas, uma vez que, em demasiados casos, a inexistência de «dados positivos» (ausência de restos antropológicos) inibe afirmações categóricas quanto à funcionalidade dos monumentos, para não trair o essencial do método: a sustentação das teses com base em «dados positivos», onde não cabem argumentos explicativos das ausências. A emergência do novo paradigma laico, justamente porque o é, lança uma persistente sombra de suspeição sobre a dimensão religiosa do fenómeno, associado ao culto dos mortos. Finalmente, de como uma perspectiva nacionalista, de exaltação pátria, inverte absolutamente a perspectiva e, de periférico, o megalitismo do ocidente peninsular se transforma em central, criador, irradiador e expansionista (ou difusionista); e de como essa perspectiva se forja ainda em contexto cultural republicano, nas primeiras décadas do século XX, para ser apropriada e acarinhada pelos arqueólogos do Estado Novo, recuperando e enfatizando a dimensão sacra de há muito estabelecida. Em poucas décadas, operou-se a inversão: de fenómeno conservador, defendido pela distância, passa-se a afirmação pujante e expansionista que coloniza o mundo. Em Sarmento, é a identidade castiça que prevalece, com Mendes Correia é o Portugal derramado pelo mundo, conquistador e imperialista, que se afirma.

Através desta abordagem, de longa duração, percebe-se também como os processos de construção da informação se integram em grandes linhas de emergência ou refluxo de paradigmas dominantes, mas sem anular totalmente os anteriores. Mais do que «revoluções científicas», que também as houve, bem entendido, as visões do megalitismo ocidental resultam mais de um longo processo de sedimentação de distintas narrativas que se entretecem com fragmentos de teses anteriormente estabelecidas, combinando-os com novas ideias. Por outro lado, persistem e podem aflorar, com maior ou menor sucesso, leituras de há muito abandonadas, sempre, naturalmente, ao sabor de paradigmas que se constroem e cristalizam independentemente dos dados empíricos convocados para a sua suposta confirmação.

POST SCRIPTUM

Nos finais da década de 70 do século passado, o pai de um amigo perguntou ao jovem estudante universitário que eu então era: «*Mas é mesmo certo serem as antas construções funerárias?*», exibindo um volume de Aquilino Ribeiro com o estranho título de *Arcas encoiradas*. Respondi como soube, com alguma sobranceria auto-suficiente, própria dos meus verdes anos, com este tremendo argumento: «*Mas Aquilino Ribeiro não era um Arqueólogo!*»

No âmbito de uma «antologia» de temas arqueológicos na literatura portuguesa, que venho coleccionando, regressei há alguns anos às *Arcas* aquilinianas, com redobrado gosto por aquela sublime prosa e pelos textos em si, entendendo, pela primeira vez creio, que o megalitismo ali era somente pretexto.

Na hora de escolher um tema para incluir no volume de homenagem a Victor S. Gonçalves, pareceu-me óbvio que teria de tratar de um tema de História da Arqueologia, plenamente justificado por se tratar de assuntos por ele igualmente tratados, desde o longínquo ano de 1978 (Gonçalves, 1978), e que deveria versar o megalitismo, um dos seus temas preferenciais de investigação.

Mas, por ser Victor S. Gonçalves um dos autores que melhor cuidou a prosa, ao longo da sua extensa obra científica, pareceu-me igualmente óbvio convocar Aquilino Ribeiro para a empresa. Oxalá tenha conseguido justificar esta talvez improvável associação.

REFERÊNCIAS

MANUSCRITO:

Carta do Padre Joseph Gaspar Simões, s/d. Ms B. P. Évora CXXVII / 2 – 3.

IMPRESSOS:

Almeida, L. F. (1965) – «Alguns documentos para a história da Arqueologia em Portugal». *Conimbriga*, 4, p. 103-108.

Azevedo, P. A. (1905) – «Notícia de antas, junto de Lisboa, no séc. XVII». *O Archeólogo Português*, 10, p. 161-165.

Bahn, P. (Ed.) (1996) – *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Campos, J. A. C. (1982-1985) – «Dólmens: habitação ou necrópole?» *Beira Alta*, 61 (1), p. 167-188. As notas de Campos foram sucessivamente publicadas nos volumes seguintes até ao n.º 64, de 1985.

Cartailhac, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal: résultats d'une mission scientifique du Ministère de l'Instruction publique*. Paris: C. Reinwald.

Conselho dos Monumentos Nacionaes (1904) – *Subsidios para a Classificação dos Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Correia, A. A. M. (1928) – «A Lusitânia Pré-romana». In: Peres, D. (dir.) *História de Portugal*, vol. I. Barcelos: Portucalense editora, p. 72-214.

Costa, F. A. P. (1868) – *Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguidas da descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.

Damasio, Fr. Manoel de S. Caetano (1793) – *Thebaida Portugueza: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa chamada depois de S. Paulo I. Eremita, em Portugal*. vol. 1, Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira.

Daniel, G. (1964) – *The idea of Prehistory*. London: Penguin Books.

Delgado, J. F. N. (ed.) (1884) – *Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte rendu de la neuvième session à Lisbonne 1880*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences.

Fabião, C. (1989) – «Para a história da arqueologia em Portugal». *Penélope: fazer e desfazer a História*. 2, p. 10-26.

Fabião, C. (1999) – «Um Século de Arqueologia em Portugal – I». *Al-madan*, II série, 8, p. 104-126.

Fabião (2011) – *Uma história da Arqueologia portuguesa, das origens à descoberta da Arte do Côa.* Lisboa: CTT.

Ferreira, A. M. (dir.) (2004) – *Arqueologia: colecções de Tavares Proença Júnior.* Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

Gonçalves, V. S. (1978) – «A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847)», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, p. 335-364.

Gonçalves, V. S. (1980) – *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Hist*óricas (Lisboa, 1980): uma leitura, seguida da «Crónica» de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Guerreiro, Fr. Affonso da Madre de Deus (1734) – In: Sylva, Manoel Telles da (ed.) *Colleçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. XIV, p. 5.

Heleno, M. (1932) – «Entrevista», *Diário de Notícias*, 28 de Março.

Kinsey, W. M. (1829) – *Portugal Illustrated in a series of letters*. London: A. J. Valpy. Biblioteca Nacional de Portugal: http://purl.pt/17212/1/index.html#/1/html

Martins, O. ([1881] 1987) – *Elementos de Antropologia (História Natural do Homem).* 8.ª edição, Lisboa: Guimarães Editores.

Pereira, G. (1875) – *Dolmens ou antas dos arredores d'Evora: notas dirigidas ao Ex.mo Sr. Dr. Augusto Filippe Simões*. Évora: Typographia de Francisco da Cunha Bravo.

Peres, D. (dir.) (1928) *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense editora.

Pina, Martinho de Mendonça e (1733) In: Sylva, Manoel Telles da (ed.) *Colleçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. XIII, p.1-22.

Ribeiro, A. ([1953] 2012) – *Arcas Encoiradas. Estudos, opiniões, fantasias.* Lisboa: Bertrand Editora.

Sampaio, A. ([1923]1979) – *Estudos Históricos e económicos: as vilas do norte de Portugal*. Lisboa: Ed. Veja.

S. Paulo, Fr. Martinho de (1571) – *Carta*. In: Damasio, Fr. Manoel de S. Caetano (1793) *Thebaida Portugueza: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa chamada depois de S. Paulo I. Eremita, em Portugal*. vol. 1, Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, p. 2-6.

Sarmento, F. M. (1883) – *Expedição Scientifica á Serra da Estrella em 1881. Secção de Archeologia. Relatorio.* Lisboa: Imprensa Nacional.

Sarmento, F. M. (1933) – *Dispersos. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sôbre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade – particularmente os artigos: «Observações acêrca do vale do Âncora» [1880], p. 63-67; e «A propósito de castros» [1883-4], p. 163-172.

Schnapp, A. (1993) – *La conquête du passé*. Aux origines de l'archéologie. Paris: Editions Carré.

Serrão, J. V. (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Simões, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica. Parte primeira Antiguidades Prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

Silva, A. D. (1826) – *Collecção de legislação portuguesa (1802-1810)*. Lisboa: Typographia Maigrense.

Silva, J. P. N. (1878) – *Noções elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallemant Fréres.

Sobral, J. M. (2002) – «A etnografia de Aquilino Ribeiro», *Antropológicas*, 6, p. 7-41.

Sylva, Manoel Telles da (ed.) (1734) – *Colleçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza.* XVI, p. 5.

Trigger, B. G. (1989) – *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vasconcelos, J. L. ([1882] 1986) – *Tradições populares de Portugal. 2.ª edição revista e aumentada com novos materiais do autor* (organização e apresentação de M. Viegas Guerreiro). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Vasconcelos, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal.* Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1962 [1798]) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* (Edição Crítica de Mário Fiúza). Vol. 1. Porto: Livraria Civilização.

Viu, D. José de (1852) – *Estremadura. Colección de sus Inscripciones y Monumentos, seguida de Reflexiones Importantes sobre lo pasado, lo presente y el provenir de estas provincias*. Madrid: Imprenta de D. Pedro Montero.

BÁCULOS E PLACAS DE XISTO: OS PRIMÓRDIOS DA SUA INVESTIGAÇÃO

JOÃO LUÍS CARDOSO[1]

RESUMO

Dá-se a conhecer a existência de uma litografia – a última de um conjunto de 10 representando dolmenes portugueses, relativa a materiais arqueológicos com eles relacionados. Trata-se das primeiras reproduções de um báculo e de quatro placas de xisto executadas em Portugal para publicação científica, a qual, contudo, não se veio a concretizar, em resultado da extinção em 1868 da Segunda Comissão Geológica de Portugal. Através da pesquisa bibliográfica foi possível traçar o percurso de tais exemplares desde a época em que se conservavam no museu da referida comissão até ao seu actual paradeiro no Museu Nacional de Arqueologia, passando pelo Museu da Escola Politécnica de Lisboa. Tal realidade reflecte as vicissitudes da investigação pré-histórica em Portugal na segunda metade do século XIX/ inícios do século XX.

ABSTRACT

The author shows the existence of a lithograph – the last of a set of 10 litographs Portuguese dolmens and representing the archaeological artefacts related to them. This is the first reproduction of a schist crosier and four schist plaques executed in Portugal for scientific purposes, which, however, was never published, as a result of the dissolution of the Second Geological Commission of Portugal in 1868. Through bibliographic research it was possible to trace the route of such specimens from the time that they were kept in the Geological Commission's museum to its present whereabouts in the National Archaeological Museum, after having remained in the Museum of the Polytechnic School of Lisbon. This reality reflects the vicissitudes of prehistoric research in Portugal in the second half of the nineteenth century / early twentieth century.

[1] Universidade Aberta. Academia das Ciências de Lisboa. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
cardoso18@netvisao.pt

1. ANTECEDENTES

A identificação de placas de xisto em Portugal como objectos pré-históricos remonta aos inícios da segunda metade do século XIX, embora ainda na primeira metade do século XVIII Estêvão Lis Velho tenha desenhado uma placa de xisto, recolhida em 1591 em depósito funerário existente junto à praia de São Torpes (Sines) (Velho, 1746), atribuído à sepultura daquele santo, falecido em Pisa, no ano de 65 d.C. Tal placa conservou-se até ao século XX, a par de alguns restos humanos e de um recipiente de barro, pois foram observados por Leite de Vasconcelos, que desenhou de novo a placa (Vasconcelos, 1914), reconhecendo-lhe o seu verdadeiro significado arqueológico (Silva e Soares, 1981).

As placas de xisto só voltam a ser tratadas, agora pela primeira vez numa perspectiva científica, por Francisco António Pereira da Costa, Lente de Mineralogia da Escola Politécnica e membro co-director da segunda Comissão Geológica de Portugal (1857-1868). Foi ele quem primeiro valorizou tais artefactos, no âmbito das tarefas desenvolvidas naquela comissão, envolvendo o inventário, registo e exploração dos monumentos megalíticos do território português. Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, abordando em parte os monumentos megalíticos portugueses, que constitui o primeiro contributo de base científica sobre tais manifestações no território português. Os monumentos megalíticos ocupam a maior parte da Memória, com a inventariação de trinta e nove dólmenes, distribuídos pelo Alentejo, Estremadura, Beira e Trás-os-Montes. Tal Memória, cuja apresentação oral foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito foi incluída no volume das actas, sob a forma de notícia apresentada por Gabriel de Mortillet (Mortillet, 1868a, b). A mesma resultou em boa parte de trabalhos de campo realizados por diversos membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, com a ajuda preciosa dos colectores, cujo papel foi determinante nos primeiros reconhecimentos geológicos do país, embora este usualmente seja esquecido (Carneiro, 2005; Carneiro, Mota e Leitão, 2013).

A participação de Pereira da Costa no Congresso de 1867 intitulada «Monuments mégalithiques du Portugal», respeitou, no entanto, a temática muito mais abrangente, distribuída por seis questões principais, das quais a relativa aos dólmenes correspondia a uma delas (Mortillet, 1868b, p. 181 e seg.). As questões, em plena sintonia com as temáticas mais importantes discutidas na referida reunião, são as seguintes:

1.ª – Traces les plus anciennes de l'existence humaine ;
2.ª – Habitation des cavernes, etc., etc.;
3.ª – Monuments mégalithiques;
4.ª – Apparition du bronze;
5.ª – Époque du fer;
6.ª – Races humaines préhistoriques.

Os comentários, ainda que muito sintetizados, relativos a cada um dos tópicos indicados correspondem à primeira síntese no que ao território português dizia respeito, ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade e a diversidade da investigação então produzida em Portugal sobre os tempos pré-históricos não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na década de 1860, apesar de existirem notáveis contributos isolados, mas sem enquadramento oficial, como o de D. Manuel de Góngora y Martinez, ao contrário do que sucedia em Portugal na mesma época (Góngora y Martinez, 1868).

Esse impulso na investigação arqueológica desenvolvida pelo Estado, veio a ser confirmado logo no ano seguinte, com a publicação de monografia sobre esta temática – uma das primeiras sínteses de carácter geográfico a ser produzida em todo o mundo – (Costa, 1868) apenas três anos após a vinda a lume da conhecida obra de A. de Bonstetten, «Essai sur les dolmens» (Bonstetten, 1865), obra aliás frequentemente citada, entre outras, por Pereira da Costa na sua monografia. Nela se publica conjunto de elementos por si coligidos em 1867, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor. Declarou então Pereira da Costa: «desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peior estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtéjo.» (Costa, 1868, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou oito e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepulcros megalíticos, baseando-se noutros autores mas, aparentemente, sem a sua confirmação *in loco*.

Daí a importância do seu desafio:

> «Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições opportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d'estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d'estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n'elle executou o povo que os construiu.» (Costa, 1868, p. VIII).

Esta memória mereceu análise e divulgação além-fronteiras; com efeito, logo no mesmo ano, Gabriel de Mortillet apresenta notícia da mesma nos seus «Matériaux pour l'Histoire de l'Homme» reproduzindo o inventário dos dólmenes identificados em Portugal apresentado por Pereira da Costa (Mortillet, 1868a).

Foi pena que o diferendo que se estabeleceu nessa altura entre Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, o outro membro-director da Comissão Geológica (Cardoso, 2015), tivesse, a curto prazo, ditado, na Primavera de 1868, o fim da instituição (Cardoso, 2013b) e, com ele, o da intensa investigação, tanto a nível paleontológico como antropológico e arqueológico que Pereira da Costa nela vinha desenvolvendo.

Mas a dissensão já teria antecedentes, que explicam a suspensão da execução dos trabalhos tipográficos de um álbum ilustrado por litografias coloridas de exemplares pré-históricos coligidos pela Comissão Geológica, o qual se destinava a apresentação na Exposição Universal de Paris de 1867. É o próprio Pereira da Costa que o declara (Costa, 1868, p. V):

> «Por ocasião da Exposição que se projectou fazer, fui encarregado, por uma resolução da Commissão directora dos Trabalhos Geologicos, de fazer um catalogo descriptivo e ilustrado com figuras dos principais objectos existentes na colecção da Commissão geológica, e que pertencem à anthropologia e à arqueologia prehistoricas do nosso paiz.
> Depois de ter feito a escolha e descripção dos objectos que deviam ser enviados à Exposição Universal de Paris, e depois de se acharem representados em estampas os mais importantes d'esses objectos, occorreram circumstancias pelas quaes, me foi impraticável a conclusão d'este trabalho (...).»

Esse conjunto de estampas, foi, entretanto publicado (Carreira e Cardoso, 1996), permanecendo ainda por dar à estampa um belíssimo conjunto de dez litografias representado dolmenes, e outros artefactos neles recuperados, cuja localização, salvo excepções, se desconhece. É nesse conjunto de

dez litografias, até ao presente inéditas, com excepção de uma, representando dezasseis dólmenes (Cardoso, 2002), que se integra uma única estampa reproduzindo alguns dos exemplares neles recolhidos, entre os quais um báculo e quatro placas de xisto, uma delas incompleta, que constituirão o objecto deste contributo.

2. OS MATERIAIS

A Estampa X, a última do conjunto de dez litografias representando dólmenes, realizadas sob orientação de Pereira da Costa, possui, como as restantes, as dimensões de 0,50 por 0,32 m, apresentando-se impressa em papel encorpado, tendo sido litografada por Castro, cujo nome se encontra impresso no canto inferior esquerdo. Os desenhos foram feitos a carvão e possuem uma sobrecarga de coloração cinzenta-clara, procurando-se reproduzir assim, de forma aproximada, a cor original dos objectos reproduzidos.

Trata-se de nove desenhos de materiais arqueológicos (Fig. 1), sem indicação de proveniência. Tal facto tornava esta estampa quase desprovida de interesse científico, não fosse a possibilidade de, mediante o estudo o comparativo realizado e o recurso a documentação inédita do arquivo de Estácio da Veiga, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, ter sido possível recuperar tal informação, nos exemplares que a este trabalho interessam particularmente e que são os seguintes:

Fig. 1, n.º 1 – Báculo de xisto, decorado de um só lado, com o comprimento máximo aproximado de cerca de 28,5 cm. Em 1878 Augusto Filipe Simões reproduz este exemplar, mas não a partir de presente litografia, referindo-se-lhe nos seguintes termos: «No museu da Escola Polytechnica há uma espécie de báculo (...) de schisto negro e com ornatos parecidos aos das placas. Appareceu na Sepultura de Martim Affonso juntamente com facas de sílex (...) e com a ponta de lança (Fig. 15)» (Simões, 1878, Fig. 33, p. 53 e 54). Trata-se, com efeito, de uma alabarda de sílex, de belo trabalho bifacial, conservada no Museu Nacional de Arqueologia, onde foi desenhada, conjuntamente com o báculo, ambos ulteriormente publicados por Georg e Vera Leisner (Leisner e Leisner, 1959, Tf. 44, n.º 12, 1 e 2).

Esta peça foi decalcada na década de 1880 sobre folha de papel de seda fino, por Estácio da Veiga (Fig. 2), no âmbito da preparação do seu estudo sobre placas de xisto, inserido no volume 2 das suas «Antiguidades Monumentaes do Algarve» (Veiga, 1887), com a menção: «Sepultura de Martim Affonso/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa». Desconhece-se qual o tipo de sepultura em causa, sendo provável que não se tratasse de uma anta, pois nesse caso a existência dos grandes esteios não passariam despercebidos, e a referência ao monumento teria obrigatoriamente sido registada por Pereira da Costa, que em 1868 inventariou todos os monumentos daquele tipo até então conhecidos em Portugal (Costa, 1868). Com efeito, Estácio da Veiga refere-se ao sítio simplesmente como deposito mortuário, o qual ficaria a curta distância do concheiro do Cabeço da Arruda (Veiga, 1887, p. 459), sendo assim provável que o mesmo tivesse sido identificado e explorado aquando das escavações de 1864 ali realizadas, sob a iniciativa de Carlos Ribeiro (Cardoso, 2013a).

Fig. 1, n.º 2 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 13,0 cm, igualmente reproduzida por Augusto Filippe Simões (Simões, 1878, Fig. 31). A peça foi ulteriormente decalcada em folha de papel de seda fino por Estácio da Veiga (Fig. 3), com a menção: «Monte Real (Leiria)/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa. Enviada pelo Sr. Fred. A. de Vasconcellos Pereira Cabral – com a nota de sepultura antiga – onde havia muitos ossos, sílex, etc.»

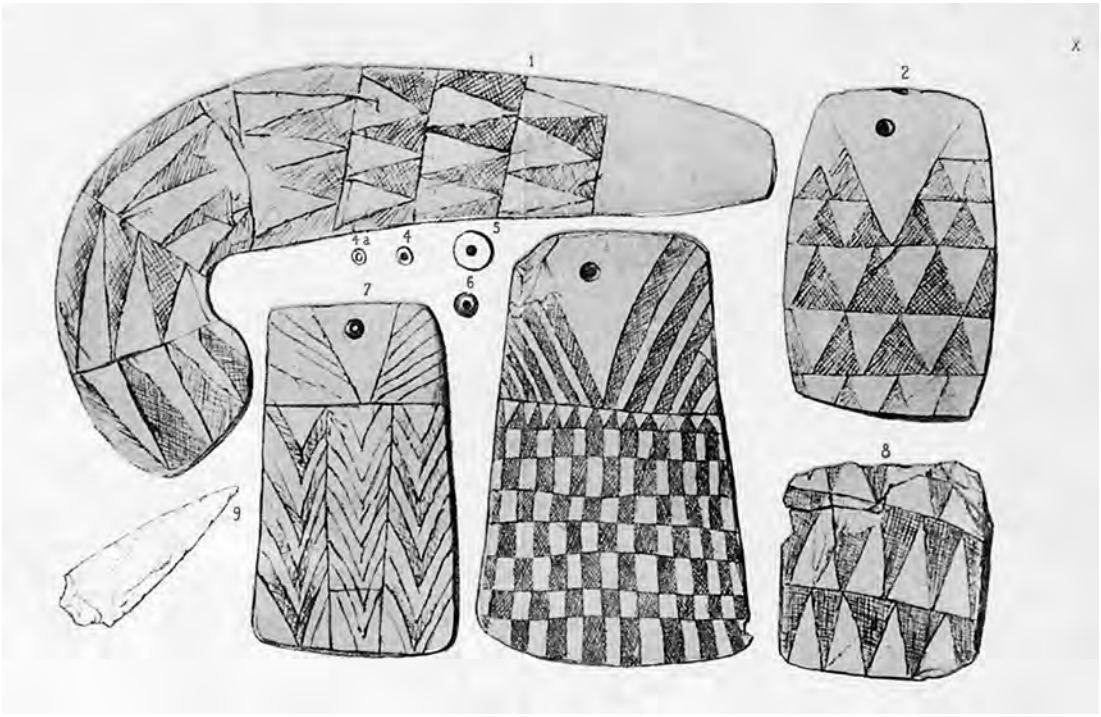


FIG. 1. Estampa litografada até ao presente inédita, representando um conjunto de artefactos provenientes de monumentos pré-históricos portugueses executada por iniciativa da Comissão Geológica de Portugal antes de 1868. Os que interessam a este estudo são os seguintes: 1 – báculo de xisto com decoração numa única face, proveniente da sepultura de Martim Afonso (Muge); 2 – placa de xisto do depósito funerário de Monte Real (Leiria); 3 e 7 – placas de xisto recolhidas aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo; 8 – fragmento de placa de xisto de origem desconhecida. Arquivo do Autor.

FIG. 2. Báculo da sepultura de Martim Afonso (Muge). Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. C.

FIG. 3. Placa de xisto do depósito funerário de Monte Real (Leiria). Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. C.

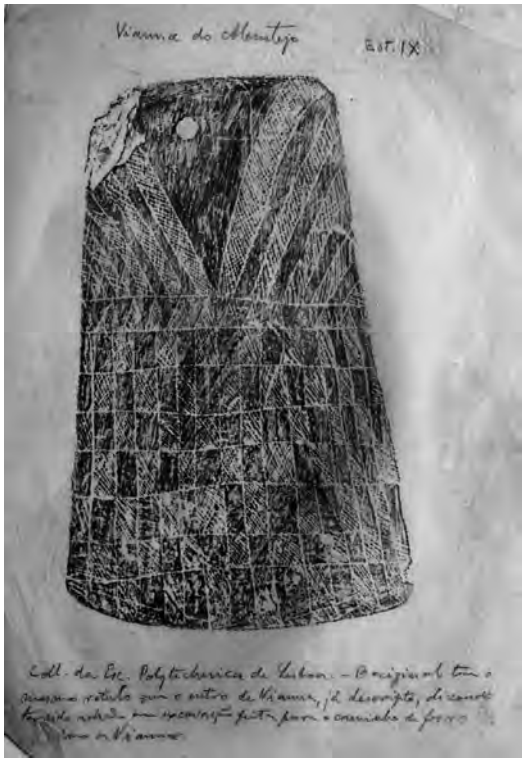


FIG. 4. Placa de xisto recolhida aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo. Decalque até ao presente inédito de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. C.

Fig. 1, n.º 3 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 17,0 cm. Este exemplar foi decalcado por Estácio da Veiga em folha de papel de seda fino (Fig. 4), com a seguinte legenda: «Vianna do Alentejo/Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa. – O original tem o mesmo rotulo que o outro de Vianna, já descripto, dizendo ter sido achado em excavação feita para o caminho de ferro próximo a Vianna» Foi publicado por Estácio da Veiga (Veiga, 1887, Est. IX) (Fig. 5).

Fig. 1, n.º 7 – Placa de xisto com o comprimento máximo aproximado de 13,8 cm. Este exemplar, até agora inédito, foi decalcado em folha de papel de seda fino (Fig. 6) com a menção: «Vianna do Alentejo/ Coll. da Esc. Polytechnica de Lisboa – o original tem o seguinte rotulo: oferecido pelo sr. Antonio José de Sousa, clinico em Vianna do Alentejo, tendo-a recebido do engenheiro alemão Gustavo Moellhausen encarregado da construção do caminho de ferro da Casa Branca a Beja, que disse havel-a encontrado com outros objectos em uma excavação feita para o caminho próximo a Vianna.»

FIG. 5. A mesma placa da figura anterior, publicada em 1887 (Veiga, 1887, Est. IX).

Os dois exemplares de Viana do Alentejo foram referidos por Estácio da Veiga nos seguintes termos: «Duas placas de schisto com gravuras existem no museu mineralógico da escola polytechnica de Lisboa, achadas n'um trabalho de desaterro para o caminho de ferro. Suppõe-se que tenham pertencido a um *dolmen coberto* então destruído.» (Veiga, 1887, p. 457). É possível que se tratasse de um *tholos*, à semelhança de outros existentes na região.
Com base na informação apresentada por Estácio da Veiga, Georg e Vera Leisner, em 1959, descrevem sumariamente as duas placas, que observaram no Museu Nacional de Arqueologia, sem as reproduzir, dando-as como provenientes de uma anta (Leisner e Leisner, 1959, p. 240).

Fig. 1, n.º 8 – Fragmento de placa de xisto, cuja origem se desconhece.

FIG. 6. Placa de xisto até ao presente inédita, recolhida aquando da abertura do caminho de ferro, perto de Viana do Alentejo. Decalque de S. P. M. Estácio da Veiga. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. C.

3. DISCUSSÃO

O báculo e as três placas de xisto cuja origem se conhece resultaram das actividades no domínio da Arqueologia desenvolvidas pela Comissão Geológica de Portugal.

Deste modo, pode concluir-se que, antes da extinção da mesma, todas estas peças integravam os seus valiosos espólios arqueológicos.

Decreto datado de 23 de Dezembro de 1868 determinou o transporte para a Escola Politécnica de todos os pertences da extinta Comissão Geológica, incluindo a livraria e colecções (Cardoso, 2008, 2013b, 2015), na sequência da extinção da mesma a 1 de Fevereiro de 1868. Porém, quando a situação política mudou, um ano depois, por Decreto 18 de Dezembro de 1869, a direcção da Comissão Geológica, de novo reconstituída nas mesmas instalações, embora com outro nome, o de Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, foi entregue a Carlos Ribeiro, já sem Pereira da Costa, tendo Nery Delgado como Adjunto, mas os seus anteriores pertences, na sua maior parte, permaneceram na Escola Politécnica, o que obrigou a reconstituir as colecções.

Tal situação explica que, já na década de 1880, Estácio da Veiga, aquando da reunião de elementos para a redacção do notável estudo sobre as placas de xisto inserido no volume 2 das suas «Antiguidades Monumentaes do Algarve» (Veiga, 1887), tenha visto e decalcado, na Escola Politécnica de Lisboa, os exemplares em apreço, que não retornaram ao seu local de origem.

Falta saber as razões que motivaram a nova transferência para o Museu Nacional de Arqueologia, onde actualmente se encontram.

Ainda que não se conheçam em detalhe os motivos de tal opção, é contudo conhecida a época e os protagonistas que a corporizaram. Com efeito, em 1905, J. Leite de Vasconcelos noticiou nas páginas de «O Arqueólogo Português» que, em Junho de 1905, «O Sr. Director da Escola Polytechnica cedeu ao Museu, com autorização do Governo, numerosos objectos que estavam na mesma Escola, os quaes terão menção especial noutro fasciculo» (Vasconcellos, 1905). Compreende-se bem o interesse de Leite de Vasconcelos no engrandecimento do seu Museu, numa altura em que procurava preencher o vasto espaço que lhe tinha sido alocado, correspondente a uma das alas do Mosteiro dos Jerónimos, inaugurado logo no ano seguinte, em 1906 (Coito, Cardoso e Martins, 2008).

Embora a lista dos espólios oriundos da Escola Politécnica nunca viesse a publicar-se, ela envolvia materiais das grutas da Furninha e da Casa da Moura, ambas exploradas em 1865 e 1866 por Nery Delgado, bem como do povoado pré-histórico da Rotura, dos quais alguns exemplares se encontram reproduzidos na colecção de estampas litográficas já publicada. Assim se explica a actual existência destes e de outros espólios oriundos da então Escola Politécnica no Museu fundado por Leite de Vasconcelos, quando, na verdade, a solução mais lógica fosse a sua devolução à instituição de origem, a então designada Comissão do Serviço Geológico de Portugal, que conservava e conserva, até à actualidade, os espólios decorrentes das explorações subsequentes daquelas estações, especialmente das grutas da Furninha e da Casa da Moura.

A placa de Monte Real possui historial mais complexo, que só agora foi possível conhecer, com base na análise bibliográfica realizada. Com efeito, Manuel Heleno, no início da sua carreira como arqueólogo, publicou monografia dedicada a Monte Real, sua terra natal. Tratando das ocupações humanas mais antigas, refere que em 1864 foi descoberto acidentalmente, por quatro cabouqueiros uma gruta sepulcral de onde se extraíram numerosos restos humanos, os quais foram enterrados no cemitério local, supondo que se tratavam de vítimas dos Franceses (Heleno, 1922, p. 7). No entanto, acrescenta, logo houve quem entendesse que tais restos ascendiam a uma época muito mais recuada, visto se encontrarem acompanhados de utensílios líticos, entre os quais «objectos de lousa, ornamentados de um só lado, que pela descrição que me fizeram reconheci serem chapões preìstóricos.» (*op. cit.*, p. 8). É evidente que, em 1864 a conotação de tais restos humanos a popula-

ções pré-históricas só poderia ter sido feita por quem tivesse alguns conhecimentos na matéria, atribuindo Manuel Heleno ao deão da Sé de Leiria tal conclusão, desconhecendo que a mesma se devia ao geólogo da Comissão Geológica de Portugal Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral, que elaborou relatório datado de 20 de Junho de 1866, presentemente em curso de publicação (Cardoso, no prelo), dirigido ao Presidente da Comissão Geológica de Portugal, General Filipe Folque. Ali dá conta das explorações por ele conduzidas no terreno, de que resultou a recolha de diversos materiais arqueológicos, entre os quais a placa de xisto em apreço, a qual deu entrada nas colecções da Comissão Geológica. Trata-se de um depósito de facto constituído por muitos restos humanos, acumulados no que parece corresponder a uma fenda do substrato geológico e não a uma gruta, como supôs Manuel Heleno.

Apesar de Manuel Heleno ter declarado que a suposta gruta teria fornecido diversos chapões de lousa, o mesmo optou, no citado estudo, por atribuir ao único exemplar conservado, uma proveniência distinta, atribuindo-o a uma anta, a pretensa «anta de Monte Real» (Heleno, 1922, p. 8). Compreende-se tal confusão, perante a seguinte passagem da autoria de Augusto Filipe Simões: «As placas de schisto riscadas parece terem sido usadas pelos constructores das antas, por se encontrarem algumas d'ellas nas antas de Bellas e de Pavia. Em Bellas, Ancião, Monte Real e Cova da Estria encontraram-se juntamente facas de sílex (...)» (Simões, 1878, p. 52). Note-se que, neste texto, não é clara a atribuição do monumento de Monte Real a uma anta, a qual, na verdade, nunca existiu, provindo a única placa conservada do dito depósito mortuário, de onde foi levada para a Comissão Geológica por Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral.

Esta, como Manuel Heleno refere na obra já referida, foi desenhada no Museu Nacional de Arqueologia, sendo proveniente, como o próprio declara (Heleno, 1922, p. 8), da Escola Politécnica, acompanhada de um machado de pedra polida e de uma lâmina de sílex, também por si reproduzidos.

4. CONCLUSÕES

O báculo e as placas de xisto reproduzidos em bela litografia mandada executar pela Comissão Geológica de Portugal, antes de 1868, até ao presente inédita – a décima e última de um conjunto que representa dezenas de monumentos dolménicos portugueses – possuem uma longa história que reflecte, até certo ponto, a própria história da investigação arqueológica em Portugal e das instituições a ela associadas, até ao início do século XX. O autor encontra-se identificado no canto inferior esquerdo da gravura, pelo apelido Castro, correspondente ao do desenhador Angelino da Cruz Silva e Castro, que integrou o «Pessoal Artístico e Auxiliar» da Comissão Geológica de Portugal (1857-1868), que é também o autor da maioria das litografias de peças arqueológicas já publicadas pelo signatário e por J. R. Carreira, em 1996.

O báculo de Martim Afonso foi recolhido no Museu da Comissão Geológica de Portugal, desde a época da sua identificação no terreno, presumivelmente 1864, no decurso da exploração do vizinho concheiro do Cabeço da Arruda, até 1868; neste ano sobreveio a extinção da dita Comissão, o que motivou a sua ida para o Museu da Escola Politécnica de Lisboa, por intervenção directa de Pereira da Costa, onde se conservou até 1905; de então em diante, conserva-se no actual Museu Nacional de Arqueologia, mercê do interesse de Leite de Vasconcelos no engrandecimento das colecções do Museu que fundou, mal se decidiu a instalação do mesmo numa das vastas alas do Mosteiro dos Jerónimos, inaugurada em 1906.

As vicissitudes do paradeiro desta peça aplicam-se também às duas placas de xisto de Viana do Alentejo, ocasionalmente recolhidas aquando da abertura das trincheiras para o caminho de

ferro do Alentejo: primeiro, na Comissão Geológica de Portugal; depois, no Museu da Escola Politécnica de Lisboa; e, finalmente, no Museu Nacional de Arqueologia. Destas duas placas, uma permaneceu estranhamente até agora inédita, a correspondente à Fig. 3, n.º 7, apesar de Estácio da Veiga a ter decalcado, para o seu notável estudo sobre placas de xisto integrado no volume 2 das suas «Antiguidades Monumentaes do Algarve», publicado em 1887 e de Georg e Vera Leisner as terem observado no Museu onde ainda hoje se conservam.

Enfim, foi possível clarificar, com base em documento inédito de Francisco de Vasconcelos Pereira Cabral, a natureza do depósito funerário de onde provém a placa de xisto de Monte Real, até agora dada erroneamente como provindo de uma anta, a «anta de Monte Real», monumento que, como agora seguramente se conclui, jamais existiu.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, por ter autorizado o acesso e estudo do Arquivo de Estácio da Veiga, de que resultaram já várias publicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bonstetten, A. de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.

Cardoso, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Cardoso, J. L. (2008) – Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo. In Ramalho, M. M. (coord.) – *Nery Delgado (1835-1908) geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico/INETI/Centro de História e Filosofia da Ciência – FCTUNL, p. 65-81.

Cardoso, J. L. (2013a) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do «solo quaternario» do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.

Cardoso, J. L. (2013b) – Carlos Ribeiro, a «Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal» e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.

Cardoso, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In Bicho, N., Detry, C.; Price, T. D.; Cunha, E. – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.

Carneiro, A. (2005) – Outside government Science, «Not a single tiny bone to cheer us up!» The Geological Survey of Portugal (1857-1908), the involvement of common men, and the reaction of civil society to geological research. *Annals of Science*, 62, p. 141-204.

Carneiro, A.; Mota, M. S.; Leitão, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.

Carreira, J. R.; Cardoso, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.

Coito, L. C.; Cardoso, J. L.; Martins, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Editorial Verbo.

Costa, F. A. P. da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Góngora y Martinez, M. de (1868) – *Antiguedades prehistóricas de Andalucía*. Madrid: Imprenta a cargo de C. Moro.

Heleno, M. (1922) – *Antiguidades de Monte Real*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Leisner, G.; Leisner, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter e Co. (Madrider Forschungen Band 1).

Mortillet, G. de (1868a) – Dolmens de Portugal. *Matériaux pour l'Histoire Primitive de l'Homme*. Paris. 4, p. 336-339.

Mortillet, G. de (1868b) – Monuments mégalithiques du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxiéme Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.

Silva, C. T. da; Soares, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

Simões, A. F. (1878) – *Introducção à Archeologia da Península Ibérica. Parte primeira Antiguidades prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.

Vasconcelos, J. L. de (1905) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 89-92.

Vasconcelos, J. L. de (1914) – Estudos sobre a Época do Bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13, p. 300-323.

Veiga, S. M. P. E. da (1887) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Tempos prehistoricos. Volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

Velho, E. de L. (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa.

OPTIMISMO, PESSIMISMO E «MÍNIMO VITAL» EM ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA, SEGUIDO DE FOCO EM TERRAS DE (MON)XARAZ

LUÍS RAPOSO[1]

> [fala do arqueólogo veterano] «Portanto, rapaz, quando algum dia encontrares um miúdo que ainda acredite em cultura, em trabalho duro e na história da humanidade; um miúdo ou miúda que esteja neste meio porque o ama, e não porque quer ser famoso ou famosa; um miúdo que nunca engorde à custa dos dados dos outros, ou deite abaixo um colega apenas para se chegar à frente; um miúdo que conheça a literatura e respeite as gerações que passaram – dá-lhe este colherim de ouro.»[2]
>
> Kent Flannery, *O Colherim de Ouro*, 1982

RESUMO

Discute-se e defende-se o paradigma particularista e histórico da arqueologia, entendida como reconstituição e interpretação do passado, mais do que como campo de validação de processos e modelos predictivos transculturais, de carácter anistórico. Neste âmbito sublinha-se a importância de «mínimos vitais», seja no trabalho de campo, seja na publicação de dados. Aplicam-se estas considerações gerais à observação do percurso histórico que no termo de Monsaraz leva dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros agricultores e pastores. Dá-se especial ênfase a dois sítios excepcionais recentemente descobertos (Barca do Xerês de Baixo e Xarez 12) e retoma-se o potencial informativo do sítio de superfície de Xerês de Baixo.

ABSTRACT

In this paper, we discuss and defend the particularistic and historical paradigm of Archeology, understood as the reconstitution and interpretation of the Past, rather than as a validation field processes and predictive cross-cultural models, of unhistorical nature. In this context, we highlight the importance of «vital minima», both in field work as in the publication of data. These general considerations are applied to the observation of the historical path that, in the Monsaraz territory, lead from the last hunter-gatherers to the first farmers and herders. We give special emphasis to two exceptional sites recently discovered (Barca do Xerês de Baixo and Xarez 12) and take up the informative potential of the Xerês de Baixo surface site.

1 Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
luisraposo@mnarqueologia.dgpc.pt

2 «So, son, some day when you meet a kid who still believes in culture, and in hard work, and in the history of humanity; a kid who's in the field because he or she loves it, and not because they want to be famous; a kid who'd never fatten up on somebody else's data, or cut down a colleague just to get ahead; a kid who knows the literature, and respects the generations who went before-you give that kid this golden Marshalltown» (Flannery 1982: 287).

REGRESSO AMIÚDE A VERE GORDON CHILDE, na reflexão sobre a especificidade do método e os fins últimos da arqueologia. E releio o *Piecing together the Past*, vertido em português com o título de *Para uma recuperação do passado*, em edição realizada sob direcção de Victor S. Gonçalves, que lhe acrescentou ensaio escrito no Outono de 1975, ao qual também retorno com prazer, «V. Gordon Childe e a recuperação do passado».

A obra de Childe em referência, porventura a mais didáctica que escreveu sobre questões teóricas e metodológicas, melhor talvez até do que a sua *Introdução à Arqueologia*, porque mais densamente reflectida, deveria constituir, e espero ainda constitua, leitura obrigatória para todo o tirocinante de arqueologia pré-histórica, ou simplesmente pré-história, se ao termo atribuirmos o significado hermenêutico que Gonçalves também favorece no texto citado.

Defende ali Childe, como em toda a sua obra, o paradigma da história, ou seja, a via-sacra das trajectórias particulares, feitas de muitos fragmentos, que pacientemente se vão reunindo («piecing together») até alcançar níveis que permitam a generalização e com ela a interpretação, retroactivamente conduzida a novas plataformas de entendimento do passado, sucessivamente mais englobantes. Trajectórias ou percursos indutivos, de contingência, particularistas, enfim... históricos, numa palavra. Percursos necessariamente incompletos também. A inevitável e inelutável incompletude do «registo» arqueológico constitui aliás a opção poética e magistral com que Childe termina este seu livro, imaginando o exemplo de um qualquer raspador Mustierense, cuja produção obedecesse a procedimento em que fossem incluídos requisitos como os de escolher noite de «lua cheia, depois de jejuar o dia inteiro», dirigindo-lhe «com delicadeza *palavras de poder*, besuntando com o sangue de um rato sacrificado»... tudo isto antes de propriamente bater com um percutor, ou «martelo de pedra». Fácil é perceber o quanto se terá perdido para sempre de tais procedimentos, sobretudo os de âmbito estritamente imaterial, que se tornaram invisíveis para a arqueologia. Childe considera-os, talvez com excesso na sua postura materialista, «acessórios fúteis», representando «expressões de ilusões ideológicas». E comete a proeza, que seria reprovada em qualquer autor menos reputado, de terminar o livro com uma interrogação: «Os 'motivos', como as emoções, perderam-se, sempre, apenas por serem ilusões. Será isso importante?».

Gonçalves, no ensaio introdutório citado, salienta bem a importância desta construção imaginada por Childe, com que também termina o seu texto, para salientar o carácter actual de toda a reconstrução do passado (afinal, e como escrevia Collingwood, um historiador idealista por sinal, «toda a história é história do presente»), advertindo para a «inultrapassável clivagem» existente entre a realidade passada, inacessível em parte (porventura maior), e o chamado «registo arqueológico», o qual não pode deixar de ser apreendido dentro do «universo tão cheio de diferenças que é o seu», dirigindo-se a hipotético leitor, o de ontem ou aquele que passadas quatro décadas regressa ao seu sugestivo texto.

A afirmação de gravidez de presente em todas as reconstituições do passado, que também subscrevo, estava particularmente em voga em 1975, depois de décadas de historiografia positivista, ou melhor dito, de mero historicismo. O ensaio de Gonçalves encontra-se aliás profusamente salpicado por referências, explícitas ou implícitas, ao conjunto de autores favorecidos nesse tempo da brasa, desde Morgan, Engels e Marx a Duvignaud, Althusser, Morin ou Moscovici (este intuído pela magia da formulação «auto-eco-reorganização»). Isto, claro, sem esquecer Bloch, Levi-Strauss, Leroi-Gourhan ou Bordes. E, claro, no plano nacional, o par heroico (herói e anti-herói) protagonizado por Eduardo da Cunha Serrão e Manuel Heleno.

Mas existe algo mais no interessante texto de Gonçalves, que tanto resiste ao tempo. Não me refiro à deambulação que faz pela emergência dos estudos de pré-história no século XIX, a qual se afigura um tanto enxertada, resultando porventura das prioridades docentes da altura. Penso, sim, na apresentação, crítica mas extensa e acompanhada da inserção generosa (quase duas páginas)

de dois quadros, do *Analytical Archaeology*, o chamado «Clarke azul», uma obra de David Clarke publicada em 1968. É explícito o distanciamento de Gonçalves em relação a Clarke. Gaba-lhe a «formidável construção teórica», mas afirma existir «impossibilidade concreta, real, de a usar no transporte e integração dos dados de campo para as sínteses teóricas». No «mundo do técnico do Petershouse College, em Cambridge», que era o do Clarke, não caberia o «*mundo* do homem pré-histórico», feito este de animais que, no entender do investigador português, em pleno PREC ou no seu imediato refluxo, se poderiam dividir em dois grupos: os que «poderiam ser abatidos» («sem perigo» ou «com risco») e aqueles «de que era necessário fugir (e depressa)».

É sintomática a atitude crítica de Gonçalves. É própria de quem faz a «apologia da arqueologia e da profissão de arqueólogo» (não sendo evidentemente inocente a expressão), no que ela tem de contingência e incompletude. Remete o ponto de vista de Clarke para filiação no «*mecanicismo* americano». Mas curiosamente nunca cita os autores que protagonizariam este entendimento, sendo certo que Clarke nem sequer se pode verdadeiramente considerar estar neles incluído, porque é seguramente muito mais devedor da teoria dos modelos, da linguística e até certo ponto do estruturalismo ou pelo menos de alguns dos estruturalismos[3]. Ora, o dito «mecanicismo», que em Clarke é sobretudo encanto pela concepção sistémica de cultura, onde a parte se considera impressa pelo todo, sendo este por isso idealmente alcançável, constitui um dos traços distintivos da chamada «Nova Arqueologia» dos anos de 1960, de que foi autor central Lewis Binford, o qual, em 1975, aquando da edição portuguesa de Childe, tinha já publicado algumas das suas obras matriciais (1968 e 1972, por exemplo; isto já sem falar no texto seminal de 1962, «arqueologia como antropologia») e deveria já ser considerado como aquilo que efectivamente foi, ou seja, um dos principais arqueólogos da segunda metade do século XX.

A possibilidade de, usando os métodos e as teorias adequadas, atingir a totalidade dos sistemas sociais passados representa uma das teses principais defendidas por Binford («as limitações práticas do nosso conhecimento do passado não são inerentes à natureza do registo arqueológico; as limitações derivam na nossa ingenuidade metodológica, da nossa carência em princípios determinativos da relevância dos vestígios arqueológicos para a construção de proposições relativas aos processos e eventos do passado», 1968, p. 23), dando origem ao chamado *optimismo binfordiano* ou até ao *optimismo antropológico*, ambos por oposição ao chamado *pessimismo childeano* ou *pessimismo histórico*, conformado este na incompletude do passado. Só que, contrariamente a Clarke, que limitava aquilo que chamava de «perda da inocência» (1973) à esfera da maior formalização do procedimento científico (enfatizando especialmente o papel dos modelos: «peças de mecanismos que relacionam observações com ideias teóricas», 1972: 2) e mantendo a natureza singular da arqueologia[4], Binford adopta em toda a extensão o paradigma antropológico nomotético, baseado numa aplicação maximalista do uniformismo (ou uniformatarianismo, se quisermos manter a formula-

[3] Deve notar-se que o impacte em arqueologia destas correntes, e designadamente do estruturalismo da linguística, mesmo nos EUA, não corresponde necessariamente ao «mecanicismo», na perspectiva funcionalista antropológica. Cite-se a propósito o autor americano que porventura melhor protagoniza o estruturalismo em Arqueologia, James Deetz, que na sua *Invitation to Archaeology*, publicada um ano antes do «Clarke azul», desenvolvia todo um modelo hierárquico de relacionamento entre «registo» arqueológico e comportamentos culturais, modelo histórico-cultural, muito mais do que processual-adaptativo, baseado na identificação de «factemas» e de «morfemas» (com óbvia inspiração na linguística estrutural saussuriana), unidades mínimas de significado (letras ou atributos; palavras ou tipos), cujo valor considerava ser fundamentalmente classificatório e sistemático, tal como a gramática em relação à língua: «Coloca-se frequentemente a questão de saber, 'Reflectem os tipos as ideias próprias dos autores dos objectos tipificados, ou são arbitrários?' Uma tal questão é em larga medida irrelevante. Um dos propósitos da criação de tipos é ordenar os objectos de um sítio de tal modo que permitam comparações com os artefactos de outros sítios. Pode bem ser que alguns tipos constituam descrições quase perfeitas dos desideratos responsáveis pelos mesmos; verdade ou não, isto não interfere de modo nenhum no objectivo principal da tipologia, que é o da classificação que permita comparações.» (Deetz 1967, p. 51).

[4] «A arqueologia, é a arqueologia, é a arqueologia», conceito que mais tarde Ian Hodder irá retomar na sua demarcação pós-moderna do processualismo binfordiano, defendendo precisamente um certo regresso ao paradigma histórico tradicional: «arqueologia como arqueologia», defende, na conclusão de uma das suas obras mais emblemáticas, Hodder, 1986).

ção anglo-saxónica), suportado no método hipotético-dedutivo. Ora, fácil é perceber que dentro de um tal enfoque epistemológico, o optimismo binfordiano dirige-se, em última análise, não tanto para as virtualidades decorrentes do chamado «registo arqueológico», mas para a capacidade de o integrar em «leis de cobertura» e «leis de nível intermédio», leis reguladoras da conduta humana e leis reguladoras dos processo naturais, leis antecipatórias, explicativas portanto, às quais caberia iluminar cada situação particular.

Uma arqueologia suportada em «leis preditivas transculturais» e orientada para a identificação de processos, envolve porém sérios riscos. Aquilo que em Binford passa por optimismo[5], é visto por outros, na melhor das hipóteses, como desvirtuamento da função social e da própria natureza disciplinar da arqueologia, algo que os mais cáusticos dirão ser feito ingloriamente, porque meramente em nome de banalidades, as chamadas leis de Rato Mickey a que se referia Flannery no seu provocativo texto sobre «a arqueologia com S maiúsculo» (S de «science»)[6]. Ora, diziam ainda estes críticos, os dados arqueológicos deveriam constituir o centro epigonal da arqueologia, possuindo capacidades informativas próprias – e nisto residia um outro optimismo, aquele que Childe afinal protagonizava. Bruce Trigger, o principal biógrafo de Childe e um dos raros arqueólogos americanos (embora como que exilado no Canadá) que defendeu persistentemente o paradigma da história, não hesitando mesmo em denunciar a dimensão claramente política do posicionamento científico do *establishment* norte-americano (nos EUA, «a História é vista como tratando dos Brancos e a antropologia, dos Índios; e Brancos e Índios são olhados como tendo pouco em comum», dizia ele em 1978, p. 3), afirmava com frontalidade, em texto publicado no mesmo volume do de Flannery anteriormente citado, sugestivamente chamado «o futuro da arqueologia é o passado»: «a fraqueza de muita da teorização corrente em arqueologia pode ser definida como a tendência de alguns arqueólogos para tratar a sua disciplina simplesmente como o 'tempo pretérito da etnologia' ou uma espécie de 'paleantropologia', em vez de definirem os seus objectivos em termos das potencialidades dos seus dados, perguntando qual o tipo de questões que os dados arqueológicos estão melhor equipados para tratar», sendo estes os da reconstituição do passado e só muito subsidiariamente os da «generalização acerca da natureza da cultura ou da conduta humana» (Trigger, 1973, p. 109-110; retomado em 1978, p. 50-51).

Mas pode também a investigação de processos, suportada no método hipotético-dedutivo, envolver outras consequências, bem mais nefastas. Entre estas a de abrir a porta a regressão metodológica grave em matéria de colheita e registo de dados. A este respeito, observavam James A. Brown e Stuart Struever, em 1973, que, ao fazer dos dados arqueológicos meras «redes de resistência» (feliz expressão que Ian Hodder viria também a utilizar mais tarde) às questões que as mitologias do presente nos ditam, retirando-lhes ou reduzindo-lhes poder informativo e provocatório autónomos, tornava-se eticamente legítimo «deitar fora» tudo o que o escavador considerasse inútil para a sua problemática de pesquisa, para o teste dos seus modelos predictivos. Deixaria, por exemplo, de fazer sentido aquilo por que gerações anteriores se bateram e que André Leroi-Gourhan (1983, p. 137) chamava de «mínimo vital do escavador», seja no plano das operações prévias, seja no da «cirurgia» (a escavação propriamente dita) e do registo, seja no da recolha, nomeadamente da amostragem, seja

5 Um optimismo que o próprio Binford confirma, mesmo quando, já em pleno século XXI, reconhece «o falhanço» da chamada Nova Arqueologia. Cf. Rathje, W. *et al.* 2013, p. 15.

6 «Esta perspectiva 'Hempliana' [o método hipotético-dedutivo, teorizado por Carl Hempel] produziu resultados elegantes – no seu melhor. No seu pior, produziu alguma da pior arqueologia de que há registo. Em alguns casos, as estatísticas foram usadas muito para além do que permitia a base de dados, de tal modo que se tem a sensação de estarmos perante a transformação de lançadores de granadas em ratos-do-campo. Noutros casos, parece que em ordem à descoberta de uma qualquer 'lei natural' durante as disponíveis seis semanas de trabalho de campo, o investigador se viu forçado a acometer problemas da mais extrema trivialidade; o que produziu uma série de generalizações incipientes, apelidadas de 'leis de Mickey Mouse' por alguns críticos». Exemplos dados de seguida: «A dimensão de um sítio bosquímano é directamente proporcional ao número de cabanas que nele existam» ou «na medida em que a população de um sítio aumente, aumenta também o número de fossas de armazenamento». Flannery 1973: 51.

finalmente no da publicação de resultados. Um perigo real, mas tão incomodativo que alguns o preferiam apenas sussurrar, como fazia o Veterano da narrativa de Flannery, com medo de que tanto o Filósofo Renascido dos anos 60 como a Criança dos anos 70 o pudessem fulminar, na sua tacanhez antiquada: «Existe um conflito básico entre a arqueologia orientada por problemáticas e a ética arqueológica. A orientação por problemáticas diz para escolher um tópico específico para investigar. A ética arqueológica diz-nos que temos de registar tudo porque ninguém jamais o poderá ver de novo no respectivo contexto» (Flannery 1982: 275 e 276). Compreende-se que Flannery se tenha sentido obrigado a colocar esta observação da boca de um Veterano, ainda por cima sussurradamente, porque afinal ele mesmo constituía um crítico tardio, em contencioso pessoal com o processualismo e poderia sempre ser acusado de motivação revanchista. Mas antes dele já Trigger, o «enfant terrible» do *establishment* americano, tinha dito o mesmo, de forma bem mais audível: «a lógica da perspectiva dedutiva aplicada à investigação arqueológica pode ser usada por arqueólogos menos capazes como desculpa para justificar negligência grosseira e auto-indulgência nos seus registos. E isto coloca a questão de saber se, para além dos dados que são requeridos pela investigação própria, não existe um corpo mínimo de dados que devem ser registados em toda a escavação» (Trigger, 1978, p. 15). A consciência deste problema levaria aliás, nos anos seguintes, ao regresso das reflexões sobre os procedimentos de registo e recolha de dados por parte de alguns «arqueólogos de campo» e mesmo quando se tratasse de colheitas de superfície (cf. por exemplo Redman, p. 1987).

A «junção dos cacos», o *piecing together*, seja ao nível do sítio ou das sequências regionais, seja ao nível dos pacotes arte/ecofactuais usados na construção de arqueogramas (segundo a feliz definição de Moberg), constitui, pois, não somente o fim último como a obrigação primeira da arqueologia, sendo tanto mais decisivo quanto mais descemos na escala dos dados básicos, quer dizer, da «evidência não evidente» (para usar a expressão de Stuart Piggott) em que a arqueologia se baseia.

No plano dos sítios, tal é especialmente assim em toda a problemática da identificação das «leis do enterramento», ditas, com algum abuso do termo, tafonómicas, e da datação, ou, mais rigorosamente, da procura de sincronismos e contemporaneidades. Como afirmámos recentemente, «contrariamente ao senso comum, que acentua, aliás compreensivelmente, a dimensão diacrónica da Arqueologia, poderá talvez dizer-se que todo o raciocínio arqueológico é, antes do mais, um exercício de sincronismos» (Raposo, 2015, p. 53). Importa, pois, observar e determinar tanto quanto possível os arcos temporais inscritos em cada processo deposicional, defendendo-nos da candura contida na «premissa de Pompeia», ou seja, na suposição de que este ou aquele local, por via de regra aqueles que tivemos a felicidade de encontrar pela frente e a superior mestria de saber interrogar, representam um ou sucessivos «presentes etnográficos», os quais de facto não existem as mais das vezes, ou, existindo, nos são imperscrutáveis. Uma candura que se revela em toda a extensão no convencimento quase infantil, consciente ou inconsciente, de que qualquer sítio enterrado, por estar enterrado, possui maior valor diagnóstico ou contem palimpsestos menores do que qualquer outro sítio de superfície, como se o conceito arqueológico de «in loco» (ou «en place», se quisermos usar a fórmula matricial francesa) fosse assimilável ao conceito geológico de «in situ»[7].

No plano dos objectos, o mister primeiro será o de registar um conjunto de parâmetros essenciais, há muito sedimentados nos estudos tecno-tipológicos (por exemplo, as medidas máximas obtidas em cada artefacto lítico, segundo um sistema e de eixos perpendiculares secantes, dito cartesiano), e depois fornecer a totalidade dos dados obtidos, nomeadamente os valores medidos e que

[7] Sobre o assunto, tornou-se célebre na bibliografia arqueológica portuguesa determinado *chopping-tool* do longínquo Moçâmedes, fotografado à superfície do terreno, no meio de outros clastos, e ainda assim considerado *in situ*... «tão *in situ* como a caneta do autor», que lhe servia de escala, diria mais tarde Vítor Oliveira Jorge. Ora, se era evidente que o dito *chopping-tool* não estava geologicamente *in situ*, poderia porventura estar *in loco*, tanto quanto a dita caneta, ela sim, certamente aí colocada por intencional acção humana, a do dito autor neste caso.

servem de base a representações de síntese, como sejam gráficos ou índices. Sem estes procedimentos básicos, o muro positivo do conhecimento (metáfora que continuo a partilhar) estará sempre em reconstrução a partir dos alicerces, quando afinal o que pretenderíamos seria um «juntar dos cacos» que nos habilitasse a plataformas sucessivamente mais aproximadas da «realidade do passado» – Graal a que obviamente nunca chegaremos, porque, como diria o Senhor de Lapalice, «o passado, passou».

Tomemos para exemplificação de toda esta problemática o percurso que leva dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros agricultores no Alentejo interior, mais exactamente na zona do rio Guadiana que se desenvolve no termo de Monsaraz, cujas terras baixas foram também ditas e sucessivamente grafadas Xaraz, Xarêz, Xerez, Xerês... e Xeres, neste caso já no cumprimento do acordo ortográfico de 1990, que, como se vê, não sigo ainda.

Sendo de há muito conhecidos numerosos monumentos megalíticos na zona, mantiveram-se até recentemente, na realidade até à intensificação de trabalhos de campo suscitados pelo Empreendimento de Alqueva, importantes e irritantes «buracos negros». Alguns deles encontravam-se expressivamente enunciados nas interrogações de dois Colóquios Internacionais sobre Megalitismo, organizados em Reguengos de Monsaraz por Victor S. Gonçalves: *Muitas antas, pouca gente?* e *Muita gente, poucas antas?* (Gonçalves 2000 e 2003). Em alguns aspectos, certamente que as referidas questões já não se colocariam hoje da mesma forma, especialmente no que se refere ao conhecimento do povoamento da zona por parte dos construtores de megálitos. Mas existem outras questões já então abordadas, sobre as quais pouco ou nada se evoluiu. Uma delas, a única que nos importa aqui referir, é a das origens do povoamento neolítico da zona. As sucessivas conferências ou trabalhos avulsos feitos sobre o assunto, mesmo antes dos dois Colóquios Internacionais acima citados (refira-se a título meramente exemplificativo: Delibes da Castro 1987, Soares e Silva 1992, Rodriguez Casal 1977, Kalb 1989a e b), mantêm no essencial a sua actualidade, quer dizer, continuam a constituir sínteses a que poderemos aderir, ou não, com maior ou menor convencimento, mas sem real e sólido suporte arqueográfico na região em apreço. No fundo, a situação actual continua a ser a que Victor Gonçalves e Ana Catarina Sousa bem caracterizavam em 1997, a concluir um dos seus interessantes trabalhos sobre a matéria: «O momento das origens – de quaisquer origens – é naturalmente difuso e de definição difícil para a maior parte das situações. Mas para Reguengos de Monsaraz nenhuma afirmação positiva pode ser feita pela comparação de nada com coisa nenhuma» (Gonçalves e Sousa, 1997, p. 633).

Dois sítios arqueológicos descobertos ambos em 1998, no âmbito dos trabalhos de minimização do impacte do Empreendimento de Alqueva, adquiriram entretanto um estatuto particular na observação do percurso histórico que acima indicámos. Referimo-nos ao sítio da Barca do Xerêz de Baixo (adiante designado BXB) e ao sítio de Xarêz 12 (adiante designado *XZ12*). Depois de notícias ou estudos breves (cf. Almeida, Maurício Souto e Valente 1999, Almeida, Araújo e Ribeiro 2002, Gonçalves 2002), deram origem a duas monografias extensas, ricamente editadas, publicadas ambas em 2013 e incluídas na 2.ª série de *Memórias d'Odiana*: *Barca do Xerez de Baixo. Um testemunho invulgar das últimas comunidades de caçadores-recolectores do Alentejo interior*, de Ana Cristina Araújo e Francisco Almeida, com 332 páginas; e *Na margem do Grande Rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas do Guadiana médio*, de Victor S. Gonçalves, Ana Catarina Sousa e Grégor Marchand, com 606 páginas (das quais 365 dedicadas a XZ12). Trata-se, em ambos os casos, de excelentes volumes, que no essencial constituem cadernos de campo fiáveis, mas contém também ponderadas reflexões acerca da geo-dinâmica dos sítios, acrescidas da descrição moderna, por vezes inovadora, dos respectivos pacotes artefactuais.

Nunca será demais salientar a extrema importância de ambos estes locais. No caso da BXB, estamos em presença de ocupação humana que os investigadores atribuem ao Mesolítico, constituída por sucessivos episódios que terão abarcado grande parte do 8.º milénio a.C., e com indicado-

res excepcionais de conservação de vestígios, seja estruturas (designadamente lareiras), seja indústrias líticas (de que se realizaram remontagens, algumas extensivas e de grande utilidade para a compreensão dos procedimentos de talhe). No caso de XZ12, registam-se ocupações não diferenciadas, nem suficientemente discerníveis por vezes, que poderão ir desde o Mesolítico até a um eventual Neolítico Médio ou Final, tendo também aqui sido verificada a preservação de vestígios muitíssimo singulares, de que são emblemáticas cerca de três dezenas de estruturas de combustão, interpretadas genericamente como fornos culinários. Nestes termos, pode dizer-se que qualquer destes locais exemplifica paradigmaticamente, cada um à sua maneira, algumas das observações que fizemos na primeira parte deste texto. Trata-se de conjuntos bem conservados, de «mini-pompeias» onde se torna aliciante reconstruir cenas da vida quotidiana, como sejam «um conjunto misto de actividades, com tarefas a realizar em pé – esquartejamento de animais – e outras, como a produção de suportes líticos, efectuada com o artesão em posição sentada» (Araújo e Almeida, 2013, p. 174); ou a preparação de um «borrego assado no forno» ou até, «com mais dificuldade e alguma imaginação», de «carne de porco à alentejana...» (Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013, p. 111).

Mas... a verdade é que em nenhuma destas «mini-pompeias» pôde verdadeiramente ser controlado o tempo que medeia entre a recriação de cenas do quotidiano e a síntese histórica.

No caso de BXB, das cinco áreas escavadas (outras seguramente terão existido), obtiveram-se datações absolutas em duas, com uma amplitude temporal que não somente preenche a maior parte do 8.º milénio a.C., como o faz de forma descontínua: a área 2 tem uma ocupação de cerca de dois séculos, no terceiro quartel do milénio; e a área 5, uma datação dos inícios do dito milénio. Acresce a ocorrência na referida área 2 de um horizonte com cerca de centena e meia de fragmentos cerâmicos (pelo menos 4 recipientes) de fase avançada do Neolítico, o qual, situado em posição superior, cerca de 60 cm acima dos horizontes mesolíticos, não deve datar de momento anterior ao 4.º milénio a.C. Os autores do estudo sobre o local têm, aliás, plena consciência deste «tempo longo», dizendo: «A Barca do Xerez de Baixo foi ocupada por grupos de caçadores-recolectores ao longo de um período relativamente longo»; e ainda: «Se é certo que o local foi ocupado em momentos distintos, com clara resolução estratigráfica, mais difícil é avaliar a possível co-existência de episódios de ocupação simultâneos, mas diferenciados no espaço» (Araújo e Almeida, 2013, p. 63).

No caso de XZ12, foram delimitadas igualmente cinco áreas, das quais apenas 4 são objecto de caracterização desenvolvida, sendo que no conjunto documentam ocupações de momentos muito diferenciados, podendo distar entre si os mesmos cerca de quatro milénios, ou mais, reconhecidos em BXB, e com duas agravantes adicionais. A primeira, a circunstância de as presenças neolíticas não serem meramente circunstanciais, como em BXB, que se pode admitir constituir um local essencialmente mesolítico; bem pelo contrário, em XZ12 as presenças neolíticas são as mais extensas e nem sequer é suficientemente clara, em nossa opinião, a ocorrência de horizontes mesolíticos, eventualmente subjacentes. A segunda, a inexistência de datações absolutas, que não foi possível obter mau grado os esforços dos investigadores nesse sentido, datações que os mesmos consideram que poderiam ajudar a esclarecer «a complexidade estratigráfica deste sítio» (Gonçalves, Sousa e Marchand 2003: 28). Resta, pois, a ideia de que «o facto da cerâmica surgir apenas nas camadas superficiais das várias áreas parece confirmar que se trata de um sítio antigo, com reocupações ao longo do Neolítico» (*id. Ibid*., p. 34).

Possuem, pois, BXB e XZ12, significados históricos bem diferenciados, não obstante partilharem o lado mais sensorial da etnografia dos gestos do quotidiano. BXB dá conta de ocupações esporádicas e irregulares, ao longo de quase todo o 8.º milénio a.C. (não considerando aqui a presença neolítica, que lhe acrescentaria dois a três milénios mais), em local aberto, constituindo acampamentos simples, aparentemente apenas com lareiras (não se identificaram fundos de cabanas, pavimentos, fossas de armazenagem, etc.). Tratar-se-ia portanto de curtas estadias para obtenção e processa-

mento de recursos alimentares específicos, junto de pequeno talvegue directamente ligado com o rio, verosimilmente um local favorecido pelos animais selvagens na sua deambulação de acesso à água. Estadias temporárias, portanto, dentro de quadros de mobilidade territorial que nos escapam por completo e não encontram também continuidades que os permitam enquadrar, nem no tempo (antes e depois), nem no espaço (local, regional e inter-regional). XZ12, pelo contrário, constitui local de ocupação espacialmente muito concentrada e especializada, inscrito dentro de um «recinto» de grandes blocos de granito, favorável ao funcionamento de fornos, protegendo-os dos ventos excessivos. Não sendo, em nosso entender, suficientemente sólidas as hipóteses das suas remotas origens mesolíticas (origens que, em todo caso, nunca remontariam ao 8.º milénio, mas somente ao 7.º ou até 6.º milénio a.C.), nomeadamente quanto à diagnose da componente microlítica geométrica (que se afigura desprovida de tipos realmente diagnósticos desse período), poderá corresponder a período de tempo relativamente curto – e nem sequer do mais antigo Neolítico, mas de fase plena ou até evoluída do mesmo, talvez ao 4.º, mais do que ao 5.º milénio a.C., não sendo demasiado audacioso atribuí-lo já ao tempo dos construtores de megálitos. E sempre, claro, seja como for, sem qualquer tipo de ligação histórica com BXB, por remota que fosse e não obstante a proximidade espacial.

As dificuldades de natureza histórica destes locais, as incapacidades actuais de servirem à (re)construção da teia espácio-temporal em que se resume a «recuperação do passado» pela história, não lhes retiram, como se disse anteriormente, a importância que intrinsecamente possuem, mas obviamente limitam-na. Não obstante, a verdade é que o poder de sedução do foco encadeante da vida quotidiana, ou talvez mais apropriadamente, do «cromo etnográfico» (veja-se o que sobre o assunto escrevemos em Raposo 2015), e a circunstância de resultarem de escavações, ou seja de estarem fossilizados debaixo da terra, é tal que leva a duas consequências, ambas nefastas: por um lado, a desvalorização de outros sítios, pior conservados por certo, mas nem por isso menos susceptíveis de conterem informação útil; por outro lado, a facilitação da exigência metodológica seja na repartição e estudo separado dos diferentes pacotes artefactuais detectados em cada área e cada camada dentro de cada área, seja no que respeita ao cumprimento de exigências básicas de publicação, como é o caso do suporte métrico de dados, usado nos estudos tecno-tipológicos.

Detenhamo-nos, para exemplificação do fica dito, num domínio que nos diz especialmente respeito, pelos trabalhos feitos anteriormente na mesma zona: a componente macrolítica das indústrias de pedra lascada, em particular os chamados «seixos-núcleos», os quais em ambos os sítios têm significado, embora algo secundário ou até marginal em XZ12 (no que também este local se distingue, e muito, de BXB).

Em BXB são enumerados 403 seixos-núcleos em quartzito, provenientes em grande maioria (334) da área 1; e 235 núcleos em quartzo, provenientes também maioritariamente (199) da área 1. Em XZ12 são elencados 93 seixos-núcleos, não sendo indicada qual a sua proveniência relativamente às áreas e níveis estratigráficos identificadas no sítio. Em ambos os casos, as populações identificadas, ainda que discriminadas em alguns quadros, são objecto de diagnose em conjunto, considerando que possuem homogeneidade bastante para o efeito. Não se fornece, como se disse antes, a base de dados que, peça a peça, suporta os quantitativos de síntese apresentados (contagens globais e percentagens).

Sendo esta a realidade, os autores de ambas as monografias entendem, em sede de comparação com outros sítios e de interpretação crono-cultural, dedicar-se ao exercício curioso de serem «lestos em subestimar e desaproveitar trabalho alheio, quer quanto à forma como resumem o nosso pensamento sobre as ditas indústrias macrolíticas em geral, quer especialmente quanto à incorrecta avaliação do sítio do Xerês de Baixo» (Raposo, 2013, p. 10), sítio que foi objecto de trabalho de campo e estudo de materiais na segunda metade dos anos de 1970 e subsequente publicação de resultados no início dos anos de 1980 (Raposo e Silva, 1980-81). Dizem que este local não possui

condições de integridade bastantes para que a indústria lítica nele recolhida possa ser considerada para efeitos comparativos; tratar-se-ia de acumulação de superfície sem real significado antrópico. Na melhor das hipóteses, escorrência de materiais provenientes de povoado neolítico de que se diz haver indícios em cota superior (mas que estranhamente ou não foi procurado ou não foi encontrado). Na pior das hipóteses, mera construção virtual, sítio que nunca terá mesmo existido. Enfim, «um 'flop' arqueológico», um local «com restos misturados e descontextualizados de ocupações diversificadas, indiferenciáveis, desde o Paleolítico até aos nossos dias» (Gonçalves 2002; p. 100-101). Um tal caos nunca permitiria reunir as condições de homogeneidade necessárias ao uso útil da respectiva indústria lítica, posto que a mesma deveria mediar entre um qualquer momento recuado do Paleolítico (até bifaces acheulenses foram aí recolhidos...) e a produção da Cerveja Sagres (de que foram encontrados fragmentos de garrafas com rótulos datados de 1960-70, quem sabe se aí deixados pelos originais descobridores e prospectores do local).

Exercício curioso este, repito. E tanto mais curioso quanto nenhum dos autores das citadas monografias se deu ao trabalho de dissecar, mais que não fosse para contestar, os dados constantes da publicação sobre o sítio de Xerês de Baixo (XER) (Raposo e Silva, 1980-81). Ora, afirmava esta a existência de distribuições superficiais indicadoras de duas proveniências: a) o acarreio fluvial, por parte do Rio Guadiana (a chamada «série acheulense», residual); b) uma real presença local (a chamada «série languedocense», amplamente maioritária). A natureza local desta última ocupação era cuidadosamente analisada, sendo sustentada principalmente nos resultados de prospecção e posicionamento sistemáticos de superfície, dos quais derivava um modelo de concentração no terreno em plataforma superior, de inclinação muito suave sobre o rio, de tal sorte que não se mostrava possível nenhuma explicação através de processos de acumulação por escorrências naturais. Acrescentava-se ainda a existência de um nível *in situ*, com raros e muito erodidos restos cerâmicas aparentemente associados, mas tal ocorrência era apresentada com bastante cautela, sendo de todo acessória para a argumentação quanto ao carácter local do dito horizonte de ocupação. Passadas as décadas, mantemos em absoluto a interpretação que fizemos e estamos certos que outros, com maior distanciamento, o confirmarão pelo tempo fora.

Reafirmamos, pois e como escrevemos mais recentemente (Raposo, 2013, p. 10), que a indústria lítica, dita «languedocense», de Xerês de Baixo constitui um conjunto «completo» (atendendo aos procedimentos de recolha, que em todo caso e não obstante a sua sistematicidade não serão suficientes para garantir a representação equivalente de todas as classes dimensionais, nomeadamente os artefactos de menores dimensões, como sejam lascas de talhe e esquírolas, tendo como consequência uma sobre representação dos seixos talhados e núcleos), «homogéneo» (atendendo ao que acima repetimos sobre a origem local) e «numeroso» (atendendo aos quantitativos em presença: 472 artefactos líticos, dos quais 172 seixos talhados, 279 lascas em sentido amplo, incluindo portanto utensílios sobre lasca, e 21 núcleos). Pretender, como postulado de partida, que, por ser proveniente de recolhas de superfície, representaria necessariamente ou muito provavelmente palimpsesto crono-cultural maior dos que os documentados por exemplo nos sítios de BXB e XZ12, releva do vício contido na «premissa de Pompeia», conforme tentámos evidenciar noutros pontos deste texto. Aquilo que, sim, poderia e deveria ser feito na perspectiva de fundamentar a presunção de maior heterogeneidade da indústria e, designadamente, do conjunto de seixos talhados (ou seixos-núcleos, como pensamos hoje também ser melhor designar) de XZ12, seria proceder à análise da sua composição, morfológica, técnica e tipológica. Ora, também isto, nenhum dos autores das monografias em referência entendeu necessário fazer, sendo certo o podiam bem executar

Há três décadas e meia, quando os textos se batiam ainda em máquina de escrever, as tabelas se faziam penosamente caracter a caracter, com abundante uso de verniz corrector branco, acrescido de sistemas rudimentares de corte e cola, e os gráficos se desenhavam a tinta-da-china e tira-

-linhas, sendo preenchidos manualmente por padrões despeliculáveis, cortados com faca aguçada (era o tempo áureo do negócio da Kores, da X-Acto ou da Mecanorma), foi ainda assim possível colocar em artigo breve, de trinta e tal páginas, quadros com a totalidade dos dados métricos e qualitativos obtidos no estudo da indústria lítica de XER. Foi igualmente viável incluir mais de meia centena de gráficos referentes a atributos morfológicos, técnicos e tipológico. Hoje, passadas as décadas, pode qualquer investigador retornar a tais dados, em ordem a estabelecer as verificações ou comparações que entender pertinentes. E foi o que fizemos nesta ocasião, sem termos nós mesmos de voltar a observar directamente a base material de partida, os artefactos líticos. Esta característica, a de poder elaborar a partir dos arqueogramas construídos por outros antes de nós (ou nós próprios neste caso), sem ter de partir, sempre e sempre, dos dados materiais de base, constitui uma condição sem a qual nem a arqueologia, nem qualquer outra ciência, é viável. Daí também a importância do respeito do «mínimo vital» a que aludimos noutra passagem deste texto, seja no trabalho de campo, sejam no de gabinete e na publicação de ambos.

O quadro e gráficos em anexo resultam deste exercício de regresso à indústria de XER, no caso apenas os seixos talhados (ou seixos-núcleos) e unicamente a partir dos dados publicados em 1980--81. Revelam-nos eles o quê? Pois bem, a inegável homogeneidade do conjunto analisado, superior em diversos parâmetros à homogeneidade detectada nos conjuntos equivalentes de BXB e XZ12, embora a falta de dados nestes casos limite significativamente a comparação (cf. com as tabelas e gráficos publicados em: Araújo e Almeida, 2013, p. 118 e segs; Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013, p. 149 e segs). Quer as nuvens de dispersão dimensionais de comprimento, largura e espessura, e dos índices que entre si produzem (índice de alongamento e índice de espessura), quer sobretudo os indicadores estatísticos básicos usados (como sejam o do desvio-padrão e o da correlação) comprovam-no sem margem para dúvidas. E comprovam-no não somente no plano daquilo que se poderiam considerar variáveis principalmente dependentes da geometria dos suportes, ou seja, dos clastos naturais e da sua selecção, como o reforçam pela comparação entre os valores obtidos para a totalidade da população e os que se encontram para o subconjunto das chamadas «peças típicas» (definidas a partir de critérios morfo-técnicos e tipológicos, claramente identificados nas listas de tipos realizadas: Raposo e Silva, 1980-81, p. 60 e segs; Raposo e Silva, 1984, p. 112 e segs).

A indústria lítica «languedocense» do sítio de Xerês de Baixo não pode, pois, ser descartada no momento da síntese regional e da procura dos percursos históricos em que também se inserem Barca do Xerêz de Baixo e Xarez 12. Possuirá talvez, ou melhor, possui de facto, menor potencial informativo e contém pacote artefactual mais pobre. Pode ser discutido o seu significado e a sua datação «fina», quer dizer, entre o Mesolítico e o Neolítico Final... mas como de resto se passa com parte dos vestígios acumulados noutros locais melhor conservados. Ou seja, pode ser desvalorizada, mas algo subsistirá e lá continuará, com a sua própria capacidade informativa.

Pode, e deve, finalmente, à indústria lítica de Xerês de Baixo ser recusada a etiqueta «languedocense». Aceitamos aliás, divertidos e de bom grado, que a esta etiqueta seja conferido o estatuto de «açorda» (Gonçalves, Sousa e Marchand, 2013, p. 149). E acrescentaríamos até: uma açorda pior do que mona, já que os dados acumulados entretanto em todas ou quase todas as zonas do dito «languedocense» (designadamente no litoral alentejano) produziram ampla soma de conhecimentos novos, suportados em novos testemunhos de campo e novos pacotes artefactuais, de tal maneira que podemos fechar no baú da história da disciplina esse velho termo sufixado em «ense», ainda por cima com radical usurpado de terra onde se fala língua d'oc. O próprio conceito de «indústrias macrolíticas» deve ser questionado, como escrevemos noutro local (Raposo, 2013), porque as mesmas não passam, em muitos casos, de subconjuntos dentro de realidades mais amplas, que agora conhecemos melhor.

Acautelemo-nos, porém, da ingenuidade de supor que o abandono de um qualquer «ense» nos desobriga de, ou torna inútil a procura de novos «enses», quer dizer, de novas construções espácio-

-temporais de significado cultural. Essa necessidade permanece e o que fizemos por agora foi somente enterrar a cabeça na areia morna, inebriante, de sítios escavados, sem cuidar de verificar que em nossa volta se mantem ou até adensa a neblina, como bem sabemos de experiência própria acontecer frequentemente na Baixa de Xerês, especialmente em dias gélidos de Inverno.

Porque a «verdade verdadeira» é que não obstante a descoberta de sítios excepcionais e o trabalho, por vezes excelente, neles realizado por gerações sucessivas e nomeadamente por Victor S. Gonçalves, veterano da metáfora de Flannery, que desde os anos de 1970 até hoje se mantem em nós como gratíssima referência no entendimento da arqueologia como história, nenhum local do termo de (Mon)Xaraz pôde ainda dissipar a neblina, quer dizer, lograr ver mais do que «cromos etnográficos» (flutuando estes no tempo em intervalos de séculos ou milénios) e depois usá-los para «recuperar o passado», fazendo história, ou seja, vislumbrando o percurso de encontros e desencontros, de autoctonismos e aloctonismos, que ali levou dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros camponeses e destes aos construtores de megálitos.

XERÊS DE BAIXO, BARCA DO XERÊS DE BAIXO, XAREZ 12 (XB, BXB, XZ12)

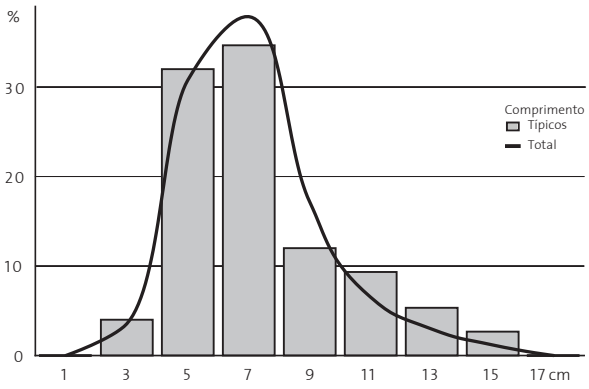
SEIXOS-NÚCLEOS · DADOS MÉTRICOS E ESTATÍSTICOS ELEMENTARES

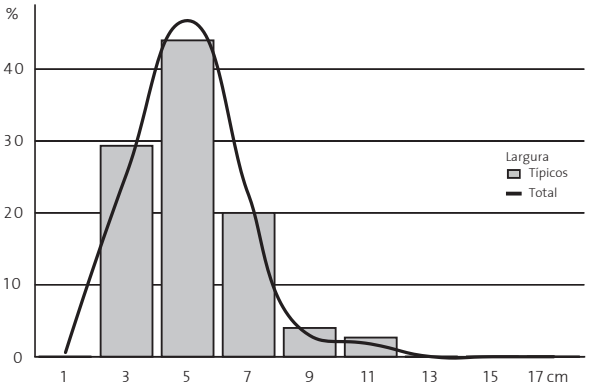
	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO
	COMPRIMENTO (c)				
XB_todos	3,80	16,10	7,98	7,50	2,20
XB_típicos	3,80	16,10	8,21	7,50	2,70
BXB*	3,24	18	8,73	ad	2,27
XZ12	ad	ad	8,4	ad	ad
	LARGURA (l)				
XB_todos	2,50	11,50	6,05	5,80	1,52
XB_típicos	3,20	11,50	5,95	5,50	1,67
BXB*	3,16	11,47	4,64	ad	1,79
XZ12	ad	ad	6,7	ad	ad
	ESPESSURA (e)				
XB_todos	1,70	7,50	3,97	4,00	1,22
XB_típicos	1,80	5,60	3,51	3,40	0,90
BXB*	1,69	14,38	4,64	ad	1,45
XZ12	ad	ad	4,4	ad	ad
	ÍNDICE DE ALONGAMENTO (Ia = cl)				
XB_todos	1,00	2,47	1,33	1,29	0,25
XB_típicos	1,00	2,47	1,39	1,35	0,28
	ÍNDICE DE ESPESSURA (Ie = c*l/e²)				
XB_todos	0,95	13,18	3,71	2,79	2,29
XB_típicos	1,05	12,08	4,45	3,68	2,41
* quartzito					
	CORRELAÇÃO (μ)				
	C/l	**C/e**	**l/e**	**C/ia**	**C/ie**
XB_todos	0,7602	0,4703	0,5444	0,4321	0,2506
XB_típicos	0,7853	0,5501	0,5288	0,5239	0,4350
XZ12	0,7500	ad	ad	ad	ad

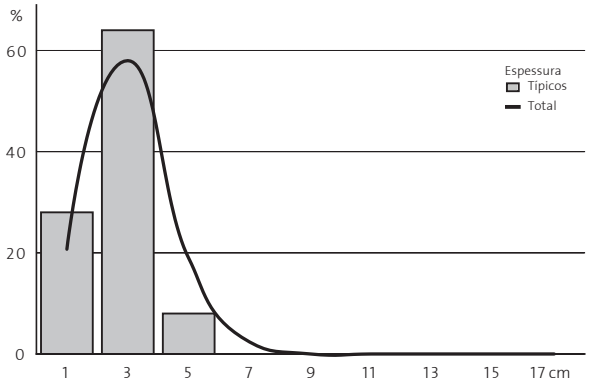
XB_todos: n 169; XB_típicos: n. 75; BXB: n 403; XZ12: n 93; ad: ausência de dados

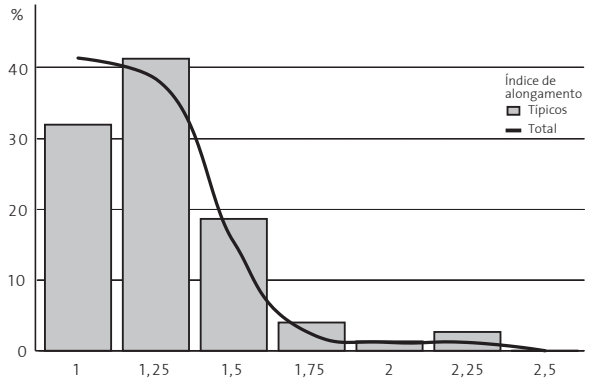
Xerês de Baixo

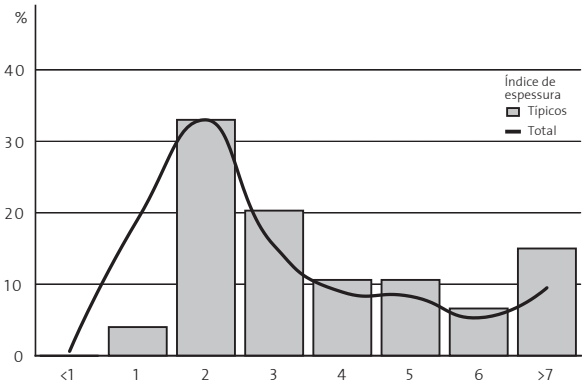
Seixos talhados







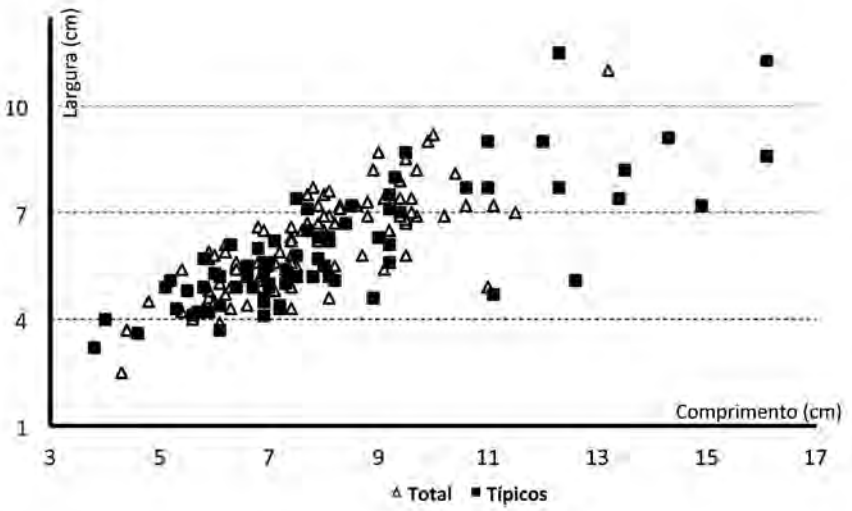




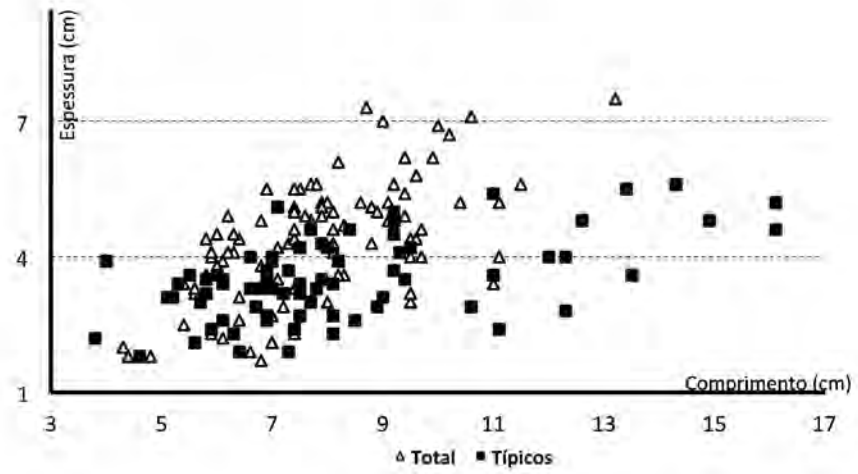
Xerês de Baixo

Seixos talhados

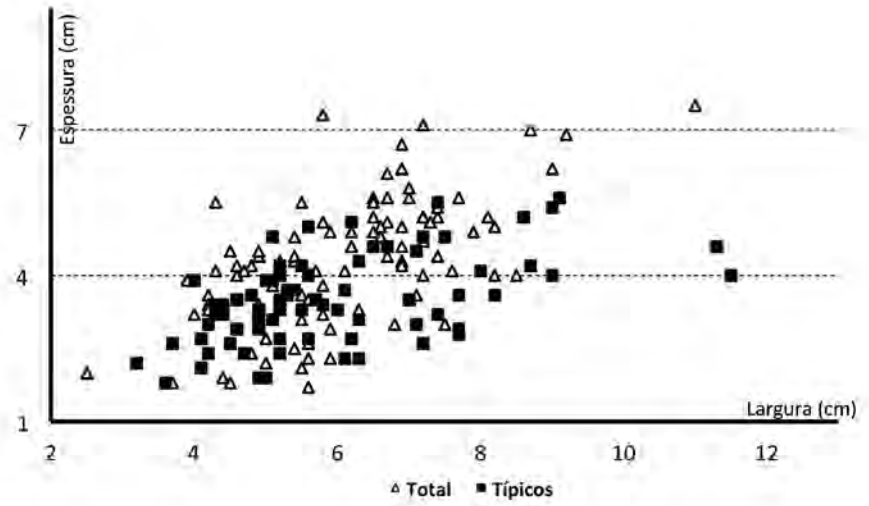
Comprimento/largura



Comprimento/espessura



Largura/espessura



BIBLIOGRAFIA

Almeida, F.; Maurício, J.; Souto, P.; Valente, M. J. (1999) – «Novas perspectivas para o estudo do Epipaleolitico do interior alentejano: noticia preliminar sobre a descoberta do sitio arqueológico da Barca do Xerez de Baixo», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n.º 1, ed. IPA, Lisboa, p.25-38.

Almeida, F., Araújo, A. C.; Ribeiro, J. P. C. (2002) – «Contribuição para o estudo do Paleolítico no Alentejo interior. Resultados Preliminares do Bloco B1 no Plano de Minimização de Impactes da Barragem de Alqueva», *Almadan*, 2.ª série, n.º 11, ed. CAA, Almada, p. 94-98.

Araújo, A. C.; Almeida, F. (2013) – Barca do Xerez de Baixo. Um testemunho invulgar das últimas comunidades de caçadores-recolectores do Alentejo interior, *Memórias d'Odiana*, 2.ª Série, n.º 3, ed. EDIA e DRCALEN, Évora, 332 pág.

Binford, L. R. (1962) – «Archaeology as Anthropology», *American Antiquity*, vol. 28, n. 2, Washington, pp. 217-225.

Binford, L. R. (1968) – «Archeological perspectives», in Binford, L.; Binford, S. – *New perspectives in Archaeology*. Ed. Aldine Publ., Chicago e Nova Iorque.

Binford, L. R. (1972) – *An Archaeological Perspective*. Ed. Seminar Press, Nova Iorque.

Binford, L. R. (1981) – «Behavioral Archaeology and the 'Pompeii Premise'», *Journal of Anthropological Research*, vol. 37, n. 3, pp. 195-208

Brown, J. A.; Struever, S. (1973) – «The organization of archaeological research: an Illinois example», in Redman (ed.) – *Research and theory in current archaeology*, ed. Welley, Nova Iorque, p. 261-280.

Childe, V. G. (1956) – *Piecing Together the Past*, ed. Routledge, Londres. Edição consultada: *Para uma recuperação do passado*, ed. Liv. Bertrand, Lisboa, 1976.

Clarke , D. (1972) – «Models and paradigms in contemporary archaeology», in D. L. Clarke, *Models in Archaeology*, ed. Methuen, Londres, 1972, pp. 2-60.

Clarke, D. (1973) – «Archaeology: the loss of innocence», *Antiquity*, vol. XLVLII, Londres, pp. 6-18.

Delibes da Castro, G. (ed.) (1987) – *El megalitismo en la Península Ibérica*, ed. Ministerio da Cultura, Madrid.

Deetz, J. (1967) – *Invitation to Archaeology*, ed. The Natural History Press, Nova Iorque.

Flannery, K. (1973) – «Archeology with Capital S», in Redman, C. L. – *Research and Theory in Current Archeology*, Ed. Wiley, Nova Iorque, pp. 47-53.

Flannery, K. (1982) – «The Golden Marshalltown: A Parable for the Archeology of the 1980s», *American Anthropologist*, New Series, Vol. 84, No. 2, Arlington, p. 265-278.

Gonçalves, V. S. (1976) – «V. Gordon Childe e a recuperação do passado», in Gordon Childe, V. – *Para uma recuperação do passado*, ed. Liv. Bertrand, Lisboa.

Gonçalves, V. S. (ed) (2000) – *Muitas antas, pouca gente?*, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 16, ed. IPA, Lisboa.

Gonçalves, V. S. (2002) – «Duas áreas de inesperado avanço sobre a vida e morte das antigas sociedades camponesas do Guadiana médio. A Mega-Operação Alqueva, um balanço dos blocos 3 e 6 em fins de 2002», *Al-madan*, 2.ª série, n.º 11, ed. CAA, Almada, p. 99-108.

Gonçalves, V. S. (ed.) (2003) – *Muita gente, poucas antas?*, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 25, ed. IPA, Lisboa.

Gonçalves, V. S. e Sousa, A. C. (1997) – «A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular», *Coloquio Internacional o Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, ed. Univ. de Santiago de Compostela, pp. 609-634.

Gonçalves, V. S.; Sousa, A. S; Marchand, G. (2013) – *Na margem do Grande Rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas do Guadiana médio. Memórias d'Odiana*, 2.ª Série, n.º 12, ed. EDIA e DRCALEN, Évora, 606 pág.

Hodder, I. (1986) – *Reading the past*, ed. Cambridge Univ. Press, Cambridge.

Kalb, Ph. (1989a) – «Überlegungen zu Neolithisierung und Megalithik im Westen der Iberischen Halbinsel», *Madrider Mitteilungen*, vol. 30, ed. Verlag Philipp von Zabern, Mainz, pp. 31-54.

Kalb, Ph. (1989b) – «O Megalitismo e a neolitização no Oeste da Península Ibérica», *Arqueologia*, n.º 20, ed. GEAP, Porto, p. 33-48.

Leroi-Gourhan, A. (1983) – *Le fil du temps*, Ed. Fayard, Paris.

Raposo, L. (2013) – «A propósito da monografia sobre o sítio da Barca do Xerez. De regresso as 'indústrias macrolíticas' do Guadiana», *Al-madan*, 2.ª série, n.º 18, ed. CAA, Almada, p. 8-11.

Raposo, L. (2015) – «Sincronismos, Contemporaneidades, Verosimilhanças... e paradigmas dominantes», *Al-madan*, 2.ª série, n.º 20, Ed. CAA, Almada, p. 53-61.

Raposo, L. e Silva, A. C. (1980-81) – «A estação 'languedocense' do Xerés de Baixo (Guadiana)», *Setúbal Arqueológica*, vol. 6-7, Setúbal, p. 47-84.

Raposo, L. e Silva, A. C. (1984) – «O Languedocense: ensaio de caracterização morfotécnica e tipológica», *O Arqueólogo Português*, série 4, n.º 2, Lisboa, p. 87-166.

Rathje, W., Shanks, M. e Witmore, Ch. (ed) (2013) - *Archaeology in the Making. Conversations through a Discipline*. Ed. Routledge, Londres.

Redman, L. R. (1987) – »Surface Collections, Sampling, and Research Design: A Retrospective», *American Antiquity*, vol. 52,n.º 2, Washington, pp. 249-265.

Rodriguez Casal, A. A. (ed.)(1977) – *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, ed. Univ. de Santiago de Compostela.

Trigger, B. (1978) – *Time and Traditions. Essays in Archaeological Interpretation*. Ed. Columbia Univ. Press, Nova Iorque.

Trigger, B. (1973) –«The future of Archaeology is the Past», in C. L. Redman, *Research and Theory in Current Archeology*, Ed. Wiley, Nova Iorque, pp. 95-111.

O NEOLÍTICO ANTIGO DE VALE DA MATA (CAMBELAS, TORRES VEDRAS)

JOÃO ZILHÃO[1]

RESUMO

A escavação da jazida magdalenense de Vale da Mata produziu também um conjunto de materiais neolíticos e calcolíticos. A distribuição espacial do espólio neolítico indica que se tratava de uma concentração separada e a sua composição sugere uma instalação de natureza residencial. O pequeno conjunto calcolítico é constituído por peças sem proveniência específica ou de proveniência duvidosa que poderão representar recolhas de superfície feitas nas imediações. Confirma-se arqueologicamente a existência de um povoamento do Neolítico Antigo nas margens do baixo vale do Sizandro, em conformidade com a evidência de deflorestação da paisagem e aparecimento de campos agrícolas observada nos arquivos paleoambientais da região a partir de 5400 cal BC.

ABSTRACT

The excavation of the Magdalenian site of Vale da Mata also yielded an ensemble of Neolithic and Copper Age finds. The spatial distribution of the Neolithic material shows that it formed a separate, discrete cluster, and its composition suggests an occupation of residential nature. The small set of Copper Age finds comprises items lacking secure or specific provenience information; they may have been surface-collected in the surrounding area. In good agreement with the evidence for deforestation and concomitant emergence of agricultural fields seen in the regional paleoenvironmental archives after 5400 cal BC, the existence of an Early Neolithic settlement of the lower Sizandro valley is confirmed.

[1] Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats (ICREA), Passeig Lluís Companys 23, 08010 Barcelona, Spain
Universitat de Barcelona, SERP (Seminari d'Estudis i Recerques Prehistòriques; SGR2014-00108), Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia, Facultat de Geografia i Història, c/ Montalegre 6, 08001 Barcelona, Spain
UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
joao.zilhao@ub.edu

FIG. 1. Vale da Mata: a jazida.
Em cima: localização de Vale da Mata no *GoogleEarth* (imagem satélite de 9 de Março de 2015; elevação 3x).
Ao meio: vista da jazida para SE sobre a linha de água; o sítio mesolítico do Cabeço do Curral Velho situava-se na encosta oposta (diapositivo tirado em 1985, digitalizado e restaurado).
Em baixo: os terrenos lavrados contendo restos de talhe e fragmentos incaracterísticos actualmente existentes no lugar onde se situava a elevação arenosa integralmente escavada em 1951-52 (diapositivo tirado em 1985, digitalizado e restaurado).

INTRODUÇÃO

Vale da Mata (39°5'37.82"N, 9°24'2.75"W) foi uma jazida de ar livre do Magdalenense superior. Situava-se 250 m a SW do lugar de Gentias do Meio, na cabeceira de uma linha de água que drena a arriba litoral a sul da foz do Sizandro (Fig. 1). O substrato geológico local é formado por margas e argilas do Portlandiano (Jurássico Superior) sobre as quais se acumularam areias dunares plistocénicas de espessura e grau de conservação variável.

O potencial arqueológico da zona foi revelado por prospecções levadas a cabo em finais dos anos 40 e princípios dos anos 50 do século passado por Jaime Roldão, funcionário do MNA (Museu Nacional de Arqueologia). Das recolhas de superfície e escavações então realizadas, sob a orientação do director do museu, Manuel Heleno, e com participação de trabalhadores locais, resultou uma colecção de espólios de importância significativa que viria a ficar conhecido como o Paleolítico Superior de Cambelas (Heleno, 1956; Saavedra Machado, 1964; Zilhão, 1997).

Em 1984-85, as principais jazidas puderam ser relocalizadas, mas só no caso do sítio solutrense de Vale Almoinha é que a cicatriz deixada pela escavação era ainda visível no terreno (Zilhão, 1984; Zilhão *et al.,* 1987). No caso de Vale da Mata, a presença de resíduos de talhe e fragmentos incaracterísticos descartados durante as operações de crivagem e dispersados pelos trabalhos agrícolas subsequentes permitiu corroborar a localização indicada por J. Roldão e um dos seus colaboradores locais, Custódio Antunes. À época, esses vestígios formavam uma mancha superficial de baixa densidade, designada «Vale da Mata II» por Carvalho *et al.* (1989).

Segundo as informações prestadas *in loco* pelos participantes, antes do início dos trabalhos de escavação, realizados em 1951-52, o sítio seria constituído por uma pequena elevação arenosa que alcançava uma altitude de 2 a 3 m acima do solo actual. Essa elevação foi totalmente escavada até ao substrato em área da ordem dos 100 a 200 m^2. Nada restando do depósito original, não foi possível levar a cabo quaisquer trabalhos de controlo estratigráfico ou de recolha de amostras para datação.

A COLECÇÃO

O Quadro 1 reproduz o inventário geral da colecção «Vale da Mata» conservada no MNA, anteriormente publicado (Zilhão, 1997, Vol. 2, Quadro 47.1). Além da abundante indústria lítica, o espólio inclui pouco mais de uma quarentena de fragmentos de cerâmica pré-histórica (Quadro 2). A sua distribuição horizontal e vertical (Fig. 2), inferida a partir do «talhão» (letra) e «nível» (número romano) indicados nas etiquetas que acompanhavam o material (quando não marcados, a lápis ou tinta da china, nas próprias peças) apresenta-se descentrada em relação à da indústria magdalenense mas coincide com a da centena larga de geométricos e lamelas que se atribuíram ao Neolítico com base em critérios tecnológicos (o Conjunto 3 do Quadro 1; Fig. 3).

Da unidade de proveniência G-II, que é o ponto de maior concentração de indústria lítica neolítica, provém também uma conta discóide em rocha não determinada (Fig. 3); esta tipologia é desconhecida no Paleolítico Superior, o que, acrescentado à informação de proveniência, não deixa dúvidas quanto à ocupação humana do lugar a que a peça está associada. O mesmo não pode dizer-se de um «lápis» de ocre amarelo (Fig. 3) e de dois elementos de mó (Fig. 4) da unidade B-II, que é o ponto de maior concentração da indústria magdalenense; embora a respectiva associação ao contexto neolítico seja lógica, não podemos excluir que estas três peças sejam de cronologia paleolítica.

QUADRO 1. VALE DA MATA. INVENTÁRIO GERAL

COMPLEXO DE ACHADOS (número e designação) (a)		CONJUNTOS LÍTICOS			CRISTAL DE ROCHA	MATERIAL EOLIZADO	CERÂMICA	OUTROS	TOTAL
		1 (b)	**2** (c)	**3** (d)					
956	Sem indicação	1199	–	42	19	3	–	–	1263
957	Superfície	8	–	3	–	–	–	–	11
958	VM-I	351	–	3	4	–	–	–	358
959	2.ª camada – parte superior	61	–	–	1	–	–	–	62
960	VM-II/II/Cm II/0,25-0,50	337	–	5	6	–	–	–	348
961	VM-III	23	–	–	–	–	–	–	23
962	Areia sobre barro, 0,25-0,50	2	–	–	–	–	–	–	2
963	Parte superior do barro	128	–	–	4	–	–	–	132
964	A-II	8	–	–	–	–	–	–	8
965	B-I	179	–	3	2	–	1	–	185
966	B-II	554	–	8	4	–	3	3 (e)	572
967	B-III	48	–	–	–	–	–	–	48
968	D-I	41	–	4	–	–	3	–	48
969	D-II	70	–	–	1	–	–	–	71
970	D-III	107	–	6	8	2	–	–	123
971	D-III (debaixo do barro)	1	–	1	–	–	–	–	2
972	E-I	17	–	–	–	1	1	–	19
973	E-II	42	–	–	–	–	1	–	43
974	E-III	184	–	3	7	1	–	1 (f)	196
975	F-I	–	27	12	–	–	22	–	61
976	F-II	–	146	8	–	1	1	–	156
977	F-III	–	86	10	6	–	–	–	102
978	G-I	–	5	4	–	–	10	–	19
979	G II	–	172	21	5	3	1	1 (g)	203
980	H-II	–	37	1	–	–	–	–	38
TOTAL		**3360**	**473**	**134**	**67**	**11** (h)	**43**	**5**	**4093**

(a) segundo o inventário realizado em 1983 por A. C. Araújo e J. Zilhão
(b) material sem indicação de proveniência ou proveniente dos talhões A-E, com exclusão das peças atribuídas ao Neolítico com base em considerações de natureza tipológica ou tecnológica
(c) material dos talhões F-H de tipologia paleolítica ou indeterminável
(d) material atribuído ao Neolítico com base em considerações de natureza tipológica ou tecnológica
(e) um movente e um dormente de mó, e um lápis de ocre
(f) um fragmento de osso muito fossilizado (sáurio mesozóico?)
(g) uma conta discóide (neolítica?)
(h) quatro lascas parcialmente corticais de quartzito; três lascas parcialmente corticais e uma lâmina de sílex; uma lâmina com retoque aurignacense, um fragmento de folha de loureiro de subtipo L e uma folha de loureiro de subtipo G com retoque plano total da face superior e retoque periférico curto da face plana

QUADRO 2. VALE DA MATA. INVENTÁRIO DA CERÂMICA

VASO	PROVENIÊNCIA	FRAGMENTOS DECORADOS	FRAGMENTOS LISOS
I	D-I	968.20a, 968.20b	–
	E-II	–	973.38
	F-I	–	975.11, 975.16, 975.18, 975.19, 975.20, 975.21
II	F-I	975.1, 975.3, 975.4, 975.6, 975.12	975.10, 975.14, 975.15, 975.17
III	B-II	966.52	–
	F-I	975.2, 975.22	–
IV	F-II	976.5	–
	G-I	978.6	–
	G-II	979.200	–
V	G-I	978.10, 978.11	–
VI	G-I	978.5	–
VII	D-I	968.19	–
VIII	F-I	975.7	–
IX	G-I	978.9	–
X	B-II	–	966.71a, 966.71b
XI	G-I	978.7, 978.8	–
XII	E-I	972.11	–
XIII	G-I	–	978.13
XIV	F-I	–	975.8
XV	G-I	–	978.12
XVI	F-I	–	975.9, 975.23
Outros	B-I	–	965.78
	F-I	–	975.13, s/n

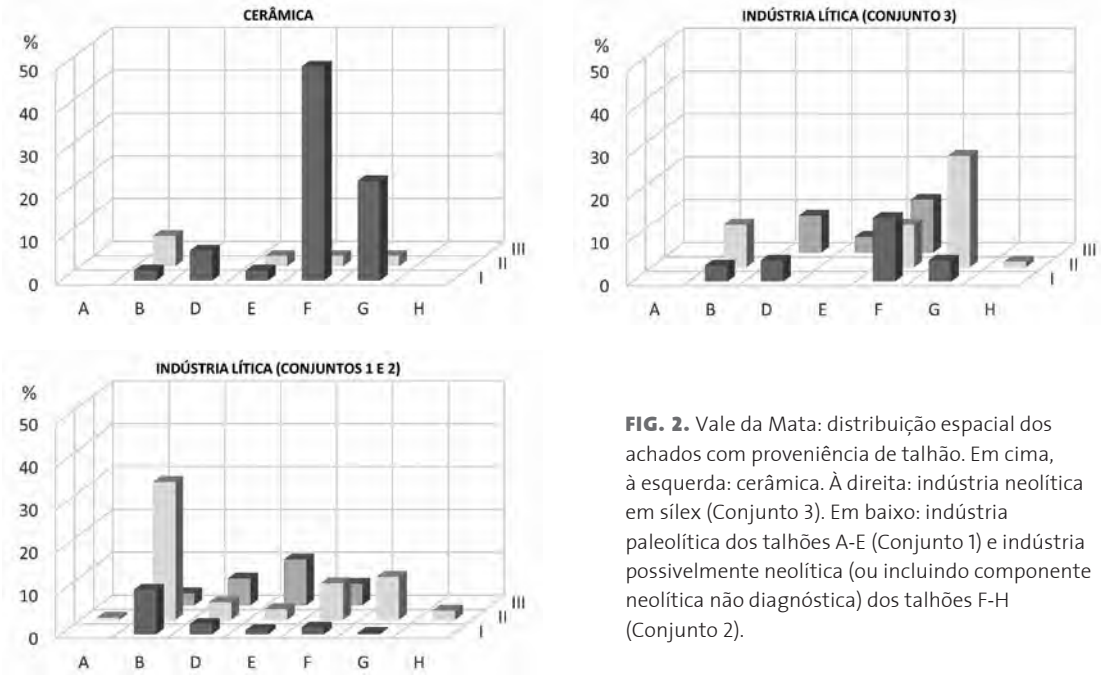


FIG. 2. Vale da Mata: distribuição espacial dos achados com proveniência de talhão. Em cima, à esquerda: cerâmica. À direita: indústria neolítica em sílex (Conjunto 3). Em baixo: indústria paleolítica dos talhões A-E (Conjunto 1) e indústria possivelmente neolítica (ou incluindo componente neolítica não diagnóstica) dos talhões F-H (Conjunto 2).

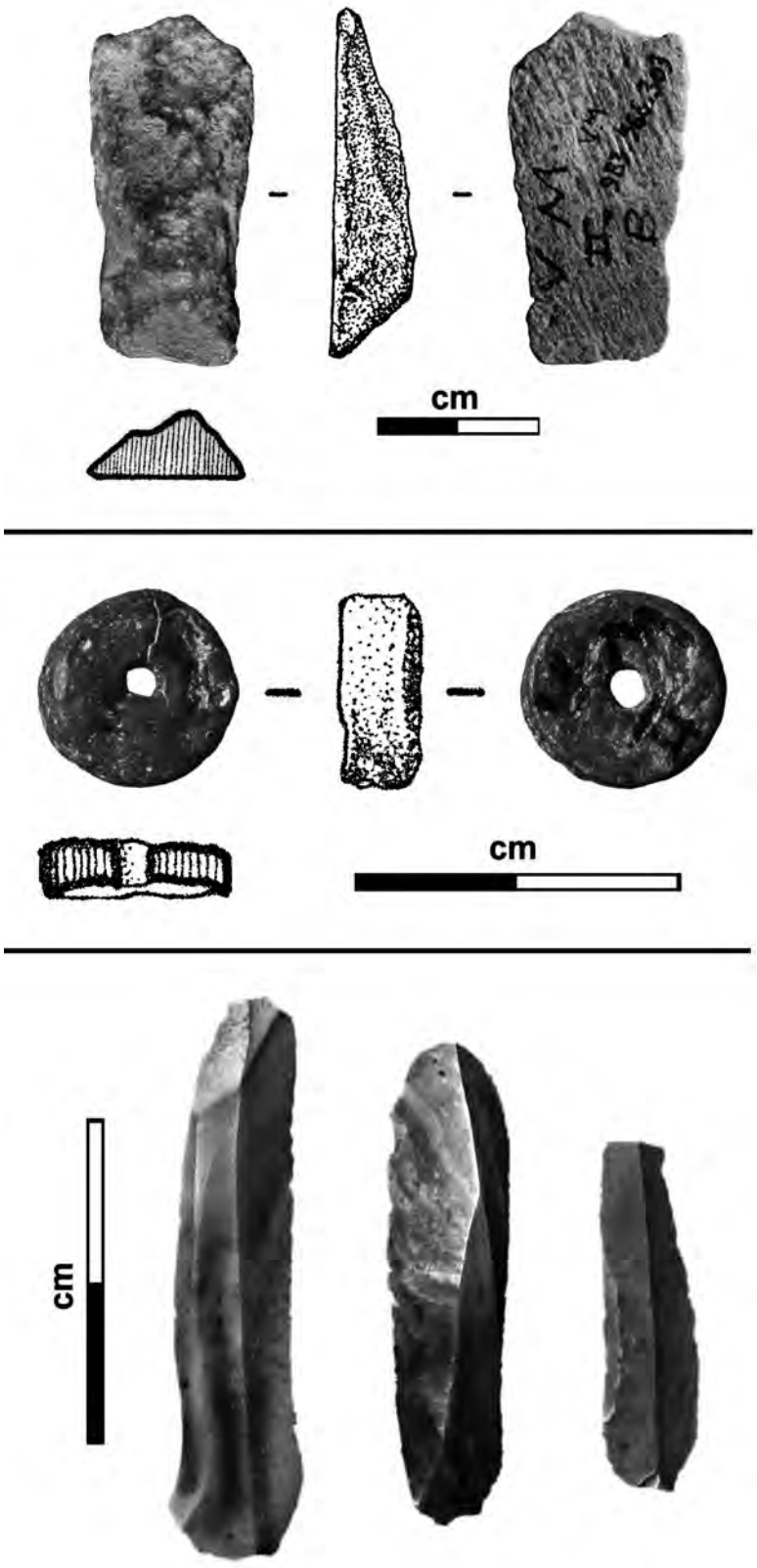


FIG. 3. Vale da Mata. Em cima: «lápis» de ocre amarelo. Ao meio: conta discóide em rocha não determinada. Em baixo: lamelas de tecnologia neolítica. Desenhos de Joaquim Franco.

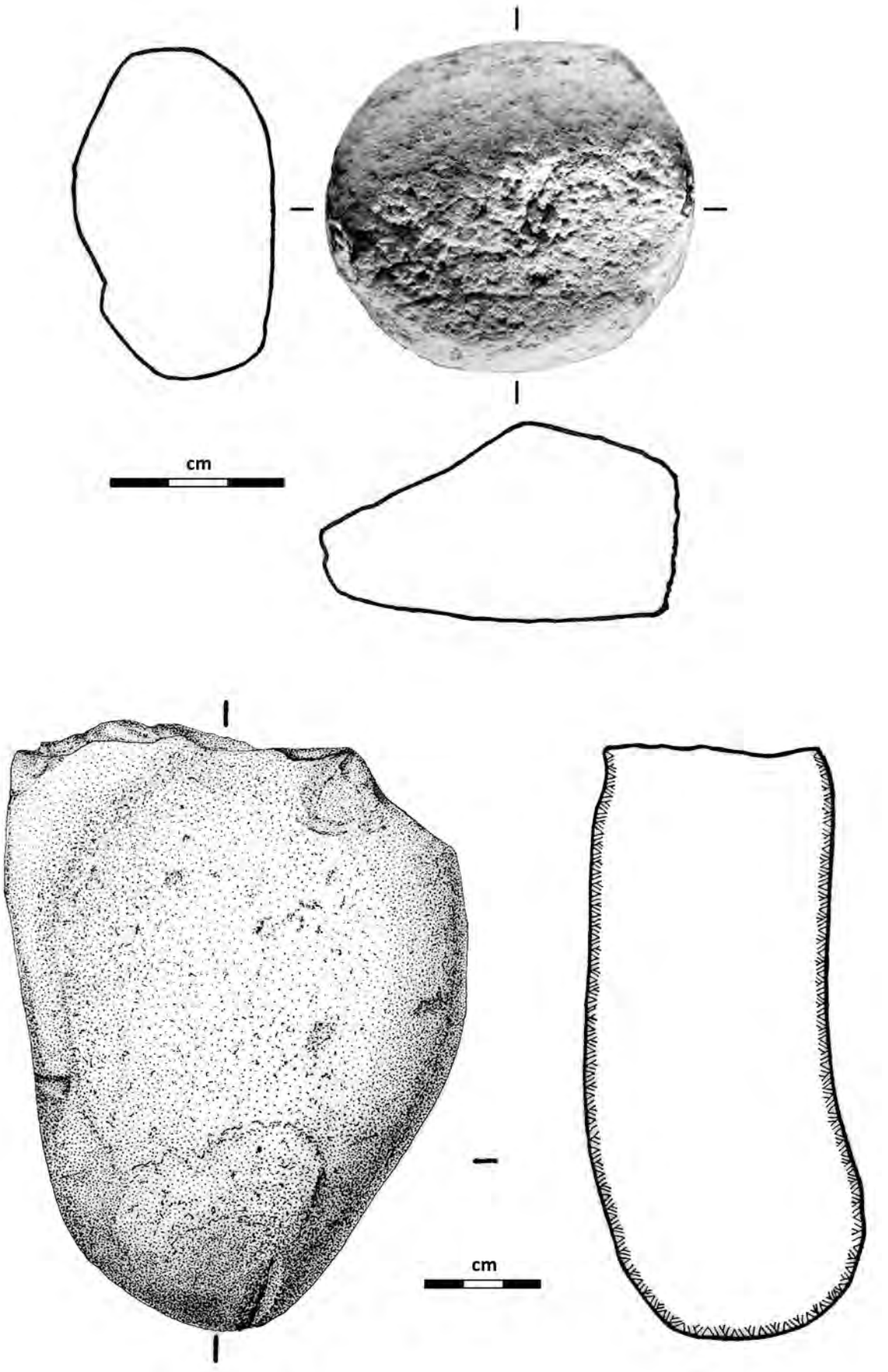


FIG. 4. Vale da Mata: elementos de mó manual. Em cima: movente. Em baixo: dormente (?). Desenhos de Joaquim Franco.

A CERÂMICA

Havendo alguns fragmentos lisos, as peças mais significativas e informativas do conjunto cerâmico de Vale da Mata, que está ainda pendente de análise especializada, são os fragmentos decorados. Desenhados à época do inventário, à escala 1:1, por Helena Figueiredo, desenhadora do MNA, a sua existência foi anteriormente referida, mas de forma muito limitada (Zilhão, 1997, Vol. 2, Fig. 47.2). As observações então realizadas conduziram ao agrupamento da colecção em 16 conjuntos, possivelmente correspondentes a outros tantos recipientes, dos quais 11 são decorados e os restantes cinco, discriminados em função da pasta e da forma do bordo, são lisos. Apresenta-se seguidamente descrição sumária dos vasos decorados, os quais se ilustram fotograficamente nas Figs. 5-7.

- **Vaso I** (Fig. 5). São nove fragmentos, seis recuperados na unidade F-I, dois na unidade E-II e um na unidade D-I. Trata-se de fragmentos lisos e de um mamilo com impressões, de pasta alaranjada na face externa e negra na face interna, grosseira, com elementos não plásticos heterométricos, visíveis a olho nu e atingindo por vezes os 6 mm de dimensão.

- **Vaso II** (Fig. 5). São nove fragmentos, todos recuperados na unidade F-I; quatro são lisos, quatro estão decorados com pequenas incisões inclusas numa estreita faixa horizontal, e o outro é um cordão decorado com impressões. A pasta apresenta-se alaranjada escura apenas na parte superficial externa, sendo negra no resto da secção e com elementos não plásticos de dimensões menos heterogéneas que nos fragmentos do Vaso I.

- **Vaso III** (Fig. 5). Três fragmentos com impressões em ziguezague do tipo «falsa folha de acácia», sendo dois provenientes da unidade F-I e um da unidade B-II.

- **Vaso IV** (Fig. 5). São três fragmentos das unidades F-II, G-I e G-II, com pasta acastanhada-alaranjada de cor uniforme em secção, grosseira, e com inclusão de elementos plásticos abundantes e heterométricos. A decoração consiste em triângulos incisos preenchidos com motivos impressos, associados a faixa horizontal preenchida com pequenas incisões, semelhante à do Vaso II.

- **Vaso V** (Fig. 6). São dois fragmentos, ambos da unidade G-I, de pasta negra com laivos avermelhados na superfície externa, grosseira, com inclusão de elementos não plásticos abundantes e heterométricos. A decoração é composta por sequências agrupadas de «unhadas».

- **Vaso VI** (Fig. 6). Fragmento com bordo e asa de perfuração horizontal, decorado com incisões paralelas, recuperado na unidade G-I. A pasta é grosseira, com inclusão de elementos não plásticos abundantes e heterométricos, alaranjada-acastanhada nas superfícies interna e externa, e negra na parte interna da secção.

- **Vaso VII** (Fig. 6). Fragmento com bordo e asa de perfuração vertical, decorado com incisões diversas à volta da asa, proveniente da unidade D-I e de pasta idêntica à do vaso VI.

- **Vaso VIII** (Fig. 6). Fragmento da unidade F-I com zona decorada em «falsa folha de acácia» demarcada por linha horizontal incisa. A pasta é castanha na face externa, mais escura na face interna, grosseira, com inclusão de elementos não plásticos abundantes.

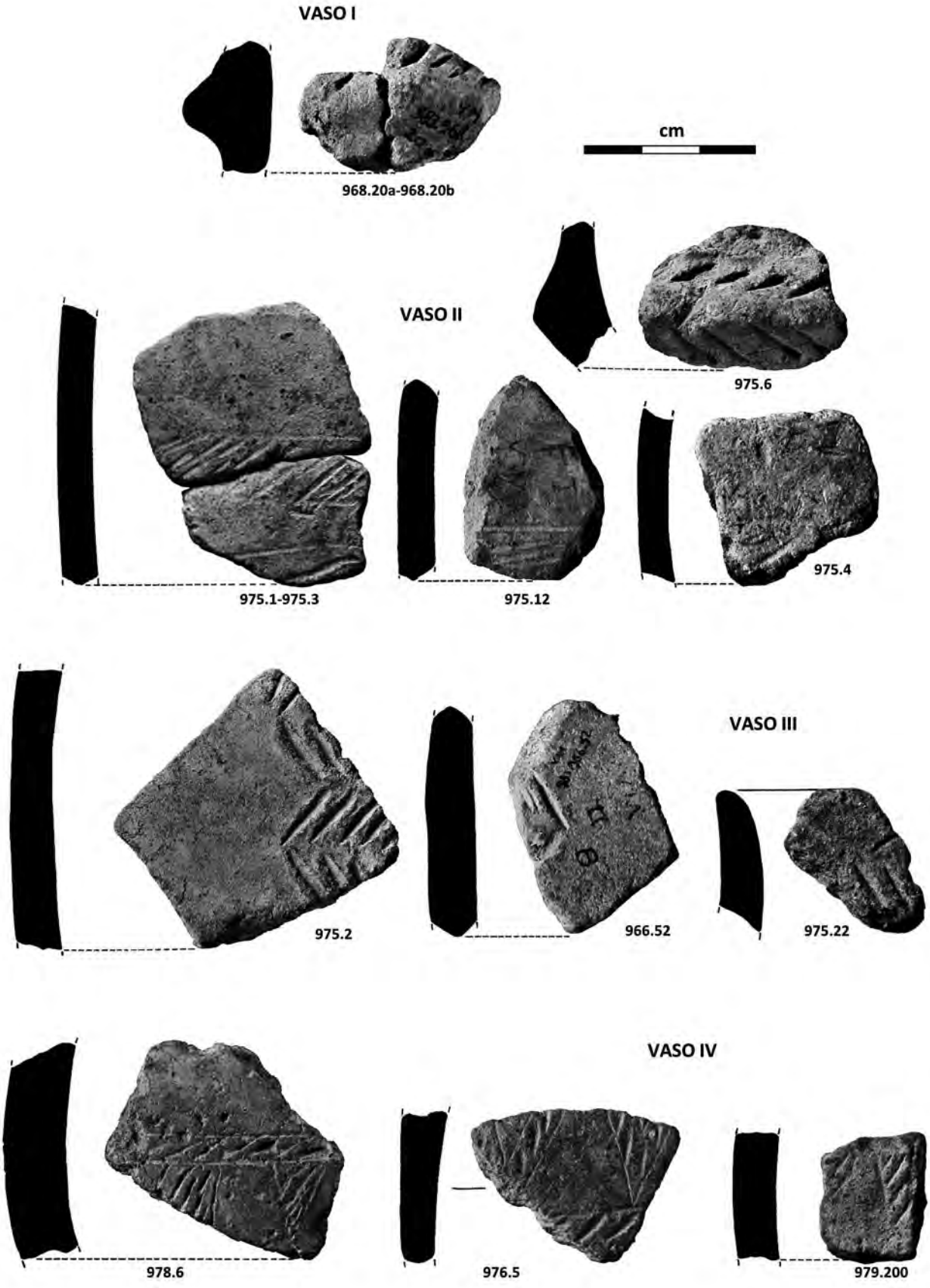


FIG. 5. Vale da Mata: cerâmica decorada do Neolítico Antigo. Vasos I a IV. Indica-se o número de inventário MNA de cada fragmento. Desenhos de Helena Figueiredo.

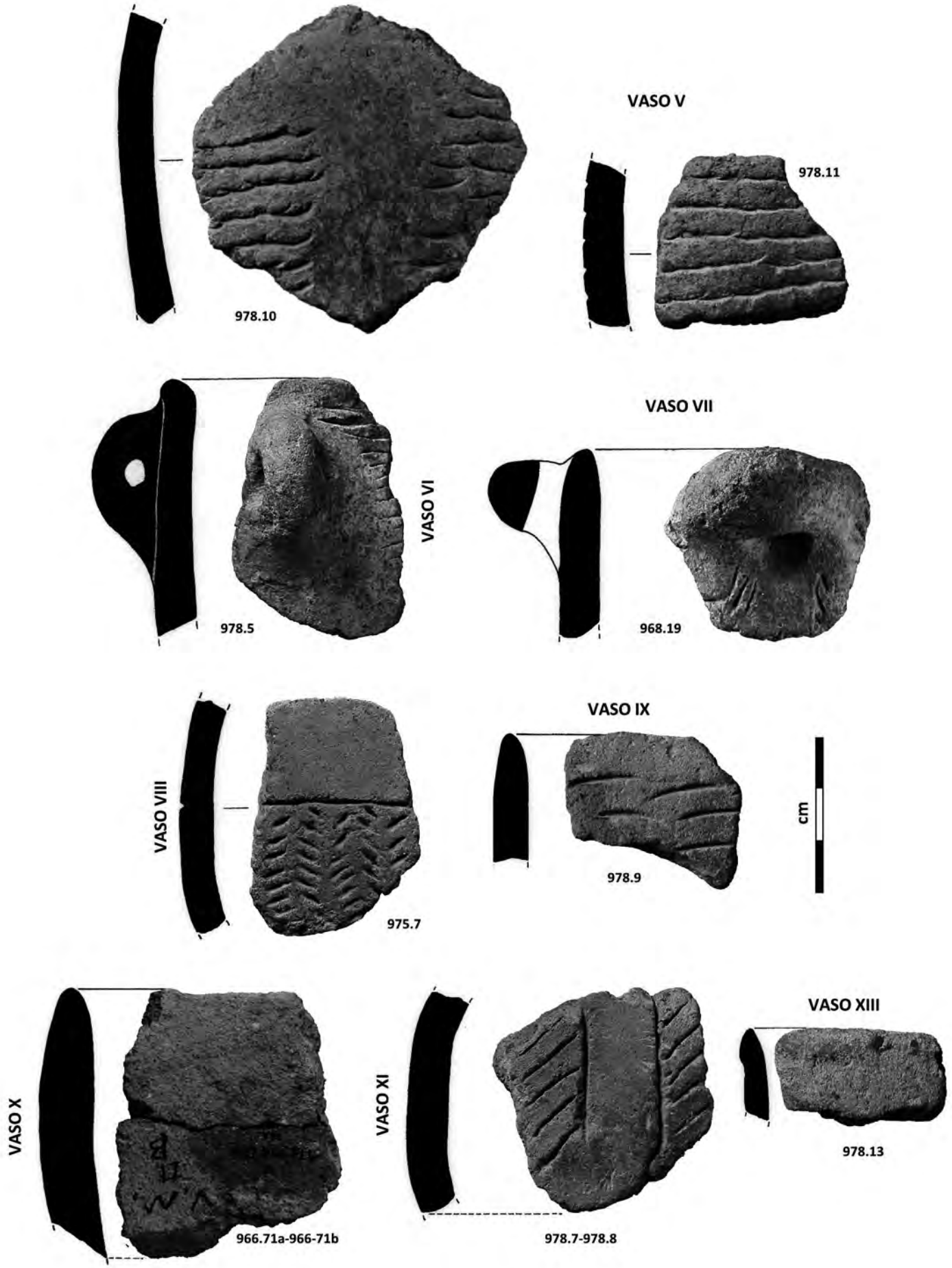


FIG. 6. Vale da Mata: cerâmica decorada e lisa do Neolítico Antigo. Vasos V a XI e XIII. Indica-se o número de inventário MNA de cada fragmento. Desenhos de Helena Figueiredo.

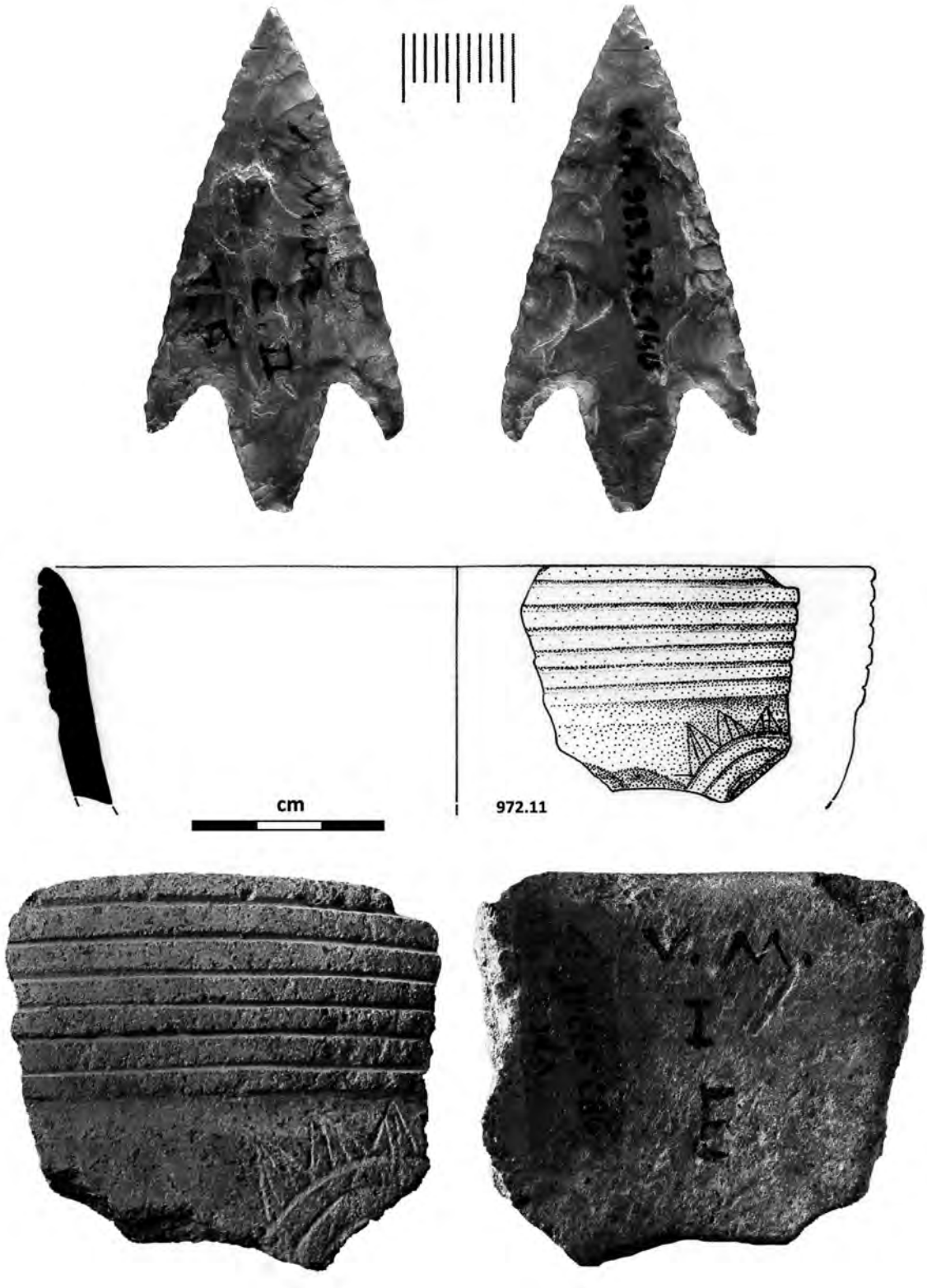


FIG. 7. Vale da Mata: ponta de seta e cerâmica calcolítica (Vaso XII; Indica-se o número de inventário MNA; desenho de Helena Figueiredo).

- **Vaso IX** (Fig. 6). Fragmento com bordo, decorado com impressões, aparentemente do bordo não denteado de uma concha, proveniente da unidade G-I. A pasta é castanho-avermelhada, com elementos não plásticos abundantes mas finos e homométricos.

- **Vaso XI** (Fig. 6). Dois fragmentos recolados provenientes da unidade G-I, decorados com incisões oblíquas dispostas em paralelo, em bandas verticais separadas por zona lisa. A pasta é acastanhada nas superfícies interna e externa, negra em secção.

- **Vaso XII** (Fig. 7). Fragmento recuperado na unidade E-I, decorado com finas caneluras horizontais sob o bordo, até cerca de 2 cm abaixo deste, onde dá lugar a um motivo inciso de tipo solar constituído por círculos concêntricos de onde irradiam pequenos triângulos com o interior preenchido. A pasta é acastanhada nas superfícies interna e externa, negra em secção, com inclusão de elementos não plásticos abundantes mas finos e homométricos.

DISCUSSÃO

Pela sua diversidade e número, e considerando ainda o carácter seleccionado da colecção, os materiais neolíticos de Vale da Mata não podem representar «ruído de fundo», ou seja, não é verosímil que tivessem correspondido a testemunhos dispersos à superfície, ou enterrados nas camadas superficiais do solo, resultantes de actividades humanas *off-site*. Tratar-se-á antes de vestígios de um uso habitacional do lugar, como sugerido pelos elementos de mó (admitindo que são de cronologia holocénica) e pela conta de colar. Inversamente, apesar de truncada, a colecção é demasiado pequena para representar um aglomerado numeroso ou uma instalação prolongada no tempo. A localização da jazida em solos arenosos propícios ao tipo de agricultura praticada em época neolítica faz antes pensar numa cabana, ou pouco mais, utilizada para alojamento de uma família ou pequeno grupo de famílias, durante período curto e, talvez, de forma sazonal.

Segundo informação prestada por C. Antunes, o depósito arqueológico também incluía conchas que, no entanto, não se guardavam nem amostravam (e, por isso, não estão representadas na colecção do MNA). Não sendo de excluir confusão – compreensível, tendo em conta o tempo decorrido – com a jazida mesolítica do Cabeço do Curral Velho, situada na encosta oposta e escavada na mesma altura (Araújo, 1994; Araújo *et al.,* 2014), essas conchas pertenceriam seguramente à ocupação neolítica, reflectindo a exploração complementar dos recursos aquáticos. A alternativa de se tratar de restos relacionados com a ocupação magdalenense é de excluir, dada a distância largamente superior à dezena de km que, no Tardiglaciar, separava estas terras da linha de costa.

No Holocénico médio, a parte final do curso do Sizandro correspondia a uma lagoa costeira que se prolongava por mais de 10 km em direcção ao interior e, à altura da foz, tinha cerca de 1 km de largura (Dambeck *et al.,* 2015). As suas águas salobras teriam constituído um ecossistema rico em moluscos e peixe, cuja exploração as populações mesolíticas e neolíticas não terão deixado de realizar. A datação pelo radiocarbono das colunas sedimentares provenientes de furos realizados na planície aluvial do rio confirma a vigência de tais condições a partir de 7000 cal BC e até pelo menos 3000 cal BC, isto é, englobando o intervalo de tempo de que, pela sua tipologia e decoração, podemos datar a cerâmica decorada de Vale da Mata. Com efeito, esta cerâmica tem bons paralelos no conjunto da Gruta da Furninha (Delgado, 1884) e é claramente de tradição epicardial, pelo que podemos situar a sua fabricação entre 4500 e 5100 cal BC.

Dambeck *et al.* mostram também que, entre 5400 e 5200 cal BC, as florestas de carvalho que até então cobriam as colinas e os bosques ribeirinhos deram lugar a vastas paisagens desarboriza-

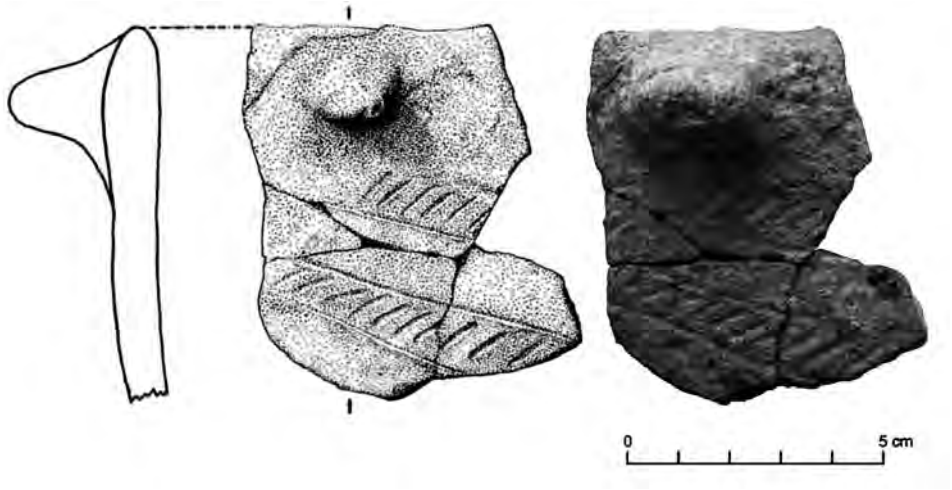


FIG. 8. Baío: cerâmica do Neolítico Antigo. O fragmento decorado recolhido «200 m a norte de Cambelas», por Leonel Trindade, entre 1950 e 1955 (desenho reproduzido a partir de Kunst e Trindade 1990; foto reproduzida a partir de Dambeck *et al.* 2015).

das. O aparecimento simultâneo nas curvas polínicas dos cereais e das ervas daninhas mostra que esta substituição é concomitante do desenvolvimento de campos agrícolas. Em apoio da origem antrópica destas transformações do coberto vegetal, Dambeck *et al.* aduzem um fragmento de cerâmica decorada que constituiria prova da existência do Neolítico Antigo na zona. O fragmento é descrito como «pequeno recipiente com um mamilo sobre o bordo e linhas horizontais irregulares, decoradas com finas impressões oblíquas» (Fig. 8). Citando Kunst e Trindade (1990), a proveniência dada é Baío, e a data do achado é fixada entre os anos de 1950 e 1955.

Tendo em conta estas datas, sabendo-se que «Baío» é a designação localmente dada ao litoral a sul da foz do Sizandro, e observando-se a presença de decoração idêntica nos Vasos II e IV (Fig. 5), cuja cor e pasta são semelhantes, a hipótese de o fragmento publicado por Kunst e Trindade ser também ele proveniente de Vale da Mata tem de ser colocada. Estes autores, no entanto, dão para o achado uma localização «cerca de 200 m a norte da actual povoação de Cambelas», o que é menos de metade da distância que separa Cambelas das Gentias do Meio que, por outro lado, fica para NE. A fazer fé nestas indicações geográficas, a hipótese, se bem que não possa ser de todo abandonada, carece, porém, de sustentação forte.

Para além dos materiais do Magdalenense e do Neolítico, Vale da Mata deu também algumas peças do Calcolítico (Fig. 7). É nomeadamente o caso do vaso XII, claramente separado do restante conjunto cerâmico pelo fabrico muito mais cuidado e pela sua decoração de caneluras associadas a um motivo solar. A este vaso se associam provavelmente quatro fragmentos de pontas de seta com retoque bifacial plano e uma bela ponta de pedúnculo e aletas, inteira, cujos modo de retoque, reduzida espessura e total ausência de pátina excluem uma atribuição ao Solutrense superior, período em que o tipo também é conhecido.

O vaso XII provém da unidade E-I, a ponta de pedúnculo e aletas da unidade F-II, e as outras pontas de seta não têm indicação de proveniência específica. Confrontado com a ponta de pedúnculo e aletas, C. Antunes – de cujo achado, por si feito, conservava muito viva lembrança – informou que a recolhera como peça isolada e a considerável distância da jazida. Esta recordação contradiz a proveniência de talhão e nível de escavação a que a peça estava associada no MNA, o que poderá dever-se a mistura acidental ocorrida antes do início dos trabalhos de inventariação ou a que os escavado-

res tenham incluído na colecção «Vale da Mata» materiais de superfície recolhidos nas imediações durante o período de execução dos trabalhos. Não podendo excluir a primeira, a segunda hipótese tem a seu favor o facto de no Solutrense do «Baío» existirem, além das jazidas escavadas, outras que não o chegaram a ser, foram entretanto destruídas, ou nunca terão constituído senão achados avulsos ou ocorrências dispersas de materiais (Zilhão, 1987).

É lógico supor que esta caracterização será de igual aplicação a outros períodos da Pré-História, incluindo os do Holocénico. O contexto do fragmento decorado publicado por Kunst e Trindade (1990) poderia assim representar seja a soma de recolhas de superfície feitas em momentos e pontos diferentes, seja a existência de uma concentração de achados semelhante à de Vale da Mata (isto é, uma jazida arqueológica no sentido estrito do termo) mas que nunca chegou a ser objecto de escavação. Os poucos dados contextuais referidos por Kunst e Trindade (1990) – segundo os quais o fragmento teria sido recolhido junto de «artefactos de sílex em parte paleolíticos» e em associação com uma ponta de seta de base ligeiramente côncava e outro fragmento de cerâmica muito erodida de aparência campaniforme – militam a favor da segunda alternativa mas não excluem a primeira.

CONCLUSÕES

Com esta publicação sumária dos materiais pós-paleolíticos de Vale da Mata preenche-se uma lacuna no conhecimento das colecções provenientes dos trabalhos promovidos pelo MNA, em meados do século passado, na zona de Cambelas. Confirma-se a ocupação do baixo vale do Sizandro no Neolítico Antigo, fornecendo-se assim um contexto arqueológico, espacial e artefactual, para as actividades agrícolas documentadas em época coeva a partir dos arquivos paleoambientais recentemente estudados na região.

A coincidência entre as componentes do sítio «Baío» de Kunst e Trindade (1990) e a composição da colecção «Vale da Mata» do MNA admite duas interpretações igualmente verosímeis: a de que a primeira é uma amostra constituída por recolhas de superfície feitas em Vale da Mata por Leonel Trindade em paralelo com a realização das escavações promovidas no lugar pela equipa do MNA; e a de que a segunda é um exemplo que ainda pôde ser escavado do tipo, conteúdo e âmbito cronológico de jazidas pré-históricas outrora numerosas na região, entretanto destruídas pela erosão do tempo e a actividade humana mas de que as prospecções realizadas nos anos 50 ainda puderam localizar vestígios dispersos.

Da amostra que chegou até nós, parece poder concluir-se, porém, que só entre o Paleolítico Superior e o Neolítico Antigo é que as areias dunares a norte de Cambelas foram palco de um povoamento humano de natureza residencial. Os vestígios de épocas mais recentes, nomeadamente do Neolítico Final e do Calcolítico, são raros, isolados, e parecem formar um padrão de arqueologia *off-site* criado pela exploração económica e a circulação de pessoas e não resultante da instalação de habitações ou aldeamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ana Catarina Sousa e a João Luís Cardoso as informações prestadas durante a redacção deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, A. C. (1994) – *O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Curral Velho (Cambelas, Torres Vedras)*, in «Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)», 2, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 43-51.

Araújo, A. C.; Moreno García, M; Gabriel, S. (2014) – *Para além de Toledo: outros dados, novas revisões e algumas reflexões sobre o Mesolítico Antigo do litoral da Estremadura*. «Revista Portuguesa de Arqueologia», 17, p. 5-34.

Carvalho, E.; Straus, L. G.; Vierra, B. J.; Zilhão, J.; Araújo, A. C. (1989) – *More data for an archaeological map of the county of Torres Vedras*. «Arqueologia», 19, p. 16-33.

Dambeck, R.; Kunst, M.; Thiemeyer, H.; Kalis, A. J.; Van Leeuwaarden, W.; Herrmann, N. (2015) – *Onde é que habitaram? Novos dados sobre a Neolitização retirados do exemplo do Vale do rio Sizandro (Torres Vedras, Portugal)*, in Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds.) – «5.º Congresso do Neolítico Peninsular», Lisboa, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 385-396.

Heleno, M. (1956) – *Um quarto de século de investigação arqueológica*. «O Arqueólogo Português», 2.ª série, 3, p. 221-237.

Kunst, M.; Trindade, L. J. (1990) – *Zur Besiedlungsgeschichte des Sizandrotals. Ergebnisse aus der Küstenforschung*. «Madrider Mitteilungen», 31, p. 34-82.

Nery Delgado, J. F. (1884) – *La grotte de Furninha à Peniche*. «Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques. Compterendu de la neuvième session à Lisbonne (1880)», Lisboa, Académie Royale des Sciences, p. 207-279.

Saavedra Machado, J. (1964) – *Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. «O Arqueólogo Português», 2.ª série, 5, p. 51-448.

Zilhão, J. (1987) – *O Solutrense da Estremadura portuguesa. Uma proposta de interpretação paleoantropológica*, Trabalhos de Arqueologia 4, Lisboa, Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

Zilhão, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Colibri.

Zilhão, J.; Real, F. C. S.; Carvalho, E. (1987) – *Estratigrafia e cronologia da estação solutrense de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras)*. «O Arqueólogo Português», 4.ª série, 5, p. 21-35.

NO CAMINHO DAS PEDRAS: O POVOADO «MEGALÍTICO» DAS MURTEIRAS (ÉVORA)

MANUEL CALADO[1]

RESUMO

A partir da identificação de dois exemplares de presumíveis pedreiras megalíticas, ambos com elevada monumentalidade natural, discute-se a eventual importância simbólica das matérias-primas, no contexto do megalitismo, assim como dos próprios locais de onde foram extraídas. Chama-se igualmente a atenção para a necessidade de uma abordagem específica deste tema, em termos de prospecção arqueológica.

ABSTRACT

Based on the identification of two examples of presumable megalithic quarries, both with high natural monumentality, I discuss the possible symbolic significance of raw materials in the context of the megalithic phenomenon, as well as of the sites from which they were extracted. I draw as well attention to the need for a specific approach, in this issue, in terms of archaeological prospection.

1. INTRODUÇÃO

O povoado pré-histórico das Murteiras ocupa uma área relativamente extensa, cujas dimensões – calculadas apenas com base na dispersão dos materiais de superfície e na topografia – atingem entre 10 e 15 ha, distribuídos ao longo de uma lomba granítica, onde se destacam grandes afloramentos rochosos.

As prospecções de superfície, efectuadas em 2001, permitiram, desde logo, adivinhar a conservação relativa de estratigrafias e estruturas, em particular, como é habitual nestes contextos, de estruturas negativas; essa hipótese assentava sobretudo nas evidências de uma paisagem relativamente pouco antropizada, sem as recorrentes cicatrizes de extracção de pedra e sem sinais de uso agrícola intensivo.

[1] IEBA.
caladomanuel@gmail.com

As prospecções permitiram igualmente analisar uma amostra do potencial arqueológico do sítio; com base nela, o povoado foi inicialmente atribuído a um período amplo, entre o Neolítico antigo/médio, e os inícios do Calcolítico. Na verdade, apenas um fragmento de cerâmica impressa e uma lamela de sílex, achados em prospecção, apontavam, marginalmente, para uma origem antiga da ocupação do sítio; o grosso dos materiais observados apontava para a fase final desse período.

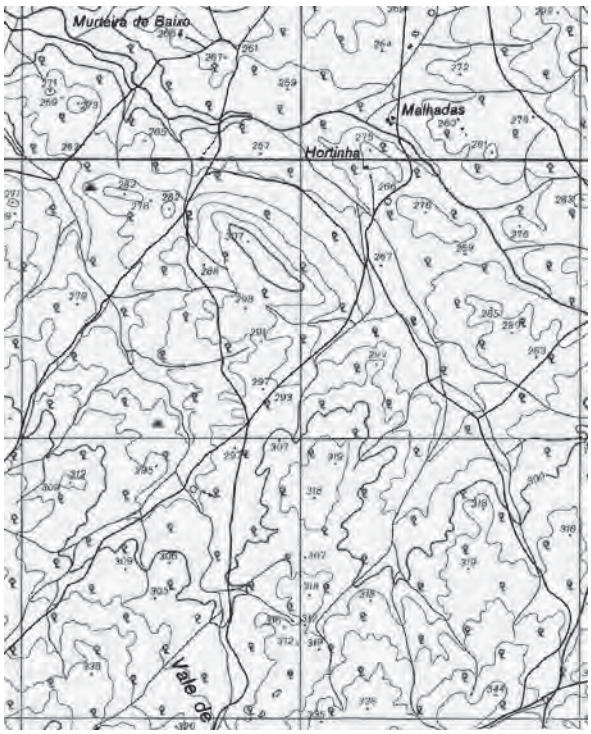


FIG. 1. Localização do povoado das Murteiras na CMP 480 (1: 25 000)

Por outro lado, em termos paisagísticos, o povoado das Murteiras insere-se claramente na categoria daqueles que designei, num óbvio trocadilho taxonómico, como «povoados megalíticos» (Calado, 2004), onde se incluem, quase sem excepções, todos os povoados do Neolítico antigo identificados no Alentejo Central. Trata-se, nesta acepção, de povoados implantados em locais em que se destacam grandes afloramentos graníticos, etimologicamente «megalíticos»; o conceito evoca, implicitamente, um exercício de aproximação entre megalitismo natural e megalitismo cultural.

Em contrapartida, a maioria dos povoados do Neolítico final da região relaciona-se, preferencialmente, em áreas livres de afloramentos rochosos e com solos sedimentares, mais vocacionados para a agricultura, mas também onde a abertura dos fossos defensivos/delimitadores, característicos destes povoados, era, naturalmente, mais viável (Calado e Rocha, 2007).

Seja como for, as sondagens realizadas no povoado das Murteiras confirmaram apenas, de forma inequívoca, a ocupação habitacional do sítio, no Neolítico final/Calcolítico inicial; fica, pois, em aberto, a possibilidade de uma fundação anterior a meados do IV milénio a.C., sugerida pelos achados de superfície, mas a que um fragmento de cerâmica com sulco abaixo do bordo, recolhido, em escavação, na sondagem 1, veio aduzir alguma consistência.

Concretamente, predominam, no conjunto artefactual recolhido, os bordos simples e as formas carenadas, a par de um número relativamente elevado de ídolos de cornos e de pesos de tear, de tipo placa.

As decorações, nas cerâmicas, estão praticamente ausentes. Por outro lado, as indústrias líticas estão representadas pelas pontas de seta e pelas lâminas, em rochas siliciosas, pelos instrumentos de pedra polida, em anfibolito, e pelos percutores de quartzo e quartzito.

O barro de cabanas, omnipresente nos povoados plenamente calcolíticos da região, não foi assinalado nas Murteiras. Nem foram detectados vestígios de muros ou fossos.

Como se sabe, o povoado insere-se numa região – o Alentejo Central – onde, nos últimos anos, se tem vindo a identificar uma complexa rede de povoados neolíticos e calcolíticos, dos quais muito poucos foram, até à data, escavados.

Por outro lado, os arredores de Évora apresentam, dentro do Alentejo Central, uma intensidade muito particular, no que diz respeito ao fenómeno megalítico propriamente dito: note-se que o «cro-

meleque» dos Almendres ou a anta grande do Zambujeiro, cada um no seu género, são monumentos ímpares, em termos ibéricos.

Os trabalhos de escavação arqueológica, no povoado das Murteiras, contaram com a participação da seguinte equipa, enquadrada pela empresa Arqueohabilis: Gerardo Gonçalves, Patrícia Augusto, Conceição Roque, Ivo Santos, António Bairinhas, Mário Carvalho, Frederico Carvalho e Marisa Gonçalves.

Colaboraram, ainda, em diversas fases dos trabalhos, alunos voluntários da Universidade de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade de Évora.

Estes trabalhos foram promovidos e financiados pela Fundação Eugénio de Almeida, no âmbito de um Projecto POC de Valorização do Conjunto Arqueológico da Herdade das Murteiras.

As escavações decorreram, de forma contínua, entre três de Setembro e quatro de Outubro de 2007 e consistiram na abertura de seis sondagens arqueológicas, em que se procurou avaliar áreas, dentro do povoado, com características topográficas e paisagísticas distintas.

As seis sondagens arqueológicas efectuadas somam uma área total de 130 m^2.

Neste artigo, vou tratar apenas dos resultados obtidos na Sondagem 1.

2. SONDAGEM 1: UMA PEDREIRA MEGALÍTICA

A Sondagem 1 foi aberta numa pequena rechã, na base de um paredão granítico, na periferia NW da área ocupada pelo povoado. O local apresenta uma notável monumentalidade natural; o dito paredão apresenta-se, visto de frente, como uma sobreposição de grandes blocos, alongados na horizontal, separados por diaclases bem marcadas e com ângulos bastante arredondados, devido aos fenómenos de disjunção esferoidal.

Na base do bloco superior, o mais espesso, pode observar-se uma pequena cavidade natural que os moradores da região interpretam como um forno antigo, e em cujo interior se encontraram, aliás, alguns fragmentos de cerâmica manual.

Os blocos da parte mesial e inferior do paredão apresentam várias lacunas de onde foram, visivelmente, extraídos segmentos de dimensão megalítica. À primeira vista, algumas dessas amputações poderiam corresponder a actividades extractivas recentes; porém, para além do facto, já mencionado, de não existirem evidências notórias dessas actividades, nas restantes áreas do povoado, os dados da escavação demonstraram, estratigraficamente, como veremos, que pelo menos as amputações dos blocos da base do paredão são anteriores à ocupação do Neolítico final.

Depois de escavada a camada superficial [01], definiu-se, em toda a área da sondagem (fig. , uma camada de terra escura [12], claramente antrópica e com um elevadíssimo índice de artefactos, associada à qual se definiu uma mancha de blocos, de dimensão média [15] que se pode presumir corresponder aos restos de estruturas habitacionais desmanteladas.

FIG.2. Escavação da camada superficial, na Sondagem 1.

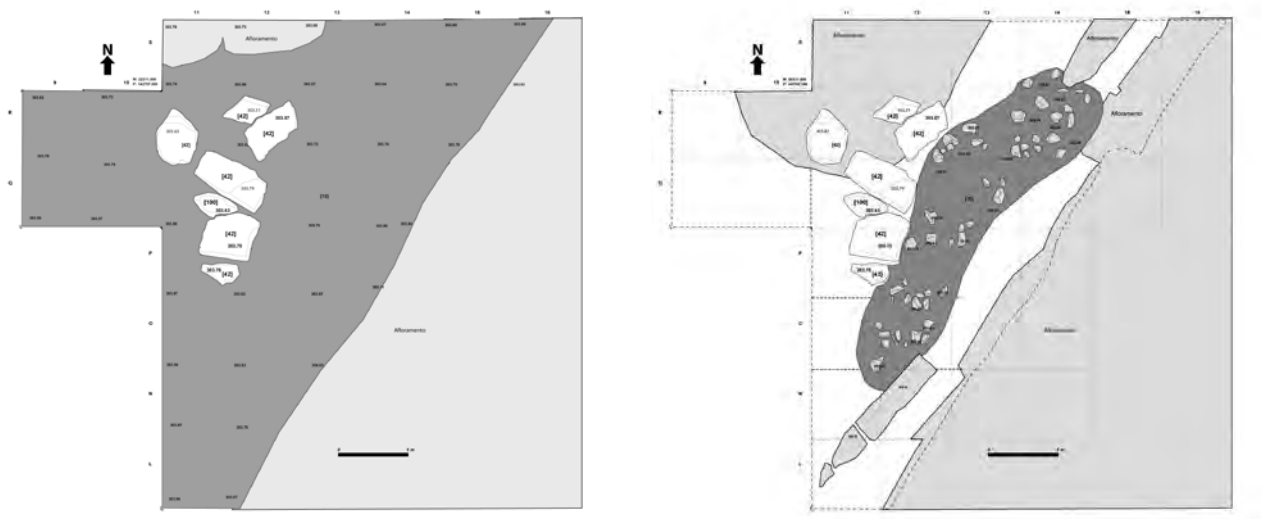


FIG. 3. Plantas cotadas das Ues 12 e 15, ambas relativas à ocupação habitacional do sítio, no Neolítico final e depositadas sobre o conjunto de grandes blocos [42] e [100].

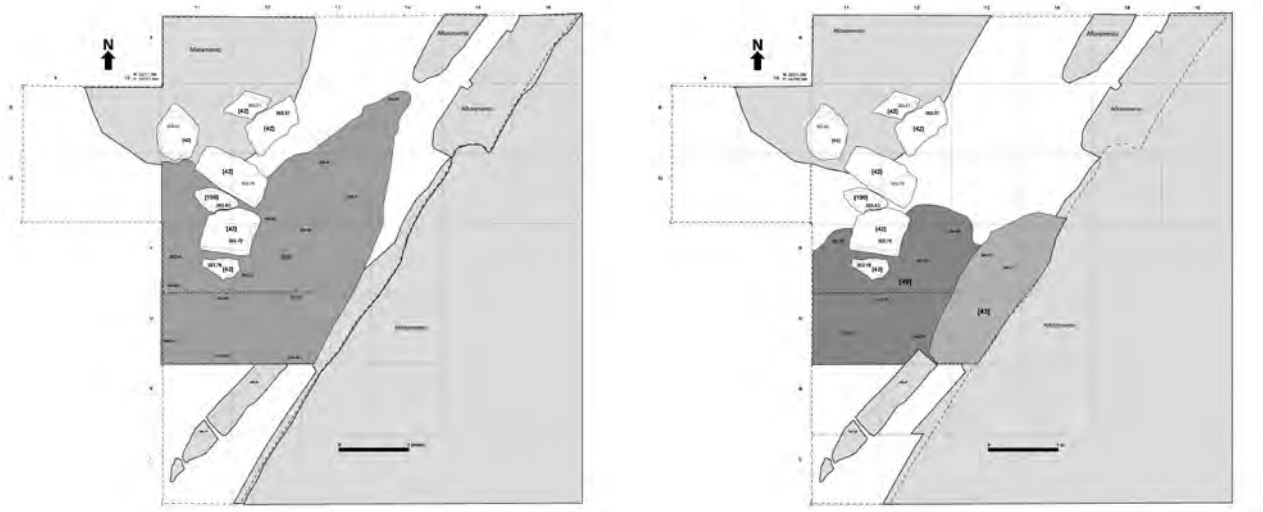


FIG. 4. Planta da camada carbonosa [60].

FIG. 5. A UE [43], preenche uma depressão, encostada ao paredão, que parece corresponder a uma lacuna num dos blocos alongados, horizontais, que se destacam da fachada do afloramento.

FIG. 6. As U.E.s 42, 43 (à esquerda de um bloco de afloramento truncado) e 60.

Retiradas estas camadas, foi posta à vista uma possível estrutura, composta por grandes blocos graníticos [42]. Sob essas unidades estratigráficas, claramente relacionadas com um contexto de uso e abandono, atribuível, genericamente, ao Neolítico final, definiu-se um conjunto de estratos e estruturas certamente anteriores a elas. Destaca-se, sobretudo, uma camada muito cinzenta [60], praticamente estéril, em termos artefactuais.

Junto ao paredão, no lado SE da sondagem, definiu-se uma estrutura negativa [68], colmatada com terras amareladas, arqueologicamente estéreis [43], semelhantes às do substrato geológico e, aparentemente, relacionada com as referidas lacunas no afloramento granítico, resultantes da extracção de blocos alongados.

FIG. 7. Evidências de extracção de blocos, no afloramento da Sondagem 1.

FIG. 8. Perfil estratigráfico Oeste.

FIG. 9. Imagem final dos trabalhos, na Sondagem 1.

Os dados sumariamente acima apresentados, permitem-nos considerar que estamos perante vestígios de extracção de blocos megalíticos ou submegalíticos, tendo em conta, por um lado, as lacunas evidentes na parte inferior da «fachada» do afloramento e, por outro, a camada muito cinzenta e artefactualmente estéril, sobre a qual assentava um conjunto de grandes blocos de granito (interpretáveis como restos da actividade extractiva, eventualmente utilizados no início da ocupação habitacional representada, sobretudo, pela camada [12].

De entre as técnicas usadas na extracção dos blocos, terá tido um papel relevante, o uso do fogo, atendendo à forte componente carbonosa da camada cinzenta [60] e à escassez de artefactos que ela contém.

O uso do fogo nas pedreiras megalíticas europeias (Beneteau, 2000) encontra eco, em termos etnográficos, no trabalho magistral do casal Pétrequin, na Nova-Guiné, sobre os instrumentos de pedra polida (Pétrequin e Pétrequin, 1993); nesse contexto, «les blocs massifs, inattaquables au percuteur de pierre, ont été ouverts et brisés par choc thermique, c'est-à-dire avec un feu intense et de brève durée.» Por outro lado, na Europa, «les preuves archéologiques de cette utilisation du feu, dès la fin du VIe millénaire, sont très nombreuses» (Pétrequin *et al.,* 2007, p. 173).

Quanto aos blocos, relativamente achatados e angulosos, que constituem a UE [42], e cujo arranjo, numa sequência linear, sugere alguma intencionalidade, podem ser, em primeira instância, o resultado do afeiçoamento dos blocos extraídos (tipo «restos de talhe»).

Atendendo às dimensões, os blocos que foram extraídos do afloramento, classificáveis no Tipo 4 da tipologia de Emmanuel Mens (Mens, 2009, p. 61), terão sido, por exclusão de partes, destinados à construção de monumentos megalíticos; atendendo particularmente à forma, poderíamos pensar em pequenos menires (de que se conhece um exemplar, algo atípico, a cerca de 2 km, próximo do Monte da Murteira de Cima) (Calado, 2001b), e em sepulturas submegalíticas, como as da Hortinha 1 e 2, entre outras menos conservadas, que foram identificadas num raio de cerca de 500 m, a partir do povoado das Murteiras (Calado, 2001b).

Na verdade, com base no cruzamento dos dados disponíveis, as sepulturas submegalíticas (ou protomegalíticas) foram o destino mais plausível dos blocos extraídos deste local.

Os menires, tipo «pedra talha», maioritários na região de Évora, são, com raras excepções, blocos naturais, disponíveis à superfície do solo, que não necessitaram de procedimentos extractivos «pesados»; foram simplesmente seleccionados e transportados, sem cortes nem afeiçoamentos (Calado, 2004). Geralmente apresentam secções transversais arredondadas, sem ângulos acentuados a separar as faces de «affleurement» das faces de «arrachement» (Mens, 2009, p. 61). Trata-se de blocos que sofreram, em todas as superfícies, efeitos da disjunção esferoidal característica das rochas granitóides. Já os menires que designei, em homenagem a Leonor Pina, como tipo «lâmina de punhal» (Calado, 2004), com vários exemplares na área de Reguengos de Monsaraz, correspondem a uma processo extractivo diferente, de que o menir do Barrocal, como veremos, pode ser um bom exemplo.

Nas antas, em contrapartida, a maioria dos esteios apresenta secção achatada e arestas nítidas, a separar as duas faces, sendo uma delas convexa (aquela que estava, originalmente, exposta ao ar livre), enquanto aquela que se destacou do afloramento, aproveitando, por regra, as diaclases, se apresenta relativamente plana; correspondem ao Tipo 1, proposto por Emmanuel Mens (Mens, 2009, p. 61).

A posição estratigráfica dos testemunhos da atividade extractiva, que subjazem ao nível ocupacional tardo-neolítico (convencionado geralmente na faixa de 3500-3000 a.C), implica uma cronologia do Neolítico final (supondo que o hiato entre a pedreira e a ocupação habitacional seja curto) ou, muito provavelmente, anterior.

Morfologicamente, nem os típicos menires ovóides, nem os esteios ou tampas das antas correspondem ao padrão das cicatrizes no afloramento, observadas nas Murteiras.

A presença de raras cerâmicas arcaizantes, em prospecção e em escavação (precisamente na Sondagem 1), a proximidade espacial em relação a um conjunto de sepulturas submegalíticas, assim como a dimensão e tipologia dos blocos extraídos, permitem pensar no Neolítico médio, eventualmente numa fase final, pouco anterior à fronteira convencional desse período (3500 a.C), se atendermos às datas radiocarbónicas mais antigas para as ditas sepulturas, na região.

Convém aqui acrescentar que a cenografia natural do local fez-nos pensar, antes da escavação, na possibilidade de estarmos em presença de um uso de tipo ritual. Na verdade, o carácter funcional que acabámos por lhe atribuir, como pedreira megalítica, não reduz necessariamente a eventual dimensão mitológica/simbólica do local, nem das actividades que aí se desenrolaram.

Recordo aqui a sugestão, avançada por Richard Bradley (Bradley, 1998a) de que, para o pensamento dito «selvagem» (Levi-Strauss, 1962), as formações rochosas não eram (nem são), certamente, entendidas da forma como o pensamento científico as interpreta.

A semelhança, pelo menos à primeira vista, entre alguns afloramentos e monumentos megalíticos arruinados, foi o ponto de partida para o argumento do conhecido arqueólogo britânico. O aspecto «construído» de muitas formações geológicas (o paredão das Murteiras inclui-se nesta categoria) dificilmente passaria despercebido aos nossos neolíticos.

Porém, um olhar, mesmo diagonal, sobre os dados etnográficos, permite-nos, rapidamente, ir mais longe e tomar em linha de conta a importância mítica e simbólica da pedras, para a maioria das culturas pré-modernas.

Para Chris Scarre, «the key importance of specific types of sources, including cliffs, outcrops and boulder fields, indicate a significant symbolic dimension to the selection and use of these materials» (Scarre, 2009, p. 4). Este autor aponta ainda, explicitamente, alguns exemplos etnográficos, nomeadamente da Nova-Guiné, da Austrália ou da América do Norte, sobre a relação entre pedreiras, mitos e rituais.

Na Amazónia, por exemplo, muitos povos acham que as pedras (e, sobretudo, certas pedras) são gente (Valle, 2012; Chapuis e Rivière, 2006). Gente capaz de agência (Gell, 1998).

Esta valorização das pedreiras, quer se trate de machados (Pétrequin e Pétrequin, 2006), quer de megalitos (Hamilton, 2013) encontra uma confirmação muito interessante no caso do menir do Barrocal, nos arredores de Monsaraz, em cujas imediações (cerca de 300 m) se localiza um dos maiores e mais notáveis afloramentos graníticos da região e de onde, ao que tudo indica, terá sido extraído o dito menir. O afloramento apresenta, para além de uma grande monumentalidade natural, uma silhueta sugestivamente antropomórfica; o menir foi extraído de uma aresta do afloramento, junto à entrada de um corredor que o atravessa longitudinalmente e onde, à superfície foram detectados materiais pré-históricos; também na plataforma que se desenvolve em frente à fachada do afloramento, foram registados materiais (cerâmicas e seixos talhados) genericamente neolíticos.

Porém, generalizar este tipo de escolhas paisagísticas, na seleção das pedreiras megalíticas, parece-me arriscado. Certamente muitos dos blocos que integram os monumentos terão sido extraídos de locais menos grandiosos. Muitos, presume-se, saíram de locais cuja cenografia pode ter sido muito alterada pela própria extração dos blocos. Só no Alentejo Central, com uma área que ronda os 7000 km^2, temos, em média, cerca de uma anta (ou sepultura submegalítica) por cada 10 km^2.

No caso das antas clássicas, de sete esteios e corredor, cada monumento exigia, só para a construção da câmara, sete (ou oito) blocos de grandes dimensões (com mais de dois metros de comprimento), para servirem de esteios e um bloco, sempre maior, para servir de laje de cobertura. Mesmo sem ter em conta a exploração de pedra, em épocas posteriores ao megalitismo, é de supor que uma grande parte dos afloramentos, adequados para a exploração de blocos megalíticos, se encontram hoje mutilados.

FIG.10. Menir do Barrocal e afloramento com negativo de extracção, nas proximidades do monumento.

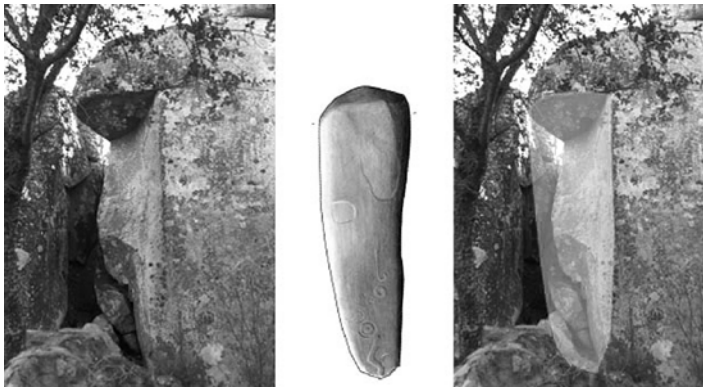


FIG. 11. Proposta de remontagem do menir do Barrocal.

A valorização dos locais de origem dos blocos megalíticos, sendo uma questão interpretativa e, legitimamente, sujeita a leituras diversas, pode, no entanto, ter consequências muito pragmáticas. Tendo em conta os casos das Murteiras e do Barrocal, parece sensato que os prospectores «megalíticos» comecem a inscrever nas suas agendas a observação atenta dos afloramentos mais notáveis, em termos puramente paisagísticos, de modo a identificar eventuais evidências de extracção de grandes blocos. Porque – e nisto todos estaremos de acordo – o estudo deste tema é, ainda, entre nós, extremamente incipiente. E a solução começa, como em boa parte das questões arqueológicas, pela prospecção.

É claro que precisamos reconsiderar também a nossa dicotomia conceptual entre o sagrado e o profano que, frequentemente, tomamos como garantida. Trata-se, penso eu, de um problema semelhante à dicotomia Natureza/Cultura, na Antropologia contemporânea; sendo, como parece, uma construção da modernidade, a sua aplicabilidade, como suposta ferramenta universal, fica certamente diminuída (Descola 2006; Latour, 2005).

BIBLIOGRAFIA

Albergaria, J. (2007) – O sítio neolítico das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 10, n.º 1, p. 5-35.

Alves, L.B. (2002) – The architecture of the natural world: rock art in western Iberia. In Scarre, C. – *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*. London: Routledge, p. 51-69.

Alvim, P. (2004) – Recintos megalíticos da região da serra de Monfurado e os «Cabeços do Meio-Mundo»: monumentos, paisagem e cultura no Neolítico alentejano. In Calado, M. (ed.) – *Sinais de Pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.

Bender, B; Hamilton, S; Tilley, C. (1997) – Leskernick: Stone Worlds; Alternative Narratives; Nested Landscapes. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 63, p. 147-178.

Beneteau, G. (2000) – *Les alignements de menhirs du Sud de la Vendée*. Toulouse: Éditions Anthropologica.

Boaventura, R. (2000) – A geologia das Antas de Rabuje (Monforte, Alentejo). *Revista Portuguesa de Arquelogia*. Vol. 3, 2, p. 15-23.

Bradley, R. (1993) – *Altering the Earth*. Edimburgh: Society of Antiquaries of Scotland. Monograph Series 8.

Bradley, R. (1998a) – Ruined buildings, ruined stones: enclosures, tombs and natural places in the Neolithic of south-west England. *World Archaelogy*. 30 (1), p. 13-22.

Bradley, R. (1998b) – *The Significance of the Monuments*. London: Routledge.

Bradley, R. (2000) – *An Archaeology of Natural Places*. London: Routledge.

Bradley, R. (2002) – *The Past in prehistoric societies*. London: Routledge.

Calado, M. (1995) – Évora pré-histórica: um território antigo. In *Évora, História e Imaginário*. Évora: Ataegina, p. 11-18.

Calado, M. (1997a) – Vale Maria do Meio e as paisagens culturais do Neolítico Alentejano. In Sarantopoulos, P. (ed.) – *Paisagens arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: C. M. Évora, p. 41-51.

Calado, M. (1997b) – Cromlechs alentejanos e arte megalítica. *Actas do III Colóquio Internacional de Arte Megalítico*. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico, p.289-297.

Calado, M. (2000a) – Neolitização e megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Adecap, p. 35-45.

Calado, M. (2001a) – Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional. *Trabalhos de Arqueologia*, 19. Lisboa: IPA.

Calado, M. (2001b) – *Prospecção arqueológica das Herdades das Murteiras (Évora*). Relatório inédito.

Calado, M. (2002a) – Povoamento Pré e Proto-histórico da Margem Direita do Guadiana. *Al-Madan*, II série, 11, p. 122-127.

Calado, M. (2002b) – Standing Stones and Natural Outcrops. The role of ritual monuments in the Neolithic transition of the Central Alentejo. In Scarre, C. – *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*. London: Routledge, p. 17-35.

Calado, M. (2002d) – The Revolution of the Stones. In Figueira, E.; Saúde, S.; Santos, J. A.; Rodrigues, A. (eds.) – *Tourism and Sustainable Development in Rural Marginal Areas*. Arraiolos: Monte.

Calado, M. (2003a) – *Inventário Arqueológico de Évora*. Relatório inédito inserido no Plano Director Municipal de Évora.

Calado, M. (2003b) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In Gonçalves, V. (ed.) – *Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: IPA, p. 351-369.

Calado, M; Rocha, L. (1996) – Neolitização do Alentejo Interior: os casos de Pavia e Évora. *Actas do I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà. II, p. 673-682.

Calado, M; Rocha, L. (2007) – As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. In Cerrillo, E.; Valadés, J. (eds.) – *Los primeros campesinos de La Raya*. Cáceres: Publicaciones del Museo de Cáceres, p. 29-46.

Calado, M; Sarantopoulos, P. (1996) – O Cromeleque de Vale Maria do Meio (Évora, Portugal): contexto arqueológico e geográfico. *Actas do I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà. II, p. 493-504.

Chapuis, J.; Rivière, H. (2003) – *Wayana eitoponpë, (Une) histoire (orale) des Indiens Wayana*. Cayenne: Ibis Rouge Editions.

Cummings, V. (2002a) – All cultural things. Actual and conceptual monuments in the Neolithic of western Britain. In Scarre, C. (ed.) – *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*. London: Routledge, p. 107-121.

Dehn, W.; Kalb, P.; Vortisch, W. (1991) – Geologisch-Petrographische Untersuchngen An Megalithgrabern Portugals, *Madrider Mitteilungen*, 32, Mainz, p. 1-28.

Descola, Ph. (2006) – Beyond Nature and Culture. Proceedings of the British Academy. 139, p.137-155.

Diniz, M. (2003) – Patalim. In Pessanha, V. R. (ed.) – *Arqueologia nas auto-estradas*. Lisboa: Brisa, p. 27-33.

Diniz, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora). Aspectos da Neolitização no Interior de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Diniz, M.; Calado, M. (1997) – O povoado neolítico da Valada do Mato (Évora, Portugal) e as origens do megalitismo alentejano. Actas do II Congreso de Arqueología Peninsular. Zamora. 2, p. 23-32.

Gaspar, R.; Pedro, J.; Mata, J. (2009) – Estudo arqueopetrográfico da utensilagem lítica do sítio neolítico da Lajinha 8 (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 12, n.º 1, p. 19-33.

Gell, A. (1998) – *Art And Agency: an Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press.

Gonçalves, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88). *Portugália.* Porto, N. S., 8, p. 7-16.

Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C.; Marchand, G. (2013) – *Na margem do grande rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio*. Memórias d'Odiana, 2.ª série.

Hamilton, S. (2013) – Rapa Nui (Easter Island)'s Stone Worlds. *Archaeology International*, 16 (2012-2013), p. 96-109, http://dx.doi.org/10.5334/ai.1613 (consultado em 22.01.2016).

Hirsh, E. (1997) – Landscape: Between Place and Space. In Hirsh, E.; O'Hanlon, M. (eds.) – *The Anthropology of Landscape*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-30.

Hock, M; Kalb, P. (1995) – Investigação geológica na zona megalítica de Vale de Rodrigo, Évora. *Actas da 3.ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra, p. 459-474.

Ingold, T. (1993) – The temporality of the landscape. *World Archaeology*, 25, 2, p. 152-173.

Kalb, P. (1996) – Megalithic building, stone transport and territorial markers. Evidence from Vale de Rodrigo, Évora, South of Portugal. *Antiquity*. 70, 269, p. 683-685.

Kopper, J.; Rossello-Bordoy, G. (1974) – Megalithic Quarrying Techniques and Limestone Technology in Eastern Spain. *Journal of Field Archaeology*. Vol. 1, p. 161-170.

Latour, B. (2005) – *Nous n'avons jamais* été *modernes*. Paris: La Découverte.

Leisner, G.; Leisner, V. (1956) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen (1)*. Berlin: Walter de Gruyter.

Leisner, G.; Leisner, V.(1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen (2)*. Berlin: Walter de Gruyter.

Lévi-Strauss, C. (1962) – *La Pensée Sauvage*. Paris: Presses-Pocket.

Mens, E. (2009) – Technologie des megalithes dans l'Ouest de la France: la carrière du Rocher Mouton à Besne (Loire-Atlantique, France) In Scarre, C. (ed.) – *Megalithic Quarring. Sourcing, extracting and manipulating the stones*. BAR International Series 1923, p. 59-69.

Oliveira, J. (2006) – *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agro-pastoris.* Évora: Ed. Colibri/Universidade de Évora.

Patton, M. (1992) – Megalithic transport and territorial markers: evidence from the Channel Islands. *Antiquity*. 66, p. 392-395.

Petrequin, A. M. ; Petrequin, P. (2006) – *Objets de pouvoir en Nouvelle-Guinée. Catalogue de la donation Anne-Marie et Pierre Pétrequin. Musée d'Archéologie Nationale, Saint-Germain-en-Laye*. Paris, Editions de la Réunion des Musées Nationaux.

Petrequin, P.; Petrequin, A. M.; Errera, M.; Cassen, S.; Croutch, Ch.; Dufraisse, A.; Gautier, E. (2007) – Les carrières néolithiques du Mont Viso (Piémont, Italie). Chronologie et conditions d'exploitation. Actes du XI[e] Colloque sur les Alpes dans l'Antiquité, Champsec/Val de Bagnes/Valais-Suisse. *Bulletin d'études préhistoriques et archéologiques alpines*, Société Valdôtaine de Préhistoire et d'Archéologie (Aoste), p. 167-188.

Rocha, L. (1999) – *Povoamento megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da pré-história regional.* Mora: Câmara Municipal de Mora.

Santos, F. ; Carvalho, P. S. (2008) – O sítio neolítico da Defesa de Cima 2 (Torre de Coelheiros, Évora). Primeiros resultados. *Vipasca. [Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular]* Aljustrel, n.º 2, 2.ª série, p. 56-68.

Scarre, C. (2003) – Monumentos de pedra «rude» e pedras troféu: a relação com os materiais nos megalitos da Europa ocidental. In Calado, M. (ed.) – *Sinais de Pedra.* Évora: Fundação Eugénio de Almeida.

Scarre, C. (ed.) (2009) – *Megalithic Quarring. Sourcing, extracting and manipulating the stones*. BAR International Series 1923.

Silva, A. C. (1999) – *Salvamento Arqueológico no Guadiana*. Memórias d'Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva, 1. Beja: Edia.

Soares, J. ; Silva, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 37-88.

Sousa, A. C.; Gonçalves, V. S. (1996) – Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora). *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz: Boletim Cultural do Município, História e Património*, 1, p. 71-95.

Tilley, C. (1994) – *A Phenomenology of Landscape. Places, paths and monuments*. Oxford: Berg.

Valera, A. C. (2008) – Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente. *Era Arqueologia*, 8, p. 112-127.

Vale, R. (2012) – *Mentes graníticas e mentes areníticas: fronteira geo-cognitiva nas gravuras rupestres do Baixo Rio Negro (Amazônia setentrional)*. São Paulo: USP (Tese de doutoramento).

Viveiros de Castro, E. (2004) – Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *O que nos faz pensar*, 18, p. 225-254.

AS PLACAS VOTIVAS DA «ANTA GRANDE» DA ORDEM (MARANHÃO, AVIS): UM MARCO NA HISTORIOGRAFIA DO ESTUDO DAS PLACAS DE XISTO GRAVADAS DO SUDOESTE PENINSULAR

MARCO ANTÓNIO ANDRADE[1]

RESUMO

Escavada por Manuel de Mattos Silva em 1892, a «Anta Grande» da Ordem assumiu-se desde logo como paradigma da cultura megalítica alentejana. Em específico em relação às placas votivas, a sua quantidade e qualidade mereceram automaticamente a atenção dos investigadores, tendo sido precisamente utilizadas por José Leite de Vasconcellos nas suas *Religiões da Lusitânia* (1897) para ilustrar a originalidade destes elementos durante a Pré-História das antigas comunidades camponesas no território português. Este texto apresenta assim a análise as placas votivas recolhidas neste monumento megalítico alentejano, incluindo-a nos vectores de investigação do projecto PLACA-NOSTRA, não só por todas as questões que levantam (em termos de iconografia e imagética), mas também pelo próprio lugar que ocupam na historiografia do estudo das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular.

ABSTRACT

Excavated by Manuel de Mattos Silva in 1892, the passage grave of Ordem 1 (designated as «Anta Grande», the «large dolmen») was immediately assumed as a paradigm of the megalithic culture of Alentejo. Regarding specifically the votive plaques, their quantity and quality automatically earned the attention of researchers, having been precisely used by José Leite de Vasconcellos in his *Religions of Lusitania* (1897) to illustrate the originality of these elements during the Prehistory of the ancient peasant communities in the Portuguese territory. This paper thus presents the analysis of the votive plaques collected in this megalithic monument, including it in the research vectors of the PLACA-NOSTRA project, not only for all questions that they raise (in terms of iconography and imagery), but also by the very place that they occupy in the historiography of the study of the engraved of schist plaques in Southwest Iberia.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. FCT.
marcoandrade@campus.ul.pt

0. ABRINDO...

Como já afirmado anteriormente, se há artefactos que justificam estudos individuais, mesmo que alheados de contextos específicos de recolha e sua associação a outros artefactos, estes são as placas de xisto gravadas – que valem pelo seu valor iconográfico e simbólico intrínseco.

Não é este o caso do conjunto da «Anta Grande» da Ordem, estando este a ser estudado juntamente com o restante espólio aí recolhido no âmbito da minha dissertação de Doutoramento (*Geometrias do território megalítico na margem esquerda da Ribeira da Seda: tempos e espaços do Megalitismo na área meridional do Alto Alentejo*), a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, subsidiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/86232/2012) e orientada pelo Professor Victor S. Gonçalves. No entanto, dado a quantidade e qualidade deste espólio, excessiva para os parâmetros *métricos* actuais de um artigo científico, a sua publicação conjunta via-se dificultada. Neste sentido, apresenta-se agora o estudo individual destas placas votivas, nunca descurando contudo o conjunto votivo onde estão incluídas.

Seria natural que a minha contribuição para este volume de homenagem ao Professor Victor S. Gonçalves incidisse sobre as placas de xisto gravadas, um caminho de estudo que ambos partilhamos há cerca de três lustros, desde a escavação de XZ-1 e STAM-3 (onde foram largamente discutidas à sombra do velho *quercus suber*), e prolongado pelo projecto PLACA-NOSTRA, na UNIARQ, no Museu Nacional de Arqueologia, no Museu de Évora, no Museu dos Serviços Geológicos...

Vários motivos justificam o estudo individual das placas votivas da «Anta Grande» da Ordem. Desde logo, os próprios motivos iconográficos que exibem, com alguns exemplares verdadeiramente notáveis. Em segundo lugar, por se encontrar numa óbvia área de transição entre ambientes geo-culturais distintos: por um lado, encontra-se na área teórica de transição de dois grupos megalíticos diferenciáveis, o do Alto Alentejo e o do Alentejo Central; por outro, localiza-se na charneira de ambientes ecotónicos distintos, entre os contextos hercínicos na orla ocidental da zona de Ossa-Morena e os depósitos terciários de enchimento do Tejo.

Em último lugar, refira-se a sua importância historiográfica, visto ser um dos primeiros contextos em que se reconheceram placas de xisto gravadas, sendo as mesmas usadas como exemplo por José Leite de Vasconcellos nas suas *Religiões da Lusitânia* para ilustrar a «originalidade» das manifestações simbólicas das comunidades pré-históricas portuguesas em relação às suas congéneres europeias (Vasconcellos, 1897, p. 155-166). Com efeito, a quantidade e qualidade dos elementos recolhidos na «Anta Grande» da Ordem (apenas igualada à altura pela necrópole de Aljezur, sendo ambos contextos suplantados alguns anos depois por Brissos 6, com perto de quatro dezenas de elementos, juntando-se outros tantos recolhidos durante a intervenção posterior de Manuel Heleno), permitiu evidenciar a importância deste monumento na definição das práticas funerárias das comunidades do Neolítico final e Calcolítico no Sudoeste peninsular.

1. A «ANTA GRANDE» DA ORDEM

A «Anta Grande» da Ordem foi escavada em 1892 por Manuel de Mattos Silva com o apoio de José Leite de Vasconcellos, no âmbito das acções do juiz da comarca de Ponte de Sor em monumentos megalíticos alto-alentejanos das áreas de Avis e Montargil – tendo, especificamente na primeira área referida, escavado os monumentos de Ordem, Capela, Assobiador e São Martinho (Silva, 1895a, 1895b e 1896; Andrade, no prelo), sendo este espólio encaminhado para o Museu Etnológico (actual Museu Nacional de Arqueologia) apenas em Junho de 1910 (Vasconcellos, 1910).

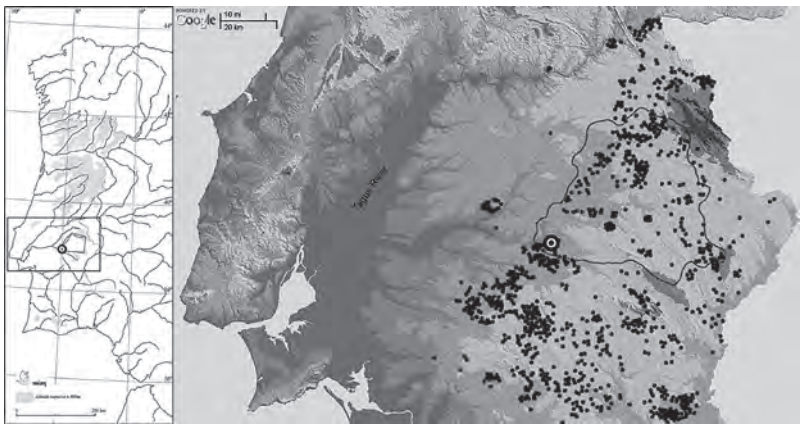


FIG. 1. Localização da «Anta Grande» da Ordem. A: no Ocidente peninsular; B: no contexto dos monumentos megalíticos do Alto Alentejo e Alentejo central (base cartográfica: *Google Maps*, 2015).

Localiza-se no concelho de Avis, freguesia do Maranhão, distrito de Portalegre. Implanta-se sobre uma pequena chã no extremo de um terraço fluvial incluído em contextos paleogénicos, na área imediata da confluência da Ribeira do Almadafe com a Ribeira da Seda, situada a poucas dezenas de metros de manchas de granitos alcalinos (que lhe servem de suporte construtivo).

Trata-se assim de uma anta de granito, de grandes dimensões, de Câmara e Corredor diferenciados (constituindo o arquétipo dos monumentos megalíticos nesta área regional, segundo Andrade, 2009). A Câmara, poligonal, forma-se por sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira, apresentando 3,30 m de diâmetro longitudinal e 3,60 m de diâmetro transversal. O Chapéu encontra-se *in situ*, com cerca de 3 m de diâmetro, apresentando duas «covinhas» na face externa. O Corredor, com 6,10 m de comprimento (Corredor longo), conserva 15 esteios *in situ* (sete no lado Sul, oito no lado Norte), estando orientado a 125 grados. Apresenta um curioso traçado rombóide, fazendo lembrar a planta das grutas artificiais das penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Inclui-se numa necrópole composta por 14 monumentos dispostos ao longo de ambas margens da Ribeira de Almadafe, compreendendo os monumentos de Ordem 1 a 7 (com os quais mantém relação visual directa), Gonçala 1 a 4 e Figueirinhas 1 a 3, sendo também espacialmente associáveis os monumentos de Antões 3, Galhardo e Entreáguas 1 a 5. Estes monumentos oferecem uma interessante variabilidade, tanto em termos arquitectónicos como em termos dos mobiliários votivos aí recolhidos – sendo exemplos paradigmáticos para a definição da origem e desenvolvimento do Megalitismo funerário nesta área regional.

FIG. 2. Em cima, perspectiva da «Anta Grande» da Ordem (adaptado de Silva, 1895a, p. 121); em baixo, as placas de xisto gravadas da «Anta Grande» da Ordem, segundo J. L. de Vasconcellos (1897, p. 153, 156-157, 160, figs. 24-29), representando os exemplares MNA 997.78.36, 997.78.36.50, 997.78.34, 997.78.35, 997.78.38 e 997.78.41.

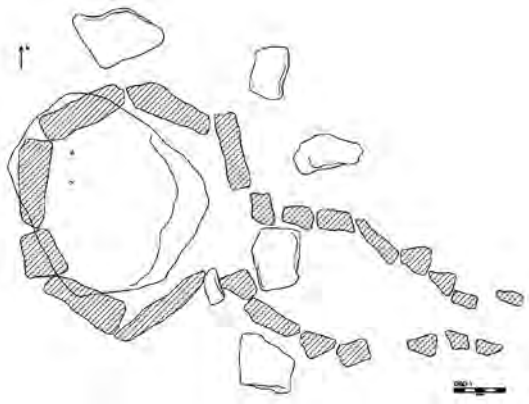


FIG. 3. Em cima, aspecto da «Anta Grande» da Ordem na década de 90 do século passado (fotografia de Eduardo Palhais – curandeiro, fadista e vidente, verdadeiro Zaratustra alentejano); em baixo, o núcleo megalítico da Ordem, visto a partir do povoado de Monte da Gonçala 1. Os monumentos encontram-se indicados pelas setas.

FIG. 4. Planta da «Anta Grande» da Ordem, adaptando-se o levantamento de G. e V. Leisner (1959, Taf. 14) à realidade actualmente visível.

Outros elementos de constituição da paisagem megalítica se encontram na sua envolvência imediata. Destaca-se a presença de menires, como Gonçala 5 (Calado, 2005; Calado *et al.*, 2009), áreas de habitat, com realce para o povoado de Monte da Gonçala 1 (Rocha, 1999; Calado *et al.*, 2009), e rochas com «covinhas», como Monte do Rato 2 e 3 (Rocha, 1999; Calado *et al.*, 2009).

2. AS PLACAS VOTIVAS DA «ANTA GRANDE» DA ORDEM

Dado o número de placas votivas recolhidas na «Anta Grande» da Ordem, não se procederá neste texto à descrição individual de cada um dos elementos, como é meu preceito, mas seguir-se-á um esquema em que as placas serão descritas de acordo com as suas caractéristicas genéricas (em termos da decoração da Cabeça, do Separador Cabeço-Corpo e do Corpo, comentando-se individualmente alguns casos excepcionais).

O conjunto inclui 19 placas votivas, às quais se somaria uma outra apresentada por Vergílio Correia como proveniente deste monumento (Correia, 1921, p. 77, fig. 61), mas referida por Georg e Vera Leisner como pertencente à anta de São Bernardo, Ponte de Sor (Leisner e Leisner, 1959, p. 75). Existe ainda uma certa confusão em relação ao número real de placas aqui recolhidas: Manuel de Mattos Silva refere a recolha de 15 exemplares (Silva, 1895a, p. 123); José Leite de Vasconcellos refere a recolha de 19 exemplares (Vasconcellos, 1910, p. 250); Georg e Vera Leisner apontam igualmente a recolha de 19 exemplares, referindo especificamente a recolha de 18 placas de xisto e uma placa de grés (Leisner e Leisner, 1959, p. 75).

Foram utilizados na análise destas placas os critérios descritivos actualmente em uso na UNIARQ, no âmbito do projecto PLACA-NOSTRA (e expressos, por exemplo, em Gonçalves, 2003a, 2004a, 2004b, 2004c, 2011 e 2013).

QUADRO 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS E MOTIVOS DOMINANTES

REF. MNA	MP	FORMA	MOTIVO DOMINANTE DO CORPO	COMPOSIÇÃO DA CABEÇA	PERFS.
998.78.31	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas horizontais preenchidas ladeando «Cabeça dentro da Cabeça» moldurada	1TC
998.78.33	Grés	Sub--trapezoidal	Lisa	Lisa	1BTC
998.78.34	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Faixas ziguezagueantes compartimentadas	Faixas horizontais preenchidas ladeando «Cabeça dentro da Cabeça» moldurada	2TC
998.78.35	Xisto Anfibólico	Sub--rectangular	Motivo radiante central	–	2BTC
998.78.36	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas horizontais preenchidas ladeando a «Cabeça dentro da Cabeça»	2C
998.78.37	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Faixas ziguezagueantes compartimentadas	Faixas verticais-oblíquas preenchidas	1TC
998.78.38	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Motivo caótico	Motivo caótico	1BTC
998.78.39	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Cabeça tri-partida	2BTC
998.78.40	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas verticais-oblíquas preenchidas	1BTC
998.78.41	Serpentinito	Sub--trapezoidal	Lisa	Lisa	2TC
998.78.42	Xisto Ardosiano	Ovóide	Lisa	Lisa	1TC
998.78.43	Serpentinito	Sub--rectangular	Faixas ziguezagueantes não compartimentadas	?	?
998.78.45	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas horizontais preenchidas	1C
998.78.46	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Motivo caótico	?	?
998.78.47	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Motivo híbrido: bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima e motivo em xadrez	Faixas horizontais preenchidas ladeando «Cabeça dentro da Cabeça» moldurada	1TC
998.78.48	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Faixas ziguezagueantes não compartimentadas	Faixas horizontais-oblíquas ladeado «Cabeça dentro da Cabeça» moldurada	1BTC
998.78.49	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Motivo híbrido: faixas verticais-oblíquas preenchidas e banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima	1BTC
998.78.50	Xisto Ardosiano	Sub--trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima, 1 banda com «triângulos ocos»	Bandas horizontais-oblíquas preenchidas	1TC
998.78.51	Xisto Ardosiano	Sub--rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Bandas verticais-oblíquas preenchidas	1TC

2.1. MATÉRIAS-PRIMAS, DIMENSÕES, CONTORNOS E PERFURAÇÕES

A larga maioria das placas utiliza xisto ardosiano como suporte, excluindo-se um exemplar em xisto anfibólico (MNA 998.78.35), dois exemplares em serpentinito (MNA 998.78.41 e 998.78.43) e um exemplar em grés (MNA 998.78.33).

As alturas destas placas distribuem-se entre os 12 cm (correspondendo a um exemplar reaproveitado, MNA 998.78.36) os 19,3 cm, havendo contudo uma grande incidência de placas com alturas dispostas entre os 14 cm e os 16 cm. Tratam-se maioritariamente, de acordo com a relação entre a altura e a largura da base, de placas médias – com índices de alongamento compreendidos entre 1 e 2 valores, embora muitas apresentem índices elevados (acima de 1,85) aproximando-se a placas alongadas. Apenas duas placas se podem considerar alongadas, apresentando índices de 2,01 e 2,29 valores (correspondendo às placas MNA 998.78.49 e 998.78.39, respectivamente). As espessuras distribuem-se entre os 0,4 cm e os 1,2 cm.

Os contornos são exclusivamente geométricos, estando ausentes as placas de contorno antropomórfico. Dividem-se entre placas de recorte sub-trapezoidal (10 elementos) e de recorte sub-rectangular (oito elementos, alguns deles de feição sensivelmente rombóide), apresentando um único elemento «recorte ovóide» (correspondendo no entanto a uma «placa» usando como suporte um seixo de xisto achatado e sumariamente polido, MNA 997.78.42, sendo esta a sua forma «natural»).

Praticamente todos os exemplares apresentam orifício de suspensão, não perceptível nas placas MNA 997.78.43 e 997.78.46, fracturadas no terço distal. Encontram-se exemplares com uma perfuração (12 elementos) e com duas perfurações (cinco elementos), sendo estas de perfil cilíndrico, troncocónico (principalmente realizadas da Face para o Verso, à excepção da placa MNA 997.78.37, realizada do Verso para a Face) e bi-troncocónico (descentrado nas placas MNA 997.78.38 e 997.78.49).

2.2. OS MOTIVOS DECORATIVOS DA CABEÇA

As placas da «Anta Grande» da Ordem apresentam uma interessante diversidade em relação aos motivos decorativos da Cabeça, podendo-se mesmo dizer que não se encontram duas placas iguais (embora se registem casos muito semelhantes).

A «Cabeça dentro da Cabeça» encontra-se representada por exemplares de feição triangular, trapezoidal (entre exemplares de lados rectos e de lados curvilíneos simétricos) e rectangular (MNA 997.78.31). Encontra-se por vezes «moldurada», sendo delimitada por faixas laterais preenchidas (MNA 997.78.31, 997.78.34, 997.78.47 e 997.78.48) em oposição à delimitação por traços simples e excluindo os casos em que a «Cabeça dentro da Cabeça» se forma pelas linhas interiores das laterais da Cabeça (como nas placas MNA 997.78.40 e 997.78.51, cuja decoração da Cabeça se compõe por faixas oblíquas-verticais preenchidas convergindo dos bordos para o Separador Cabeça-Corpo).

As laterais da Cabeça das placas da «Anta Grande» da Ordem encontram-se maioritariamente decoradas com faixas horizontais preenchidas (sete elementos, ainda que um deles possa referir-se a decoração composta por faixas oblíquas-horizontais preenchidas convergindo dos bordos para a «Cabeça dentro da Cabeça», MNA 997.78.50). Dois elementos apresentam as laterais da Cabeça decoradas com faixas radiais, correspondendo a faixas oblíquas-verticais preenchidas, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça» (já mencionado acima).

Motivos singulares encontram-se nos exemplares MNA 997.78.37, 997.78.39 e 997.78.49. O primeiro não apresenta clara distinção entre a Cabeça e o Corpo, prolongando-se o motivo deste para além dos limites daquela (indicados pelo vértice do triângulo da «Cabeça dentro da Cabeça») e encimado por faixas oblíquas-verticais preenchidas; o segundo corresponde a um exemplar de «Cabeça tri-partida» (laterais completamente preenchidas, sem gravação de faixas); o terceiro exemplar apresenta motivo híbrido, composto por bandas de triângulos preenchidos com o vértice

para cima encimadas por faixas oblíquas-verticais preenchidas (notando-se ainda um pequeno erro de paginação na estruturação desta composição).

Um comentário merece ainda a suposta área da Cabeça da placa MNA 997.78.35. Apesar de aparentemente apresentar motivo único compondo a sua decoração, a não gravação do espaço triangular vazio na área central do topo (ao contrário do que sucede com a área central da base, onde um triângulo foi gravado preenchendo o espaço vazio) poderia transmitir a ideia subtil de uma «Cabeça dentro da Cabeça».

2.3. OS SEPARADORES CABEÇA-CORPO

A larga maioria das placas da «Anta Grande» da Ordem apresenta a separação entre a Cabeça e o Corpo indicada por traço simples. Separadores mais complexos encontram-se nas placas MNA 997.78.47 e 997.78.48. A primeira placa mostra um Separador Cabeça-Corpo (com cerca de 1,8 cm de espessura média) formado por uma faixa horizontal preenchida enquadrada por duas faixas horizontais lisas; a segunda placa apresenta um Separador Cabeça-Corpo (com cerca de 0,9 cm de espessura média) formado por duas faixas horizontais preenchidas acopladas.

Poderia ser igualmente considerado como Separador Cabeça-Corpo a primeira banda de triângulos do Corpo da placa MNA 997.78.45. Apesar de repetir o motivo decorativo genérico do Corpo, apresenta uma espessura visivelmente inferior (cerca de 1,4 cm) em relação à espessura das duas outras bandas (cerca de 3,4 cm e 4,5 cm).

A já referida placa MNA 997.78.37 não apresenta separação formal entre a Cabeça e o Corpo, visto o motivo decorativo deste invadir o espaço da Cabeça, estabelecido a partir do vértice do triângulo invertido formando a «Cabeça dentro da Cabeça».

2.4. OS MOTIVOS DECORATIVOS DO CORPO

Percentualmente, regista-se nas placas da «Anta Grande» da Ordem uma notável maior incidência de exemplares decorados com bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima – contando-se com oito exemplares, aos quais se poderá somar a placa MNA 997.78.38 (com gravação caótica, mas onde são perceptíveis, mesmo que em esboço, a gravação de bandas de triângulos). O número de bandas varia entre três (MNA 997.78.40, 997.78.45, 997.78.50, 997.78.51, contabilizando também na placa 997.78.45 a primeira banda assumida no ponto seguinte como possível Separador Cabeça-Corpo), quatro (MNA 997.78.31 e 997.78.39) e sete (MNA 997.78.49, contabilizando também a última banda assumida no ponto seguinte como possível Indicador de Fim de Corpo).

Sobre a placa MNA 997.78.36, tratando-se de um exemplar reaproveitado por repolimento no terço inferior, não é possível afirmar com certezas o número total de bandas – embora seja perceptível um mínimo de três (a terceira efectivamente truncada pelo reaproveitamento).

Uma variante é apresentada pela placa MNA 998.78.50, sendo a banda central formada por «triângulos ocos».

As placas gravadas com faixas ziguezagueantes encontram-se representadas por três elementos, divididos entre exemplares gravados com faixas ziguezagueantes compartimentadas (MNA 998.78.34 e 998.78.37, nesta última invadindo o espaço formal da Cabeça, como referido acima) e não compartimentadas (MNA 998.78.48). Poder-se-ia igualmente somar a este conjunto a placa MNA 997.78.43, aparentemente gravada com faixas ziguezagueantes lisas – podendo contudo tratar-se de uma placa inacabada, discutida no ponto 2.6.

Placas com motivos híbridos estão representadas por um único exemplar, MNA 998.78.47, apresentando o Corpo decorado com bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima na

metade superior e com campo de xadrez (com células de feição rectangular vertical) na metade inferior.

Os campos exclusivos de xadrez são apenas sugeridos pela placa MNA 997.78.46, embora se considere este exemplar como um esboço, discutido no ponto 2.6.

Motivos excepcionais são apresentados apenas pela placa MNA 997.78.35, ostentando motivo radiante central de cuidado acabamento (estruturado vertical e horizontalmente com linhas-guia). Trata-se de um motivo de todo raro no contexto da iconografia e imagética das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular, discutido mais abaixo.

Placas com gravação no Verso registam-se apenas no exemplar MNA 998.78.46, repetindo o motivo da Face. Tratando-se de um aparente esboço, será comentado no ponto 2.6. Na placa MNA 998.78.34, regista-se a gravação, no terço superior do Verso, de um traço horizontal, podendo corresponder ao ensaio da delimitação da Cabeça; a este encontram-se adossados, no lado esquerdo, oito traços verticais sensivelmente paralelos, não sendo clara a sua intenção e/ou significado.

2.5. BANDAS INDICADORAS DE FIM DE CORPO

Um único elemento ostenta um claro Indicador de Fim de Corpo. Trata-se da placa MNA 998.78.39, tendo sido gravada junto à base uma faixa horizontal preenchida, separada do motivo decorativo do Corpo por uma faixa horizontal lisa.

Da mesma maneira como se referiu acima para a placa MNA 997.78.45 (em que a primeira banda de triângulos da decoração do Corpo poderia ser teoricamente interpretada como um Separador Cabeça-Corpo), para a placa MNA 997.78.49 poder-se-ia fazer corresponder a última banda de triângulos (motivo decorativo genérico do Corpo) a uma aparente Indicador de Fim de Corpo. A sua espessura, de cerca de 4 cm, é manifestamente superior à espessura das restantes bandas, oscilando entre 1,4 cm e 2,2 cm.

Outra característica que se poderá considerar como um Indicador de Fim de Corpo, mesmo que pela negativa (ou seja, pela sua ausência), encontra-se na placa MNA 997.78.48. Com efeito, o espaço vazio rematando o motivo ziguezagueante poderá ser assumido precisamente como uma área referente a este campo morfológico, contrariando o *horror vacui* que se regista em placas com gravação deste género – sendo normalmente gravados triângulos preenchidos ocupando o espaço vazio entre as quebras da última faixa ziguezagueante e o bordo inferior da placa.

2.6. PLACAS REAPROVEITADAS, PLACAS ANEPÍGRAFAS, ESBOÇOS E PLACAS CAOTICAMENTE GRAVADAS

Dentro daquilo que se poderá considerar como placas de «segunda categoria» (cf. abaixo a definição deste conceito), contam-se exemplares objecto de reaproveitamento, exemplares lisos, exemplares inacabados e exemplares com gravação caótica.

MNA 997.78.36 refere-se a uma placa reaproveitada, conservando cerca de 2/3 da peça original. O reaproveitamento caracteriza-se pela reconformação e repolimento do terço proximal, perpendicularmente ao eixo longitudinal da placa e seccionando a última banda de triângulos preenchidos do Corpo (num máximo possível de três, como referido acima).

As placas lisas encontram-se representadas nos exemplares MNA 997.78.33, 997.78.41 e 997.78.42. O primeiro refere-se a uma placa de grés, o segundo a uma placa de serpentinito com perfuração dupla e o terceiro a um seixo achatado de xisto perfurado e com os bordos polidos

Como placas inacabadas, em estado de esboço ou intencionalmente não terminadas, poderão ser apontadas as peças MNA 998.78.43 e MNA 998.78.46. A primeira corresponde a uma placa de

xisto sumariamente polida, de contorno sub-trapezoidal assimétrico, na qual foram gravadas linhas ortogonais formando campo em xadrez, na Face e no Verso. A segunda refere-se a uma placa de serpentinito gravada com faixas ziguezagueantes, sendo que o facto de não se encontrarem preenchidas (assim como a relativa assimetria do seu traçado) poderá levar a considerar esta peça como um exemplar inacabado.

A placa MNA 998.78.38 assume-se como um caso curioso, referindo-se a um exemplar com gravação caótica. Com efeito, apresenta uma série intricada de traços dispostos aparentemente sem sentido em toda a extensão da peça, ostentando assim uma decoração desordenada. No entanto, a desconstrução desta gravação permitiu inferir que, numa etapa inicial, ainda se procurou obedecer à paginação estruturante que baseia a decoração das placas de xisto gravadas «canónicas», com a delimitação clara da «Cabeça dentro da Cabeça» e das bandas decorativas do Corpo (assim como o esboço de triângulos preenchendo as mesmas). Posteriormente, a sua gravação terá degenerado para uma gravação final caótica e sem sentido aparente.

QUADRO 2. PRINCIPAIS MEDIDAS DE REFERÊNCIA

REF. MNA	EST.	N.º PERFS.	ALT	ALT CB	ALT SP	ALT CP	LB	LT	IA	DPF	DPV	ESP
998.78.31	Int.	1	19,3	4,5	–	15,8	10,2	8,5	1,89	0,9	0,4	0,8
998.78.33	Int.	1	15,7	–	–	–	9,6	6,0	1,64	0,6	0,5	1,3
998.78.34	Int.	2	16,6	5,1	–	11,5	10,8	7,4	1,54	0,6/0,6	0,5/0,6	0,8
998.78.35	Int.	2	16,3	–	–	–	11,8*	10,2	1,38	0,6/0,6	0,6/0,6	1,3
998.78.36	Int.	2	12,0	4,1	–	7,9	9,0	6,4	1,33	0,5/0,5	0,5/0,5	0,7
998.78.37	Int.	1	14,3	4,3	–	10,0	7,9	4,1*	1,81	0,3	0,6	1,0
998.78.38	Int.	1	14,6	5,5	–	9,1	8,4	5,3	1,74	0,7	0,8	1,1
998.78.39	Int.	2	14,7	4,3	–	10,4	6,4	6,0	2,29	1,1/1,0	0,8/0,8	1,1
998.78.40	Int.	1	15,4	4,8	–	10,6	11,1	7,1	1,39	0,7	0,6	0,8
998.78.41	Int.	2	12,7	–	–	–	9,8	6,0	1,29	0,6/0,6	0,3/0,3	1,1
998.78.42	Int.	1	12,8	–	–	–	7,8	5,0	1,64	0,9	?	1,4
998.78.43	Prox.	?	?	?	?	?	8,0*	?	?	?	?	0,6
998.78.45	FRec.	1	14,1	4,8	1,4	7,9	?	5,7*	?	0,6	0,5	0,5
998.78.46	Prox.	?	?	?	?	?	9,9*	?	?	?	?	0,4
998.78.47	FRec.	1	18,7	5,0	1,8	11,9	9,8*	6,7	1,91	0,6	0,4	0,7
998.78.48	Int.	1	15,4	6,0	0,9	8,5	8,9	6,3*	1,73	0,7	0,6	0,8
998.78.49	Int.	1	18,5	4,2	/	14,3	9,2	7,4	2,01	1,1	0,9	1,1
998.78.50	Int.	1	16,4	5,3	/	11,1	10,2	6,3*	1,61	1,0	0,5	1,2
998.78.51	Int.	1	18,6	4,4	/	14,2	10,1	8,8	1,84	0,9	0,4	1,2

Legenda: ALT.: Altura medida num ponto central, em cm; ALT CB: Altura da Cabeça, em cm; ALT SP: Altura do Separador Cabeça/Corpo, em cm; ALT CP: Altura do Corpo, em cm; LB: Largura da Base, em cm; LT: Largura do Topo; IA: Índice de Alongamento (Altura/Largura da base): alongado (>2), médio (2-1), curto (<1); DPF: Diâmetro da Perfuração da Face; DPV: Diâmetro da Perfuração no Verso; ESP.: Espessura média.

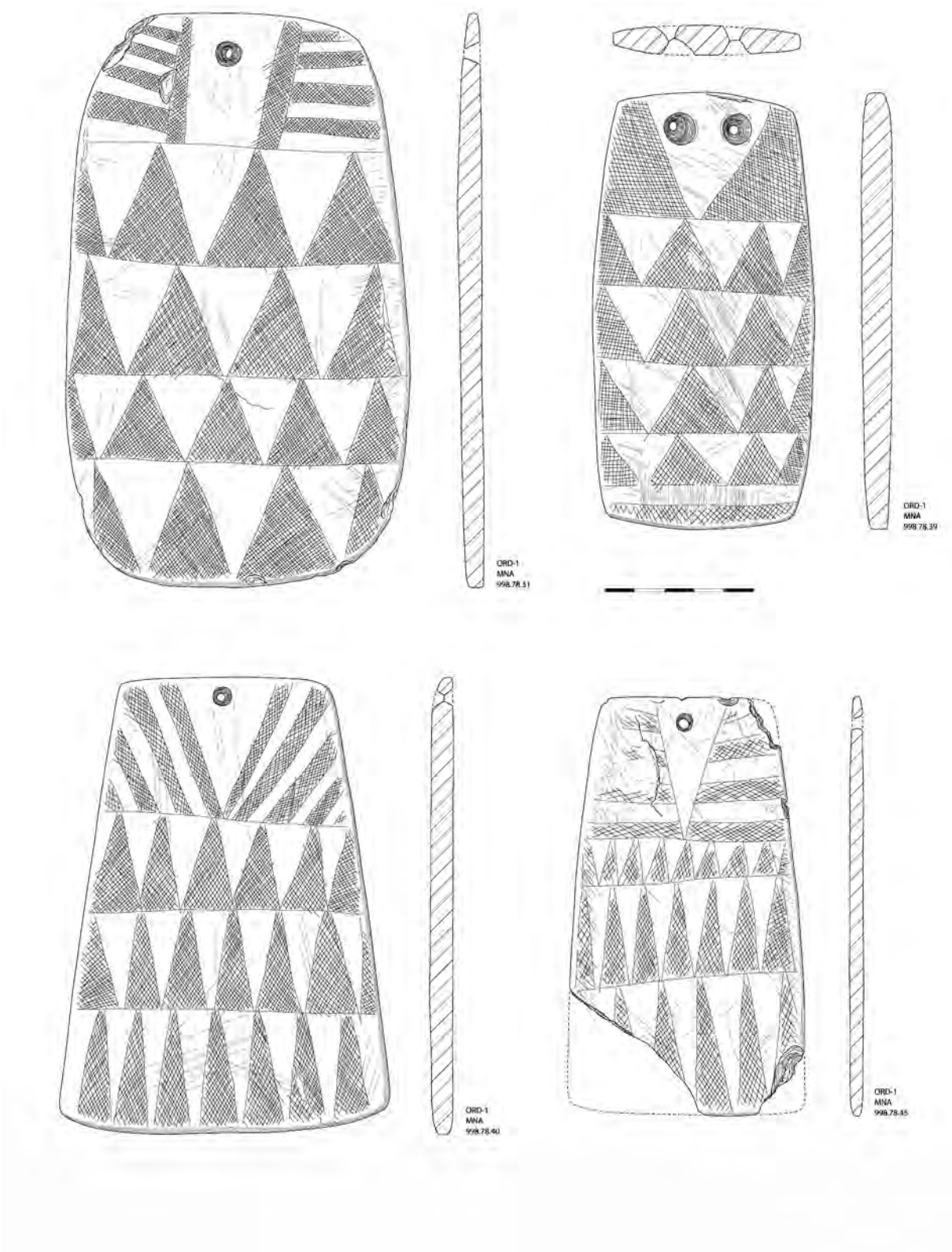


FIG. 5. Placas votivas da «Anta Grande» da Ordem: MNA 998.78.31, 998.78.39, 998.78.40 e 998.78.45.

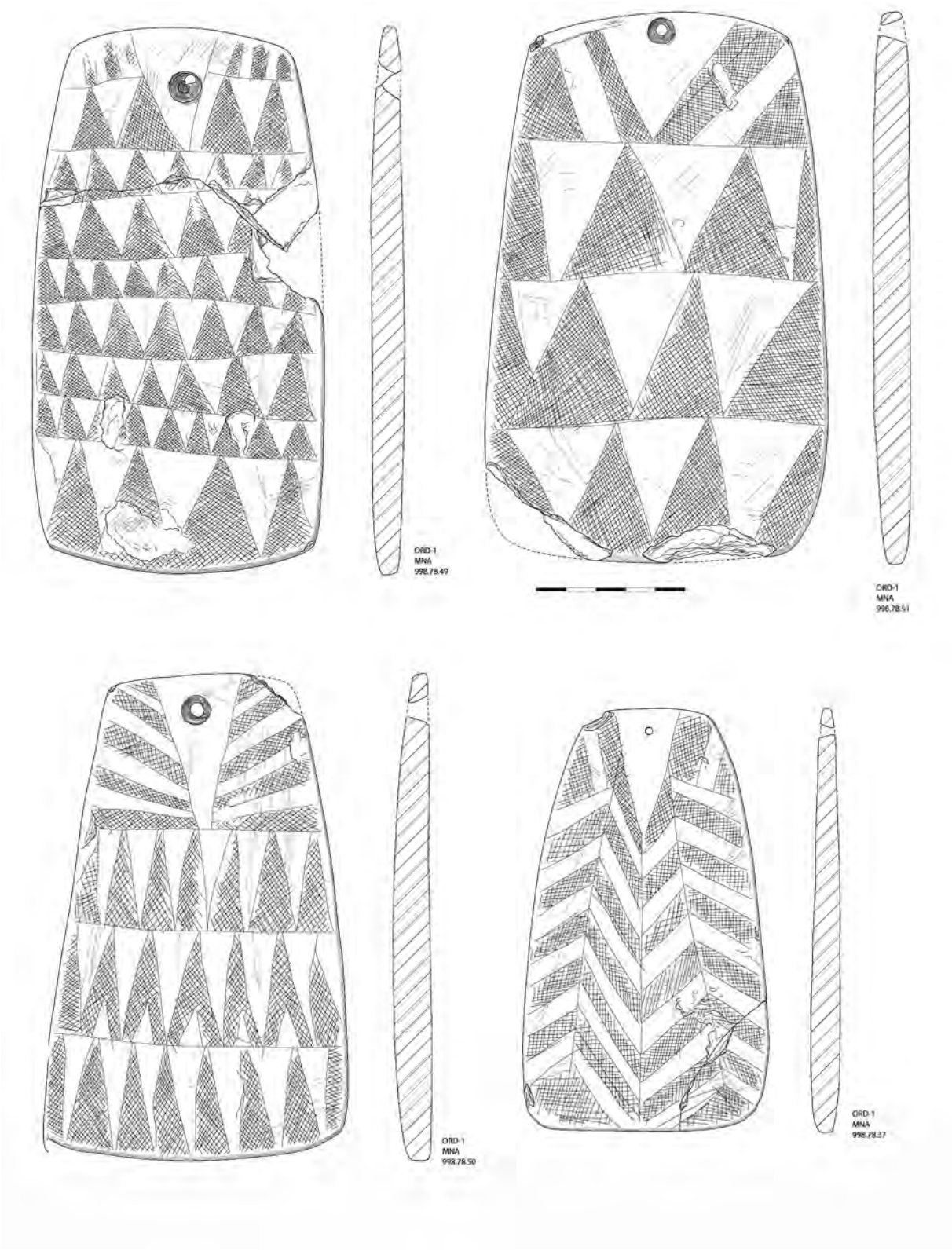


FIG. 6. Placas votivas da «Anta Grande» da Ordem: MNA 998.78.49, 998.78.51, 998.78.50 e 998.78.37.

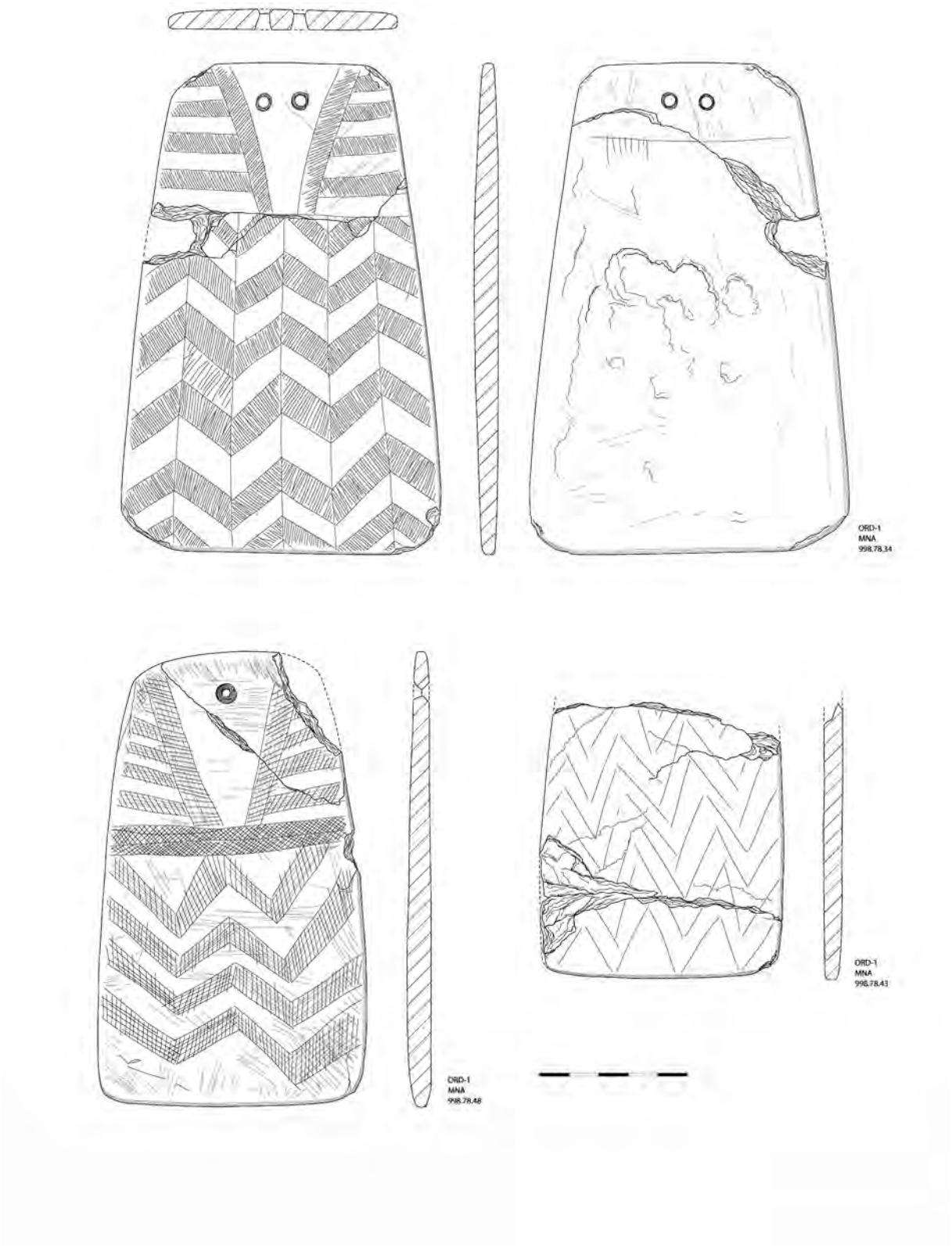


FIG. 7. Placas votivas da «Anta Grande» da Ordem: MNA 998.78.44 (Face e Verso), 998.78.48 e 998.78.43.

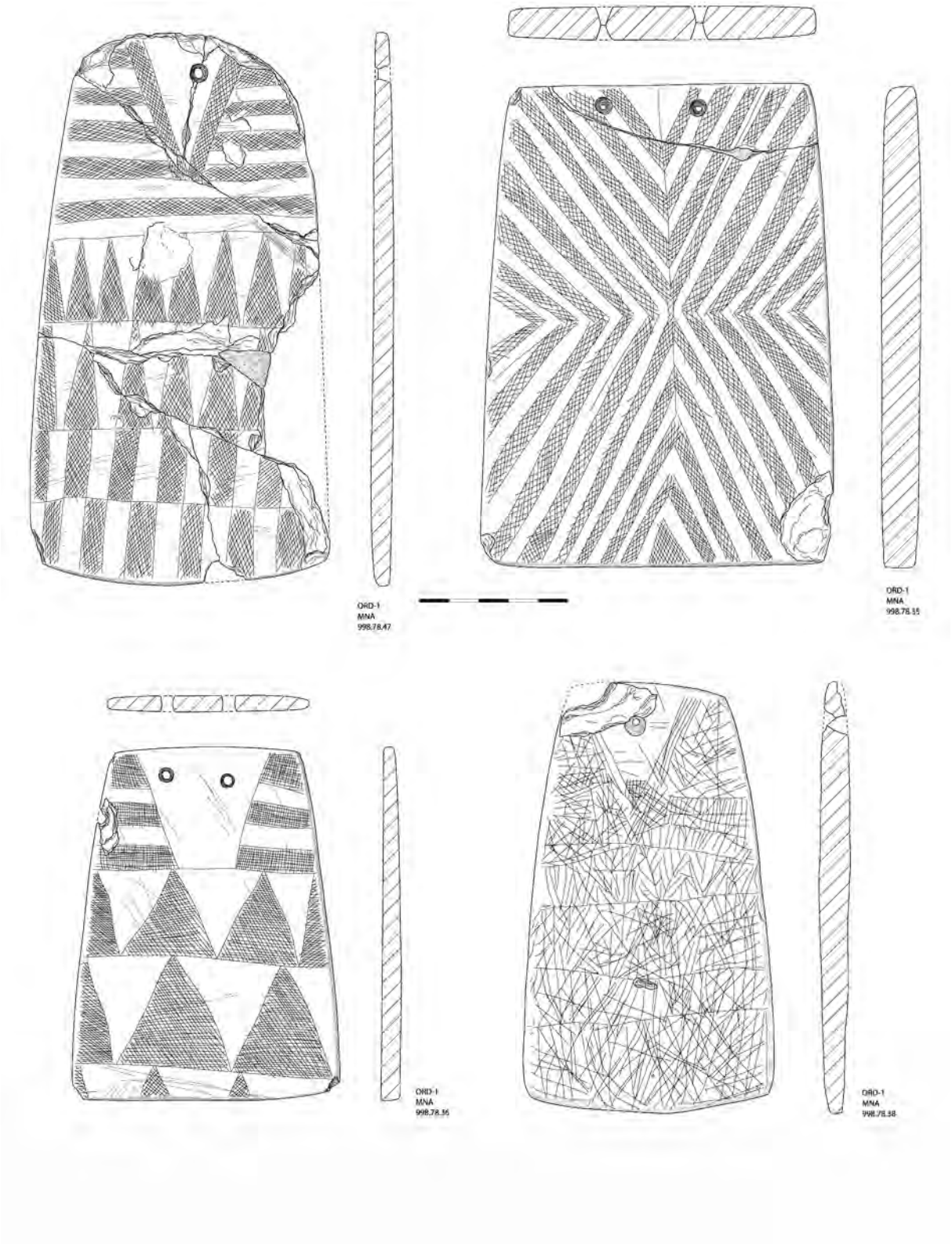


FIG. 8. Placas votivas da «Anta Grande» da Ordem: MNA 998.78.47, 998.78.35, 998.78.36 e 998.78.38.

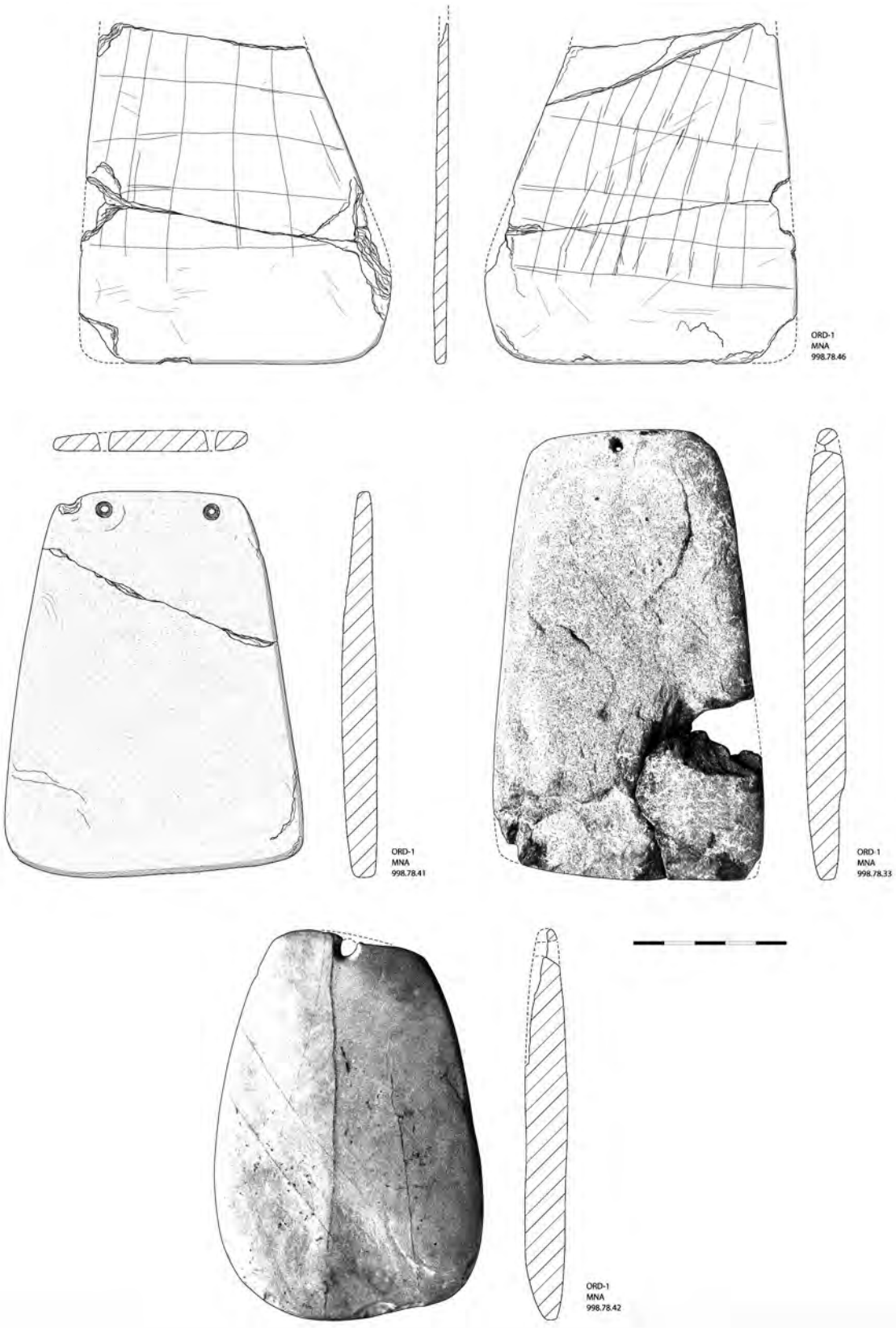


FIG. 9. Placas votivas da «Anta Grande» da Ordem: MNA 998.78.46 (Face e Verso), 998.78.41, 998.78.33 e 998.78.42.

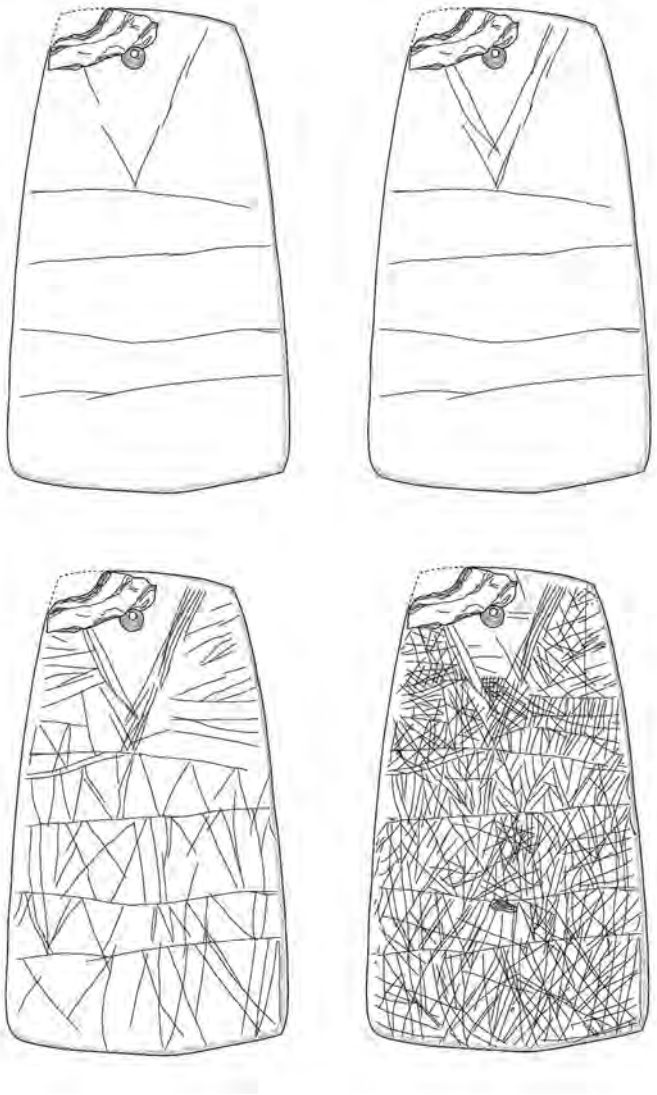


FIG. 10. Estruturação da gravação da placa MNA 998.78.38, sendo evidente a delimitação da «Cabeça dentro da Cabeça» e das bandas de decoração do Corpo (e a gravação em esboço de triângulos dentro das mesmas), culminando numa gravação final caótica e sem sentido aparente.

3. A «ANTA GRANDE» DA ORDEM E AS SUAS PLACAS VOTIVAS NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES FUNERÁRIAS DO SUDOESTE PENINSULAR

Como dito acima, a «Anta Grande» da Ordem forneceu, para além da expressiva colectânea de placas votivas, um conjunto significativo de espólio arqueológico – estando actualmente em curso o estudo integrado da totalidade desta colecção no âmbito da minha dissertação de Doutoramento.

Assim, juntamente com as placas votivas, foram recolhidos:

- Recipientes cerâmicos: vasos carenados de tipo *Crato/Nisa* (com decoração plástica), taça de boca elíptica, pequenas taças e esféricos, fragmento de «vaso-lucerna»;
- Artefactos de pedra lascada: pontas de seta (de base côncava, convexa ou triangular, em sílex e quartzo hialino), ponta de dardo em sílex, geométrico trapézio em sílex, núcleo prismático de lamelas em quartzo hialino;
- Artefactos de pedra polida: machados e enxós de anfibolito;
- Artefactos de adorno pessoal: contas de colar (de tipologias diversas, em xisto, serpentinito, talco e moscovite), «alfinetes» de osso (de cabeça amovível), pendente (de pedra verde);
- Espólio metálico: lâmina de cobre;
- Espólio osteológico: calcâneo e escafóide de *bos* sp. carbonizados;
- Outros artefactos e objectos: prismas de quartzo hialino, pequeno seixo de xisto alongado.

Trata-se de um conjunto facilmente integrável entre finais do 4.º e a primeira metade do 3.º milénio a.n.e. (ratificado igualmente pelas características arquitectónicas do monumento), coincidindo com o apogeu do Megalitismo funerário na área do Sudoeste peninsular (Boaventura e Mataloto, 2013).

Com diversos paralelos reconhecidos, lidos principalmente a nível da composição dos mobiliários votivos, a importância da «Anta Grande» da Ordem lê-se precisamente no contexto geo-cultural em que se enquadra. Com efeito, encontra-se na área teórica de transição de dois grupos megalíticos diferenciáveis, o do Alto Alentejo (caracterizado pelos monumentos do triângulo Crato-Nisa-Cáceres) e o do Alentejo Central (caracterizado pelos monumentos da linha Montemor-Évora-Reguengos), assumindo-se o núcleo de Pavia (na qual se integra este monumento) como área de ligação entre estes dois «territórios» culturalmente distinguíveis, inscrevendo a «Anta Grande» da Ordem nos esquemas dinâmicos de interacção das comunidades megalíticas do Sudoeste peninsular (já definidos noutros contextos em Gonçalves, 2007b e 2011; Gonçalves *et al.*, 2014; Sousa e Gonçalves, 2012; Andrade, 2013 e 2015b). Por outro lado, localiza-se na charneira entre os contextos hercínicos na orla ocidental da zona de Ossa-Morena e os depósitos terciários de enchimento do Tejo, coincidindo com o extremo ocidental da grande mancha megalítica alentejana (para além da qual as ocorrências megalíticas são mais esparsas, destacando-se a «ilha» constituída pelo núcleo de Montargil e um ou outro contexto de definição problemática, como Martim Afonso ou Monte da Barca).

Em relação às placas votivas da «Anta Grande» da Ordem propriamente ditas, e em termos das suas características decorativas genéricas, regista-se uma maior incidência de exemplares decorados com bandas de triângulos preenchidos – tendência que se reflecte no contexto genérico da decoração das placas de xisto gravadas e principalmente evidente em grandes conjuntos com fiabilidade estatística, como Aljezur, Monte da Barca, Brissos 6, Barrocal das Freiras 3, Paço 1, Xarez 1, *tholos* do Escoural, Anta Grande do Zambujeiro, Mitra e Olival da Pega 1 (colecções em estudo no âmbito do

projecto PLACA-NOSTRA, três deles já publicados em Gonçalves, 2004c, 2011 e 2013). Diga-se somente que se tratam maioritariamente de placas de fino acabamento, com decoração escrupulosamente estruturada e cuidadosamente gravadas.

Desta maneira, mais do que evidenciar as especificidades genéricas deste conjunto, será mais proficiente seriar as suas especificidades distintivas no âmbito abstracto da iconografia e imagética das placas de xisto gravadas do Sudoeste peninsular, evidenciando tanto presenças como ausências.

Começando pelas últimas, será de destacar a ausência de placas de recorte antropomórfico, de placas oculadas (ou com restante simbologia facial) e de placas decoradas com campos de xadrez.

Em relação às primeiras, apesar de se tratarem de tipos claramente raros no contexto genérico das placas de xisto gravadas (onde dominam os exemplares de recorte e decoração geométricos), estão por vezes presentes mesmo em conjuntos pouco numerosos – como Cabacinhitos, por exemplo (Gonçalves *et al.*, 2005). No entanto, mesmo que estas características não estejam explicitamente indicadas, e voltando à velha discussão sobre o «antropomorfismo» das placas de xisto gravadas, poderemos dizer que todas as placas são antropomórficas – ou pelo menos o é a ideia que lhes está implícita (Gonçalves, 2004a; Andrade, 2015a). Com efeito, a estruturação conjunta da «Cabeça dentro da Cabeça» e do Corpo, assim como a equiparação da dupla perfuração à representação de Olhos, possibilita esta leitura antropomórfica das placas de xisto gravadas (principalmente evidente, no conjunto da «Anta Grande» da Ordem, nos exemplares MNA 998.78.34, 998.78.35, 998.78.36, 998.78.39 e 998.78.41).

Em relação às placas gravadas com campos de xadrez, poder-se-á dizer que este é manifestamente um tipo minoritário em termos percentuais, tendo em vista os grandes conjuntos acima referidos – sendo mesmo extremamente raro no contexto cultural do grupo megalítico alto-alentejano (Gonçalves e Andrade, 2014). Na «Anta Grande» da Ordem encontram-se ausentes as placas cujo Corpo seja gravado exclusivamente com campos de xadrez (se excluirmos o seu esboço na placa MNA 998.78.46), registando-se apenas a sua inclusão na placa híbrida MNA 998.78.47.

Sobre as presenças, devemos destacar a identificação de placas decoradas com motivo radiante central, de placas decoradas com banda de triângulos «ocos», de placas com Cabeça tri-partida, de placas híbridas, de placas de «segunda categoria», de placas reaproveitadas e de placas de grés.

A decoração composta por motivo radiante central trata-se de um tipo extremamente raro, com apenas seis exemplares conhecidos no contexto genérico do Sudoeste peninsular (de acordo com a literatura disponível), sem notória concentração em qualquer área regional/cultural específica – estando presentes no Alto Alentejo, no Alentejo Central, no Alentejo Litoral, na Extremadura espanhola e na Andaluzia.

Assim, para além da «Anta Grande» da Ordem (MNA 998.78.35), foram identificadas nos monumentos de Dacosta 2 (Isidoro, 1973, fig. 14), Cebolinhos 1 (Leisner e Leisner, 1951, Est. XXXIV), Pedra Branca (Ferreira *et al.*, 1975, fig. 13), El Esparragalejo (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 52) e Santa Bárbara de Casa (Cerdán Marquez *et al.*, 1952, Lám. XL).

Este motivo poderá ser imageticamente interpretado como uma variante «barroca» das placas gravadas com motivo em X (cf. Gonçalves *et al.*, 2014, a respeito deste motivo iconográfico). Refira-se ainda que este motivo na placa de Cebolinhos 1 é complementado com a gravação no Verso de faixas ziguezagueantes não compartimentadas, assim como na placa de Huelva parece ser gravado sobre um primeiro motivo composto por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima – tratando-se assim de um reaproveitamento por meio de re-gravação (cf. Gonçalves *et al.*, 2003; Andrade, 2014 a respeito desta «técnica» de reaproveitamento).

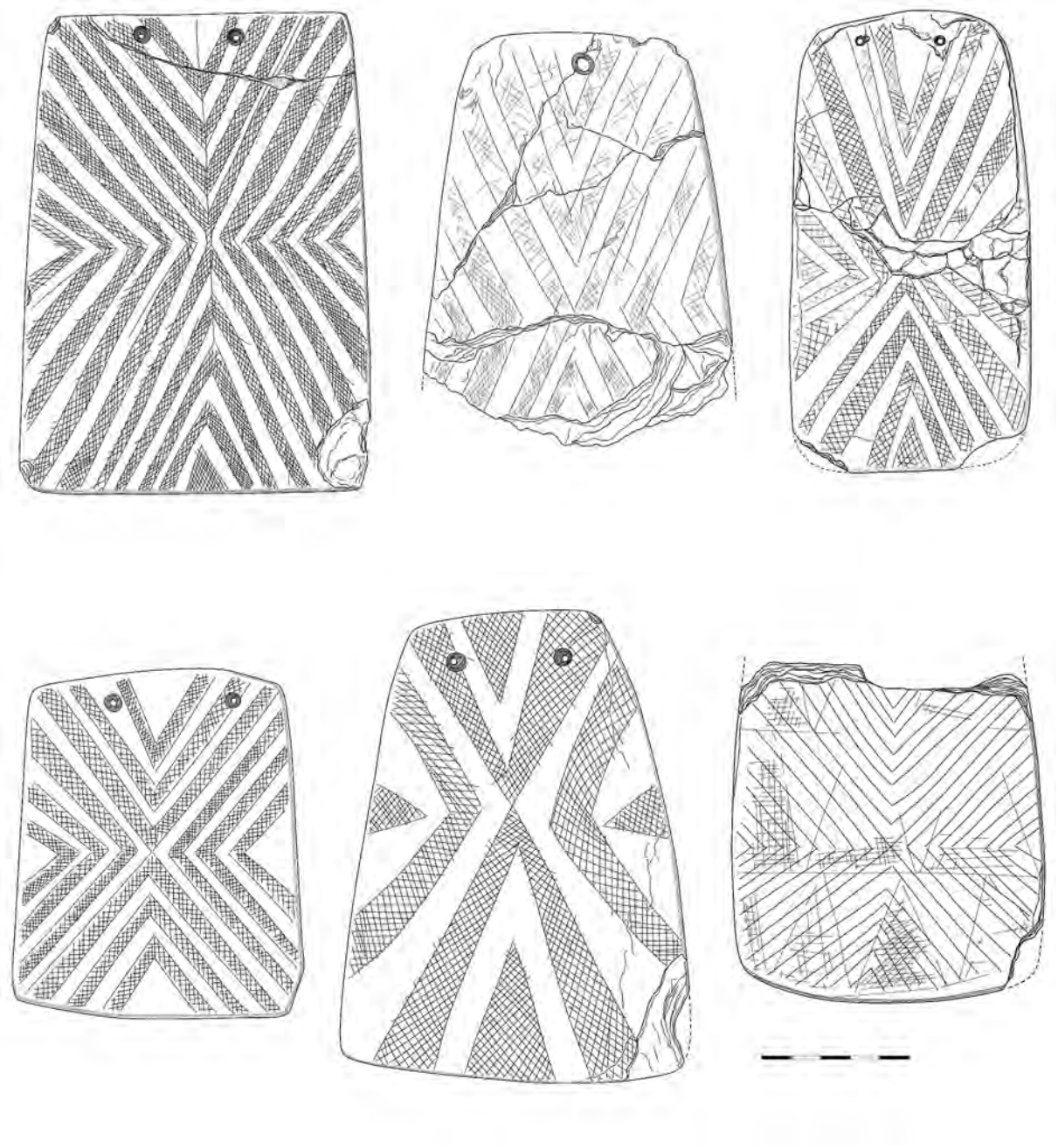


FIG. 11. Comparação da placa MNA 998.78.35 da «Anta Grande» da Ordem com outras placas decoradas com motivo radiante central: Dacosta 2, Crato (desenhado a partir de Isidoro, 1973, fig. 14); Cebolinhos 1, Reguengos de Monsaraz (desenhado a partir de Gonçalves, 1999, p. 120, fig. 5.5); Pedra Branca, Melides (redesenhado a partir de Ferreira *et al.*, 1975, fig. 13); El Esparragalejo, Badajoz (redesenhado a partir de Leisner e Leisner, 1959, Taf. 52) e Santa Bárbara de Casa, Huelva (redesenhado a partir de Cerdán Marquez *et al.*, 1952, Lám. XL). De notar, na placa de Santa Bárbara de Casa, a gravação de motivo radiante central sobre uma gravação prévia de bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima.

Exemplares com bandas gravadas com triângulos «ocos» são igualmente extremamente raros. A placa da «Anta Grande» da Ordem onde este motivo se regista (MNA 998.78.50) encontra um paralelo absoluto, a nível local, na placa de Brissos 4 (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 21). Com efeito e com semelhança extrema, ambas placas obedecem rigorosamente à mesma paginação estruturante, apresentando o mesmo tipo de decoração da Cabeça e o mesmo tipo de decoração do Corpo – com espantosa coincidência do número de bandas (sendo que aquela com triângulos ocos é exactamente a central em ambas placas) e do número preciso de triângulos dentro de cada banda. Será de referir igualmente a placa de Lapeira 1, com o Corpo integralmente decorado com bandas de triângulos «ocos» (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 17).

As placas com Cabeça tri-partida, tratando-se este de um motivo específico de decoração da Cabeça (as designadas placas CTT, descritas por exemplo em Gonçalves, 2003b e 2007b) e embora com abundantes exemplos conhecidos (dispersos entre o Andaluzia e a Estremadura), são relativamente pouco frequentes no cômputo geral da decoração da Cabeça das placas de xisto gravadas. Este tipo de placas, aqui representadas pelo exemplar MNA 998.78.39, encontra-se igualmente em outros monumentos localizados na área imediata da «Anta Grande» da Ordem, como Forca Velha (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 18) e Casa Branca 3 (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 20) – sendo de referir igualmente, já no espaço de Alter do Chão, o exemplar de Monte Redondo (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 6).

Sobre as placas híbridas (conceito definido em Gonçalves, 2006), genericamente caracterizadas por exemplares cuja decoração do Corpo conjuga dois motivos decorativos distintos, estas encontram-se representadas pela placa MNA 998.78.47, conciliando bandas de triângulos preenchidos com vértice para cima com campos de xadrez. Havendo igualmente numerosos exemplos para placas deste género, diga-se somente a este respeito que, ao tratarem-se efectivamente os motivos decorativos como identificadores estritos de grupos clânicos, a conjugação de motivos diversos numa mesma peça invalida de certa maneira esta leitura interpretativa (cf. Gonçalves, 2006; Andrade, 2015a).

Encontram-se igualmente exemplares que poderão ser considerados como de «segunda categoria», atendendo às suas características formais básicas. Entende-se por placas de «segunda categoria» os exemplares que não se enquadram nas placas «típicas» (placas ditas comuns, que seguem as normas a nível de estruturação decorativa e gravação), referindo-se a placas inacabadas/esboços, placas lisas, placas caoticamente gravadas ou até mesmo placas reaproveitadas como elementos de adorno ou como placas de «segunda geração» (Andrade, 2015a).

Destaca-se o número expressivo destes elementos na «Anta Grande» da Ordem, contando-se com sete elementos num conjunto de 19 – embora nas placas MNA 998.78.33, 998.78.41 e 998.78.42 outras leituras deverão ser consideradas. A primeira refere-se a uma placa de grés (discutida mais à frente), sendo extremamente vulgares os exemplares lisos no contexto alto-alentejano (especificamente em relação aos exemplares esculpidos com figurações antropomórficas); a segunda refere-se a uma placa de serpentinito com dupla perfuração, sendo igualmente conhecidos os exemplares anepígrafos (no âmbito local, em Brissos 6, por exemplo); a última corresponde, como já dito, a um seixo achatado de xisto perfurado e com os bordos polidos. Qualquer um destes exemplares se poderá considerar como concluído, em termos de conformação e acabamento; o facto de não se encontrarem decorados deverá ser subvalorizado, podendo a decoração ter sido efectuada por meio de pintura, obliterada antes ou depois da sua recolha «arqueológica» (como uma certa pigmentação avermelhada na Face da placa MNA 998.78.42 sugere).

Como placas inacabadas, poderão ser considerados os exemplares MNA 998.78.43 e 998.78.46. O primeiro, uma placa de serpentinito, apresenta-se gravado com faixas ziguezagueantes não compartimentadas, que contudo não foram preenchidas; o segundo apresenta-se como uma placa de

contorno invulgar na qual foram gravadas linhas ortogonais (possível esboço de campos de xadrez), tanto na Face como no Verso.

A placa MNA 998.78.38, considerando-se como uma placa com gravação caótica, não apresenta objectividade explícita. No entanto, e como referido acima, a desconstrução da gravação desta placa permitiu concluir que a mesma procurou obedecer à paginação estruturante que baseia a decoração das placas de xisto gravadas «canónicas», sendo evidente a delimitação clara da «Cabeça dentro da Cabeça» e das bandas decorativas do Corpo, tendo posteriormente degenerado para uma gravação final caótica e sem sentido aparente.

Exemplos de placas reaproveitadas encontram-se no exemplar MNA 998.78.36. Trata-se de uma placa de fino acabamento, tendo sido reaproveitada por meio de reconformação e repolimento do terço proximal, no sentido transversal da peça, motivado por factores desconhecidos mas posteriores à gravação final (visto a última banda da decoração do Corpo ser seccionada por este reaproveitamento). Será desnecessário discutir as causas e significados do reaproveitamento de placas de xisto gravadas, tendo esta temática sido já debatida em outros locais (Gonçalves *et al.*, 2003; cf. também Lillios, 2010).

Um exemplar que poderia ser considerado como integrável na categoria das «placas loucas» (conceito definido em Gonçalves, 2003b) é a placa MNA 998.78.49, sendo perceptível a assimetria na paginação da decoração da Cabeça. Contudo, este erro de paginação não influi deveras no resultado final do artefacto, sendo assim relativa a sua inserção naquela categoria.

No entanto, e seja como for, a inclusão destas placas em conjuntos por vezes de grande qualidade e lado a lado com placas de xisto «típicas», como especificamente na «Anta Grande» da Ordem ou no já referido caso de Cabacinhitos (Gonçalves *et al.*, 2005), manifesta por si só um valor simbólico intrínseco, não estando este estritamente dependente dos motivos decorativos (e de aparentes registos genealógicos e heráldicos, como defendido em Bueno Ramírez, 1992; Lillios, 2002 e 2008). Nestes casos, a decoração poderá ser assumida como um atributo «secundário», o que não parece possível caso as placas de xisto gravadas se tratassem efectivamente de elementos de identificação étnica.

A presença de uma placa de grés (MNA 998.78.33) não é invulgar neste contexto geográfico. Como dito acima, trata-se de um exemplar liso – tipo extremamente usual no contexto alto-alentejano. No entanto, como bem notaram Georg e Vera Leisner (1959, p.75), não corresponde necessariamente às típicas placas de grés lisas alto-alentejanas, parecendo copiar os contornos e a perfuração das típicas placas de xisto gravadas.

Assim, em termos de contextualização imediata, as placas votivas da «Anta Grande» da Ordem não destoam do que é conhecido neste núcleo megalítico. Com efeito, os restantes monumentos da área de Pavia (incluindo os das áreas confinantes de Mora, Avis e Arraiolos) dispõem de outras placas igualmente excepcionais, sendo de destacar a placa moldurada de São Dionísio 1, as placas com bandas de triângulos «ocos» de Lapeira 1 e Brissos 4, as placas de Cabeça tri-partida de Forca Velha e Casa Branca 3, a placa com motivo facial esquemático de Antões 3, a placa com faixas ziguezagueantes verticais não compartimentadas de Matalote 1, as «placas loucas» de Brissos 1 e Caeira 7 – para não falar já do espantoso conjunto de Brissos 6, com perto de seis dezenas de exemplares com características iconográficas notáveis (colecção em estudo pelo signatário).

A localização deste núcleo na área teórica de transição entre os grupos megalíticos do Alto Alentejo e aqueles do Alentejo Central possibilita precisamente este cruzamento de influências culturais e o seu reflexo nas características da cultura material – neste caso, na excepcionalidade e diversidade das placas votivas aqui presentes.

Assim, para além da importância historiográfica do conjunto das placas votivas da «Anta Grande» da Ordem (sendo, como dito acima, um dos primeiros monumentos onde se identificaram estes artefactos em número considerável), destaca-se a sua importância para o estudo actual das placas de xisto gravadas (a nível de iconografia e imagética), podendo ser assumido como um dos conjuntos-chave para a definição e caracterização não só dos artefactos propriamente ditos, mas também dos diagramas de interacção mágico-simbólica das comunidades megalíticas do último quartel do 4.º e primeira metade do 3.º milénio a.n.e. no Sudoeste peninsular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.

Andrade, M. A. (2013) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª série, 3, p. 177-201.

Andrade, M. A. (2014) – Contextos perdidos, obscurantismos helénicos: espólio de um monumento megalítico de Alter do Chão pertencente à colecção de Manuel Heleno. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 35-60.

Andrade, M. A. (2015a) – *Cherchez la femme!* Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do Megalitismo do Sudoeste da Península Ibérica. In Collado Giraldo, H.; García Arranz, J. J. (eds.) – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015 (Cáceres, Spain)*. Tomar: Instituto Terra e Memória (*Arkeos*, 37), p. 1545-1571.

Andrade, M. A. (2015b) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolítica e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 2: as placas votivas da «necrópole megalítica» das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. Torres Novas. 27, p. 293-322.

Andrade, M. A. (no prelo) – Intervenções de Manuel de Mattos Silva no Megalitismo da área de Avis. 1: as antas de São Martinho e Assobiador (Maranhão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19.

Calado, M.; Rocha, L.; Alvim, P. (2009) – *O Tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal.

Cerdán Marquéz, C.; Leisner, G.; Leisner, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva*. Madrid: Ministerio de Educación Nacional (Informes y Memorias, 26).

Correia, V. (1921) – *El Neolitico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).

Boaventura, R.; Mataloto, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.

Bueno Ramírez, P. (1992) – Les plaques décorées alentéjaines: approche de leur étude et analyse. *L'Anthropologie*. 96: 2-3, p. 573-604.

Ferreira, O. V.; Zbyszewski, G.; Leitão, M.; North, C. T.; Sousa, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 59, p. 107-192.

Gonçalves, V. S. (1989) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1. Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.

Gonçalves, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC (Cadernos da UNIARQ, 2).

Gonçalves, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Gonçalves, V. S. (2003a) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).

Gonçalves, V. S. (2003b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4. A «síndrome das placas loucas». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p.131-157.

Gonçalves, V. S. (2004a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 165-183.

Gonçalves, V. S. (2004a) – As deusas da noite: o projecto «Placa Nostra» e as placas de xisto gravadas da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 49-72.

Gonçalves, V. S. (2004c) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 22, p. 163-318.

Gonçalves, V. S. (2006) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 7. As placas híbridas: definição do conceito, alguns poucos exemplares e, de novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 27-59.

Gonçalves, V. S. (2007a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 8. Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 24, p. 167-231.

Gonçalves, V. S. (2007b) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. In Cardoso, J. L. (coord.) – *A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu: balanços e perspectivas. Actas do Colóquio*. Oeiras: Câmara Municipal (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15), p. 79-94.

Gonçalves, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: UNIARQ (Cadernos da UNIARQ, 7).

Gonçalves, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d'Odiana, 2.ª série, 4).

Gonçalves, V. S.; Andrade, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico Crato-Nisa (Anta das Romeiras e Anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, pp. 61-94.

Gonçalves, V. S.; Andrade, M. A.; Pereira, A. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo recolhidas nas duas Antas da Loba (N. S.ª de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 5-53.

Gonçalves, V. S.; Andrade, M. A.; Pereira, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta da Lapa da Galinha, no 3.º milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 109-158.

Gonçalves, V. S.; Pereira, A.; Andrade, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 21, p. 209-244.

Gonçalves, V. S.; Pereira, A.; Andrade, M. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta dos Cabacinhitos (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 43-109.

Isidoro, A. F. (1973) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22: 2, p. 107-123.

Leisner, G.; Leisner, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por UNIARQ/INIC, 1985).

Leisner, G.; Leisner, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.

Lillios, K. (2002) – Some new views of the engraved slate plaques of southwest Iberia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p.135-151.

Lillios, K. (2008) – *Heraldy for the Dead: Memory, Identity and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*. Texas University Press.

Lillios, K. (2010) – Mnemonic pratices of the Iberian Neolithic: The production and use of the engraved slate plaque-relics. In Lillios, K.; Tsamis, V. (eds.) – *Material Mnemonics. Everyday Memory in Prehistoric Europe*. Oxbow Books, p. 40-72.

Rocha, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora: Câmara Municipal.

Silva, M. M. (1895a) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. «Anta Grande» da Ordem. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 120-125.

Silva, M. M. (1895b) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 2: Anta da herdade da Capella. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 214-216.

Silva, M. M. (1896) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 3: Anta da herdade do Assobiador. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 2, p. 239-240.

Sousa, A. C.; Gonçalves, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interacções e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In Borrell, M.; Borrell, F.; Bosch, J.; Clop, X.; Molist, M. (eds.) – *Xarxes al Neolític. Circulaciò i intercanví de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III millenni aC)*. Gavá: Bellaterra (*Rubricatum*, extra 5), pp. 383-392.

Vasconcellos, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.

Vasconcellos, J. L. (1910) – Chrónica: excursão archeológica, excavação, acquisições. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 247-252.

O MENIR DO PATALOU – NISA. ENTRE CONTEXTOS E CRONOLOGIAS

JORGE DE OLIVEIRA[1]

RESUMO

Neste texto de homenagem ao Prof. Victor S. Gonçalves queremos apresentar os mais recentes resultados cronométricos e respectivos contextos dos principais menhires do norte do Alentejo. A data agora obtida para o Menhir do Patalou (Cal BC 4340 a 4235) vem confirmar a que há mais de duas décadas, em semelhante contexto, obtivemos no Menhir da Meada (Cal BC 4810 a 5010) e que tantas dúvidas e polémicas levantou face à sua grande antiguidade. Posicionam-se, desta forma e com toda a segurança, no Neolítico antigo a erecção destes grandes monumentos assumidamente fálicos.

ABSTRACT

With this tribute to Prof. Victor S. Gonçalves, we want to present the most recent chronometric results and of the main contexts of menhirs of Northern Alentejo. The date now obtained for the Menhir Patalou (Cal BC 4340-4235) comes confirm the other similar date we have for the «Menhir da Meada» (Cal BC 4810-5010 and so many doubts and controversies raised about this great antiquity. In this moment we haven't doubts about the cultural position in the early Neolithic of the erection of these great phallic monuments.

[1] CHAIA / Universidade de Évora
joli@uevora.pt

PARECE QUE FOI ONTEM, mas já lá vão 40 anos, sim 40 anos, quando aluno do 1.º ano do Curso de História da FLL o Prof. Victor Gonçalves se interessou por umas fotografias que eu orgulhosamente mostrava aos meus colegas de turma. Eram fotografias das minhas ingénuas mas muito curiosas investigações que desde criança desenvolvia por terras de Marvão. Poucos meses depois já orgulhosamente mostrava ao meu Mestre e Amigo Victor Gonçalves as *Lapas de Vidais* e aí programávamos campanhas de escavações. O que hoje sou enquanto arqueólogo, professor e sobretudo como pessoa muito devo aos ensinamentos do Prof. Victor Gonçalves e à sempre inquestionável amizade que nos uniu. Agora que por via da jubilação fica mais liberto das aulas e sobretudo das burocracias académicas todos aguardamos, com ansiedade, mais magníficos textos como só ele sabe escrever e investigações de campo que sempre nos surpreendem. Logo que me convidaram a colaborar neste livro de homenagem que agora se publica não hesitei em aqui fazer publicar os mais recentes e muito interessantes resultados obtidos na escavação do Menir do Patalou.

Obrigado Prof. Victor Gonçalves, sobretudo por ser meu Amigo.

OS CONTEXTOS

Foi há 15 anos, portanto no ano 2000, que, conjuntamente com Clara Oliveira, publicámos na *Extremadura Arqueológica*, em volume de homenagem a Elias Diéguez, uma síntese e inventário geral dos menires do Distrito de Portalegre. Algum tempo depois, e na sequência de novas informações, revimos e acrescentámos o anterior texto e publicámo-lo na Revista Ibn Maruán n.º 9/10. Mal sabíamos nós que tal texto nos iria trazer tantos problemas por parte de jovens arqueólogos desejosos de protagonismos.... Passados estes quinze anos sentimos necessidade de fazer nova síntese porque novas e importantes informações, sobretudo no que às cronologias dos menires dizem respeito, ficaram entretanto disponíveis.

Se para o megalitismo funerário da região de Portalegre possuímos avultada informação e desde época bastante recuada, já no que à componente menírica diz respeito apenas a partir de meados do século XX começamos a ter notícias destes sempre enigmáticos monumentos.

As mais antigas notícias que conhecemos sobre monumentos funerários megalíticos desta região remontarão, com algumas dúvidas, a meados do século XII, durante o reinado de D. Sancho I, como mais à frente referiremos mas, pelo menos, temos a certeza que nos finais do século XVII já algumas antas foram referidas nesta região. Um manuscrito, hoje desaparecido, que compulsámos no antigo Arquivo da Misericórdia de Marvão, datado de 1693, registava a doação do Curral da Atalaia à Misericórdia desta vila. Na demarcação dos limites desta propriedade referia-se uma anta à qual se uniam duas paredes. (Oliveira, 1997) Do mesmo século, atendendo à caligrafia e tipo de papel, porque nem está datado nem assinado, será o documento (B.P.E. Cód.CIX/1-16, n.º 67) guardado na Biblioteca Pública de Évora, vulgarmente conhecido por *Antiguidades de Alter do Chão*, onde se refere uma anta na Coutada do Arneiro e outra no Reguengo, hoje incluídas na propriedade da Coudelaria de Alter (Oliveira, 2006). Ainda que a região de Portalegre tivesse sido objeto da atenção, desde os finais do século XIX, por diversos e ilustres arqueólogos que ao megalitismo se dedicaram, foi necessário chegar a 1965 para encontrarmos a primeira referência a menires e pela pena dum investigador que até nem se assumia, propriamente, como arqueólogo.

Martins Barata, em 1965, noticia pela primeira vez o Menir da Meada, situado no concelho de Castelo de Vide. Dois anos depois, Mário de Saa (Saa, 1967: 184-187) refere-se, pela primeira vez ao menir do Carvalhal, situado, igualmente, no concelho de Castelo de Vide. Trata-se das primeiras referências a menires nesta região da Península. Enquanto Martins Barata se limita a descrever o monumento da Meada, Mário de Saa compreende-os como monumentos pré-históricos utilizados pelos

Cavaleiros da Ordem do Templo como marcos de delimitação das suas terras. Mário de Saa, baseando-se no documento de *Doação da Azafa* que o Rei D.Sancho I fez à Ordem do Templo, publicado por Fr. Bernardo da Costa na Historia da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, em 1771, tenta delimitar as terras da *Azafa* chegando à conclusão que a grande construção romana da Torre do Azinhal, hoje praticamente destruída, que se situa no actual concelho de Marvão, o Menir da Meada e o do Carvalhal teriam servido de demarcação das terras doadas aos Cavaleiros do Templo. No documento apresentado por Fr. Bernardo da Costa, que descreve o território da *Azafa*, *lê-se* ainda «Partitur nanque cum Agitania a Tago usque ad flumen de Ponsul, deinde ad capud Mercores. Quomodo vavid ad capud Cardosa. Partitur enim ultra Tagum per focem da Frieirosoo, quomodo intrat in Tagum, deinde ad rostrum de Mrliça, et vavit ad Maontaret [...]».(Costa, 1777:226). Se considerarmos a interpretação que Mário de Saa faz deste documento, poderemos, provavelmente, encontrar nele a mais antiga referência a uma sepultura megalítica nesta região. O atrás referido «rostrum de Mrliça» poderia ser a anta da Melriça situada no concelho de Castelo de Vide, monumento que por se destacar na paisagem poderia ser considerado como «rostrum».

É, assim, já nos finais da década de sessenta que se noticiam, pela primeira vez, menires no Distrito de Portalegre. Embora nesta região a referências a menires só ocorra desde 1965, em Portugal data de 1864 a primeira clara descrição deste tipo de monumentos. Deve-se a Simão Rodrigues Ferreira a identificação do Marco de Luzim, no concelho de Penafiel, o primeiro menir a ser referenciado em Portugal. Pereira da Costa em 1868, regista um menir no Monte da Pedreira no concelho de Fafe, descrevendo, igualmente outros no distrito de Castelo Branco. Sá Vilela, em 1876 informa de presença de vários menires junto a Castelo de Paiva. Mas será sobretudo com Estácio da Veiga, em 1886, ao publicar as notáveis *Antiguidades Monumentais do Algarve* que a palavra menir, ou menhir mais se divulga. Contudo, um longo período de quase total esquecimento sobre este tipo de monumentos vai passar. Basta-nos recordar que só em 1970, pela pena do médico José Pires Gonçalves, se noticiam os menires da região de Monsaraz, uma das zonas mais ricas em monumentos megalíticos de toda a Península Ibérica e onde se regista a maior concentração de menires, isolados, ou em grupo. Contudo, comparativamente com o conhecimento das sepulturas megalíticas os menires mantiveram-se e, de alguma forma ainda se conservam, pouco divulgados e estudados. Múltiplas razões poderão explicar a não referência e sobretudo o desinteresse por este tipo de monumento megalítico. De entre outras sobressaem as relacionadas com as práticas religiosas judaico-cristãs que proíbem qualquer culto às pedras. Já no Antigo Testamento encontramos referências a estas prescrições e estão sobejamente documentados os actos de destruição de monumentos megalíticos, sobretudo menires durante a Idade Média, no Norte de França, por ordem de bispos e clérigos. Por outro lado, as tradicionais descrições de descoberta de lendários tesouros em sepulturas megalíticas, não se aplicariam, naturalmente aos menires, porque quem quer que o tentasse nada encontraria, ao contrário do que acontece com os dólmenes, onde sempre uma ponta de seta, ou um machado, por norma, qualquer caça tesouros encontra, levando ao desinteresse popular por aquele tipo de monumentos. Acresce a estas razões a pouca estabilidade e resistência que estes monumentos oferecem aos elementos naturais e sobretudo a abalos sísmicos, contribuindo para que, especialmente os de maiores dimensões e por isso os que mais facilmente poderiam despertar maior interesse se encontrem, por norma, tombados ou partidos e nalguns casos parcialmente soterrados. Mas a fratura ou a simples deposição da maior parte dos menires, sobretudo os de maiores dimensões, parece ter ocorrido ainda nos finais da Idade da Pedra, ou inícios da Idade dos Metais. A presença das enigmáticas covinhas na maior parte dos menires tombados, exclusivamente na face exposta, parece deixar entender que a sua gravação, terá ocorrido ainda na Pré-História. Assim sendo, poderemos considerar como provável que a perda de identidade e significado cultural dos menires terá ocorrido intencionalmente entre os finais do Neolítico e a Idade do Bronze, com especial relevância durante o Calcolítico.

Desde a nossa última síntese sobre os *Menires do Distrito de Portalegre* publicado em artigo na revista Ibn Maruán n.º 9/10 (Oliveira e Oliveira, 1999-2000), foram identificados no concelho de Nisa, no âmbito de estudo de impacte, por Mário Monteiro, Francisco Henriques e Mário Chambino, o Menir da Fonte do Cão, monólito granítico, isolado e tombado, com 2,40 m de comprimento e 0,70 m de diâmetro máximo e o grupo de menires da Laje da Prata. O conjunto de menires da Laje da Prata, obtidos em granito é formado por três monólitos, um dos quais ainda em posição vertical. Dois foram removidos da sua posição original, sendo que um se encontra incorporado numa parede e o outro tombado a curta distância dos anteriores. Com dimensões que variam entre os 2,30 m e os 1,10 m poderão ter pertencido a um pequeno recinto hoje totalmente destruído. Em 2000, Joaquim Carvalho noticia o menir do Castelo Velho (Carvalho, 2000) no concelho de Castelo de Vide, tombado próximo do povoado calcolítico com o mesmo nome, dado a conhecer por Conceição Rodrigues em 1975. Trata-se dum bloco de grauvaque com 1,60 m de comprimento, por 0,59 m de largura e 0,32 m de espessura. Segundo o seu descobridor, este menir apresenta na face mais regularizada 9 covinhas. Esta peça, que nos parece remeter mais para o universo das estelas, encontrava-se tombado a servir de apoio a uma aramada, limitadora do caminho que conduz ao Rio Sever. Quando procedíamos a trabalhos de prospecção nas imediações de Póvoa e Meadas, no concelho de Castelo de Vide para relocalização da antiga forca daquela povoação, identificámos na berma do velho caminho que conduzia à forca, junto à fonte de baixo, um monólito meniriforme, de granito, com cerca de 1 metro acima do solo, encontra-se colocado verticalmente para estranhamente estrangular a passagem a carros de maior envergadura por aquele caminho intentem passar. Este monólito articula-se com outro, situado do lado oposto do caminho, sendo que este não apresenta qualquer trabalho que o possa relacionar com um menir. (Oliveira e Tomás, 2007, 139)

Recentemente fomos informados pelo nosso Amigo, Dr. João Ramalho Ribeiro, para existência dum bloco de granito com cerca de 1,84 m de altura acima do solo, implantado verticalmente, de secção arredonda com cerca de 0,55 m de diâmetro máximo, situado no Milhar da Santa, no concelho de Portalegre. Pela sua forma e implantação parece tratar-se de mais um menir.

Entre 1999 e 2004 desenvolvemos vários estudos arqueológicos na Coudelaria de Alter cujos resultados foram objecto de variadíssimas publicações sectoriais e duma síntese (Oliveira, 2006). No decurso desses trabalhos procedemos à escavação e valorização da Anta da Soalheira. Tratava-se dum monumento muito destruído e com evidentes sinais de reutilização durante o domínio romana. Embora o corredor se mantivesse minimamente conservado já a câmara estava profundamente destruída com esteios partidos e arrancados. Para além da destruição em que se encontrava o monumento desde há muitos anos, mais recentemente, durante os trabalhos de abertura duma nova pista de cavalos todos os grandes blocos de granito que foi necessário remover para a regularização da pista foram colocados sobre a já muito destruída câmara funerária. Durante os nossos trabalhos de reabilitação da anta deparámo-nos com dois blocos de granito, que davam colagem, de secção circular, e que unidos deixavam antever o que poderia ser um menir. Assim, estávamos em presença da parte central e da extremidade distal do que teria sido um grande menir a que faltava a parte inferior. Depois de coladas as duas porções o seu comprimento ultrapassa os dois metros e possui um diâmetro máximo de 90 centímetros. Este menir, apresenta uma forma explicitamente fálica denotando-se claramente a glande pénica. Desconhecemos o local onde estaria erguido, porque se encontrava fracturado e tombado por entre a amálgama de blocos graníticos na zona da câmara. Com grande probabilidade deve ter feito parte da estrutura funerária, provavelmente reutilizado como algum esteio da câmara. Desconhecendo-se o local da sua última função optámos por o colar e reerguer aproveitando um suave abatimento que se notava na área da mamoa, a três metros para norte do corredor do monumento. Ainda no interior desta anta, na zona de transição entre a câmara e o corredor registámos na face sul, um monólito de secção circular com cerca de

1 metro de altura e 40 cm de diâmetro, implantado verticalmente, que apresentava a extremidade superior algo fracturada. Afrontava este pequeno menir, do outro lado do corredor, uma laje de xisto com um comprimento a rondar os 90 cm de comprimento. Assim, parece que na construção da anta da Soalheira foram utilizados pelo menos dois menires, um de grandes dimensões e outro substancialmente mais pequeno. Mas na área agrícola da Coudelaria de Alter registámos mais duas antas que incorporam, cada uma delas, um menir reutilizado como esteio da câmara funerária. Na anta da Várzea Grande, por nós escavada, registamos a presença dum menir em granito com 2,35 metros de altura e um diâmetro máximo de 70 centímetros reutilizado como esteio da câmara. Localiza-se em posição destacada directamente a norte do esteio de cabeceira. Grosseiramente talhado não apresenta qualquer gravação. Na Necrópole Megalítica de Vale de Carreiras, no interior da mesma propriedade da Coudelaria de Alter, temos que igualmente registar outra anta, a de Vale de Carreiras II, que também possui um menir reutilizado como esteio da câmara funerária. Neste monumento não procedemos a qualquer intervenção para além da limpeza da vegetação que a envolvia.

No decurso do projecto de estudo da arte rupestre do concelho de Arronches, Projecto ARA, identificámos em 2012 o Menir de Santo Ildefonso, junto à estrada que liga a sede concelho à povoação da Esperança. A escassos 2 km de Arronches, a menos de 10 metros à direita da estrada, numa linha de cumeada, incorporado numa muito antiga linha de divisão de propriedade, hoje aramada, destaca-se um monólito de secção cilíndrica, com cerca de 60 cm de diâmetro máximo, implantado verticalmente no solo do qual aflora pouco mais do que 90 cm. Apresenta toda a superfície cuidadosamente regularizada e evidenciando especial acabamento a extremidade superior tendencialmente cónica. No prolongamento da linha de divisão de propriedade onde se integra este menir, ou a porção superior dele, observam-se outros blocos de granito de diferentes dimensões que poderão ter pertencido à parte inferior deste menir ou a outros que eventualmente aqui tivessem coexistido.

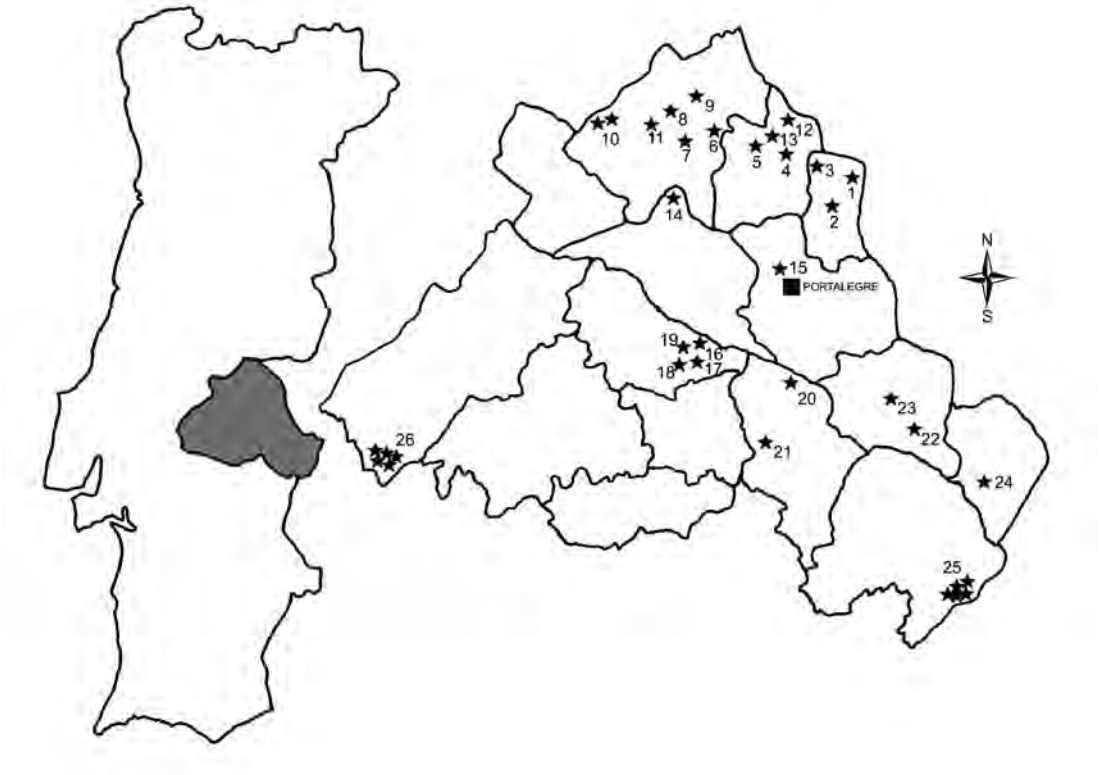


FIG. 1. Menires do Distrito de Portalegre.

Acrescentamos, assim, ao inventário dos menires que publicámos em 2000 mais um provável recinto, o da Laje da Prata (Nisa), cinco menires isolados, o da Fonte do Cão (Nisa), o do Caminho da Forca (Castelo de Vide), o do Castelo Velho (Castelo de Vide), o do Milhar da Santa (Portalegre) e o de Santo Ildefonso (Arronches) e os menires incorporados em antas situados no interior da Coudelaria de Alter, a saber, dois na Anta da Soalheira, um na Anta de Vale de Carreiras 2 e outro na Anta Várzea Grande. Actualmente, conhecem-se no distrito de Portalegre quinze menires isolados, cinco incluídos em antas, quatro grupos de menires e dois afloramentos meníricos.

MENIRES DO DISTRITO DE PORTALEGRE

N.º	MENIR	TIPO	CONCELHO	ESTADO
1	Pombais	afloramento	Marvão	*in situ*
2	Água da Cuba	isolado	Marvão	*in situ*
3	Corregedor	isolado	Marvão	deslocado
4	Carvalhal	isolado	Castelo de Vide	*in situ*
5	Meada	isolado	Castelo de Vide	*in situ*
6	Patalou	isolado	Nisa	*in situ*
7	Saragonheiros	incluído em anta	Nisa	deslocado (?)
8	Maria Dias	isolado	Nisa	*in situ*, fracturado
9	Fonte do Cão	isolado	Nisa	*in situ* (?)
10	Vale do Sobral	grupo	Nisa	*in sito* (?)
11	Laje da Prata	grupo	Nisa	*in situ* (?)
12	Castelo Velho	isolado (?)	Castelo de Vide	deslocado (?)
13	Caminho da Forca	isolado	Castelo de Vide	deslocado
14	Casa Nova	isolado	Crato	*in situ* (?)
15	Milhar da Santa	isolado	Portalegre	*in situ*
16	1 da Soalheira	incluído em anta	Alter do Chão	deslocado
17	2 da Soalheira	incluído em anta	Alter do Chão	deslocado
18	Vale de Carreira II	incluído em anta	Alter do Chão	deslocado
19	Várzea Grande	incluído em anta	Alter do Chão	deslocado
20	Sete	afloramento	Monforte	*in situ*
21	Carriha	isolado	Monforte	deslocado (?)
22	Monte do Reguengo	isolado	Arronches	deslocado
23	Santo Ildefonso	isolado	Arronches	*in situ* (?)
24	Bocada da Praça	isolado	Campo Maior	deslocado
25	Torrão	grupo	Elvas	*in situ* (?)
26	Alminho	grupo	Ponte de Sor	*in situ* (?)

O MENIR DO PATALOU

Actualizado que está o inventário dos menires conhecidos no Distrito de Portalegre queremos neste breve texto dar notícia dos trabalhos desenvolvidos, no Verão de 2015, no Menir do Patalou, localizado no concelho de Nisa. Este menir localiza-se a cerca de 5,5 km de Nisa à direita da estrada que conduz à Barragem da Póvoa. Dista da estrada, em linha recta, cerca de 200 metros

Os trabalhos que neste menir promovemos inscrevem-se no Projecto MEGANISA, apoiado pela autarquia de Nisa e devidamente aprovado pela entidade da tutela e autorizados pelo seu proprietário, Dr. José Pedro Pestana Almeida, a quem manifestamos os nossos agradecimentos. O menir do Patalou é um monólito de granito com 4 m de comprimento e 0,90 m de diâmetro máximo e um peso a rondar as 7 toneladas. Foi identificado nos finais da década de 90 do século xx por João Francisco Lopes quando caçava na Tapada da Bajanca, denominação da parcela onde se localiza o menir. Logo que identificado fomos abordados pelo seu descobridor para que confirmássemos a natureza e interesse da sua descoberta. Pela forma em que encontrava tombado, em que a base se afundava no solo mais do que a extremidade superior e pela sua posição relativa ao espaço envolvente, numa muito suave encosta virada nascente, tudo indicava que a base pouco se deveria ter deslocado do local de implantação original. Desde a primeira visita ao monumento, combinámos com o seu descobridor que o haveríamos de reerguer. Depois de dum périplo de mais de 15 anos sem conseguirmos obter os apoios necessários ao seu estudo e sem as condições necessárias para a sua erecção, fomos convidados, no ano de 2014, pela autarquia de Nisa, sob a presidência da Sr.ª Dr.ª Idalina Trindade, para prepararmos um projecto de estudo e valorização de um conjunto de monumentos megalíticos daquele concelho a incluir num roteiro turístico. Nesse grupo de monumentos incluem-se dois menires sendo que um deles é o que agora tratamos, o do Patalou.

Os trabalhos iniciaram-se com a limpeza geral do terreno envolvente ao menir a que se seguiu uma prospecção geofísica, por geo-radar, numa área de cerca de 200 metros quadrados para determinação do alvéolo original e de outras eventuais anomalias no subsolo que indiciassem acções antró-

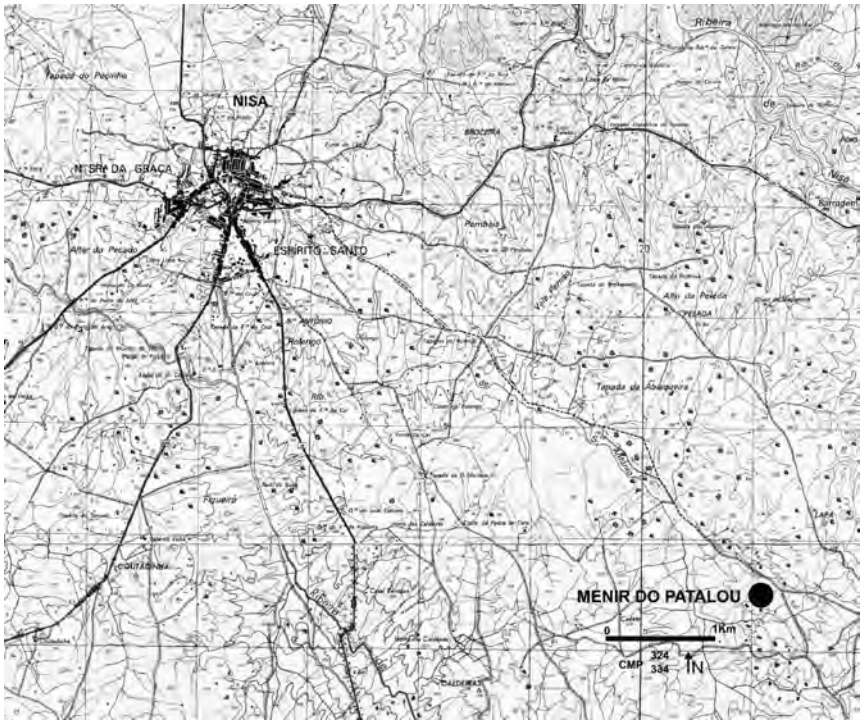


FIG. 2. Localização do Menir do Patalou sobre CMP n.º 324 /334.

picas. Os trabalhos de prospecção geofísica foram dirigidos pelos professores Bento Caldeira e José Fernando Borges da Universidade de Évora, decorrente de colaboração com o Laboratório Hércules. As imagens do rastreio permitiram de imediato identificar um significativo abatimento junto à extremidade inferior do menir que se prolongava para baixo dele. Parecia, assim, confirmar-se o que quinze anos antes tínhamos previsto, isto é, o menir tinha a parte inferior sobre o alvéolo original.

Após os trabalhos de prospecção geofísica e cotada e quadriculada de 2 × 2 metros toda área envolvente do menir iniciámos a escavação junto à sua base. Para os trabalhos de escavação contámos com a preciosa ajuda de estudantes da Universidade de Évora e Alcalá de Henares, a saber: Alexandra Anselmo, Arlindo Garnacha, Catarina Oliveira, Filomena Torres, Frederico Vieira, Irene Salinero, Pedro Parreira e Ruben Barbosa e Rui Pencas, a quem agradecemos. Os trabalhos de escavação destinavam-se a identificar o alvéolo original, a recolher eventuais testemunhos que nos possibilitassem datar e compreender o contexto cultural desde monumento. Tínhamos, também clara consciência que não queríamos esgotar toda a informação disponível e paralelamente pretendíamos não afectar totalmente o jovem sobreiro que junto ao menir cresce. Assim, organizámos a rede de quadrículas a partir de dois eixos ortogonais orientados respectivamente a norte-sul e este-oeste magnéticos em que o ponto de intersecção permitia que a extremidade inferior do monumento ficasse incluída numa das quadrículas de 2 × 2 metros de lado. Desta forma criámos uma área de reserva científica o mais próximo possível do local onde se levantava originalmente o menir e ao mesmo tempo preservava-se a integridade da maior parte da sistema radicular da sobreira. Escavámos, assim, três quadrados de 2 × 2 metros de lado, a saber M15, no qual se localiza a área principal do alvéolo, N15 e N14. O quadrado M14 manteve-se como reserva científica. O menir estava tombado a 110º em relação ao Norte magnético, mantendo a base, tal como se veio posteriormente a verificar sobre o alvéolo original.

A escavação desenvolveu-se inicialmente apenas nos quadrados M15 e N15, por forma a manter o menir no seu local até se identificar a fossa de implantação. Pela prospecção geo-física já se suspeitava que não se iriam registar blocos de pedra no interior do alvéolo, o que se veio a confirmar no decurso da escavação. Identificaram-se três unidades estratigráficas que correspondem a uma inicial com uma potência média de 16 cm, formada por terra castanha com abundantes raízes e bastante solta. Seguiu-se a segunda unidade, regularmente mais fina, constituída por terra mais compacta, com uma potência média de 12 cm. Nesta unidade identificámos alguns fragmentos de cerâmica, muito rolados, assumidamente pré-histórica, mas devido à sua pequena dimensão foi impossível definir a sua forma. Por fim, entrámos na terceira e última unidade estratigráfica, formada por terra muito compacta e clara, de calibre muito fino, com aspecto argiloso, que preenchia totalmente a fossa de implantação do menir. Esta unidade apresentava uma potência muito irregular acompanhando a modelação que o substrato rochoso apresentava devido à sua escavação para implantação do menir. Assim, na zona mais profunda do alvéolo esta unidade atingiu os 70 cm esbatendo-se para a periferia. Nesta unidade, praticamente sob na face sul do menir, e a 55 cm de profundidade, identificámos um bloco de corneana, com 32 cm de comprimento, por 14 cm de largura e 10 cm de espessura máximos, rudemente talhado para conformar um gume onde se observam evidentes sinais de desgaste. Esta peça parece ter servido para abrir o alvéolo do menir e posteriormente abandonada no local. Situação idêntica já tínhamos detectado durante a escavação do menir da Água da Cuba, em Marvão, onde se identificou um bloco de corneana em situação idêntica e com características semelhantes, embora mais pequeno, proporcional à dimensão do alvéolo e respectivo menir. Para se poder continuar a definir totalmente o alvéolo houve necessidade de se retirar o menir do local onde se encontrava, o que foi efectuado recorrendo-se a uma máquina cedida pela autarquia. Libertada a área de escavação e no interior do alvéolo, praticamente na sua base, identificou-se uma pequena lamela em sílex apontada, de bordos não retocado e mais dois peque-

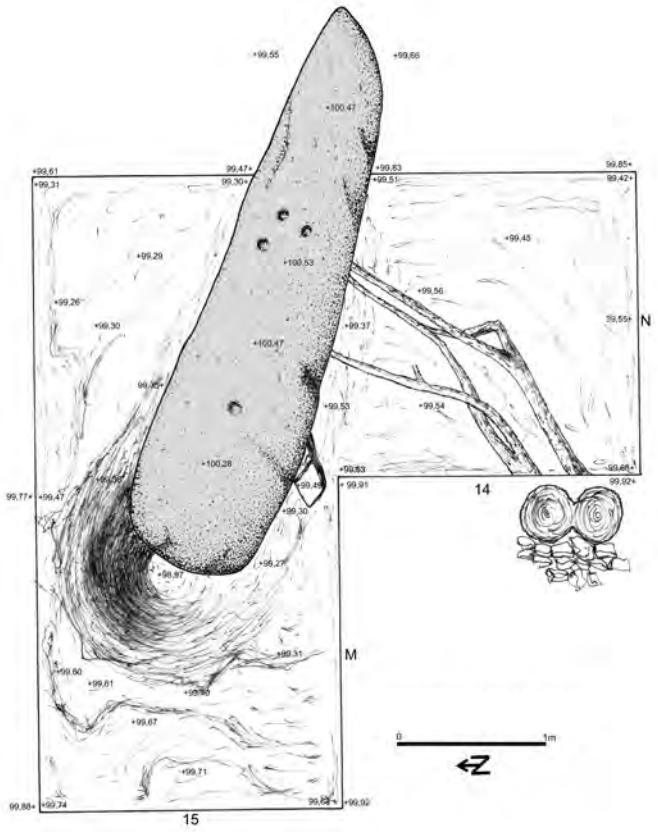


FIG. 3. Menir do Patalou – planta da área escavada.

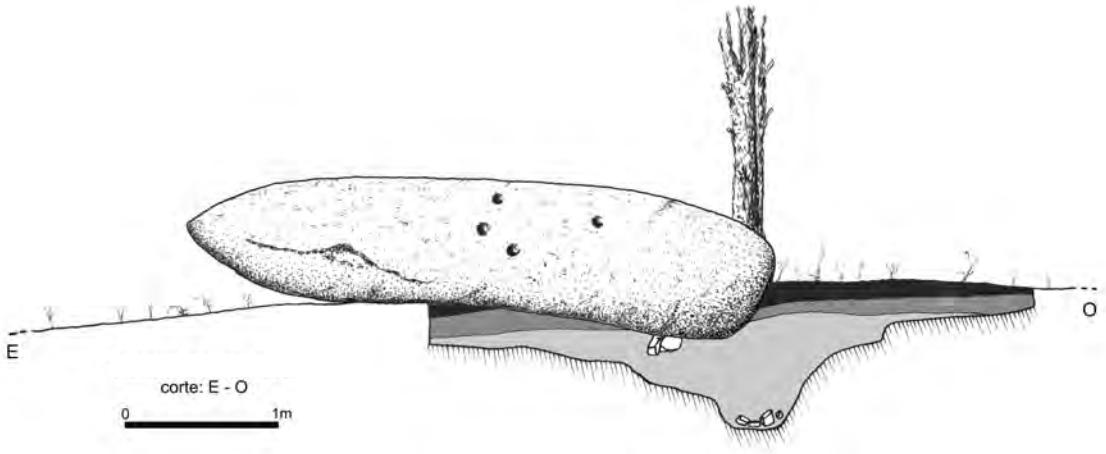


FIG. 4. Menir do Patalou – Corte E-O.

nos raspadores, igualmente em sílex. Na zona mais profunda do alvéolo, a 82 cm de profundidade, em M15, envolvida por uma espessa concentração de argila recolheu-se uma pequena porção de madeira carbonizada que foi submetida a datação por radiocarbono vindo a fornecer a seguinte data: Beta-416341: 5420 ± 30BP, que calibrada resulta em Cal BC 4340 a 4235 (Cal BP 6290 a 6185).

Definido o alvéolo no interior da área de escavação, observou-se uma fossa muito irregular mas tendencialmente oval no sentido nascente poente, aberta no substrato granítico, algo alterado, com uma profundidade máxima em relação ao nível da superfície actual de 95 cm e um diâmetro

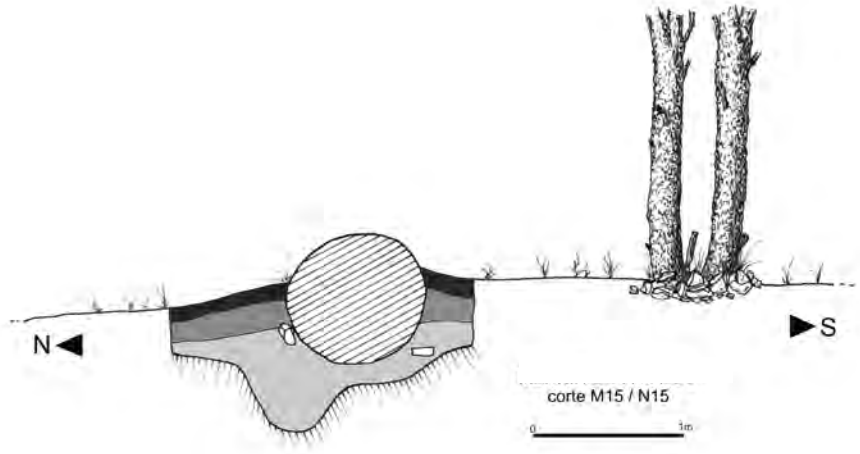


FIG. 5. Menir do Patalou – Corte N-S.

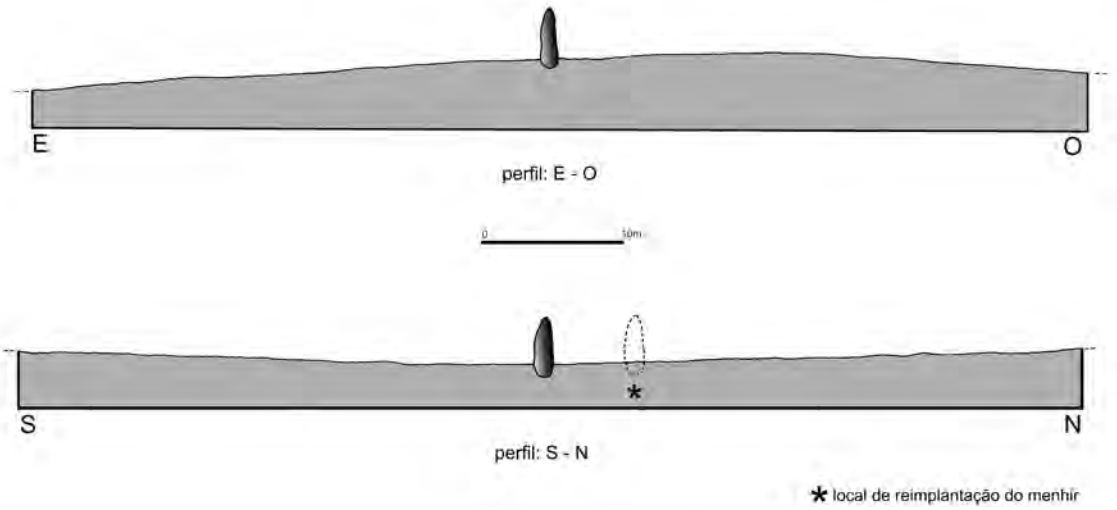


FIG. 6. Menir do Patalou – Perfis do terreno: E-O e S-N.

máximo de 135 cm no sentido E-O por 115 cm no sentido N-S. A zona mais profunda do alvéolo definia uma concavidade, igualmente ovalada, simétrica à orientação geral do alvéolo com cerca de 12 cm de profundidade por um diâmetro máximo de 30 cm. Esta reduzida obturação deverá ter resultado dum erro de cálculo dos que ergueram o menir porque pelas suas dimensões não teria capacidade para acolher a volumosa base do menir. No interior desta concavidade identificámos cinco pequenos blocos de granito que provavelmente aí foram colocados para apoiar a base do menir, em fase de ereção. Tal como a restante área do alvéolo também esta obturação estava preenchida de terra argilosa muito compacta. Denotava-se na rocha de base os negativos ou sinais da sua obturação, perfeitamente correspondentes ao trabalho de um instrumento pesado e pouco cortante, o que corresponde plenamente ao artefacto de corneana identificado no interior do alvéolo.

Concluída a escavação pretendia-se, de seguida, criar as condições para a reereção do menir no interior do alvéolo original, utilizando a mesma técnica detectada, isto é, apenas a terra original novamente compactada, sem recurso a outro ligante ou pedras de contrafortagem. Contudo, essa pretensão obrigava, em primeiro lugar, ao aprofundamento do alvéolo original, porque a actual

FIG. 7. Menir do Patalou – antes da escavação.

FIG. 8. Menir do Patalou – escavação do alvéolo.

potência de solo neste local é já insuficiente para manter erecto um menir com 4 metros de altura. Assim teríamos que destruir o testemunho com a modelação do alvéolo original e por outro lado, em breve a estabilidade do menir iria ser novamente afectada pelas raizas da sobreira que a menos de dois metros se ergue. Haveria sempre a solução de solicitar autorização à Direcção Geral de Florestas para se abater esta jovem sobreira e pagar a natural indemnização aos proprietários. Perante estes naturais constrangimentos contactámos o Doutor Nelson Almeida da DRCALEN e em conjunto decidimos reerguer o menir a 6 metros para norte do alvéolo original, mantendo o mesma linha de posicionamento em relação ao anfiteatro natural na suave pendente virada a nascente. Este novo posicionamento foi igualmente avaliado tendo em atenção o afastamento doutra jovem sobreira que se localiza mais a norte e depois de termos avaliado mecanicamente a potência do solo para pode acolher, com estabilidade necessária, o menir do Patalou. Abriu-se, assim, com recurso a uma máquina uma fossa com cerca de 85 cm de profundidade, e um diâmetro de máximo de 120 cm onde se veio a reimplantar o menir sendo compactado com pó grosso de pedra granítica (tuvenan) trazido duma pedreira de Alpalhão regado com água e compactado por compactador mecânico. Man-

FIG. 9. Menir do Patalou – lamela de sílex encontrada no interior do alvéolo.

FIG. 10. Menir do Patalou – área escavada.

teve-se a exacta posição que foi possível reconhecer no menir quando se encontrava no local original e ficou incluso no alvéolo cerca de 80 cm, correspondente à porção que se nos afigurava que, inicialmente, deveria ter estado soterrada. Esta medida estava, no nosso entender, registada na superfície do menir. Na verdade, era visível na parte que se encontrava em contacto com o solo, logo menos afectada pelos elementos, uma área de cerca de 85 cm na zona da base que se apresentava particularmente regularizada. Correspondia, no nosso entender à zona que ficou sempre protegida desde a sua origem. Numa primeira fase ficou inclusa no alvéolo e posteriormente, quando o menir tomba, essa porção mantem-se protegida sob o peso das quase 7 toneladas que o menir pesa. Estamos mais que seguros que a queda do menir ocorreu ainda durante a Pré-História, atendendo à presença das covinhas, exclusivamente na superfície exposta e à diferença do estado de conservação entre a superfície exposta e a que se manteve em contacto coma terra. A área da escavação depois de fotografada, desenhada e cotada foi coberta com manta geotêxtil e recoberta com a terra anteriormente crivada que daí tínhamos retirado. No local onde se ergueu originalmente o menir, implantámos um marco de granito com cerca de 1,40 de comprimento, onde gravámos, na parte superior, a data de 2015. Junto à sobreira implantou-se uma mesa explicativa na qual se descrevem os trabalhos realizados no menir e em torno dele definiu-se uma estreita área simbólica de protecção delimitada por quatro postes de madeira unidos por uma corda. O acesso público ao menir foi formalmente inaugurado, em sessão pública nocturna, no dia 26 de Setembro de 2015. Pela descrição da estratigrafia acima referida facilmente se compreende que a erecção original do menir do Patalou que ocorreu em meados do 5.º milénio antes de Cristo foi antecedida da abertura duma fossa de forma oval, alongada no sentido nascente-poente. Esta fossa cuja profundidade original hoje já não nos é possível determinar com precisão devido à natural redução da potência de solo penetrou, contudo, no substrato rochoso, composto por granito alterado. A escavação na rocha que na zona mais profunda atingia os 42 cm, terá sido efectuada com recurso ao artefacto acima descrito. Transportado o menir para o local terá sido implantado por arraste, no sentido poente-nascente e depois de posto provavelmente na vertical, ou hipoteticamente levemente inclinado em direcção ao nascente, foi estabilizado no interior do alvéolo com recurso a uma massa de argila e pequenos fragmentos de granito resultantes da fractura da rocha de base durante a escavação.

Esta massa, seguramente compactada com recurso a água, terá garantido a estabilidade do menir até que intencionalmente terá sido tombado nos alvores do Calcolítico.

A escolha do local de implantação, compreendida exclusivamente numa perspectiva de pequena escala, resultou duma cuidadosa observação e conhecimento do território por parte da comunidade que durante o Neolítico aqui ergueu o menir. Numa paisagem em suave anfiteatro aberto a nascente, depurado de afloramentos rochosos espreitando ao longe as cristas quartzíticas onde hoje se erguem Marvão e Castelo de Vide os erectores do menir do Patalou quiseram erguê-lo, seguindo o normativo que se utilizava à época, pelo menos nesta zona, para a erecção de menires. Rejeitaram assumidamente a linha de cumeada, que lhe conferiria muito mais visibilidade e optaram por e implantá-lo quando o terreno começa a descair, suavemente, em direcção a nascente. Se a opção pela encosta nascente é perfeita assumida, o posicionamento em relação ao eixo norte-sul também não foi menorizado. Os erectores do menir procuraram centrá-lo entre as duas suaves cumeadas que definem o anfiteatro envolvente. Poderemos assim dizer que o menir do Patalou, tal como a maior parte destes monumentos, posiciona-se em local de destaque, no centro dum anfiteatro natural, virado a nascente. A clara rejeição pela linha de cumeada poderá estar relacionada com toda a cenografia que, em matéria eventualmente perecível, enquadraria o monumento numa

FIG. 11. Menir do Patalou – fase da reereção.

FIG. 12. Menir do Patalou – após a reereção vendo-se à esquerda da imagem o marco identificador da implantação original do menir.

relação com o nascente e onde a comunicação sonora entre actores e espectadores, durante as cerimónias que aqui ciclicamente existiriam, não seria negligenciável, facilitada pelo efeito de anfiteatro que o local propicia. O menir do Patalou que possui um comprimento máximo de 397 cm, tem um diâmetro máximo de 107 cm e pesa cerca de 6800 kg. Apresenta uma forma cilíndrica que estreita na parte superior, onde se evidencia a ausência de uma porção, por fractura, que terá ocorrido há muito tempo, mas que não lhe altera a configuração tendencialmente fálica. A base apresenta uma forma em calote de esfera, levemente abatida. A superfície que se encontrava exposta aos elementos apresenta-se substancialmente menos regularizada do que a porção que se encontrava em contacto com a terra. Mesmo nesta zona, menos alterada, evidencia-se a porção inferior, em cerca de 85 cm de comprimento, que corresponde à parte que originalmente estaria inclusa no alvéolo onde se denota uma cuidadosa regularização da superfície. Assim, poderemos dizer que, originalmente, todo menir apresentaria uma superfície muito regularizada, quase polida. Observam-se, contudo, sobretudo na parte superior do menir, quer na área melhor conservada, quer na mais erodida, ténues sinais de gravações que parecem configurar serpentiformes. Na superfície mais erodida, que corresponde à face exposta após a queda, observam-se quatro explícitas covinhas e eventualmente sinais de uma outra, numa zona em que a superfície se encontra mais degradada. Como acima afirmámos estas covinhas abertas por martelagem e posterior abrasão apenas se observam na superfície que se encontrava exposta após a queda, portanto na zona mais erodida. Igualmente, também as covinhas expressam sinais da erosão natural o que nos garante que foram efectuadas, provavelmente, logo após a queda do menir. Originalmente o menir do Patalou possuía as seguintes coordenadas: 39º 28.960' N; 07º 35.635' W. A nova localização, 6 metros para norte, possui as seguintes coordenadas: 39º 28.963' N; 07º 35,636' W.

AS CRONOLOGIAS

Se monumentos enigmáticos existem os menires serão seguramente um deles. Em torno destes testemunhos colocam-se variadíssimas questões desde a sua funcionalidade e simbologia, quer quando isolados, quer quando em grupo, ou à sua relação com o espaço, ou com os astros. A sua reutilização funcional ou meramente decorativa tem contribuído ainda mais para levantar e aprofundar estas e outras questões. Praticamente desde as primeiras referências científicas a estes monumentos que se procedeu à sua colagem crono-cultural ao megalitismo funerário, especialmente o dolménico, estabelecendo-se uma estreita relação de continuidade funcional, mas sobretudo simbólica. Mas se logo desde os inícios dos estudos sobre megalitismo funerário se ensaiaram várias esquematizações evolutivas para as sepulturas, independentemente da existência de datas absolutas, no que aos menires diz respeito apenas se ensaiaram algumas possibilidades de posicionar culturalmente em universos separados os menires em grupo dos menires isolados. Naturalmente que várias razões se podem identificar para justificar a ausência de reflexões mais profundas sobre esta matéria, comparativamente, por exemplo, ao megalitismo funerário. Das principais convém destacar o número muito reduzido de menires em relação aos sepulcros e, por consequência, um muito menor conjunto de trabalhos realizados, ou investigadores que sobre eles se tivessem debruçado. Veja-se, a título de exemplo, como o Casal Leisner, que praticamente escrutinou todo o megalitismo funerário peninsular e que estranhamente quase ignorou a presença de menires. Por outro lado, poderemos também relacionar algum desinteresse por estes monumentos, ou por estarem maioritariamente tombados, ou por teoricamente nenhum espólio a eles estar associado. Praticamente só a partir dos finais da década de setenta do século XX é que se iniciaram trabalhos de escavação, cientificamente e directamente dirigidos a menires. Infelizmente, ou porque os alvéolos estavam muito

remexidos, ou porque, na verdade, nenhuma matéria orgânica se tivesse preservado foi necessário efectuarmos a escavação e reabilitação do Menir da Meada (Castelo de Vide), em 1993, para conseguirmos obter uma datação absoluta. Tratava-se duma amostra de carvão recolhida no fundo do alvéolo, encostado ao menir, em zona perfeitamente conservada, sob os blocos que calçavam o monumento e envolta em argila. Essa amostra submetida a datação por radiocarbono forneceu a seguinte data: Utc-4452: 6022 ± 40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC. Quando em 1996, no decurso do 1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo, realizado em Monsaraz, divulgámos publicamente esta data a incredibilidade e a estupefacção foi geral entre os investigadores presentes. Em fase de discussão alguns desses colegas aí presentes ainda tentaram, por diversas formas, colocar em causa a credibilidade da amostra. Contudo, a partir desse momento, a contemporaneidade dos menires e das antas começou claramente a ser questionada, sobretudo em relação aos monumentos funerários mais complexos, ainda que já anteriormente e apenas por via de análises estratigráficas se reconhecesse alguma anterioridade dos menires em relação aos dólmenes. Aqui devemos destacar o singular monumento da Granja de S. Pedro, em Idanha-a-Nova. Em boa verdade os investigadores que o estudaram afirmaram peremptoriamente que os menires já aí se encontravam quando o sepulcro foi construído (Almeida e Ferreira, 1971). Outros estudos entretanto promovidos vieram reforçar o mais que provável posicionamento dos menires no Neolítico mais antigo. Toda a polémica que se gerou em torno dos Menires do Padrão a propósito da ligação cultural dos menires com os carvões da camada C2 que foi possível datar de meados dos 6.º milénio (5480-5242 cal AC; 5580-5350 cal AC) (Gomes, 1997, p. 176), ou os materiais atribuídos ao Neolítico antigo identificados junto aos menires da Caramujeira (Gomes, 1997, p. 175), ainda que muito contestados e objecto de várias revisões e interpretações, somados às informações decorrentes dos trabalhos efectuados nos recintos megalíticos de Almendres e Portela de Mogos, junto dos quais se registaram ocupações atribuíveis, igualmente, ao Neolítico antigo, vinham, gradualmente, a reforçar a percepção da grande antiguidade destes monumentos. Se a data do menir da Meada foi então considerada duvidosa por ser muito mais antiga em relação ao espectável, todas as outras entretanto obtidas, maior controvérsia ainda geraram porque apenas, de uma forma indirecta, se podiam ligar aos menires. No decurso da recente escavação e recuperação do menir do Patalou foi possível recolher e datar uma amostra de madeira carbonizada obtida no interior do alvéolo que forneceu a seguinte data: Beta-416341: 5420 ± 30BP, que calibrada resulta em Cal BC 4340 a 4235 (Cal BP 6290 a 6185). Com esta data agora obtida valida-se a que já anteriormente possuíamos para o Menir da Meada (Utc-4452: 6022 ± 40 BP, que calibrada a 2 sigmas resultou em 4810 a 5010 cal BC), cuja amostra de carvão foi recolhida em situação e contexto idêntico, confirma-se o posicionamento cultural dos menires no seio do Neolítico antigo e reafirma-se a anterioridade dos menires em relação, pelo menos, à fase plena do megalitismo dolménico. O curto afastamento cronológico do menir da Meada, cerca 550 anos mais antigo do que o do Patalou, poderá explicar a diferença volumétrica entre dois menires que se distanciam entre si pouco mais de 10 km? O menir da Meada com 7,52 metros de altura e quase 18 toneladas de peso assume-se como o maior da Península Ibérica e consubstanciará, naturalmente, um momento de apogeu dos rituais subjacentes a estas manifestações. Cerca de 550 anos depois, a curtíssima distância, em contexto ambiental idêntico, ergue-se outro menir, apenas com 4 metros de altura e a rondar as 7 toneladas. Poderá esta acentuada diferença volumétrica e consequentemente implicando metade do investimento energético necessário à sua erecção, revelar já algum declínio destas práticas rituais, pouco mais de 500 depois do seu apogeu? Se o estudo do menir do Patalou veio ajudar a resolver algumas das grandes dúvidas que em torno destes monumentos se colocavam, certamente que estimulará o reposicionamento de muitas mais que continuarão a aguardar resposta e que gostaríamos de aqui desenvolver mas que o limite de páginas imposto nos impossibilita.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, J. M. de (1940) – O Menir de Luzim (Penafiel), *Gongresso do Mundo Português, Memória e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História*, vol I.

Almeida, F; Ferreira, O. V. (1971) – Um monumento pré-histórico na Granja de S. Pedro (Idanha-a-Velha), *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, 2.º Vol., Lisboa.

Barata, J. P. M. (1965) – O Menir da Meada, *Ethnos*, 4, Lisboa.

Calado, M. Rocha, L. (2006) – Menires e Neolitização: história da investigação no Algarve, *Actas do 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Rev. Xelb n.º 7, Silves.

Caninas, J. C. P.; Henriques, F. J. (1985) – Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa, in *Actas das 1.as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano,* Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.

Caninas, J. C. P. ; Henriques, F. J. (1987) – Megalitismo de Vila Velha de Ródão e Nisa, in *Arqueologia no Vale do Tejo,* I.P.P.C., Lisboa.

Carballo, G. M. (1983) – Menires de Valencia de Alcantara, *BoleIm de la Asociacíon Espanola de Amigos de la Arqueologia,* n.º 17, Junio, Madrid.

Carvalho, J. (2000) – O Menir do Castelo Velho, *Ibn Maruán*, n.º 9/10, C. M. de Marvão/Ed. Colibri, Lisboa.

Costa, F. A. P. da (1868) – *Monumentos Prehistoricos – Descripção de alguns Dolmins ou Antas de Portugal*, Typ. da Acad. Real das Sciências.

Dias, A. C.; Oliveira, J. M. (1981) – *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão,* Assembléia Distrital de Portalegre, Portalegre.

Dieguez Luengo, E. (1965) – Nuevas Aportaciones a la prehistoria de Extremadura, *Zephyrvs,* XVI, Universidad de Salamanca, Salamanca.

Dieguez Luengo, E. (1976) – Los Dolmenes de Valencia de Alcântara, in *V Congreso de Estudios Extremeños,* Badajoz.

Gomes, M. V. (1986) – O Cromeleque da Herdade dos Cuncos, *Almansor*, n.º 4. Montemor-o-Novo.

Gomes, M. V. Cabrita, L. M. (1997) – Dois novos povoados neolíticos com menires no Barlavento Algarvio. *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Setúbal Arqueológica*, XI-XII, Setúbal.

Gomes, M. V.; Monteiro, J.P.; Serrão, E. C. (1987) – A estação pré-histórica da Caramujeira – trabalhos de 1975-76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa.

Gonçalves, J. P. (1970) – Menires de Monsaraz, *Arqueologia e História*, 9.ª série, vol. II.

Henriques, F. J. R.; Caninas, J. C. P. (1980) – Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, N.R.I.A. Vila Velha de Rôdão.

Henriques, F. J. R.; Caninas, J. C. P. (1986) – Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, N.R.1.A. Vila Velha de Ródão.

Leisner, G.; Leisner, V. (1943) – *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel: Der Suden,* Walter de Gruyter, Berlin.

Leisner, G.; Leisner, V. (1956) – *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel Der Westen (1)*, Walter de Gruyter, Berlin.

Leisner, G.; Leisner, V. (1959) – *Die Megalithgraber Iberischen HalbinseL Der Westen (2),* Walter de Gruyter, Berlin.

Leisner, G.; Leisner, V. (1965) – *Die Megalithgraber Jberiscishen Halbinsei Der Westen (3),* Walter de Gruyter, Berlin.

Monteiro, J. P.; Gomes, M. V. (1977) – Os Menires da Charneca do Vale do Sobral – Nisa, *Revista de Guimarães,* LXXXVII, Guimarães.

Oliveira, J. de (1985) – O Menir da Água da Cuba – Marvão, *Actas das 1.as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano,* Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.

Oliveira, J. de (1986) – *A Estela Decorada da Tapada da Moita,* Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Oliveira, J. de (1990) – Aspectos do Megalitismo no Nordeste Alentejano *in Actas do 1.º Encontro Regional de História,* Universidade de Évora, Évora.

Oliveira, J. de (1993) – Conservação de Monumentos Megalíticos – Aspectos de uma problemática, *Correio da Natureza,* n.º 17, Serviço de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.

Oliveira, J. de (1993) – O Rio Sever e as Fronteiras no 3.º Milénio a.C., *Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço,* C. M. de Vila Velha de Ródão.

Oliveira, J. de (1995) – A Recuperação do Menir da Meada – Castelo de Vide, *Ibn Maruán,* n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.

Oliveira, J. de (1996) – Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede, *Ibn Maruán* n.º 6, Câmara Municipal de Marvão. (em colaboração com António Bairinhas e Carmen Balesteros).

Oliveira, J. de (1998) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Ed. Colibri, Lisboa.

Oliveira, J. de; Oliveira, C. de (2000) – Menires do Distrito de Portalegre, *Ibn Maruán*, n.º 9/10, C. M. de Marvão/ Ed. Colibri, Lisboa.

Rodrigues, M. da C. M. (1975) – *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide,* Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa.

Veiga, S. F. M. E. da (1886) – *Antiguidades Monumentais do Algarve – tempos prehistoricos*, vol. I, Lisboa.

PERCORRENDO ANTIGOS [E RECENTES] TRILHOS DO MEGALITISMO ALENTEJANO

LEONOR ROCHA[1]

RESUMO

Os trabalhos de escavação arqueológica realizados nas últimas duas décadas pela signatária e o estudo de trabalhos antigos permitiu-nos perceber que os monumentos megalíticos funerários, uma vez construídos puderam, nalguns casos, possuir uma longa diacronia de reutilizações. Apresenta-se aqui uma breve síntese de monumentos, situações e espólios.

ABSTRACT

The archaeological excavation carried out in the last two decades by the author, as well as the study of data resulting from early works, allows us to understand that the megalithic monuments after being built have, in some cases, a long diachronic of reuses. Here is presented a brief summary of monuments, contexts and archaeological artefacts.

1. INTRODUÇÃO

A presente reflexão procede dos inúmeros projetos de investigação que tenho desenvolvido, ao longo das últimas décadas (desde 1993), no Alentejo (Mapa 1). Estes incidiram, fundamentalmente, no estudo do megalitismo funerário, seja através da escavação de monumentos funerários, seja na reanálise dos dados provenientes de trabalhos desenvolvidos anteriormente por outros investigadores, como sejam Vergílio Correia (Correia, 1921) ou Manuel Heleno (Rocha, 2005).

O megalitismo funerário alentejano padece de vários problemas derivados essencialmente do conjunto (significativo) de monumentos escavados na primeira metade do século XX. Vergílio

[1] CHAIA / Universidade de Évora
lrocha@uevora.pt

Correia publicou os seus trabalhos sobre o megalitismo de Pavia, em Espanha. Não obstante a enorme importância do seu trabalho, a sua análise deu pouca relevância ao estudo do espólio na sua relação com a arquitetura dos monumentos, fundamental para compreender eventuais diacronias de utilização e reutilização (Correia, 1921).

Manuel Heleno, pese embora o facto de não ter publicado as suas intervenções, refere (e comenta), nos seus Cadernos de Campo, evidências de reutilizações nos monumentos que escavou, quer a nível dos espólios quer das próprias arquiteturas, procurando compreender as suas sequências de utilização (Rocha, 2005).

Também nos trabalhos que realizei, excluindo os monumentos que devido ao seu mau estado de conservação não se pôde obter dados conclusivos, pude verificar a existência de materiais e alterações estruturais que comprovam usos reiterados do espaço sepulcral inicial, tal como tinha sido identificado por outros investigadores, nomeadamente o Prof. Victor Gonçalves, em Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1999).

MAPA 1. Indicação da área em estudo.

2. MONUMENTOS: ARQUITETURAS E ESPÓLIOS *VERSUS* CRONOLOGIAS

Numa abordagem às arquiteturas dos monumentos megalíticos devemos, em primeiro lugar, entender que a sua biografia não se esgota na sua construção e utilização original. Como referem Jean-Pierre Mohen e Chris Scarre «*cada sepultura possui a sua própria história. Esta história decompõe-se em três etapas. A função original, tal como foi planificada pelos construtores (.../...) por vezes impossível de apreender. As utilizações posteriores misturam os traços da primeira ocupação (.../...) a escavação constitui a última etapa*» (Mohen e Scarre, 2002, p. 142).

Os dados compilados no decurso dos meus trabalhos, testemunham diferentes momentos da vida destes monumentos, resultante da «atração» que os mesmos exerceram sobre as populações que foram habitando estes espaços ao longo dos tempos. Esta traduz-se, frequentemente na sua reutilização, a qual se pode expressar em duas situações distintas; (i) a nova ocupação do espaço respeita as anteriores tumulações anteriores ou (ii) a nova utilização vandaliza e destrói completamente os enterramentos anteriores. A primeira situação aparece ser a mais frequente até à Idade do Ferro, a segunda generaliza-se a partir do período Romano.

Neste contexto, aparentemente, as pequenas sepulturas são aquelas que menos alterações sofreram. As antas de corredor, por outro lado, apresentam uma maior variabilidade de afetações, seja pela destruição de partes dos monumentos, seja pela sua reutilização/remodelação, com a construção de nichos, compartimentos, estruturas anexas, entre outras, como exemplifica a anta do Olival da Pega 2, (Gonçalves, 1999), em Reguengos de Monsaraz (Fig. 1). Os dados compilados nos Cadernos de Campo de Manuel Heleno (Rocha, 2005) indiciam que estas alterações surgem muito cedo, possivelmente logo no Calcolítico (Tabela 1).

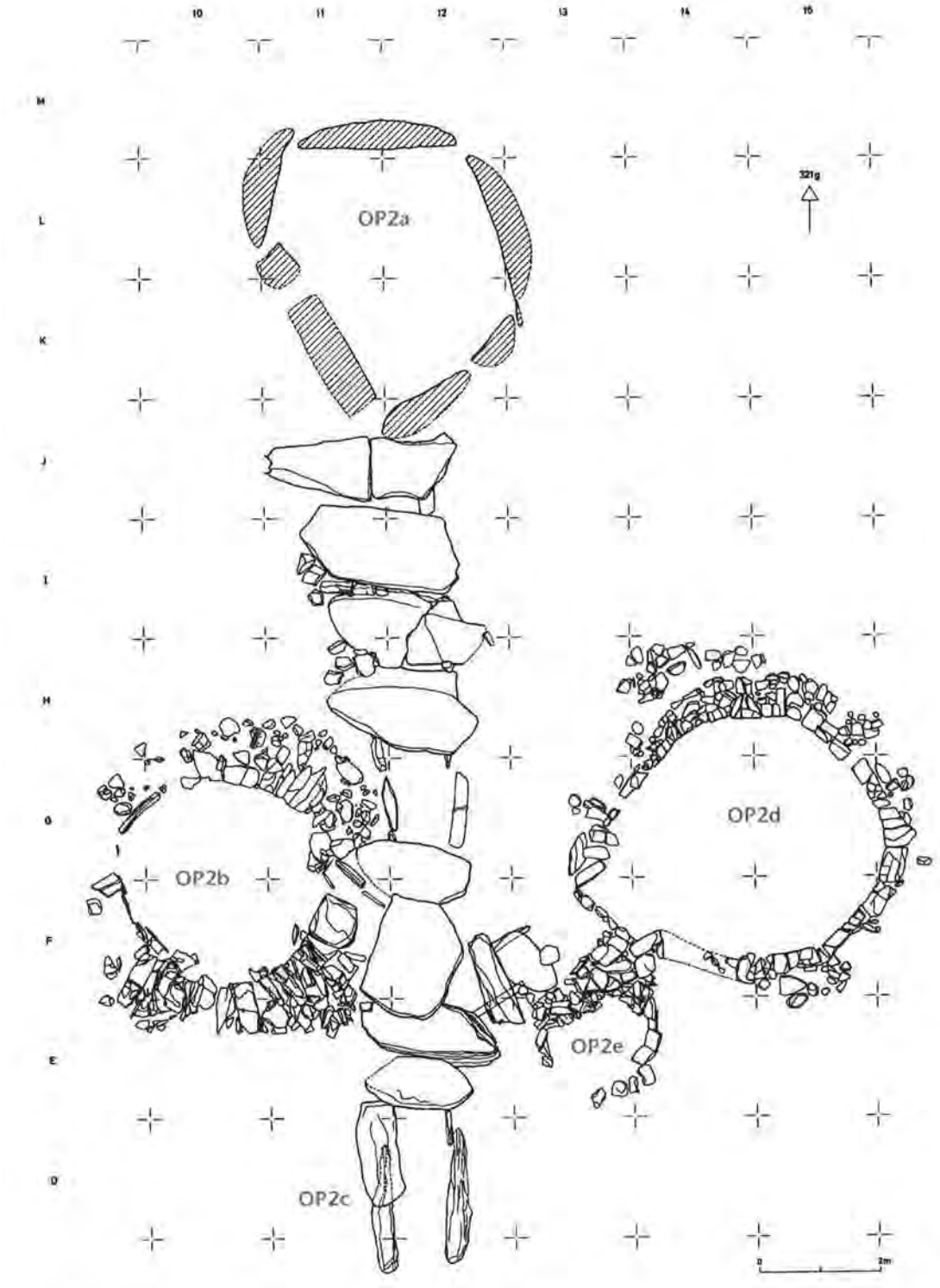


FIG. 1. Planta da anta de Olival da Pega 2 (Reguengos de Monsaraz) e monumentos anexos. (Sgd. Gonçalves, 1999).

TABELA 1. MONUMENTOS COM OUTRAS ESTRUTURAS ANEXAS, SEGUNDO M. HELENO (ROCHA, 2005)

SÍTIO	TIPO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
Anta Grande da Comenda da Igreja	Nicho (resguardado por 2 esteios)	Corredor – junto entrada da câmara	Neo-calcolítico
Anta A do Paço	Caixas (cistas?)	Mamoa, dos dois lados do corredor	Neo-calcolítico
	Nichos/ sepulturas	Corredor/ Mamoa	
Anta do Tanque Velho	Nicho (formado por 3 pedras)	Corredor	Neo-calcolítico
Anta do Curral da Mosca	Nicho (exterior, junto esteios de cabeceira)	Câmara	Neo-calcolítico
Anta do Cabeço da Areia	Nicho (formado por 3 pedras, junto esteio cabeceira)	Câmara	Neo-calcolítico
Anta 3 das Casas de Baixo	Sepultura	Mamoa – lado Este, sequência da anta	Visigótica
Anta 1 de Bertiandos	Nichos (1 construído com a colocação de uma pedra perpendicular ao esteio)	Câmara e Corredor	Neo-calcolítico
Anta do Monte das Pedras	Sepultura (construída com tijolos)	Corredor (entrada)	Romano
Anta 2 de Batepé	Nicho	Corredor	Neo-calcolítico
Anta 1 do Barrocal	Nicho	Câmara	Neo-calcolítico
Anta 3 do Barrocal	Nicho	Corredor	Neo-calcolítico
Anta 2 Amendoeira	Nicho	Corredor	Neo-calcolítico
Anta 7 do Deserto	Nicho	Câmara	Neo-calcolítico
Anta da Lebre	Nicho (com pedra colocada a fazer ângulo reto com o esteio de cabeceira)	Câmara	Neo-calcolítico
Anta 2 dos Oiteirões	Nicho (com pedra com covinhas, pintadas, a partir do esteio de cabeceira, formando ângulo reto)	(?)	Neo-calcolítico

Em relação aos espólios, Manuel Heleno escreveu nos seus Cadernos de Campo apontamentos e descrições curiosas sobre alguns materiais recolhidos no interior das antas que escavou. Embora alguns sejam referências bastante ambíguas, como por exemplo «*fragmento de cerâmica, com um mamilo estreito e comprido*» (Rocha, 2005, vol. 2, p. 19) ou «*há um caco com estrias. Antigo ou moderno?*» (*Idem, Ibidem*, p. 25), temos noutros casos, anotações muito precisas que comprovam as reutilizações posteriores dos monumentos (Tabela 2).

TABELA 2. MONUMENTOS COM ESPÓLIOS DE CRONOLOGIAS POSTERIORES, SEGUNDO M. HELENO (ROCHA, 2005)

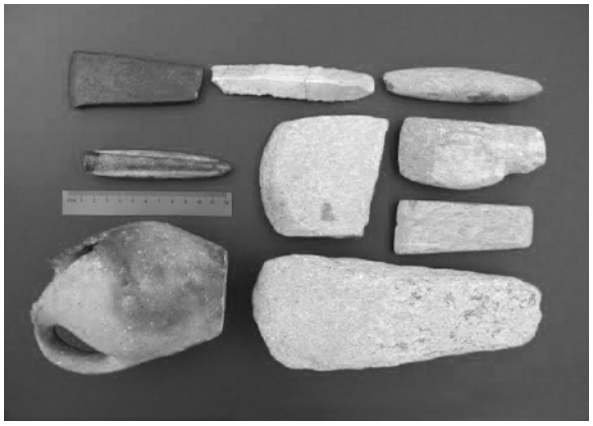
SÍTIO	TIPO	LOCALIZAÇÃO	CRONOLOGIA
Anta A do Paço	Ceitil Cerâmica grosseira	Corredor	Romano/ Moderno
	Vaso com asa	Corredor	Idade do Ferro/ Romano
	Punhal metal (ferro)	Câmara	
Anta da Velada	Moeda de 5 reis de D. Carlos – 1891	Câmara	Contemporâneo
	Vaso de fundo plano	Corredor	(?)
Anta do Chapelar	Cerâmica grossa d e potes; mó	Mamoa	Romano ou posterior
Anta do Arneiro dos Pinhais	Cerâmica; Vidro; ânfora; 6 moedas	(?)	Romano
Anta do Vale do Cordeiro	Metal (cobre?)	Câmara	(?)
Anta do Monte de Cima	Ponta de seta em cobre	Câmara	(?)
Anta 3 Casas de Baixo	Bilha com asas e bico perpendiculares; uma fíbula; um botão	Sepultura	Visigótica
Anta 2 Lobeira de Cima	Cerâmica	(?)	Romano
Anta 2 do Varela	Cerâmica; *Tegulae*	(?)	Romano
Anta do Curral da Antinha	Metal	(?)	Calcolítico/Bronze (?)
Anta1 do Garcia	Metal	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
Anta 2 de Batepé	Fivela de cobre	Mamoa	Calcolítico/Bronze (?)
	Ponta de seta de cobre	Corredor	
	Argola de cobre	Câmara	
Anta 2 da Repreza	Argola decorada	Câmara	Moderna?
Anta 2 do Vidigal	Argola de cobre	(?)	Calcolítico/Bronze (?)
	Ponta de cobre	(?)	
Anta 2 do Peral	Cerâmica	Câmara	Romano
Anta 6 do Vidigal	Fragmento de cobre e um de ferro	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
Anta 5 de Brissos	Cerâmica	(?)	Romano
Anta 1 da Mata	Ceitil	(?)	Moderno
Anta 1 das Águias	Metal decorado	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
	Fragmento de cobre		
Anta 2 dos Gualões	Objeto circular de metal (colar?)	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
Anta 3 dos Gualões	Argola de cobre	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
Anta da Fuletreira	Ponta de seta em cobre	Câmara	Calcolítico/Bronze (?)
	Moeda romana	Câmara	Romano/Império
Anta de N.ª S.ª Conceição dos Olivais	Vasos de cerâmica	Corredor	Campaniforme
	Moeda D. João II	Câmara	Moderno
Anta 2 das Picanceiras	Moeda; fragmentos de ferro	(?)	Romano
Anta da Serrinha	Moedas (2) – ceitil	(?)	Moderno

Para além dos materiais claramente extemporâneos em relação à sua cronologia inicial, M. Heleno aporta ainda importantes informações para a compreensão da utilização destes monumentos, ao referir, por exemplo, a presença de conjuntos de espólios na mamoa de algumas antas, mais ou menos estruturados (alguns em «caixas»), aparentemente votivos (machados, pontas de seta), como é o caso da anta A do Paço, em Montemor-o-Novo (Rocha, 2005). Este tipo de achados, apesar de pouco conhecido no Alentejo (talvez por ausência de intervenções mais sistemáticas nas estruturas tumulares) tem alguns paralelos em Espanha (García-Sanjuán, 2007).

Os dados existentes quer através de datações absolutas (García Sanjuán, 2005; Oliveira, 1997; Rocha, 2005) quer através da análise dos espólios recolhidos (Leisner e Leisner, 1951, 1955, 1956, 1959; Mataloto, 2007; Rocha, 1999; 2005; 2009/2010; 2015a; Rocha e Alvim, 2015; Santos e Rocha, 2015) permitem perceber que muitos monumentos megalíticos continuaram a ser utilizados no decurso da Proto-história, para a prática de rituais funerários.

Como referi anteriormente, nos trabalhos que tenho vindo a realizar nas últimas décadas identifiquei diferentes situações que traduziam desde as simples reutilizações (ou utilizações prolongadas) do monumento até à total violação e destruição dos contextos sepulcrais.

A anta do Pequito Velho 2, em Mora, é um dos bons exemplos de uma longa diacronia de utilização. Apesar de ter sido derrubada em meados do século XX, pela abertura de uma estrada de acesso ao Monte, tratar-se-ia de um monumento de pequenas dimensões, atendendo à dimensão dos esteios amontoados no local. Irremediavelmente perdida a informação científica, quis o acaso que recentemente fosse doado o espólio recolhido ao MNA que o ofereceu ao novo Museu de Megalitismo de Mora. Apesar de ainda se encontrar em estudo, trata-se de um conjunto excecional (Fig. 2), inédito neste concelho, que atesta a existência de pelo menos quatro momentos de utilização e reutilização deste espaço sepulcral: dois no decurso da Pré-história Recente (um Neolítico médio e outro Neo-Calcolítico), outro da Idade do Bronze e, por último, um do período visigótico (Rocha, no prelo).



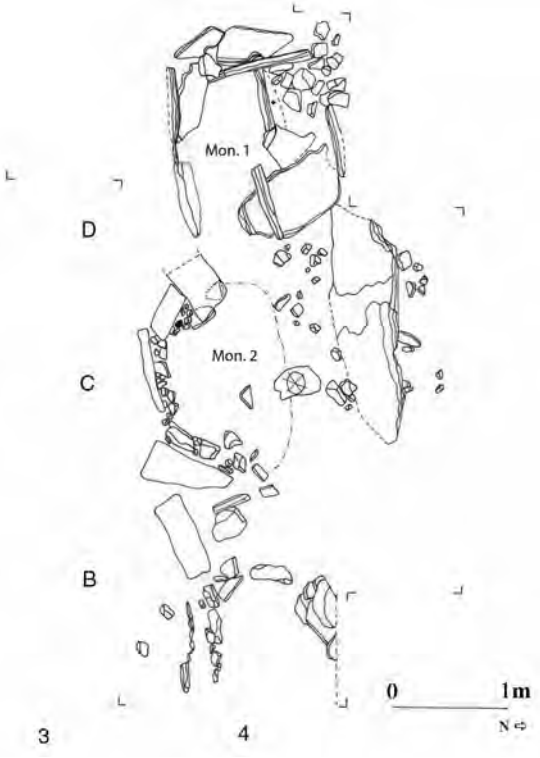


FIG. 2. Parte do espólio recolhido na anta do Pequito Velho 2 (Mora).
FIG. 3. Planta dos dois sepulcros de Lucas 6 (Alandroal).

FIG. 4. Vista geral da sepultura do Monte dos Condes (Mora), com o nicho na câmara.

A anta do Lucas 6, no Alandroal (Fig. 3), apresenta uma biografia complexa. Com duas estruturas funerárias anexas (sepultura e anta de corredor curto), construídas e utilizadas em distintas fases, comporta, ainda, uma fase de violação na Idade Média, documentada pelas datações realizadas a partir de carvões recolhidos no seu interior (Rocha, 2007).

A mamoa do Monte dos Condes, em Mora, é outro testemunho que comprova a utilização intemporal destes monumentos. Apresentando-se inicialmente totalmente coberta pela mamoa, continha uma sepultura de planta em ferradura alongada. No decurso da intervenção realizada foi possível verificar que junto à cabeceira, do lado sul, se encontrava uma laje – aparentemente uma tampa da câmara – colocada transversalmente, formando um pequeno nicho triangular (Fig. 4). O espólio recolhido comprova a sua utilização em dois momentos distintos: um dentro do Neolítico e outro na Idade do Bronze. No entanto, esta remodelação não implicou destruição dos contextos arqueológicos precedentes (Rocha e Alvim, 2015).

Na sepultura das Hortinhas 1, em Évora, identificou-se uma situação similar (Fig. 5), registando-se a existência de algumas remodelações na arquitetura, à entrada do monumento (Rocha, 2015a) para se realizar a inumação da Idade do Ferro. Nesta área foi construída uma estrutura de proteção, realizada com blocos de pedra de dimensão média que fechava, em arco, o espaço da entrada do monumento, encostando a dois esteios. Nesta área encontravam-se depositadas uma urna e duas taças (Fig. 6 e 7).

Na realidade, em muitos casos, as reutilizações e/ou violações relativas à Idade do Ferro ainda se encontram pouco definidas. Por vezes, a presença de cerâmica de roda, pouco expressiva, não nos permite atribuir cronologias muito específicas, como é o caso da Anta do Monte das Figueiras, em Mora (Rocha, 2012); noutros monumentos, a existência de materiais mais «nobres», como elementos de metal, vidro ou objetos de adorno (contas de colar de pasta vítrea) possibilita-nos balizar melhor

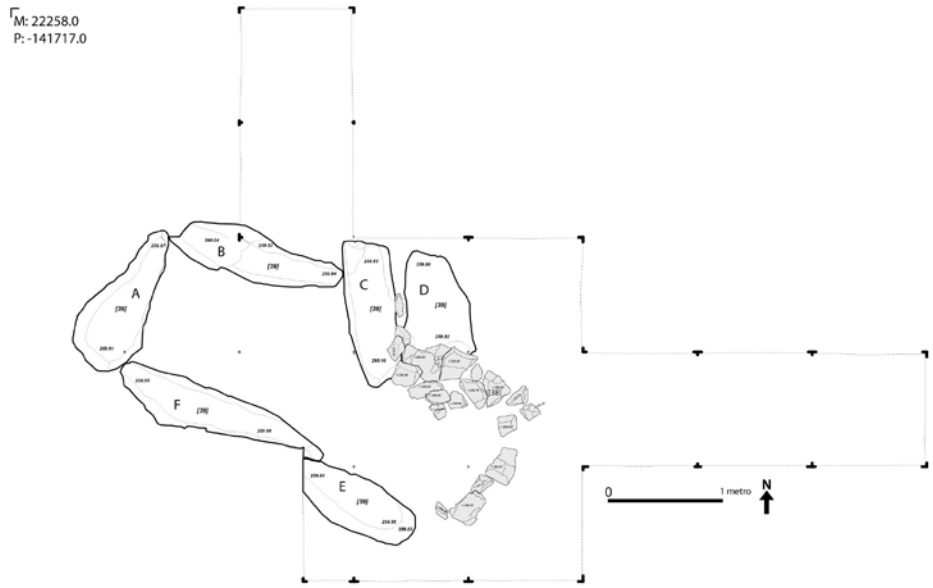


FIG. 5. Planta da sepultura das Hortinhas 1 (Évora) com indicação das remodelações da Idade do Ferro.

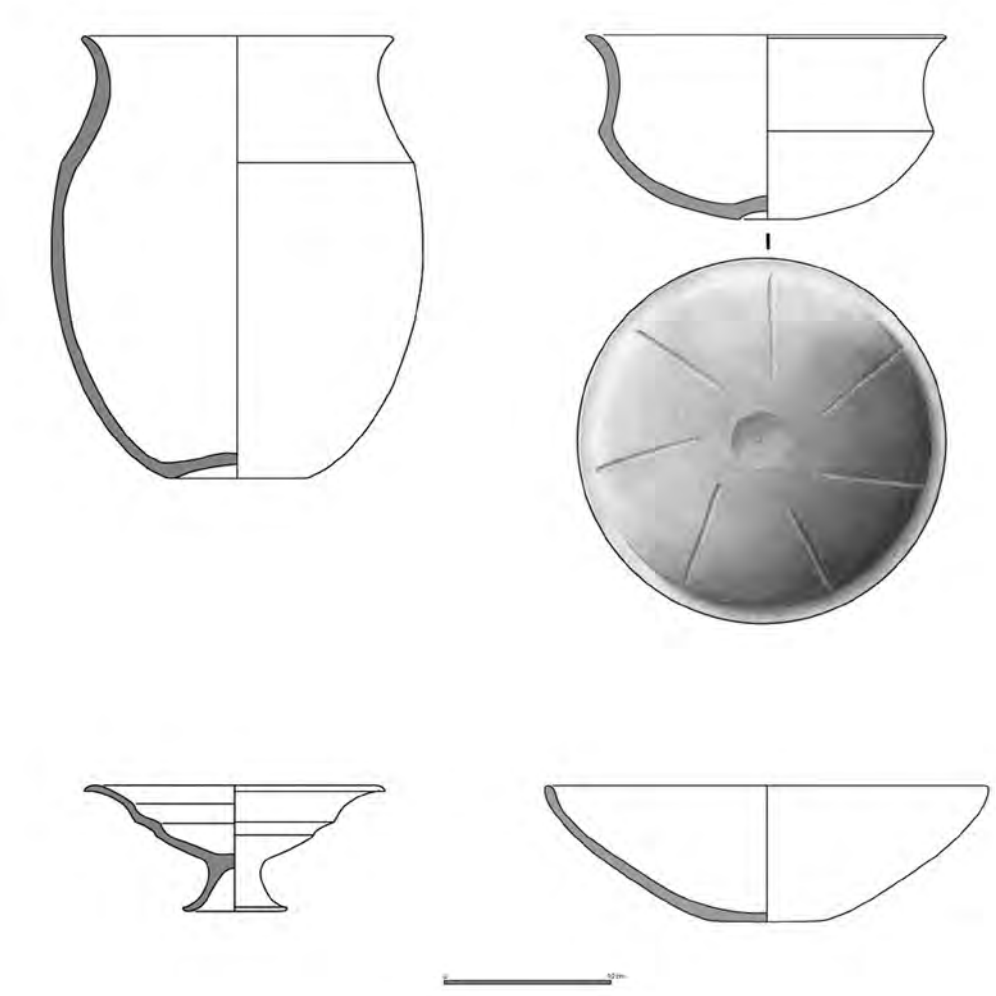


FIG. 6-7. Taças e urna da Idade do Ferro recolhida sepultura das Hortinhas 1 (Évora) (Rocha, 2015a).

estas utilizações, como é o caso da anta da Serrinha, em Monforte (Rocha e Morgado, 2015) cujo espólio recolhido permite apontar com segurança para uma reutilização na I Idade do Ferro. Uma terceira situação remete-nos para monumentos muito destruídos, sem espólios cronologicamente associáveis, mas cujas datações de C^{14} nos atestam a presença de enterramentos deste período, como a anta da Tapada do Castelo, em Marvão (Rocha, 2016).

A anta da Murteira de Cima, em Évora, apresenta uma violação na câmara e alguns esteios truncados (destruições efetuadas em data incerta). A par destas, no lado Norte da mamoa existe uma estrutura quadrangular (cerca de 2 m^2), feita com lajes em cutelo, que poderá corresponder a uma construção funerária de cronologia romana, atendendo à presença de cerâmica comum e *imbrices* (Rocha, 2015a). Na área envolvente existem materiais romanos dispersos.

Ocupações medievais e posteriores também estão registadas em vários monumentos megalíticos funerários alentejanos (Gonçalves *et al*, 1983-1984; Oliveira, 1998, 2006).

À semelhança do que ocorre no período romano estas ocupações, funerárias ou habitacionais (abrigo) implicaram a destruição (e remoção) dos níveis arqueológicos anteriores e, frequentemente, danos na própria estrutura do monumento. Testemunham esta afirmação os dados recolhidos nas antas da Horta, da Soalheira, (Oliveira, 2006), a do Couto dos Algarves 2 (Rocha, 2002), a das Águias 2 (Rocha e Alvim, 2012) e a do Lucas 6 (Rocha, 2007) onde surgem marcas de cunhas em esteios fragmentados, alguns caídos no interior da câmara, diretamente sobre o afloramento. O espólio pré-histórico, quando subsiste, aparece maioritariamente disperso na área da mamoa.

3. OPORTUNISMO OU SIMBOLISMO?

Este artigo consistiu fundamentalmente numa análise dos contributos de Vergílio Correia e Manuel Heleno (Rocha, 1997, 2005) complementado com os resultados obtidos através de um programa de escavações sistemáticas que tenho vindo a realizar no Alentejo. Esta revela-nos que os monumentos megalíticos para além de se terem tornado marcas indeléveis nas paisagens alentejanas, continuaram a ser vivenciados pelas populações antigas, das mais variadas formas.

A questão da reutilização e/ou violação de monumentos megalíticos (funerários e não funerários) teve durante muito tempo, pouca visibilidade na bibliografia arqueológica portuguesa. De facto, a grande maioria das publicações antigas regista apenas os espólios representativos das ocupações primárias deste tipo de monumentos, deixando por publicar os elementos dissonantes. Nas últimas décadas esta situação tem vindo tendencialmente a inverter-se com a aplicação de novas metodologias científicas que privilegiam a publicação de todos os dados recolhidos nos trabalhos de campo, e valorizam as reanálises dos espólios e das documentações provenientes de escavações antigas (Gonçalves, 1992, 1999, 2003; Mataloto, 2005,2006, 2007; Mataloto *et al*, 2015 ¸ Oliveira, 1993, 1998, 2006; Oliveira e Oliveira, 2000; Rocha, 2005, 2007, 2009/2010, 2012; 2015a; 2015b; Rocha e Alvim, 2015; Santos e Rocha, 2015).

Embora não disponhamos de dados cronológicos definitivos – nem de elementos que permitam datações absolutas – os espólios e as alterações realizadas a nível das arquiteturas funerárias apontam para utilizações frequentes destes espaços, em momento posterior ao *terminus* da sua ocupação primária. As pequenas sepulturas de planta em ferradura ou antas de corredor incipiente possuem reutilizações, sobretudo, no espaço interior, como a mamoa do Monte dos Condes, Hortinhas 1 ou Couto dos Algarves 2. Nos grandes monumentos funerários pelo contrário, o espaço preferencial parecem ser as mamoas ou as áreas de entrada do corredor, com ou sem transformações das arquiteturas primitivas – os melhores exemplos destas complexidades estão representadas nas antas do Paço, Olival da Pega 2, Grande da Comenda da Igreja ou mesmo a da Murteira. De facto,

independentemente de se poderem estar a construir outros tipos de monumentos (hipogeus e *tholoi*), até à Idade do Bronze continua-se a utilizar regularmente o espaço sepulcral dos monumentos construídos anteriormente – antas (de todos os tipos) e as sepulturas proto megalíticas. Este fenómeno não é local, nem sequer regional...ele encontra-se testemunhado um pouco por toda a P. Ibérica (García Sanjuán, 2005; García Sanjuán *et al*, 2007)

A questão central parece ser, no entanto, o que motivou esta ação...oportunismo ou simbolismo? No primeiro caso, seria uma mera questão de aproveitar um espaço que se reconhece como sepulcral para enterrar um indivíduo que, por exemplo, morre de repente. Simples gestão de recursos... O segundo caso, tem implícita a ideia da existência de um espaço sagrado, que se contínua a respeitar e venerar durante um largo período de tempo, até à Proto-história. Este ciclo quebra-se nitidamente a partir do período Romano, altura em que se passa para o período do oportunismo mas em que para se reutilizar se acaba por remover/destruir o preexistente.

A sobrevivência de arquiteturas megalíticas de diferentes tipos, em diferentes cronologias pode na realidade ser analisada sobre distintas perspetivas, desde a imitação ou evocação de elementos antigos (García Sanjuán, 2007) até à própria manutenção de elementos antigos em épocas posteriores (Rocha, 2005). Uma hipótese não invalida a outra, mas a compreensão do polimorfismo do megalitismo alentejano passa por uma leitura atenta de todas as realidades e apenas o registo sistemático de todos os espólios e alterações estruturais nos poderá ajudar a interpretar estas situações.

BIBLIOGRAFIA

García Sanjuán, L. (2005) – Las piedras de la memoria. La permanencia del megalitismo en el Suroeste de la Península Ibérica durante el II y I milénios ane. Trabajos de Prehistoria. 62.1. p. 85-109.

García Sanjuán, L; Garrido González, P; Lozano Goméz, F. (2007) - Las piedras de la memoria (II). El uso en época romana de espacios y monumentos sagrados prehistóricos del Sur de la Península Ibérica. *Complutum*. 18 (December 2007), Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Gonçalves, V. S. (2003) – *Sítios, «horizontes» e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. 2.ª edição. Cascais: Câmara Municipal.

Gonçalves, V.S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa.

Gonçalves, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC.

Gonçalves, V. S; Treinen-Claustre, F; Arruda, A, Zammiti, J. (1983-1984) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato). Campanha 2 (21). *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 225-227.

Leisner, G.; Leisner, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH (reed. 1985).

Leisner, G.; Leisner, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança; Instituto para a Alta Cultura.

Leisner, G.; Leisner, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen (1).* Berlin: Walter de Gruyter.

Leisner, G.; Leisner, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen (2)*. Berlin: Walter de Gruyter.

Mataloto, R; Boaventura, R; Nukushina, D; Valério, P; Inverno, J; Soares, R; Rodrigues, M; Beija, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.

Mataloto, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 123-140.

Mataloto, R. (2006) – Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Er-vedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 83-108

Mataloto, R. (2005) – A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): Megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2. p. 115-128.

Mohen, J.-.P; Scarre, C. (2002) – Les tumulus de Bougon. Complexe mégalithique du V^{e} au III^{e} milénaire. Paris: Editions Errance.

Oliveira, J. (2006) – *Património Arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri.

Oliveira, J. (1993) – Reutilização e reaproveitamento de materiais em sepulturas megalíticas do Nordeste Alentejano. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: [s.n.]. I, p. 131-137.

Oliveira, J. (1998) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Ed. Colibri.

Oliveira, J.; Oliveira, C. D. (2000) – Continuidade e rupturas do megalitismo no distrito de Portalegre. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3, p. 459-471.

Rocha, L. (2016) – *Anta da Tapada do Castelo (Santo António das Areias, Marvão). 2.ª Campanha de Escavação/ 2015. Relatório Técnico-científico Final. PIPA – Arqueologia Rural do Sever II – Arus II.* Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

Rocha, L. (2015a) – The Funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology, 29th April – 1st May 2013*. Edited by Leonor Rocha, Primitiva Bueno-Ramirez and Gertrudes Branco. BAR International Series 2708, p. 221-230.

Rocha, L. (2015b) – Anta Grande do Zambujeiro: contributo para o conhecimento das cerâmicas. *II Congresso de arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. CHAIA: Évora, p. 42-51.

Rocha, L; Alvim, P (2015) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). *Estudos & Memórias. Atas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Vol. 8. Lisboa. p. 557-563.

Rocha, L; Santos, I. (2015a) – O Neolítico do concelho de Arraiolos: um ponto da situação. *Estudos & Memórias. Atas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Vol. 8. Lisboa, p. 369-377.

Rocha, L. (2014) – The contribution of Manuel Heleno to the knowledge of the funerary Megalithic in Alentejo. Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia). *BAR S2648*. Edited by Ana Cruz, Enrique Cerrillo- Cuenca, Primitiva Bueno Ramírez, João Carlos Caninas and Carlos Batata. Oxford, p. 13-22.

Rocha, L. (2012) – Anta do Monte das Figueiras. *O tempo das Pedras. Carta Arqueológica de Mora*. Mora: Câmara Municipal de Mora, p.119-120.

Rocha, L. (2009/2010) – As origens do megalitismo funerário alentejano. Revisitando Manuel Heleno. *Promontoria*. Universidade do Algarve, p. 45-98.

Rocha, L. (2009) – A anta de Santiago Maior (Alandroal): a recuperação de um monumento destruído. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 12. N.º 1. Lisboa: IGESPAR, p. 35-52.

Rocha, L. (2007) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. N.º 1. Lisboa: IPA, p. 73-94.

Rocha, L. (2005) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL.

Rocha, L. (2002) – A anta do Couto dos Algarves 2 (Crato). *O Arqueólogo Português*. 20. Série IV. Lisboa: MNA, p. 39-60.

Rocha, L. (1999) – Aspectos do Megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 1. Lisboa: IPA, p. 71-94.

Rocha, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Setúbal: Câmara Municipal de Mora.

Rocha, L; Alvim, P (2015) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa. p. 521-527.

Rocha, L; Alvim, P. (2012) – Águias 2 (Brotas, Mora). Relatório final. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

Rocha, L; Calado, M. (2006) – *Megalitismo de Mora: nas fronteiras do Alentejo Central*, Lisboa: Apenas Livros, Lda.

Rocha, L; Morgado, P. (2015) – Anta da Serrinha (Monforte). 1.ª Campanha. Relatório Técnico-científico de Progresso. PIPA – Levantamento Arqueológico e Arquitetónico de Monforte II – LEVAM II. Acessível nos Arquivos do IGESPAR, Lisboa, Portugal.

Santos, I; Rocha, L; (2015) – Contributo para o conhecimento da Anta Grande do Zambujeiro (Èvora. Portugal): as pontas de seta. *II Congresso de Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. CHAIA: Évora, p. 34-41.

OS PRODUTOS IDEOLÓGICOS «OCULADOS» DO TERCEIRO MILÉNIO A.N.E DE ALCALAR (ALGARVE, PORTUGAL)

ELENA MORÁN[1]

RESUMO

As investigações realizadas no âmbito do Projeto Alcalar permitiram identificar evidências de um processo histórico de transformação económica e social que autoriza fazer remontar ao Terceiro milénio a.n.e a formação prístina do estado, num processo histórico em que se definiram hierarquias, desigualdades sociais e centralização de poder, e onde o poder das elites se manifesta no controlo das rotas de intercâmbio e no uso de produtos simbólicos que reforçam a sua exibição.

ABSTRACT

The investigations carried out under the Alcalar Project have identified evidence of an historic process of economic and social transformation that allows to set back to the third millennium BCE the pristine state formation, a historical process in which hierarchies, social inequalities and centralization of power were defined, and where the power of the elites is manifested in the control of exchange routes and in the use of symbolic products that reinforce its display.

1 Arqueóloga, Câmara Municipal de Lagos. UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal
moran.elena@gmail.com

UMA DAS ÁREAS DE INTERESSE do professor Victor Gonçalves na investigação da pré-história recente tem sido o estudo das manifestações do sagrado (Gonçalves, 1978; Gonçalves, 1989; Gonçalves, 1998; Gonçalves, 2003) como reflexo da emergência de novas divindades ou de uma ideologia mal conhecida mas cuja distribuição territorial pelo Ocidente Peninsular lhe permitiu intuir redes de intercâmbio e movimentos de ideias entre territórios com práticas ideológicas comuns (Gonçalves, 1978, p. 56; Gonçalves, 1989, p. 292-293; Gonçalves, 1998, p. 214; Gonçalves, 2003, p. 259 e 262) e/ou onde, em diferentes âmbitos territoriais, as representações poderiam corresponder às mesmas funções (Gonçalves, 1989, p. 298; Gonçalves, 1993, p. 12). O requinte do seu olhar na apreciação da singularidade das coisas permitiu-lhe interrogar-se acerca de alguns pormenores, como os olhos em forma de sol, representados em suportes variados (falanges, betilos, placas,...) (Gonçalves, 2003, p. 262) e da sua relação com uma mudança económico e social associada à metalurgia do cobre (Gonçalves, 1978, p. 53 e 56; Gonçalves, 1989, p. 299).

Nas escavações que recentemente efetuei em Alcalar, no monumento 9 do núcleo oriental da necrópole megalítica e na parcela 15L do povoado pré-histórico, foram identificadas, em estratigrafia, duas peças com representações oculadas. É precisamente através desses olhos radiados em forma de sol que pretendemos aproximar-nos ao território de Alcalar no Terceiro milénio a.n.e. e render a nossa discreta homenagem ao Professor.

1. O ASSENTAMENTO DE ALCALAR NO ÂMBITO DO CALCOLÍTICO DO OCIDENTE PENINSULAR

O assentamento pré-histórico de Alcalar, em estudo no âmbito de um projeto de investigação desde 1987 (Morán e Parreira, 2008, com listagem da bibliografia anterior; Morán, 2014), localiza-se no entorno territorial que está delimitado a sul pela Baía de Lagos e que se estende entre os cabos da Ponta da Piedade e da Ponta do Altar, mais concretamente no interflúvio das ribeiras de Farelo e de Torre, as quais, juntamente com as ribeiras de Arão e Odiáxere, conformam, ao desaguar na Baía de Lagos, a zona húmida da ria de Alvor. Ao norte e a oeste, os limites naturais deste território são a Serra de Monchique – que o separa do Alentejo – e a Serra de Espinhaço de Cão – que o separa das terras do Cabo (de São Vicente) e da Costa Vicentina. Pela banda nascente, são os cursos do rio Arade e do seu afluente ribeira de Boina que o delineiam.

Entre a serra e o mar, sulcado de norte para sul por um conjunto de ribeiras, o território onde Alcalar se integra é como um anfiteatro natural que desce desde as alturas de Fóia e Picota, onde os relevos quase alcançam os 1000 metros de altitude, pelo sopé da Serra e o Barrocal até à Orla Costeira com as suas praias de areias claras. A diversidade geográfica e a variedade de recursos que lhe é implícita não podem, *per se*, justificar a intensa ocupação deste território no Terceiro milénio a.n.e, já que é necessário voltar o olhar para as suas condições objetivas a partir de 6500 BP, momento que corresponde ao máximo da transgressão flandriana, para conhecer a maneira como as várias comunidades acederam aos recurso naturais, organizando-se para se produzir e reproduzir socialmente.

Como resultado das investigações realizadas no âmbito do já referido projeto de investigação, reunimos evidências de um processo histórico de transformação económica e social que autorizam fazer remontar ao Terceiro milénio a.n.e. a formação prístina do estado no extremo sudoeste do arco atlântico-mediterrânico peninsular. Considerando a análise espacial e a estratigrafia do povoado pré-histórico de Alcalar e dos diferentes núcleos da sua necrópole megalítica, assim como as 23 datações absolutas realizadas, propus (Morán, 2014) uma periodização para a ocupação do assentamento de Alcalar e do seu entorno territorial.

FIG. 1. Mapa geral de Alcalar com a localização dos produtos ideológicos «oculados».

Conforme essa proposta, o Período I corresponde às primeiras evidências arqueológicas de ocupação humana no território posteriores à estabilização da ria Flandriana, remontando ao Quinto milénio a.n.e., com horizontes de ocupação, alguns deles associados a menires, que se atribuem a comunidades neolíticas que praticavam uma agricultura cerealífera e o marisqueio (Morán, 2008, p. 141). O Período II, que vai da segunda metade do Quinto aos meados do Quarto milénio a.n.e., é escassamente reconhecível neste território. Ao Periodo III correspondem as ocupações da segunda metade do Quarto milénio a.n.e., evidenciadas pelas necrópoles de hipogeus de Monte Canelas (Morán e Parreira, 2007, p. 77-87; Parreira, 2010; Silva e Parreira, 2010) e de Torre 1 (Sá, 1904), pelo monumento 1 de Alcalar e por vários aglomerados populacionais que ladeiam as margens da antiga ria, já assinalados desde os trabalhos de Veiga (Morán, 2001; Morán e Parreira, 2004, p. 24). De todos estes dados empíricos podemos inferir que, na segunda metade do Quarto milénio a.n.e e alcançando os inícios do Terceiro, consolidou-se uma ocupação do território que esteve na origem de espaços de vivenda diferenciados e de arquiteturas funerárias diversificadas.

A partir de 2800 a.n.e., no Período IV, o assentamento de Alcalar afirmou-se como um aglomerado populacional de grandes dimensões e, no seu entorno mais imediato, constituiu-se um conjunto monumental de edifícios tumulares e respetivas áreas cerimoniais, organizado em diferentes agrupamentos localizados sobre as colinas que delimitam a área de vivenda pelo lado norte. Este complexo habitacional e cerimonial constituiu, no Terceiro milénio a.n.e., o centro de poder do território envolvente da Baía de Lagos (Morán, 2001; Morán, 2008, p. 141; Morán, 2014). Alcalar consolida-se então como um assentamento com cerca de 20 hectares, profusamente construído, com casas com paredes de barro amassado e ramagens, com planta centralizada e fogueira central, e com cercas que definiram áreas funcionais, denotando um projeto prévio adaptado à topografia do lugar. A profusão de fossas-silo na área central do habitat, o sistema de cercas mais ou menos concêntricas que as protegia e a sofisticação dos acessos ao interior dos recintos, permite-nos considerar que existiu uma planificação de uma enorme área para o armazenamento de cereais e de legumes.

Neste Período IV, a área habitacional prolongou-se até cotas mais baixas e estendeu-se até uma necrópole monumental, constituída por vários agrupamentos de túmulos com áreas cerimoniais conexas, formando uma cintura pelo lado norte do habitat. Na envolvente imediata do assentamento de Alcalar, localizaram-se diferentes espaços habitacionais periféricos (Morán, 2014), e em todo o território reconheceram-se povoados atribuíveis ao Calcolítico pleno, como no sítio de Barradas junto do Arão (Silva e Silva, 2005) e em Torre 4 (Marques *et al.*, 2008).

Na transição do Terceiro para o Segundo milénio a.n.e., no Período V, a ausência de obras públicas confirma a dissolução do centro de poder e a constituição de pequenos assentamentos autosuficientes construídos sobre a área de armazenamento, desativada, incluindo a desativação do sistema de cercas que o protegia. A área habitacional concentra-se agora na plataforma superior e agrega a função funerária, evidenciada por enterramentos em fossa.

2. OS PRODUTOS IDEOLÓGICOS «OCULADOS» DE ALCALAR

2.1. O BETILO CILÍNDRICO DECORADO DO MONUMENTO 9 DO NÚCLEO ORIENTAL DA NECRÓPOLE MEGALÍTICA DE ALCALAR

No primeiro tramo do corredor do monumento 9, junto à parede sul, foi recolhido um cilindro de calcário (Alc9 255-03), com 9 cm de altura e 6 cm de diâmetro; a superfície, polida, apresenta decoração do tipo Moncarapacho: olhos circulares escavados na pedra, com pestanas radiais em forma de sol, sobrancelhas radiadas e duas linhas incisas em ziguezague ao modo de tatuagem facial.

Um fragmento da mesma peça, da sua parte intermédia mas sem decoração (Alc9 194-01), foi identificado nas terras procedentes da escavação efetuada no monumento por Pereira Jardim, em 1900, e acumuladas no exterior do monumento, junto da fachada, o que nos permite deduzir que a fratura aconteceu provavelmente no decurso daqueles trabalhos de escavação e que o facto de a parte fraturada corresponder à parte sem decorar contribuiu para que o objeto decorado tivesse passado desapercebido. Contudo, não foi possível recuperar o extremo inferior do objeto.

A peça apresenta ainda mazelas nos olhos e no topo superior do cilindro, talvez provocadas pelo seu uso antes do depósito definitivo no monumento funerário.

Descrição: Peça cilíndrica polida, em calcário branco
Altura conservada: 14,6 cm
Largura conservada: 6,2 cm
Largura no topo: 5,4 cm
Peso atual: 905 gramas

A decoração é constituída por três grupos de elementos: duas sobrancelhas, dois olhos em forma de sol, com uma depressão escavada no centro e duas linhas de ornatos faciais em cada uma das «faces». Estas linhas são paralelas entre si, arrancam da face principal do betilo, desenvolvem-se lateralmente e terminam apresentando-se ainda sob a forma clássica do ziguezague.

As duas sobrancelhas apresentam 12 raios curtos de 5 mm de média. Estão preservados 20 raios que, partindo de uma corda quase circular, constituem as pestanas do olho direito (à esquerda do observador), numa distância de 6 mm danificada. Enquanto que no olho esquerdo (à direita do observador), com uma superfície martelada numa distância de 16 mm, podem contar-se 17 raios destas pestanas que arrancam de um círculo com um diâmetro idêntico ao anterior (14 mm). Como a área danificada neste círculo é superior à do olho direito, poderia possuir um maior número de raios/pestanas que aquele.

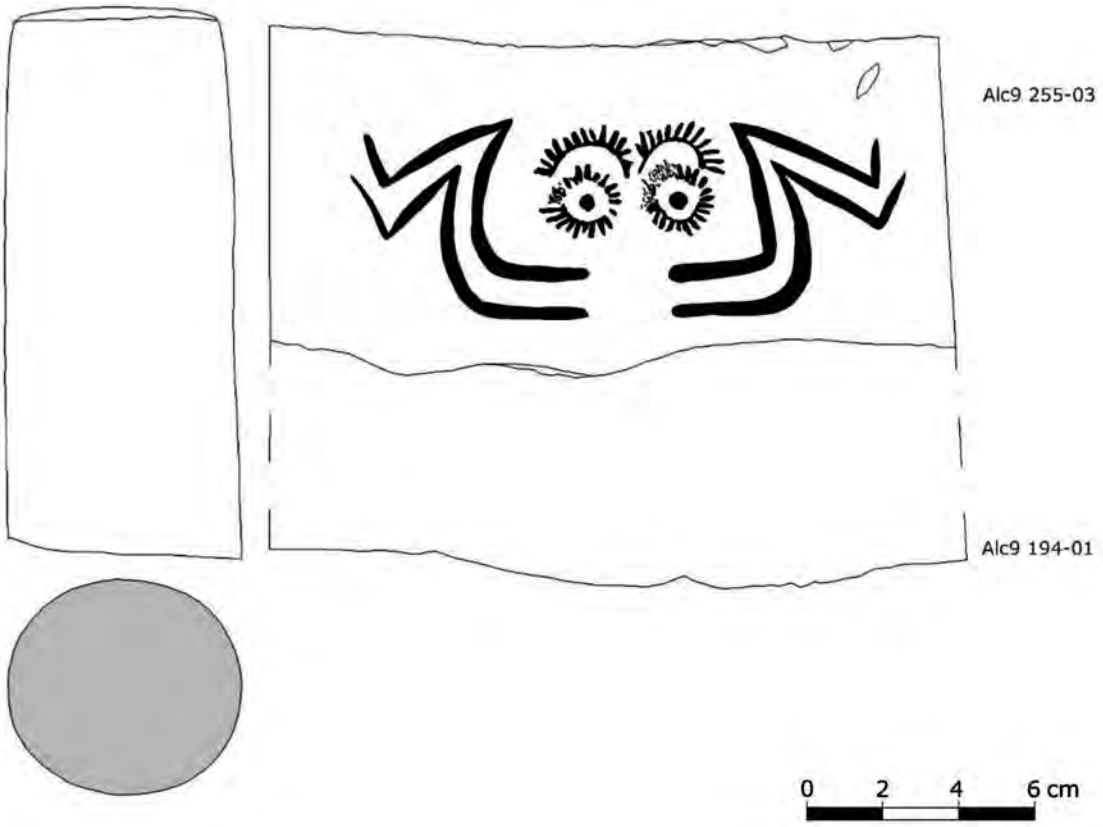


FIG. 2. Alcalar, monumento 9. Betilo com decoração tipo Moncarapacho. Ilustração de E. Morán sobre desenho a lápis de J. Fernández.

FIG. 3. Alcalar, monumento 9. Betilo com decoração tipo Moncarapacho. Fotografia de Ricardo Soares.

Este exemplar é o único betilo com decoração identificado até à data no território de Alcalar. Contudo conhecem-se outros cilindros polidos, mas sem decorar: dois exemplares procedentes dos monumentos de Monte Velho 2 e 3, do núcleo central da necrópole (Gonçalves, 1997, p. 204 fig. 2: 2 e 4, 210) e um exemplar sem indicação da procedência (Gonçalves, 1997, p. 209 fig. 7, 1, p. 210).

Foram, ainda, recolhidos nos túmulos megalíticos do núcleo oriental (monumentos 7 e 9), integrados nos depósitos da estrutura tumular, um elevado número de poliedros e cilindros de calcário que correspondem a peças em fases diferentes de elaboração para a obtenção de betilos como os acima referidos (ver Morán *et al.*, 2004, p. 206-207). A uma fase inicial da elaboração correspondem as peças poliédricas, cujas faces foram obtidas através do desbaste grosseiro da sua superfície, retirando grandes lascas. Enquanto que as peças acabadas foram bujardadas, apresentando uma superfície regular e lisa, obtendo um cilindro quase perfeito. A incorporação destas peças no *cairn* dos dois túmulos não parece ter conotações simbólicas mas sim de material construtivo para o enchimento do *cairn*. A presença numerosa de estes exemplares contrasta com a escassez de peças acabadas e identificadas em contexto funerário. Talvez possam relacionar-se com a procedência de entulhos e/ou lixo de uma eventual oficina especializada localizada na envolvente.

2.2. A PEQUENA PLACA DECORADA DO POVOADO DE ALCALAR

O segundo exemplar com representação de olhos em forma de sol foi identificado em contexto habitacional no povoado de Alcalar, na parcela 15L. Foi recolhido no topo da camada (C12) do corte 04, que corresponde a uma unidade doméstica do horizonte Ia. Trata-se de uma peça do tipo El Arteal (Almagro, 1973, p. 29, fig. 4). Uma placa que mede 62 mm e foi facetada em forma de cabaça, com silhueta de tendência simétrica e escotadura ao centro definindo uma cintura. A decoração incisa marca os olhos radiados em forma de sol e duas linhas por cima a modo de diadema na cabeça. Uma fina linha vertical percorre a peça lateralmente, desde o centro do diadema, separando os olhos, até à base. Tanto o anverso como o reverso da peça apresentam finas linhas de múltiplas orientações resultantes do alisamento das duas superfícies.

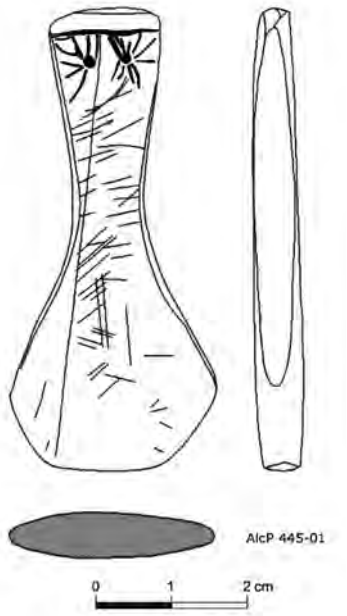


FIG. 4. Alcalar, povoado, parcela 15L. Placa decorada tipo El Arteal. Ilustração de E. Morán sobre desenho a lápis de J. Fernández.

FIG. 5. Alcalar, povoado, parcela 15L. Placa decorada tipo El Arteal. Fotografia J. Costa.

Descrição: Placa em xisto, em forma de cabaça, polida
Altura: 62 mm
Largura máxima na base: 27,5 mm
Largura no topo: 15 mm
Largura na cintura: 9,5 mm
Peso: 15 gramas

A decoração é constituída por dois olhos em forma de sol, com uma depressão escavada no centro e uma linha que percorre o topo, a modo de diadema, desde o centro desta sai uma linha oblíqua em direção ao extremo direito da face da base, quase tocando no centro da peça com a face interna da cintura.

O olho direito (à esquerda do observador) apresenta sete raios, frente aos onze raios do olho esquerdo. A orientação dos raios parece querer preencher o espaço delimitado entre os laterais da peça, a linha do diadema e o eixo oblíquo que separa ambos os olhos.

3. OS PRODUTOS IDEOLÓGICOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS DO CALCOLÍTICO DO OCIDENTE PENINSULAR

De um modo geral e considerando a dispersão territorial pelo Sudoeste peninsular dos produtos ideológicos, sejam oculados como os que apresentamos ou não, pode-se supor a existência de um vínculo entre comunidades a uma escala interregional (Gonçalves, 1978, p. 56; Castro-Martínez e Escoriza, 2011, p. 591), onde as variações estilísticas terão respondido às variadas comunidades nos seus respetivos territórios, pelo que a distribuição estilística das peças permitiria identificar os territórios de influência (Gonçalves, 2003; Hurtado, 2010) e atribuir, assim, às peças o papel de mediador, enquanto meio de comunicação diferenciador dos grupos. Pressupondo-se a existência de normas de mobilidade em redes engendradas por políticas de parentesco e normas de mobilidade impostas pelas linhagens (Castro-Martínez e Escoriza, 2011, p. 594).

O contexto das peças permite a sua vinculação às práticas sociais desde a fase de produção (obtenção da matéria prima e manufatura) até ao seu uso político-religioso (Castro-Martínez e Escoriza, 2011: 592), pelo que não deve desagregar-se o investimento em força de trabalho (o produto) da função social desempenhada na mediação dentro das relações sociais de produção (a ideologia), autorizando que estas manifestações sejam reconhecidas como produtos ideológicos (Pajuelo e López Aldana, 2001, p. 233).

As representações oculadas estão presentes tanto no âmbito funerário como no doméstico, embora e, com base no registo, se possa dizer que em Alcalar os betilos fazem parte da ideografia cerimonial/funerária da necrópole megalítica, como confirmam, para além do exemplar recolhido no corredor do monumento 9, os dois betilos lisos recolhidos nos monumento 2 e 3 de Monte Velho. A presença de betilos decorados e sem decorar no mesmo contexto funerário permite deduzir que todos elespossuíam a mesma carga ideológica, e contrariar, como bem aponta Escoriza (1991-92, p. 138), a presunção de que a decoração confere valor à peça e estatuto ao portador. Embora os exemplares em contexto cerimonial possam ser escassos, foi identificado um vasto conjunto de peças em elaboração integradas nos túmulos do núcleo oriental, monumentos 7 e 9, o que nos permite supor a existência de uma oficina especializada na produção de betilos e a sua associação à esfera cerimonial-funerária. Contudo, e apesar de, em Alcalar, os betilos estarem presentes na necrópole megalítica, peças semelhantes foram identificadas em contexto doméstico noutros locais do Sudoeste peninsular (Pajuelo e López Aldana, 2001, p. 246).

FIG. 6. A «boneca» no corredor: flagrante no Monumento 9, na interpretação de G. Cabral.

Muito diferente é a pequena placa recolhida em contexto doméstico no povoado de Alcalar, cuja morfologia nos leva a associá-la ao tipo El Arteal, e nesse caso a uma eventual conexão inter-regional de Alcalar com o Sudeste peninsular, mais concretamente com a região de Almeria, desde o Calcolítico pleno, vinculação já proposta pelos Leisner (1951, p. 129 e 140) na discussão entre as placas portuguesas e os ídolos almerienses.

4. OS PRODUTOS IDEOLÓGICOS E A CRONOLOGIA DO CALCOLÍTICO DO OCIDENTE PENINSULAR

A investigação recente em Alcalar permitiu, a meu ver, constatar um processo histórico de transformações económico-sociais que admite fazer recuar ao Terceiro milénio a.n.e. a formação prístina do estado. Nesse âmbito, as elites geriram as comunidades e o território a partir do assentamento de Alcalar, uma macro-aldeia com 20 hectares e uma organização quase urbana. O povoado funcionou como local de armazenamento de uma produção planeada e como centro de distribuição de uma produção variada, obtida pela tributação dos povoados produtores, facilitando o acesso de toda a comunidade a produtos diferentes daqueles que eram produzidos por cada um dos seus membros (Morán, 2014, p. 289). O poder das elites aumentará e passará a ser transmitido por herança, mantendo os vínculos de parentesco com a comunidade através de relações de reciprocidade.

A gestão do território e dos seus recursos permitiu a algumas personagens notáveis controlar a produção para as redes de intercâmbio, tanto a nível inter-comunitário como supra-regional. E fizeram-no sem recurso à violência, apresentando-se como garantes da estabilidade ao assegurar o sustento da comunidade. Assim, o poder foi exercido e exibido através de meios de coerção ideológica e política, cuja aplicação se justificou no bem comum. O que permitiu reforçar o poder das elites e a afirmação do aparelho de estado, na sua forma prístina, acentuando as desigualdades sociais e dando lugar a uma política formalmente organizada, onde o poder se baseou no controlo territorial das forças produtivas, requerendo uma crescente centralização (Morán, 2014, p. 290).

A presença de betilos na necrópole monumental megalítica de Alcalar e da placa oculada no povoado de Alcalar comprova a pertença de certos produtos ideológicos às elites estabelecidas no cen-

tro de poder, a quem esteve reservada também, noutra esfera, a área cerimonial megalítica, cuja arquitetura monumental é mais uma expressão sumptuária do seu poder (Morán e Parreira, 2009, p. 157).

O uso de estes produtos ideológicos estende-se no território do arco peninsular atlântico-mediterrânico (Estremadura portuguesa, vales do Alto Sado, Guadiana Médio e Guadalquivir, Antequera, Andaluzia Oriental e Levante), numa política de transação de produtos escassos entre elites (Kunst, 2001; Nocete, 2001; 2005; Morán e Parreira, 2009, p. 157; Morán, 2014, p. 292). Produtos que representam ideias semelhantes (Escoriza, 1991-1992, p. 145) e expressam a hierarquização de valores atribuídos às atividades que traduzem o papel dominante das estruturas e relações sociais, contribuindo para a sua reprodução (Nocete, 2001, p. 21).

BIBLIOGRAFIA

Castro-Martínez, P. V.; Escoriza Mateu, T., (2011) – Mujeres, hombres, figuras y redes sociales. El sudeste ibérico c. 3700-2100 a.n.e. In Memorial Siret, I Congreso de Prehistoria Andaluza. La tutela del patrimonio prehistórico. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, Sevilla, p. 591-594.

Escoriza Mateu, T. (1991-92) – La formación social de los Millares y las «producciones simbólicas». Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada, n.os 16-17, Granada, p. 135-165.

Gonçalves, V. S. (1989) – Manifestações do sagrado na pré-história do Ocidente Peninsular: 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias, uma nota preambular. In Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica – Nos 25 anos da descoberta da Gruta do Escoural. Almansor – Revista de Cultura, n.º 7, 1989. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, p. 289-302.

Gonçalves, V. S. (1993) – Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos Olhos de Sol – um primeiro Olhar. Revista da Faculdade de Letras. N.º 15, 5.ª série, 1993, p. 9-15.

Gonçalves, V. S. (1978): Dois novos ídolos tipo Moncarapacho, Setúbal Arqueológica, vol. IV, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, p. 47-58.

Gonçalves, V. S. (1998) – Manifestações do Sagrado na Pré-história do Ocidente Peninsular. A propósito dos artefacto votivos de calcário da necrópoles de Alcalar e Monte Velho. In I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem a Georges Zbyszewski, vols. 11-12, Assembleia Distrital de Setúbal, Setúbal, p. 199-216.

Gonçalves, V. S. (2003) – Dois novos ídolos de betilo e o caso do povoado da Parede (Cascais, Lisboa). In Sítios, «Horizontes» e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas (estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal), Câmara Municipal de Cascais, p. 53-80.

Hurtado, V. (2010) – Representaciones simbólicas, sitios, contextos e identidades territoriales en el suroeste peninsular. (In Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas. (Cacho, C., Maicas, R., Galán, E e Martos, J.A. (coord)), Museus Arqueológico Nacional. Madrid, p. 137-198.

Kunst, M. (2001) – Die Kupferzeit der Iberischen Halbinsel, *Hispania Antiqua*: Denkmäler der Frühzeit (Ulbert, T., org.), Von Zabern, Mainz, p. 67-99.

Leisner G.; Leisner V. (1951) – Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura material em Portugal. Lisboa.

Morán, E. (2014) – El asentamiento prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en el Tercer milenio a.n.e. Tesis Doctoral. Universidad de Sevilha.

Morán, E.; Parreira, R. (2009) – La exhibición del poder en el megalitismo del suroeste peninsular: tres casos de estudio en el extremo sur de Portugal. Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada, n.º 19, p. 139-162.

Nocete, F. (2001) – *Tercer milenio antes de nuestra era: Relaciones e contradicciones centro/periferia en el Valle del Guadalquivir*, Ediciones Bellaterra, Barcelona.

Nocete, F. (org.) (2005) – *Andévalo, Patrimonio Arqueológico: El yacimiento de la Junta de los Ríos: modelo de recuperación, análisis e interpretación del registro arqueológico en la presa del Andévalo – Huelva,* Ministerio de Medio Ambiente, Madrid.

Pajuelo, A; López Aldana, P (2001) – Ideología y control político durante el III milénio a.n.e. en el Bajo Guadalquivir. Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social, vol. IV, p. 229-255.

Soares, J. (2003) – Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal.

GESTOS DO SIMBÓLICO II – RECIPIENTES FRAGMENTADOS EM CONEXÃO NOS POVOADOS DO 4.º/3.º MILÉNIOS A.N.E. DE SÃO PEDRO (REDONDO)[1]

RUI MATALOTO[2]
CATARINA COSTEIRA[3]

«Que sabia exactamente Júlio Verne da verdadeira história que se esconde por detrás da Volta ao Mundo em oitenta dias?»

Philip José Farmer, *The other log of Phileas Fogg*, *Apud* Gonçalves, V. S. – *Megalitismo e Metalurgia*, 1989, p. 22

RESUMO

Este trabalho integra-se numa sequência em que procuraremos desenvolver a análise dos «gestos do simbólico» nos povoados de São Pedro, tratando-se aqui, em particular, de um conjunto de deposições estruturadas de recipientes cerâmicos.

ABSTRACT

This paper belongs to a sequence in which we intent to present the analysis of «symbolic gestures» in São Pedro settlement. We present and describe a set of structured deposits of complete ceramic containers along the São Pedro's stratigraphy.

1 Este trabalho integra-se numa sequência em que procuraremos desenvolver a análise dos «gestos do simbólico» nos povoados de São Pedro, tendo já sido entregue para publicação na Revista Portuguesa de Arqueologia – «Gestos do simbólico I – 'ídolos', idoliformes, figuras e representações do 'sagrado'(?) nos povoados do 4.º/3.º milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo)». Entregue em Dezembro de 2015.

2 Município de Redondo
rmataloto@gmail.com

3 UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. FCT.
catarinacosteira@gmail.com

LIMIAR... ERA UMA VEZ NO ALENTEJO...

> «...um importante ponto de vista da nossa própria filosofia: só conhece a terra quem nela suja as mãos.»
> V. S. G., in Calado e Mataloto, 2001, p. 10

Há pouco mais de 20 anos, nos bancos da Faculdade, o Professor Victor Gonçalves dirigiu-me pela primeira vez a palavra questionando: «*Então é você o homem do Redondo?*» «*Más recordações me trraz a estas horas*!!» «*Aquele cabrito fabuloso do João da Fazenda*!!» Era de facto hora de almoço, e a aula apenas estava a começar... desde logo vislumbrei que manteríamos uma peculiar relação de amizade... As campanhas de escavação de Areias 15 e Sala n.º 1, para além de múltiplos fins de semana de prospecção em Reguengos ficaram bem marcados na minha memória, especialmente pelos longos diálogos mantidos enquanto passeávamos, nas noites quentes de Reguengos, o saudoso *Sproket*, com quem partilhei a água fresca nas Areias 15, e que gentilmente me ignorava enquanto degustava as bolachinhas dadas pelo Pedro Barros...

Desses tempos retive o gosto das longas conversas onde a Arqueologia, e o Calcolítico, surgia a espaços entremeada por vinho, BD, música (quem se pode esquecer das alvoradas ao som de *Art Ensemble of Chicago*?) e, inevitavelmente, gastronomia, onde pontuavam os famosos «*chichitos*» redondenses...

Contudo, as reservas que o Professor Victor Gonçalves sempre teve sobre a minha vocação de pré-historiador, e qualidades da metodologia Barker-Harris, causaram por vezes ligeira tensão, que o bom senso facilmente eliminou, e me trouxe aqui em justa homenagem a um Pré-Historiador que, sem dúvida, marcou por motivos diversos aqueles que o seguiram e leram.

RUI MATALOTO

ERA UMA VEZ EM LISBOA...

Comecei a trabalhar com o professor Victor Gonçalves no final do primeiro ano da licenciatura, algures no ano de 2004, no Museu Nacional de Arqueologia, no inventário das placas de xisto da Anta 1 do Paço. Esse primeiro contacto com os artefactos simbólicos das primeiras sociedades camponesas alentejanas iria marcar o meu percurso como investigadora, não só porque despertou o meu interesse pela Pré-História do Alentejo – território onde sendo forasteira aprendi a ser arqueóloga –, mas também porque aguçou a curiosidade pelo estudo dos artefactos simbólicos do passado, sem me afastar demasiado do olhar objectivo (métrico e quantitativo) que reservo para outras categorias de artefactos e sem me satisfazer com as explicações pós-modernas mais desconcertantes.

Desde o projecto de final de licenciatura até à tese de doutoramento que o professor Victor Gonçalves aceitou ser sempre o meu orientador, respeitando o meu gosto pela solidão e a liberdade de fazer as minhas próprias escolhas temáticas e bibliográficas. Irei sempre recordar as pilhas de livros, CDs, papéis e materiais arqueológicos que caracterizam a «ordem e a desordem» do seu gabinete, e que tantas vezes me distraíram durante as reuniões ao tentar ler os títulos das lombadas e ao temer que se desmoronassem ao mais pequeno gesto. Nas longas conversas durante as reuniões de orientação, mais do que falar dos problemas e dos prazos da tese, o professor Victor Gonçalves partilhava chá de jasmim e narrava as suas inúmeras memórias, que marcaram e marcarão a história da arqueologia na Faculdade de Letras e da própria arqueologia portuguesa para sempre...

CATARINA COSTEIRA

O SÍTIO DE SÃO PEDRO – LOCALIZAÇÃO E INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O sítio de São Pedro localiza-se no Alentejo Central, distrito de Évora, freguesia e concelho de Redondo, num cerro destacado de vertentes íngremes e topo aplanado, com afloramentos rochosos de xisto, que se eleva na margem Nascente da planície central de Redondo, adjacente à aba Sul da Serra d'Ossa.

A ocupação calcolítica do cabeço de São Pedro foi referida pela primeira vez por Manuel Calado, que lhe atribui um importante papel no estudo do povoamento do 4.º/3.º milénio a.n.e. na região da Serra d'Ossa (Calado, 1995, 2001).

Entre 2004 e 2009, coordenado por um de nós (RM), desenrolou-se um extenso programa de escavação prévio à construção da circular externa de Redondo, que exigia a destruição de grande parte do sítio arqueológico. A intervenção arqueológica decorreu em quatro campanhas, resultando na escavação integral de uma área de cerca de 2000 m^2, que corresponderá a cerca de 2/3 da área ocupada, o que permitiu recuperar uma grande quantidade de informação estratigráfica e arquitectónica do sítio. A área de escavação foi ordenada em seis sectores, de A a F, para orientar a abordagem no terreno, simplificar a organização da informação e permitir a rápida localização das estruturas e materiais. Estes sectores não têm significado funcional, nem leituras estratigráficas específicas.

Ao longo dos últimos 10 anos, o sítio arqueológico de São Pedro tem sido alvo de diversos estudos, sendo longa a lista de artigos publicados, sobre a sequência de ocupação do sítio, baseados essencialmente nos resultados das primeiras campanhas de escavação (Mataloto, *et al.*, 2007; 2009; Mataloto, 2010, Mataloto e Gauss, no prelo), contextos específicos (Mataloto *et al.*, 2015), estudos de faunas (Davis e Mataloto, 2012) e artefactuais (Costeira, 2010, 2012; Costeira e Mataloto, 2013; Costeira, *et al.*, 2013; Nukushina, *et al.*, no prelo), alguns dos quais integrados num projecto de doutoramento em desenvolvimento por um de nós (CC).

OS POVOADOS DE SÃO PEDRO

Os trabalhos de escavação permitiram recuperar os vestígios estruturais e artefactuais de cinco grandes momentos de ocupação pré-histórica, que se terão desenrolado entre o final do 4.º Milénio e grande parte do 3.º Milénio a.n.e. no topo do cabeço de São Pedro. Esta cronologia tem vindo a ser corroborada por um conjunto de datações, que se encontra já disponível (Mataloto e Boaventura, 2009, p. 37).

De facto, não interpretamos o sítio como um povoado único, com uma história linear de fundação, expansão, declínio e abandono, mas como uma multiplicidade de povoados com dimensões, arquitecturas e tempos diferentes. Duas destas ocupações caracterizam-se pela construção e utilização de estruturas de fortificação distintas, que marcam a análise da História do cabeço de São Pedro. O faseamento proposto decorre, essencialmente, dos actos de construção, reconstrução e abandono das grandes estruturas de fortificação do sítio.

A primeira fase de ocupação do cabeço de São Pedro ter-se-á desenvolvido entre os finais do 4.º e os inícios do 3.º milénio a.n.e., não tendo sido identificada qualquer estrutura de delimitação. A visibilidade arquitectónica e artefactual desta fase é fortemente condicionada pelo dinamismo das ocupações posteriores, que limitaram bastante o seu grau de preservação. Os principais indícios desta fase referem-se à presença de depósitos arqueológicos, estruturas negativas sob a primeira fortificação e à identificação de um conjunto cerâmico em que predominam as formas esféricas e globulares lisas, algumas com elementos mamilares, e as taças carenadas, sendo reduzidas (mas não totalmente ausentes) as formas espessadas e os pratos, características típicas dos sítios com ocupações desta cronologia no Alentejo Central (Calado, 2001; Mataloto, 2010).

Esta primeira ocupação aberta termina, segundo cremos, durante o primeiro quartel do 3.º milénio a.n.e., quando se documenta a construção de uma ampla estrutura pétrea de fortificação que marca uma profunda mudança arquitectónica e espacial do sítio. Não é possível determinar se esta nova forma de configuração do espaço resulta da continuidade da ocupação anterior ou se é uma fundação de raiz, após um momento de abandono

A construção, utilização com diversas transformações e remodelações, e abandono da primeira fortificação do sítio de São Pedro deverá ter-se desenrolado entre os finais do 1.º quartel do 3.º milénio a.n.e. e inícios do seguinte (Mataloto e Boaventura, 2009; Mataloto e Gauss, no prelo).

Esta primeira fortificação apresenta uma planta poligonal (Fig. 1), aproximadamente trapezoidal, delimitando um espaço de cerca de 800 m^2, podendo ser considerada uma estrutura de dimensão intermédia, quando comparada com outros povoados fortificados do Sul peninsular.

Na área intervencionada identificaram-se cinco tramos de muralha, rectilíneos, com cerca de 10 metros de comprimento cada, por 2 metros de largura, constituídos por lajes de xisto de calibre diverso e blocos de quartzo e granito, utilizando-se principalmente a técnica do duplo paramento. Pelo exterior, a muralha apresenta vários elementos proeminentes: bastiões maciços e outros ocos, de menores dimensões. Num primeiro momento de utilização desta estrutura, erguiam-se dois bastiões ocos a Sul e um a Nordeste, unindo os dois tramos da muralha, reforçando um canto topograficamente sensível; a Norte, na área de maior declive, implantavam-se dois grandes bastiões semicirculares maciços, de maior envergadura (com diâmetro máximo de cerca de 6 m).

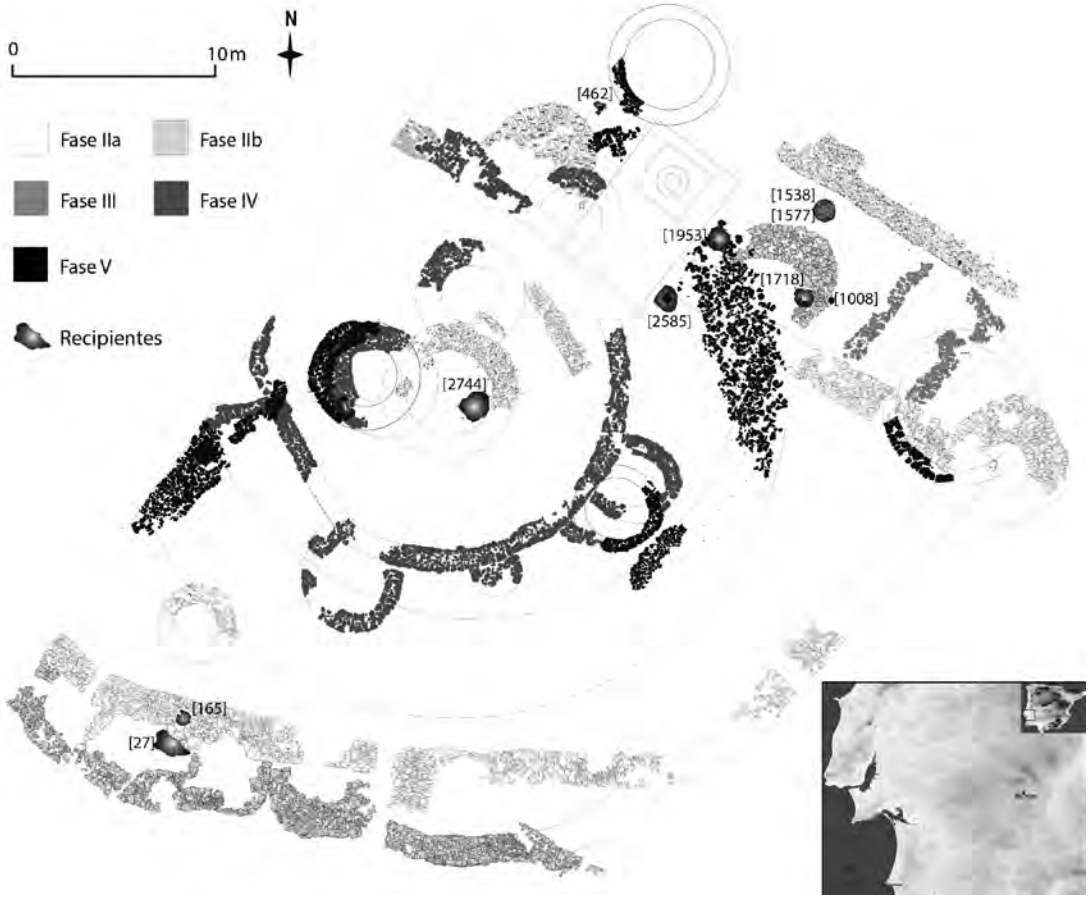


FIG. 1. São Pedro, planta geral de estruturas, por fases, com localização dos recipientes estudados.

Igualmente no lado Norte, paralelo à muralha, identificou-se um muro, com cerca de 14 m de comprimento e 1 m de largura. A interpretação desta estrutura não é ainda clara, no entanto, a sua contemporaneidade parcial relativamente à muralha principal, que lhe é posterior, coloca a hipótese de se tratar de uma primeira fase da estrutura de fortificação, que terá permanecido aquando da construção do troço interior desempenhando uma função a modo de barbacã, reforçando a área de menor defesa natural do cabeço de São Pedro. No lado Este, apesar do mau estado de conservação da muralha, identificou-se uma porta simples e estreita, que poderá ser a única entrada do povoado (Costeira e Mataloto, 2013).

Posteriormente, a face Sul da muralha sofreu uma forte remodelação, com a substituição de alguns dos seus troços e das torres ocas, por outras maciças de menores dimensões. As novas construções sobrepõem-se aos derrubes pétreos resultantes do desmantelamento das estruturas anteriores. Estas transformações não alteram significativamente a morfologia da fortificação nem a dimensão do povoado, podendo por isso relacionar-se mais com a necessidade de manutenção das estruturas do que com alterações na estratégia defensiva.

Na área interior registaram-se duas estruturas de planta circular com espessos embasamentos de pedra de xisto de calibre diverso, que deveriam desenvolver-se em altura. A estrutura [345] de maiores dimensões (cerca de 6 m de diâmetro) localiza-se na área central, apresentando características arquitectónicas semelhantes às torres ocas das muralhas (Fig. 1). A relação desta estrutura com a fortificação não exclui a possibilidade de ter outras funções, nomeadamente domésticas, enquanto cabana.

No interior da área murada identificou-se outra estrutura de planta circular, de embasamento pétreo em xisto, para além de diversos indícios que nos apontam para a presença de estruturas em materiais perecíveis, indiciadas pela presença de buracos de poste, estruturados por lajes de xisto, e revestidas por barro cozido com marcas de ramagens. Para além destas documentaram-se múltiplas estruturas negativas com diferentes morfologias, dimensões e funções (armazenagem, amortização de materiais, entre outras). A par dos vestígios destas estruturas, a identificação de um conjunto artefactual muito vasto e diversificado, principalmente no que se refere às categorias de elementos cerâmicos e líticos, bem como ao seu elevado estado de fragmentação, permite defender que o espaço delimitado foi utilizado para a vivência quotidiana prolongada de uma comunidade humana relativamente estável e alargada (Mataloto, 2010, p.279).

Esta ampla estrutura fortificada terá sido desativada no início do segundo quartel do 3.º milénio a.n.e., sendo mais uma vez difícil de aferir se ocorreu um abandono efectivo do cabeço de São Pedro ou se a sua ocupação continuou com a mutação arquitectónica e a reformulação espacial.

Na análise da sequência estratigráfica do cabeço de São Pedro identificam-se parcos indícios de uma ocupação posterior ao abandono e desmantelamento das estruturas do primeiro povoado fortificado, cujos alicerces e elementos pétreos reaproveita, mas anterior aos níveis de ocupação do segundo povoado fortificado. As principais evidências desta terceira fase de ocupação consistem na identificação de vestígios de uma lareira, de algumas estruturas negativas, de diversos buracos de poste estruturados e de uma estrutura de planta rectangular com embasamento de xisto, localizando-se principalmente na vertente norte. A fraca visibilidade arquitectónica desta Fase III e o impacto construtivo das edificações da fase seguinte tornam difícil de individualizar os espaços, estruturas e limites temporais desta ocupação (Fig. 1).

A Fase IV, genericamente enquadrável dentro dos últimos séculos do segundo quartel do 3.º milénio a.n.e., caracteriza-se pela construção de uma pequena estrutura de fortificação, de planta subcircular e com cerca de 300m^2 de área interior, dotada de um conjunto de bastiões ocos semicirculares (Fig. 1). No interior localizaram-se duas grandes estruturas de planta circular, de paredes espessas e cerca de 6m de diâmetro máximo, podendo ser consideradas torres, em cujo interior se

desenvolveram actividades de cariz habitacional. A presença destas duas estruturas de grandes dimensões restringia amplamente o espaço interior, desenvolvendo-se, por isso, a área habitacional e de actividade principalmente no exterior da fortificação, atendendo ao elevado número de vestígios de construções em materiais perecíveis aí documentado.

Em meados do 3.º milénio a.n.e , esta fortificação terá sido desactivada, sem que se registem indícios de abandono violento ou repentino.

Após o abandono desta fortificação, desenrola-se, provavelmente durante o terceiro quartel do 3.º milénio a.n.e., a última ocupação do cabeço de São Pedro (fase V), que se pode subdividir em dois momentos distintos. O primeiro caracteriza-se pela presença de várias cabanas de planta circular com embasamento pétreo, com cerca de 4 m de diâmetro, que se encontram dispersas pela área intervencionada. Uma destas estruturas destaca-se das restantes pela sua robustez e dimensões (cerca de 6 m de diâmetro exterior) e por se localizar numa área central, sobrepondo-se aos derrubes das torres centrais dos anteriores povoados fortificados, o que lhe parece conferir algum destaque na estruturação do espaço (Mataloto, *et al.*, 2015). O conjunto artefactual associado a esta ocupação do cabeço de São Pedro apresenta características típicas das ocupações do final do 3.º milénio a.n.e., com a presença de um pequeno conjunto de cerâmica campaniforme incisa (Mataloto *et al.*, 2015).

No segundo momento desta ocupação, após o abandono das cabanas, construiu-se uma estrutura pétrea, de morfologia circular, que parecia acompanhar o traçado da última muralha. A edificação desta estrutura poderá ter o significado simbólico de selar e/ou evidenciar um espaço que deixou de ser habitado (Mataloto, 2010) (Fig. 1).

Esta sucessão de fases e momentos de abandono, totais ou parciais, com evidentes acções de remobilização e ablação dos estratos anteriores, a par de uma intensa ocupação ao longo de centenas de anos, acaba por ser determinante na formação de uma sequência estratigráfica complexa e muito dinâmica, onde a acção concreta facilmente se dilui. Contudo, cremos que uma intervenção cuidada e uma rigorosa análise dos dados nos permitem reconhecer tendências e sucessões crono-estratigráficas que marcam a História da ocupação do local.

DO REGISTO, DO DOMÉSTICO E DA RITUALIDADE

De há muito consideramos, em particular um de nós, que dirigiu os trabalhos no São Pedro (R.M.), que o registo deve tentar recuperar a sequência de acções, ou melhor, o resultado estratigráfico de uma sequência de acções de que derivou a formação do pacote arqueológico. No entanto, como bem nos recorda Gavin Lucas num trabalho recente, a questão fulcral redunda na dificuldade de isolarmos «*the evidence*» ou «*the evidence of*» isto é, no fundo como isolar e registar a acção, ou o resultado da acção (Lucas, 2012, p. 171). Cremos efectivamente que este é o objectivo fulcral, complexo, subjectivo e inatingível, porque intangível, que pretendemos abordar neste trabalho. Na realidade, é a acção que pretendemos isolar através do nosso registo do seu resultado, acompanhando, de certa forma, o que este último autor designou de «*event*», com toda a complexidade com que o explanou (Lucas, 2012, p. 178). Todavia, e ainda que tenhamos consciência que esta tentativa de isolar acções concretas seja eivada de tremenda dificuldade e subjectividade na leitura do «dado», que nós criámos, especialmente se tivermos em consideração que a mesma terá sido acompanhada de múltiplas outras de que não resultaram evidências passíveis de serem capturadas por nós, talvez pelas nossas próprias limitações; cremos que a possibilidade de isolar alguma intencionalidade nos permite aproximar dos gestos que acreditamos estarem imbuídos de simbolismo para os indivíduos, e possivelmente para as comunidades, que os praticaram. Este simbolismo e ritualidade inerente remete-nos para outra questão, justamente, o que é o ritual? Tema bastante amplo, complexo e

problemático, como fica patente na revisão de J. Brück (1999), que nos deixa clara a dificuldade de conceptualizar a designação, tanto entre arqueólogos como antropólogos, assinalando como decorre da visão bipartida e cartesiana do Mundo iniciada desde o Iluminismo. Cremos, no entanto, que nem a visão da sociedade ocidental contemporânea é tão simples e linear, nem o Passado seria tão simbolicamente organizado em torno da representação metafórica da própria realidade, como alguns nos querem fazer crer, aliás como a própria autora denuncia (Brück, 1999, p. 325).

Neste sentido, e em particular no que remete para a ritualidade passível de ser registada em contextos domésticos, cremos que a resposta de R. Bradley nos serve perfeitamente:

> «*The reason why some deposits can be interpreted today is that they resulted from behaviour that requiered a certain degree of formality. They achieved this because on particular occasions those very actions were ritualised*» (Bradley, 2005, p. 209).

E no caso concreto da visão que aqui pretendemos desenvolver, parece-nos especialmente interessante a perspectiva de J. Brück (1999, p. 335): «*I would therefore argue that it may be more helpful to describe all of the depositional activities that were carried out at middle Bronze Age settlements as constituting a culturally specific group of site maintenance practices that ensured the well-being of the settlement and its inhabitants.*», na justa medida em que elimina a oposição ritual-funcional, e subentende que os actos simbólicos pretendem atingir um fim concreto, o «*well-being*» da comunidade. Estamos, ainda assim, conscientes da dificuldade do tema, e do modo como poderemos reconhecer e registar o resultado arqueológico dessa formalidade do gesto e acção ritualizada, ainda que estejamos longe, cremos, da linear visão dicotómica entre ritual e profano nas leituras das realidades passadas (Brück, 1999), em particular nas designadas *deposições estruturadas*, ou *altamente estruturadas*, sabendo que o tema tem conhecido notável alargamento que redundou numa utilização por vezes excessiva e pouco definida do mesmo (Brudenell e Cooper, 2008). Em trabalho recente E. Márquez Romero e V. Jiménez Jámez (2010, em particular capítulo 8) apresentam ampla revisão das problemáticas gerais referentes a este tema, deixando clara a dificuldade e abrangência do mesmo.

De um modo geral, intentaremos aqui centrar-nos naquilo que definimos de amortizações *de facto*, seguindo a proposta de La Motta e Schiffer (1999, p. 22), assumindo que «*in burying artefacts, people were placing something redolent of their sociality in a given location*» (Thomas, 1999, p. 87). No mesmo sentido, estamos então a afastar-nos de uma visão simples, unidirecional, de descarte ou «lixo», sabendo que este é, com toda a clareza, e como vem sendo amplamente explanado, altamente impregnado de conceitos culturais, variáveis de sociedade para sociedade e ao longo do tempo (Hodder, 1982, capítulo 8; Thomas, 1999, p. 63).

UNIDADES DE ACÇÃO E CONTEXTOS DE ANÁLISE – AS DEPOSIÇÕES DE RECIPIENTES NO SÃO PEDRO

Atendendo ao exposto iremos centrar a nossa análise num conjunto muito concreto de realidades que considerámos deposições diferenciadas, em diversos casos claramente estruturadas, que foram isoladas especificamente como unidades de acção, ou UE's, durante o processo de escavação, o que não obsta a que outras acções e contextos possam ter igualmente decorrido de prácticas ritualizadas, ou simbolicamente organizadas, merecedoras de análise, caso dos preenchimentos de outras estruturas negativas, como [187] (Mataloto, 2010, p. 278).

O conjunto foi, então, definido tomando como eixo fulcral a deposição estruturada, ou não, de recipientes cerâmicos completos ou quase completos que chegaram até nós depositados em estru-

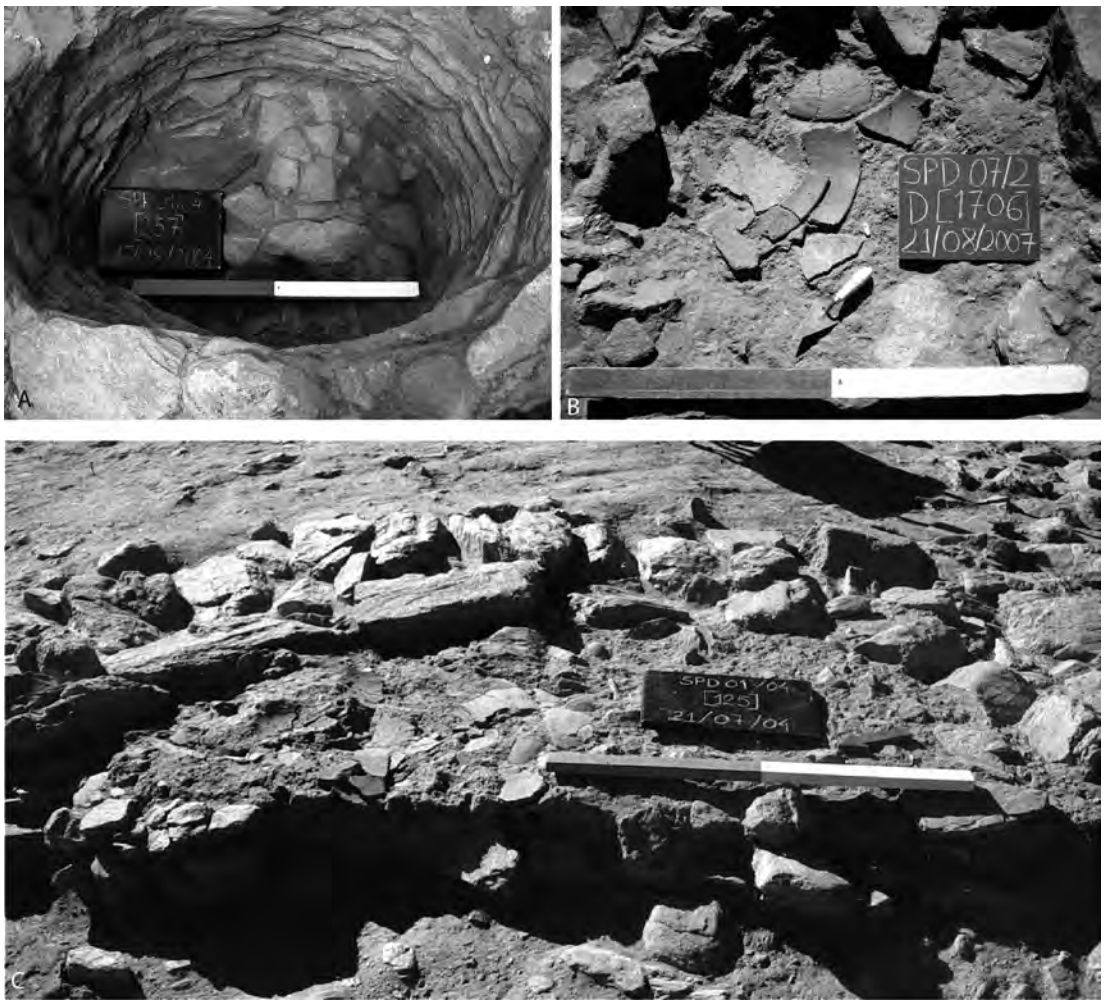


FIG. 2. Contextos com recipientes cerâmicos parcialmente quebrados em conexão. A – [257] unidade com parte de grande recipiente fragmentado em conexão; B – [1706] prato com fragmentos sobrepostos, dentro de estrutura negativa pouco profunda; C – [125] contexto aparente de abandono e derrube dentro do bastião [100].

turas negativas, ou em pequenas depressões, por vezes estruturadas por pedras. O grau de preservação das formas destes recipientes constitui, por si só, um elemento diferenciador especialmente se nos ativermos no facto do restante conjunto cerâmico se encontrar altamente fragmentado, como o demonstram os mais de 10 mil fragmentos de quatro sectores em análise por um de nós, C. C., no âmbito da dissertação de doutoramento.

Todavia, a longa sequência de ocupações calcolíticas, com diferentes dinâmicas de construção e organização do espaço, documentadas no sítio de São Pedro condicionaram profundamente a preservação de contextos funcionais e de deposições intencionais. Assim, o elevado estado de fragmentação da globalidade dos artefactos arqueológicos exige prudência nas leituras simbólicas dos recipientes cerâmicos fragmentados em conexão. De facto, nem todos os conjuntos de fragmentos de cerâmica em conexão devem ter resultado, em primeira instância, de deposições intencionais, uma vez que se encontram em contextos que não evidenciam nenhum tipo de estruturação ou intencionalidade na colocação do recipiente. Na maioria dos contextos em que se identificam fragmentos de recipientes cerâmicos parcialmente quebrados em conexão, ou em que os fragmentos pertencentes à mesma peça estão próximos, tornando possível a reconstituição da forma, não se documentaram evidências de intencionalidade específica, sendo por isso interpretados como contextos

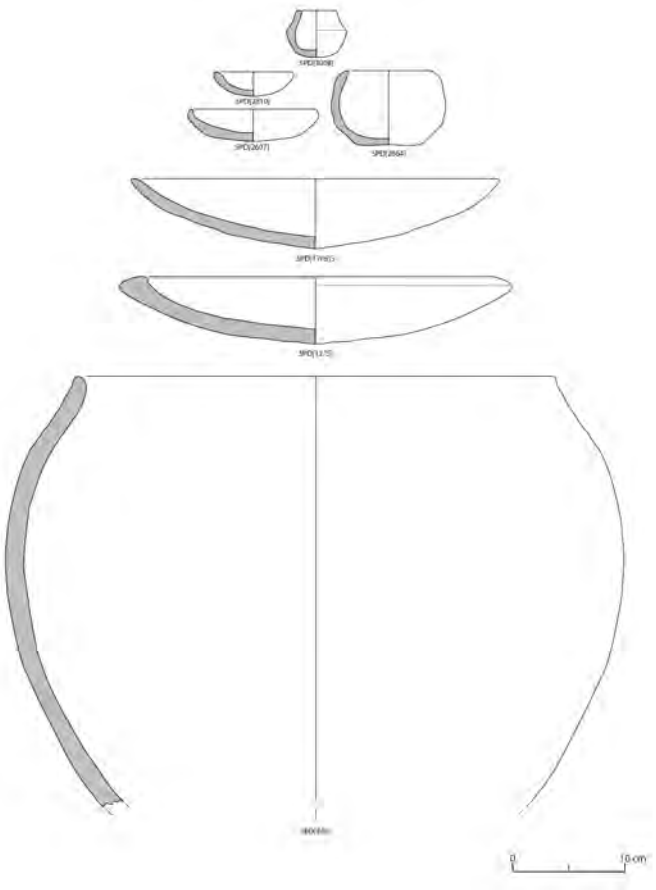


FIG. 3. Pequenos recipientes recolhidos em unidades dispersas do São Pedro. Pratos e vaso parcialmente fragmentados em conexão recolhidos em unidades negativas – [1706]5; [1275]; [245].

de rejeição doméstica, o que, como se viu, não implica que não possam estar imbuídos de ritualidade e simbolismo próprios de alguns contextos de descarte, contudo, os mesmos não se materializaram de uma forma que nos permita, em primeira instância, reconhecer ou reconstituir comportamentos altamente formalizados (Bradley, 2005, p. 209) (unidades estratigráficas SPD [125]; SPD [257]; SPD [1605]; SPD [1706]) (v. Figs. 2 e 3).

A par destes foi recolhido um número reduzido de pequenas formas, ou miniaturas, por vezes sem paralelo directo reconhecido na tabela de formas documentada no local, mas cuja presença pode ser rastreável nalguns contextos funerários, pelo que deverão futuramente merecer uma atenção particular, ainda que, uma vez mais, o contexto de amortização tenha sido por nós indiferenciado, para além da genérica unidade estratigráfica de depósito, caso de [2607], [2810], [2864] ou [3008] (Fig. 3). Todavia, surgiam essencialmente isolados em contextos genéricos que embalavam frequentes fragmentos cerâmicos, como é usual na maioria dos contextos estratigráficos de deposição.

No sítio de São Pedro identificámos, então, nove contextos com claros indícios de intencionalidade na deposição estruturada de recipientes inteiros, os quais foram, nalguns casos, posteriormente fracturados por pressão, resultante da utilização continuada do local. No geral, as formas documentadas acompanham morfologias semelhantes às passíveis de reconstituir por entre os milhares de fragmentos recolhidos no local, devendo, em geral, corresponder a recipientes que tiveram uma biografia própria, prévia à sua amortização intencional e estruturada, tendo evidências de uso, acompanhando tendências reconhecidas a nível europeu (Thomas, 1999, p. 87). Apenas o recipiente [2744], recolhido dentro de uma das mais profundas fossas escavadas no local, apresentava, como se verá, uma forma absolutamente normal, à qual foi adicionado um «apêndice» externo que lhe proporcionava uma forma diferenciada de tudo o restante. Este facto, tal como R. Bradley realça, parece então reforçar a ligação dos contextos domésticos às realidades simbólicas, mas igualmente a ritualidade simbólica às actividades domésticas (Bradley, 2005, p. 120). Este facto não obsta que, em determinados contextos, os objectos a serem amortizados não possam ter sido criados para isso mesmo. Este aspecto remete, agora, para um outro, que se reporta ao próprio contentor, ou «bacia de deposição», ou seja, o espaço de deposição estruturada dos recipientes. Uma vez mais aqui encontramos, como se verá, situações variadas, mas cremos que a generalidade dos contextos deverá ter sido criada/escavada/construída para uma deposição intencional e amortização rápida dos recipientes depostos de modo estruturado. Ou seja, cremos que, nos casos em que tal acontece, as estruturas negativas terão sido abertas propositadamente para amortizar os recipientes em questão. Uma vez mais aqui gostaríamos de excluir a estrutura [2794], a única escavada no próprio substrato geológico, e a qual poderá, cremos, ter apresentando um uso e biografia anterior à sua amortização.

Esta é uma primeira abordagem à questão, focando-nos principalmente na deposição dos recipientes completos, faltando uma análise de pormenor de todo o conteúdo, geralmente escasso, mas que importaria rever aprofundadamente, algo que pretendemos desenvolver no futuro, com a revisão do preenchimento das muitas estruturas negativas documentadas em São Pedro. Deste modo, cremos que a realidade que aqui tratamos pode ser apenas a parte mais visível, na nossa malha de análise, de um fenómeno muito mais extenso e complexo.

LISTAGEM E DESCRIÇÃO

[27] – Trata-se de uma pequena taça hemisférica de bordo simples, documentada dentro de uma estrutura negativa de pouca profundidade. O seu estado completo, e não fragmentado, não deixa de apresentar ligeiras marcas aparentemente de uso. O seu faseamento não é fácil, devendo enquadrar-se nas ocupações mais recentes, eventualmente fase IV, na justa medida em que corta os estratos que encostam à muralha da Fase II, no Sector B. Foi encontrada numa posição lateral, sem qualquer estruturação aparente (Figs. 4 e 5).

[165] – Nesta unidade de enchimento foram recolhidas duas peças, uma completa, correspondente a uma pequena taça, e outra correspondente a mais de metade de um pequeno vaso achatado de bordos entrantes. Ambos estavam depositados no interior de uma estrutura negativa pouco profunda, que cortava a muralha da Fase II, na sua metade Sul, no troço [26]. O facto de se encontrar imediatamente sob a superfície impossibilita o seu faseamento, mas que será sempre posterior à Fase II. As peças não apresentavam qualquer forma de estruturação (Fig. 5).

[462] – Este recipiente correspondente a uma taça hemisférica, relativamente profunda, que se encontrava fragmentada em conexão, mantendo a forma, tendo sido colocado com o bordo a tocar o solo, eventualmente com conteúdo, estando aparentemente estruturada entre pedras de média e grande dimensão. Esta deposição pode associar-se à Fase V, eventualmente a um momento avançado da mesma, na área do Sector E (Figs. 4 e 5).

[1008] – O recipiente encontrava-se fragmentado em conexão, mantendo a forma globular achatada, de bordo ligeiramente exvertido, tendo sido depositado com a base a tocar o solo, numa ligeira depressão, [1015], delimitada por lajes de xisto dispostas em cutelo. O seu faseamento não é, de momento, simples, podendo corresponder ou a momento tardio da Fase IV, ou já à Fase V, na área do Sector D (Figs. 4 e 5).

[1538] – Esta unidade corresponde a um pote globular, de grandes dimensões (c. 70l de capacidade), que se encontrava fragmentado, mantendo a sua forma original. Esta peça foi colocada com o bordo para baixo, sobre o que deverá ter sido a sua tampa de xisto, no interior da estrutura negativa [1542], de contorno circular e pouco profunda. Este facto deverá ter determinado que o recipiente se encontrasse visível à superfície durante relativamente algum tempo, tendo-se desenrolado actividades de aparente cariz doméstico na sua envolvente, se atendermos à presença de uma lareira, [1389], e dois buracos de poste, [1388] e [1390], imediatamente a Sul da mesma, respeitando-se a sua existência, tendo a amortização desta peça respeitado a existência do empedrado [1771], que se lhe situava imediato a Nascente. A peça, que mantinha em grande medida o seu volume, terá sido cuidadosamente estruturada com pequenas lajes de xisto, e cerâmicas, fracturando-se por pressão, mantendo provavelmente grande parte do seu conteúdo, o que lhe terá

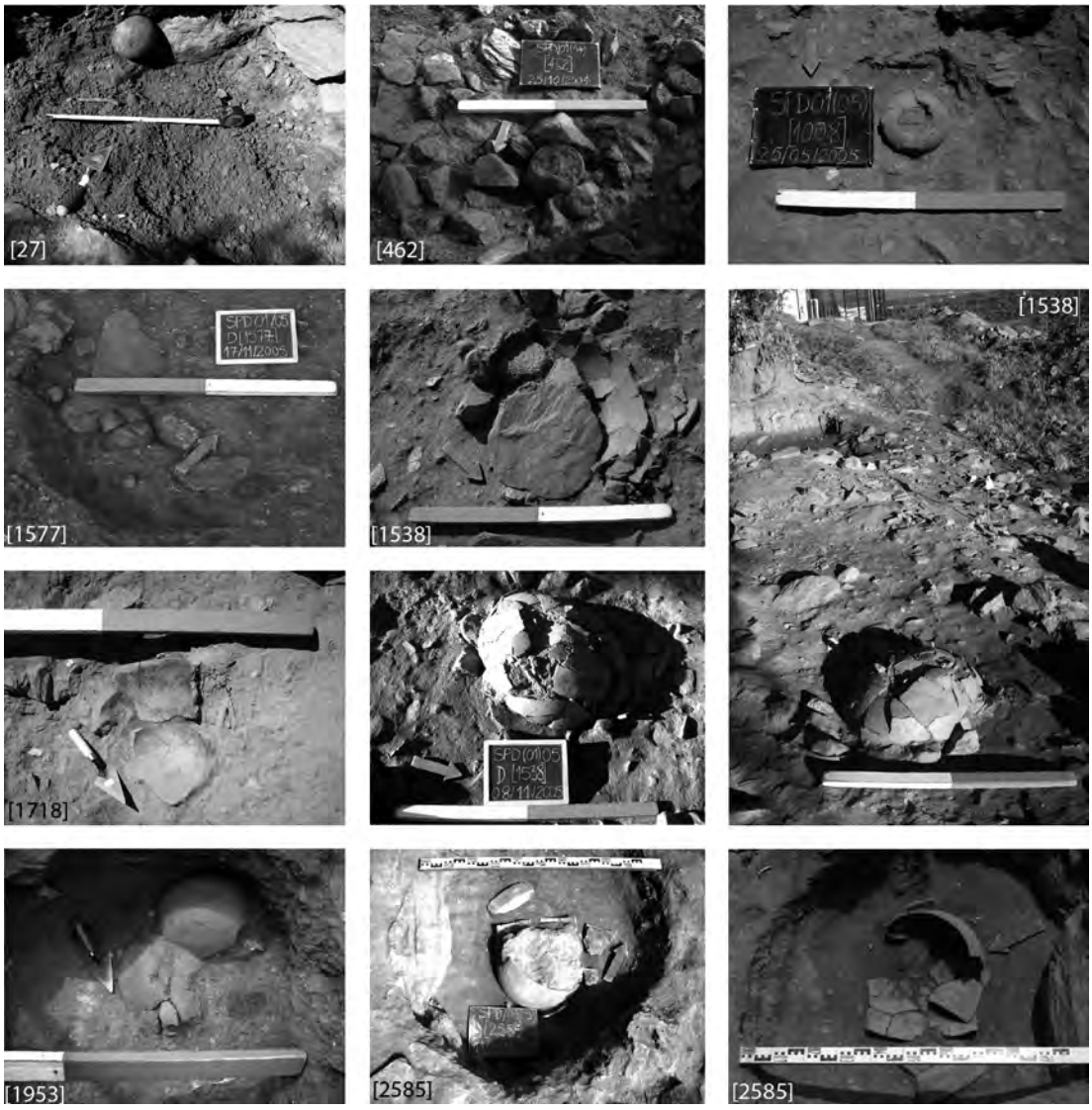


FIG. 4. Depósitos estruturados com recipientes fragmentados em conexão.

permitido manter o volume e impedido o seu esmagamento. Sob ela encontrava-se, dentro da depressão em que se estruturava, um seixo de quartzito, algo usual no sítio, e um bloco de granito, eventualmente parte de uma mó, mas que se encontrava bastante alterado. Tudo nesta deposição nos parece intencional e cuidadosamente preparado (Figs. 4 e 5). O seu conteúdo foi, com excepção de uma amostra para análise futura, crivado a água, por flutuação, não tendo resultado qualquer indício de presenças carpológicas ou antracológicas significativas.

Esta unidade pode enquadrar-se dentro da Fase III, provavelmente num momento antigo, eventualmente correspondente a um momento em que o local se encontrava em grande parte abandonado e em ruína.

O recipiente [1577] de base plana e com uma perfuração central pré-cozedura, faz parte do mesmo contexto de deposição da peça anterior, sob a qual jazia, dentro da mesma estrutura negativa (Figs. 4 e 5). Esta forma, que se encontrava depositada com o bordo virado para baixo, não apresenta qualquer paralelo no extenso conjunto de materiais estudados. Contudo, cremos que o elevado estado de fragmentação das peças poderá encobrir a presença de outras semelhantes, certamente sempre em número reduzido.

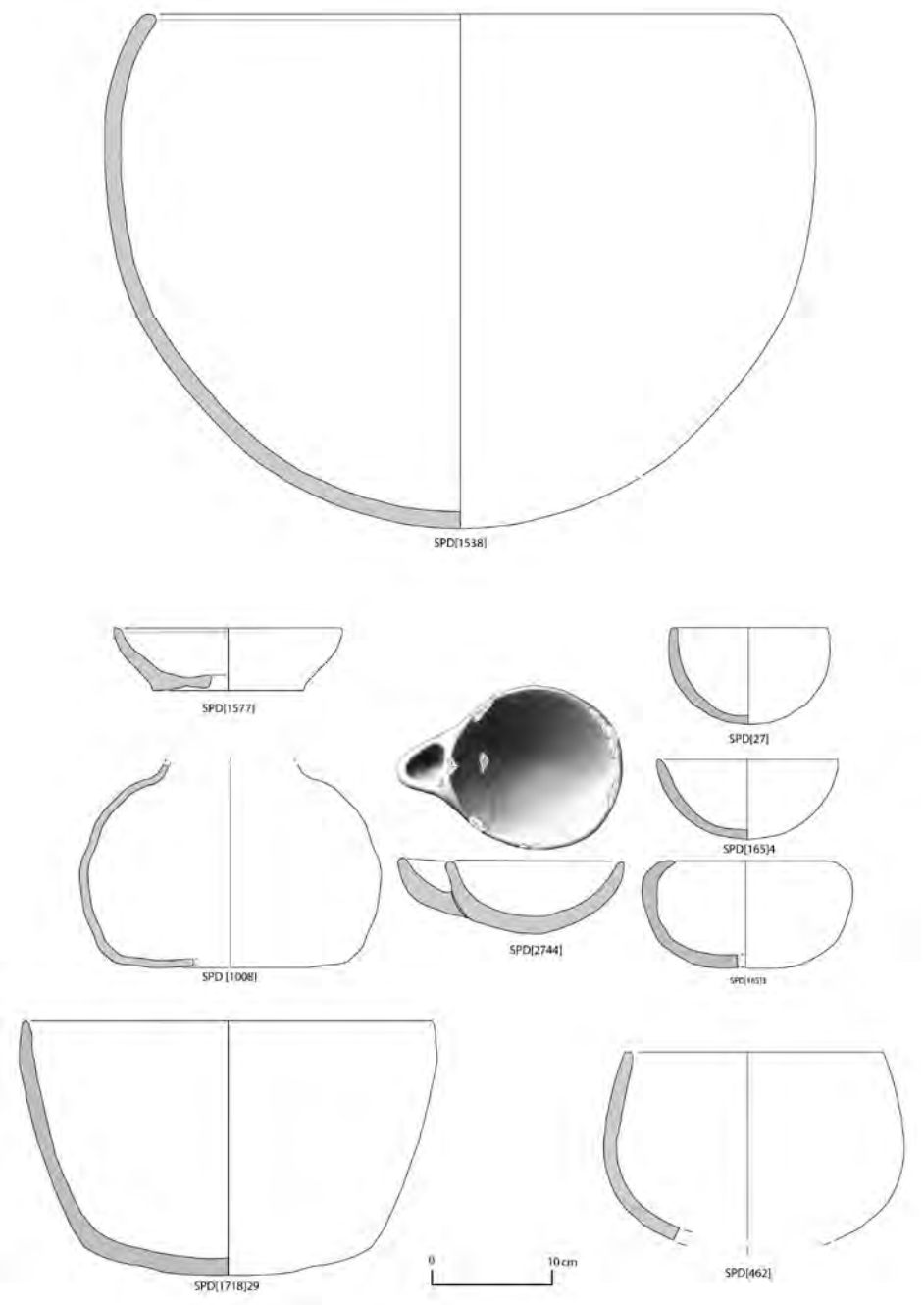


FIG. 5. Recipientes em análise.

[1718] – Este corresponde a uma taça funda, fracturada em conexão após a sua deposição, na vertical, no interior de [1750], uma estrutura negativa irregular e pouco profunda, de difícil enquadramento, mas cremos poder situar-se dentro da Fase III, na área do Sector D. A peça não se encontrava completa, mas o facto de se encontrar numa estrutura pouco profunda poderá ter facilitados processos de ablação posteriores.

[1953] – Esta taça funda de paredes quase rectas e fundo ligeiramente convexo, encontrava-se depositada no interior da estrutura [1928], em posição invertida e fragmentada em duas partes.

Sobre ela, eventualmente deposta intencionalmente, encontrava-se parte de uma haste de veado. Esta unidade é de difícil enquadramento, mas cremos poder integrar-se na Fase III, na área do Sector D (Figs. 4 e 5).

[2585] – Este recipiente corresponde a um vaso fundo, de base ligeiramente convexa, que se encontra fragmentado em conexão, tendo sido depositado na vertical, no centro da estrutura negativa [2600], de planta circular irregular, relativamente profunda. O recipiente parece ter sido fragmentado por pressão, após o preenchimento do mesmo e da própria vala, mantendo parcialmente a forma. Cremos que a fossa, a deposição e a sua amortização deverão ter sido realizadas sequencial e propositadamente para esse fim. Esta unidade é de difícil enquadramento, mas cremos poder integrar-se na Fase III, eventualmente numa fase antiga da mesma, aparentemente num momento em que o local apresentava uma ocupação pouco intensa, por entre as ruínas da fase anterior (Fig. 4).

[2744] – Esta corresponde a uma taça de média dimensão, que apresenta um apêndice côncavo, a modo de pega, aposto junto ao bordo, conferindo-lhe o aspecto de uma grande colher (Fig. 5). Encontrava-se depositada próximo da base de uma estrutura negativa subquadrangular, relativamente profunda, preenchida por um sedimento bastante solto, no qual se registou uma outra peça bastante completa, mas fragmentada, sendo ainda de realçar a presença de uma haste de veado depositada na base da estrutura negativa. A estrutura negativa, situada no sector A é difícil de enquadrar, ainda que com alguma segurança possamos associar à Fase II, sendo mais complexo estabelecer se a um momento mais antigo ou mais recente da mesma, tendo ainda que se elaborar uma leitura mais fina da sua relação com a torre [345].

É importante referir, previamente à discussão, que em nenhum destes casos dispomos, ainda, de qualquer indicação directa sobre o uso ou conteúdo dos recipientes depositados de forma estruturada. Ainda que tenhamos crivado a água o conteúdo dos recipientes, não foi possível documentar qualquer concentração específica. Todavia, nem as terras nem os recipientes foram ainda quimicamente analisados, pelo que não deveremos obstar a presença de qualquer conteúdo líquido, ao menos nas deposições na vertical. Contudo, a sua amortização, por vezes em posição vertical, ou invertida mas preenchida de modo a manter a sua forma, deixam entender uma relação directa com o sentido do seu uso, eventualmente imediatamente prévio. Como se comentou acima, estas peças, na sua generalidade, assumem morfologias usuais nos contextos habitacionais do sítio, sendo, no entanto, de realçar que na sua maioria correspondem a recipientes fundos, em geral de média e grande dimensão, sendo os dois casos de recipientes abertos e menores dimensões, [27] e [2744], justamente aqueles cuja integração no restante conjunto não deixa de assumir cariz ligeiramente distinto, a começar pela sua excentricidade espacial, como se verá. De algum modo, este conjunto de cerâmicas, amortizadas de modo a manter a sua posição e forma, em vários casos, pode ser integrado, com alguma facilidade, cremos, no que Walker (1995) definiu como «*ceremonial trash*» ao corresponder a objectos utilizados no decurso de um ritual específico, que seriam posteriormente amortizados após o mesmo, ou, como J. Thomas nos recorda (1999, p. 73) o ritual poderia ser efectivamente a própria abertura e amortização dos recipientes e seus conteúdos, acompanhado de outros preceitos e formalidades que não deixaram traços arqueológicos, como cânticos e danças. De alguma forma, estes poderiam ser recipientes com biografias muito próprias, ricas e diversas no contexto social, que as levou a serem amortizadas de modo particular. Eram, então, «*Pots that matter*» (Thomas, 1999, p. 125). Contudo, para melhor as compreender seria importante contextualizá-las de forma mais concreta na complexa sequência de ocupações de São Pedro.

CONTEXTOS E FASEAMENTO DOS RECIPIENTES FRACTURADOS EM CONEXÃO

Estes contextos de deposição intencional de recipientes identificaram-se em vários sectores da escavação (A, B, D, E), registando-se o maior número de casos no sector D e uma total ausência no sector C e F, o que pode estar relacionado com condições diferentes de preservação. Estas deposições enquadram-se nas várias fases de ocupação do cabeço de São Pedro, parecendo mais significativas na fase III (cinco casos identificados).

A fase III encontra-se principalmente documentada nesta área do sector D, estando associada à construção de grande estrutura quadrangular, a qual é edificada após o colapso e forte acção de desmonte da muralha interior da Fase II, no seu troço [716=832]. Esta construção apresenta mais que um momento de utilização/construção, sendo marcada na fase final por uma linha de buracos de poste axializada longitudinalmente, sendo que um deles sobrepõe a muralha anterior. Para Poente deste edifício desenvolvem-se outras construções em materiais perecíveis, indiciadas pela presença de diversos outros buracos de poste, cuja contemporaneidade com aquela é ainda complexa de aferir. Entre estas duas construções, documentaram-se pequenas estruturas de cariz aparentemente habitacional, como lareiras, caso da [1389], da qual se obteve uma datação (KIA33866 - 4105 ± 35 BP - 2867 - 2569 cal BC), ou [1129]. A área carece ainda de uma análise estratigráfica de pormenor, contudo, toda esta dinâmica habitacional parece acompanhar, ou ser imediatamente posterior, à amortização dos recipientes [1538], [1718], [1953] e [2585].

Já os recipientes [462] e [1008], enquadráveis na Fase V, poderão estar relacionados com o uso do espaço após a construção do grande empedrado que parece encerrar a fase V, acompanhando o cariz «simbólico» do local, após o seu abandono (Mataloto, *et al.* 2015).

Os recipientes recolhidos em [27], [165] e [2744], curiosamente os únicos registados fora da vertente Norte do sítio, apresentam características manifestamente distintas, ao serem de menores dimensões e não terem apresentado indícios claros de deposição estruturada, talvez mesmo pela sua pequena dimensão. Contudo, é certo que surgem com formas quase completas, ou mesmo completas, amortizados em estruturas negativas de cariz diferenciado, sendo de realçar que [27] e [165] são bastante próximas entre si e situadas na vertente Sul, enquanto [2744] se localiza no interior de uma estrutura negativa de planta subquadrangular, relativamente profunda.

Numa breve leitura global, cremos poder manter e realçar esta separação, que mais não seja também espacial, que parece, efectivamente, valorizar a localização deste tipo de deposições na área ocupada pendente para o lado Norte. Não cremos que este facto seja acidental ou ter origem exclusivamente tafonómica, na justa medida em que a presença do empedrado da Fase V assegura a selagem, e preservação, da estratigrafia anterior. Contudo, cremos que terá existido um forte momento de desmonte das estruturas da Fase II, eventualmente para o nivelamento e construção da muralha da Fase IV, o que poderá ter levado à destruição de alguns contextos de deposição da Fase III. No entanto, há que ter alguma reserva a este nível, na justa medida em que a deposição [2585] se parece efectuar já com a estrutura da muralha [716=832] devidamente desmontada, mas anteriormente à edificação da muralha da Fase IV, deixando entender que a subtração de parte desta construção se faz num momento antigo e imediatamente posterior ao seu abandono.

A concentração destas deposições intencionais de cariz ritual e simbólico na parte ocupada da vertente Norte poderá estar associada a aspectos concretos de visibilidade, ao ser a área ocupada mais visível desde a base da encosta a qual, ao ser um festo, com água abundante a brotar nas imediações, a tornava uma zona de atracção e transitabilidade. Por outro lado, o facto da maior parte destas deposições, nomeadamente as situadas na vertente virada a Norte, se correlacionarem ou com momentos de abandono, ou de ocupação menos intensa, nomeadamente nos inícios da Fase III e finais da Fase V poderá reforçar o seu cariz simbólico e estruturante, ao serem fortemente cono-

tadas com a formação simbólico-identitária do local, na esteira do que nos diz J. Thomas para outros contextos: «*Pit-digging, and the deposition of objects and substances within pits, was a set of actions which brought meaning to a locality over and above the importance of whatever activities generated the material concerned. Once these actions had been performed the location became a place of significance (...) pit deposits formed one aspect of the continuous process in which the identities of places were created, re-created and contested.*» (Thomas, 1999, p. 72).

Cremos ser aqui o momento em que devamos assinalar que este «Mundo em negativo», como foi já designado (Valera, *et al.,* 2013), tem sido considerado apanágio das grandes, e outras vezes pequenas, instalações de fossos, geralmente em áreas aplanadas com contextos geológicos favoráveis à abertura de estruturas negativas, onde pontuam, para além de grandes recintos cercados, constelações de estruturas negativas, de sentido e explicação difícil, uns verdadeiros «agujeros negros» (Márquez Romero, 2001, p. 213), por vezes entendidos de modo bastante «masoquista», como estruturas abertas para serem logo colmatadas. Mas, como este último autor, consideramos, também, necessário o devido abandono de uma visão «*exclusivamente utilitarista*» se entendida estritamente de um ponto de visa funcionalista «primário» (armazenagem, habitação, etc...). Após a leitura e análise das realidades apresentadas no São Pedro, que são apenas uma parte mais visível e isolável de uma realidade mais vasta, estamos certos que este «Mundo em Negativo» se estende bem mais para lá das ocupações de fossos, e é bem mais complexo que os «campos de silos». Tenhamos nós todos, nos povoados «negativos» de planície ou nas ocupações fortificadas de altura, a capacidade e a finura de registo que nos permita identificar e registar estas entidades arqueológicas.

AS DEPOSIÇÕES DE RECIPIENTES NO SUDOESTE PENINSULAR

As deposições de recipientes do São Pedro surgem no quadro mais vasto do Sudoeste peninsular onde estas têm vindo a ser registadas numa diversidade de contextos, ainda que apenas em contadas situações tenhamos já informação disponível. Apesar do desenvolvimento de novas propostas interpretativas, muitas delas enquadradas nas correntes pós-processualistas, sobre as deposições simbólicas de artefactos em sítios calcolíticos fortificados (Jorge, 2005; Vale, 2011) e de fossos (Valera, 2010, p. 37-39; Jiménez Jáimez e Márquez Romero, 2008), a questão das deposições intencionais de recipientes inteiros em cerâmica em contextos de habitat tem sido pouco abordada. Esta situação poderá relacionar-se com a acentuada valorização dos fragmentos (a parte) em detrimento dos recipientes, com o intuito de destacar a intencionalidade das acções de fragmentação, dispersão e deposição de fragmentos nos variados contextos calcolíticos, ou com a reduzida identificação de deposições intencionais de recipientes inteiros em povoados.

Todavia, a bibliografia demonstra que a presença de recipientes inteiros com indícios de intencionalidade na sua deposição ocorre em vários povoados calcolíticos de diferentes geografias, enquadrando-se em áreas e momentos de ocupação muito variados.

No povoado do Mercador (Mourão) registou-se a deposição intencional de um pequeno recipiente inteiro, no interior de uma estrutura negativa (fossa 20) de planta elipsoidal e profundidade reduzida (Valera, 2013, p. 64 e 309-311). A intencionalidade e carácter simbólico desta deposição são assinalados, mas não se avança para uma interpretação do seu significado. Este contexto parece relacionar-se com a fase de utilização do sítio.

Nas recentes campanhas de escavação dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) têm-se identificado múltiplas deposições intencionais de recipientes de morfologias e dimensões variadas, algumas estruturadas com pedras, como é possível observar em várias das fotografias publicadas

no blogue *Perdigões2011*[4] sobre as campanhas de escavação de 2011, 2013 e 2014. Os contextos de deposições intencionais do fosso 3 e da fossa 5 do sector 1 já se encontram publicados. Na primeira estrutura documentou-se um vaso suporte inteiro, colocado na vertical, ladeado por seixos, e na fossa 5 a deposição de dois recipientes praticamente completos num dos lados do topo do enchimento (Valera, 2008, p. 20-23, fig. 5, 11 e 24).

Nas proximidades do povoado da Ponta da Azambuja 2, na margem da ribeira da Azambuja, identificou-se um recipiente de grandes dimensões (38 cm de diâmetro externo do bordo, 40 cm de altura e 2 cm de espessura), de paredes rectas e base plana, com dois elementos plásticos, praticamente completo, depositado intencionalmente na vertical, numa pequena cova (Martins *et al.*, 2004-2005). As características morfológicas deste recipiente e a sua proximidade com um povoado do Neolítico Final constituem bons argumentos para a sua integração nesta cronologia, assumindo-se assim como mais um exemplo de uma deposição intencional de um recipiente de grandes dimensões liso. O contexto em que se identificou é complexo, uma vez que não se conseguiu demonstrar a sua relação directa com o povoado da Ponta da Azambuja, constituindo por isso uma deposição isolada, próxima de linhas de água.

No povoado do Outeiro Redondo (Sesimbra) identificaram-se dois recipientes fracturados em conexão sobre os derrubes das estruturas pétreas (Cardoso, 2011, p. 97, fig. 17 e 18), que aparentemente foram depositados em posição invertida, com os bordos fincados no solo. O primeiro destes recipientes correspondia a um vaso globular de bordo espessado interna e externamente, com múltiplas perfurações sob o bordo, que se encontrava decorado pelo exterior, imediatamente abaixo destas com linhas caneladas e horizontais e oblíquas, e a uma taça de bordo espessado, com a superfície interna totalmente decorada com motivos espinhados e semicircunferências concêntricas (Cardoso, 2011, p. 94-95). A deposição destes recipientes foi interpretada como intencional, simbolicamente relacionada com o abandono do povoado.

No povoado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) recuperou-se, nas escavações da década de 40 do século XX, um recipiente de grandes dimensões completo, depositado com o bordo para cima, rodeado por pedras, no interior de uma estrutura negativa (Paço, 1943). O significado simbólico desta deposição foi valorizado desde a sua identificação, tendo-se relacionado com um momento fundacional do povoado (Gonçalves, 1994), ou de uma área específica (Cardoso, 2011, p. 102).

Consideramos que a intencionalidade destas deposições deverá ser integrada no domínio do simbólico, uma vez que a localização e posição dos recipientes apresentados, em particular os depostos com o bordo virado para o solo ou os posicionados com uma clara estruturação, não se adequam a uma leitura funcional hoje perceptível. Gostaríamos de salientar o facto de estarmos perante recipientes completos e de estes não apresentarem, no São Pedro, mas também na maioria dos casos noticiados, qualquer tipo de decoração, o que nos parece indicar uma valorização do recipiente como um todo, e eventualmente da sua função / uso / conteúdo. Este aspecto parece ser reforçado pelo facto de a maioria serem recipientes fundos, e por vezes fechados, aptos para conterem mais que para disporem o conteúdo.

A intencionalidade da deposição destes recipientes parece-nos inquestionável, especialmente nos casos onde, quer pela estruturação da sua base, quer pela manutenção da forma, nos parece clara a pretensão de passar uma mensagem e cumprir um preceito, cujo real significado ainda nos escapa. Não nos é ainda possível aferir um qualquer padrão entre as deposições invertidas (de bordo para baixo) e as deposições na vertical, ainda que nos pareça evidente o maior cuidado na deposi-

[4] http://perdigoes2011.blogspot.pt/search?updated-min=2013-01-01T00:00:00Z&updated-max=2014-01-01T00:00:00Z&max-results=39, Monday, 5 August – 033/2013

ção das primeiras. Por outro lado, convém igualmente assinalar que, para além de associadas a diversos momentos dos povoados do São Pedro, estas peças são depostas em estruturas marcadamente distintas, podendo corresponder a claras estruturas negativas, profundas, ou simples covachos, estes especialmente associados aos momentos mais tardios.

Dada a enorme dinâmica de ocupação/abandono/remodelação dos povoados do São Pedro, que resultaram numa estratigrafia extremamente complexa, nem sempre nos parece fácil aferir a verdadeira natureza da ocupação a que corresponderão estas peças. Nos vários casos das deposições enquadráveis na Fase III, estas parecem fazer-se contiguamente à ocupação documentada; contudo, certo é que parecem localizar-se sob claros indícios de ocupação desta área do sector D (lareiras, buracos de poste) podendo tanto entender-se como rituais fundacionais, auspiciando a fundação de uma nova ocupação, o que nos parece pouco provável, dado que justamente esta Fase III se apresenta particularmente fruste e estruturada entre as ruínas do povoado anterior; ou então, poderão corresponder não a deposições de encerramento da Fase II, na justa medida em que decorrem já com a muralha em adiantada fase de desmantelamento, mas a actos de rememoração e revisitação do local após o seu abandono, eventualmente associado a celebrações rituais e festas de ligação entre o Passado e o Presente, representados aqui pela conexão entre a superfície e a realidade subterrânea/enterrada, constituindo as cerâmicas utilizadas e agora amortizadas/enterradas, os meios de interligação entre estas duas entidades, como foi sugestionado para outros contextos semelhantes (Thomas, 1999, p. 72). Como propõe este autor, os elementos amortizados criam laços de Memória entre o evento, a comunidade e o local onde ocorrem, representando bem mais que a si próprios. É certo, todavia, que estas são apenas suposições possíveis, e que a leitura dos dados disponíveis depende muito dos contextos espácio-temporais em que ocorrem, pelo que será de realçar o facto de ocorrerem no São Pedro especialmente em momentos de abandono, ou ocupação fruste (Fases III e V), e em espaços limiares, mas bem visíveis a partir de uma área exterior de passagem, como seria a base da encosta nordeste.

Neste sentido, estas deposições parecem indiciar uma relação mais estreita com as marcas e evidências do Passado, do que com gestos propiciatórios ou fundacionais, ou seja, com o Futuro. O facto dos recipientes se encontrarem completos, em posição invertida, poderá marcar a sua cessação de uso, e logo da sua relação com os vivos (Cardoso, 2011, p. 100), não pela perda da sua funcionalidade, mas sim pela intenção de preservar esta ligação com o Passado após a realização de um ritual ou festividade, na qual o mesmo adquiriu um sentido semântico que o distancia dos restantes recipientes, tendo para tal que ser amortizado. E nos casos em que os recipientes surgem na vertical, mantendo a sua forma, e eventualmente o seu conteúdo, estaremos ante gestos propiciatórios, como os documentados em Vila Nova de São Pedro (Paço, 1943)? Em todo o caso, face à raridade destes contextos, talvez mais aparente que real, e à sua diversidade devemos, principalmente, destacar a sua clara intencionalidade, e muito provável relação com a gestão simbólica e conceptualização dos espaços e das suas vivências ou abandonos.

BIBLIOGRAFIA

Arnaud, J. M., Gomes, M. V., Soares, A. M.; Ferreira, S.; Estrela, C. (2005) – Vila Nova de São Pedro: uma fortificação calcolítica do Litoral Estremenho. In Arnaud, J. M.; Fernandes, C (coords.) – *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 141-219.

Boaventura, R. (2001) – O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): Uma recuperação possível de velhos e novos dados. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia*, 20).

Bradley, R. (2003) – Enclosures, monuments and the ritualization of domestic life. In Jorge, S.O. (coord.) – *Recintos murados da Pré-História recente*. Porto/ Coimbra: Centros de Arqueologia das Universidades de Coimbra e Porto, p. 13-50.

Bradley, R. (2005) – *Ritual and domestic life in Prehistoric Europe*. Routledge, London.

Brück, J. (1999) – Ritual and rationality: some problems of interpretation in European Archaeology. *European Journal of Archaeology*. 2/3:313-344.

Brudenell, M.; Cooper, A. (2008) – Post-middenism: depositional histories on later Bronze Age settlements at Broom, Bedfordshire. *Oxford Journal of Archaeology*, 27, (1): 15-36.

Calado, M. (1995) – *A região da Serra d'Ossa: Introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa.

Calado, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional.* Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

Calado, M.; Mataloto, R. (2001) – *Carta Arqueológica do Redondo.* Redondo. Câmara Municipal de Redondo.

Cardoso, J. L. (2011) – Deposições rituais de vasos cerâmicos em contextos domésticos: os exemplares do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Revista Portuguesa Arqueologia*, 14: 85-106.

Costeira, C. (2010) – *Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central), 3.º milénio a.n.e*. Lisboa: [s.n.]. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Costeira, C. (2012) – Placas e crescentes – Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo, 3.º milénio a.n.e.). *Arqueologia e História*, 62-63, Lisboa, p.23-37.

Costeira, C.; Mataloto, R. (2013) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central) In Jiménez Ávila, J.; Bustamente, M.; García Cabezas, M. (eds.) – *Actas del VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Villafranca de los Barros*, p . 625-667.

Costeira, C.; Mataloto, R.; Roque, C. (2013) – Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4.º/3.º Milénio a.n.e. dos povoados de S. Pedro. (Redondo). In Arnaud, J.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) – *A Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 397-406

Costeira, C.; Mataloto, R. (no prelo) – *Ídolos e idoliformes cerâmicos dos povoados do 4.º/3.º milénio a.n.e. de S. Pedro (Redondo) – contributo para o estudo de uma ritualidade fugidia...*

Davis, S.; Mataloto, R.(2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* 5: 15, Lisboa, p. 47-85.

Evangelista, L.; Jacinto, M. (2007) – Deposições intencionais ou naturais? Análise estratigráfica e material do fosso exterior do recinto dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Vipasca Arqueologia e História*, 2, 2.ª Série, p. 122-127.

Gonçalves, V. S. (1994) – O Castelo de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.º milénio. *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição. Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, p. 49-51.

Gonçalves, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas (estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal).* 2.ª ed., rev. e aument. Cascais: Câmara Municipal, 2003.

Hodder, I. (1982) – *Symbols in Action: Ethnoarchaeological Studies of Material Culture.* Cambridge University Press.

Jiménez Jáimez, V.; Marquez Romero; J. (2008) – Aquí no hay quien viva. Sobre las casas-pozo en la Prehistoria de Andalucía durante el IV y el III milenios AC. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueologia* 15. p. 39-50.

Jorge, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*. Porto: Ed. Afrontamento.

Lago, M.; Duarte, C.; Valera, A.; Albergaria, J.; Almeida, F.; Carvalho, A. F. (1998) – O povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 45-152.

La Mota; Schiffer (1999) – Formation Processes of House Floor Assemblages. In Allison, P. M. – *The Archaeology of Household Activities.* Routledge, p. 19-29.

Leisner, G.; Leisner, V. (1959) *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. 1: 2.

Lucas, G. (2012) – *Understanding the archaeological record*. Cambridge University Press.

Márquez Romero, J. (2001) – De los campos de silos a los 'agujeros negros': sobre fosas, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica. *Spal, Revista de Prehistoria y Arqueología*, 10, p. 207-220.

Márquez Romero, J.; Jiménez Jáimez, V. (2010) – *Recintos de fosos – Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios AC)*. Málaga.

Martins, A.; Neves, C.; Cardoso, M. (2004-2005) – Fragmentos da paisagem: o pote isolado da Ponte da Azambuja 3. *Arqueologia e História,* 56/57. Lisboa, p. 103-110.

Mataloto, R. (2010) – O 4.º/3.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (eds.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e.* Actas do Colóquio Internacional. Cascais: Câmara Municipal, p. 263-296.

Mataloto, R.; Estrela, S.; Alves, C. (2007) – As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In Cerrillo, E.; Valadés, J. (eds.) – *Los primeros campesinos de La Raya: Aportaciones recientes al conocimiento del neolitico y calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueología del Museu de Cáceres*, 1. Cáceres. Consejería de Cultura y Turismo (Memórias, 6), p. 113-141.

Mataloto, R.; Estrela, S.; Alves, C. (2009) – *Die kupferzeitlichen Befestigungen von São Pedro (Redondo), Alentejo, Portugal. Madrider Mitteilungen Wiesbaden*. 50, p. 3-39.

Mataloto, R.; Boaventura, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, p. 31-77.

Mataloto, R.; Gauss, R. (no prelo) – Construtores e metalurgistas: faseamento e cronologia pelo radiocarbono da ocupação calcolítica do São Pedro (Redondo, Alentejo Central) In *Kupferzeitliche Metallurgie in Zambujal, in Estremadura, Südportugal und Südwestspanien: Vom Fertigprodukt zur Lagerstätte. Arbeitstagung Alqueva-Staudamm,* 27. bis 30. Oktober 2005. Série Iberia Archaeologica. DAI: Abteilung.

Mataloto, R.; Costeira, C.; Roque, C. (2015) – Torres, cabanas e memória – A fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa.

Mataloto, R.; Costeira, C. (2008) – O povoado Calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, p. 5-26.

Nukushina, D.; Mataloto, R.; Costeira, C.; Igreja, M. (no prelo) – «Foliáceos ovóides» e «grandes pontas bifaciais» nos povoados de S. Pedro (Redondo).

Paço, A. (1943) – *Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do «castro» de Vila Nova de São Pedro*. In IV Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências. 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas (Porto, 1942). Actas. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 132-143.

Soares, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal: o povoado do Porto das Carretas*. Memórias d'Odiana, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva.

Sousa, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa.* Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols.

Thomas, (1999) – *Understanding the Neolithic*. Routledge.

Vale, A. (2011) – *Modalidades de produção de espaços no contexto de uma colina monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheira do Vento, em Vila Nova de Foz Côa.* Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Valera, A. C. (2008) – Recinto calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do sector I. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, p. 19-28.

Valera, A. C. (2010) – Marfim no recinto calcolítico dos Perdigões (1): «Lunúlas», fragmentação e ontologia dos artefactos. *Apontamentos de Arqueologia e Património,* 5, p. 31-42.

Valera, A. C. (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana – 2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC*. Memórias d'Odiana, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 6.

Valera, A. C.; Lago, M.; Duarte, C.; Evangelista, L. (2000) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo. *Era Arqueologia*, 2, Lisboa, p. 84-105.

Valera, A. C.; Godinho, R.; Calvo, E; Moro Berraquero, J.; Filipe, V.; Santos, H. (2013) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa). *Actas do IV Colóquio Arqueológico de Alqueva. 4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva, o Plano de Rega (2002-2010)*. Memórias d'Odiana, 2.ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva.

Walker, (1995) – Ceremonial trash? In Skibo, J. M., Walker, W. M.; Nielsen, A. E. (eds.) – *Expanding Archeology*. Salt Lake City, p. 67-79.

MEGALITISMO E METALURGIA. OS *THOLOI* DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

ANA CATARINA SOUSA[1]

> «E onde o tempo da Grande Deusa Mãe de olhos em forma de Sol, traduzindo as linhas de força do Sul Peninsular, do mundo mediterrânico ocidental?»
>
> Victor S. Gonçalves, 1989, p. 83

RESUMO

Apresentação do estado dos conhecimentos relativos aos tholoi do Centro e Sul de Portugal, monumentos megalíticos relacionados directamente com as sociedades agro-metalúrgicas do Calcolítico. É efectuado um curto historial das pesquisas e uma proposta de classificação genérica. Atendendo à existência de especificidades, é realizada uma leitura de âmbito regional: Estremadura, Alentejo e Algarve. Finalmente são apresentadas algumas propostas interpretativas e a inserção de esta nas principais problemáticas do 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal.

ABSTRACT

Presentation of the state of the art of the *tholoi* located in the Central and South Portugal, a type of megalithic monuments directly related to the chalcolithic agro-metallurgical societies. This paper presents a short history of research and a proposal generic classification. Given the existence of regional specificities, the data presentation follows regional scope: Estremadura, Alentejo and Algarve. Finally we present some interpretative proposals and their integration into main problems of the 3rd millennium in Central and Southern Portugal.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
sousa@campus.ul.pt.

0. NOTA PRÉVIA

Este texto é, simultaneamente, um tributo e um desafio a Victor S. Gonçalves por ocasião da sua jubilação. O tributo de uma aluna que permaneceu como colaboradora nos últimos 26 anos é também um exercício quase biográfico, em que naturalmente existe um efeito de espelho em muitas das minhas opções científicas e académicas.

A obra de Victor S. Gonçalves, centrada nas antigas sociedades camponesas, apresenta um leque de variados ângulos, fugindo dos espartilhos das periodizações evolucionistas. Estão praticamente ausentes da sua obra expressões como *Calcolítico, Neolítico, antigo, médio e final*. Neste sentido, opta sempre por expressões como finais do 4.º/3 milénio a.n.e. ao invés do clássico Neolítico final/Calcolítico. Também os planos de estudos que implementou na Faculdade de Letras de Lisboa assumem a mesma perspectiva: tive a honra de leccionar a disciplina «Pré-História das Sociedades Camponesas» direccionada para as temáticas euro-asiáticas, e a disciplina «Primeiras Sociedades Camponesas da Península Ibérica», orientada para uma análise de âmbito peninsular. Apesar de partir de uma leitura do tempo longo, privilegia também os estudos cronométricos finos aplicados a sítios e a realidades específicos. Esta perspectiva holística está também patente nas leituras transversais que realiza: «Megalitismo e Metalurgia», «Megalitismo de Gruta», são alguns dos conceitos cruzados que introduziu.

Nas rotas do Centro e Sul de Portugal, o seu estudo das antigas sociedades camponesas centra-se essencialmente em meados do 4.º e todo o 3.º milénio, sem esquecer o que vem antes e o que vem depois. Neste âmbito cronológico, a obra de Victor S. Gonçalves estrutura-se em ciclos/casos de estudo: Península de Lisboa/Setúbal, Maciço Calcário, Alto Algarve Oriental, Reguengos de Monsaraz, Coruche. Nos últimos 26 anos tive a oportunidade de participar em alguns destes ciclos, especialmente em Reguengos de Monsaraz e em Coruche, sempre com resultados de campo e gabinete verdadeiramente excepcionais. Nestes estudos territoriais, surgem naturalmente temas que se destacam pela sua representatividade regional: o campaniforme nas Penínsulas de Setúbal e Lisboa, a metalurgia do cobre no Alto Algarve Oriental, os *tholoi* em Reguengos de Monsaraz, agora os fossos em Coruche e, sempre, as placas de xisto.

Com uma cronologia alargada, do 6.º ao 3.º milénio a.n.e. e num território relativamente amplo de estudo (Centro e Sul de Portugal), na obra de Victor S. Gonçalves identificam-se conceitos gerais que tem vindo a testar há mais de 40 anos, imune à deriva da última moda das correntes teóricas da Arqueologia nacional ou internacional. Muitos dos conceitos criados por Victor S. Gonçalves encontram-se hoje enraizados na produção científica dos «jovens» pré-historiadores, frequentemente sem a consciência da autoria dos mesmos. Mas isso é também criar escola.

Entre disparos de fotografias múltiplas, cedo aprendi com Victor Gonçalves da importância dos estudos monográficos como alicerce seguro para partir para estudos interpretativos. E também da necessidade de mudar os cenários para depois voltar aos temas de estudo. Partir de Reguengos com Victor S. Gonçalves, para Mafra, sozinha e depois para Coruche de novo em conjunto, forneceu-me uma amplitude de leituras que rasgam as fronteiras do meu frequente «conformismo», desafiando-me a novos horizontes e problemáticas.

Escolhi como tributo, um tema que me recorda as nossas escavações dos territórios megalíticos de Reguengos de Monsaraz, em especial a do notável Complexo Megalítico do Olival da Pega 2. A temática dos *tholoi* acompanha a história das pesquisas sobre «Calcolítico» no território português. Muralhas, cobre e *tholoi* correspondem efectivamente às expressões exclusivas do «Calcolítico».

1. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES DOS *THOLOI* EM PORTUGAL

Para uma correcta avaliação dos dados, muitos dos quais com publicações antigas ou preliminares, importa fazer uma curta leitura retrospectiva da história das investigações destes monumentos na bibliografia arqueológica peninsular.

SÉCULO 19-20. AS ORIGENS

A investigação dos *tholoi* peninsulares surge em finais do século 19 em dois locais distintos do Sul Peninsular: Alcalar e Los Millares.

Em Alcalar, a pesquisa iniciou-se em 1880 com Nunes da Glória (monumento 1, 10), Estácio da Veiga (monumento 2, 7) e Pereira Jardim (monumentos 8 e 9). Os resultados das pesquisas nestes seis monumentos foram publicados na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1889), com um registo gráfico muito rigoroso. Na referida obra surgem comparações com os monumentos de Almeria escavado pelos Siret, mas está ausente a expressão *tholos*. Estácio da Veiga compreende contudo a especificidade e cronologia das arquitecturas de Alcalar: «Existiu pois em vários territórios da Europa o mesmo estylo de construcção n'uns monumentos com galerias, cryptas e nichos sob tumulus, onde associados a instrumentos da última idade da pedra somente hão apparecido artefactos metallicos de oiro ou de cobre» (Veiga, 1889, p. 80). Em toda a obra, Estácio da Veiga enumera argumentos pró indigenistas para explicar a origem destas construções: «Mas quem lhes ensinou este mais suave modo de architectar monumentos funerários para abrigo dos seus maiores, ou quem trouxe as regras já seguidas n›este género de construcções a esta parte do Occidente? Foram os da Ásia? Que mais sabiam elles então do que estes?» (*idem, ibidem*).

No modelo interpretativo de Estácio da Veiga abundam os paralelismos com a região de Almeria escavada pelos irmãos Siret. Contudo, a necrópole de *tholoi* de Los Millares escavada por Luis e Enrique Siret (1891-1892), foi apenas sumariamente referida por estes investigadores na obra *Les premiers âges du metal dans le sud-est de l'Espagne,* editada em 1887.

A designação de *tholos* ainda não estava disseminada em finais do século 19. Assim por exemplo, Maximiano Apolinário estabelece paralelos com Alcalar no estudo dos *tholoi* de São Martinho (Sintra), mas nunca usa a expressão *tholos* (Apolinário, 1896). Carlos Ribeiro integra o *tholos* do Monge numa fase recente, embora também não use essa designação: «este monumento do Monge da Serra de Cintra pela forma e pela abundância da cerâmica que encerrava, leva-nos a coloca-lo na época da transição da edade da pedra polida para a dos metaes» (Ribeiro, 1880, p. 78).

António Santos Rocha também não usa a expressão *tholos*, utilizando ainda designação de *dolmen*, embora seja assumido que se trataria de uma arquitectura mais recente e «evoluída»: «Mas o systema de formar a abóboda com silhares que convergem sensivelmente para um centro comum, é uma innovação de tão grande alcance, que suppõe um desenvolvimento intelectual muito superior ao que era de presumir nos construtores dos dolmens» (Rocha, 1904, p. 48). Estabelecendo paralelos com Los Millares, São Martinho e Monge, Santos Rocha prudentemente rejeita origens fenícias, propostas por outros autores (*idem*, p. 50).

Vergílio Correia só usou esta nomenclatura para classificar o monumento da Serra das Mutelas (Correia, 1914), acentuando a sua origem oriental: «A disposição dos ossos indicava a linha periférica do monumento, que devia pertencer à mesma família dos *tholoi* da Ásia Menor, Balkans e Grécia, e dos túmulos a forno da Itália» (Correia, 1914, p. 265).

ANOS 40-50. OS LEISNER E A SEQUÊNCIA DO MEGALITISMO REGIONAL

Em meados do século 20, a obra de Georg e Vera Leisner marcou uma mudança de paradigma nos estudos de Megalitismo (Leisner e Leisner, 1943; 1959; Leisner, 1965). As suas publicações, graficamente exemplares, de Alcalar e de Los Millares produziram vasto impacto na comunidade científica peninsular, após a publicação do primeiro volume de *Megalithgraber der Iberishen Halbinsel* (Leisner e Leisner, 1943), na qual se reproduzem as plantas de Estácio da Veiga da necrópole de Alcalar e, pela primeira vez, são publicadas as plantas dos Siret da necrópole de Los Millares.

Para as vastas necrópoles de Los Millares é proposto um faseamento em termos de arquitectura, práticas funerárias e espólio. À fase I (34 sítios), corresponderiam os monumentos de falsa cúpula, sem câmaras laterais, corredores segmentados, áreas de vestíbulos e altares com betilos. Na fase II, (28 sítios) seriam túmulos com pedra seca integral, e cobertura abobadada, incluindo câmaras laterais e plantas mais complexas, surgindo cremações.

A designação de *tholos* para designar estes sepulcros resulta de comparações com protótipos orientais, os templos micénicos. Os paralelismos formais com estas arquitecturas cedo levaram ao estabelecimento de um caminho de difusão oriente para ocidente.

Ainda antes da revolução do radiocarbono, Georg e Vera Leisner efectuaram uma proposta de faseamento do Megalitismo que, *grosso modo*, ainda se mantem como referência. Assume especial importância o trabalho desenvolvido entre 1943 e 1950 no concelho de Reguengos de Monsaraz. A escavação das antas Comenda 2 (1945) e Farisoa 1 (1947) constitui um marco nos modelos interpretativos do Megalitismo, uma vez que em ambos casos foram detectados *tholoi* anexos aos corredores das antas.

Os dados de Farisoa e de Comenda 2 vêm confirmar o carácter transversal do Megalitismo, transcendendo o clássico conceito de megalitismo ortostático e abrindo a hipótese a uma evolução poligenética das soluções arquitectónicas (Leisner e Leisner, 1951, p. 184).

Contrariando as teses orientalistas de Gordon Childe, as descobertas de Georg e Vera Leisner reposicionam o modelo de origem e desenvolvimento do megalitismo, seguindo aliás as propostas «ocidentalistas» de H. Obermaier (1919), Nils Aberg (1912) ou Bosh Gimpera (1932, 1944). Mas foi o rigor do registo estratigráfico de Georg e Vera Leisner que permitiu confirmar o carácter tardio dos *tholoi*, ainda antes da revolução do radiocarbono: «A construção das *tholoi* em Reguengos pertence provavelmente, conforme as afinidades do material com o das grandes *tholoi* da costa oriental e dos castros da primeira época do bronze» (Leisner e Leisner, 1951, p. 191).

O artigo de Stuartt Piggott, *The Tholos Tomb in Iberia,* publicado na revista *Antiquity* (Piggott, 1953), reflecte os resultados obtidos na monografia «Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz» (Leisner e Leisner, 1951). Salientando o rigor das obras (*Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* e *Los Sepulcros Megalíticos de Huelva*), Stuart Piggott destaca a questão da sobreposição dos tholoi: «The two *tholoi* are in each instance a secondary feature inserted into the cairn of a pre-existing orthostathic passage-grave – a most remarkable arrangement» (Piggott, 1953, p. 137). Segundo este autor, os Leisner vêm esclarecer o debate entre o indigenismo de Bosch Gimpera e Nils Aberg e o difusionismo «degenerativo» defendido por Forde e a maior parte dos arqueólogos ingleses, que viam um processo de degeneração dos *tholoi* às antas. «The work of the Leisners points a final moral» (*idem*, p. 143), referindo-se a necessidade de implementar uma abordagem semelhante para Inglaterra, Gales, Escócia e Irlanda.

Resolvida que está a cronologia relativa entre as «passage graves» e os *tholoi*, fica por esclarecer a questão das origens: «So far as the Western Mediterranean is concerned, the crucial problem must still remain the origin of the collective tomb with a chamber of *tholos* construction». (*idem*, p. 142). Esta temática nunca seria desenvolvida pelos Leisner.

OS ANOS 50-60. OS SERVIÇOS GEOLÓGICOS E O CALCOLÍTICO DO BAIXO ALENTEJO

A partir de 1952, O. da Veiga Ferreira inicia uma nova etapa de pesquisa dos *tholoi* em colaboração com Abel Viana, Ruy Freire de Andrade e António Serralheiro. Estes trabalhos vêm trazer importantes novos dados para o estudo do Megalitismo e em especial para o conhecimento dos *tholoi* do Baixo Alentejo (Silva, 2008, p. 309), constituindo durante décadas os únicos vestígios do Calcolítico nesta região.

Em 1958, no I Congresso Nacional de Arqueologia, apresenta-se globalmente uma síntese das intervenções nos monumentos ortostáticos e *tholoi* do Baixo Alentejo (Viana *et al.*, 1959), seguindo-se várias noticias publicadas na *Revista de Guimarães*.

A identificação do conjunto de monumentos na zona de Ourique/Aljustrel é correlacionada com uma origem na cultura almeriense: «A cultura megalítica do Baixo Alentejo, mediante os elementos de estudo que ora possuímos, parece representar fortes influências da cultura almeriense, cuja influência no Algarve está bem patente nos monumentos de Cacela e Alcalar. Daí terá progredido até ao Alto Alentejo, onde os seus nítidos padrões se misturam com os grandes monumentos da região» (Viana *et al.*, 1959). É também realçada a distribuição costeira destes monumentos, identificando uma tipologia construtiva diferente entre o Sul e o Centro (Ferreira e Leitão, 1980, p. 194). Como Carlos Tavares da Silva salientou (Silva, 2008), os trabalhos de Abel Viana e Veiga Ferreira evidenciam um modelo interpretativo que funde a perspectiva difusionista com a realidade local: «embora o plano e a concepção do monumento obedeça ao traçado dos grandes sepulcros do Sudoeste espanhol, vê-se que, no pormenor, há diferenças que só se justificam pelo fundo autóctone do povo que o construiu» (Viana *et al.,* 1961, p. 252). Existe ainda uma associação directa de *tholoi* a áreas de exploração de minério (Santos e Ferreira, 1969, p. 54).

Quase duas décadas após Reguengos de Monsaraz, Vera Leisner viria a regressar à temática dos *tholoi* com o monumento da Praia das Maçãs, escavado em colaboração com Veiga Ferreira e com a equipa dos Serviços Geológicos (Leisner *et al.*, 1969). A identificação da sequência gruta artificial – *tholos* assume importância idêntica às sequências anta-*tholos* identificadas em Reguengos de Monsaraz. Vera Leisner tenta mesmo datar os *tholoi* de Reguengos de Monsaraz nesta altura, tendo inclusivamente enviado amostras para datação em Groningen (Arquivo Leisner AL/4/13/8).

A partir da década de 70, são pontuais as intervenções em *tholoi*, registando-se a escavação do *tholos* do Pai Mogo na Lourinhã (Spindler, 1973) e na Tituaria em 1978 (Cardoso *et al.*, 1996). Em ambos os casos, destacam-se os paralelos orientais, propondo-se para Pai Mogo que se trataria de um «santuário», estabelecendo-se paralelos com grandes monumentos como Cueva de Menga.

OS ANOS 90. VICTOR S. GONÇALVES E OS COMPLEXOS MEGALÍTICOS DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Em Reguengos de Monsaraz, após a pesquisa do casal Leisner, a investigação foi apenas retomada várias décadas mais tarde sob a direcção de Victor S. Gonçalves (Gonçalves, 1992, 1999, 2003, 2014; Gonçalves e Sousa, 2000, 2003).

Victor S. Gonçalves ultrapassa o conceito de sobreposição e propõe o conceito de complexos megalíticos para estes conjuntos (Gonçalves, 2014), associando-o a dinâmicas dos conjuntos mágico-religiosos, mais do que simples faseamentos cronométricos. A problemática dos *tholoi* anexos a antas foi avançada desde o início dos projectos desenvolvidos pela UNIARQ, em modelos interpretativos e em projectos de escavação arqueológica.

O projecto desenvolvido no Complexo Megalítico Olival da Pega 2 (OP2) entre 1990 e 1997 permitiu identificar um monumento de grandes dimensões (20 m), incluindo um corredor muito longo (16 m), protegido por uma estrutura tumular com cerca de 40 m de diâmetro. Trata-se de um grande monumento ortostático, provavelmente de finais do 4.º milénio, princípios do 3.º, ao qual se agregaram progressivamente quatro áreas funerárias datáveis do 3.º milénio, com um extenso conjunto de artefactos votivos (Gonçalves, 1999, 2014). Olival da Pega evidencia assim a articulação de tipos arquitectónicos, num verdadeiro complexo megalítico.

Em 1996, o universo de antas com *tholoi* acoplados alargou-se, quando a equipa da UNIARQ detectou e escavou a cúpula de um *tholos* acoplado à Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos, a mais «recente» descoberta de *tholoi* anexos a antas em Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 2003). Trata-se de um complexo funerário megalítico em muito bom estado de conservação constituído por uma Câmara e um Corredor ortostático, a que se adossou, do lado direito do Corredor, um monumento de falsa cúpula, um *tholos*, cuja tipologia permanece por determinar. Foram detectados os níveis terminais de utilização da anta, com inumações datadas da segunda metade do 3.º milénio.

Numa perspectiva integrada do 4.º e 3.º milénio, as intervenções dirigidas por Victor S. Gonçalves em Reguengos de Monsaraz incluíram complementarmente um vasto leque de sítios: dez monumentos megalíticos e sete povoados.

1987-2012. AINDA ALCALAR

Alcalar, a mais notável necrópole de *tholoi* situados em território português, tem sido ciclicamente revisitada desde 1880.

Em termos de intervenções de campo sucedem-se as escavações: Estácio da Veiga (1886), Santos Rocha (1904), José Formosinho (1933), José Arnaud e Teresa Gamito (1975-1982). Complementarmente Alcalar é objecto de reinterpretações, desde José Leite de Vasconcellos (1897), Georg e Vera Leisner (1943) e Victor S. Gonçalves (1989).

A partir de 1987 é iniciado um novo ciclo de intervenções, com a implementação de um projecto promovido pelas sucessivas instituições de tutela do património, sob direcção científica de Rui Parreira e Elena Morán (Morán e Parreira, 2004; Morán, 2014).

A intervenção inclui diferentes facetas: valorização, arqueologia preventiva e investigação. A vertente de valorização é a mais visível, com a escavação e reabilitação dos monumentos 7 (Morán e Parreira, 2004) e 9 (Morán, 2014; 2015) e com a construção de um centro interpretativo inaugurado em 2000. Também a arqueologia preventiva assume especial importância para este projecto, atendendo à vasta área de dispersão do conjunto de Alcalar e à circunstância que grande parte da área do povoado se encontra em propriedade privada. Merece destaque a escavação no Hipogeu de Monte Canelas (1991-1992) e a escavação na área do povoado (2005) (Morán e Parreira, 2004; Morán, 2014).

Ao nível das acções especialmente direccionadas para a investigação registam-se os levantamentos geofísicos efectuados por Helmut Becker (Morán, 2014), os quais permitem uma leitura geral de recinto e necrópoles, incluindo também possíveis sepulcros ainda não detectados. Também a datação cronométrica constitui um importante contributo para a compreensão geral do conjunto.

Ainda muito está por estudar em Alcalar. Mas um plano integrado de investigação, salvamento e valorização é sempre um oásis no contexto do deserto do panorama português.

DEPOIS DE 1996. LA VALETTA, A ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E OS *THOLOI*

Com excepções muito pontuais, a partir de 1996 a maior parte das intervenções em *tholoi* corresponde a intervenções que decorrem da arqueologia preventiva. O acompanhamento arqueoló-

gico sistemático, especialmente no âmbito do projecto do Alqueva, permitiu identificar novos contextos funerários que seriam invisíveis à superfície: hipogeus no Alentejo, recintos de fossos com deposições funerárias e fossas e... *tholoi*.

No âmbito da arqueologia preventiva foram identificados, por ordem cronológica: Corte Cabreira (1988, 1990) e Chabouco 1 (1988), ambos inéditos intervenção de José Morais Arnaud e João Muralha, os sepulcros de Perdigões (1997) (Lago *et al.*, 1998), Centirã 2 (2006-2011) em Serpa (Henriques *et al.*, 2013), Horta de João Moura (2011-2012 – escavações sucessivas das empresas Neoépica, Dryas e Era Arqueologia), Monte do Cardim 6 (2005-2006, escavação Era Arqueologia), Monte do Pombal 5 em Porto Torrão (Valera, el al, 2013), Quinta do Estácio 6 (2013) em Beja.

Ao nível das publicações, o panorama é efectivamente assustador. Apenas estão publicadas as plantas de Centirã 2 (Henriques *et al*., 2013) e a primeira planta dos sepulcros de Perdigões (Lago *et al*., 1998). Nos outros monumentos, apenas se publicam fotos em artigos de âmbito geral (Valera *et al*., 2013) ou permanecem inéditos há mais de duas décadas (Chabouro). O caso dos *tholoi* de Horta de João Moura é particularmente complexo, porquanto foram sucessivamente escavados por três empresas distintas (consulta do Processo de sitio, no Arquivo da Arqueologia Portuguesa – DGPC).

Quanto aos Perdigões, a intervenção preventiva deu lugar ao projecto de investigação, com sucessivos projectos, alguns dos quais com financiamentos competitivos. Apesar da temática das deposições funerárias ser central no programa de investigações (Valera *et al*., 2014; Valera *et al*., 2000; Valera e Godinho, 2009; Cunha, 2015), apenas foram escavados integralmente dois sepulcros, ainda na primeira fase da intervenção. Os estudos têm-se centrado sobre a vertente antropológica, sendo escassas as informações sobre arquitecturas e faseamento de uso.

Deve ainda ser referido que a arqueologia preventiva, nomeadamente em recintos de fossos, tem vindo a evidenciar a diversidade do universo e a tipologia de monumentos funerários do 4.º e 3.º milénio, nos quais se inserem os *tholoi*.

OS *THOLOI*, HOJE, EM PORTUGAL

O número de *tholoi* ascende a 61 monumentos no Centro e Sul de Portugal. A informação encontra-se dispersa e incompleta. Desde os levantamentos dos Leisner (1943, 1959, 1965) que não se publica um *corpus* organizado dos monumentos megalíticos peninsulares. Recentemente, muitos dos novos monumentos intervencionados no âmbito da arqueologia preventiva não são publicados, apenas referenciados nos relatórios técnicos entregues ao organismo da tutela do património (DGPC), em depósito no Arquivo da Arqueologia Portuguesa ou em artigos preliminares. O inventário nacional tem muitos erros de localização e duplicação de designações. Optou-se assim por incluir a listagem dos monumentos considerados no presente trabalho, incidindo apenas sobre os sítios com registo seguro, preferencialmente escavação, atendendo à dificuldade em efectuar atribuições cronológicas seguras.

A revisão de localização, designação e inventário dos monumentos megalíticos no Centro e Sul de Portugal tem vindo a ser realizada por Rui Boaventura, no projecto MEGAGEO.

Apesar do volume da informação, a problemática dos *tholoi* permanece pouco estudada. No Sul de Espanha, têm-se multiplicado as interpretações sociais das necrópoles de Los Millares (Chapman, 2003; Molina e Camara, 2005). Em Portugal, deve ser realçado que apenas 13 dos 61 monumentos foram objecto de datação absoluta. Por outro lado, os trabalhos recentes referem-se quase exclusivamente a arqueologia preventiva, frequentemente sem questionário de investigação associado.

2. NOMENCLATURA: A OPERACIONALIDADE DO CONCEITO DE *THOLOS*

As práticas funerárias no 4.º e 3.º milénio em território peninsular caracterizam-se por uma grande diversidade, tornando inoperacional a aplicação de rótulos rígidos na sua classificação e estudo. Esta abrangência está patente no conceito de Megalitismo que Victor S. Gonçalves define: «um complexo conjunto de prescrições mágico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, com um tipo de arquitectura funerária». (Gonçalves, 1995, p. 27).

Tal como o conceito de Megalitismo, também a designação *tholos*, encerra diversas soluções arquitectónicas. Na Península Ibérica, os sepulcros designados como *tholos* correspondem a um monumento funerário, normalmente destinado a enterramento colectivo, composto por câmara e corredor, sendo a primeira construída segundo o sistema de falsa cúpula (Gonçalves, 1992, p. 237).

No universo do Sul Peninsular verifica-se que existe muita variabilidade quanto à arquitectura e mesmo à orientação destes monumentos, inscrevendo-se num contexto geral de menor investimento construtivo face às grandes construções dolménicas e de menor separação entre o mundo doméstico e funerário.

Para além desta heterogeneidade, os *tholoi* são também monumentos híbridos, que reutilizam monumentos megalíticos ortostáticos ou hipogeicos, partilhando *tumuli* e por vezes corredores como sucede em Reguengos de Monsaraz. Algumas das suas características distintivas, como a cúpula ou a câmara com ortóstatos múltiplos, surgem também em antas, como sucede em Vale de Rodrigo 1.

Face a este carácter híbrido e às recentes descobertas funerárias em recintos de fossos, muitos autores têm fugido da expressão *tholos,* usando expressões mais neutras como «monumento de falsa cúpula» ou sepulcro.

Tal sucedeu em Perdigões. Nas primeiras publicações (Lago *et al*., 1998; Valera *et al*., 2000; Valera e Godinho, 2009), é rejeitada a expressão *tholos*: «parece-nos que a designação de *tholos* adoptada tradicionalmente para designar este tipo de estruturas, não será a mais correcta nem deverá permanecer, sob pena de perpetuação de determinados equívocos generalizadores» (Valera *et al*., 2000, p. 92). Recentemente, António Carlos Valera retoma a designação grega usando a designação «tipo *tholos*» (Valera *et al*., 2014).

Noutros casos, como no monumento do Caladinho (Mataloto e Rocha, 2008) também a designação de *tholos* levanta muitas dúvidas aos próprios escavadores: « (...) se atendermos à relação dimensão dos ortóstatos/diâmetro da câmara esta não nos parece susceptível de comportar uma tampa de grandes dimensões; por outro lado, a existência de inúmeros fragmentos de xisto, dispersos pela área, a existência de uma depressão estruturada no centro da câmara e de uma mamoa bem estruturada com lajes de xisto, parecem apontar para a existência de uma estrutura de falsa cúpula, entretanto desaparecida.» (Mataloto e Rocha, 2008, p. 110).

Rui Boaventura, discutindo o Megalitismo de Lisboa e admitindo a heterogeneidade da designação, opta por mantê-la: «(...) na falta de uma designação ou expressão novas que melhor enquadrem estas estruturas funerárias, julgo que o termo *tholos* (*tholoi*, plural), mesmo que sujeito pelos mais distraídos a alguns equívocos, é ainda útil e passível de ser aplicado a um conjunto de construções funerárias que, mesmo sem uma evidência completa e irrefutável de cúpulas pétreas, se aproximam estruturalmente daquelas características, ainda que com variações regionais, inclusive nos seus mobiliários funerários. Outro argumento para a utilização do termo é a aparente cronologia similar entre os sepulcros referidos» (Boaventura, 2009).

Apesar da variabilidade da designação, considero que a aplicação genérica da designação *tholos* pode ser aplicada a sepulcros com as seguintes características:

POSICIONAMENTO

Se considerarmos os monumentos «clássicos» do Sul Peninsular, verifica-se que os monumentos são sempre parcialmente escavados no subsolo, ou no caso dos complexos megalíticos, são escavados no *tumuli* das antas. Em estudo específico realizado para o Sudoeste espanhol, refere-se que domina a escavação de metade ou mais da altura total utilizável (Sanjuan e Hurtado, 2002, p. 44). Esta característica «subterrânea» revela uma grande proximidade com a mesma tradição arquitectónica dos hipogeus/grutas artificiais, ambas da esfera cultural do mundo mediterrânico. Aliás, em alguns casos é difícil saber se se tratava de gruta artificial ou de *tholos*, como sucede em Pijotilla 3 (Sanjuan e Hurtado, 2002) ou em Cabeço da Arruda.

Tendo em consideração esta característica, optou-se por não incluir no inventário dos *tholoi* os monumentos ortostáticos que não se encontrem semi-enterrados, como sucede com o Caladinho ou com o monumento do Lousal (Ferreira e Cavaco, 1952).

CÂMARA DE TENDÊNCIA CIRCULAR

Os monumentos ortostáticos, antas ou galeria apresentam plantas tendencialmente poligonais (*vide* sistematização em Gonçalves e Sousa, 2000), contrastando com as plantas tendencialmente circulares dos *tholoi*. Existem contudo monumentos com variantes, e mais irregulares, especialmente os monumentos com as câmaras revestidas por ortóstatos. Em termos gerais, existe uma tendência simplificadora no desenho das plantas dos *tholoi*, vide as observações efectuadas para a região de Ourique: «A planta dos monumentos era desenhada sem haver a preocupação com o registo das áreas de derrube (...). Nestes desenhos, os ortóstatos que se encontram derrubados são colocados no sítio, de forma a tentar reconstituir o monumento, e depois desenhados (...). Nos monumentos que não foram escavados, o desenho era feito a partir das pontas dos esteios que afloravam e a planta do monumento era, eventualmente, hipotética» (Martins, 2014).

COBERTURA CUPULIFORME

De forma muito estrita, a maior parte dos sepulcros usualmente designado como *tholoi* não têm arranques de cúpula conservada. Sítios como Monge, Barro, Olival da Pega 2 ou Alcalar são excepção ao conjunto dos *tholoi* identificados no Centro e Sul de Portugal.

Devemos contudo equacionar várias hipóteses de cobertura, incluindo perecível, como assinalou Rui Boaventura «a possibilidade de utilização de materiais lenhosos nas estruturas de paramento e cobertura, entretanto desaparecidas, deve ser equacionada, pois tal situação tem vindo a ser verificada noutras regiões europeias» (Boaventura, 2009). Para Monte da Velha 1, escavado em 1975, A. Monge Soares considera que «a ter sido este monumento coberto, essa cobertura terá sido de elementos perecíveis, provavelmente de origem vegetal» (Soares, 2008, p. 38), designando o monumento como «pseudo *tholos*».

Pode ainda considerar-se a possibilidade de uma construção mista com lajes e barro (Cabrera, 1985, p. 220). Os postes centrais, presentes na Andaluzia e em alguns monumentos portugueses, poderiam também sustentar uma cúpula perecível ou de construção mista.

Em muitos dos *tholoi* registou-se uma extensa história de re-utilização como espaço sepulcral até à Idade do Bronze. Essas reutilizações podem ter remobilizado parte dos vestígios da cúpula.

Apesar de algumas reconstituições, ainda não foi efectuado um trabalho sistemático de estudo arquitectónico das cúpulas destes monumentos. É nos sítios em excelente estado de conservação, como em Alcalar, Los Millares ou Valencina de La Concépcion que é possível efectuar uma estimativa mais rigorosa. A propósito do monumento de Pai Mogo dizia-se «...segundo uma regra genera-

lizada, a altura duma câmara de *tholos* seria da mesma dimensão da largura da base da cripta» (Gallay *et al.*, 1973, p. 18), mas à excepção dos monumentos restaurados, não existem dados concretos. No que se refere aos postes centrais, existem escassas referências, nomeadamente a postes de madeira na Praia das Maçãs (Leisner *et al.* 1969) e em pedra em A-dos-Tassos (Martins, 2014).

Não nos parece defensável que em monumentos de câmara circular, sem vestígios de arranques de cúpula, possamos conceber a hipótese das deposições funerárias estarem a céu aberto. O estado do espólio e das deposições funerárias contraria essa hipótese. Atendendo à inexistência de evidências de cúpula, alguns autores defendem mesmo que alguns *tholoi* poderão ter tido uma primeira função não a de necrópole, mas a de santuário aberto (Soares, 2008, p. 44-45). Seria também importante atestar a presença de mamoa, mas essa informação é lacunar em muitos casos.

CRONOLOGIAS (ABSOLUTAS E RELATIVAS)

Apesar de só estarem datados 13 *tholoi* no Centro e Sul de Portugal podemos considerar que existe uma grande homogeneidade na cronologia dos *tholoi*, concentrando-se exclusivamente no 3.º milénio a.n.e. Em termos culturais existe também identidade suprarregional, ao nível dos artefactos relacionados com o subsistema mágico-religioso e mesmo com outro espólio da esfera do quotidiano. Outros tipos de sepulcros como os hipogeus ou as antas têm uma cronologia mais larga, iniciando-se a sua tradição construtiva no 4.º milénio e prolongando-se no 3.º, no caso dos hipogeus com regresso na Idade do Bronze.

A designação literal de *tholos* está associada a um modelo interpretativo de cariz orientalista.

Contudo, face à história das pesquisas e à associação inequívoca a atributos bem claros (câmara circular, semi-subterrâneo, falsa cúpula, 3.º milénio) parece que, com as devidas reservas, é ainda uma nomenclatura operacional. Optar por expressões neutras como «sepulcros» é demasiado vago, como se verificou para o caso dos Perdigões. A expressão «falsa cúpula» é demasiado restritiva, incluindo outro tipo de monumentos como a anta de Vale de Rodrigo 1 ou o monumento da Idade do Bronze da Roça do Casal do Meio.

3. PROPOSTA DE CATÁLOGO ARQUITECTÓNICO PARA OS *THOLOI* DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

Atendendo aos critérios acima mencionados, foram considerados 61 *tholoi* para o presente estudo, ordenados e listados regionalmente. Porque «medir e contar» é sempre uma tarefa relevante para o tipo de arqueologia que desenvolvo e que aprendi com Victor S. Gonçalves, apresenta-se aqui uma primeira proposta.

Georg e Vera Leisner já tinham estabelecido uma proposta tipológica e de faseamento a respeito dos sepulcros de Los Millares e de Alcalar (1943) e posteriormente incorporaram os *tholoi* que foram sendo identificados nas várias edições dos *Megalithgräber der Iberishen Halbinsel* (1956, 1959, 1965).

No estudo pioneiro realizado para Los Millares, Georg e Vera Leisner (1943) apresentam uma sistematização das várias possibilidades de cúpula, incluindo a reconstituição de 34 variantes, correspondendo genericamente às seguintes modalidades: 1) Parede e cúpula integralmente em alvenaria; 2) Parede e cúpula integralmente em alvenaria com uma laje no topo; 3) Parede ortostática e cúpula em alvenaria; 4) Parede e cúpula em alvenaria com poste central; 5) Parede ortostática e cúpula em alvenaria e poste central; 6) Parede ortostática, cúpula indeterminada e poste central.

R. Cabrero Garcia estabelece uma tipologia para a Andaluzia Ocidental (Cabrero, 1985) incluindo três variantes: 1. Sem corredor. Variantes: 1.1. sem cúpula; 1.2. com nicho; 2. Com corredor. Variantes:

2.1. câmara e corredor; 2.2. câmara e corredor com traçado irregular; 3. Câmara, nicho, corredor e vestíbulo. Variantes: com um nicho; com dois nichos; 4. Câmara, corredor e câmara anexa.

A propósito do conjunto de Alcalar, Victor Gonçalves estabelece uma tipologia construtiva integrando três variantes (Gonçalves, 1989, p. 43):

1. Com câmara e corredor ortostáticos (na câmara, a falsa cúpula arranca dos ortóstatos);
2. Com câmara totalmente em falsa cúpula e corredor ortostático,
3. Com câmara em falsa cúpula e corredor tipo muro.

Atendendo ao número relativamente reduzido de monumentos (61), à sua heterogeneidade e ao registo muito desigual, propõe-se uma tipologia muito abrangente, considerando as seguintes variáveis: aparelho construtivo, presença de nichos, segmentação dos corredores. Esta proposta segue e completa a proposta de Victor S. Gonçalves. Não se considerou como critério a tipologia dos corredores (paralelos, convergentes, divergentes, irregulares). A presença de átrios, pilares centrais ou de mamoas é mencionada, mas não pôde ser considerada como critério, atendendo que a informação é muito desigual.

Os monumentos foram subdivididos em dois grandes conjuntos: 1) monumentos simples e 2) monumentos compósitos. A primeira categoria corresponde grosso modo à classificação efectuada por Victor S. Gonçalves para o conjunto de Alcalar (Gonçalves, 1989, p. 43), tendo-se acrescentado as variantes (segmentação do corredor, nichos laterais) e incluído dois novos tipos (1.4. e 1.5).

Na segunda categoria incluem-se os complexos megalíticos de «fusão» de tipologias arquitectónicas.

1.1. Câmara e corredor ortostático, cúpula de alvenaria
1.1.1. Segmentação do corredor

1.2. Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor ortostático
1.2.1. Com segmentação do corredor (portas) e nichos laterais

1. 3. Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro
1.3.1. Com segmentação do corredor
1.3.2.Câmara e corredor de alvenaria, segmentação do corredor (portas) e nichos laterais

1.4. Câmara totalmente em falsa cúpula, corredor de aparelho misto (ortostático e alvenaria)

1.5. Câmara ortostática, corredor ortostático, semi-subterrâneo mas sem evidências de cúpula (tipo *tholos*)
1.5.1. Câmara ortostática, corredor ortostático, sem cúpula, com segmentação (porta)

2. *Monumentos compósitos*

2.1. Associação a antas
2.1.1.Câmara, corredor e cúpula de alvenaria
2.1.2. Câmara ortostática, cúpula e corredor ortostático

2.2. Associação a grutas artificiais
2.2.1. Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro

TIPO 1: MONUMENTOS SIMPLES

Tipologia e variantes		Exemplos
1.1 Câmara e Corredor ortostático Cúpula de alvenaria		Monte do Outeiro; Folha da Amendoeira; A dos Tassos; Eira dos Palheiros
	1.1.1 Segmentação do Corredor	Alcalar 2; Alcalar 3
1.2 Câmara totalmente em falsa cúpula Corredor ortostático		Alcalar 5; Alcalar 12; Alcalar 13
	1.2.1 Segmentação do Corredor (portas) e nichos laterais	Alcalar 4
1.3 Câmara totalmente de falsa cúpula Corredor de tipo muro		Barro; Tituaria
	1.3.1 Câmara e Corredor de alvenaria e segmentação do Corredor	Alcalar 8
	1.3.2 Câmara e Corredor de alvenaria, segmentação do Corredor (portas) e nichos laterais	Alcalar 7
1.4 Câmara de alvenaria Corredor de aparelho misto (ortostático e alvenaria)		Centirã 2; Cerro do Gatão
1.5 Câmara ortostática Corredor ortostático Sem evidência de cúpula		Escoural; Perdigões; Malhanito
	1.5.1 Câmara e Corredor ortostáticos, sem cúpula, segmentação do Corredor (porta)	Monte da Velha 1; Monte das Pereiras

FIG. 1. Catálogo exemplificativo das tipologias arquitectónicas: monumentos simples. Fontes: Monte do Outeiro: Viana *et al*., 1961), Folha da Amendoeira: Viana, 1953; A-dos-Tassos: Viana *et al*., 1961; Eira dos Palheiros: Gonçalves, 1989; Alcalar 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, Barro: Leisner e Leisner, 1943; Tituaria: Cardoso *et al*., 1996; Cerro do Gatão: Viana, 1959; Centirã 2: Henriques *et al*., 2013; Escoural: Santos e Ferreira, 1969; Perdigões: Lago *et al*., 1998; Malhanito: Cardoso e Gradim, 2007; Monte da Velha 1: Soares, 2008; Monte das Pereiras: Serralheiro e Andrade, 1961. (maquetagem de Marco António Andrade).

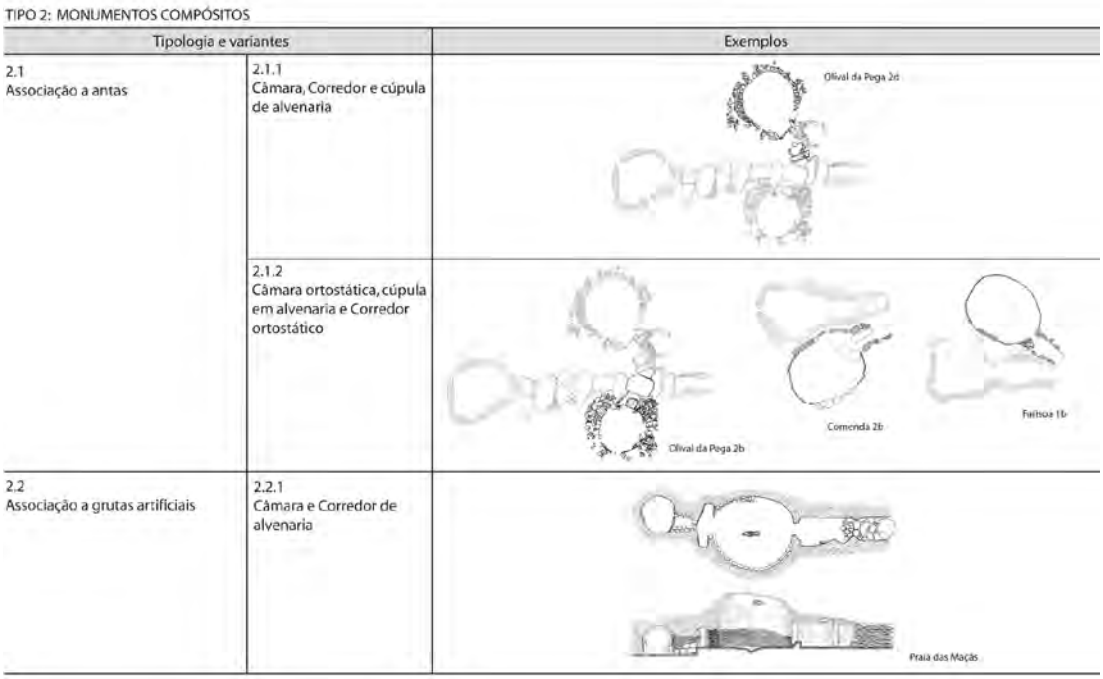


FIG. 2. Catálogo exemplificativo das tipologias arquitectónicas: monumentos compósitos. Olival da Pega 2: Gonçalves, 1999; Comenda 2 e Farisoa 1: Leisner e Leisner, 1951; Praia das Maçãs: Leisner *et al.*, 1969. (maquetagem de Marco António Andrade).

4. LEITURAS REGIONAIS DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL

A distribuição dos *tholoi* em Portugal corresponde genericamente ao Centro e Sul de Portugal, área que apresenta uma unidade fisiográfica e cultural, unidade de estudo desde sempre presente na obra de Victor S. Gonçalves. Integra as bacias hidrográficas de Tejo, Sado e Guadiana (Gonçalves 1995) e grandes unidades administrativas (NUTS) – Estremadura, Alentejo e Algarve. Apesar das especificidades regionais, existe uma clara interacção cultural entre estas regiões. Opta-se aqui por usar estas unidades regionais como escalas de leitura regional, ainda que se incluam vários exemplos de áreas micro-regionais.

Apenas se consideraram os monumentos efectivamente escavados, atendendo à dificuldade em identificar este tipo de vestígios com os dados de superfície.

4.1. ESTREMADURA

Actualmente conhecem-se 11 *tholoi* na área da Estremadura, constituindo Pai Mogo (Lourinhã) o limite setentrional e Monge (Sintra) o limite meridional. Trata-se de uma unidade territorial com uma identidade sociocultural especialmente bem marcada, também reflectida na tipologia dos *tholoi*, praticamente com uma única solução arquitectónica.

Apesar da unidade cultural entre a Península de Setúbal e de Lisboa se revelar em outros âmbitos arqueográficos, resulta especialmente enigmática a ausência de *tholoi* na Península de Setúbal. Não se considerou neste inventário o monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra). Apesar de alguns autores lhe atribuírem uma cronologia calcolítica (Cardoso, 2000), não existem quaisquer evidências arqueográficas quer na primeira campanha (Gallay *et al.*, 1973-74) quer nos recentes trabalhos (Gonçalves *et al.*, 2014).

QUADRO 1. LISTA DOS *THOLOI* DA ESTREMADURA

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	ESCAVAÇÃO	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL
1	Pai Mogo	2039	Lourinhã	1972	X	1.3	Gallay et al., 1973; Boaventura, 2009
2	Barro	662	Torres Vedras	1909		1.3	Pereira, 1909; Leisner, 1965
3	Serra das Mutelas	1626	Torres Vedras	1912		1.3	Correia, 1914
4	Cabeço da Arruda 2	1748	Torres Vedras	1933	X	1.3	Ferreira e Trindade, 1965; Silva, 2002; Boaventura, 2009
5	Tituaria	2172	Mafra	1978	X	1.3	Cardoso, *et al*., 1996.
6	Agualva	654	Sintra	1951	X	1.3	Boaventura, 2009; Ferreira, 1953
7	Praia das Maçãs	146	Sintra	1968	X	2.2	Leisner *et al*., 1969; Silva e Ferreira, 2007.
8	Monge	3385	Sintra	1880		1.3	Ribeiro, 1880; Leisner, 1965
9	São Martinho	657	Sintra	1896		1.3	Apolinário, 1896; Leisner, 1965;
10						1.3	
11	Samarra	3773	Sintra	1948	X	?	França e Ferreira, 1958; Leisner, 1965; Silva *et al*., 2006

Deve também ser realçada a ausência de *tholoi* na margem direita do Tejo, onde se localiza um importante povoamento calcolítico – Vila Nova de São Pedro, Ota, Pedra d'Ouro, Castelo, Moita da Ladra... Em toda a margem direita do Tejo são escassos os vestígios de necrópole, correspondendo essencialmente a algumas grutas e escassos monumentos megalíticos (Anta da Arruda, por exemplo).

O limite setentrional, no paralelo da Lourinhã, com Pai Mogo, é naturalmente provisório, sobretudo se atendermos aos contextos da área da Serra d'Aire e Candeeiros, onde avultam grutas artificiais e contextos sepulcrais do 4.º/3.º milénio similares.

A distribuição dos *tholoi* na Península de Lisboa parece estruturar-se em dois grandes núcleos: Torres Vedras e Sintra.

O núcleo de Torres Vedras inclui o *tholos* do Barro (Leisner, 1965), um dos maiores monumentos da região, embora com antigo e deficiente registo arqueográfico, limitação comum a quase todos os monumentos estremenhos. Para os restantes monumentos – Serra das Mutelas, Cabeço da Arruda 2, o registo gráfico é antigo e pouco rigoroso, dificultando a interpretação arquitectónica dos monumentos. Não se considerou neste inventário o Cabeço do Charrino nem a Serra da Vila, uma vez que a informação publicada se reporta a recolhas após a destruição dos monumentos (informação pessoal de Michael Kunst, a quem se agradece), podendo efectivamente corresponder quer a *tholoi* quer a grutas artificiais. A relativa concentração na área de Torres Vedras pode ser associada à presença do grande povoado fortificado do Zambujal (Kunst, 2010). Em Sintra, onde se situa a maior concentração (Praia das Maçãs, Agualva, São Martinho, Monge e possivelmente Samarra) existem alguns povoados calcolíticos (Olelas e Penha Verde), embora de menor dimensão e relativamente distantes das localizações dos referidos monumentos. A relativa concentração junto à Serra de Sintra poderá estar associada a outros critérios de natureza paisagística. Tal como Rui Boaventura, considerei neste inventário o monumento da Samarra (França e Ferreira, 1958; Boaven-

tura, 2009, p. 216), atendendo à presença de blocos de pedra e à datação absoluta (Silva, Ferreira e Codinha, 2006).

Aparentemente os monumentos surgem de forma algo isolada, ao contrário do que sucede em Alcalar ou em outros locais do Sul Peninsular. São Martinho, em Sintra, corresponde efectivamente ao único «núcleo» constituído por dois monumentos. Existem contudo alguns indícios que poderiam indicar a presença de outras associações de sepulcros. Para Pai Mogo, os escavadores avançam a hipótese da existência de um segundo monumento (Gallay *et al.*, 1973), Victor S. Gonçalves propõe que se trataria de «uma área de esvaziamento ou de um espaço ritual conectado ao *tholos*» (Gonçalves, 1995, p. 180). Também podemos ver este tipo de associação em Cabeço de Arruda, mas com deficiente registo estrutural. Em Tituaria identifiquei uma possível situação similar, sendo necessário proceder à sua confirmação.

Praia das Maçãs constitui o caso excepcional, com a presença de um complexo megalítico – *tholos*/gruta artificial, o único identificado em Portugal, com claros paralelos com Pijotilla 3 (Hurtado *et al.*, 2000).

Em termos gerais, e exceptuando Praia das Maçãs, regista-se uma grande unidade nas arquitecturas dos monumentos, correspondendo todos a uma tipologia de aparelho de pedra seca e cúpula, com algumas variantes na disposição das lajes (Boaventura, 2009). Deve ser destacado que as construções de falsa cúpula se inscrevem na mesma tradição construtiva das fortificações calcolíticas e que é justamente na Estremadura que se regista a maior densidade de muralhas e torres, também elas com diferentes técnicas construtivas (Sousa, 2010; Gonçalves *et al.,* 2013).

Existem ainda alguns monumentos «dolménicos» de características mistas, com falsa cúpula, que não foram aqui incluídos tais como o monumento da Belavista (CNS-19452; Leisner, 1965, p. 85-88; Mello *et al.*, 1961) ou Trigache 4. A respeito deste monumento, Rui Boaventura afasta a possibilidade de se tratar de um *tholos* «o que não nega a possibilidade de este sepulcro poder ter tido uma cobertura perecível em determinado momento da sua história antiga e/ou recente» (Boaventura, 2009).

No inventário dos *tholo*i estremenhos registe-se ainda o monumento da Várzea (Sintra, monumento inédito e não publicado) e Pedreira do Campo, Amadora (CNS- 6116; Miranda, *et al.*, 1999, p. 10-11), aqui não considerados.

4.2. ALENTEJO

No Alentejo, entre o Maciço Antigo e a Bacia Terciária do Tejo, podemos identificar várias unidades paisagísticas: o Alto Alentejo, o Alentejo Central, o Alentejo Litoral e a bacia do Sado e o Baixo Alentejo. A presença dos *tholoi* é especialmente relevante em duas regiões distintas: no Alentejo Central, o concelho de Reguengos de Monsaraz e no Baixo Alentejo, os concelhos de Ourique, Serpa e Ferreira do Alentejo.

Comparativamente com a malha de distribuição dos monumentos megalíticos (antas) que perfazem cerca de 2600 no Alentejo, a malha de distribuição dos *tholoi* é relativamente reduzida. Esta situação pode dever-se a vários factores: visibilidade restrita dos *tholoi* ou continuidade de uso de monumentos ortostáticos nesta região.

4.2.1. O GRUPO MEGALÍTICO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Nota prévia a este ponto: Foi em Reguengos de Monsaraz que iniciei o meu percurso arqueológico, sempre com Victor S. Gonçalves, primeiro no povoado TESP3 (1990), depois no notável complexo megalítico Olival da Pega 2 (1990, 92, 94, 96), na Anta 2 dos Cebolinhos (1996), no povoado do Marco dos Albardeiros (1993), em Areias 15 (1995), Menir do Monte da Ribeira Antas de Santa Margarida

(2000, 2001), Antas do limite oriental (1998, 1999), em Xarez 12 e nos habitats da Baixa do Xarez (1999-2002). Tive a oportunidade de escrever muitas páginas com Victor Gonçalves a propósito de Reguengos de Monsaraz e espero ainda escrever muitas ainda. É por isso difícil escrever ou pensar individualmente sobre este tema, uma vez que muitas das ideias foram debatidas ou pensadas em conjunto.

QUADRO 2. LISTA DOS *THOLOI* DE REGUENGOS DE MONSARAZ

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DATA	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA (ORDEM CRONOLÓGICA)
12	Anta e *tholos* da Comenda 2	00587	Reguengos de Monsaraz			2.1.2.	Leisner e Leisner, 1951; Gonçalves, 1999; Gonçalves, 2014
13	Anta e *Tholos* 1 da Farisoa	11868	Reguengos de Monsaraz			2.1.2.	Leisner e Leisner, 1951; Gonçalves, 1999; Gonçalves, 2014
14	Cebolinho 2b	04057	Reguengos de Monsaraz	1996, 1997		2.1.	Gonçalves, 2003
15	Olival da Pega 2b	00590	Reguengos de Monsaraz	1990-1996	X	2.1.2	Gonçalves, 1999; Gonçalves, 2014
16	Olival da Pega 2c				X	2.1.3.	Gonçalves, 1999; Gonçalves, 2014
17	Olival da Pega 2d				X	2.1.1	Gonçalves, 1999; Gonçalves, 2014
18	Perdigões	00597	Reguengos de Monsaraz	1998-	X	1.1.	Lago *et al.*, 1998; Valera et al., 2000; Valera e Godinho, 2009; Valera *et al.*, 2014; Cunha, 2015
19				1998-	X	1.5	

Em Reguengos de Monsaraz encontra-se a maior concentração de antas da Península Ibérica (134 monumentos numa área de 120 ha). Nesta região regista-se a associação sistemática entre antas e *tholoi*, consubstanciando o conceito de «complexo megalítico», realidade quase desconhecida fora de Reguengos de Monsaraz.

Aquando da publicação de «Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz», Georg e Vera Leisner quantificaram 20 antas com lajes de xisto no *tumulus,* interpretando esta presença como indicador de possível *tholoi* (Leisner e Leisner, 1951, p. 35). Victor S. Gonçalves viria a confirmar esta situação na Anta 2 do Olival da Pega e na Anta 2 dos Cebolinhos (Gonçalves, 1999; 2014), mas tal não se verificou na Anta 1 do Xarez, onde apesar da presença de xisto no *tumulus* não se verificou a presença de um *tholos* (Gonçalves, 2014). Sendo os *tholoi* de difícil visibilidade e identificação à superfície, resulta particularmente interessante a possibilidade da conservação de outros *tholoi* anexos a antas de Reguengos de Monsaraz.

Como foi atrás referido, a escavação da Anta 1 da Farisoa e de Comenda 2 (Leisner, 1951) permitiu identificar a cronologia relativa de antas e *tholoi* em termos gerais. Com os trabalhos de Victor S. Gonçalves, foi possível obter datações absolutas para esta sequência (Gonçalves, 1999; 2013).

Em termos de tipologias arquitectónicas, podemos verificar a presença de duas soluções distintas: 1. câmaras e corredores paralelos (Farisoa 1 e Comenda) e 2. *tholoi* anexos ao corredor que assim se continua a usar como acesso ao espaço funerário (Olival da Pega 2). A escavação interrompida em Cebolinhos 2 impede uma classificação segura, ainda que seja provável que se trate de um complexo megalítico similar a Farisoa 1 e Comenda 2, com câmaras paralelas.

A técnica construtiva é também heterogénea. Farisoa 1b, Comenda 2b, OP2b correspondem à categoria 1.1. (Câmara ortostática, cúpula de alvenaria, corredor ortostático) frequente nos *tholoi* do Baixo Alentejo. O *tholos* OP2d corresponde ao único exemplar da categoria 1.2. (Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor ortostático), presente em Alcalar e na Andaluzia. O pequeno monumento OP2c integra-se na categoria 1.5. («Tipo *Tholos*». Câmara ortostática, corredor ortostático, sem evidências de cúpula).

Nunca foi identificado um *tholos* isolado, como sucede noutras regiões do Centro e Sul de Portugal: especificidade regional ou prática cultural condicionada pela presença tão volumosa de antas?

Na verdade, para além de Reguengos de Monsaraz, só conhecemos um caso de anexação de *tholoi* a antas no Sul Peninsular: Dehesa de Palacio III, Sevilla (Sanjuan, 2000).

Para além dos complexos megalíticos mencionados, podemos ainda referir a presença de outros monumentos de tipo *tholoi* em Reguengos de Monsaraz em associação ao recinto de fossos dos Perdigões (Lago *et al.*, 1998; Valera e Godinho, 2008; Valera *et al.*, 2014) e no Monte Novo dos Albadeiros (Gonçalves, 1988-89; Gonçalves, 2005).

Nos Perdigões foram identificados sepulcros integráveis na categoria 1.1. (Câmara e corredor ortostático) e 1.5. (Tipo *Tholos*». Câmara ortostática, corredor ortostático, sem evidências de cúpula). Foram escavados três sepulcros posicionados entre o fosso interno e o fosso externo que aqui faz um alargamento em semicírculo para envolver os sepulcros (Valera e Godinho, 2009, p. 371). É equacionada a presença de um núcleo maior nesta área do recinto, «talvez mais três ou quatro» (Valera e Godinho, 2009).

As publicações disponíveis não são muito esclarecedoras quanto à arquitectura dos sepulcros escavados, estando a investigação especialmente direccionada para os estudos antropológicos (Valera *et al.*, 2014; Cunha, 2015 entre outros) e para a identificação de outros contextos funerários, nomeadamente em fossa e no fosso.

Os dois *tholoi* nos Perdigões foram anteriormente designados pelos escavadores como monumentos funerários (Lago *et al.*, 1998) e como sepulcros (Valera *et al.*, 2000). Embora não apareçam conservados os tradicionais muretes para a cúpula, identifica-se em fotografia e planta (Lago *et al.*, 1998) uma falsa cúpula de lajes de xisto. No primeiro artigo publicado sobre Perdigões são referidas as limitações de informação: «Trata-se de uma construção subterrânea ou semi-subterrânea, aparentemente sem qualquer estrutura de contenção pétrea; não foram detectados vestígios nem de mamoa, nem de *cairn*; no caso de efectivamente ter existido, e apesar das lavras, alguns indícios deveriam restar; no caso da hipotética construção de uma mamoa de terra/barro, tudo foi pulverizado pelas máquinas» (Lago *et al.*, 1998, p. 63). Relativamente à cúpula refere-se «Ao nível das coberturas, ou seja, dos elementos que funcionassem como tecto do monumento, temos, de momento, grandes dúvidas. A sua presença está confirmada apenas para a câmara funerária, estando registado o seu derrube que, apesar de tocado pelas máquinas, permaneceu em notável estado de conservação.» (Lago *et al.*, 1998, p. 65).

Face à complexidade dos Perdigões, é difícil fazer sínteses ou estabelecer interpretações definitivas. Recentemente verificou-se a presença de uma multiplicidade de locais de deposição funerária – em fossa, e nos fossos, colocando-se hipóteses de segregação social ou da presença de áreas de sepultamento primário (em fossa) e secundário (nos *tholoi*) – (Valera e Godinho, 2009). A proposta de que os *tholo*i corresponderiam a áreas de sepultamento secundário tem vindo a ser defendida, embora os estudos antropológicos não permitam essa interpretação linear (Cunha, 2015).

Nas «Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz» dos Leisner (1951), antas e *tholoi* eram entendidos como uma realidade interpretada de forma monolítica, desconhecendo e ignorando-se a malha de povoamento associada. Foi com Victor S. Gonçalves que se inverteu este panorama, com a prospecção e escavação de um conjunto de povoados do 4.º e 3.º milénio (Gonçalves *et al.*, 1992; Gonçalves e Sousa, 1995; Gonçalves, 1999; Gonçalves el al, 2013).

No povoado do Monte Novo dos Albardeiros foi identificada uma estrutura tumular da fase de abandono do sítio. Aquando da primeira publicação, é proposta uma reutilização funerária de casa calcolítica. «Parece-me claro, com as devidas e compreensíveis reservas, que a hipótese que propõe como explicação tratar-se de uma estrutura habitacional reaproveitada com fins funerários reúne o maior número de possibilidades de corresponder à interpretação mais adequada para a Estrutura I» (Gonçalves, 1988-89, p. 57). Recentemente, a designação de *tholos* é usada com menos reservas (Gonçalves, 2005). Tendo sido interrompida a escavação neste sítio, não é possível avançar com muitas certezas.

Reguengos de Monsaraz apresenta assim uma aparente multiplicidade de situações quanto à localização de *tholoi*: anexos a antas, inseridos em recintos de fossos, implantados na ruina de povoados fortificados. Durante o 3.º milénio há ainda outras soluções sepulcrais como as deposições em antas, incluindo programas de reorganização arquitectónicas, como STAM 3 (Gonçalves, 2003) e fossas (como Perdigões).

4.2.2. BAIXO ALENTEJO

No Baixo Alentejo, distrito de Beja, foram escavados 14 *tholoi*, um dos maiores conjuntos no Centro e Sul de Portugal. No actual distrito de Beja, o número de *tholoi* ascende a 25% (num total de 131 sepulcros) enquanto em Évora, apenas se regista 1% de *tholoi* (num total de 1113 sepulcros, 906 antas). Poderá existir um certo determinismo geológico, atendendo que em Évora a disponibilidade de granito facilita a construção de antas de grandes dimensões e que em Beja o substracto geológico de barros e xistos determina a construção de pequenos sepulcros em xisto ou escavados na rocha.

É especialmente relevante o conjunto de *tholoi* escavados por Abel Viana e a equipa dos Serviços Geológicos. Contudo, a avaliar pelo estudo monográfico efectuado para Ourique (Martins, 2014) a informação tem grandes lacunas ao nível da localização, do rigor do registo das plantas, do método de escavação: «As escavações feitas nos doze monumentos atrás mencionados duraram em média dois dias e meio, havendo monumentos que foram escavados num dia apenas. (...) As escavações se realizavam, muitas vezes, depois do período de serviço (utilizado para executar sondagens geológicas), tendo chegado a escavar à luz de candeeiros de petróleo» (Martins, 2014, p. 43).

Também Abel Viana e a equipa dos serviços geológicos referem a problemática das construções em cúpula. A propósito de Monte do Outeiro refere-se que «na cripta observámos outra coisa interessante: as lajes laterais não funcionam como esteios mas sim como revestimento parietal. Toda a superfície ocupada por esta foi escavada no terreno e aí assentou a base da cúpula» (Viana *et al.*, 1961).

Em muitos destes monumentos assinala-se a presença de reutilizações do Bronze Final, sendo o Monte do Outeiro o caso paradigmático (Schubart, 1965). Estas reutilizações, que também se registam em alguns monumentos estremenhos (Barro por exemplo), podem ter afectado a leitura da utilização funerária calcolítica.

Identificam-se dois núcleos especialmente relevantes: Ourique e Ferreira do Alentejo.

Em Ourique, todos os monumentos foram escavados por Abel Viana e pela equipa dos Serviços Geológicos, registando-se ainda a re-escavação do Barranco da Nora Velha. Neste conjunto domina a técnica ortostática para construção da câmara e corredor, com cúpula para a parte superior (1.1.), sendo geralmente omissa a presença/ausência de mamoas. Esta especificidade poderá ter significado cronológico ou evidenciar uma especificidade regional, como propõe Carlos Tavares da Silva (Silva, 2008, p. 313). Apesar da concentração de *tholoi* em Ourique, são escassas as evidências de povoamento associado, à excepção de Cortadouro (Silva e Soares, 1976-77).

QUADRO 3. LISTA DOS *THOLOI* DO BAIXO ALENTEJO

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DATA	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA (ORDEM CRONOLÓGICA)
20	Centirã 2	28756	Serpa	2006, 2007, 2011	X	1.4.	Henriques, *et al*., 2013
21	Monte da Velha 1	12176	Serpa	1982	X	1.5	Soares, 2008.
22	Monte do Outeiro	4092	Aljustrel	1961		1.1.	Viana *et al*., 1961; Schubart, 1965
23	Monte das Pereiras	3545	Beja	1960		1.11.	Serralheiro e Andrade, 1961
24	Quinta do Estácio 6	34405	Beja	2013		1.1.	Valera *et al*., 2013
25	A-dos-Tassos	4028	Ourique	1961		1.1.	Viana *et al*., 1961; Martins, 2014
26	Malha Ferro	3093	Ourique	1958		1.1.	Martins, 2014; Viana *et al*., 1960
27	Cerro do Gatão	4124	Ourique	1960		1.4.	Viana, 1959 Martins, 2014
28	Monte Velho	1065	Ourique	1957		1.1.	Viana, 1959; Martins, 2014
29	Nora Velha 1	3894	Ourique			1.1	Martins, 2014; Viana, 1959; Viana, 1960
30	Amendoeira Nova	4342	Ourique			1.2.	Viana, 1959
31	Monte do Cardim 6	31433	Ferreira do Alentejo	2008, 2009		1.3	Valera, 2010; Valera *et al*., 2013
32	Horta do João da Moura 1	31813	Ferreira do Alentejo	2008, 2010		1.3.	Valera, 2010; Valera *et al*., 2013. Arquivo da Arqueologia Portuguesa – DGPC
33						1.3	
34						1.5	
35	Monte do Pombal 1	21951	Ferreira do Alentejo	2009-2010		1.1.	Valera, 2010; Valera *et al*., 2013
36	Folha de Amendoeira	4046	Ferreira do Alentejo	1952		1.1.	Viana, 1953

Em Ferreira do Alentejo, os seis *tholoi* identificados localizam-se na periferia de Porto Torrão. Este recinto de fossos é provavelmente o maior situado no território português. Seria necessário aferir a estimativa da dimensão com levantamentos geofísicos, até à data inexistentes. Desde os primeiros trabalhos (Arnaud, 1982) que se avança com uma enorme extensão (50 ha, posteriormente aumentadas para 100 ha). As várias intervenções de Arqueologia preventiva, nomeadamente a rede de alta tensão (Valera e Filipe, 2004) e os canais de rega do Alqueva (Santos *et al.*, 2013) já afectaram uma área muito extensa, atingindo 3000 m^2 nos canais de rega (Santos *et al.*, 2013). Os trabalhos têm sido divididos por várias equipas, aguardando-se ainda pela publicação e pela integração dos dados.

Em estudo preliminar sobre a problemática das necrópoles de Porto Torrão, António C. Valera avança com a hipótese da presença de «uma faixa periférica e polinucleada de espaços funerários» (Valera, 2000, p. 61) para além da presença de deposições funerárias no interior do recinto.

Não estão publicadas plantas dos monumentos, mas a observação de fotografias (Valera, 2010; Valera *et al.*, 2013) e a consulta de relatórios permitiu verificar que os monumentos escavados se integram na categoria da falsa cúpula integral e de corredor com muro (1.1.). Cardim 6 regista a presença de vestígios de um poste de sustentação da cúpula, referindo-se um «buraco central» (Valera

et al., 2013). É especialmente significativa a presença dos três *tholoi* em Horta do João Moura: todos com paredes em alvenaria e um dos quais com segmentação do corredor e átrio. A quantidade, proximidade e técnica construtiva parece indicar alguma semelhança com o núcleo de Alcalar.

Os novos *tholoi* identificados em Ferreira do Alentejo vêm alterar o panorama alentejano quanto às técnicas construtivas, sendo agora evidente que a técnica de construção em cúpula integral não é uma excepção no Alentejo, surgindo em Reguengos de Monsaraz, Ferreira do Alentejo e Serpa.

A região de Serpa tem sido profusamente intervencionada no âmbito da construção dos canais de rega do Alqueva, tendo sido identificado e escavado um vasto conjunto de habitats e necrópoles na sua maioria inéditos (ver sínteses em Valera e Filipe, 2010 e Monteiro, 2015).

Também aqui se verifica a heterogeneidade das arquitecturas funerárias. Regista-se a presença de antas, fossas, hipogeus e... *tholoi*. Infelizmente muitos destes sítios permanecem inéditos e apenas existem datações para um reduzido número de sepulcros (Monte da Velha 2, Outeiro Alto e os *tholoi)*, o que dificulta a leitura desta diversidade de práticas funerárias.

Os dois *tholoi* identificados em Serpa correspondem aos únicos monumentos do Baixo Alentejo com datações radiocarbónicas (Soares, 2008; Henriques *et al.*, 2013). Em ambos os casos se regista a presença de reutilizações da Idade do Bronze. No caso de Monte da Velha 1 (Soares, 2008), está apenas datado um contexto mais tardio com campaniforme liso com datações da segunda metade do 3.º milénio a.n.e mas algum espólio pode indicar uma cronologia anterior. Para Centirã 2 as datações são também da segunda metade do 3.º milénio e todo o espólio indica uma cronologia avançada no Calcolítico (Henriques *et al.*, 2013). Em ambos os casos se propõe que a construção teria ocorrido na primeira metade do 3.º milénio com uma utilização não funerária mas cultual (Soares, 2008; Henriques *et al.*, 2013) mas a base arqueográfica que suporta esta proposta é apenas de natureza hipotética.

Independentemente desta proposta, é certo que Centirã 2 e Monte da Velha 1 foram usados como espaço sepulcral na mesma diacronia (segunda metade do 3.º milénio), ambos associados ao «pacote campaniforme tardio». No entanto, as arquitecturas dos *tholoi* são muito diferentes: Centirã 1 corresponde a uma arquitectura de falsa cúpula integral e Monte da Velha 1 a um «pseudo *tholos*» com construção ortostática (1.5).

4.2.3. CASOS ISOLADOS?

QUADRO 4. LISTA DOS *THOLOI* DO ALENTEJO (CASOS ISOLADOS)

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DATA	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA (ORDEM CRONOLÓGICA)
37	Santiago do Escoural	625	Montemor-o-Novo	1964		1.1.1.	Santos, 1967; Santos e Ferreira, 1969
38	Vila Formosa 2	14957	Odemira	2013		?	Serra *et al.*, 2014

Para além destas concentrações de Reguengos e do Baixo Alentejo regista-se ainda a presença de monumentos que aparentemente surgem isolados.

No Alentejo médio existem algumas referências de possíveis *tholoi* em prospecção tais como Ambrósios e Perdigoa 1, no Alandroal (Calado, 1993). É particularmente relevante a ausência de *tholoi* na região de Évora. O monumento de Santiago do Escoural não se encontra porém «isolado» pois localiza-se numa área estruturante para o 3.º milénio, encontrando-se na proximidade do povoado fortificado e núcleo rupestre bem como da gruta.

Para Vila Formosa 2, os dados são preliminares (Serra *et al.*, 2014) não tendo sido efectuada a escavação integral. Em Odemira está registado em prospecção um possível *tholos*, Casa da Vinha Grande e em Santiago do Cacém, J. Soares publica os materiais de um possível tholos destruído, Corte de Baixo (2014).

4.3. ALGARVE

4.3.1. O COMPLEXO DE ALCALAR

QUADRO 5. LISTA DOS *THOLOI* DE ALCALAR

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DATA	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA (ORDEM CRONOLÓGICA)
39	Alcalar 2	4298	Portimão	1889		1.2.1	Veiga, 1889; Leisner, 1943; Gonçalves, 1989; Morán e Parreira, 2004
40	Alcalar 3	3512	Portimão	1882		1.1.2	
41	Alcalar 4	7234	Portimão	1882		1.3.1	
42	Alcalar 5	7241	Portimão	1882		1.4	
43	Alcalar 6	7245	Portimão	1882		1.4	
44	Alcalar 7	11303	Portimão	1882, 1987-2000	X	1.1.	
45	Alcalar 8	7249	Portimão	1900		1.2.1	Rocha, 1904; Gonçalves, 1989; Móran e Parreira, 2004; Móran, 2014
46	Alcalar 9	7277	Portimão	1900	X	1.3.	
47	Alcalar 10		Portimão	1880		1.3.	Veiga, 1889; Gonçalves, 1989; Morán e Parreira, 2004
48	Alcalar 11	7238	Portimão	1933		1.2	Rocha, 1911; Gonçalves, 1989; Viana *et al.*, 1953; Morán e Parreira, 2004
49	Alcalar 12	6807	Portimão	1933		1.3.	Rocha, 1911; Gonçalves, 1989; Viana *et al.*, 1953
50	Alcalar 13	7215	Portimão	1900		1.3.	Rocha, 1911; Gonçalves, 1989; Viana *et al.*, 1953; Morán e Parreira, 2004
51	Alcalar 14		Portimão	1987-2000		?	Morán e Parreira, 2004
52	Alcalar 15		Portimão	1987-2000		?*	
53	Alcalar 16		Portimão	1987-2000		?*	
54	Monte Velho 1	7247	Portimão	1900		1.2.	Viana *et al.*, 1953; Gonçalves, 1989; Morán e Parreira, 2004
55	Monte Velho 2	7250	Portimão	1900		1.2.	
56	Monte Velho 3	7226	Portimão	1900		1.2.	
57	Poio 1		Portimão	1987-2000		?*	Morán e Parreira, 2004

* Levantamento geofísico

O conjunto de Alcalar constitui o mais notável complexo de *tholoi* identificado no Centro e Sul de Portugal. Os 18 *tholoi* conhecidos têm vindo a ser escavado desde 1880 por António José Nunes da Glória, Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha, José Formosinho, Rui Parreira e Elena Morán.

Vários autores têm efectuado publicações e estudos de síntese. Face à complexidade e heterogeneidade da informação disponível importa essencialmente destacar as duas mais recentes leituras efectuadas por Victor S. Gonçalves (1989) e pela equipa Rui Parreira e Elena Morán (Morán e Parreira, 2004; Morán, 2014).

O projecto desenvolvido por Victor S. Gonçalves no Algarve assumiu uma dimensão territorial e com longas diacronias transcendendo aliás o âmbito cronológico da sua tese de doutoramento com o projecto CAALG (Carta Arqueológica do Algarve). Será apenas com Victor S. Gonçalves que será efectuada a leitura integrada do 3.º milénio no Algarve, incluindo pela primeira vez o estudo do povoamento.

Centrado no Alto Algarve Oriental, Victor S. Gonçalves efectuou uma leitura detalhada sobre Alcalar, reunindo os dados das intervenções de Estácio da Veiga e Nunes da Glória; Santos Rocha e José Formosinho. Elaborou ainda uma análise muito circunstanciada sobre a arquitectura do conjunto, incluindo uma proposta de classificação de monumentos que é a base da que foi usada no presente artigo. No estudo arquitectónico são analisadas variáveis muito detalhadas quanto à dimensão da câmara e corredor dos monumentos.

A classificação dos corredores (curto, médio, longo e muito longo) constitui uma das inovações introduzidas ao estudo de monumentos megalíticos. Para Alcalar, verificou-se «a esmagadora maioria (93%) distribuída pelas categorias "longo" e "muito longo" (Gonçalves, 1989, p. 57). Ainda que neste trabalho não tenha sido efectuada essa análise, podemos observar que em geral os *tholoi* da Estremadura apresentam os corredores consideravelmente mais curtos. Por outro lado, as câmaras são substancialmente mais pequenas em Alcalar (entre 1,8 e 3 m).

Ainda acerca do conjunto de Alcalar, Victor S. Gonçalves faz uma proposta de interpretação do faseamento dos sepulcros: «Pareceria pacífico que a análise dos monumentos funerários de Alcalar deixasse suspeitas sobre uma provável progressão local, da anta, até às formas de falsa cúpula, também monumentos de inumação colectiva. E os pequenos *tholoi*, se os considerássemos os mais recentes do conjunto, prenunciariam, talvez, o fim da sepultura colectiva e o advento da individual, própria da Idade do Bronze» (Gonçalves, 1989, p. 56). A propósito de uma análise do espólio votivo refere-se ainda as evidências de desigualdade social e da possível «emergência das chefaturas» (*idem*, *ibidem*, p. 62).

Quase 20 anos volvidos, estas considerações continuam pertinentes, mas temos actualmente novos dados resultantes dos vários projectos de investigação e de valorização desenvolvidos por Rui Parreira e Elena Morán desenvolvidos sob o paradigma da arqueologia social:

1. Novos sepulcros. A identificação dos hipogeus de Monte Canelas (Morán e Parreira, 2004) e a detecção através de geofísica de possíveis novos *tholoi* (Póio) traduz novas realidades para o estudo da evolução dos sepulcros do complexo de Alcalar.

2. Arquitecturas. A escavação e restauro dos monumentos 7 e 9 permitiu recolher importantes dados para o conhecimento das arquitecturas, sendo especialmente relevante a informação relativa à estrutura tumular e ao *kerb*/fachada de contenção. A presença de estrutura tumular está referida em outros *tholoi* do Centro e Sul de Portugal (Pai Mogo, Monte do Outeiro por exemplo), mas as reconstituições são ilustrações pouco rigosas. Também o restauro permitiu conhecer melhor a técnica de construção das cúpulas e dos nichos laterais, constituindo uma das raras intervenções de «arqueologia da arquitectura» aplicada a monumentos megalíticos em Portugal.

3. Análise espacial. Com a realização do levantamento geofísico e a cartografia exacta dos monumentos, foi possível fazer uma leitura da espacialidade de Alcalar (Móran, 2014). O extenso trabalho de geofísica evidencia um complexo imbricado de fossos, cercas e muralhas com três grandes linhas, com cerca de 20 hectares de extensão, correspondendo a um dos maiores centros do 3.º milénio no Sul Peninsular. O conjunto dos *tholoi* foi associado a núcleos (Vidigal Velho, Alcalar Oeste, Alcalar Centro, Alcalar Este) propondo-se um modelo de necropolização em torno de um grande monumento: Alcalar 1 para o núcleo central, Alcalar 7 para o núcleo Este. Esta proposta conceptual não tem suporte cronométrico, uma vez que apenas existem datações para Alcalar 7 e 9, ambas tardias. Aparentemente todos os sepulcros se localizariam no exterior dos recintos – «el gran fosso rectilinio (...) parcialmente multiple y associado a muro, separa a área doméstica da área cerimonial fúnebre com os túmulos da necrópole megalítica» (Morán, 2014).

4. Práticas sociais. A identificação de elites e de práticas de diferenciação social em alguns dos monumentos é interpretada por R. Parreira e E. Morán num quadro de interpretação de Alcalar como centro de poder de uma «primitiva sociedade classista, estratificada com base em relações parentais» (*idem, ibidem*, p. 316).

5. Diacronia da ocupação. Embora o número de datações seja limitado, os trabalhos arqueológicos recentes permitiram identificar uma longa diacronia de ocupação, remontando ao Neolítico antigo, evidenciando extensas pré-existências no sítio. Rui Parreira e Elena Morán têm realçado a questão da ritualização da paisagem de Alcalar: «(...) a necrópole de Alcalar pode assim ser vista como um lugar antropológico, sem que necessariamente nela deva ser valorizada uma cronologia final, sendo antes de realçar a longa duração da necrópole, integrando o uso simultâneo de todos os monumentos, quiçá com significados que variaram ao longo do tempo, num tempo coerente de ritualização da paisagem» (Morán e Parreira, 2004, p. 316).

4.3.2. CASOS ISOLADOS?

O caso excepcional de Alcalar não encontra paralelo em todo o Algarve, existindo apenas ocorrências relativamente isoladas. No Alto Algarve Oriental, em Alcoutim, foram identificados dois *tholoi*, situados em áreas próximas, com tipologias construtivas similares (1.1.). Em ambos casos se trata de monumentos de pequena dimensão e com pouco espólio. A propósito de Eira dos Palheiros diria Victor S. Gonçalves: «um máximo de dois enterramentos teria sido feito neste monumento, o que coloca em vivo contraste com outros *tholoi* e mantém aberta a questão da localização da necrópole do Cerro do Castelo de Santa Justa» (Gonçalves, 1989).

Não existe matéria orgânica que possibilite datações absolutas mas o espólio de Eira dos Palheiros é inquestionavelmente calcolítico. Para o monumento do Cerro do Malhanito, também sem datações, não há praticamente materiais calcolíticos, tendo sido identificada uma tumulação do Bronze final (Cardoso e Gradim, 2007). A proposta da existência de uma «limpeza» dos níveis calcolíticos e posterior uso na Idade do Bronze é associada por João Luís Cardoso à situação da Roça do Casal do Meio. Como já referido, no último caso, os recentes trabalhos arqueológicos não corroboraram esta proposta.

O núcleo de Aljezur permanece praticamente inédito. (Gamito *et al.*, 1991) Nesta listagem poderia ainda ser incluído Castro Marim (Zbyszewski e Ferreira, 1967). Contudo, face à datação absoluta obtida para este sepulcro (Oxa 5441 – 3370-4030 cal BC) e à presença de esteio de cabeceira tem sido rejeitada uma classificação como *tholos* (Gomes, Cardoso e Cunha, 1994). O monumento da Marcela corresponde a uma galeria coberta (Gonçalves, 1989).

QUADRO 6. LISTA DOS *THOLOI* DO ALGARVE

N.º	TOPÓNIMO	CNS	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DATA	C^{14}	TIPO	BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL
58	Eira dos Palheiros	2487	Alcoutim	1982, 1983, 1984		1.1.	Gonçalves, 1989
59	Cerro do Malhanito	18537	Alcoutim	2002		1.1.	Cardoso e Gradim, 2007
60	Corte Cabreira 2	7275	Aljezur	1988, 1990		1.1.	Arnaud *et al.*, 1991
61	Chabouco 1	2911	Aljezur	1988		1.1.	DGPC

5. UMA LEITURA GERAL

Com o panorama atrás enunciado, é complicado avançar com leituras gerais que não sejam demasiado simplistas. Sendo escassas as respostas, são ainda muitas as questões. Avançam-se algumas qmf (questões mais frequentes): tempo, modos, sociedades.

Começando pelo tempo, verifica-se que são escassos os *tholoi* com datações absolutas disponíveis (apenas 13 em 61 *tholoi* escavados, num total de 35 datas). Esta circunstância reflecte o longo historial das pesquisas: apenas 17 dos *tholoi* foram escavados nas últimas três décadas. Por outro lado, existem alguns constrangimentos ao nível da conservação da matéria-orgânica, nomeadamente nos solos ácidos do Alentejo.

Apesar de todas as limitações, seria necessário proceder a um programa de datações absolutas para o espólio recolhido em escavações antigas, tal como foi efectuado por Victor S. Gonçalves para Cascais (Gonçalves, 2005; 2008, 2009) e por Rui Boaventura para as antas da Península de Lisboa (Boaventura, 2009).

A propósito do monumento de Monte da Velha 1, A. Monge Soares refere que «... Parece, pois, correcta a atribuição do início da utilização dos *tholoi* ao final do IV milénio a.C. prolongando-se a construção e uso destes monumentos, pelo menos, pela primeira metade do III milénio a.C.» (Soares, 2008, p. 45).

Quando analisamos empiricamente as datas disponíveis, verifica-se que existem escassas datas de finais do 4.º milénio (Pai Mogo, Olival da Pega 2b), parecendo mais credível considerar que o advento destas arquitecturas surja no 1.º quartel do 3.º milénio a.n.e. Este patamar corresponde exactamente ao mesmo do advento dos povoados fortificados (cf. Gonçalves *et al.*, 2013). Coincidindo genericamente com os povoados fortificados, partilham alguns dos conceitos arquitectónicos das construções em alvenaria ou pedra seca, ausentes das arquitecturas domésticas ou funerárias do Neolítico final. No universo dos povoados fortificados é bastante mais extenso o conjunto de sítios e datações absolutas disponível: 18 sítios, 150 datações. Verifica-se uma quase simultaneidade do aparecimento dos povoados fortificados (Gonçalves *et al.*, 2013).

A definição do parâmetro inicial do advento desta nova arquitectura megalítica (*tholoi*) constitui uma das temáticas chave para a compreensão da emergência das primeiras sociedades agro-metalúrgicas.

Independentemente dos modelos adoptados para explicar o aparecimento do Calcolítico, parece inquestionável a existência de influências Este – Oeste, Sul-Nort e da mudança visível.

O conjunto dos *tholoi* datados é muito pequeno mas não parece existir diferenças entre Oeste e Este, Sul-Norte. De facto, o monumento mais setentrional, Pai Mogo, tem um conjunto de datações muito antiga. Numa análise dos dados disponíveis para o Sudoeste espanhol propõem-se que «la cronologia de estas construciones suele fijarse dentro del tercer milénio ANE en las últimas fases de la Edad de Cobre» (*idem, ibidem*, p. 42).

A futura definição do balizamento do parâmetro de início dos *tholoi* no Centro e Sul de Portugal será prioritária, com o estabelecimento de comparações com outras áreas do Sul Peninsular, nomeadamente com a Andaluzia. Face ao tão diversificado panorama do registo arqueológico do 3.º milénio, é provável que tenham existido difusões desiguais deste tipo de sepulcro.

QUADRO 7. DATAÇÕES ABSOLUTAS DE *THOLOI* NO CENTRO E SUL DE PORTUGAL
Calibrações segundo Stuiver *et al.* (1998). Programa Calib 7.0

SITIO	REF. LAB.	CONTEXTO	AMOSTRA	DATA BP	DATA CAL 1 σ	DATA CAL 2 σ	REFERÊNCIA
Paimogo 1	Sac-1556		Osso humano	4250±90	3010-2670	3100-2570	Boaventura, 2009
	UBAR-539		Osso humano	4130±90	2880-2580	2900-2480	
	Sac-1782		Osso humano	4100±60	2860-2570	2880-2490	
Praia das Maçãs	H-2048/1458	*Tholos*	Carvão	3650±60	2140-1940	2110-1880	Soares e Cabral, 1984
Agualva	Beta-239754	MG 295	Osso humano	4110±40	2860-2580	2880-2500	Boaventura, 2009
Tituaria	OxA-5446		Osso humano	3995±65	2630-2360	2860-2290	Cardoso *et al.*, 1996
Centirã 2	Sac-2791	U.E. 12	Osso humano	3940±50	2471-2291	2497-2204	Henriques *et al.*, 2013
	Sac-2790	U.E. 13	Osso humano	3900±45	2421-2215	2469-2205	
	Sac-2792	U.E. 14	Osso humano	3790±110	2340-2140	2457-2077	
	Sac-2782	U.E. 14	Osso humano	3760±70	2289-2135	2404-2058	
	Sac-2796	U.E. 12	Osso humano	3710±45	2193-2034	2273-1962	
	Beta-331980	U.E. 12	Osso humano	3690±25	2559-2462	2569-2349	
	Sac-2788	U.E. 7	Osso humano	3810±80	2155-1984	2179-1957	
	Sac-2789	U.E. 10	Osso humano	2950±80	1294-1048	1392-938	
Monte da Velha 1	Beta-104027		Osso humano	3900±40	2465-2343	2479-2211	Soares, 2008
OP2B	ICEN-957	Fase 1	Osso humano	4130±60	2873-2580	2883-2494	Gonçalves, 1989
	ICEN-955	Fase 1	Osso humano	4290±100	3017-2716	3311-2584	
	ICEN-956	Fase 1	Osso humano	4180±80	2884-2602	2918-2497	
Perdigões	Beta-327750	Sep. 1	Osso humano	4030±40	2616-2481	2834-2817	Valera *et al.*, 2014
	Beta-327748	Sep. 1	Osso humano	4060±30	2829-2497	2839-2483	
	Beta-327747	Sep. 1	Osso humano	4130±30	2859-2630	2871-2583	
	Beta-308789	Sep. 2	Osso humano	3840±30	2387-2207	2456-2202	
	Beta-308791	Sep. 2	Osso humano	4090±30	2836-2577	2859-2499	
	Beta-308792	Sep. 2	Osso humano	3890±30	2457-2345	2468-2291	
	Beta-308793	Sep. 2	Osso humano	3970±30	2546-2465	2574-2350	
Alcalar 7	Beta-180980	Alc 677-05	*Pistacia lentiscus*	3860±40	2455-2235	2464-2206	Morán, 2014
	Beta-180982	Alc7 856-01	*Quercus* cf. *Perenifolio*	3280±40	1617-1517	1657-1457	
Alcalar 9	Beta-316624	Alc9 604	Osso humano	3730±30	2197-2046	2205-2032	

Para validar a tese que a génese dos *tholoi* coincide com o aparecimento das primeiras comunidades arqueometalúrgicas e dos primeiros povoados fortificados, provavelmente com uma componente de difusão démica, seria importante efectuar estudos antropológicos comparativos, nomeadamente em regiões com diversidade de soluções sepulcrais como Reguengos de Monsaraz ou na Estremadura. Os estudos de mobilidade que têm vindo a ser efectuados (cf Hillier *et al.*, 2010, por exemplo) poderão futuramente fornecer linhas de leitura.

Com as datas disponíveis também não podemos estabelecer um faseamento arquitectónico das várias tipologias arquitectónicas dos *tholoi*.

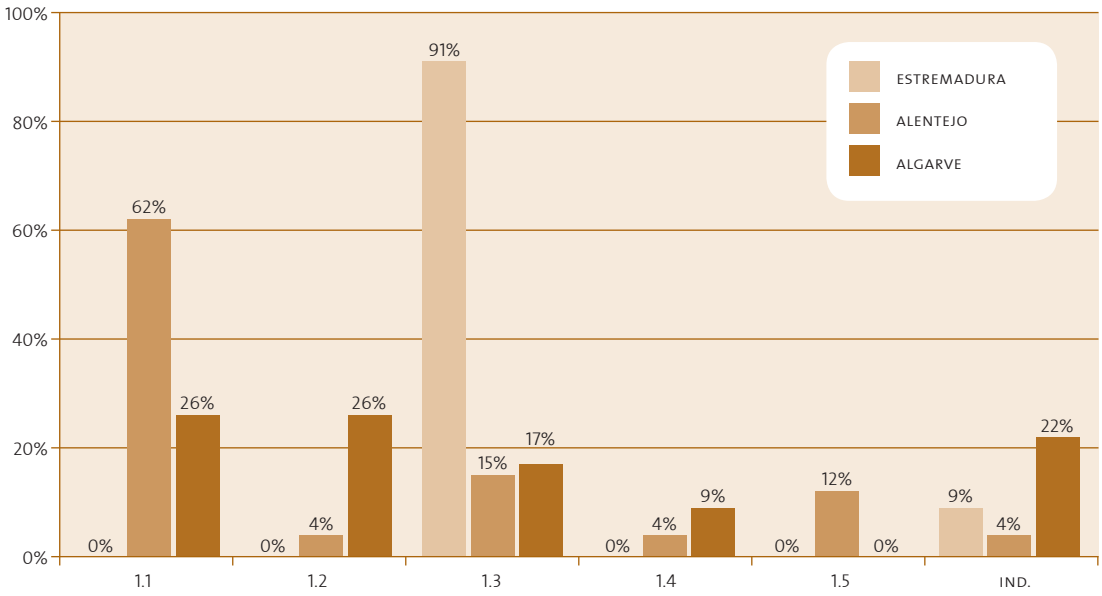


FIG. 3. Tipologia arquitectónica dos *tholoi* por área regional.

Numa leitura transversal verifica-se que apenas a Estremadura regista uma tendência inequívoca de um tipo arquitectónico de *tholoi* (1. 3. Câmara totalmente em falsa cúpula e corredor tipo muro). A forte identidade cultural da Estremadura está confirmada noutras esferas da cultura material, nomeadamente na decoração cerâmica. As recentes identificações de *tholoi* no Alentejo matizaram mais a dualidade: construção ortostática alentejana *vs* construção de alvenaria estremenha, nomeadamente nos *tholoi* identificados na periferia de Porto Torrão, onde domina a falsa cúpula integral e os corredores de tipo muro.

Embora não seja possível fazer o faseamento das soluções arquitectónicas, dois complexos megalíticos poderiam fornecer alguns indicadores: Olival da Pega 2 e Alcalar. Em ambos os casos foram identificados no mesmo conjunto diferentes soluções arquitectónicas: neste caso as diferenças não podem ser meramente de índole regional.

O complexo de Alcalar continua a ser uma excepção quanto à diversidade arquitectónica e concentração de monumentos. Em mais nenhum local do actual território português se se regista a presença de monumentos com nichos, encontrando paralelos directos com Los Millares.

Existe também uma grande diversidade na localização dos *tholoi*: isolados ou em necrópole, construções *ab initio* ou integrados em sepulcros mais antigos.

É especialmente relevante o fenómeno de agregação aos grandes centros, quer sejam fortificados quer recintos de fossos. Em Portugal nunca se identificaram necrópoles de *tholoi* associadas aos grandes povoados fortificados, nomeadamente em Zambujal, Leceia ou Vila Nova de

São Pedro, surgindo contudo bem documentados em Los Millares e em San Blas. A associação a recintos de fossos, quer seja no perímetro ou nos seus limites surge sobretudo nos grandes recintos do 3.º milénio como Valencina de la Concepcion ou Pijotilla. Em Portugal é justamente nos maiores recintos de fossos que foram identificadas necrópoles com *tholoi* (Perdigões, Porto Torrão e Alcalar). Esta associação aos grandes centros reflecte um fenómeno de agregação e possivelmente de maior controlo territorial.

Situando-se no perímetro imediato dos recintos (como em Perdigões) ou em área mais afastada (como Porto Torrão), os *tholoi* integram-se num conceito mais amplo deste enorme centro social, económico e ideológico, onde parecem ter emergido formas de poder individual.

A presença de áreas cerimoniais nos átrios ou de pequenos altares no interior dos monumentos também evidencia a função cerimonial presente nos *tholoi*, a qual transcende a questão estritamente funerária.

Nas várias regiões do Sul Peninsular regista-se a coexistência de grande diversidade das soluções sepulcrais: *tholoi,* antas, grutas naturais, grutas artificiais, fossas e fossos são usados simultaneamente como espaço sepulcral. Alguns autores ,como Juan Camara Serrano, R. Chapman ou F. Nocete ,têm proposto a existência de desigualdades sociais nas necrópoles de *tholoi,* tendo como critério a implantação, monumentalidade e presença de matérias-primas raras.

O panorama da desigualdade surge também de forma distinta no Centro e Sul de Portugal. Se podemos identificar situações de excepção em alguns depósitos de Alcalar, na maior parte dos *tholoi* não se verifica qualquer selecção de género ou idade.

A dialéctica entre a colectivização ou individualização da morte foi bem destacada para a Península de Lisboa onde foi possível efectuar estudos antropológicos. Rui Boaventura refere que «(...) as antas surgem como o tipo de necrópole com o efectivo de deposições mais reduzido e os *tholoi* com o mais elevado» (Boaventura, 2009, p. 301). Em Reguengos de Monsaraz também se regista a presença de deposições colectivas em grande número no *tholos* Olival da Pega 2b, não se registando a presença de diferenciação social no espólio associado (Gonçalves, 1999). Nos Perdigões, António Carlos Valera destaca o facto que os *tholoi* tenham sido usados numa segunda fase como área de deposição em posição secundária (Valera, 2014).

Este panorama é completamente distinto do que sucede em alguns *tholoi* de Valencina de La Concépcion, nomeadamente o monumento de Montelírio, com uma extraordinária concentração de espólio de origem exógena (Sanjuan *et al.*, 2014). Também em alguns monumentos de Alcalar se registam concentrações de materiais de excepção, nomeadamente metal e marfim. Além disso, como já referiu Victor S. Gonçalves, a reduzida dimensão das câmaras dos *tholoi* de Alcalar parece indicar uma tendência de individualização.

Com tão poucas datas e sem estudos antropológicos estamos hoje perante um impasse na interpretação dos *tholoi*. Possivelmente teremos dois patamares distintos quer de construção quer de uso: um correspondente ao início das primeiras sociedades agro-metalúrgicas quando surgem os povoados fortificados, na primeira metade do 3.º milénio e outro já de uma fase avançada, na segunda metade do 3.º milénio, contemporâneo dos grandes recintos de fossos e possivelmente já com indícios de desigualdade social.

Espartilhados entre várias correntes de pesquisa de «moda», possivelmente a história do aparecimento dos *tholoi* poderá ser bastante importante para a compreensão da emergência das sociedades agro-metalúrgicas.

Megalitismo e Metalurgia são assim temas que é necessário de novo juntar, mais de duas décadas volvidas sobre a tese de Victor S. Gonçalves.

Percorrendo as rotas do Centro e Sul de Portugal através dos *tholoi*, encontrei muitas problemáticas das antigas sociedades camponesas do Sul Peninsular. Nos últimos 52 anos Victor S. Gonçalves escavou, estudou e pensou «sítios, horizontes e artefactos» chave, desenvolveu múltiplas linhas de investigação de referência para o Neolítico e Calcolítico, deixou marcas na forma de fazer e ensinar a Arqueologia.

Sem nunca olhar para trás.

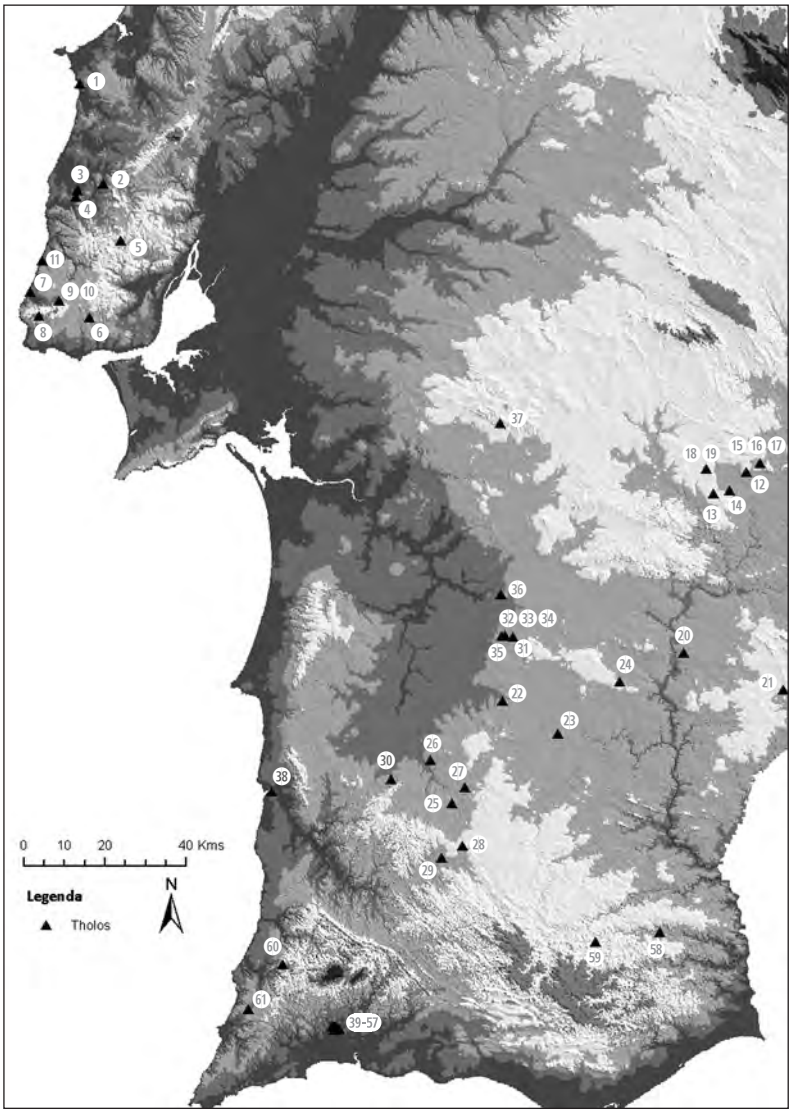


FIG. 4. Localização dos *tholoi* referidos no texto:
1. Pai Mogo;
2. Barro;
3. Serra das Mutelas;
4. Cabeço da Arruda;
5. Tituaria;
6. Agualva;
7. Praia das Maçãs;
8. Monge;
9-10. São Martinho;
11. Samarra;
12. Comenda 2b;
13. Farisoa 1b;
14. Cebolinhos 2b;
15-17. Olival da Pega 2;
18-19. Perdigões;
20. Centirã 2;
21. Monte da Velha 1;
22. Monte do Outeiro;
23. Monte das Pereiras;
24. Quinta do Estácio 6;
25. A-dos-Tassos;
26. Malha Ferro;
27. Cerro do Gatão;
28. Monte Velho;
29. Nora Velha 1;
30. Amendoeira Nova;
31. Monte do Cardim 6;
32-34. Horta do João da Moura;
35. Monte do Pombal 1;
36. Folha da Amendoeira;
37. Santiago do Escoural;
38. Vila Formosa 2;
39-57. Alcalar;
58. Eira dos Palheiros;
59. Malhanito;
60. Corte Cabreira 2;
61. Chabouco 1.
Cartografia e georeferenciação realizada por Filipa Neto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almagro, M. Y.; Arribas, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megaliticos de Los Millares,* Bibliotheca Praehistorica Hispana, 3, Madrid.

Apolinario, M. (1896) – Necrópole neolítica do Valle de São Martinho. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. 1.ª série.

Arnaud, J. M.; Gamito, T. (1978) – Povoado calcolítico de Alcalar. Notícia da sua identificação. *Anais do Municipio de Faro*. Faro, VIII, p. 275-284.

Arnaud, J. M. (1982) – O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste Peninsular. *Arqueologia*. Porto, 6, GEAP, p. 48-64.

Arnaud, J. M. (1993) – O povoado calcolitico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, Aljustrel, n.º 2, p. 41-61.

Blasco, F; Ortiz, M. (1991) – Trabajos arqueológicos en Huerta Montero (Almendralejo, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Badajoz. 2, p. 129-138. Actas de las I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990).

Boaventura, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. 2 vol. Policopiado.

Bueno Ramirez, P.; Balbin Behrmann, R. (1997) – Arte megalitico en sepulcros de falsa cupula. A proposito del monumento de Granjade Toninuelo (Badajoz). *Brigantium*. La Coruna. 10, pp. 91-121.

Cabrero, R. (1985) – Tipologia de sepulcros calcolíticos de Andalucia Occidenta. *Huelva Arqueologica*, 7. p. 207-263.

Cardoso, J. L. (2000) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 14), p. 45-70.

Cardoso, J. L. (2005) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). O Passado em cena: narrativas e fragmentos. In Lopes, M. C.; Vilaça., R. – *Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão.* Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 193-223.

Cardoso, J. L. (2008) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 16, p. 13-124.

Cardoso, J. L.; Gradim, A. (2004) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In Bicho, N. F., *A Pré-História do Algarve*. Col. Territórios da Pré-História em Portugal. 9 (2006). Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, p. 161-168.

Cardoso, J. L.; Gradim, A. (2005) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Resultados preliminares das escavações arqueológicas efectuadas. *II Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2003)*. Actas (2005): Câmara Municipal de Silves, p. 27-40.

Cardoso, J. L.; Gradim, A. (2007) – A *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Resultados das escavações arqueológicas efectuadas. *Promontoria* (2007). Faro. 5: 199-226.

Cardoso, J. L.; Leitão, M.; Ferreira, O. V. (1987) – Nota acerca de uma conta-amuleto encontrada na Tholos da Tituaria, Mafra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.ª série, 5, p. 89-99.

Cardoso, J. L.; Leitão, M.; Ferreira, O.; North, C.; Norton, J.; Medeiros, J.; Sousa, P. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras: Câmara Municipal.

Cardoso, J. L.; Soares, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan* (1995). Almada.

Correia, V. (1914) – A exploração arqueológica da Serra das Mutelas. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. .ª série, 19, p. 264-269.

Evangelista, L.; Silva, A. M. (2013) – TOMB 3 – Perdigões Prehistoric enclosure (Reguengos de Monsaraz, Portugal): first anthropological results. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. NIA-ERA. N.º 9 (2013). p. 47-54.

Ferreira, O. V. (1953) – O monumento prehistorico de Agualva (Cacem). *Zephyrus.* Salamanca, 4, p. 145-166 il.

Ferreira, O. V. (1966) – *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memórias SGP, nova série; 12).

Ferreira, O. V.; Trindade, L. (1954) – Objectos da necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). *Zephyrus*. Salamanca, 5, p. 29-35.

Ferreira, O. V.; Trindade, L. (1965) – La necrópole de Cabeço de Arruda (Torres Vedras). *Congresso internacional de ciências prehistoricas y protohistoricas. Actas de la IV Session*. Madrid, Zaragoza, p. 503-520.

Ferreira, O. V.; Cavaco, A. R. (1952) – O monumento préhistórico do Lousal, Grândola. In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, p. 247-255.

Ferreira, O. da V. E Trindade, L. (1955) – A necrópole do Cabeço da Arruda (Torres Vedras). In *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 38:3, p. 193-212.

França, J. C.; FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 39, p. 61-86 il.

Gallay, G.; Spindler, K.; Trindade, L.; Ferreira, O. V. (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 170 il.

Gamito, T. J.; Arnaud, J. M.; Muralha, J. (1991) – Relatório das escavações de emergência realizadas em 1990, em Corte Cabreira – Aljezur. *Espaço Cultural*, Aljezur, 6, pp. 47-66.

García Sanjuán, L.; Hurtado Pérez, V. (2002) – La arquitectura de las construcciones funerarias de tipo *tholos* en el Suroeste de España. In Serrelli, D.; Vacca, D. (coords.) – *Aspetti del Megalitismo Prehistórico. Incontro di Studio Sardegna-Spagna (Museo del Territorio, Lunamatrona, Cagliari, Italia, 21-23 de Septiembre de 2001)*. Cagliari: Grafica del Parteolla, p. 36-47.

Garrido Roiz, J. P.; Orta, M. (1967) – *El tholos de El Moro*, Excavaciones Arqueológicas en España, 57, Madrid.

Gomes, M. V.; Cardoso, J. L., Cunha, A. M. (1994) – A sepultura de Castro Marim. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro* (1994). Lisboa. 80.

Gonçalves, J. L. M. (1979a) – O monumento pré-histórico da Praia das Maçãs: Arquitectura e cerâmica pré-campaniforme. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 3.ª Série, 85, p. 125-135.

Gonçalves, J. L. M. (1979b) – O monumento pré-histórico da Praia das Maçãs (Sintra): Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra: Câmara Municipal, 1-2, p. 29-58;

Gonçalves, V. S. (1981a) – A vigia (medieval) de Paio Peres Correia (Azinhal, Castro Marim). *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 188-192.

Gonçalves, V. S. (1988/89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Nova Série. 9-10. p. 49-61.

Gonçalves, V. S. (1989a) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma perspectiva integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols. 1.º vol: 566 pp., incluindo mapas, figuras e outras ilustrações, para além de extra-textos; 2.º vol: 252 estampas (desenhos e fotografias).

Gonçalves, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC. 264 p.

Gonçalves, V. S. (1993) – Pai Mogo, na Lourinhã, um tholos «exemplar». *História de Portugal*, dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 320-323.

Gonçalves, V. S. (1995) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.* Cascais: Câmara Municipal.

Gonçalves, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, imagens megalíticas*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Gonçalves, V. S. (2003) – A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora). As intervenções de 1996 e 1997 e duas datas de radiocarbono para a última utilização da Câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2; p. 143-166.

Gonçalves, V. S. (2003) – *STAM-3, A anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: IPA, 472 p.

Gonçalves, V. S. (2005) – Manifestações do Sagrado no Ocidente Peninsular. 6. As representações da Deusa no edifício funerário tipo *tholos* do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S. 23, p. 197-229.

Gonçalves, V. S. (2005c) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. XXVI, p. 89-114.

Gonçalves, V. S. (2014) – Les changements du sacré: du dolmen au tholos à Reguengos de Monsaraz (Alentejo, Portugal, 3200-2500 a.n.e.), *Préhistoires Méditerranéennes* [En ligne], Colloque | 2014, mis en ligne le 29 octobre 2014, consulté le 17 février 2015. URL: http://pm.revues.org/1148

Gonçalves, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: DRCALEN. 521 p.

Gonçalves, V. S.; Calado, M. E.; Rocha, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 9-10. p. 391-412.

Gonçalves, V. S. E Sousa, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 11-104.

Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (2003) – Novos dados sobre as práticas funerárias das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. *In Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo*. Reguengos de Monsaraz, 2000, p. 199-226.

Henriques, F. J. R.; Soares, A. M. M; António, T. F. A.; Curate, F.; Valério, P.; Rosa, S. P. (2013) – O *Tholos* Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias (2013). In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. p. 319-355.

Hillier, M., Boaventura, R.; Grimes, V. (2010) – Moving around? Testing mobility with strontium isotopes (86 Sr / 87 Sr) in the Late Neolithic of South – Central Portugal, *8.º Encontro de Arqueologia do Algarve – A Arqueologia e as outras Ciências, Silves, Portugal, 2010*.

Hurtado Pérez, V. (1986) – El Calcolítico en la Cuenca Media del Guadiana y la necrópolis de La Pijotilla. In *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo peninsular. 8-14 Outubre, 1984*. Madrid, p. 51-75.

Hurtado Pérez, V. (1991) – Informe de las excavaciones de urgência en La Pijotilla. Campaña de 1990. *Extremadura Arqueológica*, Mérida, 2, p. 45-68. I Jornadas de Prehistoria y Arqueologia en Extremadura.

Hurtado Pérez, V.; Mondejar Fernández de Quincoces, P.; Pecero Espín, J. (2000) – Excavaciones en la Tumba 3 de La Pijotilla. *Extremadura Arqueológica*. Mérida, 8, p. 249-266.

Lago, M; Duarte, C.; Valera, A.; Albergaria, J; Almeida, F.; Carvalho, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia,* 1(1), p. 45-152.

Leisner, G.; Leisner, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Suden*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 1. (1959) – *Der Westen*. 2. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.

Leisner, G.; Leisner, V. (1951), 1985 – As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: IAC (UNIARQ/INIC)

Leisner, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 3. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.

Leisner, V.; Zbyszewski, G.; Ferreira, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maçãs et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memória, nova Série; 16).

Linares Catela, J.; García Sanjuán, L. (2010) – Contribuciones a la Cronologia Absoluta del Megalitismo Andaluz. Nuevas fechas radiocarbónicas de sitios megalíticos del Andévalo Oriental (Huelva). *Menga*. 1,p. 135-150.

Madeira, J.; Gonçalves, J. L.; Raposo, L.; Parreira, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – Notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. 3 (6): 207-212.

Martins, A. M. G. (2014) – *Megalitismo na região de Ourique (Portugal): um conjunto megalítico esquecido*. Huelva: Universidade de Huelva. 2007/2008. Tese de Mestrado em Património Histórico y Natural apresentado no Departamento de Historia I daUniversidade de Huelva.

Mataloto, R.; Rocha, L. (2008) – O monumento do Caladinho (Redondo, Évora): Estudo preliminar de um sepulcro megalítico no Redondo. *Vipasca*, 2, p. 107-116.

Mello, O. A. P.; Fortuna, V.; França, J. C.; Ferreira, O. V.; Roche, J. (1961) – O monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 40, p. 237-249 il.

Miranda, J.; Encarnação, G.; Viegas, J.; Rocha, E.; Gonzalez, A. (1999) – *Carta Arqueológica: Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal.

Molina, F. E; Camara, J. A. (2005) – *Los Millares: guia del yacimiento arqueológico*, Junta de Andalucia, Consejeria de Cultura. Sevilla.

Morán, E. (2007) – Organização espacial do povoado calcolítico de Alcalar (Algarve, Portugal). *Revista ER*A, n.º 8. Lisboa,p. 138-147.

Mórán, E. (2014) – *El asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en el Tercer milenio a.n.e.* Tese de doutoramento da Universidade de Sevilla.

Morán, E. (2015) – O monumento 9 de Alcalar. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. – *Actas do 5.º Congresso do Neolitico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 532-539.

Morán, E.; Parreira, R. (2009) – La exhibición del poder. El megalitismo en el suroeste: tres casos de estudio en el extremo sur de Portugal. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*. Universidad de Granada, n.º 19, 2009, p. 139-162.

Morán, E.; Parreira, R. (coord.) (2004) – *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*. Lisboa: IPPAR.

Neto, N., Rocha, M., Santos, R.; Rebelo, P. (2013) – Povoado calcolítico do Porto Torrão – uma inumação em fossa. *Arqueologia em Portugal – 150 anos* (p. 379-385). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Parreira, R. (1996) – Alcalar – os locais habitados e as criptas funerárias do III e IV Milénios a.C., in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, p. 191-205.

Pereira, F. A. (1909) – Processo official do monumento préhistórico do Monte da Pena (Torres Vedras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1ª série: 14, p. 354-369.

Piggott, S. (1953) – The Tholos Tomb in Iberia. *Antiquity*, 27, p. 137-143.

Piñon Varela, F. (1984) – Consideraciones en torno a la implantación megalítica onubense dentro del contexto del Neolítico e el Calcolítico del Suroeste peninsular, *Actas de la Mesa Redonda Sobre Megalitismo Peninsular* (8-14 Out. 1984): 77-96, Madrid.

Piñon Varela, F. (1986) – Constructores de sepulcros megaliticos en Huelva: problemas de una implantacion, in: *Megalitismo en la Peninsula Iberica*: 45-72, Madrid.

Ribeiro, C. (1880) – *Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.

Rocha, A. S. (1904) – Dolmens de Alcalar. *Boletim da Sociedade Archaeologica da Figueira*. 2, p. 39-56.

Santos, M. F (1967) – A necrópole de tipo «tholos» de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 3.ª série, 1, p. 113-114.

Santos, M. F.; Ferreira, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª série: 3, p. 37-62.

Schubart, H. (1965) – As duas fases de ocupação do túmulo de cúpula do Monte do Outeiro, nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*.

Serra, M.; Porfirio, E.; Reis, H.; Fernandes, D.; Antunes, D.; Soares, S. (2014) – Vila Formosa 2 (Vila Nova de Milfontes, Odemira): um *tholos* (?) sobre o Mira. Poster apresentado ao *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa/Aroche.*

Serralheiro, A. S. C.; Andrade, R. F. (1961) – O monumento megalítico do Monte das Pereiras. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45

Silva, A. M. (1999) – A Necrópole Neolítica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras, Portugal): os dados paleobiológicos. In Bernabeu Aubán, J.; Orozco Köhler, T. (coords.) – *II Congrés del Neolític a la Península Ibèrica. Universitat de València 7-9 d'Abril, 1999. Saguntum-PLAV*, València: Universitat de València, Extra-2, p. 355-360.

Silva, A. M. (2002) – *Antropologia Funerária e Paleobiologia das Populações Portuguesas (Litorais) do Neolítico Final/Calcolítico*. Coimbra: Universidade. Dissertação de Doutoramento.

Silva, A. M.; Ferreira, M. T. (2007) – Os ossos humanos «esquecidos» da Praia das Maçãs. Análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Cominbriga*. Coimbra, 46, p. 5-26;

Silva, A. M.; Ferreira, M. T.; Codinha, S. (2006) – Praia da Samarra: análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 9: 2, p. 157-159.

Silva, C. T. (2008) – Octávio da Veiga Ferreira e o estudo do megalitismo da Serra de Monchique e do Baixo Alentejo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras, 16, p. 301-316.

Silva, C. T.; Soares, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3 (1976-77) 179-272.

Soares, A. M. M.; Arnaud, J. E. M. (1982) – Escavações do sepulcro megalítico MV 2 (V. V. de Ficalho, Serpa). *Arquivo de Beja*. Beja. 2.ª série: 1, p. 6782.

Soares, A. M. (2008) – O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) Vila Verde de Ficalho, Serpa). Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 11:1, p. 33–51.

Sousa, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*, Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/3480

Spindler, A.; Branco, A. C.; Zbyszewski, G.; Ferreira, O. V. (1973-74) – Le Monument à Coupole de l'Âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. 57: p. 91-154.

Spindler, K. (1972) – Die tholos von Pai Mogo/Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg: Deutsches Archäologisches Institut abteilung Madrid, 13, p. 38-82.

Trindade, L.; Ferreira, O. V. (1964) – Sepultura pré-histórica da Serra da Vila (Torres Vedras). In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74:12, p. 83-89.

Valera, A. C. (2010) – Gestão da Morte no 3.º Milénio a.C. no Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): um Primeiro Contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa, 5, p. 57-62.

Valera, A. C.; Filipe, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico Final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 5. NIA-ERA Arqueologia. p. 49-56.

Valera, A. C.; Godinho, R. (2009) A Gestão da morte nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): Novos Dados, Novos Problemas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p. 371-387.

Valera, A. C.; Santos, H.; Figueiredo, M.; Granja, R. (2013) – Contextos funerários na Periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In *4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: DRACALEN, p. 83-95.

Valera, A. C.; Lago, M.; Duarte, C.; Evangelista, L. S. (2000) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo. *ERA Arqueologia*. N.º 2(2000). Lisboa: ERA Arqueologia/Ed. Colibri. p.84-105.

Valera, A. C.; Silva, A. M.; Cunha, C.; Evangelista, L. (2014a) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal). In Valera, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, BAR, International Series 2676, p. 37-57.

Valera, A. C.; Silva, A. M. ; Márquez Romero, J. E. (2014b) – The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *SPAL*, 23, p. 11-16.

Valera, A. C.; Filipe, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular, *ERA Arqueologia*, 6, Lisboa, ERA Arqueologia/Colibri, p. 28-61.

Vasconcelos, J. L. (1897) – *As religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Reedição Fac-similada.

Veiga, S. P. E. (1886-1887-1889-1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa nacional. 4 vols.

Viana, A. (1959) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, XVI, p. 24-28, Beja: Museu Regional de Beja.

Viana, A.; Andrade, R. F.; Ferreira, O. da V. (1960) – O monumento préhistórico do Malha Ferro (Panóias). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70, p. 21-26.

Viana, A.; Ferreira, O. da V.; Andrade, R. F. (1961) – Um tumulo de «tipo alcalarense» nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 51, p. 247-260.

Viana, A. (1953) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). In *Zephyrvs*. Salamanca. 4.

Viana, A. (1960a) – Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, XVII, p. 181-188, Beja: Museu Reg. de Beja.

Viana, A; Andrade, R. F.; Ferreira, O. V. (1961) – Descoberta de dois monumentos de falsa cúpula na região de Ourique. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71:12, p. 512.

Viana, A.; Andrade, R. F.; Zbyszewski, G.; Serralheiro, A. S. C.; Ferreira, O. V (1959) – Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. In *Actas e Memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia* , Lisboa, 1958. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 197-213.

Viana, A.; Ferreira, O. da Veiga; Andrade, R. F. (1957) – Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38, p. 409-419, Lisboa: Serv. Geológicos de Portugal.

Viana, A., Andrade, R. F.; Ferreira, O. V. (1961a) – O monumento pré-histórico do Monte Velho, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 45, p. 483-491, Lisboa: Serv. Geológicos de Portugal.

Viana, A; Formosinho, J.; Ferreira, O. V. (1953) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrys*. Salamanca, 4, p. 97-117.

Zbyszewski, G.; Ferreira, O. V. (1967) – Acerca duma *tholos* encontrada em Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Serie III. 1, p. 11-17.

A COMUNICAÇÃO SOBRE O 3.º MILÉNIO A.N.E. NOS MUSEUS DO ALGARVE

RUI PARREIRA[1]

RESUMO

Propus-me analisar neste texto de que modo o conhecimento científico produzido sobre o Calcolítico no Extremo Sul do país tem sido suporte de programas museológicos e adaptado à comunicação e criação de discursos e ambientes museográficos, ao conteúdo de publicações e *merchandising* e ao desenvolvimento de projetos educativos nos museus do Algarve com espólio relativo às sociedades camponesas e metalurgistas do 3.º milénio a.n.e.

ABSTRACT

I proposed myself to analyze in this text how the scientific knowledge produced about the Chalcolithic in the extreme south of Portugal has been used in the Algarve, in those museums with collections related to the peasant societies and metallurgists of the 3rd millennium BCE, to support museological programs and has therefore been adapted to museums communication and to the creation of museographic discourse and environments, publication contents and merchandising, as well as to educational projects.

1 Arqueólogo e museólogo. Investigador colaborador da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
Atualmente diretor de serviços dos bens culturais na Direção Regional de Cultura do Algarve.
r.is.parreira@gmail.com

VICTOR S. GONÇALVES E O CONHECIMENTO DO 3.º MILÉNIO A.N.E. NO ALGARVE

Alguns dos principais contributos de Victor S. Gonçalves (VSG) para a arqueologia pré-histórica portuguesa resultam dos seus trabalhos sobre as evidências materiais das comunidades do Neolítico final e do Calcolítico no Extremo Sul do país (expressão tão do seu gosto...).

Algumas teses e questões problematizantes perpassam os diversos textos que VSG dedicou ao «fenómeno complexo da calcolitização» do Centro e Sul de Portugal, e mais concretamente do Algarve, com particular destaque para o estudo do Calcolítico como processo histórico de longa duração, desde a sua emergência no 4.º milénio ao seu colapso no final do 3.º milénio:

- que o Calcolítico não deve ser reduzido ao arranque da metalurgia do cobre e representa um conjunto extremamente complexo de mudanças, assinaladas no registo arqueológico e denunciando alterações estruturais conotadas com o que Sherratt designou por «Revolução dos Produtos Secundários»;
- que o Calcolítico poderá ser um fenómeno desenvolvido na sequência do aproveitamento mais intenso dos recursos, resultante do «enxameamento» de grupos excessivamente numerosos e da apropriação de terras com deficientes capacidades de uso, possibilitada pela «Revolução dos Produtos Secundários»;

Alguns temas específicos são igualmente abordados de forma recorrente na obra de VSG, com relevância para o estudo das manifestações do sagrado no 4.º e 3.º milénios do Ocidente Peninsular:

- os significados das «placas votivas», nomeadamente placas de xisto gravadas;
- as representações da «Deusa dos Olhos de Sol» e do «Jovem Deus» das mitologias mediterrânicas;
- os artefactos votivos de calcário.

VSG E A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ainda que este não seja um tema particularmente abordado na produção bibliográfica de VSG, a sua posição acerca do assunto foi expressa poucas vezes mas ainda assim de forma singularmente clara e contundente. Desde logo nos comentários à intervenção de Vítor Oliveira Jorge no II Colóquio Internacional Sobre Megalitismo (Gonçalves 2003, p. 405). Afirmava VSG que, na divulgação do conhecimento produzido enquanto arqueólogos, «dirigimo-nos para públicos diferentes e, em função da natureza diversa dos públicos, assumimos a noção do significado social da nossa disciplina». Mais concretamente em relação à divulgação do Megalitismo, «não dirigimos os nossos discursos exclusivamente aos sábios, que já longamente meditaram na essência e complexidade do Megalitismo, mas também a uma gama de público muito vasta. E é por isso que nós, ao fazermos as exposições públicas que fazemos em Museus nacionais ou regionais (...), promovemos, de uma forma ou de outra, ou porque insistem connosco para as fazermos ou porque pensamos que são parte da nossa responsabilidade para com a sociedade, um discurso que não se destina apenas a sábios (...), destina-se efectivamente a um grande tipo de público, muito diversificado, que necessita de uma linguagem simples e sintética para poder entender aquilo que no fundo são propostas muito mais complexas».

Precisamente por contraste com este modo de divulgação, VSG assumiu que, relativamente à exposição temporária «Cascais há 5000 anos», que comissariou em 2005, e na qual os objetos foram

protagonistas, como objetos em si mesmos, esta fora «uma exposição «aristocrática», sendo assim que lhe parecera «que deveria ser no contexto sequencial de musealização do património arqueológico» que (então) se vivia em Cascais. «Ao concebê-la e desenhá-la não pretendia ensinar o que quer que fosse, nem 'ao povo' nem 'às escolas', ainda menos aos ilustres e escassos colegas que trabalham sobre o 3.º milénio. Queria antes propor a leitura tranquila de artefactos por vezes belíssimos. Jogar com luzes e sombras e, mesmo, com sombras de sombras. Os seus contextos estavam (e estarão) por esclarecer, a não ser ao nível muito restrito dos especialistas».

Em relação ao papel dos museus como entidades de difusão de conhecimento, podemos encontrar na obra de VSG escassas mas significativas tomadas de posição. No caso concreto do Algarve, defende em 1979 a criação de um museu de âmbito regional/distrital, replicando as conceções organizativas então praticadas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, como infraestrutura de apoio à prospeção e escavação: pareceu-lhe então «que o complexo prospecção/recolha/publicação/exposição dos resultados não poderia deixar de passar pela reformulação do Museu de Etnografia da Junta Distrital de Faro num 'Museu de Arqueologia e Etnografia' que assuma o verdadeiro e actuante papel de um 'Museu de Região'. (...) Museu agressivo, interveniente, transformador, agindo na realidade cultural algarvia 'por dentro' e não epidermicamente», tendo chegado então a redigir e apresentar para tal um projeto (Gonçalves 1979, p. 111) que propunha uma reprogramação do Museu Regional do Algarve.

Complementarmente a esta infraestrutura central para o Algarve, defendia VSG, em 1983, que se fomentasse um conjunto de «pólos de estruturação museológica» (diríamos hoje uma rede de museus) destinada a expor «os achados arqueológicos» na «área de onde são provenientes»: desde logo «um museu de sítio para Alcalar é o mínimo que a autarquia de Portimão deveria antever». Em Alcoutim e Faro deveriam ser incorporadas «as extensas séries» recolhidas pela equipa da UNIARQ «no Algarve Oriental, em sete anos de pesquisas arqueológicas». E afirmava que «num mapa do Algarve», e contando desde logo com o museu já existente em Lagos, «Castro Marim/Vila Real de Santo António, Tavira, Faro, Portimão (...) parecem constituir-se como as sedes ideais para os pólos de estruturação museológica».

OS MUSEUS COMO MEDIADORES DO CONHECIMENTO

Por um lado, a produção de conhecimento é uma responsabilidade dos arqueólogos que investigam os territórios, os bens culturais e as sociedades que os criaram – uma posição que VSG tem assumido e praticado, com algum êxito. Mas, por outro lado, é responsabilidade social dos museólogos que o conhecimento assim produzido contribua para a compreensão da nossa sociedade atual, com o fim de a transformar. Por isso, tenho defendido (Parreira, 1989; 2007; 2011) um conceito de museu como instrumento de desenvolvimento, mediador entre o conhecimento científico produzido e as comunidades, numa atitude de descoberta, diálogo, participação e questionamento das transformações do território. Julgo ser este o caminho mais adequado para potenciar a experiência dos museus e dos sítios musealizados (Gonçalves, 2012), para fomentar e consolidar hábitos de criação e consumo cultural, e para reforçar a autoestima das comunidades e incrementar o seu desenvolvimento com base em sentimentos de pertença e valores identitários.

Este posicionamento teórico conduz-me a uma abordagem teórica e metodológica que entende a museologia como uma ciência social, aberta à crítica de outras correntes mas que se enquadra, de uma forma implícita, na utilização do materialismo histórico como teoria substantiva e na aplicação do materialismo dialético como método de conhecimento – posição que é, aliás, comum a outros domínios do saber, como a arqueologia social (Aldana, 2000; Morán, 2014).

A REALIDADE MUSEOLÓGICA REGIONAL E A REDE DE MUSEUS DO ALGARVE

A realidade museológica do Algarve tem sido abordada em reflexões recentes (Camacho, 2006; 2009; Soares 2006; 2012), tendo como referência os conceitos estabelecidos pela Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto). Para efeitos da minha reflexão, entenda-se museu como toda e qualquer entidade museal assim autodenominada, se bem que em alguns casos possa ser mais adequadamente identificada com o conceito de coleção visitável da Lei Quadro.

A ideia de uma reprogramação do Museu Regional do Algarve, defendida por VSG em 1979 (Gonçalves, 1979, p. 111) para que esse museu assumisse «o verdadeiro e actuante papel de um 'Museu de Região'» foi superada pela dinâmica museológica regional e pela posição dominante entre os profissionais dos museus do Algarve, de que se tornava «necessário ultrapassar a ideia de um edifício, de uma colecção, de uma cidade e, pelo contrário, associar vários museus deste território» (Gameiro, 1998, p. 105).

Foi assim constituída em 2007 a Rede de Museus do Algarve (RMA) (N/A, 2008; Paulo e Gameiro, 2009; Paulo, 2011), uma estrutura informal de reflexão e ação museológica, de adesão livre, constituída para o apoio e a partilha técnica e de boas práticas por áreas temáticas ou domínios de trabalho, para o diálogo, a criação de uma rede de informação regional e o incremento da capacitação profissional, e para a programação e o desenvolvimento de projetos comuns, partilhando responsabilidades e maximizando os recursos de cada museu que integra a rede. Reforçando, assim, as opções da oferta cultural da região, a RMA agrupa museus de tutela municipal, alguns deles integrados na Rede Portuguesa de Museus, e outras entidades museológicas públicas, privadas e de tutela social, e inclui igualmente projetos museológicos em constituição que pretendem cooperar nas actividades da rede. Na atualidade, a RMA é coordenada por um grupo coordenador, composto por cinco museus, eleito pelos pares em regime de rotatividade anual. Em alternativa a um modelo mais institucionalizado, apoiado em vários núcleos de apoio (que a Lei Quadro prevê) de acordo com o conhecimento e boas práticas de cada museu da rede (Paulo, 271-272), a RMA estrutura a sua atividade apoiada em grupos de trabalho temáticos, um dos quais agrega os profissionais das entidades com coleções de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados a seu cargo.

MUSEUS DO ALGARVE COM ESPÓLIO DO 3.º MILÉNIO

Em trabalhos publicados em 1995 e em 2003, VSG elencou as principais coleções de arqueologia com espólio do 4.º e do 3.º milénios por ele referenciadas no Algarve (Gonçalves, 1995, p. 273 ss.; 2003, p. 339 ss.). O elenco – considerando como museu toda e qualquer entidade museal assim autodenominada – é, hoje, algo mais substancial. São museus que procuram conservar e valorizar acervos de bens culturais datáveis do 3.º milénio, interpretando-os, expondo-os e divulgando-os, com objectivos científicos, educativos e lúdicos, em conformidade com a Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto). Como instrumentos de divulgação desses seus acervos, estes museus poderão utilizar – para além das próprias coleções – um conjunto de dispositivos museográficos de comunicação, tais como textos de sala, tabelas, maquetas, apresentações vídeo, monitores interativos, e poderão ainda dispor de folhetos, livros guia, edições especializadas, e de uma oferta didática específica, com desenvolvimento de projetos educativos.

Interessou-me por isso verificar – deixando de parte a especificidade do megalitismo menírico (cf. Calado e Rocha, 2007), cujo âmbito cronológico está ainda longe de gerar consensos – de que modo o conhecimento científico produzido sobre o 3.º milénio a.n.e. no Extremo Sul do país tem sido

suporte de programas museológicos e adaptado à comunicação e criação de discursos e ambientes museográficos, ao conteúdo de publicações e *merchandising* e ao desenvolvimento de projetos educativos nos museus do Algarve com espólio do 3.º milénio. E, mais concretamente, em que medida aí têm sido associadas as teses defendidas por VSG, alguns conceitos nelas incorporados – como os de «Revolução dos Produtos Secundários», «enxameamento» – e os temas mais recorrentemente abordados na sua obra referente ao megalitismo e inícios da metalurgia no 3.º milénio a.n.e. – «manifestações do sagrado», «emergência das sociedades agro-metalúrgicas», «povoados fortificados», «megalitismo, espaços da morte e práticas funerárias». Em suma: em que medida o conhecimento científico produzido por VSG sobre esses temas foi incorporado na panóplia museográfica dos museus do Algarve com espólio do 3.º milénio. Proponho aqui, para uma curta abordagem deste universo de análise, um percurso de Barlavento para Sotavento, tecendo breves comentários a propósito de cada entidade museológica referenciada, sem me deter numa categorização dessas unidades museais, já aliás ensaiada nas reflexões acima mencionadas.

MUSEU MUNICIPAL (ALJEZUR)

É um museu que agrupa diversos núcleos museológicos, de tutela municipal mas gerido pela Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, mediante um acordo de cooperação com o município. A coleção de arqueologia está instalada no edifício dos antigos Paços do Concelho, no núcleo urbano antigo da vila de Aljezur. O acervo exibido inclui um significativo espólio do 4º e 3.º milénios, proveniente designadamente dos hipogeus da Igreja Nova (Gonçalves, 2004; 2005). O discurso museográfico, organizado diacronicamente, é apoiado por mapas de localização e imagens (fotografias e reproduções de ilustrações científicas dos contextos e objetos), tabelas de identificação dos objetos e textos de sala cujo conteúdo adota um posicionamento timidamente processualista (com uso da expressão «estratégia de ocupação»). A informação remete para dois outros sítios localizados no concelho mas cujo espólio não se encontra por enquanto depositado no museu: os hipogeus da Barrada (Barradas *et al.*, 2013) e o *tholos* de Corte Cabreira (Gamito *et al*., 1991). O balcão do museu dispõe para venda de algumas publicações alusivas ao 3.º milénio. O museu não dispõe de serviços educativos mas a Associação de Defesa do Património tem apoiado um clube de arqueologia na Escola Básica 2/3 de Aljezur, localizada junto ao sítio da Barrada, com atividades que incluem difusão de conhecimentos sobre o Calcolítico.

MUSEU MUNICIPAL DR. JOSÉ FORMOSINHO (LAGOS)

É um museu de tutela municipal fundado por iniciativa de José Formosinho, em 1930, como museu de vocação regional. O núcleo sede do museu localiza-se no chamado núcleo primitivo do centro histórico de Lagos e ocupa a Igreja de Santo António, classificada como monumento nacional, e instalações a ela anexas. O multifacetado acervo do museu resulta de várias formas de incorporação: escavações arqueológicas por conta do município, doações, legados. Tem ainda coleções em depósito, nomeadamente espólios resultantes de intervenções de arqueologia preventiva e de ações de investigação plurianual programada. Só uma parte do acervo se encontra exposta, sem que estejam inventariados na sua totalidade os objetos em reserva. Para além de ser um ativo investigador da história local de Lagos, José Formosinho orientou o museu nas décadas de 1930 e 1940 para a produção de conhecimento no domínio arqueológico (Formosinho, 1997, 2006). Empreendendo diversas pesquisas arqueológicas, numa época em que as prioridades do Estado Novo raramente incluíam a valorização do património arqueológico não monumental, procurou a colaboração de Abel Viana, arqueólogo de reconhecidos méritos, não obstante «não se encontrar

vinculado profissionalmente a qualquer instituição cujas atribuições incluíssem a prática de trabalhos arqueológicos, nem possuir curso superior» (Cardoso, 2001-2002, p. 416). Na década de 1940, com Viana e o colaborador predileto deste, Octávio da Veiga Ferreira, explorou os vestígios arqueológicos das Caldas de Monchique e de Alcalar, enriquecendo as coleções e aprofundando os conhecimentos sobre o megalitismo do Sudoeste Peninsular, e, já no início da década de 1950, elaborou uma primeira sistematização científica do acervo arqueológico do museu (Viana *et al*., 1953a). Com referência ao 3.º milénio, o acervo inclui ainda os materiais da necrópole do Monte da Várzea e os produtos ideológicos («manifestações do sagrado») de Serro do Moinho e da Luz. A comunicação sobre esse espólio do 3.º milénio é efetuada exclusivamente por textos de sala e tabelas de identificação dos objetos. Os dois textos referentes ao Neolítico e ao Calcolítico adotam um posicionamento histórico culturalista, com uma informação muito desatualizada relativamente ao estado atual dos conhecimentos e que contêm contradições referentes à cronologia. As tabelas são deficientes na identificação e atribuição cronológica dos objetos expostos, e estes são exibidos de uma forma não sistematizada e confusa. Globalmente, a informação apresentada ignora os contributos de VSG para o conhecimento do acervo do museu (p. ex. Gonçalves, 1989, p. 40-77; 1997; 2004a; 2004b), como aliás também omite o contributo de outros autores (p. ex. Morán, 2001; Morán e Parreira, 2007; 2011). O balcão de vendas do museu não dispõe de quaisquer publicações nem *merchandising* alusivos ao 3.º milénio. O museu não desenvolve qualquer projeto educativo referente ao 3.º milénio.

MUSEU DE PORTIMÃO

Museu de tutela municipal, instalado numa antiga fábrica de conservas de peixe, aberto ao público em 2006 mas resultante de um longo processo de constituição a partir do trabalho com a comunidade local desenvolvido pela Associação dos Amigos de Portimão e por uma comissão instaladora, desde a década de 1980. O museu está integrado na Rede Portuguesa de Museus. De acordo com os seus responsáveis, «o museu assume-se como um observatório permanente e uma estrutura de mediação cultural, para conservar, interpretar, divulgar e valorizar os testemunhos, materiais e imateriais, mais relevantes do património, do território e da identidade das comunidades locais, ao longo do seu percurso de interação histórica e social» (Gameiro e Soares, 2009, p. 64). O acervo referente ao 3.º milénio inclui em depósito a totalidade do espólio procedente dos trabalhos arqueológicos realizados no assentamento de Alcalar e na sua envolvente imediata desde 1987 até à atualidade, no âmbito de projetos de investigação plurianuais de arqueologia promovidos pela administração central, a quem se encontra afeta uma parte dos monumentos megalíticos classificados como monumento nacional, com a colaboração da Câmara Municipal de Portimão (cf. p. ex. Morán e Parreira, 2008; Morán, 2014). A exposição referência, de longa duração, estrutura-se em percursos complementares (Gameiro, 2006), num dos quais – «Portimão: Origem e Destino de uma Comunidade», com um discurso museográfico diacrónico, se comunicam os conteúdos referentes ao 3.º milénio. Para além dos próprios objetos, essencialmente os procedentes de Alcalar (com alguns objetos do fundo Estácio da Veiga, cedidos por empréstimo pelo Museu Nacional de Arqueologia), os suportes museográficos de comunicação incluem um monitor interativo sobre a ocupação do concelho, uma apresentação vídeo do território e conjunto pré-histórico de Alcalar, uma maqueta diorama (analítica da estrutura arquitetónica do monumento Alc7 e explicativa do seu processo construtivo), textos de sala (produzidos num quadro teórico que toma o partido da arqueologia social) e tabelas de identificação dos espécimes exibidos. O balcão-loja do museu dispõe, para venda e distribuição, de algumas publicações alusivas ao conjunto pré-histórico de Alcalar: um caderno infantil, um roteiro e uma monografia científica do monumento Alc7. Como exten-

são do museu e em parceria com a Direção Regional de Cultura do Algarve, o museu assegura a gestão dos monumentos megalíticos de Alcalar de titularidade pública e o Centro de Interpretação ali instalado em 2000, no âmbito de uma política de incentivos ao turismo através do programa «Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve» (Lacerda e Barata, 2001): um edifício de autor (Santa-Rita, 2004; Santa-Rita *et al*., 2006) acrescenta uma nova marca na paisagem, uma nova construção para apoio de quem visita o local e das atividades orientadas para o público, onde se instalou a receção (com uma pequena livraria especializada e loja com *merchandising* alusivo ao 3.º milénio) e um espaço expositivo acerca do assentamento calcolítico, que antecipa a visita aos monumentos Alc7 e Alc9, que estão reabilitados e musealizados (Machado, 2004). Sem coleções próprias, o centro interpretativo recorre a cartografia, imagens fotográficas e ilustrações científicas, textos de sala (que tomam o partido da arqueologia social) e uma apresentação vídeo, disponibilizando para venda um folheto explicativo da visita ao conjunto monumental, que a sinalética de exterior, instalada junto aos monumentos megalíticos, complementa, possibilitando assim aos utentes uma visita autoguiada. A oficina educativa do museu tem uma oferta didática específica para Alcalar e o 3.º milénio, desenvolvendo projetos educativos que incluem a organização de ateliês para crianças e jovens e atividades para famílias, com destaque para a iniciativa «Um Dia na Pré-História» (Gameiro, 2009; Gameiro e Soares, 2009).

MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE SILVES

Inaugurado em 1990, o edifício do museu integra dois imóveis classificados como Monumento Nacional: o poço-cisterna de época almóada (séculos XII-XIII), em torno do qual o museu foi construído, e um tramo da muralha da antiga almedina islâmica (Amaral, 2006). O museu, de tutela municipal, apresenta um discurso museográfico organizado cronologicamente, que procura refletir a ocupação do território do município, embora centrado na herança islâmica. Ainda que o conjunto de menires incorporado no museu constitua uma coleção notável, o espólio do 3.º milénio é de algum modo marginal ao acervo e a comunicação sobre ele é efetuada exclusivamente por textos de sala de conteúdo muito básico e por tabelas de identificação sumária dos objetos. O balcão de vendas do museu dispõe de publicações com alguns conteúdos alusivos ao 3.º milénio (nomeadamente a revista *Xelb*, editada pelo Município de Silves). O museu não desenvolve qualquer projeto educativo referente ao Calcolítico.

MUSEU MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA DE ALBUFEIRA

O museu, de tutela municipal, está integrado na Rede Portuguesa de Museus e acha-se instalado no núcleo antigo da cidade de Albufeira, em edifício do século XIX, reabilitado, onde funcionou a Câmara Municipal até ao ano de 1989 e ao qual subjazem construções da época islâmica. O discurso museográfico da exposição permanente organiza-se de forma diacrónica, apresentando a ocupação humana do território do concelho, desde a Pré-História até ao século XVII. A informação sobre o escasso espólio tocante ao 3.º milénio, efetuada exclusivamente por textos de sala e tabelas de identificação dos objetos, baseia-se nos diminutos testemunhos já registados por Estácio da Veiga e referenciados no levantamento arqueológico do município (Gomes *et al.*, 2003) e em trabalho de síntese mais recente (Paulo, 2007). O museu dispõe ainda de um espaço para realização de exposições temporárias. No balcão de vendas, o museu dispõe de algumas publicações com conteúdos alusivos ao 3.º milénio mas não desenvolve atividades educativas referentes às sociedades camponesas e de metalurgistas.

MUSEU MUNICIPAL DE LOULÉ

Criado na década de 1990, o museu, de tutela municipal, tem o seu núcleo sede – que na bibliografia aparece também com a designação de Museu Municipal de Arqueologia – instalado desde 1995 na antiga alcaidaria do castelo de Loulé (cf. Gomes e Serra, 2004; Prista, 2009) a que subjazem estruturas que remontam à ocupação islâmica da antiga medina de al-Uliã. As instalações incorporam os restos do Castelo de Loulé, bem cultural imóvel classificado como monumento nacional. Na exposição de referência, de longa duração, conta-se «a história do concelho de Loulé através dos objetos que as suas gentes utilizaram desde a pré-história até à época moderna», um convite «a percorrer um território», para descobrir como este foi «ocupado, vivido e dividido». O discurso museográfico organiza-se diacronicamente e compreende a exposição de um pequeno acervo de materiais do 3.º milénio, cedidos por empréstimo do fundo antigo do Museu Nacional de Arqueologia ou procedentes de diversos locais do concelho em resultado de trabalhos arqueológicos, que não inclui os resultantes das campanhas realizadas por VSG no Cerro do Castelo de Corte João Marques em 1978 e 1979 (Gonçalves, 1989, p. 103-174; 479-493). Os suportes museográficos de comunicação incluem cartografia de localização dos sítios, ilustração explicativa (do processo de moagem manual com dormente e movente de pedra), textos de sala e tabelas de identificação dos objetos. A loja do museu tem algumas publicações com conteúdos alusivos ao 3.º milénio mas o serviço educativo do museu não tem nenhuma proposta de atividades educativas referentes às sociedades camponesas e de metalurgistas.

MUSEU MUNICIPAL DE FARO

De tutela municipal, o museu encontra-se instalado no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção, imóvel classificado como monumento nacional, e está integrado na Rede Portuguesa de Museus. O acervo inclui algumas peças de referência para o conhecimento do 3.º milénio no Extremo Sul, como os ídolos cilíndricos do tipo «Moncarapacho» (Paço e Franco, 1959) ou o conjunto de materiais da necrópole da Ferradeira (Schubart, 1971), incontornáveis para a abordagem de duas problemáticas muito presentes na obra de VSG: as «manifestações do sagrado» e a «fase terminal do Calcolítico no Algarve» (cf. Gonçalves, 1978; 1989, p. 77-81). Apesar do seu significado, estes conjuntos não se encontram nas exposições de longa duração do museu, que opta por uma narrativa temática das vivências históricas do concelho, de que as epígrafes com escrita do Sudoeste constituem as peças de cronologia mais antiga em exposição. O museu não disponibiliza quaisquer publicações com conteúdos alusivos ao 3.º milénio nem desenvolve atividades educativas referentes a esta época.

MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA

É definido pelos seus responsáveis como «um museu de território, polinucleado e multitemático, estruturado em diversas unidades», e está integrado na Rede Portuguesa de Museus. Localizado em plena 'colina genética' da área urbana antiga da cidade de Tavira, o núcleo sede do museu encontra-se instalado no Palácio da Galeria, edifício quinhentista remodelado no século XVIII, classificado como monumento de interesse público, ao qual subjazem estruturas da Idade do Ferro e da época islâmica. A exposição «Tavira: Território e Poder», organizada pela Câmara Municipal de Tavira e pelo Museu Nacional de Arqueologia e apresentada em 2003 no MNA (Maia *et al.*, 2003), deixou patente o potencial do conhecimento já então produzido para uma narrativa museográfica do 3.º milénio no Algarve Oriental – já que, como VSG na ocasião assinalou, «seria ridículo considerar os actuais

limites do Concelho de Tavira como utilizáveis» para uma abordagem dos processo de transformação e mudança ao longo do 4.º e 3.º milénios no território do município (Gonçalves, 2003, p. 23). Apesar do acervo do 3.º milénio já referenciado pelo museu, nomeadamente daquele que se encontra em depósitos fora do concelho e que faltará ainda ali reunir, o museu não tem explorado a temática do megalitismo e metalurgia do Neolítico final e Calcolítico, dado que nem exibe uma exposição permanente, nem essa época tem sido abordada em algumas das exposições de maior impacto cultural apresentadas nesta última década no Palácio da Galeria, nomeadamente «Tavira, patrimónios do mar» (2008) e «Cidade e Mundos Rurais» (2010), dotadas de excelentes catálogos mas cuja abordagem não foi além da Idade do Bronze final, naquela, e da época islâmica, nesta. No Núcleo Museológico de Cachopo, que funciona como um centro interpretativo da comunidade serrana desta freguesia que foi objeto de um projeto de levantamento arqueológico e onde VSG explorou duas antas – Pedras Altas e Curral da Castelhana (esta junto à extrema da freguesia mas já no vizinho concelho de Alcoutim) (Gonçalves, 1989, p. 337-342; 2003, p. 30-31), há uma breve referência ao megalitismo da zona. Na loja, no Palácio da Galeria, estão disponíveis publicações com conteúdos alusivos ao 3.º milénio mas o museu não tem oferta de atividades educativas referentes a esta época.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE CACELA (VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO)

O CIIPC, de tutela municipal, foi aberto em 2005 na antiga escola primária da aldeia de Santa Rita. Conserva em depósito espólio arqueológico do 3.º milénio, com destaque para os materiais do túmulo megalítico de Santa Rita, situado 1 km a nascente da aldeia e cuja construção remonta ao 4.º milénio mas cujo uso funerário se prolongou até às últimas centúrias do 1.º milénio a.n.e., com a constituição de uma necrópole de inumação na plataforma superior do túmulo (Garcia, 2008, p. 139, n.º 130; Inácio *et al.*, 2008; 2010). Este túmulo integra um grupo megalítico (Morán e Parreira, 2009, p. 151-153) dado a conhecer por Estácio da Veiga (Veiga, 1886), do qual, pela relevância dos objetos que continham e sobretudo pelas deficientes condições de registo dos restantes, a historiografia posterior destacou os túmulos de Nora e Marcela (classificados como Monumento Nacional em 1916, se bem que hoje, plausivelmente, já destruídos), mas de que fazem parte outros sepulcros, em Cacela, Torre de Frades e Arrife. Sistematizados pelos Leisner (1943), os sepulcros de Cacela foram, em diversas ocasiões, examinados por VSG (Gonçalves, 1989, p. 69-72; 1993, p. 513-518; 2003, p. 28-29; 2004, p. 96), por os considerar «nucleares para possíveis avanços nas sínteses possíveis» sobre o Neolítico evoluído e o Calcolítico no Algarve (Gonçalves, 1989, p. 38). Ainda assim, o conhecimento empírico deste grupo megalítico só mais recentemente foi incrementado, com os importantes contributos do levantamento efetuado para o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (Garcia, 2008, p. 47-160) e de um projeto de investigação de aí resultante, promovido pela Câmara Municipal e liderado pela Universidade de Huelva, que permitiu a identificação do habitat calcolítico de Santa Rita sob a aldeia atual (Garcia, 2008, p. 141, n.º 134), a escavação integral do túmulo de Santa Rita, já antes referido (Inácio *et al.*, 2008; 2010), e a relocalização dos túmulos de Nora e Marcela (Garcia, 2008, p. 109, n.º 86; , p. 114, n.º 95; cf. Gonçalves, 1989, p. 69). Dispondo na área expositiva de apenas uma sala destinada a exposições temáticas temporárias, o CIIPC organiza diversas actividades de interpretação deste património megalítico (percursos de interpretação da paisagem, visitas acompanhadas e encontros temáticos), visando o seu usufruto pela comunidade local e visitantes. O CIIPC dinamiza regularmente projetos temáticos e oficinas para a comunidade educativa (que incluem visitas-jogo ao túmulo de Santa Rita) e edita materiais pedagógicos. Mas não dispõe, para venda ou distribuição, de quaisquer publicações nem 'merchandising' alusivos ao grupo megalítico e ao 3.º milénio.

MUSEU MUNICIPAL DE ALCOUTIM

É uma estrutura polinucleada de tutela municipal, ocasionalmente também referida como Rede Polinucleada de Alcoutim (Gradim, 2009). O Núcleo Museológico de Arqueologia encontra-se instalado no Castelo, na sede do concelho, como tal integra um bem cultural imóvel classificado como de interesse público. O conhecimento do 3.º milénio no território do município, para além das recolhas de Estácio da Veiga (Cardoso e Gradim 2004, p. 96), teve o importante impulso do projeto CAALG / Carta Arqueológica do Algarve sob direção de VSG (Gonçalves, 1979) com prospeção seletiva da Serra algarvia e escavações arqueológicas no habitat calcolítico do Cerro do Castelo de Santa Justa, na anta do Curral da Castelhana e no tholos da Eira dos Palheiros (Gonçalves, 1989; 2003). Mas nenhum do espólio recolhido nessas campanhas se encontra no museu, cujo acervo compreende algum espólio do 3.º milénio mas que na maioria procede dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos desde 1998 em cooperação entre o município e a Universidade Aberta (Cardoso e Gradim, 2011; Gradim *et al.*, 2011). Os suportes museográficos de comunicação do núcleo incluem cartografia de localização dos sítios do 3.º milénio, textos de sala e tabelas de identificação dos objetos. Para venda e distribuição existem publicações com conteúdos alusivos ao 3.º milénio mas a oferta educativa não inclui atividades referentes ao megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental.

CONCLUINDO: UMA 'HISTÓRIA CONTADA'?

Os museus do Algarve rararamente propõem leituras narrativas do passado referente ao 3.º milénio a.n.e. da região, sejam elas plurais ou decorrentes de um quadro teórico coerente. Mais raramente ainda problematizam o Calcolítico como processo histórico «que conduziu a nossa própria espécie a ultrapassar as limitações que a recoleção, a pastorícia e a agricultura lhe tinham imposto» (Gonçalves, 1993, p. 400-401) e o seu colapso no final do 3.º milénio, temas cruciais na investigação de VSG sobre o Extremo Sul. Contam 'estórias'.

Desde 2004, a Lei Quadro define para os museus portugueses, como primeira das funções museológicas, o estudo e investigação, com objetivos científicos (Artigo 3.º, n.º 1, a) e Artigo 7.º), dispondo, no Artigo 8.º, que «o estudo e a investigação fundamentam as ações desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu», e, no Artigo 9.º, que «o museu promove e desenvolve atividades científicas, através do estudo e da investigação dos bens culturais nele incorporados ou incorporáveis» (sublinhado meu), que «cada museu efetua o estudo e a investigação do património cultural afim à sua vocação» e que «a informação divulgada pelo museu (...) deve ter fundamentação científica». Para facilitar o alcance desses objetivos dispõe a Lei Quadro, no Artigo 10.º, que «o museu utiliza recursos próprios e estabelece formas de cooperação com outros museus com temáticas afins e com organismos vocacionados para a investigação, designadamente estabelecimentos de investigação e de ensino superior, para o desenvolvimento do estudo e investigação sistemática dos bens culturais».

Creio que o conhecimento do 3.º milénio no Extremo Sul do país deveria progredir mediante o desenvolvimento de projetos de investigação plurianual com incidência de base territorial, procurando respostas para pelo menos algumas das 'questões mais frequentes' levantadas por investigadores como VSG. Mas – com as exceções do Museu de Portimão, que tem patrocinado um projeto de pesquisa de já longa duração sobre a transformação da paisagem cultural entre o 5.º e o 2.º milénios do território envolvente da Baía de Lagos, do CIIPC, que tem galvanizado um projeto de pesquisa sobre o grupo megalítico de Cacela, do Museu Municipal de Alcoutim, que tem patrocinado um conjunto de pesquisas sobre o povoamento da Serra, ou do Museu Municipal de Aljezur, cuja Câmara Municipal e Associação de Defesa do Património têm apoiado o projeto de investiga-

ção dos hipogeus da Barrada (o qual há de desejavelmente evoluir para a pesquisa do processo de transformação e mudança das terras a poente de Espinhaço de Cão no 4.º e 3.º milénios) – os museus do Algarve têm-se mostrado arredados das questões acerca dos espaços construídos, dos símbolos e dos rituais funerários das sociedades camponesas do Extremo Sul.

Esta situação constitui, a meu ver, um desafio para a Rede de Museus do Algarve: a programação e o desenvolvimento de um projeto comum sobre o 3.º milénio no Extremo Sul, potenciando os recursos de cada museu, conseguindo o contributo das Universidades e trazendo ao (para?) o Algarve alguns espólios que têm permanecido em depósitos arqueológicos fora da região. A continuar a situação atual, que acima procurei retratar, dificilmente num futuro próximo o caminho que VSG começou a abrir há quatro décadas ou as teses dele decorrentes – as de VSG ou as de qualquer outro pré-historiador – conduzirão a uma transformação substancial da informação comunicada e difundida pelos museus do Algarve com espólios do 3.º milénio. E estaremos ainda no patamar da História contada, «ao povo e às escolas», que era apanágio do Estado Novo.

AGRADECIMENTOS

Fico grato a Alexandra Gradim, Alexandra Pires, Catarina Oliveira, Elena Morán, Hugo Oliveira, Isabel Soares, José Marreiros, Luís Campos Paulo, Marco Lopes, Maria José Gonçalves, Ricardo Nascimento e Ricardo Soares, colegas da Rede de Museus do Algarve, pelas informações que tiveram a amabilidade de fornecer-me e pela discussão de algumas das ideias aqui expostas, opiniões pelas quais sou, no entanto, o único responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aldana, P. (2000) – Un modelo de gestión patrimonial para el sitio prehistórico de os Perdigões (Reguengos de Monsaraz), *Era-Arqueologia*, Lisboa, 2, p. 180-188.

Amaral, C. (2006) – Novos rumos para o Museu Municipal de Arqueologia de Silves. *Museal*, Faro, 1, p. 74-83.

Barradas, E.; Silvério, S.; Silva, M. J. Dias da; Santos, C. (2013) – O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final/Calcolítico inicial em Aljezur. In *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 407-415.

Calado, Manuel; Rocha, Leonor (2007) – Menires e Neolitização: História da investigação no Algarve. *Xelb*, Silves, 7, p. 75-88.

Camacho, C. F. (2006), O panorama museológico do Algarve e a Rede Portuguesa de Museus. «*Museal*», Faro, p. 8-25.

Cardoso, J. L. (2001-2002) – Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira (1947-1964). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 10, p. 415-606.

Cardoso, J. L.; Gradim, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série IV, 22, p. 67-112.

Cardoso, J. L.; Gradim, A. (2011) – *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano*. Alcoutim: Câmara Municipal.

Formosinho, J. (1997) – O Dr. José Formosinho e a Arqueologia do Algarve. In Barata, F. (org.), *90 Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 58-67.

Formosinho, J. (2006) – O Dr. José Formosinho e Aljezur. *Al-Rihana*, Aljezur, 2, p. 99-106.

Gameiro, J. (2006) – A Programação Museológica: Reflexão e prática no Museu Municipal de Portimão. *Museal*, Faro, 1, p. 84-93.

Gameiro, J. (2009) – Uma visão museológica territorial, culturalmente integrada. *Museal*, Faro, 4, p. 92-105.

Gameiro, J. M. (1998) – *Património e Museologia. De realidade global à perspectiva local*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.

Gameiro, J.; Soares, I. (2009) – Alcalar: «Um dia na Pré-História»: Experimentalismo e Público. In *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*, Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, vol. 4, acta 06, p. 60-65.

Gamito, T. J.; Arnaud, J. M.; Muralha, J. (1991) – Relatório das escavações de emergência realizadas em 1990, em Corte Cabreira – Aljezur. *Espaço Cultural*, Aljezur, 6, p. 47-66.

Garcia, C. (2008) – *Cacela terra de levante: Memórias da paisagem algarvia*. Vila Real de Santo António.

Gomes, M. V.; Paulo, L. C.; Ferreira, S. D. (2003) – *Levantamento Arqueológico do Algarve: Concelho de Albufeira*. Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira.

Gomes, M. V.; Serra, M. P. (2004) – *Museu Municipal de Arqueologia, Loulé*. Câmara Municipal de Loulé.

Gonçalves, M. A. P. R. (2012) – *A cultura material, a musealização e o turismo: A valorização da experiência turística nos museus nacionais*. Dissertação de doutoramento em Turismo. Universidade de Évora: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14934

Gonçalves, V. S. (1978) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, IV, p. 47-60.

Gonçalves, V. S. (1979) – A Carta Arqueológica do Algarve: Estratégia e Perspectivas. *Clio*, 1, p. 99-140.

Gonçalves, V. S. (1983-1984) – Três intervenções sobre arqueologia no Algarve: I – Prospecções arqueológicas no Algarve: uma perspectiva prospectiva. «*Clio/Arqueologia*», Lisboa, 1, p. 191-193.

Gonçalves, V. S. (1989) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental: Uma aproximação integrada. Lisboa, UNIARQ (Centro de Arqueologia e História/INIC) (= Estudos e Memórias, 2).

Gonçalves, V. S. (1993) – As práticas funerárias nas sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O Megalitismo. In Medina, J. (org.) – *História de Portugal*, 1. Lisboa, Ediclube, p. 459-535.

Gonçalves, V. S. (1993) – Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. In Medina, J. (org.) – *História de Portugal*, 1. Lisboa, Ediclube, p. 349-402.

Gonçalves, V. S. (1995) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais.

Gonçalves, V. S. (1997) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular, 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 11-12, p. 199-216 (I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste/ Homenagem a Georges Zbyszewski).

Gonçalves, V. S. (2003) – Intervenção. In Gonçalves, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 404-406 (Trabalhos de Arqueologia, 25).

Gonçalves, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Leituras críticas de realidades perdidas (Estudos sobre o 3.º milenio no Centro e Sul de Portugal)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (2.ª edição, revista e acrescentada de dois novos textos, (1.ª edição: 1995)).

Gonçalves, V. S. (2004) – As Placas de Xisto Gravadas dos Sepulcros Colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série IV, 22, p. 163-318.

Gonçalves, V. S. (2004) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainake*, Málaga, XXVI, p. 89-114.

Gonçalves, V. S. (2005) – *As Placas de Xisto Gravadas dos Sepulcros Colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.)*. Câmara Municipal de Aljezur.

Gonçalves, V. S. (2005) – Limiar: Cascais há cinco mil anos. Desatando nós na complexa trama do 3.º milénio... In Gonçalves, V. S. (ed.), *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal, p. 7-11.

Gradim, A. (2009) – A Rede Polinucleada de Alcoutim: a sustentabilidade de um projecto de «museu multifacetado». *Museal*, Faro, 4, p. 80-91.

Gradim, A.; Cardoso, J. L.; Catarino, H. (2011) – *Guia do Núcleo Museológico de Arqueologia*. Alcoutim: Câmara Municipal.

Inácio, N.; Calado, D.; Nocete, F.; Curate, F.; Oliveira, C.; Peramo, A.; Bayona, M. R. (2008) – Pré-História e Megalitismo na região de Cacela. Uma proposta integrada de investigação, valorização e protecção do património arqueológico. *Xelb*, Silves, 8, p. 37-49.

Inácio, N.; Nocete, F.; Calado, D.; Curate, F.; Nieto, J. M.; Bayona, M. R.; Oliveira, C. (2010) – O Túmulo Megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela). Resultados preliminares de um processso de investigação em curso. *Xelb*, Silves, 10, p. 73-86.

Lacerda, M.; Barata, M. F. (2001) – Estruturas de acolhimento e interpretação: Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. *Património/ Estudos*, Lisboa, 1, p. 43-45.

Machado, A. R. (2004) – Reconstituição da mamoa: solução estrutural. In Morán, E.; Parreira, R. (eds.), *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*, p. 304-309.

Morán, E. (2001) – Aproximación al estudio geoarqueológico de Alcalar (Portimão, Algarve-Portugal) en el III milénio a.n.e.: Evidencias arqueológicas de la existencia de una sociedad clasista inicial. *Revista Atlántico-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, Cádiz, 4, p. 169-205.

Morán, E. (2014) – *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal): La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en el Tercer milenio a.n.e*. Tesis Doctoral. Universidad de Sevilla: Facultad de Geografía e Historia/Departamento de Prehistoria y Arqueología: http://fondosdigitales.us.es/tesis/tesis/2620/el-asentamiento-prehistorico-de-alcalar-portimao-portugal-la-organizacion-del-territorio-y-el-proceso-de-formacion-de-un-estado-pristino-en-el-tercer-milenio-ne/

Morán, E; Parreira, R. (2007) – *Alcalar: Monumentos Megalíticos*. Lisboa: Igespar (Roteiros da Arqueologia Portuguesa, 10)

Morán, E; Parreira, R. (2009) – La exhibición del poder en el Megalitismo del Suroeste peninsular: tres casos de estudio en el extremo sur de Portugal. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, Granada, 19, p. 139-162.

Morán, E; Parreira, R. (2011) – Asentamiento histórico en la Bahía de Lagos del V al I milénio a.n.e.: las primeras sociedades de clases y las navegaciones mediterráneas tempranas. In Domínguez Pérez, J. C. (ed.) – *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la Arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Junta de Andalucía / Universidad de Cádiz, p. 113-129.

N/A (2008) – Rede de Museus do Algarve. *Museal*, Faro, 3, p. 172-175.

Parreira, R. (1989) – A profissão de museólogo numa perspectiva da Nova Museologia. In Moutinho, M. (org.) – *Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do Museu* (Cadernos de Património, 5). Monte Redondo: Museu Etnológico, p. 143-147.

Parreira, R. (2007) – Una Ruta por Sítios Arqueológicos del Extremo Sur de Portugal. *Mus-A*, Sevilla, 8, p. 111-116.

Parreira, R. (2009) – Gerir os Monumentos Megalíticos de Alcalar e o seu Centro Interpretativo: êxitos e fracassos de uma administração desconcentrada em articulação com o Poder Local. *Museal*, Faro, 4, p. 106-119.

Parreira, R. (2011) – Sitios musealizados de la Prehistoria Reciente: algunas experiencias en Portugal. In *Memorial Luis Siret, I Congreso de Prehistoria de Andalucía: La tutela del patrimonio prehistórico*. Sevilla: Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, p. 461-465.

Paulo, D. (2011) – Do gueto à partilha nos museus do Algarve. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, 41, p. 245-286.

Paulo, D.; Gameiro, J. (2009) – Rede de Museus do Algarve. *Museus em Rede: Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, Lisboa, 31, p. 7-9.

Paulo, L. C. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia no Concelho de Albufeira. *Xelb*, Silves, 7, p. 407-420.

Prista, P. (2009) – Núcleos Museológicos de Loulé. *Museal*, Faro, 4, p. 132-142.

Santa-Rita, J. (2004) – Centro de Acolhimento e Interpretação: uma arquitectura de paisagem. In Morán, E.; Parreira, R. (eds.) – *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*, p. 298-303.

Santa-Rita, J.; Morán, E.; Parreira, R. (2006) – Protección y puesta en valor de monumentos megalíticos del III milénio antes de nuestra era: Restauración de un túmulo funerario en Alcalar (Portugal). *Loggia: Arquitectura y restauración*, Valencia, 19, p. 66-73.

Schubart, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira: Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 81 (3-4), p. 189-215.

Soares, I. (2006) – Que redes para o Algarve? Reflexão crítica. *Museal*, Faro, 1, p. 26-33.

Viana, A.; Formosinho, J.; Ferreira, O. da V. (1953) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos, *Zephyrus*, Salamanca, vol. 4, p. 97-117.

INFORMAÇÃO INTELECTUAL – INFORMAÇÃO GENÉTICA – SOBRE QUESTÕES DA TIPOLOGIA E O MÉTODO TIPOLÓGICO[1]

MICHAEL KUNST[2]

DEDICATÓRIA

Como o Professor Victor S. Gonçalves se interessa por discussões metodológicas e historiográficas, faço a minha participação nesta homenagem com um artigo publicado na Alemanha em 1982 mas que ainda está em circulação. A temática historiográfica é, de alguma forma, intemporal. Espero que o homenageado aprecie a discussão!

PRÓLOGO E AGRADECIMENTOS

Este estudo foi extraído da dissertação de doutoramento «Neuere Methoden zur Bearbeitung großer Keramik-Fundkomplexe am Beispiel der kupferzeitlichen Siedlung Zambujal» («Novos Métodos para a Análise de um Grande Complexo Cerâmico: o exemplo do sítio Calcolítico do Zambujal»), orientada pelo Prof. Dr. E. Sangmeister, na Albert-Ludwigs-Universität de Freiburg im Breisgau. Este estudo, que tive a oportunidade de apresentar no Colóquio das Associações da Antiguidades a 30/09/1981 em Hannover, parece-me ser do interesse geral, justificando-se assim a sua publicação numa revista, separado da restante dissertação. Quero aqui agradecer, pelas várias sugestões e contributos, ao meu orientador, Prof. Dr. E. Sangmeister, que através da sua atividade letiva e constante disponibilidade se tornou o responsável pela minha decisão de aprofundar a temática da «Tipologia». Gostaria ainda de agradecer aos meus professores Prof. Dr. Horst Kirchner e Prof. Dr. Christian Strahm pelas recomendações bibliográficas e pela sua avaliação crítica, e em particular ao Prof. Dr. Carsten Bresch, por me fornecer importantes referências da Biologia para este tema. Gostaria por último de agradecer a todos os amigos e aos professores, que através das inúmeras trocas de ideias contribuíram direta ou indiretamente para este estudo. Pelas traduções do sueco e do dinamarquês agradeço profundamente a Ina Lundquist e Otto Holzapfel. E *last but not least* quero agradecer aos meus amigos Leonardo Guerra pelo seu esforço de fazer a tradução tão rapidamente possível, e Amilcar Guerra para as suas correções de termos arqueológicos que neste caso era uma tarefa bastante complicada sendo o alemão e o português idiomas não muito coerentes.

[1] Tradução de Leonardo Guerra de um artigo publicado originalmente em alemão na revista *Acta Praehistorica et Archaeologica* 13/14, 1982, p. 1-26. Existem algumas alterações como a introdução de algumas novas notas e de algumas figuras.

[2] DAI – Instituto Arqueológico Alemão. Delegação de Madrid.
michael.kunst@dainst.org

INTRODUÇÃO

Todos os investigadores da Pré-História trabalham hoje com conceitos como «classificação», «tipologia», «método tipológico» ou «série tipológica». Alguns autores atribuem o mesmo significado aos termos «tipologia» e «método tipológico»(por exemplo Åberg, 1929, p. 508 e v. Uslar, 1955, p. 5). Como ficará patente nas reflexões que se seguem, parece-me mais apropriado aplicar cada um destes termos a situações distintas. E. Sangmeister foi, a meu ver, o primeiro investigador da Pré-História no espaço germanófono a demonstrar, através de uma análise crítica do método tipológico, a sua desadequação (Sangmeister 1967, p. 205-211).

O resultado da sua análise foi: Tipologia – não, descrição tipológica («Typographie»)[3] – sim; embora no seu caso o conceito de «Typographie» compreendesse o processo de identificar e descrever tipos, sem o objetivo explícito de definir a sua posição cronológica com base nessa análise. Também H. Kirchner chegou à conclusão que o método tipológico não era apropriado para estabelecer uma cronología (Kirchner, 1969) . As anteriores críticas ao método tipológico incidiam sobretudo nos problemas que a confusão entre início e fim de uma série tipológica levantaria, pelo que em seguida se demonstrará por que motivos o método tipológico pôde ser introduzido (história da investigação), por que razão ele não é adequado para o estabelecimento de uma cronologia (análise do método) e em que enquadramento a tipologia é considerada uma importante ferramenta da investigação arqueológica.

A fim de facilitar a leitura, as perguntas serão representadas e numeradas através de um P e as definições por um D.

O MÉTODO TIPOLÓGICO

> *«A Tipologia é a aplicação do Darwinismo aos produtos de origem humana. Esta parte do princípio que a vontade humana obedece a certas regras, parecidas com as que regem a evolução do mundo orgânico. As antiguidades evoluem como se fossem organismos vivos, os objetos isolados são indivíduos, uma série de tipos representa a evolução de uma espécie e um grupo de séries de tipos, por sua vez, constitui uma evolução, que se ramifica em várias espécies, formando uma família.»* (Åberg, 1929, p. 508)

Nesta citação é utilizado o termo «Tipologia», em vez de «método tipológico». Åberg descreve assim aquele que é até hoje considerado o horizonte do método tipológico, dentro do ramo da Pré e Proto-História[4]. Em seguida analisar-se-á o desenvolvimento do método tipológico e a validade da definição de Åberg, à luz do conhecimento científico atual ou seja, propomo-nos analisar se graças a este método, os proto-historiadores terão os meios para «ler a escrita que revela a vida, no início da História, dos vários povos e das relações entre eles, ... e o desenvolvimento da sua cultura material e intelectual» (Åberg, 1929, p. 508) entranhada na evolução das antiguidades proto-históricas. Impõe-se assim esclarecer:

[3] Devido ao termo alemão para «tipografia» significar originalmente «a arte de imprimir» (Duden, 1974, p. 749), esta terminologia foi mais tarde abandonada a favor de «Typfindung», o que significa o método para encontrar atributos que podem definir um «tipo».

[4] Mais concisa ainda parece ser a definição de V. A. Gorodzov: «As the basis of the theory of the typological method as applied to the industrial material dealt with in archaeology lie: 1) the principle of causality, 2) the principle of evolution, 3) the principle of borrowing, 4) the principle of the "struggle" for survival of artifacts.» (Gorodzov, 1933, p. 95).

1) o significado do Darwinismo (P 1)
2) se o Darwinismo, ou teoria da Evolução, foi objeto de desenvolvimentos (P 2)
3) a validade da afirmação que «a vontade humana obedece a certas regras, parecidas com as que regem a evolução do mundo orgânico. (Åberg, 1929, p. 508.) (P3)
4) como se relaciona o método tipológico com o Darwinismo (P 4)
5) quais as repercussões desta relação no método tipológico (P 5)

Este complexo de perguntas servirá de «fio condutor» ao longo dos próximos parágrafos.

De forma a evitar eventuais mal-entendidos, as próximas duas secções serão dedicadas à definição dos termos mais relevantes, primeiro da área da Tipologia na Arqueologia, depois da área da Teoria da Evolução na Biologia.

DEFINIÇÕES DE TIPOLOGIA

Em primeiro lugar serão apresentados os mais importantes termos dos procedimentos arqueológicos. As seguintes definições baseiam-se sobretudo no ensaio de R. Vossen (Vossen, 1970).

DEFINIÇÃO D 1: CLASSIFICAÇÃO

A classificação constitui um processo empírico, utilizado para ordenar objetos em grupos ou subgrupos, de acordo com a presença ou ausência de certas características ou, caso se trate de características quantitativas, consoante a sua dimensão[5].

DEFINIÇÃO D 2: TIPO

Por tipos entendem-se «as abstrações atribuídas a várias classes, de acordo com finalidades específicas» (Vossen, 1970, p. 32 baseado Krieger, 1960, p. 143 e Kluckhohn, 1960). Eles «consistem numa típica combinação de características» (Vossen, 1970, p. 32.)

Embora Vossen não aprofunde o seu conceito de «típica combinação de características», pegando na ideia de tipagem de Sangmeister, a minha interpretação é que assim se refere a uma combinação recorrente das mesmas características. Nesse sentido, a fim de se obter uma análise cuidada, a frequência das ocorrências desta combinação de características deve ser representada numericamente. Acresce ainda que deve haver uma certa sobreposição de várias características comuns aos vários tipos (Cf. Vossen, 1970, p. 32 e Hill e Evans, 1972, p. 233).

É, portanto, possível que o mesmo material possa ser tipificado de diferentes formas, de acordo com a questão em análise. Os «dados intencionais» de Mühlmann e outros afins (Segundo Mühlmann, 1938, p. 108-112: dados intencionais; segundo Levi-Strauss, 1953, p. 527: home-made models; segundo Ford, 1962, p. 8: Internal Classification; segundo Conklin, 1962, p. 120-127 e Sturtevant, 1964, p. 99 e 102: Folk-classification) constituiriam assim um conjunto especial de tipos, isto é, tipos formados por um grupo étnico com base nos seus próprios objetos utilitários, por exemplo. Esta ideia pode ser resumida da seguinte forma: o número de possíveis tipagens é tão vasto quanto o número de diferentes questões a serem analisadas com referência a um só achado.

[5] «As diferenças entre as várias classes devem ser definidas de forma clara, sendo geralmente de fácil reconhecimento empírico.» (Vossen, 1970, p. 32). No entanto, ocorrem sempre diversas problemáticas no processo de seleção das características! (ver também Hill e Evans, 1972, p. 232).

Esta posição foi descrita de forma muito pertinente no contexto antropológico por W. Kretschmer:

> «*Caso queiramos descrever e ordenar o objeto a descrever em imagens de tipos* (*Tipologia*), *tal terá de se processar de forma clara, sendo indispensável a hipótese de haver uma possível estrutura ordenada. Embora cada indivíduo seja diferente, a experiência diz-nos que há certas características que coincidem mais frequentemente. Por isso convém distinguir entre três tipos psicofísicos: os tipos de género masculino e feminino, os tipos da idade e os tipos do desenvolvimento pessoal, de acordo com as fases da vida e os tipos de raças.*» (Kretschmer, 1972, p. 259)

Um artigo de J. Hill e R. Evans (Hill e Evans, 1972) afigura-se como a bibliografia mais importante relativa a esta definição de tipo. No entanto, deve-se realçar que os tipos não dependem exclusivamente das questões em análise, mas que também eles constituem dessas questões elementos de valor com uma dimensão própria e real: «Types are indeed real, and we agree with Spaulding (1953) on this point. There are non-random clusters of attributes that can be discovered and called "types" (Hill e Evans, 1972, p. 261).». Os tipos podem ser extraídos empiricamente dentro de certos limites. Estes limites são estabelecidos através da análise das características.

DEFINIÇÃO D 3: TYPOLOGIE

Em alemão, o conceito «Typologie» significa aproximadamente «o estudo das formas» (Neste caso em particular, o termo «forma» é entendido como o aspeto exterior no seu todo, incluindo as decorações) Esta definição engloba a tipagem[6] e o estudo do desenvolvimento dos tipos. A Tipologia não é, portanto, um método, mas sim um ramo especial da Arqueologia, tal como a Sistemática o é na Biologia.

DEFINIÇÃO D 4: MÉTODO TIPOLÓGICO

Neste trabalho, o «método tipológico» será definido de acordo com o método estabelecido por H. Hildebrand e O. Montelius[7], concebido especificamente para o estabelecimento da cronologia a partir do desenvolvimento de tipos, com base na análise das semelhanças e diferenças entre os mesmos. Esta definição também pode ser denominada «pure typology» (Gräslund, 1976, p. 69.) ou «Tipologia pura» (Malmer, 1962, p. 48). Esta também não abrange a análise combinatória de achados![8] B. Gräslund propõe o termo «Type-Analogy-Method» ou «Grading type analogy».

DEFINIÇÃO D 5: SÉRIE TIPOLÓGICA

Por «série tipológica» entende-se uma sequência de tipos dentro da sua ordem cronológica, tendo-se estes desenvolvido uns a partir dos outros. Para além do termo «typologische Reihe», também se encontra em alemão «Typenserie» (Åberg, 1929, p. 508).

Em seguida procederemos à diferenciação entre a série tipológica «real» e a «fictícia».

---

6 B. Gräslund refere-se a uma «Type-forming analogy» (Gräslund, 1976, p. 72).

7 Ver Ame, 1934, p. 318-320; Hildebrand, 1866, p. 18; 1880 e Montelius, 1874; 1900; 1903. No entanto, os autores não aplicaram o método tipológico de forma tão exclusiva, ainda que Montelius tenha afirmado exatamente o contrário (ver Montelius, 1900, p. 265; 1903, p. 15-16).

8 Esta é uma sugestão de B. Gräslund, em contraponto com a posição de M. Malmers (Gräslund, 1976, p. 70; Malmer, 1962, p. 31).

DEFINIÇÃO D 6: SÉRIE TIPOLÓGICA REAL

A «série tipológica real» é uma sequência de tipos na sua ordem cronológica, baseada na sua existência real.

DEFINIÇÃO D 7: TIPOLOGIA FICTÍCIA

A «série tipológica fictícia» é uma sequência de tipos na sua ordem cronológica, reconstruída com base no método tipológico.

Idealmente, ambas as séries tipológicas deveriam ser idênticas.

DEFINIÇÕES DA TEORIA DA EVOLUÇÃO

Para uma introdução à problemática da Teoria da Evolução refiram-se sobretudo os livros de G. Osche (Osche 1972) e C. Bresch (Bresch 1977). As seguintes definições baseiam-se principalmente nos escritos de G. Osche (ver bibliografía). O termo Teoria da Descendência Comum é muitas vezes utilizado como sinónimo da Teoria da Evolução (ver também Osche 1972, p. 9) Neste caso será feita uma distinção entre ambos, por motivos práticos. Osche define o termo «Teoria da Descendência Comum» da seguinte forma:

DEFINIÇÃO D 8: TEORIA DA DESCENDÊNCIA COMUM

*«Esta defende que a variedade de organismos existentes é o resultado de um processo de evolução ao longo da história, que decorre no planeta Terra há centenas de milhões de anos.Todas as espécies hoje existentes (recentes) representam assim os atuais elos finais de um processo evolutivo, encontrando-se dessa forma num contexto de maior ou menor afinidade evolutiva m*útua (= r*elação .histórica), relacionando-se uns com os outros. Todos os seres vivos têm portanto, na sua origem entidades evolutivas comuns. Ao longo da história da evolução (filogenia) dos organismos, terão ocorrido forçosamente mutações na forma, fun*ção e padrões de vida dos *mesmos, através dos quais os seus sucessores (descendentes) se distinguiriam dos seus antecessores (ascendentes).»* (Osche 1976, 761.)

Noutro sentido, o termo «evolução» deve ser entendido à luz de um contexto mais abrangente. Julgo que esta explicação de C. Bresch constitui uma definição apropriada:

DEFINIÇÃO D 9: EVOLUÇÃO

«Evolução significa – pelo menos até aos dias de hoje e dentro do atual espetro de toda a ciência humana – um crescimento acelerado e incessante de padrões. A Evolução segue, como tal, uma direção claramente identificável, que se mantém inalterável. Ela decorre sempre em direção a um maior grau de complexidade e interligação entre a matéria deste mundo.»[9]

O termo «padrão» é definido da seguinte forma por Bresch:

[9] Bresch, 1977, p. 269. Deve realçar-se de forma veemente que a evolução de relações mais complexas não tem qualquer relação com as ideias do Darwinismo Social, tais como os ideais de maior, mais forte, melhor, etc.

DEFINIÇÃO D 10: PADRÃO

Por padrão entendem-se as abstrações entre as disposições de componentes, as quais se desenvolvem ou são desenvolvidas num contexto de «liberdade auto-limitada».[10]

DEFINIÇÃO D 11: DARWINISMO

O Darwinismo é o modelo geral que explica a problemática da descendência, baseando-se nos escritos de C. Darwin, tendo como sua força motriz a seleção natural (natural selection).

A este propósito escrevia G. Osche:

> *«De acordo com Darwin, na luta pela sobrevivência (struggle for life), na luta pela existência, apenas sobreviverão as variantes mais «aptas», o que leva a uma seleção natural. Através desta seleção, vão sendo privilegiadas de geração para geração as variantes hereditárias que pressupõem uma mais-valia para a conservação do organismo e da sua espécie. Com a sucessão de gerações, este processo conduz às respetivas adaptações dos organismos às necessidades e especificidades do ambiente envolvente.»*[11]

O Darwinismo distingue-se sobretudo de outro modelo teórico da Descendência Comum, o Lamarckismo.

DEFINIÇÃO D 12: LAMARCKISMO

O Lamarckismo foi concebido pelo biólogo francês J. Lamarck. Este é o modelo teórico da Descendência Comum, segundo o qual as mutações nas espécies se dão devido à hereditariedade de certas características adquiridas ou aprendidas.

Osche explica da seguinte forma o Lamarckismo:

> *«Jean Baptiste de Lamarck apontava como razão para as adaptações, um instinto de aperfeiçoamento inerente aos organismos (psicolamarckismo), o qual provocaria alterações específicas, levando a adaptações cada vez mais bem conseguidas. Mas, em primeiro lugar, postulava que o ambiente circundante era diretamente responsável por alterações específicas nos organismos, as quais eram transmitidas hereditariamente. Dessa forma, os orgãos dos animais acabariam por se tornar mais ou menos proeminentes no organismo, de acordo com o seu uso ou falta dele. Estas alterações que se dariam ao longo da vida nas características dos organismos, seriam herdadas pelos descendentes, produzindo assim ao longo das gerações versões cada vez melhor adaptadas dos organismos.»* (Osche, 1972, p. 31. Esta teoria foi desacreditada por Weismann, através de experiências com ratos cobaia (ver Weismann, 1904, p. 56).

10 Bresch, 1977, p. 60. Bresch utiliza a expressão «liberdade auto-limitada» em alusão à Cadeia de Markov, cujo nome homenageia o russo Markov.

11 A expressão «luta pela sobrevivência» foi frequentemente mal interpretada. Por esse motivo deixo aqui a definição oferecida pelo próprio Darwin: «I should premise that I use the term Struggle for Existence in a large and metaphorical sense, including dependence of one being on another, and including (which is more important) not only the life of the individual, but success in leaving progeny. Two canine animals in a time of dearth, may be truly said to struggle with eachother which shall get food and live. But a plant on the edge of a desert is said to struggle for life against the drought, though more properly it should be said to be dependent on the moisture. A plant which annually produces a thousand reeds of which on an average only one comes to maturity, may be more truly said to struggle with the plants of the same and other kinds which already clothe the ground. The missletoe is dependent on the apple and a few other trees, but can only in a far-fetched sense be said to struggle with these trees, for if too many of these parasites grow on the same tree, it will languish and die. But several missletoes, growing close together on the same branch, may more truly be said to struggle with each other. As the missletoe is disseminated by birds, its existence depends on birds; and it may metaphorically be said to struggle with other fruit-bearing plants, in order to tempt birds to devour and thus disseminate its seeds rather than those of other plants. In those several senses, which pass into each other, I use for convenience sake the general term of struggle for existence.» (Darwin, 1859, p. 146-147).

Quer isto dizer que o Lamarckismo e o Darwinismo se distinguem apenas na hipótese dos mecanismos da Evolução, ao passo que ambos comungam da Teoria da Descendência Comum. Não obstante, ambas as definições (D 11 e D 12) baseiam-se na forma como as doutrinas de J. Lamarck e C. Darwin foram – grosso modo – popularizadas[12], visto que as suas próprias posições estavam longe de serem tão evidentes. Tal fica particularmente patente nas palavras de E. Oeser. A citação de Oeser foi preenchida com algumas notas, de forma a indicar as passagens do texto original de Darwin:

> *«A forma crítica como Darwin olhava para o seu princípio teórico da seleção natural reflete-se numa observação, feita na obra sobre a origem do ser humano. Nessa observação, ele admite abertamente «ter conferido, nas primeiras edições de «Origem das Espécies», uma relevância exagerada à seleção natural e à sobrevivência dos mais aptos.*[13] *Como justificação para esta excessiva importância, Darwin aponta duas convicções que considera fulcrais: «Em primeiro lugar, mostrar que as espécies não foram criadas separadamente umas das outras; em segundo lugar que a seleção natural é a principal causa para as alterações, ainda que seja em grande parte auxiliada pelas consequências hereditárias de certos comportamentos e, em menor grau, pela influência direta das condições exteriores».*[14]
> *Como se vê pela justificação oferecida, Darwin não considerava, de forma alguma, que o Princípio da Seleção fosse a única explicação possível para a Evolução, reconhecendo também a teoria de Lamarck em relação à hereditariedade de características adquiridas e a de Geoffroy Saint-Hilaire, que defende a influência do meio ambiente (monde ambiant), tal como Lamarck já tinha referido no âmbito das consequências da domesticação. Daqui se depreende facilmente que, para Darwin, a tónica deveria recair sobre a fatualidade da Evolução e não sobre as outras justificações secundárias que apresentou paralelamente.»* (Oeser, 1974, p. 83-84)

Inversamente, convém referir que também «Lamarck já tinha refutado o Lamarckismo» (Oeser, 1974, p. 66 e, principalmente, também Oeser, 1974, p. 47-60). Estas definições serão agora seguidas de algumas reflexões sobre a Teoria da Evolução e a sua história, após as quais se tratará a história da Tipologia na Pré-História, de forma a evidenciar a ligação entre ambas as temáticas e daí poder retirar conclusões.

DARWINISMO E TEORIA DA EVOLUÇÃO

SOBRE A HISTÓRIA DA TEORIA DA EVOLUÇÃO

> *«Pois também a Ciência é em primeira instância um fenómeno pertencente à história da evolução, que nunca poderá ser totalmente explicado através de uma análise lógica, por mais exata e profunda que seja, dado que nele se encontram vestígios do passado, que apenas através da análise histórica poderão ser estudados.»* (Oeser, 1974, V).

Neste segmento procurar-se-á descrever o lugar que C. Darwin ocupa na investigação da Evolução, assim demonstrando como por trás do seu nome se encontrava um movimento intelectual europeu em crescimento gradual, mas substancialmente mais abrangente. Desta forma se explica a

12 Visto D 11 e D 12 serem, ainda assim, definições bastante correntes, para além da sua grande relevância para a seguinte análise, estas acabaram por ser incluídas.

13 «... that in the earlier editions of my "Origin of Species" I perhaps attributed too much to the action of natural selection or the survival of the fittest.» (Darwin, 1875, p. 61).

14 «I may be permitted to say, as some excuse, that I had two distinct objects in view, firstly, to show that species had not been separately created, and secondly, that natural selection had been the chief agent of change, though largely aided by the inherited effects of habit, and slightly by the direct action of the surrounding conditions.» (Darwin, 1875, p. 61).

razão pela qual o método tipológico granjeou uma popularidade tão incontestada no início do século XX, chegando mesmo a ser proclamado como o principal método dentro das ciências Proto--Históricas[15]. Através do gráfico (Fig. 1), é possível verificar a cronologia dos períodos em que viveram alguns dos investigadores que, entre os séculos XVII e XIX[16],se debruçaram sobre uma hipotética Evolução[17]. Muitos outros nomes poderiam ter sido incluídos neste grupo. J. Kohlbrugge, por exemplo, contou 87 contemporâneos de C. Darwin que «ensinavam a variabilidade dos organismos», bem como 69 investigadores, que tinham já publicado antes de 1830, sublinhando que também esta lista não seria exaustiva (cf. Kohlbrugge 1915, p. 96-102) Mas este facto não tem relevância para a presente investigação, dado que neste estudo se pretende apenas identificar as tendências gerais.

Cada retângulo disposto na horizontal, representa o período de vida da pessoa mencionada à direita. As setas indicam o ano em que o uma reflexão importante para a concepção, justificação ou desenvolvimento da Teoria da Descendência ou da Evolução, da autoria do respetivo cientista, foi ou publicada, ou mencionada por terceiros[18]. Os nomes dos arqueólogos ou historiadores que contribuíram para a concepção do Sistema de Três Idades ou do método tipológico encontram-se assinalados a negrito.

O QUADRO CRONOLÓGICO

O quadro cronológico (Fig. 1) demonstra graficamente que desde os «pioneiros» Descartes e Leibnitz, isto é, mormente a partir da segunda metade do século XVIII, o mundo intelectual europeu[19] se vai afastando gradualmente dos preceitos bíblicos acerca da formação do mundo, aparecendo cada vez com maior frequência modelos teóricos de cariz evolucionista[20], sobretudo em relação à criação do mundo e ao aparecimento dos seres vivos, entre os quais se conta o ser humano[21]. No entanto, a maioria destes cientistas não se conseguiria libertar totalmente (p. ex. Kant e Lineu) da axionomia bíblica presente no Génesis (1. Moisés 1,1:31. A Criação do Mundo por Deus em 7 dias). Entre os mais famosos que conseguiriam dar este derradeiro passo contam-se Johann Gottfried Herder, Erasmus Darwin, avô de Charles, que se tornaria uma figura de vulto, e Jean Baptiste de Lamarck. Lamarck, em particular, tornou-se muito conhecido no meio científico. Tal como foi acima mencionado, este havia mesmo proposto uma teoria sobre o Mecanismo da Evolução. Porém, nunca viria a alcançar a popularidade de Charles Darwin, apesar de ter sido ele o autor da primeira monografia sobre a Evolução, a qual viria a estabelecer uma base metódica da Biologia.

Tal deve-se ao facto de encontrar muito avançado para o seu tempo[22] o que levou a que mais tarde fosse mal interpretado (ver sobretudo Oeser, 1974, p. 47-60.) No cômputo geral, a cronologia demonstra que a passagem do século XVIII para o XIX se revelou o momento propício para a Teoria da Descendência Comum[23].

15 Note-se por exemplo a seguinte afirmação: «A Tipologia foi, é e será o instrumento fundamental para o estudo de achados pré-históricos ... enquanto métodos auxiliares, sem a mesma preponderância, juntam-se-lhe a Estratigrafia e a Corologia.» (ver v. Uslar, 1955, p. 5). (Neste excerto, o termo «Tipologia» equivale a «Método Tipológico».) Ver também Jahn, 1949, p. 86 e Padberg, 1953, p. 20.

16 A Antiguidade e a Idade Média ficaram de fora desta análise. Aqui fica um elenco dos nomes mais relevantes da Antiguidade Clássica: Heráclito (aprox. 535-aprox. 475 a.C.), Empédocles (aprox. 490-aprox. 430 a.C.) e T. Lucrécio Caro (97-55 a.C.)

17 Os dados foram obtidos das seguintes obras: Clodd, 1907; Dampier-Whetham, 1930; Zimmermann, 1953; Burla, 1959, Dobzhansky, 1964; Hemleben, 1968; Glass, Temkin e Straus, 1968; Peters e Gutmann, 1972; Schindewolf, 1972; Wendt, 1972; King-Hele, 1977. Zimmermann, 1953 merece destaque, como uma fonte particularmente rica. Gostaria de aproveitar para agradecer ao senhor G. Wolf (técnico municipal) e ao senhor Grobe (funcionário bibliotecário), de Göttingen, pela preciosa ajuda prestada na procura de alguns dados.

18 Como no caso da senhora von Stein em relação a Herder e Goethe. (ver v. Stein, 1784).

19 Refira-se que, neste caso, a Europa se encontra apenas representada por França, Inglaterra, Suécia, Rússia, Suíça, Itália e Alemanha.

20 Esta problemática é especialmente notória no caso do pregador Ballenstedt, ver Ballenstedt, 1818.

21 Este desenvolvimento registou-se paralelamente ao do Materialismo filosófico, o que se pode intuir pela presença de certos nomes no quadro cronológico, tais como La Mettrie e Rousseau. (ver também Kohlbrugge, 1915, p. 109).

22 A disputa académica entre Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire, de 15 de fevereiro até 5 de abril de 1830, é disso claro testemunho. (ver Hassenstein, 1958).

23 A esse respeito ver também Lotze: «Foi deste processo misto que se deu a visão da natureza que atualmente temos por geralmente aceite, a ideia de um indomável elemento criador indeterminado, cuja determinação em se desenvolver, aplicada a um maior desenvolvimento e realização da vida intelectual, se equipa à subida de uma escada, sempre dando passos em direção a uma maior perfeição das criações.» (Lotze, 1858, p. 58-59). Ver ainda Kohlbrugge, 1915, p. 103.

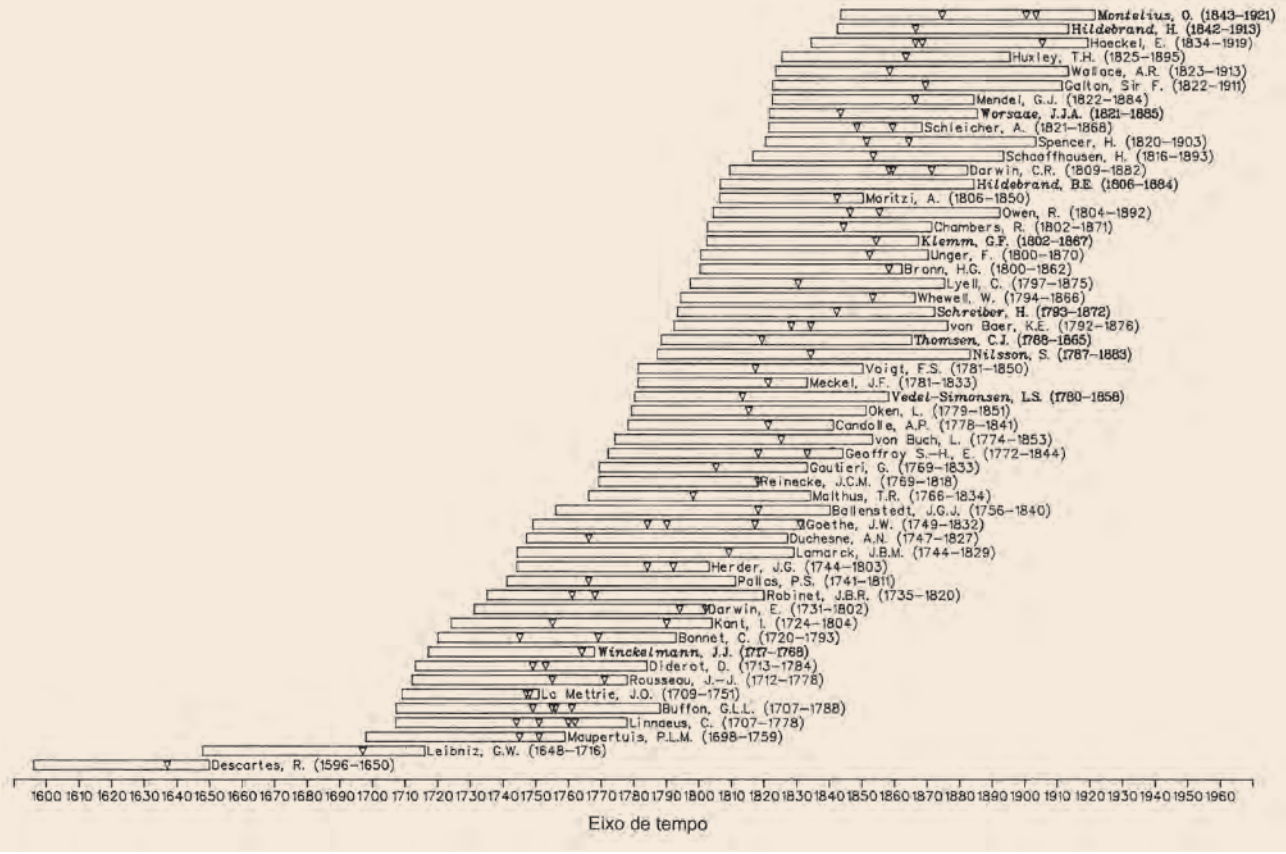


FIG. 1. Quadro Cronológico.

Mas seria Charles Darwin quem se destacaria entre todos estes nomes, pois foi ele quem conseguiu elevar a Teoria da Descendência a um patamar decisivo.

Esta era uma espécie de «bomba relógio», que C. Darwin detonou, tendo porém havido um grupo de cientistas a fabricá-la antes disso[24].

A POPULARIDADE DE DARWIN

> *«Por isso ocorre frequentemente que vários cientistas chegam simultaneamente à mesma descoberta. Aquilo que já foi preparado, é depois desenvolvido, e quem estiver presente, no momento certo, na fusão da qual se obtém o metal nobre, pode considerar-se afortunado, se aos seus méritos lhe for reconhecido o golpe de asa e a eles lhes for dado o seu nome.»* (v. Baer, 1835, p. 101.)

As ideias defendidas por Charles Darwin não eram propriamente inéditas, como demonstra uma comparação das suas obras com as dos seus antecessores e contemporâneos[25]. O seu maior mérito consistiu sim em sintetizar as novas ideias desconexas acerca da Evolução que circulavam à sua volta[26], sustentando-as com numerosos exemplos[27].

---

24 Uma descrição muito minuciosa do desenvolvimento da Teoria da Evolução é-nos oferecido em Oeser, 1974. Nela Oeser discute as diferentes perspetivas dos mais importantes cientistas dos últimos séculos. Refira-se, neste contexto, também Zimmermann, 1953.

25 «If Charles Darwin had never existed at all, there would still have been a considerable and expansive evolutionary movement both in biology and in its sister sciences throughout the latter half of the present Century.» (Allen, 1885, p. 192). Mas Allen prossegue assim: «... all other conditions remaining as they were we should even so have had in our midst today, a small philosophical and influential band of evolutionary workers.» Defende, portanto, que o maior mérito de C. Darwin consistiu no impacto que a sua divulgação da Teoria da Evolução gerou. Em relação à divulgação das ideias de Lamarck, ver principalmente Kohlbrugge, 1914.

26 Teoria da Descendência Comum: sobretudo Erasmus Darwin, 1803, p. 500-510 e Lamarck; ver Darwin, 1859, p. 59-70. Pensamento da Seleção: Buffon (ver Zimmermann, 1958, p. 233), (Darwin menciona Buffon, sem falar dele em pormenor (Darwin, 1859, p. 59-60)); Malthus, 1798 ver Darwin, 1859, p. 74 e 147. Mas já em Erasmus Darwin se encontra a noção de Seleção, aplicada aos combates de imposição entre animais de reprodução sexuada (Darwin, 1808, II Linhas, p. 313-326). A idade da Terra: Lyell, 1831-33 (ver Haber, 1968). Survival of the fittest: Spencer, 1851 e 1857 implicitamente, sobretudo 1866, que acabaria por ser integrado na 5.ª edição de Origin of Species de Darwin (Harris, 1969, p. 128), ver também Darwin, 1959, p. 145. Devem ser ainda destacados A. R. Wallace e P. Matthew, que desenvolveram a mesma Teoria da Seleção em convergência com Darwin (sobre Matthew, ver Darwin, 1959, p. 62; Wallace, 1858, p. 269-270). Também Wallace faz referência a Malthus, 1798.

27 C. Darwin efetuou uma volta ao mundo entre 27/12/1831 e 7/10/1836, a bordo do navio Beagle (Hemleben, 1968, p. 34-58). De particular relevância para a Teoria da Descendência revelaram-se as observações feitas nas ilhas Galápagos (Hemleben, 1968, p. 54).

Segundo A. Wagner (Wagner, 1908, p. 9-10.), a popularidade de Charles Darwin devia-se ao facto de desde Kant se ter postulado uma contradição absurda entre a «Ciência» e a «Filosofia». Os «cientistas» reagiram de forma bastante alérgica às declarações especulativas.[28]

> «*A consequência foi o crescimento de uma mal compreendida visão exata-empírica das Ciências Naturais, tanto a nível dos m*étodos, c*omo do seu alcance. Uma visão que se auto-restringia a contemplar dados incontestáveis, ou pelo menos que deveriam ser considerados como tais*.» (Wagner, 1908, p. 9)

Ainda assim, o livro de Darwin «The Origin of Species...», publicado em 1859 viria a ser a mais vasta monografia científica publicada até então que se debruçava exclusivamente sobre o tema da Evolução, ao qual aludia no próprio título. A estrutura do livro foi concebida de forma a dar a impressão de que este se baseava puramente em investigação empírica (Wuketits, 1981, p. 59).

Segundo H. Koch, merece ainda destaque outro aspeto: «Darwin sabia também como «conseguir publicidade». Dessa forma, caiu nas boas graças de vários críticos influentes de obras científicas» (Koch, 1973, p. 55), ou também: «No entanto, os seus defensores, como Spencer, Huxley, Lewes, Clémence Royer, John Fiske e Ernst Haeckei ajudaram a popularizar a Teoria Darwinista, uma tarefa na qual a imprensa jornalística, então em fase de ascensão, se dispôs a ajudar.» (Koch, 1973, p. 55). Sobre o papel de E. Haeckel ver também Wuketits (1981, p. 59-60).

Desta forma, compreende-se que a partir do último terço do século passado a Teoria da Descendência Comum / Evolução tenha passado a ser referida genericamente como Darwinismo por numerosos cientistas.

BREVE RECAPITULAÇÃO

A análise concisa da história da Teoria da Evolução põe três aspetos em evidência.

1. O século XIX foi terreno fértil para as ideias evolucionistas, que acabariam por ser popularizadas por Darwin e os seus partidários.
2. A Teoria da Evolução não é uma temática homogénea, tendo, pelo contrário, despontado duas tendências principais opostas pouco depois do aparecimento da Teoria da Descendência Comum[29], o Lamarckismo e o Darwinismo.
   Em numerosos casos, não se procedeu a uma separação clara entre ambas.
3. A popularidade de C. Darwin levou a que frequentemente o Darwinismo fosse equiparado à Teoria da Evolução no cômputo geral.

Importa, portanto, aqui voltarmos a debruçar-nos sobre as perguntas gerais acima formuladas (P1- P5).

A resposta à P1 é a seguinte:

Com base na Definiçao D 11, a qual é hoje universalmente aceite (Osche, 1972, p. 33-34 e Remane, 1972, p. 296), o termo «Darwinismo» significa: «Evolução através de Seleção»[30]. Porém, é comum a Teoria da Evolução ser equiparada diretamente ao «Darwinismo» (Remane, 1972, p. 295). Esta inexatidão parece ter-se entranhado igualmente no estudo da Pré e Proto-História na primeira metade do presente século, como mais à frente será demonstrado.

---

28 Sobre este tipo de declarações especulativas, sobretudo em relação a Hegel, ver também Theimer (1950, p. 79-97).

29 Para além destas duas, existem ainda outros modelos teóricos, ver Wuketits, 1981, p. 57.

30 Ver também Haeckel: «Esta Teoria da Seleção, que explica os nexos causais no processo de formação das espécies, deveria ser apenas ela designada como "Darwinismo", no sentido mais restrito» (Haeckel, 1905, p. 20), ver também Haeckel, 1866b, p. 166-170.

A INVESTIGAÇÃO SOBRE A EVOLUÇÃO HOJE EM DIA (1982)

> *«Enquanto no século XIX os cientistas se limitavam a traçar árvores genealógicas, que ao contrário dos sistemas de classificação e dos esquemas morfo-tipológicos, ambos de natureza estática, tinham como objetivo representar os percursos filogenéticos, no século XX a investigação evolutiva virou- se predominantemente para as causas «internas» e para os princípios básicos da Evolução.»* (Oeser, 1974, p. 2).

Em 1900, os botânicos de Vries, Leiden (de Vries, 1900a, p. 85 e de Vries, 1900b, p. 435-437), Correns, Berlim (Correns, 1924, p. 9-41. Segundo este autor tanto de Vries como o próprio teriam chegado separadamente a resultados muito semelhantes aos de Mendel, sem que deles tivessem tido conhecimento.) e Tschermak, Viena (Tschermak, 1900, p. 512 e 553) redescobriram, cada um de forma autónoma, o trabalho de Gregor Mendel (Mendel, 1866), popularizando-o (Schrödinger, 1946, p. 67 e Tschermak, 1900, p. 555).

Assim nasceu a Genética moderna. Descobriu-se a mutação genética. Este passo foi primeiro encarado como um argumento contra a Teoria da Evolução. No entanto, as reflexões daí advindas acabariam por ser integradas no chamado «Neodarwinismo», cujo estabelecimento se deve sobretudo à Teoria do Germoplasma de Weismann (Weismann, 1904, p. 282-340).

DEFINIÇÃO D 13: NEODARWINISMO

O Neodarwinismo consiste no seguinte modelo teórico de Descendência, o qual se baseia sobretudo em A. Weismann: Primeiramente ocorrem várias mutações casuais no material genético dos seres vivos, as quais levam a ligeiras alterações do fenótipo. Estes fenótipos estão sujeitos a uma pressão seletiva, que leva a que só as variantes adaptadas ao seu entorno sobrevivam.

A Teoria Sintética pode ser vista como um desenvolvimento do Neodarwinismo, podendo ainda ser designada como teoria pluralística (Wuketits, 1981, p. 63-67. Wuketits sublinha, entre outros aspetos, que não existem diferenças fundamentais entre o Neodarwinismo e a Teoria Sintética, mas que a fim de evitar equívocos, ambos devem ser claramente distinguidos). Esta explica como a Evolução é condicionada pela interação de vários factores adicionais[31]. Outro avanço relacionado com a genética molecular foi a descoberta da «informação genética». Este termo aparece pela primeira vez por volta dos anos cinquenta deste século[32], este conceito também não se encontra em Teilhard de Chardin.

DEFINIÇÃO D 14: INFORMAÇÃO GENÉTICA

> *«A informação é uma mensagem. Pode descrever uma situação ou conter instruções. O funcionamento da transmissão consiste na passagem de informação sobre todas as características, da geração parental para a geração filial. Estas informações passadas devem ser transmitidas na forma de instruções ou receitas, por exemplo como sintetizar o corante vermelho dos olhos das drosophila. Através de um processo análogo ao da escrita, esta informação deve determinar o seguinte: é necessário juntar esta e aquela molécula, de forma a reagirem e se tornarem na estrutura final que leva até ao pigmento vermelho do olho.»* (Bresch e Hausmann, 1972, p. 132)

[31] Para além de mutação e seleção, surgem também conceitos como recombinação genética, isolamento e radiação adaptiva. O termo Seleção é hoje definido de forma mais específica, por exemplo anagénese através de «alívio temporário da pressão seletiva» (Mayr, 1967, p. 194).

[32] Este não se encontra ainda em Schrödinger 1946, por exemplo, embora este tenha já descrito o fenómeno no capítulo «Código Genético» (Schrödinger, 1946, p. 37). Também em Teilhard de Chardin não se vislumbra este conceito. Ele procura descrevê-lo de forma altamente complexa através da «énergie radiale» (Teilhard de Chardin, 1955, p. 142). Foi só com a publicação em 1949 da Teoria da Comunicação de C. Shannon e W. Weaver (ver Shannon e Weaver, 1949) que a cibernética e mais tarde a informática se tornaram uma parte fundamental da Ciência moderna. Parece-me que com esta evolução o conceito de Informação viria a ser adoptado pela Genética, ainda que com um significado parcialmente diferente.

Com o tempo, ficámos a conhecer melhor o mecanismo de aperfeiçoamento, assim obtendo os primeiros resultados de estudos genéticos, os quais viriam a contribuir decisivamente para a consolidação da Teoria da Evolução. A investigação homológica, por exemplo, demonstra existirem fortes concordâncias entre o material genético de diferentes espécies animais (cf. Dickerson, 1972, p. 64). No cômputo geral, verificou-se até à data um crescimento constante de indícios que corroboram a Evolução (Osche, 1972). Além disso, o trabalho do biólogo A. Weismann veio em grande parte desacreditar o Lamarckismo, ou seja, a Teoria da Evolução que defende a hereditariedade de capacidades aprendidas (Weismann, 1886, p. 37). Contudo, o Darwinismo ou Neo-Darwinismo também não oferece por si só uma explicação completa do fenómeno evolutivo. Pelo que a citação de Weismann mantém a sua atualidade:

> «*... como e através de que forças a evolução dos seres vivos se desenvolveu a partir de um determinado momento, é uma questão à qual ainda estamos longe de poder dar uma resposta definitiva.*» (Weismann, 1904, p. 2).

A resposta à P2 é a seguinte:

Embora não seja possível formular uma explicação definitiva do mecanismo evolutivo, hoje em dia, ao contrário do século XIX, existem já explicações parciais, que derivam sobretudo da genética moderna. Para já pode-se afirmar o seguinte: O processo de evolução biológica consiste na transmissão, multiplicação e alteração de informação genética. Devido à transmissão da informação genética só ser possível dos pais para os filhos, hipoteticamente seria possível englobar todos os seres vivos numa única árvore genealógica. O fluxo de informação dentro desta árvore genealógica transmite-se unicamente numa direção, o que significa exclusivamente dos «pais» aos «filhos».

INVESTIGAÇÃO COMPORTAMENTAL (ETOLOGIA) E TIPOLOGIA

Entre os primeiros cientistas deste século a estudar a problemática da evolução do intelecto humano encontra-se o fisiólogo M. Verworn, de Bona. Após refletir sobre o princípio responsável pela formação de associações no cérebro, Verworn tece a seguinte conclusão:

> «*Efetivamente, ao se estabelecer que os processos mentais são condicionados pela natureza morfológica e fisiológica do cérebro, torna-se forçoso aceitar que estes fazem parte das funções dos orgãos, estando portanto sujeitos à influência de todos os grandes fatores que definem a evolução orgânica.*» (Verworn, 1910, p 26-27)

Foi Verworn quem cunhou o termo «Gedankenselektion» («seleção de pensamentos»). Este refere-se à correção de associações através da experiência. Verworn defende que «as associações de ideias, referentes a coisas do mundo exterior sem qualquer relação entre elas, se produzem constantemente na nossa vivência consciente» (Verworn, 1910, p. 29). Entre estas associações poderão incluir-se os denominados «rudimentos tipológicos», ou também as alterações funcionais das características. A seleção de ideias acaba por levar outra vez à estabilização, ou até melhoria, da capacidade de desempenhar uma função.

Também K. Lorenz postula uma explicação biológica racional para a formação de um elemento a priori no nosso pensamento, tal como o espaço, o tempo ou a causalidade. Partindo dessa premissa, explica como é concebível que estes aprioris se formem através de um processo de adaptação ao ambiente exterior (Lorenz, 1941). Estes pensamentos seriam mais tarde aprofundados numa «Epistemologia Evolucionista», da autoria de G. Vollmer e R. Riedl (Vollmer, 1975, a respeito da evolução

da Epistemologia evolutiva, em particular Vollmer, 1975, p. 177-180 e Riedl, 1980) Estas diligências pretendiam demonstrar que a questão da relação entre o nosso pensamento e o processo evolutivo, que levava ao primeiro, configura objeto da investigação epistemológica moderna e da biologia.

Já O. Montelius havia demonstrado no início deste século, com base na evolução das carruagens de caminhos de ferro (Montelius, 1900, p. 260-263), que existem séries tipológicas reais (D 6), porém faltavam nessa altura ainda os conhecimentos das ciências comportamentais modernas, de forma a entender este fenómeno de forma mais diferenciada.

Esta problemática já foi entretanto analisada por O. Koenig numa monografia, tomando como exemplo a evolução dos uniformes militares europeus. Eis a sua conclusão:

> «*Qualquer comparação de diferentes uniformes, ou mesmo de quaisquer vestimentas, não pode ser efetuada de forma complexa, mas sim de característica em característica. Consequentemente, também no caso da comparação de diferentes seres vivos só pode ser realizada desta forma. Quer isto dizer que devemos seguir minuciosamente o percurso histórico de cada parte etológica ou morfológica, de forma a entender a sua posição e função dentro da combinação complexa, bem como a sua riqueza em homologias e analogias, comparando-as com as respetivas partes de outras qualidades do complexo.*» (Koenig, 1970, p. 138)

Nesta perspetiva, torna-se claro o significado do estudo tipológico no contexto da investigação evolutiva, todavia também O. Koenig sublinha que o conhecimento da cronologia é indispensável para formular observações desta natureza; sendo de outra forma quase impossível determinar quando se trata de homologia ou de analogia, ou antes convergencia (Ritterbusch, 1981, p. 53). Utilizando a terminologia pré-histórica, tal quereria dizer que sem o conhecimento da cronologia seria impossível distinguir entre difusão e convergência.[33]

Tal como ficou patente nos exemplos de Koenig e Montelius[34], também a mim me parece haver uma correlação entre a evolução tipológica dos produtos culturais de origem humana e a evolução biológica.

Teilhard de Chardin fala de uma «continuação consciente do mecanismo obscuro que deu origem a todas as formas.». A Pergunta P 3 deve, nesse sentido, ser respondida da seguinte maneira:

Entre a evolução biológica e a evolução dos produtos culturais de origem humana existem analogias. No entanto, neste caso deparamo-nos com uma «evolução consciencializada», ou seja, através da qualidade do cérebro humano, apareceu algo de totalmente inovador na Terra, dando assim início à «Evolução Cultural».

Até que ponto a vontade humana se encontra balizada por certas «Leis da Evolução» (Åberg, 1929, p. 508) é uma questão que não conseguimos esclarecer neste âmbito. Contudo denoto uma eventual visão vitalística por trás desta afirmação. Antes teríamos que definir com maior exatidão o conceito de «vontade».

A EVOLUÇÃO CULTURAL

> «*Se a «Evolução» das máquinas e ferramentas é um produto da atividade intelectual criadora, então torna-se impossível aplicar a esta forma de evolu*ção o s*istema de definições darwinista-mecanicista da Teoria da Evolução, visto esta exclui os elementos teleológicos-finais e as inter-ven*ções criadoras.» (Narr, 1978, p. 22).

[33] Ver também as Definições D 16 e D 17, mais abaixo.
[34] Os estudos sobre a génese das línguas também apontam nesse sentido, ver por exemplo, Zepernick, 1968 e Schleicher, 1863.

A situação extraordinária do Homem é descrita assim por G. Osche:

«*Existem três qualidades que conferiram* à *Evolu*ção Cultural do ser hu*mano o seu carácter extraordinári*o*: A passagem e a integração da experiência de uma geração para outra, atravé*s* da i*mitaç*ão e da aprendizagem («Tradierung»), a u*tilização e o fabrico de ferramentas e utensílios, assim como o desenvolvimento da linguagem.*» (Osche, 1979, p. 48)

As «Invariantes do Equipamento» (Ausstattungs-Invarianten) do Homem, um termo cunhado por K. Gerhardt, merecem ser igualmente referidas[35]. C. Bresch fala neste contexto de um «sistema de informação intelectual». Este desenvolveu-se gradualmente entre os animais.

DEFINIÇÃO D 15: INFORMAÇÃO INTELECTUAL

A informação intelectual constitui, em primeira instância, um engrama[36] no cérebro dos seres vivos, não tendo qualquer influência sobre o património genético do indivíduo. No caso do ser humano, esta pode-se transformar, numa segunda fase, em linguagem, escrita, etc. Ela é unicamente transmitida através de comunicação, no sentido mais abrangente do termo.

C. Bresch explica o termo de forma ainda mais detalhada:

«*O animal conquistou uma nova forma de informação. Enquanto até aqui a existência biológica* era regida u*nicamente pela informação genética, agora desenvolveram-se partes do cérebro que só começam a ganhar forma definitiva através do seu contacto com o mundo exterior. Este padrão «adquirido» coexiste com o padrão genético. Juntos determinam as reações comportamentais do indivíduo. Existem agora dois sistemas de informação, que em conjunto levam às reações: por um lado o sistema de informação genético, por outro o novo sistema, condicionado pelo ambiente ao seu redor. Chamemos-lhe sistema da informação intelectual.*» (Bresch, 1977, p. 183; acerca do conceito de «padrão» ver a Definição D 10.)

«*A informação intelectual evidencia uma evolução muito mais veloz que a da informa*ção genética, dado que ao contrário desta, os pro*gressos individuais registados podem ser transmitidos à próxima geração. Além disso, a informação intelectual é, por assim dizer, «infecciosa», isto é, ela transmite-se atravé*s do contacto (c*omunicação*) *a um grande número de indivíduos, n*ão se restri*ngindo à descendência direta daquele que a possuía originalmente*». (Bresch e Hausmann, 1972, p. 387)

«*Enquanto que a informa*ção genética apenas po*de ser transmitida à descendência direta... a informaçao «intelectual» pode ser transmitida a qualquer outra pessoa, atravé*s da linguage*m, do rádio ou de livros. A informação genética é disseminada de forma hereditária, ao passo que a informação intelectual é transmitida por meio da comunicação.*» (Bresch e Hausmann, 1972, p. 121)

---

35 Gerhardt caracteriza o ser humano de acordo com os seguintes critérios, por ele denominados «Invariantes do Equipamento»: «a consciencialização reflexiva do Eu e do Nós, assim como o conhecimento da morte individual, a necessidade e a capacidade de estabelecer ligações metafísicas e religiosas, a espontaneidade dos valores, a capacidade de transcender o sofrimento, a auto-representação criativa e criadora, a atividade de criar símbolos e de se centrar neles, (sendo as duas últimas invariantes os principais pilares da linguagem), a capacidade de objetivizar o tempo e as coisas, o desejo utópico de possuir excedentes, a abertura ao mundo.» (Gerhardt, 1976, p. 145).

36 Os engramas são os conteúdos da memória, ver Hassenstein, 1980, p. 108-111.

Por outras palavras, é possível enquadrar seres vivos dentro de uma árvore genealógica, na qual existe desde a raíz até todas as folhas apenas um caminho possível[37], ao passo que a origem da linhagem nos produtos do intelecto (comportamentos adquiridos, ferramentas, ideias, etc.) apenas pode ser entendida como uma vasta «rede de comunicação» (Esta rede de comunicação parece-me idêntica à rede de relações causais de Wuketits, 1981, p. 86). Mas também esta rede de comunicação se altera com o passar do tempo. Uma melhor imagem ainda seria, por conseguinte, uma árvore genealógica em que algumas astes tivessem elas mesmas raízes sobrepostas, de forma a que existissem diversos caminhos possíveis da raíz até à folha.

M. Malmer descreveu este conceito de forma particularmente feliz:

> «*A principal diferença metodológica entre uma espécie biológica e um tipo arqueológico pode ser assim definida com exatidão: uma espécie animal extinta não pode jamais ser ressuscitada, enquanto que um tipo pré-histórico, cuja produção cessou, pode voltar a ser reproduzido a qualquer momento. Tal já aconteceu, não apenas enquanto experiência de laboratório, mas inclusive na própria Pré- História*». (Malmer, 1962, p. 55)

Este complexo sistema da evolução cultural é frequentemente simplificado de forma redutora, o que se reflete por exemplo na periodização da Pré-História europeia utilizada até agora[38], ou nas teorias de cariz ideológico[39], cujos críticos, frequentemente, se limitam a defender o exato oposto destas, pondo em causa a própria Evolução (cf. Goetze e v. Thienen, 1981). Um ponto de partida útil para a construção de um modelo que descreva a evolução cultural é o modelo da Evolução Multilinear, estabelecido por J. Steward (Steward, 1956) e aperfeiçoado por R. Carneiro (Carneiro, 1973). Segundo as considerações de M. Eggert (Eggert, 1978, p. 107-119), estes modelos acima mencionados devem ser vistos como estando ainda numa fase de desenvolvimento; embora eu penso que conduzem a várias temáticas relevantes. No entanto, até à publicação do artigo de M. Eggert aqui citado, verifica-se que estes praticamente não tiveram qualquer influência no estudo da Pré-História na Alemanha. As perguntas de C. Strahm foram alvo de nova atenção, ele que estando na Europa desenvolveu uma teoria convergente com a da investigação americana, tendo como base a sua crítica a Morgan, e propondo um modelo de evolução multilinear[40], rejeitando a discussão sobre a existência de padrões de regularidade na evolução, ao contrário da New Archaeology, alinhada com as ideias de Binford. À luz dos conhecimentos de que hoje dispomos, não nos resta alternativa senão tentar obter mais informações por via empírica. Carneiro sintetiza este ponto de forma oportuna:

> «*To the question «is there an evolutionary sequence through which a substantial majority of human societies have passed?» the only answer can be «Let us look closely at the record and see*» (Carneiro, 1973, p. 91).

Com base no que já foi aqui explanado, podemos fazer o seguinte balanço em relação à Tipologia (ver P 5):

---

37 Esta ideia é, em princípio, correta. Numa análise mais pormenorizada, constata-se que existem ligações fora do padrão linear, como E. Haeckel demonstrou de forma muito detalhada (ver Haeckel, 1870), no entanto estas ligações, por exemplo, no caso de bastardização, apenas são possíveis dentro de estágios de desenvolvimento limitados.

38 Aqui referimo-nos à divisão em Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze.

39 Ver a teoria de Morgan, 1877; Bachofen, 1861 e Engels, 1884.

40 Ver Strahm 1981. Embora não o tenha formulado de maneira tão explícita, as investigações de E. Sangmeister há vários anos que apontam nesta direção, o que obviamente se reflete na sua atividade docente, cuja influência sobre as ideias do autor do presente texto não deve ser subestimada.

A existência de uma relação genética entre objetos, tal como foi sugerida por Gorodzov[41], é uma noção errada: a existir uma relação, esta será de natureza intelectual. Por esse motivo, a expressão «genética», no sentido cultural, deve ser substituída nas ciências arqueológicas em geral pelo termo «tradicional». Segundo a citação de Gerhardt (Gerhardt, 1976, p. 145), acima reproduzida, o intelecto humano é formado por várias ligações complexas, podendo dessa forma as relações entre os diferentes tipos ser também elas complexas. Devido à possibilidade de a informação intelectual se transmitir a uma velocidade incrivelmente elevada, o seu ritmo de disseminação muitas vezes não pode ser classificado com base nos métodos cronológicos arqueológicos, que se revelam demasiado inexatos (Ver ainda Becker, 1980, p. 10). Em suma: Verifica-se uma grande diferença entre a informação genética e a intelectual.[42] Esta ideia representa a primeira rejeição do método tipológico, concebido para o estabelecimento de uma cronologia[43].

No entanto, este capítulo pretende demonstrar que no panorama do estudo moderno da Evolução, o qual transcende o estudo da Descendência, a Arqueologia no seu todo e, dentro dela, a Tipologia em particular assume um papel de destaque, à luz da Definição D3.

SOBRE A TIPOLOGIA

AS RAÍZES DA TIPOLOGIA

Neste capítulo impõe-se um regresso à temática da história da investigação científica. Recordemos: O século XIX foi uma época propícia para o pensamento evolutivo[44]. Este não se limitava à Biologia, mas estendia-se ainda a outras ciências, como por exemplo a Filosofia da História[45], a Linguística e a História de Arte, exercendo elas uma certa influência recíproca entre si[46]. Neste panorama enquadram-se igualmente os estágios de desenvolvimento segundo Morgan (Morgan, 1877), os estágios religiosos segundo Spencer, Tylor e Jevons e os estágios de organização social de acordo com Bachofen, McLennon (Daniel, 1975, p. 43-44) e Engels (Engels, 1884), ou também o pensamento de Schopenhauer, que postula a existência de uma vontade de evoluir para algo superior como parte da Natureza. Como tal, as raízes do método tipológico não residem numa primeira instância na Biologia (Gräslund, 1976), encontrando-se provavelmente no pensamento evolutivo da História de Arte ou da Arqueologia e no sistema triperiódico.

41 «The principle of industrial evolution is a development and continuation of the principle of industrial causality. It deals with the process through which one phenomenon is transformed into a genetically related type.» (Gorodzov, 1933, p. 96). Também Åberg de certa forma corrobora esta ideia, ao defender que «as antiguidades mortas» se tornam uma «fauna de tipos vivos», graças à Tipologia. (ver Åberg, 1929, p. 509). Contudo, Åberg recorre principalmente a analogias com o reino animal, enquanto que outros autores posteriormente recorreriam meramente à analogia com a Identidade; Schwantes, 1952, p. 7, sobretudo, mas talvez também Scheltema, 1948, p. 58 e Gandert, 1950, p. 47-48. Esta temática é discutida de forma exaustiva em Padberg, 1953, p. 36-37. Na literatura mais recente, aparece também o termo «ligação genética» neste contexto, por exemplo em Lüning, 1972, p. 275.

42 «The mechanisms which produce similarity and dissimilarity in cultural products are of different kind from those which apply to natural products.» (Gräslund, 1976, p. 69).

43 Este problema já foi abordado por Padberg em 1953. Ao contrário dele, devo discordar em relação a uma eventual colaboração entre as ciências naturais. Diz Padberg a esse respeito: «Devido ao estudo da Proto-História se enquadrar dentro das ciências históricas, as disciplinas avulsas das ciências naturais podem contribuir fornecendo dados materiais, não podendo no entanto constituir uma base para os princípios e métodos de trabalho dentro da própria Proto-História.» (Padberg, 1953, p. 48). Bem pelo contrário, uma colaboração entre as ciências sociais e naturais parece-me, especialmente na temática da Evolução, algo salutar, visto que o estudo da Evolução constitui, por si só, um tipo de ciência histórica, no seu sentido mais amplo. Tal como demonstram as citações de Bresch (1977) e Bresch e Hausmann, 1972, também se podem importar princípios muito relevantes do campo das ciências naturais. Deve, no entanto, existir um diálogo, através do qual ambas as áreas científicas possam desenvolver uma reflexão mais apurada sobre as suas bases e principios.

44 Cf. também W. Theimer: «Durante o século XIX tudo decorreu de acordo com as regras da ciência, sempre na direção do progresso. Foi com base numa vontade, num objetivo desejado, que o progresso se tornou uma tendência imanente da realidade, numa evolução decorrente de uma necessidade regulada pelas leis da natureza» (Theimer, 1950, p. 109).

45 Alguns exemplos mais precoces encontram-se em Buffon, 1778 (ver Roger, 1962); Herder, 1784 e Pinkerton, 1785, p. 4-5.

46 O filósofo inglês H. Spencer, por exemplo, era inicialmente um lamarckista convicto. Mas este viria a formular.uma ideia da luta enquanto princípio da vida, bem como a da sobrevivência daquele que melhor se adapta, algo que mesmo assim viria a ser suplantada pelas suas convicções lamarckianas (ver Koch, 1973, p. 38-39). Estas ideias.foram aproveitadas por C. Darwin, sendo por ele desenvolvidas na sua Teoria da Seleção. H. Spencer acabaria então por abraçar a sua teoria. (Cf. também a nota 26).

Na História de Arte o modelo da evolução constante não era a ideia prevalecente, mas antes a comparação com o aparecimento e desaparecimento de vida individual. Neste contexto deve ser referido J. Winckelmann, a quem as novas Ciências Artísticas devem impulsos metodológicos decisivos. Em relação ao método tipológico, importa reter as seguintes frases:

> «*A História de Arte propõe-se demonstrar a origem, a ascensão, a alteração e a queda da mesma, para além dos diferentes estilos de cada povo, época ou artista, recorrendo, até* onde *for possível, às obras dos antigos para fundamentar as suas afirmações*» (Winckelmann, 1764, p. 9)

> «*As artes que dependem de desenhos começaram, tal como todas as outras invenções, com o essencial; só depois se procurou a beleza e, por* último, *o supérfluo: estas s*ão as três fases pr*incipais da arte. Os registos mais antigos dão-nos conta de que as primeiras figuras mostravam como um homem* é, não co*mo ele parece ser, e o seu entorno, não a sua perspetiva. Da simplicidade da forma passou-se ao estudo das condições, através do qual se ensina a precisão, aventurando-nos então naquilo que é grande, tornando-se a arte uma grandeza, que entre os gregos ascenderia gradualmente à beleza suprema. Depois de todas as partes do todo se terem juntado e a sua decoração procurada, chegaria a vez do supérfluo, graças a qual se perde a grandeza da arte, abrindo caminho para a queda total da mesma.*» (Winckelmann, 1764, p. 25).

Esta concepção parece-me constituir a base em que S. Müller se apoia para formular a sua esquematização da arte pré-histórica, embora ele tenha sido um dos primeiros críticos do método tipológico.

A seguir deve-se referir a introdução do sistema triperiódico (Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro) (Daniel, 1975, p. 40-45), concebido por Vedel-Simonsen (Vedel-Simonsen, 1813, p. 76), Thomsen[47] e Nilsson[48]. Dado as declarações de Vedel-Simonsen não serem muito conhecidas, elas serão aqui reproduzidas:

> «*As armas e os utensílios dom*ésticos dos antigos escandinavos eram *inicialmente fabricados a partir de pedra e madeira, tendo estes mais tarde aprendido a trabalhar o cobre* (*sim, foi graças às pontas de seta em cobre achadas na terra que se terão apercebido que este tinha sido endurecido*) *e, mais tarde, o ferro. … Por este prisma, a sua história cultural pode ser dividida em três Idades, a da Pedra, a do Cobre e a do Ferro, ainda que nenhuma destas possa ser separada rigidamente das outras, visto que uma se sobrepõe à outra e, nas classes mais baixas e pobres, mesmo após a introdução do material interm*édio continuava a *ser utilizado o primeiro, o mesmo se aplicando no caso do último e do interm*édio; da *mesma forma que ainda nos nossos dias existiam casas onde a louça era feita de barro, estanho e porcelana. Porém, as armas e os utensílios de madeira entretanto deterioraram-se e o ferro enferrujou-se na terra, sobrando apenas os objetos de pedra e cobre*» . (Vedel-Simonsen, 1813, p. 76, nota 1)

O sistema triperiódico seria divulgado, aperfeiçoado e analizado cientificamente em primeiro lugar graças a Worsaae (Worsaae, 1843) e às suas viagens à Alemanha, França, Inglaterra e Irlanda (Daniel, 1975, p. 78). O próprio Nilsson era professor catedrático de Zoologia em Lund (Suécia) e um

[47] Ver Thomsen, 1819 e 1837; A data 1819 refere-se à inauguração da coleção pré-histórica do Museu Nacional de Copenhaga, estabelecida através de Thomsen, com base no seu sistema de Três Idades (ver Thomsen, 1837).

[48] Acerca de Nilsson ver Daniel, 1975, p. 40-45. Para completar, refiram-se ainda as investigações alemãs de Lisch e Danneil (1835). Não se pode contudo afirmar com segurança se estes realmente desenvolveram o mesmo sistema em convergência com o dos investigadores dinamarqueses (ver Seger, 1930).

evolucionista[49], pois defendia que a Pré-História no seu todo demonstrava a evolução gradual do Homem e das suas obras (Daniel, 1975, p. 45).

O sueco Bror Emil Hildebrand, também de Lund, fez os seus estudos em Copenhaga entre 21/06 e 29/08/1830, sob a orientação de Thomsen (Hildebrand, 1937, p. 562-569), onde lhe foi apresentado o sistema triperiódico. No outono de 1830, após o seu regresso a Lund, reformulou o museu local de acordo com este sistema (Hildebrand, 1937, p. 580). Em 1837 assumiu o cargo de *Riksantikvaren*, passando a dirigir o orgão responsável pela gestão do património cultural de Estocolmo. O seu filho, Hans O. H. Hildebrand, que ocuparia o mesmo cargo entre 1880 e 1907, viria a ser, a par de Oscar Montelius, o fundador do método tipológico[50]. H. Hildebrand seria mesmo o primeiro a descrever por escrito o método tipológico[51]. Embora ainda não utilizasse então o termo «Tipologia», a citação que se segue, retirada da sua tese de dissertação, contém já todos os principais elementos do método tipológico:

> «*Dentro dos grupos que aparentam estar interligados, salta à vista uma enorme diversidade, a qual pode igualmente ser categorizada. Uma das formas já atingiu assim a sua plenitude, a mais pequena é assimilada por outra, uma forma e transição, e reunindo-se as condições ideais, é possível seguir a sua evolução até ao momento em que se torna totalmente diferente do outro, podendo assim dizer que passou a ser uma nova forma. Este tipo de evolução torna-se assim um interessantíssimo testemunho da incessante evolução de um só povo, sendo também importante, na medida em que existem vários objetos antigos que acompanham do início ao fim a forma sujeita às alterações, ficando registada a sua relação temporal. Já outras formas parecem estar relacionadas com uma certa influência externa, podendo assim ser uma ajuda preciosa para a datação.*
> (*1*) *A incapacidade dos povos nórdicos em conferir um rosto claramente delineado aos seus deuses, assim como a sua apetência para o fantástico refletem-se na ornamentação dos objetos antigos. Por vezes dá-se o caso de os motivos serem inspirados na natureza viva, numa imagem humana por exemplo, mas não demora muito até que destas figuras rígidas se comecem a desenvolver bonitos arabescos. Estes tipos especiais remetem obviamente para um período posterior ao da forma original.*»

As palavras de Hildebrand deixam transparecer a influência de Winckelmann, em particular a sua convicção de que a evolução se verifica na transição de formas mais simples para as mais decoradas. O próprio Hildebrand refere a relação entre o seu método e a Lingüística (Hildebrand, 1880, p. 19 e Almgren, 1966, p. 21).

B. Almgren defende mesmo a posição de que o método tipológico, tal como o sistema triperiódico, constitui «o resultado direto de um trabalho de preparação e divulgação» (Almgren, 1966, p. 36), nomeadamente o desenvolvido por B.E. Hildebrand (Hildebrand, 1937, p. 580) no Museu Histórico de Estocolmo. Este inicialmente centrava- se numa ordenação de acordo com as caracterísi-

49 Ver sobretudo Nilsson, 1820, XIV; 1868, p. 1-6, o original ver Nilsson, 1838. A propósito da relação entre a Teoria da Evolução e o sistema triperiódico escreve G. Daniel o seguinte: «It should be remembered that Thomsen, Vedel-Simonsen and Nilsson were contemporaries of Lamarck, von Baer and Lyell; the work of the early northern antiquaries was done before Spencer and Darwin.» (Daniel, 1975, p. 44).

50 Segundo Arne, 1934, p. 318, a tese de dissertação de Hildebrand terá sido a primeira ocasião em que o método tipológico foi formulado por escrito (Hildebrand, 1866, p. 15), enquanto que O. Almgren apenas reconhece após a sua viagem de estudo de 1870 «que também nos produtos artesanais humanos se podem observar sinais de evolução os quais são muito valiosos para a cronologia dos objetos antigos e a história da sua origem». (Almgren, 1913, p. 182).

51 As considerações de B. Almgren afiguram-se muito esclarecedoras. Também ele reconhece a primazia de H. Hildebrand (Almgren, 1966, p. 20); este refere ainda que até o próprio B. E. Hildebrand pode eventualmente ser considerado o pai do método tipológico (Almgren, 1966, p. 25), o que poderia explicar por que motivo Hildebrand e O. Montelius nunca reclamaram para si o estatuto de pioneiros.

cas estéticas (Hildebrand, 1937, p. 23). A comparação da tipologia com a evolução biológica ocorreu pela primeira vez em 1873, através de B. E. Hildebrand (Almgren, 1966), tendo sido posteriormente expandida nos escritos de O. Montelius.

Finalmente, seria útil centrar as atenções no quadro cronológico (Fig. 1). Os mais antigos trabalhos aí registados pertencendo a C. Darwin, A. Wallace, T. Huxley, E. Haeckel e ao linguísta A. Schleicher, precedendo imediatamente os primeiros trabalhos tipológicos de H. Hildebrand e O. Montelius. Parece-me que nesta discussão se torna patente a influência da já referida popularidade de C. Darwin.

DARWINISMO E TIPOLOGIA – A LIGAÇÃO

O. Montelius compara a evolução gradual de uma espécie animal para outra (Teoria da Descendência Comum) com a evolução gradual dos tipos de produtos fabricados pelo Homem.

> «*Aquilo que as espécies representam para os estudiosos das C*iências Naturais, corresponde aos tipos dos investi*gadores da Antiguidade, sendo que os últimos – pelo menos aqui no Norte – já não se contentam* (*apenas*) *com o estudo da vida em tempos idos, em determinadas regiões. Agora, o investigador tenta* (*isso sim*) *entender a ligação intrínseca que existe entre os tipos, procurando demonstrar como um tipo, tal como uma espécie, se pode desenvolver a partir de outro. A isto damos o nome de Tipologia*» (Montelius, 1900, p. 237).

> No seu trabalho «O Método» Montelius escreve o seguinte:

> «*Parece-me também fantástico que nos seus trabalhos o ser humano tenha sempre estado, aliás continue a estar, sujeito à Lei da Evolução. Será a liberdade humana efetivamente tão limitada, que não sejamos capazes de criar espontaneamente uma forma totalmente nova? Estaremos condenados a evoluir passo a passo de uma forma para outra, mesmo que uma pouco difira da outra? Ainda antes de nos debruçarmos sobre esta problemática, a nossa tendência poderia ser a de responder negativamente a estas perguntas. Mas, não obstante, o estudo aprofundado da curiosa história da atividade humana veio demonstrar que a resposta teria de ser afirmativa. A evolução pode ser lenta ou rápida, mas de qualquer maneira a criação de novas formas pelo Homem obedece forçosamente à mesma Lei da Evolução, a qual de resto se aplica à restante Natureza*.» (Montelius, 1903, p. 20).

Nas palavras de Montelius identifica-se claramente a ligação entre a Tipologia e a Teoria da Descendência Comum[52], sem que no entanto seja mencionada inequivocamente a questão da génese de séries evolutivas, ou seja, fica em aberto se se trata efetivamente de Darwinismo. Porém Montelius parece ter equacionado pelomenos uma forma de Darwinismo. Tal depreende-se da sua explicação para o desenvolvimento de alguns tipos, como no caso dos antigos machados metálicos italianos:

> «*Mas cedo se descobriu que a partir do novo material se poderia fabricar um machado, cujo gume seria muito mais largo que a restante lâmina. Num machado de pedra seria impossível aplicar esta forma. Mas se o machado fosse concebido desta forma, essa decisão revelar-se-ia*

[52] Também G. Schwantes realça esta ligação de forma inequívoca. (Schwantes, 1952, p. 4-9).

muito prática, dada a poupança de matéria-prima daí resultante, ainda para mais numa época em que o cobre era um material muito precioso.» (Montelius, 1903, p. 24)

«*... um machado deste género poderia ser também encavado no cabo, em particular quando as abas – isto é, as bordas altas mais curtas – circundassem o cabo dividido. As abas impediriam que o machado rodasse ao ser utilizado.*» (Montelius, 1903, p. 25)

«*Este movimento podia ainda ser evitado de forma mais eficiente, com a introdução de um ressalto, percorrendo o machado na transversal.*» (Montelius, 1903, p. 26).

É lícito falar-se de uma «pressão cultural seletiva»[53], a qual se define assim: O tipo de utensílio que se comprova requerir o mínimo gasto material, cumprindo da melhor maneira com a sua função, continuará a ser utilizado pelas pessoas, enquanto que os outros tipos acabaram por se «extinguir», sendo que os impulsos para as melhorias podem ter as mais variadas origens[54].

Esta é uma observação que na era moderna pode ser facilmente verificada através do velocíssimo progresso nos utensílios tecnológicos.

Porém, para se poder aproveitar esta ideia – no âmbito de achados pré-históricos, cujo contexto cronológico nos é desconhecido – e para dela extrair uma série tipológica, é necessário esclarecer as finalidades a que o material se destinava, isto é, estabelecer o tipo de pressão seletiva subjacente[55]. Já em 1884 S. Müller levantar a questão:

«*Imaginemos o quão interessante e, aparentemente, satisfatória poderia ser uma eventual série evolutiva, em que todos os parafusos, brocas e saca-rolhas estão agrupados numa série interligada. Neste caso, a chave é efetivamente a concordância; poder-se-ia supor uma afinidade – imaginem-se só todas as hipóteses que podem ser consideradas – mas esta não seria uma hipótese científica, enquanto o método de verificação se restringisse apenas a estes objetos*».

Acresce ainda que a evolução de uma forma para outra apenas pode ser comprovada se a hipótese da convergência for excluída. Na Biologia, distingue-se entre homologia, analogia e convergência.

DEFINIÇÃO D 16: HOMOLOGIA

«Os órgãos e as estruturas cujas correlações, sejam elas mais ou menos extensas, se baseiem numa informação hereditária comum são denominados homólogos (homologia). Dado que a informação hereditária comum dos organismos de várias espécies tem origem num único antepassado, ao comprovar-se a existência de homologias entre duas espécies, comprova-se igualmente a sua relação a nível da matriz genética comum (filogenética). Por conseguinte podemos

53 A diferença para o conceito biológico de seleção prende-se com o facto de a seleção cultural se realizar de forma consciente: «Novas ideias, descobertas, invenções, comparáveis a mutações biológicas, todas elas estão igualmente sujeitas a um processo de seleção com base na sua utilidade ou finalidade» (Becker, 1980, p. 5). Até as «mutações culturais» já obedecem frequentemente a uma finalidade; «as mutações culturais, enquanto ideias, descobertas e invenções podem *a priori* destinar-se a uma finalidade específica. As mutações biológicas, pelo contrário, são sempre fortuitas» (Becker, 1980, p. 4).

54 As influências exteriores são consubstanciadas por E. Sprockhoff com base em três exemplos (as fíbulas da Idade do Ferro, a cerâmica da Cultura de Jastorf e a cerâmica dos dólmenes e sepulturas de corredores). Ver Sprockhoff, 1952.

55 G. Childe já havia abordado este problema em 1951: «Não reside, por ventura, o valor relativo de uma máquina ou de um processo objetivo, ou mesmo determinado matematicamente, na eficiência com que funciona? Infelizmente, infelizmente esta objetividade é ilusória! Pois a função de um utensílio técnico, ou de um processo, prende-se com a satisfação de uma necessidade humana. E as necessidades humanas por si só não representam uma medida fixa.» (Childe, 1951, p. 20).

concluir: as características homólogas são aquelas que partilha uma origem filogenética comum.» (Osche, 1976, p. 763)

DEFINIÇÃO D 17: ANALOGIA

«Os órgãos dos seres vivos desempenham determinadas funções. Em várias espécies de seres vivos, a mesma função pode ser desempenhada até um certo nível por diversos órgãos (não homólogos). As estruturas (ou órgãos) não homólogas que desempenham a mesma função são designadas como análogas (analogia).» (Osche, 1976, p. 771)

Daí podemos concluir que as semelhanças entre os tipos que desempenham as mesmas funções não chegam para a provar a uma «origem comum». De acordo com os conhecimentos científicos de que dispomos atualmente, creio que as «homologias» dos tipos arqueológicos apenas podem ser identificadas, se tanto, averiguando o seu contexto cronológico. O problema prende-se amiúde com o facto de os conceitos Homologia e Analogia não poderem ser transpostos diretamente para os fenómenos culturais. Mesmo dentro da Biologia, estes termos carecem frequentemente de uma definição exata. O botânico alemão A. Ritterbusch envidou esforços nesse sentido, relacionando Homologia com Organização (p. ex. mamífero) e Analogia com Construção (p. ex. voador). Por Convergência entende-se o aparecimento de características ou construções idênticas, em seres vivos diferentes, ou seja, não homólogos, que, no entanto, comunguem da mesma Organização, parecendo assim praticamente homólogos. Um bom exemplo desta realidade seria a suculência de várias espécies vegetais. (Ritterbusch, 1981, p. 53; Strasburger, 1978, p. 191)

Poder-se-ia dizer que o cérebro de várias pessoas representa uma autêntica homologia, pois de todas elas se espera um funcionamento cerebral semelhante, o que leva em última instância a produções culturais semelhantes. Por este prisma, todas as culturas seriam consideradas homólogas, o que não representa um avanço para a presente reflexão. O conceito histórico-cultural Convergência e Difusão refere-se a um outro plano, nomeadamente o intelectual. A complexidade das relações entre as produções culturais foi analisada de forma extensa por A. A. Goldenweiser[56].

Parece-me oportuno introduzir aqui um novo termo, o da «Variação». Tal como na definição (D 16) de Homologia, também este termo será aqui explicado pelas palavras de G. Osche.

DEFINIÇÃO D 18: VARIAÇÃO

As características de objetos achados, cujas coincidências mais ou menos extensas se baseiam em informação intelectual, proveniente de uma fonte comum[57], denominam-se variadas (Variação). Se a informação intelectual comum nas características de diversos objetos achados tiver a sua origem numa fonte intelectual comum, então a comprovação da variação em diferentes objetos achados constitui ao mesmo tempo prova do seu «parentesco» intelectual. Por conseguinte podemos concluir: As expressões variadas das características são aquelas que comungam da mesma origem histórico-cultural.

A formulação de séries tipológicas fictivas tem ignorado frequentemente a situação anteriormente mencionada, como fica patente por exemplo na série de machados da Idade do Bronze.

---

[56] Este distingue entre três tipos de convergência: a falsa, a original e a dependente; ao mesmo tempo, discute ainda a diferença entre este conceito tríplice de Convergência e os termos Paralelismo e Difusão (ver Goldenweiser, 1917).

[57] À luz do conhecimento científico atual, produzir a prova de cariz arqueológico apenas pode ser alcançado com recurso a hipóteses muito vagas e ao conhecimento da sua cronologia. A melhor forma de o atestar, seria através de fontes escritas.

E. Sangmeister fazia questão de sublinhar nas suas aulas a possibilidade de haver uma diferenciação funcional entre o *Randleistenbeil* (machado de rebordo elevado) da Idade do Bronze, o *Lappenbeil* (machado de abas) e o *Tüllenbeil* (machado de alvado), visto parecer improvável que o pequeno machado de alvado fosse utilizado para abater árvores; contudo, para provar a ocorrência de variação em relação aos machados de abas, seria necessário em primeiro lugar estabelecer uma ordem cronológica. Para além do mais, o seu encavamento é de tal forma divergente, que não se vislumbra nenhum motivo premente que aponte para uma evolução dos machados de abas para o machado de alvado (e qual seria o lugar do *Absatzbeil*, o machado com ressalto?). Em terceiro lugar, o esquema cronológico da Idade do Bronze vem contradizer essa evolução. (Ver o quadro de tipos em Monteagudo, 1977, Est. 162.)

De seguida, estas teses serão ilustradas através de uma pequena passagem pela história da investigação, começando por O. Montelius[58]. Cf. Fig. 2a.

Começamos em 1885 com Montelius:

> «*Machados de alvado:*
> *Tipo A. Grandes. Habitualmente redondos, com muitos rebordos diagonais, estreitos e bem marcados. A lembrar a tira fina usada para ligar o cabo ao machado, a partir dos quais se desenvolveram estes machados de alvado. A restante parte do machado normalmente assemelha-se à parte inferior de um Schaftbeil do Tipo F. Uma argola na parte superior. Sem decoração por punção*» (Montelius, 1885, p. 53)

Estes machados de alvado de formato comprido, tal como os seus antecessores, aparecem no Período 2 (Montelius, 1885, est. 2.), ou seja depois dos machados com ressalto de Montelius. A partir do Período 3, Montelius já só reconhece a existência de machados de alvado (Montelius, 1885, tab. 3-6).

Entretanto foram também reconhecidos os machados de abas. Esta inclusão causou alguma confusão, levando à seguinte contradição em 1924 (Fig. 2b):

> «*Para que a ponta do cabo não se desloque para trás ao ser usado, abrindo assim o cabo de madeira, é utilizado um ressalto, a partir do qual se desenvolve o machado de ressalto. Os rebordos do machado de rebordo, estreitos na origem, acabam por se converter em abas, assegurando assim uma ligação firme com o cabo;... À medida que as abas ganham espessura, forma-se um alvado, o qual era comum possuir ainda uma decoração, testemunho da sua origem no machado de abas... No entanto, deve frisar-se que neste caso se existe provavelmente um efeito de convergência, ou mesmo uma repetição, da génese do machado de alvado, pois já no Período II da Idade do Bronze existiam machados de alvado que parecem não ter a sua origem nos machados de abas*» (Götze, 1924, p. 294).

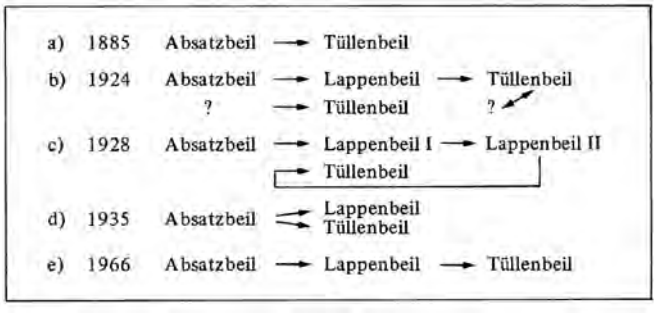


FIG. 2. História da série tipológica fictícia do machado de ressalto (Absatzbeil) até ao machado de alvado (Tüllenbeil).

[58] Contudo, esta série tipológica fictícia já havia sido estabelecida em meados do século XIX, ver por exemplo, Schreiber, 1842, p. 2-3 e Klemm, 1854, p. 99-107.

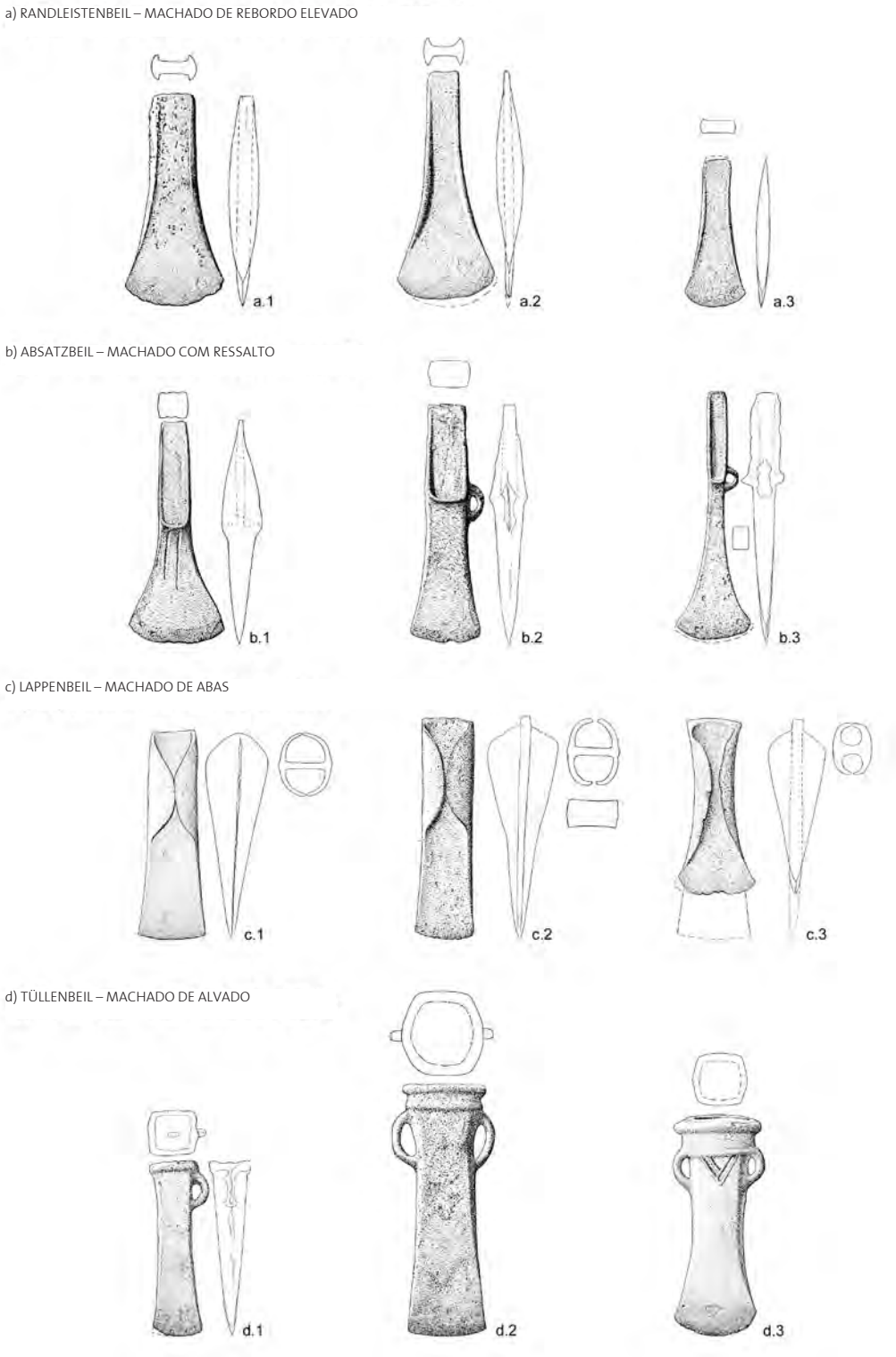


FIG. 3. Exemplos para os mencionados tipos de machados, publicados por Monteagudo (1977), aquí mencionados os números de catálogo de L. Monteagudo e o lugar do encontro e a seguir o número da estampa (e.) no seu livro: a1 796 A Olopete, Gruta I (e. 48); a2 794 Urbía, gruta inferior de Zabalaitz (e. 48); a3 793 Santa Pola (Alicante) (e. 48); b1 899 provincia de León (e. 56); b2 906 Requejo (Santander) (e. 56); b3 911 provincia de Oviedo (e. 56); c1 1782 Ripoll, Puig de San Roc (Gerona) (e. 123); c2 1781 Ripoll, Puig de San Roc (Gerona) (e. 123); c3 1779 Ripoll, Puig de San Roc (Gerona) (e. 123); d1 1688 Pontecaldelas (Pontevedra) (e. 117); d2 1702 Roriz (Barcelos, Minho) (e. 118); d3 1697 Santo Tirso (Douro Litoral) (e. 117) (cortesia da redacção da série Prähistorische Bronzefunde, Seminar für Vorgeschichte, Universität Frankfurt am Main).

Em 1928, K. H. Jacob-Friesen ordenou a sua tabela de tipos, de forma a que o machado de abas e o machado de alvado aparecessem ambos pela primeira vez no Período 3. Mas no Período 4 registam- se machados de abas com abas de rebordo a evidenciar já muito próximas umas das outras. Este facto contradiz assim o seu texto (Fig. 2c):

> «*Algumas partes do objeto possuíam numa fase inicial da evolução um valor próprio* (*p.ex. as abas dos machados de abas*), *mas este foi-se perdendo com a sua evolução, à medida que as suas características se começam a expressar melhor através de outra forma; muitas vezes, as suas formas modificadas são mantidas enquanto ornamentos em tipos mais avançados* (*p.ex. as abas ornamentais em machados de alvado*). *Na forma mais antiga, o órgão ainda funciona, na mais recente apenas se mantém o rudimento* (Jacob-Friesen, 1928, p. 168).

Em 1935, Åberg segue na íntegra a tese de Montelius e, ao contrário de Götze e Jacob-Friesen, não coloca o machado de abas entre o machado de ressalto e o machado de alvado, propondo antes uma evolução de ambos em paralelo, partindo do machado de ressalto (Fig. 2d):

> «*Ambos os grupos têm como ponto de partida o machado de ressalto do segundo Período, e o seu percurso evolutivo algo errático deve-se principalmente às diferenças existentes entre os machados de ressalto nórdicos e os húngaros*» (Åberg, 1935, p. 37-38).

J. Filip por outro lado defende em 1966 uma opinião diametralmente oposta, contrariando toda a cronologia (Fig. 2e):

> «*Desta forma, o machado de rebordo elevado desenvolveu-se pouco a pouco a partir do machado plano, dando depois lugar ao machado com ressalto e por fim, no Bronze Médio e Recente, os rebordos do machado, que inicialmente eram estreitos, crescem até se tornarem abas. ... Estas abas pouco depois crescerão até se juntarem, formando assim um alvado. ... o qual normalmente possuía um talão e uma argola circular saliente*» (Filip, 1966, p. 71).

A resposta à P 4 é a seguinte:

A relação entre a Tipologia e o Darwinismo consiste no facto de uma série tipológica real só se poder explicar com base numa pressão seletiva, em relação à eficácia dos tipos, comprovando-se em simultâneo a existência de homologias.

No entanto, através de ação consciente verifica-se uma segunda forma de seleção, que engloba uma componente teleológica. Este caso específico já não se relaciona diretamente com Darwinismo, mas sim com o Lamarckismo.

Porém, na aplicação do método tipológico, este facto nem sempre foi tido em conta. Ao contrário, a aplicação do método tipológico parece ter ocorrido por vezes num contexto vitalista[59], seguindo sensivelmente o seguinte princípio: Dentro do ser humano[60] alberga-se um desejo de fazer com que todas as coisas se desenvolvam com uma finalidade[61], como fica patente, por exemplo, nas seguintes frases: «Apesar de tudo, a evolução continua. Esse desejo de formar nunca se apaga» (Neumann, 1929, p. 74).

[59] Sobre o Vitalismo ver Wuketits, 1981, p. 53-56 e também Padberg, 1953, p. 28.

[60] Como ficou demonstrado através do exemplo dos machados da Idade do Bronze, o ser humano já foi várias vezes retirado da equação, assumindo os diversos tipos de machados a figura de seres biológicos, cujos órgãos vão sofrendo alterações ao longo do tempo.

[61] Veja-se o exemplo de Schwantes, que frisa repetidamente que um artesão, ou um operário, que produza uma forma, não dará quaisquer saltos no seu raciocínio (ver Schwante, 1952, p. 3). Mas esta visão ignora que a evolução dos tipos não depende do fabricante, mas sim de uma dupla seleção, 1) a «adaptação» consciente do tipo à sua função e 2) a procura por parte do consumidor. As alterações das características podem ter sempre duas componentes, uma individual e uma social (ver também Hill e Gunn, 1977).

O SIGNIFICADO DA TIPOLOGIA

O ARGUMENTO CIRCULAR DO MÉTODO TIPOLÓGICO

> *«Deveríamos tentar demonstrar, da forma mais sintética possível, que o método de investigação tipológico, dependendo do significado que se atribua a este conceito, ou conduz apenas a suposições, não tendo qualquer utilidade enquanto método, ou então tem de ser encarado comouma forma limitada de aplicar os métodos de estudo tradicionais da Arqueologia pré-histórica. Neste sentido, a Tipologia não constitui um novo método, nem sequer um método científico*». (Müller, 1884, p. 163)

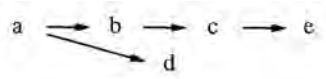
Nas citações anteriores verifica-se que é repetida várias vezes a ideia de que «a vontade humana depende de certas leis, que são válidas para a Evolução do mundo orgânico» (Åberg, 1929, p. 508.).

Esta afirmação de Åberg era um axioma da Tipologia. A mesma não foi justificada de forma mais extensa, tendo Montelius (Montelius, 1903, p. 20) oferecido uma explicação que assenta num argumento circular, que se sumariza assim:

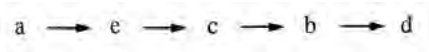
1. A mente humana desenvolve gradualmente formas, umas com base nas outras, de forma análoga à Evolução.
2. Por esse motivo encontramos séries tipológicas.
3. A sequência dos tipos dentro de uma série tipológica é justificada de forma dedutiva.
4. O resultado, que consiste na própria série tipológica, prova que a mente humana, de forma análoga à Evolução, apenas desenvolve formas gradualmente.

E assim voltamos ao Ponto 1. O principal equívoco reside no Ponto 3. A fundamentação da classificação dos tipos efetua-se de modo dedutivo, mas seria vital que ela fosse obtida por via empírica, o que quer dizer que a classificação cronológica dos tipos teria de «existir a priori»[62], por outras palavras, o método tipológico não é aplicável[63].

Um exemplo notável seria a evolução da argumentação acima mencionada sobre a tipologia dos machados da Idade do Bronze. Poderíamos proceder como na Fig. 2 e elaborar um esquema da mesma. Desde Montelius, as posições dos investigadores enquadram-se na seguinte tipologia real:



Mas caso a cronologia não fosse conhecida, poder-se-ia também construir a seguinte série tipológica fictícia, recorrendo a uma argumentação deste género[64]:



62 Ver o capítulo Investigação Comportamental e Tipologia.

63 O próprio Åberg escreveria de forma tão elegante: «O Método Tipológico, em rigor, não é nenhum método em si... O tipólogo não trabalha mais com a sua inteligência do que com o seu instinto.» (Åberg, 1929, p. 512). Na Etnologia, S. Svensson alerta para os «perigos e limitações do método de investigação tipológico», no entanto não os rejeita liminarmente, classificando-os apenas como o resultado de uma «construção de secretária» (ver Svensson, 1973, p. 44).

64 Sangmeister também se pronunciou a este respeito: «A ordem exata, ou seja, se B foi influenciado por A e por tanto dele deriva, ou A de B, ou se ambos derivam de C ou, ainda, se levam a C e podem ser ordenados dentro da cronologia em conformidade, é uma temática que depende na maioria dos casos de uma avaliação e interpretação subjetiva.» (Sangmeister, 1973, p. 388)

Na primeira Teoria (a) apenas se encontram dois elementos, o machado com ressalto e o machado de alvado. Na Teoria (e) o machado de abas encontra-se entre ambos. Levantam-se assim incongruências com os conhecimentos arqueológicos disponíveis, daí resultando a Teoria (c). Esta carece de lógica, dando portanto lugar a (b), a qual não produz uma explicação satisfatória. Desta forma chegamos finalmente à Teoria (d).

Porém, sabemos graças ao conhecimento existente sobre o desenvolvimento cronológico que os desenvolvimentos não se processaram assim.

Já em 1902, P. Reinecke demonstrara através da argumentação tipológica de A. Goetze relativa à idade da cerâmica então conhecida como «das palafitas», que as ilações não eram definitivas, concluindo desta forma:

> «*No caso de haver uma total ausência de cronologia, os princípios tipológicos nada conseguem provar, apenas a forte afinidade tipológica e estilística entre os dois grupos, a evidente independência entre um e outro seria neste âmbito um dado relevante, mas é precisamente isso que está nos falta neste caso. Para além do mais, uma Tipologia que sirva como base para o estabelecimento de uma cronologia, na ausência de qualquer indício cronológico, está condenada ao fracasso; as considerações tipológicas e as respetivas conclusões podem e devem ser inseridas primeiramente numa cronologia pré-existente*». (Reinecke, 1902, p. 227)

Contudo, Reinecke não oferece nenhuma justificação que sustente esta ideia. De resto, este axioma da Tipologia foi pouco ou nada contestado na altura. Tal poderá dever-se ao Darwinismo Social, muito em voga no início do século XX[65]. Mas a ideia de que o ser humano está condicionado por um princípio parecido com o da Evolução, no que toca à criação das suas próprias obras, não é de todo descabida, como se demonstrará no próximo capítulo.

A TIPOLOGIA ENQUANTO ÁREA DE INVESTIGAÇÃO

> «*Por conseguinte, a explicação para a afirmação ou afastamento do Método Tipológico nas diferentes ciências reside seguramente na aceitação ou rejeição da distinção e separação dos seus objetos. No sentido oposto, o termo jurídico exato é aplicado precisamente nos casos em que um ser individual pode ser identificado como uma parte demarcada de um contínuo homogéneo*» (Brelage, 1965, p. 68).

Até agora praticamente não foi referido que embora o método tipológico não seja aplicável na sua presente forma, a Tipologia, segundo a Definição D 3, pode ser considerada um elemento importante da Arqueologia. A frase de M. Brelage supracitada poderá, numa interpretação mais vaga, expressar que o método tipológico é utilizado apenas nos casos em que não existe nenhuma alternativa mais precisa à disposição. Assim sendo, o método tipológico não estaria hoje em dia à altura

[65] Uma explicação particularmente feliz do Darwinismo Social encontra-se em Nasmyth, 1916, classificando-o como uma «philosophy of force». Dentro deste conceito encontra-se uma noção de progresso que, pelo menos na Alemanha, encontrou na ideologia nacional-socialista a sua vertente mais extrema. Este teve como pressuposto uma interpretação abusiva das ideias de Spencer (Nasmyth, 1916, 14) e, sobretudo, de Darwin. No entanto, nenhum dos dois fica isento de culpas em relação à problemática das interpretações social-darwinistas. Nesse sentido, consulte-se Darwin, 1875, p. 182 e Spencer (Nasmyth, 1916, p. 8). Contudo, noutras passagens Darwin afirma querer entender tudo num sentido mais metafórico (a este respeito também Dobzhansky, 1964). Neste contexto, parece-me interessante a seguinte afirmação de E. Oeser: «Tal como é demonstrado pela História da Teoria da Evolução, a existência de uma Teoria da Transformação evolucionista não se encontra de forma alguma relacionada com uma Teoria do Progresso. Antes já Lyell alertara para o facto de os mais empenhados defensores da Teoria do Progresso serem ao mesmo tempo os maiores detratores de uma Teoria da Transformação das espécies, ...» (Oeser, 1974, VII).

do nível atual da investigação. Por esse motivo, tem-se diferenciado nestas linhas os termos «Tipologia» e «método tipológico», visto que o termo «Tipologia» pode ser visto à luz de uma definição que o coloca ao nível do padrão científico atual (Ver Definição D 3.). Em seguida será tratado em maior detalhe o alcance do termo «Tipologia», no sentido dessa última definição.

Em primeiro lugar devem-se distinguir duas áreas dentro da Tipologia, nomeadamente a Definição do Tipo e a Estudo do Desenvolvimento do Tipo. A Definição do Tipo divide-se entre várias fases de trabalho, as quais se ordenam da seguinte forma:

1. Análise de características (Uerpmann, 1976)
2. Classificação por Semelhança
3. Análise da Incidência das Classificações Determinadas
4. Definição de Tipo segundo a Análise de Incidência

A questão da Definição do Tipo será ainda discutida pormenorizadamente noutra ocasião. O presente texto debruçar-se-á exclusivamente sobre o Estudo do Desenvolvimento do Tipo.

Tal como foi várias vezes mencionado, já na própria fase da Definição do Tipo é possível chegar a diferentes categorias de tipo (Gebühr e Kampffmeyer, 1981, p. 11), de acordo com a problemática em causa, sendo sobretudo que a Interpretação do Tipo em particular depende da formulação de uma questão.

Hildebrand e Montelius fizeram a descoberta genial, ao constatarem que, pelo menos nalguns casos, é possível observar as denominadas séries tipológicas. Já foi aqui referido que existem séries tipológicas reais, mas que as séries tipológicas fictícias só com muita sorte podem ser comparáveis às reais. Foi igualmente referido que as séries tipológicas reais só podem ser reconhecidas, caso se conheça o contexto temporal[66] dos tipos que nela se observam. Na minha opinião, tal é válido pelo menos à luz da situação atual da investigação.

No entanto, parece-me plausível que a consideração de outras problemáticas pudesse levar à descoberta de outras relações entre vários tipos, ou também entre tipos e outros fatores culturais, tais como ideais ou estruturas sociais. Talvez venha até a ser possível no futuro formar/produzir uma conclusão relativa ao contexto temporal, mas não deve ser este o objetivo principal (Pape, 1978, 0.4.4). Se olharmos, por exemplo, para os recipientes em cerâmica, podemos afirmar que cada tipo de recipiente serviría para uma ou mais funções. Idealmente os tipos de funções seriam equivalentes aos tipos de formas[67], isto é, para cada tipo de forma de recipiente haveria uma função específica equivalente. Tal ocorreria quando o grupo de pessoas, no seio do qual esta cerâmica teria origem, estivesse composto de modo a que os seus membros tradicionalmente sentissem uma ligação muito forte ao uso da cerâmica. Neste caso, poder-se-iam procurar nalguns princípios da Etnologia, Sociologia e talvez até da Biologia Comportamental e Psicologia, novas ideias para o seu esclarecimento.

Os fatores culturais individuais podem ser registados enquanto variáveis num sistema de equações, contendo uma série de variáveis desconhecidas. Esta representação matemática teria duas vantagens: Primeiro seria necessário estabelecer a relação das variáveis entre si de forma clara, numa segunda fase talvez fosse possível trabalhar com estas equações através de simuladores informáticos[68].

66 Por contexto temporal entende-se neste caso o espaço de tempo em que a presença deste tipo é mais frequente.

67 Os tipos de funções eram definidos pelas populações que utilizavam os recipientes. No atual estado da investigação, os arqueólogos ainda não conseguiram esclarecer totalmente o seu nível de conhecimentos. Já os tipos de formas podem ser descobertos pelos arqueólogos através da «definição de tipo».

68 Sobre a simulação ver Hodder, 1978; Hamond, 1981; Gebühr e Kampffmeyer, 1981.

No entanto, o exemplo aqui discutido deve ser encarado apenas como uma consideração preliminar. Assim sendo, ele representa apenas uma base para futuras reflexões. De forma a obter os parâmetros corretos, é indispensável que se encete uma discussão com outras ciências, tal como já foi referido.

Neste caso concreto, teria de se estabelecer uma série tipológica a – b – c – d, para a partir dela determinar, por exemplo, os seguintes fatores enquanto variantes:

F = valor da função de um tipo

Por «valor da função» entende-se o grau de importância que a função de um tipo possui para a sociedade. Um televisor, por exemplo, possui atualmente um valor de função elevado, ao passo que para um boximane sem eletricidade, este teria provavelmente um valor de função igual a 0. A palavra função é aqui entendida no sentido mais abrangente do termo, ou seja, a função pode também ter um cariz estético.

P = possibilidade de melhoria do tipo em relação à sua função
Vu = valor de utilização do tipo

Com base nestas variáveis, obtermos a seguinte Função: Vu = F – P

Desta forma, quanto melhor desempenhar a sua função, maior será o valor de utilização de um tipo Vu, por outras palavras, a não haver grandes possibilidades de melhoria, o valor P será muito baixo, aumentando assim o de Vu.

Seria ainda possível definir outras variantes:

TV = tempo de valor;
K = coeficiente de conservadorismo.

O resultado seria: TV = Vu • K

O que se traduz para palavras da seguinte forma: O tempo durante o qual um tipo conquista um valor dentro de uma sociedade, ou seja TV, será maior consoante o valor de utilização de um tipo e conforme a sociedade seja mais conservadora. Desta forma seria possível obter o tempo de valor para os tipos a-d. O período total PT da série tipológica seria assim representado:

PT = TV a + TV b – Ts a b + TV c – TS bc + TV d – TS cd

Ts representa o período de tempo de sobreposição, necessário para que a inovação possa substituir totalmente o seu antecessor. Caso se queira formular a equação de forma a obter o valor de F, então aí já se registam grandes dificuldades. Convém ter em consideração que Ts deverá aumentar à medida que Vu a perde valor para Vu b, e que Ts também aumenta quando K tem um valor elevado.

Chegando a este ponto, já não há forma de progredir na equação, senão tentando estimar valores máximos e mínimos para os números a inserir, em vez das variantes. Através destes exemplos tornou-se claro que hoje é quase impossível resolver estas equações[69], embora através delas se tor-

[69] É provável que nunca venha a ser possível inserir números exatos nestas equações

nem mais evidentes as relações entre alguns fatores culturais. Além do mais, as equações ainda estão muito incompletas. Muitos parâmetros importantes, como é o caso da «estrutura de domínio» ainda não foram integrados na equação. Por esse motivo, é impossível para já resolver de forma convincente estas equações. Caso se acrescentem mais parâmetros ou até a alteração de função de um tipo, a complexidade das relações entre eles crescerá exponencialmente. Parece-me, pois, que assim fica de certa forma respondida a pergunta relativa à definição do tipo, que tinha sido deixada de lado.

De qualquer modo, fica demonstrado de forma muito nítida que as interpretações de natureza tipológica devem ser tratadas com uma grande dose de precaução. Ainda assim, pode-se contrapôr que Montelius chegou a resultados que ainda hoje são válidos. Tal deve-se ao facto de ele, ao contrário do que defendia, não ter orientado o seu trabalho principalmente de forma tipológica, recorrendo antes a processos de combinações estatísticas e também a observações estratigráficas.

CONCLUSÃO

O que podemos então concluir sobre a aplicação do método tipológico e onde reside a importância da Tipologia?

Como resultado desta reflexão retemos estas conclusões:

O método tipológico, enquanto método para o estabelecimento de uma cronologia, revela-se inadequado por duas ordens de razões:

Por um lado representa um círculo fechado em si mesmo, tal como foi provado através do exemplo da série tipológica dos machados da Idade do Bronze.

Os criadores do método tipológico desconheciam na altura a diferença entre informação genética e informação intelectual. Daí resultou a comparação errónea entre árvores genealógicas de seres humanos e séries tipológicas.

Uma reflexão alargada à luz da História da Ciência demonstrará assim que as raízes do método tipológico assentam em diversas áreas científicas, sendo que as correntes progressivas dentro das ciências do século XIX abraçaram sem grande reflexão crítica a crença num progresso interminável. Neste âmbito demonstrou-se o motivo pelo qual o termo «Darwinismo» terá sido adoptado da Pré- História, sem que fosse produzida nenhuma justificação. Dessa forma foi possível ignorar as incorreções do método tipológico.

Finalmente, expuseram-se os argumentos que descrevem a Tipologia enquanto a ciência do aparecimento e desenvolvimento dos tipos, podendo constituir uma parte relevante da investigação moderna na área da Evolução, em particular no que toca ao estudo da evolução cultural. O conceito central desta temática é o da «informação intelectual», cujos efeitos se podem estender desde a criação de uma obra de arte, até à destruição total através de bombas atómicas. Na Biologia já se produziu conhecimento substancial sobre a informação genética e, por extensão, sobre a evolução biológica. Ainda falta criar um sistema correspondente, com um reportório terminológico adequado, centrado na informação intelectual, para o estudo da evolução cultural. A investigação tipológica pode dar um pequeno contributo, tal como os restantes conhecimentos da Pré- e Proto-História, no entanto, o objetivo só parece alcançável se se conseguir aliar o trabalho de todas as disciplinas das ciências humanas ao das ciências naturais.

ANEXO

BIBLIOGRAFIA RELATIVA AO «QUADRO CRONOLÓGICO»

Neste anexo encontra-se a bibliografia relativa aos dados destacados, através de setas, no quadro cronológico. Os nomes dos cientistas encontram-se por ordem alfabética. Nos anos seguintes a 1859 houve um forte aumento na publicação de trabalhos sobre a evolução. Não foi possível incluí-los todos no quadro cronológico, pelo que apenas foram selecionados alguns dos mais representativos. Tal como já foi referido, este quadro cronológico não pretende ser um registo exaustivo.

Baer, Karl Emst von: 1828: v. Baer (1828, 199-231); 1834: v. Baer (1834).

Ballenstedt, Johann Georg Justus: 1818: Ballenstedt (1818, 8), ver também Schindewolf (1972, 231) e Schindewolf (1941, 156-160).

Bonnet, Charles de: 1745: ver Zimmermann (1953, 210-211); 1769: ver Zimmermann (1953, 218).

Bronn, Heinrich Georg: 1858: Bronn (1858, 80-81, 492-502).

Buch, Leopold von: 1825: v. Buch (1825, 107, 131).

Buffon, Georges Louis Leclerc Comte de: 1749: Buffon (1749, 138-139); 1755: ver Lovejoy (1968, 107); 1756: ver Lovejoy (1968, 104); 1761: ver Zimmermann (1953, 227-228); 1770: ver Lovejoy (1968, 105-106); 1778: ver Roger (1962).

Candolle, Augustin-Pyrame de: 1821: ver Zimmermann (1953, 305-310).

Darwin, Charles Robert: 1858: Darwin (1858), 1859: Darwin (1859).

Darwin, Erasmus: 1796: ver Darwin (1803, 399 e 438), também King-Hele (1977, 243-244); 1802: ver Darwin (1808, 28-32, 34, 47-48), também Bresch (1977, 15-16).

Descartes, René: 1637: ver Descartes (1969, 66-97).

Diderot, Denis: 1749: ver Crocker (1968, 116, 119-122); 1753: ver Crocker (1968, 123).

Duchesne, Antoine Nicolas: 1766: Duchesne (1766, 228—229), também Zimmermann (1953, 237).

Galton, Francis (desde 1909 Sir): 1869: Galton (1869), Gautieri, Guiseppe, 1805: Gautieri (1805, VI-VII, 1-5).

Geoffroy Saint-Hilaire, Etienne: 1818: ver Zimmermann (1959, 583); 1833: ver Zimmermann (1959, 583).

Goethe, Johann Wolfgang: 1784: ver Zimmermann (1953, 268-269), também Dobel (1972, 700-702); 1790: ver Goethe (1830, 16); 1817: ver Zimmermann (1953, 291-292); 1831: Goethe (1831, 108-110, 117, 120-122), também Zimmermann (1953, 292-293).

Haeckel, Ernst: 1866: Haeckel (1866 a, 50-60), Haeckel (1866 b, 6-17, 148-300); 1868: Haeckel (1870); 1905: Haeckel (1905).

Herder, Johann Gottfried: 1784: Herder (1784), ver também v. Stein (1784, 120); 1792: Herder (1792, 224).

Hildebrand, Hans Olof Hildebrand: 1866: Hildebrand (1866, 18).

Huxley, Thomas Henry: 1863: ver Burla (1959, 36) e Hemleben (1968, 118).

Kant, Immanuel: 1755: Kant (1755, 392); 1790: Kant (1790, 408-409).

Klemm, Gustav: 1854: Klemm (1854).

Lamarck, Jean Baptiste Antoine Pierre de Monet de: 1809: Lamarck (1809), ver especialmente Zimmermann (1953, 339-353); e Oeser (1974,47-60).

La Mettrie, Julien Offray de: 1747: ver Crocker (1968, 117); 1748: ver Crocker (1968,119).

Leibniz, Gottfried Wilhelm: 1697: ver Zimmermann (1953,186-187); Sem data: Leibniz (1966, 77-78).

Lyell, Charles: 1830: ver Haber (1968, 256).

Linnaeus, Carolus ou Carl v. Linné: 1744: Linnaeus e Rudberg (1744); 1751: Linnaeus (1751, 27).; 1760: Linnaeus e Hoppius (1760, 64-65, 66, 76); 1762: Linnaeus u. Gråberg (1762, 296, 297); 1763: ver Zimmermann (1953, 562).

Malthus, Thomas Robert: 1798: Malthus (1798).

Maupertuis, Pierre Louis Moreau de: 1745: ver Glass/Temkin/Straus (1968, 62); 1751: ver Glass/Temkin/Straus (1968, 67).

Meckel, Johann Friedrich: 1821: Meckel (1821, 63, 396 ff.).

Mendel, Gregor Johann: 1866: Mendel (1866).

Montelius, Oscar: 1874: Montelius (1874); 1900: Montelius (1900); 1903: Montelius (1903).

Moritzi, Alexandre: 1842: Moritzi (1842).

Nilsson, Sven: 1820: Nilsson (1820,IV-VIII, XIII-XV).

Oken, Lorenz: 1815: ver Zimmermann (1953, 366-373).

Owen, Richard: 1846: ver Zimmermann (1953, 452-456); 1855: ver Zimmermann (1953, 452-456).

Pallas, Peter Simon: 1766: ver Zimmermann (1953, 236-237) e Rádl (1913, 234).

Reinecke, Johann Christoph Matthias: 1818: ver Reinecke (1818, 21- 22) e Pompeckj (1927).

Robinet, Jean Baptiste: 1761: ver Zimmermann (1953, 235); 1768: ver Crocker (1968, 134).

Rousseau, Jean-Jacques: 1755: Rousseau (1755, 63, 65, 83, 85, 89); 1771: ver Goethe (1831, 111—114).

Schaaffhausen, Hermann: 1853: Schaaffhausen (1853).

Schleicher, August: 1848: Schleicher (1848); 1859: Schleicher (1874);

Schreiber, Heinrich: 1842: Schreiber (1842, 2-3).

Spencer, Herbert: 1851: Spencer (1851, 414-415, 418—419), ver também Spencer
(1899, 540); 1864: ver Harris (1969, 128).

Thomsen, Christian Jürgensen: 1819: ver Daniel (1975, 41).

Unger, Franz Joseph Andreas Nicolas: 1852: Unger (1852, 339-349).

Vedel-Simonsen, Lauritz Schebye: 1813: Vedel-Simonsen (1813, 76 nota 1).

Voigt, Friedrich Siegmund: 1817: Voigt (1817, 298, 486-488, 493, 520-528, 537), ver também Schindewolf (1941, 141-148).

Wallace, Alfred Russel: 1858: Wallace (1858).

Whewell, William: 1853: Whewell (1853).

Winckelmann, Johann Joachim: 1764: Winckelmann (1764, 9, 25).

Worsaae, Jens Jakob Asmussen: 1843: Worsaae (1843).

BIBLIOGRAFIA

Åberg, N. (1929) – Typologie; em: Ebert-Reallexikon, vol. 13, Berlin, 1929, 508-516.

Åberg, N. (1935) – Bronzezeitliche und Frühbronzezeitliche Chronologie, Teil V, Mitteleuropa, Hochbronzezeit, Stockholm 1935.

Adama van Scheltema, F. (1853) – Naturformen der Kunst (Gleichlauf der vorzeitlich ornamentalen und der natürlichen Formentwicklung), em: Studium Generale, Zeitschrift für die Einheit der Wissenschaften im Zusammenhang ihrer Begriffsbildungen und Forschungsmethoden: 1. Jahrg., 1947-18, Berlin, Göttingen, Heidelberg 1948,48-58.

Allen, G. (1885) – Charles Darwin, em: English Worthies; ed.: Arthur Lang. London 1885.

Almgren, O. (1913) – Hans Hildebrand, em: Mannus, vol. 5, 1913, 181-183.

Almgren, B. (1966) – Das Entwicklungsprinzip in der Archäologie – eine Kritik, em: Tor, vol. XI, 1965-66, 15 -38.

Arne, T. J. (1934) – Hans Hildebrand som förhistorik, em: Fornvännen, vol. 29, 1934, 317-326.

Bachofen, J. J. (1861) – Das Mutterrecht. Eine Untersuchung über die Gynaikokratie der alten Welt nach ihrer religiösen und rechtlichen Natur, Stuttgart 1861.

v. Baer, K. E. (1828) – Über Entwicklungsgeschichte der Thiere. Beobachtung und Reflexion, 1. Theil; Königsberg 1828.

v. Baer, K. E. (1834) – Das allgemeinste Gesetz der Natur in aller Entwicklung; Ein Vortrag gehalten in der physikalisch-ökonomischen Gesellschaft zu Königsberg ... im Januar 1834 (?), em: Reden, St. Petersburg 1864, 35 74.

v. Baer, K. E. (1835) – Blicke auf die Entwickelung der Wissenschaft, Vortrag in der öffentlichen Sitzung der Akademie der Wissenschaften zu St. Petersburg am 29. Dec. 1835, em: Reden, St. Petersburg 1864, 75 160.

Ballenstedt, J. G. J. (1818) – Die Urwelt oder der Beweis von dem Daseyn von mehr als einer Vorwelt. Erste Abtheilung, Archäologische Abhandlungen. (2.ª edição acrescentada e corrigida), Quedlinburg e Leipzig 1818.

Becker, P. E. (1980) – Biologische und kulturelle Evolution, em: Mitt. der Anthropologischen Ges. in Wien, Bd. 110, Horn-Wien 1980, 1-11.

Brelage, M. (1965) – Studien zur Transzendentalphilosophie, Berlin 1965.

Bresch, C. (1977) - Zwischenstufe Leben, Evolution ohne Ziel? München, Zürich 1977.

Bresch, C.; Hausmann, R. (1972) – Klassische und molekulare Genetik, Berlin, Heidelberg, New York 1972³. (1.ª edição 1964).

Bronn. H. G. (1858) – Untersuchungen über die Entwicklungs-Gesetze der organischen Welt während der Bildungs-Zeit unserer Erd-Oberfläche, Stuttgart 1858.

v. Buch, L. (1825) – Physicalische Beschreibung der Canarischen Inseln, vol. 1, Berlin 1825.

Buffon, G. L. L. Conte de (1749) – Histoire des Animaux quadrupedes, vol. 1, L'Asne, Paris 1775, 132-170 (1.ª edição 1749).

Burla, H. (1959) – Darwin und sein Werk; Neujahrsblatt, em: Vierteljahresschrift der Naturforschenden Ges. in Zürich, Jahrg. 103, Abhandl. N.º. 6, Zürich 1959.

Carneiro, R. (1973) - The Four Faces of Evolution, em: Handbook of Social and Cultural Anthropology, ed.: J. J. Honigmann, em: R. McNally, Anthropology Series, Chicago 1973, 89 110.

Childe, V. G. (1951) – Soziale Evolution (1.ª ed. Inglês 1951); aqui tradução de H. W. Saß, Frankfurt a.M. 1975.

Clodd, E, (1907) – Pioneers of Evolution. From Thales to Huxley with an Intermediate Chapter on the Causes of Arrest of the Movement, London, Paris, New York. Toronto, Melbourne 1907.

Conklin, H. C. (1962) – Lexicographical Treatment of Folk Taxonomies; Problems in Lexicography. ed.: F. W. Householder and S. Saporta, em: International Journal of American Linguistics, vol. 28, parte 2, Supplement, 1962, 119-141.

Correns, C. (1924) – Gesammelte Abhandlungen zur Vererbungswissenschaft aus periodischen Schriften 1899-1924. Berlin 1924.

Crocker, L. G. (1968) – Diderot and Eighteenth Century French Transformism, em: Glass, Temkin e Straus 1968, 114-143.

Dampier-Whetham, W. C. (1930) – A History of Science and its Relations with Philosophy and Religion, Cambridge (GB) 1930.

Daniel, G. (1975) – 150 Years of Archaeology, London 1975.

Danneil, J. F. (1835) – General-Bericht über Aufgrabungen in der Umgegend von Salzwedel, em: Neue Mitteilungen aus dem Gebiete historisch-antiquarischer Forschungen, ed.: Thüringisch-Sächsischer Verein für Erforschung des vaterländischen Alterthums, vol. 2, caderno 2, Halle e Nordhausen 1835, 544-584.

Darwin. E. (1803) – Zoonomia; or the Laws of Organic Life, vol. I, Boston, Feb. 1803 (2.ª edição Americana da 3.ª de Londres).

Darwin, E. (1808) – Erasmus Darwin, The Temple of Nature or the Origin of Society, Brunswick 1808 (1.ª edição com T. Bensley, London 1803).

Darwin, C. R. (1858) – On the Variation of organic beings in a state of nature; on the natural means of selection; on the comparison of domestic races and true species, em: C. Darwin e A. R. Wallace; Evolution by Natural Selection with a Foreword by Sir G. de Beer, Cambridge (GB) 1958, 259-264.

Darwin, C. R. (1875) – The Descent of Man and Selection in Relation to Sex. 2.ª edição, London 1875. (1.ª edição 1871).

Darwin. C. R. (1859) – On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life (1.ª edição J. Murray, London, 1859.) A versão utilizada aqui, em: The Origin of Species by C. Darwin, A Variorum Text, ed.: M. Peckham, Philadelphia 1959.

Descartes, R. (1969) – Discours de la Methode (1.ª edição 1637), Französisch-Deutsch, Von der Methode des richtigen Vernunftgebrauchs und der wissenschaftlichen Forschung; Tradutor e editor: L. Gäbe, em: Philosophische Bibliothek, vol. 261, Hamburg 1969.

Dickerson, R. (1972) – The Structure and History of an Ancient Protein, em: Scientific American, April 1972, p. 58.

Dobel, R. (1972) – Dtv Lexikon der Goethezitate, München 1972.

Dobzhansky, T. (1964) – Heredity and the Nature of Man, New York 1964.

Duchesne, M. fils (1766) – Histoire Naturelle des Fraisiers contenant Les vues d'Economie réunies a la Botanique, et suivie de Remarques Particulières sur plusieurs points qui ont rapport a l'Histoire naturelle générale, Paris 1766.

Duden (1974) – Fremdwörterbuch; Duden Vol. 5, 3, ed., Mannheim 1974.

Eggert, M. K. H (1978) – Prähistorische Archäologie und Ethnologie: Studien zur amerikanischen New Archaeology, em: Prähistorische Zeitschrift, vol. 53, Heft 1,1978, 6-164.

Engels, F. (1884) – Der Ursprung der Familie des Privateigentums und des Staats im Anschluss an L. H. Morgans Forschungen (1.ª edição 1884), Berlin 1977.

Filip, J. (1966) – Enzyclopädisches Handbuch zur Ur- und Frühgeschichte Europas, vol. 1, Prag 1966.

Ford, J. A. (1962) – A quantitative method for deriving cultural chronology; an American Union technical manual 1, Washington D.C. 1962.

Galton, F. (1869) – Hereditary Genius, an inquiry into its laws and consequences. London 1869.

Gandert, O.-F. (1950) – Typostophismus und Typologie, em: Ur- und Frühgeschichte als Historische Wissenschaft, Festschrift zum 60. Geb. von E. Wahle, ed.: H. Kirchner, Heidelberg 1950, 43-48.

Gautieri, G. (1805) – Slancio sulla genealogia della terra e sulla costruzione dinamica della organizzazione seguito da una ricerca sull' origine dei vermi abitanti le interiora degli animali; Jena in Sassonia 1805.

Gebühr, M.; Kampffmeyer, U. (1981) – Überlegungen zum Einsatz von Kleinrechnern in der Ur- und Frühgeschichtsforschung, em: Acta Praehistorica et Archaeologica, vol. 11/12, 1980/81, 3-20.

Gerhardt, K. (1976) – Der Mensch als Qualität und Quantität, em: Scheidewege, Vierteljahresschrift für skeptisches Denken, Heft 2, Jahrg. 6, Stuttgart 1976, 139-158.

Glass, B.; Temkin, O.; Straus, W. L. jr. (eds.) (1968) – Forerunners of Darwin 1745-1859. 4.ª edição., Baltimore 1968 (1.ª edição 1959).

Goethe, J. W. v. (1830) – Tag- und Jahres-Hefte als Ergänzung meiner sonstigen Bekenntnisse, von 1749 bis 1806, em: Goethes Werke, Vollständige Ausgabe letzter Hand, vol. 31, Stuttgart, Tübingen 1830.

Goethe, J. W. v. (1831) – Der Verfasser theilt die Geschichte seiner botanischen Studien mit, em: Goethes Naturwissenschaftliche Schriften, vol. 6, Zur Morphologie, I. Theil, em: Goethes Werke, im Auftrage der Großherzogin Sophie von Sachsen, II. Abt., vol. 6, Weimar 1891, 95—127, 389—393.

Goetze, B. R.; v. Thienen, V. (1981) – Archaeological Remarks on a Revised Theory of Social Evolution, em: Economic Archacology Towards an Integration of Ecological and Social Approaches, ed.: A. Sheridan and G. Bailey, BAR International Series, Bd. 96, Oxford 1981,77-86.

Götze, A. (1924) – Axt (Beil, veraltet Celt), Ebert-Reallexikon, vol. 1, 1924, 292-295.

Goldenweiser, A. A. (1917) – Das Prinzip der begrenzten Möglichkeiten in der Entwicklung der Kultur (1.ª edição. 1917 no Journal of American Folklore 26), em: Historische Völkerkunde, ed.: C. A. Schmitz, Frankfurt a.M. 1967, 293-331.

Gorodzov, V. A. (1933) – The Typological Method in Archaeology. American Anthropologist N. S., Vol. 35, 1933, 95-102.

Gräslund, B. (1976) – Relative Chronology Dating Methods in Scandinavian Archaeology (with comments), em: Norwegian Archaeological Review, Vol. 9, No. 2,1976, 69-126.

Haber, F. (1968) – Fossils and the ldea of a Process of Time in Natural History, em: Glass, Temkin e Straus 1968, 222-261.

Haeckel, E. (1866a) – Allgemeine Anatomie der Organismen, Kritische Grundzüge der mechanischen Wissenschaft von den entwickelten Formen der Organismen, begründet durch die Descendenz-Theorie, em: Generelle Morphologie der Organismen, vol. 1, Berlin 1866.

Haeckel, E. (1866b) – Allgemeine Entwicklungsgeschichte der Organismen, Kritische Grundzüge der mechanischen Wissenschaft von den entstehenden Formen der Organismen, begründet durch die Descendenz-Theorie, em: Generelle Morphologie der Organismen, vol. 2, Berlin 1866.

Haeckel, E. (1870) – Natürliche Schöpfungsgeschichte. Gemeinverständliche wissenschaftliche Vorträge über die Entwicklungslehre im Allgemeinen und diejenige von Darwin, Goethe und Lamarck im Besonderen, über die Anwendung derselben auf den Ursprung des Menschen und andere damit zusammenhängende Grundfragen der Naturwissenschaft. (1.ª edição 1868), 2.ª edição, Berlin 1870.

Haeckel, E. (1905) – Der Kampf um den Entwicklungsgedanken. Drei Vorträge, gehalten am 14., 16. und 19. April 1905 im Saale der Sing-Akademie zu Berlin. Berlin 1905.

Hamond, F. (1981) – The colonisation of Europe: The analysis of Settlement process, em: Pattern of the past, Studies in honour of David Clarke, ed.: I. Hodder, G. Isaac, N. Hammond, Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney 1981, 211-248.

Harris, M. (1969) – The Rise of Anthropological Theory, London - Henley 1969. (reimpressão 1979).

Hassenstein, B. (1958) – Prinzipien der Vergleichenden Anatomie bei Geoffroy Saint-Hilaire, Cuvier und Goethe, em: Goethe et l'Esprit Français, Actes du Colloque International de Strasbourg, 23-27 Avril 1957, em: Publications de la Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg, Fasc. 137, Paris 1958, 153-168.

Hassenstein, B. (1980) – Instinkt, Lernen, Spielen, Einsicht; Einführung in die Verhaltensbiologie; München 1980.

Hemleben, J. (1968) – Charles Darwin in Selbstzeugnissen u. Bilddokumenten (34.-37. Tausend), em: Rowohlts Monographien (rm 137), ed.: K. Kusenberg, Reinbek bei Hamburg 1980.

Herder, J. G. (1784) – Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit (1.ª edição 1784), em: Herders Werke, vol. 9, ed.: H. Düntzer, Berlin 1879.

Herder, J. G. (1792) – Tithon und Aurora (aus den zerstreuten Blättern, Th. IV, 1792), em: Propyläen der Geschichte der Menschheit, em: J.G. Herder's sämtliche Werke, Zur Philosophie und Geschichte, Teil 2, ed. J. v. Müller, Tübingen 1805, 209 238.

Hildebrand, H. O. H. (1866) – Svenska folket under hednatiden, Stockholm 1866.

Hildebrand, H. O. H. (1873) – Das heidnische Zeitalter in Schweden (tradução de J. Mestorf), Hamburg 1873.

Hildebrand, H. O. H. (1880) – Studier i jämförande fornforskning, 1. Bidrag till spännets historia, em: Antiqvarisk Tidskrift för Sverige, vol. 4, Stockholm 1872-1880, 15- 263.

Hildebrand, B. (1937) — C. J. Thomsen och hans lärda förbindelser i Sverige 1816-1837, Bidrag till den nordiska Forn- och Hävdaforskningens Historia, vol. 1 Tiden till 1826, em: Kungl. Vitterhets Historie och Antikvitets Akademiens Handlingar; Teil 44:1, Stockholm 1937.

Hill, J. N; Evans, R. K. (1972) – A model for Classification and Typology, em: Models in Archaeology, ed.: D. L. Clarke, London 1972, 231-273.

Hill; J. Gunn; J. (1977) – Introducing the Individual in Prehistory, em: The Individual in Prehistory, Studies of Variability in Style in Prehistoric Technologies, ed. J. N. Hill, J. Gunn, em: Studies in Archaeology, New York, San Francisco, London 1977, 1-12.

Hodder, I. (1978) – Simulation studies in archaeology, ed.: I. Hodder, Cambridge, London, New York, Melbourne 1978.

Jacob-Friesen, K. H. (1928) – Grundfragen der Urgeschichtsforschung, Stand und Kritik der Forschung über Rassen, Völker und Kulturen in urgeschichtlicher Zeit, em: Veröffentl. der Urgeschichtlichen Abt. des Provinzial-Museums, Hannover 1928.

Jahn, M. (1949) – Die ältesten Wirtschaftsstufen des Menschen, em: Jahresschrift für Mitteldeutsche Vorgeschichte, vol. 33, Halle/Saale, 1949, 86-97.

Kant, I. (1755) – Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels, oder Versuch von der Verfassung und dem mechanischen Ursprünge des ganzen Weltgebäudes nach Newtonischen Grundsätzen abgehandelt. (1.ª edição 1755), em: Vorkritische Schriften bis 1768, vol. 1, ed.: W. Weischedel, Werkausgabe vol. 1, Frankfurt a.M. 1977, 219-400.

Kant, I. (1790) – Kritk der Urteilskraft (1.ª edição 1790), ed.: G. Lehmann, Stuttgart 1976.

King-Hele, D. (1977) – Doctor of Revolution, The Life and Genius of Erasmus Darwin. London 1975.

Kirchner, H. (1969) – Zur Geschichte und Theorie der Typologie-Kritik in der Urgeschichtsforschung, em: Entwicklung und Fortschritt, Soziologische und ethnologische Aspekte des soziokulturellen Wandels; Festschrift für Wilhelm Emil Mühlmann zum 65. Geb., ed.: H. Reimann e E. W. Siebeck, Tübingen 1969, 3-11.

Klemm, G. (1854) – Werkzeuge und Waffen, em; G. Klemm, Allgemeine Culturwissenschaft, Die materiellen Grundlagen menschlicher Cultur, vol. 1, Leipzig 1854.

Kluckhohn, C. (1960) – The Use of Typology in Anthropological Theory, em: Men and Cultures, Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Philadelphia, September 1 -9, 1956, ed.: A. F. C. Wallace, Philadelphia, 1960,134-140.

Koch, H. W. (1973) – Der Sozialdarwinismus, seine Genese und sein Einfluß auf das imperialistische Denken, München 1973.

Koenig, O. (1970) – Kultur und Verhaltensforschung. Einführung in die

Kulturethologie mit einem Vorwort von K. Lorenz. München 1970.

Kohlbrugge; J. H. F. (1914) – J. B. de Lamarck und der Einfluß seiner Descendenztheorie von 1809-1859, em: Zeitschrift für Morphologie und Anthropologie, vol. 18 (Festschrift für Gustav Schwalbe, 70. Geb.), Stuttgart 1914, 191-206.

Kohlbrugge, J. H. F. (1915) – War Darwin ein originelles Genie? em: Biologisches Centralblatt, vol. 35, Leipzig 1915, 93-111.

Kretschmer, W. (1972) – Konstitution und Rasse, em: Biologische Anthropologie, 2. Teil, em: Neue Anthropologie, vol. 2, ed.: H.-G. Gadamer e P. Vogler, Stuttgart 1972, 258-291.

Krieger, A. (1960) – Archaeological Typology in Theory and Practice, em: Men and Cultures, Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, Philadelphia, September 1-9, 1956, ed.: A. F.C. Wallace, Philadelphia 1960, 141-151.

Lamarck, J. B. P. A. M. (1809) – Philosophie zoologique, Paris 1809.

Leibniz, G. W. (1966) – Haupfschriften zur Grundlegung der Philosophie, vol. II, 3.ª edição, ed.: E. Cassirer, Hamburg 1966.

Lévi-Strauss, C. (1953) – Social Structure, em: Anthropology Today, An Encyclopedic Inventory, ed.: A. L. Kroeber, Chicago, London 1953, 524-553 (7.ª edição).

Linnaeus, C. (1751) – Philosophia Botanica in qua explicantur fundamenta botanica cum definitionibus partium, exemplis terminorum, observationibus variorum, adjectis figuris aeneis, Stockholm 1751.

Linnaeus, C.; Gråberg, J. M. (1762) – Fundamentum Fructificationis, quod sub praesidio D.D. Car. Linnaei proposuit . . . Upsaliae 1762, Octobr. 16 in: C. Linnaeus, Amoenitates Academicae seu dissertationes variae Physicae, Medicae, Botanicae antehac seorsim editae, nunc collectae et auctae cum tabulis aeneis, vol. 6, N.º CXVI, Holmiae 1763, 279-304.

Linnaeus. C.; Hoppius, C. (1760) – Anthropomorpha, quae, praeside D.D. Car. Linnaeo, proposuit ... Upsaliae 1760, Septemb. 6, em: C. Linnaeus, Amoenitates Academicae sus dissertationes variae Physicae Medicae, Botanicae antehac seorsim editae, nunc collectae et auctae cum tabuiis aeneis. Vol. 6, N.º CV, Holmiae 1763, 63-76.

Linnaeus, C.; Rudberg, D. R. (1744) – Peloria, praeside Dn. D. Carolo Linnaeo,... Upsaliae 1744, Decembr. 19, em: C. Linnaeius, Amoenitates Academicae seu Dissertationes Variae Physicae, Medicae, Botanicae antehac seorsim editae . . . Holmiae et Lipsiae 1749, 55-73.

Lorenz, K. (1941) – Kants Lehre vom Apriorischen im Lichte gegenwärtiger Biologie, em: K. Lorenz; Das Wirkungsgefüge der Natur und das Schicksal des Menschen, ed.: I. Eibl-Eibesfeldt, München, Zürich 1978, 82-109.

Lotze, R. H. (1858) – Mikrokosmus, Ideen zur Naturgeschichte u. Geschichte der Menschheit, vol. 2, Leipzig 1858.

Lovejoy, A. (1968) – Buffon and the Problem of Species, in: Forerunners of Darwin: 1745-1859, em: Glass, Temkin e Straus 1968, 84-113.

Lüning, J. (1972) – Crítica de Katharina Mauser-Goller, Die relative Chronologie des Neolithikums in Südwestdeutschland und der Schweiz, Germania 50, 1972, 275-277.

Malmer, M. P. (1962) – Jungneolithische Studien. Bonn und CWK Gleerup, Lund/Schweden, 1962.

Malthus, T. R. (1798) – An Essay on the Principle of Population, as it affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and other Writers, London, 1798. Aquí edição utilizada: Das Bevölkerungsgesetz, ed. e tradução por C. M. Barth, München 1977.

Mayr, E. (1967) – Artbegriff und Evolution (tradução: G. Heberer, túlulo original: Animal Species and Evolution, Cambridge Mass. 1963), Hamburg e Berlin, 1967.

Meckel, J. (1821) – System der vergleichenden Anatomie, 1. Teil, Allgemeine Anatomie, Halle 1821.

Mendel, G. (1866) – Versuche über Pflanzenhybriden (1.ª edição 1866), em: Ostwald's Klassiker der exakten Wissenschaften N.º. 121, ed.: E. von Tschermak, 2.ª edição, Leipzig 1911.

Monteagudo, L. (1977) – Die Beile der iberischen Halbinsel, Prähistorische Bronzefunde, Abt. IX, vol. 6, München 1977.

Montelius, O. (1874) – Les différents types des haches en silex Suedoise. Matériaux pour servil a l'étude de la division de l'âge de la pierre scandinave, em: Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Compte Rendu de la 7e Session, Stockholm 1874, vol. 1, Stockholm 1876, 238-251.

Montelius, O. (1885) – Om Tidsbestämning inom Bronsaldern med särskildt afseende på Skandinavien, em: Kongl. Vitterhets Historie och Antiqvitets-Akademiens Handlingar, vol. 30, N.F. 10, Stockholm 1885.

Montelius, O. (1900) – Typologien eller utvecklingsläran tillämpad på det menskliga arbetet. Svenska Fornminnesföreningens Tidskrift, vol. 10, Stockholm 1900, 237-268.

Montelius, O. (1903) – Die älteren Kulturperioden im Orient und in Europa, 1. Die Methode, Stockholm 1903.

Morgan, L. H. (1877) – Die Urgesellschaft, «Ancient Society», Untersuchungen über den Fortschritt der Menschheit aus der Wildheit durch die Barbarei zur Zivilisation (reimpressão da edição Stuttgart 1908), em: Kulturanthropologische Studien zur Geschichte, ed.: B. Benzing, P. Heiligenthal, J. Höltz, Lollar/Lahn 1976. (1.ª edição 1877).

Moritzi, A. (1842) – Réflexions sur l'espèce en Histoire naturelle, Soleure 1842 (aqui edição utilizada com prefácio de H. Potome, Berlin 1910).

Mühlmann, W. (1938) – Methodik der Völkerkunde, Stuttgart 1938.

Müller, S. (1884) – Mindre Bidrag til den Forhistoriske Archaeologis Methode, em: Aarbøger for Nordisk Oldkyndighed og Historie, Kjöbenhavn 1884, 161-216.

Narr, K. J. (1978) – Typologie und Seriation, em: Bonner Jahrb., vol. 178, 1978, 21-30.

Nasmyth, G. (1916) – Social Progress and the Darwinian Theory, A Study of Force as a Factor in Human Relations (com um prefácio de N. Angell), New York e London 1916.

Neumann, G. (1929) – Die Entwicklung der Aunjetitzer Keramik in Mitteldeutschland, Prähistorische Zeitschrift, vol. 20, Berlin 1929, 70-144.

Nilsson, S. (1820) – Skandinavisk Fauna, en Handbok för Jagare och Zoologer, primeira parte, Lund 1820.

Nilsson, S. (1838) – Skandinaviska Nordens Urinvånare, ett försök i comparativa Ethnographien, caderno 1, Christianstad 1838.

Nilsson, S. (1868) – Das Steinalter oder die Ureinwohner des Skandinavischen Nordens. Ein Versuch in der comparativen Ethnographie und ein Beitrag zur Entwicklungsgeschichte des Menschengeschlechts (tradução de J. Mestorf do manuscrito original para a 3.ª edição), Hamburg 1868.

Oeser. E. (1974) – System Klassifikation Evolution, Historische Analyse und Rekonstruktion der wissenschaftstheoretischen Grundlagen der Biologie. Wien, Stuttgart 1974.

Osche. G. (1972) – Evolution, Grundlagen - Erkenntnisse - Entwicklung der Abstammungslehre; 10.ª edição, Freiburg 1979. (1.ª edição 1972).

Osche, G. (1976) – Evolution, em: Biologie, Ein Lehrbuch für Studenten der Biologie, ed.: G. Czihak, H. Langer, H. Ziegler, Berlin, Heidelberg 1976, 761-821.

Osche, G. (1979) – Kulturelle Evolution: biologische Wurzeln, Vergleich ihrer Mechanismen mit denen des biologischen Evolutionsgeschehens, em: Freiburger Vorlesungen zur Biologie des Menschen, Heidelberg 1979, 33-50.

Padberg, W. (1953) – Evolutionsgeschehen und typologische Methode, em: Jahresschrift für Mitteldeutsche Vorgeschichte, vol. 37, Halle/Saale 1953, 19-48.

Pape, W. (1978) – Bemerkungen zur relativen Chronologie des Endneolithikums am Beispiel Südwestdeutschlands und der Schweiz, em: Tübinger Monographien zur Urgeschichte, vol. 3, Tübingen 1978.

Peters, D. S.; Gutmann, W. F (1972) – Die Geschichte der Evolution, em: Grzimeks Tierleben, Enzyklopädie des Tierreichs, Zürich 1972, 25-31.

Pinkerton, J. (1785) – (Pseudónimo: Robert Heron), Letters of Literature, London 1785.

Pompeckj, J. F. (1927) – J. C. M. Reinecke, ein deutscher Vorkämpfer der Deszendenzlehre aus dem Anfange des neunzehnten Jahrhunderts, em: Palaeontologische Zeitschrift, vol. 8, Berlin 1927, 39-42.

Rádl, E. (1913) – Geschichte der Biologischen Theorien in der Neuzeit, 1. Teil (2.ª edição), Leipzig und Berlin 1913.

Reinecke, P. (1902) – Neolithische Streitfragen, Ein Beitrag zur Methodik der Prähistorie, em: Zeitschrift für Ethnologie, 34. Jahrgang, 1902, 223- 272.

Reinecke, J. C. M. (1972) – Des Urmeeres Nautili und Argonautae aus dem Gebiet von Coburg und Umgebung, tradução de A. Heubeck, ed.: F. Heller und A. Zeiß, em: Erlanger Geologische Abhandl. Heft 90, Erlangen 1972 (1.ª edição em latim 1818).

Remane, A. (1972) – Die Bedeutung der Evolutionslehre für die allgemeine Anthropologie, em: Biologische Anthropologie, 1.ª parte, em: Neue Anthropologie, vol. 1, ed.: H.-G. Gadamer e P. Vogler, Stuttgart 1972, 293-325.

Riedl, R. (1980) – Evolution der Erkenntnis, Berlin und Hamburg 1980.

Ritterbusch, A. (1981) – Komparative Aussagemuster in Bezug zu komplementären und enkaptischen Modellen der Morphologie; em: Acta Biotheoretica, vol. 30, Den Haag 1981,49-66.

Roger, J. (1962) – Les Epoques de la nature, in: Memoires du Museum National d'Histoire Naturelle, Serie C, Sciences de la Terre, Tome X, Paris 1962.

Rousseau, J. J. (1755) – Über den Ursprung der Ungleichheit unter den Menschen. (Discours sur 1'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes, Amsterdam 1755), em: J. J. Rousseau, Schriften zur Kulturkritik, ed.: K. Weigand (2.ª edição), em: Philosophische Bibliothek vol. 243, Hamburg 1971.

Sangmeister, E. (1967) – Methoden der Urgeschichtswissenschaft, em: Saeculum 18,1967, 199-244.

Sangmeister, E. (1973) – Zur relativen Chronologie des Neolithikums in Südwestdeutschland und der Schweiz, Germania 51, 1973, 387-403.

Schaaffhausen, H. (1853) – Ueber Beständigkeit und Umwandlung der Arten (aus den Verhandlungen des naturhist. Vereins der pr. Rheinlande u. Westfalens X, Bonn 1853, S. 420); aqui utili. H. Schaaffhausen, Anthropologische Studien, Bonn 1885, 134-164.

Schindewolf, O. H. (1941) – Einige vergessene deutsche Vertreter des Abstammungsgedankens aus dem Anfange des 19. Jahrhunderts, em: Palaeontologische Zeitschrift, vol. 22, N.º 3/4. Berlin 1941, 139-168.

Schindewolf, O. H. (1972) – Phylogenie und Anthropologie aus paläontologischer Sicht, em: Biologische Anthropologie, primeira parte, em: Neue Anthropologie, ed.: H.-G. Gadamer e P. Vogler, vol. 1, Stuttgart 1972, 230-292.

Schleicher,. A. (1848) – Zur vergleichenden Sprachengeschichte, Bonn 1848.

Schleicher, A. (1863) – Die Darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft, Weimar 1863.

Schleicher, A. (1874) – Die deutsche Sprache, 3.ª edição, Stuttgart 1874. (1.ª edição 1859).

Schreiber, H. (1842) – Die ehernen Streitkeile zumal in Deutschland, Eine historisch-archäologische Monographie; Einladung zur Feier des hohen Geburtsfestes seiner königlichen Hoheit des durchlauchtigsten Grossherzogs Leopold im Namen der Albert-Ludwigs-Universität zu Freiburg im Breisgau von dem derzeitigen Prorector derselben, Freiburg 1842.

Schrödinger, E. (1946) – Was ist Leben? Die lebende Zelle mit den Augen des Physikers betrachtet. (1.ª edição alemã), Bern 1946.

Schwantes, G. (1952) – Vom Wesen der Typologie, em: Offa, vol. 10, Neumünster 1952, 1-9.

Seger, H. (1930) – Die Anfänge des Dreiperioden-Systems, em: Schumacher-Festschrift zum 70. Geb. Karl Schumachers, 14. Okt. 1930, Mainz 1930, 3-7.

Shannon, C. E; Weaver, W. (1959) – The Mathematical Theory of Communication, 8.ª edição, Urbana 1959. (1.ª edição 1949).

Spencer, H. (1851) – Social Statics: or the Conditions Essential to Human Happiness Specified, and the First of Them Developed, ed.: J. Chapman, London, 1851. Aqui utilizada reimpressão do edotorial Gregg International Publisher's Ltd., Farnborough 1970.

Spencer, H. (1857) – Progress: Its Law and Cause (em; Westminster Review, April 1857), edição utilizada aqui: H. Spencer, Essays: Scientific, Political, and Speculative, vol. 1, London e Edinburgh 1868, 1-60.

Spencer, H. (1899) – The filiation of Ideas (March 1899), em: D. Duncan, The Life and Letters of Herbert Spencer, London 1908, 533-576.

Sprockhoff , E. (1952) – Methodisches, em: Festschrift des RGZM zur Feier seines hundertjährigen Bestehens 1952, vol. II, Mainz 1952. 86-108.

v. Stein, C. (1784) – Brief vom 1. Mai 1784 an Knebel, em: Zur deutschen Literatur und Geschichte, Ungedruckte Briefe aus Knebels Nachlaß, ed.: H. Düntzer, vol. 1, Nürnberg 1858, 119-121.

Steward, J. H. (1956) – Cultural Evolution, em: Scientific American, vol. 194, N.º 5, Maio 1956, 69-80.

Strahm, C. (1981) – Die Bedeutung der Begriffe Kupferzeit und Bronzezeit, em: Slovenska Archeologia, vol. 29-1, Bratislava 1981, 191-202.

Strasburger, E. (1978) – Lehrbuch der Botanik, 31.ª edição, Stuttgart, New York 1978.

Sturtevant, W. (1964) – Studies in Ethnoscience, em: Transcultural Studies in Cognition, ed.: A. K. Romney, R. G. D'Andrade, Report of a Conference sponsored by Social Science Research Council Committee on Intellective Process Research, em: American Anthropologist, Special Publication, vol. 66, N.º. 3, Part 2, June 1964, 99-131.

Svensson, S. (1973) – Einführung in die Europäische Ethnologie (1.ª edição 1966 com o título: «Introduction till Folklivsforskningen»). Tradução de O. Holzapfel, Meisenheim am Glan 1973.

Teilhard de Chardin, P. (1955) – Le Phénomène Humain, Paris 1955.

Theimer. W. (1950) – Der Marxismus (1.ª edição 1950), aqui utilizada a 7.ª edição corrigida e acrescentada, München 1976.

Thomsen, C. J. (1837) – Leitfaden zur Nordischen Alterthumskunde, ed.: königliche Ges. für Nordische Alterthumskunde; Im Sekretariat der Ges., Hamburg, St. Petersburg1837.

Tschermak, E. (1900) – Ueber künstliche Kreuzung bei Pisum sativum, em: Zeitschr. für das Landwirtschaftliche Versuchswesen in Österreich. Wien, Pest, Leipzig 1900, 465-555.

Uerpmann, M. (1976) – Zur Technologie und Typologie neohthischer Feuersteingeräte. Die Silices aus Yverdon im Vergleich zu denen anderer Fundorte em: Tübinger Monographien zur Urgeschichte, vol. 2, Tübingen 1976.

Unger, F. J. A. N. (1852) – Versuch einer Geschichte der Pflanzenwelt, Wien 1852.

v. Uslar, R. (1955) – Über den Nutzen spekulativer Betrachtung vorgeschichtlicher Funde, em: Festschrift f. Ernst Sprockhoff zum 60. Geb., Jahrbuch des RGZM 2. Jahrgang, Mainz 1955, 1-20.

Vedel-Simonsen, L.S. (1813) – Udsigt over Natjonalhistoriens aeldste og maerkeligste Perioder, Förste Deels andet Haefte (vol. 1, caderno 2) Kjöbenhavn 1813.

Verworn, M. (1910) – Die Entwicklung des menschlichen Geistes, Jena 1910.

Voigt. F. (1817) – Grundzüge einer Naturgeschichte als Geschichte der Entstehung und weiteren Ausbildung der Naturkörper, Frankfurt a. M. 1817.

Vollmer, G. (1975) – Evolutionäre Erkenntnistheorie, Angeborene Erkenntnisstrukturen im Kontext von Biologie, Psychologie, Linguistik, Philosophie und Wissenschaftstheorie, Stuttgart 1975.

Vossen, R. (1970) – Klassifikationsprobleme und Klassifikationssysteme in der Amerikanischen Archäologie, em: Acta Praehistorica et Archaeologica, vol. 1, Berlin 1970, 29-79.

de Vries, H. (1900a) – Das Spaltungsgesetz der Bastarde, em: Ber. der deutschen Botanischen Ges., vol. 18, Berlin 1900, 83-90.

de Vries, H. (1900b) – Über erbungleiche Kreuzungen, em: Ber. der deutschen Botanischen Ges., vol. 18, Berlin 1900, 435-443.

Wagner, A. (1908) – Geschichte des Lamarckismus, Als Einführung in die Psycho-Biologische Bewegung der Gegenwart, Stuttgart 1908.

Wallace, A. R. (1858) – On the Tendency of Varieties of Depart Indefinitely from the Original Type, em: C. Darwin and A. R. Wallace, Evolution by Natural Selection with a foreword by Sir G. de Beer; Cambridge (GB) 1958, 268-279.

Weismann, A. (1886) – Zur Frage nach der Vererbung erworbener Eigenschaften, em: Biologisches Centralblatt, vol. 6, N.º. 2, Erlangen 1886, 33-48.

Weismann, A. (1904) – Vorträge über Deszendenztheorie gehalten an der Universität zu Freiburg im Breisgau, vol. 2, 2.ª edição corrigida, Jena 1904.

Wendt, H. (1972) – Einführung in die Paläontologie em: Grzimeks Tierleben, Enzyklopädie des Tierreichs, Zürich 1972, 45-65.

Whewell, W. (1853) – Of the Plurality of Worlds: An Essay, West Strand 1853.

Winckelmann, J. J. (1764) – Geschichte der Kunst des Altertums (1.ª edição Dresden 1764). Edição aqui utilizada: Wien 1934.

Worsaae, J. J. A. (1843) – Danmarks Oldtid oplyst ved Oldsager og Gravhøye, Copenhagen 1843.

Wuketits, F. M. (1981) – Biologie und Kausalität, biologische Ansätze zur Kausalität, Determination und Freiheit, Berlin e Hamburg 1981.

Zepernick, B. (1968) -Verhalten sich Sprachen wie Tierarten? em: Sitzungsberichte der Ges. Naturforschender Freunde zu Berlin, Berlin, N.F. 8, caderno 1-2, 1968,157-160.

Zimmermann, W. (1953) – Evolution, Die Geschichte ihrer Probleme und Erkenntnisse, em: Orbis Academicus, Problemgeschichte der Wissenschaft in Dokumenten und Darstellungen, ed.: F. Wagner e R. Brodführer, naturwissenschaftl. Abt., ed.: F. Geßner. 2.ª edição, Freiburg/München 1953.

PERSCRUTANDO ESPÓLIOS ANTIGOS: O ESPÓLIO ANTROPOLÓGICO DO *THOLOS* DE AGUALVA

RUI BOAVENTURA[1,2]
ANA MARIA SILVA[1,3,4]
MARIA TERESA FERREIRA[4]

RESUMO

O espólio ósseo humano proveniente do *tholos* de Agualva é re-analisado à luz de novos dados e métodos. Presentemente, esta colecção é constituída por aproximadamente 600 peças osteológicas muito fragmentadas e incompletas que correspondem a um mínimo de 12 indivíduos, 8 adultos (incluindo dois do sexo feminino e três do masculino) e 4 não adultos. Entre os adultos incluem-se dois indivíduos que faleceram com mais de 30 anos. A criança mais nova detectada nesta amostra teria entre 5 e 10 anos na época da morte, para além de mais duas que faleceram entre os 10 e 14 anos. Os restos odontológicos foram particularmente informativos sobre patologias e lesões: estes indivíduos possuíam um desgaste dentário médio (x=3,77; n=20), com 14,6% (7/48) dos dentes perdidos em vida e 30%, com lesões cariogénicas (6/20). Estes valores são mais elevados que os usualmente documentados para séries coevas, mas podem estar um pouco enviesados face ao reduzido tamanho da amostra. Sinais de patologia degenerativa, infecciosa e circulatória constituem as restantes evidências das moléstias de que estes indivíduos padeceram. Em suma, o presente contributo é mais um testemunho que o estudo de colecções ósseas antigas constitui uma fonte insubstituível sobre as populações do passado.

ABSTRACT

the human bones from the Agualva *tholos* are re-examined in the light of new data and methods. The collection consists of about 600 very fragmented and incomplete bones that add up to a minimum number of 12 individuals, 8 adults (including two female and three male) and 4 non adults. Among adults, two individuals over 30 years were identified. The youngest child in this sample would be between 5 and 10 years old at the time of death and two more died between the ages of 10 and 14 years. The dental remains

1 UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
boaventura.rui@gmail.com
amgsilva@antrop.uc.pt
2 FCT.
3 Laboratório de Antropologia Forense, Centro de Ecologia Funcional – Departamento Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.
mtsferreira@yahoo.com
4 Laboratório da Préhistória, CIAS – Departamento Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.

yielded particularly interesting information regarding diseases and injuries: these individuals showed a medium tooth wear (x = 3.77, n = 20) and 14.6% (7/48) of ante mortem tooth lost. 30% of the analysed teeth presented cariogenic lesions (6/20). These values are higher than those usually documented for coeval series, but may be a little biased due to the small size of the sample. Signs of degenerative, infectious and circulatory pathologies constitute the remaining evidence of diseases suffered by these individuals.

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se num projecto mais amplo que os signatários têm vindo a realizar nos últimos anos para contextos funerários do 4.º e 3.º milénios na Península de Lisboa. Merecem destaque os estudos realizados para as antas de Lisboa (Boaventura, 2009; Fig. 1) e para a Estremadura litoral (Silva, 2002), teses de doutoramento em que o estudo de colecções antigas se revelou essencial. Esta abordagem inclui ainda a revisão de diversas colecções antigas (Boaventura *et al.*, 2013;2014; Silva e Ferreira, 2007; 2008a,b; Silva *et al.* 2006; 2008; 2012; 2014, entre outros).

O estudo de necrópoles na Estremadura apresenta vantagens e desvantagens. Por um lado, os solos calcários permitem uma boa preservação do material osteológico, circunstância que não ocorre noutras regiões do território português, nomeadamente nos solos graníticos do Alentejo. Porém, a maior parte dos trabalhos arqueológicos ocorreram há muitas décadas, com nenhum ou insuficiente levantamento estratigráfico e antropológico não sendo possível conceber um projecto de novas escavações conduzidas com metodologia rigorosa, pois aqueles contextos foram, na sua maioria, escavados integralmente.

Os *tholoi* correspondem a uma tipologia de sepulcro de difícil visibilidade. Na Estremadura muitos destes monumentos encontram-se total ou parcialmente destruídos como é o caso de Cabeço da Arruda (CNS 1748, Torres Vedras), Serra das Mutelas (CNS 1626 Torres Vedras), Samarra (CNS 3773, Sintra), Pedreira do Campo (CNS- 6116, Amadora) e o, agora revisitado, o *tholos* da Agualva.

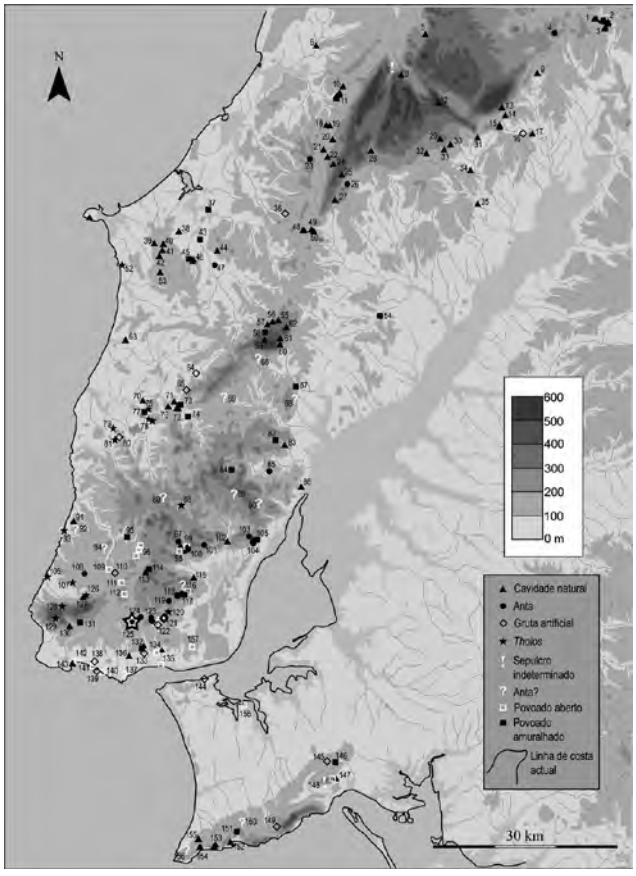


FIG. 1. Situação do *tholos* de Agualva (indicado pelo n.º 125) no contexto de Megalitismo da Estremadura portuguesa (adaptado de Boaventura, 2009, p. 34, Fig. 2).

PERSCRUTANDO O *THOLOS* DE AGUALVA: BREVES CONSIDERAÇÕES

O *tholos* de Agualva, hoje destruído, encontrava-se situado no distrito de Lisboa, concelho de Sintra, freguesia de Agualva/Mira Sintra, e está referenciado com o CNS 654, apresentando as coordenadas geográficas WGS84 38.7714396853, 9.29859705078 (Fig. 2).

O monumento foi identificado em 1951 e publicado em 1953 por Octávio da Veiga Ferreira. A sua identificação em fase de obras (abertura de canalizações) pode explicar

FIG. 2. Posição do *tholos* de Agualva na folha n.º 416 da Carta Militar de Portugal (esc. 1: 25000). Coordenadas de acordo com a base de dados *Endovélico* (DGPC, CNS 654).

FIG. 3. Foto do local da rua onde está soterrado o *tholos* de Agualva (*Aqua Alba* n.º 14 de Junho de 1984).

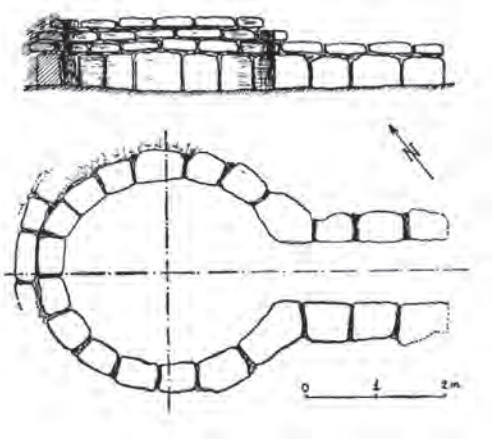


FIG. 4. Planta e alçado do *tholos de Agualva* (adaptado de Ferreira, 1953, p. 147, Fig. 1).

a escassez de informação de campo. O artigo publicado não apresenta uma única foto (Fig. 3, integrando apenas uma planta esquemática que foi depois reproduzida por Vera Leisner, 1965; Fig. 4).

Em termos arquitectónicos refere-se que «a câmara ou cripta é um recinto elíptico tendo de eixo maior 3 m e de menor 2,5 m. A galeria tinha, no estado em que se encontrava, 2,5 m de comprimento por 0,90 a 1,10 m de largura» (Ferreira, 1953, p. 148). A técnica construtiva corresponde ao habitual modelo estremenho com câmara em cúpula integral e corredor em muro (vide Sousa, neste volume). É ainda referido que o «edifício tumular assentava directamente sobre a bancada de calcários do Cenomaniano, e foi, justamente, entre dois grandes blocos deste calcário que ficou construído o túmulo» (*idem, ibidem*).

As deposições funerárias são sumariamente descritas por O. da Veiga Ferreira: «Os esqueletos embora todos amassados, por causa do abatimento da cúpula e entulhamento desta, estavam sem dúvida encostados às paredes da cripta e galeria na sua posição mais vulgar, isto é, acocorados» (Ferreira, 1953, p. 150-151).

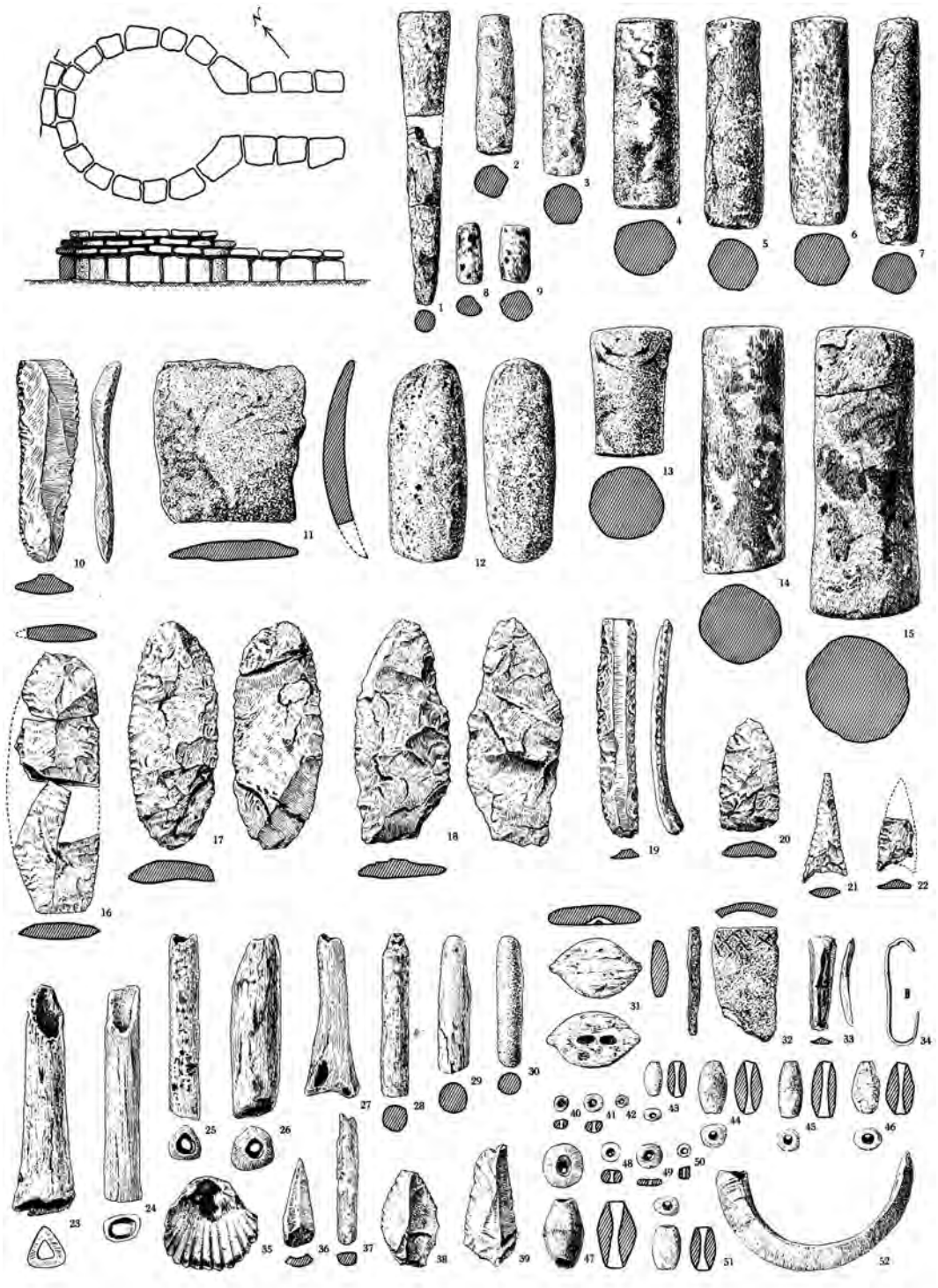


FIG. 5. Exemplos do espólio recolhido no *tholos* de Agualva, adaptado de Leisner, 1965, Taf. 51 (a planta e alçado apresentados foram redesenhados por Vera Leisner a partir da planta original apresentada por Octávio da Veiga Ferreira). Destaca-se no conjunto a presença de betilos de calcário (alguns com representação de pinturas/tatuagens faciais), lâminas ovóides, cabos de instrumento em osso e um botão em osso com perfuração em V.

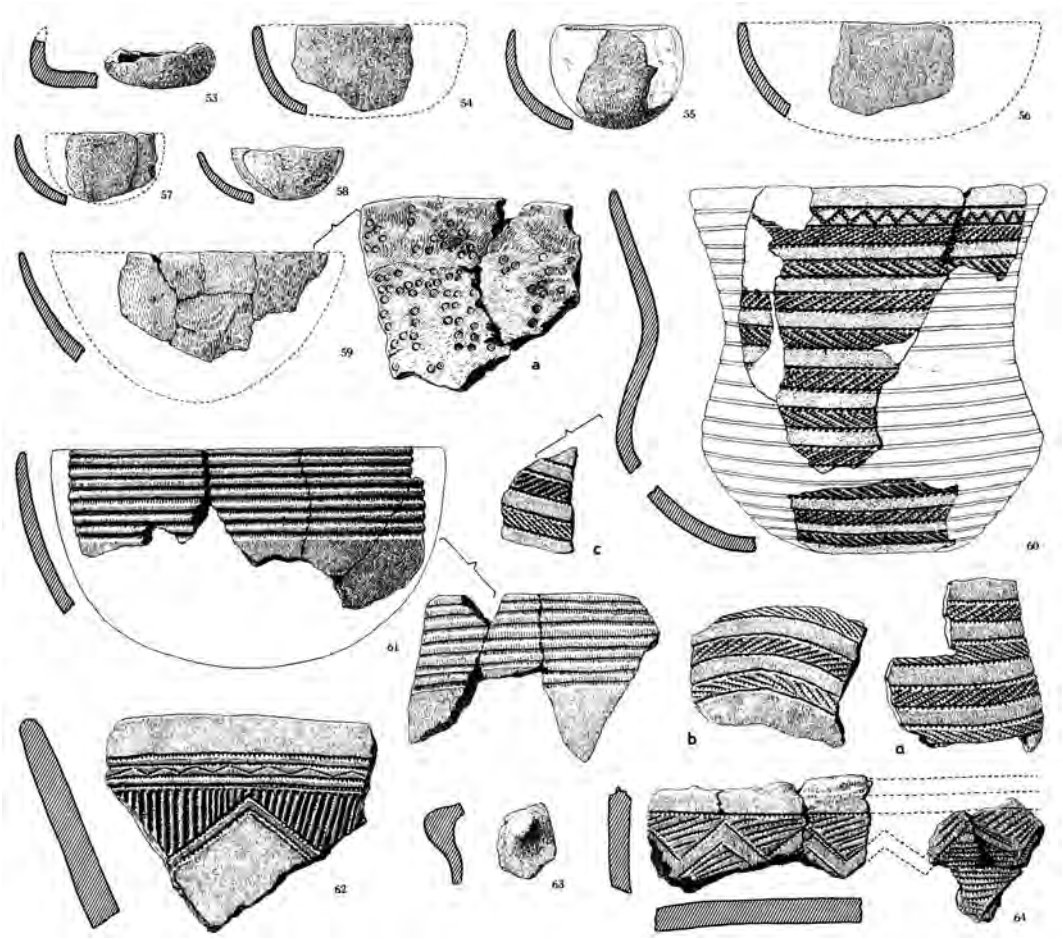


FIG. 6. Exemplos do espólio cerâmico recolhido no *tholos* de Agualva (adaptado de Leisner, 1965, Taf. 52). Destaca-se no conjunto a presença de taças caneladas e recipientes campaniformes (dos estilos marítimo e pontilhado geométrico).

Face à escassez das descrições e à ausência de fotos, é provável que o monumento estivesse já profundamente afectado pela abertura da vala de canalização aquando da primeira visita de Veiga Ferreira. Deverá ter existido alguma escavação, atendendo à nota que agradece ao achador «pelo cuidado em comunicar os primeiros achados que nos levou a efectuar a exploração metódica deste monumento» (Ferreira, 1953, p. 145).

Sendo escassa a informação de campo, o espólio exumado constitui o único património passível de um estudo. O espólio votivo (Figs. 5 e 6) corresponde genericamente ao pacote artefactual dos contextos funerários do 3.º milénio, sendo possível que existam duas etapas no 3.º milénio, uma ante-campaniforme evidenciada pela presença de um conjunto importante de ídolos cilíndricos betilóides (16), ídolos gola em osso (2) cuja datação pelo radiocarbono parece coincidir (tabela 1).

TABELA 1. RESULTADOS DE DATAÇÃO DE UMA AMOSTRA DE FÉMUR HUMANO PROVENIENTE DO *THOLOS* DE AGUALVA
Adaptado de Boaventura, 2009, anexo 3, quadro 22

CÓDIGO LAB.	CÓDIGO DA AMOSTRA	DATA BP	$\delta^{13}C$	1 SIGMA	2 SIGMA
Agualva Beta-239754	Fémur esquerdo humano MG295.422. (Recolhido por OVFerreira, sem localização conhecida).	4110±40	-20,00	2860-2810 (17,2) 2750-2720 (7,8) 2700-2580 (43,1)	2880-2570 (94,3) 2520-2500 (1,1)

E outra campaniforme atestada pela presença de campaniforme marítimo, inciso (Palmela) e pela presença de botões em osso. O acervo inclui ainda elementos de adorno (contas de colar de pedra verde, de xisto e concha), pedra lascada (ponta de seta, pontas de dardo, alabarda, raspadeiras, lâminas), ossos humanos e restos faunísticos. Todo a colecção se encontra depositada no Museu Geológico.

O presente estudo concentra-se exclusivamente sobre o espólio antropológico, correspondendo a mais um contributo para a reconstituição das práticas funerárias do 4.º e 3.º milénios no Centro e Sul de Portugal e para o estudo integrado destas comunidades.

O ESPÓLIO OSTEOLÓGICO HUMANO

MATERIAL E MÉTODOS

O espólio osteológico originário do *tholos* de Agualva é constituído por cerca de 600 peças ósseas acondicionadas em caixas de cartão com etiquetas referindo «Tholos de Agualva – Cacém» e sob o número de código 295 do Museu Geológico (Fig. 7). Ainda que na publicação de Veiga Ferreira (1953:150) se mencionem esqueletos, presentemente esta colecção é constituída por um conjunto de restos ósseos desarticulados.

A análise laboratorial dos restos osteológicos humanos do *tholos* de Agualva segue os métodos utilizados por Silva (2002) de forma a permitir uma homogeneização metodológica.

Após a separação inicial de ossos de indivíduos adultos dos de não adultos, estes foram classificados por tipo de osso e lateralidade. Recorrendo aos métodos mais apropriados para cada uma destas classes etárias é posteriormente possível estimar o número mínimo de indivíduos (NMI) (Crubézy, 2000; Silva, 2000; 2002). No caso dos indivíduos adultos, o método proposto por Herrmann *et al.* (1990, com a adaptação de Silva, 1993) tem-se revelado de grande aplicabilidade. De modo sumário (para uma descrição mais pormenorizada consultar Silva, 1996), de acordo com este método, é necessário determinar o NMI para cada tipo de osso separadamente e por lateralidade, representado a peça óssea mais numerosa o NMI para a amostra em análise. No caso dos não adultos, também se deve ter em conta a idade à morte no cálculo do NMI (Silva, 2002).

Na análise paleodemográfica realizou-se a estimativa da idade à morte e a diagnose sexual, utilizando os métodos recomendados por Ferembach *et al.* (1980) e Buikstra e Ubelaker (1994).

FIG. 7. Aspecto geral do material osteológico de *tholos* de Agualva antes da limpeza.

A diagnose sexual dos indivíduos baseou-se em dados morfológicos métricos e não métricos, seguindo-se as recomendações de Buikstra e Ubelaker (1994), para as características morfológicas do osso coxal e do crânio, o método proposto por Wasterlain (2000) para os ossos longos e Silva (1995) para o talus e o calcâneo. Para a estimativa da idade à morte recorreu-se à fusão da extremidade esternal da clavícula (MacLaughlin, 1990), ao comprimento das diáfises dos ossos longos (Scheuer e Black, 2000) e à maturação dentária (Alqhtani *et al*., 2010; Smith, 1991).

A análise morfológica não métrica dentária foi realizada de acordo com o sistema ASUDAS (Turner *et al*. 1991) seguindo as recomendações de Silva (2002).

O desgaste dentário foi registado de acordo com Smith (1984) com as adaptações propostas por Silva (1996) para o estudo de dentes recuperados soltos. No registo das lesões cariogénicas seguiu-se a metodologia de Luckacs (1989) e de Moore e Corbertt (1971). As lesões periapicais foram classificadas de acordo com Dias e Taylor (1997).

No que concerne a patologia degenerativa, articular ou não articular, a intensidade das lesões foi classificada de acordo com as propostas de Crubézy (1988), numa escala de 0 a 3. Outras lesões encontradas serão descritas de acordo com as recomendações de Aufderheide e Rodríguez-Martín (1998).

RESULTADOS

Como referido, o espólio osteológico do *tholos* de Agualva é composto por cerca de 600 peças ósseas de todas as regiões anatómicas. Essas peças estão bastante fragmentadas, o que dificultou muito a sua análise, sobretudo o cálculo do número mínimo de indivíduos que parece subestimado: 8 adultos (tabela 2) e 4 não adultos. As peças ósseas mostram uma tonalidade castanha-avermelhada (semelhante ao sedimento argiloso envolvente), erosão da superfície óssea, algumas marcas antigas de dentes de roedores (Fig. 8), pequenas concreções de sedimentos (Fig. 9) e várias lesões pós-morte mais ou menos recentes. Poucas foram as ligações ósseas de segunda ordem conseguidas. Este facto associado às lesões pós-morte recentes é compatível com o relato da descoberta do monumento durante trabalhos de construção e da recolha parcial e incompleta do material ósseo humano.

No que concerne os restos odontológicos de Agualva, estes são constituídos por nove fragmentos de mandíbula, dois fragmentos de maxilar superior (que pertencem à mesma peça) e 15 dentes soltos. Estes últimos incluem o único dente decíduo da colecção, um canino superior direito. Entre a amostra dos dentes permanentes, um incisivo central superior esquerdo ainda se encontra em formação com cerca de ¼ da raiz formada o que corresponde a um indivíduo que terá falecido com cerca de 6,5 anos de idade.

FIG. 8. Marcas de roedores na superfície lateral ao meio da diáfise de uma ulna direita de *tholos* de Agualva (295.04a.039).

FIG. 9. Concreções de sedimento na extremidade proximal de um metatársico de *tholos* de Agualva (295.08.202).

TABELA 2. NÚMERO MÍNIMO DE INDIVÍDUOS ADULTOS PROVENIENTE DO *THOLOS* DE AGUALVA

OSSO	ESQUERDO	DIREITO
Osso temporal	6	6
Mandíbula	4	
Clavícula	3	3
Úmero	3	3
Rádio	3	2
Ulna	3	4
Fémur	6	3
Tíbia	1	3
Fíbula	0	1
Talus	5	8
Calcâneo	3	2

A diagnose sexual foi realizada com base em características morfológicas não métricas da apófise mastóide em seis ossos temporais, e com base na análise métrica em dez ossos (tabela 3). O cruzamento dos dados obtidos sugere a presença de pelo menos dois indivíduos do sexo feminino e três do sexo masculino. Apenas duas peças ósseas de adultos possibilitaram ilações sobre a idade à morte: duas clavículas direitas (295.4a.001 e 295.4a.002) cujas extremidades esternais encerradas sugerem indivíduos adultos maduros, ou seja, com mais de 30 anos de idade à morte. Como já foi referido, os indivíduos não adultos incluem uma criança com idade à morte entre os 5 e os 10 anos, e dois juvenis com cerca de 10 a 14 anos no momento da morte.

TABELA 3. RESULTADOS DA DIAGNOSE SEXUAL DOS INDIVÍDUOS ADULTOS DO *THOLOS* DE AGUALVA

OSSO	ANÁLISE MORFOLÓGICA	SEXO
Temporal esquerdo (295.02.007)	Apófise mastóide curta e grácil	Feminino
Temporal direito (295.02.008)	Apófise mastóide curta e grácil	Feminino
Temporal direito (295.5b.037)	Apófise mastóide larga e comprida	Masculino
Temporal direito (295.5b.038)	Apófise mastóide larga e comprida	Masculino
Temporal direito (295.5b.039)	Apófise mastóide larga e comprida	Masculino
Crânio (295.10.001)	Apófise mastóide curta e grácil	Feminino
Úmero esquerdo (295.4a.006)	Largura epicondiliana > 55 mm	Masculino
Fémur (295.10.002)	Cabeça do fémur: Ø vertical = 31 mm; Ø transverso = 32 mm	Feminino
Talus esquerdo (295.5a.004)	Comprimento = 54 mm	Masculino
Talus direito (295.5a.009)	Comprimento = 46 mm	Feminino
Talus direito (295.5a.010)	Comprimento = 51 mm	Indeterminado
Talus direito (295.5a.011)	Comprimento = 55 mm	Masculino
Talus direito (295.5a.012)	Comprimento = 57 mm	Masculino
Talus direito (295.5a.013)	Comprimento = 46 mm	Feminino
Talus direito (295.5a.014)	Comprimento = 55 mm	Masculino
Calcâneo direito (295.5a.015)	Comprimento = 76 mm	Masculino

Devido tanto à grande fragmentação do material a análise morfológica ficou seriamente limitada, não sendo possível estimar os índices de robustez e de achatamento nem o cálculo da estatura para além dos traços morfológicos não métricos. Estes, não puderam ser observados devido à grande fragmentação do material e consequente não preservação das zonas anatómicas a observar. Quanto à morfologia dentária destaca-se a presença de cúspide supranumerária C6 num 3.º molar inferior esquerdo recuperado (tabela 4).

TABELA 4. RESULTADOS DA ANÁLISE MORFOLÓGICA DENTÁRIA DOS DENTES DEFINITIVOS DO *THOLOS* DE AGUALVA

CARÁCTER DENTÁRIO	N
M1 - N.º cúspides + ASU = 5	3/3
M1 – Padrão de cúspides + ASU = Y	3/3
M1 – Presença de C6 + ASU = +	0/3
M1 – Presença de C7 + ASU = +	0/3
M2 - N.º cúspides + ASU = 4	3/3
M2 – Padrão de cúspides + ASU = X	2/2
M2 – Presença de C6 + ASU = +	0/3
M2 – Presença de C7 + ASU = +	0/3
M3 - N.º cúspides + ASU = 5	2/2
M3 – Padrão de cúspides + ASU = X	2/2
M3 – Presença de C6 + ASU = +	1/2
M3 – Presença de C7 + ASU = +	0/2

Foram observadas pequenas lesões *ante-mortem* nas zonas de inserções musculares e algum crescimento ósseo nos bordos das superfícies articulares (grau 1). No entanto, salienta-se que a maioria das superfícies articulares não está representada, logo a artrose poderá estar subrepresentada. Vários fragmentos de diáfises de tíbias mostram sinais de pequenas reacções inflamatórias que ocorreram no periósteo, sendo a tíbia esquerda 295.4a.013 um exemplo de periostite remodelada (Fig. 10). Uma falange proximal do 1.º dedo do pé (295.08.074), na sua articulação proximal, ou seja para o 1.º metatársico, mostra uma lesão lítica compatível com *osteocondritis dissecans* (OD) (Fig. 11). Esta condição patológica de etiologia diversa pode ser o resultado da necrose de uma pequena porção de tecidos na articulação, podendo não ter causado qualquer impedimento à locomoção do indivíduo (Aufderheide e Rodríguez-Martín, 1998).

Em termos de perda ante-mortem de dentes, ou seja, a perda de dentes ainda em vida do indivíduo, três fragmentos de mandíbulas exibem evidências desta patologia correspondendo a 17,5% dos alvéolos inferiores (7/40 alvéolos). Nos dois fragmentos de maxilar superior não foram detectadas perdas ante-mortem de dentes (0/8 alvéolos). Estes valores representam assim 14,6% da amostra (7/48), o que se enquadra dentro dos obtidos para outras amostras coevas (Silva, 2002).

FIG. 10. Periostite com aspecto remodelado na superfície medial ao meio da diáfise de uma tíbia esquerda de *tholos* de Agualva (295.04a.013).

FIG. 11. Evidência de *osteocondritis dissecans* numa falange proximal do 1.º dedo do pé recuperada do *tholos* de Agualva (295.08.074), na articulação para o 1.º metatársico.

Dos três fragmentos de mandíbulas destaca-se a peça 295.60.04, uma mandíbula incompleta, com evidências de cinco dentes perdidos em vida, dos dez em que é possível confirmar este parâmetro. Junto ao alvéolo do 1.º prémolar esquerdo é ainda visível um orifício remodelado, atribuível a um granuloma ou quisto. Em seis dentes definitivos foram registadas lesões cariogénicas, cinco superiores (5/8 dentes) e um inferior (1/12 dentes), correspondendo a 30% dos dentes (6/20). No 3.º molar inferior direito do fragmento mandibular 295.60.03 a cárie é de tamanho pequeno e visível na superfície oclusal. Nos dentes superiores, as cáries detectaram-se num canino, dois 1.º molares e dois 2.º molares. Três destas lesões são de tamanho grande, uma média e uma pequena. Esta última, foi observada na superfície oclusal de um 1.º molar superior esquerdo (295.109.003), enquanto as restantes, com excepção da registada no canino, desenvolveram-se nas superfícies interproximais dos dentes. No canino, a lesão cariogénica destaca-se pelo seu grande tamanho, para além de não ser um tipo de dente usualmente afectado por esta patologia infecciosa. Quatro dos dentes superiores com esta patologia poderiam inclusivamente pertencer ao mesmo indivíduo. A percentagem de dentes com cáries nesta amostra é bastante elevada (30%). Contudo, este valor pode estar enviesado face ao reduzido número de peças dentárias recuperadas. Segundo Silva (2002), que estudou várias amostras coevas, a frequência de cáries nestas populações pré-históricas é usualmente baixa, não ultrapassando os 8%. Foram registados vestígios de tártaro em oito dentes (8/20). O desgaste dentário médio dos dentes é de 3,77 (n=22), grau 4 para a dentição superior (n=9 dentes) e grau 3,6 para a inferior (n = 13). Esta inclui ainda um dente anterior superior com desgaste máximo (8) e mais dois, um de cada maxilar, com um desgaste dentário de severidade de grau 7. Estes valores enquadram-se nas médias obtidas por Silva (2002), que obteve valores médios entre 3,10 e 4,00 para populações coevas. Não foram detectadas hipoplasias do esmalte dentário nos 20 dentes passíveis de análise.

CONCLUSÃO

A série osteológica do *tholos* de Agualva, composta cerca de 600 fragmentos ósseos, mostra-se muito fragmentada e com a maioria das extremidades dos ossos longos ausentes. O número mínimo de indivíduos é de doze, oito adultos e quatro não adultos com idades entre os 5 e 14 anos. Estes números parecem claramente subestimados face à quantidade de material, sobretudo ossos longos, para a qual não foi possível uma identificação precisa impedindo a sua utilização na estimativa do NMI. A fragmentação do material dificultou as análises paleodemográfica e paleopatológica, e impediu a análise morfológica. Porém, foi possível saber que pelo menos três dos oito indivíduos adultos eram do sexo masculino e dois do feminino; e que dois adultos faleceram após os 30 anos de idade.

Na interpretação dos dados deve ainda ser referido que, face às condições da descoberta deste sepulcro, bastante material se possa ter perdido aquando da abertura da vala e no processo sumário de escavação. Esta circunstância poderá, pelo menos em parte, explicar o reduzido número de indivíduos identificados, correspondendo ao *tholos* estremenho com menor número de indivíduos (Fig. 12).

Se fizermos uma leitura integrada com os outros sepulcros contemporâneos, verifica-se que «as antas surgem como o tipo de necrópole com o efectivo de deposições mais reduzido e os *tholoi* com o mais elevado – ainda que o *tholos* de Pai Mogo 1 contribua com dois terços das deposições conhecidas neste tipo de sepulcro na Estremadura» (Boaventura, 2009, p. 301). O elevado número de indivíduos de Pai Mogo 1 pode ser explicado com razões de ordem cultural e simbólico, uma vez que na região da Lourinhã escasseiam os monumentos megalíticos enquanto que em Sintra, existe um conjunto significativo de sepulcros.

Em suma, apesar de todos os constrangimentos existentes no estudo de espólios ósseos antigos, a presente análise constitui mais um testemunho de que vale a pena revisitar colecções antigas!

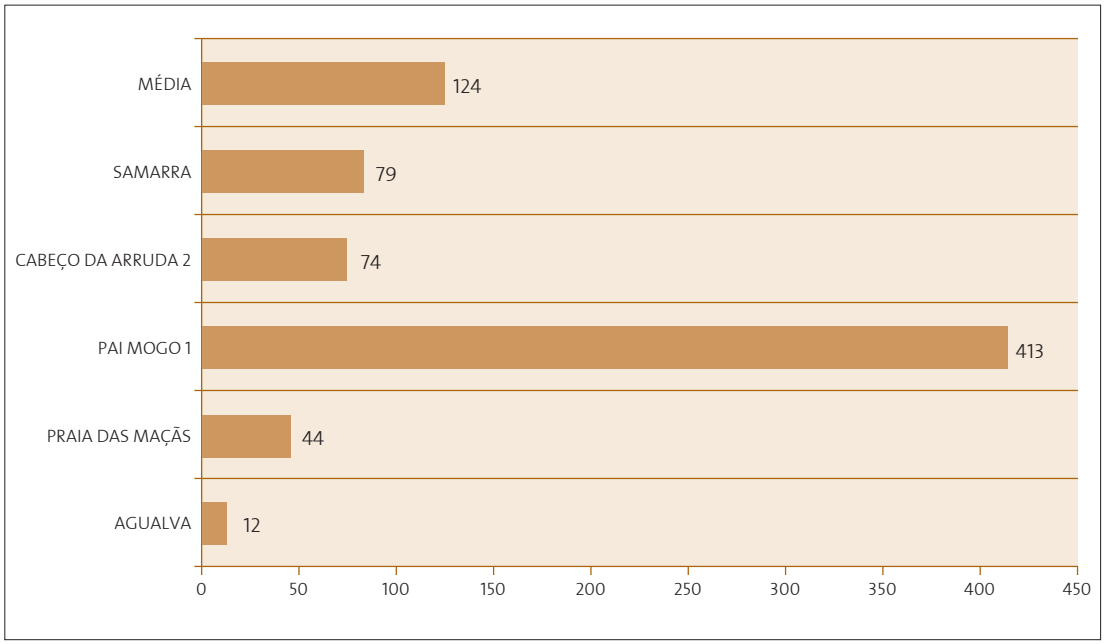


FIG. 12. NMI por *tholos* (Centro – Sul de Portugal; figura adaptada da figura 14 de Boaventura, 2009. Na presente figura está actualizado NMI estimado para Agualva).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a oportunidade de contribuir na presente homenagem e a colaboração de Ana Catarina Sousa, Marco Andrade, Lucy Evangelista, Filipa Bragança e Maria Catarina Coelho na conclusão do presente trabalho; ao CIAS (PEst-OE/SADG/UI0283/2013) pelo apoio financeiro concedido para a realização deste trabalho. Ao Projecto PortAnta – Archaeological Opportunities in Portugal – American Institute of Archaeology. À Raquel Reis.

BIBLIOGRAFIA

Alqahtani, S. J.; Hector, M. P.; Liversidge, H. M. (2010) – Brief communication: The London atlas of human tooth development and eruption. *American Journal of Physical Anthropology*, 142:481-90.

Aufderheide, A. C.; Rodríguez-Martín, C. (1998) – *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology.* Cambridge. Cambridge University Press.

Boaventura, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Lisboa : [s.n.], 2009. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. 2 vol. Policopiado.

Boaventura, R.; Ferreira, M. T.; Neves, M. J.; Silva, A. M. (2014) – Funerary practices and anthropology during the middle-late Neolithic (4th and 3rd Millenia BCE) in Portugal: old bones, new insights. *Anthropologie* LII (2): 183-205.

Boaventura, R.; Ferreira, M. T.; Silva, A. M (2013) – Perscrutando espólios antigos: A Anta de Sobreira I (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16: 63-79.

Buikstra, J. E.; Ubelaker, D. H. (eds.) (1994) – *Standards for data collection from human skeletal remains*. Arkansas Archaeological Survey Research Series.

Crubézy, E. (1988) – *Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caractères discrets. Exemple d'une population médiévale: Canac (Aveyron).* Thèse de Doctorat. Montepellier, Université de Montepellier I.

Crubézy, E. (2000) – L'étude des sépultures ou du monde des morts au monde des vivants: anthropologie, archéologie funéraire et anthropologie de terrain. In Ferdiére, A. (ed.) (2000) – *L'Archéologie Funéraire*. Paris: Collections Archéologiques. Editions Errance: 8-54.

Dias, G.; Tayles, N. (1997) – Abscess Cavity – a Misnomer. *International Journal of Osteoarchaeology*, (7): 548-554.

Ferembach, D.; Schwidetzky, I.; Stloukal, M. (1980) – Recomendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9: 517-549.

Ferreira, O. V. (1953) – O monumento prehistórico de Agualva (Cacem). *Zephyrus.* Salamanca, 4, p. 145-166 il.

Herrmann, B.; Grupe, G.; Hummel, S.; Piepenbrink, H.; Schutkowski, H. (1990) – *Praehistorische Anthropologie. Leitfaden der Fels- und Labormethoden*. Springer Verlag. Berlin.

Leisner, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. 3. Lieferung. Berlin: Walter de Gruyter.

Lukacs, J. R. (1989) – Dental anthropology: methods for reconstruction dietary patterns. In Iscan, M.; Kennedy, K. (eds.) – *Reconstruction of life from the skeleton*. New York, Alan R. Liss Inc. 261-286.

MacLaughlin, S. M. (1990) – Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern portuguese skeletal sample. *Antropologia Portuguesa*, 8: 59-68.

Moore W. J.; Corbett E. (1971) – The distribution of dental caries in ancient British populations. I Anglo Saxon Period. *Caries Res*, *5*:151-68.

Scheuer, L., Black, S. (2000) – *Developmental juvenil osteology*. London. Academic Press.

Silva, A. M. (1993) – *Os restos humanos da gruta artificial de São Pedro do Estoril II. Estudo Antropológico*. Relatório de investigação em Ciências Humanas. Coimbra, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.

Silva, A. M. (1995) – Sex assessment using calcaneus and talus. *Antropologia Portuguesa*, 13: p. 85-97.

Silva, A. M. (1996) – *O Hipogeu de Monte Canelas I (IV-III milénios a.C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada.* Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. D.A.U.C. Coimbra.

Silva, A. M. (2000) – Inumações Colectivas: algumas considerações sobre a respectiva análise paleobiológica. Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. ADECAP*. Porto. Vol. IX: 321-327.

Silva, A. M. (2002) – *Antropologia Funerária e Paleobiologia das Populações Portuguesas (litorais) do Neolítico Final/Calcolítico.* Tese de Doutoramento apresentada à F.C.T.U.C. Coimbra.

Silva, A. M; Boaventura, R.; Ferreira, M. T.; Marques, R. (2012) – Skeletal evidence of interpersonal violence from Portuguese Late Neolithic Collective burials: an overview. In Schulting, R; Fibiger, L. (eds.) – *Sticks, Stones, and Broken Bones: Neolithic Violence in a European Perspective*. Oxford, Oxford University Press: 317-340.

Silva, A. M.; Boaventura, R.; Pimenta, J.; Detry, C.; Cardoso, J. L. (2014) – Perscrutando espólios antigos: A Gruta de Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21:159 – 182.

Silva, A. M.; Ferreira, M. T. (2007) – Os ossos humanos «esquecidos» da Praia das Maçãs. Análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Conimbriga* 46: 5-26.

Silva, A. M.; Ferreira, M. T. (2008a) – C2-C3 block vertebrae in a Late Neolithic/Chalcolithic child exhumed from a Portuguese collective grave. *Homo* 59: 41-46 (DOI: 10.1016/j.jchb.2007.06.001).

Silva, A. M.; Ferreira, M. T. (2008b) – Short communication: signs of trauma in an adult parietal bone exhumed from a Portuguese prehistoric collective burial. *Collegium Anthropologicum* 32(2): 633-635.

Silva, A. M.; Ferreira, M. T.; Codinha, S. (2006) – *Praia da Samarra: análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Revista Portuguesa de Arqueologia* 9 (2): 157-170.

Silva, A. M.; Ferreira, M. T.; Cunha, E. (2008) – *Os restos ósseos humanos recuperados do sepulcro megalítico do Monte da Velha I (MVI) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Revista Portuguesa de Arqueologia* 11 (1): 53-55.

Smith, B. H. (1984) – Patterns of molar wear in hunter-gatheres and agriculturalists. *American Journal of Physical Anthopology* 63: 39-84.

Smith, B. H. (1991) – Standards of human tooth formation and dental age assessment. In Kelley, M. A.; Larsen, C. S. (eds.) – *Advances in Dental Anthropology*. New York. Wiley-Liss: 143-168.

Spindler, K. (1972) – Die tholos von Pai Mogo/Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg: Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid, 13, p. 38-82.

Turner, C.; Nichol, C.; Scott, R. (1991) – Scoring Procedures for Key Morphological Traits of the Permanent Dentition: The Arizona State University Dental Anthropology System. In Kelly, M.; Larsen, C. (eds.) – *Advances in Dental Anthropology*. New York. Wiley-Liss, Inc.: 13-31.

Wasterlain, S. (2000) – *Morphé. Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da Colecção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. D.A.U.C. Coimbra.

EL CAMPANIFORME TARDÍO EN EL VALLE DEL GUADALQUIVIR: UNA INTERPRETACIÓN SIN CERRAR

J. C. MARTÍN DE LA CRUZ[1]
J. M. GARRIDO ANGUITA[1]

RESUMEN

Presentamos una reflexión sobre la cronología tardía de algunas manifestaciones campaniformes en el Valle del Guadalquivir, relacionadas con el mantenimiento de la memoria sobre su antigua significación, ya perdida, y negando la posibilidad de que, al menos desde el 1700 A.C. se mantenga viva la estructura social, económica y política que le dio su caracterización primaria.

ABSTRACT

This is a reflection on the late chronology of some bell-shaped evidence found in the valley of Guadalquivir, related to the maintenance of the memory about its old meaning, already lost, denying that the social, economic and political structure which characterized it is kept alive, at least since 1700 B.C.

INTRODUCCIÓN

El Campaniforme ha sido estudiado en el valle Bético siguiendo las mismas tendencias que en el resto de los territorios, se han utilizado los términos cultura, horizonte, fácies, para definir una manifestación revisada en extensión y profundidad por Bonsor (1899), Castillo (1943), Harrison (1977), más recientemente por Lazarich (2000) (Fig. 1) y más localmente por Serna (1989), López Palomo y López Rey (1994), López Palomo (1995, 1998). Y sea cual sea el hallazgo y sus condiciones, existe la tendencia a fecharlo siempre desde la mitad del tercer milenio, hacia finales de la edad del Cobre, sin evaluar los posibles procesos de pervivencia, bien por su función simbólica recordada, sus implicaciones étnicas, por su característica decoración, por el mantenimiento de tradiciones morfológicas, etc.

El problema pues, no radica en sus orígenes y en la cronología, más o menos consensuada que se le atribuye, desde la segunda mitad del III mileno a.n.e., cuando forma parte de una estructura

[1] Universidad de Córdoba. Grupo PAI HUM-262.
ch1macrj@uco.es

FIG. 1. Distribución de hallazgos campaniformes en Andalucía occidental (Lazarich, M., 2000:120).

simbólica de poder, de una función ritual, étnica, y de un uso como contenedor de bebidas especiales para casos especiales.

La cuestión surge cuando la morfología y decoración campaniforme se mantiene en el II milenio a.n.e., y como otras manifestaciones que se prolongan en el tiempo, el uso de las tipologías, conduce inevitablemente a fechar en el tercer milenio, a menos que exista cronología absoluta y, entonces, el argumento cambia. Una actitud tan acrítica como la primera si no se conocen los contextos que permiten evaluar los procesos de cambio en las organizaciones sociales, que conducen desde la edad del cobre a la del bronce.

Si planteamos la revisión del campaniforme bético es porque creemos que es un buen ejemplo de continuismo formal, sin ninguna de las atribuciones simbólicas de poder y ritual que caracterizaron sus orígenes, y por tanto, la aparición de estas formas y decoraciones en el contexto del II milenio a.n.e., no da argumentos a nadie para defender la existencia de sociedades calcolíticas en este milenio. Ya Lazarich argumentó la pérdida de su valor primario (Lazarich, 2000, p. 135).

LA DOCUMENTACIÓN

Por ello vamos a evaluar solo aquellos restos campaniformes bien situados en estratigrafía, contextualizados y con cronologías absolutas, partiendo de las más antiguas hasta las más modernas

La secuencia campaniforme de Cerro del Castillo nos lleva desde mediados del III hasta iniciado el II milenio. Según el autor, en las dos primeras fases coexisten ejemplares con decoración puntillada e incisa, formando un conjunto de una cincuentena de fragmentos, aunque a partir de la documentación que se presenta en la memoria de excavación (López Palomo, 1993) sólo hemos podido localizar un total aproximado de 29 fragmentos. El recuento de las técnicas decorativas distribuidas a lo largo de la Fase I, niveles 44-38 correspondientes al estrato XI indican que el 44,82% son impresas puntilladas formando bandas o motivos geométricos, y en una ocasión con relleno de pasta blanca. La técnica combinada incisa-impresa representa el 6,89%, y la incisa, solo el 3,44%.

En el estrato X, localizamos fragmentos campaniformes en los niveles 37, 36 y 33. La técnica impresa esté representada en el 6,89%, al igual que la incisa, con otro 6,89%. La Fase II, caracterizada por el estrato IX, contiene campaniforme en los niveles 31 y 29, con un fragmento impreso y otro inciso, que representan en cada caso el 3,44%.

Estamos de acuerdo con el autor que impresas e incisas coexisten, pero en los niveles más antiguos, estrato XI, dominan las impresas. La convivencia entre la impresión y la incisión se equilibran en los estratos X y IX,. Pero no podemos dar ninguna certeza a esta propuesta, porque disminuye su frecuencia de aparición, por lo que sus resultados serían orientativos en el mejor de los casos (Fig. 2).

Procedente de nivel 42 se analizó una muestra de carbón, UGRA 323: 1440±110 a.C. (cal. 1 sigma): 1878-1530 A.C; (cal. 2 sigma): 2011-1440 A.C. Del nivel 36 procede la muestra de carbón UGRA 303: 2170 ±160 a.C. (cal. 1 sigma): 2910-2470 A.C. (cal. 2 sigma): 3094-2208 A.C. (ambas con una desviación tipo elevada). Con todo, el autor, buen conocedor de la prehistoria reciente andaluza, emplea prudentemente la fecha del nivel 36, para situar los estratos del IX al X, la Fase I, en el calcolítico final, en la transición del III al II milenio a.n.e., y la Fase II (estrato IX), en el tránsito del calcolítico al bronce antiguo (López Palomo, 1993:289-295 y 312) (Figs. 3-4).

En Acinipo (Ronda, Málaga), sobre los estratos de la Edad del Cobre en los que se hallaron fragmentos de cerámica campaniforme con decoración impresa de tipo geométrico, entre otros materiales (Aguayo; Carrilero, M; De La Torre, Flores,1985, p. 296), se documentan los niveles de ocupación y derrumbe de una estructura

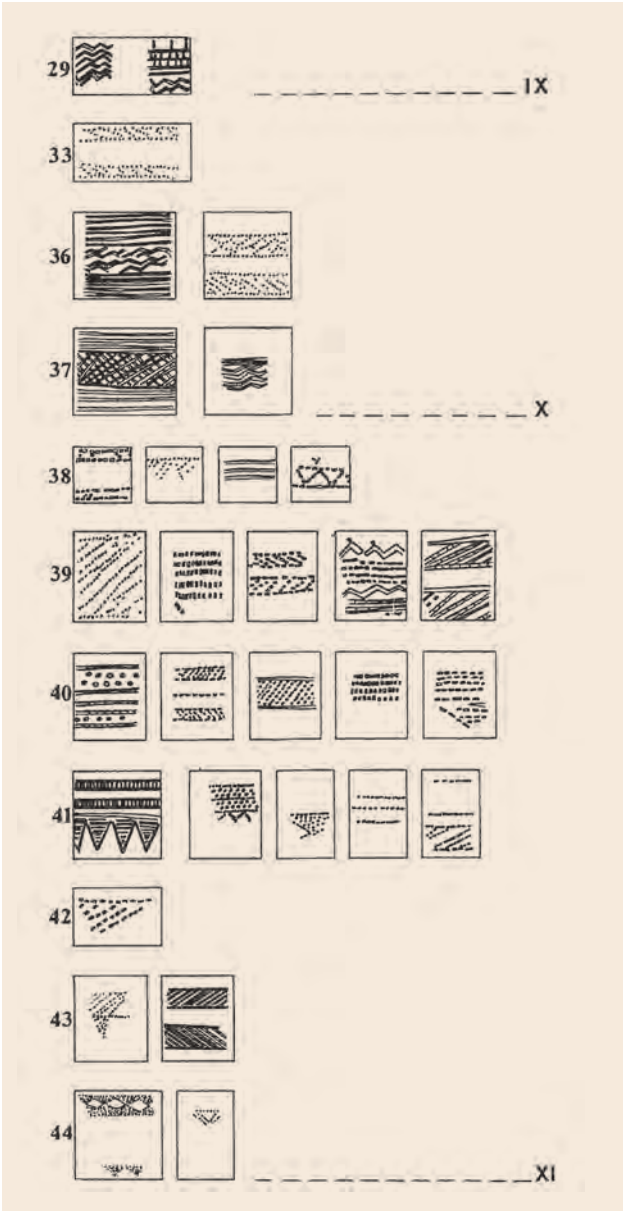


FIG. 2. Repertorio de técnicas y motivos decorativos en la secuencia de Cerro del Castillo. (López Palomo, L. A.; López Rey, N., 1994:198)

oval. En este contexto se hallaron dos fragmentos de campaniforme inciso, un botón cónico de hueso con perforación en V y un brazalete de arquero (Aguayo; Carrilero; De la Torre; Flores, 1985:298). Las dataciones radiocarbónicas extraídas de las muestras de los niveles de uso de esta cabaña son 3580±100 b. p. = cal. med. 1930 A.C. y 3650±80 b. p. = cal. med. 2041 A.C. (Aguayo et al, 1989:310-311).

Según este yacimiento los fragmentos campaniformes impresos de tipo geométrico que se hallaron sobre los estratos de la edad del cobre, son más antiguos que aquellos incisos que aparecieron sobre los niveles de ocupación y derrumbe de la estructura oval. Las dataciones de 2041 y 1930 cal. Med., serían terminus post quem para las impresas geométricas

En el Cerro Berrueco, los momentos más antiguos de su secuencia, según sus excavadores, se adscriben al tránsito del Calcolítico a la Edad del Bronce con una cronología aproximada de 1750 a.C., y una calibración media 2020 a.n.e. (Escacena Carrasco; De Frutos Reyes, 1985: 83; Fig. 35). Podremos estar de acuerdo con la atribución cultural asociada a la temporalidad propuesta (porque así lo dice la cronología absoluta, no porque se tenga la evidencia del cambio que se produce entre una fase y otra), pero lo que parece injustificado es la reivindicación de un fragmento campaniforme, aparecido en el relleno del estrato IV, en la realización de un pavimento de cal, (Escacena Carrasco; De Frutos Reyes, 1985: 24 nota 32), como procedente «sin duda» del estrato más antiguo, el del tránsito de Calcolítico a la Edad del Bronce (Escacena Carrasco; Lazarich Gónzalez, 1990-1991, p. 180). Lo intranscendente del propósito, utilizando un fragmento descontextualizado, es reafirmar la cronología de tránsito de Calcolítico a la edad del Bronce, a lo que no tenemos nada que decir por el momento, pero fundamentalmente el esfuerzo va encaminado a negar la posibilidad de la continuidad de la morfología y decoración campaniforme, sin vislumbrar un uso secundario, a pesar de que uno de los firmantes del trabajo reconoce, posteriormente, la pervivencia del campaniforme desprovisto de sus atributos referenciales originarios (Lazarich, 2000, p. 134). Naturalmente, esta introducción, invalida el uso de este fragmento a los efectos que pretende este trabajo.

Durante la excavación en extensión del Cerro de la Cabeza (Valencina de la Concepción, Sevilla) (Fernán-

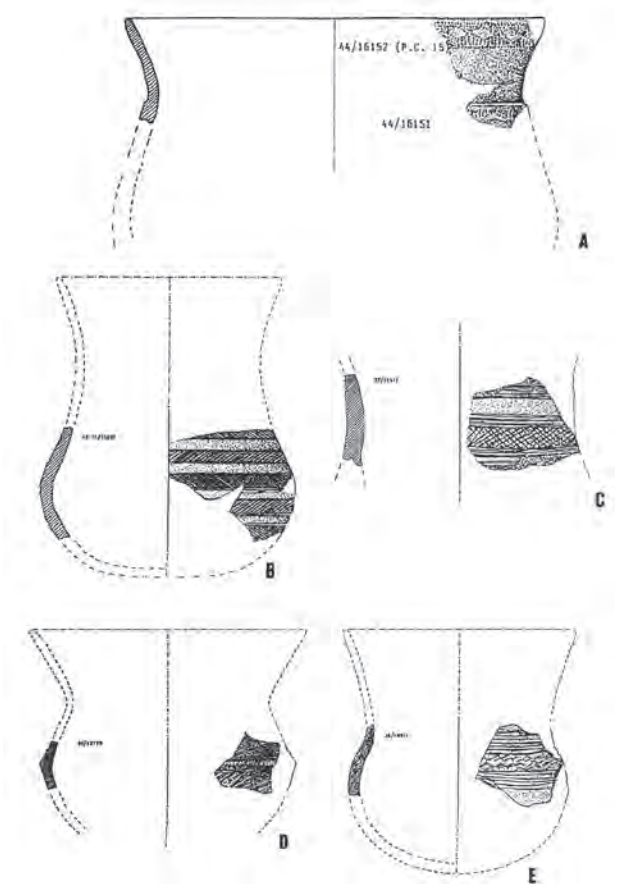


FIG. 3. Formas características del campaniforme de Cerro del Castillo (López Palomo, L. A.; López Rey, N., 1994:196).

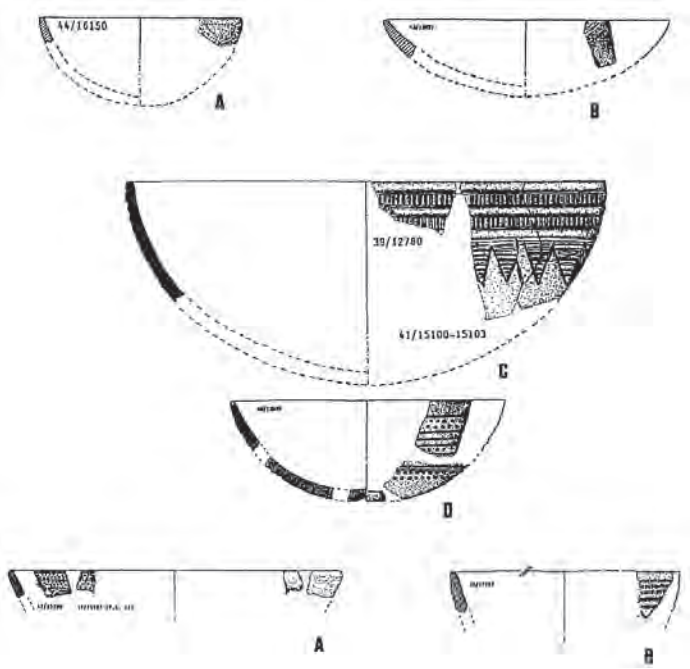


FIG. 4. Formas características del campaniforme de Cerro del Castillo (López Palomo, L. A.; López Rey, N., 1994:197).

dez y Oliva, 1980) aparecieron múltiples silos de sección semicircular, base plana y una profundidad de 1-2 m, cinco pozos de 1 metro de diámetro alcanzando en algunas ocasiones 10 m de profundidad y una cabaña (Fernández y Oliva, 1980). La muestra extraída de la zona más profunda del pozo n.º 1, dió como resultado (GIF-4028) 1960±110 a.C. (cal. med. 2405 A.C.), mientras que la muestra extraída del nivel superior del pozo 31 (I-10.187) 2100±105 a.C. (cal. med. 2615 A.C.) (Castro, Lull y Micó, 1996). Según sus investigadores, la colmatación de dichos silos respondieron a procesos cortos, de ahí que entre los materiales hallados no se encontrase cerámica campaniforme (Fernández y Oliva, 1980:43). También es posible que en esa cronología de mediados del III milenio no hubiese aún campaniforme en Valencina de la Concepción.

En la excavación en 1975 del Corte C de «La Perrera» (Valencina de la Concepción, Sevilla) (Fernández y Oliva, 1985), aparecieron un par de fragmentos campaniformes, uno de ellos con decoración impresa a ruedecilla y el otro con decoración incisa constituida por tres series de líneas paralelas, entre las que se dibujan don bandas reticuladas, pero no tenemos cronología porque las muestras óseas enviadas del nivel inferior del Corte C, resultaron insuficientes para el propósito (Fernández y Oliva, 1985: 38 y 117). El estudio comparado de los materiales procedentes del sector A, cortes A-1, A-2 y A-3 (que ocupaba en su totalidad el solar de la casa 17 de la actual calle Jacinto Benavente) (a un centenar de metros del sector C, el de la Perrera), junto a los contenidos de la estructuras localizadas en el sector C, divididos en dos niveles, precampaniforme y campaniforme (Martin de la Cruz y Miranda Ariz, 1988) dieron una escasa modificación en la morfología de los recipientes, fundamentalmente la desaparición de los platos de bordes almendrados y el mantenimiento de los de bordes engrosados y biselados hacia el interior, en el momento campaniforme (Martin de la Cruz y Miranda Ariz, 1988 :49-57). Pero no tenemos fechas absolutas de las excavaciones en estos sectores. Se utiliza para datar el contexto campaniforme, una muestra extraída de un ámbito similar en Valencina de la Concepción, en 1980 (UGRA-72: 3380±150 = 1430 a.C.) cuya calibración media fue de 1700 A.C., (González-Gómez; Sánchez Sánchez; Domingo, 1982:220; 1986:12; Castro, Lull y Micó, 1996), aunque hay que tener en cuenta la escasa fiabilidad de la tendencia media, 1700 A.C. dada la amplitud de la desviación en la fecha de referencia, UGRA-72.

Las primeras fechas de mediados del III milenio pueden ser consideradas como «terminus post quem», para la aparición del campaniforme en Valencina, siendo la del 1700 A.C., con la apreciación ya referida, una fecha razonable para la generalización de la variedad incisa, aunque como queda dicho, con mínimos cambios en el conjunto vascular.

Tras la excavación de un fondo de cabaña en la Universidad Laboral de Sevilla, en el término de Alcalá de Guadaira se documentaron restos materiales que según la muestra I-10764 = 1240±120 a.C. tendrían una datación calibrada de 1485 A.C. (Fernández e Alonso, 1985:19-20; Castro, Lull y Micó, 1996). Entre los restos cerámicos recuperados, aparecieron fragmentos campaniformes, de los que sólo se pudo reconstruir completo un cuenco hemiésferico, característico de todos los complejos campaniformes tardíos, no mostrando una gran calidad en opinión de sus investigadores (Fernández; Alonso, 1985, p. 19). En la descripción de las cerámicas se puede observar, como coexisten fragmentos con decoración puntillada e incisa (Fig. 5), evidenciando la perduración de ambas técnicas hasta el momento que indica la fecha radiocarbónica calibrada situad en la segunda mitad del II milenio A.C.

El hallazgo de un fragmento campaniforme, posiblemente una cazuela, en Llanete de los Moros (Montoro, Córdoba) con decoración incisa, que se dispone inmediato al borde, por el exterior, bajo una linea incisa en zigzag, pequeños tramos incisos, limitados por dos lineas incisas, segmentadas en cortos tramos. Bajo ellas, cuatro linea incisas, y bajo estas se repite el modelo decorativo del borde pero invertido, es decir, tramos cortos incisos, limitados por una linea en zigzag. Por el interior, también inmediato al borde se desarrollan tres líneas incisas en zigzag. Todo el conjunto deco-

rativo limitado entre el borde y la carena del fragmento que poseemos.

Inicialmente lo fechamos a finales del tercer milenio según criterios convencionales, aunque ya decíamos que no teníamos clara su cronología dados los procesos de continuidad formal relacionados con el mantenimiento de las mismas prácticas económicas (Martin de La Cruz; Sanz; Bermúdez, 2000, p. 183), pero la datación por la técnica de Espectrometría de Aceleración de Masas realizada en la Universidad de Upsala (Suecia), ha dado como resultado una fecha comprendida entre el 1527-1257 cal A.C (Martin de la Cruz, 2013, p. 37), fecha que nos parece reciente, pero posible a la luz de esta reflexión.

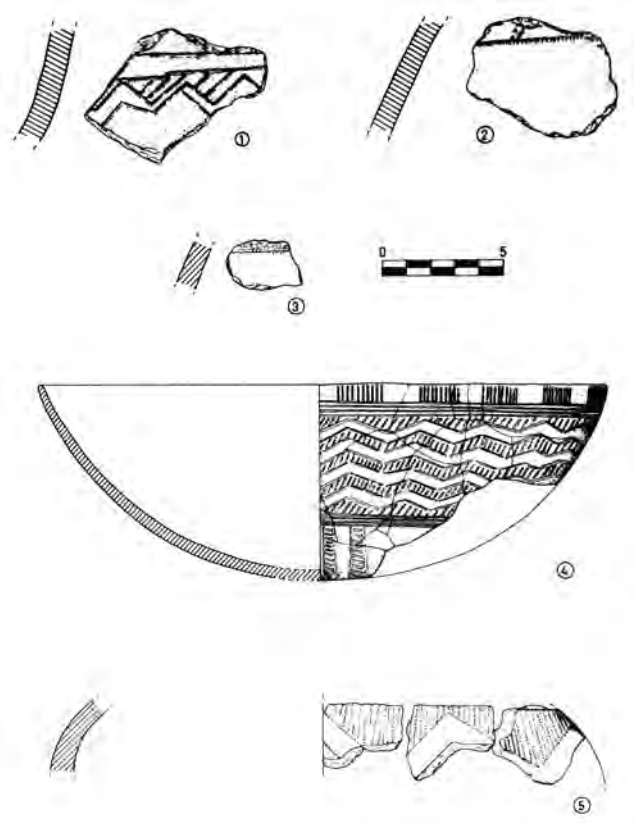


FIG. 5. Formas y decoraciones del fondo de cabaña de la Universidad Laboral de Sevilla (Fernández, F.; Alonso, J., 1985:14).

FINALIZANDO

En los casos de Cerro del Castillo (Monturque, Córdoba) y Acinipo (Ronda, Málaga), las fechas radiocarbónicas que datan los contextos locales dónde aparece la cerámica campaniforme, indican que estamos en un tiempo de transición del III al II milenio a.C. En estos momentos, la decoración impresa puntillada geométrica parece ser la dominante; en cronologías más tardías, a las que no podemos llamar, ni técnica, ni cultural, ni socialmente, calcolíticas, aparecen en el corte C de «La Perrera» (Valencina de la Concepción, Sevilla), en el fondo de cabaña de la Universidad Laboral de Sevilla,y el Llanete de los Moros (Montoro). Las dataciones absolutas dan como resultado fechas calibradas medias, comprendidas entre 1700 (corte C de la Perrera) y las 1485 y 1392 a.n.e. de Universidad Laboral y Llanete de los Moros. En todos los casos la decoración es la incisa.

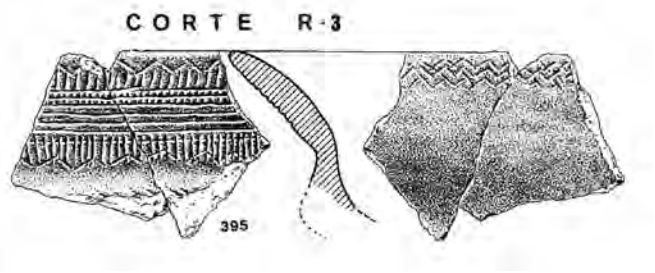


FIG. 6. Fragmento de cazuela campaniforme. Llanete de los Moros, (Montoro, Córdoba) (Martin de La Cruz, J.; Sanz, M.; Bermúdez, J., 2000:75).

Estos resultados tardíos dan la razón a Harrison, cuando defendía el carácter tardío del complejo Carmona--Acebuchal (Harrison; Bubner; Hibbs, 1976, p. 86-87), aunque con los matices que ahora planteamos sobre el sustrato cultural en el que se inserta.

Para finalizar, queremos insistir en que la presencia de campaniforme en cronologías tan tardías, no indican en absoluto la vitalidad de la cultura de finales del calcolítico, sino la continuidad de unos tipos formales (que ni fueron novedosos en su momento) que se mantienen con una decoración característica, bien por el recuerdo de su función simbólica, sus implicaciones étnicas, por el mantenimiento de tradiciones morfológicas, etc., insertos en comunidades que desarrollan todo su complejo sistema económico y de relaciones internas y externas propios del segundo milenio a.C., pero en modo alguno como expresión vital de sus antecesores calcolíticos.

BIBLIOGRAFÍA

Aguayo, P.; Carrilero, M.; De la Torre, M.ª P.; Flores, C. (1985) – «El yacimiento pre y protohistórico de Acinipo (Ronda, Málaga). Campaña de 1985». *Anuario Arqueológico de Andalucía, II Actividades Sistemáticas*. Sevilla: Consejería de Cultura. pp. 294-304.

Aguayo, P.; Carrilero, M.; Martínez, G.; Afonso, J. A.; Garrido, O.; Padial, B. (1989) – «Excavaciones arqueológicas en el yacimiento de Ronda La Vieja (Acinipo). Campaña 1988.» *Anuario Arqueológico de Andalucía, II Actividades Sistemáticas*. Sevilla: Consejería de Cultura. pp. 309-314.

Bonsor, J. (1899) – «Les colonies agricoles pré-romaines de la vallée du Bétis». *Revue Archéologique*, XXXV. Paris.

Castillo, A. (1943) – «Cronología de la cultura del vaso campaniforme en la P. Ibérica», Archivo Español de Arqueología, XVI. Madrid. pp. 388-435.

Castro, P. V.; Lull, V.; Micó, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*. BAR International Series 652. Oxford: Hadrian Books Ltd.

Escacena Carrasco, J. L; De Frutos Reyes, G. (1985) – «Estratigrafía de la Edad del Bronce en el Monte Berrueco (Medina Sidonia, Cádiz)». *Noticiario Arqueológico Hispano*, n.º 24, pp. 7-90.

Escacena Carrasco, J. L.; Lazarich Gónzalez, M. (1990-1991) – «A propósito del Campaniforme del Berrueco de Medina Sidonia y del problema de su posición estratigráfica». *Anales de la Universidad de Cádiz*, n.º 7-8, 1 (Ejemplar dedicado a: Homenaje a Antonio Holgado Redondo), pp. 177-202.

Fernández, F.; Alonso, J. (1985) – «Un fondo de Cabaña Campaniforme en la Universidad Laboral de Sevilla». *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 22, pp. 7-26.

Fernández, F.; Oliva, D. (1985) – «Excavaciones en el yacimiento Calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla). El Corte C («La Perrera»). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 25, pp. 7-131.

González-Gómez, C.; Sánchez Sánchez, M. P.; Domingo, M. (1982) – «University of Granada. Radiocarbon dates I», *Radiocarbon* 24/2, pp. 217-221.

González-Gómez, C.; Sánchez Sánchez, M. P.; Domingo, M. (1986) – «Antigüedades de muestras arqueológicas determinadas por el laboratorio de datación por carbono-14 de la Universidad de Granada», *Revista de Arqueología* 65, pp. 5-12.

Harrison, R. J.; Bubner, T.; Hibbs, V. A., (1976) – «The beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla)» *Madrider Mitteilungen*, 17, pp. 79-141.

Harrison, R. J. (1977) – *The Bell Beakers cultures of Spain and Portugal*. Havard University.

Lazarich, M. (2000) – «Estado actual de la investigación sobre el campaniforme en Andalucía occidental». *Madrider Mitteilungen*, 41, pp. 112-138.

López Palomo, L. A. (1993) – *Calcolítico y Edad del Bronce al Sur de Córdoba. Estratigrafía en Monturque (Córdoba)*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba.

López Palomo, L. A. (1995) – «La cultura del vaso campaniforme en la provincia de Córdoba». *Cajasur. Publicación trimestral*, n.º 62, pp.28-33.

López Palomo, L. A. (1998) «El campaniforme en el Guadalquivir. Nuevas aportaciones», *Revista de arqueología*, Año n.º 19, n.º 205, pp. 10-19.

López Palomo, L. A. ; López Rey, N. (1994) – «La secuencia campaniforme de Monturque (Córdoba)». *Actas II Congreso de Historia de Andalucía, I: Prehistoria*. Córdoba, 1991, pp. 187-200.

Martin de La Cruz, J. C.; Miranda Ariz, J. (1988) – «El poblado calcolítico de Valencina de la Concepción: una revisión crítica». *CuPAUAM*, 15, pp. 37-67.

Martin de La Cruz, J. C.; Sanz, M. P.; Bermúdez, J. (2000) – *La Edad del Cobre en el Llanete de los Moros (Montoro). El origen de los pueblos en la Campiña cordobesa*, Córdoba, Universidad de Córdoba.

Martín de La Cruz, J. C. (2010) – «Montemayor durante la Prehistoria». *Actas de las III Jornadas sobre Historia de Montemayor*. Espino Jiménez, F. J. ed. Excmo. Ayuntamiento de Montemayor, pp. 13-84.

Martín de La Cruz, J. C. (2013) – «El Alto Guadalquivir: Desde el Calcolítico al Bronce». En Cabrera, E; Córdoba, R; Melchor, E; Segado, L. (coord) – *Orígenes históricos de Villafranca de Córdoba*. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba; Villafranca de Córdoba: Ayuntamiento, pp 29-74.

Serna, M.ª del R. (1989) – «El vaso campaniforme en el valle del Guadalquivir» en Aubet (coord.) – *Tartessos. Arqueologia Protohistorica del Bajo Guadalquivir*, Edit. Ausa, Barcelona, pp. 47-84.

INNOVACIÓN Y TRADICIÓN EN LA PREHISTORIA RECIENTE DEL SUDESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA Y LA ALTA ANDALUCÍA (C. 5500-2000 CAL A.C.)

FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ[1]
JUAN ANTONIO CÁMARA SERANO[2]
JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO[3]
LILIANA SPANEDDA[4]

RESUMEN

En este trabajo se explora la hipótesis de que los cambios socioeconómicos que tuvieron lugar en las primeras fases de la Prehistoria Reciente (5500-2000 A.C. aproximadamente) se produjeron a diferente ritmo y se manifestaron en la cultura material mueble en momentos diversos. La consolidación de la desigualdad social fue así un proceso lento pero imparable que, en nuestra opinión, comenzó a partir del control de fuerza de trabajo (a menudo de procedencia externa como resultado del conflicto por la tierra) y especialmente de la acumulación por vía pecuaria. Aunque fue una condición necesaria, la introducción y mejora de las estrategias agropecuarias no condujo de forma inmediata a una sociedad con desigualdades permanentes, ya que, pese a la intensificación agropecuaria documentada desde fines del VI Milenio A.C. por la explotación de los productos secundarios, tales desigualdades tardaron en asentarse (al menos hasta el IV Milenio A.C.) y más en manifestarse (hacia mediados del III Milenio A.C.). En este proceso el ritual se usó tanto para intentar frenar la acumulación, produciéndose a veces el fenómeno contrario, como para enmascararla y con posterioridad para exhibirla.

ABSTRACT

This paper explores the hypothesis that socioeconomic changes that took place in the early stages of Late Prehistory (5500-2000 BC approximately) occurred at different paces and they were expressed in the movable material culture at various times. The social inequality consolidation was a so slow but unstoppable process that, in our view, began from both, the control of labor force (often of foreign origin as a result of conflict over land) and especially the accumulation through livestock. Although it was a necessary

1 Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario «Cartuja» s/n., 1871 Granada, España.
molinag@ugr.es
2 jacamara@ugr.es
3 jaamarre@ugr.es
4 spanedda@ugr.es

condition, the introduction and improvement of agricultural strategies did not lead immediately to a society with permanent inequalities. Despite agricultural intensification documented since the end of the sixth millennium BC by exploitation of by-products, such inequalities were slow to be settled (at least until the fourth millennium BC), and they took a longer time to be socially evident (the mid-third millennium BC). In this process, the ritual is used both to try to curb the accumulation, sometimes producing the opposite phenomenon, and to mask and subsequently display it.

1. INTRODUCCIÓN

Tradicionalmente se había considerado que el desarrollo de la economía agropecuaria en Europa occidental en general y en la Península Ibérica en particular había sido especialmente lento (Vicent, 1990) y que la economía de las primeras comunidades agropecuarias era básicamente ganadera con una cierta importancia de la caza y recolección y una fuerte movilidad (Martí, 1978). La mayoría de los datos procedían de cuevas, algunas de las cuales puede que no fueran realmente lugares de hábitat (Carrasco *et al.*, 2010) pero la evaluación de los datos faunísticos de los primeros asentamientos al aire libre excavados no parecían contradecir esa imagen (Uerpmann, 1979). Los últimos años no sólo han visto una revisión de los procesos de neolitización en el sur de la Península Ibérica (García *et al.*, 2010), sobre evidencias empíricas todavía insuficientes (Molina *et al.*, 2012) sino que, sobre todo, han contemplado la proliferación de análisis arqueofaunísticos y arqueobotánicos (Riquelme, 1998; Rovira, 2007; Liesau y Morales, 2012; Peña *et al.*, 2013) que han mostrado la consolidación de la economía agropecuaria desde momentos particularmente tempranos.

En este contexto la lectura de las transformaciones socioeconómicas del denominado Neolítico Reciente y especialmente del Calcolítico, exige planteamientos alternativos. La importancia de la denominada «revolución de los productos secundarios» (Sherratt, 1981) ha sido considerada como un factor clave en el proceso de transformación por determinados autores (Gonçalves, 2002; Gonçalves *et al.*, 2013) pero también se ha destacado la importancia de la metalurgia (Nocete, 2006; Gonçalves *et al.*, 2013) pese a que existe una tendencia contraria centrada en la minusvaloración sistemática de esta actividad (Rovira, 2004; Murillo y Montero, 2012; García-Álix *et al.*, 2013; Montero y Murillo, 2014).

Independientemente de la importancia o no que tengan determinadas actividades como factor desencadenante de cambios sociales, aspecto que hemos analizado en los diferentes modelos planteados para el estudio de la jerarquización social en el sur de la Península Ibérica (Cámara y Molina, 2006), lo que parece cierto es que el desarrollo artesanal es particularmente visible desde fines del V milenio A.C. (Spanedda *et al.*, en prensa), con la salvedad de que los datos para la primera mitad de ese milenio son particularmente escasos (Cámara *et al.*, en prensa a). Entre el V y el IV milenio A.C. también se producen transformaciones en los sistemas de hábitat, en los patrones de asentamiento y en los mecanismos de justificación ritual, con el desarrollo de los sistemas de enterramiento y, en particular, del Megalitismo (Cámara y Molina, 2015). Más difícil es colocar en estos momentos transformaciones en las estrategias subsistenciales, aunque la introducción de nuevos cultivos, como el lino (Rovira, 2007), y la posibilidad de domesticación de nuevos animales, como el caballo, y una intensificación en la ganadería porcina pueden citarse (Martínez, 2006; Cámara y Riquelme, 2015).

2. HIPÓTESIS Y OBJETIVOS

Partimos de la hipótesis de que el proceso de disolución de las relaciones sociales comunitarias fue, por un lado, rápido como resultado de los procesos de acumulación desigual principalmente por vía pecuaria. No obstante, por otro lado, tales procesosse manifiestan de forma distinta e intermitente no sólo para las sociedades que los vivieron, sino también para los investigadores que los analizan. Nuestro objetivo, por tanto, es mostrar como las perduraciones y las transformaciones que observamos en el registro arqueológico corresponden a esos procesos (y a eventuales frenazos o momentos coyunturales de aceleración de la acumulación de bienes y de la desigualdad social consecuente).

Creemos que la mejor forma de abordar la explicación de estos procesos es introducir, en primer lugar,un resumen de nuestra propia hipótesis sobre las causas que ocasionaron las transformaciones socioeconómicas que tuvieron lugar entre el 5500 y el 2000 A.C. A continuación pasaremos a discutir los diferentes ritmos en que los resultados materiales de esos cambios sociales se hicieron visibles, discutiendo la posible cronología de cada innovación técnica, subsistencial, política o ritual.

3. UN MODELO PARA EL CAMBIO SOCIAL EN EL SUR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE LA PREHISTORIA RECIENTE

Como ya hemos expuesto previamente (Afonso y Cámara, 2006), nuestra hipótesis sobre el desarrollo de la jerarquización social en el sur de la Península Ibérica, se puede considerar que atiende a tres aspectos en lo que a las formas de acumulación de riqueza se refiere: el control de la fuerza de trabajo, la acumulación de riqueza por vía pecuaria y el control de la propiedad de la tierra como soporte de desplazamiento, pasto y explotaciones agrarias. En términos simples se podría pensar que se trata de estadios sucesivos, pero realmente, y de manera especial en las dos primeras formas, los procesos están fuertemente imbricados.

En relación con los procesos que aquí estudiamos, merece la pena tomar en consideración la importancia de los animales domésticos como medios de producción que se reproducen autónomamente. Los inicios de la adscripción de fuerza de trabajo pueden remontarse muy atrás en el tiempo, así como la violencia humana (Close, 2010), aunque es cierto que, en sus formas más visibles y especialmente en relación con el control de las mujeres, tales procesos también parecen acompañar las primeras prácticas agropecuarias (Meillassoux, 1987), la competencia por el terreno que se quiere explotar y la perpetuación de prácticas de «servidumbre» por cautividad (Harris, 1990). En este sentido, es posible que las formas primordiales de acotar la tierra (frente al «teórico» enemigo exterior) también tuvieran un cierto papel en los primeros procesos de perpetuación de la desigualdad, probablemente en el mismo nivel que ciertas formas de reproducción ideológica de la posición social de determinados individuos que se erigieron como líderes en estas expediciones de defensa-rapiña, si bien consideramos que estas acciones tuvieron más incidencia en momentos posteriores del largo proceso de jerarquización. De hecho, y particularmente visible en cuanto a la dirección sacro-profana de la comunidad y su perpetuación, sólo la gestión continua de recursos a los que el resto de la comunidad no podía acceder se convertía en una garantía (segura) de poder mantener y transmitir la posición. Estos recursos, en muchos casos (Hayden, 2009) se generaban por vía pecuaria y creemos que este es el caso del sur de la Península Ibérica. Como en otros casos (Dietler, 2001) los mecanismos dispuestos para evitar la acumulación, como las fiestas de consumo conspicuo, sólo servirían para acelerarla, dado que aquellos que no eran capaces, a su vez, de ofrecer estas prestaciones, por carecer de recursos (o por haberlos amortizado en exceso) se convertían en dependientes. Otros fre-

nos, susceptibles de dificultar la acumulación (iniciada al principio de forma azarosa pero reproducida a través de la exigencia de la devolución de las prestaciones antes referidas) no podían encontrar límites en el seno de comunidades en las que la tierra era aún de propiedad comunal y, de hecho, los pastos abiertos a todos se convertían en un incentivo más para el crecimiento diferencial (aprovechados más por aquellos que más cabezas de ganado tenían). Paradójicamente lo que podía contener el crecimiento de los rebaños, la división de la tierra, abría nuevas posibilidades a la desigualdad (sobre todo si los repartos se convertían en permanentes y no se impedía la subdivisión). Cabe además otra posibilidad, si el reparto de la tierra (agrícola) se dio según la capacidad de ponerla en cultivo, no sólo una familia numerosa accedía a mayores porciones (con el riesgo de empobrecimiento general de la subdivisión posterior o de caída en la posición social de algunos de sus miembros si se establecía un cierto derecho de «primogenitura») sino que, una vez que los animales se usan como fuerza de tracción, la disponibilidad de más animales suponía la capacidad de poner en cultivo mayores porciones de terreno y si se repartían las tierras por este criterio no existía el riesgo de empobrecimiento de la familia por subdivisión (al contrario si continuaba su demanda de tierras por el crecimiento de su riqueza en términos de capacidad para explotar más terreno). Todo ello, dejando de lado un aspecto que se debe recordar, que la acumulación inicial y la adscripción de aquellos que no habían podido restituir los favores, habría generado la consolidación de algunos individuos (familias) en las posiciones de dominio, desde las cuales, ideológicamente, recurriendo a ancestros divinizados en mayor o menor grado, se identificaron con la comunidad y por tanto reclamaron el derecho exclusivo a sus recursos (la tierra) cuyo usufructo «cedían» a cambio de un tributo (Godelier, 1989). Sólo la prohibición de la propiedad familiar de los rebaños habría ralentizado este proceso de acumulación pero ello no hubiera evitado en muchos casos la jerarquización a través del control de la fuerza de trabajo (por la opresión de los adquiridos desde el exterior o por la presión sobre ciertos sectores marginados ideológicamente como las mujeres).

En este trabajo nos centraremos en la importancia de los animales como elementos de riqueza acumulable y susceptible de ser utilizados, a través de fiestas u otros rituales, en la reproducción de la desigualdad y en la competencia por el territorio y sus recursos incluida la fuerza de trabajo cuya movilidad se limita. No se discutirá el proceso la apropiación privada de la tierra y su división.

Prestaremos también aquí atención al desarrollo artesanal, tanto porque ciertos avances pudieron ser utilizados directamente en la puesta en explotación de determinadas tierras (cambios en los soportes líticos y uso de algunos de ellos como elementos de hoz) como porque la producción se intensificó en ramas relacionadas con la identidad social, favoreciendo la exhibición de las diferencias en la vida y en la muerte (vestido, adornos y representaciones...) en un contexto social en el que lo sagrado y lo profano se hallan profundamente relacionados.

4. INNOVACIÓN Y CONTINUIDAD ENTRE EL NEOLÍTICO ANTIGUO Y EL COBRE FINAL EN EL SUDESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

A la hora de valorar el desarrollo técnico en el periodo considerado y especialmente entre el 4200 y el 2000 A.C. hay que partir de una serie de presupuestos (teóricos). En primer lugar es indudable que la mayor parte de los elementos que se consideran como propios de la artesanía no tienen una relación directa con el consumo de alimentos, aunque algunos de ellos pudieron ser usados en la producción agropecuaria de manera directa o indirecta. Éste puede ser el caso del metal según algunos estudios experimentales (Morgado *et al.*, 2009). Además, en cualquier caso, la subsistencia no se puede reducir a la producción de alimentos sino que implican también actividades imprescindibles para la supervivencia, especialmente el refugio por lo que ciertos cambios en las unidades de resi-

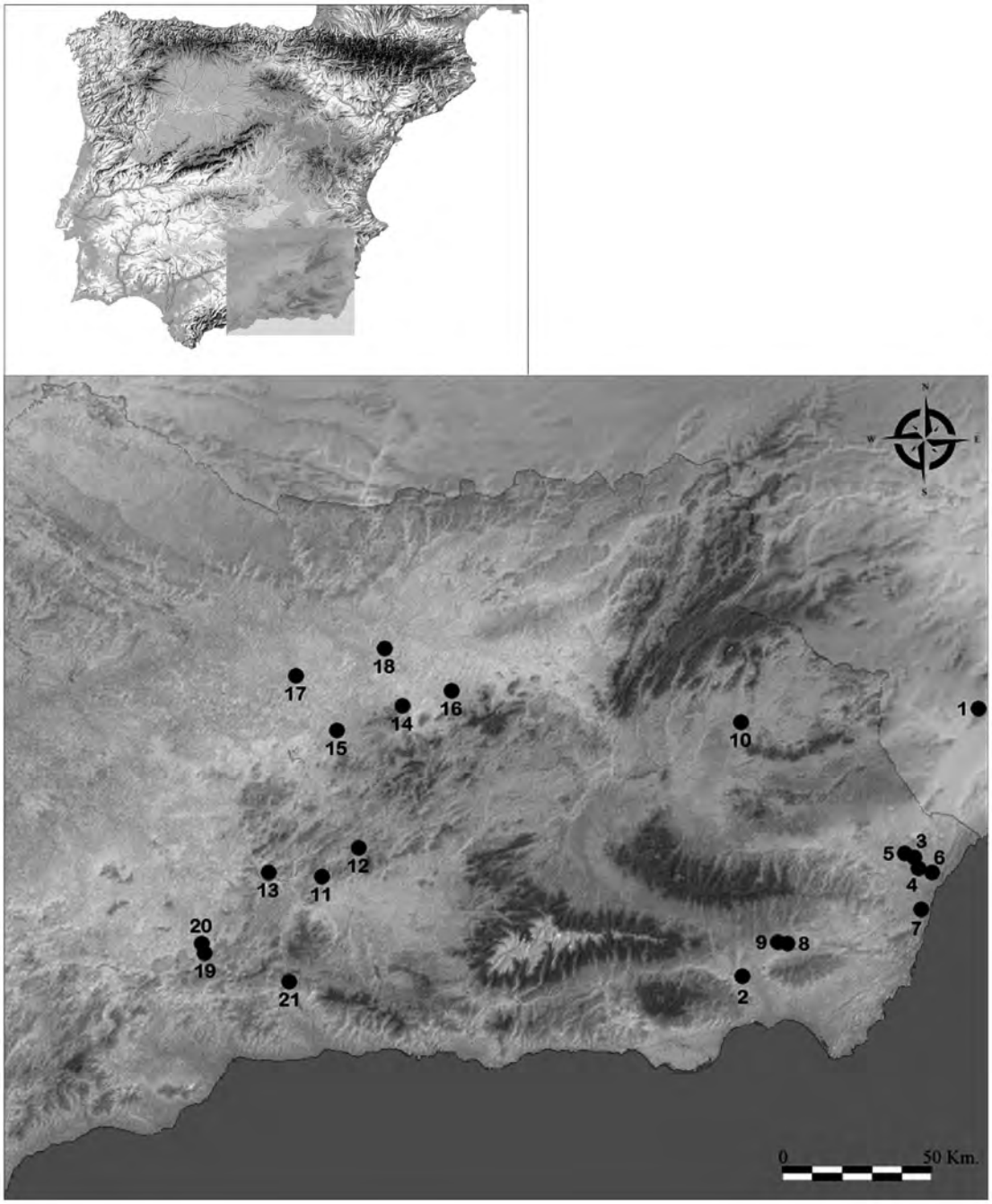


FIG. 1. Localización de los yacimientos citados en el texto.

1. Cueva Sagrada (Lorca, Murcia)
2. Los Millares (Santa Fe de Mondújar; Almería)
3. Campos (Cuevas de Almanzora, Almería)
4. Zájara (Cuevas de Almanzora, Almería)
5. Santa Bárbara (Cuevas de Almanzora, Almería)
6. Almizaraque (Cuevas de Almanzora, Almería)
7. Las Pilas (Mojácar, Almería)
8. Terrera Ventura (Tabernas, Almería)
9. El Búho (Tabernas, Almería)
10. Cerro de la Virgen (Orce, Granada)
11. Necrópolis de Sierra Martilla (Loja, Granada)
12. Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada)
13. Villavieja (Fuentes de Cesna, Algarinejo, Granada)
14. Marroquíes (Jaén)
15. Polideportivo-La Alberquilla (Martos, Jaén)
16. Venta del Rapa (Mancha Real, Jaén)
17. Alcores-Albalate-Berral (Porcuna, Jaén)
18. Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaén)
19. Dólmenes de Antequera (Antequera, Málaga)
20. Necrópolis de Alcaide (Antequera, Málaga)
21. Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga)

dencia entre los diferentes periodos en consideración deberían ser evaluados. Por otra parte, evidentemente, desarrollo artesanal y especialización no son la misma cosa (Martínez *et al.*, 2009) aunque determinadas producciones del sur de la Península, por ejemplo metales preciosos, pudieron estar en función de la demanda de las élites (Nocete, 2006) si bien también se ha planteado su vinculación preferente a la esfera de lo sagrado (Murillo *et al.*, 2015b)

Comenzaremos con la actividad metalúrgica por ser aquélla que ha enfrentado más claramente a los investigadores en cuanto a su relevancia (Lull, 1983; Molina, 1988; Nocete, 2006) o no (Gilman, 1976) en la explicación del desarrollo social.

Independientemente de los problemas sobre su origen, la cronología de su inicio todavía no ha sido bien definida en muchas de las áreas de las que nos ocupamos, si bien se acepta ampliamente, según las fechas del Suroeste y de la Alta Andalucía, una datación correspondiente al último tercio del IV milenio A.C. (Nocete *et al.*, 2011). Las fechas indirectas para el Sudeste (Fig. 1), por ejemplo de la fundación de Los Millares (Molina *et al.*, 2004) parecen apoyar tal cronología. Sin embargo el debate se centra en la determinación de la complejidad (Nocete *et al.*, 2008) o no (Rovira, 2004) del proceso técnico de trabajo metalúrgico, así como en la evaluación de su impacto medio ambiental (Nocete *et al.*, 2005; García-Alix *et al.*, 2013). En relación con esto último, pese al rechazo de algunos autores, y aun admitiendo que no se pueden plantear niveles de impacto similares a los actuales, los registros de lugares bastante alejados de las zonas de mayor actividad metalúrgica en el III milenio A.C. como Sierra Nevada parecen mostrar una mayor contaminación por metales pesados en ese momento que en las épocas precedentes. Respecto al proceso técnico, recientemente se ha indicado que este no era similar para toda la producción artefactual y que la complejidad del mismo dependíadel tipo de objeto que se elaboraba (Nocete *et al.*, 2008). Sin embargo se tiende a considerar que dichas diferencias no supusieron mejoras significativas en la técnica empleada, ni siquiera en la segunda mitad del III milenio A.C. cuando se documenta la aparición denuevos objetos (Rovira, 2004). La discusión más frecuente tiene lugar en relación con el significado de la presencia de diferentes cantidades de arsénico en algunos objetos. Mientras algunos autores las interpretaban como un intento de aumentar la dureza (Arribas *et al.*, 1989), otros la habían considerado tradicionalmente como un resultado accidental de la presencia de arsénico en las muestras minerales originales (Montero, 1999), o bien que se eligieran los minerales más ricos en arsénico para conseguir los resultados esperados en dureza (Cámara, 2010). Paradójicamente en los últimos años se está aceptando esa búsqueda pero leyendo la elección de esa materia prima rica en arsénico en términos estéticos y simbólicos para cambiar la coloración del producto (Pereira *et al.*, 2013). Independientemente de las razones del uso de determinados metales y aleaciones, no se puede negar que el proceso comprendió la adquisición de una serie de conocimientos y destrezas que no se extendieron al total de la población y que implicaron no sólo el desarrollo de áreas especializadas de actividad (Fig. 2) (Molina y Cámara, 2005; Nocete *et al.*, 2008) y de asentamientos con una marcada orientación minero-metalúrgica (Nocete, 2006), sino también la realización de trabajos mineros en profundidad que afectaron, al menos en Andalucía Occidental, incluso a minerales utilizados en la representación ideológica como el oro (Nocete *et al.*, 2013). En cuanto a la circulación de las materias primas y de los productos acabados, los datos son todavía escasos y se refieren principalmente al Alto Guadalquivir (Nocete *et al.*, 2011), pero parecen mostrar que a los centros más importantes de cada región llegaban materias primas de diferentes fuentes (no excesivamente alejadas en general) mientras que a los asentamientos de segundo nivel llegaban sólo materias primas locales y en muchos de ellos sólo se practicaba una metalurgia de mantenimiento.

¿Qué implicaciones podemos deducir entonces que tuvo la metalurgia en el desarrollo social? Evidentemente no parece que en el conjunto del área de estudio la metalurgia sea el factor desencadenante de los cambios, y no parece que los objetos metálicos fueran un elemento clave en la jus-

FIG. 2. Taller metalúrgico de Los Millares (foto GEPRAN).

tificación ideológica al menos hasta mediados del III milenio A.C. dado el predominio de objetos domésticos incluso teniendo en cuenta su más fácil amortización (Murillo y Montero, 2012). El caso del oro, a partir de momentos avanzadosdel III milenio A.C., es particular. De hecho los objetos localizados no son funcionales pero existe una discusión importante sobre su utilización en la justificación del orden social (Nocete *et al.*,2013) o simplemente en la esfera de los sacro (Murillo *et al.*, 2015b). Se trata, en nuestra opinión, de una falsa contraposición. Por una parte el desarrollo de las «creencias» y de las ofrendas sólo tiene sentido en una sociedad fuertemente jerarquizada. Por otra, la vinculación de las láminas de oro a elementos como los ídolos (Costa, 2009) parece insinuar su empleo en relación con la definición de determinadas identidades, lo que sugiere un culto a los ancestros, posiblemente ya menos genéricos, y por tanto, una mayor importancia de la ascendencia como justificación de la posición social. Aspecto este último también resaltado a partir de los cambios observados en el mundo megalítico (Cámara, 2001). Sin entrar en la discusión sobre el carácter de las creencias de las comunidades calcolíticas, la proliferación de ídolos, y el desarrollo de una artesanía relacionada con su manufactura (Lozano *et al.*, 2010) en el periodo considerado tanto en contextos domésticos como rituales puede relacionarse con el culto a los antepasados y los intentos de perpetuación de identidades concretas más allá de la muerte. Este fenómeno también es evidente en el Sudeste, aun cuando en los contextos funerarios de esta área la representación de los rasgos sobre los betilos funerarios fuera más esquemática y menos duradera (pintada).

Una línea argumental adicional sobre el papel de la metalurgia la constituye el uso de objetos metálicos en otras actividades artesanales vinculadas bien a la fabricación de elementos ideológicos o de prestigio por ejemplo de ámbar (Nocete *et al.*, 2013) cuya procedencia alejada se ha planteado (Murillo y Martinón, 2012), bien a la preparación de instrumentos necesarios para la subsistencia, especialmente la industria lítica tallada. En este sentido se ha planteado no sólo la necesidad de una punta de cobre como elemento terminal del intermediario necesario para producir grandes hojas mediante presión con palanca (Morgado *et al.*, 2009) sino el empleo de estas grandes hojas en

la actividad metalúrgica como elementos para sujetar los crisoles (Nocete, 2006). Por ello el empleo de útiles metálicos de cobre en la producción de los soportes destinados a la manufactura de instrumentos empleados enla mayor parte de las actividades cotidianas resulta un aspecto que no se puede minusvalorar. La circulación de estas hojas, así como de otros instrumentos realizados en sílex u otras rocas silíceas, como las puntas de flecha obtenidas por presión, ha sido también destacada en relación con la complejidad de las redes de relaciones del periodo considerado, superando incluso, en cuanto a la extensión geográfica de los tráficos, los límites del área en estudio (Nocete *et al.*, 2005; Afonso *et al.*, 2011). Hay que señalar, sin embargo, que el volumen de material que circuló a grandes distancias es pequeño.

En el plano de la subsistencia, reconociendo el carácter utilitario de los instrumentos de metal, la mayoría de los autores han sido incapaces de valorar la función que éstos pudieron tener en otras actividades artesanales, aunque, por lo que sabemos, se desarrollaron siempre en el ámbito doméstico. Agujas y punzones, aunque siguieron realizándose en hueso, son la mayoría de los elementos que encontramos en metal lo que sugiere su empleo en tareas textiles. El desarrollo de la actividad textil se relaciona con el cultivo del lino (Rovira, 2007) indudablemente usado para tal fin como prueban los hallazgos de Cueva Sagrada (Lorca) (Rivera y Obón, 1987; Eiroa, 1990), aunque se haya planteado también su empleo para la extracción de linaza (Peña, 1999). Los elementos en hueso trabajado también experimentan cambios durante el periodo considerado, el más llamativo de los cuales es el pulido total de su superficie (y no sólo de la parte activa) (Salvatierra, 1982; Altamirano, 2013) pero al final del periodo los elementos de adorno se hacen más variados (Pau, 2015).

También la relación entre artesanía y subsistencia viene sugerida por otros instrumentos frecuentemente realizados en cobre, las sierras, escoplos, etc. empleados para trabajar la madera y que eran complementarios de los útiles destinados a tal fin en piedra pulida. No obstante, para la obtención de las grandes piezas necesarias para la construcción debieron seguir siendo básicas las grandes hachas de piedra.

Además, también desde el III milenio A.C., determinadas armas empezaron a ser producidas en cobre. Su significación debe evaluarse en un contexto de creciente preocupación por la seguridad y la defensa de la propiedad (incluyendo la propia fuerza de trabajo) que vio la proliferación en determinadas zonas no sólo de las fortificaciones construidas con diferentes materiales sino de yacimientos específicamente destinados al control territorial (fortines) (Nocete, 1994; Cámara y Molina, 2013).

En cuanto a la cerámica no sólo cambian las formas, desde el IV milenio más abiertas y en continua evolución (Arribas y Molina, 1979), sino que se producen importantes mejoras técnicas (adición de desgrasantes, modelado a molde...) observándose una mayor relación entre la técnica de los recipientes y la función que debían tener. Aunque se había planteado que los recipientes abiertos de grandes dimensiones y profundidad no excesivamente elevada (fuentes y cazuelas) estaban destinados al consumo comunal de «tortas» de cereal (Nocete *et al.*, 1986), los resultados de los análisis químicos han sugerido que en ellos se preparaban platos en los que la grasa animal estaba también presente (Sánchez *et al.*, 1996). La mayoría de los objetos cerámicos están realizados con arcillas de procedencia cercana lo que indica una manufactura local, si bien determinadas piezas de prestigio y/o decoradas pudieron circular a distancias mayores (Capel *et al.*, 2001). A fines del III milenio se generaliza el uso degrandes recipientes de almacenaje (Arribas y Molina, 1979) a veces concentrados en determinadas áreas como el Fortín 1 de Los Millares (Molina y Cámara, 2005).

En el plano de otras actividades artesanales relacionadas con la subsistencia no se ha hecho mucho en los últimos años para analizar en detalle la complejidad de los procesos constructivos. En términos genéricos se presume que los sepulcros (realmente vinculados con la producción ideológica y no con el refugio o la defensa) implicaron un mayor esfuerzo por sus dimensiones y por estar

realizados básicamente en piedra. En nuestra zona de estudio éste puede ser el caso de algunos dólmenes como los de Antequera (Carrión *et al.*, 2009), o los sepulcros de corredor con cámara circular del sudeste, se cubrieran o no con falsa cúpula (Blance, 1971), pero la mayoría de las tumbas del Sudeste y la Alta Andalucía son de pequeñas dimensiones y a menudo cuentan con una parte excavada cuando no son verdaderas cuevas artificiales (Cámara y Molina, 2015; Montufo *et al.*, 2010). Por otro lado en la parte oriental de Andalucía también se excavan grandes cuevas artificiales con cámara y corredor y anejos, como las de Alcaide (Antequera) (Marqués *et al.*, 1992), Sierra Martilla (Loja) (Montufo *et al.*, 2010) o las de Marroquíes (Berdichewsky, 1964) para las que, en algunos casos, se ha podido determinar la existencia de modificaciones estructurales en relación con la techumbre (Fig. 3), a veces tallada en la roca natural, a veces elaborada con material orgánico sostenida por postes y otras constituida por una verdadera cubierta abovedada que arranca del revestimiento de adobes de las paredes excavadas (Cámara *et al.*, 2012b).

En cualquier caso la complejidad estructural y la variedad arquitectónica de las viviendas es, sin duda, mayor y en Los Millares se aprecian variaciones especialmente en las dimensiones a lo largo del tiempo (Molina y Cámara, 2005; Castro *et al.*, 2010) pero también la existencia de edificios especiales de planta rectangular, algunos de ellos relacionados con la actividad metalúrgica y con cierta compartimentación (Molina y Cámara, 2005). Los materiales constructivos pueden ser variados (piedra, adobe, cañas y maderas revestidas de barro, etc.) pero ello no debió influir en la estabilidad estructural de las viviendas más allá del hecho de que la mayor proporción de piedra en los zócalos era un freno mayor a los incendios. Incluso en edificaciones parcial o totalmente subterráneas la división del espacio está presente. Por otro lado, como muestran determinados casos del Polideportivo-La Alberquilla (Martos) (Lizcano *et al.*, 1991-92) las estructuras hipogeicas, por sus pequeñas dimensiones, debieron imbricarse en estructuras más extensa y de carácter exento, utilizándose para determinadas actividades las partes subterráneas; mientras que las de Marroquíes (Jaén) que llegan a tener dimensiones considerables (Cámara *et al.*, 2011), mayores que las de la mayoría de las cabañas circulares exentas (Fig. 5), a veces fueron usadas para el almacenaje a amplia escala (Barba y Navarro, 2010). Pese a estos datos se ha desarrollado una creciente tendencia a considerar todas estas estructuras subterráneas y semisubterráneas como «rituales» (Márquez, 2001).

Una gran variedad en las estructuras de habitación se ha documentado en Marroquíes (Lizcano *et al.*, 2004; Zafra *et al.*, 2010). Además de los complejos estructurales subterráneos y semisubterráneos, cuyo uso continúa hasta el Cobre Final, como atestiguan los restos cerámicos campaniformes hallados en su interior, se han localizado unidades residenciales circulares con surco perimetral excavado que debió servir de apoyo a una estructura de materia orgánica (tal vez de listones de madera). En paralelo a este surco suelen aparecer alineaciones de hoyos de poste al interior y al exterior. Posiblemente los postes y la estructura de madera quedaban embutidos en un muro de argamasa. Las estructuras más recientes incluyen zócalos de piedra o adobe, y van cambiando su planta hacia residencias alargadas, primero ovales (Zafra *et al.*, 2003) y finalmente rectangulares que debieron realizarse a principios del II milenio A.C. (Cámara *et al.*, 2012a; Cámara y Molina, 2013). Las unidades domésticas de adobe más conocidas y más espectaculares (Fig. 4) se han localizado en el Cerro de la Virgen (Orce, Granada) (Kalb, 1969).

La mayor complejidad en los aparejos constructivos y en el diseño ha sido documentada en los sistemas de cierre. Esto se puede aplicar incluso a los casos en los que tal cierre consiste sólo en un foso excavado y un terraplén acompañado o no de empalizada y que más a menudo han sido considerados como recintos rituales (Márquez y Jiménez, 2013). Ningún caso del área de estudio ha sido indagado extensivamente, si exceptuamos el recinto más interior de Venta del Rapa (Mancha Real, Jaén) (Lechuga *et al.*, 2014) y, de hecho, el sudeste se ha considerado que queda fuera del área de difusión de tales «recintos» (Márquez y Jiménez, 2013). Realmente la integración de los diferen-

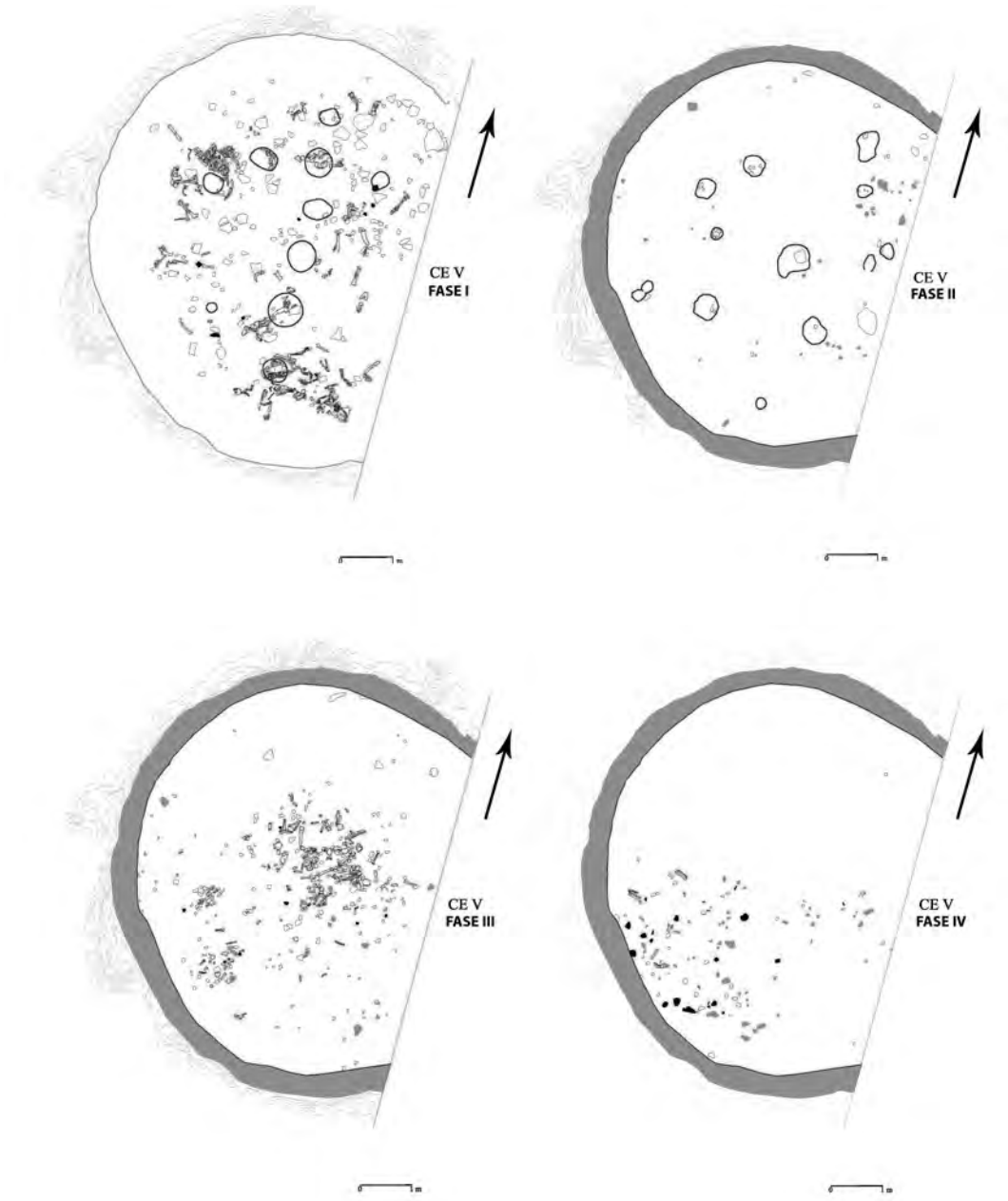


FIG. 3. CE V del STJ en Marroquíes (Jaén) (modificado de Cámara *et al*., 2012b).

tes materiales para formar el parapeto del sistema de cierre es bastante frecuente y es visible en Marroquíes (Lizcano *et al*., 2004) donde los diferentes recintos, no totalmente sincrónicos ni simétricos pese a las esquematizaciones presentadas (Zafra *et al*., 2010) se adaptaron al emplazamiento elegido y sufrieron modificaciones incluso en pequeños tramos (Pérez y Cámara, 1999; Cámara *et al*., 2012a). La articulación de murallas y fosos está también presente en Los Millares (Cámara y Molina, 2013) donde se ha mostrado la planificación previa de los recintos (Esquivel y Navas, 2005, 2007) pese a que se haya querido plantear una construcción discontinua y no planificada (Díaz del Río, 2013). En este sentido la planificación con modificaciones es visible claramente en la muralla del Cerro de la Virgen (Orce) con sus lienzos paralelos, el adarve entre ellos, el corte de la roca bajo la cara exterior de la muralla y la modificación de los sistemas de acceso (Schuüle, 1980; Cámara

FIG. 4. Cabaña de adobes del Cerro de la Virgen (Orce) (foto W. Schüle, 1980).

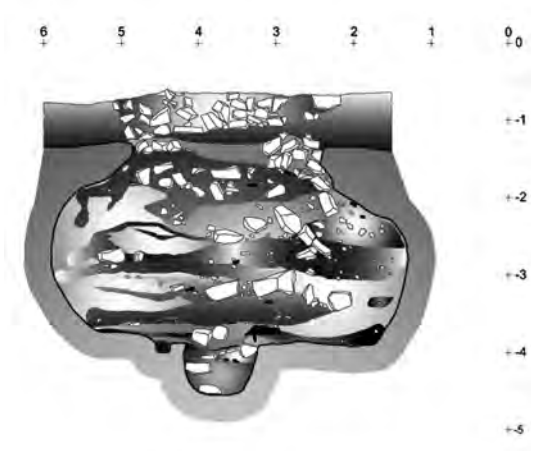


FIG. 5. Ejemplo de complejo estructural subterráneo de grandes dimensiones y con estructuras internas de Marroquíes (Jaén) (según Cámara *et al*., 2011).

et al., en prensa b). La complejidad de diseño en planta y alzado de las murallas del III milenio ha sido demostrada a partir del estudio de la muralla de Villavieja (Fuentes de Cesna, Algarinejo) (Garzón, 2015).

En cuanto al aparejo de estos sistemas de cierre es tan variable como el de las viviendas. Claras empalizadas, a veces con los postes caídos sobre el foso, se han localizado en Marroquíes (Lizcano *et al.*, 2004). Las murallas con considerable alzado de piedra más conocidas son las de Los Millares (Molina y Cámara, 2005; Cámara y Molina, 2013) donde los derrumbes sobre los fosos de los fortines han permitido calcular una altura superior a los 4,50 m. Los cálculos estructurales sobre los restos de Villavieja sugieren una altura similar (Garzón, 2015). Murallas con zócalos de piedra peor conservados se han localizado en otras áreas del Sudeste como la Cuenca de Vera con los ejemplos de Campos, Zájara, Santa Bárbara y Almizaraque (Cuevas de Almanzora, Almería) (Delibes *et al.*, 1986; Cámalich y Martín, 1999), o Las Pilas (Mojácar, Almería) (Alcaraz, 1992), en el Alto Guadalquivir con los yacimientos vinculados de Alcores-Albalate-Berral (Porcuna, Jaén) (Arteaga, 1987; Nocete, 1994) e incluso fortines como el Cerro de la Coronilla (Cazalilla, Jaén) (Nocete, 1994). También entre el occidente de Granada y la provincia de Málaga se conoce tal tipo de murallas, sea en el ya referido Villavieja (Morgado *et al.*, 2012), en Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada) (Cámara *et al.*, en prensa a) sea en el Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga) (Martín y Recio, 2004).

En el caso del Cerro de la Virgen el aparejo de la muralla (Fig. 6), con una conservación excepcional, por encima de los 2 m, destaca por su complejidad, al alternar capas de piedras dispuestas en espina de pez con nivelaciones de barro previas a la realización de una nueva hilada de piedras con la misma disposición (Schüle, 1980). Pese a que tal sistema no parece favorecer una gran estabilidad de la construcción, la muralla principal debió superar los 5 m de alzado, a los que se debía sumar el corte de la roca y la altura del lienzo antepuesto, con lo que el sistema defensivo en altura se acercaría a los 10 m y en anchura los superaría (Cámara *et al.*, en prensa b).

Canteras para la construcción de estas murallas, de las tumbas y de las casas, se han localizado en el área de la necrópolis de Los Millares, donde se usaron técnicas similares a las empleadas en la

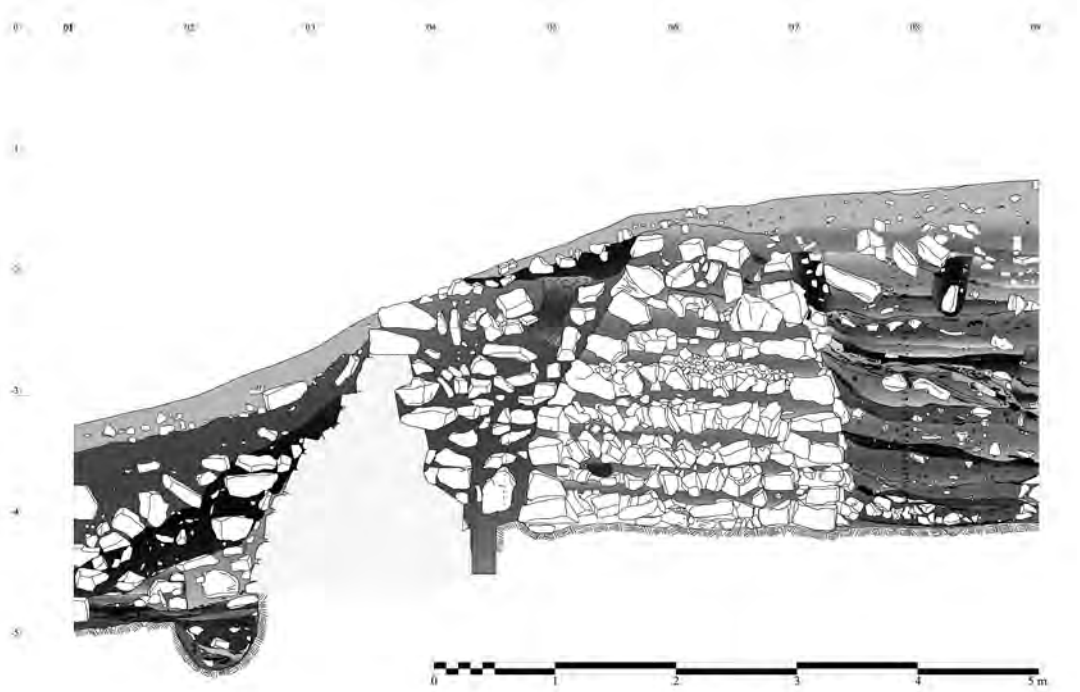


FIG. 6. Perfil estratigráfico del Cerro de la Virgen (Orce) con sección de la muralla (según Cámara *et al*., en prensa b).

extracción de rocas volcánicas en el Cabo de Gata (Almería) para la fabricación de molinos (Carrión *et al.*, 1993).

En cuanto a las prácticas agropecuarias, la introducción de las especies domésticas, al menos desde el 5500 A.C. (Balsera *et al.*, 2015) se había considerado tradicionalmente como el inicio de un lento proceso de transformación (Vicent, 1990). Sin embargo, determinados datos sugieren que tanto la ganadería (Liesau y Morales, 2012) como la agricultura (Peña *et al.*, 2013) estaban plenamente asentadas ya en el último tercio del VI milenio A.C. Lo más interesante es que se han presentado datos sobre un temprano uso de los que se ha denominado productos secundarios ganaderos sea a partir de la composición de las cabañas (Riquelme, 1998), sea desde análisis químicos (Martí *et al.*, 2009). Estos apuntan al uso de los animales como productores de leche, sin contar con el hecho de que como productores de piel, sino de lana, debieron haber sido usados desde el primer momento. Hemos propuesto que la presencia de caballo, sobre cuyo carácter doméstico o salvaje todavía se discute para el Neolítico Reciente y los inicios del Calcolítico (Liesau, 2005), pudo estar relacionada con cambios en los usos de los animales en relación con las tareas agrícolas o, en general, de tracción, especialmente por la evolución de su relación proporcional con los bóvidos en Los Castillejos (Cámara y Riquelme, 2015). No parece haber duda sobre el carácter doméstico de los caballos de fines del III milenio A.C. en yacimientos como el Cerro de la Virgen (Driesch, 1972).

Fuera de esos aspectos, merece la pena destacar la importancia de los cerdos en determinadas zonas como el Alto Guadalquivir (Martínez, 2006; Cámara y Riquelme, 2015) o, en general, en el Calcolítico, como demuestra el Cerro de la Virgen (Driesch, 1972). Más allá de que el ambiente fuera en esos momentos ligeramente más húmedo (Yanes *et al.*, 2011) se trata, obviamente, de una elección humana hacia un animal productor de carne. El uso de ésta en determinadas ceremonias no deja de ser una hipótesis y no debió ser exclusiva en todo caso, dado que los sacrificios de determinados animales con fines ideológicos afectan también, y quizás de forma más frecuente, a bóvidos, ovinos y cánidos (Cámara *et al.*, 2010), estos últimos sin apenas uso alimentario en nuestra zona de estudio.

En lo que respecta a la agricultura, aunque otros sistemas de recolección pudieron haber sido empleados, la siega con hoces está probada desde finales del VI milenio A.C. (Perales *et al.*, 2015). Lo más interesante en relación con la práctica agrícola es la posibilidad, a tenor de los datos que se han obtenido recientemente, del cultivo de especies como la adormidera y el lino (Rovira, 2007) que se incluyen dentro de un espectro muy amplio de plantas aprovechadas por las comunidades, la mayoría de las cuales se siguen considerando silvestres, entre ellas muchos frutos. El caso que ha generado más discusión es el del olivo, cuya temprana manipulación humana, ha venido sugerida no sólo por la abundancia de restos sino también por el aumento progresivo del grosor de los anillos según los hallazgos del yacimiento de Los Millares (Rodríguez y Vernet, 1991). Otro aspecto destacable es el almacenaje de la producción pues, si bien se ha llamado la atención sobre el hecho de que no todas las fosas eran silos (Lizcano *et al.*, 1991-92) ni de que todas estuvieron en uso contemporáneamente (Márquez, 2001), algunas indudablemente se usaron para almacenar productos (también pecuarios) y nuevos sistemas de conservación de alimentos se fueron introduciendo como hemos referido al tratar la cerámica.

El control del territorio donde se desarrollaron esas prácticas y del que se recuperaron abundantes materias primas, al igual que la delimitación de los espacios de hábitat donde tuvieron lugar las actividades artesanales implicó la articulación de diversos sistemas más o menos eficientes que empleaban argumentos tanto materiales como ideológicos.

La delimitación sacra tuvo lugar a partir de monumentos megalíticos en determinadas zonas del área de estudio, especialmente en los valles del río Andarax-Nacimiento y su prolongación por el río de Gor en la provincia de Granada, el área dependiente de Los Millares, donde los sepulcros marcaban en su dispersión los territorios de explotación y especialmente las áreas cercanas a los cursos fluviales que conducían también a las áreas montañosas (Cámara *et al.*, 2014; Spanedda *et al.*, 2014). Las áreas cerca de los poblados más importantes también suelen mostrar una especial demarcación sacra sea en el Sudeste con los ejemplos de Los Millares y otros poblados como Terrera Ventura o El Búho (Tabernas) (Cámara *et al.*, 2014), sea en la Alta Andalucía con los ejemplos de Las Peñas de los Gitanos (Montefrío) (Montufo *et al.*, 2010) o Antequera (García, 2009), sea, sobre todo, en el valle del Almanzora, donde las pequeñas necrópolis rodean los asentamientos (Cámara, 2001).

En otras áreas del Sudeste, como los Altiplanos más orientales de Granada, y en el Alto Guadalquivir, tales sistemas de delimitación no se conocen.

Además de la dispersión de poblados, situados en zonas poco elevadas sobre los cauces fluviales, cerrados por murallas, empalizadas o terraplenes, acompañados normalmente de fosos, pequeños recintos (fortines) se conocen en varias zonas, especialmente en el Andarax (Cámara y Molina, 2013) y el Alto Guadalquivir (Nocete, 1994). Defensa externa y control interno han sido las funciones atribuidas a este tipo de yacimientos.

5. COYUNTURAS Y LARGA DURACIÓN EN LA PREHISTORIA RECIENTE DEL SUDESTE Y LA ALTA ANDALUCÍA

Mientras la introducción de las especies agropecuarias esenciales (trigo, cebada, escanda, esprilla, guisantes, habas, bóvidos, ovicápridos y suidos) fue un proceso mucho más rápido de lo que tradicionalmente se había planteado, los cambios socioeconómicos que facilitarán el desarrollo de la desigualdad social fueron mucho más lentos y se manifestaron en momentos aún más avanzados, utilizándose a menudo el ritual como una forma de enmascaramiento.

Como hemos sugerido la introducción de las especies domésticas, y especialmente las pecuarias, por un lado facilitó la acumulación y, por otro, aumentó los conflictos por el territorio (no tanto

como tierra agrícola, más allá de porciones muy cercanas a los asentamientos, sino sobre todo como terreno de pastos y zona de desplazamiento de personas y animales). En nuestra opinión éste es el primer aspecto que se hace visible en el registro arqueológico (en general) del sur de la Península Ibérica con tempranas formas de delimitación que incluso preceden (en la forma de representaciones rupestres) los momentos cronológicos que aquí estamos tratando. Aun cuando la mayoría de las representaciones no tienen una fácil lectura (Martínez, 2006) y aquí no nos hemos ocupado de ellas, la importancia de los animales no puede ser puesta en duda. Conflictos y actividades económicas, incluyendo ganadería y caza son visibles en las representaciones de arte levantino presentes en el extremo oriental del área tratada pero su cronología es aún más problemática (Hernández, 2013).

Con independencia de estos marcadores, y aún con la escasez de dataciones (Balsera *et al.*, 2015), puede considerarse, como ya propusiera J. Guilaine (1976), que también en esta región los primeros megalitos acompañan el inicio del Neolítico Reciente. Es incluso más difícil establecer si en esos momentos se enfatizó el control global del territorio o sólo de las zonas inmediatas a los asentamientos, especialmente porque los megalitos que muestran rasgos más arcaicos se sitúan en la cuenca de Vera donde, sobre todo, tienden a agruparseen pequeñas necrópolis entorno a los asentamientos.

El sistema de demarcación de rutas en su forma más elemental con la señalización de los puntos de inicio y fin debió estar definido, en cualquier caso, hacia el denominado Neolítico Final (*c.* 3500 A.C.), más de 2000 años después de la introducción de las estrategias agropecuarias en el área. Esta forma de delimitación implica por un lado la gestión comunal del territorio de explotación (incluyendo la de los pastos) y de las vías de desplazamiento (incluidas las que se transitan con los rebaños) y por otro, que los desplazamientos eran bastante comunes. Sin embargo la propiedad de los animales parece ser claramente familiar y probablemente desde su misma introducción.

En este sentido pueden leerse muchos de los diferentes contextos en que tales animales aparecen sacrificados en relación con prácticas rituales destinadas a la reproducción (ideológica) de los rebaños y de la propiedad (Cámara *et* al.,2010), especialmente si pensamos que los complejos estructurales donde esas prácticas tuvieron lugar formaban parte de unidades residenciales y no las consideramos como parte de recintos exclusivamente ceremoniales. La vinculación de estos sacrificios a personas concretas se aprecia también desde fines del IV milenio A.C. como en el caso de su asociación a un enterramiento humano en el CE 7 de La Alberquilla (Cámara *et al.*, 2010); pero tales rituales se hacen más frecuentes y evidentes con las ofrendas que se depositan en los sepulcros de inhumación colectiva durante el III milenio A.C. y se constatan particularmente bien en las cuevas artificiales en el Tramo 3 del Sistema Tranviario de Jaén (Cámara *et al.*, 2012b).

Debemos recordar aquí que, en nuestra opinión (Cámara, 2001), la colectivización en los enterramientos durante la Edad del Cobre (el III milenio A.C.) no es sino un proceso de enmascaramiento de las diferencias sociales. Desde este punto de vista no sólo las ofrendas en los primeros enterramientos individuales/familiares son expresión de la importancia adquirida por el deseo de perpetuación de la familia y sus recursos propios; sino que los primeros monumentos funerarios destinados a pocas personas, también en el Sudeste (pese a sus problemas de cronología) deben responder al deseo de perpetuación de la vida más allá de la muerte y el desarrollo del culto a los ancestros relativamente particularizados. Sin embargo, de la misma forma que el desarrollo de la colectivización pondrá freno a la exhibición de las diferencias, diluyendo la individualidad de un ancestro particular en el grupo, las representaciones figuradas tienden a mostrar pocos rasgos que definan las personas, especialmente en el Sudeste y, en los contextos funerarios y hasta un momento relativamente avanzado del III milenio A.C. Hallazgos en el Fortín 1 de Los Millares y los «ídolos» antropomorfos del Alto Guadalquivir sugieren que en el Cobre Reciente la intención pasó a ser

aquélla de definir más claramente los antepasados, y aunque se haya querido ver en estas estatuitas una representación de «divinidades», en este tipo de sociedades es el ancestro la verdadera vinculación entre el pasado, el presente y el futuro, la expresión de las creencias en la regeneración y, sobre todo, la justificación de la perpetuación de la estructura social en general y la posición social de la familia (más o menos extendida) en particular.

Otros elementos movilizados en estas tumbas, especialmente desde el III milenio A.C. comienzan a mostrar cómo la acumulación, fundamentalmente pecuaria, había facilitado el acceso a recursos exóticos y bienes de prestigio. Esto pudo tener lugar de diferentes formas, lo que explicaría, por las dificultades puestas a la manifestación de la diferenciación, el lapso temporal entre las diferentes formas de expresar la riqueza, especialmente si la amortización en los funerales era al mismo tiempo un riesgo (de pérdida excesiva de recursos) y una imposición (para destruir parte de lo acumulado). Hay que tener en cuenta, en cualquier caso, que la amortización de bienes no subsistenciales siempre era menos costosa en términos de reproducción de la propia riqueza que la de los propios medios de producción pecuarios. Los elementos exóticos y de prestigio podían corresponder además a la perpetuación (en la tumba) de símbolos de dependencia y adscripción por parte de aquellos que habían quedado imposibilitados para restituir los «favores» a las élites emergentes que habían acumulado más. En este sentido los adornos no sólo podrían representar, en su proliferación desde mediados del III milenio A.C., la amortiguación de los frenos a la demostración del poder social (al igual que se van apreciando diferencias en las tumbas de enterramiento colectivo) sino la constatación de que los símbolos (de deudas por fiestas, por matrimonios no equilibrados – dote, etc.) han adquirido un valor en sí mismos. La producción de adornos metálicos en este sentido llega a ser significativa. Las armas, por el contrario, se inscriben en otra dinámica que las convierten en continuadoras de una tradición de «medios de producción para la guerra» (Cámara, 2001).

En este contexto, el desarrollo artesanal viene, por una parte, propiciado por las demandas de un incremento de la producción para hacer frente a las obligaciones contraídas para mantener la posición social, y, especialmente, las que tienen que ver con las deudas de aquellos que no habían podido acumular lo suficiente para restituir los «favores» de las élites emergentes y que, en la práctica, habían quedado en posiciones de servidumbre, aunque fuera sólo evidente en las mismas fiestas o en las expediciones de rapiña. Así pueden interpretarse los cambios en las diferentes industrias líticas e incluso el desarrollo de la primera metalurgia, especialmente si esta última estuvo implicada en la producción degrandes hojas de sílex, utilizadas también en las actividades subsistenciales. Por otra parte un ulterior desarrollo, que afectaría también la metalurgia, la producción de adornos en diferentes materiales incluso no metálicos, y a la producción de objetos «rituales», como los ídolos representando los ancestros, vendría impulsado por los deseos de la élite de manifestar su poder y de ostentar símbolos de las deudas que con ellos habían contraído determinados sectores sociales. Este segundo aspecto se hará particularmente evidente en la segunda mitad del III milenio A.C. Un tercer aspecto del desarrollo artesanal afecta a la producción de elementos defensivo/ofensivos como los diferentes sistemas de cierre de los poblados y las armas, primero en sílex, con un complejo sistema de aprendizaje generalizado a ciertas capas de la población (Martínez y Afonso, 2003) y después en metal.

De hecho, los conflictos por el territorio se debieron hacer más agudos a medida que la acumulación diferencial progresaba y las únicas formas que tenían los endeudados para adquirir riqueza quedaban vinculadas a un crecimiento en extensión de las superficies que explotaban, para lo que además, careciendo a menudo de medios de producción móviles (animales de tracción), tendían aumentar la propia fuerza de trabajo (generando más hijos). Ello era sólo una salida temporal ya que los hijos heredaban aún menos cabezas de ganado y/o tierra y su única posibilidad de salida, aparte de un trabajo artesanal que debía implicar aún más dependencia de los únicos que deman-

daban productos de calidad y que exigía destreza y un largo aprendizaje, era de nuevo buscar nuevas tierras y generar más hijos. La demanda de tierra chocaba con los intereses de las comunidades vecinas por lo que el conflicto se debió generar tempranamente e ir en aumento. Además el conflicto abría una vía de acumulación rápida de medios de producción (animales y siervos/esclavos). Este proceso de nuevo favorecióa las élites por su mayor capacidad de movilización de recursos y dependientes. En este caso, además, ciertos jefes de grupos familiares amplios (clanes) al proporcionar más «guerreros» sí pudieron encontrar una salida que superara el círculo vicioso de crecimiento demográfico para mantener la posición evitando el empobrecimiento de los herederos.

Una de las primeras expresiones de este conflicto estaría en la proliferación de recintos con empalizada/terraplén y foso, si no los consideramos meramente como recintos rituales, ya a mediados del IV milenio A.C., si no antes, pero la situación se hace más compleja a partir de finales del IV milenio A.C. y las fortificaciones en piedra y adobe se generalizan en las siguientes centurias. Dentro de estos poblados las diferencias internas en residencia y consumo son ya visibles como se constata en Los Millares (Navas *et al*., 2008). La generalización de estas fortificaciones, con dificultad para ser defendidas en toda su extensión pero también casi imposibles de tomar a no ser por las puertas (Cámara y Molina, 2013), provocó un bloqueo en el crecimiento por agresión y conquista, como se puede ver en la consolidación de las fronteras de Las Campiñas del Alto Guadalquivir (Nocete, 1994) y el Pasillo de Tabernas (Spanedda *et al.*, 2015) durante el Cobre Reciente. Los costes de la defensa se añadieron a la presión soportada por las bases empobrecidas, sin ningún beneficio para ellas. Las élites exigieron contribuciones para garantizar la protección, a menudo en nombre de una comunidad/estado que quedaba realmente representada por ellos y, en muchas áreas, los yacimientos destinados al control y fortificados aparecieron no sólo hacia el exterior sino como forma de garantizar el sometimiento de los que debían contribuir al presunto bien común. A la larga el sistema pudo generar suficientes descontentos, entre los dominados pero también entre las élites emergentes (y especialmente aquéllas encargadas de la defensa) para descomponerse (Nocete, 1994) pero ciertos fenómenos naturales como el empeoramiento climático pudieron también contribuir (Yanes *et al*., 2011).

Está claro que, entre fines del III milenio A.C. y principios del II, todo enmascaramiento ha desaparecido, las élites exhiben su poder en todo tipo de asentamientos (centros políticos y asentamientos dependientes de nueva fundación) que se defienden en posiciones más escarpadas y con un sistema que implica la proliferación de pequeños núcleos de población de nueva fundación y con gran intervisibilidad siendo menos frecuentes los fortines (Molina y Cámara, 2009) enfatizándose el control de ciertas áreas especialmente defendidas cerca de asentamientos de gran tamaño (Lull *et al.*, 2014). Las formas ideológicas destinadas a suprimir la acumulación como las fiestas (que tuvieron el efecto contrario), desaparecen, la propiedad está plenamente asentada, la adscripción perpetuada y reproducida por mecanismos que implican una continua amortización de riqueza ritual en los funerales para mantener la posición social y que los más desfavorecidos no pueden mantener (Cámara y Molina, 2009) ni recurriendo a la agresión y conquista (Cámara, 2001). A la larga este sistema también se revelará inviable pero la salida, a fines del II milenio, en contra de lo que se propone habitualmente, conducirá a una sociedad aún más jerárquica, con ciertos enmascaramientos, en la que sólo la élite moviliza riqueza en los rituales (depósitos) y en la que prácticamente toda la población queda sujeta, en uno u otro modo, a esta élite, incluso en términos residenciales en poblados con agrupaciones de cabañas dispersas correspondientes a los diferentes grupos familiares definidos no sólo en sentido agnaticio sino también y sobre todo cognaticio (político) que compiten entre sí.

En definitiva los cambios estructurales se desarrollaron muy lentamente aunque su inicio tuvo lugar en una coyuntura bien precisa, la introducción de la agricultura y especialmente la ganade-

ría en torno al 5500 A.C. Otras coyunturas pueden situarse en las divisiones tradicionales de la Prehistoria Reciente en el cuadrante sudeste de la Península Ibérica. La mayor preocupación por la delimitación de los territorios necesarios para expandir el sistema agropecuario y el impulso de actividades artesanales destinadas a la producción de elementos relacionados con la subsistencia (hojas prismáticas en sílex, elementos relacionados con la actividad textil...) así como la proliferación de un nuevo sistema de hábitat al aire libre con la cercanía de viviendas, zonas de almacenaje y áreas rituales vinculadas a cada familia se desarrollaron a comienzos del Neolítico Reciente, en torno al 4000 A.C. Posiblemente en esos mismos momentos determinadas personas fueron consideradas por sus parientes como ancestros de particular importancia y se desarrolló el ritual de enterramiento destinado a justificar el poder de determinadas familias pero usado también en la demarcación territorial. Esto coincide con un aumento de la aridez del clima. El incremento de los conflictos territoriales tendría lugar en torno al 3500 A.C., Neolítico Final, cuando aparecen los primeros «recintos de foso» y la situación debió complicarse aún más porque a partir de fines del IV milenio A.C. con el advenimiento de la Edad del Cobre, proliferan las fortificaciones en piedra. En esos momentos parece introducirse la metalurgia cuyo impacto en la actividad de producción de hojas de sílex, en la actividad textil y en el armamento (posteriormente) no puede minusvalorarse, con recintos especializados como el de Los Millares. No está tan claro si los fortines de Los Millares aparecen hacia el 2500 A.C. o el control del territorio interno se puede considerar que se ejerce ya desde el Cobre Pleno (en torno al 2800 A.C.) pero sí es seguro que en el Cobre Reciente se intensificaron las relaciones exteriores, destinadas a la justificación de unas élites que ya se habían identificado plenamente con la comunidad, obtenían no sólo servicios (como anteriormente lo hicieron por las deudas más o menos reales) sino tributos en especie en nombre de la comunidad con la que se identificaron y abandonaron progresivamente el enmascaramiento ideológico del ritual de enterramiento colectivo que, en cualquier caso, no debió afectar previamente al ritual implicado en cada uno de los funerales individuales pero sí que facilitaba el olvido de unas diferencias incómodas para el mantenimiento de la cohesión interna en un contexto de conflicto externo impulsado por la necesidad de acumular para mantener la posición social y salir (o evitar caer) de la dependencia.

La principal coyuntura tiene lugar a fines del III milenio A.C., una vez más coetáneamente con un cambio ambiental que pone fin a una relativa mejora climática en los siglos centrales del III milenio A.C. Intereses de élites en conflicto y de masas sobreexplotadas debieron coincidir en el fin del sistema de producción tributario precedente conduciendo a un nuevo sistema que consideramos que, aun siendo tributario, supuso una mayor tasa de presión sobre un sector de población más reducido (siervos dependientes ahora directamente de la familia y/o esclavos).

6. AGRADECIMIENTOS

Este trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación *Dieta y movilidad en la Prehistoria Reciente de Andalucía. Un estudio de la jerarquización social a partir del registro funerario* (P12-HUM-1510), financiado por la Consejería de Economía, Innovación, Ciencia y Empleo de la Junta de Andalucía.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

Afonso, J. A.; Cámara, J. A. (2006) – The role of the means of production in social development in the Late Prehistory of the Southeast Iberian Peninsula. In Díaz Del Río, P.; García, L. (eds. lits.) – *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Oxford: B. A. R., p. 133-148. (BAR International Series; 1525).

Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Martínez, G.; Molina, G. (2011) – Objetos en materias primas exóticas y estructura jerárquica de las tumbas de la necrópolis de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería, España). In García, L.; Scarre, C.; Wheatley, D. (eds. lits.) – *Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 295-333. (Menga Revista de Prehistoria de Andalucía, Monografía n.º 1).

Alcaraz, F. M. (1992) – Excavación arqueológica de emergencia en Las Pilas-Huerta Seca (Mojácar, Almería). *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla, 1990:III, p. 18-24.

Altamirano, M. (2013) – *Hueso, asta, marfil y concha. Aspectos tecnológicos y socioculturales durante el III y II Milenio A.C. en el sur de la Península Ibérica*. Granada. Tesis Doctoral. Universidad de Granada.

Arribas, A.; Craddock, P.; Molina, F.; Rothenberg, B. (1989) – Investigación arqueometalúrgica en yacimientos de las Edades del Cobre y del Bronce de Iberia. In Domergue, C. (coord.) – *Minería y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterráneas y Europeas*. Madrid. I, p.71-79.

Arribas, A.; Molina, F. (1979) – Nuevas aportaciones al inicio de la metalurgia en la Península Ibérica. El poblado de Los Castillejos de Montefrío, (Granada). In Ryan, M. (ed. lit.) – *Proceedings of the fifth Atlantic Colloquium*, Dublin, p. 7-34.

Arteaga, O. (1987) – Excavaciones arqueológicas sistemáticas en El Cerro de los Alcores (Porcuna, Jaén). Informe preliminar sobre la campaña de 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía*.Sevilla, 1985: II., p. 279-288.

Balsera, V.; Bernabeu, J.; Costa, M.; Díaz Del Río, P.; García, L.; Pardo, S. (2015) – The Radiocarbon Chronology of Southern Spain's Late Prehistory (5600–1000 cal BC): A Comparative Review. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford 34:2, p. 139-156.

Barba, V.; Navarro, A. (2010) – La excavación arqueológica en la Ciudad de la Justicia de Jaén. *Ciudad de la Justicia de Jaén. Excavaciones Arqueológicas*. Consejería de Justicia y Administración Pública de la Junta de Andalucía. Sevilla, pp. 69-89.

Berdichewsky, B. (1964) – *Los enterramientos del Bronce I Hispánico*. Biblioteca Prehistórica Hispánica. Madrid.

Blance, B. (1971) – *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*. S.A.M. 4. Berlín.

Cámalich, M.ª D.; Martín, D. (1999) – *El territorio almeriense desde los inicios de la producción hasta fines de la Antigüedad. Un modelo: La Depresión de Vera y cuenca del río Almanzora*. Arqueología Monografías. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. Sevilla.

Cámara, J. A. (2001) – *El ritual funerario en la Prehistoria Reciente en el Sur de la Península Ibérica*. BAR International Series 913, Oxford.

Cámara, J. A. (2010) – Los primeros objetos metálicos. In Moral Jimeno, M. (coord.) – *Baeza. Arte y patrimonio*. Baeza. p. 149-150.

Cámara, J. A.; Riquelme, J. A.; Pérez, C.; Lizcano, R.; Burgos, A.; Torres, F. (2010b) – Sacrificio de animales y ritual en El Polideportivo de Martos – La Alberquilla (Martos, Jaén). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 20, p. 295-327.

Cámara, J. A.; Molina González, F. (2006) – Selection of data, determinism and scientific relevance in interpretations of social development in the Late Prehistory of the Southeast. In Díaz Del Río, P.; García, L. (eds. lits) – *Social Inequality in Iberian Late Prehistory*. Oxford: B. A. R., p. 21-36 (BAR International Series; 1525).

Cámara, J. A.; Molina, F. (2009) – El análisis de la ideología de emulación: el caso de El Argar. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 19, p. 163-194.

Cámara, J. A.; Molina, F. (2013) – Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23, p. 99-132.

Cámara, J. A.; Molina, F. (2015) – Implantación, diversidad y duración del Megalitismo en Andalucía. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias*. Lisboa. 8, p. 598-609. Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular.

Cámara, J. A.; Riquelme, J. A. (2015) – Formas y condiciones de la sedentarización en el Alto Guadalquivir. Economía y Hábitat entre el IV y el III milenios A.C. In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias*. Lisboa. 8, p. 339-348. Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular.

Cámara, J. A.; Spanedda, L.; Gómez, E.; Lizcano, R. (2011) – La discusión sobre la función de los fosos en la Prehistoria Reciente del sur de la Península Ibérica: modas y temores. In Abellán, J.; Lazarich, M.; Castañeda, V. (dirs.) – *Homenaje Al Profesor Antonio Caro Bellido. Vol. I. Prehistoria y Protohistoria de Andalucía y Levante*. Cádiz. p. 61-80.

Cámara, J. A.; Spanedda, L.; Sánchez, R.; García, M. F.; González, A.; Nicas, J. (2012a) – La cronología absoluta de Marroquíes (Jaén) en el contexto de la Prehistoria Reciente del Alto Guadalquivir. *Antiqvitas*. Priego de Córdoba. 24, p. 81-94.

Cámara, J. A.; Sánchez, R.; Laffranchi, Z.; Martín, S.; Riquelme, J. A.; Spanedda, L.; García, M. F.; González, A.; Jiménez, S. A.; Nicás, J. (2012b) – La cronología y variedad de los sistemas funerarios en Marroquíes. Una aproximación desde las excavaciones del sistema tranviario de Jaén. *Sagvuntum*. Valencia. 44, p. 47-66.

Cámara, J. A.; Alcaraz, F. M.; Molina, F.; Montufo, A. M.; Spanedda, L. (2014) – Monumentality, Visibility and Routes Control in Southeastern Iberian Megalithic Sites. In Schulz, B.; Gaydarska, B. (eds. lits.) – *Neolithic and Copper Age Monuments: Emergence, function and the social construction of the landscape*. Oxford: B. A. R., p. 89-106 (BAR International Series; 2625).

Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Molina, F. (en prensa a) – La ocupación de las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada) desde el Neolítico al mundo romano. Asentamiento y ritual funerario. In Pedregosa, R. (coord.) – *Arqueología e Historia de un paisaje singular. La Peña de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Montefrío. (Ayuntamiento de Montefrío/ Ministerio de Cultura).

Cámara, J. A.; Molina, F.; Pérez, C.; Spanedda, L. (en prensa b) – A new readingon Chalcolitic fortifications at Cerro de la Virgen (Orce, Granada. Spain). In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (orgs.) – *Within Ditches And Walls. Settlements, Fortifications, Enclosures, Monuments, Villages And Farms In The Third Millenium BCE*.

Capel, J.; Molina, F.; Nájera, T.; Linares, J.; Huertas, F. (2001) – Aproximación al estudio de procedencia y tecnología de fabricación de las cerámicas campaniformes del yacimiento de la Edad del Cobre de Los Millares. In *Actas del III Congreso Nacional de Arqueometría*. Sevilla, p. 207-214.

Carrasco, J. L.; Pachón, J. A.; Martínez, F. (2010) – Las necrópolis neolíticas en Sierra Harana y sus estribaciones (Granada). Nuevos modelos interpretativos. *Antiqvitas*. Priego de Córdoba. 22, p. 21-33.

Carrión, F.; Alonso, J. M.; Rull, E.; Castilla, J.; Ceprián, B.; Martínez, J. L.; Haro, M.; Manzano, A. (1993) – Los recursos abióticos y los sistemas de aprovisionamiento de rocas por las comunidades prehistóricas del S.E. de la península ibérica durante la Prehistoria Reciente. In Campos, J. M.; Nocete, F. (coords.) – *Investigaciones arqueológicas en Andalucía. 1985-1992. Proyectos (Huelva, 1993)*. Huelva. p. 295-309.

Carrión, F.; Lozano, J. A.; García, D.; Muñiz, R.; Félix, P.; López, C. F.; Esquivel, J. A.; Mellado, I. (2009) – Estudio geoarqueológico de los dólmenes de Antequera. In Ruiz, B. (coord.) – *Dólmenes de Antequera. Tutela y valorización hoy*. *PH Cuadernos*. Sevilla. 23, p. 144-163.

Castro, P. V.; Escanilla, N.; Oltra, J.; Escoriza, T.; Sarkis, D. (2010) – Unlike Communities: Domestic Architectural Duality in Late Prehistory of the Western Mediterranean. In Bettencourt, A. M. S.; Sanches, M. J.; Alves, L. B.; Fábregas, R. (eds. lits.) – *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe*. Oxford: B. A. R., p. 143-152 (BAR International Series; 2058).

Close, A. E. (2010) – Inherited Social Difference at the Edges of Flakes. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 20, p. 291-322.

Costa, M.E. (2009) – Jaén. In García, L.; Ruiz, B. (coords.) – *Las grandes piedras de la Prehistoria. Sitios y Paisajes Megalíticos de Andalucía*. Antequera. p. 184-197.

Delibes, G.; Fernández-Miranda, M.; Fernández-Posse, M. D.; Martin, C. (1986b) – Die Kupferzeitliche Siedlung von Almizaraque (Cuevas de Almanzora, prov. de Almería). *Madrider Mitteilungen*. 27, p. 11-26.

Díaz Del Río, P. (2013) – Las agregaciones de población del III milenio AC en la Península Ibérica. In García, L.; Vargas, J. M.; Hurtado, V.; Ruiz, T.; Cruz-Auñón, R. (eds. lits.) – *El asentamiento prehistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla). Investigación y Tutela en el 150 aniversario del descubrimiento de La Pastora*. Sevilla. p. 65-76.

Dietler, M. (2001) – Theorizing the Feast: Ritual of Consumption, Commensal Politics, and Power in African Contexts. In Dietler, M.; Hayden, B. (eds. lits.) – *Feasts. Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power*. Washington and London. p. 65-114.

Driesch, A. von den (1972) – Osteoarchäologische Untersuchungen auf der Iberischen Halbinsel, *STIH* 3, Munchen.

Eiroa, J. J. (1990) – Datación absoluta del poblado eneolítico de La Salud y de Cueva Sagrada I (Lorca), Murcia. *Homenaje a Jerónimo Molina*. Murcia. p. 39-50.

Esquivel, J. A.; Navas, E. (2005) – The geometry and the metric used in the enclosure «Fortín 1» at Copper Age site of Los Millares (Almería, Andalusia). *Journal of Archaeological Science*. 32, p. 1577-1586.

Esquivel, J. A.; Navas, E. (2007) – Geometric architectural pattern and constructire energy analysis at Los Millares Copper Age Settlement (Santa Fe de Mondújar, Almería, Andalusia). *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 34, p. 894-904.

García, L. (2009) – Introducción a los sitios y paisajes megalíticos de Andalucía. In García, L.; Ruiz, B. (coords.) – *Las grandes piedras de la Prehistoria. Sitios y Paisajes Megalíticos de Andalucía*. Antequera. p. 12-31.

García, P.; Aura, J. E.; Bernabeu, J.; Jordá, J. E. (2010) – Nuevas perspectivas sobre la neolitización en la cueva de Nerja (Málaga – España): la cerámica de la Sala del Vestíbulo. *Zephyrus*. LXVI, p. 109-132.

García-Alix, A.; Jiménez, F. J.; Lozano, J. A.; Jiménez, G.; Martinez, F.; García, L.; Aranda, G.; García, E.; Ruiz, G.; Scott Anderson, R. (2013) – Anthropogenic impact and lead pollution throughout the Holocene in Southern Iberia. *Science of the Total Environment*. 449, p. 451-460.

Garzón, J. (2015) – *La muralla de Villavieja, una perspectiva arquitectónica*. Trabajo Fin de Máster. Universidad de Granada.

Gilman, A. (1976) – Bronze Age dynamics in South-east Spain. *Dialectical Anthropology*. 1, p. 307-319.

Godelier, M. (1989) – *Lo ideal y lo material. Pensamiento, economías, sociedades*. Barcelona: Taurus. 1989 (1984).

Gonçalves, V. S. (2002) – Cobre, RPS e fortificações no Centro e Sul de Portugal (ontem, hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal, *Arqueología & História. Revista da Associaçâo dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 54, p. 87-102.

Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C.; Costeira, C. (2013) – Walls, gate and towers. Fortified settlements in the south and centre of Portugal: Some note about violence and wall in the 3rd millennium bce. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23, p. 35-97.

Guilaine, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris.

Harris, M. (1990) – *Introducción a la antropología general*. Alianza Universidad Textos. Alianza. Madrid. 37, (4.ª edic.) (1985).

Hayden, B. (2009) – Funerals As Feasts: Why Are They So Important?. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 19:1, p. 29-52.

Hernández, M. S. (2013) – Reflexiones sobre los artes esquemáticos entre las cuencas de los ríos Segura y Júcar. In Martínez, J.; Hernández, M. (coords.) – *Actas del II Congreso de Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica (Comarca de Los Vélez, 5-8 de Mayo 2010)*. Vélez Blanco. p. 141-152.

Kalb, Ph. (1969) – El poblado del Cerro de la Virgen de Orce (Granada). X *Congreso Nacional de Arqueología (Mahón, 1967)*. Zaragoza. p. 216-225.

Lechuga, M. Á.; Soto, M.; Rodríguez, M. O. (2014) – El poblado calcolítico «Venta del Rapa» (finales III milenio Cal. BC.), Mancha Real, Jaén. Un recinto de fosos entre las estribaciones de Sierra Mágina y el Alto Guadalquivir. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71:2, p. 353-367.

Liesau, C. (2005) – Arqueozoología del caballo en la antigua Iberia. *Gladius*. XXV, p. 187-206.

Liesau, C.; Morales, A. (2012) – Las transformaciones económicas del Neolítico en la Península Ibérica: la ganadería. In Rojo, M. Á.; Garrido, R.; García, Í. (coords.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Cátedra. p. 107-128.

Lizcano, R.; Cámara, J. A.; Riquelme, J. A.; Cañabate, M.ª L.; Sánchez, A.; Afonso, J. A. (1997) – El Polideportivo de Martos. Estrategias económicas y símbolos de cohesión en un asentamiento del Neolítico Final del Alto Guadalquivir. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 16-17 (1991-92), p. 5-101.

Lizcano, R.; Cámara, J. A.; Contreras, F.; Pérez, C.; Burgos, A. (2004) – Continuidad y cambio en comunidades calcolíticas del Alto Guadalquivir. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 159-175.

Lozano, J. A.; Carrión, F.; Morgado, A.; García, D.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Molina, F.; Cámara, J. A. (2010) – Materias primas, productos líticos y circulación. Informe preliminar del estudio de los ajuares de la necrópolis de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería). In Domínguez, S.; Ramos, J.; Gutiérrez, J. M.ª; Pérez, M. (eds. lits.) – *Minerales y rocas en las sociedades de la Prehistoria*. Universidad de Cádiz. Cádiz. p. 285-295.

Lull, V. (1983) – *La «Cultura» del Argar. Un modelo para el estudio de las formaciones económico-sociales prehistóricas*. Madrid: Akal.

Lull, V.; Micó, R.; Rihuete, C.; Risch, R. (2014) – The La Bastida fortification: new light and new questions on Early Bronze Age societies in the western Mediterranean. *Antiquity*. Priego de Córdoba. 88, p. 395-410.

Marqués, I.; Ferrer, J. E.; Márquez, J. E. (1992) – Actuaciones en el yacimiento de Alcaide (Antequera, Málaga) durante la campaña de 1990. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1990:II, p. 210-212.

Márquez, J. E. (2002) – De los «Campos de Silos» a los «Agujeros Negros»: Sobre pozos, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica, *Spal. Homenaje al Profesor Pellicer (I)*. Sevilla.10 (2001), p. 207-220.

Márquez, J. E.; Jiménez, V. (2013) – Monumental ditched enclosures in southern Iberia (fourth-third millennia BC). *Antiquity*. 87:336, p. 447-460.

Martí, B. (1978) – El Neolítico de la Península Ibérica. Estado actual de los problemas relativos al proceso de neolitización y evolución de las culturas neolíticas. *Saguntum.* Valencia. 13, p. 39-98.

Martí, B.; Capel, J.; Juan, J. (2009) – Una forma singular de las cerámicas neolíticas de la Cova de l'Or (Beniarrés, Alicante): los vasos con asa-pitorro. *De la Mediterranée et d'ailleurs... Melanges offerts à Jean Guilaine*. Archives d'Écologie Prèhistorique. Toulouse. p. 463-482

Martín, E.; Recio, Á. (2004) – Aportación de la documentación arqueológica del Cerro de la Capellanía (Periana, Málaga) al desarrollo de las comunidades calcolíticas de las tierras orientales de Málaga. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 341-351.

Martínez, G.; Afonso, J. A. (2003) – Formas de disolución de los sistemas sociales comunitarios en la Prehistoria Reciente del sur de la Península Ibérica. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 6 (2003), p. 83-114.

Martínez, G.; Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Molina, F. (2009) – Desarrollo histórico de la producción de hojas de sílex en Andalucía oriental. In Gibaja, J. F.; Terradas, X.; Palomo, A.; Clops, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la prehistòria. Actes*. Barcelona. Monografies 13, p. 15-24.

Martínez, J. (2006) – La pintura rupestre esquemática en el proceso de transición y consolidación de las sociedades productoras. In Martínez, J.; Hernández, M. (eds. lits.) – *Arte rupestre Esquemático en la Península Ibérica. Comarca de Los Vélez (5-7 de mayo 2004)*. Vélez Blanco. p. 85-118.

Meillassoux, C. (1987) – *Mujeres, graneros y capitales. Economía doméstica y capitalismo*. S. XXI. México. (8.ª edición) (1975).

Molina, F. (1988) – El Sudeste. *Rassegna di Archeologia*. Firenze. 7, p. 256-262.

Molina, F.; Cámara, J. A. (2005) – *Guía del yacimiento arqueológico Los Millares*. Junta de Andalucía. Sevilla.

Molina, F.; Cámara, J. A. (2009) – La cultura argárica en Granada y Jaén, In Hernández, M. S.; Soler, J. A.; López, J. A. (eds. lits.) – *En los confines del Argar. Una cultura de la Edad del Bronce en Alicante*. Museo Arqueológico y Fundación MARQ. Alicante. p. 196-223.

Molina, F.; Cámara, J. A.; Capel, J.; Nájera, T.; Sáez, L. (2004) – Los Millares y la periodización de la Prehistoria Reciente del Sudeste. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja. p. 142-158.

Molina, F.; Cámara, J. A.; López, J. A. (2012) – Andalucía. In Rojo, M. Á.; Garrido, R.; García, Í. (coords.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo.* Madrid: Cátedra p. 405-462.

Montero, I. (1999) – Sureste. In Delibes, G.; Montero, I. (coords.) – *Las primeras etapas metalúrgicas en la Península Ibérica. II. Estudios regionales*. Madrid. p. 333-354.

Montero, I.; Murillo, M. (2014) – Difusión o innovación tecnológica: los inicios de la metalurgia en la Península Ibérica. In García, E. (ed. lit.) – *Movilidad, contacto y cambio. II Congreso de Prehistoria de Andalucía (Antequera, 15, 16 y 17 de febrero de 2012)*. Antequera. p. 65-72.

Montufo, A. M.; Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Molina, F. (2010) – Visibility and monumentality in Western Granada Late Prehistory Graves. A GIS Approach. In Cámara, J. A.; Afonso, J. A.; Spanedda, L. (eds. lits.) – *Links between megalithism and hypogeism in Western Mediterranean Europe*. Oxford: B. A. R., p. 29-51 (BAR International Series; 2151).

Morgado, A.; Martínez, F.; Garzón, J.; Jiménez, F.; Berdejo, A.; Bermúdez, R.; Ruiz-Ruano, F.; Gutiérrez, M.; Fernández, S.; Ortiz, J. M.; Lozano, J. A. (2013) – Villavieja (Algarinejo, Granada), un recinto amurallado de la Edad del Cobre en el Poniente Granadino. Avance de la campaña de 2012. *Antiqvitas*. Priego de Córdoba. 25, p. 39-48.

Morgado, A.; Pelegrin, J.; Aubry, T.; Lozano, J. A. (2009) – La producción especializada de grandes láminas del sur y oeste de la Península Ibérica. In Gibaja, J. F.; Terradas, X.; Palomo, A.; Clops, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la prehistòria. Actes*. Barcelona. Monografies 13, p. 89-97.

Murillo, M.; Martinón, M. (2012) – Amber sources and trade in the prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. 15:2, p. 1-30.

Murillo, M.; Montero, I. (2012) – Copper Ornaments in the Iberian Chalcolithic: Technology versus Social Demand. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 25:1, p. 53-73.

Murillo, M.; Costa, M. E.; Díaz-Guardamino, M.; García, L.; Mora Molina, C. (2015b) – A Reappraisal of Iberian Copper Age Goldwork: Craftmanship, Symbolism and Art in a Non-funerary Gold Sheet from Valencina de la Concepción. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambrige. 25:3, p. 565–596.

Navas, E.; Esquivel, J. A.; Molina, F. (2008) – Butchering Patterns and Spatial Distribution of Faunal Animal Remains Consumed at the Los Millares Chalcolithic Settlement (Santa Fe de Mondújar, Almería, Spain). *Oxford Journal of Archaeology*. 27:3, p. 325-339.

Nocete, F. (1994) – *La formación del Estado en Las Campiñas del Alto Guadalquivir (3000-1500 a.n.e.)*. Monográfica Arte y Arqueología. Universidad de Granada. Granada. 23.

Nocete, F. (2006) – The first specialized copper industry in the Iberian Peninsula: CabezoJuré (2900-2200 BC). *Antiquity*. 80, p. 646-657.

Nocete, F.; Ruiz, A., Molinos, M.; Castro, M. (1986) – Productos, lugares de actividad y estructuras en el asentamiento del Cobre Final del Cerro de La Coronilla (Cazalilla, Jaén). *Arqueología Espacial*. Teruel. 8, p. 203-218.

Nocete, F.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Cruz-Auñón, R.; Cabrero, R.; Alex, E.; Bayona, M. R. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium B.C.: an expression of a core/periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. Orlando. 24, p. 62-81.

Nocete, F.; Queipo, G.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Inácio, N.; Bayona, M. R.; Péramo, A.; Vargas, J. M.; Cruz-Auñón, R.; Gil, J. I.; Santos, J. F. (2008) –The smelting quarter of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): the specialised copper industry in a political centre of the Guadalquivir Valley during the Third millennium BC (2750-2500 BC). *Journal of Archaeological of Science*. Amsterdam. 35, p. 717-732.

Nocete, F.; Sáez, R.; Bayona, M. R.; Peramo, A.; Inacio, N.; Abril, D. (2011) – Direct chronometry (14C AMS) of the earliest copper metallurgy in the Guadalquivir Basin (Spain) during the Third millennium BC: first regional database. *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 38:12, p. 3278-3295.

Nocete, F.; Vargas, J. M.; Schuhmacher, T. X.; Banerjee, A.; Dindorf, W. (2013) – The ivory workshop of Valencina de la Concepción (Seville, Spain) and the identification of ivory from Asian elephant on the Iberian Peninsula in the first half of the 3rd millennium BC. *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 40:3, p. 1579-1592.

Pau, C., 2015 – *Elementos de adorno en época campaniforme en Sicilia, Cerdeña y Córcega*. Granada. Tesis Doctoral. Universidad de Granada.

Peña, L. (1999) – *Prehistoric Agricutlure in Southern Spain during the Neolithic and the Bronze Age. The application of ethnographic models*. Oxford: B. A. R. (BAR International Series, 818).

Peña, L., Pérez, G., Morales, J., Vera, J. C. (2013) – ...Y llegaron los agricultores: agricultura y recolección en el occidente del Mediterráneo. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Sevilla. 4, p. 15-34.

Perales, U.; Gibaja, J. F.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Serrano, J. A.; Molina, F. (2015) – Análisis funcional del utillaje laminar del Neolítico antiguo de Castillejos de Montefrío (Granada). *Spal*. Sevilla. 24, p. 15-33.

Pereira, F.; Silva, R. J. C.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (2013) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. Amsterdam. 40:4, p. 2045-2056.

Pérez, C.; Cámara, J. A. (1999) – Intervención arqueológica en Marroquíes Bajos (Jaén). Sector Urbanístico RP-4. Parcela G-3. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla. 1995:III, p. 256-270.

Riquelme, J. A. (1998) – *Contribución al estudio arqueofaunístico durante el Neolítico y la Edad del Cobre en las Cordilleras Béticas: el yacimiento arqueológico de Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Granada Tesis Doctoral. Universidad de Granada.

Rivera, D.; Obón, C. (1987) – Apéndice II. Informe sobre los restos vegetales procedentes del enterramiento calcolítico de la Cueva Sagrada (comarca de Lorca, Murcia). *Anales de Prehistotia y Arqueología*. Murcia. 3, p. 31-37.

Rodríguez, M. O.; Vernet, J. L. (1991) – Premiers résultats paléocarpologiques de l'établissement Chalcolithique de Los Millares, Almería, d'après l'analyse anthracologique de l'établissement. In Waldren, W. H.; Ensenyat, J. A.; Kennard, R. C. (eds. lits.) – *IInd Deya International Conference of Prehistory. Recent developments in Western Mediterranean Prehistory: Archaeological techniques, technology and theory. Vol. I. Archaeological techniques and technology*. Oxford: B. A. R., p. 1-16. (BAR International Series; 573).

Rovira, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica, *Norba. Revista de Historia.* Cáceres. 17, p. 9-40.

Rovira, N. (2007) – *Agricultura y gestión de los recursos vegetales en el sureste de la Península Ibérica durante la Prehistoria Reciente*. Barcelona. Tesis Doctoral, Universitat Pompeu Fabra.

Salvatierra, V. (1982) – *La evolución de la industria ósea del Neolítico al Bronce en Granada*. Granada. Universidad de Granada.

Sánchez, A.; Cañabate, M. L.; Lizcano, R. (1996) – Phosphorus analysis at archaeological sites: an optimization of the method and interpretation of the results, *Archaeometry*. London. 38:1, p. 151-164.

Schüle, W. (1980) – *Orce und Galera: zwei Siedlungen aus dem 3 bis 1 Jahrtausend v. Chr. Im Südosten der Iberischen Halbinsel I: übersicht über die Ausgrabungen 1962-1970.* Mainz am Rhein. Phillip von Zabern.

Sherratt, A. G. (1981) – Plough and pastoralism: aspects of the Secondary Products Revolution. In Hodder, I.; Isaac, G.; Hammond, N. (eds. lits.) – *Pattern of the Past*. Cambridge: University Press, p. 261-306.

Spanedda, L.; Afonso, J. A.; Cámara, J. A.; Molina, F.; Montufo, A. M.; Pau, C.; Haro, M. (2014) – Tomb Location and Grave Goods: Continuous Use and Destruction in the Rio de Gor Megalithic Necropoleis. In Schulz, B.; Gaydarska, B. (eds. lits.) – *Neolithic and Copper Age Monuments: Emergence, function and the social construction of the landscape.* Oxford: B. A. R., p. 107-124 (BAR International Series; 2625).

Spanedda, L.; Alcaraz, F. M.; Cámara, J. A.; Molina, F.; Montufo, A. M. (2015) – Demografía y control del territorio entre el IV y el III milenios A.C. en el Pasillo de Tabernas (Almería, España). In Gonçalves, V. S.; Diniz, M.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Estudos & Memórias.* Lisboa. 8, p. 359-368. (Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular).

Spanedda, L.; Molina, F.; Afonso, J. A.; Martínez, G.; Cámara, J. A.; Gámiz, J. (en prensa) – La transizione al Neolitico recente nel Sud della penisola iberica (4200-3500 A.C.), *San Ciriaco di Terralba. The culture and its role in the spread of farming in Neolithic Sardinia (Cagliai-Terralba, 23-25 giugno 2014).*

Uerpmann, H. P. (1979) – Informe sobre los restos faunísticos del corte n.º 1. In Arribas, A; Molina, F. – *El poblado de Los Castillejos en Las Peñas de Los Gitanos (Montefrío, Granada). Campaña de excavaciones de 1971. El corte número 1.* Granada: Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada Serie Monográfica, p. 153-168 (Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada Serie Monográfica 3),

Vicent, J. M. (1990) – El Neolitic: transformacionssocials i económiques. In Anfruns, J.; Llobet, E. (eds. lits.) – *El canvi cultural a la Prehistòria*. Barcelona: Columna, p. 241-293.

Yanes, Y.; Romanek, C. S.; Molina, F.; Cámara, J. A.; Delgado, A. (2011) – Holocene Paleoenvironment (~7200-4000 cal BP) of the Los Castillejos Archaeological site (SE Spain) inferred from the stable isotopes of land snail shells, *Quaternary International,* London, 244, p. 67-75.

Zafra, N.; Castro, M.; Hornos, F. (2003) – Sucesión y simultaneidad en un gran asentamiento: la cronología de la macro-aldea de Marroquíes Bajos, Jaén. c. 2500-2000 cal ANE, *Trabajos de Prehistoria.* Madrid, 60:2, p. 79-90.

Zafra, N.; Castro, M.; Hornos, F. (2010b) – Marroquíes Bajos (Jaén, España) C. 2800-2000 Cal Ane: agregación, intensificación y campesinización en el Alto Guadalquivir In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milenios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional. Cascais* (6-9 de Octubre – 2005). Cascais: Câmara Municipal, p. 519-535 (Colecção Cascais, Tempos Antigos 2).

A EVOLUÇÃO DA METALURGIA DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA NO SUDOESTE PORTUGUÊS

ANTÓNIO M. MONGE SOARES[1]
PEDRO VALÉRIO[1]

RESUMO

Neste trabalho procura-se fazer o ponto de situação dos estudos de Arqueometalurgia, no que se refere à pré-história do sudoeste português, e traçar, por conseguinte, um quadro evolutivo da metalurgia pré-hitórica dessa região. Depois de uma resenha sobre os estudos arqueometalúrgicos, e respectivos resultados, efectuados até aos anos noventa do século passado, analisam-se com mais pormenor os resultados obtidos posteriormente fazendo uso de diversas técnicas analíticas, designadamente EDXRF, PIXE, Microscopia Óptica e SEM-EDS, as quais permitiram a determinação multi-elementar das composições químicas e das micro-estruturas dos numerosos artefactos analisados. A revolução dos dados empíricos, proporcionados pelas intervenções de campo de salvaguarda do património arqueológico afectado pela construção da Barragem do Alqueva e da Rede de Rega que lhe está associada, teve também a sua tradução na evolução que foi possível estabelecer da metalurgia pré-histórica do sudoeste português. Assim, foram analisados e estudados não só numerosos artefactos de cobre (e suas ligas), de ouro e de prata, mas também vestígios das operações metalúrgicas que lhes deram origem, designadamente cadinhos, escórias, pingos de fundição e minérios. Por outro lado, a datação pelo radiocarbono de amostras associadas a contextos onde foram registados muitos dos artefactos ou restos de operações metalúrgicas, permitiram a obtenção de cronologias precisas e fiáveis, quer para o aparecimento dos diversos metais e ligas, quer para a evolução identificada das técnicas metalúrgicas utilizadas durante a pré-história do sudoeste português.

[1] Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares. Instituto Superior Técnico. Universidade de Lisboa. Campus Tecnológico e Nuclear Estrada Nacional 10 (km 139,7), 2695-066 Bobadela LRS, Portugal.
amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt
pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt

ABSTRACT

This work presents the state of the art of prehistoric metallurgical evolution in Southwestern Portugal. The archaeometallurgical studies carried out until the nineties of the last century are reviewed, and particular emphasis is given to later multianalytical studies involving EDXRF, PIXE, Optical Microscopy and SEM-EDS, which have allowed the elemental and microstructural characterization of numerous prehistoric artefacts. Archaeological field works intended to minimize the impact of the construction of the Alqueva dam and respective irrigation network have been producing a revolution of empirical data that has been translated to the present knowledge about the prehistoric metallurgical evolution in this region. Those studies involved different types of metallic artefacts, such as those made of copper (and its alloys), gold and silver, in addition to distinct metallurgical remains like crucibles, slags, prills and ores. On the other hand, radiocarbon dating of samples from archaeological contexts associated with metallurgical operations and metallic artefacts has produced accurate and reliable chronologies for the emergence of distinct metals and alloys, as well as for the evolution of prehistoric metallurgical techniques in Southwestern Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A invenção da Metalurgia tem sido, desde há muito, considerada como um produto da evolução tecnológica das sociedades pré-históricas e a sua divulgação e desenvolvimento terá tido um grande impacto em termos de organização da produção, nos processos de estratificação social e no surgimento de identidades culturais e politicas nessas sociedades. O estudo da metalurgia pré-histórica pode, por conseguinte, fornecer importantes informações sobre esses temas e, para isso, importa submeter os artefactos relacionados com a metalurgia antiga a diversos tipos de análises. Assim, os artefactos metálicos deverão ser sujeitos a uma análise química elementar, com o objectivo de conhecer a composição elementar do metal ou da liga em que são manufacturados, e a uma análise metalográfica, com o fim de investigar a sua cadeia operatória. No referente a outros tipos de artefactos, designadamente cadinhos, moldes e algaravizes, é de todo o interesse fazer também a sua análise química, bem como determinar a temperatura a que foram sujeitos, com o fim de identificar e caracterizar a operação metalúrgica em que estiveram envolvidos. De igual modo, a análise de minerais e escórias, quer sob o aspecto mineralógico, quer químico, é importante para a investigação dos processos metalúrgicos envolvidos. Também a análise isotópica do chumbo, contido no metal ou em outros restos de operações metalúrgicas, constitui uma ferramenta poderosa para as determinações de proveniência. Todo este conjunto de análises é determinante para o estudo e compreensão, não só da cadeia operatória envolvida na manufactura dos artefactos metálicos, mas também da evolução tecnológica sofrida pelos processos metalúrgicos ao longo do tempo. Por outro lado, a datação absoluta directa dos vestígios metalúrgicos ou dos contextos onde os mesmos surgiram é de capital importância para construir o esqueleto cronológico onde ancorar as diversas etapas dessa evolução.

Note-se que todos estes tipos de análise não dispensam, antes exigem, a colaboração do arqueólogo para uma correcta e abrangente interpretação dos resultados. Exige também, como é evidente, o concurso de químicos, físicos, metalurgistas e geólogos, particularmente sensibilizados para os vários aspectos das tecnologias primitivas.

Em Portugal, depois de análises episódicas de artefactos metálicos por químicos nos finais do século XIX – tentava-se provar a existência de uma Idade do Cobre em que o bronze era desconhe-

cido – , os estudos de Arqueometalurgia tiveram o seu ponto alto com a enorme série de análises químicas elementares efectuadas pelos investigadores de Estugarda, as quais permitiram a construção de um *corpus* de composições elementares de artefactos pré-históricos de cobre (Junghans *et al.* 1960, 1968, 1974) e ouro (Hartmann 1970, 1982). Posteriormente à construção desse *corpus*, já na década de oitenta do século passado, voltou-se às análises episódicas de artefactos metálicos, sem qualquer perspectiva de estudo global, salvo raras excepções, de que falaremos adiante, mas utilizando, agora, métodos não destrutivos de análise, nomeadamente a espectrometria de fluorescência de raios X (XRF) e a espectrometria de emissão de raios X induzida por partículas (PIXE).

Tanto a abordagem aos problemas da metalurgia antiga efectuada pelos investigadores alemães, como as análises mais recentes atrás referidas, não estão isentas de crítica quanto à sua validade, ou melhor quanto às interpretações dos resultados obtidos. Assim, o grupo de Estugarda definiu grupos característicos através de uma análise estatística de resultados com base nos teores em alguns elementos menores e impurezas (As, Bi, Sb, Ni ou Ag, por exemplo). A definição desses grupos tem sido criticada com base em fundamentos, quer de natureza arqueológica, quer metalúrgica, uma vez que não foi tida em consideração a tipologia dos artefactos, além de que as correlações propostas vêm eivadas das teorias difusionistas, em voga na altura; também não foi tida em conta, no que se refere aos fundamentos de índole metalúrgica, a variabilidade, de operação para operação, das condições de redução dos minérios («*smelting*»), de que resulta que o mesmo minério poderá originar teores bastante diferentes de alguns elementos menores (As ou Bi, por exemplo) no metal produzido. No caso da utilização de métodos não invasivos ou não destrutivos, como os de XRF e PIXE, surgem outros problemas, designadamente os relacionados com a corrosão dos metais. Estes métodos, embora possuam elevada sensibilidade e permitam fazer análise multi-elementar, limitam-se à análise das camadas mais superficiais do artefacto, não excedendo a penetração da radiação incidente espessuras superiores a uma centena de micra. Os processos de corrosão, ocorridos enquanto o objecto esteve enterrado no solo, vão provocar um enriquecimento e/ou empobrecimento à superfície de determinados elementos, pelo que os teores dos diversos elementos nos produtos de corrosão são diferentes dos existentes na massa metálica. Além disso, ao dar-se o processo de corrosão alguns elementos do solo passam a integrar-se nos produtos de corrosão. Por tudo isto, a apresentação de resultados obtidos por estes métodos (XRF, PIXE) de forma quantitativa, quando os produtos de corrosão não foram eliminados, pode resultar em interpretações erróneas, se o arqueólogo não estiver familiarizado com toda esta problemática.

O Prof. Victor Gonçalves foi um dos arqueólogos que, desde cedo, procurou tirar partido destes métodos não destrutivos tendo, para isso, promovido um projecto de acordo entre o então Centro de História (C.H.) da Universidade de Lisboa e o Centro de Física Nuclear (C.F.N.) da mesma Universidade, pelo qual a equipa do Prof. Bragança Gil, um dos introdutores em Portugal da aplicação da XRF e do PIXE em estudos de Arqueometria, e o C.H. «trocarão entre si informação útil para o desenvolvimento da Arqueometria e acordarão programas comuns de actividade que poderão eventualmente envolver terceiras unidades» (ponto 4 do acordo) e «a primeira grande intervenção conjunta terá por objecto a metalurgia do cobre nos povoados calcolíticos do Alto Algarve Oriental, particularmente o Cerro do Castelo de Santa Justa» (ponto 6) (S/A, 1980). Resultante deste acordo publicam-se, mais tarde, os resultados das análises de 44 artefactos metálicos provenientes das escavações levadas a cabo no Cerro do Castelo de S. Justa e de 15 exemplares do povoado de Corte João Marques (Gonçalves *et al.,* 1989). Victor Gonçalves salienta «que 8 das 15 peças de CJM [Corte João Marques] não apresentavam qualquer traço de Arsénio, bem como 28 das 44 de Santa Justa» (p. 480), o que mais tarde se verifica ser o usual na metalurgia calcolítica do sul peninsular.

Um outro grupo de investigação, liderado pelo Prof. Peixoto Cabral, utilizando as mesmas técnicas de análise superficial, inicia também nos anos 80 investigações arqueométricas relacionadas

com a metalurgia antiga (Araújo *et al*. 2013). Com base nos resultados obtidos por esta equipa, designadamente na análise de artefactos metálicos e de restos de operações metalúrgicas (cadinhos e minérios), provenientes de sítios calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança, e fazendo uso, não só das técnicas referidas, mas também da microscopia óptica e da espectroscopia Mössbauer, procurou-se caracterizar a metalurgia primitiva na região em causa (Soares *et al*. 1994). Mais tarde, tendo em conta não só estes dados, mas também outros entretanto obtidos, quer de contextos calcolíticos, quer da Idade do Bronze (Araújo e Alves 1994; Soares 1994; Soares *et al*. 1985), bem como os resultados publicados pela equipa de Estugarda e pela do Centro de Física da Universidade de Lisboa (Ferreira e Gil, 1979; Gil e Guerra, 1982, 1987; Gil *et al*., 1986; Gonçalves *et al*., 1989) procurou-se estabelecer a caracterização e a evolução da metalurgia do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal (Soares *et al*. 1996).

O quadro evolutivo da metalurgia primitiva, com base nos dados mencionados, pode então ser equacionado, para aquela região, do seguinte modo (Soares *et al*. 1996, p. 561-562):

«O cobre é o primeiro metal a ser utilizado, surgindo em contextos do Calcolítico Médio, alguns deles datados dos finais do IV Milénio/inícios do III Milénio AC (ver Soares e Cabral, 1993). Em contextos campaniformes surgem, com frequência, artefactos metálicos de cobre com percentagens relativamente elevadas de arsénio. A Idade do Bronze, ao contrário do que o nome poderia sugerir, não trouxe qualquer evolução na composição dos artefactos metálicos à base de cobre, embora se verifiquem alterações na sua tipologia. As ligas de bronze fazem a sua aparição apenas no Bronze Final, a partir do início do I Milénio AC. Essas ligas são ligas binárias de Cu+Sn, enquanto que noutras regiões do país são habituais as ligas ternárias de Cu+Sn+Pb. Durante o Calcolítico, terão sido usados lingotes com a forma de machado plano e nas fornalhas de fundição os cadinhos de cerâmica eram colocados no fundo da fornalha, em ambiente redutor, com o ou os algaravizes colocados em plano superior ao dos cadinhos. Quanto ainda a técnicas metalúrgicas utilizadas durante o Calcolítico, as análises metalográficas parecem demonstrar o conhecimento dos efeitos da conjugação da martelagem a frio seguida de recozimento.»

Também as metalurgias do ouro e da prata foram objecto de análise e interpretação na mesma publicação:

> «Um outro metal também utilizado durante o Calcolítico foi o ouro, embora num momento posterior ao aparecimento do cobre. Os primeiros objectos em ouro nativo martelado (normalmente folhas finas desse metal) surgem associados ao complexo Campaniforme. Durante o Bronze Médio parecem surgir, pela primeira vez, as ligas ternárias de Au+Ag+Cu, as quais se tornam habituais a partir do Bronze Final. Também, só a partir deste período, se dá a introdução da técnica da cera perdida na feitura de jóias de ouro.»

> «A prata começa a ser utilizada muito posteriormente aos dois metais referidos, no Bronze Médio, sendo os objectos manufacturados a partir de prata nativa. É possível que, como se referiu, o processo de copelação tenha sido introduzido no sul do País no Bronze Final. No entanto, por falta de escavações e análises, esse processo apenas está atestado, com segurança, num contexto da Idade do Ferro [Castelo Velho de Safara, ver Soares *et al*., 1985].»

Alguns campos de investigação arqueometalúrgica, nessa altura, ainda mal conhecidos ou a necessitarem de uma análise mais aprofundada foram também enunciados:

> «Se a evolução da composição química dos artefactos metálicos parece estar relativamente bem estabelecida, pelo menos, nos seus traços gerais, já as técnicas metalúrgicas utilizadas,

quer na feitura dos artefactos, quer na obtenção dos metais continuam a ser mal conhecidas. Também o conhecimento das minas e dos processos mineiros utilizados na pré e proto-história no sul de Portugal continuam muito mal documentados. É nestes campos, praticamente virgens no nosso país, que arqueólogos e investigadores de outras ciências deverão conjugar esforços para uma melhor compreensão das sociedades pré-históricas que habitaram esta região e para determinar, ao mesmo tempo, quais as causas que estão por detrás da evolução metalúrgica detectada, a qual é diferente, em alguns aspectos, de outras regiões da Península Ibérica e mesmo de outras regiões do país.»

Nestes últimos vinte anos, fortificou-se a equipa e a investigação no domínio da Arqueometalurgia no ex-ITN (actual Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN) do IST, Universidade de Lisboa), devido também a uma colaboração estreita com investigadores do Departamento de Conservação e Restauro da FCT/UNL e do CENIMAT/I3N (Departamento de Ciência de Materiais da Universidade Nova) (ver Araújo *et al*., 2013). Diversos projectos de investigação têm sido desenvolvidos no domínio da Arqueometalurgia fazendo uso de diversas técnicas de análise, designadamente da espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (EDXRF), bem como da μ-EDXRF e do μ-PIXE, para a determinação da composição elementar dos metais e ligas metálicas, da microscopia óptica (MO) para proceder à caracterização microestrutural, complementada, por vezes e quando necessário, pela microscopia electrónica de varrimento com microanálise por raios X (SEM-EDS), o que tem permitido identificar e conhecer as técnicas de produção utilizadas, nomeadamente a cadeia operatória empregue na manufactura dos artefactos metálicos. Por outro lado, a construção da Barragem do Alqueva e a implantação da Rede de Rega a ela associada originou inúmeras intervenções de campo de salvaguarda do património arqueológico, com a escavação e registo também de numerosos contextos pré e proto-históricos, que têm permitido, não só renovar, mas também aumentar o nosso conhecimento sobre as sociedades dessas épocas, surgindo mesmo tipos de estruturas e contextos que eram totalmente desconhecidos anteriormente à construção da Barragem. Dessas intervenções foram recolhidos conjuntos numerosos de artefactos metálicos e de restos de operações metalúrgicas que, mercê da boa colaboração com arqueólogos responsáveis por intervenções de campo, têm sido objecto de análise pela equipa do C2TN. Também tivemos acesso a materiais orgânicos que foram objecto de datação pelo radiocarbono, a maior parte no Laboratório de Radiocarbono do C2TN, pelo que foi possível obter datações absolutas, precisas e fiáveis, para diversos tipos de artefactos metálicos e restos metalúrgicos e obter, assim, um esqueleto cronológico onde ancorar a evolução da tecnologia metalúrgica registada no sudoeste português.

Assim, a síntese que nos propomos fazer neste artigo de homenagem ao Prof. Victor Gonçalves, embora abarque todo o sudoeste português, centra-se essencialmente na região afectada pelo Empreendimento do Alqueva, pelo que poucas amostras foram analisadas do Algarve, Alentejo litoral e norte do Alto Alentejo. De qualquer modo, estamos em crer que as conclusões a que chegámos serão aplicáveis, pelo menos na sua maior parte, a todo o sudoeste português.

2. A METALURGIA CALCOLÍTICA

2.1. A METALURGIA DO COBRE

Quando se elabora uma síntese sobre a metalurgia antiga numa determinada região três questões se colocam desde logo: *i*) quando se iniciou ou quais as manifestações mais antigas dessa inovação tecnológica na região em causa; *ii*) foi inventada aí ou provém de onde; *iii*) qual o primeiro metal a ser obtido e trabalhado. Na Península Ibérica, o contexto mais antigo, onde a metalurgia

(do cobre) parece estar atestada é um registado no sítio neolítico de Cerro Virtud (Almeria), o qual foi datado da primeira metade do 5.º Milénio a.C. (Ruiz-Taboada e Montero-Ruiz, 1999). No entanto, outras manifestações metalúrgicas na Península Ibérica só voltam a ser identificadas mais de um milénio depois, na segunda metade do 4.º Milénio. De qualquer modo, aquele registo de metalurgia no Neolítico tem servido para se considerar que a Metalurgia se desenvolveu independentemente e autonomamente na Península Ibérica. No sudoeste português, do sítio do Neolítico Final/Calcolítico Inicial da Atalaia do Peixoto (Serpa) provém um fragmento informe de um artefacto de cobre muito puro (Oestes Vidigal *et al*., 2015, Tabela 2), que através de análise metalográfica (Soares *et al.*, 1996, Fig. 9), foi considerado como não sendo passível de ser atribuído a essa fase cultural, uma vez que foram observadas maclas de recristalização e bandas de deformação, o que implica o conhecimento pelo metalurgista das operações de fundição, vazamento e recozimento. Parece, por conseguinte, corresponder a uma metalurgia algo evoluída, porventura calcolítica, mas não compatível com a cronologia atribuída ao sítio (Soares *et al.,* 1996). Os contextos mais antigos com metalurgia do cobre datados pelo radiocarbono são, aparentemente, do sítio calcolítico de S. Brás 1 (Parreira 1990; Soares e Cabral, 1993), para os quais se obtiveram as datas, sobre amostras de carvão, de 4410 ± 140 BP (ICEN- 44) e 4480 ± 60 BP (ICEN-43), as quais calibradas apontam para um intervalo de tempo integrável na 2.ª metade do IV Milénio. Contudo, esses contextos são considerados do Calcolítico Pleno, o que torna aquelas datas demasiado antigas e, porventura, explicáveis pelo «efeito da madeira antiga». Outros contextos calcolíticos datados do Sudoeste apontam para o aparecimento da Metalurgia na 1.ª metade do 3.º Milénio a.C., parecendo existir uma maior concentração de vestígios metalúrgicos a partir de meados desse Milénio (Soares e Cabral, 1993; Valera *et al*., 2013; Orestes Vidigal *et al*., 2015).

As composições elementares dos artefactos metálicos calcolíticos provenientes do Sudoeste português revelam que estes são manufacturados em cobre puro ou em cobre arsenical[2] e em que as impurezas porventura existentes (Fe, Sb, Bi, Ag, Pb, Ni, por exemplo) apresentam teores muito baixos (Orestes Vidigal *et al*., 2015; Soares *et al*., 1996; Valério 2012). Pode afirmar-se que o mesmo ocorre nas regiões limítrofes da nossa área de estudo, designadamente na Estremadura portuguesa (Müller *et al*., 2007; Soares, 2005; Pereira *et al*., 2012, 2013a, 2013b) e na Andaluzia (Bayona *et al.,* 2003; Hunt, 2003; Nocete *et al*., 2004), e igualmente na restante Península Ibérica (Rovira e Montero-Ruiz, 2013; Rovira *et al*., 1997). Cerca de metade dos artefactos analisados tem uma concentração de arsénio inferior a 2% (Fig. 1) (Orestes Vidigal *et al*., 2015). A distribuição estatística dos teores em arsénio assemelha-se à distribuição lognormal deste elemento nos minerais de cobre, o que indicia que o teor em arsénio do metal então produzido não era controlado pelo metalurgista na operação de redução do minério (Rovira, 2005). No entanto, verifica-se que determinados tipos de artefactos, designadamente aqueles que se têm considerado como armas ou objectos de prestígio (punhais, pontas de seta, lâminas) apresentam

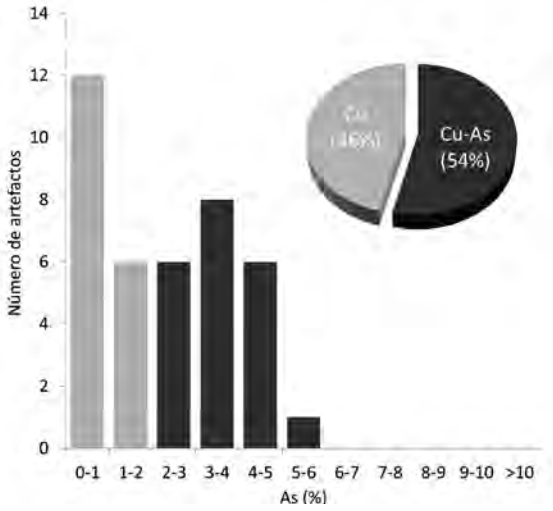


FIG. 1. Histograma dos teores de arsénio e distribuição do cobre *versus* cobre arsenical (As> 2%) em artefactos calcolíticos do sudoeste português.

[2] Considera-se, tradicionalmente, como cobre arsenical (liga de Cu+As) aquele cujo teor em arsénio é igual ou superior a 2%, independentemente de se considerar se a liga é ou não intencional.

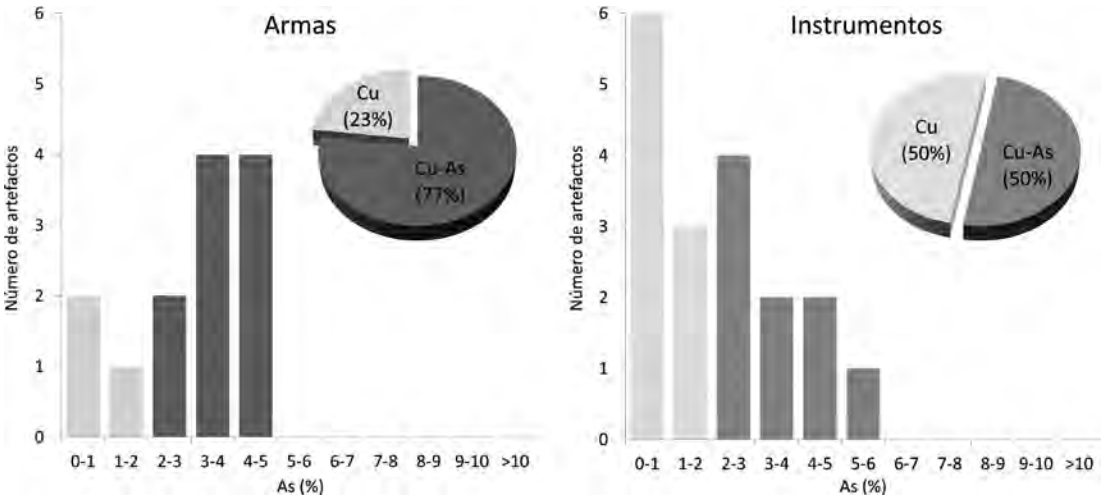


FIG. 2. Histograma dos teores de arsénio e distribuição do cobre *versus* cobre arsenical (As> 2%) em armas e instrumentos calcolíticos do sudoeste português.

geralmente maiores teores de As do que os considerados como instrumentos (Fig. 2). Este facto indicia que teria havido uma selecção pelo metalurgista, porventura através da cor (Pereira *et al*., no prelo), dos nódulos metálicos resultantes da operação de redução do minério com vista à manufactura dos artefactos.

Por outro lado, os teores de Fe são normalmente menores que 0,05 % (Orestes Vidigal *et al*., 2015, Tabela 2), o que indica que nas operações de produção do metal (operações de «smelting») a atmosfera não seria suficientemente redutora para originar teores mais elevados daquele elemento no metal ou liga metálica produzida. De há muito que se sabe que, na Península Ibérica, desde o Calcolítico até à Idade do Ferro, as operações de «smelting» eram efectuadas em simples lareiras ou fogueiras onde o minério era colocado, misturado com carvão, em vasilhas-forno ou cadinhos (Rovira e Montero-Ruiz, 2013). A utilização de algaravizes permitia atingir as temperaturas necessárias à redução dos minérios. A pasta cerâmica de um cadinho, com vestígios de utilização, proveniente de S. Brás 1 (Serpa) foi analisada por espectroscopia Mössbauer (Waerenborgh, 1994), o que permitiu concluir que o cadinho tinha sido colocado no fundo da fogueira, em ambiente redutor, com o ou os algaravizes colocados em plano superior ao do cadinho. Deverá referir-se que os cadinhos calcolíticos têm dimensões relativamente pequenas, normalmente de base rectangular, com formas muito semelhantes às usadas na mesma altura na Estremadura portuguesa como, por exemplo, no bem conhecido sítio de Vila Nova de São Pedro (Soares, 2005).

Os minérios de cobre utilizados são os óxidos ou carbonatos (cuprite, malaquite, azurite), facilmente reduzíveis e que não originam escórias ou, quando muito, em quantidades muito pequenas. Foram recolhidos minérios de cobre nos sítios calcolíticos do Castelo Velho de Safara e Porto Mourão, ambos situados no concelho de Moura e na margem do rio Ardila (Soares *et al*., 1994). Note-se que este rio drena a área de Barrancos, onde existem várias minas de cobre, algumas com vestígios de trabalhos mineiros pré-históricos, e que se integra na grande e complexa Zona da Ossa Morena. Análises isotópicas de chumbo de artefactos calcolíticos de cobre recolhidos em sítios da Estremadura, designadamente no Zambujal, Vila Nova de S. Pedro e Leceia, indicam que a origem do minério é, precisamente, a Zona de Ossa Morena (Müller e Cardoso, 2008; Müller e Soares, 2008; Müller *et al*., 2007). Não será, por conseguinte, de considerar como improvável que a mesma origem possa ser atribuída a algum do cobre utilizado durante o Calcolítico no sudoeste português. Embora não tenham sido efectuadas, até agora, análises isotópicas desse tipo aos metais da região em causa,

elas foram realizadas, no entanto, para os artefactos calcolíticos de Cabezo Juré (Huelva), situado muito próximo da fronteira portuguesa, e que indicam que minerais das zonas de enriquecimento supergénico das jazidas de sulfuretos maciços da Faixa Piritosa Ibérica foram utilizados para a obtenção do metal (Nocete *et al*., 2004). Também, o registo de um cadinho recolhido em escavação arqueológica de um contexto calcolítico no castelo de Aljustrel sugere essa origem para algum do cobre calcolítico utilizado no sudoeste português (Pérez Macías *et al*., 2013).

Por fim, deverá referir-se que as análises metalográficas dos artefactos têm sido uma constante nesta última fase de investigação arqueometalúrgica. Embora, ainda na sua maior parte inéditas no que se refere ao Calcolítico do sul do país, a cadeia operatória identificada consiste, na maior parte dos casos, e após o vazamento em moldes, em ciclos de martelamento e recozimento, que poderão terminar num martelamento final (Fig. 3). Faz-se notar que os machados analisados são manufacturados, na sua maior parte, em cobre bastante puro e em dois deles, fragmentados, provenientes dos sítios de Três Moinhos (Beja) e Porto Mourão (Moura), observam-se diversos chochos na fractura e, em amostra polida e contrastada, podem observar-se vestígios da estrutura inicial de vazamento e algumas maclas resultantes de um processo de deformação e recozimento aparentemente incipiente (Soares *et al*., 1994, 1996). A composição elementar usual dos machados e a estrutura de solidificação que apresentam alguns deles, como os atrás referidos, indiciam que os machados poderão ter tido a função de lingotes ou, então, serem objectos de prestígio, como Müller e colaboradores (2007) sugerem, e não instrumentos com a função que habitualmente corresponde a estes artefactos.

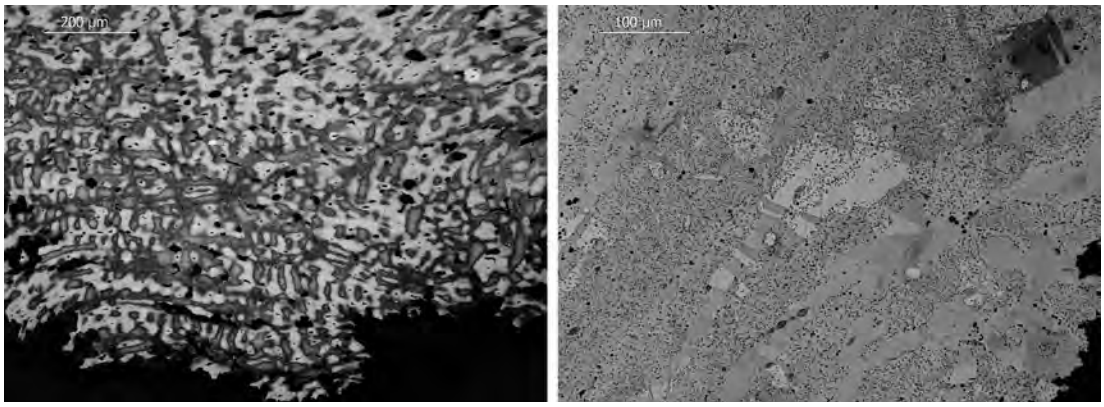


FIG. 3. Imagens de microscopia óptica de artefactos calcolíticos do sudoeste português (à esquerda: microestrutura de vazamento de um punção de cobre com 5,1% As; à direita: microestrutura, com evidência de trabalho termomecânico, de um «punção» de cobre).

2.2. A METALURGIA DO OURO

O outro metal que surgiu durante o Calcolítico foi o ouro. Embora alguns autores considerem que terá surgido antes do Campaniforme, é quase consensual que o seu aparecimento é posterior ao do cobre. Os artefactos em ouro chegaram até nós em muito menor número que os artefactos coevos em cobre e, por conseguinte, dispomos de muito menor número de análises arqueometalúrgicas. Além disso, a maior parte dos objectos em ouro calcolíticos resultam de descobertas ocasionais, não provêm de escavações arqueológicas e, por conseguinte, desconhecem-se os contextos originais e a sua cronologia precisa. A sua atribuição ao Calcolítico baseia-se, quase sempre, em critérios tipológicos, com a incerteza que, por vezes, lhe está associada. De qualquer modo, poderá dizer-se que os artefactos em ouro mais primitivos que surgem na Península Ibérica consistem em finas lâminas de ouro, com espessuras de uma ou duas centenas de micra, obtidas a par-

tir de ouro nativo. O ouro nativo caracteriza-se por teores de Cu que não excedem 1 % e de Ag inferiores a 25 % (Monteiro e Rovira, 1991).

Além dos artefactos atribuídos ao Calcolítico do Sudoeste analisados por Hartmann (1982) e muitos deles descritos em Armbruster e Parreira (1993), foram analisados fragmentos de folhas de ouro provenientes dos sítios calcolíticos de Três Moinhos, Beja e Porto Torrão, Ferreira do Alentejo, resultantes de recolhas superficiais (Araújo e Alves, 1994; Soares *et al*., 1996), bem como do monumento megalítico dos Godinhos, Redondo (Mataloto *et al*., 2015) e do Túmulo 2 dos Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Soares *et al*., 2014). Estes últimos foram recolhidos em escavação arqueológica de contextos campaniformes, sendo atribuídos, por datação por radiocarbono, ao 3.º quartel do III Milénio a.C. os recolhidos no Túmulo 2 dos Perdigões (Valera *et al*. 2014). Os provenientes de Três Moinhos e Porto Torrão poderão também provir da ocupação campaniforme identificada nesses sítios (Soares, 1992; Arnaud, 1993).

As análises efectuadas por EDXRF e PIXE a todos estes artefactos permitem verificar que todos eles apresentam teores de Ag < 8 % e de Cu < 0,1 %, destacando-se os 14 fragmentos de lâminas do Túmulo 2 dos Perdigões em que, em 5 deles, o teor de Ag não atinge 1 %. Estas percentagens de Ag e Cu indicam que estes artefactos foram manufacturados em ouro nativo muito puro. A sua origem precisa é-nos ainda desconhecida, mas provavelmente a sua proveniência poderá ser a bacia do Guadiana (Soares *et al*., no prelo) ou as zonas mineiras do sul peninsular (Nocete *et al*., 2014).

A cadeia operatória utilizada na manufactura das lâminas de ouro calcolíticas tem sido determinada através de análises metalográficas, com as quais tem sido possível identificar micro-estruturas recristalizadas, onde se podem observar grãos maclados (Fig. 4), indicativos do uso de operações mecânicas (martelagem) e térmicas (recozimento), isto é, a cadeia operatória caracteriza-se por ciclos de martelagem e recozimento de modo a obter uma espessura muito fina como a que se regista nestes artefactos. A cadeia operatória é, por conseguinte, muito similar à utilizada na metalurgia do cobre, a qual deve ter tido início antes da metalurgia do ouro cujo início não será anterior a meados do III Milénio a.C.

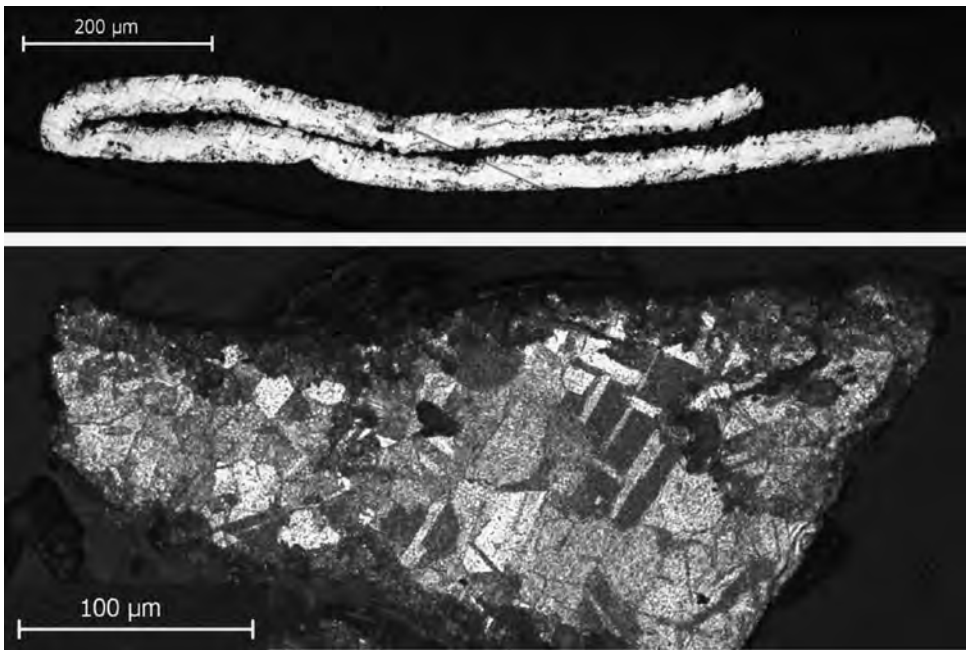


FIG. 4. Imagens de microscopia óptica de uma lâmina calcolítica de ouro do sudoeste português (Túmulo 2 dos Perdigões) (topo: perfil da lâmina evidenciando a sua espessura muito reduzida; base: microestrutura com grãos maclados comprovando trabalho termomecânico).

3. A METALURGIA DO BRONZE DO SUDOESTE

3.1. A METALURGIA DO COBRE

A metalurgia do cobre não parecia, até há pouco tempo, ter mudado drasticamente do Calcolítico para a Idade do Bronze. Embora nesta última época se tenha dado o aparecimento do bronze e da prata, a metalurgia continuava a ser dominada pelo cobre com variáveis teores de arsénio (Hunt 2003; Valério *et al*., 2014). No referente à metalurgia do sudeste ibérico, que é, talvez, a que tem sido mais estudada, verificou-se que, comparando os teores de arsénio de cerca de 300 artefactos provenientes de Los Millares (Calcolítico) e de contextos argáricos (Bronze Inicial e Médio), apenas ocorria um ligeiro aumento desse teor – de 2,0 para 2,4 % (Montero-Ruiz, 1994). Um outro estudo, este referente ao sudoeste espanhol, evidenciou, pelo contrário, uma pequena redução do teor médio de arsénio: teor médio 1,9 % (n=120 artefactos) no Calcolítico; 1,1 % (n=161 artefactos) no Bronze Pleno (Costa Caramé 2010).

Para o sudoeste português foram analisados cerca de 100 artefactos à base de cobre provenientes de contextos do Bronze Pleno do Sudoeste, a maior parte deles datados pelo radiocarbono (Valério *et al*., 2014, 2015). Provêm de contextos dos seguintes sítios com essa cronologia: Torre Velha 3 e Monte da Cabida 3 (Valério *et al*. 2014), Horta do Folgão (Nunes da Ponte *et al*., 2012), Tholos Centirã 2 (Henriques *et al.,* 2013), Abelheira 1, Horta da Morgadinha, Montinhos 6, Pexem, Torre Velha 12, Vale Frio 2, Vinha das Caliças 5 e Carapetal (Valério *et al*., 2015). Foram analisados diversos tipos de artefactos provenientes de contextos habitacionais e funerários, designadamente punções, punhais, adagas e uma espada e respectivos rebites, pontas de seta, braceletes, contas, cinzéis e alguns fragmentos de artefactos de tipologia incerta.

Ao contrário do que acontece para o Calcolítico do Sudoeste (ver Fig. 1) os artefactos do Bronze Pleno do Sudoeste são compostos, na sua maior parte, por ligas de cobre arsenical (Fig. 5). Além disso, a distribuição dos teores de arsénio é uma distribuição Guassiana com um teor relativamente elevado neste elemento (3,9 % ± 1,4 %; n= 90 artefactos, excluindo 4 artefactos com teores muito elevados de arsénio (ver Valério *et al.,* 2015)). A cadeia operatória utilizada na manufactura dos artefactos não parece ter sofrido grandes alterações, uma vez que envolve também, após vazamento, ciclos de martelagem e recozimento, mas terminando agora, frequentemente, com uma martelagem final (Fig. 6). Os punhais e adagas parecem ter sofrido um processo de manufactura mais extenso, principalmente nas zonas de corte, enquanto os rebites não receberam qualquer tratamento termomecânico após o vazamento.

Esta distribuição dos teores de arsénio do Bronze Pleno do Sudoeste português assemelha-se à distribuição do estanho nas ligas de bronze da Idade do Bronze Final, isto é, apresenta-se como uma curva de Gauss centrada num teor médio, o que sugere uma liga obtida intencionalmente (ver, por exemplo, Figueiredo *et al*., 2010; Valério *et al*., 2010). Esta intencionalidade é desconhecida no resto da Península Ibérica. Uma explicação plausível para o surgimento desta liga e o conhecimento da tecnologia empregue na sua obtenção são, nesta altura, inexistentes. Investigações recentes sobre a metalurgia do Bronze Inicial no planalto iraniano, na Anatólia oriental e em Creta mostram que as ligas de cobre arsenical aí em uso são obtidas a partir de uma produção intencional de «speiss», uma mistura de ferro arsenical e de arsenetos de ferro. Uma operação de «smelting» do «speiss» com um minério de cobre (óxido ou carbonato) ou uma fusão conjunta de «speiss» e cobre dá origem a ligas de cobre arsenical (Thornton *et al*., 2009; Rehren *et al*., 2012), como as identificadas na região em estudo. No entanto, nem as escórias que seriam produzidas por estas operações metalúrgicas, nem quaisquer outros vestígios que indiciassem essas operações, foram até agora encontrados no Sudoeste ibérico. Uma explicação mais plausível, e no seguimento do que se julga provável ter sido usado para a obtenção de teores mais elevados de arsénio em determinados tipos

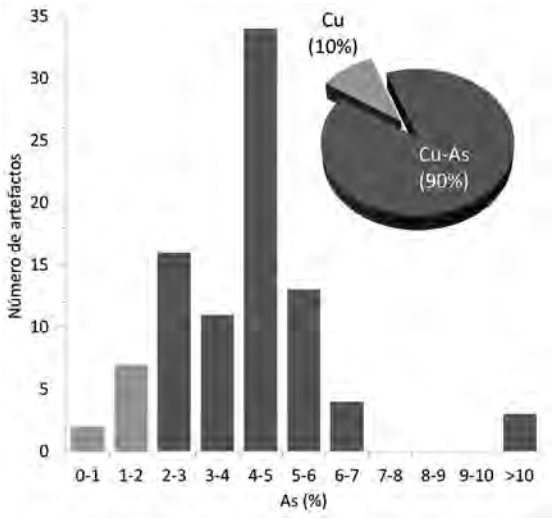


FIG. 5. Histograma de teores de arsénio e distribuição do cobre versus cobre arsenical (As> 2%) em artefactos do Bronze Pleno do sudoeste português.

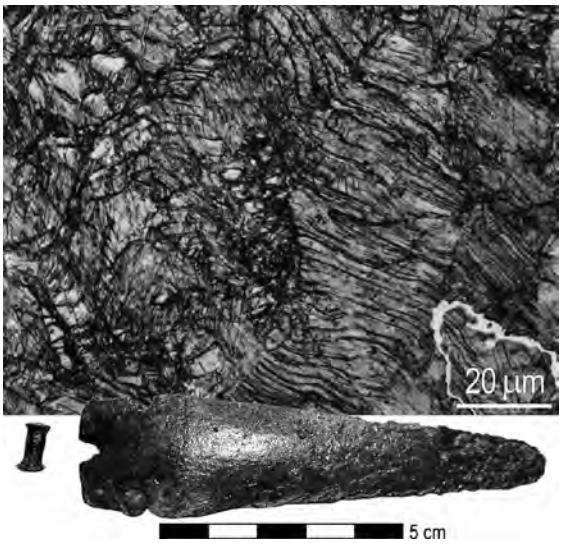


FIG. 6. Imagem de microscopia óptica de um punhal de cobre arsenical do Bronze Pleno do Sudoeste português (grãos com muitas bandas de deformação comprovando uma martelagem final intensa).

de artefactos calcolíticos, seria a de uma escolha selectiva pelo metalurgista dos núcleos e glóbulos metálicos mais ricos em arsénio resultantes das operações de «smelting».

Como já foi referido, é durante o Bronze Pleno do Sudoeste que surgem, nesta região, os primeiros artefactos de bronze (Cu + Sn). Três punções e uma lâmina de punhal foram registados em contextos funerários de hipogeus em Torre Velha 3, os quais datados pelo radiocarbono permitem atribuir para dois destes artefactos uma cronologia do 2.º quartel do II Milénio a.C., enquanto para os outros dois, bem como para a faca e um dos punhais da sepultura de Belmeque, também em bronze, a sua cronologia poderá já ser do 3.º quartel do II Milénio (Valério *et al.*, 2014; Soares, 1994). Os bronzes de Torre Velha 3, cuja composição elementar foi determinada quantitativamente, apresentam um teor em Sn de cerca de 10%, teor esse que é típico de metalurgias de bronze já bem estabelecidas, como a do Bronze Final, o que sugere que se poderá tratar de importações. Por outro lado, esta cronologia para o aparecimento dos primeiros bronzes no sudoeste ibérico não se diferencia da aceite para a introdução do bronze nas regiões centro, noroeste e sudeste ibéricos, embora possa ser ligeiramente mais tardia do que a sua chegada ao nordeste (Fernandez-Miranda *et al.*, 1995; Rovira, 2004).

Os primeiros vestígios de produção metalúrgica foram identificados em estruturas negativas do Bronze Pleno da Malhada do Vale da Água (Ferreira do Alentejo), datados pelo radiocarbono da transição do 2.º para o 3.º quartel do II Milénio a.C. (Valério *et al.*, no prelo). Incluem cadinhos de cerâmica, escórias, nódulos metálicos e minérios. Nos cadinhos e escórias foi identificada a presença de dois grupos distintos resultantes da existência de teores significativos de cobre ou de cobre e estanho. Foram igualmente encontrados teores menos significativos de outros elementos, tais como o Fe, As, Zn, Sb e Pb. Os nódulos metálicos são igualmente constituídos por cobre ou bronze replicando, deste modo, os dois grupos encontrados nos cadinhos e escórias. Estas análises indiciam, por conseguinte, a existência de operações de produção de cobre, mas também de bronze na Malhada do Vale da Água, constituindo estas últimas os vestígios mais antigos de produção local desta liga no sudoeste ibérico. Para além do registo desta inovação tecnológica, é ainda de destacar a quantidade e o tamanho assinalável dos vestígios metalúrgicos recuperados neste sítio arqueológico, os quais sugerem

a produção de metal numa escala bem superior à metalurgia doméstica, considerada como uma característica do Bronze Pleno em toda a Península Ibérica. Por outro lado, confirma-se a continuação da utilização de cadinhos cerâmicos para a redução de minérios, uma característica que se irá manter na Península Ibérica até ao período pré-romano (Rovira e Montero-Ruiz, 2013).

3.2. A METALURGIA DO OURO

Uma ou outra análise realizada a artefactos de ouro com a cronologia do Bronze Pleno do Sudoeste não alteram o que as análises efectuadas por Hartmann (1982) indicam: continuam a ser utilizadas, aparentemente em exclusivo, as ligas binárias de ouro nativo na manufactura das jóias com essa cronologia. Além de lâminas de ouro, muitas delas decoradas, surgem as cadeias de espirais, as pulseiras e os torques. As concentrações de Cu são vestigiais e as de prata parecem ser mais variadas do que no período anterior, mas não excedem os 20 % (ver, para o sul do país, uma série de resultados em Soares *et al*., 2004, Quadro III). Já conhecidos e publicados são os dois rebites em *electrum*, uma liga de Au+Ag de origem não artificial, da faca em bronze encontrada no hipogeu de Belmeque (Soares, 1994).

3.3. A METALURGIA DA PRATA

É durante o Bronze Pleno do Sudoeste que surgem os primeiros artefactos em prata. Os artefactos em prata têm sido recolhidos exclusivamente em contextos funerários De um hipogeu de Torre Velha 3, datado do 2.º quartel do II Milénio a.C., foi recuperada uma conta em prata com 4,8 % de cobre (Valério *et al*., 2014), o que podia sugerir uma liga intencional. No entanto, um estudo recente (Bartelheim *et al*., 2012) sugere que estas ligas de Ag e Cu resultam do uso de misturas de minérios de prata e de cobre ou de minérios de prata e cobre, uma vez que a mesma proveniência geológica foi determinada através das razões isotópicas em chumbo para artefactos de Ag+Cu e de prata pura. Por outro lado, estão documentados, na Faixa Piritosa Ibérica, minérios de óxidos e carbonatos de cobre com quantidades significativas de prata (Rovira e Renzi, 2013). Rebites de prata têm sido identificados em punhais e adagas do Bronze Pleno do Sudoeste, provenientes designadamente do sepulcro de Belmeque (onde também apareceram tachas do mesmo material (ver Araújo e Alves, 1994)) e de um hipogeu de Torre Velha 3. Estes últimos também apresentam um elevado teor em cobre (4,3 – 5,1 %) mas, além disso, um teor elevado em ouro (4,9 – 5,4 %). Estas ligas ternárias de prata, com um elevado teor de ouro, são muitíssimo raras em contextos ibéricos pré-históricos, o que sugere uma origem forânea para o punhal a que estavam associadas. A lâmina do punhal tem um teor em Sn de cerca de 10 %, o que nos levou a admitir, como referido anteriormente, essa origem. Por fim, deverá referir-se que a ausência ou teores muito baixos de chumbo na prata com esta cronologia indica que se trata de prata nativa ou de prata obtida a partir da redução de minérios de cloreto de prata (cerargita) e não pela designada copelação da prata, que só foi introduzida na Península pela colonização fenícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro evolutivo da metalurgia pré-histórica no sudoeste português, com base nos dados obtidos nestes últimos vinte anos, pode ser clarificado em alguns pontos e confirmado noutros, de modo que pode ser equacionado como se segue:

- O cobre é o primeiro metal a ser utilizado, surgindo em contextos do Calcolítico Pleno do Sudoeste, datados de modo seguro pelo radiocarbono do 1.º quartel do III Milénio a.C. A composição elementar dos artefactos indica que cerca de metade deles é constituída por cobre com algumas impurezas, enquanto que a outra metade é constituída por cobre arsenical (As> 2 %). Artefactos filiados em algumas tipologias, designadamente os que comumente se consideram como armas ou objectos de prestígio, têm geralmente um teor em As superior aos de outras tipologias. A cadeia operatória utilizada na manufactura dos artefactos consiste, após vazamento, em ciclos de martelamento e recozimento, podendo terminar num martelamento final. As fornalhas metalúrgicas são desconhecidas (apenas começam a ser utilizadas na Península a partir da colonização fenícia), ocorrendo as operações de redução dos minérios de cobre (óxidos e/ou carbonatos) em cadinhos colocados na base de fogueiras e utilizando algaravizes para atingir a temperatura necessária à redução do minério.
- O ouro surge, no sudoeste, a seguir ao cobre, a partir de meados do III Milénio a.C. Os artefactos consistem, na sua maior parte, em finas lâminas de ouro, com composições elementares em que o teor em prata não excede os 10 % e o cobre é vestigial, o que indicia a utilização de cobre nativo na sua manufactura. A cadeia operatória é similar à utilizada na metalurgia do ouro.
- Ao longo do II Milénio a.C., no sudoeste português, a metalurgia do cobre arsenical é preponderante; os teores de As apresentam uma distribuição gaussiana, o que indicia uma intencionalidade na escolha dessa liga. No entanto, o modo de obtenção da mesma continua desconhecido, embora a selecção do metal utilizado na manufactura dos artefactos possa ter sido feita com base na cor do mesmo (nódulos metálicos mais prateados, resultantes da operação de "smelting", indicam um teor mais elevado de arsénio). A cadeia operatória não se modifica, embora o martelamento final surja com mais frequência do que no período anterior, provavelmente para conferir uma maior dureza aos artefactos.
- No 2.º quartel do II Milénio a.C. surgem, no sudoeste, os primeiros artefactos em bronze, possivelmente importados, e na transição do 2.º para o 3.º quartel registam-se os primeiros vestígios de produção local das ligas binárias de bronze (Cu + Sn) que, no entanto, só substituem o cobre arsenical no Bronze Final.
- A metalurgia do ouro não parece sofrer qualquer evolução significativa – existe uma maior diversidade de tipologias de objectos manufacturados, mas continua a ser utilizado o ouro nativo, embora os teores de prata sejam mais variados do que no período precedente. Este facto indicia um acesso a uma maior variedade de procedências do ouro nativo.
- É, também, durante o 2.º quartel do II Milénio a.C. que aparecem no registo de contextos arqueológicos do sudoeste os primeiros artefactos em prata. São objectos pequenos, designadamente contas de colar ou rebites de punhais e adagas. O metal é obtido a partir da prata nativa ou do minério cerargita, facilmente reduzido. A copelação da prata surge muito mais tarde, já na Idade do Ferro, com a colonização fenícia.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, M. F.; Alves, L. C. (1994) – Análise por PIXE e XRF de alguns artefactos metálicos do Bronze do Sudoeste. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2.º volume, 186-189.

Araújo, M. F.; Silva, R. J.; Senna-Martinez, J. C.; Valério, P.; Figueiredo, E.; Soares, A. M. M. (2013) – Investigação em Arqueometalurgia em Portugal. Resultados recentes e perspectivas futuras de uma equipa multidisciplinar. *Al-Madan*. II Série, 17(2), 69-78.

Armbruster, B.; Parreira, R. (coord.) (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Colecção de Ourivesaria. 1.º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.

Arnaud, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. 2, 41-60.

Bartelheim, M.; Contreras Cortés, F.; Moreno Onorato, A.; Murillo-Barroso, M.; Pernicka, E. (2012) – The silver of the South Iberian El Argar culture: a first look at production and distribution. *Trabajos de Prehistoria*. 69(2), 293-309.

Bayona, M. R.; Nocete, F.; Sáez, R.; Nieto, J. M.; Alex, E.; Rovira, S., (2003) – The prehistoric metallurgy of Cabezo Juré (Alosno, Huelva): the metal objects production. In *Proceedings of Archaeometallurgy in Europe (24-26 September 2003, Milan)*. 2, 175-184.

Costa Caramé, M. E. (2010) – *Las producciones metálicas del III y II milenio cal ANE en el Suroeste de la Península Ibédrica*. British Archaeological Reports, International Series. Oxford: Archaeopress.

Fernandez-Miranda, M.; Montero Ruiz, M.; Rovira Llorens, S. (1995) – Los primeros objectos de Bronce en el Occidente de Europa. *Trabajos de Prehistória*. 52(1), 57-69.

Ferreira, G. P.; Gil, F. B. (1979) – Análise por Fluorescência de Raios-X de um fragmento de cadinho de fundição do Cemitério dos Mouros (Pessegueiro, Sines). *Setúbal Arqueológica*. 5, 154.

Figueiredo, E.; Silva, R. J. C.; Senna-Martinez, J. C.; Araújo, M. F.; Fernandes, F. M. B.; Vaz, J. L. I. (2010) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 37, 1623-1634.

Gil, F. B.; Guerra, M. F. (1982) – Análise por fluorescência de raios X de dois fragmentos metálicos provenientes do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). *Clio*. 4, 13-14.

Gil, F. B.; Guerra, M. F. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. V-Estudo do espólio metálico por Fluorescência de Raios X. *Setúbal Arqueológica*. 8, 145-153.

Gonçalves, V. S.; Gil, F. B.; Seruya, A. I. (1989) – A metalurgia do cobre nos Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa. In Gonçalves, V. S., *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*. Vol. I, 479-481.

Hartmann, A. (1970) – *Prähistorische Goldfunde aus Europa*. Studien zu den Aufängen der Metallurgie. 3(1). Berlin.

Hartmann, A. (1982) – *Prähistorische Goldfunde aus Europa*. Studien zu den Aufängen der Metallurgie. 3(2). Berlin.

Henriques, F. J. R.; Soares, A. M. M.; António, T. F. A.; Curate, F.; Valério, P.; Rosa, S. P. (2013) – O *Tholos* Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In Ávila, J. J.; Alvarez, M. B.; Cabezas, M. G. (eds.) – *Actas del VI encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento. 319-335.

Hunt, M. A. (2003) – *Prehistoric Mining and Metallurgy in South West Iberian Peninsula*. British Archaeological Reports International Series 1188. Oxford.

Junghans, S.; Sangmeister, E.; Schröder, M. (1960) – *Metallanalysen Kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfuden aus Europa*. 1. Berlin.

Junghans, S.; Sangmeister, E.; Schröder, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europa*. 2(1-3). Berlin.

Junghans, S.; Sangmeister, E.; Schröder, M. (1974) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europa*. 2(4). Berlin.

Mataloto, R.; Boaventura, R.; Nukushina, D.; Valério, P.; Inverno, J.; Soares, R. M.; Rodrigues, M.; Beija, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 18, 55-79.

Montero, I.; Rovira, S. (1991) – El oro y sus aleaciones en el orfebrería prerromana. *Archivo Español de Arqueología*. 64, 7-21.

Montero-Ruiz, I. (1994) – *El origen de la metalurgia en el Sureste Peninsular*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses.

Müller, R.; Cardoso, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the Chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. 49, 64-93.

Müller, R.; Goldenberg, G.; Bartelheim, M.; Kunst, M.; Pernickas, E. (2007) – Zambujal and the beginnings of metallurgy in southern Portugal. In *Metals and Mines: studies in archaeometallurgy*. London: Archetype Publications. 15-26.

Müller, R.; Soares, A. M. M. (2008) – Traces of early copper production at the Chalcolithic fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. 49, 94-114.

Nocete, F.; Sáez, R.; Bayona, M. R.; Nieto, J. M.; Peramo, A.; López, P.; Gil-Ibarguchi, J. I.; Inácio, N.; García, S.; Rodríguez, J. (2014) – Gold in the Southwest of the Iberian Peninsula during the 3rd Millennium BC. *Journal of Archaeological Science*. 41, 691-704.

Nocete, F.; Sáez, R., Nieto, J. M. (2004) – La producción de cobre en Cabezo Juré: estudio químico, mineralógico y contextual de escorias. In Nocete, F. (ed.) – *Odiel. Proyecto de investigación Arqueológica para el Análisis del Origen de la Desigualdad Social en el Suroeste de la Península Ibérica (Seville 2004)*. 273-295.

Nunes da Ponte, T. R.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Frade, J. C.; Ribeiro, I.; Rodrigues, Z.; Silva, R. J. C.; Valério, P. (2012) – O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal): os hipogeus funerários. *O Arqueólogo Português*. Série V, 2, 265-295.

Orestes Vidigal, R.; Valério, P.; Araújo, M. F.; Soares, A. M. M.; Mataloto, R. (2015) – Micro-EDXRF study of Chalcolithic copper-based artefacts from Southern Portugal. *X-Ray Spectrometry*. DOI: 10.1002/xrs.2658.

Parreira, R. (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*. 1, 27-43.

Pereira, F.; Silva, R. J.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (2012) – Estudo arqueometalúrgico de artefactos provenientes do Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 19,163-172.

Pereira, F.; Silva, R. J. C.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (2013a) – The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts – insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40(4), 2045-2056.

Pereira, F.; Silva, R. J. C.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (no prelo) – Importância dos teores de arsénio na percepção da cor em artefactos de cobre arsenical. In *Actas do XI Congresso Ibérico de Arqueometria (Universidade de Évora, 14-16 Outubro 2015)*.

Pereira, F.; Furtado, M. J.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Silva, R.; Cardoso, J.L. (2013b) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). In Arnaud, J. M.; A. Martins, A.; Néves, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 463-469.

Pérez Macías, J. A.; Martins, A.; Osa Fernández, O. R. (2013) – Primeiras evidências de mineração do cobre em Aljustrel. Um cadinho Calcolítico proveniente do Castelo. *Vipasca*. 2.ª série, 4, 9-18.

Rehen, T.; Boscher, L.; Pernicka, E. (2012) – Large scale smelting of speiss and arsenical copper at Early Bronze Age Arisman, Iran. *Journal of Archaerological Science*. 39, 1717-1727.

Rovira, S. (2004) – Tecnologia metalúrgica y cambio cultural en la Prehistória de la Península Ibérica. *Norba. Revista de História*. 17, 9-40.

Rovira, S. (2005) – Tecnologia Metalúrgica Campaniforme en la Península Ibérica. Coladas, moldeado y tratamientos postfundición. In Rojo-Guerra, M. A.; Garrido-Pena, R.; García-Martínez de Lagrán (eds.) – *El Campaniforme en la Península Ibérica y su Contexto Europeo*. Valladolid: Junta de Castilla y León. 495-521.

Rovira, S.; Montero, I.; Consuegra, S. (1997) – *Las Primeras Etapas Metalúrgicas en la Península Ibérica. I. Análises de Materiales.*

Rovira, S.; Montero-Ruiz, I. (2013) – Iberia: Technological Development of Prehistoric Metallurgy. In Burmeister, S.; Hansen, S.; Kunst, M.; Müller-Scheeßel, N. (eds.) – *Metal Matters; Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*. Rahden/Westf: Leidorf. 231-239.

Rovira, S.; Renzi, M. (2013) – Plata tartésica: una revisión de la tecnología extractiva a la luz de nuevos hallazgos. In Campos, J.M.; Alvar, J. (eds.), *Tarteso. El Emporio del Metal.* Huelva: Almuzara. 473-488.

Ruiz-Taboada, A.; Montero-Ruiz, I. (1999) – The oldest metallurgy in western Europe. *Antiquity*. 73, 897-903.

S/A (1980) – Projecto de acordo entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa. *Clio*. 2, 158.

Soares, A. M. M. (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, conc. de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*. 9-10, 291-314.

Soares, A. M. M., (1994) – O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2.º volume, 179-197.

Soares, A. M. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In Arnaud, J. M.; Fernandes, C. V. (eds.) – *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 179-188.

Soares, A. M. M.; Alves, L. C.; Frade, J. C.; Valério, P.; Araújo, M. F.; Candeias, A.; Silva, R. J. C.; Valera, A. C. (2014) – (Bell Beaker Gold Foils from Perdigões Southern Portugal) – Manufacture and Use. In Scott, R. B.; Brackmans, D.; Carremans, M.; Degryse, P. (eds.) – *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry, Leuven (2012)*. 120-124.

Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Alves, L.; Ferraz, M. T. (1996) – Vestígios Metalúrgicos em Contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal. In Maciel, M. J. (coord.) – *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri. 553-579.

Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Cabral, J. M. P. (1985) – O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia. *Arqueologia*. 11, 87-94.

Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Cabral, J. M. P. (1994) – Vestígios da prática da metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardilas e o Chança. In Campos, J. M.; Pérez, J. A.; Gómez, F. (eds.) – *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana (Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste)*. Huelva. 165-200.

Soares, A. M. M; Cabral, J. M. P. (1993) – Cronologia Absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. In Jorge, V. O., *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993), Vol. II [Trabalhos de Antropologia e Etnologia]*. 33(3-4), 217-236.

Soares, A. M. M.; Valério, P.; Alves, L. C.; Valera, A.C. (no prelo) – As Lâminas de Ouro do Túmulo 2 dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). In *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Serpa/Aroche, 24-26 Outubro 2014)*.

Thornton, C. P.; Rehren, T.; Pigott, V. C. (2009) – The production of speiss (iron arsenide) during the Early Bronze Age in Iran. *Journal of Archaeological Science*. 36, 308-316.

Valera, A.; Gonçalves, A.; Evangelista, L. S. (2013) – Metais e Metalurgia. In Valera, A. – *As Comunidades Agropastoris na Margem Esquerda do Guadiana (Memórias d'Odiana, 2.ª Série, 6)*. 283-301.

Valera, A. C.; Silva, A. M.; Márquez Romero, J. E. (2014) – The temporality of *perdigões* enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *Spal*. 23, 11-26.

Valério, P. (2012) – *Archaeometallurgical study of Pre and Protohistoric production remains and artefacts from southern Portugal*. Tese de Doutoramento. Departamento de Conservação e Restauro, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. 160 p.

Valério, P.; Baptista, L.; Gomes, S.; Pinheiro, R.; Fernandes, S.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (no prelo) – Malhada do Vale da Água – novos dados sobre a metalurgia do Bronze Pleno do Sudoeste. In *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Aroche/Serpa, 29 Novembro-1 Dezembro 2013)*.

Valério, P.; Silva, R. J. C.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Fernandes, F. M. B.; Silva, A. C.; Berrocal-Rangel, L. (2010) – Technological continuity in Early Iron Age bronze metallurgy at the south-western Iberian Peninsula – a sight from Castro dos Ratinhos. *Journal of Archaeological Science*. 37, 1811-1819.

Valério, P.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Silva, R. J. C.; Baptista, L. (2015) – Middle Bronze Age Arsenical Copper Alloys in Southern Portugal. *Archaeometry*. doi: 10.1111/arcm.12212.

Valério, P.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Silva, R. J. C.; Porfírio, E.; Serra, M. (2014) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of southern Portugal: the first bronzes in southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. 42, 68-80.

Waerenborgh, J. C. (1994) – Resultados preliminares da Análise por Espectroscopia Mössbauer da pasta cerâmica de um cadinho proveniente do povoado de São Brás 1. In Campos, J. M.; Pérez, J. A.; Gómez, F. (eds.) – *Arqueologia en el Entorno del Bajo Guadiana (Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste)*. Huelva. 193-195.

BRONZE MÉDIO DO SUDOESTE. INDICADORES DE COMPLEXIDADE SOCIAL

JOAQUINA SOARES[1]
CARLOS TAVARES DA SILVA[1]

RESUMO

Parte-se do princípio que a complexidade social se pode atingir por diversas vias, mesmo em situação de crise, como parece ter ocorrido nas sociedades do Bronze Médio I do Sudoeste (1900/1800-1600/1500 cal BC). Procede-se a breve revisitação do registo empírico, enfatizando os possíveis indicadores de complexidade social. Defende-se modelo dinâmico de crescimento da hierarquização durante a Idade do Bronze Médio do Sudoeste. Desde um cenário de prováveis chefaturas incipientes no Bronze Antigo, ter-se-ia atingido na Idade do Bronze Médio uma organização social provavelmente de tipo chefatura complexa, mas polinucleada ou descentralizada, por hipótese subordinada ao Estado de El Argar. Este tipo de organização social parece ter evoluído para chefaturas proto-estatais no Bronze médio II. Com o declínio do Estado de El Argar, o Sudoeste mostra durante o Bronze médio II (1600/1500 a 1200 cal BC) um período de florescimento. A cartografia dos vestígios arqueológicos do sul de Portugal (e em especial a das estelas de tipo alentejano) mostra uma concentração na região de Beja (Grupo de Santa Vitória), provável centro de poder de território proto-estatal do Guadiana ao Atlântico.

ABSTRACT

The starting point is the statement there are many ways towards complex societies, even in crisis contexts, like the Middle Bronze Age I societies of Southwest (1900/1800-1600/1500 cal BC). The empirical record had been revisited, emphasizing the possible indicators of social complexity. So, it can be defended a dynamic model of growth and consolidation of social inequality and complexity during the Bronze Age of the Southwest of Iberian Peninsula. From a scenario likely of incipient chiefdoms in the Early Bronze Age, society became, in the Middle Bronze Age I a strong hierarchical based organization of complex but polynucleated or decentralized chiefdom type, dependent, by hypothesis, from the state of El Argar. After the decay and collapse of El Argar, the

1 Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS). UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
cea.maeds@amrs.pt

Southwest enters in a cycle of development (Middle Bronze Age II), in the time span of 1600/1500 to 1200 cal BC. In Southern Portugal, a very dense concentration of archaeological remains, mainly stelae of Alentejo type, can support the hypothesis of the emergence of a proto-state territory polarized by Beja region (Santa Vitória archaeological group), from the Guadiana River basin to the Atlantic shore.

1. INTRODUÇÃO

A informação arqueológica de que dispomos sobre o Bronze Médio do Sudoeste é maioritariamente de carácter funerário. E mesmo essa encontra-se grandemente truncada quer pela elevada taxa de destruição e violação das sepulturas quer pelo facto de a maior parte das numerosas necrópoles identificadas terem sido objecto exclusivamente de sondagens até 1950, ano em que se iniciaram na Atalaia (Viana, 1959) as primeiras escavações em extensão, apostadas em conhecer não somente o contentor funerário, mas a totalidade das estruturas do respetivo monumento.

Até à década de 1970 eram desconhecidos, em Portugal, os locais de habitação correspondentes a essas abundantes ocorrências de natureza sepulcral. Foi com as escavações efectuadas a partir dos inícios daquela década, e igualmente em extensão, no concelho de Sines, que além de se terem estudado cada um dos monumentos funerários como parte de um todo, se registaram, pela primeira vez, núcleos habitacionais do Bronze Médio do Sudoeste (Tavares da Silva e Soares, 1981). Estes povoados (Pessegueiro, Quitéria e Provença) eram imediatamente contíguos ao espaço funerário, ou muito próximos, e desprovidos de condições naturais e artificiais de defesa. As cabanas, de planta retangular, foram construídas essencialmente em materiais perecíveis, subsistindo somente orifícios de poste, alinhamentos de blocos, lareiras estruturadas e pequenos lajeados. Os povoados de altura só viriam a ser identificados a partir do final da década de 1970, e somente em território espanhol – Andaluzia (Aubet *et al*., 1983; Hurtado, 1990) e Extremadura (Hurtado e Enriquez, 1991; Pavón Soldevila, 1998).

Não admira, pois, que, perante tão débil base empírica, tenha vindo a ser associada ao Bronze Médio do Sudoeste uma imagem de retrocesso relativamente à das sociedades calcolíticas. Porém, outras leituras mais sistemáticas detectaram fortes indícios de complexidade social (García Sanjuán, 1998; Gomes, 1994 e 2015; Soares e Tavares da Silva, 1998; Tavares da Silva e Soares, 1981). As recentes contribuições oferecidas sobretudo pela actividade arqueológica de salvamento do plano de rega de Alqueva desenvolvida no interior alentejano, principalmente na região de Beja (Soares *et al*., 2009; Porfírio e Serra, 2010; Valério *et al*., 2014), mas também no Alentejo Litoral (Tavares da Silva e Soares, 2009) e no Algarve (Gomes, 2015), levaram-nos a reavaliar esta problemática.

2. MUDANÇAS SOCIO-POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA O II MILÉNIO CAL BC

Com os Horizontes Campaniforme (Soares e Tavares da Silva, 2010) e de Ferradeira (Schubart, 1975), inscritos em um Bronze Antigo relativamente invisível e desconexo, inicia-se o processo de desconstrução das tradicionais formas de vida comunalistas de tradição neolítica (Soares e Tavares da Silva, 1998), que, no Calcolítico, na 1.ª metade do III milénio cal BC, haviam atingido, na generalidade da Península Ibérica (*Formação Tribal Complexa*, Soares, 2013, p. 413), a sua maior complexidade, embora de carácter horizontal, tendo a dinâmica competitiva de vários poderes, mais ou menos institucionalizados e parcialmente sobrepostos (estruturas de parentesco, religiosas, corporativas),

mantido a estabilidade do sistema social. O Sudoeste ibérico, no decurso da 2.ª metade do III milénio cal BC, irá integrar-se mais ou menos perifericamente em economia de bens de prestígio de escala pan-europeia (Soares, 2013, Fig. 264, p. 431). As redes de alianças forjadas nesse âmbito garantiriam directamente, ou por mecanismos de emulação, importantes componentes material e imaterial de legitimação das chefaturas incipientes do Bronze Antigo regional. A melhor expressão material dessa mudança pode ser apreendida na arqueologia da morte, com a valorização de particulares actores sociais, que tiveram capacidade e poder de legitimação da função representativa de colectivos e da exploração da sua força de trabalho, usando muito provavelmente mecanismos de *exploração colectiva indirecta* (Ste. Croix, 1988). Uma das mais expressivas sepulturas atribuídas a estas lideranças instáveis de tipo *omnisciente* (Soares, 2013, p. 69-71), encontrada na Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira (Armbruster e Parreira, 1993; Bettencourt, 2010), forneceu justamente um rico espólio que associa símbolos de prestígio e comando político – diadema de ouro –, a símbolos de poder coercivo– longo punhal de lingueta.

Se, por um lado, o colectivismo funerário persiste em algumas necrópoles hipogeicas como a do sítio mesetenho de Valle de las Higueras (Bueno, Barroso e Balbín Behrmann, 2005), datada no intervalo de 2470 a 1890 cal BC, a 2 sigma, ou na sepultura 2 de Guadajira, em Badajoz (Hurtado e García Sanjuán, 1996, p. 101-102), por outro lado, emerge o ritual de inumação individual, em sepulturas singulares, de corpo estendido, agregadas ou isoladas, ou mesmo reutilizando sepulcros colectivos, como ocorreu no hipogeu 1 de S. Pedro do Estoril (Leisner, Paço e Ribeiro, 1964) com o expressivo enterramento do portador da túnica de botões de osso com perfuração em V e de espirais de ouro anelares, datado, através de falange envolvida por essas espirais, do último quartel do III milénio cal BC, ou seja, do intervalo de 2330 a 2060 cal BC a 2 sigma– Beta 178468: 3790±40BP (Gonçalves, 2005).

O poder político, anteriormente encapsulado na malha parental e em meandros teocráticos de complexidade supostamente horizontal, onde hierarquia (controlo central) e heterarquia (auto-regulação das comunidades locais) se articularam, inicia o seu percurso de autonomização, associado a uma esfera de economia política, que se irá progressivamente demarcando da economia subsistencial (Soares, 2013, p. 431).

Temos valorizado, como factor crítico das mudanças económico-sociais da transição para o Bronze Antigo, o controlo da tecnologia metalúrgica do cobre arsenical e do ouro (Soares, 2013; Soares e Tavares da Silva, 1995, 1998). Os novos instrumentos de trabalho substituem tendencialmente os tradicionais utensílios líticos, em osso e madeira, induzindo ganhos de produtividade. Mas é sobretudo na arena política que os metais adquirem maior relevância, no decurso da Idade do Bronze, aplicados na manufactura de armas e de peças de sumptuária, catalisadoras e legitimadoras da nova economia política.

3. DESMATERIALIZAÇÃO E COMPLEXIDADE SOCIAL. A IDADE DO BRONZE MÉDIO (1900/1800-1200 CAL BC)

3.1. AGLOMERADOS HABITACIONAIS

A assimetria entre informação funerária e a proveniente de contextos residenciais é uma das maiores limitações para o debate sobre a complexidade social durante o Bronze Médio do Sudoeste. No território português, estão por escavar os povoados de altura deste período. Em Odemira, foram identificados dois prováveis povoados de cumeada: Cerro da Bica e Cerro do Castelo de Vale Feixe. Este último, com corta mineira no seu interior, aparenta possuir taludes defensivos, ocupa 6 ha e possui uma relação visual directa com a necrópole de cistas de tipo Atalaia de Vale Feixe (Vilhena,

2006, 2008). No Castelo do Giraldo (Évora) existem indícios de ocupação da Idade do Bronze Médio (Mataloto, 2012, p. 187), tal como em Évoramonte (Mataloto, Martins e Soares, 2013) e no Cerro da Forca, em Barrancos (Romero e Rego, 2001); no último sítio, a ocupação do Bronze Médio prolonga-se pelo Bronze Final. Não é improvável que alguns dos grandes povoados de altura fortificados, do final da Idade do Bronze – como o Outeiro do Circo, situado em uma das mais férteis manchas de solos do sul do país (Barros de Beja) e em uma das áreas de maior densidade de achados do Bronze Médio, com 17 ha de extensão, complexa fortificação constituída por muralhas, fosso e bastiões (Serra, 2014) –, venham a revelar ocupações do Bronze Médio, uma vez escavados em extensão (observem-se os resultados das escavações no Cerro del Castillo de Alange, em Pavón Soldevila e Duque Espino, 2014, Fig. 4).

De facto, continua por fazer o inquérito à fundação dos povoados de altura do sul do actual território português, em geral instalados em relevos culminantes com visibilidade panorâmica, atribuídos genericamente ao Bronze Final. Estes têm sido objecto somente de prospecções de superfície ou de sondagens que não respondem pela total diacronia dos sítios. Assim, por limitação dos trabalhos de campo ou por efectiva expressão da realidade social, os povoados de altura, em princípio no topo da hierarquia dos sistemas de povoamento, são por agora conhecidos e estudados somente no interior, na Andaluzia Ocidental e na Baixa Extremadura. A longa diacronia destes povoados tem sido colocada em evidência, nomeadamente em El Trastejón, com ocupações do Bronze Antigo, Médio I e Bronze Final (García Sanjuan e Hurtado, 2011) ou en Castillo de Alange, com ocupações do Bronze Antigo, Bronze Médio I e II e Bronze Final (Pavón de Soldevila, 1998; Pavón de Soldevila e Duque Espino, 2014). Neles se acumularam sobreproduto económico, riqueza, poder político/militar e poder ritual e cosmológico, este último indispensável para sancionar ideologicamente a desigualdade social crescente. No Castillo de Alange (Badajoz), uma imponente estrutura de armazenagem «pública» constitui bom indicador de complexo sistema de redistribuição com capacidade para centralizar o sobreproduto económico de um determinado território (Lull e Micó, 2007; Manzanilla, 1997; Pavón Soldevila, 1998; Pavón Soldevila e Duque-Espino, 2014, p. 57).

Embora estejam por conhecer as redes de povoamento e as unidades territoriais da organização social, é possível ler a complexidade da estrutura social na diversificada tipologia dos povoados. Palacio Quemado (Hurtado e Enríquez, 1991) no médio Guadiana, com cerca de 3,5 hectares rodeados por muralha, La Papúa (Huelva), rodeado por forte arquitectura defensiva, com muralha provida de bastiões (Hurtado *et al*., 1999), Setefilla (Sevilha), também fortificado (Aubet *et al*., 1983), o povoado de terraços de El Trastejón, Huelva (Hurtado, 1990; Hurtado e García Sanjuán, 1994), poderiam corresponder, pelo menos alguns deles, a lugares centrais de fixação da função política; o número muito restrito de povoados de topo na hierarquia dos contextos domésticos pode ser interpretado como bom indicador da centralização do poder (Barceló, 1991). No entanto, a imagem actual também pode ser o resultado de deficiente investigação arqueológica de campo.

Na planície, têm vindo a identificar-se os principais vestígios das populações do Bronze Médio. A visibilidade das arquitecturas funerárias dos cemitérios de cistas deixou durante muito tempo na obscuridade os povoados abertos, construídos em materiais perecíveis; mas sabemos que foram espaços de produção agro-pecuária e artesanal, nomeadamente metalúrgica, como por exemplo o povoado do Pessegueiro, em Sines (Ferreira e Gil, 1979; Tavares da Silva e Soares, 1981) e o de Las Minitas, Badajoz (Pavón Soldevila, 2008, Fig. 9). Nessas aldeias armazenaram-se, como se documentou nos povoados de silos do interior alentejano[2], os resultados de uma agro-pastorícia consolidada, que,

[2] Assinalem-se os casos de silos que continham sementes carbonizadas nos sítios de Ourém 7, Trigaches 3 e 2 . Neste último, foi possível verificar que a fossa-silo tinha sido revestida por cortiça e que continha milhares de sementes de cevada (Valera, 2014, p. 311).

por hipótese, alimentou as elites dos povoados de altura. Foram lugares de reprodução social alargada das comunidades locais, cuja aparente *pax rural* é contrariada pelas armas metálicas exumadas nas sepulturas que com eles confinam, e que comprovam a presença do estigma da desigualdade social.

O entrosamento do espaço residencial e funerário, traço cultural característico de El Argar, manifesta-se também no Bronze Médio do Sudoeste, que assim anulou a práctica calcolítica da dissociação espacial entre vivos e mortos. Em grande parte das situações em que as necrópoles de cistas foram escavadas em extensão, o respectivo povoado foi identificado na continuidade daquelas. Refiram-se os já citados povoados abertos da região de Sines – Quitéria, Provença e Pessegueiro (Tavares da Silva e Soares, 1981; 2009) –; de Vale da Telha, em Aljezur (Gomes, 2015); Talho do Chaparrinho, em Vila Verde de Ficalho, Monte da Cabida 3, em Évora, Bugalhos, em Serpa, Carapinhais, no Sobral da Adiça (Soares *et al*., 2009); El Castañuelo II (Amo, 1974) na Serra de Huelva; Cortijo de Chichina, em Sevilha (Fernández Gómez, Ruiz Mata e Sancha, 1976, p. 351-386); Las Minitas, em Badajoz (Pavón Soldevila, 2008). Esta cumplicidade entre espaços de vida e de morte encontra-se igualmente presente nos sítios de hipogeus e fossas do médio Guadiana, escavados no âmbito das obras hidráulicas associadas ao projecto Alqueva, como por exemplo em Torre Velha 3 (Serra, 2014; Soares *et al*., 2009). Outro aspecto relevante colocado em evidência por estes trabalhos de salvamento arqueológico foi a descoberta de estabelecimentos de longa diacronia, documentando a continuidade de sistemas de povoamento, como por exemplo no povoado aberto de silos do Monte da Cabida 3, onde foram identificadas preexistências neo-calcolíticas e ocupações do Bronze Médio e Final (Soares *et al.*, 2009) ou no Casarão da Mesquita 3 (Santos *et al.*, 2008).

Apagados na paisagem, os povoados de planície do Bronze médio têm sido descobertos a partir da identificação de arquitecturas funerárias ou por imperativo de obras, como no caso do sítio da Quinta da Fidalga, em Mourão, aparentemente dissociado de qualquer estrutura funerária (Tavares da Silva e Soares, 2008).

A hierarquia social observada a partir da tipologia dos habitats é pois muito eloquente, com pelo menos três níveis de diferenciação: povoados de altura fortificados; povoados de cumeada sem fortificação; povoados abertos de planície.

De um modo geral, e a partir de estudos paleobotânicos e zooarqueológicos realizados para os contextos domésticos de Trastejón (Hurtado e García Sanjuán, 1994) e Cerro del Castillo de Alange (Pavón Soldevila e Duque-Espino, 2014), e em turfeiras (Mateus e Queiróz, 1997; Stevenson, 1985; Stevenson e Harrison, 1992), é possível afirmar que as sociedades do Bronze Médio do Sudoeste exerceram forte antropização da paisagem, reduzindo as manchas de bosque mediterrâneo, e degradando a sua biodiversidade, com a formação de montados de azinho e sobro. Praticaram agricultura cerealífera, provavelmente com rotação de culturas, adaptada a uma certa secura climática, com recurso a duas variedades de trigo (*Triticum aestivum-compactum* e *Triticum aestivum-durum*), cevada (*Hordeum* sp.; *Hordeum vulg.* L.; *Hordeum vulg. var. nudum*) e leguminosas (*Vicia faba major* e *Vicia faba minor*); pode ainda ser defensável uma proto-domesticação ou selecção do zambujeiro e da videira. Tenha-se presente a inclusão de uvas no acervo funerário da cista 5 da necrópole de La Traviesa (García Sanjuán, 1998). No que concerne à criação de gado, praticou-se a pastorícia de ovicaprinos, suínos e gado bovino; em Trastejón terá ocorrido a criação de gado em estábulo, de acordo com os resultados de análises químicas de sedimentos (Hurtado e García Sanjuán, 1994). A fauna selvagem é relativamente escassa (cervos, javalis, lebres e coelhos). A principal diferença que separa os conjuntos faunísticos do Bronze Médio do Sudoeste dos do Sudeste consiste na significativa presença de cavalo nesta última região, o que se coaduna com a organização estatal atribuível à formação social de El Argar, enquanto no Sudoeste a presença de cavalo pode ser vestigial (0,26%), como sucede no Cerro del Castillo de Alange (Pavón Soldevila e Duque Espino, 2014, Fig. 8).

3.2. NECRÓPOLES DE INUMAÇÕES INDIVIDUAIS

3.2.1. NECRÓPOLES DE HIPOGEUS SINGULARES

Nos espaços sepulcrais reflecte-se, quiçá, mais claramente a desigualdade social. Desde logo no que à arquitectura funerária respeita. As necrópoles de hipogeus singulares, raramente com mais de um enterramento, concentram-se na região de Serpa, como Outeiro Alto 2, com 9 hipogeus (Valera e Filipe, 2010); Montinhos 6 e Torre Velha 3. Neste último sítio foram identificadas 110 estruturas da Idade do Bronze, nos cerca de 1,4 ha escavados, sendo 36 de finalidade funerária: 25 hipogeus e 11 fossas (Porfírio e Serra, 2010, p. 56); o seu abundante espólio metálico foi tendencialmente distribuído de acordo com normas de género, cabendo regra geral às sepulturas femininas os punções e pequenos punhais ou facas (Valério *et al*., 2014). As armas metálicas, designadamente punhais, espadas e alabardas (hipogeu 3 da Horta do Folgão, hipogeu de Belmeque) acompanhavam inumações de varões adultos. Embora não seja possível padronizar excessivamente, este comportamento funerário aproxima-se do ritual argárico, que diferencia as oferendas funerárias por género (Lull e Estévez, 1986, p. 449; Lull *et al.*, 2009).

De um modo geral, é possível afirmar que os hipogeus não só representam um maior investimento construtivo, como possuem espólios funerários mais qualificados que a generalidade dos restantes tipos de contentores funerários. No extremo oposto, ficam as sepulturas em fossa/silo, regra geral sem oferendas funerárias.

3.2.2. NECRÓPOLES DE CISTAS COM RECINTOS TUMULARES DE PLANTA CIRCULAR: GRUPO DE ATALAIA

A necrópole mais extensa até agora escavada no território português é a de Atalaia (Ourique), constituída por sete monumentos espacialmente dissociados e por 147 sepulturas individuais em cista e fossa, regra geral incluídas em *tumuli* de planta circular ou subcircular (delimitados por murete de alvenaria de xisto ligado por argila) agregados em cacho a partir de um túmulo central (Schubart, 1965). Este tipo de arquitectura funerária que, na sua organização espacial, revela nítida hierarquização dominada pelo *tumulus* central, o maior e o plenamente circular, é característico do Bronze do Sudoeste do interior sul do Baixo Alentejo; acompanha a bacia do rio Mira (concelhos de Ourique e Odemira). Além da necrópole de Atalaia, devemos ainda referir as de Alcaria (Ourique) (Beirão, 1973) e do Cerro de Vale Feixe (Odemira) (Vilhena, 2008). Esta última, com um número mínimo de 27 sepulturas tipo cista, organizava-se em vários monumentos espacialmente dissociados, onde foi possível, apesar da erosão, detectar túmulos monumentais de planta circular a ovalada, que podiam atingir 5 m de diâmetro e que se adossavam em agregados de tipo cacho.

3.2.3. NECRÓPOLES DE CISTAS COM RECINTOS TUMULARES DE PLANTA RECTANGULAR: GRUPO DE SINES

Na região de Sines, identificámos (Santos, Tavares da Silva e Soares, 1974; Tavares da Silva e Soares, 1981) um outro tipo de arquitectura funerária da Idade do Bronze Médio. O contentor funerário é a cista de planta rectangular, cujo comprimento máximo regra geral não ultrapassa 1m, constituída por 4 esteios nas litologias localmente disponíveis: xisto, arenito dunar, gabro-diorito. Cada sepultura destinou-se a inumação singular em posição fetal, não coberta por terra. Esta caixa pétrea, após selagem com tampa geralmente monolítica, era coberta por *tumulus* tendencialmente piramidal, de base rectangular, excepcionalmente ovalada, delimitada por pequenos esteios. Cada recinto tumular adossava-se ao anterior do respectivo núcleo, supostamente familiar, obtendo-se na última fase construtiva de cada monumento um agregado de *tumuli* em favo (com situações de interpenetração de recintos tumulares), por vezes difícil de desarticular até à sepultura fundadora.

No grupo de Sines, como no de Atalaia, o carácter individual do ritual funerário (aliás transversal a toda a área do Bronze Médio do Sudoeste) é contido por uma organização do espaço sepulcral de evidente articulação, expressa pela rede de recintos tumulares, que nos remete para modelo de organização social onde o comportamento parental e segmentário estariam ainda presentes.

A maior das necrópoles de cistas da região de Sines até agora identificada localizou-se na Herdade do Pessegueiro. Possuía 5 monumentos, infelizmente muito destruídos, de que se escavaram os Monumentos I (Tavares da Silva e Soares, 1979; 1981), com 5 cistas, e o Monumento II com 27 cistas (Tavares da Silva e Soares, 2009).

A necrópole da Provença possuía dois monumentos; um deles encontrava-se totalmente destruído por lavoura mecanizada, 100 m a oeste do Mon. I que foi objecto de escavação integral, revelando a presença de dois núcleos, com um total de 28 sepulturas de tipo cista escavadas (o número original poderá ter sido de 32 contentores) inseridas em recintos de planta rectangular, adossados entre si, formando um agregado tipo favo.

A necrópole da Quitéria, também escavada em extensão, mas não na sua totalidade, revelou 25 sepulturas tipo cista protegidas por *tumuli* de planta rectangular como as anteriores (Tavares da Silva e Soares, 1981). Este tipo de arquitectura funerária é comum e característico da Costa Sudoeste portuguesa. Está presente na necrópole de Corte Cabreira (Aljezur), constituída por 20 cistas enquadradas por recintos tumulares de planta rectangular; sítio incompletamente escavado e publicado (Gamito, 2004). Felizmente não é o caso da necrópole de Vale da Telha, também em Aljezur, que foi exaustivamente publicada (Gomes, 2015) e se mostrou constituída por 18 cistas integradas em recintos tumulares de planta rectangular, à excepção da sepultura 10, em que o recinto é de planta circular. As sepulturas organizaram-se em dois núcleos, talvez familiares, a partir de sepultura central ou fundadora, como foi observado nas necrópoles da Provença e do Pessegueiro, e acabariam por formar um monumento de tipo favo, contíguo a espaço habitacional aberto.

A necrópole de Alfarrobeira, localizada nos contrafortes da Serra de Monchique (S. Bartolomeu de Messines) integra-se igualmente no grupo de arquitectura funerária de Sines. Nesta necrópole, foram identificados dois monumentos, afastados entre si menos de 200 m. O Monumento II, constituído por 5 cistas, foi totalmente destruído; o Monumento I viria a ser integralmente escavado (Gomes, 1994) e era formado por 13 sepulturas tipo cista, inseridas em recintos de planta rectangular (à excepção das sepulturas 4, 6 e 11, cujos recintos apresentavam planta subcircular) adossados entre si, formando um favo. Uma estela de tipo alentejano, subtipo A (Gomes, 1994, p. 121; 2006), com ancoriforme e respectiva correia de suspensão, foi implantada no topo norte da cista 2.

Tal como é patente na necrópole de Atalaia, também no grupo de Sines a estrutura arquitectónica de cada núcleo sepulcral reflete, por certo, uma sociedade acentuadamente hierarquizada. As sepulturas e respectivos recintos tumulares da área central de cada núcleo são os que apresentam maiores dimensões; no Monumento II (polinucleado) do Pessegueiro, foram construídos em arenito dunar (matéria prima mais exigente em investimento de esforço humano nas fases de extração e talhe), enquanto as sepulturas e recintos tumulares da periferia, além de possuírem menores dimensões, foram construídos em xisto (Tavares da Silva e Soares, 2009). O mesmo monumento revelou ainda (como aliás já havíamos notado ao escavarmos a necrópole da Provença (Tavares da Silva e Soares, 1981) diferenças de «riqueza» no que concerne ao conteúdo artefactual das sepulturas, não só no interior de cada núcleo, mas também entre os diversos núcleos. Por exemplo, a sepultura fundadora do Núcleo A possuía o espólio característico de poder coercitivo: punhal em cobre arsenical de grandes dimensões (comprimento de 28 cm) e uma taça em cerâmica, carenada.

O Grupo de Sines, embora com arquitectura diferente da do Grupo de Atalaia, tem subjacente o mesmo conceito organizativo. A fronteira de expansão da arquitectura funerária tipo Sines entra

na área de prevalência do Grupo de Atalaia em Panóias de Ourique (Vasconcelos, 1908); mais a sul, atinge o meridiano de S. Bartolomeu de Messines, com a necrópole de Alfarrobeira.

3.2.4. NECRÓPOLES DE CISTAS SEM *TUMULI*

Em muitos dos achados ocasionais de cistas do Bronze Médio do Sudoeste, apenas o contentor funerário era escavado, sem haver a preocupação ou a possibilidade material de atingir a compreensão alargada da necrópole (Ferreira e Almeida, 1971; Viana e Nunes, 1956). Mas é bem possível que necrópoles que chegaram até nós sob a forma de cistas dispersas sem qualquer enquadramento tumular tenham possuído originalmente arquitecturas de enquadramento, destruídas pela actividade agrícola ou não escavadas. Porém, existem situações em que as sepulturas aparentam nunca ter sido protegidas por estruturas tumulares, como por exemplo na necrópole das Casas Velhas, em Melides, ou na da Vinha do Casão, em Vilamoura (Gomes *et al*., 1986) ou ainda na de Soalheironas, em Alcoutim (Cardoso e Gradim, 2014). Esta tipologia de necrópoles é por agora a que possui maior dispersão no Sudoeste. Está presente na Serra de Huelva: Castañuelo, Becerrero e La Traviesa, entre outras; as duas primeiras com 35 sepulturas cada e a de La Traviesa com 26 (Amo, 1975, 1993; García Sanjuán, 1998).

Na necrópole de La Traviesa, a cista 5, a de maiores dimensões, era a única protegida por *tumulus* de planta subcircular; o individuo inumado era adulto, do sexo masculino e acompanhado por oferenda de uvas e por um acervo de qualidade superior ao das restantes sepulturas: taça hemisférica, vaso piriforme de colo subcilíndrico e alabarda em cobre arsenical (2,47% de As), com vestígios de estanho (0,06%), de tipo Montejícar.

Na Extremadura, este tipo de cemitério encontra-se bem representado em Las Minitas (Badajoz), onde se identificaram 25 sepulturas (Pavón de Soldevila, 2008). Como na generalidade das poucas necrópoles escavadas em extensão, verificou-se em Las Minitas que nem todos os inumados possuíam espólio e que os acervos mais qualificados (recipientes cerâmicos decorados, de colo estrangulado, imitações de protótipos metálicos) provieram das cistas 15 e 18 onde foram inumados adultos maduros do sexo masculino.

3.3. COMUNALIDADES NA ARQUEOLOGIA DA MORTE

Apesar da diversidade observada no registo arqueológico do Sudoeste durante o Bronze Médio, são muitas as comunalidades que articulam essa vasta região (Fig. 1) sobretudo ao nível do ritual funerário, como Schubart (1975) já havia notado. De forma sintética enunciam-se as principais transversalidades:

I. Ritual de enterramento individual em decúbito lateral, hiperflectido ou fetal, com decomposição em ambiente aeróbio[3].

II. Independentemente dos diversos tipos sincrónicos de arquitectura funerária (fossa/silo, cista com ou sem *tumulus* e hipogeu), o inumado é acompanhado ou não por espólio artefactual e por ritual de comensalidade (carne de bovino e/ou de ovicaprino), de acordo com o respectivo estatuto social, género e grupo etário.

[3] Tenham-se presentes os dados da bioantropologia (Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015), o aparecimento de cistas de tampa monolítica com escasso enchimento de terra, como na necrópole da Provença (Tavares da Silva e Soares, 1981) e em especial as recentes descobertas sobre selagem e impermeabilização dos contentores sepulcrais por adição de materiais orgânicos aos elementos pétreos de encerramento: em tampa de cista de Montinho foi utilizada argamassa de argila e gordura de porco (Soares *et al*., 2009); nas necrópoles de hipogeus da Horta do Folgão, e em Torre Velha 3 (Serpa), em 13 dos 25 hipogeus foi observada a adição, aos blocos pétreos de encerramento, de argamassa constituída por argila arenítica misturada com cera de abelha e de própolis (Frade *et al*. 2014, p. 144-145; Porfírio, 2014).

III. As sepulturas integram-se em necrópoles, em geral constituídas por monumentos mais ou menos distanciados entre si, que podem ainda segmentar-se em núcleos supostamente familiares, como foi observado no Monumento II do Pessegueiro (Tavares da Silva e Soares, 2009) e na necrópole de Vale da Telha (Gomes, 2015).

IV. No seu todo, os cemitérios reflectem sociedades fortemente hierarquizadas. A desigualdade dos acervos funerários – que vai desde a sepultura sem quaisquer oferendas até sepulturas com diversos objectos de prestígio em cerâmica, em cobre arsenical ou bronze, prata e ouro, adornos em litologias raras – é uma constante das necrópoles do Bronze Médio do Sudoeste. Mário Varela Gomes aplicou a curva de Lorenz às necrópoles algarvias de Vinha do Casão (Bronze Médio I[4]), Alfarrobeira e Vale da Telha (Bronze Médio II), tendo verificado a existência de maior desigualdade/maior concentração de riqueza nas necrópoles de Alfarrobeira e Vale da Telha (Gomes, 1994) (Fig. 6).

V. Os presumíveis líderes de cada segmento social são assinalados no registo funerário por: arquitecturas mais monumentalizadas que as das restantes sepulturas (cista 5 da necrópole de La Traviesa, sepulturas fundadoras das necrópoles dos grupos de Atalaia e Sines); armas (por ex. hipogeu 3 da Horta do Folgão, hipogeu de Belmeque, cista 7 do Monumento II do Pessegueiro, cista 5 da necrópole de La Traviesa); armas e adornos (cista 12 da Provença); estelas gravadas com representações de símbolos de poder (cista 2 de Alfarrobeira).

VI. Acesso restrito a recipientes cerâmicos de prestígio (vasos de colo estrangulado e decorados por nervuras verticais e/ou impressões em bandas horizontais; recipientes de corpo globular ou piriforme/garrafa, também decorados, de superfícies negras e polidas), que atravessam todo o território do Bronze Médio II, desde a Costa Sudoeste portuguesa até à Baixa Extremadura (Fig. 5). Seriam prováveis contentores de produtos alcoólicos ou psicotrópicos (Gomes, 2015), hipótese a aguardar análises de conteúdos, e imitações de protótipos metálicos mediterrâneos, com bons paralelos nas garrafas do tesouro de Villena (Schubart, 1975; González Prats, 1990, p. 65), para o qual pode ser defendida uma cronologia precoce de cerca de 1575--1400 AC com base em paralelos micénicos (Mederos Martín, 1999, tab. 1). Esta produção cerâmica de carácter funerário ilustra bem os mecanismos de emulação resultantes da integração periférica em amplo sistema sociopolítico comandada por relações de tipo centro-periferia.

VII. Acesso restrito a materiais exóticos e rochas raras. Manuel E. Costa Caramé e colaboradores (2011), em estudo comparado de adornos dos IV-III milénios e do II milénio cal BC no Sul da Península Ibérica, provenientes de contextos funerários, verificaram uma muito menor dispersão das redes de circulação de adornos em rochas verdes durante o II milénio, mas registaram extraordinária concentração de contas produzidas nesse material na necrópole de El Argar (1085 exemplares); os mesmos autores notaram a ausência de adornos em âmbar e azeviche nos acervos das sepulturas individuais do Bronze Médio. A distribuição dos adornos em rochas raras é,

[4] Relativamente à periodização do Bronze Médio do Sudoeste cf. Soares e Tavares da Silva, 1998. O quadro cronológico (Quadro 1) para este período dispõe actualmente de um elevado número de datas radiocarbónicas (García Sanjuán e Hurtado, 2011; Mataloto *et al.*, 2013), cujos contextos não se encontram porém extensivamente publicados. As principais mudanças sociais e tecnológicas com expressão na cultura material que permitem criar uma fronteira, necessariamente artificial, entre o Bronze Médio I e Bronze Médio II são o aparecimento, nesta última fase, das estelas de tipo alentejano, a produção de cerâmica inspirada em modelos metálicos de origem mediterrânea, o desenvolvimento da metalurgia da prata. A «fronteira» que separa o Bronze Médio do Bronze Final estimada por via estatística no citado artigo cai no intervalo de 1167-1047, não havendo por agora razão para alterarmos a nossa proposta de 1200 cal BC, que aliás recolhe amplo consenso.

pois, agora bem mais selectiva que no III milénio, parecendo indicar a existência de um sistema de trocas de longa distância centralmente gerido. O território do Sudoeste, também no que se refere a este indicador, mostra uma clara situação de subalternidade relativamente ao Sudeste (Quadro 2); mesmo não considerando o pico de El Argar, a proporção de adornos em rochas verdes é de 55/124 frente ao Sudeste (Costa Caramé *et al.*, 2011, Tab. 1). É possível que as elites da Idade do Bronze assentassem parte do seu poder no controlo dos circuitos de trocas de média-longa distância de bens manufacturados, sobretudo metais, e de matérias-primas.
Os adornos sobre concha foram valorizados em função da distância ao litoral, quer no Alentejo interior – hipogeu de Torre Velha 3, Serpa, que incluiu colar de 31 pequenos gasterópodos (Porfírio e Serra, 2010) –, quer na Andaluzia Ocidental – acervo de sepultura da necrópole de Carmona, com concha de *Pecten maximus* e exemplar de *Conus mediterraneus* (Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015).

VIII. Proximidade ou mesmo contiguidade entre necrópoles e povoados. Padrão de organização espacial que rompe com a tradição calcolítica e aproxima o Sudoeste da Cultura Argárica. Esta proximidade é reforçada pela ocorrência de sepulturas em espaço intra-habitat, como se verificou em Llanete de Moros (Martín de la Cruz, 1987, p. 48-53), Setefilla (Aubet e Serna, 1981), El Berrueco (Escacena e Frutos, 1981), El Estanquillo (Ramos, 1993), El Trastejón (Hurtado, 1990, p. 161-162), El Picacho (Pellicer e Amores, 1985, p. 103-104), Cerro del Castillo de Alange (Pavón Soldevila, 1998, p. 23), Monte da Cabida 3 (Soares *et al.*, 2009).

3.4. DESMATERIALIZAÇÃO: ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO EMPOBRECIMENTO IMPOSTO PELAS ASSIMETRIAS SOCIAIS?

É com alguma perplexidade que deixamos para trás a expressiva visibilidade arqueológica do III milénios cal BC. Ela dá-nos conta da pujança demográfica, cultural e económica das sociedades agro-pastoris saídas da Revolução dos Produtos Secundários da Criação de Gado (RPS) no Sudoeste ibérico (Sherrat, 1981; Soares, 2003), cujo expoente máximo de agregação populacional e de polifuncionalidade está representado pelas diversas mega-aldeias com largas dezenas de hectares, rodeadas por fossos e muralhas, que polarizariam amplos territórios tribais, como Pijotilla e Valencina de la Concepción, ou Porto Torrão, no Alentejo.

Após a desconstrução do legado calcolítico, ocorrida durante o Bronze Antigo, as evidências arqueológicas parecem indicar uma fase depressiva, mesmo de retrocesso para alguns autores (Valera, 2014). A pobreza dos espólios funerários e de bens de prestígio tem sido frequentemente assinalada (Viana, 1959; García Sanjuán, 1999). Segundo o último autor, não se observa no Sudoeste o padrão de distribuição dos bens de prestígio próprio de sociedades de classes como a argárica ou a minóica. Leonardo García Sanjuán (1999, p. 75-76) defende, através de aturado inquérito ao registo empírico da Idade do Bronze do Sudoeste, que a analogia processual no desenvolvimento do Calcolítico entre o Sudeste e o Sudoeste se interrompe; as formações sociais do Bronze do Sudoeste atingem elevado grau de hierarquização na Pré-história regional (*hierarquização desagregada*)[5], mas ficam aquém da estratificação.

[5] García Sanjuán utiliza o conceito de *Sociedade Hierarquizada Desagregada* «para describir un esquema de relaciones de producción pre-estatal que rompe la tendencia al comunalismo igualitarista observado en las sociedades de c. 2500-1700 a.n.e. [=3000-2100 cal BC] en favor de una acentuación de un liderazgo cada vez más expreso y cada vez más basado en el prestigio guerrero y donde el tránsito a la Estratificación social es posible en determinadas circunstancias ecológicas y productivas (transición prístina) o geo-políticas (transición secundaria)» (García Sanjuán, 1998, p. 76).

Com efeito, a desmaterialização que caracteriza a generalidade dos espólios funerários da Idade do Bronze do Sudoeste não significa, em nosso entender, uma necessária desaceleração ou retrocesso da complexidade social, mas antes traduz o crescimento da complexidade social em conjunturas de empobrecimento das comunidades aldeãs, por hipótese sujeitas a formas de tributação ou mesmo a subtracção violenta de colheitas e de força de trabalho. A desmaterialização resultante de uma certa austeridade e empobrecimento da cultura material destas comunidades face à parafernália de artefactos ideotécnicos e sociotécnicos do Calcolítico, não nos parece, pois, suficiente para iludir o incremento da complexidade social. A par da «generalizada pobreza» de espólios funerários e de bens de prestigio, ocorrem contextos ricos em oferendas. Ora, são estas situações excepcionais que revelam uma formação social caracterizada por marcada desigualdade associada a elevado grau de hierarquização.

Nos rituais de socialização da morte, a cultura material pode ter sido, em parte, substituída por cerimónias com forte componente imaterial, como rituais de comensalidade expressos directamente no acervo funerário (Porfírio e Serra, 2010), ou não[6]; rituais de revisitação do espaço funerário, na forma de deposições póstumas nos *tumuli* (depósito de recipiente cerâmico no recinto da cista 10 da necrópole da Quitéria; depósito de dois recipientes cerâmicos no recinto tumular da cista 1 da necrópole da Provença – Santos, Soares e Tavares da Silva, 1974; Tavares da Silva e Soares, 1981); cerimónias de manipulação dos restos mortais dos antepassados, criando reduções, cujo significado nos escapa – culto do crânio (?) como foi proposto por Mariano del Amo (1993). No território português registaram-se depósitos de crânios isolados, quer no exterior da sepultura e no respectivo recinto tumular (caixa de grés dunar no recinto tumular da cista 10 da Quitéria – Tavares da Silva e Soares, 1981) quer no interior da sepultura, em caixa pétrea (cista 19 da necrópole de Alcaria, em Caldas de Monchique – Viana *et al.*, 1949). A segregação do crânio relativamente aos restantes ossos nas necrópoles de Alcaria do Pocinho e Curral da Pedra (Castro Marim – Veiga, 1891), ou o aparecimento de inumações desprovidas de crânio, como no hipogeu de Belmeque (Soares, 1994), documentam bem a diversidade de práticas rituais no mundo funerário da Idade do Bronze Médio do Sudoeste.

Partindo de hipótese de trabalho que coloca o Sudoeste na dependência do Estado argárico (Fig. 1), o empobrecimento das comunidades aldeãs, gerador de ineficiências no funcionamento do sistema produtivo por ocasionais pilhagens de factores de produção, não só pelas elites intra-sociais, mas eventualmente também por grupos de pressão do território vizinho, não significa necessariamente, como antes dissémos, involução na complexidade social. As interacções assimétricas que, presumivelmente, terão vigorado entre El Argar e o Sudoeste acrescentaram mais um patamar de diferenciação social na organização deste último território (estádio supra regional de diferenciação e desigualdade).

Há obviamente que admitir um cenário de degradação das forças produtivas. As próprias lideranças locais dão mostras de limitada ostentação, perdendo capacidade para investir excedentes em bens de prestígio; o sistema de trocas parece contrair-se.

A generalização de sistemas de interacção de tipo centro-periferia intra-sociais (Soares e Tavares da Silva, 1998), criando clivagens internas com a constituição de sub-regiões de desigual desenvolvimento (Fig. 2) dentro do Sudoeste (estádio de diferenciação e desigualdade regional), tem vindo a ser observada na Extremadura (Pavón e Duque-Espino, 2014, p. 59) e no território português a partir da forte diferenciação observada nas arquitecturas e mobiliários funerários (Costa

[6] A bateria de 16 lareiras da necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve), duas delas (L7 e L12) com conchas marino-estuarinas (*Cerastoderma edule; Ruditapes decussatus; Ostrea* sp. – Gomes *et al.*, 1986; Tavares da Silva, 1986), poderia estar também associada a rituais de comensalidade.

Sudoeste-Grupo de Sines/interior alentejano-Grupo de Santa Vitória/sul do Baixo Alentejo-Grupo de Atalaia).

Tendencialmente, a pressão presumivelmente tributária e «invasora» externa teria, pois, criado condições de aprofundamento do fosso entre lideranças e populações, promovendo o caciquismo local, bem expresso nas mais periféricas necrópoles (estádios de diferenciação intra-grupal de escala local). Podemos defender, a partir do registo arqueológico, que as relações sociais de produção com exploração e a consequente desigualdade social saturaram vários níveis das relações humanas nas sociedades do Bronze Médio do Sudoeste.

3.5. INDICADORES DE COMPLEXIDADE SOCIAL

A complexidade social das sociedades do Bronze Médio do Sudoeste encontra-se expressa, como atrás procurámos mostrar, através de:

3.5.1. HIERARQUIA DOS SISTEMAS DE POVOAMENTO

Locais de habitação que integrariam sistemas de povoamento acentuadamente hierarquizados, com povoados de altura fortificados, que podiam corresponder a lugares centrais de fixação da função política – centralização evidenciada pelo seu reduzido número –, e povoados de planície, dominados pelos primeiros;

3.5.2. NECRÓPOLES COM RARAS SEPULTURAS DOTADAS DE ESPÓLIOS VALIOSOS

Na generalidade das necrópoles do Bronze Médio do Sudoeste existem sepulturas sem espólio; uma larga maioria de contentores funerários possui apenas um objecto, frequentemente um recipiente cerâmico liso; raras sepulturas oferecem ricos mobiliários, como, por exemplo, a cista 12 da necrópole da Provença (Sines), que continha, na segunda fase de utilização, recipiente cerâmico de colo estrangulado, decorado por nervuras verticais, inspirado em protótipo metálico, um punhal em cobre, duas contas em mineral de cor verde e uma conta espiralada em ouro; cista 7 (ver ponto 3.2.3) e cista 1 do Núcleo A do Monumento II do Pessegueiro, esta última com um conjunto de 22 contas em materiais exógenos e 3 espirais em prata; cista 5 de La Traviesa (ver 3.2.4); hipogeu de Belmeque (Serpa), cujo espólio era constituído por forma cerâmica complexa, com dois vertedores, pertencente ao grupo dos vasos de colo estrangulado com decoração de nervuras verticais, faca em bronze, com rebites de ouro, dois punhais, um em bronze e outro em cobre com rebites de prata e oito aplicações também de prata (tachas) que talvez tenham decorado peça(s) de vestuário; sepultura da Herdade do Sardoninho, em Aljustrel (que atribuímos, com reservas, ao 3.º quartel do II milénio cal BC), que continha um diadema de ouro e um punhal cujos pomo e guarda eram também de ouro (Armbruster e Parreira, 1993, p. 48, 214). É o carácter excepcional das sepulturas ricas que permite avaliar as assimetrias sociais: «Numa sociedade nitidamente hierarquizada, não será de estranhar a existência de enterramentos bem diferenciados da norma comunitária» (Armbruster e Parreira, 1993, p. 46).

3.5.3. SEPULTURAS INFANTIS COM BENS DE PRESTÍGIO

As crianças teriam em geral baixo estatuto social no Bronze Médio do Sudoeste, como se verificou na necrópole da Vinha do Casão, onde não tiveram acesso a oferendas funerárias (Gomes, 2015, p. 112). Situação semelhante foi observada em Torre Velha 3 (Porfírio, 2014). Mas tal como em El Argar, têm surgido no Bronze Médio do Sudoeste sepulturas infantis (raras) com espólios qualificados que sugerem a existência de mecanismos de transmissão hereditária de valor e de poder, o que pode configurar a existência de sociedades estratificadas. Exemplificando:

Cista 12 de Vale da Telha (Aljezur)

Com 0,40 x 0,32 x 0,40m. Atribuída a criança, face às suas reduzidas dimensões (não se conservaram restos osteológicos). No contexto de uma necrópole onde a maioria das sepulturas não possuía espólio ou, quando presente, era muito parco, a cista 12 forneceu um recipiente cerâmico (esférico alto com mamilos) e um braçal de arqueiro, símbolo de elevado estatuto social (guerreiro) conferido por nascimento ou herança à presumível criança aí inumada.

Cista 3 de Maudinheiro (Castro Marim)

Nesta sepultura, associadas a restos osteológicos de uma criança, foram encontradas uma taça hemisférica em cerâmica e três contas em rochas verdes (Veiga, 1891, p. 120. pl. XII; Schubart, 1975, p. 198, pl. 19). Mais uma vez se observa que a criança teve acesso a um espólio funerário que não foi por si obtido, mas talvez conferido por herança de um determinado estatuto social.

Cista 5 do Monumento I do Pessegueiro (Sines)

Esta sepultura, pelas suas exíguas dimensões (0,57 × 0,28 × 0,38 m), foi atribuída a uma criança. Não se conservaram restos osteológicos. Atendendo à sua pequena dimensão, não foi felizmente percepcionada pelos violadores do monumento. Este era constituído por cinco cistas, integradas em recintos tumulares de planta rectangular. Só a cista 5 saiu ilesa da violação ocorrida antes da nossa intervenção (Tavares da Silva e Soares, 1979). Deve ter sido um monumento particularmente rico, pois um dos trabalhadores locais que connosco colaborou (Joaquim Vilhena) relatou-nos o aparecimento de uma espada em bronze com cerca de 50 cm de comprimento, a que nunca tivemos acesso. O vaso da sepultura 5, de colo estrangulado e decorado por bandas horizontais de ponteado e de curtas nervuras verticais, apresentava excelente manufactura com pasta depurada e compacta e negras superfícies polidas. Esta categoria de vasos de prestígio do Bronze Médio II do Sudoeste encontra uma boa datação no hipogeu de Belmeque – ICEN-142: 3230±60 BP; calibrada a 1 sigma: 1605-1432 cal BC; calibrada a 2 sigma: 1663-1397 cal BC (Soares, 1994, p. 183).

3.5.4. ESTELAS GRAVADAS COM SÍMBOLOS DE PODER

Infelizmente, as estelas gravadas com símbolos de poder e/ou armas (Gomes e Monteiro, 1977) têm surgido, regra geral, descontextualizadas. No caso da estela de Ulmo, foi possível atribuí-la à necrópole de Monte do Ulmo, em Santa Vitória, Beja (Serra e Porfírio, 2015). A estela da necrópole de Alfarrobeira (Gomes, 1994) foi até ao presente a que surgiu melhor contextualizada (Sep. 2).

Aos dois elementos iconográficos que caracterizam estes monumentos – o ancoriforme e a espada –, pode juntar-se uma panóplia de outros elementos metálicos de que salientamos a alabarda. As estelas com a exclusiva representação do ancoriforme (símbolo de poder cosmológico?), como as das necrópoles de Alfarrobeira e Ulmo, são as mais antigas (Gomes, 2015) e podem indicar sobrevivência de poder espiritual de tradição neolítica e de organização tribal, mas a breve trecho esse símbolo é potenciado com o acréscimo da espada, que não deixa dúvidas quanto à emergência de novo poder: o poder cosmológico tradicional e o poder militar, coercivo, que, uma vez unidos, definem nova estrutura sociopolítica.

Ao contrário das estelas do Bronze Final, as do Bronze Médio II não possuem personagens. Não contam histórias nem celebram feitos de personalidades heróicas. Assinalam e comemoram a afirmação da função político-militar, numa nova dimensão da divisão social do trabalho que irá desembocar na emergência do Estado.

A distribuição geográfica, polarizada, das estelas de tipo alentejano (Fig. 3) dá-nos conta de um núcleo de poder localizado na região de Beja (Santa Vitória). O domínio territorial da suposta che-

fatura correspondente a esse núcleo abrangeria o Sul de Portugal. Dois achados isolados afastam-se desta região. Referimo-nos aos monumentos de Corgas, na Beira Interior (Banha, Veiga e Ferro, 2009), e de El Torcal, em Córdoba (Muñiz Jaén, 1995), que colocam em evidência processos de comunicação de longa distância, com outros territórios «políticos».

3.5.5. INOVAÇÕES METALÚRGICAS

As inovações metalúrgicas ocorridas no Bronze Médio II são, na nossa perspectiva, o principal indicador de complexidade social. Pela sua relevância na estrutura económica, com capacidade para induzir ganhos de produtividade, divisão social do trabalho e competição intergrupal, nos domínios comercial e militar. Graças à investigação desenvolvida pela equipa do Campus Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico dedicada à paleometalurgia, o conhecimento sobre este sector de actividade no Bronze do Sudoeste do Sul de Portugal aumentou consideravelmente nos últimos anos.

A liga metálica mais utilizada durante a Idade do Bronze Médio do Sudoeste foi o cobre arsenical com valores elevados de arsénio, em média 3,9 wt% (Valério *et al.*, 2015, p. 18). Alguns artefactos metálicos como um punhal da necrópole de hipogeus de Montinhos 6 era particularmente rico em arsénio (fase Cu3As) com 6,89 wt%As, o que aumentaria a qualidade da peça enquanto bem de prestígio, ao conferir-lhe uma tonalidade prateada (Valério *et al.*, 2015, p. 13). A coloração prateada parece ter sido muito apreciada, como se observou no punhal M4 do Monte da Cabida 3, provável imitação do punhal 714 de Torre Velha 3, igualmente do Bronze Médio, mas com lâmina em bronze e dois rebites em prata. O punhal M4, cuja lâmina é de cobre arsenical (95,4% Cu e 4,6%As) possui rebites também em cobre arsenical, mas de brilho prateado por efeito de elevada percentagem de arsénio (26,5%) (Valério *et al.*, 2014, Tab.3). Na manufactura do punção-agulha da cista 3 de Las Minitas, foi usada uma liga de cobre (86,68%) muito pobre em estanho (1,47%), mas com 10,9% de prata (Pavón Soldevila, 2008, p. 44), provavelmente com o propósito de obtenção de brilho prateado. A espada do hipogeu 3 da necrópole da Horta do Folgão (Serpa), de excelente fabrico, utilizou uma liga de cobre com elevado teor de arsénio (4,3% As): se por um lado esse facto permitia obter maior dureza por martelagem, por outro, a tonalidade prateada daí resultante conferia maior prestígio à peça (Valério *et al.*, 2012). A metalurgia da prata foi aliás uma das inovações da tecnologia metalúrgica do Bronze Médio, particularmente reservada para contextos funerários (Hunt Ortiz, 2003). A prata nativa partilha a sua origem com o cobre nas formações da faixa piritosa ibérica.

As ligas de cobre e estanho, em uso na cultura argárica desde 1800 cal BC (Aranda, 2015, p. 131), até há relativamente pouco tempo tinham sido identificadas no sul de Portugal somente no hipogeu de Belmeque, em Serpa (Soares *et al.*, 2009). Na alabarda de La Traviesa, basicamente de cobre arsenical, o estanho era vestigial (García Sanjuán, 1998). Recentemente, na região de Serpa, em sepulturas hipogeicas da necrópole de Torre Velha 3, surgiram artefactos em bronze com elevado conteúdo de estanho (c. 10wt%), o que permitiu pensar em peças importadas face ao domínio tecnológico da nova liga metálica. Estes artefactos de Torre Velha 3 são aliás minoritários (15%) face às peças em cobre arsenical (82%) (Valério *et al.*, 2014, p. 75): «*The four bronze alloys recovered inside hypogea have an average value of tin close to 10wt%. This suggests that bronzes from Torre Velha 3 might be importations of a region with already well-established bronze technology*». Quatro datas radiocarbónicas obtidas a partir de amostras dos esqueletos associados aos artefactos em bronze de Torre Velha 3 permitem balizar a divulgação dessa liga na área em apreço entre cerca de 1700 e 1400 cal BC, ou seja, no Bronze Médio II (Quadro 1). Porém, contrariando, pelo menos em parte, a hipótese da presença dos artefactos de bronze identificados quer em Torre Velha 3, quer em Belmeque, ter resultado de importações, possuímos as evidências fornecidas pelo povoado de planície, com fosso e fossas, da Malhada do Vale da Água, na freguesia e concelho de Ferreira do Alentejo, que

revelou abundantes vestígios da prática local da metalurgia do cobre e bronze, manifestada, esta última, pela presença de cadinhos de fundição em cerâmica e escórias com presença de cobre e estanho, nódulos metálicos e fragmentos de minérios (Valério *et al.*, 2013). Esta produção metalúrgica, que ultrapassaria as necessidades de consumo doméstico, coloca em evidência a precoce produção de bronze no Sudoeste, datada no intervalo de 1535 a 1294 cal BC a 2 sigma. Os contextos que forneceram os referidos artefactos metalúrgicos, no interior de diversas fossas, puderam ser datados por radiocarbono: Beta-358387: 3120±30 BP (1449-1294 cal BC a 2 sigma); Beta 338482: 3220±30 BP (1535 – 1425 cal BC a 2 sigma); Beta- 359671: 3170 ±30 BP (1503-1397 cal BC a 2 sigma).

O ritmo de circulação da nova liga metálica deve ter sido rápido. Na Andaluzia Ocidental, a metalurgia do bronze parece ser quase síncrona da de El Argar. Na necrópole de Carmona, a inumação mais antiga da fossa sepulcral da Calle Torre del Oro 1, a que pertencia um punção em bronze binário (76,38% Cu e 6,48% Sn), foi datada no intervalo de 1878 a 1663 cal. BC a 2 sigma (CNA- 2378.1.1.: 3440±30BP) (Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015, p.173).

4. EPÍLOGO

Nas sociedades metalúrgicas da Idade do Bronze, a complexidade social possui uma forte componente relacionada com a esfera da interacção (Fig. 7), ou seja, com factores geopolíticos externos, que se cruzam com as dinâmicas de desenvolvimento intra-social. A teoria dos sistemas-mundiais aplicada ao estudo destas sociedades (Gailey e Patterson, 1988; Frank, 1993; Kristiansen, 1991; Amin, 1986) mostra inequívocas potencialidades explicativas, evitando o recurso ao gasto difusionismo.

Revisitámos brevemente o Bronze Antigo, com a sua economia de bens de prestígio disseminada por grande parte do continente europeu, a qual terá sido articulada por alianças de elites instáveis, supostamente chefaturas incipientes, com relações paritárias de mútua conveniência e com a circulação em rede de informação, materiais e lideranças (Soares, 2013).

Levando em consideração a hipótese de ser o Sudoeste ibérico uma periferia do «Estado débil» de El Argar (García Sanjuán, 1999), a nossa região teria estado durante o Bronze Médio I particularmente sujeita a avanços e recuos no processo de complexidade social. No modelo que propomos de chefaturas complexas polinucleares ou descentralizadas, para o Bronze Médio I, ocorre uma certa fragmentação dispersiva do poder. Algumas chefaturas poderiam negociar melhores acordos com o Estado de El Argar e avançar mais rapidamente na emulação[7] do modelo social de formação estatal, aumentando a exploração das suas próprias periferias; em conjunturas mais favoráveis a determinadas elites, estas poderiam ensaiar vias de perpetuação no poder através de mecanismos de transmissão hereditária. No entanto, a instabilidade política, por hipótese activamente promovida pelo vizinho mais forte, poderá ter sido um factor adverso à centralização do poder político e à consolidação da sociedade classista no Bronze Médio do Sudoeste. Nesta fase, o Sudoeste teria estado, pois, sujeito a relações de poder muito assimétricas.

Com o declínio e colapso do estado argárico, ocorridos por volta de 1400 cal BC. (c. de 1375 cal BC, seg. Molina e Cámara, 2004), durante o Bronze Médio II do Sudoeste (1600/1500-1200 cal BC) podem ter emergido regionalmente chefaturas proto-estatais; o sul do actual território português mostra-se polarizado por um provável centro de poder, localizado na região de Beja. A elevada densidade

[7] Os processos de emulação encontram-se documentados na relação de proximidade e justaposição entre espaços residenciais e funerários, rituais fúnebres de comensalidade, artefactos manufacturados, cujos modelos são copiados. Atenda-se, por exemplo, à taça lisa de pé, encontrada no sítio de Torre Velha 3 (Porfírio e Serra, 2010, Fig. 12), que apresenta semelhanças com a forma 7 da tipologia de Fuente Álamo (Schubart, 2004, p. 52).

de estelas de tipo alentejano, a qualidade da cultura material das necrópoles de hipogeus, ricas em metais, designadamente armas, a precocidade da prática da metalurgia do bronze convergem na sinalização do referido centro de poder.

A partir do Bronze Médio II, as sociedades do Sudoeste da Península ibérica multiplicam as evidências de interacções transmediterrâneas na sua cultura material, expressas, por exemplo, nas espadas longas características da iconografia das estelas de tipo alentejano, e nas alabardas tipo Montejícar, que parecem seguir modelos do círculo creto-micénico (Gomes, 1994, p. 122; Buchholz e Karageorghis, 1973). Esta integração no mundo mediterrâneo irá, no Bronze Final, adquirir extraordinário dinamismo (Ruiz-Gálvez, 2009; Vilaça, 2011/2012), com a expansão das redes comerciais até à fachada atlântica europeia. O mapa de distribuição das estelas de guerreiro ou de tipo extremenho, já do Bronze Final, deixa perceber uma nova reorganização política no Sudoeste (Fig. 4). O território de Beja perde relevância face ao realinhamento do poder político no eixo Huelva-Badajoz. O Guadiana teria assim perdido centralidade a favor do Guadalquivir.

QUADRO 1. SELECÇÃO DE DATAS RADIOCARBÓNICAS DE CONTEXTOS FUNERÁRIOS DA IDADE DO BRONZE MÉDIO DO SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA, OBTIDAS EXCLUSIVAMENTE A PARTIR DE OSSOS HUMANOS

REF. LAB.	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	CONTEXTO	DATA BP	CALIBRAÇÃO 2 SIGMA	BIBLIOGRAFIA
		HIPOGEUS			
Sac - 2876	Montinhos 6	MT6.20	3350±80	1880-1450	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2878	Montinhos 6	MT6.59	3390±40	1870-1560	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2867	Montinhos 6	MT6.59	3380±40	1770-1530	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2877	Montinhos 6	MT6.153	3360±45	1750-1530	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2879	Montinhos 6	MT6.159	3360±40	1740-1530	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2845	Montinhos 6	MT6.89	3250±60	1660-1410	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2844	Montinhos 6	MT6.155	3240±40	1610-1440	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2557	Horta do Folgão	Hip.3	3400±50	1877-1535	Nunes da Ponte *et al.*, 2012
Sac - 2827	Torre Velha 3	[2356][2357]	3340±80	1780-1440	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2825	Torre Velha 3	[1267][1792]	3280±50	1680-1450	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2826	Torre Velha 3	[2417][2418]	3170±90	1670-1250	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2831	Torre Velha 12	TV12.9.4	3250±70	1730-1400	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2832	Torre Velha 12	TV12.10	3200±60	1620-1310	Valério *et al.*, 2015
ICEN - 142	Belmeque	Hip.1	3230±60	1660-1400	Soares *et al.*, 2009
		CISTAS			
ICEN - 87	Herdade do Pomar	Cista 1	3510±45	1951-1695	Gomes, 1994
Sac - 2918	Abelheira 1	AB1.13	3460±40	1900-1670	Valério *et al.*, 2015
Beta - 142035	Las Minitas	Cista15/2ª in.	3430±50	1885-1620	Pavón Soldevila, 2008
Sac - 2631	Monte da Cabida 3	Cista9/904	3290±60	1690-1440	Valério *et al.*, 2014
OxA - 5531	Casas Velhas	Cista14	3255±55	1670-1410	Soares e Tavares da Silva, 1998
Beta - 127904	Casas Velhas	Cista35	3260±60	1682-1421	Tavares da Silva e Soares, 2009
ICEN - 867	Pessegueiro. Mon. II	Cista16/1ª in.	3270±45	1642-1441	Tavares da Silva e Soares, 2009
ICEN - 868	Pessegueiro. Mon. II	Cista16/2ª in.	3030±40	1407-1131	Tavares da Silva e Soares, 2009
		FOSSAS			
CNA - 2375.1.1	Carmona Plazuela de Santiago 6-7	PS6-7.1	3450±30	1879-1689	Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015
CNA - 2888.1.1	Carmona Plazuela de Santiago 6-7	PS6-7.3	3443±35	1879-1665	Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015
Sac - 2888	Monte da Cabida 3	fossa41/931	3490±50	1940-1690	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2437	Monte da Cabida 3	fossa64	3330±45	1690-1510	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2833	Torre Velha 12	TV12.13.3	3450±45	1890-1640	Valério *et al.*, 2015
CNA - 2378.1.1	Carmona C. Torre del Oro 1	TO1.1	3440±30	1878-1663	Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015
CNA - 2377.1.1	Carmona C. Torre del Oro 1	TO1.2	3460±30	1879-1692	Belén Deamos, Román Rodriguez e Vázques Paz, 2015
Sac - 2917	Vale Frio 2	VF2.38	3360±70	1880-1500	Valério *et al.*, 2015
Sac - 2882	Torre Velha 3	fossa969	3330±50	1740-1500	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2883	Torre Velha 3	fossa1991	3290±50	1690-1450	Valério *et al.*, 2014
Sac - 2252	Horta do Albardão 3	Fossa2	3080±60	1490-1130	Soares *et al.*, 2009
Sac - 2248	Casarão da Mesquita 3	Fossa28/1ª in.	2990±60	1400-1050	Soares *et al.*, 2009

QUADRO 2. ADORNOS EM ROCHAS VERDES
COMPARAÇÃO ENTRE O SUDESTE E O SUDOESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA
Adaptado de Costa Caramé *et al.*, 2011

	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	N.º	BIBLIOGRAFIA
SUDESTE	Fuente Álamo	15	Pozo Goméz *et al.*, 2002; Siret e Siret, 1890
	Cerro de la Encina	21	Walker, 1995; Aranda Jiménez *et al.*, 2008
	La Pernera	45	Siret e Siret, 1890
	Gatas	13	Siret e Siret, 1890
	El Ofício	30	Siret e Siret, 1890
	El Argar	1085	Siret e Siret, 1890
SUDOESTE	Las Minitas – Badajoz (cista21)	1	Pavón Soldevila, 2008
	El Becerrero – Huelva (Sep.II.16)	6	Amo, 1975
	Provença – Sines (cista 12)	2	Tavares da Silva e Soares, 1981
	Pessegueiro – Sines (Mon. II, cista 1)	23	Tavares da Silva e Soares, 2009
	Vale da Telha – Aljezur (cista 5)	2	Gomes, 2015
	Maudinheiro – Castro Marim (cista 5)	3	Veiga, 1891, p. 120
	Santa Vitória – Beja	1	Gonçalves *et al.*, 2005
	Carapinhais – Sobral da Adiça (cista 2)	17	Soares *et al.*, 2009

FIG. 1. Sul da Península Ibérica com as áreas de distribuição dos principais sítios da Idade do Bronze Médio do Sudoeste, a partir de Schubart, 1975, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2014, agora actualizados. Localiza-se também o território do Estado argárico, em cerca de 1750 a.C., seg. Serrano Ariza, 2012.

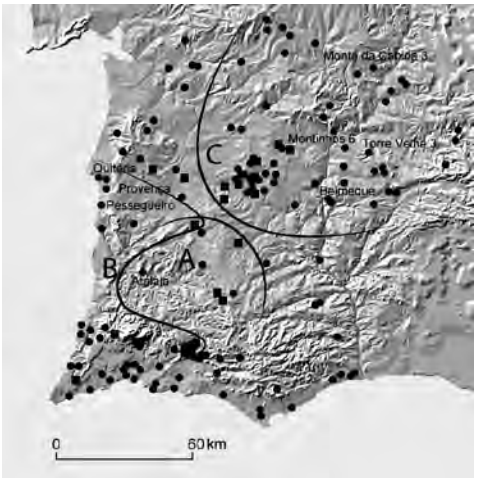


FIG. 2. Distribuição geográfica dos três principais grupos de arquitectura funerária da Idade do Bronze Médio no Sul de Portugal.

A. Atalaia
B. Sines
C. Santa-Vitória/Serpa

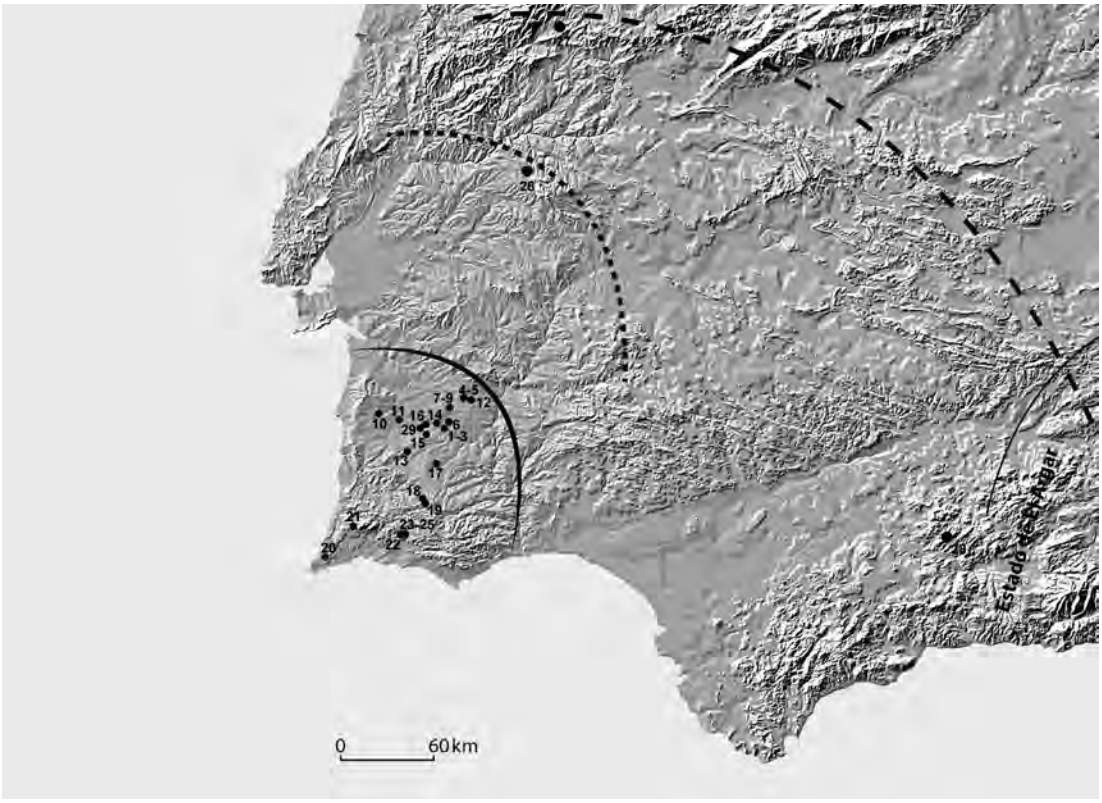


FIG. 3. Sul da Península Ibérica com a distribuição das estelas tipo alentejano, do Bronze Médio II do Sudoeste, a partir de Banha, Veiga e Ferro, 2009; Díaz-Guardamino, 2010; Serra e Porfírio, 2015.

1. Assento, Santa Vitória (Beja)
2. Pedreirinha, Santa Vitória (Beja)
3. Santa Vitória
4. Trigaches I (Beja)
5. Trigaches II (Beja)
6. Monte do Ulmo, Santa Vitória (Beja)
7. Mombeja I (Beja)
8. Mombeja II (Beja)
9. Mombeja III (Beja)
10. Abela (Santiago do Cacém)
11. Defesa, Alvalade do Sado (Santiago do Cacém)
12. Monte de Abaixo (Beja
13. Panóias (Ourique)
14. Ervidel I (Aljustrel)
15. S. Salvador (Aljustrel)
16. S. João de Negrilhos, Messejana (Aljustrel)
17. Castro Verde
18. Gomes Aires (Almodôvar)
19. Mouriços (Almodôvar)
20. Milrei, Raposeira (Vila do Bispo)
21. Marmelete (Monchique)
22. Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines)
23. Passadeiras I (S. Bartolomeu de Messines)
24. Passadeiras II (S. Bartolomeu de Messines)
25. Passadeiras III (S. Bartolomeu de Messines)
26. Tapada da Moita (Castelo de Vide)
27. Corgas, Donas (Fundão)
28. El Torcal (Córdoba)
29. Carniceira (Aljustrel).

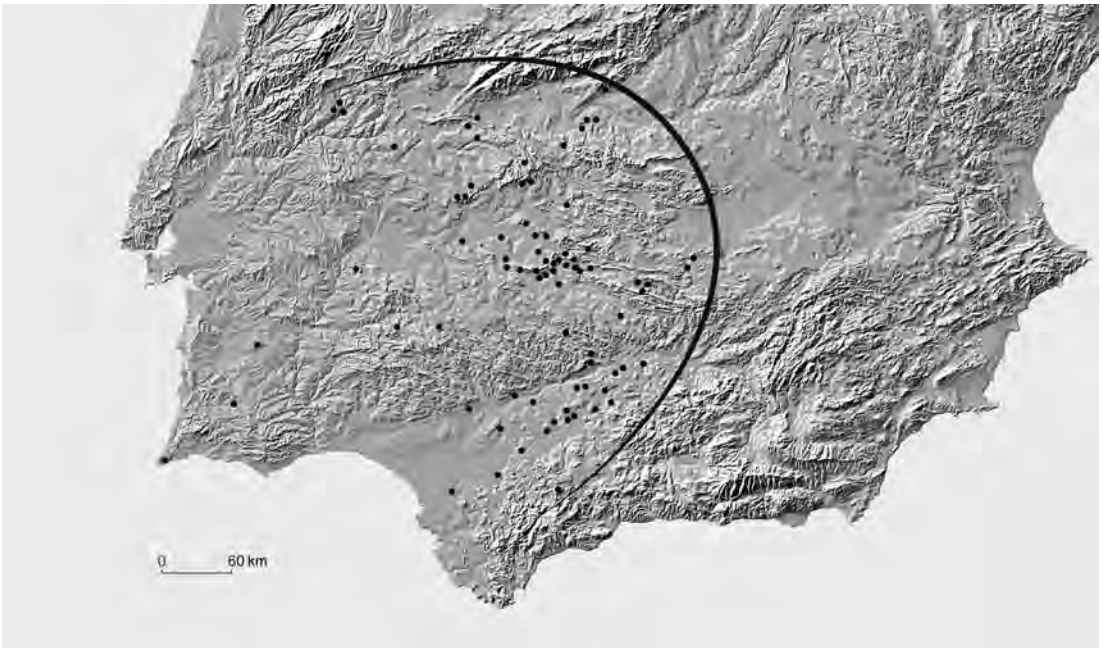


FIG. 4. Sul da Península Ibérica com a localização das estelas tipo extremeño, do Bronze Final, seg. García Sanjuán, 2001. Linha azul – limite oriental da expansão destes monumentos.

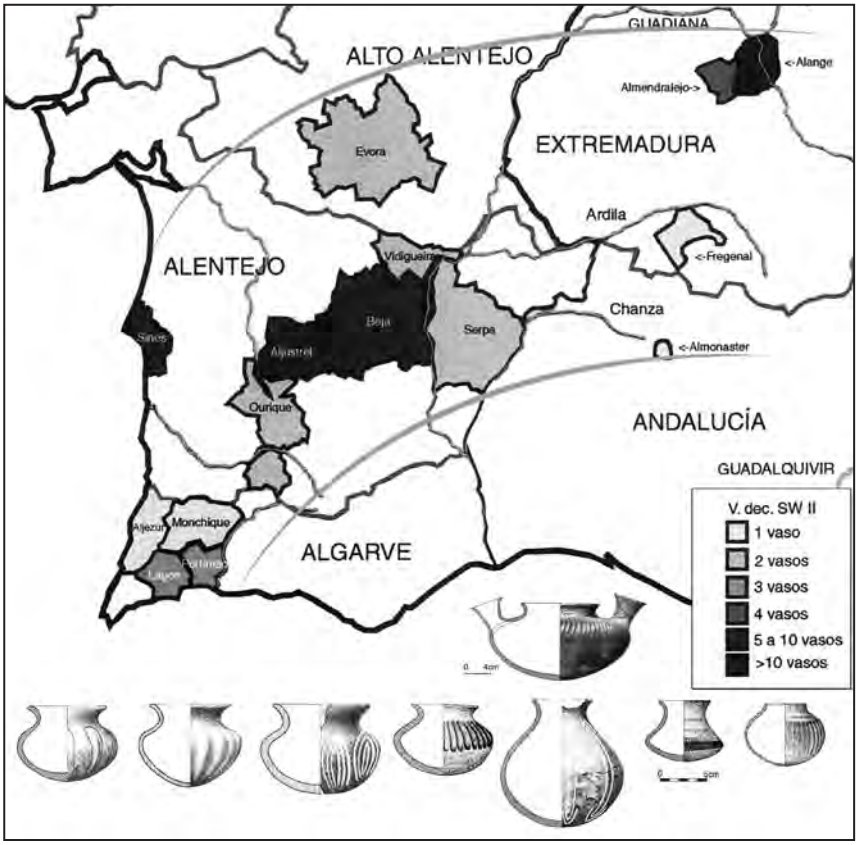


FIG. 5. Distribuição dos recipientes cerâmicos de prestígio, prováveis imitações de protótipos metálicos, da Idade do Bronze Médio II do Sudoeste. Este artefacto distribui-se em uma diagonal que atravessa praticamente a totalidade da área do Bronze Médio do Sudoeste. Seg. Pavón Soldevila, 2008, actualizada.

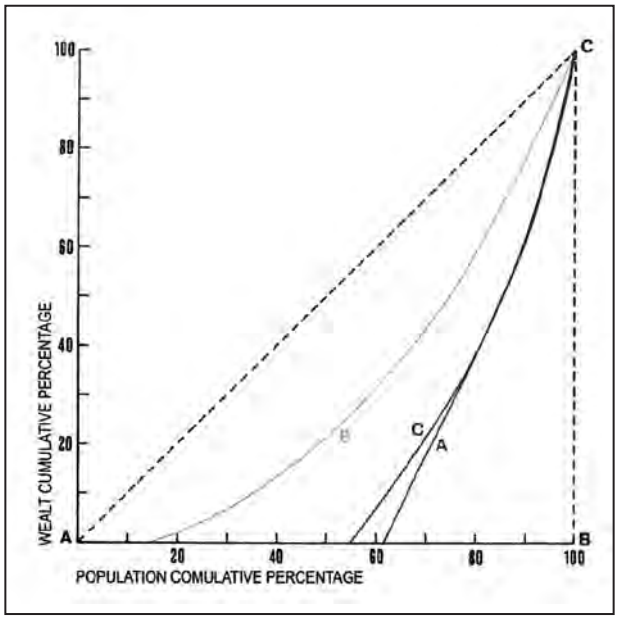


FIG. 6. Curva de Lorenz, mostrando o crescimento da desigualdade social entre um contexto funerário da Idade de Bronze I (Vinha do Casão – B) e outros da Idade do Bronze II (Alfarrobeira – A – e Vale da Telha – C). A concentração de riqueza é tanto maior quanto mais se afastar a curva da diagonal. Seg. Gomes, 1994.

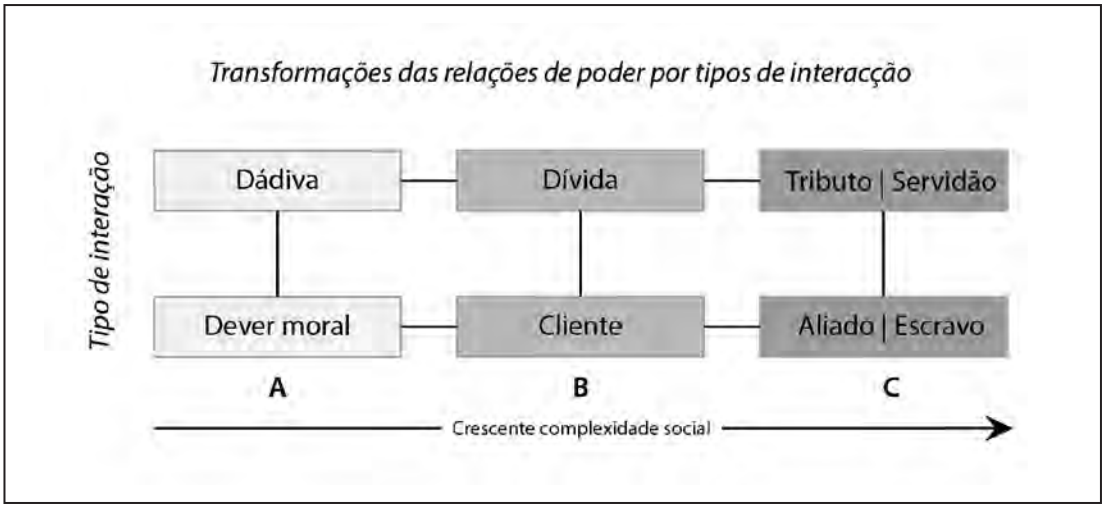


FIG. 7. Da comunicação à escravatura. Transformação das relações de poder por ordem crescente de interacção assimétrica (relações de tipo centro periferia) nas sociedades paleometalúrgicas do sul da Península Ibérica. Adaptado de Kristiansen, 2007.

A. Neste cenário incluímos as sociedades do Bronze Antigo. A interação teria um carácter voluntário, com reconhecimento de interesse mútuo pelas partes envolvidas.

B. Trocas intra-regionais entre unidades territoriais aliadas, nas quais provavelmente participou a generalidade das sociedades do Bronze Médio.

C. Relações muito assimétricas, opressivas, que poderiam ter vigorado entre o Sudoeste e El Argar no Bronze Médio e entre o(s) território(s) do Bronze Final do Sudoeste e os colonizadores fenícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amin, S. (1986) – *El Desarrollo Desigual*. Madrid: Planeta [1.ª edición 1974].

Amo, M. del (1974) – Enterramientos en cista de la província de Huelva. *Huelva: Prehistoria y Antiguedad*. Madrid: Editora Nacional, p. 109-192.

Amo, M. del (1975) – Nuevas aportaciones para el estudio de la Edad del Bronce en el Suroeste Peninsular. *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, p. 433-454.

Amo, M. del (1993) – Formas y ritos funerarios en las necrópolis de cistas del Suroeste peninsular. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 2, p. 169-182.

Aranda Jímenez, G. (2015) – Resistencia y involución social en las comunidades de la Edad del Bronce del Sureste en la Peninsula Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72: 1, p. 126-144.

Aranda Jímenez, G.; Molina González, F.; Fernández Martín, S.; Sánchez Romero, M.; Al Oumaqui, I.; Jiménez- Brobeil, S.; Roca, M. G.; (2008) – El poblado y necrópolis argáricos del Cerro de la Encina (Monachil, Granada). Las campañas de excavación de 2003-2005. *Cuadernos de Prehistória y Arqueologia de la Universidad de Granada*. 18, p. 219-263.

Armbruster, B.; Parreira, R. (eds. lits.) (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria: do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Aubet, M. E. (1981) – Sepulturas de la Edad del Bronce en la Mesa de Setefilla. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 22, p.127-149.

Aubet, M. E.; Serna, M. R (1981) – Una sepultura de la Edad del Bronce en la Mesa de Setefilla (Lora del Rio, Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 39, p. 225-251.

Aubet, M.E .; Serna, M. R; Escacena, J. L.; Ruiz Delgado, M. M. (1983) – *La Mesa de Setefilla (Lora del Rio, Sevilla). Campaña de 1979*. Madrid. (Excavaciones Arqueológicas en España, 122).

Banha, C.; Veiga, A. M.; Ferro, S. (2009) – A Estátua-Menir de Corgas (Donas, Fundão). Contributo para o Estudo da Idade do Bronze Na Beira Interior. Associação de Estudos do Alto Tejo. *AÇAFA On Line*. 2. [Consult. 27 Jan. 2016]. Disponível em www.altotejo.org/acafa/docsN2/A_estatua-menir_de_Corgas.pdf

Barceló, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronologia de las estelas alentejanas. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. 21, p. 15-24.

Belén Deamos, M.; Román Rodriguez, J. M.; Vázquez Paz, J. (2015) – *Ad Aeternum*. Enterramiento de la Edad del Bronce en Carmona (Sevilla). *ARPI*. Alcalá de Henares: Área de Prehistoria da Universidad de Alcalá de Henares. p. 164-179 (*Homenaje a Rodrigo Balbín Behrmann)*.

Beirão, C. M. (1973) – Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do país. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 193-221.

Bettencourt, A. M. S. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: Instituto de Historia CSIC. 67: 1, p. 139-173.

Buchholz, H. G.; Karageorghis, V. (1973) – *Prehistoric Greece and Cyprus*. Londres: Phaidon Press.

Bueno Ramírez, P.; Barroso Bermejo, R.; Balbín Behrmann, R. de (2005) – Ritual campaniforme, ritual colectivo: la necrópolis de cuevas artificiales del Valle de las Higueras, Huecas, Toledo. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62: 2, p. 67-90.

Cardoso, J.; Gradim, A. (2014) – The polimorphism of graves and the distribution of archaeological remains in the Southwest Bronze Age necropolis of Soalheironas (Alcoutim). In Cruz, A.; Cerrillo-Cuenca, E.; Bueno Ramírez, P.; Caninas, J. C.; Batata, C. – *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia*). Oxford. (BAR, International Series 2648).

Costa Caramé, M. E.; García Sanjuán, L.; Murillo-Barroso, M.; Parrilla Giráldez, R.; Wheatley, D. W. (2011) – Artefactos elaborados en rocas raras en los contextos funerários del IV-II milénios cal ANE en el Sur de España: una revisión. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Málaga. 1, p. 253-293.

Díaz-Guardamino, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Madrid: Facultad de Geografía e Historia.

Escacena, J. L.; Frutos, G. (1981) – Enterramientos de la Edad del Bronce del Cerro de El Berrueco (Medina Sidonia, Cádiz). *Pyrenae*. Barcelona. 17, p. 165-190.

Fernandes, T. M. (2009) – Monumento II do Pessegueiro (Sines) – Estudo antropológico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 389-420.

Fernández Gómez, F.; Ruiz Mata, D.; Sancha, D. de (1976) – Los enterramientos en cistas del Cortijo de Chichina (Sanlúcar la Mayor, Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 33, p. 351-383.

Ferreira, G. P.; Gil, F. B. (1979) – Análise por fluorescência de Raios X de um fragmento de cadinho de fundição do Cemitério dos Mouros (Pessegueiro, Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 154-157.

Ferreira, O. da Veiga; Almeida, F. (1971) – A necrópole do Bronze Meridional Português da Herdade do Peral (Evora). *Madrider Mitteilungen.* Heidelberg. 12, p. 115-122.

Frade, J. C.; Soares, A.; Candeias, A.; Ribeiro, I.; Ponte, T.; Serra, M.; Porfírio, E. (2014) – Beeswax and propolis as sealants of funerary chambers during the Middle Bronze Age in the South-Western Iberian Peninsula. In Scott, R. B.; Braekmans, D.; Carreman, M.; Degryse, P. (eds. lits.) – *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry, Leuven (2012)*. KU Leuven: Centre for Archaeological Sciences. p. 141-145.

Frank, A. G. (1993) – Bronze Age World System Cycles. *Current Anthropology.* Chicago: The University of Chicago Press. 34:4, p. 383-429.

Gailey, C. W.; Patterson, T. C. (1988) – State formation and uneven development. In Gledhull, J., Bender, B.; Larsen, M. T. (eds. lits.) – *State and Society: The emergence and development of social hierarchy and political centralization.* London: Routledge. p. 77-90.

Gamito, T. J. (2004) – A Necrópole de Corte Cabreira: contributo das escavações de 1995. In *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, p. 25-32 (Promontoria Monográfica, 1).

García Sanjuán, L. (1998) – *La Traviesa. Ritual funerario y jerarquización social en una comunidad de la Edad del Bronce de Sierra Morena Occidental.* Sevilla: Universidad de Sevilla. (Spal Monografías, I).

García Sanjuán, L. (1999) – *Los orígenes de la estratificación social. Patrones de desigualdad en la Edad del Bronce del Suroeste de la Península Ibérica (Sierra Morena Occidental c. 1700- 1100 a.n .e./2100-1300 A.N.E.).* Oxford. (BAR International Series 823).

García Sanjuán, L. (2001) – The warrior stelae of the Iberian South-est: symbols of power in ancestral landscapes. In Moore, T.; Amanda Pita, L. (eds. lits.) – *Atlantic Europe in the first millennium BC: crossing the divide.* Oxford University Press. Oxford. p. 534-557.

García Sanjuán, L.; Hurtado, V. (2011) – Las dataciones radiocarbónicas de El Trastejón en el marco de la cronologia absoluta de la Edad del Bronce (c. 2200-850 cal A.N.E.) en el Sur de la Península Ibérica. In Hurtado, V.; García Sanjuán, L.; Hunt Ortiz, M. A. (eds. lits.) – *El asentamiento de El Trastejón (Huelva).* Huelva: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura. p. 138-157.

Gomes, M. V. (1994) – *A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a ldade do Bronze no Concelho de Silves.* Silves: Câmara Municipal de Silves.

Gomes, M. V. (2006) – Estelas funerárias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular – A iconografia do poder. In *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 47-62. (*O Arqueólogo Português*, Suplemento 3).

Gomes, M. V. (2015) – *The Vale da Telha necropolis (Aljezur) in the context of the Southwest Iberian Bronze Age*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, M. V.; Monteiro, J. P. (1977) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja). Estudo Comparado. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 2-3, p. 281 -343.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V.; Beirão, C. M.; Matos, J. L. (1986) – *A Necrópole de Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no Contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. (Trabalhos de Arqueologia 2).

Gonçalves, V. S. (2005) – *Cascais há 5000 anos.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

González Prats, A. (1990) – *Nueva luz sobre la Protohistória del Sudeste*. Alicante.

Hunt Ortiz, M. A. (2003) – *Prehistoric mining and metallurgy in Southwest Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series 1188).

Hurtado, V. (1990) – Excavaciones en el yacimiento de El Trastejón (Zufre, Huelva). Primera campaña, 1988. Informe preliminar. *Anuario Arqueológico de Andalucía/ 1988*. Sevilla: Junta de Andalucía. 2, p. 158-164.

Hurtado, V.; Enriquez, J. J. (1991) – Excavaciones en Palacio Quemado (Alange, Badajoz). Informe Preliminar. *Actas de las I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990). Extremadura Arqueológica*. Mérida. 2, p. 69 -87.

Hurtado, V.; Garcia Sanjuán, L. (1994) – Areas funcionales en el poblado de la Edad del Bronce de El Trastejón (Zufre, Huelva). In Campos, J.; Perez, J. A.; Gomez, F. (eds. lits.) – *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana. Actas del I Encuentro de Arqueologia del Suroeste de la Península Ibérica (Huelva, Marzo* 1993). Huelva: Junta de Andalucía, p. 239-271.

Hurtado, V.; Garcia Sanjuán, L. (1996) – La necrópolis de Guadajira (Badajoz) y la transición a la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología* 3. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 95-144.

Hurtado, V.; Garcia, L.; Mondejar, P.; Romero, E. (1999) – Excavaciones arqueológicas en el asentamiento de la Edad del Bronce de La Papúa. *Anuario Arqueológico de Andalucía/1994.* Sevilla: Junta de Andalucía, p. 105-112.

Kristiansen, K. (1991) – Chiefdoms, states and systems of social evolution. In Earl, T. (ed. lit.) – *Chiefdoms, Power, Economy and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 16-43.

Kristiansen, K. (2007) – The rules of the game. Decentralised complexity and power structures. In Kohring, S.; Wynne-Jones, S. (eds. lits.) – *Socialising complexity : approaches to power and interaction in the archaeological record.* Oxbow Books. Oxford. p. 60-75.

Leisner, V.; Paço, A. do; Ribeiro, L. (1964) – *Grutas Artificiais de S. Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lull, V.; Estévez, J. (1986) – Propuesta metodológica para el estudio de las necropolis argáricas. In *Homenaje a Luis Siret*. Sevilla, p. 441-452.

Lull, V.; Micó, R. (2007) – *Arqueología del origen del Estado: las teorías.* Barcelona: Bellaterra.

Lull, V.; Micó, R.; Rihuete, C.; Risch, R. (2009) – El Argar: la formación de una sociedad de clases. In Hernández, M.; Soler, J.; López, J. A. (eds. lits.) – *En los confines del Argar. Una cultura de la Edad del Bronce en Alicante. Catálogo de exposición*. Alicante: Museo Arqueológico, p. 224-245.

Manzanilla, L., (ed. lit.) (1997) – *Emergence and change in early urban societies*. México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico.

Martín de La Cruz, J. C. (1987) – *El Llanete de los moros, Montoro, Córdoba.* Madrid: Subdirección General de Arqueología y Etnografía.

Mataloto, R. (2012) – Os senhores e as serras: o final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In Jiménez Ávila, J. (ed. lit.) – *Sidereum Ana II – El río Guadiana en el Bronce Final*. Mérida, p. 185-213. (Anejos de AEspA. LXII).

Mataloto, R.; Martins, J.; Soares, A. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 20, p. 303-338.

Mateus, J. E.; Queiróz, P. F. (1997) – Aspectos do desenvolvimento, da história e da evolução da vegetação do Litoral Norte Alentejano durante o Holocénico. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 49-68.

Mederos Martín, A. (1999) – La metamorfosis de Villena. Comercio de oro, estaño, y sal durante el Bronce Final I entre el AtLântico y el Mediterráneo (1625-1300 A. C.). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 56: 2, p. 115-136.

Molina, F.; Cámara, J. A. (2004) – Urbanismo e fortificaciones en la cultura de El Argar. Homogeneidad y patrones regionales. In *La Península Ibérica en el II milénio a. C: poblados y fortificaciones*. Cuenca: Universidad Castilla-La Mancha. p. 9-56.

Muñiz Jaén, I. (1995) – Nuevo descubrimiento en la estela de «El Torcal» ¿estela de tipo alentejano o estatua-menhir? *Antiquitas.* Cordoba: Museo Historico Municipal de Priego. 6, p. 15-28.

Nunes da Ponte, T. R.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Frade, J. C.; Ribeiro, I.; Rodrigues, Z.; Silva, R. J. C.; Valério, P. (2012) – O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os hipogeus funerários. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 2, p. 265-295.

Pavón Soldevila, I. (1998) – *El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Intervenciones arqueológicas (1993).* Mérida: Junta de Extremadura. (Memorias de Arqueología Extremeña, 1).

Pavón Soldevila, I. (2008) – *El Mundo funerário de la Edad del Bronce en la Tierra de Barros: una aproximación desde la bioarqueología de las Minitas*. Mérida: Junta de Extremadura. (Memorias de Arqueología Extremeña, 9).

Pavón Soldevila, I.; Duque Espino, D. M. (2014) – El Cerro del Castillo de Alange (Extremadura, España): un paisage de la Edad del Bronce. In Vilaça, R.; Serra, M. – *Idade de Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 51-74.

Pellicer, M.; Amores, F. (1985) – Protohistoria de Carmona. Los cortes estratigráficos CA-80/A y CA-80/B. *Noticiario Arqueológico Hispanico.* Madrid. 22, p. 55-210.

Porfírio, E. (2014) – Arquitecturas e práticas funerárias da Idade do Bronze no concelho de Serpa: o caso de Torre Velha 3. *Antrope*. Tomar: Centro de Pré-história do Instituto Politécnico de Tomar. 1, p. 249-267.

Porfírio, E. M. B.; Serra, M. A. P. (2010) – Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa). *Estudos do Quaternário*. Braga: APEQ. 6, p. 49-66.

Pozo Gómez, M.; Casas, J.; Medina Nuñez, J. A. (2002) – Estudio mineralógico de componentes ornamentales pétreos procedentes de un yacimiento de la cultura de El Argar (Fuente Álamo, Almería). Boletín Geológico y Minero. 113: 2, p. 131-142.

Ramos, J. (1993) – *El habitat prehistórico de El Estanquillo (San Fernando).* San Fernando: Ayuntamiento de San Fernando.

Romero, E.; Rego, M. (2001) – El habitat de la Edad del Bronce de Cerro da Forca (Barrancos, Portugal). *Actas de las Jornadas de Património Histórico – Artístico de la Sierra de Huelva*. Aroche. p. 423-431.

Ruiz-Gálvez Priego, M. (2009) – Qué hace un micénico como tú en un sítio como éste? Andalucía entre el colapso de los palacios y la presencia semita. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 66:2, p. 93-118.

Santos, M. F.; Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1974) – Necrópole da Provença (Sines): campanha de escavações de 1972. *Arqueologia e História*. 5: 9, p. 69-99.

Santos, F. J. C.; Aréz, L.; Soares, A. M; Deus, M.; Queiróz, P. F.; Valério, P.; Rodrigues, Z.; Antunes, A. S.; Araújo, M. F. (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas «silo» do Bronze pleno/final na encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 2, p. 55-86.

Schubart, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 7-136.

Schubart, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwester der Iberischen Halbinsel*. Berlim: Walter de Gruyter. (Madrider Forschungen, 9).

Schubart, H. (2004) – La cerámica argárica en la estratigrafía de Fuente Álamo. Campañas de 1977-1982. *SPAL*. Sevilha. 13, p. 35-82.

Serra, M. (2014) – Os senhores da planície. A ocupação da Idade do Bronze nos «Barros de Beja» (Baixo Alentejo, Portugal). *Antrope*. Tomar. 1, p. 269-295.

Serra, M.; Porfirio, E. (2015) – Um novo achado do Bronze do Sudoeste: a estela do Monte do Ulmo (Santa Vitória, Beja). *Almadan* online. Almada. S. II, 20:1, p. 108-109. [Consult. 26 Jan. 2016]. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline20_1

Serrano Ariza, R. (2012) – Las fortificaciónes y Estado en la Cultura Argárica. *@rqueologia y Territorio*. Universidade de Granada. 9, p. 49-72. [Consult. 27 Jan. 2016]. Disponível em http://www.ugr.es/~arqueologyterritorio/PDF9/4-SerranoA.pdf

Sherratt, A. (1981) – Plough and pastoralism: Aspects of the secondary products revolution. In Hodder, I.; Isaac, G.; Hammond, N.; eds. lits. - *Pattern of the past*. Cambridge University Press. Cambridge. p. 261-306.

Siret, H.; Siret, L. (1890) – *Las Primeras Edades del Metal en el Sudeste de España*. Barcelona.

Soares, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. p. 179-197.

Soares, A. M.; Santos, F.; Dewulf, J.; Deus, M.; Antunes, A. (2009) – Práticas rituais do Bronze do Sudoeste. Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 433-456.

Soares, J. (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Soares, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas*. Lisboa: EDIA, DRCAL e MAEDS.

Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Instituto Português de Museus. Lisboa. p. 136-139.

Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1998) – From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In Jorge, S. O. (ed. lit.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. 10, p. 231-245. (Trabalhos de Arqueologia).

Soares, J.; Tavares da Silva, C. (2010) – Campaniforme do Porto das Carretas (Médio Guadiana). A procura de novos quadros de referência. In Gonçalves, V. S.; Sousa, A. C. (eds. lits.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.*: Câmara Municipal de Cascais e UNIARQ. Cascais. p. 225-261.

Ste. Croix, G. E. M. de (1988) – *La lucha de clases en el mundo griego antigo. De la Edad Arcaica a las conquistas árabes*. Barcelona: Ed. Crítica.

Stevenson, A. C. (1985) – Studies in the vegetational history of SW Spain. II-Palynological investigations at Laguna de las Madres, Huelva. *Journal of Biogeography*. 12: 4, p. 293-314.

Stevenson, A. C.; Harrison, R. J. (1992) – Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in south-west Spain from 4000 BC to 1900 AD. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 58, p. 227-247.

Tavares da Silva, C.; Soares, J. (1979) – O Monumento I da necrópole do Bronze do Sudoeste do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 121-157.

Tavares da Silva, C.; Soares, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

Tavares da Silva, C.; Soares, J. (2008) – Ocupação da Idade do Bronze da Quinta da Fidalga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 2. p. 87-106.

Tavares da Silva, C.; Soares, J. (2009) - Práticas funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano: o Monumento II do Pessegueiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 389-420.

Tavares da Silva, C. (1986) – Estudo da malacofauna. In Gomes, M. V.; Gomes, R. V.; M. Beirão, C. de; Matos, J. L – *A Necrópole de Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no Contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Ministério de Educação e Cultura. Lisboa. (Trabalhos de Arqueologia 2).

Valera, A. C. (2014) – Continuidades e descontinuidades entre o 3.º e a primeira metade do 2.º milénio a.n.e. no sul de Portugal: alguns apontamentos em tempos de acelerada mudança. *Antrope*. Centro de Pré-.história do Instituto Politécnico de Tomar. Tomar. 1, p. 297-316.

Valera, A. C.; Filipe, V. (2010) – Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa): Nota preliminar sobre um espaço funerário e de socialização do Neolítico final à Idade do Bronze. *Apontamentos de Arqueologia Patrimonial*. 5, p. 49-56.

Valério, P.; Silva, R. J. C.; Ponte, T. R. N. da; Araújo, M. F.; Soares, A. M. M. (2012) – Estudo arqueometalúrgico das dádivas funerárias dos hipogeus do Bronze pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 19, p. 203-208.

Valério, P.; Baptista, L.; Gomes, S.; Pinheiro, R.; Fernandes, S.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F. (2013) – Malhada do Vale da Água – novos dados sobre a metalurgia do Bronze Pleno do Sudoeste. *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Ayutamiento. Aroche-Serpa, p. 575-586.

Valério, P.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Silva, R. J. C.; Porfírio, E.; Serra, M. (2014) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of Southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. 42, p. 68–80.

Valério, P.; Soares, A. M. M.; Araújo, M. F.; Silva, R. J. C.; Baptista, L. (2015) – Middle Bronze Age arsenical copper alloys in Southern Portugal. *Archaeometry* (doi: 10.1111/arcm. 12212). University of Oxford.

Vasconcelos, J. L. de (1908) – Estudos sobre a Época do Bronze em Portugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. 13, p. 7-12.

Veiga, E. (1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. IV.

Viana, A. (1947) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja,* 4 (1-2). Beja, p. 10-11.

Viana, A. (1959) – Necrópole pré-histórica da Atalaia. Aldeia de Palheiros - Ourique. *Conímbriga*. Coimbra. 1, p. 83-96.

Viana, A.; Nunes, F. (1956) – Necrópoles argáricas de Santa Vitoria. *Arquivo de Beja.* Câmara Municipal de Beja. 13, p. 153-167.

Vilaça, R. (2011/12) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western end of the Iberian Peninsula (Actions and Reactions). In Aubet, M. E.; Sureda, P. (coord.) – *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo*. Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra. Barcelona. 21, p. 13-41. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea).

Vilaça, R.; Cunha, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). Novos contributos. *Almadan*, II.ªS. 13, p. 48-57.

Vilhena, J. (2006) – *O sentido da permanência. As envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º milénios a.C*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (policopiado).

Vilhena, J. (2008) – Subir à altura. Espaços funerários, lugares do quotidiano e «arte rupestre» no contexto da Idade do Bronze do Médio/Baixo Mira. *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Câmara Municipal de Aljustrel. Aljustrel. 2, 2.ª série p. 194-218. (Vipasca).

Walker, M. J. (1995) – EL Sureste, Micenas y Wessex. La cuestión de los adornos óseos de vara y puño. *Verdolay* 7, p. 117-125.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DO FINAL DA IDADE DO BRONZE NA PENÍNSULA DE LISBOA

ELISA DE SOUSA[1]

RESUMO

Neste trabalho analisam-se os padrões de povoamento associáveis à ocupação do Bronze Final da Península de Lisboa. A análise da sua distribuição e de alguns aspectos particulares das respectivas culturas materiais permitiram uma sub-divisão, no interior desta área, de três micro-regiões: a foz do estuário do Tejo, o interior da Península de Lisboa e o interior do estuário. Dentro de cada uma desta zonas foi possível notar diferenças assinaláveis nas estratégias de ocupação do território e dos recursos disponíveis, e também em alguns elementos dos espólios associados, que permitem novas leituras sobre a unidade cultural, as influências de contactos inter-regionais e a complexidade das ocupações datáveis entre os finais do 2.º e os inícios do 1.º milénio a.C. na Península de Lisboa.

ABSTRACT

This paper focuses on the analysis of the Late Bronze Age settlement patterns in Lisbon's Peninsula. Its geographical settings, distribution and also some particular aspects of respective material cultures allowed the proposal of a sub-division within this area, into three micro-regions: the mouth of the Tagus estuary, the interior of the Lisbon Peninsula and the interior of the estuary. Within each of these areas we can observe strong differences in the territory's strategies of occupation and exploitation of available resources, as well as specific elements of the archaeological data, which allow new readings concerning the cultural unity, the influences of inter-regional contacts and the complexity of the Lisbon's Peninsula occupations between the late 2nd and the early 1st millennium BC.

1 UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. FCT.
e.sousa@campus.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

Os elementos arqueológicos respeitantes à ocupação dos momentos finais da Idade do Bronze são, na Península de Lisboa, abundantes ainda que careçam, na maior parte dos casos, de informação contextual primária. Apesar de se conhecerem dezenas de sítios que proporcionaram materiais que são, sem dúvida, associáveis a ocupações datáveis entre os finais do 2.º e os inícios do 1.º milénio a.C., os dados disponíveis são provenientes, sobretudo, de colecções antigas e, muitas vezes, descontextualizadas, ou resultam de recolhas efectuadas durante campanhas de prospecção. Os trabalhos de escavação sistemáticos são raros e ocorrem tendencialmente em áreas muito limitadas, não permitindo uma leitura clara e abrangente das estruturas arquitectónicas que caracterizam os núcleos de povoamento, da sua organização interna, ou mesmo de uma detalhada sistematização da cultura material associada.

Dadas estas limitações, o papel desempenhado pelos diferentes sítios na rede de povoamento do Bronze Final é frequentemente deduzido com base na sua implantação topográfica. Sítios localizados em áreas elevadas, com condições naturais de defensabilidade e um domínio visual do espaço envolvente são tradicionalmente considerados como «centros de poder», que seriam habitados por elites sócio-políticas que controlavam e organizavam o seu território envolvente. Outros, implantados em áreas mais baixas e sem condições de defensabilidade são, por sua vez, interpretados como núcleos de vocação agro-pastoril, que teriam como principal objectivo o sustento das referidas elites (Cardoso, 2004, p. 177-178).

Este modelo que sustenta relações de subordinação e dependência mútua no quadro de povoamento do Bronze Final da Península de Lisboa é, sem dúvida, atractivo, postulando um cenário de unidade em toda esta região, e seria, presumivelmente, corroborado por alguns aspectos da cultura material, como a frequência de decorações brunidas de tipo Lapa do Fumo nos sítios de altura que seriam, por consequência, associáveis às tais elites sócio-políticas, em oposição à sua ausência nos sítios de menor importância (Cardoso, 2004, p. 178; Cardoso, 2010-2011a, p. 71-72). Contudo, a recente identificação de novos sítios desta cronologia justifica uma reavaliação dos quadros interpretativos tradicionais, podendo abrir novas perspectivas no âmbito da complexidade das comunidades do Bronze Final da Península de Lisboa.

2. O PADRÃO DE POVOAMENTO DO BRONZE FINAL NA PENÍNSULA DE LISBOA

Até há relativamente pouco tempo, os sítios ocupados durante os finais do 2.º e os inícios do 1.º milénio a.C. foram integrados num quadro interpretativo que defendia a existência de um complexo padrão de povoamento que englobava relações de subordinação e dependência recíproca entre os vários tipos de *habitats*.

As diferentes estratégias observadas no âmbito da lógica de ocupação do território, que englobavam, simultaneamente, sítios de altura e outros em zonas de menor altitude, foram sistematicamente interpretadas como evidências de uma organização hierárquica, na qual os primeiros, considerados como as áreas de residência primária das elites políticas, sociais e económicas, controlariam os restantes (Cardoso, 2004, p. 178). Contudo, quando examinada de forma mais detalhada, a distribuição geográfica destes diferentes povoados, é possível detectar um padrão altamente sugestivo, que permite uma distinção de, pelo menos, três micro-regiões na Península de Lisboa.

2.1. A FOZ DO ESTUÁRIO DO TEJO

Observando a distribuição dos sítios de menor altitude, a maioria dos quais designados por «casais agrícolas», na área de Lisboa, o primeiro factor que se destaca é a sua concentração exclusiva nas margens da foz do estuário do Tejo.

Sítios como a Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004), Abrunheiro (Cardoso, 2010-2011a), Alto das Cabeças (Cardoso e Cardoso, 1996), Quinta Nova de Santo António (Neto *et al*., 2013), Moinho da Atalaia (Pinto e Parreira, 1978), Praça da Figueira (Silva, 2013) / Encosta de Santana (Muralha, Costa e Calado, 2002) e a Quinta do Percevejo (Barros e Santo, 1991) são normalmente incluídos nesta categoria, sendo tradicionalmente interpretados como uma rede de núcleos dedicados à actividade agrícola e pecuária e à recolecção de recursos marinhos, de forma a abastecer grupos sociais mais importantes que habitariam os povoados de altura ou «centros de poder».

As características da implantação destes sítios favorecem áreas de altitude muito variável, que chegam a oscilar entre os 10 e os 170 m, mas sem privilegiar a visibilidade ou defensabilidade do espaço. Localizam-se, geralmente, nas proximidades de cursos de água, ocupando territórios com bom potencial agrícola, em particular o complexo basáltico de Lisboa (Cardoso, 2004; 2010-2011a).

A emergência deste modelo de povoamento parece ser consideravelmente antiga. As datações de rádio-carbono obtidas para a Tapada da Ajuda permitem datar o seu aparecimento durante os séculos XIII/XII a.C. (Cardoso e Silva, 2004, p. 233; Cardoso 2010-2011a, p. 70), tendo permanecido em utilização até, pelo menos, aos inícios do 1.º milénio a.C., como se verifica pelas datações obtidas no sítio de Abrunheiro (Cardoso, 2010-2011a, p. 70) e Cabeço do Mouro (Cardoso, 2006, p. 45).

Infelizmente, as características arquitectónicas deste tipo de *habitats* são mal conhecidas. Apenas na Tapada da Ajuda foi possível recuperar dados sobre a arquitectura doméstica, tendo sido identificada uma cabana de formato elipsoidal, com embasamento em pedra, apresentando um eixo máximo de 10m. Esta estrutura estava ainda associada a uma pequena área de combustão e a concentrações de lixo doméstico (Cardoso e Silva, 2004, p. 231). Em outros sítios que partilham semelhantes características topográficas, como a Praça da Figueira (Silva, 2013, p. 42-46), a Quinta Nova de Santo António (Neto *et al*., 2013, p. 24-29) e a Quinta do Percevejo (Barros e Santo, 1991, p. 333), as únicas estruturas identificadas em associação às ocupações do Bronze Final, datáveis entre o século XI e o século IX a.C., correspondem a uma série de interfaces negativos, possivelmente de âmbito doméstico. Evidências claras de estruturas de habitação não foram, nestes casos, identificadas, uma situação que se pode relacionar quer com o estado de conservação dos contextos arqueológicos, quer com o uso de materiais perecíveis em eventuais construções.

No entanto, parece ser bastante evidente que as estratégias económicas desenvolvidas nestes sítios de menor altitude seriam diversificadas. A importância das actividades agrícolas está atestada pela recuperação de elementos denticulados de foice, de sílex, que, em sítios como a Tapada da Ajuda e o Abrunheiro, somam várias centenas de exemplares (Cardoso e Silva, 2004, p. 233; Cardoso, 2010-2011a, p. 47-48). Artefactos idênticos surgem também, ainda que em quantidades menos apreciáveis, na Praça da Figueira (Silva, 2013, p. 48 e 53), no Cabeço do Mouro (Cardoso, 2006, p. 35) e no Alto das Cabeças (Cardoso e Cardoso, 1996, p. 352). A abundância destes elementos de foice são, inclusivamente, um dos argumentos mais fortes na defesa da existência de excedentes agrícolas no quadro da produção destes sítios, um excedente que seria canalizado para o consumo nos «centros de poder» (Cardoso, 2010-2011a, p. 71; Cardoso, 2004, p. 177). Contudo, esta associação entre o número de elementos de foice e presumíveis excedentes agrícolas deve ser acautelada, devendo ter-se em consideração vários elementos, tais como a intensidade de utilização destes artefactos, o tempo de ocupação dos sítios que os proporcionaram, e os quadros demográficos admitidos para cada um deles, em particular da população activa. Uma única foice poderia utilizar uma média de dez destes elementos denticulados, e mesmo que em algum destes sítios se

tivessem recuperado mil destes objectos (o que não é manifestamente o caso), referentes a ocupações de cerca de 100 anos (que geralmente são superiores), tal equação resultaria no uso de uma única foice por ano. Por outro lado, e mesmo admitindo uma produção cerealífera expressiva, como se propõe para a Tapada da Ajuda (Cardoso, 2004, p. 177), devemos recordar que a cronologia de ocupação deste sítio não é contemporânea, mas sim um pouco anterior, à ocupação dos povoados de altura localizados nas áreas mais anteriores, pelo que estas estratégias económicas poderão ser entendidas mais no quadro da economia interna destes núcleos do que na perspectiva de um abastecimento à escala regional.

Por outro lado, as práticas agrícolas não eram, naturalmente, exclusivas. A criação de gado e a caça seriam actividades que teriam também um papel importante nas estratégias económicas destes núcleos, considerando os dados recolhidos no Abrunheiro (Cardoso, 2010-2011a, p. 69), Cabeço do Mouro (Cardoso, 2006, p. 44) e na Praça da Figueira (Silva, 2013, p. 48 e 53), assim como a recolecção de recursos marinhos, se considerarmos as grandes quantidades de fauna malacológica exumadas (Cardoso e Silva, 2004, p. 231; Cardoso, 2006, p. 45; Cardoso, 2010-2011a, p. 71; Silva, 2013, p. 48 e 53; Barros e Santo, 1991, p. 333). Curiosamente, e ao contrário do que ocorre em regiões mais interiores, em concreto no Médio Tejo (Vilaça e Arruda, 2004), indícios do desenvolvimento de actividades metalúrgicas estão, até ao momento, ausentes do registo arqueológico. A única evidência é ilustrada pelo molde para foices de tipo Rocanes, recolhido no sítio epónimo, mas que corresponde a um achado isolado, não se conhecendo outros materiais do Bronze Final com idêntica proveniência (Coelho, 2002, p. 281).

Para além desta evidente concentração de sítios de menor altitude no sul da Península de Lisboa, um outro elemento que se destaca nesta área é a escassez dos povoados de altura ou «centros de poder», que, em teoria, controlariam a região. A única estação que poderia integrar-se nesta tipologia seria o Cabeço do Mouro, em Cascais (Cardoso, 1991). Infelizmente, este sítio foi destruído por construções recentes, sendo escassos os dados respeitantes à sua ocupação durante o Bronze Final. As prospecções levadas a efeito durante a década de 70 do século passado permitiram recolher alguns artefactos no topo desta elevação, em concreto fragmentos cerâmicos, elementos denticulados de foice de sílex, um pequeno fragmento de uma faca e ainda uma argola, ambos de bronze (Cardoso, 1991, p. 80). Anos mais tarde, na encosta oriental dessa elevação, escavações de emergência revelaram a existência de outros materiais do Bronze Final, assim como uma estrutura negativa, utilizada possivelmente como silo, datada por rádio-carbono entre os finais do século X e o século IX a.C. (Cardoso, 2006, p. 45). Esta ocupação na encosta foi interpretada como uma pequena área agrícola em directa dependência do sítio de altura, localizado no topo da elevação (Cardoso, 2006, p. 46). No entanto, alguns elementos poderiam esbater esta distinção: a proximidade geográfica entre as duas ocupações pode, efectivamente, indicar que ambos correspondem a um único sítio que se desenvolveria por uma área extensa, e que poderia incluir múltiplas zonas de *habitat*, dispersas pela elevação; por outro lado, deve ter-se em consideração que a variação altimétrica entre ambas as áreas é reduzida, sendo o topo apenas cerca de 20 m mais alto do que a ocupação detectada na encosta oriental, pelo que considerar um destes espaços como um importante povoado de altura e o outro como um sítio aberto de vocação agrícola (Cardoso, 2006, p. 45-46) é uma distinção que poderá mitigada.

Em directa relação com esta problemática está a questão de estes sítios agrícolas serem, efectivamente, pequenos, como se assume em grande parte dos casos. Com efeito, é muito difícil estimar a sua área real com base nos dados disponíveis. Contudo, se tivermos em atenção os dados da Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.*, 2013), onde os vestígios da ocupação do Bronze Final foram recolhidos em áreas separadas por algumas centenas de metros, assim como a extensão originalmente estimada do núcleo da Tapada da Ajuda (200 m por 100 m) (Cardoso e Silva, 2004, p. 233),

deveremos equacionar a possibilidade desta tipologia de *habitat* poder ser consideravelmente mais extensa do que é tradicionalmente presumido. Estas áreas de povoamento podem não ser, e provavelmente não são, densamente ocupadas, mas talvez antes constituídas por pequenos núcleos, de eventual cariz familiar, que se dispersam no espaço, mas que se podem integrar num mesmo núcleo de povoamento.

A mesma situação poderá registar-se nas ocupações do Bronze Final da área urbana de Lisboa, na Praça da Figueira (Silva, 2013) e Encosta do Santana, onde se recolheram «(...) vasos de colo ligeiramente estrangulado, com brunimento exterior e decoração mamilar, e os potes de bordo denteado» (Muralha, Costa e Calado, 2002, p. 246), e que poderiam também incluir-se num mesmo núcleo de *habitat*, situação equacionável também para o núcleo do Cabeço do Mouro. Resta saber se nos restantes sítios interpretados como «pequenos casais agrícolas» se poderia detectar uma situação semelhante, uma vez que seriam necessárias intervenções de grande extensão para confirmar ou refutar esta possibilidade.

Neste quadro do Baixo Tejo, existe um outro sítio que justifica uma referência particular: a Quinta do Marcelo, em Almada. Trata-se de um sítio localizado na margem esquerda do rio Tejo, sendo as características da sua implantação geográfica idênticas às referidas anteriormente. Os trabalhos arqueológicos aí realizados revelaram apenas a existência de duas estruturas negativas, datadas por rádio-carbono entre o século XI/X a.C. (estrutura 1) e o século IX a.C. (estrutura 2) (Barros, 2000 – *apud in* Cardoso, 2004, p. 198). O que diferencia este núcleo dos restantes é a excepcionalidade dos artefactos recuperados e as atividades que parecem ter sido aí desenvolvidas. Apesar de partilhar as mesmas características dos restantes «casais agrícolas», a ocupação do Bronze Final da Quinta do Marcelo parece ter focado estratégicas económicas bem diferenciadas, em concreto, atividades metalúrgicas. Entre os elementos que suportam esta interpretação, contam-se: um vaso perfurado que poderá ter sido utilizado na copelação da prata, pilões de pedra e a existência de resíduos de mercúrio e ouro no interior de uma taça de cerâmica (Barros, 2000 – *apud in* Cardoso, 2004, p. 198). Outros materiais recolhidos, de carácter excepcional, incluem um *tranchet*, fíbulas de dupla mola e de cotovelo, três facas de ferro, uma conta de colar de âmbar e de uma taça carenada com decoração brunida em ambas as superfícies (Barros, 1998; Barros, 2000 – *apud in* Cardoso, 2004, p. 198; Vilaça, 2006, 2008-2009). A excepcionalidade dos artefactos recuperados poderia, eventualmente, justificar-se justamente pela sua funcionalidade e actividades económicas, factores que colocariam este sítio numa posição de manifesta importância no quadro dos contactos de longa distância durante o Bronze Final. Por outro lado, não devemos esquecer que é justamente desta área, a escassos quilómetros da Quinta do Marcelo, que se recolheu, durante operações de dragagem, a emblemática espada de Cacilhas, um caso até ao momento único na zona terminal da foz do Tejo, sendo claramente um outro indício da excepcionalidade desta zona.

Regressando agora aos restantes sítios de menor altitude, deve ainda referir-se que a sua cultura material é constituída, maioritariamente, por artefactos cerâmicos, que se integram facilmente no repertório formal do Bronze Final (taças carenadas, tigelas, pratos e diferentes morfologias de vasos de cozinha e armazenamento). A presença de aplicações decorativas é rara, e corresponde, sobretudo, a incisões sobre os bordos de vasos fechados. As decorações brunidas são escassas, mas ainda assim surgem na Praça da Figueira (Silva, 2013, p. 48, 54 e 57), Moinho da Atalaia (Pinto e Parreira, 1978, p. 158), Quinta do Marcelo (Barros, 1998) e Quinta do Percevejo (Barros, 1998, p. 32). Por outro lado, os artefactos metálicos são raros, e correspondem sobretudo a pequenos fragmentos de punções, braceletes e argolas (Cardoso, 2010-2011a, p. 38, 43, 65; Cardoso e Cardoso, 1996; Cardoso, 2006, p. 44), e, no quadro de outros elementos de adorno, conta-se apenas uma conta de cornalina, recolhida no Alto das Cabeças (Cardoso e Cardoso, 1996, p. 352). Deverá ainda referir-se a existência de uma fíbula de dupla mola, proveniente do Casal de Vila Chã Norte, sítio onde se reco-

lheram também alguns fragmentos com decoração mamilada, podendo estes materiais relacionar-se com uma ocupação do Bronze Final (Miranda *et al*., 1999, p. 24-26). Um elemento sem dúvida particular no quadro da cultura material destes sítios é a presença frequente de elementos de foice de sílex, como já anteriormente se referiu.

Considerando os dados apresentados, é possível que o sul da Península de Lisboa possa integrar uma micro-região específica no quadro da ocupação do Bronze Final da Estremadura. Apesar de estar inequivocamente relacionada, em termos culturais, com as áreas próximas, distingue-se pelas escolhas subjacentes às estratégias de ocupação do território, provavelmente condicionadas pela morfologia física da região e pelas necessidades inerentes à exploração dos recursos disponíveis. A ocupação de sítios de menor altitude permitia e facilitava o desenvolvimento de estratégias económicas baseadas na agricultura, pecuária e recolecção de recursos marinhos. Por outro lado, as ocupações de sítios de altura, com maior capacidade defensiva e domínio visual sobre o território, parecem ter sido desvalorizados nesta área específica. Assim, torna-se, em meu entender, difícil aceitar que os sítios de menor altitude da foz do Tejo possam ter estado dependentes ou controlados pelos chamados «centros de poder», que se localizam, na sua esmagadora maioria, em áreas bem mais interiores.

Mais difícil é, contudo, tentar compreender se todos estes sítios de menor altitude partilharam, ou não, a mesma importância em termos económicos e sócio-políticos. Efectivamente, não existem dados que permitam uma análise substanciada, e o único local que se destaca pela excepcionalidade da cultura material é também aquele que terá desenvolvido práticas produtivas específicas e singulares, que o diferenciam dos restantes: a Quinta do Marcelo. Tal excepcionalidade poderá, provavelmente, relacionar-se, de forma directa, com a sua singularidade em termos de estratégias económicas, aparentemente orientadas para a exploração da riqueza aurífera do Tejo. A importância dessa exploração poderia justificar a sua inclusão directa no quadro das rotas atlânticas e mediterrâneas, situação que conferiria aos recursos auríferos do estuário do Tejo um papel particularmente importante no quadro dos contactos a longa distância ocorridos durante o Bronze Final europeu.

2.2. O INTERIOR DA PENÍNSULA DE LISBOA

No interior da Península de Lisboa, o padrão de povoamento é consideravelmente diferente. Aqui, as ocupações do Bronze Final favoreceram, quase exclusivamente, sítios de altura, com um domínio praticamente absoluto do território envolvente, e cuja inacessibilidade natural poderá ter sido fortalecida pela construção de estruturas defensivas, ainda que a sua cronologia efectiva não tenha sido ainda estabelecida.

Infelizmente, o registo arqueológico existente não permite uma interpretação substanciada da funcionalidade destes sítios, ainda que a sua maioria, como o Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), Castelo dos Mouros (Cardoso, 1997-1998a), Cabeço de Alcainça (Vicente e Andrade, 1971; Ponce 2012), Serra do Socorro (Matias, 2003; Sousa, 2011), Castro do Amaral (Pimenta e Mendes, 2010-2011), Castro da Ota (Barbosa, 1956) e talvez também o Castro de Pragança (Vasconcellos, 1909; Gonçalves, 1990-1992; Figueiredo, Melo e Araújo, 2007), pareça corresponder a sítios de *habitat*. No entanto, nenhum foi escavado em extensão de forma a permitir compreender a sua real dimensão, estrutura interna e actividades económicas primárias. Os trabalhos de campo que tiveram lugar em alguns destes núcleos, como é o caso do Castelo dos Mouros, em Sintra (Cardoso, 1997-1998a), ou do Castelo da Amoreira, em Odivelas (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), não proporcionaram dados arquitectónicos seguramente associáveis às ocupações do Bronze Final. Desconhece-se, assim, se estes sítios foram extensamente ocupados ou se as actividades humanas se

localizaram em áreas mais limitadas. A visibilidade deste modelo de povoamento em altura parece, assim, contrastar com a invisibilidade dos respectivos vestígios arquitectónicos.

No entanto, em outros casos, como na Penha Verde (Cardoso, 2010-2011b) e no Penedo do Lexim (Arnaud, Oliveira e Jorge, 1971; Sousa, Valério e Araújo, 2004), sítios que partilham idênticas características geográficas, as extensas escavações realizadas revelaram, sobretudo, construções do período Calcolítico, sendo algumas destas ocasionalmente reutilizadas por comunidades do Bronze Final.

Na Penha Verde (Sintra), uma recente re-avaliação da ocupação do Bronze Final revelou uma situação particular, na qual uma pequena cabana calcolítica foi mais tarde reocupada, durante o Bronze Final, tendo sido aí recuperados uma série de objectos excepcionais: uma barra e um fragmento de argola de bronze, um alfinete e uma conta bitroncocónica de ouro, e um conjunto de quatro ponderais (Vilaça 2003; Cardoso, 2010-2011b), para além de alguns fragmentos cerâmicos. Estes dados foram interpretados como evidências de práticas extraordinárias, possivelmente relacionadas com transacções comerciais particulares, que poderiam ter ocorrido na Penha Verde (Cardoso, 2010-2011b, p. 588-589).

No Penedo do Lexim (Mafra), as evidências da ocupação do Bronze Final aparecem em áreas reduzidas e difusas, que parecem ter reocupado pontualmente espaços do período calcolítico (Sousa, Valério e Araújo, 2004). É de destacar, contudo, a identificação de um pequeno contexto excepcional do Bronze Final, onde se reuniam uma ponta de lança, um cinzel e uma argola, todos em liga de bronze com valores elevados de estanho (Sousa, Valério e Araújo, 2004, p. 101, 106), para além da recolha de um pequeno conjunto de ponderais de bronze (Vilaça, 2011, p. 145).

Considerando estes dados, pode-se equacionar a possibilidade de estes pontos singulares na paisagem, escolhidos talvez não pela sua defensabilidade mas pelo seu potencial visual (tanto da perspectiva que quem ali se encontra como de quem se aproxima), terem desempenhado um papel focado no controlo das vias de passagem, que teriam transcorrido necessariamente, em pelo menos alguns casos, o interior da Península de Lisboa durante o Bronze Final. Esta situação implica que estes locais não devem ser interpretados enquanto sítios primários de *habitat*, uma função que terá sido desempenhada, presumivelmente, pelos restantes núcleos referidos.

Até ao momento, sítios de menor altitude não foram identificados na área. Apesar de ser perigoso presumir que eles não existiram, esta evidência pode indicar que os grupos humanos que residiam nos povoados de altura garantissem a sua auto-suficiência em termos agrícolas e pecuários, e, que, como tal, não dependeriam de recursos oriundos de áreas mais longínquas.

Por outro lado, deve também equacionar-se o cruzamento de rotas de contacto quer com a costa atlântica (Serra do Socorro, Cabelo de Alcainça, Penedo do Lexim, Castelo dos Mouros e Penha Verde) quer com o interior do estuário do Tejo (Castro da Ota, Castro do Amaral e Castelo da Amoreira), indicando uma ampla diversidade e orientação das rotas de contactos com as áreas atlânticas e outras mais interiores.

O cenário que se observa no interior da Península de Lisboa parece indicar um certo grau de complexidade, considerando a coexistência de sítios primários de *habitat* e outras áreas estratégicas utilizadas, de forma esporádica, para actividades específicas de cariz comercial, às quais se poderiam também associar outras (ou as mesmas) com uma maior carga simbólica e ritual (Vilaça, 2003, p. 274). Nesta área, a rede de povoamento do Bronze Final parece ter favorecido interesses directamente ligados ao controle territorial, de forma a controlar percursos comerciais que passavam pelas áreas mais interiores. A importância destas rotas e transacções parece reflectir-se na dispersão dos ponderais de bronze, identificados, em vários outros sítios desta região, em concreto no Abrigo Grande das Bocas, Pragança e Castro da Ota (Vilaça, 2003). A presença destes artefactos nesta área coloca questões muito interessantes sobre o seu significado, uma vez que a existência de pesos com valores estandardizados implica a incorporação ou adopção, pelo menos parcial, de sistemas

metrológicos partilhados pelas diferentes comunidades que interagiam neste processo, ainda que tal, não implique um sistema de mercado propriamente dito (Vilaça, 2003). Por outro lado, seria talvez tentador relacionar estes vestígios de trocas regularizadas com a instalação de grupos orientais no sul da Península Ibérica desde, pelo menos, os finais do século X a.C. (Gonzalez de Canales Cerisola, Serrano e Llompart Gomez, 2005; Mederos Martín, 2013).

É, contudo, difícil avaliar o impacto que estes processos teriam no tecido sócio-político destas comunidades do Bronze Final. A circulação de bens valiosos que parece ser indiciada pelos achados de Penha Verde e do Penedo do Lexim, e também pelos conjuntos de ponderais identificados na região, poderá ter tido fortes reflexos em termos sociais. No entanto, a ausência de dados concretos sobre o mundo funerário impede o desenvolvimento de quadros interpretativos mais complexos. O único elemento que poderia ser trazido à colação corresponde à sepultura de inumação descrita por Leite de Vasconcellos, identificada perto do Casal de Santo Amaro, coberta por lajes e colocada entre duas bancadas de pedra, da qual seria proveniente o famoso colar de ouro que associa, na sua produção, elementos tipicamente atlânticos e mediterrâneos (Pereira, 1894; Vasconcellos, 1896; Cardoso, 2004, p. 198). Esta evidência pode, efectivamente, ilustrar um grau de complexidade na estrutura sócio-política destas comunidades mais interiores que terá, contudo, de ser enquadrada com outros dados arqueológicos que permanecem por descobrir.

É, contudo, inegável que o interior da Península de Lisboa é particularmente rico no quadro de artefactos metálicos, particularmente de bronze (Coffyn, 1985; Cardoso, 2004) e, em menor medida, de ouro. Entre estes últimos, cabe referir os colares de Almoster, as braceletes de Turquel (Armbruster e Parreira, 1993), e o conjunto de artefactos proveniente do Outeiro da Cabeça, em Torres Vedras (Heleno, 1935, p. 254-256; Soares *et al*., 2010), infelizmente descontextualizados, mas para os quais se admite uma cronologia do Bronze Final. Entre os primeiros, mais abundantes, contam-se múltiplos achados singulares ou em contextos de depósitos, que incluem diversas tipologias de espadas, punhais, machados, foices e pontas de lança (para uma descrição mais detalhada ver Coffyn, 1985; Cardoso, 2004). Curiosamente, e exceptuando a singular espada de Cacilhas, estas peças encontram-se praticamente ausentes na foz do estuário do Tejo, uma evidência que pode também suportar a distinção que aqui se propõe entre estas áreas.

Outros tipos de artefactos de bronze, que indicam uma filiação claramente mediterrânea, ocorrem também nesta zona interior, ainda que com menor intensidade quando comparados com os de matriz atlântica, destacando-se, em particular, as fíbulas, de cotovelo e dupla mola, e as pinças do Abrigo Grande das Bocas (Carreira, 1994), do Casto de Pragança e do Monte da Pena (Coffyn, 1985).

A produção efectiva de artefactos de bronze está, até ao momento, insuficientemente documentada no registo arqueológico, ainda que se admita, com base sobretudo na abundância de achados, a existência de tais actividades nesta região (Coffyn, 1985; Cardoso, 2004).

2.3. O INTERIOR DO ESTUÁRIO DO TEJO

No interior do estuário do Tejo, o padrão de povoamento parece ter favorecido também as elevações, ainda que de menor altitude, mas claramente destacadas na paisagem, localizadas nas proximidades das margens do rio. Os dois casos mais emblemáticos correspondem à Alcáçova de Santarém e ao Alto do Castelo, em Alpiarça.

Apesar de conhecermos pouco sobre a ocupação do Bronze Final do Alto do Castelo, que se limita à recolha de alguns fragmentos cerâmicos e a um punhal tipo Porto de Mós (Kalb e Höck, 1982, 1988; Arruda *et al*., 2014), a importância desta área é significativa, considerando que é o único caso, no estuário do Tejo, onde se pode associar um sítio de *habitat* a uma paisagem funerária específica (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 20). Durante o século passado, na área envolvente do Alto do Cas-

telo, foram identificados três áreas funerárias do Bronze Final: Tanchoal, Meijão e o Cabeço da Bruxa (Corrêa, 1936; Marques, 1972; Kalb e Höck, 1981-1982, 1988; Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999). Correspondem a espaços onde se enterraram urnas contendo restos incinerados, geralmente sem espólio significativo associado, para além de meras pulseiras de bronze ou pequenos vasos cerâmicos, alguns dos quais com decorações brunidas na superfície exterior. Datações de rádio-carbono efectuadas sobre os restos orgânicos recuperados no interior de algumas destas urnas estabeleceram uma cronologia entre os meados do século XI e os inícios do século IX a.C. (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 14-15).

Da Alcáçova de Santarém, a publicação dos resultados de escavações recentes revelaram dados muito interessantes recolhidos em contextos conservados do Bronze Final (Arruda e Sousa, 2015). A maioria dos artefactos integram-se claramente no elenco morfológico típico desta fase. No entanto, a análise da cerâmica decorada revelou elementos particulares que revelam influências culturais significativas de áreas mais interiores. Apesar da cerâmica decorada ser rara, esta é constituída sobretudo por decorações incisas e impressas que recordam o mundo da Meseta espanhola (Cogotas I), sendo mais raros os vasos decorados com os típicos motivos brunidos da Estremadura (Arruda e Sousa, 2015). Esta singularidade parece, assim, indicar a existência de importantes contactos com áreas mais interiores da Península Ibérica (Arruda e Sousa, 2015), uma situação que, até ao momento, não se encontra documentada, ao nível do espólio cerâmico, em nenhum outro sítio quer no interior quer no sul da Península de Lisboa. Apenas na área mais interior do estuário do Tejo se conhecem outros casos, dois dos quais referentes a ocupações de cavidades naturais, como o fragmento recolhido na Gruta do Correio Mor (Cardoso, 2003) e dois outros provenientes da Gruta do Almonda (Paço, Vaultier e Zbyszewski, 1947, est. X, n.º 49 e 50), estes muito semelhantes aos identificados na Alcáçova de Santarém, para além de um outro exemplar da Quinta da Aramenha (Tereso e Ferreira, 2007).

A existência desta ligação não é, propriamente, uma novidade. A prática de rituais de incineração que tiveram lugar nas necrópoles de Alpiarça tem, com efeito, e como já foi indicado por outros investigadores (Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999, p. 18), os seus melhores paralelos ao longo do curso do Tejo, em concreto nas áreas mais interiores de Abrantes (*Tumulus* 1 do Souto - Cruz, 2008 – *apud in* Delfino *et al*., 2104, p. 182-183), Castelo Branco (Monte de São Domingos - Cardoso, Caninas e Henriques, 1998), e em Viseu (Paranho - Cruz, 1997), ainda que estas realidades mostrem características diferenciadas no que diz respeito à estrutura dos espaços funerários. Os dados de Santarém, por sua vez, permitem ilustrar uma outra faceta destes contactos, desta vez mais com a área da Meseta, que reflecte influências que se registam nos estilos decorativos aplicados às produções cerâmicas, visíveis aliás, também no interior do território português. Estes elementos mostram, com efeito, que os contactos inter-culturais entre as comunidades do Bronze Final do interior do estuário do Tejo e outras das zonas mais interiores da Península Ibérica foram uma realidade durante os finais da Idade do Bronze. Por outro lado, estas rotas interiores, quando conjugadas com as esferas de contactos atlânticos e mediterrâneos que caracterizam o Bronze Final da Península de Lisboa, revelam uma complexa rede de contactos trans-regionais durante esta fase que marcaram, com mais ou menos intensidade, todas estas regiões.

3. CONCLUSÃO

Tradicionalmente, o Bronze Final da Península de Lisboa tem sido encarado como um grupo cultural homogéneo, dentro do qual as diferentes tipologias de *habitat* desempenhariam papéis específicos e complementares no interior de uma estrutura política, social e económica hierarquizada, que seria controlada e dominada pelos chamados «centros de poder». Os sítios instalados em áreas de

menor altitude foram sistematicamente interpretados como unidades produtivas directamente subordinadas às elites instaladas em grandes povoados de altura (Cardoso, 2004, p. 177-178). A emergência dessas elites, durante o Bronze Final, foi, por sua vez, justificada pela importância da Estremadura como placa giratória das trocas supra-regionais, tendo alguns indivíduos controlado a produção metalífera ou, pelo menos, a sua comercialização (Cardoso, 2004, p. 190).

Após a revisão dos dados arqueológicos disponíveis para a ocupação do Bronze Final da Península de Lisboa, não conseguimos deixar de questionar se a complexidade social que se admite para esta área foi, efectivamente, tão acentuada. É verdade que nos faltam dados mais específicos sobre os sítios ocupados durante o Bronze Final, especialmente dos que teriam desempenhado, em teoria, um papel mais significativo (povoados de altura). O seu estatuto foi deduzido pela frequência de cerâmicas decorados com motivos brunidos, um elemento que presumivelmente estaria associado às elites que os habitavam, em oposição à sua ausência em sítios de menor altitude, ocupados por grupos sociais menos importantes (Cardoso, 2004, p. 178).

No entanto, dados recentes permitem questionar esta visão mais tradicional. Como foi apontado por J. L. Cardoso (1996), o facto de a Tapada da Ajuda não ter cerâmicas decoradas com motivos brunidos pode ser associada à sua cronologia relativamente mais antiga (século XIII/XII a.C.), considerando que as decorações brunidas aparecem, na Península de Lisboa, numa fase mais tardia (Vilaça e Arruda, 2004). Por outro lado, estas cerâmicas aparecem, com efeito, em alguns destes sítios de menor altitude, ainda que em quantidades reduzidas, como se observa na Praça da Figueira (5 fragmentos – Silva, 2013), Moinhos da Atalaia (1 fragmento – Pinto e Parreira, 1978) e na Quinta do Percevejo (1 fragmento – Barros e Santo, 1991), para não referir o caso particular da Quinta do Marcelo (1 fragmento – Barros, 1998), aqui com decoração brunida em ambas as superfícies. A assumida expressividade destas decorações nos povoados de altura deve, por outro lado, ser matizada quando contabilizamos os dados efectivos. A sua presença não é, de facto, abundante, resumindo-se a dois fragmentos recolhidos no Castelo dos Mouros (Cardoso, 1997-1998a), a cinco no Castelo da Amoreira (Boaventura, Pimenta e Valles, 2013), a quatro no Cabeço de Alcainça (Ponce, 2012)[2] quase sempre em taças carenadas. Outras cerâmicas com decorações brunidas aparecem ainda no Penedo do Lexim (um exemplar – Carreira, 1994; Cardoso, 2004), cuja ocupação não deve ser encarada como uma área de *habitat* primária, e no Monte da Pena (um exemplar – Madeira *et al*., 1971), cujos vestígios do Bronze Final se podem enquadrar no âmbito da reutilização ou frequentação de um monumento funerário mais antigo.

Com efeito, parece que a cerâmica decorada com ornatos brunidos é escassa quer no interior quer no sul da Península de Lisboa, pelo que os significados extraídos pela sua presença ou ausência podem estar relacionados, sobretudo, com questões de amostragem. Os únicos contextos em que estas cerâmicas são inegavelmente abundantes são as ocupações em cavidades naturais, como se verifica na Gruta do Correio-Mor (cerca de 14 fragmentos – Cardoso, 1997-1998b) e no Abrigo Grande das Bocas (seis fragmentos - Carreira, 1994), para não falar no emblemático caso da Gruta da Lapa do Fumo (Serrão, 1958, 1959), já fora da área aqui em estudo. Nestes casos parece sim ser inquestionável a sua associação a cenários de profundo valor simbólico e ritual (Cardoso, 1997-1998b; 2004).

Os dados respeitantes à ocupação do Bronze Final da Península de Lisboa revelam algumas diferenças significativas nas estratégias de ocupação do território, que permitiram uma subdivisão em três micro-regiões: a foz do estuário do Tejo, o seu interior, e a zona interna da Península de Lisboa.

[2] Para este sítio, seria ainda necessário contabilizar os exemplares recolhidos por Andrade e Vicente (1971), infelizmente não disponíveis para estudo.

Em relação à primeira micro-região, não podemos deixar de equacionar a possibilidade de o modelo de povoamento que caracteriza a área, sítios de menor altitude, poderem ser interpretados na óptica de continuidade de estratégias anteriores ao Bronze Final. Estes sítios, que poderão ter dimensões variáveis, resultam, provavelmente, de adaptações ao próprio meio físico e aos recursos essenciais à sobrevivência dessas comunidades. A importância da agricultura, pecuária e recolecção de recursos marinhos, práticas documentadas em vários destes núcleos, terão condicionado a sua implantação. Trata-se, possivelmente, de zonas de *habitat* dispersas dentro de cada núcleo, cujas estruturas domésticas seriam, na maior parte dos casos, construídas com materiais perecíveis, e cujos testemunhos mais frequentes resultam em interfaces negativos utilizados como silos e/ou lixeiras. Nesta área não são frequentes materiais de carácter excepcional, como é o caso dos artefactos de bronze, nem existem indícios que permitam equacionar a existência de práticas metalúrgicas. Os elementos da cultura material mais típicos desta área, são, sem dúvida, os elementos de foice de sílex, que atestam a importância da agricultura nestes estabelecimentos. Por outro lado, não parece possível defender, com os dados disponíveis, qualquer estrutura hierárquica subjacente a esta rede de povoamento nem a sua subordinação ou mútua dependência com os sítios de altura localizados nas áreas mais interiores.

No interior da Península de Lisboa parece, por outro lado, ser muito clara a emergência de povoados de altura numa fase avançada do Bronze Final, talvez a partir do século XI a.C., que constituem, até à data, o único modelo de povoamento utilizado nesta região. É tentador relacionar este cenário com o fenómeno da «pré-colonização», que implica a existência de contactos com navegadores mediterrâneos ou, quem sabe, mesmo com grupos já instalados no sul peninsular[3]. Estes contactos poderiam ter justificado a necessidade de controlo das tradicionais vias de passagem, algumas das quais localizadas no interior da Península de Lisboa, com a instalação de pequenos centros de carácter particular em pontos singulares da paisagem, como seria o caso da Penha Verde ou do Penedo do Lexim, que seriam, contudo, ocupados apenas ocasionalmente, e por ventura, em ocasiões de transacções comerciais, as quais seriam, seguramente, conotadas com um elevado valor simbólico e até ritual. É difícil estabelecer quais os produtos efectivamente transaccionados, sendo, contudo, os mais fortes candidatos o ouro e o âmbar, para além de outros que não deixam qualquer registo arqueológico (Vilaça, 2003, 2011). Significativos são, com efeito, os artefactos de ouro recuperados nesta área interior, o que leva a considerar a possibilidade de este recurso ter jogado um papel importante quer no quadro «pré-colonial» quer, anos mais tarde, no interesse fenício pela região do Baixo Tejo, paralelamente à sua localização estratégica no acesso ao estanho das Beiras. É oportuno, neste ponto, destacar uma vez mais as características particulares das actividades desenvolvidas na Quinta do Marcelo, datadas pelo rádio-carbono entre os séculos XI/X e IX a.C.

No interior do estuário do Tejo, os elementos mais particulares do Bronze Final recaem não nos modelos de povoamento, sobre os quais pouco conhecemos, mas sobretudo nas particularidades da cultura material e das práticas funerárias. A singularidade desta micro-região no quadro do Bronze Final da Península de Lisboa recai justamente sobre a intensidade de relações com horizontes culturais mais interiores, visíveis quer na adopção do ritual da incineração em Alpiarça, que se pode rastrear nas zonas de Abrantes, Castelo Branco e Viseu, quer na incorporação de motivos e técnicas decorativas que sugerem influências da Meseta espanhola, visíveis no conjunto artefactual da Alcáçova de Santarém. Será, contudo, necessário esperar por novos dados que permitam um melhor enquadramento destes elementos no quadro da ocupação do Bronze Final desta região.

[3] Recordamos que dados recentes permitem recuar o início da presença fenícia em Huelva ainda durante o século X a.C. (Gonzalez de Canales Cerisola, Serrano e Llompart Gomez, 2005).

Esta divisão que aqui apresentamos não implica, necessariamente, grandes diferenciações culturais entre as micro-regiões propostas. Existe, efectivamente, uma série de aspectos que é partilhada por todas elas (e também por outras zonas do território peninsular), e que se verificam particularmente no quadro da cultura material. As produções cerâmicas coincidem quer a nível morfológico quer na variedade de acabamentos, registando-se um polimento cuidado nos recipientes propícios ao consumo de alimentos (taças carenadas e tigelas), e acabamentos mais grosseiros (superfícies pouco alisadas, grosseiras ou escovadas) nos vasos destinados à cozinha e armazenamento, os quais exibem perfis muito variáveis (globulares, ovalados, carenados, esféricos). Também em termos decorativos, existem tendências de ampla dispersão, como é o caso da aplicação de motivos incisos, sobretudo na parte superior de formas fechadas (bordos denteados), e na aplicação de mamilos, ainda que estes possam interpretar-se como elementos funcionais que facilitam a preensão dos recipientes. As próprias decorações brunidas, sobretudo nas superfícies externas, ocorrem nas três áreas, sendo, geralmente, pouco frequentes, com a excepção dos contextos de gruta. Ao nível dos artefactos metálicos, concretamente no que aos objectos de adorno diz respeito, entre os quais se podem enquadrar as pulseiras ou braceletes de bronze, parecem também ser comuns a todas as áreas, estando presentes quer em contextos habitacionais (Abrunheiro – Cardoso, 2010-2011a, p. 65; Cabeço de Alcainça – Vicente e Andrade, 1970, p. 195[4]) e depósitos (Fiéis de Deus - Melo, 2000, p. 37), quer em sepulturas de incineração (necrópoles de Alpiarça - Corrêa, 1936; Kalb e Höck, 1981-1982, 1988; Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999).

No entanto, uma análise mais pormenorizada da ocupação do Bronze Final da Península de Lisboa deve ter em conta a sua diversidade micro-regional, que mostra diferenças significativas nos respectivos padrões de povoamento e também em alguns aspectos específicos da cultura material. Estas diferenças relacionam-se, sobretudo, com naturais adaptações ao meio físico e às estratégias económicas desenvolvidas, devendo também acrescentar-se uma maior ou menor intensidade de contactos com outras áreas culturais. Contudo, é só observando estas diferenças que podemos compreender aspectos particulares dentro de cada zona, e que se verificam quer nas tipologias de povoamento, que condicionam a leitura e a interpretação da paisagem natural, quer na diversidade de rituais funerários (inumações como a registada em Santo Amaro; incinerações de Alpiarça), que ocorrem, simultaneamente, dentro da Península de Lisboa.

Difícil é, sem dúvida, compreender a estrutura social destes grupos. A existência de elites tem sido deduzida pela presença de materiais de cariz excepcional que circulam, com maior ou menor intensidade, consoante as micro-regiões, na Península de Lisboa, sendo particularmente acentuada na região mais interior. Contudo, e como ocorre praticamente em todas as áreas regionais do Bronze Final peninsular, essas elites não parecem ter uma clara individualização quer no mundo doméstico quer no funerário. Tal situação poderá indicar que determinados contextos aos quais se atribui um significado simbólico ou ritual (como é o caso dos depósitos de artefactos metálicos e da frequentação de cavidades naturais ou de antigos monumentos funerários) constituíam os ambientes de expressão privilegiados dessas eventuais distinções sociais.

[4] É possível que o conjunto metálico recolhido no Cabeço de Alcainça possa ter correspondido, originalmente, a um depósito onde se integravam seis braceletes de bronze, recuperados «entre pedras» – Vicente e Andrade, 1970, p. 195; Ponce, 2012, p. 61. Não se sabe se os dois machados provenientes do sítio, um de talão unifacial com uma aleta e o outro de alvado, poderão ou não associar-se ao mesmo (ou a um semelhante) contexto de recolha.

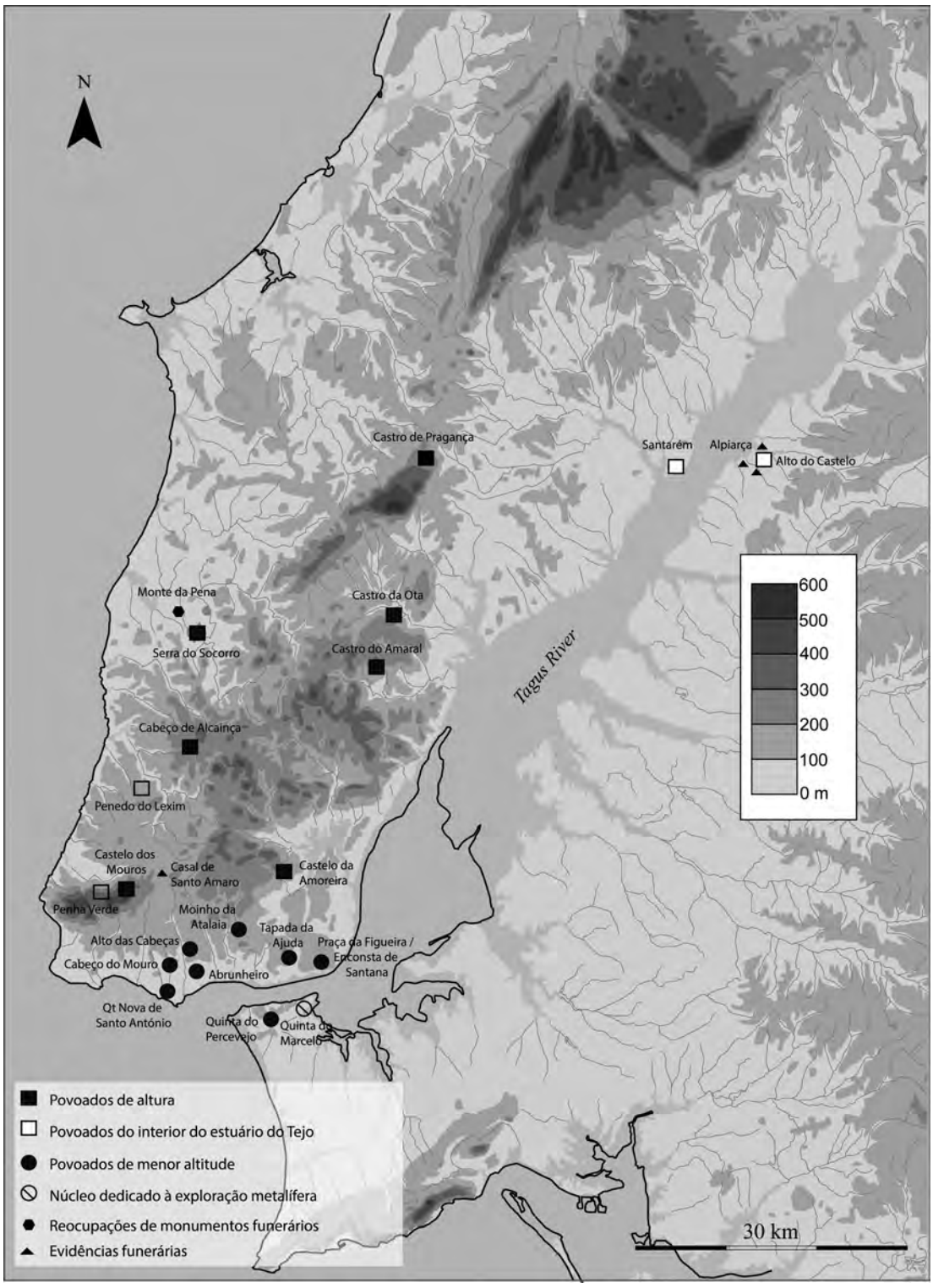


FIG. 1. Mapa de distribuição dos principais sítios da fase final da Idade do Bronze na Península de Lisboa (base cartográfica de R. Boaventura).

BIBLIOGRAFIA

Armbruster, B.; Parreira, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – colecção de ourivesaria, 1: do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Arnaud, J. M.; Oliveira, V. S.; Jorge, V. O. (1971) – O povoado fortificado neo- e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3: 5, p. 97-131.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Mendes, H.; Soares, R. (2014) – Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 74, p. 9-14.

Arruda, A. M.; Sousa, E. (2015) – Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72:1, p. 176-187.

Barbosa, E. (1956) – O Castro da Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3: 3, p. 117-124.

Barros, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal.

Barros, L.; Santo, P. E. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. In *Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 333-342.

Boaventura, R.; Pimenta, J.; Valles, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Castelo da Amoreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 623-640.

Cardoso, G. (1991) – *Carta Arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

Cardoso, J. L. (1997-1998) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-177.

Cardoso, J. L. (1997-1998b) – As cerâmicas de ornatos brunidos da Gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 155-167.

Cardoso, J. L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.

Cardoso, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal.

Cardoso, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1, p. 21-46.

Cardoso, J. L. (2010-2011a) – O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.

Cardoso, J. L. (2010-2011b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.

Cardoso, J. L.; Cardoso, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 351-359.

Cardoso, J. L.; Caninas, J.; Henriques, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 325-345.

Cardoso, J. L.; Silva, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 227-271.

Carreira, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia do EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.

Coelho, C. (2002) – Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, p. 277-323.

Coffyn, A. (1985) – *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Boccard.

Corrêa, A. M. (1936) – Urnenfelder de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*. Madrid. 4/6 (1933/35), p. 133-137.

Cruz, D. (1997) – A necrópole do Bronze Final do «Paranho» (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 5, p. 85-109.

Delfino, D.; Cruz, A.; Graça, A.; Gaspar, F.; Batista, A. (2014) – A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo Português. In Lopes, S. (coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Tomar: Instituto Politécnico, p. 147-202.

Figueiredo, E.; Melo, A. A.; Araújo, M. F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raios X. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4: 25, p. 195-215.

Gonçalves, J. L. M. (1990-1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2: 8/10, p. 33-40.

Gonzalez De Canales Cerisola, F.; Serrano, L.; Llompart Gomez, J. (2005) – *El empório fenício precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Heleno, M. (1935) – Joias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa, 1, p. 229-257.

Kalb, P.; Höck, M. (1981–1982) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugalia*. Porto. Nova Série: 2–3, p. 61–69.

Kalb, P.; Höck, M. (1982) – Alto do Castelo, Alpiarça, Distrikt Santarém. Vorbericht über die grabung 1981. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 23, p. 145-151.

Kalb, P.; Höck, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Catálogo.* Alpiarça: Câmara Municipal.

Kalb, P.; Höck, M. (1988) – O povoamento préhistórico de Alpiarça. *Arqueologia*. Porto. 17, p. 193-200.

Madeira, J.; Gonçalves, J. L.; Raposo, L.; Parreira, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – Notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3: 6, p. 207-212.

Marques, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto.* Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa (13). Porto.

Matias, C. (2003) – Serra do Socorro. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra. 12, p. 308-355.

Mederos Martín, A. (2013) – La cronologia de Huelva Fenícia. In Arruda, A. M. (ed.) – *Fenícios e Púnicos, por terra e por mar*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, vol. I, p. 482-502.

Melo, A. A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, p. 15-120.

Miranda, J.; Encarnação, G.; Viegas, J.; Rocha, E.; González, A. (1999) – *Carta Arqueológica da Amadora*. Amadora: Câmara Municipal.

Muralha, J.; Costa, C.; Calado, M. (2002) – Intervenções arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz, Lisboa). *Al-Madan*. Almada. 2.ª Série: 11, p. 256-246.

Neto, N.; Gonzalez, C.; Rebelo, P.; Santos, R.; Rocha, M. (2013) – Trabalhos arqueológicos na Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses – Carcavelos. A ocupação do Bronze Final. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 19-39.

Paço, A.; Vaultier, M.; Zbyszewsky, G. (1947) – Gruta da nascente do rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11: 1-2, p. 171-187.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 591-618.

Pereira, G. (1894) – O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. Série II: 7-1, p. 77-78.

Ponce, M. (2012) – *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcainça na transição entre o 2.º e o 1.º milénio a.C.* Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Edição policopiada.

Pinto, C. V.; Parreira, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1977).* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 147-163.

Serrão, E. C. (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9: 2, p. 177-186.

Serrão, E. C. (1959) – Cerâmica com ornatos brunidos a cores da Lapa do Fumo. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 337-359.

Silva, R. B. (2013) – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 40-102.

Soares, A. M.; Valério, P.; Silva, R. J. C.; Alves, L. C.; Araújo, M. F. (2010) – Early Iron Age Gold buttons from South-Western Iberian Peninsula. Identification of a Gold metallurgical workshop. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67:2, p. 501-510.

Sousa, A. C. (2011) – Percursos e circuitos nas Linhas de Torres. In Sousa, A. C. (coord.) – *A Guerra Peninsular em Mafra: rota histórica das Linhas de Torres.* Mafra: Câmara Municipal, p. 28-35.

Sousa, A. C.; Valério, P.; Araújo, M. F. (2004) – Metalurgia antiga do Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 97-117.

Tereso, S. G.; Ferreira, S. D. (2007) – O povoado proto-histórico da Quinta da Aramenha (Santana, Cartaxo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 179-208.

Vasconcellos, J. L. (1896) – Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 1: 2, p. 17-24.

Vasconcellos, J. L. (1909) – Necrologia – António Maria Garcia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 1: 14, p. 245-247.

Vicente, E. P.; Andrade, G. M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação, p. 223-238.

Vilaça, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4: 21, p. 245-288.

Vilaça, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.

Vilaça, R. (2008-2009) – Sobre *tranchets* do Bronze Final do Ocidente Peninsular. *Portugália*. Porto. 29-30, p. 61-84.

Vilaça, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente Peninsular: novos dados e questões em aberto. In García-Bellido, M. P., Callegarin, L.; Jiménez Díez, A. (eds.) – *Barter, money and coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC.* Madrid: CSIC, p. 139-167.

Vilaça, R.; Arruda, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.

Vilaça, R.; Cruz, D. J.; Gonçalves, A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.

À VOL D'OISEAU. PÁSSAROS, PASSARINHOS E PASSAROCOS NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL

ANA MARGARIDA ARRUDA[1]

But the Raven, sitting lonely on the placid bust, spoke only
That one word, as if his soul in that one word he did outpour.
Nothing further then he uttered – not a feather then he fluttered –
Till I scarcely more than muttered «Other friends have flown before –
On the morrow he will leave me, as my hopes have flown before.»
Then the bird said «Nevermore.»
(Edgar Allan Poe, *The Raven*, 1845)

Como no sabías disimular me di cuenta en seguida de que para verte como yo quería era necesario empezar por cerrar los ojos.
(Julio Cortázar, *Rayuela*, 1963)

RESUMO

Nas necrópoles baixo-alentejanas da região de Beja, foi identificado um conjunto de vasos com uma forma (vasos de pé alto, maciço e desenvolvido) e uma decoração (ornitomorfos moldados e colocados sobre o bordo) muito particulares. Estas, associadas aos contextos específicos de recolha, permitem abordar a sempre complexa questão dos sistemas religiosos das populações que habitaram o Sudoeste da Península Ibérica durante a Idade do Ferro. O estudo destes artefactos na sua globalidade permitiu verificar a existência de um culto a uma divindade feminina que pode relacionar-se com a deusa Astarté/Tinnit, que era praticado, pelo menos, nos espaços funerários. Este culto parece traduzir, de forma clara, uma profunda orientalização do território, uma vez que esta se manifesta na quase dificilmente mutável esfera religiosa.

ABSTRACT

In the necropolis of low Alentejo, in Beja region, a set of vessels with a type (stemmeled bowls) and a decoration (birds placed on the rim) very particularly was identified. These bowls, associated to its specific primary archaeology contexts, allow to discuss the ever-complex issue of religious systems of the populations that inhabited the Southwest of the Iberian Peninsula during the Iron Age. The study of these artifacts has shown the existence of a cult of a female deity who can be related to the goddess Astarte / Tinnit, which was practiced in funerary spaces. These data seem to translate a deep orientalization of the territory, since this is manifested in the religious sphere.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
A.M.Arruda@letras.ulisboa.pt

0. ANTES DE COMEÇAR

O tema que escolhi para homenagear o Victor está, como seria expectável, cheio de significados que vão para além do óbvio e que só ele compreenderá na sua totalidade. Também o texto, as epígrafes de abertura e alguns detalhes remetem para memórias partilhadas ao longo de 42 anos de vida comum (*le plus clair de notre temps*...). Não sendo exactamente uma sequência de *private jokes*, têm, apesar de tudo, códigos de que só ele conhece a chave.

Com o Victor desci às Grutas da Marmota e da Cova das Lapas, «subi a Serra» do Caldeirão (a nossa *Montanha Mágica*), escavando, lado a lado, nas antas das Pedras Altas, do Curral da Castelhana e nos povoados calcolíticos de Corte de João Marques e de Santa Justa. Juntos levámos a efeito a intervenção na Anta dos Penedos de São Miguel, sondámos ORZ1, desenvolvemos os primeiros trabalhos no Cabeço do Pé da Erra, programámos os de Monte Novo dos Albardeiros, pensámos OP2b.

O resto é muito mais do que isto. Foi construído em geometrias variáveis e geografias diversas e feito de grandes e de pequenos gestos, de silêncios e de frases extensas, de sorrisos e de (muitas) gargalhadas, de olhares profundos e esquivos, de tempestades e de bonanças, de algumas armadilhas e de certos mistérios. E também de realidades terríveis, de dores insuportáveis e insuperáveis. Os detalhes não têm, naturalmente, lugar aqui. Mas o texto que escrevi tem referências, mais ou menos explícitas, a um passado que vivemos juntos (muitos *Outonos em Pequim*, que, tal como o original, não foram – apenas – no Outono nem evidentemente em Pequim) e de que ambos somos credores. Uma extensa dívida, que, felizmente, nenhum de nós terá de pagar, mas que continuamos a honrar todos os dias.

1. OS CONTEXTOS: UM *ADMIRÁVEL MUNDO NOVO*

As intervenções arqueológicas levadas a efeito, nos últimos anos, na região de Beja, no âmbito das medidas de minimização dos impactos negativos sobre o património resultantes da abertura dos canais de rega do Alqueva, puseram a descoberto o que já chamei de *admirável mundo novo*, no que ao mundo funerário da Idade do Ferro diz respeito. Trata-se de um importante conjunto de necrópoles que evidenciam características arquitectónicas únicas e que ofereceram espólios ricos e diversificados. No momento em que escrevo, estão contabilizadas 12 destas necrópoles (Monte do Marquês 7 (Beringel); Vinha das Caliças (Trigaches); Palhais (Beringel); Poço da Gontinha 1 (Ferreira do Alentejo); Monte do Bolor 1; Carlota (São Brissos); Cinco Reis 8 (Santiago Maior); Poço Novo 1 (Pedrogão) e Fareleira 3 (Vidigueira); Quinta do Estácio 6 (Salvada) e Pardieiro (Ferreira do Alentejo) (Fig. 1).

Em todas elas há recintos funerários quadrangulares e rectangulares, que estão limitados por fossos escavados no «caliço», e que têm uma profundidade que varia entre os 80 e os 123 cm. No interior destes recintos, localizam-se sepulturas, por vezes uma única (Vinha das Caliças; Cinco Reis 8) em posição central, e, em outros casos, mais do que uma (Palhais, Carlota). Em Palhais e na Vinha das Caliças, foi verificada a

FIG. 1. Localização no mapa de Portugal da área onde se implantam as necrópoles da região de Beja.

existência de sepulturas implantadas no interior dos próprios fossos que definem os recintos e na última a maioria das sepulturas não estava enquadrada por qualquer estrutura negativa (Figs. 2 e 3).

As sepulturas são maioritariamente individuais, havendo contudo raros casos em que são duplas, com elemento masculino e feminino, ou feminino/criança de sexo indeterminado. São sempre inumações, estando o esqueleto depositado em decúbito dorsal, em fossa sub-rectangular, aberta no substrato geológico de base. Algumas destas sepulturas ocupam o centro de recintos, quadrangulares e rectangulares, recintos esses delimitados por fossos, de perfil em U, escavados na rocha.

Os espólios associados às sepulturas incluem-se em pelo menos dois grupos: oferendas e artefactos do próprio defunto. Entre estes últimos, contam-se os elementos de adorno (anéis, colares,

FIG. 2 Vista aérea da necrópole da Vinha das Caliças, segundo Arruda *et al.*, no prelo.

FIG. 3 Necrópole da Carlota, segundo Salvador Mateos e Pereira, 2010.

fíbulas, fechos de cinturão). Os vasos cerâmicos podem incluir-se na primeira das categorias. E as armas, pertencentes ou não ao inumado, seriam, tal como os anteriores, certamente depositadas por quem o acompanharia no momento do seu funeral.

Alguns bronzes e ferros também encontrados no interior das sepulturas fariam parte do mobiliário fúnebre, concretamente dos leitos funerários, que eram muito provavelmente de madeira.

Os artefactos recolhidos nas áreas entre as sepulturas são escassos, e compreendem raros fragmentos cerâmicos que podem interpretar-se como evidências de eventuais banquetes funerários ou no quadro de actividades praticadas pelos vivos no espaço funerário, quer durante o funeral propriamente dito, quer em cerimónias praticadas ao longo de um tempo mais ou menos vasto.

Uma função apotropaica para os que se recuperaram no interior dos fossos que delimitavam os recintos funerários pode ainda ser considerada em casos concretos, ainda que a sua valorização no quadro de outro tipo de funcionalidade, mais exactamente associada a ritos de cariz religioso, deva também ser tida em consideração, dadas as suas características intrínsecas, o próprio contexto da sua recolha e a sua associação a outras peças.

Neste último caso, cabem a terracota representando um touro recuperada na necrópole de Cinco Reis 8 (Salvador Mateos e Pereira, no prelo; Arruda, no prelo) e os vasos com pássaros moldados colocados sobre o bordo de Palhais (Santos *et al.*, 2009), da Carlota (Salvador Mateos e Pereira, 2010; *Idem*, no prelo), de Cinco Reis 8 (Salvador Mateos e Pereira, no prelo) e da Vinha das Caliças (Arruda *et al.* no prelo).

São estes últimos que nos ocupam especificamente neste trabalho, a que se acrescentaram outras representações de aves oriundas de distintas necrópoles do sul de Portugal, para que se tornasse possível uma interpretação mais integradora dos significados destas representações no contexto da Idade do Ferro do sudoeste peninsular. Outras ainda, nomeadamente as que foram encontradas em clara associação contextual, são também comentadas, uma vez que fornecem contornos mais precisos às necessárias leituras e interpretações.

O conjunto dos artefactos provenientes destas necrópoles permite avançar uma cronologia centrada do século VI a.n.e. e uma estreita vinculação ao Mediterrâneo, parecendo clara a sua integração no que habitualmente se designa por «orientalizante».

2. AS TAÇAS DE PÉ ALTO COM PÁSSAROS APLICADOS SOBRE O BORDO DAS NECRÓPOLES BAIXO-ALENTEJANAS

Como já atrás se fez referência, as necrópoles de Palhais, de Cinco Reis 8, da Carlota e da Vinha das Caliças ofereceram vasos de fabrico manual, constituídos por uma taça hemisférica que repousa sobre um pé, hiperboloide, por vezes maciço e relativamente alto. No bordo da taça, implantam-se, destacados, ornitomorfos (em número variado – quatro, oito e nove), de bico virado para o interior. O corpo é arredondado, a cauda tem formato trapezoidal e o bico é triangular.

Em Palhais, um dos dois vasos apresenta ambas as superfícies da taça cobertas por uma aguada de cor branca, sobre a qual se pintaram traços que se organizam radialmente (Santos *et al.*, 2009, p. 770). Os nove ornitomorfos estão cobertos por engobe vermelho (Figs. 4, 5, 6 e 7).

Este vaso foi encontrado no interior do recinto, em área próxima do tramo Oeste do fosso que o delimita, numa fossa escavada na rocha (sepultura 3?), de contornos sub-rectangulares (Fig. 8), que, aparentemente, pode comunicar com o referido fosso, formando uma espécie de cripta (*ibidem*). Pode ter correspondido, ou não, a uma sepultura, uma vez que a ausência de qualquer espólio osteológico pode ser interpretada pela profunda afectação aqui verificada pela abertura do roço de um dos canais de rega. Esta fossa (sepultura?) possui um nicho lateral (Fig. 9), no qual estava con-

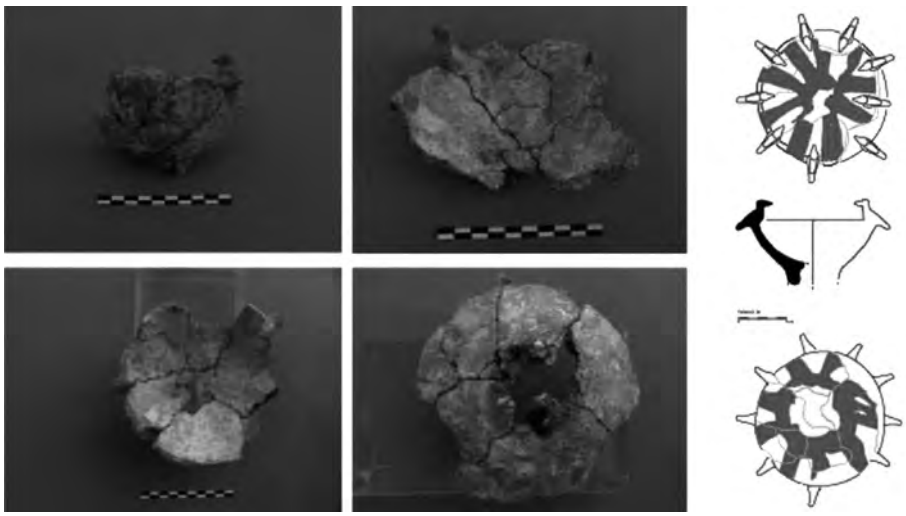


FIG. 4 Taça da necrópole Palhais, segundo Santos *et al.,* 2009.

tido um vaso «à chardon» e outros fragmentos cerâmicos pertencentes a vasos exclusivamente de fabrico manual, que ainda permanecem inéditos (*ibidem*, p. 771).

Os restos de outro vaso da mesma tipologia, e com idêntica decoração plástica aplicada sobre o bordo da taça, foram ainda encontrados nos trabalhos desenvolvidos na necrópole (Fig. 10). Neste caso, não há evidências de qualquer tratamento das superfícies, que não estão cobertas por qualquer aguada e que também não estão pintadas. O seu contexto original não foi possível de determinar, mas, ainda assim, admitiu-se que o vaso possa ter pertencido à mesma estrutura (*ibidem*, p, 773).

Os dois vasos da necrópole de Cinco Reis 8 são praticamente iguais aos recolhidos na de Palhais (Salvador Mateos e Pereira, no prelo), tendo sido encontrados no troço Norte do fosso, justamente nos seus dois vértices opostos (*ibidem*). O fabrico é manual, o pé é alto, desenvolvido, maciço e hiperboloide (*Ibidem*). Sobre o bordo da taça, semi-esférica, assentam oito ornitomorfos com os bicos virados para o centro *(ibidem).* As superfícies de ambos estão cobertas por um engobe vermelho *(ibidem*) (Fig. 11).

Na necrópole de Cinco Reis 8, as duas taças foram recuperadas no seu contexto original, o fundo do fosso que delimitava o recinto central. Neste, e para além destas, foi apenas encontrada a figura de um touro, justamente no tramo Este, havendo suspeitas de que uma outra, idêntica, se localizaria no troço oposto, em posição simétrica (*ibidem*). As três peças apareceram no depósito de base de um fosso de planta grosseiramente quadrangular, que limita um espaço funerário que contém uma única sepultura (*ibidem*). Foram, portanto, aí depositados imediatamente após a abertura dessa estrutura e antes da sua colmatação, estando assim associados, directamente, ao enterramento masculino escavado no centro do recinto que o referido fosso limita.

Ainda nesta mesma região e em necrópole próxima, concretamente a da Carlota, os fragmentos de uma outra taça com pé e com decoração coroplástica sobre o bordo (dois ornitomorfos conservados) foram encontrados também no fosso que limita um dos cinco recintos identificados (Salvador Mateos e Pereira, 2010: p. 321, Fig. 12) (Figs. 3 e 12).

FIG. 5 As aves que decoravam taça da necrópole de Palhais, segundo Santos *et al.,* 2009.

FIG. 6 Taça da necrópole Palhais, após restauro. Foto de Victor S. Gonçalves.

FIG. 7 Ave da taça da necrópole Palhais. Foto de Victor S. Gonçalves.

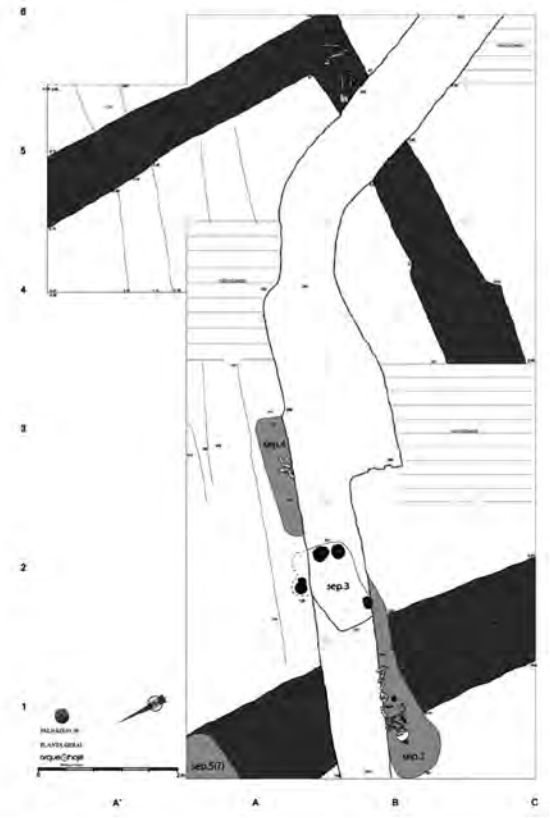


FIG. 8 Planta da necrópole Palhais, com a localização da sepultura (?) 3, segundo Santos *et al.,* 2009.

FIG. 9 O «nicho» da necrópole de Palhais, associado à sepultura (?) 3, onde se recolheu o vaso com ornitomorfos, segundo Santos *et al*., 2009.

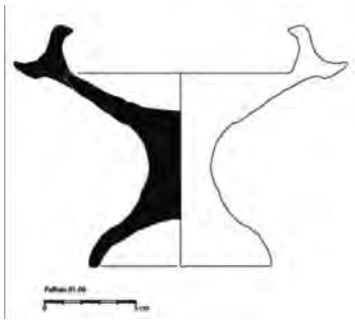


FIG. 10 Taça de pé alto com ornitomorfos sobre o bordo, da necrópole de Palhais, segundo Santos *et al*., 2009.

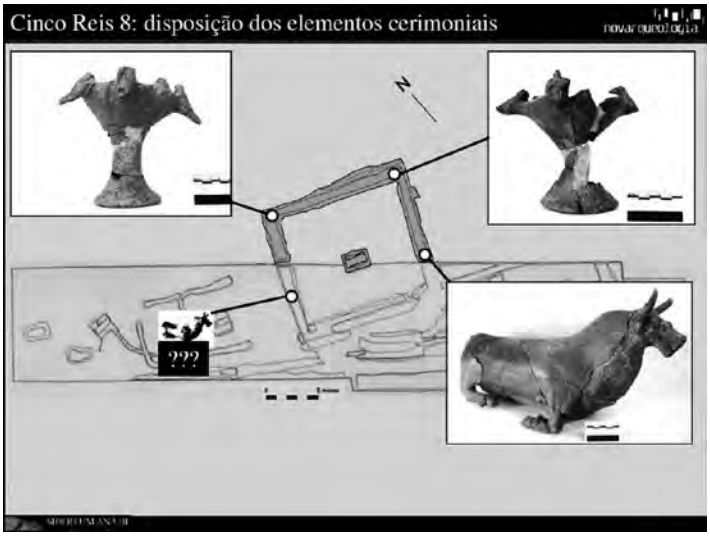


FIG. 11 Planta da necrópole de Cinco Reis 8, com a localização do lugar específico de recolha das taças de pé alto.

Uma destas taças foi recuperada na também vizinha necrópole da Vinha das Caliças (Arruda *et al*., no prelo). Da peça, conserva-se o pé, maciço, e cerca de dois terços da taça propriamente dita (Fig. 13). Infelizmente, os pássaros não se encontraram, mas os negativos dos seus arranques são completamente visíveis sobre o bordo, indicando que seriam quatro. Tal como a maioria das suas congéneres dos espaços funerários desta área geográfica, foi encontrada no interior do fosso que limita um dos recintos definidos nesta necrópole, concretamente o 5 (Arruda *et al*., no prelo).

Os vasos com esta forma e decoração são, aparentemente, exclusivos desta região, apesar de outros espaços funerários da área meridional da Península Ibérica terem oferecido igualmente taças de pé alto. Contudo, neste caso concreto, é o conjunto que deve ser abordado, associado, naturalmente, ao contexto específico de recolha, uma vez que os significados só podem ser compreendidos se lidos na sua globalidade. Ainda assim, refira-se a existência de taças de pé alto nas necrópoles da Herdade do Pego (Dias, Beirão e Coelho, 1970: p. 247) e da Mealha-a-Nova (*ibidem*: p. 200), na região de Ourique, nas de Setefilla (Aubet, 1975) e de La Joya (Garrido e Orta, 1978), na Andaluzia, e a de Medellín, na Extremadura espanhola (Almagro, 2007). Certamente que a funcionalidade e o sentido destas últimas não são paralelizáveis às que neste texto se estudam e problematizam e, por isso mesmo, não se acrescentam mais paralelos.

Mais próxima em termos de leitura é a peça de Alhonoz (Lopez Palomo, 1981: p. 72; Belén Deamos, 2011-2012: p. 341), ainda que a morfologia, o contexto e a cronologia sejam consideravelmente distintos das oriundas das necrópoles alentejanas (Fig. 14). A taça de pé alto de Alhonoz (*ibidem*) tem semelhanças formais com as da área de Beja, mas o bordo da taça revela características que permitem admitir a existência de uma tampa. Por outro lado, o pé não é exvasado e hiperboloide, mas vertical. A diferença mais significativa reside, contudo, no número de aves aplicadas e, sobretudo, na sua localização. Neste caso, os três pássaros, pombas mais especificamente, implantam-se na superfície externa do vaso, concretamente na área de ligação entre o corpo da taça e o pé. Estão viradas para o exterior e, portanto, em posição oposta entre si. Refira-se ainda que o vaso está integralmente pintado de vermelho, com excepção do fundo interno (*ibidem*). Neste mesmo contexto, outras aves isoladas foram também encontradas, o que sugere a existência de peças idênticas (*ibidem*).

Alhonoz não é uma necrópole, mas uma *favissa* (Almagro-Gorbea e Domínguez de la Concha, 1988-89: 365) anexa a um santuário directamente relacionado com o *oppidum* turdetano do mesmo nome. A cronologia é tardia dentro da Idade do Ferro, situando-se entre os séculos IV e III a.n.e. (López Palomo, 1999, p. 466), tendo seguramente atingindo o II a.n.e. (Belén Deamos 2011-2012, p. 336-340). A divindade cultuada no santuário seria feminina, e a associação à *Tinnit* púnica pôde ser já assumida (*ibidem*, p. 345).

É, contudo, no Oriente que, em termos conceptuais, e não só exactamente formais, encontramos os mais numerosos e melhores paralelos. Com efeito, nos contextos funerários da Idade do Bronze cipriota as aves moldadas associadas a vasos cerâmicos ganham um especial protagonismo (Washbourne, 2008, p. 203-206). Surgem isoladamente ou conjugando-se com quadrúpedes, acopladas às asas, mas também na superfície externa na transição do colo para o corpo e ainda encimando pequenas taças elas próprias também unidas a vasos de maiores dimensões (*ibidem*, p. 204 e 205, Fig. 101, 102 e 103) (Figs. 15 e 16).

Uma posição idêntica à verificada nas taças alentejanas foi também observada numa taça de pé alto e maciço da necrópole de Vounous (Karageorghis, 1991; Washbourne, 1998, p. 206-207, Fig. 105). Neste caso, os dois pássaros implantam-se sobre o bordo, em lados opostos, virados para o interior da taça, ficando frente a frente (Fig. 17).

A colocação de aves sobre o bordo de vasos de forma semelhante (pé destacado e alto) está ainda documentada em outras longitudes, ainda mais a Este, de que podemos citar o exemplo da

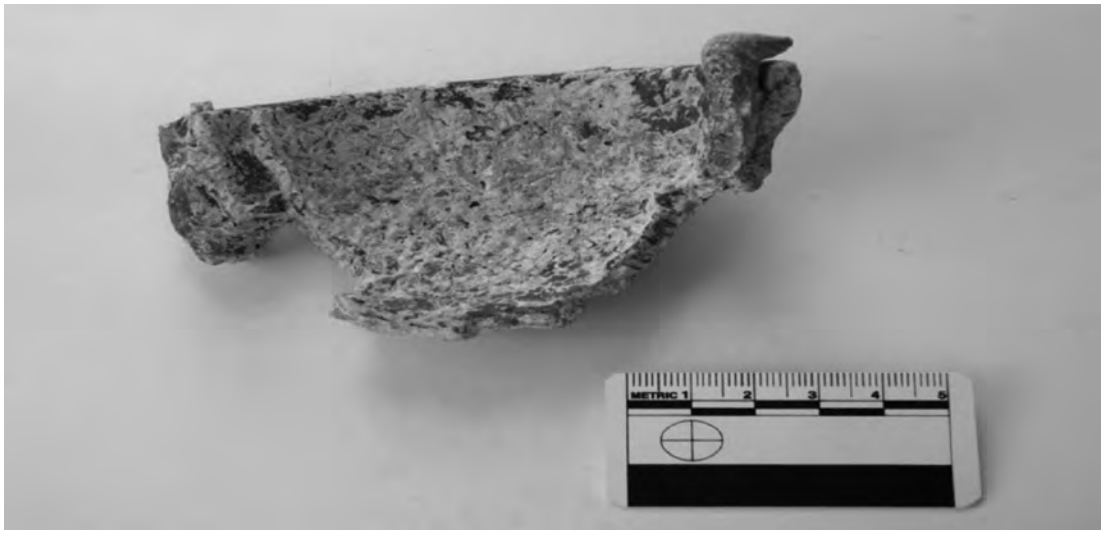


FIG. 12 Taça com ornitormorfos da necrópole da Carlota, segundo Mateos e Pereira, 2010.

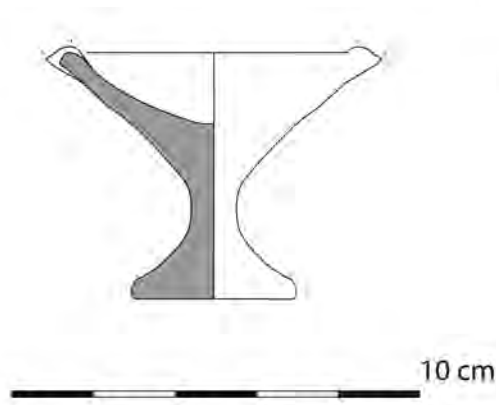


FIG. 13 Taça com pé alto da necrópole de Vinha das Caliças, sendo visíveis sobre o bordo os locais onde se acoplavam os ornitomorfos. Segundo Arruda *et al*., no prelo.

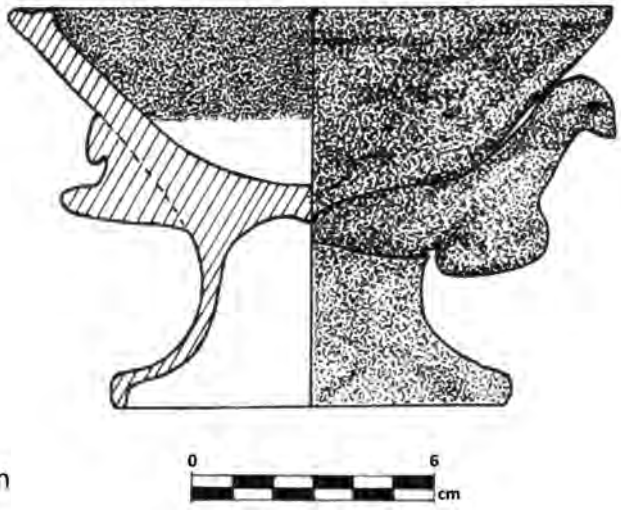


FIG. 14 Taça de Alhanoz, segundo López Palomo, 1981, fig. 23.

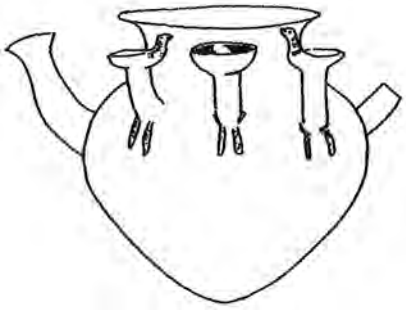


FIG. 15 Vaso decorado com pássaros de Kotachi (Chipre), segundo Washbourne (p. 206, fig. 103).

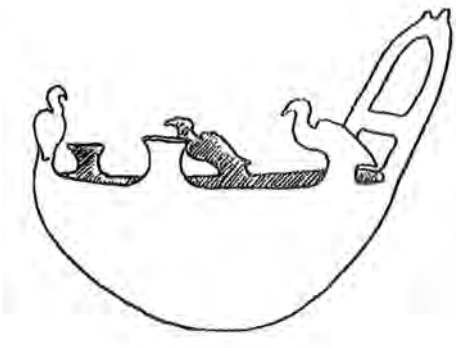


FIG. 16 Vaso com pássaros sobre o bordo de Chipre, segundo Washbourne (p. 208, fig. 105).

FIG. 17 Taça de pé alto com pássaros sobre o bordo proveniente da necrópole de Vounous (Chipre), segundo Washbourne (p. 207 fig. 104).

FIG. 18 Taça de pé alto de bronze do «Bactria-Margiana Archaeological Complex» datado da Idade do Bronze, depositada no Metropolitan Museum of Art.

Idade do Bronze do chamado «Bactria-Margiana Archaeological Complex», na Ásia Central. Ainda assim, neste caso as diferenças são muitas, a começar pela própria posição específica dos animais, mas também pelas asas abertas. Por outro lado, a peça depositada no MET, encontrada em ambiental sepulcral, é de bronze (Fig. 18).

3. OUTRAS AVES DA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL, *E MAIS ALÉM*...

As representações de aves na Idade do Ferro do sul de Portugal não se resumem às taças de pé alto com pássaros moldados aplicados sobre o bordo encontradas nas necrópoles da região de Beja. A verdade é que nos mesmos contextos e em outros podemos verificar a existência de uma iconografia que privilegia as imagens de pássaros.

Comecemos, justamente, por uma das necrópoles já comentadas, a de Palhais. Para além dos vasos com ornitomorfos sobre o bordo, já acima apresentados e discutidos, um fragmento cerâmico apresenta incisões pré-cozedura que desenham uma ave em posição de voo (Santos *et al.*, 2009, p. 774; Fig. 15) (Fig. 19). Infelizmente, os restantes elementos que decoravam esta peça não estão completos, parecendo ainda assim possível admitir a existência de um quadrúpede. A composição não está disponível para que a possamos discutir em profundidade.

A decoração com este tipo de motivos sobre cerâmica, não sendo frequente na Idade do Ferro peninsular, não é, contudo, exclusiva da região de Beja. Cite-se, e sem qualquer preocupação de exaustividade, o caso das aves (neste caso rapinas) gravadas no fundo interno de uma taça de cerâmica cinzenta da necrópole de Medellín (Almagro Gorbea, 2007, p. 324, Fig. 457) (Fig. 20) e de um outro fragmento proveniente do Cabezo de S. Pedro, em Huelva, neste caso um contexto urbano, onde uma «procissão» de pássaros foi gravada na parede externa (Blazquez *et al.*, 1970; lâmina XXIX).

Mais frequentes são as representações pintadas, a maior parte das vezes também em painéis compósitos (procissões de aves), concretamente as da cerâmica de «tipo Carambolo» (Buero, 1984; Casado Ariza, 2003), tema que, aliás, domina na pintura vascular de temática naturalista desta categoria cerâmica (Buero, 1984, p. 350), bem como na orientalizante, com seres alados (grifos e esfin-

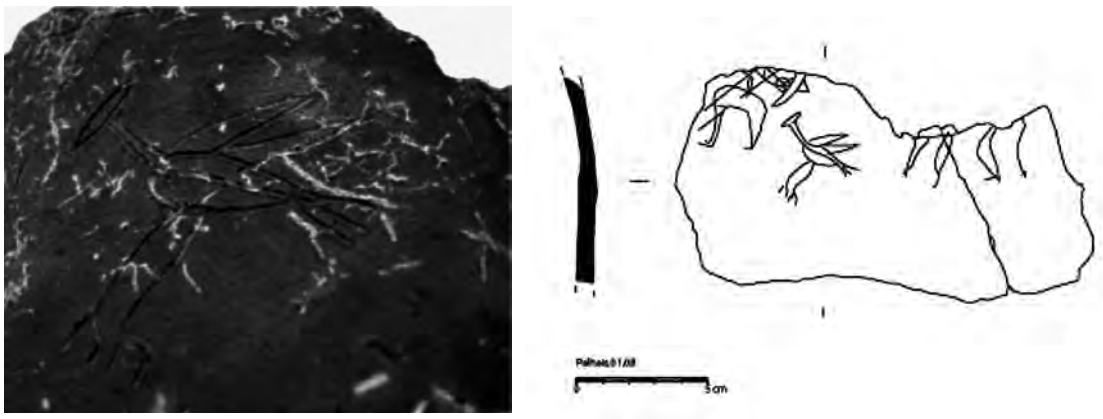


FIG. 19 Fragmento de parede de vaso com decoração incisa, onde é visível uma ave em posição de voo, proveniente da necrópole de Palhais, segundo, Santos *et al.* 2009.

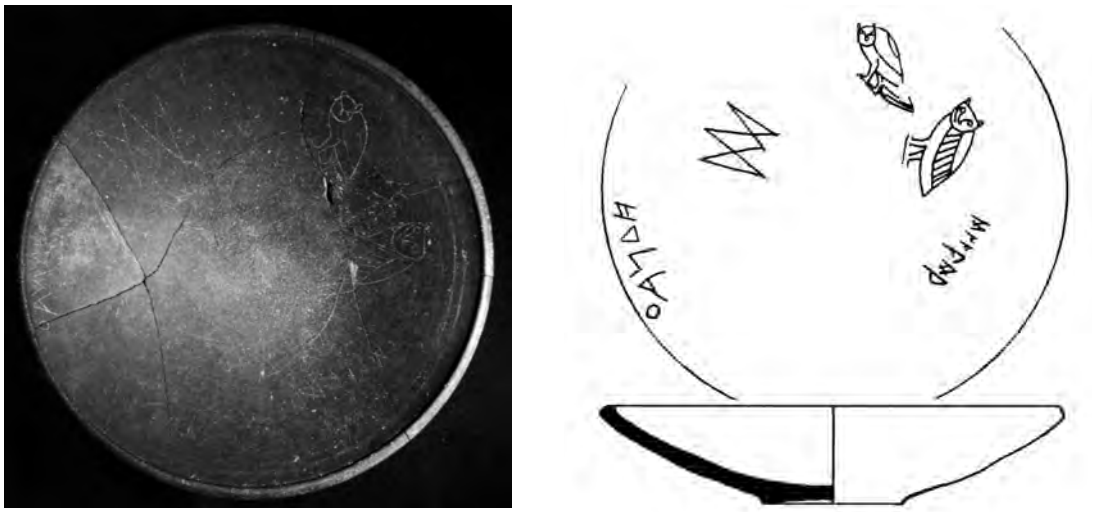


FIG. 20 Aves de rapina gravadas sobre fundo interno de taça de cerâmica cinzenta da necrópole de Medellín, segundo Almagro Gorbea, 2007.

ges) a decorarem as paredes externas dos *pithoi* de Carmona (Belén *et al*., 1997, Figs. 33, e 34) e de Lora del Rio e da taça de Montemolín (Chaves e Bandera, 1986, Fig.20; *Idem*, 1993, Fig. 2).

Os pássaros foram ainda gravados sobre outros suportes, nomeadamente o marfim, sendo bem conhecidos nos pentes da necrópole de Cruz del Negro (Aubet, 1979, Fig. 3-5), sítio que, tal como outros do grupo das necrópoles dos Alcores (Bencarrón, Achebuchal, Alcantarilla...), ofereceu também artefactos de marfim com animais fantásticos alados (esfinges e grifos) gravados (*ibidem,* 1980, Figs. 1, 3, 8; *idem,* 1981-82, Fig. 1-4, 9-10; Le Meaux, 2010, p. 64-67) (Fig. 21). Os animais fantásticos com asas surgem igualmente gravados sobre artefactos de bronze, de que se destacam os leões alados da bandeja de Gandul (Jiménez Ávila, 2002, p. 348).

Também de marfim é a colher, igualmente de Cruz del Negro, com forma de cabeça de pato, que parece importante destacar (Bonsor 1899, p. 107).

Aves isoladas de cerâmica surgem ainda em contextos sepulcrais sidéricos do Baixo Alentejo, tratando-se, maioritariamente, de anatídeos. É o caso da necrópole de cistas de Corte Margarida, em Aljustrel (Deus e Correia, 2005, p. 617, Fig. 5), onde a sepultura 2 ofereceu duas aves aquáticas que correspondem a patos.

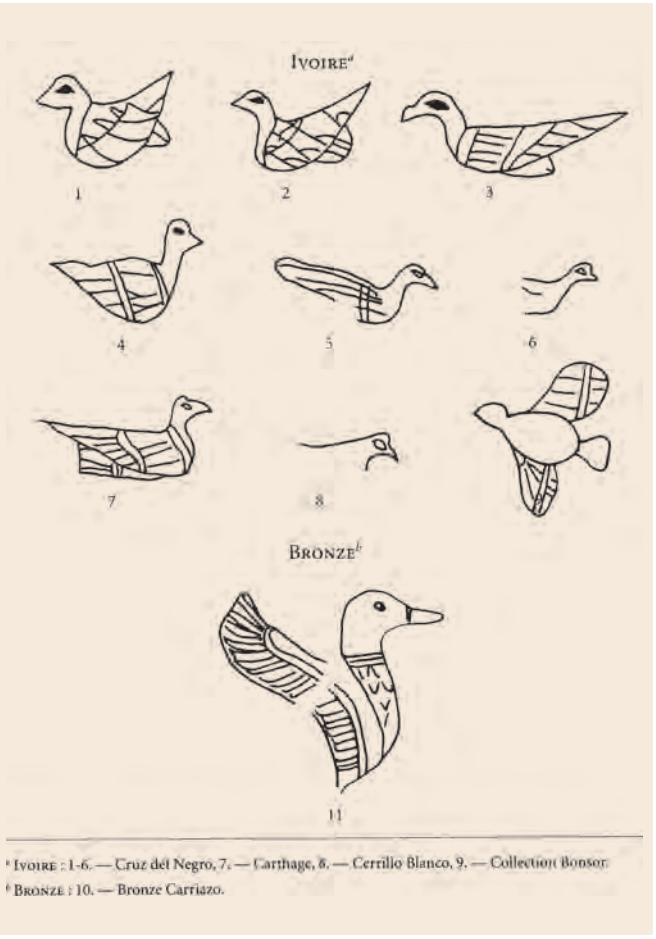


FIG. 21 Aves gravadas sobre diversos suportes, segundo Le Meaux, 2010.

Na necrópole da Chada, surgiram dois pequenos pássaros isolados no túmulo 2 do Sector B (Beirão, 1986, p. 99). Pelo menos um deles parece representar uma pomba (Fig. 22).

O cisne do cemitério do Cerro do Ouro pode corresponder à pega da tampa a que se encontra acoplado (Beirão e Gomes, 1984, p. 436) (Fig. 23).

Ainda que exterior ao contexto cronológico exacto deste trabalho, uma vez que deve corresponder a um momento avançado dentro da Idade do Ferro, não pode deixar de se referir o ornitomorfo gravado sobre uma pulseira recolhida na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Schule, 1969, Tafel, 108, n.º 7), motivo que está, na mesma peça, associado a um outro solar (Fig. 24). Esta associação é particularmente sugestiva, justamente porque a deusa mediterrânea Astarté surge, quer no Oriente quer na bacia do Mediterrâneo, e ainda na própria Península Ibérica, muitas vezes articulada com a estrela central do nosso sistema solar (Marín Ceballos, 1978; 2010). Para a área peninsular, cite-se, por exemplo, o pente de marfim de Medellín (Almagro, 2007, Fig. 399) e os bronzes de Berrueco (Jiménez Ávila, 2002, Lámina LXI) que, do ponto de vista iconográfico, recolhem abundantes paralelos no Oriente no âmbito sírio-cananeu, muito especialmente em Nimrud (Mallowan e Davies, 1970; Mallowan e Herr-

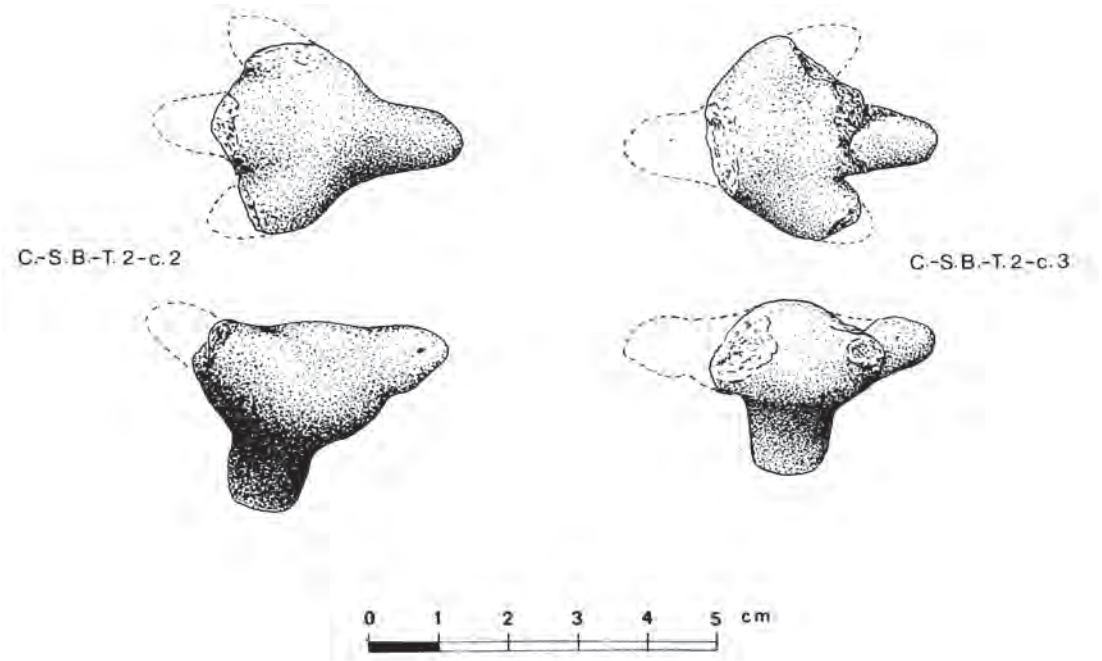


FIG. 22 As duas aves de cerâmica da necrópole da Chada, segundo Beirão, 1986.

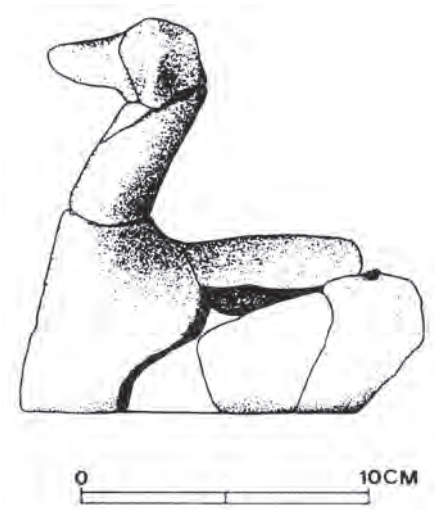


FIG. 23 O cisne da necrópole do Cerro do Ouro, segundo Beirão e Gomes, 1984.

mann, 1974; Herrmann, 1986a e b; 1992; Herrmann, Laidlaw e H. Coffey, 2009; Herrmann e Laidlaw, 2013), e ainda em Chipre, concretamente nos elementos de carro do túmulo 79 de Salamina (Karageorgis, 1974, Fig. 89), em Samos, em Creta e em Cartago (Almagro, 2007, p. 419--424; Blázquez, 2013). Naturalmente que não esquecemos que o sol, sobretudo o alado, bem como aliás outros elementos como as cabeças femininas com penteado hathórico, são símbolos egípcios por excelência, tendo sido, contudo, «... reelaborados y luego difundidos por el Mediterráneo por la iconografía religiosa fenicia, hallando su eco más occidental en la Península Ibérica.» (Marín Ceballos, 2013, p. 566).

Em território peninsular, mas exterior ao português, devem ainda citar-se os casos das terracotas andaluzas, de que se destaca, pelo seu contexto de recolha, a do Carambolo Baixo (Belén e Escacena, 1997, p. 128, Fig. 9) (Fig. 25).

O exemplar do Cabezo de San Pedro, em Huelva (Horn, 2005, p. 1411, Fig. 5), com detalhes conseguidos por incisão na representação das penas, que lhe fornecem algum naturalismo (Fig. 26), deve corresponder a uma tampa e os dois de Morro de Mezquitilla têm o corpo integralmente perfurado (*Idem*, p. 1411, Fig. 6) (Fig. 27).

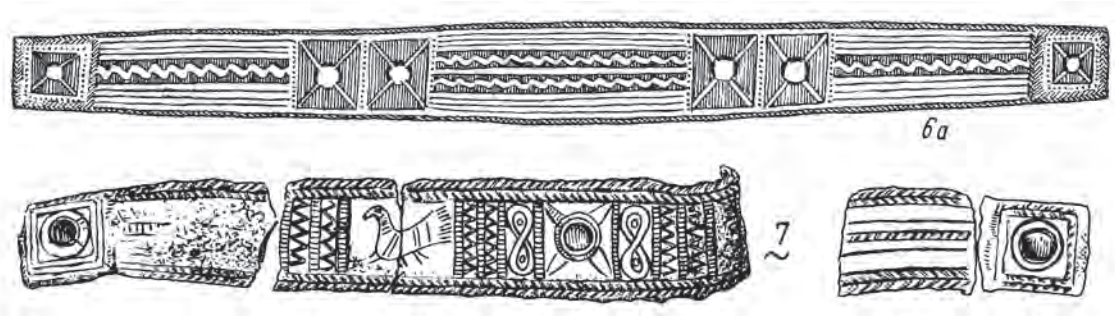


FIG. 24 Pulseira da necrópole do Senhor dos Mártires (Álcacer do Sal), segundo Schule, 1969.

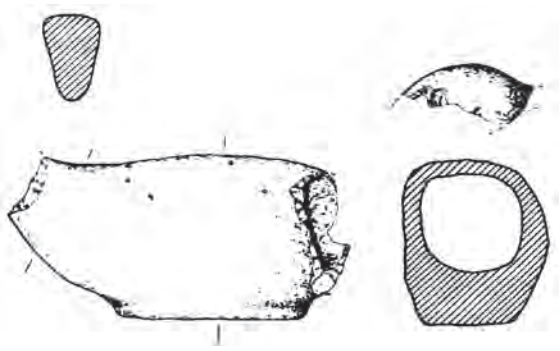


FIG. 25 Ave do Carambolo Baixo, segundo Belén e Escacena, 1997.

FIG. 26 Ornitomorfo do Cabezo de San Pedro (Huelva), segundo Horn, 2005.

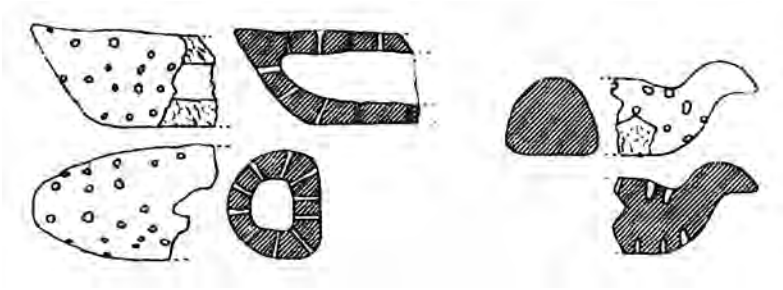


FIG. 27 Fragmentos de vasos perfurados representando aves de Morro de Mezquitilla, segundo Horn, 2005.

As aves surgem ainda representadas em bronze, por vezes directamente associadas a uma divindade feminina, quase sempre identificada com Astarté. Entre elas, há que destacar o chamado «Bronze Carriazo» (Maluquer de Motes, 1957), onde dois prótomos de pombas, simétricos e de perfil, parecem estar em posição de voo (Fig. 28), e o *thymeaterium* de Quejola, Albacete (Jiménez Ávila, 2002, p. 401), cuja figura feminina do fuste sustenta, na mão direita, uma pomba (Fig. 29). À primeira, que já foi considerada uma Astarté alada (Le Meaux, 2010, p. 65), haveria que somar outras figuras femininas com asas, concretamente as dos pentes de marfim de Medellín (Fig. 30) (Almagro Gorbea, 2007, p. 418-424, Figs. 539, 540) e da placa do mesmo material de Cancho Roano (Celestino Pérez, 1996), bem como os bronzes de Berrueco (Jiménez Ávila, 2002, p. 337, 420-421, Lámina, LXI). A pomba que figura no monumento funerário orientalizante de Pozo Moro (Almagro Gorbea, 1983) não pode também ser esquecida no âmbito desta apresentação (Fig. 31).

Apesar de neste trabalho se tratar muito especialmente do chamado mundo orientalizante, não podemos deixar de referir que as imagens de aves na Península Ibérica da Idade do Ferro extravasam em muito as que atrás se referiram, estendendo-se consideravelmente no espaço e no tempo.

São bem conhecidas as do mundo ibérico, entre os séculos IV-II a.n.e., coroplásticas, pintadas sobre vasos, de pedra e bronze, mas também como parte integrante de esculturas (Gualda Bernal, 2015, p. 145, com abundante bibliografia). Relativamente a estas últimas, parece impossível não citar as Damas de Baza e de Cigarralejo, a que podíamos associar a de Puig des Molins, em Ibiza (Olmos e Tortosa, 2009, com bibliografia). Em todas, a relação com o divino e com o mundo funerário parece evidente.

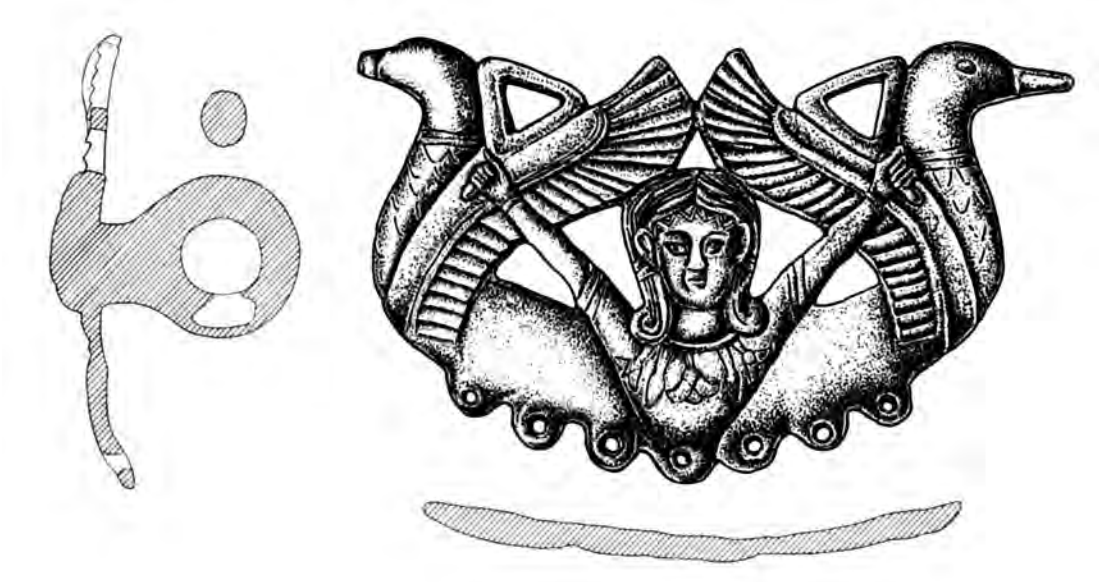


FIG. 28 O bronze Carriazo, segundo Jiménez Ávila, 2002.

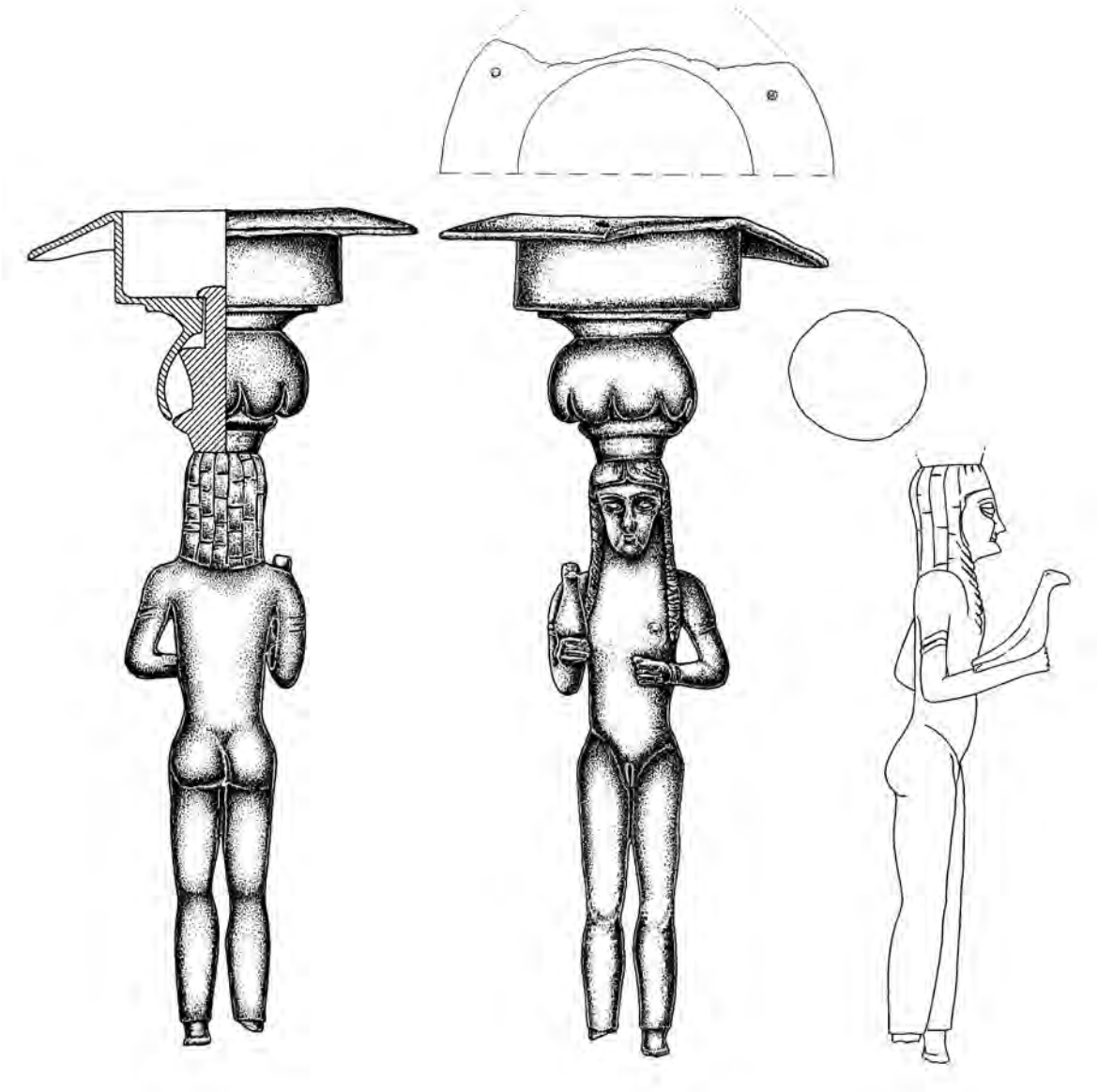


FIG. 29 O *thymeaterium* de Quejola, Albacete, segundo Jiménez Ávila, 2002.

Também em regiões mais setentrionais, as figuras aladas ou com «cabeça de ave» datadas da Idade do Ferro estão presentes, podendo citar-se as aves necrófagas (abutres?) da arte rupestre do vale do Côa, por exemplo, concretamente as das rochas 3 da Vermelhosa e 153 da Foz do Côa (Luís, 2010, p. 59), e as de algumas estelas de Teruel e Huesca, ou ainda de outras observadas na pintura vascular do mundo celtibérico, cujo enquadramento em outros universos culturais e mentais se afastam dos deste texto. Nestes casos, parece evidente a relação com a simbólica guerreira, com personagens masculinas rodeadas de armas, algumas das quais apresentam claro ornitocefalismo, concretamente as presentes nas rochas 1 e 3 da Vermelhosa, mas também na 3 de Vale de Cabrões (*ibidem*, p. 56). A mesma conotação pode admitir-se para algumas representações pintadas sobre cerâmicas da chamada cultura ibérica, de que o vaso de Puntal dels Llops, Valência (Aranegui Gascó, 2007, Fig. 13) é um excelente exemplo.

Na iconografia da bacia do Mediterrâneo, os animais alados, reais e fantásticos, são abundantíssimos, desde a Idade do Bronze, surgindo em numerosos suportes e sob forma variada, no Pró-

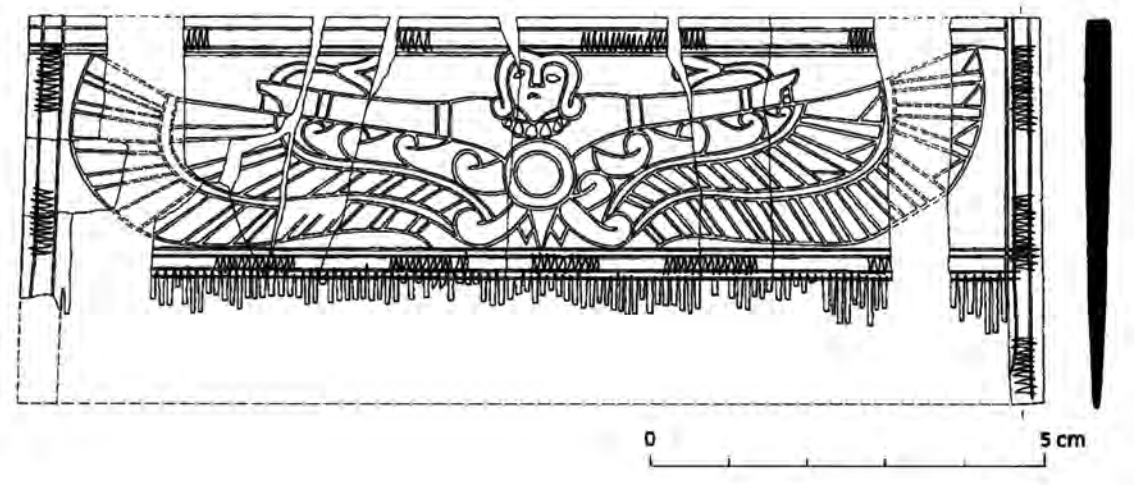


FIG. 30 Pente de marfim da necrópole de Medellín com figura feminina alada, segundo Almagro 2007.

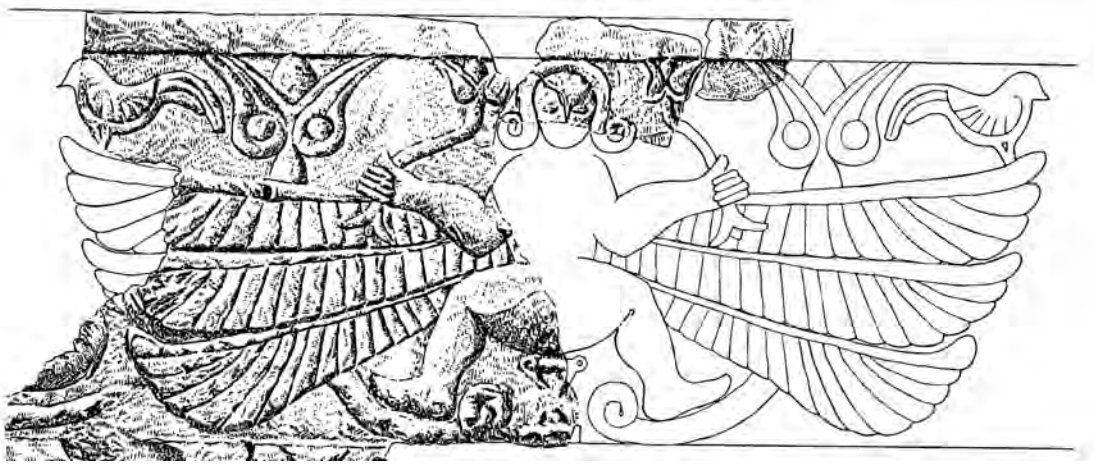


FIG. 31 Monumento funerário orientalizante de Pozo Moro, segundo Almagro Gorbea, 1983.

ximo Oriente, no eixo siro-cananeu, nas ilhas mediterrâneas e nas duas orlas do mar interior. A enumeração exaustiva de paralelos parece desnecessária e não caberia certamente no âmbito deste trabalho. Mas não pode deixar de se referir o carácter divino da grande maioria dessas representações, quase sempre de Isthtar/Astarté e/ou Tinnit, e a sua associação directa a monumentos funerários e/ou a espaços cultuais. Neste contexto, talvez seja útil recordar que o debate sobre a existência das duas últimas divindades em separado permanece (Ribichini, 1995, p. 18; Bonnet, 2000, p. 1299-1300), apesar de ser evidente a estreita relação entre ambas, (Marín, 1999), principalmente nas regiões ocidentais (*idem*, 2010).

Também na Europa Ocidental e Central, as representações de aves são numerosas entre 1300 e 500 a.n.e., nomeadamente como elemento decorativo de artefactos de bronze. Têm vindo a ser estudados exaustivamente por Sebastian Becker (2012-2013), que lhes atribui um papel relacionado com o conhecimento cosmológico.

Por fim, parece importante lembrar que as figuras de aves não são exclusivas da Idade do Ferro, havendo, em Portugal, alguns exemplos da sua representação ainda durante a Pré-história, mais exactamente o Calcolítico. É o caso dos vasos zoomórficos ou de animais isolados da Anta Grande

do Zambujeiro (Rocha, 2013), da Anta da Oliveira 1 (Leisner e Leisner, 1959), do *Tholos* de Marcela (*ibidem*) e dos Perdigões (Valera, Evangelista e Castanheira, 2014), todos contextos funerários, e ainda de Vila Nova de São Pedro (Paço, 1970). Uma figura com cabeça de ave foi também recuperada no povoado calcolítico de Santa Justa (Gonçalves, 1989).

No que se refere ao Bronze Final, poderíamos citar os espetos articulados de Baiões e de Alvaiázere (Coffyn, 1985) decorados com pássaros, decoração que, aliás, está também presente nos espetos fixos de vastas áreas da Europa ocidental e nos garfos ou ganchos de carne das Ilhas Britânicas (*ibidem*).

Nestes casos, uma função simbólica parece ser de aceitar e a relação com o mundo religioso não deixa dúvidas. O facto de a grande maioria dos artefactos calcolíticos ter aparecido em contexto funerário remete justamente para actividades de carácter ritual, carácter esse que se aplica também aos espetos e ganchos de carne do Bronze final.

4. DEUSAS, TÚMULOS E PÁSSAROS

A relação das aves com as mais diversas divindades da bacia do Mediterrâneo (e não só) está muito bem atestada ao longo de uma ampla diacronia (de milénios) e parece inquestionável. Poucos são, efectivamente, os símbolos com uma tão longa e tão transversal e ecuménica tradição religiosa como os pássaros.

Como lembraram Ricardo Olmos e Trinidad Tortosa «...las aves pertencem a un espácio diferente del humano....Los pássaros pueblan y cruzan el transparente y fluido reino superior, poseen las alas y la velocidade del aire, son inaccesibles al hombre, imprevisibles y de presencia fugaz...» (2010, p. 244.).

Entre elas, destacam-se, de alguma maneira, as pombas, cuja relação com a divindade é bem conhecida na tradição judaica e cristã, sendo o episódio descrito no Antigo Testamento relativo ao dilúvio (Génesis, 8, 8-12) significativo da sua importância. Foi a pomba que deu sinal da presença de terra firme, situação que não se distingue, substancialmente, da descrita na Epopeia de Gilgamesh, apesar de, neste caso, nem a pomba nem a andorinha, lançadas, primeiro, por Utnapishtim, terem podido encontrar sítio seco e só o corvo o ter conseguido. Por outro lado, o Espírito Santo foi, no Novo Testamento, corporizado, por diversas vezes, em pomba, frequentemente como mensageira de Deus, papel que é também atribuído às aves em geral na própria literatura greco-latina.

Sabemos também que muitas divindades do panteão grego se fazem acompanhar de aves, aves que, em última análise, fazem parte das respectivas biografias divinas e com elas chegam a identificar-se. A coruja, o cuco, a águia, o corvo e o pardal, o cisne e a pomba associam-se directamente a Atena, Hera, Zeus, Apolo e Afrodite (*ibidem*, p. 247). Sabemos ainda que foi através de pombas pousadas na árvore sagrada que Zeus se dirigiu a Odisseus, em Dodona (Odisseia, XIV, p. 327-328).

A conexão que aqui, contudo, mais nos interessa privilegiar é, sem dúvida, aquela que se pode fazer com as divindades próximo-orientais sumérias, acádias e fenícias, concretamente Inanna/Isthar/Astarté a «Grande Deusa Mãe» (com ou sem olhos de sol e cabeça de pássaro), cujo culto se estendeu do Eufrates ao Mediterrâneo, desde o III milénio a.n.e., como revelaram os textos recuperados em Ebla, Ugarit e Mari. Em alguns destes últimos, nomeadamente nos de Ebla, a associação da divindade às aves é claríssima (Pinnock, 2000, p. 127-134; 2007, p. 466), associação que é também verificada através do espólio recuperado. A verdade é que as aves em geral, e as pombas, em particular, se constituíram, desde cedo, como o símbolo icónico de Ishtar/Astarté.

Recorde-se, a propósito, o Hino a Inanna: «o my lady, (propelled) on your own wings, you peck away at the land (1.126)» (Washbourne, 2008).

Sabemos também que a partir da Fenícia oriental o referido culto se difundiu por toda a bacia do Mediterrâneo, estando documentado em Malta, na Sicília, na Sardenha e no território meridional espanhol, bem como no norte de África, onde a deusa Tinnit terá suplantado Astarté. Sabemos, contudo, que o culto à primeira já existia no Próximo Oriente, ainda que quase sempre associado à última, como ficou comprovado pela inscrição de Sarepta (Pritchard, 1982). Como bem lembrou Maria Giulia Amadasi Guzo «Nata in Oriente, forse come dea di una zona specifica ancora ignota, con funzioni per ora non chiare, Tinnit si afferma decisamente a Cartagine come la dea che presiede ai riti del tofet, almeno a partire dalla fine del V secolo a. C. ed è considerata a lungo negli studi, per la ricchezza e la quasi esclusività dei ritrovamenti da tale luogo di culto, come la dea principale della città. Verosimilmente da Cartagine si diffonde nelle altre colonie puniche, in Africa e in Sardegna; è attestata in Spagna; non sappiamo in che misura sia venerata in Sicilia e a Malta» (2000, p. 51). De qualquer modo, e como já atrás se fez referência, a existência de culto em separado a ambas as divindades femininas permanece em discussão, até porque também em Cartago as duas deusas estão igualmente associadas, como se comprova pela inscrição Kai 81 (*ibidem*, p. 50). As palavras da colega italiana são, uma vez mais, também de reter no que se refere especificamente a esta questão: «Non si vuole però negare recisamente che col passare del tempo quella che doveva essere una sede mitica si sia (con)fusa con il nome della dea Astarte, il cui culto nel I millennio appare in così grande espansione. In questo caso, Tinnit'ashtart, eventuale paredra di Milk'ashtart, sarebbe stata secondariamente associata con Astarte (come lo stesso Milk'ashtart).» (*ibidem*).

E a iconografia referente à(s) divindade(s) feminina(s) mediterrânea(s) (Astarté/Tinnit) está, na maioria das vezes, vinculada a aves ou a figuras aladas. Por outro lado, as imagens das deusas e dos seus respectivos símbolos estão, quer no Oriente quer no Ocidente, sistematicamente associadas a ambientes sepulcrais, ou a áreas de culto. Situação, apesar de tudo distinta da interpretação que ocorre sobretudo para o mundo indo-europeu, onde a ave é entendida como símbolo da «alma» do defunto (Olmos e Tortosa, 2009, p. 249-250).

E, assim, a interpretação dos vasos com pássaros moldados aplicados sobre o bordo encontrados nas necrópoles baixo-alentejanas torna-se mais simples.

5. *MANIFESTAÇÕES DO SAGRADO* NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL

E voltamos ao princípio. Os vasos com ornitomorfos dos cemitérios sidéricos da região de Beja não podem ser lidos como artefactos independentes, uma vez que fazem parte de um sistema mais amplo, que integra uma série de outros elementos, como o espaço funerário, a arquitectura e os outros objectos com os quais formam uma unidade semântica cheia de significados que este trabalho pretendeu, em parte, traduzir.

Lembremos, portanto, aqui agora, que os referidos vasos foram encontrados nos fossos que limitam as sepulturas (Carlota, Vinha das Caliças, Cinco Reis 8), ou em espaço preparado especialmente para os receberem, de tipo nicho, em Palhais (Santos *et al.*, 2009), aparentemente anexo a uma sepultura. De qualquer forma, é seguro que não acompanhavam directamente o inumado, não tendo nenhum deles sido encontrado no interior de qualquer das sepulturas escavadas nas necrópoles na região.

Esta localização específica é particularmente relevante, uma vez que parece certo que não se trata de oferendas funerárias. Por outro lado, no caso do contexto mais bem conservado, Cinco Reis 8, verifica-se que os vasos foram depositados aos pares, o que em Palhais também se pode presumir. Na primeira das necrópoles, os vasos foram colocados nos vértices opostos do segmento norte do

fosso quadrangular, constituindo, juntamente com a terracota que representa um touro (Arruda, no prelo), os únicos artefactos encontrados no interior desta estrutura.

Em trabalho anterior (*ibidem*), tive já a oportunidade de defender a clara associação destas deposições com práticas cultuais relacionadas com divindades de matriz oriental, representado os vasos com pássaros a feminina (Astarté/Tinnit) e o touro (ou touros) a masculina (Baal), o par sagrado por excelência das religiões mediterrâneas. Neste texto, julgo ter podido aduzir muito mais argumentos à evidente relação dos vasos de pé alto com ornitormorfos com a deusa mediterrânea.

A aparente inexistência de artefactos que possam simbolizar Baal na grande maioria das necrópoles (a excepção é, de facto, a de cinco Reis 8) pode indiciar um culto preferencialmente feminino, realidade que estaria de acordo com uma longa tradição local, com *as planícies sem fim* do Alentejo a constituírem-se como um verdadeiro «mar de mulheres», as «deusas dos olhos de sol» que as placas de xisto tão bem representam, como tem defendido o investigador a quem estas páginas são dedicadas. A «grande deusa mãe» do Ocidente pôde, no espaço de um milénio, encontrar na deusa mediterrânea e na sua iconografia uma re-elaboração de si própria. Afinal, como responde o coelho à Alice: «*Sometimes, forever is just one second*».

Ainda que não possamos, neste momento, apreciar devidamente a organização dos ritos religiosos praticados, não parecem restar muitas dúvidas sobre o facto de o culto aos deuses ter sido realizado nestas necrópoles. Refira-se, a propósito, que alguns dos vasos decorados com pássaros moldados colocados sobre o bordo apresentam sinais de terem sido usados como queimadores, ainda que provavelmente uma única vez, o que deve traduzir a prática da combustão de qualquer substância aromática no momento do funeral, traduzindo um rito habitual nas necrópoles orientalizantes peninsulares.

A representação física destas entidades divinas, através dos seus símbolos mais icónicos, e a devoção às mesmas nestes espaços de morte podem traduzir também a necessidade de os vivos protegerem os seus mortos numa outra dimensão, o que mostra que a «agenda» dos primeiros interfere directamente na dos últimos. E, neste caso, essa agenda pode relacionar-se com o uso destes espaços para a criação de sentidos, justificando e naturalizando as ideologias dominantes, integrando os deuses e deusas «importadas» do Mediterrâneo, que, conjuntamente com outros elementos, constituem um único «pacote».

O «orientalizante», tantas vezes apenas pressentido, está no Baixo Alentejo perfeitamente assumido, manifestando-se também na difícil esfera divina e religiosa, uma vez que os ritos (a prática) não são dissociáveis da teologia (crença), formando em conjunto um único sistema religioso.

BIBLIOGRAFIA

Almagro-Gorbea, M. ; Domínguez de la Concha, A. (1988-89) – El palácio de Cancho Roano y sus paralelos arquitectónicos y funcionales. *Zephyrus*, 41-42, p. 341-382.

Almagro, M. (2007) – *La Necrópolis de Medellín. 1. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Amadasi Guzo, M. G. (2000) – Astarté fenicia e la sua diffusione in base alla documentazione epigráfica. *Estudios orientalis*, 4-5, p. 47-54.

Aranegui Gascó (2009) – Arte ibérico en Edetania. In Abad Casal, L.; Soler Díaz, J. A. (eds.) – Arte Ibérico en la España Mediterránea. Actas del Congreso (Alicante, 24-27 de octubre de 2005). Alicante, 167-183.

Arruda, A. M. (no prelo) – O touro da necrópole de Cinco Reis 8. In *Hommagio a Sandro Bondi*. Roma: CNR.

Arruda, A. M.; Barbosa, R; Gomes, F.; Sousa, E. (no prelo) – A necrópole da Vinha das Caliças (Beringel, Beja, Portugal). In *Siderum Ana*, 3.

Aubet, M. E. (1975) – *La necrópolis de Setefilla en Llora el rio (Sevilla).* Barcelona.

Aubet, M. E. (1979) – Marfiles fenicios del bajo Guadalquivir. I Cruz del Negro. *Studia Archaeologica*, 52.

Aubet, M. E. (1980) – Marfiles fenicios del bajo Guadalquivir. II Acebuchal y Alcantarilla Cruz del Negro. *Studia Archaeologica*, 63.

Aubet, M. E. (1981-82) – Marfiles fenicios del bajo Guadalquivir. III Bencarrón, Santa Lucia y Setefilla. *Pyrenae*, 17-18, p. 231-279.

Becker, S. (2012-2013) – The materiality of religious discourse in Late Bronze and Early Iron Age Central Europe: A study of birds on bronzes. *The European Archaeologist*, 38, p. 5-8.

Beirão, C. M.; Gomes, M. V. (1984) – Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In: Volume d'Hommage au géologue Georges Zbyzewsky, pp. 450-482. Paris: Ed. Recherches sur les civilisations

Beirão, C. M. (1986) – *Une civilization Protohistorique du Sud du Portugal*. Paris: de Boccard.

Belén Deamos, M. (2011-2012) – Notas sobre religiosidad turdetana. Los depósitos sagrados del *oppidum* de Alhonoz (Herrera, Sevilla). *CuPAUAM* 37-38, p. 333-348.

Belén Deamos, M.; Anglada Curado, R.; Escacena Carrasco, J.L.; Jiménez, A; Lineros, R. ; Rodriguez, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués de Saltillo*. Junta de Andalucía, Sevilla.

Belén, M.; Escacena, J. L. (1997) – Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía ocidental. *Spal* 6, p. 103-131.

Blázquez, J. M. (2013) – Imágenes de Astarté em el período orientalizante de la Península Ibérica. In Arruda; A. M. (ed.) – *Fenícios y púnicos por terra e mar*. 1, p. 239-247. Lisboa

Blazquez, J. M.; Luzon, J. M.; Gomez, F.; Clauss, K. (1970) – *Las cerámicas del Cabezo de San Pedro. Huelva Arqueológica*. 1.

Bonnet, C. (1996) – *Astarte. Dossier documentaire et perspectives historiques*. Contributi ala Storia della religione fenicio-punica. Roma: CNR.

Bonnet, C. (2000) – Encore sur Astarté. In *Studi sul Vicino Oriente Antico dedicati alla memoria de Luigi Cagni*. Napoli: Graziani, III, p. 1289-1301.

Buero, M. S. (1984) – Los motivos naturalistas en la cerámica pintada del Bronce Final del Suroeste peninsular, *Habis* 15, p. 345-364.

Casado Ariza, M. J. (2003) – Reflexiones sobre la cerâmica tipo Carambolo: um axioma de la arqueologia protohistórica del sureste andaluz? *Spal*, 12, p. 283-298.

Celestino Pérez, S. (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano V, VI, VII. Los sectores Oeste, Sul e Este*. Badajoz.

Chaves, F.; Bandera, M. L. (1986) – Figürlich verzierte Keramik aus dem Guadalquivir-Gebiet. Die Funde von Montemolín (bei Marchena, Prov. Sevilla), *Madrider Mitteilungen,* 27, p. 117-150.

Deus M.; Correia, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In Pérez, C. ; Jiménez Ávila, J. (eds.) – *El Período Orientalizante, Protohistoria del Mediterraneo Occidental. Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXXV, II, p. 615-618.

Dias, M. A.; Beirão, C. de M.; Coelho, L., (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. *O Arqueólogo Português*, III, 4, p. 175-196.

Garrido, J. P.; Orta, E. M. (1970) – *Excavaciones en la necrópolis de «La Joya» Huelva, II (1.ª y 2.ª Campañas)*. Excavaciones Arqueológicas en España, 71. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia.

Gonçalves, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia do cobre no Alto Algarve Oriental*. Lisboa

Gualda Bernal, M. R. (2015) – Señoras y aves em Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla, Múrcia) *Verdolay*, 14, p. 143-155.

Herrmann, G. (1986a) – *Ivories from Room SW 37, Fort Shalmaneser. Part 1.* Londres: Oxbow.

Herrmann, G. (1986b) – *Ivories from Room SW 37, Fort Shalmaneser. Part 2.* Londres: Oxbow.

Herrmann, G. (1992) – *The Small Collections from Fort Shalmaneser*. Londres: Oxbow.

Herrmann, G.; Laidlaw, S. (2013) – *Ivories from Rooms SW11/12 and T10 Fort Shalmaneser*. Parts 1-2. Londres: Oxbow.

Herrmann, G.; Laidlaw, S.; Coffey, H. (2009) – *Ivories from the North West Palace (1845-1992)*. Londres: Oxbow.

Horn, F. (2005) – Les terres cuites d'origine Orientale de la Peninsule Iberique (VIII[e]-VI s. av. J.-C.). In Pérez, C.; Jiménez Ávila, J. (eds.) – *El Período Orientalizante, Protohistoria del Mediterraneo Occidental. Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXXV, II, p. 1405- 1415.

Jiménez Ávila, J. (2002) – *La touréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.

Karageorghis, V. (1974) – La necrópolis de Salamina. *Trabajos de Prehistoria*, 31, p. 217-228.

Karageorghis, V. (1991) – *The Coroplastic Art of Ancient Cyprus I. Chalcolithic – Late Cypriote I.* Nicosia.

Le Meaux, H. (2010) – *L'iconographie orientalizante de la Péninsule Ibérique*. Madrid: Casa de Velazquez.

Leisner, G; Leisner, V. (1959) – *Die Megalithgräbrer der Iberischen Halbinsel. Der Westen*, Walter de Gruyter & Co, Berlin.

Lopez Palomo, L. A. (1981) – Alhonoz. Excavaciones de 1973 a 1978. *Noticiario Arqueológico Hispánico* 11, 33-189.

López Palomo, L. A. (1999) – El Poblamiento Protohistórico en el Valle Medio del Genil. Écija.

Luís, L. (2010) – A construção do espaço numa sociedade proto-histórica. A arte rupestre do Vale do Côa. In Oliveira, F.; Oliveira, J. de; Patrocínio, M. (coord.) – *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3. História, Arqueologia e Arte*, p. 53-67. Coimbra: Associação de Estudos Clássicos.

Mallowan, M.; Herrmann, G. (1974) – *Furniture from SW 7, Fort Shalmaneser, III*. Londres: Oxbow.

Mallowan, M. E. L.; L. G. Davies (1970) – *Ivories in the Assyrian Style*. Londres: Oxbow.

Maluquer de Motes, J. (1957) – De metalurgia tartesia: El Bronze Carriazo, *Zephyrus* 8, 157-168.

Marín Ceballos, M. C. (1978) – Documents pour l'étude de la religion phénico-punique dasn la Península Ibérique. Astarté. In *Actes du Deuxième Congrès International d'étude des Cultures de la Mediterranée Occidentale*, pp. 21-32. Alger: Université d'Alger.

Marín Ceballos, M. C. (1999) – Los Dioses de la Cartago Púnica. In *De Oriente a Occidente: los Dioses Fenicios en las Colonias Occidentales. XII Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*. Ibiza: Museo Arqueológico de Ibiza, p. 63-85.

Marín Ceballos, M. C. (2010) – Imagen y Culto de Astarté en la Península Ibérica I: las Fuentes Griegas y Latinas. In *El Carambolo. 50 Años de un Tesoro*. Sevilla: Universidad, p. 491-512.

Marín Ceballos, M. C. (2013) – La diosa astral ibérica y sus antecedentes orientales. In Loretz, O.; Ribichini, S.; Watson, W.; Zamora, J. A. (eds.) – *Ritual, Religion and Reason Studies in the Ancient World in Honour of Paolo Xella*. Munster: p. 561-580.

Olmos, R.; Tortosa, T. (2010) – Aves, deusas y mujeres. In *La Dama de Baza. Un viaje femenino al más allá*. Madrid: MAN, p. 243-257.

Pinnock, F. (2000b) – The Doves of the Goddess. Elements of Ishtar's Cult in Middle Bronze Ebla. *Levant*, 32: 127-134.

Pinnock, F. (2007) – Middle bronze ceramic horizon at Ebla typology and chronology. In Matthiae, P.; Pinnock; Nigro, L.; Peyronel, L. (eds.) – *From relative chronology to absolute chronology: the second millenium bc in Syria-Palestine*. Rome: Accademia dei Lincei, p. 457-472.

Pritchard, J. B. (1982) – The Tanit Inscription from Sarepta. In Niemeyer, H. G. (ed.) – *Phönizier im Westen*, Mainz, p. 83-92.

Rocha, L. (2013) – *A Anta Grande do Zambujeiro: contributo para o conhecimento das cerâmicas*. Poster apresentado ao II Congresso Internacional sobre Arqueologia da Transição: o mundo funerário, Évora, 2013.

Ribichini, S. (1995) – Flebili dee fenicie. *RSF*, 28, p. 3-35.

Salvador Mateos, R. ; Pereira, J. A. (2012) – A «Necrópole» da Carlota (São Brissos, Beja) no contexto cultural da I.ª Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados preliminares. In *Actas do V Encontro de arqueologia do Sudoeste*, Almôdovar: Câmara Municipal, p. 317-330.

Salvador Mateos, R.; Pereira, J. A. (no prelo) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no período Orientalizante: as necrópoles de Carlota (São Brissos) e Cinco Reis 8 (Santiago Maior). In *Siderum Ana*, 3.

Santos, F.; Antunes, A. S.; Grilo, C. ; Deus, M. (2009) – A necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência. In *Actas do IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva, p. 746-804.

Valera, A.; Evangelista, L.; Castanheira, P. (2014) – Zoomorphic figurines and the problem of human-animal relationship in the neolithic and chalcolithic southwest iberia. *Menga*, 5, p. 15-41.

Washbourne, R. (2008) – *Out of the mouths of pots. Towards an interpretation of the symbolic meaning of Cypriot Bronze Age funerary artifacts*. Canterbury.

ENTRE LUSITANOS E VETÕES. ALGUMAS QUESTÕES HISTÓRICO-EPIGRÁFICAS EM TORNO DE UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA

AMÍLCAR GUERRA[1]

RESUMO

Constitui um tópico dos estudos epigráficos a ideia de que a área da Beira Interior patenteia, no período romano, uma evidente afinidade com a área que actualmente se encontra do outro lado de fronteira. Esta circunstância tem necessariamente reflexos na muito debatida questão dos limites territoriais entre Lusitanos e Vetões. Na base das principais propostas encontram-se as fontes literárias, mas especialmente a obra de Ptolomeu. Este contributo reanalisa a questão, tendo em conta alguns pressupostos metodológicos que deveriam nortear o tratamento deste tema. Por outro lado, recompilam-se alguns dados de natureza epigráfica que de algum modo se relacionam com esta questão. Sublinha-se, por fim, as limitações da nossa informação e que condicionam de forma substancial os seus resultados.

ABSTRACT

It is a topic on epigraphic studies the idea that the area of Beira Interior, in the Roman period, had an obvious affinity with the area currently on the other side of the Portuguese border. These circumstances necessarily have effects on the much debated issue of territorial boundaries between Lusitani and Vettones. Most of the proposals on this regard are based in the literary sources, especially the work of Ptolemy. This contribution shall review the discussion on this topic, taking into account some methodological principles that should guide the research on the subject. Moreover, some epigraphic data somehow relate to the issue will be recompiled. It should be noted, finally, that the limitations of our information affect substantially the conclusions.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
amilcarguerra@fl.ul.pt.

1.

Analisar o quadro antigo dos povos de uma determinada região hispânica constitui uma tarefa que envolve muitos riscos, sobretudo pela complexidade das questões em jogo. Tratando-se de um domínio em que os fundamentos da investigação são de leitura ambígua, renovar as ideias da tradição historiográfica constitui uma tarefa arriscada. Os problemas que se colocam a uma explanação da componente étnica de um determinado território são inúmeros, tendo em consideração as exigências metodológicas actuais. Mas estas dificuldades levam igualmente a olhar criticamente para as convicções mais consolidadas, também elas assentes, algumas vezes, em argumentos pouco consistentes. Manifestamente, as bases em que se apoiam muitas destas discussões consistem, em boa parte, em dados que os autores antigos proporcionam, mas onde as incongruências e contradições são frequentes e onde seria necessário ponderar sempre a origem e a cronologia da informação em causa. Ora a determinação destes elementos afigura-se muitas vezes impossível, tornando-se mais complexa a tarefa dos estudiosos.

Apesar destas dificuldades, penso ser importante reavaliar criticamente os dados de que dispomos para o tratamento destas questões num território determinado e delimitar os aspectos a respeito dos quais há maior segurança, bem como aqueles sobre os quais subsistem mais interrogações. Ao mesmo tempo, parece-me pertinente convocar alguma informação mais recente, especialmente de natureza epigráfica, que de alguma forma enriquece a discussão em torno destes temas.

É esta última vertente que constitui o objectivo essencial deste contributo, não deixando, todavia, de delinear o estado da questão relativa à delimitação entre Lusitanos e Vetões, tanto no plano cultural como no territorial. Retomo, deste modo, uma perspectiva que expus há quase duas décadas (Guerra, 1998, p. 802-809), na qual a «novidade» residia no facto de se apresentar uma visão «a partir do outro lado da fronteira» e que de alguma forma poderia servir de contraponto ao amplíssimo conjunto de estudos que se ocuparam dos Vetões, mas em especial da questão inevitável dos limites territoriais deste povo, particularmente nos seus confrontos com os Lusitanos (Roldán Hervás, 1979, p. 82-93; Sayas Abengochea; López Melero, 1991, p. 75-80; Sánchez Moreno, 1998; Álvarez Sanchís, 1999, p. 321-328; Olivares Pedreño, 2000-2001; Salinas de Frías, 2001, p. 41-65; mais recentemente uma obra colectiva – Marcos, 2009-, que recolhe uma série de contributos sobre o tema, destacando-se, para esta questão, os de Santos, 2009 e Almagro Gorbea, 2009, p. 15-21).

Assinale-se, enfim, que este contributo não visa propor um novo traçado para os limites entre essas duas entidades, objectivo que carece de sentido, não só pela incongruência dos dados, como pelos problemas metodológicos que a análise destes encerra, como ainda pela natureza instável e fluida que um limite étnico assumiria no mundo pré-romano e na sua continuidade pelo mundo romano, uma vez que os Vetões nunca se constituíram como entidade administrativa dotada de autonomia. Pretende-se, como alternativa viável, aprofundar algumas reflexões sobre aspectos que podem ajudar nesta questão, reanalisando alguns dados e reflectindo sobre as exigências metodológicas que a questão suscita.

2.

Este contributo centra-se particularmente a sua análise do território antigo que corresponde à «Beira Interior», particularmente à área mais oriental que por vezes se define como «terra raiana», sem esquecer as suas eventuais ligações com um espaço muito mais amplo. A designação moderna que referimos não se encontra consagrada do ponto de vista administrativo, mas é usada para

definir uma região em que se reconhecem algumas marcas, sem que, todavia, se possa falar de uma coerência geográfica e cultural.

A divisão administrativa que vigorou até há pouco separava esta área por duas províncias: as Beiras Alta e Baixa. A primeira delimitava-se a norte pelo Douro e a sul linha de montanhas que parte da Serra da Malcata e continua com as elevações do chamado maciço central português, constituído pela Serra da Estrela e sua continuidade para ocidente. No extremo oriental desta cordilheira situa-se o Cabeço das Fráguas, um sítio de referência para a arqueologia peninsular, com uma posição privilegiada. Do próprio lugar onde se identificou a famosa inscrição em língua «lusitana» é possível observar o extenso planalto mesetenho, a leste, o vale do Douro, especialmente as terras da bacia do Côa, a Serra da Marofa e as elevações de Trás-os-Montes, a norte; a Serra da Gata e os seus prolongamentos em território português, a sudeste. Estas últimas realidades correspondem a uma linha que estabelece a separação entre duas grandes bacias hidrográficas hispânicas, a do Douro e a do Tejo, os dois cursos de água que constituem as marcas essenciais deste território ao longo dos tempos.

Todavia, a circunstância de a Serra da Estrela e seus prolongamentos constituírem uma barreira natural tradicionalmente difícil de transpor determinou que esta plataforma em que se desenhou o alto vale do Côa (as Terras de Ribacôa) tenha constituído ao longo do tempo um espaço natural de passagem. Nele os romanos desenharam algumas vias de comunicação bem conhecidas: uma delas fazia parte das ligações entre a capital da Lusitânia e *Bracara Augusta*, correspondendo a uma variante mais oriental que, a partir da *civitas Igaeditanorum*, passava pela região de Penamacor e seguia pelos territórios dos *Lancienses Transcudani*, dos *Araui,* dos *Meidubrigenses* e dos *Arabrigenses*. Nas terras de Ribacôa[2] se tinha estabelecido, antes deste, um antigo percurso viário cujos traços se materializaram em três marcos miliários de período augustano: o de Alfaiates, Sabugal (Lambrino, 1956, p. 14-17); o de Argomil, Pinhel (Rodrigues, 1980; Vaz, 1985); e de Fuenteguinaldo, Salamanca (Salinas; Palao, 2012) pontuando uma outra via com origem no grande nó viário que se desenvolve em *Augusta Emerita* a partir da fundação da cidade.

Do lado meridional da Serra da Malcata e da Gardunha estende-se a plataforma de Castelo Branco, que inclui as terras da Idanha, nos tempos romanos parte integrante da *civitas Igaeditanorum*, que se constitui então como cabeça de uma importante comarca. Adjacente a estas duas grandes áreas, situa-se a chamada «Cova da Beira», uma parte da bacia superior do Zêzere com os seus afluentes ribeiras de Gaia e da Meimoa, território no qual os romanos instituíram a *civitas* dos *Lancienses*[3].

Portanto, ao contrário do que acontece na faixa central do território português, na qual a cordilheira serrana dificulta a circulação entre o Norte e o Sul, na faixa litoral e no interior, esse impedimento não é significativo.

Do mesmo modo, patenteia algum paralelismo ou correspondência com a realidade do passado.

Embora lidando com informação muito fragmentária não se revela difícil, no que concerne à informação relativa ao mundo antigo, encontrar alguns elementos que aproximem as diferentes áreas do espaço que se abarca sob a designação, com uma pequena ressalva: que as particularidades eventualmente definidoras desta área se podem prolongar para um âmbito geográfico que

2 Para uma caracterização desta região no período romano v. especialmente Osório, 2006.

3 Como procurei demonstrar (Guerra, 2007) ocupariam esta área os *Oppidani*, enquanto J. de Alarcão; Imperial (1996, p. 40-42) e P. Carvalho (2007, p. 106-127) preferem situar nesta área os (*Lancienses*) *Ocelenses*, cuja existência autónoma não é habitualmente aceite e que, naturalmente, não estão presentes na inscrição da Ponte de Alcántara, não aceitando estes autores que os *Lancienses Oppidani* registados no *terminus augustalis* de Salvador possam ser os mesmos que os *Lancienses* do de Peroviseu (mais recentemente em Alarcão *et alii*, 2013, p. 85-89).

ultrapassa os limites da actual fronteira nacional e descer abaixo do curso do rio Tejo, atingindo uma parte do que hoje é administrativa e etimologicamente Alentejo, mas que historicamente sempre teve uma particular ligação com as terras da margem direita desse grande curso de água.

3. ELEMENTOS CARACTERIZADORES E A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS

Parece ser bastante consensual, quando avaliamos globalmente a documentação epigráfica, existir uma coerência entre a informação respeitante a um território antigo que corresponde à Beira Baixa e ao território espanhol confinante, abarcando genericamente à província de Cáceres, aceitando-se o seu eventual prolongamento espacial em diferentes direcções.

Ao mesmo tempo, qualquer expressão cartográfica das realidades epigráficas produz uma sensação de ruptura com o mundo que está a ocidente. Todos sabemos que essa circunstância se deve à quase ausência de manifestações epigráficas (mas genericamente também em vestígios de ocupação romana) nesse extenso território, limitadas a uma faixa costeira onde, mesmo assim, só alguns núcleos urbanos se distinguem. Deste modo, qualquer comparação entre este espaço quase desértico de informação e o que se estende a oriente, marcado precisamente por uma grande concentração de dados epigráficos, produz um substancial contraste.

A dicotomia entre essas áreas pode corresponder a uma diferente morfologia do território, a diferentes condições naturais e recursos, implicando densidade e modelos de povoamento bem distintos. Mas, só por si, não poderemos extrapolar estes contrastes para o plano cultural, linguístico ou étnico. Os materiais podem servir para estabelecer conexões entre espaços onde eles ocorrem, mas a sua ausência quase sistemática, como acontece neste caso, é pouco relevante.

E mesmo a presença de determinados indícios que se tomam como indicadores seguros de afinidade tem de ser bem ponderada, procurando determinar com precisão o seu significado. Para a análise das fronteiras entre mundo lusitano e vetónico é por vezes utilizado critério da presença ou ausência das conhecidas inscrições em língua «lusitana», tomando-se este como marcador da primeira destas entidades. Temos de ter em conta, desde logo, que essa é uma designação convencional, não pode implicar que as suas manifestações se encontrem todas ligadas a populações que recebem esse nome em período pré-romano. No entanto, mesmo considerando todo o conjunto da documentação linguística, não estamos ainda em condições de apontar qualquer particularidade que permita distinguir os falares desses dois povos. Apesar disso, com base na terminologia convencional usada (e por isso esta se pode considerar «perigosa» a expressão «língua lusitana»[4] para quem não avalia bem o seu alcance e limites), se têm tirado algumas ilações que não podem ser validadas.

Por outro lado, parece-me evidente que se gera alguma confusão quando cruzamos dados de diversa natureza. Para dar um exemplo mantendo o tópico das inscrições «lusitanas» da região, tome-se a questão suscitada pela localização do Cabeço das Fráguas. O facto de ali se ter encontrado precisamente o texto que conduziu Tovar a definir uma língua com um determinado adjectivo de natureza étnica e a circunstância de se constituir como uma elevação integrável no maciço da Serra da Estrela, historicamente associado, mais do que qualquer outro, ao mesmo povo, constituem elementos que têm pesado muito na investigação. Mas, por vezes, quem analisou as questões da fronteira ocidental dos vetões assumiu que essa área poderia ter feito parte desse mundo, ou situar-se

[4] Esta designação, criada por Antonio Tovar (1966-67; 1985), generalizou-se na investigação e a sua vantagem reside no facto de todos sabermos a que realidade nos referimos quando se usa este termo.

nos limites entre este povo e os seus vizinhos ocidentais, especialmente em consequência da integração de *Lancia Oppidana* na lista de Ptolomeu (Roldán Hervás, 1968-69: 100-106; Ruiz Zapatero; Álvarez-Sanchís, 2002: 259; Salinas de Frías 2001: 47; Bonnaud, 2002a, p. 179).

As dificuldades criadas por esta aparente incongruência foram postas em relevo por Maria João Santos (2009, p. 183-185), ao apontar alguns elementos que sublinham a ambiguidade causada por uma eventual aceitação do princípio de que, para além de outros elementos como as *gentilitates*, os verracos seriam um dos traços caracterizadores dos vetões (Monteagudo, 1989, p. 17-18). Ao mesmo tempo, apresenta um sugestivo mapa (Fig. 1) em que as inscrições em língua lusitana (sem contar com a de Arronches, publicada depois da elaboração do texto) se dispõem nas franjas da área dispersão dessas esculturas zoomórficas e, no caso das de Arroyo de la Luz, integrados nela.

Esse desajustamento poderia compreender-se, na sua opinião, questionando a validade da informação de Ptolomeu no que concerne ao caso concreto dos *Lancienses*, o que tornaria mais coerente a informação de que dispomos para essa região (Santos, 2009, p. 193). A proposta assentaria numa imagem, transmitida pela epigrafia e consolidada na investigação, de fortes afinidades e coerência dos elementos atestados em ambos os lados de um amplo troço fronteiriço (Santos, 2009, p. 189), em especial o que corresponde genericamente à Beira Baixa e província de Cáceres.

4.

Estas observações suscitam a tradicional questão de fundo: como devemos entender e em que medida podemos confiar em informações como a que se encontra plasmada na obra de Prolomeu?

A esta interrogação procurou responder de uma forma mais extensa e pormenorizada O. López Jiménez (2004), visando unicamente o caso específico dos Vetões e expondo alguns tópicos fundamentais sobre o processo de construção das diferentes imagens desta entidade e do seu território: por um lado, a complexidade e diversidade do quadro que as fontes clássicas transmitem; por outro, as visões elaboradas pela moderna investigação, com diferentes matizes, de acordo com a natureza dos dados (arqueológicos, literários ou mesmo epigráficos) e a sua interpretação.

E, ponderando as contradições e divergências entre as fontes a respeito do âmbito das designações étnicas, neste caso particular a de lusitanos e vetões ou as entidades que as integram, considera que «estas denominaciones no son excluyentes, ni estrictas, ni estables, en un momento de control firme de la Península Ibérica, sino que se adecuan a las necesidades administrativas de la organización romana y a su propia evolución histórica» (López Jiménez, 2004, p. 207).

Os problemas, no entanto, não decorrem apenas das circunstâncias que afectam a capacidade de observação e análise dos romanos ou as suas circunstâncias históricas, mas dizem respeito à própria natureza do quadro das populações e dos seus traços culturais. Ainda que a nossa condição de cidadãos de um determinado país moderno nos tenha habituado à ideia de fronteiras territoriais bem definidas, uma realidade similar só ganhou alguma estabilidade com os romanos, que procederam a cortes artificiais num espaço em que os traços culturais que se apresentam com frequência com um continuum, onde qualquer corte era artificial.

Se olharmos para o que se conhece das realidades linguísticas, a ideia que fica é de uma certa continuidade, admitindo-se facilmente que a língua falada pelos vetões era similar à dos lusitanos. Por outro lado, procurar os restos teonímicos ou antroponímicos que permitam dar alguma consistência a um determinado limite territorial parece-me uma tarefa arriscada e, diria, condenada ao fracasso. Admito que se possam conjugar alguns elementos cuja distribuição podem conduzir a que se definam nomes de deuses ou pessoas que só se registam em determinado território. Falta saber se é possível provar que eles delimitam sempre uma mesma realidade cultural.

5.

Um risco permanente da investigação sobre esta realidade tem que ver com a amplitude cronológica que nela se abarca, como sublinhou López Jiménez (2004, p. 202-208): juntar a análise do quadro cultural do mundo pré-romano, com os da fase de conquista, de reorganização augustana ou mesmo o de período tardo-romano (e a nossa informação – não apenas as fontes clássicas abarcam longas diacronias), constitui uma dificuldade acrescida.

E, ao contrário do que acontece com os Lusitanos, que em determinada altura vêem o seu nome associado a um território definido com precisão pela administração romana, o mundo vetónico nunca foi espacial e juridicamente delimitado. Neste caso, porém, essa falta pode encerrar igualmente uma vertente vantajosa, por não haver lugar a uma dicotomia similar à da Lusitânia, nada fácil de resolver: a província romana em confrontação com o território ocupado pela entidade que lhe dá o nome.

É evidente que a operação conduzida por Ptolomeu, feita sobre um quadro administrativo plenamente romano, tem tido grandes responsabilidades na forma como se encaram a questão, não apenas no que se refere à sua distinção dos Lusitanos, mas também no que concerne à separação das restantes entidades. As limitações dos nossos conhecimentos no que respeita às fronteiras territoriais e à caracterização cultural das populações pré-romanas manifesta-se de forma clara nas dificuldades que enfrentamos quando se procuram definir os traços que separam estas realidades.

Esta obra fornece basicamente três parâmetros hierarquizados de informação, relevantes para este caso: o primeiro, mais amplo, que assenta na estrutura administrativa romana, correspondendo à divisão provincial; o segundo, que define as quatro realidades de natureza étnica que referimos (turdetanos, célticos, lusitanos e vetões); o terceiro que localiza no espaço, através de coordenadas bidimensionais, as diferentes cidades que integram cada uma dessas quatro entidades.

Impõem-se, a meu ver, algumas observações sobre estes dados, que se dirigem em particular ao caso do Vetões, mas que poderiam ser aplicados a todos os restantes. Desde logo, verifica-se que, ao passarmos os «dados cartográficos» para o papel, se obtém, por norma, um resultado formalmente coerente, isto é, que permite a atribuição de um território contínuo a cada uma dessas realidades e compatível com a informação que possuímos por outra via. Neste caso, o espaço dos Vetões desenvolve-se a oriente do atribuído aos Lusitanos, o que se revela genericamente adequado ao que sabemos por outras vias.

Em segundo lugar, a posição relativa de cada uma das cidades referidas pode revelar-se, em muitos casos, desajustada. Embora no caso vertente subsistam muitas dúvidas sobre a localização de alguns destes lugares, a análise dos consensualmente identificados (*Salmantica, Augustobriga, Capara, Lacimurga*) recomenda que não baseemos nas suas coordenadas as propostas para aqueles de que não possuímos dados mais consistentes. É certo que a posição setentrional de *Salmantica* e a meridional de *Lacimurga* se revelam acertadas, mas *Augustobriga* coloca-se erradamente a oriente de todas elas e inadequada será também a informação se *Obila* corresponder a Ávila, como habitualmente se sustenta (De Franscisco, 1979, p. 40-43; TIR K30, p. 163).

Por fim, neste como nos outros casos, o elenco dos lugares não é exaustivo nem corresponde necessariamente aos que possuem maior importância administrativa ou mesmo de outra natureza. Faltando na região, só para dar dois exemplos, *Ammaia* e a *civitas Igaeditanorum*, mas figurando lugares desconhecidos como *Deobriga* ou *Manliana*, teremos necessariamente de concluir que o facto de não figurar nestes elencos uma determinada cidade não significa que ela não pertencesse a um dos quatro conjuntos indicados. Este aspecto assume, do ponto de vista metodológico, um peso muito grande, tanto mais que não tem sido respeitado em muitas das considerações que se fizeram sobre o tema dos Vetões.

A informação compilada por Ptolomeu provem de fontes muito diferenciadas e não apresenta certamente, no seu resultado final, uma coerência que à luz das nossas leituras modernas poderia parecer evidente. Esperar de um compilador de informação variada como Ptolomeu e suas fontes de informação uma congruência plena é certamente muito aventuroso. O facto de alguma cidade constar da lista dos lugares classificados como lusitanos, por exemplo, quererá por si só garantir a sua exclusão do âmbito vetónico? Que uma qualquer fonte de período imperial, qualquer que seja a sua natureza, aponte um determinado lugar como lusitano deve ser unicamente entendido como integrando a província e não um sinal de que excluía os vetões, uma vez que aquele sentido é mais abrangente. Por essa razão, o inverso deve ser lido de modo diferente: se algo é apontado como vetónico, é mais viável que o seja.

6.

Quando ponderada, à luz do que se disse, a questão da identidade cultural dos Lancienses, considerámos ter razões mais fortes para os associar ao universo dos Vetões. Em primeiro lugar pelo tradicional argumento trazido pelo elenco de Ptolomeu ao referir *Lancia Oppidana*, mas que envolve necessariamente outros dois tópicos: um que respeita à falta dos *Lancienses Transcudani*, outro à presença de *Ocelum*.

As duas questões têm que ver com uma discussão torno de quantas comunidades cívicas ligadas aos *Lancienses* se podem identificar nas fontes literárias e epigráficas. Tem-se tomado a inscrição da ponte de Alcântara como o principal documento em que se atestam os *Oppidani* e os *Transcudani* cujo nome e existência não são contestados, uma vez que ambos se encontram igualmente corroborados por outras epígrafes, como indicações de *origo*. No entanto, Jorge de Alarcão sustentou que se deveria aceitar a existência de uma terceira entidade, os *Lancienses Ocelenses*, distintos dos dois anteriormente referidos. Como creio que procurei demonstrar com bons argumentos (Guerra, 2007), esta entidade não passaria de uma variante dos *Lancienses Oppidani*, pela equivalência semântica entre os termos *Oppidum* e *Ocellum*. Deste modo se justificaria que na zona da Cova da Beira e nas suas proximidades, onde se situam os *Oppidani*, se identificassem alguns interessantes indícios da presença na mesma região de um lugar chamado *Ocelum* (em particular numa ara consagrada *Arantia Ocelaeca* e *Arantio Ocelaeco*, do Ferro, Covilhã).

Aparentemente, o conjunto de lugares do elenco de Ptolomeu contraria essa correspondência, uma vez que Ptolomeu não poderia apresentar como duas cidades distintas (com coordenadas diferentes), uma realidade que afinal era única. Por esta razão, alguns autores buscaram uma outra explicação, considerando que esta *Ocelum* nada tinha que ver com a *Lancia Oppidana*, mas seria uma localidade mais setentrional, eventualmente situada na região do Douro. Mas se imaginarmos um processo de compilação de dados que recorre elementos de várias fontes, nada mais natural que duplicações desse tipo aconteçam. Não poder ser surpreendente, com as limitações do processo de recolha dos nomes geográficos, que situações destas se verificassem.

A existência de designações distintas para um mesmo local no período romano repete-se, na minha perspectiva, também no caso da cidade romana que tem a sua sede em Viseu. Creio haver dados suficientemente sólidos que atestem a sua identificação com a sede dos *Interannienses*, pelo que nada mais natural que na base deste nome se encontrasse um topónimo relativamente comum, na sua versão latina *Interamnium*. Pela documentação actualmente conhecida, não resta qualquer dúvida que o seu nome pré-romano deveria ser algo como **Vissaio-*, tendo em conta a consagração *Deibabor igo Deibobor Vissaieigobor,* registada nessa cidade beirã (Fernandes; Carvalho; Figueira, 2009), circunstância que é perfeitamente compatível com o nome actual e com a forma atestada já no *Parochiale suevico*, *Viseo*.

Por isso considero que a hipótese mais económica é ainda aceitar que a *Ocelum* da lista de Ptolomeu representa o nome pré-romano que administração romana fez corresponder à sede dos *Lancienses Oppidani*. Naturalmente esta informação pode facilmente passar despercebida a quem colige dados de fontes distintas e não conhece cada caso em particular. Ora esta circunstância poderia constituir precisamente um argumento suplementar no sentido de afirmar a pertença dos *Oppidani* / *Ocelenses* aos Vetões, uma vez que, verosimilmente, se registaria uma duplicação do lugar e que, portanto, a informação se corroboraria.

A questão da ausência dos *Lancienses Transcudani* da lista ptolomaica não significa que divergia dos *Oppidani*. Desde logo porque o geógrafo alexandrino não inventariou sistematicamente todas as comunidades cívicas. Acresce que estaria sempre aberta a possibilidade de também a sede *civitas* dos *Transcudani* não corresponder a um eventual topónimo **Lancia Transcudana*, cunhado pelos romanos, à semelhança da vizinha *Lancia Oppidana*. Mas o nosso desconhecimento sobre essa realidade não permite, com o mínimo fundamento, determinar se este seria algum dos lugares não identificados que ocorrem na lista de Ptolomeu.

Faz todo o sentido que os *Transcudani* constituíssem igualmente parte integrante da mesma realidade cultural que os seus vizinhos, precisamente pelo facto de serem também eles *Lancienses*, como os *Oppidani* (*contra* Salinas, 1986[2], p. 21). Imaginar que uma comunidade pré-romana de *Lancienses*, relativamente ampla, tivesse sido separada, no processo de organização administrativo empreendido pelos romanos no período augustano, em duas *civitates* não parece levantar qualquer objecção. A alternativa a esta hipótese seria considerar que nenhuma delas se deve incluir nos Vetões.

7.

A questão que nos ocupa possui igualmente uma vertente epigráfica, menos explorada pela investigação. O primeiro aspecto a considerar diz respeito a uma epígrafe originária de Bath, Inglaterra[5], na qual *L(ucius) Vitellius Ma/ntai f(ilius) Tancinus* se apresenta como originário de *Caurium* e, ao mesmo tempo indica a sua condição de cavaleiro da *Ala Vettonum*, que em determinado momento do séc. I d. C. ocupou a fortificação existente em Gaer Brecon (Gales), que geralmente se identifica com a antiga *Cicucio* (Royal, 1986, p. 130, 135-145) onde se atestam outros membros da mesma unidade militar[6]. Tendo em conta a análise deste e outros casos similares da Hispânia, Roldán Hervás (1974, p. 266) sublinhou que a documentação epigráfica comprova que o recrutamento de unidades militares com uma designação étnica, são realmente compostas por gentes com essa mesma origem. Nesta perspectiva, os *Caurienses* deveriam ser acrescentados à lista das entidades vetónicas[7], na qual se integra, segundo Ptolomeu, a sua vizinha *Capera*.

Deve, no entanto, reconhecer-se que embora se possa admitir que na sua constituição a designação pode ser relevante, na generalidade o nome da unidade militar não tem necessariamente que implicar uma pertença do indivíduo a essa entidade. Pelas exigências metodológicas, o documento referido não pode invocar-se como seguro, podendo apenas um significado se outros indícios se puderem adicionar. Mas também é igualmente certo que não possuímos qualquer argumento consistente para opor a esta hipótese.

5 Trata-se de CIL VII 52, cujo texto é o seguinte: *L(ucius) Vitellius Ma/ntai f(ilius) Tancinus cives Hisp(anus) Caurie(n)sis / eq(ues) alae Vettonum c(ivium) R(omanorum) / ann(orum) XXXXVI stip(endiorum) XXVI / h(ic) s(itus) e(st).*

6 RIB 403 *Diis M[anibus] / Cand[idi . 4.]-/ni fili [eq(uitis) alae] /Hisp(anorum) Vett(onum) [c(ivium) R(omanorum) tur(ma)] / Clem(entis) dom[o . 4.] / an(norum) XX stip(endiorum) III H[...]* . Uma antiga interpretação desta epígrafe (EE IV 670) pretendeu que nela constasse igualmente a indicação da sua origem Cauriense, hipótese que se revela sem fundamento.

7 Apesar de a inscrição em análise constar de algumas obras dedicadas aos vetões (particularmente Roldán) o seu contributo para a definição do seu âmbito foi especialmente sublinhada por O. Jiménez

É certo que *Caurium* se inclui entre as cidades dos Lusitanos, se entendermos que sob essa designação se abarcam todas as comunidades cívicas dessa província romana. Esta atribuição encontra-se no elenco de Plínio (4.118), que inclui os *Cauriense*s entre os ópidos estipendiários. Não há, assim, nenhuma incongruência entre estes dados só aparente contraditórios, como acima se explicou.

Tem-se invocado a documentação epigráfica dessa *civitas* e do seu território para contrapor elementos teonímicos que separariam esta área, classificada como lusitana e teria, entre as divindades mais típicas, *Bandue, Nabia, Arentius, Quangeius e Trebaruna* (Olivares Pedreño, 2001, p. 59, Fig. 1), com a vetónica, que apresentaria como deuses próprios *Toga* e *Ilurbeda*, a que se juntariam outros de ocorrência única (Olivares Pedreño, 2001, p. 62-67). Como o próprio autor reconhece, os mais atestados apresentam uma distribuição que sai fora do território vetónico, com particular evidência no caso de *Ilurbeda*. Em contrapartida, *Quangeius, Trebaruna* e *Arentius* estão muito longe de se poderem considerar divindades difundidas em toda a Lusitânia, concentrando-se quase exclusivamente na parte mais oriental da província. Utilizar os dados da teonímia para definir marcas culturais do Vetões suscita as maiores dúvidas.

8.

Ao contrário, a extensão do território atribuído aos vetões para áreas substancialmente mais ocidentais encontra-se bem fundamentada para uma região mais setentrional, a acreditar no quadro das grandes divisões étnicas traçadas por Ptolomeu. É certo que se reconhece a falta de fiabilidade das suas coordenadas, mas igualmente alguns erros na integração das cidades no quadro provincial, falhas próprias de quem tem de compulsar uma grande massa de dados, relativos a territórios que não conhece. Com base nisso, o cepticismo em relação a essa fonte poder-nos-ia levar a, pura e simplesmente, duvidarmos da sua informação. Penso, todavia, não haver motivos para adoptar, no caso vertente, uma atitude hipercrítica. Há boas razões para crer, por exemplo, que a inclusão de *Lancia Oppidana* entre os Vetões seja correcta, como de resto é admitido pela generalidade dos autores.

Uma considerável unanimidade neste aspecto contrasta todavia com a divergências no que respeita à sua localização. Tive já oportunidade de apresentar os argumentos que me levaram a considerar bastante sólida a proposta da sua identificação com as ruínas da Torre de Centum Celas e das construções anexas, fundada em argumentos de natureza arqueológica, epigráfica, viária e linguística, todos eles concordantes (Guerra, 2007, p. 186-201). De qualquer modo, a convicção de que o território desta cidade engloba uma boa parte do que se designa hoje como Cova da Beira parecer não oferecer grande contestação.

Ao mesmo tempo creio ser difícil de rebater que, admitindo-se como vetões os *Lancienses Oppidani*, não se considerem igualmente dentro desse entidade os *Lancienses Transcudani*[8], no âmbito dos quais se deveria situar, com maior verosimilhança, o Cabeço das Fráguas.

Como já procurei demonstrar em outras ocasiões[9], esta integração cultural poderia ser igualmente sustentada por uma das componentes onomásticas que se toma como diferenciadora dos vetões em relação aos seus vizinhos ocidentais e meridionais – as unidades supra-familiares que se

[8] A sugestão de M. S. Perestrelo (2003, p. 134), seguida por P. Carvalho (2005, pp. 160-161; 2007, p. 346-347) de que as ruínas do Mileu (Guarda) corresponderiam a uma capital de *ciuitas*, eventualmente a dos *Lancienses Transcudani*, pareceu-me perfeitamente justificada, tendo invocado noutro lugar (Guerra, 2007, p. 173-177) os argumentos que me levaram a considerar bastante sólida esta correspondência.

[9] V. especialmente Guerra, 1998, pp. 803-809; 2005b, p. 639.

exprimem pelo genitivo do plural, quer estas se designem como *gentilitates* (como parece ser patente em algumas epígrafes da região), quer de outra forma[10]. De uma forma geral a ocorrência destas é bastante esparsa, pelo que se correm com mais frequência riscos de o panorama de determinado momento ser substancialmente alterado com novas descobertas. Em certa medida foi isso que aconteceu no caso vertente.

A primeira inscrição registada nesta região da Beira Interior com referência a uma gentilidade foi dada a conhecer por Leite de Vasconcelos (1934[11]), que publicou um monumento originário de Teixoso (Covilhã), no qual se refere um *Silo Angeiti f(ilius) Maguacum*. Embora não se indique explicitamente a que corresponde a última palavra, apontou-se a sua interpretação como um genitivo plural relativo à unidade supra-familiar de *Silo*, numa estrutura onomástica que Faust (1979, p. 441) tinha definido como de «tipo 2» (Guerra 1998, p. 807), e como tal se inclui na mais recente actualização deste tipo de nomes (González Rodríguez; Ramírez Sánchez, 2011, p. 256).

Depois de um longo período sem achados similares, o panorama alterou-se de forma significativa, com ocorrências relativamente recentes de nova documentação. A primeira delas corresponde a uma epígrafe encontrada em S. Martinho (Castelo Branco), onde uma sequência menos clara deu origem a várias interpretações a respeito do nome da entidade envolvida e do termo com que genericamente ela se designaria, se *gens* (Encarnação, 2003) ou *gentilitas* (Curado, 2003, p. 39; 2008, p. 143-146). É possível que a conjugação do que se reitera ser lido na pedra e o que se regista na inscrição de Alcains vão no sentido de consagrar a segunda interpretação, hoje mais comumente aceite. No entanto, não se encontra resolvida de forma inequívoca a questão do nome da entidade aí referida, ainda que me pareça não ser aventuroso considerar mais viável a hipótese de estarmos perante uma *gentil(itas) Aesuriorum,* como foi já sugerido (Encarnação, 2009, p. 167). Embora as duas atestações antroponímicas aparentemente mais próximas respeitem a *nomina* associados a um *cognomen* grego[12], o seu carácter único e as hipóteses de relação etimológica com outros nomes pessoais similares de cariz inequivocamente hispânico têm sustentado a sua inclusão no âmbito da onomástica indígena (Vallejo, 2005, p. 112-113).

Mas um dos casos mais sugestivos da relevância que teriam estas unidades supra-familiares exprime-se num interessante monumento identificado em Alcains (Castelo Branco), no qual o dedicante é precisamente a *gentilitas Polturiciorum* (Assunção; Encarnação; Guerra, 2009, 214). Esta colocou a ara, de grande qualidade, a uma divindade apenas atestada nesse lugar, *Asidia,* na sequência da promessa feita por um dos seus elementos, o qual, sintomaticamente, apresenta um nome que corresponde à base linguística desta designação, *Polturus /-ius*. Presume-se que a divindade seja local e que essa *gentilitas* deveria ter igualmente um âmbito similar, certamente integrado no território da *ciuitas Igaeditanorum.*

Refira-se, enfim, a possibilidade de se atestar mais uma outra *gentilitas* nesta região. De entre o rico material epigráfico beirão, Fernando Patrício Curado (2008, p. 125-127) publicou uma epígrafe que denota um excelente trabalho oficinal, sendo a sua leitura é muito clara e não oferece, em geral, dificuldades. No entanto, uma parte do campo epigráfico foi afectada, pelo que a interpretação inte-

10 Para um elenco actualizado das ocorrências relativas a estas entidades na área em análise v. Assunção; Encarnação, Guerra, 2009, especialmente p. 186. A inscrição celtibérica da pátera de Monsanto, Idanha-a-Nova (MLH IV, K.0.1) contém o nome balaisokum, correspondente a uma unidade organizativa similar, mas a sua atribuição a essa localidade ou mesmo a território próximo é bastante problemática.

11 O seu texto é o seguinte: *Silo Angeiti f(ilius) Maguacum optimus d(e) s(uo) f(aciendum) c(urauit) M(arcus) Valerius Silo, duumvir primus*.

12 Trata-se de duas inscrições de *Augusta Emerita* (HAE 1007 e 1008) em que se registam os nomes de *Aesuria Epithumete* e *Aesyria Epithmete*, respectivamente.

gral do texto é controversa[13]. Apesar de algumas incertezas que esta hipótese apresenta, creio ser provável a sequência *Abileni/gi Tal[ai <filius>] / Carai[co]/rum*, admitindo a possibilidade de estarmos perante mais uma *gentilitas* desta região, na minha opinião uma proposta preferível às alterações à *editio prínceps* até agora sugeridas. A confirmar-se esta hipótese, poderíamos acrescentar uma *gentilitas* aos achados similares do território dos *Lancienses*.

9.

Os dados e considerações expostos ao longo do trabalho não resolvem, naturalmente, qualquer problema relacionado com os limites territoriais dos Vetões, nem esse constituía o seu objectivo, porque questões dessa natureza perdem verdadeiramente o seu sentido. Essas tentativas podem não ir além de elucubrações mais ou menos pertinentes sobre informações de diferente natureza, mas das quais não resulta um quadro coerente. E um dos problemas principais reside precisamente aí: pretender conciliar dados que na sua essência são distintos e nunca produzem um panorama com a coerência que idealizamos na nossa visão por vezes demasiado simplista da realidade. Compatibilizar elementos de natureza linguística e arqueológica e, por sua vez, ajustá-los a informações que as fontes literárias gregas e latinas nos proporcionam, parece-me uma utopia. Ambiciona-se, creio que inutilmente, delimitar o que nunca foi delimitado ou que nunca teve o uma configuração estável, criar uma uniformidade onde ela nunca existiu.

Parece-me, assim, mais adequado sublinhar a necessidade de trabalhar, em primeiro lugar, na compilação dos dados e no esforço para que estes se sistematizem e apresentem da forma mais rigorosa possível. Para além disso, penso ser relevante apurar o nosso olhar crítico sobre a investigação precedente de acordo com princípios metodológicos sólidos.

O resultado não contribui, por isso, para nos aproximarmos de uma resposta segura às questões, mas antes introduz elementos que a tornam mais complexa e aparentemente mais distante. Mas talvez mais próxima da sua verdadeira dimensão.

[13] A proposta de Curado (2008, p. 125) – *Ara se(pulcralis) Abileni/gi Tal[i, -ai] / Carai[co]/rum* – procurava conferir uma congruência gramatical ao texto. Em alternativa J. Cardim Ribeiro (2009, p. 47, n. 9) sugeriu a identificação, na 1.ª linha, do teónimo registado na inscrição de Arronches, *Harase* (*HEp* 17, 239), e, para além disso, uma nova interpretação do final da epígrafe – *Caraic[cos] r(eddiderunt, -estituerunt) u(otum)*.

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS:

CIL – *Corpus Inscriptionum Latinarum.* Berlin, 1853-

HAE – *Hispania Antiqua Epigraphica*

MLH IV – Untermann, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum, IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert Verlag.

TIR K-30 – *Tabula Imperii Romani, Hoja K-30 – Madrid*. Madrid, 1993.

RIB – *Roman Inscriptions of Britain.*

REFERÊNCIAS

Alarcão, J. de (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas. ICN, Parque Natural da Serra da Estrela.

Alarcão, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4(2), pp. 293-349.

Alarcão, J. de; Carvalho, P.; Madeira, J. L.; Osório, M. (2013) – o templo romano de Orjais e a sua bacia de visão. *Conimbriga*. Coimbra. 52, p. 67-128.

Alarcão, J. de; Imperial, F. (1996) – Sobre a localização de *Lancienses* e *Tapori*. In Maciel, J. (ed.) – *Miscelânea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 39-44.

Almagro Gorbea, M. (2009) – Lusitanos y Vettones. In Sanabria Marcos, P. J. (ed.) – *Lusitanos y vettones: los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa, Alto Alentejo, Cáceres*. Cáceres, p. 15-44.

Álvarez-Sanchís, J. R. (1999) – *Los vettones*, Madrid: Real Academia de la Historia.

Assunção, A.; Encarnação, J. d'; Guerra, A. (2009) – Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, p. 117-189.

Bonnaud, Ch. (2002a) – *Vetonia Antiqua*: Les limites éthniques et administratives d'un peuple del'ouest de la Meseta dans l'Antiquité. *Studia Historica – Historia Antigua*. Salamanca. 20, p.171-

Bonnaud, Ch. (2002b) – Les divinités indigènes de Vettonnie sous l'haut-empire romaIn essai d'inventaire et interprétation. *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 63-103.

Carneiro, A.; Encarnação, J. d'; Oliveira, J. de; Teixeira, C. (2008) – Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaehispanica*. Zaragoza. 8, pp. 167-178.

Carvalho, P. de (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior. In *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das 2.as Jornadas de Património da Beira Interior.* Guarda, p. 155-169.

Carvalho, P. C. (2007) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão/Coimbra: Câmara Municipal/Instituto de Arqueologia.

Curado, F. P. (2003) – Epigrafia latina de Castelo Branco. *Reconquista*. Castelo Branco. 24 de Abril de 2003, p. 39.

Curado, F. P. (2008) – Epigrafia das Beiras. Notas e correcções – 2. *Eburobriga*. Fundão. 5, p. 121-148.

Curado, F. P. (2015) – As aras romanas à deidade Asidia Polturicea. *Reconquista*. Castelo Branco, 30 de Abril, p. 35.

Encarnação, J. d' (2003) – Da ambiguidade e da certeza. *Conimbriga*. Comibra. 42, p. 117-128.

Encarnação, J. d' (2009) – Dos monumentos epigráficos da *Civitas Igaeditanorum*. *Praça Velha*. Guarda. 26, p. 163-171.

Encarnação, J. d' (2015) – Roma y Lusitania: ¿dos poderes paralelos? In *Actas del XII Coloquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos (Madrid, 19-21 de Noviembre de 2014)*. Madrid, p. 19-30.

Faust, M. (1979) – Tradición lingüística y estructura social: El caso de las *gentilitates*. Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, Junio 1976). Salamanca, p. 435-452.

González Rodríguez, M.ª C.; Ramírez Sánchez, M. (2011) – Unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania, III: Addenda. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 28, p. 253-267.

Guerra, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular,* Lisboa (dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa).

Guerra, A. (2005a) – Povos, cultura e língua no Ocidente peninsular: Uma perspectiva a partir da toponomástica. In *Acta Palaeohispanica IX. Actas del Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Barcelona, 20-24 de octobre de 2004) = Paleohispanica 5.* Zaragoza, pp. 793-822.

Guerra, A. (2007) – Sobre o território e a sede dos *Lancienses* (*Oppidani* e *Transcudani*) e outras questões conexas. *Conimbriga* 46, pp. 161-206.

Guerra, A. (2010) – A propósito dos conceitos de «lusitano» e «Lusitânia». *Serta Palaehispanica J. de Hoz = Palaeohispanica*. Zaragoza. 10, pp.

Guerra, A.; Fabião, C. (1992) – Viriato: Genealogia de um mito. *Penélope.* Lisboa. 8, pp. 9-23.

Lambrino, S. (1956) – Les inscriptions latines inédites du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série. 3, p. 5-73.

Leitão, A. de J. M. (2015) – *Religião e sociedade no concelho de Castelo Branco ao tempo dos romanos, segundo as fontes epigráficas*. Lisboa: Universidade Aberta (dissertação de Mestrado).

López Jiménez, O. (2004) – Las fuentes antiguas y la creación literaria de la Vetonia. *Gerión*. Madrid. 22:1, p. 201-214.

Olivares Pedreño, J. C. (2000-2001) – Teónimos y fronteras étnicas: los Lusitani. *Lucentum*. Alicante. 19-20, pp. 245-256

Olivares Pedreño, J. C. (2001) – Teónimos y pueblos indígenas hispanos: los vettones. *Iberia: revista de antigüedad*. Logroño. 4, pp. 57-69.

Patrocínio, M. F. S. do (1995) – A cabeça zoomórfica do Museu Municipal de Marvão. *Ibn Maruán*. Marvão. 5, pp. 25-39.

Perestrelo, M. S. (2003) – *A romanização da bacia do rio Côa*. Vila Nova de Foz-Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Roldán Hervás, J. M. (1968-1969) – Fuentes antiguas para el estudio de los Vettones. *Zephyrus*. Salamanca. 19, p. 73-103.

Roldán Hervás, J. M. (1974) – *Hispania y el ejército romano: Contribución a la Historia Social de España antigua*. Salamanca: Universidad.

Royal Commission on Ancient and Historical Monuments in Wales (1986) – *An Inventory of the Ancient Monuments in Brecknock (Brycheiniog): II. Hill-forts and Roman remains*. London: HMSO.

Rodrigues, A. V. (1980) – Ronda do Distrito: Registos de Arqueologia. *Altitude*. 2.ª série, 1. p. 99-100.

Ruiz Zapatero, G. (2007) – Imágenes de la sociedad prerromana: vettones. In Barril Vicente, M.; Galán Domingo, E. (eds.) – *Ecos del Mediterráneo: el mundo ibérico y la cultura vettona. Catálogo de la Exposición*. Ávila, p. 67-72.

Ruiz Zapatero, G.; Álvarez-Sanchís, J. R. (2002) – Etnicidad y Arqueología: tras la identidad de los Vettones. *SPAL, Revista de Prehistoria y Arqueología*. Sevilla. 11, p. 253-275.

Salinas de Frías, M. (1986[2]) – *La organización tribal de los Vetones*. 2.ª Ed. Salamanca.

Salinas de Frías, M. (2001) – *Los vettones. Indigenismo y romanización en el Occidente de la Meseta*. Salamanca.

Salinas de Frías, M.; Palao Vicente, J. J. (2012) – Nuevo miliario de Augusto procedente de Fuenteguinaldo (Salamanca). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 85, p. 273-279.

Sánchez-Moreno, E. (1994) – La cuestión de los límites y fronteras en los pueblos prerromanos de la Península Ibérica: el caso de los vetones y su marco territorial. In *Pre-Actas del III Congreso Peninsular de Historia Antigua (Vitoria, 1994), Vol. II*. Vitoria, p. 495-507.

Sánchez-Moreno, E. (2000) – *Vetones: Historia y Arqueología de un pueblo prerromano*. Madrid: Universidad Autónoma.

Sánchez-Moreno, E. (2007) – Los confines de la Vettonia meridional: identidades y fronteras. In Carrasco Serrano, G. (ed.), *Los pueblos prerromanos en Castilla-La Mancha*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 107-164.

Santos, M.ª J. (2009) – Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: La cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clássicos. In Sanabria Marcos, P. J. (ed.) – *Lusitanos y vettones: los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*. Cáceres, p. 181-196.

Sayas Abengochea, J. J.; López Melero, R. (1991): Vettones. In Solana, J. M. (ed.) – *Las entidades étnicas de la Meseta Norte de Hispania en época prerromana*. Valladolid, p. 73-123

Tovar, A. (1966-67) – L'inscription du Cabeço das Fráguas et la langue des Lusitaniens. *Études Celtiques*. 11, pp. 237-268.

Tovar, A. (1985) – La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, Salamanca: Universidad, pp. 227-253.

Vallejo Ruiz, J. M. (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria/Gasteiz.

Vasconcelos, J. L. de (1934) – Antiguidades do concelho da Covilhã. *Biblos*. Coimbra. 10, pp. 24-31.

Vaz, J. L. I. (1985) – Inscrição Romana de Argomil (Pinhel). *Beira Alta*. Viseu. 44: 4, p. 635-639.

O SÍTIO ROMANO DA COMENDA: NOVOS DADOS SOBRE A CAMPANHA DE 1977

CATARINA VIEGAS[1]

RESUMO

O sítio romano da Comenda é conhecido desde o século XIX, tendo sido identificado como um estabelecimento do tipo *villa* com um edifício de banhos e um conjunto de cetárias. Actualmente continua a erosão do talude da margem esquerda da Ribeira da Ajuda, originada pelas oscilações das marés, e encontram-se no leito da ribeira e na sua margem, diversos vestígios de construções romanas, assim como restos de pavimentos e paredes revestidas com *opus signinum*. Neste trabalho publicam-se os dados inéditos resultantes da única campanha de escavações realizada no sítio, em 1977, pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, sob direcção de João Rosa Viegas e que contou igualmente com a colaboração do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Tendo por base o conjunto de documentação da escavação e o estudo dos materiais recolhidos identificaram-se dois momentos na estratigrafia do sítio, ambos integrados na antiguidade tardia.

ABSTRACT

The Roman site in Comenda is known since the 19th century, and it has been identified as a *villa* with a bath building and several fish salting vats. Nowadays the erosion of the left margin of Ribeira da Ajuda continues and several Roman remains are visible, such as Roman walls and pavements covered with typical Roman cement. In this paper new data is publishd concerning the only excavation that took place in the site in 1977. The campaign was conducted by team of the the Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, under the direction of João Rosa Viegas with the collaboration of the Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Based on the materials recovered, together with the documentation obtained during the archaeological works, two distinct phases of the late antique period of the site were identified.

[1] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
c.viegas@letras.ulisboa.pt

1. INTRODUÇÃO

O sítio romano da Comenda (CNS 3452) localiza-se na margem esquerda da Ribeira da Ajuda, no concelho de Setúbal (Fig. 1). A estação é conhecida desde o século XIX tendo sido objecto de diversos estudos que deram a conhecer materiais e estruturas de época romana como cetárias, um edifício de banhos e diversos muros relacionados com um estabelecimento do tipo *villa*.

Neste trabalho publicam-se os dados inéditos resultantes da única campanha de escavações realizada no sítio, em 1977, pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia da Junta Distrital de Setúbal, sob direcção de João Rosa Viegas e que contou igualmente com a colaboração do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Tendo por base o conjunto de documentação da escavação e o estudo dos materiais recolhidos reconheceram-se dois momentos na estratigrafia do sítio, ambos integrados na antiguidade tardia.

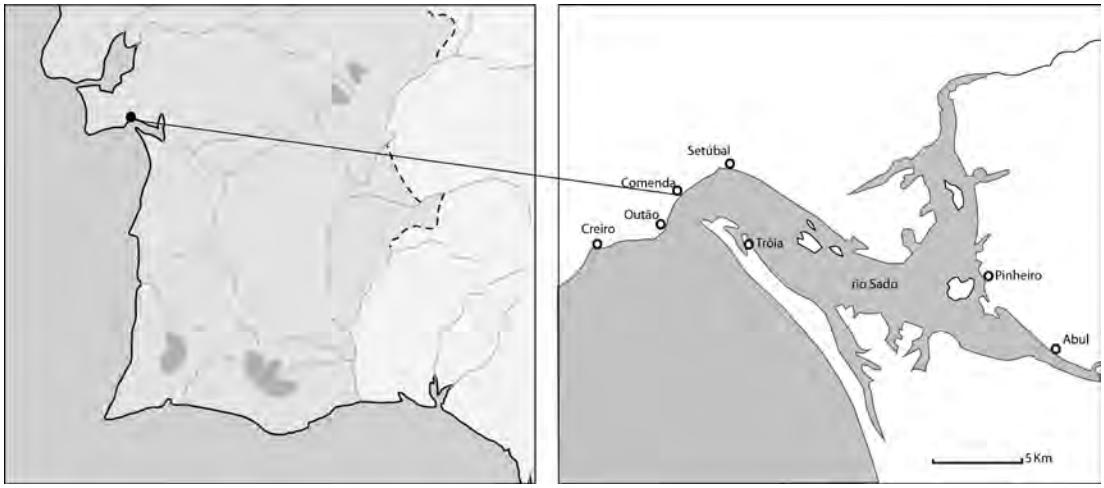


FIG. 1. Localização da Comenda no estuário do Sado.

2. OS DADOS DA QUESTÃO

Já em 1897 Joaquim Rasteiro referia-se, nas páginas de *O Arqueólogo Português*, a «edificações romanas» na foz da Ribeira da Ajuda: «Vêem-se fundos de pequenos tanques, ou quaesquer recipientes, construídos em argamassa em que predomina o tijolo pisado», reconhecendo semelhanças com os existentes em Tróia (Rasteiro, 1897).

Posteriormente, nos diversos trabalhos que Inácio Marques da Costa dedicou às estações arqueológicas dos arredores de Setúbal, em diferentes ocasiões são feitas alusões ao sítio da Comenda, designadamente às «ruinas de cetárias romanas, iguaes às de Tróia e como elas destinadas à salga de peixe e molluscos para exportação» (Costa, 1905, p. 189). A Figura que apresenta coloca estas cetárias no que corresponde hoje ao leito da Ribeira da Ajuda e a montante da mesma situa um conjunto de estruturas de alvenaria que corresponderiam a elementos de uma antiga Represa romana. Justifica a sua existência para o abastecimento de água doce ao sítio romano. Infelizmente, dada a representação das cetárias ser muito esquemática, não podemos inferir qualquer dado sobre a eventual planimetria da unidade de preparados piscícolas da Comenda.

Em 1964, Victor S. Gonçalves publicou na Separata do Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia o artigo intitulado «Notas sobre algumas povoações romanas dos arredores de Setúbal. I – A estação romana da Comenda e o problema da desaparição de Cetóbriga», (Gonçalves, 1964, p. 1-14). Trata-se de um trabalho que resulta de deslocações que realizou ao local, acompanhado por

Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita. Do conjunto de «destroços» existentes na margem esquerda da Ribeira da Ajuda aponta a existência de um conjunto de materiais de construção, como diferentes tipos de *lateres* (alguns rectangulares com encaixes outros paralelopipédicos), tijolos de quadrante, *tegula* e *imbrex*, além de fragmentos de *opus signinum* provenientes certamente do fundo de cetárias outrora também visíveis no local. Entre os materiais, são publicados exemplares de cerâmica comum (*dolium*, *ollae* e tigelas) além de um fundo de *terra sigillata* de tipo itálico com marca de oleiro que veio posteriormente a ser identificada como produção de Cneus Ateius (Silva e Cabrita, 1964).

Observou-se igualmente no local um muro e um arco de volta inteira que é apontado como tendo pertencido a um edifício termal (Gonçalves, 1964, p. 6-8). Considerada como povoação satélite de Cetóbriga, definitivamente identificada com os vestígios da cidade de Setúbal, conclui-se que neste local teria existido uma unidade de explora*ção de preparad*os piscícolas com cetárias semelhante às de Tróia «Nalgumas encontrei ainda restos de espinhas de peixe, inequívoca prova de sua utilização.» (Gonçalves, 1964, p. 7).

Também em 1964, Carlos Tavares da Silva e Mateus Gonçalves Cabrita, editaram na revista Cetóbriga «Estações romanas da região de Setúbal», referindo-se no Capítulo relativo aos «Estabelecimentos Industriais de Conserva de Peixe« ao sítio da Comenda e Presa. Numa fotografia assinala-se a estratigrafia que ainda hoje é visível no talude junto à ribeira aludindo ainda aos materiais anteriormente referidos (1964, p. 21-24, Fig. 27).

Os arquivos da DGPC guardam ainda outros testemunhos das intervenções de Carlos Tavares da Silva junto das entidades responsáveis, tendo em vista a defesa e preservação deste sítio. Efectivamente, em ofício enviado em 1969 à Junta Nacional da Educação, e na qualidade de delegado da 2.ª secção da Junta Nacional da Educação no concelho de Setúbal, foi dado a conhecer o Relatório «*Estragos que a estação romana da Comenda poderá vir a sofrer*». Aqui refere-se novamente à estratigrafia que se podia observar no talude formado pela erosão das águas da Ribeira da Ajuda e alerta para obras de terraplanagem nas imediações. Em resposta dirigida ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, a Câmara Municipal de Setúbal assegura que não serão realizadas quaisquer obras nas proximidades da Estação Romana da Comenda.

Com as observações e reflexões realizadas nos anos 60 estavam lançadas as bases para a identificação do sítio como *villa* romana, com balneário associado e com vestígios de cetárias.

Em 1973 teve início o processo de pedido de autorização para a realização de uma campanha de trabalhos arqueológicos na Comenda, trabalhos esses que foram realizados de 29 de Maio a 1 de Julho de 1977 e que constituíram a única ocasião em que o sítio foi objecto de uma intervenção. O artigo que consta da Informação Arqueológica refere: «(...) atingiu-se uma profundidade superior a dois metros tendo, num dos sectores aparecido à profundidade de 1,70 m., uma lareira a que se segue um fundo de uma habitação; trata-se provavelmente da última ocupação romana, tardia decerto, mas cuja datação não se pode ainda precisar.» (Viegas, 1978, p. 32)

O conjunto de materiais então recuperados que agora tivemos oportunidade de estudar permitiu não só apontar para uma cronologia mais precisa relativamente à ocupação tardo-antiga do sítio, como identificar a sua fase final de ocupação. Para este efeito procedemos a uma análise sistemática das cerâmicas, da informação do único relatório realizado, da autoria de João Rosa Viegas e Joaquina Soares (1980); assim como dos cadernos de campo realizados pelos participantes na escavação que contêm esquemas e descrições das realidades arqueológicos identificadas e ainda um conjunto de registos gráficos (plantas e cortes) e fotográficos (diapositivos e fotografias a preto e branco).

Nos anos 80, o sítio foi objecto de outras referências em trabalhos de síntese sobre a arqueologia da Arrábida, não alterando as balizas cronológicas anteriormente fixadas para a sua ocupação

situadas entre o século I (fundo de *terra sigillata* de tipo itálico com marca de Cneus Ateius) e o século IV (médio de Magnêncio) (Silva; Soares, 1986, 194, Fig 160).

Posteriormente, nos anos 90, L. Trindade e A. D. Diogo referem-se especificamente a materiais recolhidos em visitas realizadas ao sítio em Janeiro de 1994 e em Fevereiro de 1996, portanto sem contexto arqueológico. Já anteriormente, a propósito dos fornos de ânforas da região de Alcácer do Sal, alude-se a um conjunto de materiais recolhidos à superfície, depositados no Museu do Mar, em Cascais, que correspondem essencialmente a ânforas Dressel 14, Almagro 51c e Sado 1, assim como a diversos recipientes de cerâmica comum de produção sadina como potes, taças, tachos ou alguidares. A *sigillata* clara D está igualmente representada pelas formas Hayes 91 e Hayes 73 (Diogo, Faria e Ferreira, 1987, 105-109, est XVII-XIX). Nessa ocasião defenderam a existência de fornos de produção cerâmica no local «(...) para cuja existência apontam vários fragmentos de vasos queimados aquando da cozedura (...) e as muitas pedras circulares, de granito, actualmente utilizadas como âncoras pelos pescadores, e que poderão ter pertencido a rodas de oleiro (...)» (Diogo, Faria e Ferreira 1987, p. 105). Mais tarde, L. Trindade e A. D. Diogo reconheciam que estas pedras graníticas cilíndricas podiam corresponder a mós a afirmavam a necessidade de escavação do sítio para confirmação desta hipótese (1996, p. 9-10).

Nas recolhas realizadas em 1994 e 1996, entre a *terra sigillata* dominam as produções tardias, sobretudo de sigillata clara D (formas Hayes 59, Hayes 91 A ou B, Hayes 104 A, sendo ainda de registar um fundo com decoração de rosetas e folhas de palma do estilo A de Hayes e uma lucerna norte africana, tipo Dressel 30 do século IV-V. O conjunto completa-se com uma tigela de *sigillata* foceense tardia da forma Hayes 3C (Trindade e Diogo, 1996, p. 8 e 9).

As ânforas lusitanas então obtidas são oriundas do Vale do Sado estando presentes as formas Dressel 14, Almagro 51c e fundo de Almagro 51 AB, assim como um exemplar do tipo Sado 1 (Trindade e Diogo, 1996, p. 8 e 9). As importações anfóricas norte africanas encontram-se igualmente no sítio, com o tipo Keay XXVB, assim como as béticas, como o prova a existência de uma ânfora do tipo Dressel 23 datada do século III-IV (Trindade e Diogo, 1996, p. 8 e 9).

Este trabalho permitiu alargar a carta de distribuição da *sigillata* foceense tardia e, simultaneamente, ampliar o âmbito cronológico do sítio, situando o seu abandono, na primeira metade do século VI, advertindo os autores que estas cerâmicas constituem «(...), possíveis indicadores do abandono da estação, e não necessariamente do fim da laboração industrial do sítio, que poderá ser anterior (...).» (Trindade e Diogo, 1996, p. 9).

O Projecto do Sado Luso-Francês do Sado desenvolveu-se sobretudo em torno do sítio de Tróia e dos centros produtores de ânforas, com especial destaque para o Pinheiro e Abúl. Na obra «Les amphores du Sado», o sítio da Comenda foi mencionado como local de produção de preparados piscícolas como Tróia, Setúbal e Creiro (Mayet, Schmitt, Silva, 1996, p. 12).

Em sínteses posteriores, que tiveram como objecto de estudo da produção de preparados piscícolas na Hispânia, o sítio é sucessivamente mencionado tendo por base os dados anteriormente conhecidos (Lagóstena, 2001; Étienne e Mayet, 2002; Fabião, 2009).

Actualmente permanecem visíveis diversos vestígios no sítio da Comenda, como muros de *opus vitatum*, assim como uma estrutura de planta semi circular em *opus mixtum*. Mantém-se a erosão do talude, na margem esquerda da Ribeira da Ajuda, mercê das oscilações das marés, encontrando-se no leito da ribeira e na sua margem, numa extensão de várias dezenas de metros, diversos blocos de construções romanas, assim como restos de pavimentos e paredes revestidas com *opus signinum*. Estas estruturas já se encontravam visíveis nos anos 60 e foram documentadas também por F. L. Antunes nos anos 90, que pôde igualmente fotografar ainda alguns fundos de tanques revestidos a *opus signinum* (1991, p. 56, Fig. 4).

3. NOVOS ELEMENTOS PARA O CONHECIMENTO DO SÍTIO ROMANO DA COMENDA

3.1. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 1977

Os trabalhos foram suscitados pela progressiva erosão do talude que ladeia a Ribeira da Ajuda, por um lado, mas também porque à data da intervenção arqueológica, construções clandestinas e hortelejos anexos colocavam em risco o sítio.

A intervenção arqueológica realizada na Quinta da Comenda teve lugar entre os dias 29 de Maio e 1 de Julho de 1977 tendo os trabalhos sido realizados pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal: Antónia Rosa Coelho, Carlos Tavares da Silva, João Rosa Viegas, Joaquina Coelho Soares e Luisa Ferrer Dias; e pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra: Jorge de Alarcão e Jeannette U. Nolen, e os então estudantes António Quinteira, António José Nunes Pinto, Maria Rosa Baltasar Barreto e Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida. Em diversos aspectos logísticos e práticos, a campanha contou ainda com a colaboração da Câmara Municipal de Setúbal, do Parque Natural da Arrábida e da SECIL (Viegas e Coelho-Soares, 1978, p. 1-2).

A quadrícula implantada no terreno era formada por quadrados de 6 m de lado com orientação Norte/Sul, tendo-se optado por dividir estes em sectores (quadrados com 3 m de lado: sector X, Y, W e Z). Entre o material gráfico desta intervenção não lográmos encontrar as duas plantas gerais a que se faz referência no relatório e que, respectivamente, assinalavam no areal os vestígios de muros e de cetárias e indicavam a localização das sondagens realizadas. Foram escavados dois quadrados: quadrado F3 e o J4 (Figs. 2 e 3) tendo-se atingido uma profundidade de cerca de 2,20 m no Quadrado F3, não parecendo, no entanto ter sido possível atingir níveis estéreis. A existência de vegetação e árvores no local condicionou a escavação no quadrado F3, sobretudo no sector X, como os relatos e esquemas existentes nos cadernos de campo e as fotografias demonstram.

FIG. 2. Comenda 1977. Quadrado F3, sector W. Muro 2 e estrutura de lareira. Fotografia de João Rosa Viegas.

FIG. 3. Comenda 1977. Quadrado J4, sector Y. Aspecto da escavação da camada 2. Fotografia de João Rosa Viegas.

3.2. A SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA, AS ESTRUTURAS E OS MATERIAIS RECUPERADOS

Neste trabalho apresentamos uma primeira proposta de faseamento estratigráfico do sítio tendo por base a leitura conjugada do relatório dos trabalhos (Viegas e Soares, 1980), das notas dos cadernos de campo e do conjunto dos elementos gráficos e fotográficos recolhidos no campo pelos arqueólogos responsáveis pela única intervenção arqueológica realizada no sítio, assim com do estudo dos materiais então recolhidos.

A escavação realizada permitiu identificar um conjunto de níveis arqueológicos que se podem enquadrar genericamente no período tardo-antigo. Ainda assim foi possível distinguir, do ponto de vista estratigráfico duas fases. Uma primeira fase tardo-antiga, correspondente aos momentos de utilização e abandono de estruturas de carácter doméstico relacionadas com o estabelecimento de tipo *villa* que se encontra no local. Trata-se de um conjunto de níveis que se conservaram nos diversos sectores do quadrado F3 e que se encontravam em contacto com os muros que aí foram detectados. Referimo-nos concretamente às camadas 6, 7, 8 e 9 do Quadrado F3, sector X; camada 3 do quadrado F3, sector W; camada 6 e 7 do quadrado F3, sector Z (Fig. 4.1).

Os muros identificados no Quadrado F3, sector W, a uma profundidade de 1,67 m eram constituídos por alvenaria de pedra e argamassa com uma largura de 48 cm e encontravam-se conservados numa altura máxima de 55 cm. Estes muros (designados por muro 2), formavam o canto de um compartimento do que poderá ter sido uma área habitacional, tendo-se identificado adossado a esta estrutura, no seu interior, uma lareira (Fig. 2 e 4.2). Esta apresentava uma forma subrectangular (77 × 82 cm) e foi construída com tijoleiras colocadas na horizontal e limitada por outras, na vertical. A estrutura já devia encontrar-se desactivada no seu momento de abandono pois estranhou-se não terem sido recuperados carvões ou cinzas associados em grande quantidade (Viegas e Soares, 1980, p. 9).

A segunda fase tardo-antiga corresponde aos níveis de abandono destas estruturas e às camadas de terra que as cobriam. Trata-se de um conjunto de estratos formados por diversas camadas que foram individualizadas (devido às distintas colorações e características que apresentavam) mas que aqui considerámos como um todo integrado nesta fase. Correspondem às camadas 1 e 2 do Quadrado F3W; camadas 1, 2, 3 e 4 de F3X e às camadas 1 e 2 de F3W (Fig. 4.1). Incluímos também nesta fase as camadas 1, 2 e 3 que foram escavadas no Quadrado J4

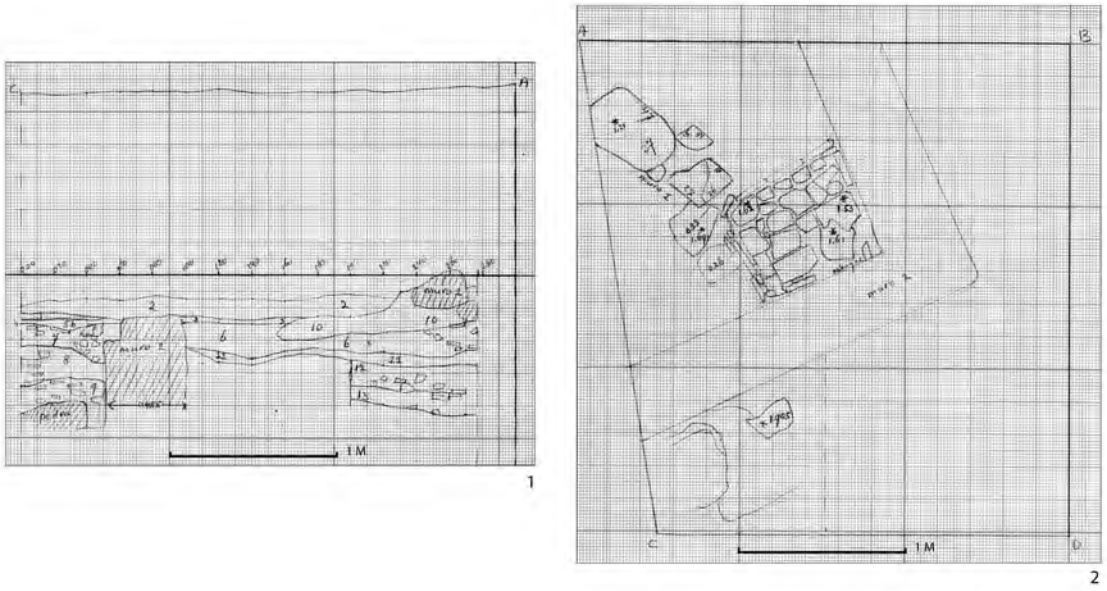


FIG. 4. Comenda 1977. 1: Quadrado F3, sector W. Corte Oeste; 2: Quadrado F3, sector W. Planta do quadrado com as estrutura identificadas. Desenhos da autoria da equipa responsável pela escavação.

3.3. OS MATERIAIS E A CRONOLOGIA DA FASE 1 TARDO-ANTIGA

O conjunto de materiais recuperados nas camadas desta fase é constituído por *sigillata* africana, ânforas sadinas e béticas, cerâmica comum (Tabela 1), cerâmica de construção (sobretudo *lateres* e *imbrices*), vidro, tesselas, um fragmento de placa de mármore com inscrição, fragmentos de escória, assim como elementos de mós manuais. A fauna mamalógica e malacológica foi igualmente recolhida.

A obtenção de cronologia mais precisa teve por base o estudo da *terra sigillata* de produção norte africana, juntamente com os dos restantes materiais: ânforas e cerâmica comum. Assim, os sete exemplares de sigillata clara D cuja forma foi identificada permitiram situar cronologicamente esta fase entre a segunda metade do século IV e o terceiro quartel do século V.

Os elementos que permitem avançar com esta cronologia correspondem a formas como a Hayes 59 (Fig. 5, 4), datada entre as primeiras décadas do século IV e as primeiras décadas da centúria seguinte (320 e 420); o tipo Hayes 63 com cronologia situada em torno ao último quartel do século IV (Fig. 5, 5); ou o prato da forma Hayes 67 (Fig. 5, 6) datado entre a segunda metade do século IV e o terceiro quartel do século V (Hayes, 1982), que correspondem ao «pacote» habitualmente conhecido para esta datação (Viegas, 2007). Um exemplar da forma Hayes 80, que possui cronologia da primeira metade do século V (Bonifay 2004, p. 201), apresenta uma perfuração para reparação (Fig. 5, 7). O exemplar 1 da Fig. 5 pode integrar-se numa variante da forma Hayes 56. Trata-se de parte do que pensamos ser uma pega semicircular muito possivelmente da aba desse prato, pois apresenta o mesmo tipo de decoração com aplicação de pérolas que estes exemplares habitualmente ostentam. Este prato de grandes dimensões de forma rectangular possui uma cronologia entre a segunda metade do século IV e as primeiras décadas do século V, e é bastante raro no contexto das importações africanas para o Ocidente peninsular. O fragmento de fundo decorado com palmetas, grelhas e círculos concêntricos também oferece a mesma datação pois insere-se no estilo A (iii) de Hayes (Fig. 5, 2), sendo ainda de referir a existência de uma lucerna do tipo Atlante VIII (Fig. 5, 3) que pode ser datada do séc IV até ao terceiro quartel do século V (Atlante, 1982, p. 191).

Tivemos dificuldade em integrar nesta fase um exemplar de *sigillata* Clara C da forma Hayes 50. Sendo impossível determinar se pertence à variante A ou B, o âmbito cronológico deste tipo abarca um período entre o primeiro quartel do século II e o século V.

As ânforas lusitanas são naturalmente muito abundantes no conjunto, encontrando-se presentes as formas mais características das produções tardias do vale do Sado como o tipo Almagro 51c, Almagro 51 A-B ou Sado 1.

Das fases mais antigas da produção sadina regista-se um exemplar de fundo anelar (Fig. 6, 18) do que hoje designamos como forma Lusitana 3 e que anteriormente foi identificada como Almagro 51c, variante A (Mayet, Silva, 1998, p. 133, Fig. 50, n.º 55). Uma forma integrável no chamado período de transição das olarias de Pinheiro, cuja datação se situa entre o final do século II e o início do século III (Mayet, Silva, 1998, p. 113 e ss). Trata-se, portanto de um fundo que poderá encontrar-se em posição residual nestas camadas que apresenta datação de uma fase claramente anterior. Também desta mesma fase das olarias do Pinheiro, preferimos classificar como Almagro 51c o bordo da peça 8 da Fig. 5 que apresenta uma moldura exterior e que nos remete para as formas Dressel 28 ou Gauloise 4 (Mayet, Silva, 1998, Fig. 52, n.º 77).

A forma Almagro 51c é, sem dúvida, a mais representada no sítio, o que não é de estranhar uma vez que corresponde ao contentor anfórico mais produzido nos vales do Tejo e Sado, neste período. A grande variabilidade de soluções dos bordos que se encontra patente no esquema evolutivo proposto para as olarias do Pinheiro por F. Mayet e C. Tavares da Silva (1998) reflecte-se também no conjunto presente na Comenda. Assim, encontram-se não só os bordos de perfil mais arredondado (Fig. 5, 9-11) datáveis do primeiro terço do século IV (Mayet, Silva, 1998, Fig. 81, n.os 19 e 22; Viegas,

TABELA 1. COMENDA 1977
CERÂMICA DA FASE 1 E FASE 2 TARDO-ANTIGAS (N.º FRAGS. E NMI)
Segundo *Protocole Beauvray*, 1998

			FASE 1		FASE 2	
			N.º FRAGS.	NMI	N.º FRAGS.	NMI
CERÂMICAS FINAS	TSS	Drag 27	1	1	1	1
		Prato	1	1	–	–
		Indet.	1	1	–	–
	TSH	Drag. 27	–	–	1	1
		Indet.	–	–	1	1
	TS Cl A	Indet.	4	1	-	-
	TS Cl C	Hayes 50	1	1	–	–
		Indet.	1	1	4	1
	TS Cl D	Hayes 56	2	1	–	–
		Hayes 59	1	1	–	–
		Hayes 63	1	1	–	–
		Hayes 67	1	1	–	–
		Hayes 80	–	–	1	1
		Hayes 87	–	–	2	1
		Hayes 91	–	–	3	3
		Indet.	6	1	7	1
		Decor.	1	1	1	1
ÂNFORAS	Lusitanas	Dressel 14	2	1	–	–
		Lusitana 3	1	1	–	–
		Almagro 51c	9	8	3	3
		Almagro 51 AB	5	3	–	–
		Almagro 50	–	–	1	1
		Sado 1	4	4	2	2
	Béticas	Dressel 7/11	1	1	2	2
		Haltern 70	–	–	1	1
		Dressel 20	–	–	1	1
		Keay 16	1	1	–	–
	Africana	Africana IIA			1	1
CERÂMICA COMUM		Prato	19	15	1	1
		Prato covo	1	1	–	–
		Tigela	4	4	2	2
		Almofariz	2	2	–	–
		Tampa	1	1	–	–
		Potinho	5	5	1	1
		Panela	32	31	26	26
		Tacho	19	18	2	2
		Alguidar	12	12	2	2
		Dolium	3	3	4	4
TOTAL			**142**	**123**	**70**	**60**

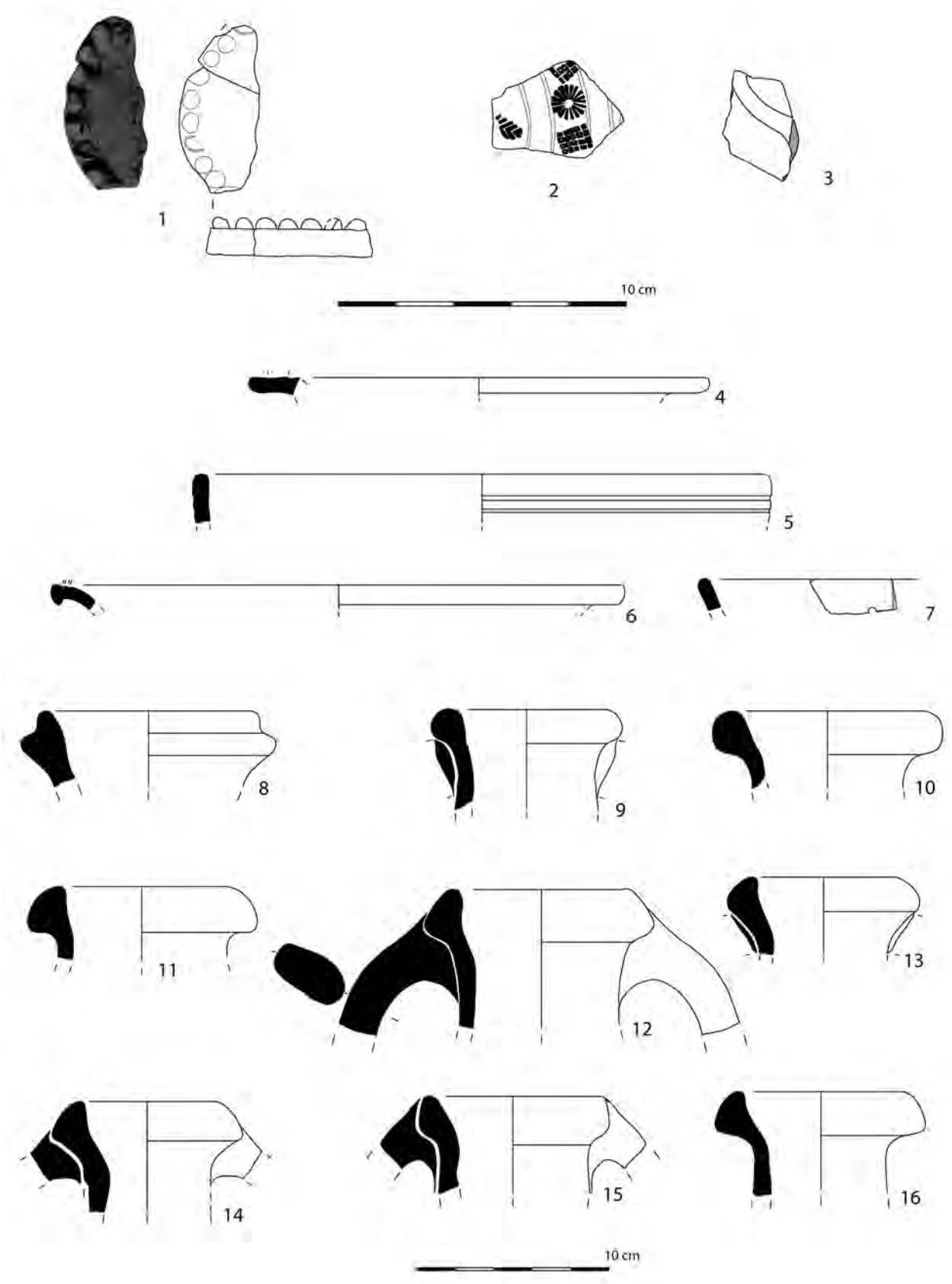


FIG. 5. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Sigillata africana e ânforas lusitanas.

Raposo e Pinto, 2014), mas igualmente os de secção triangular (Fig. 5, 12-16) com inflexão interna mais ou menos acentuada. Os fundos 19 e 20 da Fig. 6 devem ter igualmente pertencido a ânforas Almagro 51c. No último caso o bico fundeiro foi removido, podendo esta peça ter servido de funil, situação que não é completamente inédita. A reutilização de fundo de recipientes para utilização como funis encontra-se documentada na cerâmica comum da unidade de produção da Rua dos Correeiros, em Lisboa (informação cedida por Carolina Grilo que se encontra a estudar esse material no âmbito da sua dissertação de Doutoramento).

Ainda que minoritária, a forma Almagro 51 A-B encontra-se igualmente no conjunto da Comenda embora, curiosamente, só se tenham conservado fragmentos do seu característico colo estreito e cilíndrico com asas de orelha como sucede com o n.º 17 da Fig. 6 ou fragmentos de asas (que não ilustrámos). Foi produzida no vale do Sado, sendo novamente os dados do Pinheiro que a colocam nas derradeiras fases de produção deste sítio, a partir do final do século IV ou mesmo no início do século V (Mayet e Silva, 1998). A sua fraca expressão na *villa* romana da Comenda reflecte igualmente o que sucede nos centros produtores onde ocorre também em menor número que as suas congéneres (Pinto e Magalhães, 2014).

Igualmente de produção sadina e com um âmbito cronológico entre a segunda metade do século III e a primeira metade do século V (Pinto e Almeida, 2013), o tipo Sado 1 (Lusitana 8), sobretudo na sua variante A encontra-se atestado na Comenda. Trata-se de um conjunto de três peças que apresentam o característico bordo alto de secção almendrada (Fig. 6, n.º 21-23). Relativamente ao exemplar 24 da Fig. 6 pode integrar-se na variante B da mesma forma.

As importações béticas que transportaram preparados piscícolas ocorrem também nesta fase, mas são minoritárias encontrando-se representadas apenas por um exemplar da forma Keay 16 (Fig. 6, 25).

Entre os materiais que se encontram em posição residual nestes contextos pode referir-se um exemplar do tipo Dressel 7/11 bético (asa não ilustrada), situação que explica igualmente a presença da ânfora Dressel 14 de produção lusitana/sadina (Fig. 6, 26). Dois fundos de Dressel 14 (Fig. 6, 27 e 28) parecem ter sido reaproveitados por se encontrarem afeiçoados, possivelmente para servirem de pilão num almofariz.

A *terra sigillata* alto imperial não é abundante estando presentes três fragmentos de *sigillata* sudgálica (uma taça Drag. 27 e um prato de tipo indeterminado) além de um fragmento de *sigillata* hispânica de forma indeterminada. As importações de *sigillata* africana correspondente às fases mais antigas são escassas com apenas quatro fragmentos indeterminados de *sigillata* clara A.

A reduzida dimensão de alguns fragmentos de vidro não permitiu a sua integração tipológica, existindo igualmente referência, no relatório a uma «lucerna de bico redondo, pasta ocre amarelada, com marca «COP» (Viegas e Soares, 1980, p. 10).

A esmagadora maioria da cerâmica comum corresponde a produções de âmbito local/regional. Contudo, a diversidade de fabricos é assinalável, não tendo sido possível, no contexto deste trabalho proceder a uma análise detalhada desta realidade que deixaremos para outra ocasião. Além das produções de cerâmica comum sadina identificaram-se cerâmicas de pastas brancas caulinícas e cerâmicas comuns de pasta cinzenta (Fig. 7, 29-33).

Do ponto de vista cronológico, parece-nos claro que estas cerâmicas encontram nestes contextos da Comenda os seus melhores elementos de datação, pela associação à *terra sigillata* e ânforas, portanto com uma cronologia situada entre a segunda metade do século IV e o terceiro quartel do século V.

Como se referiu a cerâmica comum de origem local/regional domina no inventário, ainda assim encontramos o registo de alguns exemplares produzidos em pasta caulinítica e outros fabricos que correspondem a produções cuja origem será mais difícil reconhecer. Exemplifica esta reali-

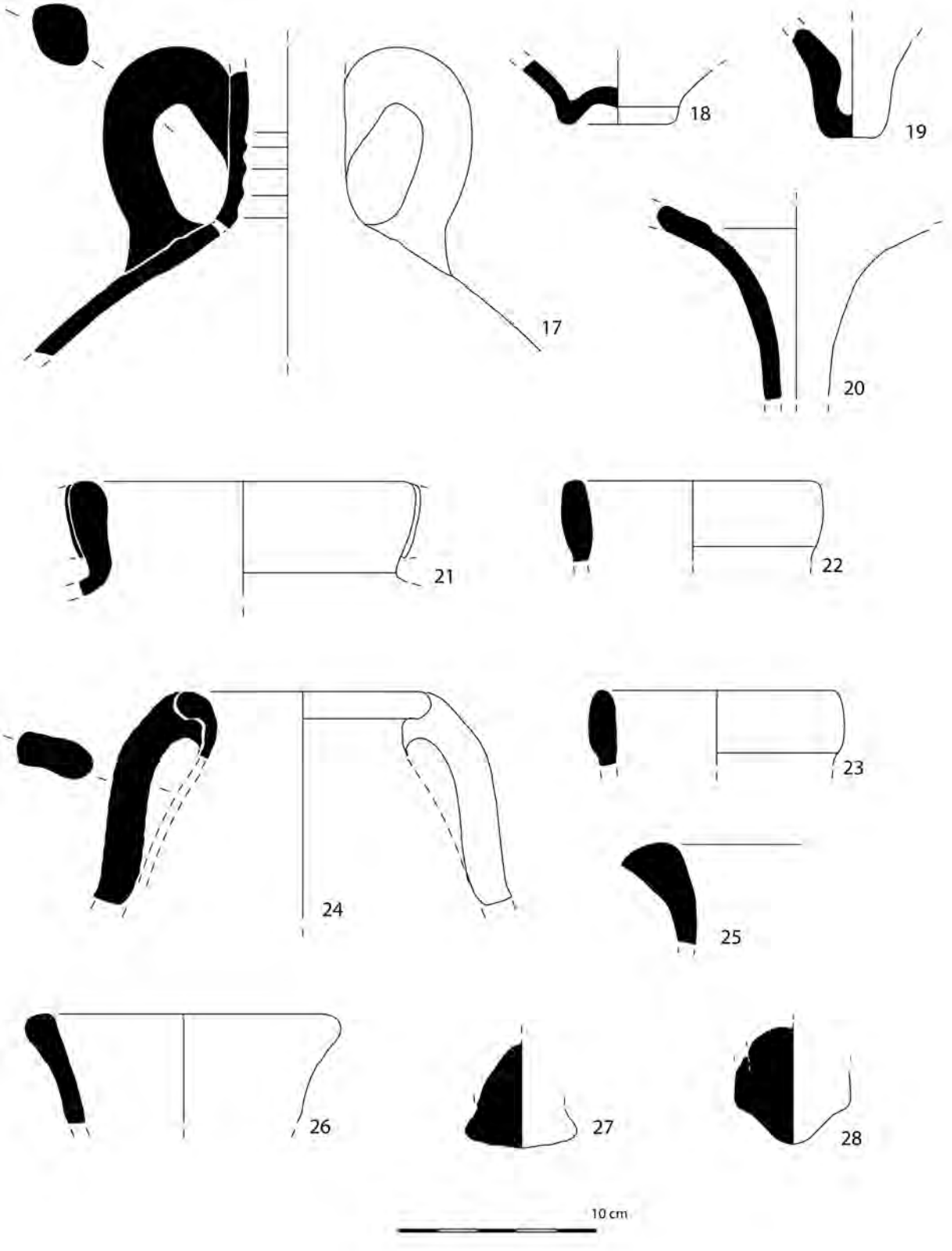


FIG. 6. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Ânforas lusitanas e bética.

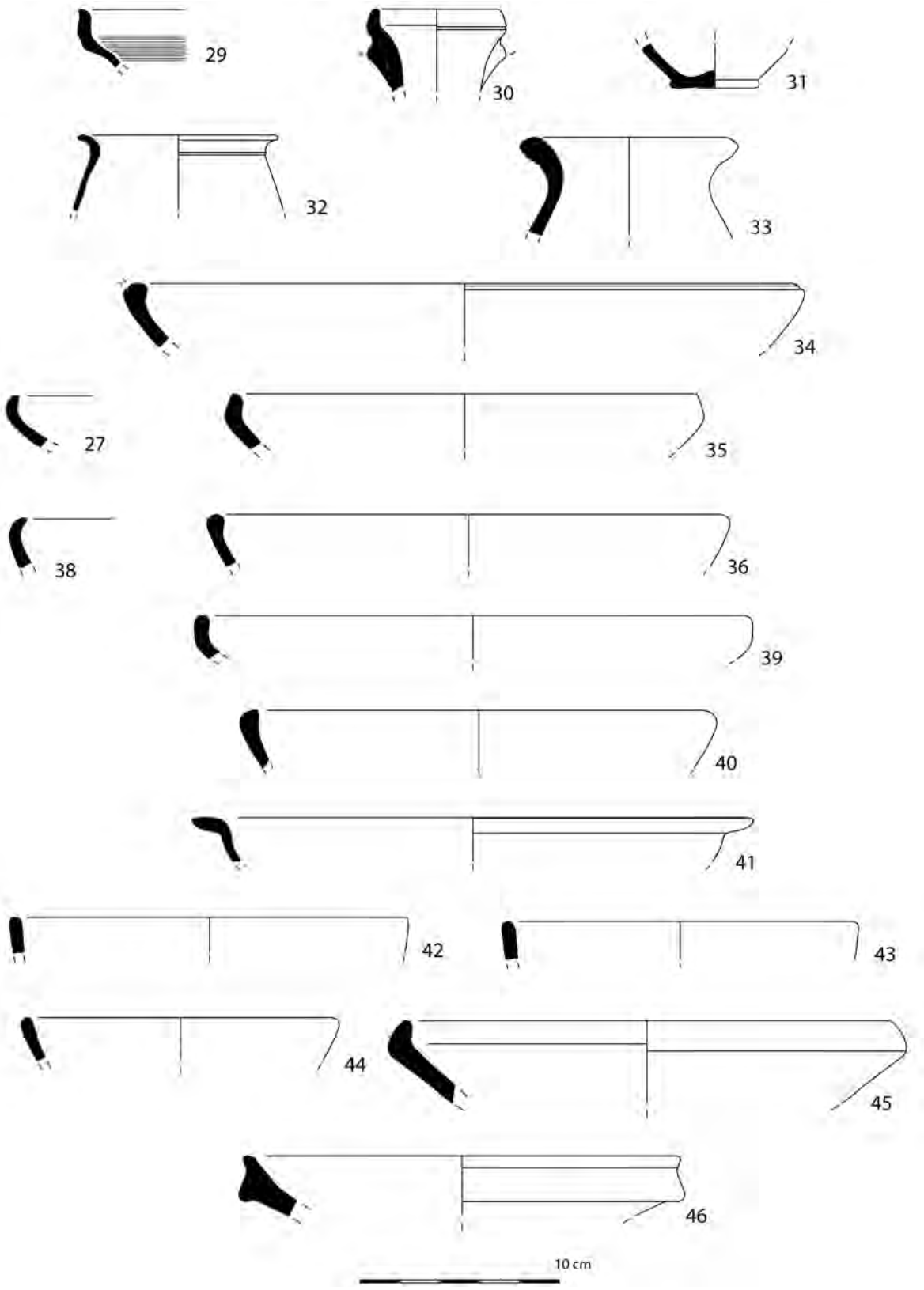


FIG. 7. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum de pasta branca caulinítica e cinzenta e cerâmica comum local/regional.

dade o almofariz n.º 29 da Fig. 7 produzido em cerâmica branca caulinítica atribuída por I. Vaz Pinto à Ilha do Pessegueiro. Possui paralelo seguro nos almofarizes de S. Cucufate da forma IV-B-1 («Almofariz de bordo direito arqueado e espessado, parede recta e evasada com estrias no interior»). Em S. Cucufate esta forma ocorre de meados do século II até meados do século IV (Pinto, 2003, p. 263, Fig. 165). No mesmo fabrico, a bilha n.º 30 da Fig. 7 assemelha-se bastante com a forma rara XII-C--fr 11 também de S. Cucufate e produzida em pasta branca caulinítica. I. Vaz Pinto apresenta diversos paralelos para o seu exemplar, todos na região alentejana (Pinto, 2003, p. 445, Fig. 513). O fundo de pequena bilha ou pote (Fig. 7, 31) também foi produzido em pasta branca caulinítica.

O potinho n.º 32 da Fig. 7 possui uma pasta cinzenta algo depurada e apresenta linhas verticais polidas. Possui bons paralelos em formas identificadas em S. Cucufate da série X-a-4 e X-A-5 (Pinto, 2003, p. 404-405, Fig. 416). Com pasta clara semelhante às que se atribuem à Bética, o potinho n.º 33 da Fig. 7 possui um bordo simples, voltado para o exterior e paredes relativamente espessas para o que é o habitual neste tipo de recipientes.

Entre a cerâmica comum de âmbito local/regional, muito provavelmente originária das olarias do estuário do Sado, encontramos um conjunto algo diversificado de formas destinadas ao serviço de mesa (pratos e tigelas)(Fig. 7, n.º 34-45), à confecção de alimentos a quente (panelas e tachos) (Fig. 8, 47-63) ou relacionados com a sua preparação, a frio (almofariz)(Fig. 7, 46), ou ainda de armazenamento (potes e *dolia*)(Fig. 9, 65-66). Relacionámos uma série de alguidares com as actividades do processo de produção de preparados de peixe (Fig. 9, 67-73).

Entre as formas destinadas ao serviço de mesa, mas que também podem ter sido utilizadas ocasionalmente na cozinha, os pratos de bordo simples (Fig. 7, 34-40) encontram-se bem representados, integrando-se na série I-A de S. Cucufate (Pinto, 2003, p,. 160 e ss). Um prato apresenta bordo em aba, voltado para o exterior (Fig. 7, 41) da série I-C de S. Cucufate (Pinto, 2003, p. 160 e ss). Encontram-se pratos idênticos na produção da olaria do Pinheiro, nomeadamente na sua fase final, no século IV (Mayet, Silva, 1998, p. 234, Fig 84, n.os 43 a 47).

As tigelas de bordo simples também são frequentes no conjunto (Fig. 7, 42-44) e encontram semelhanças nos exemplares do tipo II-A-2 de S. Cucufate (Pinto, 2003, p. 228 e 229, Fig. 117).

O Prato covo n.º 45 da Fig. 7 possui bordo voltado para o interior e parede bastante evasada, com semelhanças com a forma II-B-3 de S. Cucufate, típico do Baixo Império (Pinto, 2003, p,. 218-219, Fig. 102).

A forma utilizada para a preparação de alimentos a frio que corresponde ao almofariz encontra-se representada, como já se referiu por um exemplar de pasta branca, caulinítica, registando-se igualmente um exemplar de produção local. O almofariz n.º 46 da Fig. 7 não possui as características estrias concêntricas na superfície interna, mas encontra um bom paralelo nos materiais da olaria do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, Fig. 84, n.º54) e em S. Cucufate (Pinto, 2003, p. 270, Fig. 179).

A variedade de panelas é grande, registando-se as características panelas de bordo simples voltado para o exterior, que deixam adivinhar um corpo hemisférico (Fig. 8, 47-53) e que encontram exemplares idênticos em S. Cucufate na forma VIII-B-5 (Pinto 2003, p. 363-364, Fig. 334-335). Formas semelhantes ocorrem igualmente no Creiro com datação atribuída à segunda metade do século IV, inícios do século V (Silva, Coelho-Soares, 1987, Fig. 10, n.º 5). Noutros casos, os exemplares da Comenda surgem com espessamento do bordo e uma ligeira ranhura para encaixe de uma tampa, como sucede no caso dos n.os 54-65 da Fig. 8.

Os tachos mais característicos da Comenda possuem bordo de aba horizontal, (Fig. 8, 57-61) e correspondem a formas muito comuns na área sadina e presentes também em contextos Baixo--Imperiais de Setúbal (Silva, *et al*., 2014, p. 197, Fig. 38, n.º 6). Considerei ainda como tacho as peças n.º 62 e 63 da Fig. 8 que possuem em comum o facto de apresentarem sinais de utilização ao fogo na superfície exterior. O exemplar n.º 63 apresenta pasta castanha e polimento em faixas na super-

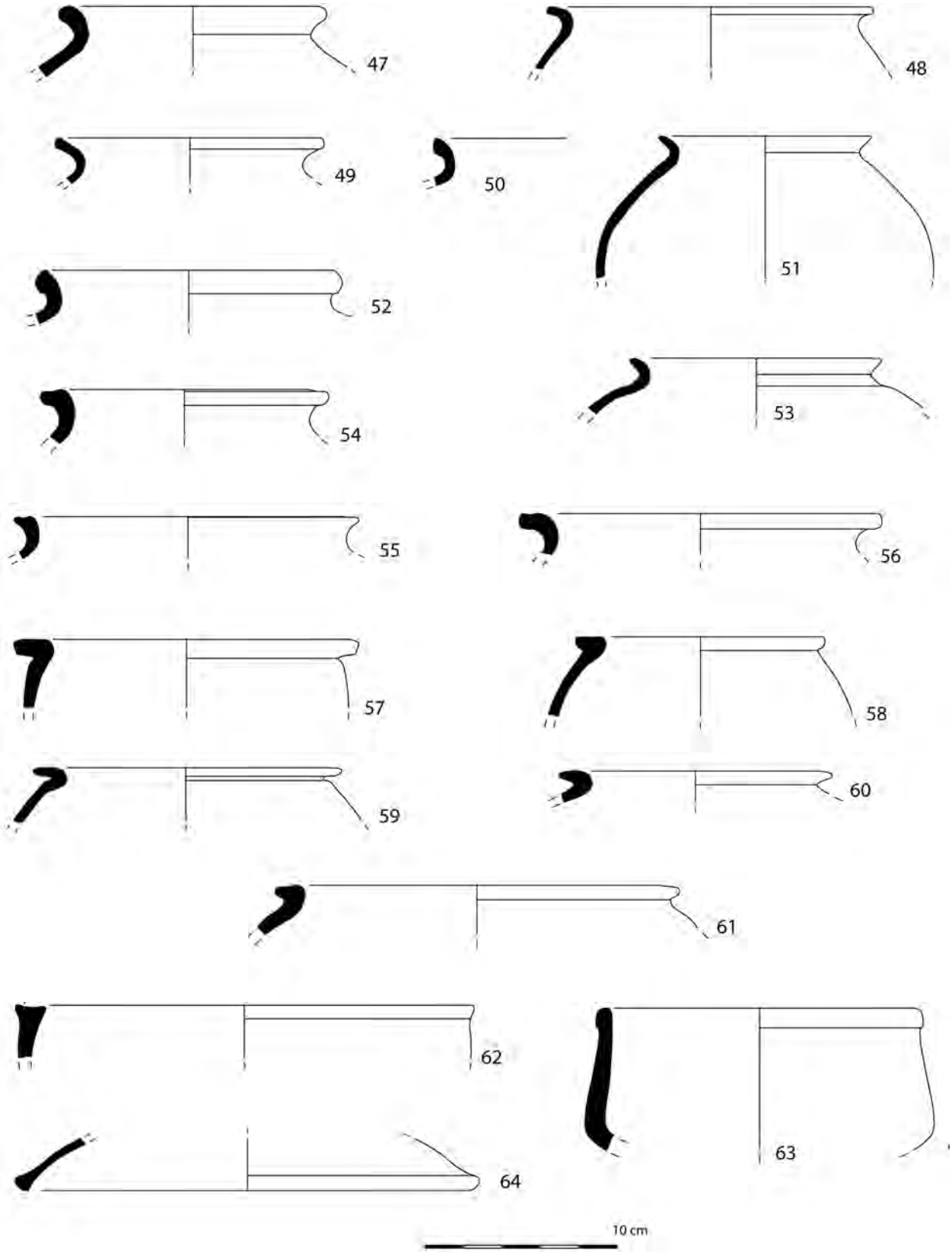


FIG. 8. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional.

fície externa. Esta peça encontra um perfil semelhante num exemplar da olaria do Pinheiro (Mayet e Silva, 1998, p. 233, Fig. 83, n.º 31).

Assinalamos apenas um exemplar de uma tampa de bordo simples, ligeiramente espessado (Fig. 8, 64).

A peça 180 (não ilustrada) parece corresponder a um pote, embora não tenha sido possível encontrar paralelos exactos. Na Comenda os recipientes de armazenamento por excelência correspondem aos *dolia* ou talhas de que os exemplares n.º 65 a 67 da Fig. 9 constituem bons exemplos. Trata-se, apesar das diferenças nas suas dimensões, de talhas com bordo espessado horizontal. Talhas idêntica ao n.º 67 da Fig. 9 ocorrem nas olarias do Pinheiro nos contextos tardios da produção da olaria (Mayet, Silva, 1998, p. 236, Fig. 86, n.os 73, 75 e 76), ou em S. Cucufate (Pinto 2003, p. 460, Fig. 538).

Os alguidares são muito frequentes entre o material da Comenda, aspecto que associamos às actividades relacionadas com a preparação do peixe no contexto de laboração das cetárias. Numericamente expressivos e com grande variabilidade de perfil de bordo, os alguidares dividem-se essencialmente em duas variantes: a primeira integra os exemplares n.º 68 a 73 da Fig. 9 com uma aba mais ou menos espessa, horizontal ligeiramente reentrante e parede recta. Um alguidar idêntico aos n.os 68 e 69 que apresenta sulcos horizontais no topo do bordo, ocorre nos contextos alto imperiais de Setúbal (Silva *et al.*, 2014, p. 184, Fig. 23, n.º 12). A julgar pelas semelhanças que registam, os restantes exemplares n.º 71-73 da Fig. 9 são muito provavelmente originários das olarias do Pinheiro (Mayet, Silva, 1998, p. 254, Fig. 104, n.º 226, 229 e 233). A segunda variante corresponde a um alguidar com bordo de aba alongada horizontal como sucede nos n.os 74-76, Fig. 10. Novamente, a semelhança com exemplares do Pinheiro é notória (Mayet e Silva, 1998, p. 235, Fig. 85, n.º 57, 60 e 62; p. 254, Fig. 104, n.º 219 e 220).

Uma referência deve ser igualmente feita à cerâmica de construção. A equipa que realizou os trabalhos em 1977 recolheu centenas de fragmentos de *lateres* assim como de *imbrices,* sendo no entato relativamente raras as *tegulae*. A presença de alguns fragmentos de tijoleiras rectangulares com encaixes podem relacionar-se com as paredes duplas dos compartimentos aquecidos das termas e uma peça cilíndrica com perfurações (Fig. 10, 77) pode explicar-se igualmente neste contexto. Estas peças encontram-se documentadas na edificação das abóbodas nestes edifícios. Um elemento de canalização foi igualmente identificado (Fig. 10, 78).

Os vestígios da existência de pavimentos em mosaico são uma realidade que encontra expressão num conjunto de tesselas brancas recolhidas.

Na campanha de escavação de 1977 recuperou-se igualmente uma placa de mármore branco com uma epígrafe (Fig. 10, 79). Trata-se do fragmento de uma placa de 1,2cm de espessura (e 6,2 x 8,5cm nas suas dimenões máximas) com uma inscrição de que apenas se conservou uma linha com a seguinte leitura: [...] NDIN [...], em que os dois últimos caracteres se encontram em nexo. Possivelmente existiria uma segunda linha, conservando-se um traço horizontal, mas a sua posição e dimensão não permite perceber exactamente do que se trata. A inscrição corresponde, muito provavelmente, a um antropónimo como Secundinus ou Secundina. De notar que o nome Secundina se encontra em várias inscrições funerárias da Lusitânia, em exemplares provenientes de Mértola (IRCP 106; HepOl 21097), de Beja (HepOl 21192), e de Cáceres (HepOl 19389 e HepOl 27616). Relativamente a uma eventual datação tendo por base critérios paleográficos, apenas podemos avançar que não estamos perante a típica letra capital sendo o *ductus* algo irregular, afastando-se a hipótese de uma cronologia Alto Imperial (agradeço a Amílcar Guerra a colaboração na leitura desta epígrafe). Tanto quanto sabemos trata-se da primeira ocorrência de um elemento em mármore na *villa*, muito provavelmente proveniente da região de Estremoz-Vila-Viçosa, não sendo de excluir a possibilidade de corresponder a uma placa para integrar um monumento funerário.

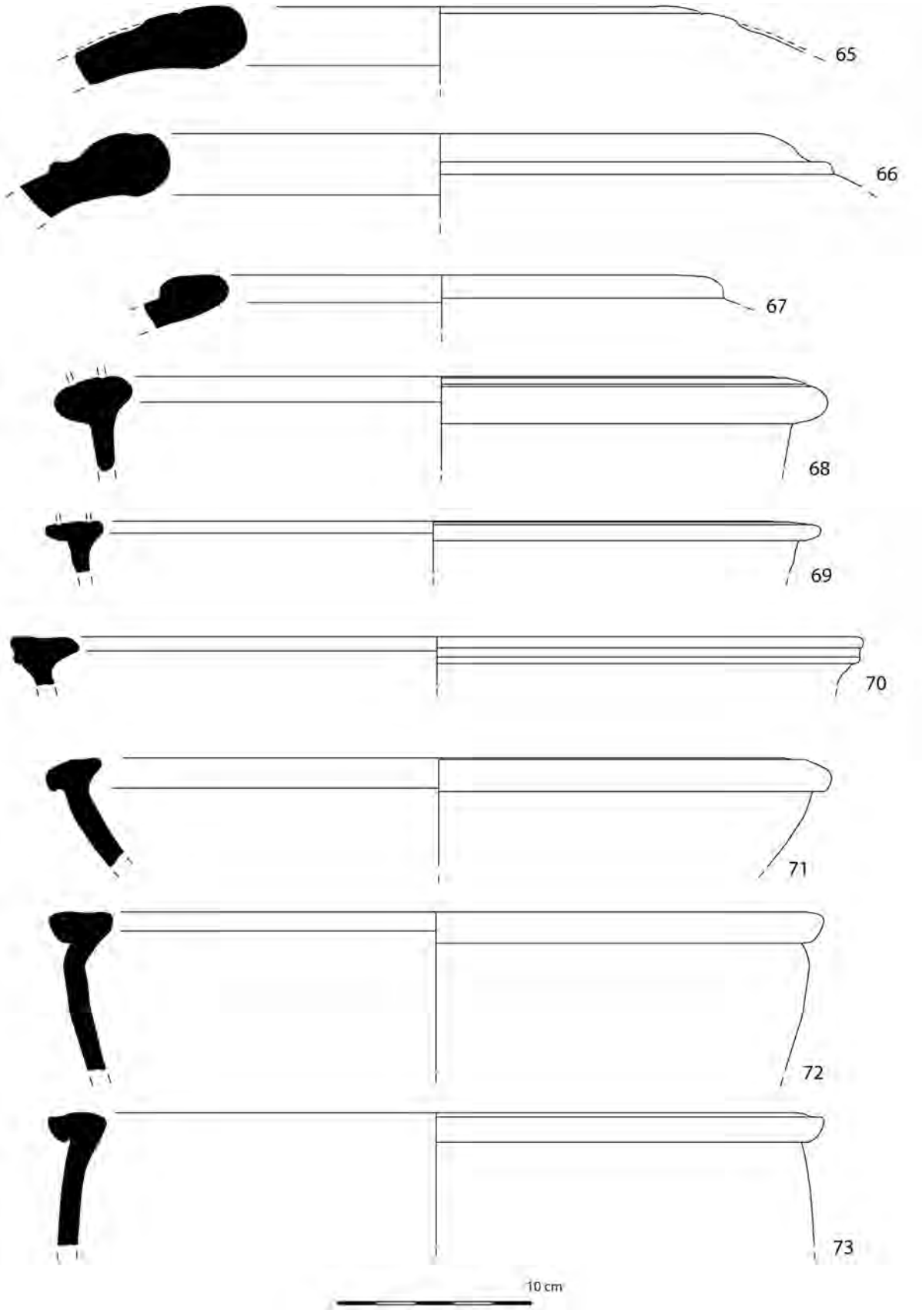


FIG. 9. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional.

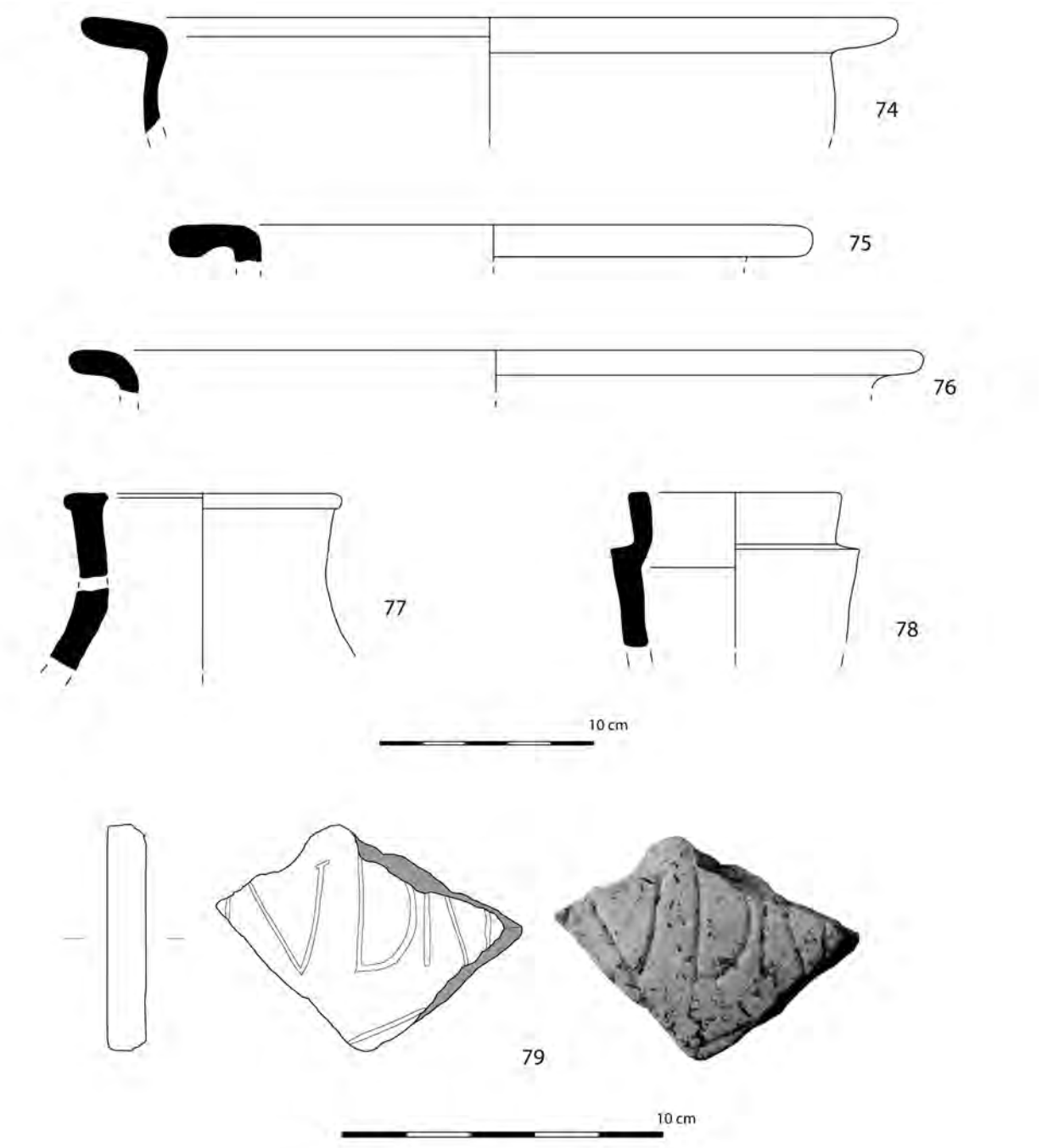


FIG. 10. Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional. Cerâmica de construção. Placa de mármore com inscrição.

De destacar ainda a ocorrência desta inscrição na margem direita do Sado, de onde não se conhece registo epigráfico, salvo o que foi mencionado para o Outão, ainda no século XVII (Figueiredo, 1896, p. 163-164 *apud* Alarcão, 2004, p. 318; Alarcão, 2011, p. 326).

Relativamente às actividades produtivas da *villa*, assinala-se uma quantidade significativa de mós, aspecto que já tinha anteriormente sido realçado por V. S. Gonçalves (1964) e que nos remete para a moagem manual de cereais. A existência destas mós parece ser uma realidade não

só na Comenda (Fig. 3), encontrando-se igualmente em Tróia uma quantidade apreciável destes elementos. Aparentemente, e de acordo com os dados recentes conseguidos por Darío Bernal em *Iulia Traducta*, estas mós podem ter sido utilizadas para a obtenção de farinhas de peixe (Bernal e Domínguez, 2012, p. 673-674). De facto, as análises realizadas aos poros destes instrumentos mostraram a existência de micro-restos ictiológicos formados por escamas e vértebras de peixes, assim como de ouriços do mar. Além desta identificação, obtida por meios radiométricos, foram igualmente detectados vestígios de cinábrio, a base do conhecido pigmento vermelho utilizado na Antiguidade e que poderá ter sido usado como corante na indústria de preparados piscícolas, além de inúmeros outros propósitos (Bernal e Domínguez, 2012, p. 675 e ss.).

Os fragmentos de escória encontram-se igualmente entre o material recuperado na escavação de 1977, o que denota a actividade metalúrgica possivelmente em contextos artesanais de reparação de instrumentos agrícolas e outros, no âmbito produtivo da *villa*.

A exploração dos recursos marinhos pode ainda ser comprovada, além da existência das cetárias, através de abundante fauna malacológica que foi recolhida no local. Igualmente interessantes poderão vir a ser os resultados do estudo do conjunto de fauna mamalógica que, não sendo muito numeroso, poderá ajudar a esclarecer aspectos relacionados com a eventual exploração de gado ou aproveitamento animal no contexto da *villa*.

Os contextos arqueológicos agora tratados e integrados nesta fase 1 tardo-antiga da Comenda possuem grandes semelhanças, nas suas características, na composição dos materiais que os integram e na sua cronologia com o que se identificou em Setúbal, nomeadamente os conjuntos de época romana Baixo-Imperial recuperados no interior do tanque do reservatório de água da R. Francisco Augusto Flamengo (Silva, 2014, p. 186; Figs. 36-40). Contextos idênticos encontram-se identificados em Tróia, designadamente no enchimento do tanque 7c da unidade 2, que as autoras dataram de meados do século V (Pinto, Magalhães e Brum, 2010, p. 534-536, Fig. 8). Neste caso, os materiais correspondem ao abandono da segunda fase de laboração desta unidade de produção de preparados de peixe, em Tróia.

Igualmente associado a este âmbito cronológico encontramos a segunda fase de ocupação do Creiro marcada pelo abandono de um dos tanques da unidade de exploração de preparados de peixe (Silva e Coelho-Soares, 1987), e cujos materiais também se podem relacionar com o faseamento que agora apresentamos para a Comenda.

3.4. OS MATERIAIS E A CRONOLOGIA DA FASE 2 TARDO-ANTIGA

Como tivémos oportunidade de referir *supra*, o conjunto de estruturas identificadas no Quadrado F3 encontravam-se cobertos por uma série de camadas de terra que correspondem a um momento posterior ao abandono destes muros.

O conjunto de cerâmicas recuperadas nestas camadas permitiu integrar esta fase, do ponto de vista cronológico, num momento um pouco posterior à anterior, que situámos na primeira metade do século VI (Tabela 1). A justificar esta cronologia encontramos a forma Hayes 91 na sua variante C (Fig. 11, n.º 84), que Hayes datou desde o segundo quartel do século VI até ao século VII (Hayes, 1978, p. 144) e que Bonifay atribuiu às décadas centrais do século VI (2004, p. 179).

A peça n.º 82 da Fig. 11 corresponde à forma Hayes 87C, datada dos inícios do século VI na variante A1 de Bonifay, com bordo triangular, mas a dimensão do fragmento não deixa perceber se a peça inclui os restantes atributos definidos por Bonifay (como, por exemplo, o polimento em faixas no interior) (2004, p. 174-175). A forma Hayes 80 (Fig. 11, 80) e o fragmento com decoração integrável no estilo A de Hayes (Fig. 11, 81) podem datar-se da fase anterior, encontrando-se possivelmente aqui em posição residual.

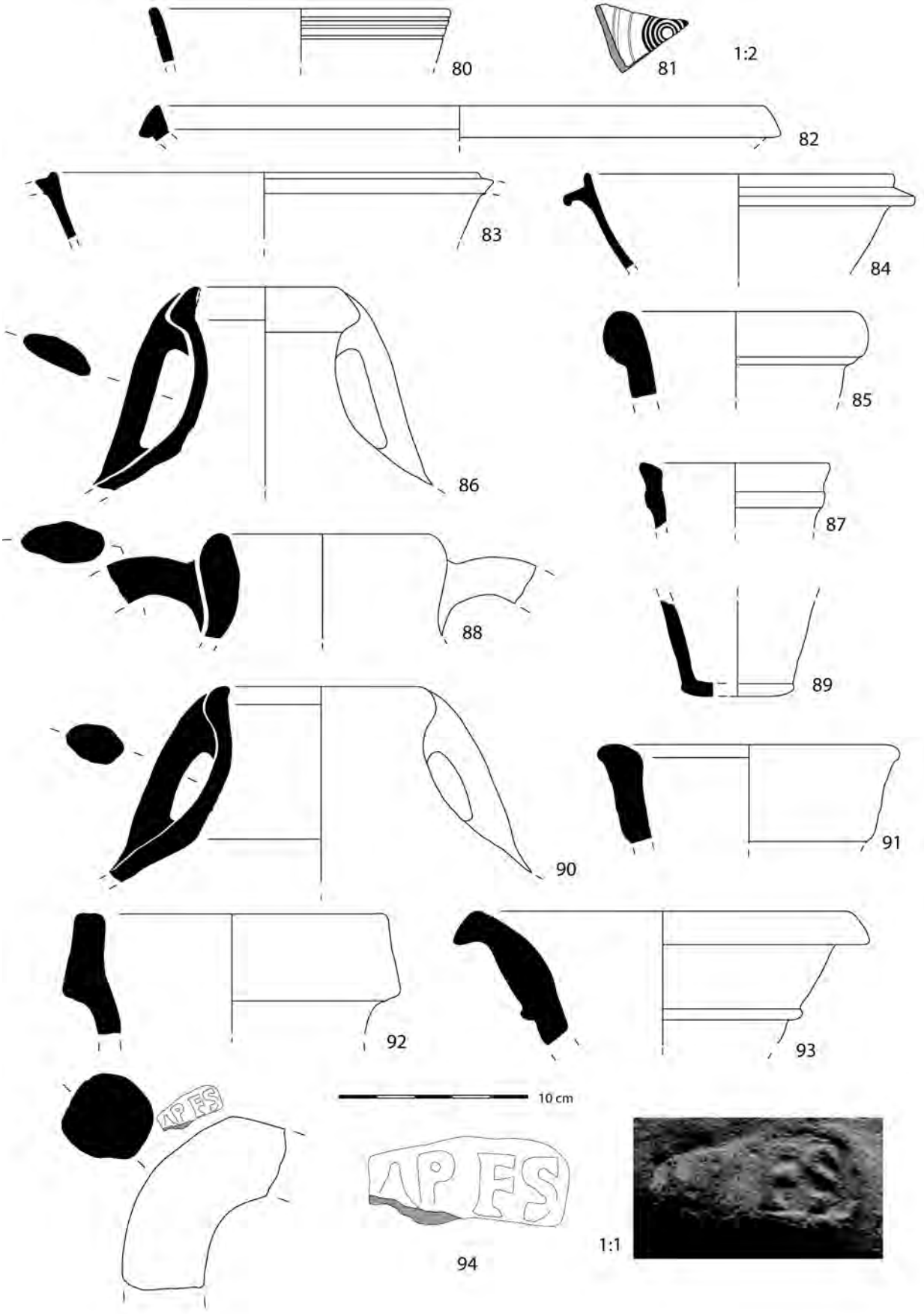


FIG. 11. Comenda. Fase 2 tardo-antiga. Sigillata africana e ânforas lusitanas, norte africanas e béticas.

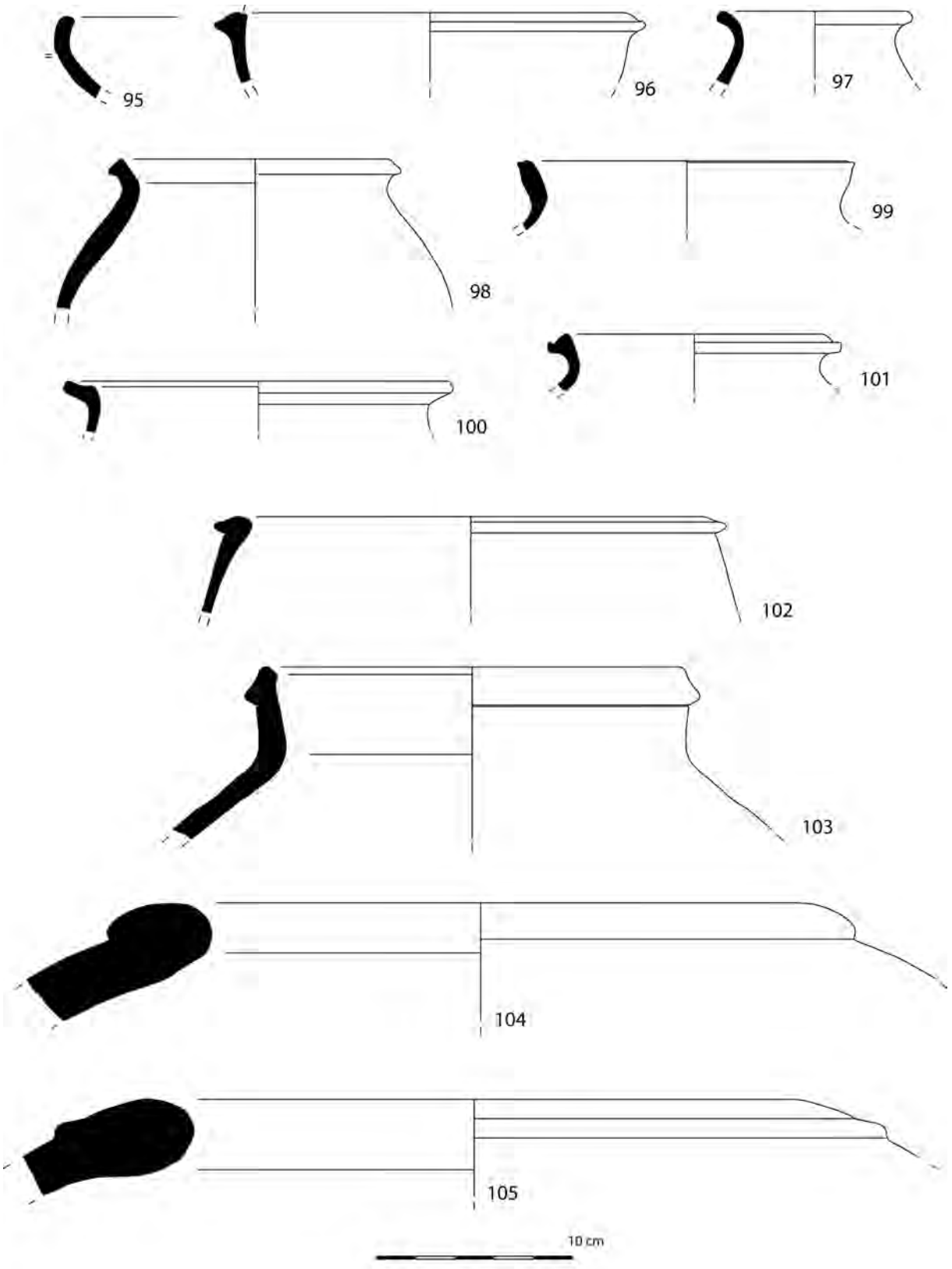


FIG. 12. Comenda. Fase 2 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional

As ânforas lusitanas associadas a estes níveis integram-se nas produções sadinas como sucede com a Almagro 51c (Fig. 11, 86) Sado 1, variante A e B (Fig. 11, 88 e 90), e Almagro 50 (Fig. 11, 87) ou a Lusitana 9 (Fig. 11, 89). Além destas, as importações africanas são igualmente uma realidade como sucede com a forma Africana IIA (Fig. 11, 85).

Entre a cerâmica comum reconhecem-se novamente como dominantes as produções de âmbito local/regional com exemplares relacionados com o serviço de mesa como o prato n.º 95, a tigela n.º 96 e o potinho n.º 97 da Fig. 12. Na cerâmica de cozinha registam-se panelas e tachos com grande diversidade de soluções de bordos que podem apresentar-se simples ou espessados (Fig. 12, 98 e 99), com aba (Fig. 12, 100) ou perfil triangular (Fig. 12, 101). O tacho mantém o bordo com aba (Fig. 12, 102). A função de armazenamento parece continuar relevante como testemunha a existência de um pote (Fig. 12, 102) e de uma série de *dolia* de bordo espessado horizontal idênticos aos da fase anterior (Fig. 12, 104 e 105).

Existe ainda um conjunto de materiais que se encontra em posição residual nestes níveis tardo-antigos, tal como dois fragmentos de *terra sigillata* de forma indeterminada (sudgálica e hispânica).

A importação de preparados piscícolas gaditanos e de produtos vínicos oriundos do Guadalquivir encontra-se testemunhada, respectivamente, pelas ânforas Dressel 7/11 (Fig. 11, 92 e 93) e Haltern 70 (Fig. 11, 91). A importação de azeite, embora de uma fase mais avançada, das primeiras décadas do século III, foi evidenciada pela presença uma asa de ânfora Dressel 20 com marca de oleiro onde se lê APFS (Fig. 11, 94). Trata-se de uma peça que possui paralelo em diversos exemplares recuperados no Monte Testaccio, em Roma. Especificamente as marcas CEIPAC 15291 e CEIPAC 28801, que são as que se encontram mais bem conservadas, apresentam datação do primeiro quartel do século III (Remesal e Blázquez Martínez, 2010, p. 212).

Desconhecemos que função o sítio teria nesta fase final, uma vez que os materiais recuperados não se encontram associados a nenhuma estrutura. No entanto, não deixa de ser relevante que a cronologia desta fase seja coincidente com a das derradeiras importações de *sigillata* africana para Tróia (Magalhães, 2010) e, da fase V, da Travessa João Galo, em Setúbal, que possui uma cronologia igualmente do século VI (Silva e Coelho-Soares, 2014, p. 324-332, Fig. 14-18).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sítio romano da Comenda é conhecido desde o século XIX. O conjunto de dados recolhidos desde então alicerçou a ideia da existência de uma estrutura do tipo *villa* com um edifício de *balnea* a que se associa igualmente um conjunto de cetárias. A sua ocupação encontra-se documentada desde a primeira metade do século I até à primeira metade do século VI. É verdade que pouco ou nada sabemos sobre as características da ocupação alto imperial da Comenda mas o consumo de produtos alimentares e produtos manufacturados mostra que o sítio se encontrava integrado nas redes comerciais à escala local/regional e da bacia do Mediterrâneo. Da Bética, da região costeira foram importados preparados piscícolas, e do Vale do Guadalquivir produtos vínicos. A *terra sigillata* itálica, sudgálica e hispânica é muito escassa, dominando as produções norte africanas, sobretudo a sigillata clara D de finais do século IV a finais da centúria seguinte.

Do século III, merece especial destaque a presença de asa de ânfora Dressel 20 com marca que, de acordo com os registos da base de dados de epigrafia anfórica do CEIPAC (CEIPAC 15291 e CEIPAC 28801), ocorre pela primeira vez fora do Monte Testaccio (Roma). A importação de azeite do Guadalquivir conhece assim, mais um testemunho face aos anteriormente conhecidos.

Associado às derradeiras fases de ocupação da *villa*, o conjunto de materiais e estruturas que as escavações de 1977 documentou, permitiu reconhecer a existência de construções de carácter doméstico em utilização na derradeira fase de ocupação deste estabelecimento, que situámos entre a segunda metade do século IV e o terceiro quartel do século V. Nesta fase (que designámos por fase 1 tardo-antiga), dominam as ânforas de produção sadina, manufacturadas muito possivelmente nas olarias do Pinheiro, na sua maioria do tipo Almagro 51c, registando-se igualmente os tipo Almagro 51 A-B, assim como Sado 1, nas suas duas variantes.

Na cerâmica comum, o peso das produções de âmbito local/regional é igualmente esmagador, assinalando-se o domínio das produções sadinas, algumas também com possível origem na olaria do Pinheiro que terá sido responsável pelo abastecimento à Comenda, quer de recipientes destinados à preparação do pescado (alguidares), quer de armazenamento (*dolia*).

Podemos assim verificar que nos momentos finais de ocupação e abandono o sítio da Comenda partilhou o mesmo ritmo de actividade que foi assinalado para algumas estruturas urbanas em Setúbal como os que correspondem à desactivação e o abandono de infra-estruturas de armazenamento de água (Silva *et al.*, 2014), e ainda de Tróia com a fase de abandono do tanque 7c da unidade 2 de Tróia (Pinto, Magalhães e Brum, 2010), ou ainda o abandono de algumas cetárias da oficina 1 com enchimento da cetária 19 datado do meados do século V (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994, p. 40) cronologia que também é apoiada pelo conjunto de *terra sigillata* depositada no Museu Nacional de Arqueologia (Magalhães, 2010, p. 18). Como já se referiu a segunda fase do Creiro também se datou deste momento (Silva e Coelho-Soares, 1987).

Desconhecemos que tipo de ocupação existiria na Comenda na primeira metade do século VI, no momento em que o sítio recebeu as derradeiras importações de *sigillata* africana e de *sigillata* originária do Mediterrâneo oriental (no que designámos por fase 2 tardo–antiga). Do mesmo período, são de assinalar os materiais da fase V da Travessa João Galo em Setúbal, datados do século VI (Silva, e Coelho-Soares, 2014, p. 324-332, Fig. 14-18), assim como as derradeiras importações registadas em Tróia (Magalhães, 2010).

Estes materiais demonstram não só que estes sítios continuaram a ser frequentados durante pelo menos a primeira metade do século VI, mas também a manutenção das redes e circuitos de abastecimento das fases anteriores. Contudo a sua associação directa à fase final de produção de preparados piscícolas não foi aqui documentada. Situação idêntica parece ser a que se evidenciou na Rua dos Correeiros, em Lisboa, onde níveis tardo-antigos mostram a continuação de ocupação desta área da cidade, onde as estruturas de produção de preparados piscícolas já tinham sido abandonadas (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013).

Igualmente interessante foi verificar a sintonia que existe não só relativamente aos conjuntos de cerâmicas comuns de produção local/regional de Tróia, Setúbal e da Comenda, mas também quanto ao padrão de importação da *sigillata* norte africana e da *sigillata* foceense tardia. Este facto evidencia que o sítio se encontrava perfeitamente integrado nos circuitos comerciais gerados pelos polos urbanos e industriais na sua proximidade. Apenas as importações tardias da Gália, presentes quer em Tróia, quer em Setúbal, não foram ainda identificadas na Comenda.

A presença de uma unidade de produção de preparados piscícolas pode ainda ser analisada tendo em conta a sua ligação ao edifício de termas. De facto, esta associação, que ocorre também no Creiro e em Tróia, para referir apenas os exemplos mais próximos, pode explicar-se por nos encontrarmos perante um edifício de *balnea* destinado aos trabalhadores da unidade produtiva. No entanto, em outros contextos, como sucede em Cotta (Marrocos) foi avançada a hipótese de os compartimentos com hipocausto aí identificados destinarem-se ou a acelerar a maceração dos preparados piscícolas pela acção do calor, ou para produzir sal, ou ainda para servir como um pequeno *balneum* (Bernal e García Vargas, 2014, p. 302).

O conjunto de evidências que agora se apresenta permite discutir alguns aspectos relacionados com as estruturas económicas e sociais associadas à produção de preparados piscícolas desta região. Numa primeira abordagem, o sítio da Comenda poderia ilustrar um dos regimes de produção que Edmonson defendeu para a exploração de preparados piscícolas no ocidente peninsular: a produção associada ao mundo rural, no contexto das *villae* (Edmonson, 1987). No entanto, e mesmo desconhecendo-se qual terá sido a capacidade produtiva da unidade de preparados piscícolas da Comenda, parece difícil sustentar a hipótese de estarmos perante uma produção destinada apenas ao auto-consumo. Na verdade tudo aponta que este núcleo de produção possa ter beneficiado da proximidade das estruturas portuárias destinadas à exportação que deveriam existir, quer em Setúbal, cidade que detinha ela própria unidades de produção, quer em Tróia, que se configura como um *vicus* de carácter eminentemente industrial. Assim, e como destacou também L. Lagóstena (2001), sítios como a Comenda, o Creiro e eventualmente o vale da Rasca podem ter-se formado em torno a estes polos e ter permanecido activos seguindo muito possivelmente os mesmos ritmos de actividade que se assinalaram para estes sítios.

Os dados disponíveis apontam para o início da ocupação deste estabelecimento a partir de meados do século I mas desconhecemos se terá sido este o momento em que a unidade de produção de preparados piscícolas iniciou a sua laboração. Efectivamente esta poderá ter sido a conjuntura favorável bem documentada pela extensão e capacidade produtiva identificada em Tróia a partir do reinado de Tibério (Pinto, Magalhães, Brum, 2011, p. 133-167), conjuntura essa que poderá ter motivado a construção do conjunto de cetárias na Comenda. Contudo terá sido sobretudo no período tardo-antigo que o sítio se desenvolveu, seguindo o mesmo ritmo que os sítios de produção de preparados piscícolas conhecidos no estuário do Sado.

CATÁLOGO DAS PEÇAS ILUSTRADAS

FIG. 5.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. *Sigillata* africana e ânforas lusitanas.

1. N.º 074, Q F3, sector W, camada 06, TS cl D, aba ou pega de Hayes 56 com decoração aplicada de pérolas.
2. N.º 223, Q F3, sector X, camada 09, fundo decorado com grelhas, palmetas e rosetas de TS cl D.
3. N.º 127, Q F3, sector Z, camada 07, fragmento de lucerna Atlante VIII.
4. N.º 140, Q F3, sector Z, camada 07, TS cl D. Hayes 59.
5. N.º 233, Q F3, sector Z, camada 06, TS cl D. Hayes 63.
6. N.º 195, Q F3, sector X, camada 09, TS cl D. Hayes 67.
7. N.º 080, Q F3, sector W, camada 06, TS cl D. Hayes 80B. Bordo com perfuração para reparação.
8. N.º 201, Q F3, sector X, camada 09. Almagro 51c lusitana.
9. N.º 102, Q F3, sector Z, camada 07. Almagro 51c lusitana.
10. N.º 153, Q F3, sector Z, camada 07. Almagro 51c lusitana.
11. N.º 277, Q F3, sector X, camada 06. Almagro 51c lusitana.
12. N.º 225, Q F3, sector X, camada 09. Almagro 51c lusitana.
13. N.º 308, Q F3, sector X, camada 03. Almagro 51c lusitana.
14. N.º 236, Q F3, sector Z, camada 06. Almagro 51c lusitana.
15. N.º 237, Q F3, sector Z, camada 06. Almagro 51c lusitana.
16. N.º 117, Q F3, sector Z, camada 07. Almagro 51c lusitana.

FIG. 6.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Ânforas lusitanas e bética.

17. N.º 197, Q F3, sector Z, camada 09. Almagro 51AB lusitana.
18. N.º 101, Q F3, sector Z, camada 07. Lusitana 3 lusitana.
19. N.º 122, Q F3, sector Z, camada 07. Almagro 51c lusitana
20. N.º 226. Q F3, sector X, camada 09. Almagro 51c lusitana.
21. N.º 14, Q F3, sector Z, camada 07. Sado 1, variante A lusitana.
22. N.º 211, Q F3, sector X, camada 08. Sado 1, variante A lusitana.
23. n.º 321, Q F3, sector X, camada 04. Sado 1, variante A lusitana.
24. N.º 210, Q F3, sector X, camada 08. Sado 1, variante B lusitana.
25. N.º 151, Q F3, sector Z, camada 07. Keay 16 bética.
26. N.º 150, Q F3, sector Z, camada 07. Dressel 14 lusitana.
27. N.º 298, Q F3, sector Z, camada 03. Fundo Dressel 14 lusitana.
28. N.º 222, Q F3, sector X, camada 09. Fundo Dressel 14 lusitana.

FIG. 7.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum de pasta branca caulinítica e cinzenta e cerâmica comum local/regional.

29. N.º 081, Q F3, sector X, camada 10. Almofariz de pasta branca caulinítica.
30. N.º 121, Q F3, sector Z, camada 07. Bilha de pasta branca caulinítica.
31. N.º 103, Q F3, sector Z, camada 07. Potinho de pasta branca caulinítica.
32. N.º 289, Q F3, sector X, camada 10. Potinho de pasta castanha fina.
33. N.º 229, Q F3, sector X, camada 09. Potinho de pasta clara bético ?.
34. N.º 18, Q F3, sector Z, camada 07. Prato local/regional.
35. N.º 19, Q F3, sector Z, camada 07. Prato local/regional.
36. N.º 106, Q F3, sector Z, camada 07. Prato local/regional com polimento no interior.
37. N.º 020, Q F3, sector Z, camada 07. Prato local/regional.
38. N.º 107, Q F3, sector Z, camada 07. Prato local/regional.
39. N.º 281, Q F3, sector X, camada 06. Prato local/regional pasta cinzenta com polimento no interior.
40. N.º 162, Q F3, sector X, camada 07. Prato local/regional com engobe a imitar «engobe vermelho pompeiano».
41. N.º 046, Q F3, sector W, camada 13. Prato local/regional.
42. N.º 240, Q F3, sector Z, camada 06. Tigela local/regional.
43. N.º 188, Q F3, sector Z, camada 07. Tigela local/regional.
44. N.º 319, Q F3, sector X, camada à profundidade de 107 cm. Tigela local/regional.
45. N.º 120, Q F3, sector Z, camada 07. Prato covo local/regional.
46. N.º 118, Q F3, sector Z, camada 07. Almofariz local/regional.

FIG. 8.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional.

47. N.º 313, Q F3, sector W, camada 03. Panela local/regional.
48. N.º 227, Q F3, sector X, camada 09. Panela local/regional.
49. N.º 273, Q F3, sector W, camada 09. Panela local/regional.
50. N.º 085, Q F3, sector X, camada 10. Panela local/regional.
51. N.º 100, Q F3, sector Z, camada 07. Panela local/regional.
52. N.º 123. Q F3, sector Z, camada 07. Panela local/regional.
53. N.º 24. Q F3, sector Z, camada 07. Panela local/regional.
54. N.º 285. Q F3, sector X, camada 06. Panela local/regional.
55. N.º 47, Q F3, sector W, camada 13. Panela local/regional.
56. N.º 272, Q F3, sector W, camada 09. Panela local/regional.
57. N.º 238, Q F3, sector Z, camada 06. Tacho local/regional.
58. N.º 16, Q F3, sector Z, camada 07. Tacho local/regional.
59. N.º 022, Q F3, sector Z, camada 07. Tacho local/regional.
60. N.º 126, Q F3, sector Z, camada 07. Tacho local/regional.
61. N.º 017, Q F3, sector Z, camada 07. Tacho local/regional.
62. N.º 239, Q F3, sector Z, camada 06. Tacho local/regional.
63. N.º 228, Q F3, sector X, camada 09. Tacho local/regional com polimento em faixas na superfície exterior.
64. N.º 082, Q F3, sector X, camada 10. Tampa local/regional.

FIG. 9.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional.

65. N.º 241, Q F3, sector Z, camada 06. *Dolium* local/regional.
66. N.º 2, Q F3, sector X, camada 06. *Dolium* local/regional.
67. N.º 312, Q F3, sector W, camada 03. *Dolium* local/regional.
68. N.º 296, Q F3, sector W, camada 03. Alguidar local/regional.
69. N.º 212, Q F3, sector X, camada 08. Alguidar local/regional.
70. N.º 297, Q F3, sector W, camada 03. Alguidar local/regional.
71. N.º 324, Q F3, sector W, camada 13. Alguidar local/regional.
72. N.º 039, Q F3, sector W, camada 13. Alguidar local/regional.
73. N.º 040, Q F3, sector W, camada 13. Alguidar local/regional.

FIG. 10.
Comenda. Fase 1 tardo-antiga. Cerâmica comum local/regional. Cerâmica de construção. Placa de mármore com inscrição.

74. N.º 83, Q F3, sector X, camada 10. Alguidar local/regional.
75. N.º 015, Q F3, sector Z, camada 07. Alguidar local/regional.
76. N.º 119. Q F3, sector Z, camada 07. Alguidar local/regional.
77. N.º 152, Q F3, sector Z, camada 07. Cerâmica de construção. Peça cilíndrica com perfurações.
78. N.º 250, Q F3, sector Z, camada 07. Canalização.
79. N.º 056, Q F3, sector Z, camada 07. Placa de mármore branco com inscrição.

FIG. 11.
Comenda. Fase 2 tardo-antiga. Sigillata africana e ânforas lusitanas, norte africanas e béticas.

80. N.º 327, Q J4, sector Y, camada 02. TS Cl D. Hayes 80.
81. N.º 50, Q J4, sector Y, camada 02a. TS cl D. Fundo decorado com círculos concêntricos.
82. N.º 268, Q J4, sector Z, camada 02. TS Cl D. Hayes 87.
83. N.º 251. Q F3, sector X, camada 04. TS Cl D. Hayes 91.
84. N.º 048. Q J4, sector Y, camada 02a. TS cl D. Hayes 91C.
85. N.º 61. Q F3, sector X, camada 05. Africana IIA.
86. N.º 090. Q F3, sector X, camada 05. Almagro 51c lusitana.
87. N.º 099. Q F3, sector X, camada 05. Almagro 50 lusitana.
88. N.º 089. Q F3, sector X, camada 5. Sado 1 lusitana.
89. N.º 71. Q F3, sector X, camada 5. Lusitana 9.
90. N.º 286. Q F3 sector X, camada 5a. Sado 1 lusitana.
91. N.º 194. Q J4, sector Y, camada 02a. Haltern 70. Bética Guadalquivir.

92. N.º 325. Q J4, sector Y, camada 02. Dressel 7/11. Bética.
93. N.º 004. Q. F3, F4, F5 superfície. Dressel 7/11. Bética.
94. N.º 001. à superfície no corte. Dressel 20. Guadalquivir. Marca de oleiro APFS (CEIPAC 15291 e CEIPAC 28801).

FIG. 12. Comenda. Fase 2 tardo-antiga. Cerâmica comumlocal/regional

95. N.º 270. Q J4, sector Z, camada 02. Prato local/regional.
96. N.º 261. Q F3 sector X, camada 04. Tigela local/regional.
97. N.º 052. Q J4, sector Y, camada 02. Potinho local/regional.
98. N.º 092. Q F3, sector X, camada 05. Panela local/regional.
99. N.º 062. Q F3, sector X, camada 05. Panela local/regional.
100. N.º 267. Q F3, sector X, camada 01. Panela local/regional.
101. N.º 287. Q F3, sector X, camada 05a. Panela local/regional.
102. N.º 088. Q F3, sector X, camada 05. Tacho local/regional.
103. N.º 059. Q F3, sector X, camada 05. Pote local/regional.
104. N.º 010. Q F3, sector Z. *Dolium* local/regional.
105. N.º 012. Q J4, sector Y, camada 02. *Dolium* local/regional.

Abreviaturas: N.º= N.º de inventário; Q = Quadrado; TS cl D=*sigillata* clara D.

Nota: Desenho de materiais: tintagem sobre originais da nossa autoria realizados por Ana Beatriz Santos.

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, J. de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7. 1. p. 317-342.

Antunes, F. L. C. S. (1996) – Algumas estações romanas nos arredores de Setúbal. Estado actual da questão. In Filipe, G.; Raposo, J. M. C., (eds.) – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal: Câmara Municipal; Lisboa: Dom Quixote, p. 55-59.

Bernal, D.; Domínguez, S. (2012) – Colorantes y pigmentos en las Pesquerías Hispanorromanas, *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, n.º 37-38 (Homenage al professor Manuel Bendala Galán/coord. F. Quesada), p. 671-686.

Bernal, D.; García Vargas, E. (2014) – Talleres Haliéuticos en Hispania romana. In Bustamnante, M.; Bernal, D. (coords.) – *Artifices Idoneos: artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*. Mérida, p. 295-318

Bonifay, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1301).

CEIPAC = Database «Corpus CEIPAC» – Corpus informático del instrumentum domesticum. In <http://ceipac.ub.edu> consultada em 20 Março de 2016.

Costa, I. M. da (1905) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: habitações prehistoricas ao longo da costa maritima: estação prehistorica da Commenda: estações de Outão. In *O Arqueólogo Português*, Vol. X , p. 185-193

Diogo, A. M. D.; Faria, J. C.; Ferreira, M. (1987) – Fornos de ânforas de Alcácer do Sal, in *Conimbriga*, XXVI, p. 77-111.

Edmonson, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 362).

Étienne, R.; Makaroun, Y.; Mayet, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

Etienne, R.; Mayet, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*, Paris: Diff. E. de Boccard.

Fabião, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In Bernal Casasola, D.; Lagóstena Barrios, L. (eds.) – *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana* (ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford : Archaeopress (BAR, Int. series 1266) p. 379-410.

Fabião, C. (2009) – Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na *Lusitânia*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p. 555-594.

Gonçalves, V. S. (1964) – Notas sobre algumas povoações romanas dos arredores de Setúbal. I – A estação romana da Comenda e o problema da desaparição de Cetóbriga, In *Sep. do Boletim da S.P.E.*, Vol. II, 2.ª série n.º 1, Lisboa, p. 1-14.

Grilo, C.; Fabião, C. ; Bugalhão, J. (2013) – Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa. In Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos, Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, (Lisboa, Novembro 2013)*, p. 849-857.

Hayes, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. The British School at Rome. Londres.

HepOl = Hispania Epigraphica Online < http://www.eda-bea.es > (consultado em 20.3.2016).

IRCP = Encarnação, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, 2 vols. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Lagóstena Barrios, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 11).

Magalhães, A. P. (2010) – *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

Mayet, F.; Silva, C. T. (2002) – *L'Atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.

Mayet, F.; Schmitt, A.; Silva, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado*. Paris: Diff. E. de Boccard.

Mayet, F. ; Silva, C. T. (1998) – *L'Atelier d'amphores de Pinheiro*. Portugal. Paris: Diff. E. de Boccard.

Pinto, I. V. ; Magalhães, A. P. ; Brum, P. (2010) – Ceramic assemblages from a fish-salting factory in Tróia (Portugal), in *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta*, 41, p. 529-537.

Pinto, I. V.; Magalhães, A. P.; Brum, P. (2011) – O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchii, In Cardoso, J. L.; Almagro, M. (eds.) – *Lucius Cornelius Bochus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Lisboa, Madrid, p. 133-167.

Pinto, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das* villae *romanas de São Cucufate (Beja)*, (Col. Teses: Lisboa: Universidade Lusíada.

Pinto, I. V.; Magalhães, A. P. – «Almagro 51A-B (Lusitania occidental)», *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (http://amphorae.icac.cat/tipol/view/15), enero 16, 2014.

Pinto, I. V.; Almeida, J. P. – «Sado 1 (Lusitania occidental)», *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (http://amphorae.icac.cat/tipol/view/33), octubre 02, 2013.

Protocole Beauvray, 1998 = Protocole de quantification des céramiques. In Arcelin, P.; Tuffreau-Libre, M. (dir.) – La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray, (Bibactre; 2), p. 141-157.

Rasteiro, J. (1897) – Notícias archeologicas da Península da Arrábida, in *O Arqueólogo Português*, 1.ª série, vol 3, n.º 1-2, p. 1-48.

Remesal, J.; Blázquez Martínez, J. M. (2010) – Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma) V. *Instrumenta*, 35.; p. 212, n.º 393a. Barcelona.

Silva, C. T.; Coelho-Soares, A. , (1987) – Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. In *Setúbal Arqueológica* VIII, Setúbal, p. 221-237.

Silva, C. T.; Soares, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*, (col. Parques Naturais, n.º 5) Lisboa.

Silva, C. T.; Coelho-Soares, A. (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.os 4-4B, in *Setúbal Arqueológica*, 15, p. 305-338. (II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa)

Silva, C. T.; Soares, J.; Coelho-Soares, A.; Duarte S.; Godinho, R. (2014) – Preexistências de Setúbal. 2.ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo N.os 10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval, in *Musa*, 4, Setúbal, p. 161-214.

Silva, C. M. L. T. da; Cabrita, M. G. (1964) – Estações romanas da região de Setúbal. In *Cetóbriga*. Setúbal. 1:1, p. 3954 e 1:2, p. 6177.

Trindade, L. ; Diogo, A. M. D., (1996) – Materiais provenientes do sítio romano da Comenda (Setúbal), In *Al Madan*, 2.ª serie, n.º 5 – out 1996. Almada, p. 7-12.

Viegas, J. R. (1977-78) – Quinta da Comenda: estação romana, in *Informação Arqueológica* n.º 1, Lisboa, p. 32.

Viegas, J. R. ; Soares, J. (1980) – *Estação arqueológicas da Quinta da Comenda (Setúbal). Relatório da campanha de escavações em 1977*. Setúbal. Dactilografado. (disponível no Arquivo de Arqueologia da DGPC).

Viegas, C. (2007) – Les céramiques tardives dans les sites du sud-ouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal), in Bonifay, M.; Tréglia, J.-C. (eds.) – *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, vol. I, Oxford: BAR Intern. series 1662 (I), p. 71-83.

Viegas, C. ; Raposo, J. Pinto, I. V. – «Almagro 51C (Lusitania occidental)», *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75), enero 17, 2014.

A TORRE DE HÉRCULES E AS EMISSÕES MONETÁRIAS DE D. FERNANDO I DE PORTUGAL NA CORUNHA

RUI M. S. CENTENO[1]

RESUMO

Estudo dos raros meio-torneses de D. Fernando I de Portugal, cunhados na Corunha com a representação no reverso do farol romano conservado nesta cidade galega. Com base no estudo destas moedas propõe-se uma ordenação cronológica de todas as emissões realizadas pelo rei português na Corunha.

ABSTRACT

Study of the rares half-torneses of King Ferdinand I of Portugal, minted in La Coruña with representation in reverse of the Roman lighthouse preserved in this Galician town. Based on the study of these coins it is proposed a new arrangement of all issues made by the Portuguese king in La Coruña.

AO EFETUAR UMA ANÁLISE DETALHADA das moedas constantes no catálogo n.º 103, editado pela Numisma Leilões e referente à venda em leilão da segunda parte da extraordinária coleção de moedas portuguesas de Joaquim Fontes Pacheco, para preparar uma notícia sobre a relevância deste evento numismático que decorreu em Lisboa nos dias 12 e 13 de outubro de 2015, o lote n.º 65 despertou a nossa atenção pelas razões que a seguir se explanam.

Trata-se de um «meio tornês atípico», raríssimo e muito bem conservado, com uma curiosa «torre» no reverso, representada com algum pormenor, mostrando que foi edificada em cuidadas fiadas de silhares. A atribuição desta peça à casa da moeda da Corunha, confirmou a impressão inicial de se tratar de um edifício romano do século II (Bello, 1991, p. 167), e que, assim, se poderia identificar com a Torre de Hércules, o famoso farol romano existente nesta cidade galega.

[1] Universidade do Porto – Faculdade de Letras e CITCEM.
rcenteno@me.com

Um rápido aprofundamento no estudo[2] destes numismas permitiu verificar que nos catálogos de moedas portuguesas, sejam obras gerais (Aragão, 1875, p. 185, n.º 47; Reis, 1956, p. 33, n.º 33, 39, n.º 78, p. 41, n.º 90; Reis, 1964, p. 36, n.º 33, 38, n.º 78 e 90; Gomes, 2013, p. 94, Fe 53.01 e 54.01), dedicadas ao período medieval (Vaz, 1960, p. 433, n.º 50 e 51) ou monografias, como é o caso no modelar estudo de de Mário Gomes Marques sobre a numária de D. Fernando (Marques, 1978, p. 109-110), o tipo de reverso é sempre referido como «torre», sem qualquer outro pormenor descritivo ou identificativo do monumento representado. Com a excepção de Aragão que viu publicado o primeiro volume da sua obra em 1875, não se entende o silêncio por parte dos outros estudiosos sobre a identificação da «torre» com o farol romano da Corunha, uma vez que tal reconhecimento já havia sido realizado, no segundo quartel do século XX, pelo investigador galego César Vaamonde Lores (1936, p. 258-263). Aliás, a omissão deste aspeto por Batalha Reis é um tanto estranha, depois Luis Pinto Garcia em carta dirigida àquele autor, baseando-se no trabalho de Vaamonde Lores, reafirmar, contra Batalha Reis, a identificação da «torre» com o farol romano da Corunha, defendendo por consequência que todos os meios torneses que ostentam tal tipo foram cunhados nesta cidade (Garcia, 1954, p. 14-15), argumentos que Batalha Reis reconheceu em carta-resposta a Pinto Garcia publicada em conjunto com a deste autor (Garcia, 1954, p. 17-18).

A identificação da «torre» com o farol da Corunha é inquestionável. Apesar da pequena dimensão do tipo monetário em apreço, a presença de alguns pormenores construtivos (*v.g.*, as fiadas bem visíveis em *opus quadratum*) e o seu desenho (*v.g.*, a entrada sobrelevada, a representação da parte superior onde se encontrava a fonte de iluminação, de menor largura que o resto a torre) permitem a sua clara identificação com o farol de Brigantium que, com o passar dos séculos, se havia transformado em um elemento identificativo, ou seja, um símbolo iconográfico da própria cidade. Só assim se explica a sua figuração nestas moedas fernandinas, significando um ato de soberania do rei português sobre a cidade. Deste modo, não é passível de contestação a atribuição à Corunha de todas as emissões de meios-torneses de D. Fernando que ostentam este tipo no reverso.

Mas o tipo monetário com a Torre de Hércules é ainda da maior importância pela raridade da representação iconográfica do farol romano em período tão recuado. Aliás, tratar-se-á da segunda representação iconográfica mais antiga do farol corunhês, a seguir ao desenho que aparece no códice com o mapa-mundi do Beato do Burgo de Osma, datado de 1086, mas com a vantagem do desenho do tipo monetário fernandino apresentar o monumento de forma bem mais detalhada, em época bem anterior ao seu restauro em 1791[3] e, naturalmente, a diversas intervenções de reparação e manutenção que sofreu durante os mais de quatrocentos anos que separam os dois acontecimentos.

No esquemático desenho do códice de Burgo de Osma o farol é representado como uma torre, onde se observa uma porta de dimensões exageradas (cerca de 1/3 da altura total do edifício), rematada por uma cúpula com um óculo na parte superior (Fig. 1). Ao contrário, a figura apresentada nas moedas corunhesas de D. Fernando apresenta diversos pormenores que permitem constatar que a estrutura aparentava estar então bem conservada, mantendo praticamente o aspeto que teria quando da sua utilização em época romana; é perfeitamente visível que as paredes que delimita-

[2] A realização deste trabalho muito beneficiou da disponibilização de informações e de fotografias das moedas aqui estudadas por parte de colegas e entidades. Um agradecimento especial é dirigido ao incansável Dr. Javier Salgado pela cedência de fotos e informações sobre algumas das peças, à Câmara Municipal de Barcelos, na pessoa do Dr. Cláudio Brochado de Almeida, ao Banco de Portugal, e aos meus amigos e colegas da Faculdade de Letras da UP, Professores Carlos Alberto Brochado de Almeida, José Augusto Pizarro e Mário Jorge Barroca.

[3] O estudo fundamental sobre este monumento romano deve-se a Siegfried Hutter (1973); para informação mais acessível sobre a sua história e arquitetura, veja-se Hutter e Hauschild, 1991, onde se recolhem versões em castelhano de dois trabalhos destes autores, originalmente publicados em alemão (Hutter, 1973; Hauschild, 1976). Sobre a rede de faróis romanos na fachada atlântica e a sua importância para as rotas marítimas, entre outros trabalhos sobre este tema, *vide* Fernández Ochoa e Morillo (2010).

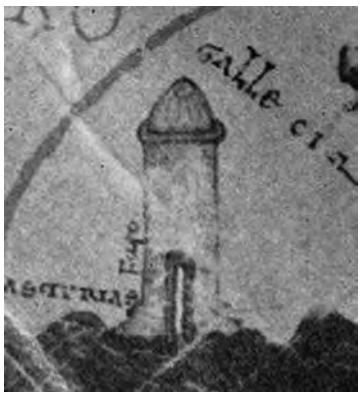


FIG. 1. Códice do Burgo de Osma.

vam o edifício, assentando em uma espécie de pódio que também poderá ser uma representação simplificada das saliências – reforços(?) – existentes nas esquinas da torre, junto ao solo, que figuram no desenho do Padre Flórez, de 1685 (Hutter e Hauschild, 1991, Lám. 24), eram construídas em *opus quadratum* e seriam externamente lisas e não escalonadas, como se sugere em algumas reconstruções hipotéticas (Hutter e Hauschild, 1991, Fig. 15.b; San Claudio Santa Cruz, 2003, p. 129, figura); a existência de uma rampa externa para acesso até à parte superior do farol aventada em diversas rescontituições do monumento (Hutter e Hauschild, 1991, Lám. 26 e Plano 14) também deverá ser descartada; o facto de não estarem representadas quaisquer janelas, poderá sugerir que, proporcionalmente, não seriam de grande dimensão, um pouco à semelhança do esboço reconstitutivo publicado por Hauschild (Hutter e Hauschild, 1991, Fig. 17); uma grande porta elevada, configura a existência de uma estrutura de acesso em pedra ou madeira, talvez já inexistente na época; o desenho da plataforma superior sugere a existência uma estrutura circular coberta por uma cúpula que teria pelo menos um janelão rematado em arco, certamente no alinhamento do eixo de iluminação necessário à navegação; como era neste espaço que se produzia o fogo de iluminação, a cúpula teria um óculo superior para a libertação de gases e fumos, que parece estar delineado no desenho do códice de Burgo de Osma. Finalmente, uma observação para um pormenor do desenho representado na moeda da coleção Fontes Pacheco (Fig. 2), onde se observa na plataforma superior, do lado esquerdo, o que parece ser uma construção em *opus quadratum* que, seguindo o alinhamento externo da parte inferior do farol, encosta à estrutura com cúpula; como tal construção não é visível em qualquer dos outros desenhos representadonos restantes exemplares inventariados, poderá tratar-se de uma imprecisão do gravador do cunho mas também poderá interpretar-se, por exemplo, como estruturas anexas (posteriores à construção do farol?) do compartimento de iluminação que também se vislumbram em alguns desenhos do farol da autoria de Flórez e Bicaude, anteriores ao já citado restauro do final do século XVIII (Hutter e Hauschild, 1991, Lám. 24 e Fig. 20).

Parecendo irrefutável que a «torre» presente nestes meios torneses fernandinos é a Torre de Hércules, símbolo da povoação corunhesa, só pode concluir-se que todas as peças com este tipo foram indubitavelmente batidas na Corunha, uma vez que era pouco provável que qualquer povoação utilizasse como tipo monetário um monumento-símbolo de outra vila ou cidade na cunhagem de moeda própria.

À semelhança da generalidade das emissões monetárias fernandinas lavradas fora de Portugal, o muito escasso número de meio torneses com «torre» no reverso que chegou até aos nossos dias,[4] resultará sobretudo da desmonetização do numerário produzido por D. Fernando no exterior, estipulado no art.º 34.º das Cortes de Lisboa, *ante* 8 de agosto de 1970 (Marques e Cabral, 1980, p. 101, nota 6; Tavares, 1982, p. 20, nota 64, e p. 21) e da sua erradicação dos territórios ocupados pelo rei português, após o seu controlo por Henrique de Trastâmara, na sequência do tratado de Alcoutim, em março de 1371 (Tavares, 1982, p. 19-21), e seguramente com o final da segunda guerra com Castela em 1373.[5]

[4] Para a raridade destas emissões não servirá de argumento a possibilidade de uma produção muito modesta de numerário nestas casas da moeda da Galiza e Castela, uma vez que, por exemplo, a quantidade de barbudas cunhadas foi similar na Corunha e no Porto (Marques, Costa e Sampaio, 1983, p. 80)

[5] Sobre o fim da guerra e a pacificação da Galiza, veja-se Gomes, 2005, p. 104-107.

Foi possível inventariar apenas 8 exemplares que se podem dividir em duas séries, como segue:

SÉRIE 1

Descrição dos tipos

Anv.) Escudo das quinas (por norma com a representação dos 5 besantes) com as duas laterais colocadas na horizontal, lanceolado e com o bordo superior curvilíneo, encimado por Q; a legenda entre duas gráfilas de pontos limita o campo.
Rev.) Farol romano de Brigantium, representado como uma estrutura construída em silharia, assente em basamento, e com uma porta elevada do solo; a plataforma superior é rematada por uma construção em cúpula, com uma abertura lateral para a sinalização luminosa à navegação; no campo, à esquerda e à direita do farol, em duas linhas, F–E / R–A; a legenda entre duas gráfilas de pontos limita o campo.

LEGENDAS[6]

EXEMPLAR 1 (Fig. 2)
Col. Fontes Pacheco (Numisma 103, lote 65, com fotografia), ex-Col. F. C. Guedes Santarém, ex-Col. Niepoort; reproduzido em Marques, 1978, Est. 8.13/14 e Gomes, 2013, p. 94, 54.01.
Peso: 1,71g. Ø 20 mm.
Anv.) **∗FERANDVS** (*sic*)**∗REX∗PORT**
Rev.) **∗SI DONINVS** (*sic*)**∗MICHI∗AIV**

FIG. 2. Foto Javier Salgado. Ampl. c. 3x.

[6] Note-se que as transcrições das legendas foram feitas a partir de fotografias e não da observação direta das moedas aqui analisadas, situação agravada pelo deficiente estado de conservação de uma boa parte delas, o que poderá ter originado algumas imprecisões e/ou omissões da exclusiva responsabilidade do autor deste estudo.

EXEMPLAR 2 (Fig. 3)
Col. Novo Banco, ex-Banco Espírito Santo (Salgado e Miranda, 2008, p. 47, sem foto), ex-Col. Carlos Marques da Costa; reproduzido em Reis, 1956, Est. 9.33. Ø 19 mm.
Anv.) ***FERNANDVS*REX**[*Port?]
Rev.) ***SI DOMINVS*MIC**[hi*aiv?]

FIG. 3. Foto Javier Salgado. Ampl. c. 3x.

EXEMPLAR 3 (Fig. 4)
Corunha (escavações arqueológicas realizadas na cidade em 2006; fotografia da moeda publicada, mas com deficiente classificação, por Gianini, 2008). Ø c. 19 mm.
Anv.) ***FERNANDVS*REX*PORT**
Rev.) ***SI DOMINVS*MICHI***[aiv?]

FIG. 4. Foto Gianini 2008. Ampl. c. 3x.

EXEMPLAR 4 (Figs. 5a e 5b)[7]
Castelo de Faria (trabalhos arqueológicos, *ante* 1949), Col. da Câmara Municipal de Barcelos, Inv. INCMB-23 ; publicado com fotografia por Reis, 1949, p. 29 e Est. VIII.9; também reproduzido em Reis, 1956, Est. 14.90; referenciado por Vaz, 1960, p. 433, Fe.51. Peso: 0,50g (fragm.). Ø 19 mm.
Anv.) ∗**FERNAND**[vs∗r]**EX∗PORT**
Rev.) ∗**SI DOMINVS∗M**[ichi∗aiv?]

FIG. 5a. Foto Reis 1956. Ampl. c. 3x.

FIG. 5b. Foto Câmara Municipal de Barcelos. Ampl. c. 3x.

[7] Como este exemplar do Castelo de Faria perdeu partes significativas da sua superfície entre 1949, ano da sua publicação por Batalha Reis e os nossos dias reproduz-se aqui a Fig 5a, de Batalha Reis, e a Fig. 5b, gentilmente fornecida pela Câmara Municipal de Barcelos. Assim, para a leitura das legendas socorremo-nos fundamentalmente da foto de Batalha Reis, uma vez que este Autor uma leitura incompleta e mesmo errada das mesmas (cf. Reis, 1956, p. 41, n.º 90).

EXEMPLAR 5 (Fig. 6)
Ex-Col. Paulo de Lemos (Numisma 37, lote 89 com fotografia), ex-Col. Correia da Silva; reproduzido em Vaz, 1960, Est. 26.51 e Marques, 1978, Ests. 24.23 e 25.27. Peso: 1,73g. Ø 20 mm.
Anv.) **∗FERNANDVS : REX:PORT**
Rev.) **∗SI DOMINVS : MICHI : AIV**

FIG. 6. Foto Javier Salgado. Ampl. c. 3x.

SÉRIE 2
Descrição dos tipos

Anv.) Escudo das quinas sem besantes e de menores dimensões que as da série 1, com as duas laterais colocadas na horizontal, lanceolado e com o bordo superior curvilíneo; a legenda entre duas gráfilas de pontos limita o campo.
Rev.) Farol romano de Brigantium representado de modo similar ao da série 1 mas com proporções que lhe conferem um aspeto mais atarracado; no campo, à esquerda e à direita do farol, em uma linha, CR-V; a legenda entre duas gráfilas de pontos limita o campo.

LEGENDAS
EXEMPLAR 6 (Fig. 7)
Col. Banco de Portugal, ex-Col. António Marrocos (Numisart, 1995, lote 33, com fotografia), ex-Col. Ferreira Braga (Braga, 1921-22, p. 106 e desenho na Est. 2.14), ex-Col. Mendonça Bonicho (desenho então publicado por Aragão, 1966, Est. 6.47); reproduzido em Vaamonde Lores, 1936, p. 263; Vaz, 1960, Est. 26.50 e Marques, 1978, Est. 8.15/16. Peso: 0,75g. Ø 18 mm.
Anv.) **✠FERNANDVS : REX:PORT**
Rev.) **✠SI:DNS:MICHI:AIVT**

FIG. 7. Foto Coleção Banco de Portugal. Ampl. c. 3x.

EXEMPLAR 7 (Fig. 8)
Col. não identificada; única reprodução conhecida em Gomes, 2013, p. 94, 53-01. Ø 20 mm.
Anv.) ✠**FERNANDVS : REX : POR:**
Rev.) ✠**SI:DNS : MICHI : AIVTOR**

FIG. 8. Foto Gomes 2008. Ampl. c. 3x.

EXEMPLAR 8 (Fig. 9)
Col. Novo Banco, ex-Banco Espírito Santo (Salgado e Miranda, 2008, p. 47, sem foto),
ex-Col. Carlos Marques da Costa (adquirido em Numisma 19, lote 20, sem fotografia),
ex-Col. Guinle (Reis, 1948, Est. 2.19); também reproduzido em Reis, 1956, Est. 13.78. Peso 1,20g.
Ø 19 mm.
Anv.) ✠**FERNANDVS : REX : PORT**
Rev.) ✠**SI•DNS•MICHI•AI**[vt]**OR•**[no]**N•T**

FIG. 9. Foto Javier Salgado. Ampl. c. 3x.

Pelas razões anteriormente aduzidas que se prendem com a reprodução da Torre de Hércules, símbolo da cidade de Brigantium/Corunha, nestes meios torneses muito dificilmente se poderá atribuir a sua produção a outra casa da moeda que não a corunhesa. Sendo decisivo este argumento, a dificuldade encontrada por alguns numismatas em aceitar a marca Q, presente nos anversos da série 1, como a inicial de Quruña, preferindo interpretar a referida consoante como a inicial de Qória ou Quiroga,[8] não tem qualquer fundamento (p. ex., Reis, 1949, p. 29-31; Reis, 1952, p. 296, nota 1; Marques, Costa e Sampaio, 1983, p. 73-75). Note-se que, desde a sua fundação por Afonso X na segunda metade do século XIII, o símbolo tradicional da casa da moeda corunhesa era a vieira como se pode observar nas suas produções até a D. Fernando (veja-se, p. ex., Paz Bernardo, 2002, p. 58-87) e, por esta razão, quando se pretendeu arranjar um novo símbolo para as primeiras emissões fernandinas, foi escolhido o Q como inicial de Corunha, facto que não deverá interpretar-se como um erro no século XIV, sendo até compreensível nesses tempos em que língua na sua forma oral e escrita estaria pouco fixada, registando-se variações na escrita e oralidade sobretudo em círculos menos instruídos. Por último, para além da presença da Torre de Hércules nos reversos, parece evidente uma continuidade entre as duas séries aqui analisadas, por exemplo, no desenho do escudo do anverso com o bordo superior curvílineo, característico das emissões corunhesas, e nas fórmulas das legendas adotadas para o anverso e reverso, reforçando a proveniência de uma mesma oficina monetária.

A cronologia destas emissões monetárias é uma outra questão relevante, destacando-se Gomes Marques como um dos autores que mais aprofundou este assunto, tendo sugerido que «tiveram lugar em época indeterminada entre Junho de 1369 e Maio de 1372» (Marques, 1978, p. 221). Anos mais tarde, fundamentando-se na evolução do valor relativo entre o ouro e a prata, o mesmo autor avança com a possibilidade dos primeiros torneses e meios torneses aparecerem «durante o último trimestre de 1369 e os primeiros meses do ano seguinte», proposta que tem em consideração os diversos acontecimentos relacionados com a campanha de D. Fernando na Galiza (Marques e Cabral, 1980, p. 103). Maria José Ferro Tavares sugere que a amoedação de guerra arranca com emissões de torneses de cruz, em abril-maio de 1369, seguida pela produção de torneses de busto e barbudas, tal-

[8] Em 1976, Gomes Marques, invocando uma pretensa identidade estilística, avançou com a hipótese destas moedas serem cunhadas em Samora, alertando para a possibilidade da marca monetária Q resultar de uma confusão (!) por parte do abridor de cunhos com o Ç(amora) (Marques, 1976, p. 15), posição que manteve na monografia sobre a numária de D. Fernando (Marques, 1978, p. 107-109).

vez em julho-agosto do mesmo ano, terminando a cunhagem de moeda de D. Fernando, na Galiza e em Castela, com o tratado de Alcoutim (Tavares, 1982, p. 18-19).

Na verdade, diversos aspetos da presença e da ação de D. Fernando na Galiza poderão trazer alguma luz sobre a possível cronologia das emissões monetárias realizadas na Corunha. A crónica de D. Fernando, redigida por Fernão Lopes, é uma fonte primordial utilizada pelos estudiosos que têm abordado o diferendo e os confrontos entre Henrique II de Trastâmara e o monarca português mas, para este trabalho, apenas interessarão alguns detalhes da guerra de 1369-71.

Diz Fernão Lopes que, em junho de 1369, D. Fernando inicia a sua campanha por terra à frente do seu exército, acompanhado por numerosos nobres galegos que o apoiavam, como Fernando de Castro (conde de Trastâmara), Álvaro Pérez de Castro (senhor de Salvaterra) e Nuno Freire de Andrade (mestre da Ordem de Cristo), informando também que, durante esta incursão no território galego, várias povoações aderiram à sua causa (Lopes, 1895, p. 84-86); entretanto, por mar seguiu uma pequena frota de oito galés que fundearam no porto da Corunha (Gomes, 2005, p. 75). Como bem relata Fernão Lopes (1895, p. 96-98), o rei português terá chegado por meados de junho à Corunha onde é recebido festivamente pela população, tomando posse desta praça das mãos do corunhês Xoán Fernández Andeiro. D. Fernando terá optado por se estabelecer na Corunha devido às excelentes fortificações da praça (González Garcés, 2008, p. 296) e certamente porque também tinha, em caso de necessidade, a retaguarda segura pelas galés ancoradas no porto corunhês, tendo aqui permanecido até aos finais de julho quando, ameaçado por uma poderosa hoste de Henrique II que a 23 de julho já se encontrava em Santiago de Compostela (López Carreira, 1998, p. 184), embarcou em direção ao Porto, confiando praça ao mestre da Ordem de Cristo, Nuno Freire de Andrade, que passou a comandar uma guarnição de 400 homens a que se juntariam as forças corunhesas às ordens de Xoán Fernández Andeiro (González Garcés, 2008, p. 297). Apesar de, no tratado paz de Alcoutim (de março de 1371), se estipular a entrega da Corunha a Henrique II, é certo que esta praça, onde permaneciam tropas portuguesas, se manteve fiel à causa de D. Fernando até março 1373, quando foi assinado o tratado de paz de Santarém que marcou o final da intervenção portuguesa por terras galegas (González Garcés, 2008, p. 298; López Carreira, 1998, p. 185).

A incursão militar do rei português foi acompanhada por um conjunto de medidas de governo (López Carreira, 1998, p. 180-82), entre as quais nos interessa a decisão de emitir moeda em algumas povoações galegas, ato que afirmava a soberania de D. Fernando nos novos territórios (Gomes, 2005, p. 75). A este propósito, Fernão Lopes escreve que D. Fernando «*[...] mandou fazer moeda de seus signaes, d'ouro e prata, e graves e barbudas, em alguns lugares que sua voz tomaram, assim como em Samora e na Coruña [...]*» (Lopes, 1895, p. 92-93), notícia parcialmente confirmada pela existência de diversos numismas em bolhão oriundos das várias casas da moeda galaico-durienses, dado que não há qualquer registo de moeda em ouro e prata de D. Fernando cunhada fora de Portugal.

Quando foi tomada esta decisão? Ainda durante a presença de D. Fernando na Galiza ou após o seu regresso ao Porto em finais de julho de 1369? É possível que algumas das emissões tenham sido autorizadas aquando da passagem do rei português por algumas das povoações «*que sua voz tomaram*» mas, no caso da Corunha, é quase certo que as primeiras cunhagens de moeda ocorreram durante a permanência do rei nesta praça. A povoação estava dotada de uma importante casa da moeda, com mais de um século de existência, isto é, perfeitamente equipada e com o pessoal necessário ao seu normal funcionamento, sendo, por isso, credível que durante o curto período (junho-julho de 1369) em que D. Fernando aqui permaneceu, a «Moeda da Corunha» tivesse produzido as primeiras moedas em nome do monarca de Portugal que eram também uma marca da sua autoridade sobre esta praça galega e a sua região.

Os meios torneses da série 1 pertencerão ao período das cunhagens efetuadas ainda com a presença de D. Fernando na Corunha. A escolha um pouco surpreendente mas, como se referiu, perfei-

tamente aceitável da letra Q para Identificar a casa da moeda, substituindo a tradicional vieira, a presença das letras F-E/R-A de Fer(n)a(ndus), ladeando o farol como que simbolizando a posse da Torre de Hércules pelo rei português e as imprecisões na grafia das legendas que se observam no exemplar número 1, sugerem que este meio tornês talvez tenha saído dos primeiros cunhos utilizados nestas emissões, ainda com imperfeições, enquanto os exemplares 2 a 4 evidenciam já uma estabilidade nas legendas e tipos; o exemplar 5 denota uma alteração nos separadores das palavras que compunham as legendas, em que as «⁎» são substituídas por «⁝», fazendo a transição para as legendas da série 2.

Como se referiu na sua descrição, os exemplares da série 2 apresentam algumas alterações dos tipos, diminuindo também a qualidade dos desenhos representados; para a identificação da casa da moeda são escolhidas as letras CR-V(nia) colocadas à direita e esquerda do farol. As legendas também sofrem alterações com a utilização da forma abreviada «D(omi)N(v)S», criando espaço para a palavra «AIV(tor)» da série 1, evoluir para «AIVT», «AIVTOR» ou «AIVTOR NON T(imebo)»; os separadores normalmente presentes são os «⁝» mas na legenda do reverso do exemplar 8 passam a «•». Outra alteração significativa é a representação da «✠» colocada entre o fim e o início das legendas; esta presença da cruz de Cristo poderá ligar-se à mudança operada no comando da praça da Corunha, quando D. Fernando embarcou para o Porto em final de julho de 1369, que então foi confiado ao galego Nuno Freire de Andrade que, sendo mestre da Ordem de Cristo, poderá justificar a escolha do símbolo da ordem nas emissões monetárias já da sua responsabilidade. Desta forma, a cunhagem das moedas da série 2 serão posteriores a finais de julho, certamente batidas na sequência do desanuviamento da situação militar no norte da Galiza que ocorreu quando o exército do Trastâmara se dirige para o norte de Portugal, tendo atravessado o rio Minho durante o mês de agosto e, de seguida, atacado algumas cidades portuguesas, como Braga e Guimarães (Gomes, 2005, p. 76). Passados estes momentos de tensão, Nuno Freire de Andrade terá retomado a emissão de moeda que provavelmente ocorreu a partir do mês de setembro.

Partindo desta proposta de datação das duas séries de meios torneses é possível avançar com uma plausível ordenação das marcas da casa da moeda registadas na numária fernandina da Corunha, que se apresenta no quadro seguinte:

MARCA CM	TORNÊS	½ TORNÊS	BARBUDA	½ BARBUDA
Q	–	AG[9] 54.01	AG 49.01-04	AG 31.01
CR-V	–	AG 53.01	AG 48.01-07	AG 30.01-02
Farol[10]	AG 78.01[11]	AG 67.01	–	–
C-V[12]	AG 73.01-02	AG 63-4.01	–	–

9 AG = Gomes, 2013.

10 Ferraro Vaz publica um tornês e um meio tornês com esta marca que aparenta reproduzir o farol da Corunha (Vaz, 1960, p. 436, n.º 53-54 e Est. XXVI.53-54; ver também Amaral, 1977, p. 179, n.º 361; p. 181, n.º 376), pertententes ao Museu Numismático Português. O mesmo tornês é utilizado por Alberto Gomes no seu catálogo e atribuído à Corunha (AG 78.01) mas não considera o meio tornês, publicando outro com anverso diferente mas com o escudo típico da casa da moeda corunhesa, encimado pela marca do farol (Gomes, 2013, p. 67.01). Há diversos problemas de descrição e leitura de legendas na numária fernandina que poderão aclarar muito aspetos da ordenação e datação das diferentes emissões assunto que, obviamente, não cabe tratar aqui.

11 Não se considera o tornês registado por Alberto Gomes com a marca no anverso, constituída por uma torre rodeada por muralha (?) e flanqueada por duas cruzetas (Gomes, 2013, p. 77.01), por se entender não ser trabalho da casa da moeda da Corunha, apresentando um escudo com o bordo superior retilíneo não registado em qualquer moeda seguramente atribuída a esta casa da moeda.

12 Incluem-se aqui as variantes com C invertido – V e V-C, versões anómalas da marca C-V.

Com esta arrumação da numária de D. Fernando batida na Corunha, subentende-se que as diversas denominações com a mesma marca monetária foram cunhadas em datas muito próximas, obedecendo a programas de emissão de moeda previamente delineados. Assim, o primeiro conjunto de emissões (½ torneses, barbudas e ½ barbudas) com a marca Q terá acontecido durante a permanência do rei de Portugal na praça galega, entre meados de junho e fins de julho de 1369; o segundo conjunto (com as mesmas denominações) é já posterior à ida do rei para o Porto, podendo ter ocorrido, como se disse atrás, a partir de setembro de 1369; o terceiro conjunto (só com torneses e ½ torneses), em que a marca monetária escolhida, inspirada no tipo monetário patente nos reversos dos ½ torneses das primeiras emissões, é o farol corunhês, poderá datar já do ano de 1370; o derradeiro conjunto (também só com torneses e ½ torneses) assinala o final das emissões corunhesas em nome de D. Fernando, que datarão ainda de 1370, não sendo credível uma data posterior ao tratado de paz de Alcoutim, assinado em março de 1371. Note-se finalmente que não deixa de ser curiosa a utilização, pela casa da moeda corunhesa, da última marca monetária fernandina (C-V), em versão coroada, nos reais e cruzados de bolhão emitidos em nome de Henrique II, de certo, após o retorno da praça à posse deste monarca em 1373 (Paz Bernardo, 2002, p. 81, n.º 262; p. 84, n.º 267-68), podendo indiciar que o numerário de D. Fernando com esta marca teria uma cronologia bem posterior à atrás proposta.

Esta ordenação também contraria algumas propostas avançadas por alguns numismatas, particularmente por Mário Gomes Marques, grande estudioso da numária de D. Fernando: por exemplo, não parece confirmar-se a sugerida anterioridade dos torneses de busto relativamente aos de cruz ou escudo (Marques e Cabral, 1980, p. 103); também não se corrobora que os torneses e ½ torneses tenham feito a sua aparição no último trimestre de 1369 e que as barbudas só surjam na primavera do ano seguinte (Marques e Cabral, 1980, p. 103), hipótese também refutada por Ferro Tavares (Tavares, 1982, p. 17-18). Estes e outros problemas sobre a amoedação no reinado de D. Fernando continuarão certamente em aberto, esperando-se que estas reflexões motivem novos estudos de que a Numismática de Portugal está tão carenciada.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, C. M. A. do (1977) – *Catálogo descritivo das moedas portuguesas – Museu Numismático Português*, Tomo I. Lisboa: INCM.

Aragão, A. C. T. de (1875) – *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bello, J. M. (1991) – La investigación sobre la Torre de Hércules, in: *Ciudad y Torre. Roma y la ilustración en A Coruña*. A Coruña: 165-170.

Braga, F. (1921-22) – Numismática portuguesa, I. Moedas da primeira dinastia, *O Archeologo Português* XXV. Lisboa: 97-107.

Fernández Ochoa, C.; Morillo, A. (2010) – Roman Lighthouses on the Atlantic Coast. In Carreras, C.; Morais, R. (eds.) – *The Western Roman Atlantic Façade. A Study of the Economy and Trade in the Mar Exterior from the Republic to the Principate*, (BAR Int Series, 2162). Oxford: 109-115.

Garcia, L. P. (1954) – Moedas da Corunha (Carta a propósito da «Raridades numismáticas» do Dr. Pedro Batalha Reis), *Nvmmvs* II. Porto: 13-18.

Gianini (2008) – Breve apunte sobre una de las monedas más raras de la Hispania medieval: El medio tornés de Fernando I de Portugal (1367-1383), disponível no portal Celtiberia.net (http://www.celtiberia.net/es/biblioteca/?id=3261, consultado em 2016.01.15).

Gomes, A. (2013) – *Moedas portuguesas e do território que é hoje Portugal. Catálogo das moedas cunhadas para o continente e ilhas adjacentes, para os territórios do ultramar e grão-mestres portugueses da Ordem de Malta* (6.ª ed.). Lisboa: Associação Numismática de Portugal.

Gomes, R. C. (2005) – *D. Fernando* (Reis de Portugal, 9). Lisboa: Círculo de Leitores.

González Garcés, M. (2008) – *Historia de La Coruña. Edad Media*. La Coruña: Fundación Caixa Galicia [Fac-símile da edição de 1987].

Hauschild, Th. (1976) – Der römische Leuchtturm von La Coruña (Torre de Hércules), *Madrider Mitteilungen*, 17. Madrid: 238-257 (= El faro romano de A Coruña (Torre de Hércules). Problemas de su reconstrucción, in: *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*. Lugo 1977: 131-156).

Hutter, S. (1973) – *Der römische Leuchtturm von La Coruña*, (Madrider Beiträge, 3). Mainz (am Rhein): Zabern.

Hutter, S.; Hauschild, Th. (1991) – *El faro romano de La Coruña*. La Coruña: Ediciós do Castro.

Lopes, Fernão (1895) – *Chronica de El-Rei D. Fernando*, (Bibliotheca de Clássicos Portuguezes). Lisboa.

López Carreira, A. (1998) – A intervención de Fernando I de Portugal en Galicia: unha alteración momentánea de fronteira, *Revista da Faculdade de Letras – História* II série, XV (Tomo I). Porto: 177-85.

Marques, M. G. (1976) – O chamado quarto de barbuda e o problema das letras monetárias, *Nvmmvs* X, 3-4. Porto: 7-17.

Marques, M. G. (1978) – *Moedas de D. Fernando*. Lisboa: ed. autor.

Marques, M. G.; Cabral, J. M. P. (1980) – Cronologia da numária de Dom Fernando, *Nvmmvs.* 2.ª série, III. Porto: 97-109.

Marques, M. G.; Costa, C. M.; Sampaio, J. L. (1983) – Emissões galaico-durienses das barbudas de D. Fernando de Portugal, *Gaceta Numismática* 70. Barcelona: 31-85.

Numisart 1995 = *Monnaies du Portugal et des ses colonies*, Numisart, Vente, Genève 5 juin 1995.

Numisma 19 = *Moedas raras, D. Fernando a D. Sebastião*, Numisma Leilões n.º 19, Lisboa 25 de novembro de 1993.

Numisma 37 = *Colecção Paulo de Lemos e moedas de ouro de Portugal e Brasil*, Numisma Leilões n.º 37, Lisboa 11 e 12 de dezembro de 1998.

Numisma 103 = *Importante colecção de moedas de Portugal, Angola e Índia, Colecção Algarve – Parte II*, Numisma Leilões n.º 103, Lisboa, 12 e 13 de outubro de 2015.

Paz Bernardo, J. (2002) – *Moedas galegas: moedas – medallas –billetes. Especializado do século IX a.C. ó século XXI d.C.* Barcelona: Numismática J. Paz.

Reis, P. B. (1948) – *Guia de uma notável colecção de moedas portuguesas*. Lisboa: ed. autor.

Reis, P. B. (1949) – Raridades numismáticas achadas no histórico Castelo de Faria, *Boletim do Grupo Alcaides de Faria* Ano 2.º, n.º 2. Barcelos: 25-31 (reeditado em *A Permuta. Órgão Informativo da Sociedade Portuguesa de Numismática* 59. Porto: 29-34).

Reis, P. B. (1952) – *Cartilha da numismática portuguesa*, vol. I. Lisboa: ed. autor.

Reis, P. B. (1956) – *Cartilha da numismática portuguesa*, vol. II. Lisboa: ed. autor.

Salgado, J. S.; Miranda, J. A. G. (2008) – *Colecção Banco Espírito Santo (Colecção Carlos Marques da Costa)*. Lisboa: Banco Espírito Santo.

San Claudio Santa Cruz, M. (2003) – El puerto de *Brigantium* y la navegación romana el el Atlántico Norte, in: C. Fernández Ochoa (ed.) – *Gijón puerto romano. Navegación y comercio en el Cantábrico durante la Antigüedad*. Gijón: 121-133.

Tavares, M. J. P. F. (1982) – Para o estudo da numária de D. Fernando, *Estudos Medievais*, 2. Porto: 3-32.

Vaamonde Lores, C. (1936) – De monetaria gallega, *Boletin de la Real Academia Gallega*, Ano XXI, n.º 262. Coruña: 249-64.

Vaz, J. F. (1960) – *Numária medieval portuguesa, 1128-1383*, Tomo II. Lisboa: ed. autor.

PALETAS EGÍPCIAS PRÉ-DINÁSTICAS EM PORTUGAL

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO[1]

RESUMO

Existem nas diversas coleções egiptológicas portuguesas paletas de xisto e de outros materiais destinadas à maceração de produtos, como a malaquite e a galena, para serem utilizados na decoração do rosto, em especial dos olhos. Estes típicos objetos foram feitos sobretudo na fase proto-dinástica, começando depois a rarear com a emergência do Egito unificado. Foram também fabricadas paletas de tipo cerimonial e comemorativo, de que o principal exemplo é a paleta do rei Narmer (c. 3000 a. C.), mas esse tipo de paletas não existe em Portugal.

ABSTRACT

There are in Portugal in some Egyptological collections palettes made of schist and other materials, intended for steeping products such as malachite and galena to be used on the cover of decoration, especially the eyes. These typical objects were made mainly in the proto-dynastic phase, but after they starting to desapear with the emergence of unified Egypt. A kind of ceremonial and celebratory palettes were also made, and the best example is the palette of king Narmer (c. 3000 BC), but that kind of palettes does not exist in Portugal.

[1] Centro de História e Instituto Oriental. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal.
luisaraujo@fl.ul.pt

EXISTEM NO NOSSO PAÍS, em coleções egiptológicas públicas e privadas, diversas paletas datadas das longas fases pré-histórica e proto-histórica da Badari e de Nagada, as quais antecedem a unificação dinástica do país das Duas Terras, ocorrida em finais do IV milénio a. C. A básica divisão que se pode estabelecer, em função da sua tipologia, é que umas têm forma geométrica ou geometrizante enquanto outras exibem formas de animais, mais ou menos estilizados ou sumariamente sugeridos, tendo esta segunda opção superado as tendências mais antigas (Shaw; Nicholson, 1995: 243).

Na verdade, o gosto pela temática animalista remontava à distante Época Pré-dinástica, com as culturas de Badari (c. 4500-4000 a. C.) e de Nagada (4000-3000 a. C.), esta subdividida em Amratense (ou Nagada I, c. 4000-3500), Guerzense (ou Nagada II, c. 3500-3100 a. C.) e uma terceira fase, que nem todos os estudiosos reconhecem, designada como Semainense (ou Nagada III, c. 3100-3000 a. C.). De facto, datam dessa longa época muitos objetos, encontrados em túmulos pré-históricos e proto-históricos, que vão desde recipientes de cerâmica vermelha polida e decorada a branco amarelado, exibindo motivos geométricos em fundo vermelho, com o desenho estilizado de vários animais da fauna nilótica, às paletas geométricas ou com formas animalistas. A fauna representada mostra gazelas, elefantes, hipopótamos, bois e vacas, crocodilos, flamingos, e até homens com os seus cães domesticados (Cialowicz, 1991, p. 3; Araújo, 1993-1994, p. 393).

As paletas são dos objetos mais típicos do Egipto pré-dinástico, surgindo amiúde em contextos tumulares ao lado de objetos de adorno, de instrumentos líticos e de vasos decorados, nomeadamente os recipientes conhecidos pela designação de vasos de boca negra (Araújo, 1993-1994, p. 393). As paletas podiam ter formas geométricas (quadradas, retangulares, losangulares, ovais, circulares ou romboidais) ou formas animalistas, e as opções podem em muitos casos facilitar a atribuição de uma cronologia fiável para o seu fabrico. Conhecidas no Egito desde a cultura de Badari, que ocupa a segunda metade do V milénio, as paletas passaram a ser moldadas em formas mais alongadas, verificando-se uma preferência pelas formas retangulares, amiúde exibindo entalhes em cada ângulo, e apresentando pouca ou nenhuma decoração (Rodrigues, 2016, p. 23).

Eram feitas quase que exclusivamente de xisto, podendo ser também utilizado o anfibolito ou a ardósia, e ainda uma pedra cinza-esverdeada, grauvaque, que em egípcio antigo se designava *bekhenu*, muitas vezes confundida com ardósia ou xisto, originária de Uadi Hammamat (pista que ligava, pelo deserto oriental, a cidade de Tebas-Uaset, hoje Lucsor, ao mar Vermelho). A maior parte das paletas possui um furo na parte superior central, destinado provavelmente à suspensão dos objetos, certamente nas paredes das habitações, porque o peso de alguns exemplares mostra que o seu uso pendurado no pescoço se desaconselharia (Araújo, 1993-1994, p. 393; Sales, 2001, p. 667).

No período de Nagada I, as paletas eram principalmente de forma romboidal e o seu tamanho podia variar entre as mais diminutas, com uns 2 cm de comprimento, até aos exemplares maiores que podiam chegar aos 70 cm. Na passagem da fase de Nagada I para a de Nagada II vão rareando as formas geométricas e proliferam as que exibem a forma de um animal, por vezes em reduzida sugestão, ou um par de chifres ou pequenas cabeças de aves no topo, ou com o desenho completo do animal, nem sempre em forma expressiva. Mas compilando as formas que chegaram até nós, podemos encontrar os mesmos animais que já decoravam os recipientes cerâmicos de Badari e de Nagada, agora com tartarugas, aves, bovinos e, em particular, peixes. As aparências zoomórficas resumem-se à silhueta desses objetos, às vezes estendendo-se para a face, com indicação sumária dos olhos e de outras características do corpo isoladas, representadas através de incisões ou furos. Houve um declínio nas formas zoomórficas do período de Nagada III (Semainense), já a entrar na Época Arcaica depois da unificação do Egito, altura em que se deu a proliferação dos tipos geométricos, predominantemente retilíneos, e, em menor escala, as peças circulares e com forma oval, ou as que habitualmente são designadas como forma de escudo (Rodrigues, 2016, p. 23). De facto, as paletas tornaram-se progressivamente mais raras para os finais do período pré-dinástico,

possivelmente porque a fonte material utilizada para as produzir começou a ser explorada para outras finalidades, tais como a produção de pulseiras, vasos de pedra e, em particular, paletas cerimoniais. Esta redução na disponibilidade das paletas, e a sua cada vez maior simplicidade, contrasta com as versões cerimoniais produzidas para a elite dirigente do país que ia emergindo sob a égide de um rei-deus, um Hórus vivo. Das peças produzidas nessa nebulosa fase da unificação do Egito destaca-se a grande paleta do rei Narmer, verdadeira cédula de nascimento do Egito, que se encontra agora no Museu do Cairo (Araújo, 1993, p. 27-28; Rodrigues, 2016, p. 24; Shaw; Nicholson, 1995, p. 243). Narmer é principalmente conhecido devido a uma maça piriforme de calcário e à sua famosa paleta cerimonial com o seu nome em escrita hieroglífica. Ambos os objetos foram encontrados em Hieracômpolis ou Nekhen, sob o pavimento de um templo do Império Antigo depois restaurado no Império Médio. A paleta é um dos objetos mais famosos do período proto-dinástico, testemunhando a vitória sobre o Delta, e é vista por muitos como a prova de que Narmer era Menés. Contudo, o rei não aparece na paleta com a coroa dupla das Duas Terras, usando apenas a coroa vermelha do Baixo Egito quando inspeciona os inimigos derrotados, enquanto na parte contrária exibe a coroa branca do Alto Egito ao mesmo tempo que ameaça um inimigo vencido com uma maça piriforme (Araújo, 1993, p. 27-28).

Com a emergência da estável monarquia faraónica, as iniciais paletas, necessárias para a maceração de diversos produtos para a maquilhagem, mas que também exprimiam ideias de timbre mágico e ritual, foram sendo substituídas por almofarizes e pilões, que continuaram a servir para pulverizar a malaquite e a galena. Entre os produtos macerados para a decoração do rosto avulta a malaquite verde, em egípcio denominada *uadju*, um minério de cobre, o qual começou a ser utilizado em especial para fins cosméticos ainda nos inícios da Época Pré-dinástica, e que depois seria suplantada pela galena, um pigmento mineral de chumbo cuja coloração ia do cinza escuro ao preto conhecido como *mesdemet* ou *mesdjemet* (Lucas, 1930, p. 41). Para macerar e misturar os componentes dos cosméticos, utilizavam-se pequenos pilões ou seixos, como se poderá ver no acervo egípcio do Museu de História Natural da Universidade do Porto (Araújo, 2011, p. 96-97). Estes pequenos objetos têm sido achados frequentemente perto das paletas, comprovando assim as suas funções. Quanto aos cosméticos, eram colocados nas sepulturas em diversos recipientes de diferentes formatos, desde pequenas bolsas de linho ou de couro, conchas, canas, pequenas garrafas e frascos, atestando que o hábito de maquilhar os olhos remontava a tempos muito antigos e que não tinha apenas razões estéticas, pois acreditava-se que os cosméticos podiam também prevenir doenças e infeções (Rodrigues, 2016, p. 23).

Exemplos de paletas de moagem retangulares, bastante espessas, foram recuperados de túmulos posteriores à Época Pré-dinástica e à Época Arcaica, nomeadamente de várias mastabas de Guiza, datadas do Império Antigo, e dos túmulos em Beni Hassan, do Império Médio (Rodrigues, 2016, p. 24).

PALETAS DE FORMA GEOMÉTRICA

Um dos mais antigos exemplares de paletas egípcias pré-dinásticas, datada da fase de Badari (c. 4500-4000 a. C.), encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia, com uma forma retangular e com uma altura de 13,4 cm e uma largura de 7 cm. É feita de anfibolito, apresentando o anverso com moldura constituída por três estrias irregulares e paralelas que se sobrepõem nos ângulos, sendo o reverso liso. Apresenta alguns indícios de uso devido às macerações (Araújo, 1993, p. 88-89).

Também no Museu Nacional de Arqueologia está exposta uma paleta de ardósia com forma elipsoidal, datada da fase de Badari, com uma altura de 15,5 cm e a largura de 11 cm, apresentando no anverso uma decoração simples formada por uma orla incisa com filete corrido a delimitar inci-

FIG. 1. Paleta circular de xisto, Museu de História Natural da Universidade do Porto.

sões, as quais compõem um ziguezague que acompanha o bordo da peça, sendo o reverso liso (Araújo, 1993: 89-90).

O Museu de História Natural da Universidade do Porto expõe uma paleta datada igualmente da fase de Badari, feita de xisto cinzento escuro (ou grauvaque) de forma circular, com 12 cm de diâmetro. Exibe um bordo biselado, embora de maneira irregular, tendo uma perfuração para o orifício de suspensão que está incompleta (Araújo, 2011, p. 93).

Outro exemplar feito de xisto pertence ao acervo egípcio do Museu da Farmácia e tem a forma de um losango afilado, apresentando sinais de uso. Tem um comprimento de 40 cm e 7,8 de altura, datado do período de Nagada I (Basso, Araújo, 2008, p. 78-79). A datação da paleta losangular baseia-se no facto de na altura se evocar o deus Min, ligado à fertilidade e à potência sexual, e um dos símbolos desta divindade representada com um magnífico falo permanentemente ereto era um losango afilado (Shaw, Nicholson, 1995, p. 243).

Encontram-se nas reservas da coleção egípcia do Museu Nacional de Arqueologia mais duas paletas geometrizantes, exibindo uma (com 12 cm de comprimento e a largura de 8 cm) a forma do que parece ser um leito com duas pequenas hastes salientes em cada um dos ângulos (alguns deles já fraturados), com o anverso liso e o reverso decorado com uma rede gravada a traços incisos irregulares e tendo a quadrícula delimitada por um filete fino que emoldura a peça. O outro objeto que se guarda nas reservas (com 9,1 cm de altura e 7,8 de largura) tem forma quadrangular, com o reverso liso e o anverso com duas estrias paralelas emoldurando a peça (Araújo, 1993-1994, p. 396-397).

PALETAS DE FORMA ANIMALISTA

Uma das novidades da fase de Nagada é a predileção pela produção de paletas de xisto, ou de materiais aparentados, com formas animalistas, por vezes denotando um claro apreço pela simetria e pela estilização dos animais representados. Este fenómeno, que está patente em coleções de antiguidades egípcias que possuem objetos da fase proto-dinástica, também se pode detetar em acervos portugueses.

Semelhante a paletas do Metropolitan Museum of Art é uma paleta de xisto cinzento escuro, de Nagada II, com uma altura de 16,9 cm e uma larura de 7,3 cm, que pertence à coleção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto. Apresenta uma forma elipsoidal com remate superior

FIG. 2. Paleta em forma de ave com dupla cabeça do período de Nagada II, Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque (Fonte: http://www2.metmuseumorg/Collections/search-the-collections/547359)..

FIG. 3. Paleta de xisto com cabeças de aves, Museu de História Natural da Universidade do Porto.

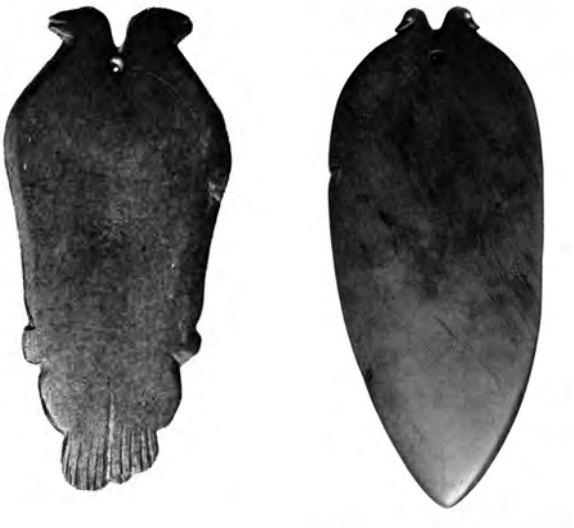


FIG. 4. Paletas de ardósia (à esquerda) e de anfibolito (à direita) com cabeças de aves no topo, Museu Nacional de Arqueologia.

FIG. 5. Paleta de xisto em forma de cabeça de bovino, Museu Nacional de Arqueologia.

formado por duas cabeças geminadas de aves (patos ou falcões), as quais se encontram fraturadas, tal como a parte inferior da peça. Não tem orifício para suspensão e apresenta vestígios de uso (Araújo, 2011, p. 95).

Também no acervo do Museu Nacional de Arqueologia existem duas paletas com cabeças de aves decorando o topo das peças, datadas certamente da fase de Nagada I. Uma delas, com 15,8 cm de altura e 7,7 cm de largura, é uma paleta de ardósia, mostrando uma configuração obtida pelos corpos geminados de dois falcões, com os peitos sobressaídos, cujas cabeças opostas ao alto olham em sentido contrário. As patas e as caudas das aves estão sumariamente indicadas, estando as penas retrizes marcadas por incisões de desenho assimétrico. Tem um orifício bicónico para suspensão na junção das duas cabeças e apresenta indícios de uso (Araújo, 1993, p. 91-92). A outra paleta de anfibolito esverdeada, com veios, é mais alta, com 24,5 cm de altura e uma largura de 9 cm, e tem configuração pon-tiaguda, com a parte superior rematada por duas cabeças opostas, possivelmente de patos, com olhos embutidos de ambos os lados da peça. As pequenas concavidades dos olhos estão preenchidas com grão de uma pasta avermelhada brilhante. Possui um orifício bicónico de suspensão situado entre as duas cabeças (Araújo, 1993, p. 92-93).

Refletindo os gostos da época em que foi feita, uma paleta de xisto mosqueado de Nagada I, com uma altura de 18,5 cm e a largura de 8,6 cm, apresenta a forma de losango representando, aparentemente, uma cabeça de bovino estilizada, com a indicação sumária de pequenas orelhas e dos cornos. Esta peça do Museu Nacional de Arqueologia tem as faces lisas e alguns sinais de uso, com uma ligeira fratura na parte direita central (Araújo, 1993, p. 90-91).

Além das paletas representando cabeças mais ou menos estilizadas de aves ou de bovinos, também foram produzidos exemplares em forma de peixe, e nas coleções do nosso país podem ser apreciadas paletas pisciformes, como se atesta nos museus com o maior número de peças, o Museu Nacional de Arqueologia, o Museu da Farmácia e o Museu de História Natural da Universidade do Porto (situado na Reitoria).

No Museu Nacional de Arqueologia existe uma paleta de ardósia pisciforme e arredondada, de Nagada I, sugerindo a tilápia nilótica, com um comprimento de 12,5 cm e a altura de 8,6 cm, polida e lisa em ambas as faces, com alguns sinais de uso. Possuí uma pequena barbatana caudal, que está parcialmente quebrada, a indicação da boca é feita com uma incisão no bordo, sendo os olhos assinalados por pequenos pontos negros. Tem um orifício bicónico de suspensão (Araújo, 1993, p. 90-91).

No Museu da Farmácia está exposta uma paleta de xisto em forma de peixe, do período de Nagada II, com um comprimento de 14,6 cm e 8 cm de altura, possuindo uma pequena cauda decorada com estrias, e com duas pequenas perfurações, uma indicando o olho e outra para suspensão da peça. Apresenta sinais de uso (Basso, Araújo, 2008, p. 78-79).

Outra paleta de xisto cinzento escuro, talvez da fase de Nagada I, com uma altura de 8,5 cm e 16,5 cm de comprimento, encontra-se no Museu de História Natural da Universidade do Porto. Apresenta uma forma elipsoidal e pisciforme, com a superfície mal polida, bordo afiado e a cauda marcada por recortes e incisões. Tem orifício para suspensão no dorso (Araújo, 2011, p. 94).

FIG. 6. Paleta de xisto pisciforme, Museu de História Natural da Universidade do Porto.

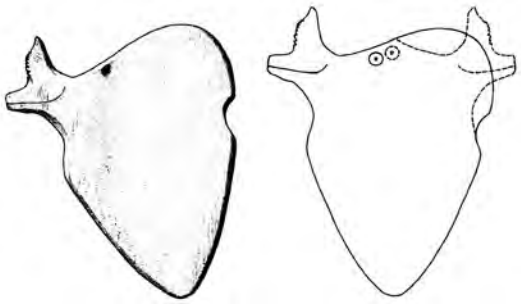


FIG. 7. Paleta de xisto zoomórfica de aspeto pisciforme, aparentemente inacabada. Desenho de Helena Figueiredo.

Registe-se, por fim, que nas reservas da coleção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia encontra-se uma paleta de xisto com a altura de 12,7 cm e altura de 10,6 cm, datada da fase de Nagada I. Aparentemente o objeto tem um aspeto pisciforme porque tem uma parte saliente que se assemelha a uma barbatana caudal. No entanto, esse protuberante elemento está anatomicamente deslocado do eixo normal que se esperaria se fosse o corpo de um peixe, sendo por isso de considerar que se trata antes de um trabalho incompleto, o qual visaria obter a forma estilizada da cabeça de um bovino. Conhecendo-se o tradicional e insistente apreço que arte egípcia em geral tem pelas formas simétricas, a começar mesmo nesta época tão recuada do antigo Egito em que as noções equilibradas da *maet* despontavam (Araújo, 2001, p. 524-536), pode-se concluir que se trata da cabeça estilizada de um bovino que por qualquer motivo desconhecido ficou incompleto. A paleta, que em cima se reproduz em esquema, exibe o que parece ser uma orelha e um pequeno chifre, tendo ficado arredondado no lado oposto por falta de espaço para a execução da idêntica forma do lado contrário. Tem aproximadamente em cima e ao centro um orifício bicónico para suspensão.

BIBLIOGRAFIA

Araújo, L. M. de (1993) – *Antiguidades Egípcias*. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: Instituto Português de Museus.

Araújo, L. M. de (1993-1994) – Paletas egípcias do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, série IV, 11-12, Lisboa, pp. 391-402.

Araújo, L. M. de (2001) – Maet. *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa: Editorial Caminho, pp. 524-536.

Araújo, L. M. de (2011) – *A Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto: Edições Centenário, Universidade do Porto.

Basso, P.; Araújo, L. M. de (2008) – *A Farmácia no Mundo Pré-clássico e nas Culturas Tradicionais*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, Museu da Farmácia.

Cialowicz, K. (1991) – «Les palettes égyptiennes aux motifs zoomorphes et sans décoration. Études de l'art prédynastique», *Studies in Ancient Art and Civilization*. Cracóvia: Uniwersytet Jagielonski, 3.

Emery, W. B. (1972) – *Archaic Egypt*, Harmondsworth: Penguin Books.

Gardiner, A. (1961) – *Egypt of the Pharaohs: an Introduction*, Oxford: Oxford University Press.

Hall, E. S. (1986) – *The Pharaoh Smites his Enemies. A Comparative Study*, Munique, Berlim: Deutscher Kunstverlag.

Helck, W. (1987) – *Untersuchungen zur Thinithenzeit*, Wiesbaden: Otto Harrassowitz, p. 125.

Hoffman, M. (1980) – *Egypt Before the Pharaohs*, Londres: Ark Paperbacks.

Grimal, N. (1988) – *Histoire de l'Égypte Ancienne*. Paris: Librairie Arthème Fayard.

Lucas, A. (1930) – «Cosmetics, perfumes and incense in Ancient Egypt», *The Journal of Egyptian Archaeology*, 16, 1-2, pp. 41-53.

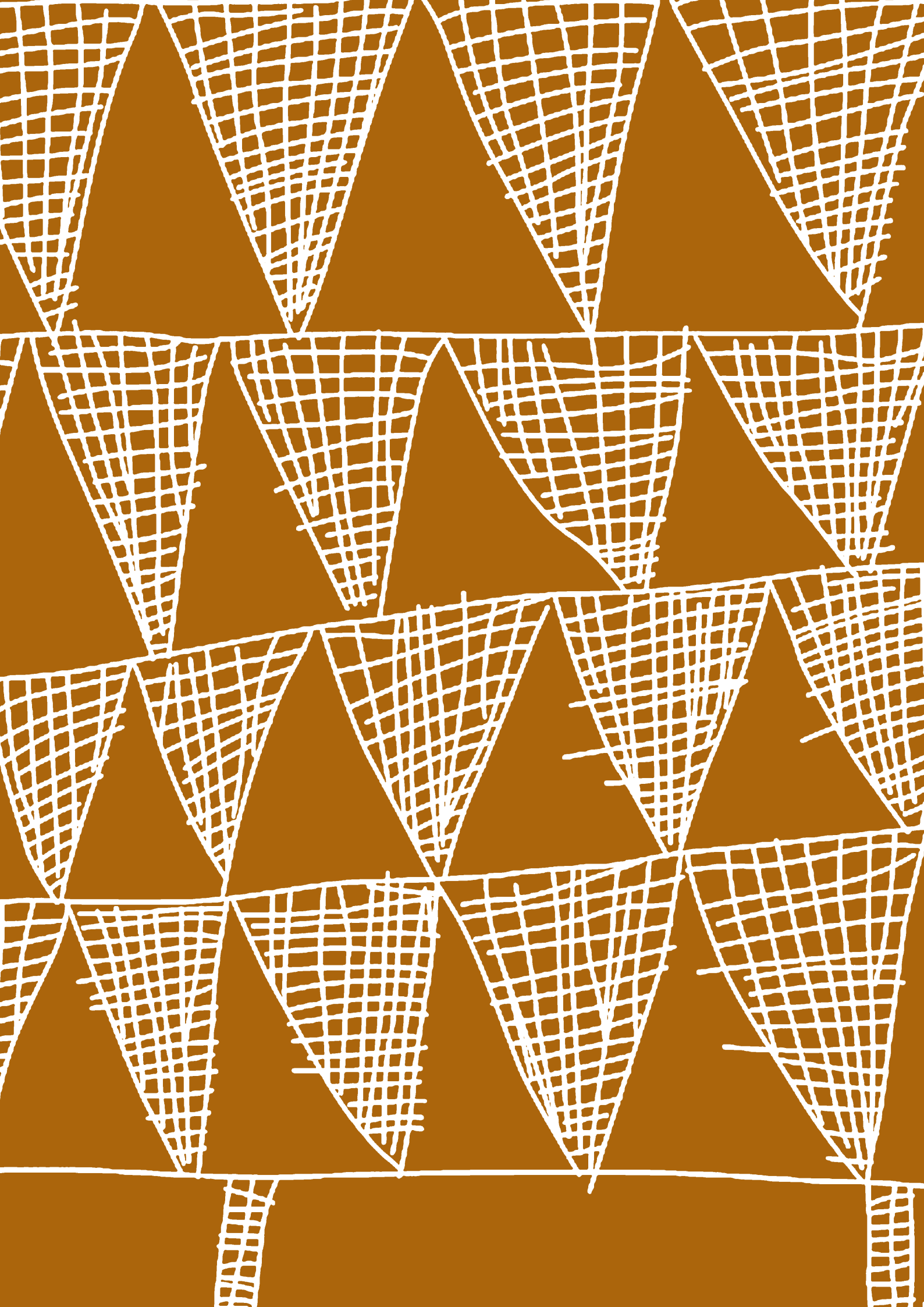
Quirke, S. (1990) – *Who Were the Pharaohs? A History of their Names with a List of Cartouches*, Londres: British Museum Publications.

Rodrigues, S. (2013) – «Os artefactos de *toilette* nas colecções egípcias de Lisboa e do Porto», *Cadmo*, 23, Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Rodrigues, S. (2016) – *Os artefactos de toilette nas colecções egípcias portuguesas*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (tese de mestrado policopiada).

Sales, J. das C. (2001) – «Pedra», *Diconário do Antigo Egipto*, Lisboa: Editorial Caminho, pp. 666-667.

Shaw, I.; Nicholson, P. (1995) – «Palette», *The British Museum Dictionary of Ancient Egypt*, Londres: The Trustees of the British Museum, p. 243.



À MANEIRA DE UM *CURRICULUM VITAE*, SEGUIDO POR UM ENSAIO DE FOTOBIOGRAFIA

VICTOR S. GONÇALVES (1946-)
À MANEIRA DE UM *CURRICULUM VITÆ*

(vs. actualizada em 2016-05-14)

Calvin and Hobbes, versão portuguesa, reprodução autorizada pela Editora Gradiva.

VICTOR S. GONÇALVES
VICTOR [MANUEL DOS] S[ANTOS] GONÇALVES

(SETÚBAL, 1946.05.14)

1. Sinopse preambular
2. Primeiros trabalhos de investigação
3. Resumo da carreira escolar
4. Escavações que dirigi ou dirijo
5. Projectos de investigação
6. Contribuições metodológicas, práticas e teóricas.
   Inovações no ensino da Arqueologia em Portugal
7. Conferências
8. Exposições e museologia
9. Seminários, Encontros, Congressos e Reuniões científicas que promoveu
10. Reuniões científicas em que participou
11. Algumas missões ao estrangeiro
12. Associações científicas a que pertenceu/pertence
13. Actividade no campo da edição científica
14. Carreira académica pós-doutoral
15. Grandes linhas de orientação de pesquisa
16. Direcção de trabalhos académicos
17. Textos publicados, no prelo e em preparação, comentados pelo autor
    sempre que tal se considerou justificado ou assim o entendeu

1. SINOPSE PREAMBULAR

J'ai passé le plus clair de mon temps a l'obscurcir,
parce que la lumière me gêne.
Boris Vian

Cá por mim, precisava, no mínimo, de 5 anos para terminar
o que estou a fazer, mas 10, ou mesmo 15, davam jeito.
Depois, vou dormir, que bem mereço.
Intervenção pública, 2016

VICTOR S. GONÇALVES ensina actualmente no Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde é Professor Catedrático. Orienta a disciplina Introdução à Arqueologia e o Seminário de último ano do 1.º ciclo em Arqueologia (cujo tema central foi, inicialmente, *A vida e a morte nas antigas sociedades camponesas: do 6.º ao 2.º milénio no Ocidente peninsular*). Ensina também Pré-História das sociedades camponesas (Neolítico e Calcolítico). Criou, pela primeira vez em universidades portuguesas, a unidade lectiva Arte Pré-Histórica, que ensinou, em colaboração.

Foi Director da Faculdade de Letras de Lisboa, Presidente da Comissão Científica do Departamento de História, e, até Fevereiro de 1997, membro da Comissão Executiva do Departamento. Coordena a área de ensino em Arqueologia, foi Presidente do Instituto de Arqueologia desde Março de 1973, enquanto ele existiu, e Director do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Representa a Universidade de Lisboa na Comissão interuniversitária de Arqueologia, criada no âmbito do CRUP. Foi, durante três anos, Coordenador de esta Comissão.

Membro da Comissão Directiva do *Centro de História das Universidades de Lisboa* desde a sua segunda fundação (1976), teve inicialmente o seu *curriculum* equiparado a doutoramento pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, de forma a que pudesse assegurar a direcção da UNIARQ (Unidade de Arqueologia). A UNIARQ (inicialmente UNIARCH, *Unidade de Arqueologia do Centro de História*) fora criada por sua proposta, prolongando o projecto autónomo CAALG (*Carta Arqueológica do Algarve*), que remontava às primeiras fases da reestruturação do *Centro*.

Fundou e dirige algumas séries de publicações em curso (CLIO/ARQUEOLOGIA, substituída recentemente por OPHIUSSA, *estudos & memórias,* os CADERNOS DA UNIARQ, lançados em 1989, a Colecção CASCAIS: TEMPOS ANTIGOS (desde 2008, na Câmara Municipal de Cascais), Os workshops da UNIARQ, criados em 2015). Dirigiu a colecção *Tempo Aberto* (Livraria Bertrand) e ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA ANTIGA, nas Edições Colibri.

Foi Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa, no Verão de 1974, e membro da sua Assembleia de Representantes (1975). Foi Presidente da Comissão Científica de História entre 1993 e Janeiro 1995, data em que passou a integrar a então recém-criada Comissão Executiva do Departamento.

Foi o principal redactor e proponente da estrutura do Curso de História que vigorou de Julho de 1974 até à «Reforma Cardia», tendo conseguido a exequibilidade das «pré-especializações», modalidade flexível que foi, em Portugal, a percursora das «Variantes», entre as quais a de Arqueologia.

Em 1990, reorganizou a Variante de Arqueologia, recuperando para o currículo unidades lectivas como *Epigrafia* ou *Numismática* e introduziu o ensino prático da Arqueologia, até então

ausente dos programas (nova unidade lectiva obrigatória, inicialmente chamada «Arqueologia Prática»). A nova reformulação da Variante foi aprovada por unanimidade pela Comissão Científica e pela Comissão Coordenadora (Junho de 1990) e entrou em funcionamento em Novembro do mesmo ano. É de sua autoria a reforma da Variante de 1993-94, em que surge pela primeira vez a unidade lectiva *História Antiga Peninsular* e que consagra a semestralização. Assumiu a reestruturação de acordo com o modelo de Bolonha, apesar de discordar dos seus pressupostos.

No campo específico do ensino da Pré-História, introduziu nos programas o estudo da evolução humana enquanto perspectiva dinâmica, sendo, a partir de 1970, responsável pela divulgação e debate das propostas de André Leroi-Gourhan, a nível da simbólica e da evolução tecnológica, e do «Clarke azul», no que à Arqueologia analítica diz respeito.

A partir de 1977, normalizou os processos de registo arqueológico em *open-area*, tendo publicado modelos de fichas de registo individuais e «fichas-mãe». Aplicou sistematicamente o registo tridimensional e foi pioneiro na informatização dos registos arqueológicos e do uso de *data-bases* para o seu controlo (casos dos Cerro do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, Cabeço do Pé da Erra, Vila Nova de S. Pedro, Monte Novo dos Albardeiros, Sala n.º 1, TESP3, entre outros).

A partir de 1978, reorganizou conteúdos programáticos, estando próximo, no que se refere à análise territorial, das leituras pioneiras de Higgs, Jarman e Vita-Finzi, e de Guilaine e Renfrew, no estudo das dinâmicas regionais para o Neolítico e o Calcolítico.

Alguns dos últimos trabalhos de Sherratt podem ser citados entre outras influências visíveis nas aproximações que tem vindo a desenvolver ao Neolítico «final» e ao Calcolítico em Portugal, tendo adaptado e introduzido o modelo da *Revolução dos Produtos Secundários*.

A linha dominante da sua pesquisa centra-se, actualmente, na análise estrutural das modalidades de povoamento e dos rituais da morte das antigas sociedades camponesas.

Tem vindo finalmente a cumprir um antigo projecto de estudar as manifestações do sagrado, recuperando textos sobre a Deusa Mãe e o Jovem Deus (Gonçalves, 1970, 1989, 1993...), os ídolos betilo (1980) ou escrevendo novas contribuições, caso do enquadramento cronológico das placas de xisto (1989) ou da interpretação dos artefactos votivos de calcário (1993 e seqq.).

Noutra perspectiva, tem vindo a redigir uma série de estudos sobre fenómenos e mecanismos de passagem referentes ao 4.º e ao 3.º milénios, quer sobre o grupo da Parede (Gonçalves, 1990), a utilização como indicador cultural e cronológico das taças carenadas (1991), o papel referencial específico dos artefactos votivos de calcário e os fenómenos que indiciam transformação e mudança (particularmente Gonçalves, 1993a, 1993c).

Sendo autor de várias comunicações e de numerosos textos e intervenções publicados em Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Bélgica, organiza actualmente diversas monografias. É autor de estudos monográficos sobre Reguengos de Monsaraz e Cascais, onde dirige a colecção CASCAIS, TEMPOS ANTIGOS.

Durante quatro anos, pertenceu ao Conselho Consultivo de Arqueologia da Secretaria de Estado da Cultura (três anos na Comissão *ad hoc* nomeada pelo Secretário de Estado e outro eleito pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa). Foi durante mais de 15 anos avaliador da JNICT e, depois, da FCT, e continua a ser, também há mais de 20 anos, avaliador da AGAUR (Catalunya). Participou em várias reuniões de avaliação das bolsas Jamón y Cajal e Juan de la Cierva (Madrid). Durante 4 anos, participou no grupo internacional sobre a reforma de Bolonha, a convite de Maria Eugénia Aubet (Universidade Pompeu Fabra, Barcelona). Em 2016, a escavação que dirigiu com Ana Catarina Sousa no Cabeço do Pé da Erra foi eleita, por unanimidade, a mais importante de 2015 no Centro de Portugal.

2. PRIMEIROS TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

Como aprendi ? – aprendendo!,
mas tenho pena (gostava antes que me tivessem ensinado).

1960, iniciei a prospecção da Serra de S. Luís, no maciço arrábido, relocalizando o Castro da Rotura onde viria, mais tarde, a efectuar escavações.

Em 1961, participei, sob a direcção de Manuel Heleno e Farinha dos Santos, nas escavações do sítio romano de Tróia de Setúbal, a que voltaria oito anos depois.

Em 1963-64, aderi à *Sociedade Portuguesa de Espeleologia*, tendo sido redactor do seu primeiro Boletim. Participei então nos trabalhos de campo conduzidos por Carl Harpsöe na Loca do Tufo, na Gruta das Salamandras e na Lorga de Dine.

Em 1967, D. Fernando de Almeida confiou-me a intervenção no povoado pré-histórico da Rotura, onde efectuei escavações subsidiadas pelo Museu Nacional de Arqueologia e que possibilitaram a minha tese de licenciatura.

3. RESUMO DA CARREIRA ESCOLAR

...às vezes, recordo amigos perdidos no tempo ou mortos
há muito – como o Senhor Henriques, que vivia num moinho,
que não era o de Daudet, escrevia no Setubalense *e me contava*
histórias de vida, passeando comigo na Avda. Luísa Tódi, junto
ao Mercado do Livramento...

Aprendi a ler sozinho, aos quatro anos, a partir da edição diária do jornal «O Século». A partir daí nunca mais parei, sendo ainda hoje um leitor de largo espectro. Minha Mãe, nunca soube porquê, apreciava os clássicos russos, Jane Austen e as temíveis irmãs Brontë, George Eliot e Stefan Zweig. E tinha alguns Eça escondidos, que eu li com grande interesse, *Os Maias*, *A Cidade e as Serras*, *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*... Os dois últimos percebi depois porque estavam escondidos, mas *A cidade e as Serras*, nunca entendi. Foi essa pequena biblioteca decisiva para a minha vida de leitor ? Não creio, mas fez-me criar hábitos de leitura, o que já não é mau, ainda que, falando verdade, eu nunca tenha conseguido acabar o *Guerra e Paz que ela tanto apreciava*...

Fundei, com Carlos Tavares da Silva, a tertúlia Cultura, Ciência e Saber, com uma página no Jornal «O Setubalense», onde fui também colaborador e presa da Censura (artigos sobre a Inquisição ou o cinema americano foram cortados quase a 50%...).

Depois da Escola Conde Ferreira, junto à PSP, frequentei o Liceu Nacional de Setúbal, tendo concluído os estudos secundários com a classificação geral de 16 valores (média de 19 nas nucleares – 18 em Filosofia e 20 em História). Publiquei aos 9 anos o meu primeiro artigo no Jornal do Liceu Bocage. No último ano, ganhei o único prémio da minha vida, um «ensaio» histórico com um texto sobre S. Teotónio, onde investia contra a «História dos Heróis», dando a Guerra de Tróia como exemplo.

Matriculei-me no ano lectivo de 1963-64 no Curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Fui aluno, com altas classificações para o contexto da época, dos Professores Jorge Borges de Macedo, Joaquim Veríssimo Serrão, Mário Tavares Chicó (que extraordinário Professor!), Scarlat

Lambrino, D. Fernando de Almeida, Jorge Dias, Lindley Cintra, Oliveira Marques e Viegas Guerreiro, entre outros. Assisti, como voluntário, às aulas de Orlando Ribeiro.

Contratado pela Michelin para o seu Guia de Portugal, colaborei na preparação da primeira versão, tendo visitado todas as cidades e muitas vilas e aldeias. Foi assim que nasceu a minha grande paixão pela rota do românico. Para um aluno universitário que nunca gostou muito (e ainda hoje não gosta) de viajar, foi também uma oportunidade única para ver coisas, comer e beber novidades, a que não teria normalmente tido acesso. Construir memórias (como a fotografia a partir a última rocha que bloqueava o acesso ao Pióbão...). E comprar a minha primeira máquina de escrever (uma Underwood portátil que ainda hoje guardo) e a minha primeira alta fidelidade, uma Perpetuum Ebner trazida da Alemanha por um amigo...

Licenciei-me em 20 de Janeiro de 1970 com a classificação geral de 16 valores (17 na dissertação), defendendo como tese resultados das minhas próprias escavações no Castro da Rotura, sustentadas financeiramente pelo que é hoje o Museu Nacional de Arqueologia.

Ainda em 1970, fui contratado como assistente da Universidade de Luanda, onde ensinei durante dois anos (em Sá da Bandeira) *Pré-História* e *Antiguidade Oriental*. Durante esse tempo, apaixonei-me pelo Deserto de Moçâmedes, onde efectuei numerosas estadias, nomeadamente na Ponta Negra, na orla litoral. Reorganizei a Biblioteca dos *Cursos de Letras*, da qual tinha sido nomeado director (a única biografia de Marx, feita por um jesuíta, estava convenientemente arrumada na Secção «Motores de Explosão...). Assinei para a Biblioteca o «Le Monde» e o «Nouvel Observateur» (e o «Paris Match», para disfarçar). E revi completamente a estratégia de aquisições. Ensinei também *Arte Contemporânea* e *Banda Desenhada*, tendo promovido uma exposição sobre arte catalã (serigrafias de Miró, Tapiés e Hartung), com catálogo.

Em 1972, fui convidado pelos Professores Jorge Borges de Macedo e Joaquim Veríssimo Serrão para orientar a unidade lectiva de *Pré-História*, na Faculdade de Letras de Lisboa, o que fiz de 5 de Março de 1973 até ao final do ano escolar de 1974. A partir de então, viria a leccionar as seguintes unidades lectivas de Arqueologia: *Introdução à Pré-História*, *Civilizações agro-pastoris*, *Civilizações Pré-Clássicas*, *Materiais Arqueológicos* e, de novo, *Pré-História*. Leccionei também duas unidades lectivas que fundei: um seminário sobre *Neolitização do Mediterrâneo Ocidental* e a disciplina anual obrigatória, da Variante de Arqueologia, *Arqueologia Pré-Histórica Peninsular*.

Doutoramento em 89.01.07, pela Universidade de Lisboa, tendo obtido a classificação máxima, concedida por unanimidade (*Aprovado com Distinção e Louvor*). O júri integrava os Profs. Doutores Jean Guilaine, Castro Nunes (arguentes), Jorge de Alarcão, Armando Coelho, Jorge Borges de Macedo e Nunes Carreira.

A tese de doutoramento teve por tema o megalitismo e a arqueometalurgia no Alto Algarve Oriental, dentro do que chamou «uma perspectiva integrada». Baseou-se em materiais inéditos de monumentos e sítios por si identificados e escavados naquela região. O texto, profundamente revisto e acompanhado por algumas novas importantes ilustrações, foi editado em dois volumes (1989).

Em 89.01.09 foi nomeado pela Comissão Científica do 4.º grupo (História) da Faculdade de Letras de Lisboa *Coordenador da Área e Variante de Arqueologia*, sendo, ainda nesse ano, sucessivamente eleito Presidente do *Instituto de Arqueologia* e Secretário do *Centro de Arqueologia e História* da mesma Universidade (*do* então *Instituto Nacional de Investigação Científica*, INIC). Seria em 1993, após a extinção do INIC, o primeiro Director do novo *Centro de Arqueologia*, resultante da cisão do antigo *Centro de Arqueologia e História*.

Propus uma nova reestruturação para a Variante de Arqueologia (Maio de 1990), cuja primeira aprovação foi concretizada (pela Comissão Coordenadora do Conselho Científico da Facul-

dade de Letras de Lisboa) em 90.05.29. O Curso passou a articular-se entre uma forte componente prática, inicial, e uma cúpula teórica e de investigação. O ensino da Epigrafia foi reintroduzido, bem como o da Numismática. Pela primeira vez, funcionou uma unidade lectiva especificamente designada «Arqueologia Prática», em cuja lição inaugural se sublinhou a homenagem a Abel Viana, a cujo pragmatismo se deve aquela designação como referência e homenagem a um trabalho, por vezes, pioneiro.

Em 1993 introduzi a semestralização na Variante de Arqueologia, bem como alterações ao segmento curricular específico.

Em 1991-1992 fui ainda Professor de *Introdução à Arqueologia* no *Curso de pós-graduação em História Regional e Local*, da Faculdade de Letras de Lisboa.

Em 1996 propus um novo plano de curso para a Variante de Arqueologia, aprovado pelo Senado para vigorar a partir de 1996-97.

Em 2000 consegui aprovação para a *Licenciatura em Arqueologia e História*, que marca finalmente o início de uma maior autonomia da Área de Arqueologia da FL-UL.

Em 2007, coordenei a aplicação à Arqueologia, na Faculdade de Letras, do processo de Bolonha.

4. ESCAVAÇÕES QUE DIRIGI OU DIRIJO

Entre as escavações que dirigi ou em que colaborei directamente, contam-se as que efectuei nos seguintes monumentos e sítios:

POVOADOS

1. AREIAS 15 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1995);
2. BARRANCO DO FARINHEIRO (Coruche): 2 Campanhas (2012 a 2015);
3. CABEÇO DO PÉ DA ERRA (Coruche): 8 Campanhas (1983-1985, 2011-2015);
4. CARRAÇA 1 (Reguengos de Monsaraz): 3 Campanhas (1999 a 2001);
5. CASAS NOVAS (Coruche): 2 Campanhas (2010, 2011);
6. CASTRO DA ROTURA (Setúbal): 3 Campanhas (1967-1969);
7. CERRO DO CASTELO DE CORTE JOÃO MARQUES (Loulé): 1 Campanha (1976);
8. CERRO DO CASTELO DE SANTA JUSTA (Alcoutim): 7 Campanhas (1977-1985);
9. COMENDA (Setúbal): 1 Campanha de limpeza de corte (1961);
10. CONCHEIRO DA COVA DA ONÇA (Salvaterra de Magos): 1 Campanha (1984);
11. FONTE DOS SAPATEIROS (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1999);
12. GORGINOS 6 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1997);
13. MARCO DOS ALBARDEIROS (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1993);
14. MONTE DA MANGANCHA (Vidigueira): 1 Campanha (1987);
15. MONTE NOVO DOS ALBARDEIROS (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1986, 1989);
16. ORIZICULTURA-1 (Salvaterra de Magos): 1 Campanha (1984);
17. PEDRA D'OURO (Alenquer): 1 Campanha (1973);
18. QUINTA DO LAGO (Loulé), em colaboração: 3 Campanhas (1984-1986);
19. SALA N.º 1 (Vidigueira): 3 Campanhas (1988, 1989, 1995);
20. TORRE DO ESPORÃO (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1990-1991;
21. TORRE DO ESPORÃO 3 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1991);
22. VALE DO BÔTO (Castro Marim), em colaboração: 2 Campanhas (1981, 1982);

23. VIGIA DE PAIO PERES CORREIA (Castro Marim): 1 Campanha (1981);
24. VILA NOVA DE S. PEDRO (Azambuja): 3 Campanhas (1985-1986, 2010);
25. XAREZ 04 (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanha (1999-2000);
26. XAREZ 11 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1998);
27. XAREZ 12 (Reguengos de Monsaraz): 5 Campanhas (1998-2002);
28. XAREZ 40 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1999);

NECRÓPOLES

1. ANTA 1 DO PIORNAL (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1999);
2. ANTA 1 DO XAREZ (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1998, 2001);
3. ANTA 1 DA GIRALDA (Alvito): 1 Campanha (1976)*;
4. ANTA 1 DA CEGONHA(Alvito): 1 Campanha (1976)*;
5. ANTA 1 DA BRITA (Alvito): 1 Campanha (1976)*;
6. ANTA 2 DA HERDADE DE SANTA MARGARIDA (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (2000);
7. ANTA 2 DO OLIVAL DA PEGA (Reguengos de Monsaraz): 5 Campanhas (1990, 1992,1994, 1996, 1997);
8. ANTA 2 DO PIORNAL (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1998, 1999);
9. ANTA 2 DOS CEBOLINHOS (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1996-1997);
10. ANTA 3 DA HERDADE DE SANTA MARGARIDA (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (2001);
11. ANTA 3 DO PIORNAL (Reguengos de Monsaraz): 2 Campanhas (1999-2000);
12. ANTA DA CUMEADA (Loulé)*, na verdade um *tholos* completamente saqueado por um antiquário de Loulé: 1 Campanha (1977);
13. ANTA DA MASMORRA (Tavira)*: 1 Campanha (1977);
14. ANTA DAS PEDRAS ALTAS (Tavira): 1 Campanha (1977);
15. ANTA DO CURRAL DA CASTELHANA (Tavira): 1 Campanha (1977);
16. ANTA DO MONTE NOVO DO PIORNAL (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (1998);
17. ANTA DOS PENEDOS DE S. MIGUEL (Crato): 3 Campanhas (1980-1983);
18. ANTA GRANDE DO TAPADÃO (Crato): 2 Campanhas (1983-1984);
19. COVA DAS LAPAS (Alcobaça): 3 Campanhas (1984, 1986, 1987);
20. Espaços inter-funerários da Necrópole de ALAPRAIA (Cascais); nomeadamente Casal Saloio: 3 Campanhas (2006-2008);
21. GRUTA ARTIFICIAL ALAPRAIA 3 (Cascais): 2 Campanhas (2005-2006);
22. GRUTA DA MARMOTA (Alcanena): 3 Campanhas (1973, 1974);
23. GRUTAS ARTIFICIAIS DO CASAL DO PARDO, espaços inter-funerários (Quinta do Anjo): 1 Campanha (2013);
24. MONUMENTO 24 DA HERDADE DO DESERTO (Montemor o Novo): 1 Campanha (2016);
25. MONUMENTO CISTÓIDE CAPELINHA 2 (Reguengos de Monsaraz): 1 Campanha (2000);
26. PORTO COVO (Cascais) 1 Campanha (1993);
27. ROÇA DO CASAL DO MEIO (Sesimbra): 1 Campanha (2013);
28. *THOLOS* DA EIRA DOS PALHEIROS (Alcoutim): 1 Campanha (1983).

* monumentos violados, sem espólio.

5. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

1976: a convite da Fundação Gulbenkian, participei na equipa de terreno da Carta Arqueológica de Portugal (Levantamento Arqueológico do Alentejo).

1976-77: organizei o projecto CAALG (Carta Arqueológica do Algarve).

1977: início de uma política de acordos de cooperação que ligam o Centro de História (e a Unidade de Arqueologia) ao *Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales* (CNRS, Toulouse), 1978, ao *Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal*, 1979, ao *Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa*, 1980, ao CNRS (ERA 28), 1995-96.

1980 a 1985: ensaiou-se o projecto ANSOR (estudo da antropização do Vale do Sorraia), com Suzanne Daveau Ribeiro, e o programa ESAG (estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no Centro de Portugal). O projecto seria reformulado e reaberto com Ana Catarina Sousa, a partir de 2010.

1987: a inviabilização administrativa do programa ESAG conduz à sua reformulação no programa PEESAP (Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris no Centro/ Sul de Portugal), para o que contou com apoios do Instituto Nacional de Investigação Científica e de diversas autarquias.

Desde 1977 que desenvolve investigações no Sul de Portugal, no âmbito do estudo da evolução das sociedades agropastoris e arqueometalúrgicas. Amplia estas pesquisas, reformulando, como se disse, programas ensaiados anteriormente.

Com o programa PESC (*Programa para o estudo da evolução das sociedades camponesas*), o seu principal objectivo é a leitura, em termos de arqueologia espacial, do Guadiana médio e o estabelecimento de vectores de comparação com outras áreas do território, nomeadamente as «litorais». A questão nodal é agora, assim, a evolução das sociedades camponesas (e a emergência do arqueometalurgismo), particularmente da dinâmica do povoamento e dos movimentos económicos e ideológicos entre a Península de Lisboa e o Alentejo, no grande corredor litoral/ Montemor/ Évora/ Reguengos durante o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.

Em 1995, a JNICT aprovou para financiamento o seu projecto «A evolução das primeiras sociedades camponesas e as geometrias do território em Reguengos de Monsaraz (4000-2000 BCE)».

1998 a 2002 (e ainda de 2003 a 2007), trabalho de campo e de preparação das monografias dos Blocos 3 e 6 das intervenções na construção da Barragem do Alqueva.

2003 a 2009: Projecto CASCA (Cascais e as antigas sociedades camponesas), Intervenções na Gruta 3 de Alapraia (escavação integral) e no casal Saloio.

6. CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS, PRÁTICAS E TEÓRICAS. INOVAÇÕES NO ENSINO DA ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

Brahms, Horn trio op. 40 (1865), IV. Finale. Allegro con brio.
Isabelle Faust..., *Harmonia Mundi*, 1951981

6.1. A NÍVEL DA METODOLOGIA DE CAMPO:

efectuei a primeira utilização sistemática em Portugal do registo tridimensional de artefactos e objectos, quer em povoados quer em necrópoles. Criação de fichas de registo tridimensional («fichas-mãe», por quadrado 2x2 m e fichas individuais para acompanhamento de artefactos e objectos). Uso de programas informáticos no inventário de dados e no tratamento estatístico. Uso da cartografia e blocos diagramas, estes últimos por sugestão de Suzanne Daveau, primeiro por registo manual, depois utilizando directamente dados informáticos. Leitura de capacidades de uso dos solos e conexão do povoamento e das necrópoles ao substrato geológico. Utilização exclusiva do Código Munsell para o registo das cores de sedimentos e artefactos.

6.2. A NÍVEL DE PROCEDIMENTOS PRÁTICOS:

Criação de tabelas para descrição de materiais arqueológicos de uso comum (objectos e artefactos) e para as placas de xisto gravadas. Primeira sistematização de critérios descritivos e de mensuração para os moinhos de mão (moventes e dormentes), para percutores e tampas de recipientes cerâmicos.

Primeira análise sistemática de artefactos de cobre e da sua composição (Cerros do Castelo de Santa Justa e Corte João Marques), graças à colaboração com Fernando Bragança Gil.

Elaboração das primeiras normas descritivas e glossários para a compreensão e estudo das placas de xisto gravadas (Projecto PLACA NOSTRA).

Quanto ao registo fotográfico, trabalhei durante muitos anos com três marcas-chave de sua escolha: Leica, Hasselblad e Nikon, tanto em campo como no Laboratório. A partir de 2002, com a Nikon D100, entrou no mundo digital (de onde não mais saiu... e de que é um feroz defensor). As imagens de alta definição, permitidas pela Nikon 810, que actualmente usa (sensor com 36 milhões de píxeis, enquanto não chega um com 50 milhões...), afastaram as reservas sobre os captores limitados da série DX, de que fui sempre um crítico feroz. E, apesar de estar praticamente obsoleta, conserva ainda hoje um particular afecto pela D100...

Continuando em termos de fotografia, e para além de fotografar um pouco de tudo, foi sempre um apaixonado por macros, tendo elaborado uma série exclusiva sobre as texturas da pedra, sobretudo as das placas de xisto gravadas.

Graficamente falando, foi autor de todas as capas das publicações da UNIARQ e dos cartazes de Colóquios e Congressos, ou teve neles orientações decisivas, mais recentemente associado a Beatriz Horta Correia ou Pedro Gonçalves. Ilustrou, para além dos seus próprios trabalhos, estudos de Ana Margarida Arruda, Ana Catarina Sousa, Elisa de Sousa, João Medina e outros...

6.3. A NÍVEL DE CONCEITOS TEÓRICOS:

Primeira utilização funcional do modelo da Revolução dos Produtos Secundários, adaptado de Sherrat, acrescentado pela metalurgia do Cobre.

Introdução do conceito de «enxameamento», como explicação para a difusão interna e ocupação das «terras más» (1989), no Projecto sobre o Alto Algarve Oriental.

Introdução em Portugal do conceito de abandono de monumentos e sítios (1992-1994).

Estudo dos dispositivos defensivos para povoados e do significado da sua evolução (1989, 2013).

O conceito do megalitismo «em grutas», proposto em 1978 em artigo publicado na Revista *Zephyrus*, da Universidade de Salamanca, constituiu também uma contribuição para o entendimento do megalitismo na sua acepção mais ampla. A inclusão de um sistema mágico religioso com suportes diferenciados (grutas naturais, grutas artificiais, monumentos cistóides, monumentos ortostáticos e monumentos de falsa cúpula (*tholoi*) foi um modelo explicativo temperado pela natureza e distribuição dos artefactos votivos nos espaços da morte, só possível com registos de campo rigorosos.

Também neste campo, a introdução da leitura dos factores diferenciadores para monumentos ortostáticos (antas) e monumentos de falsa cúpula (*tholoi*) e a satelitização de *tholoi* a antas no megalitismo de Reguengos de Monsaraz não foi a menor das suas contribuições…

Leituras derivadas do radiocarbono permitiram que falasse pela primeira vez de uma «transição do 4.º para o 3.º milénio» em anos de calendário (ANE). Trabalha agora na caracterização dos segundo, terceiro e quarto quartéis do 3.º milénio, a que, directa ou indirectamente, dedicou praticamente toda a sua vida científica.

Leituras da emergência e evolução do Megalitismo no Alentejo médio estão patentes em trabalhos sobre os núcleos de Montemor o Novo – Évora – Reguengos de Monsaraz, agora com a colaboração de Marco Andrade (Projecto OMEGA – Origens do megalitismo no Alentejo médio – aprovado em 2016).

Concretizou e interpretou as primeiras leituras sistemáticas de arqueoastronomia megalítica em Portugal (1992, Reguengos de Monsaraz).

O grande complexo megalítico de Olival da Pega 2 fê-lo rever todas as teorias clássicas sobre o megalitismo do Alentejo médio.

Com Ana Catarina Sousa, reactivou o Projecto ANSOR e reveu a ocupação ao longo do curso do Sorraia durante o 3.º milénio, de Entre Águas até à Herdade dos Gamas, um caso único e uma situação extraordinária

Defini e comentei os AVC (artefactos votivos de calcário), integrando-os num diferente complexo mágico-religioso, mais tardio que o das placas de xisto gravadas, recriando para ele cenários específicos, como o do altar da Gruta do Correio Mor. Trabalhei as ocorrências de suportes cerâmicos e de osso com elementos simbólicos, a que dei especial atenção. Associei a segunda figura das placas de xisto gravadas aos mitos mediterrânicos do Jovem Deus (desde 1970b).

6.4. A NÍVEL DO ENSINO DA ARQUEOLOGIA:

iniciei logo em 1973 novos sistemas de avaliação dos alunos, tal como afixação com 24 h de antecedência do enunciado dos testes ou realização de testes com possibilidade de consulta. Bem como uma avaliação também baseada em trabalhos práticos. Organizei listagens bibliográficas temáticas, usando inicialmente o *Spectrum*, computador de jogos reciclado, e, mais tarde, um Schneider. Na única conversão registada em toda a sua vida, passou a usar Macs e ainda hoje se pergunta porque levou tanto tempo a reconhecer o óbvio…

Defendi sempre a importância dos factos arqueológicos como determinante para a construção dos modelos e a irredutibilidade dos atributos significantes. E critiquei invariavelmente as pro-

postas teóricas divagantes, sem suporte real, tão ao agrado de alguns bonzos da sua geração (e de alguns seus, deles, devotos sucessores).

Comecei por divulgar textos chave de André Leroi-Gourhan, que continuo a considerar o mais completo e inovador arqueólogo do séc. 20. A minha amizade, desde 1976, com Jean Guilaine conduziu a conversas longas, uma delas publicada na CLIO, e daí deriva certamente o nome de «Sociedades camponesas» que prefiro de longe à inexacta expressão «Pré-História recente», que se vulgarizou por influência de Castela e Leão. Leitor precoce da história inglesa da antiga agricultura (Higgs, Vita-Finzi, Jarman...), adaptei o modelo de Sherrat que divulguei através de situações concretas, aulas e trabalhos de alunos, traduzindo a minha leitura da RPS (Revolução dos Produtos Secundários).

As intervenções na criação, revisão e estrutura de cursos da Faculdade de Letras de Lisboa, e os seus reflexos legais, estão marcadas por reformas patentes em Diário da República:

1974
Reestruturação geral do ensino da Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa.
A proposta original foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral de Escola. Fazia parte de um pacote que reformava o ensino da História e que foi duramente discutido. Seria contrariado, 4 anos depois, pela chamada *Reforma Sotto Mayor Cardia*.

1978
A chamada coloquialmente Reforma Sotto Mayor Cardia (1941-2006), e escrita sabe-se lá por quem, foi divulgada pelo DL 53/78, de 31 de Maio. Sem audição das Escolas, um documento desarticulado e limitativo, o maior retrocesso pedagógico e científico registado na história da Faculdade. Afogou muitas das contribuições de Abril na programação e no funcionamento das Faculdades de Letras.

1987
Portaria n.º 852/87 de 4 de Novembro.
Criação da Licenciatura em História, variante de Arqueologia.

1990
Despacho n.º 2/90, 22 de Novembro (DR, 2.ª Série, 270)
Novo plano de estudos para a Licenciatura em História, variante de Arqueologia.

1993
Deliberação 24/93, 17 de Fevereiro (DR, 2.ª Série, 40).
Plano de estudos consagrando a semestralidade da Licenciatura em História, variante de Arqueologia.
Deliberação 22/93, 18 de Janeiro (DR, 2.ª Série, 480).
Criação do Mestrado em Pré-História e Arqueologia.

1994
Estatuto do Departamento de História (DR, 2.ª Série, n.º 96).

1996
Deliberação 6 / 96, 25 de Junho (DR, 2.ª Série, 145).
Novo plano de estudos da Licenciatura em História, variante de Arqueologia.

1997
Deliberação n.º 248/97, 12 de Setembro (DR, 2.ª Série; 211).
Regulamento do Mestrado de Arqueologia.

1999
Deliberação n.º 552/99, 21 de Agosto (DR, 2.ª Série, 195).
Novo plano de estudos do mestrado em Pré-História e Arqueologia.

2000
Deliberação n.º 347/2000, 79 (DR, 2.ª Série, 79).
Licenciatura em Arqueologia e História.

2003
Deliberação n.o 1625/2003, 22 de Outubro (DR, 2.ª Série, 245).
Modificações no Plano de estudos do mestrado em Pré-História e Arqueologia.

2009
Deliberação n.º 745/2009, 17 de Março (DR, 2.ª série, 53).
Adequação da Licenciatura em Arqueologia e História a Licenciatura em Arqueologia, registada pela Direcção -Geral do Ensino Superior com o número R/B -AD -503/2006.

Deliberação n.º 898/2009, 30 de Março (DR, 2.ª Série, 62).
Criação do Mestrado em Arqueologia, registada pela Direcção-Geral de Ensino Superior com o n.º R/B -Cr 279/2007.

2015
Despacho n.º 10601/2015**,** 23 de Setembro (DR; 2.ª Série, 186).
Alteração do plano de estudos do Mestrado em Arqueologia. Reforço das componentes práticas do Mestrado, incluindo, pela primeira vez, trabalhos de campo a nível da pós-graduação.

7. CONFERÊNCIAS

Profere conferências, entre outras, de que não guarda registo:

1971: Universidade de Luanda (Cursos de Letras, Sá da Bandeira), Itinerário literário e geográfico de Cem Anos de Solidão, de Gabriel Garcia Márquez;
1971 e 1972: Universidade de Luanda (Cursos de Letras, Sá da Bandeira), Centro de ensino da Matemática;
1973, 1976, 1980 a 1987, 1989, 1990, 1992... : Faculdade de Letras de Lisboa;
1979: Assembleia Distrital de Faro;
1979: Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Sevilla;
1980-85: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
1982-85: *Centre d'Anthropologie des Societés Rurales* (CNRS, Toulouse);
1986-1990: Casa António Gião (Reguengos de Monsaraz);
1989: Casa do Alentejo: «A Sala n.º 1, Pedrógão, Vidigueira»;
1990: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz;

1990: Estudos Gerais Universitários (Lisboa);
1991: Estudos Gerais (Évora). Seminário «Aspectos da Pré-História do Alto Alentejo». Conferência: «Megalitismo de Reguengos de Monsaraz»;
1991: Universidade Autónoma de Madrid;
1992: Universidade Complutense de Madrid;
1992: Museu Arqueológico de Badajoz;
1993: Universidade de Salamanca;
1993: Sociedade Histórica de Independência de Portugal;
1994: Câmara Municipal de Cascais;
1995: Câmara Municipal de Cascais;
2003: Université de Nantes;
2003: Câmara Municipal de Cascais;
2004: Université de Rennes II;
2004: Associação dos Arqueólogos Portugueses;
2004: Câmara Municipal de Cascais;
2004: Universidade de Jaén;
2007: Sociedade de Geografia;
2011: Aix-en-Provence;
2011: Associação dos Arqueólogos Portugueses;
2012: Associação dos Arqueólogos Portugueses;
2013: Associação dos Arqueólogos Portugueses;
2013: Museu Nacional de Arqueologia;
2013: MAEDS, Setúbal;
2014: MAEDS, Setúbal;
2015: Museu Nacional de Arqueologia;
2015: Biblioteca de Évora;
2015: MAEDS, Setúbal;
2016: Museu Nacional de Arqueologia;
2016: Câmara Municipal de Montemor o Novo;
2016: Faculdade de Letras de Lisboa.

8. EXPOSIÇÕES E MUSEOLOGIA

Organizou as seguintes exposições, quase todas acompanhadas por conferências:

- Música contemporânea (capas de discos de referência e audição): Setúbal, Clube de Campismo, 1970.
- Arte catalã, os exemplos de Miró, Tapiés e Hartung: Faculdade de Letras, Sá da Bandeira, 1972.
- O Alto Algarve Oriental: Museu de Setúbal, 1979.
- Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal: Museu de Faro, 1980 (em colaboração com o MAEDS) e Sala de Exposições da Faculdade de Letras de Lisboa.
- A Anta dos Penedos de S. Miguel, Crato: Museu Municipal do Crato, 1985.
- Povoados Calcolíticos do Sul de Portugal (em colaboração com o MAEDS): Setúbal, 1985.
- O Monte Novo dos Albardeiros (escavações em curso): Casa Gião, Reguengos de Monsaraz, 1986.

- Arqueologia no Alto Alentejo: o exemplo do Crato: Casa António Gião, Reguengos de Monsaraz, 1987.
- Santarém, 5 anos de escavações arqueológicas: Governo Civil de Santarém (em colaboração com Ana Margarida Arruda, responsável pelas escavações na Alcáçova), Julho de 1987.
- Reguengos de Monsaraz: A anta 1 do Poço da Gateira (Câmara Municipal, 95.05.30).
- Lisboa: Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos (Museu Nacional de Arqueologia, 1999-2000). *Uma versão abreviada foi exposta em Reguengos, em 2000. Em Lisboa, a grande estela menir do Monte da Ribeira constituía-se no eixo da Exposição. Foi a primeira vez que um monumento megalítico de este tipo foi exibido num Museu, desta forma.*
- Lisboa: Cascais há 5000 anos (Museu Nacional de Arqueologia, 2005-2007).
- Lisboa: Contos da Lua Vaga e do Sol Brilhante, exposição de fotografia a propósito do sítio das Casas Novas (Coruche). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2011.
- Lisboa, 2014, exposição de fotografia a propósito do sítio do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lisboa, 2015, exposição de fotografia e materiais a propósito do sítio do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lisboa, 2016, exposição de fotografia e materiais a propósito do sítio do Cabeço do Pé da Erra (Coruche) e do Barranco do Farinheiro. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Exposições supostamente permanentes, que desenhou em Museus:

- Sala de Pré-História do Museu Municipal do Crato.
  Seleccionou os materiais das suas escavações na Anta dos Penedos de S. Miguel e organizou os conteúdos das vitrines.

- Sala de Arqueologia do Museu do Conde de Castro Guimarães (Cascais)
  Desenhou integralmente a Sala, dedicou-a a Carlos Ribeiro e selecionou os materiais e os textos. A sua reconstituição do grande monólito da cratera Tycho, que deveria abrir a Sala, não conseguiu entrar na porta do Museu, por erro de previsão do arquitecto... Ainda hoje está no Jardim anexo.

- Sala dedicada às antigas sociedades camponesas no Museu Municipal de Coruche.
  Contribuiu com textos e materiais das suas próprias escavações em Casas Novas, Barranco do Farinheiro e Cabeço do Pé da Erra. O seu desenho original para a Sala foi desconstruído, não reconhece*ndo o actual como seu. Mas, com Ana Catarina Sousa, elaborou uma síntese da arqueologia do Sorraia para o Catálogo.*

9. SEMINÁRIOS, ENCONTROS, CONGRESSOS E REUNIÕES CIENTÍFICAS QUE PROMOVEU

Organizou os seguintes seminários e mesas-redondas:

- SEMINÁRIOS «ARQUEOLOGIA, LITERATURA ORAL E ARTE POPULAR»: Faro, 1977, 1978, 1979.
- SEMINÁRIO «INVESTIGAR E DEFENDER O PATRIMÓNIO»: Lagos, 1978.
- I ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM NEOLITIZAÇÃO E MEGALITISMO, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1978.
- Seminário «ARQUEOLOGIA DO ALTO ALENTEJO»: S.^{to} ANTÓNIO DAS AREIAS, 1979.
- IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, Faro, 1980.
- DEBATE SOBRE OS POVOADOS CALCOLÍTICOS FORTIFICADOS, I Encontro UNIARCH/MAEDS, Setúbal, 1985.
- TRANSFORMAÇÃO E MUDANÇA. Ciclo de Simpósios. O primeiro decorreu em Cascais, Abril de 1993, e discutiu a transição do 4.º para o 3.º milénio. O segundo decorreu entre 12 e 14 de Outubro de 1995. O terceiro, entre 06 e 09 de Outubro, 2005.
- 1.º SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE MEGALITISMO, Reguengos de Monsaraz, 3-6 de Outubro de 1996.
- 2.º SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE MEGALITISMO, Reguengos de Monsaraz, 3-6 de Outubro de 1996.
- 5.º CONGRESSO DO NEOLÍTICO PENINSULAR, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (entre 06 e 09 de Abril de 2011). Na sequência, é eleito para a Comissão Científica dos Congressos do Neolítico.
- O estado da arte: 3.º workshop da UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (entre 12 e 13 de Maio de 2016): Sinos e taças. Junto ao Oceano e mais longe. *Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*.

10. REUNIÕES CIENTÍFICAS EM QUE PARTICIPOU

1964

- *IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1964. Comunicações publicadas.

1965

- *V Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, 1966. Comunicação (texto não revisto, publicado em 1985-86).

1966

- *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portug*ueses, Lisboa, 1969. Comunicações publicadas.

1970

- *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1970. Comunicações.

1973

- *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 1973. Comunicação.

1975

- *II Colóquio Arqueológico de Setúbal*, Setúbal, 1975. Comunicação.

1977

- *III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1977.

1978

- *I Congresso Internacional para a defesa do património*, Alcobaça, 1978 (Membro da Comissão Executiva e da Comissão Científica). Comunicações.
- *I Encontro de Especialistas em Neolitização e Megalitis*mo, Lisboa, 1978. Coordenador.
- *I Mesa Redonda Sobre Pré e Proto-História do Sudoeste Peninsular*, Palmela, 1978. Comunicações (destruídas por falência da tipografia, originais perdidos?).

1979

- *Valcamonica Symposium*, Ponte di Legno, 1979. Intervenções publicadas.

1983

- *Premières Communautés Paysannes En Mediterrannée Occidentale*, Montpellier, 1983, 26 a 29 de Abril. Convidado pelo CNRS. Comunicação em colaboração (publicada). Intervenções publicadas.
- *Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste*, Porto, 1983. Intervenção publicada.

1984

- *III Congresso sobre o Algarve*, Montechoro, 1984. Comunicação publicada.

1985

- *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal, 1985. Comissão Científica. Comunicação.
- *I Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Castelo de Vide, 1985 (Comissão Científica). Comunicação.
- *I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, 1985. Comunicação publicada.

1986

- *IV Congresso Sobre o Algarve*, Montechoro, 1986.
- *I Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo*, Beja, 1986.

1987

- *I Jornadas Arqueológicas*, Torres Vedras, 1987. Comunicações.

1988

- *II Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo*, Castro Verde, 1988.
- *I Encontro de Arqueologia de Montemor-o-Novo,* 1988. Comunicação publicada.

1990

- *IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1990. Comunicação.
- *II Congresso «Archaeology Today»*, Lagos, 1990.

1991

- *I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Homenagem ao Doutor Georges Zbyszewski (Vila do Bispo).* Comunicação publicada.

1992

- *Encontro Internacional de Arte Megalitica.* Dublin. Comunicação.

1993

- *Lourinhã*, Jornadas de História Regional e Local, 1993.
- *Mangualde, I Encontro de Megalitismo do Centro de Portugal*, 1993. Conferência (publicada).
- I *Congresso de Arqueologia Peninsular,* Porto, 1993.Comunicação.
- *Encontro Internacional promovido pela* École *du Patrimoine*, Paris, 1993.

1994

- *Simpósio Internacional* «*Megaliths and Social Space*» – Falkoping/Suécia. Comunicação.

1995

- *Deuxieme Colloque International d'art Megalithique.* Nantes, Laboratoire de Préhistoire Armoricaine, 20-25 Junho, 1995. Comunicação.
- *Conference Internationale sur le Patrimoine Archeologique: Les Normes Europeennes en Matiere D'inventaire Et De Documentation.* Oxford, Rewley House, 20-23 Setembro, 1995. Comunicação.
- *II Congreso de la Historiografia de la Arqueología en España.* (Membro da Comissão Científica). Madrid, 27-29, Novembro, 1995. Comunicação inédita.
- *Deuxième Colloque International d'Art Mégalithique.* Nantes, Laboratoire de Préhistoire Armoricaine, 20-25 Junho 1995.

1996

- *Colóquio Internacional O Neolítico Atlántico e as orixes do megalitismo.* Uníon International de Ciencias préhistóricas e protohistóricas. Santiago de Compostela, 1 a 6 de Abril de 1996. Comunicação publicada.

1997

- *I Colóquio de gestão do património arqueológico.* Escola Tecnológica de Tomar (Tomar, 29 e 30 de Abril, 1997)
- *III Congreso de Arte Megalítica* (A Coruña, Setembro de 1997). Comunicação publicada.

1998

- *I Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, 1998.

1999

- *1.º Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia*, Évora, 1999.

2001

- *IX Encontro de Olaria de S. Pedro do Corval*, Reguengos de Monsaraz, Maio 2001 (conferência de abertura).

2003

- *Sinais de Pedra – 1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica.* Fundação Eugénio de Almeida, Évora, Janeiro de 2003. Comunicação.
- *III Congreso del Neolitic Peninsular*. Santander. Outubro de 2003. Comunicação.

2005

- *Mesa Redonda Internacional: Méchanismes de circulation des vases campaniformes.* Table Ronde de l'Université de Paris 10, Nanterre, 2005.
- *Metallurgy – a touchstone for cross-cultural interaction. British Museum. A conference to celebrate Paul Craddock's contribution to the study of metal through the ages*. Londres, 2005, 28 a 30 de Abril (Museu Britânico). Poster.

2006

- *XIV Congresso da Unión Internacional de Sciences Pré e Proto-Historiques*. Lisboa, 4 a 9 de Setembro de 2006.
- *IV Congreso del Neolítico Peninsular. Museo Arqueológico de Alicante*. Alicante, 30 de Novembro de 2006. Comunicações publicadas.

2007

- II *Colóquio de Arqueologia da Arrábida.* Homenagem a A. I. Marques da Costa. 2007. Membro da Comissão científica. Comunicação.

2008

- Cem anos de investigação arqueológica. Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco, 17-19 de Abril 2008. Conferência (inédita).

2009

- *Flint mining and quarrying techniques in Pre and Protohistoric times*. The 2nd International conference of the UISSP Commission. Madrid / CSIC. Outubro 2009. Comunicação publicada.

2011

- *Congreso internacional Redes en el Neolitico.* Barcelona. Comunicação publicada.
- *Pré-história das Zonas Húmidas, Paisagens de Sal* (Colóquio Internacional). Setúbal, 2011. MAEDS. Simarsul., 19 a 21 de Maio de 2011. Comunicação inédita.
- *Functions, uses and representations of space in the monumental graves of Neolithic Europe). Préhistoires de la Mediterrannée.* Aix-en-Provence.

2014

- *XVI UISPP* Session: B44 Within ditches and walls. Settlements, fortifications, enclosures, monuments, villages and farms in the third Millenium BCE. Burgos, Setembro de 2014. Co-organizador de sessão. Duas comunicações.

2015

- *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*, 9-10 de abril 2015. Universidad de Alcalá de Henares, Universidade de Tubingen e Instituto Arqueológico Alemão de Madrid. Comunicação no prelo.

- *Megaliths and Geology*. 19-20 November 2015. Centro Cultural do Redondo, Portugal. Organização UNIARQ, Câmara Municipal do Redondo. Comunicação.

2016

- *O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa, Faculdade de Letras, 4 de Fevereiro de 2016. Comunicação.
- *III.º Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: estratégias de povoamento.* Universidade de Évora, 28 a 30 de Abril. Comissão científica e comunicação.
- *Jornadas do Património. O Megalitismo em Montemor-o-Novo.* 7 de Maio, Montemor-o-Novo
- *Bells And Bowls. Near the Sea and far away. 3.º Workshop da UNIARQ*. Lisboa, Faculdade de Letras, 12, 13 de Maio de 2016.
  Uma sessão também simbólica. Conclui o seu primeiro ciclo de aprendizagem na Faculdade de Letras em 1970, com uma tese sobre o Castro da Rotura e o Vaso campaniforme, fecha a sua fase de ensino regular com uma visão ampla sobre o fenómeno campaniforme.

11. ALGUMAS MISSÕES AO ESTRANGEIRO

Efectuou missões ao estrangeiro no âmbito de projectos de investigação, cooperação académica internacional:

Universidade de Paris (Paris I e II)

- Paris (Julho, Agosto, Setembro, 1972), onde conversa com André Leroi-Gourhan, Annette Laming-Emperaire e Pierre Biberson.
- Université de Paris I, II: 1988, 1990. Reuniões académicas.

Universidade de Bordéus

- Bordéus (Setembro de 1972), onde conversa com François Bordes e D. Sonneville-Bordes.

Universidade de Toulouse

- Toulouse (1978, 1980, 1981, 1983, 1985) no «Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales» onde efectuou diversas reuniões com o grupo dirigido por Jean Guilaine

Universidade de Lyon

- Em 1994 trabalhou na *Maison de l'Orient*, preparando a reactivação de um PIC Erasmus em arqueologia mediterrânica.

Universidade de Rennes

- Em 1993, efectua missão na Universidade de Rennes, contactando, entre outros, Briar, Giot, L'Helgouach e Tanguy-Le Roux e visitando diversos monumentos megalíticos.
  Em 2003 efectua nova missão com Grégor Marchand.

CNRS Meudon

- Dezembro de 1996. Janeiro de 1997: efectua missão no âmbito de projecto em colaboração com Jacques Pelegrin.

Universidade de Salamanca
- Salamanca (1977), onde contactou Jordá Cerdá e Fortea Pérez.
- Salamanca (1993), onde orientou um módulo sobre megalitismo no Curso de Doutoramento da Universidade de Salamanca.

Universidade Pompeu Fabra
- Reuniões do PIC Erasmus de Arqueologia Mediterrânica, na Universidade Pompeu Fabra em 1989, 1990.

Universidade Autónoma de Madrid
- Diversas missões de cooperação académica (1990, 1991, 2004).
- Em 1992 orientou um módulo do Curso de Doutoramento da Universidade Autónoma.

Universidade Complutense de Madrid
- Reunião e conferência em 1991.

Universidade de Jaén
- Universidad de Jaén, 2004, Abril, 01-18. Seminários sobre povoados e necrópoles do 4.º e do 3.º milénios «em Portugal».

Universidade de Córdova
- Convidado para ciclo de aulas. Em 2002 efectua a arguência da tese de Agustín M.ª Lucena Martín.

Universidade de Sevilha
- Em 2015, arguiu a tese de doutoramento de Elena Morán.

12. ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS A QUE PERTENCEU/PERTENCE

Pertence actualmente:
AAP: Associação dos Arqueólogos Portugueses
APH: Academia Portuguesa da História
DAI: membro correspondente eleito em 2015 pelo *Deutsche Archaeological Institut*

Pertenceu:
APA: Associação Profissional de Arqueologia
APOM: Associação Portuguesa de Museologia
IASPER: International Association of prehistoric and ethnographic religions
ICOMUS: International Council of monuments and sites
SPF: Societé Préhistorique Française
SGL: Sociedade de Geografia de Lisboa

13. ACTIVIDADE NO CAMPO DA EDIÇÃO CIENTÍFICA

Dirigiu a colecção *Tempo Aberto*, da Livraria Bertrand, tendo editado em Portugal textos de Lucien Febvre, John Coles, Serge Moscovici, do Grupo *Cause Commune*, de S. N. Kramer, Gordon Childe, R. Fortune, Le Goff e Pierre Nora, M. A. Macciocchi...

Prefaciou Gordon Childe, Leroi-Gourhan e Yves Coppens, editados pelas Editoras Bertrand, 70 e Gradiva, respectivamente.

Promoveu a reedição de *As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*, de Georg e Vera Leisner. Dirige as séries de publicações do *Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa* Cadernos da UNIARQ (9 obras editadas) *e* Estudos & Memórias (8 obras editadas).

A partir de 1995, dirige a Colecção Arqueologia & História Antiga (Edições Colibri). 1.º volume: Guerra, A. – *Plínio o Velho e a Lusitânia*; 2.º vol.: Arruda, A. M. – *As cerâmicas gregas do Castelo de Castro Marim*.

A partir de 2007, dirige a Colecção CASCAIS, TEMPOS ANTIGOS, editada pela Câmara Municipal de Cascais.

14. CARREIRA ACADÉMICA PÓS-DOUTORAL

Após o seu doutoramento, desempenhou as seguintes tarefas, para além das de ensino e investigação já referidas:

1990

- Início da orientação pedagógica e científica dos Assistentes estagiários Mariana Diniz e Manuel Calado.
- Membro do júri de doutoramento de J. C. Martínez (Universidade de Lisboa). Votou contra.

1991

- Membro do júri de equiparação a mestrado de Helena Moura (Universidade do Porto). Votou contra.
- Redactor dos Estatutos do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, que viriam a ser publicados em Diário da República.

1992

- Convidado pelo Conselho Directivo da Faculdade de Belas Artes de Lisboa para aí orientar a disciplina *Arqueologia*, o que nunca viria a acontecer, apesar do despacho reitoral positivo.
- Coordenador português do PIC Erasmus de arqueologia do Neolítico e Calcolítico (Coordenação da Universidade de Córdova).
- Membro da Comissão inter-Secções para a Departamentalização da Faculdade de Letras de Lisboa, em representação de História.
- Membro do júri de equiparação a mestrado de João Paulo Pereira (Universidade do Porto).
- Membro do painel de Avaliação da JNICT, na área das Ciências Humanas.
- Professor convidado dos Cursos de Doutoramento da Universidad Autónoma de Madrid.
- Responsável pela parte portuguesa do acordo integrado luso-espanhol interuniversitário (Univ. de Lisboa – Universidad Autónoma de Madrid).

1993

- Coordenador português do PIC Erasmus de Arqueologia (Coordenação da Universidade de Leicester).
- Coordenador português do PIC Erasmus de Arqueologia Mediterrânica. (Coordenação da Universidade Pompeu Fabra, Barcelona).
- Co-redactor e proponente do *Mestrado em Conservação do Património Cultural e Natural*. Membro do grupo de trabalho misto Faculdade de Letras – Instituto Português de Museus que preparou o documento final. Tratava-se de um mestrado radicalmente inovador, com forte apoio internacional, cuja aprovação viria a ser adiada pela Comissão Científica de História até à recomposição da Área de História de Arte.
- Membro do Júri de equiparação da tese de doutoramento de Nuno Bicho (Universidade Nova de Lisboa).
- Presidente da Comissão Científica de História e, por inerência, membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico de Escola.
- Professor convidado dos Cursos de Doutoramento da Universidade de Salamanca.
- Redactor e proponente do primeiro *Mestrado em Pré-História e Arqueologia* da Faculdade de Letras de Lisboa.

1994

- Membro do Júri e arguente nas provas de aptidão pedagógica e científica de Mariana Diniz, cuja tese orientou.
- Membro do Grupo de Trabalho ERASMUS reunido em Lyon (Maison de l'Orient).
- Membro do painel de Avaliação para bolsas de Mestrado e doutoramento da JNICT, no âmbito do Programa Praxis XXI.

1995

- Membro do Grupo de Trabalho ERASMUS reunido em Barcelona (Universidad Pompeu Fabra).
- Membro do júri de Agregação do Doutor Pedro Gomes Barbosa.
- Membro do Júri de doutoramento de João Zilhão.
- Membro do Júri de doutoramento de Jorge de Oliveira (Universidade de Évora).
- Membro do Júri do Prémio Gulbenkian de Arqueologia.
- Membro do Júri e arguente nas provas de aptidão pedagógica e científica de Manuel Calado, cuja tese orientou.
- Membro do painel de Avaliação da JNICT, no âmbito do Programa Praxis XXI, na área das Ciências Humanas.
- Participa em Vila Nova de Foz Côa no debate sobre as gravuras rupestres, a convite do IPPAR.
- Participa em Vila Nova de Foz Côa no debate sobre as gravuras rupestres, a convite do Presidente da República.
- Reeleito Coordenador da Área de Pré-História e Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

1996

- Arguente no Mestrado do Arquitecto Jorge Cruz, Univ. de Évora.
- Membro do Grupo de Trabalho ERASMUS reunido em Barcelona (Universidad Pompeu Fabra).

1998

1. Arguente nas provas de Mestrado de Carla Stöckler (FL Porto)
2. Inicia os projectos de salvamento de monumentos e sítios ameaçados pela Barragem de Alqueva (Blocos 3 e 6).
3. Integra a Comissão Científica de *Trabajos de Prehistoria*, a mais prestigiada e regular Revista Científica de Arqueologia em Espanha.
4. Presidente do Júri de Mestrado de Ana Catarina Sousa, Leonor Rocha, A. Valera e A. Carvalho (Faculdade de Letras de Lisboa), tendo sido orientador das duas primeiras teses.

1999

- Continua os projectos de salvamento de monumentos e sítios ameaçados pela Barragem de Alqueva (Blocos 3 e 6).

2000

1. Arguente nas provas de agregação de João Luís Cardoso (Universidade Aberta).
2. Conferencista convidado da Universidade de Córdova.
3. Continua os projectos de salvamento de monumentos e sítios ameaçados pela Barragem de Alqueva (Blocos 3 e 6).
4. Dirige a escavação de emergência na anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), publicada no ano seguinte.
5. Presidente do Júri das provas de Mestrado de Luís Barros.

2001

1. Conclui os projectos de salvamento de monumentos e sítios ameaçados pela Barragem de Alqueva (Blocos 3 e 6).
2. Conferencista convidado da Universidade de Córdova.
3. Dirige a escavação de emergência na anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), publicada dois anos depois.
4. Membro do Júri de concurso para professor associado, Nuno Bicho (Universidade do Algarve).
5. Membro do Júri do concurso para provimento de três lugares de professor associados na Faculdade de Letras de Lisboa.
6. Membro do Júri do concurso para provimento de um lugar de catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa.
7. Membro do Júri do concurso para provimento de um lugar de professor associado na Universidade Aberta.
8. Membro do painel de Avaliação para bolsas de Mestrado e doutoramento da FCT (História e Arqueologia).
9. Presidente do Júri das provas de Mestrado de Rui Boaventura (cuja tese orientou).
10. Presidente do Júri das provas ECDU de passagem a Assistente de Catarina Viegas, cuja tese orientou.
11. Membro eleito do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Lisboa, situação que se manteve até à sua jubilação.

2011

- Primeiro Director eleito do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, por unanimidade.

- Reeleito membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Lisboa.
- 2011.05.16 – Membro do Júri de doutoramento de Patrícia Bruno, cuja tese orientou.
- 2011.10.18 – Membro do Júri para agregação de Leonor Rocha (Univ. de Évora). Co-arguente do *curriculum*.
- 2012-04-16 – Membro do Júri para admissão de um Professor auxiliar de carreira para a área de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. Ana Catarina Sousa foi aprovada, com mais de 95%, por unanimidade.

2012
- Membro do Conselho de Leitura de *O Arqueólogo Português*.

2013
- Reeleito Director do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, por unanimidade.

2014
- Arguente do Júri de doutoramento de Elena Morán, Universidad de Sevilla.

2015
- Membro nomeado do Júri de doutoramento de Nuno Inácio, Universidad de Huelva.

2016-04-11
- Reeleito membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Lisboa. Preside a vários júris de doutoramento na FL-UL.

15. GRANDES LINHAS DE ORIENTAÇÃO DE PESQUISA

Fui à fonte beber água,
achei um raminho verde.
Quem no perdeu tinha amores,
Quem no perdeu tinha amores,
quem no achou tinha sede!

Dá-me uma gotinha d'água,
Dessa que aí oiço correr.
Entre pedras e pedrinhas,
Entre pedras e pedrinhas,
alguma gota há-de haver...
Popular alentejana

Podemos sintetizá-las assim:

15.1. OS CICLOS DE TRABALHO DE CAMPO:

1. O ciclo das Penínsulas de Lisboa e Setúbal (1): Castro da Rotura. 1968-1969. Casal do Pardo (2013). A Pedra d'Ouro. Novas escavações em 1973; A Gruta da Marmota. Escavações em 1973 e 1974.

2. O ciclo do Algarve oriental: Cerros do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa, Anta das Pedras Altas, Anta da Castelhana, *tholos* da Eira dos Palheiros. (1978-1984).
3. O ciclo do alto Alentejo: escavações na Anta dos Penedos de S.Miguel e na Anta Grande do Tapadão (Crato).
4. O ciclo do Alentejo médio (1): Areias 15, Monte Novo dos Albardeiros, Marco dos Albardeiros, Torre do Esporão 3, Anta 2 do Olival da Pega, Anta 2 dos Cebolinhos, Anta do Monte Novo do Piornal, Antas 1, 2 e 3 do Monte do Piornal, Anta 1 do Xarez. Xarez 12, Xarez 4, Fonte dos Sapateiros, Carraça n.º 1. STAM-2 e STAM-3. (1985-2002).
5. O ciclo das Penínsulas de Lisboa e Setúbal (2): O Projecto CASCA. A Gruta de Porto Covo, a necrópole de Alapraia, As furnas de Poço Velho, a Colecção «Cascais, Tempos antigos», o sítio de Ansos, Casal Barril, Cova da Baleia, Roça do Casal do Meio e Grutas artificiais do Casal do Pardo.
6. O projecto ANSOR em 2.ª fase: Casas Novas (CNV), Cabeço do Pé da Erra (CPE), Barranco do Farinheiro (BFR), Entre Águas (ENA), (2010-2016).
7. O ciclo do Alentejo médio (2): Antas do Deserto e Barrocal das Freiras (Montemor o Novo). Placas de xisto gravadas do *Tholos* do Escoural, da Anta Grande do Zambujeiro e da Anta 1 do Paço de Aragão.

15.2. OS PROJECTOS TRANSVERSAIS

1. O projecto «Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular»
Muito ligado ao projecto seguinte, os oito artigos já publicados de esta série (e os que estão na forja) têm por objectivo artefactos conectados com o sagrado em geral e não apenas com a Morte. Mas as placas de xisto gravadas ocupam naturalmente lugar de destaque, quase monopolizando a série.

2. O Projecto «PLACA NOSTRA»
A questão era esta: que fazer com as placas de xisto gravadas, um artefacto ideotécnico quase exclusivamente «português», que estava por datar, por enquadrar em termos de períodos ou fases, e para o qual nem existia uma norma descritiva ou um critério de mensuração ?
Estudar e publicar, criar normas e construir um Glossário, é o que faço desde 1970, acelerando após o estudo do conjunto de Aljezur.
Ainda guardo as duas caixas de excelentes fotografias que D. Fernando de Almeida me passou em 1973 para as mãos no Museu Nacional. «Estude-as, disse-me ele, e publique-as, se valer a pena. Mas a maioria não sei de onde vêm.». Vinham das muitas dezenas de antas que Manuel Heleno destroçou um pouco por todo o Alentejo, das grutas artificiais que escavacou e dos *tholoi* que vários destruíram pelo Centro e Sul de Portugal, da Praia das Maçãs a Ourique. Com a recuperação dos Cadernos de Campo de Manuel Heleno, as placas voltaram a ter origem e o trabalho ganhou outro alento. Onde outros partiram os dentes, alguns outros continuaram.

3. O projecto OMEGA – Origens do Megalitismo Alentejano (o Alentejo médio)
Ultimamente, o megalitismo alentejano tornou-se mais uma vedeta que um objecto de estudo. Mas para o seu melhor conhecimento contribuiu decisivamente Manuel Calado, no que aos menires se refere. Leonor Rocha revelou na sua tese de doutoramento algumas questões pendentes dos tempos helénicos e o caminho de ambos não é o da Hagiografia, mas o do estudo sério de realidades distorcidas pelo tempo e falta de informação.

São os pequenos monumentos sem placas de xisto gravadas da Herdade do Deserto a origem ou prequela do megalitismo do Alentejo médio ? São as antas com espólios notáveis do Barrocal das Freiras a sua continuação ? Estes são alguns (mas não só) dos objectivos da operação OMEGA, começada em 2015, com a parceria de Marco Andrade e a presença costumeira de Ana Catarina Sousa.

(1989-2016) Recomeçar o Mundo, após o doutoramento

Com os quase 10 anos de preparação do doutoramento passados, tinha jurado a mim mesmo ir para debaixo de uma azinheira de boas famílias, com alguns livros e um walkman, com um thermos de chá branco ou preto (darjeeling, claro) ou azul, e, em alternativa, um gin tónico. Nada disso aconteceu e acabei trabalhando com um ritmo muito maior que em alturas anteriores. Sempre colocando novas questões em torno às sociedades camponesas e olhando de revés para o 3.º milénio a.n.e.. Sprocket, o meu fiel airedale terrier *era uma companhia segura.*

Em 1989, o ciclo de investigações sobre o Algarve foi encerrado, restando apenas alguns temas delimitados de pesquisa para posterior desenvolvimento e execução. Tal é o caso da Cabana 10, da amostra 3 de cerâmicas e da flora e fauna do Cerro do Castelo de Santa Justa, que deveriam ser objecto de um pequeno volume reunindo estudos de diversos autores, associados para esta publicação.

A problemática agora definida como primeiro objecto de análise é a da evolução das sociedades agro-pastoris e arqueometalúrgicas do 4.º e do 3.º milénios, das suas origens e sequências imediatas, no Alentejo e Estremadura.

Este tema, pela sua extensão, constitui obviamente uma definição de parâmetros amplos, onde se agruparão quer estudos monográficos (Monte Novo dos Albardeiros, SL1, TESP3, OP2) quer trabalhos que efectuam indispensáveis sínteses provisórias (tal como em Gonçalves, 1993a, 1993c) quer ainda leituras relacionadas com a estrutura, significado e evolução da simbólica (Gonçalves, 1989b, 1993b, 1993k) ou, finalmente, séries específicas de textos tematicamente inter-relacionados (1990, 1991, 1992b, reeditados, após extensa revisão, na colectânea de ensaios *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*).

O trabalho de campo tem procurado esclarecer situações relacionadas com a grande via litoral/ «interior»/ litoral que, proveniente das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, seguia por Montemor o Novo até Reguengos e, presumivelmente, até à Andaluzia, com movimentos de retorno a meio alcance e em extremo, mantendo-se activa durante milénios.

Identifiquei a provável existência deste «corredor» através do estudo da distribuição das placas de xisto com gravuras geométricas e das placas de grés antropomórficas, das disponibilidades complementares em matérias primas, sílex, xisto, anfibolitos, cobre e dos próprios fenómenos «culturais», particularmente os perceptíveis através dos rituais fúnebres e da simbólica.

Como escrevi recentemente, a concentração do sílex na Península de Lisboa e dos anfibolitos no Alentejo tornou evidente que, cada uma das regiões, para se abastecer do que lhe faltava, tinha de recorrer a uma rede de comércio ou a expedições directas. A distribuição das placas de xisto com decoração geométrica (entre 3500 e 2500 em anos de calendário) e, mais especificamente, a das placas de grés, indicia este corredor, que explica a existência no litoral de produtos do «interior» e, nele, de artefactos ou objectos trazidos da costa.

A situação com os monumentos funerários é ainda mais simples: onde há calcário, os monumentos com ele são feitos, o mesmo sucedendo com o granito e o xisto, nas áreas geológicas em que se verifica a sua ocorrência. Por vezes, os monumentos megalíticos agrupam-se num pequeno afloramento, cujas características permitem a sua construção numa área «difícil».

Mas também esta condicionante tem a sua excepção e prescrições de natureza «cultural» ou mágico-religiosa interferem, por vezes, nesta lógica simples. Quando os calcolíticos ampliam a grande anta Olival da Pega 2, uma anta de granito, acrescentam-lhes esteios de xisto, muito provavelmente *porque esse é o seu modo de construir* tholoi e esse é o material que usam na estrutura que implantam no antigo *tumulus*. O mesmo acontecera, aliás, na construção dos *tholoi* escavados e erguidos nos *tumuli* de Farisoa 1 e Comenda 2, igualmente em Reguengos de Monsaraz. Em qualquer dos casos, tal decisão implicou esforço teoricamente desnecessário: se o granito estava disponível a poucos metros de cada monumento, foi necessário ir buscar o xisto bem mais longe. O que implica a existência de específicas determinações ou prescrições a nível dos padrões de comportamento para com a morte.

É assim na análise macro-regional e no estudo específico de segmentos muito delimitados da realidade que assenta actualmente todo o meu esforço de pesquisa.

A aprovação dos fundos necessários à prossecução dos trabalhos determina, naturalmente, a rapidez da sua execução. O apoio a obter para edição das monografias condiciona os prazos necessários à sua divulgação.

16. DIRECÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS

Director de Estudos do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo em Pré-História e Arqueologia (Faculdade de Letras de Lisboa), a partir de 2005, com o apoio de Catarina Viegas (licenciatura), Ana Catarina Sousa (Mestrado) e Carlos Fabião (doutoramento).

Dirigi as seguintes teses de mestrado:

1997.01.24 Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de Sousa – O povoamento pré-histórico da Ribeira de Cheleiros (4.º e 3.º milénios)

1997.01.24 Leonor Maria Pereira Rocha – Megalitismo e povoamento de Pavia

1998.04.20 Teresa Paula Baptista Peralta Simões Vaz – O sítio neolítico de São Pedro de Sintra: contribuições para o estudo da neolitização nas peninsulas de Lisboa e Setúbal.

1999.05.27 Júlio Manuel Pereira – Do Almonda ao Zêzere. Os artefactos de pedra polida e a leitura do povoamento da região

2000.01.03 Maria Clara Barreto Ruivo da Silva Salvado – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa

2002.07.06 Maria Manuela Margarido de Deus – O Neolítico e o Calcolítico no Maciço Antigo de Montargil

2001.07.20 Rui Jorge Narciso Boaventura – O povoado Calcolítico de Monte do Pombal (Monforte, Alto Alentejo)

2003.02.03 Nathalie Antunes Ferreira – Paleobiologia dos indivíduos do Neolítico Final/ Calcolitico das grutas do Poço Velho (Cascais)

2006.03.21 Ângela Maria Guilherme Ferreira – O sítio de Patalim (Montemor-o-Novo) no seu contexto do Neolítico antigo

2007.10.09 Maria Manuela de Almeida Dias Coelho – A Fauna Malacológica do Povoado Pré-Histórico de Porto Torrão

2007.03.14 Alexandra Margarida Gonçalves da Rosa Valente – Cerâmica com Bordos Dentados do Povoado de Vale de Lobos (Sintra).

2007.02.26 Ana Filipa de Castro Rodrigues – Casa Branca 7 e a transição do 4.º para o 3.º milénio na margem esquerda do Guadiana

2007.02.26 Carla Sofia Rigueiro Martinho – Aspectos do Megalitismo das Herdades da Água Doce e Azinhal (Coruche, Montemor-o-Novo)

2007.03.14 Susana Raquel de Paula Silva Pombal – O Conjunto de Cerâmicas com Bordos Dentados do Povoado de Parede (Cascais)

2011.01.19 Gisela de Carvalho Guina da Encarnação– As cerâmicas carenadas do povoado da Espargueira (Serra das Éguas, Amadora). Um contributo para o seu estudo.

2011.01.19 Catarina Isabel dos Reis Costeira – Os Componentes de Tear do Povoado de S. Pedro (Redondo), 3.º Milénio A.N.E.

2009.01.29 Marco António da Silva Andrade – Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande

Dirijo, em 2016, as teses de mestrado de Elisabete Barradas, Michelle Santos e Rui Godinho.

Dirigi as teses de doutoramento de Ana Catarina Sousa (2010), Carlos Fabião (em co-direcção), Leonor Rocha (2005), Manuel Calado (2005), Mariana Diniz (2004), Patrícia Bruno (2011), Rui Boaventura (2009).

Dirijo, em 2016, as teses de doutoramento de Ângela Ferreira, Catarina Costeira, Manuela Coelho, Marco Andrade.

17. TEXTOS PUBLICADOS, NO PRELO E EM PREPARAÇÃO, COMENTADOS PELO AUTOR SEMPRE QUE TAL CONSIDEROU JUSTIFICADO OU ASSIM O ENTENDEU

1964-2016

Ex-libris de Victor S. Gonçalves, desenhado pelo Prof. Pedro Saraiva, a partir do quadro *Blason II*, de Júlio Pomar. Gingko Biloba é uma referência ao poema de Goethe (1815):

This leaf from a tree in the East,
Has been given to my garden.
It reveals a certain secret,
Which pleases me and thoughtful people.
Does it represent One living creature
Which has divided itself?
Or are these Two, which have decided,
That they should be as One?
To reply to such a Question,
I found the right answer:
Do you notice in my songs and verses
That I am One and Two?

TEXTOS PUBLICADOS

1964

[1] GONÇALVES, V. S. (1964) – A estação romana da Comenda e o problema da desaparição de Cetóbriga. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia*. Lisboa: SPE. 2. p. 1-14.

Começar pelo romano, um castigo? Apesar da minha afeição por cerâmicas campanienses, e de ao mundo romano ter voltado com a Quinta do Lago, a antiguidade clássica conta pouco ou quase nada no meu percurso, a não ser pela sua produção literária, de que fui sempre leitor atento, de gregos e romanos, preferindo de longe os primeiros.... Ou não tivesse lido a Ilíada *e a* Odisseia *aos 9 anos (na horrível tradução da Sá da Costa) e as tivesse relido vezes sem conta, particularmente a primeira, de que ainda hoje sou frequentador. E admirador do cavalo Xantos e de Diomedes, o entusiasta. E de Heitor, claro, que morre pela sua cidade...*

1965

[2] GONÇALVES, V. S. (1965) – Arronches Junqueiro e Tróia de Setúbal. *Arquivo de Beja*. Câmara Municipal de Beja. vol. 22 (1963-64), p. 167-184.

O erudito setubalense bem merecia estudo mais profundo. Esta foi uma pequena homenagem de quem não esquece afectos de infância, nenhuns afectos mais propriamente....

1966

[3] GONÇALVES, V. S. (1966) – O Castro pré-histórico da Rotura: novos elementos para o seu estudo. Colóquio Portuense de Arqueologia. *Lucerna*. Porto. 5. p. 476-511.

O início do meu percurso como arqueólogo da Pré-História e o ponto de partida para futuros trabalhos, publicados em 1971, na tese de licenciatura, mas também em 1993 e 2007. O elogio que D. Domingos de Pinho Brandão, organizador do Colóquio, escreveu para Virgínia Rau, valeu-me um inestimável presente da erudita historiadora: pôs à minha disposição o Laboratório fotográfico da Faculdade, por estrear desde a construção do edifício.

[4] GONÇALVES, V. S. e Silva, C. T. (1966) – Lucernas romanas e paleo-cristãs do Museu de Setúbal. *Lucerna*. Porto. 5. p. 617-624.

1970

[5] GONÇALVES, V. S. (1970a) – A propósito de um elemento decorativo da cerâmica campaniforme. In *Actas das I Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP. p. 389-400.

[6] GONÇALVES, V. S. (1970b) – Sobre o Neolítico na Península de Setúbal. In *Actas das I Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP. p. 407-421.

O autor tratou aqui a questão da substituição progressiva dos Deuses, patente com o aparecimento do Jovem Deus, ou de um seu equivalente, na placa da Lapa do Bugio. Avançou esta interpretação em primeiro lugar, assimilando ao processo o «ídolo almeriense» ou «ídolo chato» dos Leisner. Sem excessos ou vaidades, um trabalho precursor, a que voltaria na série «Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular» e no Projecto «PLACA NOSTRA».

1971

[7] GONÇALVES, V. S. (1971b) – *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 271 p, incluindo 3 figuras e 36 Estampas.

Edição, corrigida, da tese de licenciatura, defendida em 1970 na Faculdade de Letras de Lisboa.

[8] GONÇALVES, V. S. (1971a) – Morfologia descritiva de *choppers*, *chopping-tools* e seixos afeiçoados da Ponta Negra (Moçâmedes – Angola). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 5. p. 7-17.

Enquanto esperava lugar na Faculdade de Letras de Lisboa, dois anos de exílio dourado, o bem amado Deserto de Moçâmedes e 3 meses 3 em Paris, no Verão de 1972.

1972

[9] GONÇALVES, V. S. (1972) – *Arte catalã, serigrafias de Miró, Tapiès e Hartung*. Biblioteca dos Cursos de Letras. Universidade de Luanda.

Catálogo da Exposição com o mesmo nome, incluindo estudos diversos.

[10] GONÇALVES, V. S. (1972a) – A Idade do Bronze no Languedoc Oriental. *Arq. Port*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 6. p. 332-337.

Recensão bibliográfica.

[11] GONÇALVES, V. S. (1972b) – A Pré-História de M. Farinha dos Santos. *Arq. Port*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 6. p. 325-332.

Dura recensão bibliográfica que ia valendo ao autor um forte contratempo...

[12] GONÇALVES, V. S. (1972c) – Uma nova necrópole da Idade do Bronze: a gruta da Marmota. *Arq. Port*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 6. p. 213-218.

1976

[13] GONÇALVES, V. S. (1976) – V. Gordon Childe e a recuperação do Passado. Prefácio à edição portuguesa de *Piecing together the past* (*Para uma recuperação do passado*), de Gordon Childe. Lisboa: Bertrand. p. 7-26.

Conjuntamente com o prefácio às «Religiões da Pré-História», um dos curtos textos que prefiro e que pouco alteraria, se tivesse de escrever de novo sobre o tema, com as mesmas condicionantes.

1977

[14] GONÇALVES, V. S. (1974-1977) – Da arqueografia à arqueologia. (Comentário à edição francesa de *Introduction à l'Archéologie*, de Carl-Axel Moberg). *Arq. Port*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 7-9. p. 424-426.

[15] GONÇALVES, V. S., e PEREIRA, A. R. (1974-1977) – Considerações sobre o espólio neolítico da gruta dos Carrascos. *Arq. Port*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. 3.ª Série. 7-9. p. 49-87.

1978

[16] GONÇALVES, V. S. (1978a) – A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800--1847). *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 4.ª Série, 2, p. 335-364.

Os resultados de um doce Verão em Paris, mais canadiano que parisiense. Et pour cause...

[17] GONÇALVES, V. S. (1978b) – A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. 75 p.

Compreender o segundo sem a primeira não me pareceu possível para o Ocidente peninsular... mas conectá-los não é tarefa fácil. O ritual do machado e da enxó (ou goiva, em alternativa), presente em Poço da Gateira 1, e sobrevivente em outros monumentos, mostra um forte componente da simbólica que se liga à abertura de clareiras na floresta e à estabilização próprias das sociedades camponesas. Mas esta ideia, e a do «megalitismo em grutas» nasce em Alcobaça, onde Vieira Natividade ilude o super predador Leite de Vasconcellos, dando-lhe conhecimento de apenas uma parte de uma notável placa de xisto gravada (que aliás o Mestre de Belém mesmo assim publicaria). Revi os materiais de Vieira Natividade e repensei o assunto.

[18] GONÇALVES, V. S. (1978c) – Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca. 28-29. p. 147-162.

Hoje, a nível da História da Arqueologia do Neolítico em Portugal. Mas foi a primeira vez que se elaborou um programa para o estudo de um período quase desconhecido à época, salvo para as suas partes mais avançadas, incluindo o megalitismo. E onde também se fala de concheiros...

1979

[19] GONÇALVES, V. S. (1979a) – A Carta Arqueológica do Algarve: estratégia e perspectivas. *CLIO*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 1. p. 99-139.

[20] GONÇALVES, V. S. (1979b) – O megalitismo e os inícios da metalurgia do cobre no Alto Algarve Oriental, notas a uma exposição, Setúbal: MAEDS.

*Antecipando a minha tese de doutoramento, acedi a um pedido de um velho e querido amigo, Carlos Tavares da Silva, para apresentar uma «antecipa*ção». *Era difícil negar-lhe coisas como esta...*

1980

[21] GONÇALVES, V. S. (1980a) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 4-5. p. 47-60.

É *o primeiro texto tendo como objecto um grupo de artefactos que viria a apresentar pela primeira vez de forma sistem*ática na arqueologia portuguesa*, os AVCs (artefactos votivos de calcário).*

[22] GONÇALVES, V. S. (1980b) – Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891). Lisboa: História e Crítica.

Haverá na minha pesquisa uma relação amor-ódio com este insuportável algarvio, precursor da cartografia arqueológica, nacionalista quase paranóico, agressivo e mordaz ? Estácio da Veiga é, em Portugal, uma das figuras mais interessantes da segunda metade do sec. 19, pelo bem e

pelo mal. No primeiro campo, ganhou créditos, no segundo a época justifica-o. Infelizmente para ele, na altura em que se aproximava do seu fim físico, estava José Leite de Vasconcellos no topo da cadeia alimentar. Com um predador assim, ninguém sobrevive...

[23] GONÇALVES, V. S. (1980c) – O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da «crónica» de Bordalo Pinheiro. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 44 p.

Reaproveitei várias vezes esta colectânea de imagens, cuja existência me foi comunicada por João Medina, e que outros copiaram descaradamente, sem indicar a fonte. Como é hábito na arqueologia portuguesa mais rasteira, a «administrativa».

[24] GONÇALVES, V. S. (1980d) – *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa: UNIARQ. [Textos de apoio à exposição inaugurada aquando do IV Congresso Nacional de Arqueologia]. 57 p.

[25] GONÇALVES, V. S. (1980e) – Carta Arqueológica do Algarve (CAALG). In Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. p. 19-22.

[26] GONÇALVES, V. S. (1980f) – Cerro do Castelo de Corte João Marques. In Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. p. 23-26.

[27] GONÇALVES, V. S. (1980g) – Cerro do Castelo de Santa Justa. In Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. p. 27-35.

[28] GONÇALVES, V. S. (1980h) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Escavações de 1979. Extractos do Caderno de Campo. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2. p. 133-140.

[29] GONÇALVES, V. S. (1980i) – Joaquim Barradas de Carvalho: para a História de um historiador. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2. p. 141-146.

Uma curta homenagem a um amigo muito querido, que a Faculdade de Letras de Lisboa tão mal tratou.

[30] GONÇALVES, V. S. (1980j) – O Cerro do Castelo de Corte João Marques. Escavações de 1979. Relatório sumário dos trabalhos de campo. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2. p. 131-132.

[31] GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M., e CATARINO, H. (1980) – O sítio romano-árabe de Vale do Bôto. Notícia da sua identificação. *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2. p. 71-79.

[32] GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M.; GIL, F. B. (1980) – A necrópole da Idade do Bronze do Monte de Vale de Carvalho (Sítimos). *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 2. p. 59-66.

1981

[33] GONÇALVES, V. S. (1981a) – A vigia (medieval) de Paio Peres Correia (Azinhal, Castro Marim). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 188-192.

Vai um arqueólogo à procura de um tholos *e encontra uma vigia medieval. Azares da profissão.*

[34] GONÇALVES, V. S. (1981b) – Arqueologia do Algarve: sinopse retrospectiva e perspectivas de mudança. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 177-181.

[35] GONÇALVES, V. S. (1981c) – As origens recuperadas? (*Les premiers habitants de l'Europe*). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 207-210.
Recensão bibliográfica.

[36] GONÇALVES, V. S. (1981d) – A dinâmica da hominização (*Les processus de l'hominisation*). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 205-207.
Recensão bibliográfica.

[37] GONÇALVES, V. S. (1981e) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 2(80). Relatório prévio e notações do Caderno de Campo. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 165-170.

[38] GONÇALVES, V. S. (1981f) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 3(81). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p.171-176.

[39] GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F., ARRUDA, A. M. (1981) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato). CLIO, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 153-164.

[40] GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M., e CATARINO, H. (1981) – Vale do Bôto. escavações de 1981 no complexo árabe/medieval. CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 3. p. 9-28.

1982

[41] GONÇALVES, V. S. (1982a) – O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 4. p. 7-18.

> *Ele há sítios e sítios. Afectos calcolíticos e uma autarquia então impermeável à arqueologia. Mas a beleza do Sorraia, e da gama de verdes que ainda hoje enche a paisagem, abriu espaços que sobreviveram, na memória e no coração.*

[42] GONÇALVES, V. S. (1982b) – Cerro do Castelo de Santa Justa: um povoado calcolítico no Alto Algarve Oriental. Arqueologia. Porto: GEAP. 6. p. 42-48.

[43] GONÇALVES, V. S. (1982c) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Campanha 4(82). CLIO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. 4. p. 155-164.

1983

[44] GONÇALVES, V. S. (1983) – O mito, o rito e o resto. Estudo introdutório à tradução portuguesa de *Les religions de la Préhistoire*, de André Leroi-Gourhan. Lisboa: Edições 70. p. 9-22.

> *É-se totalmente laico (nascido assim, aliás) e saltam-nos os Deuses nas encruzilhadas. Mas aqui contou também a grande admiração por André Leroi-Gourhan, com quem tive o privilégio de conversar, no Verão de 1972, em Paris.*

1984

[45] GONÇALVES, V. S. (1983-84a) – Prospecções arqueológicas no Algarve: uma perspectiva prospectiva. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 191-193.

[46] GONÇALVES, V. S. (1983-84b) – Pavana para uma arqueologia (quase) defunta, com votos de pronto restabelecimento. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 9-15.

Ele há textos e textos. Com a apresentação de OPHIUSSA e a introdução a STAM-3, este faz parte dos textos inevitavelmente violentos que o autor dedicou à Arqueologia portuguesa. E deles não retira uma linha.

[47] GONÇALVES, V. S. (1983-84c) – Doze datas ^{14}C para o povoamento calcolítico do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim): comentários e contextos específicos. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 81-92.

[48] GONÇALVES, V. S. (1983-84d) – Cabeço do Pé da Erra (Coruche), contribuição da campanha 1(83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 69-75.

[49] GONÇALVES, V. S. (1983-84e) – Artefacto de pedra polida de grandes dimensões proveniente de Almodôvar (Beja). CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 197-199.

[50] GONÇALVES, V. S. (coordenador) (1983-84f) – Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 141-154.

O primeiro, e até agora único, dos previstos Encontros UNIARQ/MAEDS.

[51] GONÇALVES, V. S. (1983-84g) – Programa para o estudo da evolução das sociedades agro-pastoris, das origens à metalurgia plena, dos espaços abertos aos povoados fortificados, no Centro de Portugal (ESAG). CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 207-211.

[52] GONÇALVES, V. S. (1983-84j) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 5(83). Objectivos, resultados, perspectivas. CLIO/ ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 231-236.

[53] GONÇALVES, V. S. (1983-84k) – Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim). Campanha 6(84) resumo de conclusões. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 237-243.

[54] GONÇALVES, V. S. (1983-84l) – Jean Guilaine responde a Victor GONÇALVES. CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 157-166.
No começo de uma grande amizade, que ainda hoje dura.

[55] GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M., e ZAMMIT, J. (1983-84) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato). Campanha 2(82). CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 225-227.

[56] GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M.(1983-84) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato). Campanha 3(83). CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 229-230.

[57] GONÇALVES, V. S. e DAVEAU, S. (1983-84) – Programa para o estudo do Baixo-Tejo e afluentes: projecto para o estudo da antropização do Vale do Sorraia (ANSOR). CLIO/ARQUEOLOGIA. Lisboa: UNIARCH. 1. p. 203-206.

Este programa ressuscitou em 2010, quase 30 anos depois. Ana Catarina Sousa está agora associada ao Projecto que, em 2015, atingiu o seu 5.º ano *consecutivo de trabalho de campo.*

1985

[58] GONÇALVES, V. S. (1985) – Sobre as origens e o percurso. Prefácio à tradução portuguesa de *O Macaco, a África e o Homem*, de Yves Coppens. Lisboa: Gradiva. p. 11-17.

[59] GONÇALVES, V. S. e DAVEAU, S. (1985) – A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico). In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 2. p. 187-197.

[60] GONÇALVES, V. S. (1985) – Apresentação (à 2.ª edição de) LEISNER, G. e V., *As antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: INIC/UNIARQ. P. V-VII.

1986

[61] GONÇALVES, V. S. (1985-86) – A propósito de algumas taças campaniformes do castro pré-histórico da Rotura. Lucerna. Porto. II Série. 1. p. 167-184.

Trata-se da edição, não revista pelo autor (!!), de uma comunicação apresentada em 1966 ao VI Colóquio Portuense de Arqueologia e só nesta data publicada.

1987

[62] GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88). Portugália. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Nova Série. 8. p. 7-16.

A escavação do locus *1 revelou a mais sólida estratigrafia para a transição do 4.º ao 3.º milénio, datada pelo radiocarbono, do Guadiana alentejano. Esta publicação apresentou os primeiros resultados disponíveis.*

[63] GONÇALVES, V. S.; GUILAINE, J.; ARRUDA, A. M.; BARBAZA, M.; COLAROU, J., e GEDDES, D. (1987) – Le Néolithique ancien de l'Abri de Bocas 1 (Rio Maior, Portugal). In *Premières Communautés Paysannes en Meditérrannée Occidentale*. Paris: CNRS. p. 673-680.

1988

[64] GONÇALVES, V. S. (1988a) – La Préhistoire. In Albert d'Haennens (dir.), *Histoire du Portuga*l. Bruxelles: Editions Artis-Historia. p. 21-35.

Inclui algumas fotografias inéditas do autor, particularmente do Corte 1 do Cabeço do Pé da Erra (Coruche) e da Cova das Lapas (Alcobaça).

[65] GONÇALVES, V. S. (1988b) – Sobre a estratégia de povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental. Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. II. p. 29-40.

Foi a primeira divulgação dos grandes temas que orientariam a análise territorial aplicada ao «caso» do Alto Algarve Oriental, trabalhados desde 1976.

1989

[66] GONÇALVES, V. S. (1988/89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). Portugália. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Nova Série. 9-10. p. 49-61.

Este povoado fortificado ganhou novo significado com a datação pelo radiocarbono da última fase de ocupação do sítio TESP-3. As suas duas fases foram datadas pelo radiocarbono e as datas divulgadas nesta publicação, onde também foram noticiadas duas deposições funerárias do Bronze Antigo, com vasos cerâmicos contendo alènes de bronze. A leitura espacial foi revista recentemente.

[67] GONÇALVES, V. S. (1989a) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma perspectiva integrada*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vols. 1.º vol: 566 pp, incluindo mapas, figuras e outras ilustrações, para além de extra-textos; 2.º vol: 252 estampas (desenhos e fotografias).

Edição revista da tese de doutoramento defendida nesse mesmo ano pelo autor. Aplica-se pela primeira vez em Portugal, completado, o modelo da Revolução dos Produtos Secundários. À formulação de Sherratt, o autor junta a arqueometalurgia do cobre, considerando-a um factor determinante das grandes mudanças económico-sociais do 3.º milénio. O Calcolítico é interpretado como um conjunto de transformações múltiplas, irredutíveis a uma fórmula única. Fala-se mesmo de «Calcolíticos». Propõe-se o modelo do «enxameamento» para explicar as possibilidades de colonização das «terras más». Aplica-se sistematicamente a análise das capacidades de uso dos solos para enquadrar estratégias de povoamento diferenciadas.

Sete anos de escavações em condições inimagináveis (e peso bem as palavras), três anos descrevendo materiais e nove meses de escrita contínua. Ao som de canções da Revolução mexicana (...mi 30-30, entre outras, como as Canciones de mi padre, de Linda Rondstadt com os Mariachi Vargas...), dos Dubliners e da Symphonie n.º 9 «Die Grosse» (1825-28), na versão da Orchestra of the Age of Enlightment, dirigida por Sir Charles Mackerras, e de muitos outros Schubert (e algum Bach). Nos momentos depressivos, e para piorar a situação, ouvia-se Mahler... À noite, Brassens, Ferré, Brel, Pete Seeger e Bob Dylan. E, como sempre, Duke Ellington.

[68] GONÇALVES, V. S. (1989b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 1. Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. Almansor. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal. 7. p. 289-302.

Por fim, o início da publicação de uma série de estudos prometida publicamente desde 1970... Como contribuição, entre outras, conta-se a primeira definição, em termos de cronologia absoluta, das placas de xisto com gravação geométrica.

[69] GONÇALVES, V. S. (1989c) – Arqueologia? Que Arqueologia?. Vértice. 2.ª Série. 20. p. 117-118, Lisboa. *Trata-se da edição correcta do texto que saiu mutilado no n.º 18 da Vértice, p. 109-110.*

Um texto que o autor considera como o mais desencantado que escreveu, talvez pela convicção, que o tempo não corrigiu, da enorme dificuldade em eliminar o peso destrutivo de uma medíocre «arqueologia administrativa» sobre a «arqueologia universitária», sem dúvida criticável, mas, felizmente e de longe, qualitativamente muito superior.

1990

[70] GONÇALVES, V. S. (1990) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: o caso da Parede (Cascais, Lisboa). Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 9. p. 13-44.

O início de uma série de reflexões que conduziria o autor a profundas «revisões». Primeiro, sobre o «Grupo da Parede» (1990), depois, sobre as taças carenadas (1991) e, finalmente, sobre as grutas artificiais (1992-94). Este «revisionismo» seria consubstanciado no volume com o mesmo título (e o subtítulo: leituras críticas de realidades perdidas) editado em 1995. Esgotado e reeditado em 2003, com novos textos.

1991

[71] TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *PORTVGALIA*. Porto. N. S., 11-12; p. 53-72.

Hoje totalmente arrasado, apesar de se tratar de um sítio em área classificada, bem merecia um estudo mais continuado. Mas os senhores do vinho têm as suas escolhas... e continuam impunes.

[72] GONÇALVES, V. S. (1991) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 2. algumas breves considerações sobre as chamadas *taças carenadas* e a primeira metade do 3.º milénio em Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 10. p. 81-120.

Este texto foi republicado, após extensa revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.

[73] GONÇALVES, V. S. e CALADO, M. (1990-91) – A necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos (S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz). Notícia da sua identificação. Portugália. Nova Série. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 11-12. p. 143-147.

1992

[74] GONÇALVES, V. S. (1992a) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARQ/INIC. 264 pp, 22 Mapas, 28 Figuras, 48 Fotografias.

Um componente decisivo na análise espacial que o autor efectuou no território «megalítico» de Reguengos de Monsaraz. Escrito em grande parte durante a própria escavação da Anta 2 do Olival da Pega, foi seguido por 2 estudos que o completam (1993 e 1995) e que se consideram complementos indispensáveis de este primeiro conjunto de ensaios. Foi aqui que o autor iniciou uma série de Glossários, continuada em «Reguengos de Monsaraz, Territórios megalíticos.» e, em versão por completar, na monografia sobre as placas de xisto gravadas de Aljezur.

[75] GONÇALVES, V. S. (1992-94) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos: 3. A Questão das grutas artificiais e os complexos funerários de Alapraia e S. Pedro do Estoril no processo de calcolitização do Centro/Sul de Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal. 11. p. 31-94

Este texto foi republicado, após revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.

[76] GONÇALVES, V. S. (1992) – Ler o Tempo no Espaço. *Livro de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: CAH. p. 17-25.

[77] GONÇALVES, V. S. (1992d) – Dos primeiros caçadores às comunidades agro-pastoris. Atlas Mundial, Times, edição portuguesa. Lisboa: Editorial Enciclopédia. p. 301-302.

[78] GONÇALVES, V. S. (1992e) – O Calcolítico e a Idade do Bronze: uma aventura peninsular. Atlas Mundial, Times, edição portuguesa. Lisboa: Editorial Enciclopédia. p. 302-303.

[79] GONÇALVES, V. S., e ARRUDA, A. M. (1992) – A Idade do Ferro. Atlas Mundial, Times, edição portuguesa. Lisboa: Editorial Enciclopédia. p. 303-304.

[80] GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. e ROCHA, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 9-10. p. 391-412.

1993

[81] GONÇALVES, V. S. (1993b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 15. 5.ª série. p. 41-47.

[82] GONÇALVES, V. S. (1992-1994) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. *Actas do seminário sobre Megalitismo.* Mangualde. 20-22 de Novembro de 1992.

Na realidade, este texto de 1992 viria a ser publicado, já com data de 1994, in Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. 2. Actas do Seminário «O megalitismo no Centro de Portugal». Viseu, 1994. p. 115-135.

[83] GONÇALVES, V. S. (1993e) – A emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 181-212.

O autor coordenou os 3 primeiros volumes de esta monumental História de Portugal, sendo também responsável por muita da ilustração fotográfica dos volumes 1, 2, e , mesmo, de alguma integrada no volume 3.

[84] GONÇALVES, V. S. (1993f) – As práticas funerárias nas sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O Megalitismo. *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte V. Lisboa: Ediclube. p. 245-284.

[85] GONÇALVES, V. S. (1993g) – A Deusa das placas de xisto. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 310-312.

[86] GONÇALVES, V. S. (1993h) – A Revolução dos Produtos Secundários e a Metalurgia do Cobre. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 237-241.

[87] GONÇALVES, V. S. (1993i) – Alapraia e S. Pedro do Estoril, duas necrópoles de grutas artificiais. *História de Portugal* dir. João Medina. Lisboa: Ediclube. Vol. I. p. 302-310.

[88] GONÇALVES, V. S. (1993j) – Alcalar. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 213-214.

[89] GONÇALVES, V. S. (1993k) – Artefactos votivos de calcário. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 313-320.

[90] GONÇALVES, V. S. (1993l) – Liceia. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 221-224.

[91] GONÇALVES, V. S. (1993m) – Monte da Tumba. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 217-219.

[92] GONÇALVES, V. S. (1993n) – Cerro do Castelo de Santa Justa. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 215-216.

[93] GONÇALVES, V. S. (1993o) – O Congresso de 1880. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 99-108.
Adaptação do texto 1980c .

[94] GONÇALVES, V. S. (1993p) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 290-294.

[95] GONÇALVES, V. S. (1993q) – Os báculos, símbolos de poder?. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 312-313.

[96] GONÇALVES, V. S. (1993r) – Pai Mogo, na Lourinhã, um *tholos* «exemplar». *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 320-323.

[97] GONÇALVES, V. S. (1993s) – O «Castelo» de Vila Nova de S. Pedro. *História de Portugal* dirigida por João Medina. Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 230-232.

[98] GONÇALVES, V. S. (1993t) – Uma, duas, três, muitas cartas arqueológicas. Prefácio à *Carta Arqueológica do Alandroal*, de Manuel Calado. Alandroal: Câmara Municipal

[99] GONÇALVES, V. S. e SILVA, C. T. da (1993) – A estratigrafia da Rotura. *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1. Lisboa: Ediclube. p. 220-221.

1994

[100] GONÇALVES, V. S. (1994a) – A primeira metade do 3.º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. Vol. 34 (3-4). p 117-131. (Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular).

Este texto foi republicado, após revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.

[101] GONÇALVES, V. S. (1994b) – As sociedades camponesas na Península de Lisboa (do 6.º ao 3.º milénio). In «Lisboa Subterrânea». Ed. Lisboa 94. p. 39-44.

Este texto foi republicado, após extensa revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.

[102] GONÇALVES, V. S. (1994c) – O «Castelo» de Vila Nova de Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.º milénio. In «Lisboa Subterrânea». Ed. Lisboa 94. p. 49-51.

[103] GONÇALVES, V. S. (1994d) – Os artefactos votivos de calcário, oferendas votivas do 3.º milénio. In «Lisboa Subterrânea». Ed. Lisboa 94. p. 189-190.

Este texto foi republicado, após extensa revisão, em GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas.

[104] GONÇALVES, V. S. (1994e) – As cerâmicas votivas do megalitismo. In «Lisboa Subterrânea». Ed. Lisboa 94. p. 162.

[105] GONÇALVES, V. S. (1994f) – As cerâmicas campaniformes. In «Lisboa Subterrânea». Ed. Lisboa 94. p. 165.

[106] DINIZ, M; GONÇALVES, V. S. (1993-94) – Na segunda metade do século XIX: Luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. O Arqueólogo Português. Série 4. vol. 11-12. Lisboa. P. 175-187.

1995

[107] GONÇALVES, V. S. (1995) – Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. Cascais: Câmara Municipal.

Recolha, num só volume, das versões «definitivas» dos textos que compuseram a série do mesmo nome publicada no Arquivo de Cascais de 1990, 1991 e 1992-94, acompanhados por quatro outros ensaios, inéditos ou extensamente revistos.

[108] GONÇALVES, V. S. (1995) – A propósito da emergência das sociedades camponesas e da Península de Lisboa do 6.º ao 3.º milénio A. C. *Actas dos I Cursos Internacionais de Verão*. Cascais, p. 51-61.

[109] GONÇALVES, V. S. (1995) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. *I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano*, Sagres, 1991. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 199--216.

[110] GONÇALVES, V. S. (1995) – Textos e cacos. Arqueologia & História Antiga. A inevitável associação. *Limiar* a «Plínio o Velho e a Lusitânia», de Amilcar Guerra. Lisboa: Edições Colibri. Colecção «Arqueologia & História Antiga» dirigida por VSG.

[111] ARRUDA, A. M., e GONÇALVES, V. S. (1995) – Produção e consumo de vinho no território actualmente português durante a Idade do Ferro (séculos VIII-IV A.C.). *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. 2. Lisboa: Edições Colibri. p. 1097-1103.

1996

[112] GONÇALVES, V. S. (1996) – Para além de um Portugal megalítico, por terras do mundo atlântico A. C. *Actas dos II Cursos Internacionais de Verão*. Cascais, p. 29-40.

[113] GONÇALVES, V. S., e SOUSA, A. C. (1996) – Estácio da Veiga, Mafra e a sua arqueologia (estudo introdutório à reedição das *Antiguidades de Mafra*, de Estácio da Veiga). Ericeira: Mar de Letras. p. 5-35.

O início de uma longa e frutuosa associação científica. Escrever a quatro mãos nem sempre é um desafio interessante. Mas, neste caso, como se veria, sim.

[114] GONÇALVES, V. S. (1996 [2003]) – Histórias breves e outras (menos). 1. Editorial. *OPHIUSSA*. 0. Lisboa: Faculdade de Letras. p. 5-8.

A propósito de este texto, João Medina comentou «tudo se pode escrever quando se é catedrático». Erro absoluto, muito antes de o ser, sempre disse (e escrevi) o que pensei. Pagando o preço, naturalmente. Como o Krazy Kat nele citado...

[115] GONÇALVES, V. S. (1996 [2003]) – Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4.º e 3.º milénios. *OPHIUSSA*. 0. Lisboa, 1996. p. 77-96.

[116] GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M., e CALADO, M. (1996 [2003]) – Novos contributos para a Arqueologia do Algarve Oriental. *OPHIUSSA*. 0. Lisboa, 1995. p. 161-180.

1997

[117] GONÇALVES, V. S. (1997) – Universidades e gestão do Património (notas para uma leitura conjunturalmente unipolar). ARKEOS. 1. Tomar. 1997. p. 23-29. Actas do I Colóquio de gestão do Património arqueológico.

[118] GONÇALVES, V. S. (1997) – As necrópoles de Monchique e o megalitismo do Algarve. Notas para uma futura revisão. In *90 séculos entre a terra e o mar*. Lisboa: IPPAR. P. 163-190.

[119] GONÇALVES, V. S. (1997) – Cerro do Castelo de Santa Justa. Um povoado calcolítico fortificado no Alto Algarve Oriental. In *90 séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: IPPAR. P. 163-190.

[120] GONÇALVES, V. S. (1997) – Suzanne Daveau e a Arqueologia: Tempo e Espaço. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*. XXII – 63. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. p. 71-80.

[121] GONÇALVES, V. S., BALBÍN-BEHRMANN, R., e BUENO RAMÍREZ, P. (1997) – A estela menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz, Alentejo, Portugal). *Brigantium*. A Coruña. 10. p. 235-254.

[122] GONÇALVES, V. S., e SOUSA, A. C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente peninsular. Actas do colóquio internacional *O Neolítico atlántico e as orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela. UISPP. p. 609-634.

[123] GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (1997) – Uma primeira notícia sobre a ocupação pré-histórica do sítio Areias 15 (Reguengos de Monsaraz, Évora). *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz. Boletim Cultural do Munícipio*. Reguengos de Monsaraz, 1; p. 71-95.

1998

[124] GONÇALVES, V. S. (1998) – Apontamentos (intencionalmente vagos) sobre um percurso no início de ele próprio. Prefácio a «*O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*», de Ana Catarina Sousa, Lisboa: IPA, 1998. p. 3-5.

Onde o autor se declara nascido em Kuala Lumpur e apresenta com gosto um livro cujo Capítulo 8 é verdadeiramente notável. A nível do rigor e da intuição, que o tempo confirmariam, aliás.

1999

[125] GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. p. 151.

Este volume, com uma edição simultânea do Museu Nacional de Arqueologia, que apresenta apenas uma capa diferente e uma fantasiosa ficha técnica dos intervenientes na Exposição com o mesmo nome, desenhada pelo autor, não é só uma actualização do volume de 1992, mas sobretudo uma síntese nova sobre o «estado da arte» em 1999.

[126] GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos. Guia da exposição com o mesmo nome patente no Museu Nacional de Arqueologia, seriando e identificando os materiais expostos e reproduzindo os textos de referência. Museu Nacional de Arqueologia.

[127] GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz, imagens megalíticas.

Um microtexto acompanhando uma colecção em harmónio de postais fotográficos sobre o megalitismo de Reguengos de Monsaraz, fotografias do autor. Lucros de venda destinados a Timor Lorosae.

[128] GONÇALVES, V. S. (1999) – Time, landscape and burials. 1. megalithic rites of ancient peasant societies in central and southern Portugal. *Jounal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP. p. 83-91.

[129] GONÇALVES, V. S. (1999) – Recomeçar às vezes custa, outras não vale a pena, quase sempre é um desafio. Prefácio a «Povoamento megalítico de Pavia», de Leonor Rocha, Mora, 1999. p. 15-16.

[130] GONÇALVES, V. S. (1999) – DEL C:\NEO*.DOC? Prefácio a *O sítio neolítico de S. Pedro de Canaferrim, Sintra*, de Teresa Simões. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 8-10.

2000

[131] GONÇALVES, V. S., ed. (2000) – *Muitas antas, pouca gente?. Actas do 1.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 319.

As actas do 1.º Colóquio representam a primeira tentativa em Portugal para analisar de forma convergente o fenómeno megalítico. Alguns dos textos são também a cristalização de posições e ângulos de pesquisa longamente explorados pelos intervenientes. Um debate de grande interesse completa o volume.

[132] GONÇALVES, V. S. (2000) – Muitas antas, pouca gente? Introdução ao volume com o mesmo título, *Muitas antas, pouca gente?. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 5-8.

[133] GONÇALVES, V. S. (2000) – Debate em torno às origens do megalitismo. *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 303-307

[134] GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Muitas antas, pouca gente?. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 11-104.

2001

[135] GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 4.2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. P. 115-206.

A pequena e muito destruída anta 2 da Herdade de Santa Margarida, escavada em 2000, foi objecto de uma publicação relâmpago, querendo o autor corresponder à rapidez com que o Instituto Português de Arqueologia assumiu esta intervenção de emergência. Com textos dentro do texto – a questão das goivas ou a discussão da cronologia da necrópole do Escoural, seria, neste último caso, uma leitura polémica, se alguém se interessasse por isso, o que em Portugal, como sabemos, é raríssimo.

[136] GONÇALVES, V. S. (2000-2001) – O trigo, o cobre, a lã e o leite: um guia bibliográfico e uma curta introdução às sociedades camponesas da primeira metade do 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca, 53-54, p. 273-292.

[137] GONÇALVES, V. S. (2001) – Sinais de fumo. Sobre cachimbos: origens, formas, tamanhos. *Epicur*, ano 3, n.º 14, p. 66-74.

[138] GONÇALVES, V. S. (2001) – Sinais de fumo. II. Sobre cachimbos: marcas na madeira, graus... *Epicur*, ano 3, n.º 15, p. 42-47.

[139] GONÇALVES, V. S. (2001) – Sinais de fumo. III. Sobre cachimbos: colecções e acessórios. Epicur, ano 3, n.º 16, p. 80-85.

Uma inesperada série de textos sobre cachimbos, ilustrada pelo autor com fotografias de alguns exemplares da sua própria colecção. Uma série ligeiramente autobiográfica, pelo menos em alguns detalhes. Com a morte de Alfredo Saramago, ficaram vários textos por publicar e todos por pagar...

[140] GONÇALVES, V. S. (2001) – Algumas notas sobre as cerâmicas das antigas sociedades camponesas, com alguma especial referência às de Reguengos de Monsaraz . Actas das V Jornadas Ibéricas de olaria e cerâmica. S. Pedro do Corval, 20 a 23 de Maio de 1999. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal. P. 7-14.

[141] GONÇALVES, V. S. (2001) – Os livros e eu. *Biblioteca Pública*. Liberpolis. Associação para a promoção e desenvolvimento da leitura pública da área metropolitana de Lisboa. Inverno 2001. Vol. 5, n.º 1, p. 2 e 4.

Um micro-texto autobiográfico, onde o autor explica as origens e a evolução dos seus afectos, desta vez não pelas antigas sociedades camponesas, mas pelos livros, que há muitos anos inva-

dem sorrateiramente a sua vida e a sua casa, deixando apenas pequenos espaços-ilha para os cachimbos e para a colecção de mochos (felizmente CDs, DVDs e Blu-rays arrumam-se na vertical ou em pilhas...).

[142] GONÇALVES, V. S. (2001) – Prospectar e Cartografar em Arqueologia. Tijolos para um edifício em contínua construção. In, CALADO, M; MATALOTO, R., Prefácio à *Carta Arqueológica do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal: 7-10.

[143] GONÇALVES, V. S. (2001) – As antas da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Almadan*. Almada, 2.ª Série, 10. p. 204-207.
Um insignificante textozinho de síntese.

2002

[144] GONÇALVES, V. S. (2002) – Intervenções arqueológicas em monumentos do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz na área a inundar pela Barragem de Alqueva. Um ponto da situação em fins de 2001. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5:1. Lisboa. p. 39-65.

[145] GONÇALVES, V. S. (2002) – Intervenções arqueológicas em povoados das antigas sociedades camponesas na área a inundar pela Barragem de Alqueva. Um ponto da situação em fins de 2001. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2, 2002, p. 153-189.

2003

[146] GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, A anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: IPA. p. 472.

Uma monografia, dedicada ao meu cão, Sprocket, um inesquecível airedale terrier, que durante 14 anos me acompanhou sempre. Às vezes em sítios agradáveis para ele, como as cetárias da Quinta do Lago, cheias de água fresquinha, a Cova das Lapas, com um riacho de água gelada no sopé, o Marco dos Albardeiros, com convidativas pirâmides de terra crivada, o Monte Novo dos Albardeiros, com os seus gansos agressivos e o burro escouceador, ou a Anta 2 do Olival da Pega, cheia de sombras, ou ainda a Sala n.º 1 com o Guadiana ali tão perto...

Este estudo custou, em sentido literal e figurado, anos de vida ao autor (e não poucos aborrecimentos com os patetas do costume). Conduzido com uma obsessão perfeccionista (que ultrapassa os limites de estas situações e as próprias condicionantes intrínsecas dos dados), criando novos objectivos, esgotando alguns, entreabrindo portas, noutros, «STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida» é um estudo de algum modo surpreendente e inesperado no contexto generalista e flutuante da arqueologia portuguesa do megalitismo.

Como o autor indica, a dado passo, trata-se de um verdadeiro statement sobre a arqueologia da morte das antigas sociedades camponesas, apresentando ideias novas, sem renunciar a conceitos antigos. O livro abre com um violento manifesto sobre a Arqueologia em Portugal, cuja leitura se recomenda.

Construído milimetricamente, articulado em três partes, a do meio ironicamente ritmada pelos andamentos do Concerto para violino e orquestra op. 77, de Brahms, enumerando interrogações (e não valorizando excessivamente qualquer uma das várias respostas possíveis), este é também um trabalho que anuncia a grande monografia sobre a anta 2 do Olival da Pega, em lento curso de preparação.

É também um estudo onde as placas de xisto gravadas, que não são os primeiros actores em cena, ganham, pelo rigor das análises exaustivas e pelos comentários específicos, um relevo nunca antes obtido. Desdobrando a sua construção, como artefactos votivos, em distintos momentos de concepção e paginação, o autor apresenta perspectivas completamente inovadoras e avança conceitos novos, como o da «Síndrome das placas loucas».
Com análises pormenorizadas sobre antropologia, fauna e flora, incluindo pela primeira vez datações absolutamente fiáveis para o megalitismo ortostático do Sul de Portugal, este é, também, um livro indispensável para quem se interessa sobre a diversidade dos espaços da morte das antigas sociedades camponesas.

[147] GONÇALVES, V. S. (2003) – O Algarve Oriental no 4.º e 3.º milénios. In *Tavira, Território e Poder*. Museu Nacional de Arqueologia, p. 23-35.

[148] GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2.ª edição revista e aumentada com dois novos textos. Câmara Municipal de Cascais. 380 p.

Há muito esgotada a edição de 1995, o que para mim foi surpreendente, foi o texto revisto e acrescentado com dois novos estudos de síntese, um deles acompanhado por uma bibliografia subjectiva e crítica. Por razões só parcialmente esclarecidas, o autor, que raramente relê o que publica, tem uma particular preferência por este livro, cuja primeira redacção ocorreu em circunstâncias particularmente difíceis, após a morte do seu filho António.

[149] GONÇALVES, V. S. (2003) – Cobre, RPS e fortificações no Centro e Sul de Portugal (ontem, hoje, e talvez amanhã, numa perspectiva pessoal). Arqueologia e História. Lisboa, 54, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 87-102.

[150] GONÇALVES, V. S., ed. (2003) – *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo. Reguengos de Monsaraz, 2000, 534 p.

Com um título em espelho do atribuído ao primeiro Colóquio sobre megalitismo, e tão irónico quanto ele, este é um volume com textos imprescindíveis, nomeadamente os que se referem ao Neolítico antigo, e inclui um debate aceso e polémico.

[151] GONÇALVES, V. S. (2003) – Comer em Reguengos no Neolítico. In *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo. Reguengos de Monsaraz, 2000. p. 82-89.

Onde se fala de carne de porco à alentejana e sopa de ossos... Raras estruturas de fogo forneceram dados como estes.

[152] GONÇALVES, V. S. (2003) – Debate, *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo. Reguengos de Monsaraz, 2000, p. 509-534.

[153] GONÇALVES, V. S. (2003) – Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo, apresentação do volume *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo*. Reguengos de Monsaraz, 2000, p. 7-12.

[154] GONÇALVES, V. S., e SOUSA, A. C. (2003) – Novos dados sobre as práticas funerárias das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. *In Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo. Actas do 2.º Colóquio internacional sobre Megalitismo*. Reguengos de Monsaraz, 2000, p. 199-226.

[155] GONÇALVES, V. S. (2003) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4. «A síndrome das placas loucas». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 131-157.

Na verdade, há muito que se discute o significado das placas de xisto gravadas, mas raramente elas foram objecto de estudos que normalizassem as suas descrições ou analisassem aspectos de estilo, até agora sistematicamente ignorados. O quarto texto de esta série incide sobre uma questão nunca antes abordada e estabelece critérios de aproximação completamente novos. A pretexto da placa H.8-5, proveniente de STAM-3, avançou-se num campo diferente e com outras perspectivas, continuando-se efectivamente o primeiro texto com que a série começara. A propósito das placas de xisto gravadas, e para além do Glossário e das descrições normalizadas, analisaram-se conceitos e interpretações novas, A «síndrome das placas loucas», as «placas CTT», as «placas híbridas», as «placas com simetria radial» traduzem uma aproximação múltipla cujos resultados traduzem, no longo termo, a pesquisa iniciada em 1970b.

[156] GONÇALVES, V. S. (2003) – A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora). As intervenções de 1996 e 1997 e duas datas de radiocarbono para a última utilização da Câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2; p. 143-166.

O autor chora amargas lágrimas pelas circunstâncias financeiras que o impediram de continuar a escavar no Monte Novo dos Albardeiros. Mas a Anta 2 dos Cebolinhos, finalmente classificada como imóvel de interesse público, e onde escavei metade da Câmara, está também ainda à espera. Veremos.

[157] GONÇALVES, V. S.; CARVALHO, A.; POMBAL, S. (2003) – A ocupação pré-histórica da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2; p. 109-142.

[158] GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *Arqueólogo Português*, s. 4, 21, p. 209-244.

A primeira aplicação monotemática do Projecto «PLACA NOSTRA».

2004

[159] GONÇALVES, V. S. (2004) – Cascais há 5000 anos, espaços da morte das antigas sociedades camponesas. Museu Nacional de Arqueologia.

Caderno de apoio à exposição com o mesmo nome, com textos e fotografias que viriam a ser recuperados no volume editado pela Câmara Municipal de Cascais. A sua vida própria explica-se no contexto da Exposição projectada pelo autor no Museu Nacional de Arqueologia.

[160] GONÇALVES, V. S. (2004) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1; p. 165-183.

Apesar de ter cuidadosamente evitado, nos últimos anos, discutir um tema tão controverso, até pelas dificuldades em reconstituir contextos sólidos para os fenómenos mágico-religiosos, pare-

ceu necessário intervir, clarificando posições. Um texto que antecedeu, talvez errada ou ilogicamente, o dedicado neste mesmo ano, no volume seguinte da RPA, ao projecto «PLACA NOSTRA». No entanto, este é talvez o meu texto preferido da série «Manifestações do Sagrado...».

[161] GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur. *Arqueólogo Português*. 22.P. 163-318.

Projecto «PLACA NOSTRA». Enquanto se esperam novos trabalhos sobre placas, este era um volume indispensável. Um conjunto homogéneo e, a vários títulos, sugestivo. A primeira versão de um glossário sobre as placas foi aqui publicada.

[162] GONÇALVES, V. S. (2004) – As deusas da noite: o projecto «PLACA NOSTRA» e as placas de xisto gravadas da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2; p. 49-72.

O Projecto «PLACA NOSTRA», numa apresentação de objectivos que inclui importantes imagens inéditas..

[163] GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (2004) – As placas de xisto gravadas da gruta artificial S. Paulo 2 (Almada). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2; p. 73-96.

Um pequeno conjunto monotemático do Projecto «PLACA NOSTRA», onde se estudaram integralmente as placas de xisto gravadas provenientes de S. Paulo 2.

[164] GONÇALVES, V. S. (2004) – Gasto até ao osso...Prefácio a *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia*, de Maria Clara Salvado, Lisboa: MNA., p. 9-12.

[165] GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas da região de Évora. CD ROM editado pela Fundação Eugénio de Almeida.

[166] GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (2004) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora), *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 4.ª S. 22, p. 113-162.

O prosseguimento do Projecto «PLACA NOSTRA» numa análise da presença do sagrado nas grutas artificiais das penínsulas de Lisboa e Setúbal.

2005

[167] GONÇALVES, V. S. (2005) – *As placas de xisto gravadas dos monumentos colectivos de Aljezur*. Aljezur: Câmara Municipal.

O texto publicado em O Arqueólogo Português, 22. p. 163-318, foi aqui republicado sob a forma de livro, com um estudo introdutório inédito que reposiciona mais detalhadamente os pontos chave dos textos de Estácio da Veiga e acrescenta alguns comentários pessoais do autor.

[168] GONÇALVES, V. S. (2005) – Manifestações do Sagrado no Ocidente Peninsular. 6. As representações da Deusa no edifício funerário tipo *tholos* do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S. 23, p. 197-229.

Publicados em 1988-89 os primeiros resultados nas escavações no pequeno tell *do Monte Novo dos Albardeiros, incluindo a metade superior de uma figurinha antropomórfica, surgiu agora o que faltava para a completar. Texto impossível de não escrever...*

[169] GONÇALVES, V. S.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2005) – The archaeometallurgy of Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª S. 23,p. 231-255.

[170] GONÇALVES, V. S. (2005a) – *Cascais há 5000 anos.*Cascais: Câmara Municipal.

Um olhar múltiplo, num livro para o qual o autor convidou, para além dele próprio, Suzanne Daveau, Miguel Ramalho, Ana Maria Silva, Nathalie Antunes-Ferreira, António Faustino de Carvalho, Ana Catarina Sousa, António Carvalho. E que anuncia a monografia sobre Poço Velho.

[171] GONÇALVES, V. S. (2005b) – *Cascais há 5000 anos: espaços de vida, espaços de morte e contextos para ambos* In *Cascais há 5000 anos*, p. 63-195. Cascais: Câmara Municipal.

Passando tratar-se de um texto meu, e correndo o risco de ouvir algumas críticas por imodéstia, diga-se que nunca os espaços da morte do 3.º milénio foram assim abordados entre nós, tanto no conteúdo como na forma, na sequência do ensaio de 1999 sobre os territórios megalíticos. No primeiro caso, pelo tratamento gráfico da informação, pela primeira vez sistematicamente divulgada a cores, a partir de imagens em alta definição, com provas de cor confrontadas com os originais. Depois, pela abordagem exaustiva, particularmente pela decomposição crítica das sequências de S. Pedro do Estoril 1. Costumo dizer, a brincar, que o meu middlename *«S» é de Sherlock, mas nunca como nesta situação (e, talvez, no caso do Monte Novo dos Albardeiros) isso esteve tão próximo da verdade...*

[172] GONÇALVES, V. S. (2005c) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. XXVI, p. 89-114.

O autor disse muitas vezes que nunca mais voltaria ao Algarve (oriental), mas nem sempre faz o que diz ou gostaria de fazer. Neste caso, desculpa-se dizendo que, aqui, uma maioria de atenções vai para o Algarve... ocidental.

[173] GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta de Cabacinhitos (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1; p. 43-109.
Projecto «PLACA NOSTRA».

[174] GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo recolhidos nas duas Antas da Loba (N.ª S.ª de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2; p. 5-53.

Projecto «PLACA NOSTRA».

[175] CLAUSTRE, F.; GONÇALVES, V.; ARRUDA, A.-M.; ZAMMIT, J. (2005) – Le dolmen Os Penedos de São. Miguel, Crato, Alto Alentejo, Portugal, in M. Martzluff, M., dir., *Roches ornées, roches dressées: aux sources des arts et des mythes; les hommes et leur terre en Pyrénées de l'Est*, Actes du colloque en hommage à Jean Abélanet, université de Perpignan, 24-26 mai 2001, collection Études, Presses universitaires de Perpignan, p. 119-138.

2006

[176] GONÇALVES, V. S. (2006) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto: 1. A placa de xisto gravada (medieval?) da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1; p. 185-195.

[177] GONÇALVES, V. S. (2006) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 7. As Placas Híbridas: Definição do conceito, alguns poucos exemplos e, de novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2; p. 27-59.

Outro conceito novo, e polémico – as possíveis explicações para surgirem dois motivos, em vez de um único, no corpo das placas de xisto gravadas.

[178] GONÇALVES, V. S. (2006) – Quelques questions autour du temps, de l'espace et des symboles mégalithiques du Centre et du Sud du Portugal. In *Origine et développement du mégalithisme de l'ouest de l'Europe (Bougon – 26/30 octobre 2002)*. Bougon: Conseil général des Deux-Sèvres, p. 485-510.

2007

[179] GONÇALVES, V. S. (2007a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 8. Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4. Vol. 24, p. 167-231.

Uma extraordinária placa, proveniente dos arredores de uma simpática aldeia, não longe do Guadiana, estava há muito no silêncio das interpretações seguras, uma vez que ninguém se tinha apercebido que tinha 7 «ídolos almerienses», 7, gravados em banda. Não um, como no Bugio ou em Mitra 2, não quatro, como outra vez no Bugio, não uma moldura, como na Anta 1 do Paço de Aragão. 7 ! Com o primeiro e o sétimo em simetria, com um braço dobrado. Uma cena de cante alentejano avant la lettre*? Aproveitando a maré, publicam-se esses e outros do Sul de Portugal, nomeadamente a figuração inédita da Anta 2 da Herdade da Mitra (Évora), uma cortesia de Jorge de Oliveira...*

[180] GONÇALVES, V. S. (2007b) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 79-94.

Um trabalho que anuncia um novo projecto, sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas. A mobilidade de quem, por onde, e porquê, e os elementos que permitem recuperar os antigos caminhos. Mobilizando o «Grupo UM», da UNIARQ. Ver, à frente, In and Out*, com Ana Catarina Sousa (2012).*

[181] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2007c) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas ^{14}C para o Castro da Rotura, no contexto de 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. 24, p. 233-266.

Para além das quatro datas inéditas, e de mais duas entretanto obtidas para Vale de Lobos (Belas Clube de Campo, cortesia de Alexandra Valente), apresentou-se uma listagem actualizada com o último Calib disponível, que faz a síntese para as Penínsulas de Lisboa e Setúbal. Publicam-se séries cronológicas «limpas» de datas menos fiáveis e levantam-se pequenas-grandes questões, como a do Grupo de cerâmicas com motivos folha-de-acácia.

2008

[182] GONÇALVES, V. S. (2008a) – *A utilização pré-histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal. [Colecção *Cascais, Tempos Antigos*, #1], 203 p.

A pequena gruta de Porto Covo, objecto de duas notícias minimalistas, em 1942 e 1964, com apenas 24 artefactos e alguns poucos ossos, tinha, no entanto, alguns argumentos a seu favor. Numa

perspectiva artefactualista, pode evocar-se uma estranha, e talvez ligeiramente perversa, empatia do autor com a taça com pé lisa. Mas também o vaso campaniforme liso levanta questões em relação a outros contextos próximos (S. Pedro do Estoril 1) ou mais longínquos (Pedra Branca, Montum, Melides). A questão nodal poderia centrar-se na similitude dos ritos funerários com o estranho hipogeu de S. Pedro do Estoril 2 e, lato sensu*, com os da anta Poço da Gateira 1. Tentei perceber o possível, sem avançar mais do que me pareceu permitido, e a tudo voltarei, com a monografia sobre os complexos funerários de grutas artificiais de S. Pedro do Estoril e Alapraia. Mas, pela dimensão reduzida da amostra, também foi possível pôr lebres a correr (e algumas tartarugas também...), para Poço Velho, nomeadamente uma primeira análise do «golpe de enxó» e uma percepção das disparidades locais dos grupos intuitivos de dimensão, para os artefactos de pedra polida.*

[183] GONÇALVES, V. S. (2008b) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J., eds. *Actas del IV Congresodel Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 112-120.

O autor, que não aprecia muito divulgar dados, e muito menos conclusões, antes de toda a investigação concluída, vê-se, por vezes, obrigado a isso. E este é outro exemplo (o primeiro foi o estudo sobre o significado das placas de xisto gravadas, Gonçalves, 2004b). O que se procura aqui evidenciar é a evolução do complexo mágico-religioso de onde emergem as placas de xisto gravadas, indígena e médio alentejano, e um outro, porventura mais diversificado, parcialmente contemporâneo, com outros componentes e outro discurso, o dos artefactos votivos de calcário, de influência mediterrânica. E a reinterpretação da encenação mitológica e ritual das figurações do «altar» da Gruta do Correio Mor, uma novidade absoluta, é disso exemplo.

[184] GONÇALVES, V. S. (2008c) – Colecção de artefactos Arqueológicos. In *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal, p. 165-171.

[185] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; MARCHAND, G. (2008) – Mudança e permanência do Mesolítico final ao Neolítico. Os sítios da Baixa do Xarez (Reguengos de Monsaraz, Évora, Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J., eds. *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 167-177.

2009

[186] GONÇALVES, V. S. (2009a) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. [Colecção *Cascais, Tempos Antigos*, #3] Cascais: Câmara Municipal. 591 p.

Publicar ou republicar materiais de antigas escavações é um risco considerável, particularmente quando a geografia dos lugares facilita destruições e revolvimentos. Pior caso é difícil encontrar que o das furnas de Poço Velho, hoje envolvidas pela malha urbana. Mas a riqueza dos dados e a complexidade das questões que eles levantam foi mais forte que a minha resistência. E ajudar a paginar um livro assim, redesenhando graficamente situações e partilhando-as com os leitores, foi um verdadeiro prazer.

[187] GONÇALVES, V. S. (2009b) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17. Oeiras: Câmara Municipal. P. 237-260.

[188] GONÇALVES, V. S. (2009c) – Um sítio do Neolítico antigo no vale do Sorraia: Casas Novas (Coruche). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12, n.º 2, p. 5-30.

Com uma interessante epígrafe, a clef *(A curva que se faz devagar é, em tempos incertos, a mais perigosa...), este estudo e outros que se esperam são trabalhos que o autor desejava há muito escrever sobre um sítio do Neolítico antigo, mais propriamente desde 1978c. Ficou ORZ-1 pelo caminho e os povoados da Baixa do Xarez são outra realidade, cronologicamente falando. Ou não?.*

[189] GONÇALVES, V. S. (2009) – *Cascais no terceiro milénio a.n.e.*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 16 p. (versão inglesa: Cascais in the 3rd millenium BCE).

2010

[190] GONÇALVES, V. S. (2010a) –Building for the dead. Rock-cut tombs and passage graves in the Lisbon Peninsula. Some previous readings. In Cámara Serrano; Afonso Marrero; Spanedda, *Links between Megalithism and Hypogeism in Western Europe*, BAR international séries 2151, Oxford, p. 77-93.

Versão inglesa, de 2009c.

[191] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds. (2010b) – *Transformaç*ão e mudança no Cen*tro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal [Colecção *Cascais, Tempos Antigos*, #2], 581 p.

O 2.º volume da Colecção CASCAIS: TEMPOS ANTIGOS, que sai depois do 3.º. É a vida, como dizia o outro. Mas é sobretudo o primeiro editável (e editado) dos três Colóquios Transformação e Mudança*, que fizeram de algum modo renascer a Arqueologia internacional de alto nível em Cascais. Histórias dentro da História...*

[192] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2010c) – O povoado calcolítico do Estoril: algumas reflexões. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds., 2010. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal [Colecção *Cascais, Tempos Antigos*, #2], p. 155-224

Pensar e escrever a quatro mãos com Ana Catarina Sousa sempre foi um trabalho exquis *e imprevisível. Este não é o nosso melhor, mas reedita a realidade perdida dos furadores de sílex do Estoril, um tema bem interessante. E com muito sucesso na internet...*

[193] GONÇALVES, V. S.; ALFARROBA, A. (2010d) – In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds., 2009. Ver ao longe no 3.º milénio a.n.e. Sobre a localização e o significado do Monte Novo dos Albardeiros. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*, p. 297- 322. Cascais: Câmara Municipal [Colecção*Cascais, Tempos Antigos*, #2].

O autobiógrafo recorda a si próprio duas das grandes frustrações da sua carreira, uma das quais a de não poder, por falta de apoio financeiro, escavar esta pequena quinta fortificada. Entretanto, foi produzindo alguns textos, entre os quais este, em colaboração com António Alfarroba, um arquitecto muito interessado pelo megalitismo de Reguengos.

[194] GONÇALVES, V. S., coord. (2010e) – Debatendo. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds., 2010. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal [Colecção *Cascais, Tempos Antigos*, #2], p. 539-572.

2011

[195] GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: UNIARQ. Cadernos da UNIARQ. 7, 183 p.

O autor deve confessar que sempre quis repensar este importante conjunto, mas que provavelmente não o faria tão «cedo». Perante as condições de trabalho proporcionadas, foi possível fazê-lo, ainda que usando o nome errado que o Museu de Coruche lhe atribuiu (na realidade é Quinta Grande, *e não* Monte da Barca *que o sítio se chamava)...*

[196] GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (2011) – Finalmente, o renascer da Gruta da Feiticeira!! Er Grah e o megalitismo da Bretanha. Notas de leitura. *O Arqueólogo Português*. Série V. Vol. 1, p. 415-428. http://hdl.handle.net/10451/9742

[197] GONÇALVES, V. S. (2011) – Para a (pequena) história da arqueologia portuguesa. Vere Gordon Childe, o jovem lobo e a velha raposa. *O Arqueólogo Português*, 5.ª série, 1, p. 313-328. http://hdl.handle.net/10451/9750

Gordon Childe, Heleno e Borges de Macedo, uma mistura explosiva. Li quase tudo do primeiro e do último e também teria lido o do meio, se ele tivesse escrito coisa decente. Na verdade, este poderia ser um dos «contos morais» que se poderia escrever sobre algumas figuras da Faculdade de Letras de Lisboa. Figuras que marcaram profundamente o seu (dela) futuro. E recentemente objecto de hagiografias que distorcem escandalosamente o que realmente foi o papel de personagens singulares, algumas más, outras péssimas...

[198] SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2011) – Gathering, stocking and knapping flint during the portuguese Chalcolithic: The Casal Barril file. In Flint mining and quarrying techniques in Pre and Protohistoric times. The 2nd International conference of the UISPP Commission. BAR. p. 157-169. http://hdl.handle.net/10451/9707

O que bem se poderia chamar, sem metáfora, partir pedra....

2012

[199] SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2012) – *In and out*. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interacções e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In *CONGRESO INTERNACIONAL REDES EN EL NEOLÍTICO. Circulación e intercambio de materias, productos e ideas en el Mediterráneo Occidental (VII-III milenio AC).* Rubricatum, 5, Barcelona. p. 383-392. http://hdl.handle.net/10451/9784

Um projecto antigo, a recomeçar...

2013

[200] GONÇALVES, V. S. (2013) – Antes de Endovélico. A propósito das placas de xisto gravadas da Anta de Santiago Maior e das Antas da Herdade dos Galvões (Alandroal, Alentejo). *Cadernos do Endovélico*, n.º 1, Edições Colibri/Centro de Estudos do Endovélico, Lisboa, p. 105-123.

Onde se revela uma placa absolutamente excepcional, perdida nos tão consultados Megalithgräber... Mas para ver é preciso olhar, o que nem todos conseguem. E, para completar o divino, o autor revela o seu gin e água tónica favoritos e, educadamente, diz ao Deus que, ao Sol pôr, prefere a Deusa... Curiosamente, o Deus respondeu-me «Também eu !!»...

[201] GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: DRCALEN. 521 p.

Ana Catarina Sousa detesta esta pesada monografia, mas era necessário registar detalhadamente o que o Alqueva destruiu. Fazer melhor era impossível, tal a escassez dos dados e o factor tempo... Mas a epígrafe quase vale o livro: raramente se escreveu, no séc. 19, poesia tão bela sobre a Morte. Penso eu. Que de Orfeo só gosto da flauta e do de Monteverdi (e mesmo assim...).

[202] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; MARCHAND, G. (2013) – Na margem do Grande Rio. Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas junto ao Guadiana e à Ribeira do Álamo. Évora: DRCALEN. 616 p.

Estudo monográfico, com a colaboração de Ana Catarina Sousa e Grégor Marchand. Estudos anexos de João Luís Cardoso, Ana Maria Silva e Marina Igreja. Original entregue, tal como o anterior, para publicação em 2008. Reentregue, revisto para edição em 2012... De entre os sítios do Xarez, sobressai o extraordinário acampamento sazonal Xarez 12, infelizmente sem matéria orgânica insuficiente preservada, não permitindo datações pelo radiocarbono.

[203] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; COSTEIRA, C. (2013) – Walls, doors and towers. Fortified settlements in the south and centre of Portugal: some notes about violence and walls in the 3rd millenium BCE. Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidad de Granada. Granada, 23, p. 35-97.

Hesitei em publicar já este texto, que bem poderia dar um livro extenso e usar algumas das muitas centenas ou milhares de imagens em Arquivo... algumas muito boas e a maior parte inédita. Mas Catarina Costeira estava a trabalhar num doutoramento sobre o povoado de S. Pedro, no Redondo, e a Ana Catarina aproximava-se de um período muito complicado a nível de docência e investigação. E a Crise e os ultra-neo-liberais por ela responsáveis não olham com simpatia para monografias. Assim, fizémos todos uma síntese sobre questões que se entrelaçam de tal maneira num novelo que nem o meu gato de infância, o René, conseguiria desnovelar. Mas espero que atinja o público internacional, para o qual foi escrito, e até mesmo as franjas metafóricas nacionais, algumas cada vez mais longe da realidade.

2014

[204] GONÇALVES, V. S. (2014) – Les changements du sacré : du dolmen au tholos à Reguengos de Monsaraz (Alentejo, Portugal, 3200-2500 a.n.e.) [Texte intégral] Colloque | 2014 Fonctions, utilisations et représentations de l'espace dans les sépultures monumentales du Néolithique européen (*Functions, uses and representations of space in the monumental graves of Neolithic Europe),* p. 143-161.

Texto integral em francês, com extenso resumo em inglês. Versão online*, pessimamente tratada graficamente, versão portuguesa integral em preparação.*

Assusta o grafismo de esta não-publicação e lamenta-se o m.o. registado. Mas o tema é uma das minhas contribuições para o megalitismo de um território chave, Reguengos de Monsaraz. Um texto para reescrever com tempo.

[205] GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto: 2. Antas inéditas do Grupo megalítico Crato-Nisa (Anta das Romeiras, Anta da Ferranha). Revista Portuguesa de Arqueologia. 17. p. 61-94.

Os sítios eram pequenos, os objectos estiveram perdidos, os artefactos não tinham contextos, mas ainda assim não se justificava não os publicar... Foi o que se fez.

[206] GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (2014) – As Placas votivas (e o báculo) da Lapa da Galinha, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 21. p. 109-158.

Regressado de África (e do Deserto de Moçâmedes, para mim, uma verdadeira epifania), D. Fernando de Almeida perguntou-me o que queria fazer no Museu Nacional de Arqueologia (então, 1973, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia Dr. Leite de Vasconcellos). Respondi-lhe asinha que tínhamos já combinado que seriam as antas de Manuel Heleno e acrescentei: e a Lapa da Galinha. Trabalhei quase um ano sobre os materiais líticos, fui à Lapa num dia de menos trabalho na Gruta da Marmota, e comecei a rever os conjuntos por sepultura, quando explodiu o 25 de Abril e implodiu o Museu.

Com Marco Andrade e André Pereira, apresentei as placas a um dos Colóquios «Transformação e Mudança», que organizei em Cascais, mas o volume das Actas nunca se publicou. Foi assim com grande satisfação que recuperei a Lapa da Galinha, as suas placas de xisto gravadas e o mítico báculo ou «machado». O resto fica para outros, se os houver. Que o Projecto «PLACA NOSTRA» continue !!

[207] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2014) – Coruche e as antigas sociedades camponesas. In *Coruche, o céu, a terra e os homens*. Coruche: Câmara Municipal, p. 39-67.

Confesso que, por diversas razões, me diverti muito a escrever a minha parte de este texto de síntese. O que não tem mal nenhum, se esquecermos o ambiente em que foi escrito. Freud volta, que ainda fazes muita falta a alguns...

2015

[208] GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ. Colecção estudos & memórias, 8. 682 p.

Editar este volume foi bem pior que os doze trabalhos de Hércules, com a agravante de ele ter tido muito mais sucesso ao lidar com eles. Mas Hércules era um Herói com sorte, salvo no triste episódio que conduziu à sua morte e cuja leitura me ensinou que se devem sempre vestir as nossas próprias camisas após verificação prévia. Previsto para sair na colecção CASCAIS, Tempos Antigos, verificou-se um inesperado enfraquecimento do interesse autárquico pelo projecto. Seguiu-se o Museu Nacional de Arqueologia e, depois, por força de acordos externos, a Imprensa Nacional... A UNIARQ e a Faculdade de Letras de Lisboa, apesar das conhecidas dificuldades, resolveram a questão em três meses.

[209] GONÇALVES, V. S. (2015) – Alguns casos de placas de xisto gravadas excepcionais do Sul de Portugal: Anta do Curral da Antinha, Anta Grande da Comenda da Igreja, Anta do Zambujo, Gruta artificial Alapraia 2. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 662-676.

Os motivos raros são isso mesmo: aparecem pouco. Mas por isso têm a força de traduzirem deslocações de gentes ou artefactos. Estes são exemplos muito interessantes.

[210] GONÇALVES, V. S. (2015) – Espaços inventados, a verdadeira e última fronteira ? Alguns exemplos. *Finisterra*, 100. Lisboa: IGOT, p. 59-70.

Há um dia em que nos sentamos à mesa e decidimos ceder ao gosto pessoal, alicerçado por muitos anos de leituras ou hábitos, e escrever qualquer coisa menos arqueologia. Aconteceu assim em 2001 com os cachimbos da minha colecção de mais de 500 exemplares, começada em 1964 (uma boa amostra da evolução do gosto pessoal...), com Baldo Baldi à cabeça, Tom Eltang, Teddy

Knussen, Viprati, os ZED de Le nuvole, Don Carlos Ars et Labor, Trever Talbert, Peter Heeschen, Larsen, Mastro de Paja, os muito amados BC fleuron dos anos 70 e 80, e uma carrada de Dunhill, Castello, Savinelli e Peterson. Acontece agora com a chamada ficção científica, cuja estreia se faz com as geografias imaginadas, continuando no futuro próximo, se a Grande Ceifeira o permitir, com a organização social extra-terrestre, um ponto sobre o qual as séries foram sempre discretas ou obscuras, mas os filmes ou livros nem por isso.. A ver...

[211] GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2015) – O sítio do neolítico antigo de Casas Novas (Coruche). Leituras preliminares. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ. p. 236-255.

[212] SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2015) – *Fire walk with me*. O sítio de Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra e fogo no Centro e Sul de Portugal. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C. eds – Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Lisboa: UNIARQ. p. 123-142.

Um texto partilhado sobre um sítio extraordinário.

2016

NO PRELO (2016)

[213] GONÇALVES, V. S; SOUSA, A. C. (2016) – The shadows of the rivers and the colours of copper, some reflexions about the chalcolithic farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and their life resources. In *Key Resources and Socio-cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Universidade de Tübingen. (entregue).

[214] GONÇALVES, V. S; SOUSA, A. C. (2016) – Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal), a chalcolithic farm in the Sorraia River. Madrider Mitteilungen. DAI. (entregue).

Estes dois últimos textos são obviamente uma prequela da monografia já em curso de escrita (Gonçalves e Sousa, 2017).

GONÇALVES, V. S; SOUSA, A. C.; BOAVENTURA, R.; PEREIRA, F. (2016) – *Fortified settlements in portuguese Extremadura during the third millennium BCE. Radiocarbon chronology for Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). In* Session: B44 Within ditches and walls. Settlements, fortifications, enclosures, monuments, villages and farms in the third Millenium BCE**.** Organizers: Victor S. Gonçalves and Ana Catarina Sousa**.** Lisboa. Cadernos da UNIARQ, 10.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2016) **–** *Lower Valley of The Tagus river, between walls and ditches, in the 3rd millenium BCE. XVI UISPP* Session: B44 Within ditches and walls. Settlements, fortifications, enclosures, monuments, villages and farms in the third Millenium BCE**.** Organizers: Victor S. Gonçalves and Ana Catarina Sousa**.** Lisboa. Cadernos da UNIARQ, 11.

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds. (2016) – Within ditches and walls. Settlements, fortifications, enclosures, monuments, villages and farms in the third millenium BCE *(*B44, XVI UISPP Session, Burgos, 2015). Lisboa. Cadernos da UNIARQ, 11.

GONÇALVES, V. S. (2016) – Let's eat each other. White Goddess, Black Magic at Sala # 1, Vidigueira, Alentejo, Portugal. *A publicar em Trabajos de Prehistoria, Madrid*.

Não se trata de um manual de cozinha canibal, mas de uma série de dados completamente inéditos e, de algum modo, extraordinários. Com datações radiocarbónicas directas.

GONÇALVES, V. S. (2016) – Mais corno, menos corno. A propósito dos «ídolos de cornos» e das figuras teomórficas das antigas sociedades camponesas.

GONÇALVES, V. S. (2016) – As placas de xisto gravadas do monumento da Pedra Branca, na encruzilhada de caminhos do 3.º milénio a.n.e. no Sul de Portugal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal.

GONÇALVES, V. S.; CANDEIAS, A.; SOUSA, A. C.; DIAS, C. (2016) – Making cheese in the «portuguese» 3rd millenium BCE. Some examples from Cabeço do Pé da Erra (Coruche) and Penedo do Lexim (Mafra). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. – A Anta do Espragal (Montemor o Novo). O Arqueólogo Português.

EM PREPARAÇÃO

Quando possível, indicam-se as datas previstas para a edição.

GONÇALVES, V. S. [em colaboração] (2018) – Arqueologia em Portugal: o Primeiro Grande Congresso (Lisboa, 1958).

GONÇALVES, V. S. – ALAPRAIA. UMA NECRÓPOLE DE GRUTAS ARTIFICIAIS E OS SEUS CONTEXTOS; GONÇALVES, V. S. – 1 .º volume: Alapraia, uma necrópole de grutas artificiais do 3.º milénio a.n.e. As Grutas 1,2,4.; GONÇALVES, V. S. – 2.º volume: Alapraia, a Gruta 3, os contextos locais e a envolvência cronológico-cultural

GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C. (2016) – Casas Novas (Coruche) e as antigas sociedades camponesas. Cadernos da UNIARQ 9.

GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C. (2017) – A quinta calcolítica do Cabeço do Pé da Erra e o antigo povoamento do Vale do Sorraia. estudos & memórias 10. UNIARQ.

GONÇALVES, V. S. – Afonso do Paço (1918-1968): traços dominantes de um percurso e desvios de ocasião *(uma história portuguesa).*

> *Trabalho inicialmente apresentado ao II Congreso de la Historiografia de la Arqueología en España, Madrid, 1995. Uma contribuição polémica, agora profundamente revista, em que o percurso de Afonso do Paço é analisado também tendo em conta a consolidação e evolução interna do «Estado Novo».*

GONÇALVES, V. S. – TESP-3 (Reguengos de Monsaraz): a estrutura K8-K9.

GONÇALVES, V. S.– A Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato).

GONÇALVES, V. S.– De novo as placas de xisto gravadas de Aljezur (*O Arqueólogo Português*).

GONÇALVES, V. S.– De novo as placas de xisto gravadas do assim chamado Monte da Barca (Coruche)

GONÇALVES, V. S.– Rouergue e Alentejo. Padrões de representação teomórfica. (*O Arqueólogo Português*).

GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. – A anta 2 do Olival da Pega (Reguengos de Monsaraz). 2 vols. Estudo monográfico, com a colaboração de Ana Catarina Sousa.

...Ω

LEGENDAS E CURTOS TEXTOS A PROPÓSITO DAS IMAGENS DO ALBUM

FAZER UM ALBUM DE SÍNTESE, por razões óbvias com páginas contadas, significa sempre rejeitar milhares de imagens e repetir algumas. É também uma questão pessoal: o que se mostra nem sempre é o que se deve ou pode mostrar, nem tem um significado unívoco, como a pequena nota ao primeiro grupo de fotos claramente indica.

Não se trata de uma autofotobiografia (tal como o *curriculum* nunca o é, por mais pessoal que pareça). É uma escolha, a que faltam muitas imagens, que se perderam definitivamente ou não se encontram disponíveis, a não ser na memória de quem as tirou. A maior parte das minhas fotografias *no* e *do* Deserto de Moçâmedes, por exemplo, desapareceram. E com muita pena o recordo. E a primeira das fotografias que tirei há muitos anos, com a minha primeira máquina, uma Agfa que o meu Pai me ofereceu pelos anos, uma fotografia do meu gato René, amigo inseparável durante o seu tempo de vida, sumiu-se sem que eu saiba como. Da Anta 2 do Olival da Pega, que tanto significado teve para mim, quase não há imagens pessoais, salvo as de escavação e das estruturas. De Corte João Marques e Santa Justa há poucas. Da Faculdade de Letras ainda menos, considerando os anos que decorreram desde a minha entrada...

Vários foram os que fotografaram. Eu próprio, a começar, VSG; Alex Gandum, AG (MAEDS); Ana Catarina Sousa, ACS (UNIARQ); Ana Margarida Arruda, AMA (UNIARQ); Ana Patrícia Magalhães, APM; Ana Paula Amendoeira, APA; Antónia Coelho Soares, (aka Rosa Nunes), MAEDS, RN; António Alfarroba, AA (UNIARQ); Carl Harpsöe, CH; Françoise Treinen-Claustre, FT-C; Iris Dias, ID (no Cabeço do Pé da Erra e na FL-UL); Joaquim Veríssimo Serrão, JVS; Joaquina Soares, JS (MAEDS); Jorge Cruz, JC; Jorge de Oliveira, JO (Univ. de Évora); Maria de los Angeles Querol, MAQ (Univ. Complutense de Madrid); Miguel Kunst, MK, (DAI); Susana Pombal, SP. Quando a autoria não foi indicada, trata-se de autor não registado ou de imagens tiradas com tripé e *timer*. Por vezes, imaginei espaços e outra mão fotografou com o meu pré-enquadramento ligeiramente alterado (o que nem sempre deu bons resultados). Mas as imagens são o que são, fiquemos por elas.

As imagens foram grupadas com rótulos que não são estanques e cronologias não sequenciais: há «Amigos» que surgem em Campo, discutindo o Projecto ANSOR, por exemplo. Outros que passam de fotografia para fotografia, porque estiveram em vários sítios. Outros porque sim, como acontece com Sprocket, o meu *airedale terrier*.

E a ordem de apresentação, corresponde a um desígnio secreto, impossível de conhecer para um não iniciado? Há sinais de viagens no Tempo? Provavelmente... de qualquer modo, muitas das imagens não se entenderiam correctamente sem a respectiva legenda, incluindo a data, mesmo que aproximada, o que ajuda um pouco. Mas, desta vez, o caos é intencional e, portanto, tem um desígnio e sai da categoria, por assim dizer. Como o «gosto», que, no meu caso, deve ser entendido como plural e, por vezes, contraditório. Fotografias? Apanhe uma ao acaso, nem é preciso escolher. Todas têm uma história. Até mesmo as histórias que não estão disponíveis.

VICTOR S. GONÇALVES

1. PRELÚDIO E AVISO

[IMAGENS 1 A 7]

Agora, a começar o Album, uma pequena advertência. Quando era pequeno, «as iludências aparudem» era uma outra forma de dizer que *as aparências iludem*, mas não se levava isso muito a sério.
Era mais o som bizarro das palavras híbridas que outra coisa. No entanto, ele há aqui imagens que são prova do contrário, como se vê a seguir, em exemplos expressamente escolhidos entre tantos possíveis:

1. Nunca estive no Saara (mas tenho pena, uma vez que os tuaregs fizeram sempre parte dos meus mitos de infância...).
A imagem foi tirada por mim em Casas Novas, Coruche (2011), aquando da última grande violação do sítio, que originou uma enorme remoção de areias. A um observador distraído, o Deserto seria uma explicação plausível, ainda que completamente falsa, para as escarpas quase dunares. É apenas uma imagem parcelar da realidade, vista de (muito) perto.
2. Outra imagem, que poderia ser mal interpretada, é esta foto de Ana Catarina Sousa (2008). Claro que trabalhei sempre na Faculdade de Letras de Lisboa, mesmo quando estava longe, e não me ocorre outro sítio (salvo, talvez, Paris, Barcelona ou Florença) onde gostasse de viver e trabalhar. Apesar de.
3 a 5. O triciclo era do fotógrafo, a moto do meu Pai (nunca gostei de velocípedes e ainda menos de motociclos) e o fato de toureiro fui literalmente obrigado a vesti-lo por ser carnaval, apesar de ter sido sempre contra as touradas e ter um medo desgraçado de touros... mesmo quando protegem escavações, caso do Cabeço do Pé da Erra... A foto com a moto foi de meu Pai, as do triciclo e a do carnaval, do ilustre fotógrafo setubalense Sr. Américo.
6. Medo de touros, é certo, o que parece ser desmentido neste confronto com um boi mirandês, se metade da aldeia não estivesse por trás a segurar o bicho e o outro boi desconhecesse o que acontecia ali mesmo ao lado (Dine, 1964). Foto CH.
7. Finalmente, a cena «de pesca». Fotografada por Jorge Cruz numa segunda feira de Páscoa, junto ao Moinho do Gato, em Monsaraz, foi o resultado (escasso...) da pesca que ele levou a efeito, pensando numa açorda de peixe de rio. Quanto a mim, o único peixe que realmente pesquei foi no cais de Setúbal, mas tive pena do bicho e atirei-o rapidamente ao Sado. Apesar de ainda ter uma sofisticada cana, que comprei para acompanhar o meu filho António, exímio pescador, nunca mais voltei a «pescar»...

2. OS ANOS ANTES DE TODOS OS ANOS

[IMAGENS 8 A 17]

8. Sem data nem fotógrafo conhecido (Sr. Américo, em cujo estúdio foram feitas quase todas as fotos de família?): o Avô materno, João dos Santos, uma das figuras marcantes da minha vida. Sobrevivente de um naufrágio mítico (talvez por isso eu tenha sempre preferido os rios ao Mar alto...), adorava ouvir ópera e reproduzia por assobio árias inteiras. Carmen, Tosca, La traviata, Aïda, tanto fazia, mas a sua preferência foi sempre Verdi. Era das poucas pessoas genuinamente bondosas que conheci em toda a minha vida. A par de Joaquim Barradas de Carvalho, um grande Amigo que perdi muito cedo.
9. 1954?: com os Pais, Fernando e Mariana, perto de Setúbal.
10. 1963: ao lado do Pai, campeão de damas, e do Padrinho, campeão de xadrez, que me passou o gosto pelo tabuleiro e pela ficção científica, através da antiga Colecção Argonauta, e pelo terror e policial negro, através da Colecção Vampiro, onde li o meu primeiro Lovecraft, *Os mortos podem voltar* (e não dormi durante um mês...). Lisboa.
11. 1959?: no claustro do Convento de Jesus, em Setúbal (com José Marques da Costa, o investigador amador que localizou Cetóbriga e, por isso, foi implacavelmente perseguido). Foi através de Marques da Costa

que conheci Manuel Heleno e Farinha dos Santos, o que é dizer a Faculdade de Letras de Lisboa de finais dos anos 50 do século 20.
12. 1964: o Liceu de Setúbal atribuiu-me o Prémio de História pelo meu trabalho «S. Teotónio, mártir e santo», apresentado no ano anterior, onde defendia a história colectiva e não a história dos heróis.
A história dos aqueus e não a de Odisseus (apesar da espantosa metáfora de Ítaca), ou Aquiles, personagens que detestava, ao contrário de Heitor e dos troianos, dos dois Aiax e Diomedes, o que desafiou os Deuses.
E sempre considerei a Ilíada um enorme poema à Paz e não à Guerra. Heitor, que morre às mãos do anax bárbaro para defender a sua cidade. Mais uma vez, as iludências aparudem...
13. 1964: a primeira saída com a Sociedade Portuguesa de Espeleologia, de cujo Boletim fui redactor e onde viria a publicar, também em 1964, o meu primeiro trabalho de Arqueologia. Serra de S. Luís, Montemor o Novo, concelho a que regressei agora.
Em primeiro plano, António Cavaleiro Paixão, já falecido, a seguir Celeste Leal, Carl Harpsöe e Fernando Leal.
14. Verão de 1964: a dura vida nas escavações da Lorga de Dine. Foto CH.
15. 1958: quando ainda lia Alexandre Herculano... a cuja prosa austera nunca mais voltei.
16. 1970: Fase meditativa, rara na minha existência. África, sim ou não? Chegou-me tarde o convite directo de Virgínia Rau para ficar na Faculdade de Letras de Lisboa.
17. 1978: na casa da Luís Bívar, com Leroi-Gourhan sempre presente, preparando uma aula. Foto AMA.

3. OS ANOS DE ÁFRICA

[IMAGENS 18 A 24]

18. 1971: Angola. Praia da Ponta Negra, com ocupação pré-histórica de época indeterminada (cerâmica impressa com pente e seixos afeiçoados), vista do Mar, numa boleia dos amigos da pescaria da Mariquita, que desviaram várias vezes a única traineira que tinham para me abastecerem de douradas e caranguejos gigantes. Foto VSG.
19. 1971: Angola. A damba da Ponta Negra vista a partir da falésia com ocupação antiga. Numa nota curta escrevi em francês: «ce qui embellit le Désert c'est qu'il n'y a aucun puits visible et qu'il faut apporter nôtre eau». Influência de Antoine de Saint-Exupéry? Foto VSG.
20. 1971: Angola. Em prospecção na Ponta Negra (foto do motorista da Universidade, o Sr. Bernardino, que, no jeep da Universidade, me conduzia ao Deserto).
21. 1971: Angola. Fotografando corvos na pescaria da Mariquita. Com péssimos resultados, aliás.
22. 1971: Angola. O Deserto tem muitas rochas. A caminho da Ponta Negra. Foto VSG.
23. Angola. Ana Paula Tavares, uma das minhas melhores alunas de sempre e, desde 1970, uma boa Amiga. Foto VSG.
24. Angola. Deserto de Moçâmedes, uma antevisão xistosa da matéria suporte para as placas de xisto gravadas que eu viria a estudar tão detalhadamente? Foto VSG.

4. OS ANOS DE ANA COMEÇAM QUANDO?

[IMAGENS 25 A 32]

25. 1974: com Rui Parreira, que em 1973 me apresentou a Ana Margarida, na casa da Rua João Soares.
26. 1981, Agosto: Milão. Foto VSG, filtrada.
27-28. Dia e Noite. Em cima, 1982. Em baixo, Fevereiro de 1975, perto da Gruta da Marmota. Foto VSG.
29. 1981: Claustro do Mosteiro de Flor da Rosa. Foto VSG.
30. 1980: Castelo de São Jorge. Foto VSG.
31-32. 14 de Abril de 2010. Último dia das provas de Agregação e Jantar comemorativo. Da esquerda para a direita, Armando Coelho e Esposa, João Luís Cardoso, Ana Margarida Arruda e Martín Almagro Gorbea.
Foto VSG.

5. OS ANOS DE ANTÓNIO (1975-1993)

[IMAGENS 33 A 38]

33. Lisboa, 1980, brincando com molas de roupa. Foto VSG.
34. Lisboa, 1985.02.02. Com Sprocket recém-chegado. Foto VSG.
35. Lisboa, 1985. No seu sofá preferido, no lugar ao lado do meu. Foto VSG.
36. Reguengos de Monsaraz, 1983, num intervalo das escavações na Anta 2 do Olival da Pega. Foto VSG.
37. 1990, Natal: António Sérgio Gonçalves, na casa da Rua Sousa Lopes. Foto VSG.
38. 1993: a última fotografia.

6. OS ANOS DA SERRA

[IMAGENS 39 A 45]

39. 1978: Corte João Marques, com um *walking stick* improvisado. Foto AMA.
40. 1978: com Ana Margarida Arruda, em Corte João Marques. Tempo de risos (e não de sisos...).
41. 1977: no regresso final da Anta da Castelhana, qual é o burro, pergunto?
42. 1982: *tholos* da Eira dos Palheiros, perto de Santa Justa.
43. 1980: escrevendo no caderno de campo, em Santa Justa. Foto AMA.
44. 1981: António cresceu na Serra, por entre povoados e antas, das Pedras Altas ao Cerro do Castelo de Santa Justa. Depois, desceu, até Castro Marim, onde a Mãe escavava no Castelo. Depois subiu, até à Anta dos Penedos de S. Miguel.
45. 1980: Ana Margarida Arruda topografando no Cerro do Castelo de Santa Justa. Foto VSG.

7. OS ANOS SPROCKET

[IMAGENS 46 A 48]

46. 1985.02.02: Sprocket, um *airedale* terrier roedor, acabado de chegar à nova casa...
47. 1988: Sprocket já adulto.
48. 1988: Sprocket e Ana Margarida Arruda. Foto VSG.

8. OS ANOS JOÃO – ANA CONSTANÇA

[IMAGENS 49 A 59]

49. 1997: primeiro aniversário de Ana Constança. Foto AMA.
50. 2003.03.17: desenho de João Pedro Gonçalves: é assim que vejo o meu Pai. Esta mochização fumadora deve-se ao muito apreço que o João tinha (e tem) pelas colecções de mochos e cachimbos, entre as quais cresceu. E pelo Pai, naturalmente.
51. 1996: João e Sprocket no Algarve (Tavira, Quinta das Oliveiras). Foto VSG.
52. 2004: Lisboa, junto ao Rio. Foto AMA.
53. 2004: no 58.º aniversário do Pai. Foto AMA.
54-55. Agosto de 2005: Ana Constança em Paris. 54: Foto AMA. 55: Foto VSG.
56. Agosto de 2003: Quinta das Oliveiras (Tavira).
57. *Hippopotamus* de Lisboa, Setembro de 2009. Que saudades dos *steak tartares* de Paris!!
58. 2011, Outubro: antes das provas de doutoramento de Elisa de Sousa, na Reitoria da Universidade de Lisboa. Foto AMA.
59. 2011: na casa da Rua Sousa Lopes.

9. APRENDER E ENSINAR, SEMPRE

[IMAGENS 60 A 65]

60. Agosto de 2007: mesmo em férias, trabalho, sempre trabalho. Aqui, no Hotel do Gharb, em Armação de Pera, com o Mar ali tão perto, revendo provas de *O Arqueólogo Português*. Foto JPG.
61. 2011: em Casas Novas falava-se de lamelas e da lamela recolhida num possível enterramento sob seixos. Foto ACS.
62. 2012: inauguração da grande exposição sobre Casas Novas. Atrás de VSG, à sua esquerda, o então presidente da Câmara Municipal de Coruche, Dionísio Mendes.
63. 2012: Dia Aberto no Cabeço do Pé da Erra. Os anciãos da Erra fizeram quilómetros a pé para estarem presentes. Com Sol forte, a céu descoberto. Foto ID.
64. 2002: ensinando placas de xisto. Desenho do Arqto. António Alfarroba.

65. 2013: sessão de trabalho com *Os Letrinhas* (infantário-creche da Faculdade de Letras), na exposição dedicada ao Cabeço do Pé da Erra.

10. ALGUNS AMIGOS...

[IMAGENS 66 A 94]

66. 1975, Julho: na casa da Rua João Soares, com António Martinho Baptista.
67. 1992: com o inevitável Sprocket, um amigo inseparável, na casa da Rua Sousa Lopes.
68. 1982, Dezembro: em Toulouse, com Jean Guilaine. Foto FT-C.
69. 1990: em Santarém, no Jardim das Portas do Sol. Da esquerda para a direita do observador, Maria Helena Serrão, Gisela Medina, João Medina, Ana Margarida Arruda e VSG, Jorge Borges de Macedo e Guida Miriam. Foto JVS.
70. 1978: encontro de especialistas em Neolitização e Megalitismo. No topo da mesa, Suzanne Daveau, VSG e Carlos Tavares da Silva.
71. 1985. Vila Nova de São Pedro. No sentido dos ponteiros do relógio, Orlando Ribeiro, Ana Paula Amendoeira, uma aluna da FL-UL, Jorge Cruz, VSG, Suzanne Daveau.
72. 1972: Paris. Foto MAQ, uma relação forte atrás da máquina.
73. 1980: Cerro do Castelo de Santa Justa. Uma paisagem amiga: o «Mar» do Alto Algarve Oriental. Foto AMA.
74. 1980: IV Congresso Nacional de Arqueologia, com Georges Zbyszewski.
75. 2014: com Marco Andrade, no Cabeço do Pé da Erra. A máquina do Tempo descontrolou-se e passamos de 1980 para 2014. Mas a Arqueologia é assim... Foto ACS.
76. 2004: com Fernando Molina em Los Millares. Foto AA.
77. 2015: com Miguel Kunst em CPE. Foto ID.
78. 2015: duelo em OK Corral? Não, houve sempre excelentes relações entre mim e Paulo Farmhouse Alberto, director da Faculdade de Letras, aqui de visita ao Cabeço do Pé da Erra. Foto ID.
79. Com António Feijó, então director da Faculdade de Letras, numa memorável Abertura do ano lectivo de Arqueologia na FL-UL.
80. Com Fernando Bragança Gil, introdutor em Portugal das novas metodologias em arqueometalurgia (Gaspar Barreira no meio). Castelo de S. Jorge, recepção da Câmara Municipal de Lisboa, data incerta.
81. 2011: Joaquina Soares no Colóquio sobre Zonas Húmidas. Foto AG.
82. 2016, Abril: Antónia Coelho Soares (aka Rosa Nunes), uma excelente fotógrafa, que descobri por puro (mas feliz) acaso no MAEDS. Aqui, em Freixo de Numão. Foto exemplar, da mana JS.
83. António Carvalho. Actual director do Museu Nacional de Arqueologia e outrora responsável pelo lendário SHIU (o Sector de História e Informação da UNIARQ).
84. António Alfarroba em Granada. Foto VSG.
85. 2011: com Carlos Tavares da Silva discutindo Casas Novas. Foto RN.
86. 1996: Ana Catarina Sousa em Paris, a caminho do *Musée de l'Homme*, vinda do seminário do CNRS de Meudon. Foto VSG.
87. 2015: Com Rui Boaventura em CPE. Foto ACS.
88. 2007: Almoço de Natal da UNIARQ na Gandarinha, em Cascais, com Rui Mataloto, Francisco Carvalho, Catarina Viegas. Foto ACS.
89. 1980: com Jorge Pinho Monteiro, em Faro, no IV Congresso Nacional de Arqueologia.
90. 1980: com Jordá Cerdá, em Mértola, no IV Congresso Nacional de Arqueologia.
91. 2015: no encontro do DAI com Ana Catarina Sousa, Rui Parreira, Rui Mataloto, Corina Liesau e Elena Morán. Foto MK.
92. 2011: Manuel Macaísta Malheiros, um excelente amigo, terror das perdizes, então Governador civil de Setúbal, no colóquio sobre Zonas Húmidas. Foto AG.
93. Com Caetano de Melo Beirão e Ivone Beirão, e Carlos Tavares da Silva, discutindo Idade do Ferro. Foto AMA.
94. Com João Luís Cardoso, discutindo Neolítico antigo.

11. CONGRESSOS, REUNIÕES...

[IMAGENS 95 A 105]

95. 1965: 5.º Colóquio Portuense de Arqueologia. Em primeiro plano, à esquerda, Manuel Farinha dos Santos. Do outro lado, Vera Leisner, à esquerda de VSG, que está de pé, Carlos Tavares da Silva e Armando Coelho. O conferencista era o Eng. Albuquerque e Castro, que tinha apresentado Antelas.

96. 1965: 5.º Colóquio Portuense de Arqueologia. Apresentação de comunicação por VSG. Na mesa, D. Fernando de Almeida e Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

97. 1978: sentados à mesa do mítico colóquio de Palmela, promovido pelo MAEDS.

98. 1978: no mesmo colóquio, José Clemente Martín de la Cruz, outro Amigo de longa data, responde a Manuel Farinha dos Santos. Foto VSG.

99. 1985, 27 de Abril: Primeiro encontro UNIARQ/ MAEDS. Da esquerda para a direita, Ana Margarida Arruda, João Luís Cardoso, VSG, Joaquina Soares, Manuel Farinha dos Santos e Ana Mosa (aka Ana Carvalho Dias).

100. 1980: IV Congresso Nacional de Arqueologia. Com Carlos Tavares da Silva à sua direita e Antón Casal.

101. 2012. Encontro de Tróia, com Ana Catarina Sousa e Carlos Tavares da Silva. Foto APM.

102. 2012: Universidade de Évora. Com João Luís Cardoso, adorando o Deus Batráquio (que permaneceu insensível às nossas preces, mais preocupado com a profecia da câmara de Leonor Teles...). Foto JO.

103. 2009: no CSIC em Madrid, na reunião da UISPP sobre sílex e chert. Não há nada como um bom bocado de sílex para se fazer um núcleo... e este veio de Barajas... Foto ACS.

104. 2015.09.28-29: no primeiro workshop Internacional da UNIARQ (*A terra sigillata sudgálica no Sudoeste da Hispânia: circulação e consumo*). Na mesa, Paulo Farmhouse Alberto, VSG e Carlos Fabião. Foto ACS.

105. 2016.02.04: segundo workshop da UNIARQ (*O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa*). VSG com Fernanda Rollo, Secretária de Estado da Ciência e Ensino Superior. Foto ID.

12. OS ANOS VSG AQUI E ALI

[IMAGENS 106 A 124]

106. Comenda, 1963, limpando um corte no sítio romano.

107. No Clube de Campismo de Setúbal, 1970. Onde, ao fazer uma apresentação sobre Música Contemporânea (Xenakis, Boulez, Penderecki, Ivo Malec...) conheci o tabaco de cachimbo da minha vida, o Dunhill 965, hoje extinto.

108. Organizando o caos no espaço do Grupo de trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS) na FL-UL. Foto AA.

109: 1977: cartoon de um aluno, Filipe Abrantes, que não gostava de Arqueologia mas era um bom desenhador.

110. 1966, Junho: na casa de Setúbal.

111. 1982: na casa da Avenida Luís Bivar. Foto AMA.

112. 1973: na Pedra d'Ouro, fazendo fotografia vertical no Muro 3, com Luís Teixeira.

113. 2009: VSG e a maior placa de xisto gravada feita em Portugal, e cujo autor se conhece, o «neolítico» Manuel Pisco (foto JO).

114. 2004: A enorme importância que o projecto PLACA NOSTRA tem na minha vida científica levou António Alfarroba a desenhar este *cartoon*, brincando comigo e com a grande placa recortada de STAM 3, J.8-667.

115. Fotografar placas é actividade que pratico assiduamente. E com gosto e proveito o faço. Aqui, estudava os planos de iluminação para uma particularmente difícil: a placa, proveniente do *tholos* do Escoural, 1.79.46. Foto VSG, com recurso ao *timer*.

116. Um dos motivos mais fascinantes das placas: as faixas ziguezagueantes, com ou sem linhas guia, normalmente horizontais (mas também as há verticais). Anta 2 de Batepé. Detalhe da placa 2004.443.1. Foto VSG.

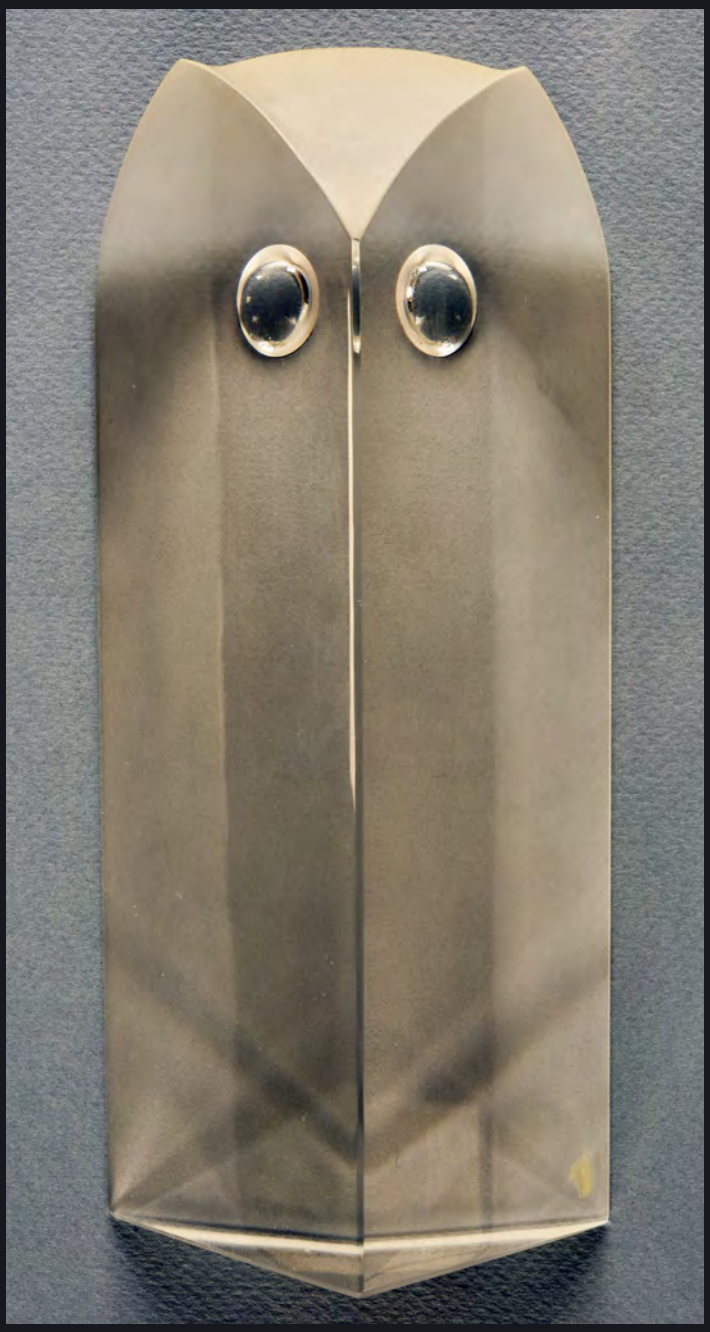
117-118. Do plano minucioso, escavado com instrumentos de precisão (Monte Novo dos Albardeiros, foto APA), à leitura a voo de pássaro (neste caso, Casal do Pardo). A partir de Vila Nova de S. Pedro, introduzi a fotografia de alto, em ângulo quase vertical, usando simples máquinas elevatórias para substituir lâmpadas nas auto-estradas, carros de bombeiros ou mesmo pás de *bulldozers* (ou *bondosas*, como se diz no Alentejo).
119. 2005: Londres, junto à entrada para o Museu Britânico (foto AM).
120. 2004: Granada, na Alhambra, com um gato amigo (foto AA).
121. 2002: STAM 3, junto ao enterramento de Marta, a cesteira (foto SP).
122. 2015. Madrid, junto ao portão do Museu Nacional de Arqueologia (foto ACS).
123. 2005, Louvre, junto a Gudea, o Legislador. Nunca escondi o meu fascínio pelos Sumérios, tendo editado a monografia de Samuel Kramer na Colecção Tempo Aberto, da Bertrand. Foto AMA.
124. 2000, Évora. Quantas vezes trouxe discos de Paco Ibañez de Paris, para mim e para amigos espanhóis que não os encontravam no seu País (por estarem proibidos). E quantas vezes ouvi e reouvi os poetas andaluzes e os outros que ele cantava. Jaén e toda a Espanha estavam também aí. Veio cantar a Évora no Verão de 2000 e não perdi o recital na Praça do Giraldo, que fotografei, em péssimas condições. Esta foi das poucas imagens aproveitáveis. Falta aqui o som, a uma das minhas vozes ibéricas preferidas (Andaluces de Jaén/ Aceituneros altivos/ decidme en el alma, ¿quien?/ ¿quien levantó los olivos?/ Andaluces de Jaén/ Andaluces de Jaén/ No los levantó la nada,/ ni el dinero ni el señor,/ sino la tierra callada,/el trabajo y el sudor.). Com o *Romancero Gitano* cantado por Germaine Montero, de partir o coração...

13. NÃO HÁ

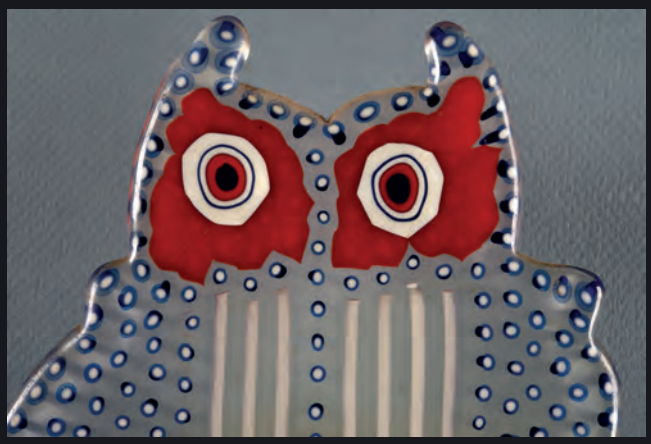
(não acredito em bruxas, nem sou minimamente supersticioso, mas lá que as há, há!!. E, apesar de ser um número primo, com os quais, em geral, simpatizo, o 13 nunca foi de fiar...).

14. O REGRESSO AO PROJECTO ANSOR

[IMAGENS 125 A 131]
125. No exterior da Senhora do Castelo, em Coruche, com a Lezíria por fundo. Foto sob enquadramento prévio, ACS.
126. 2012: no reinício dos trabalhos em CPE.
127. 2011: identificando materiais, na casa cedida pela autarquia, da Rua de Santo António, em Coruche. Foto RN.
128-129. 2014: fotografando em CPE, com Ana Catarina Sousa (fotos AA).
130. 2014: à sombra das árvores de CPE (foto ACS), com um dos seus eternos *walking sticks*, este do Clã dos patos.
131. 2015: chorando a desolação de SMAUG, em CPE. Vésperas da total cobertura do sítio. Encenação infelizmente muito próxima da realidade.



Mocho-prisma, Val St Lambert; mocho de pasta vítrea da iittala; detalhe de mocho de vidro de Murano; mocho de cristal assinado por Magnussen; mochos de cristal da Daum, o de baixo em vista superior. Fotos VSG com luz incandescente não corrigida.



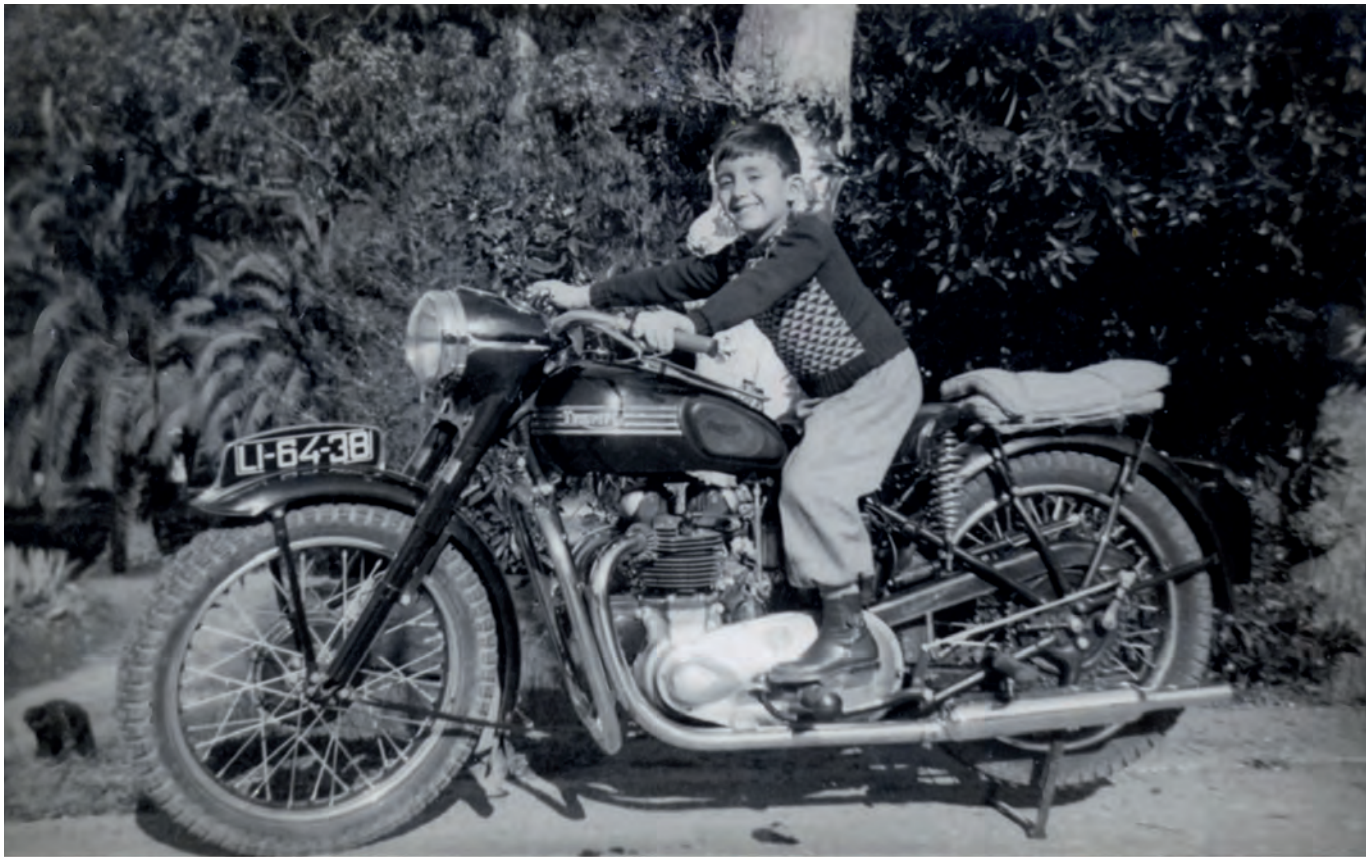
1. PRELÚDIO E AVISO

1

2

3

4



5

6

7

2. OS ANOS ANTES DE TODOS OS ANOS

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

3. OS ANOS DE ÁFRICA

18

19

20

21

22

23

24

4. OS ANOS DE ANA COMEÇAM QUANDO?

25

26

27

28

29

30

31

32

5. Os anos de António (1975-1993)

33

34

35

36

37

38

6. OS ANOS DA SERRA

39

40

41

42

43

44

45

7. OS ANOS SPROCKET

46

47

48

8. OS ANOS JOÃO – ANA CONSTANÇA

49

50

51

52

53

MONA LISAIT
Soldes
ENCORE
PROMOTION
TASCHEN
PARIS
PARIS
PARIS
PARIS

54

55

56

57

58

59

9. APRENDER E ENSINAR, SEMPRE

60

61

62

63

64

65

10. ALGUNS AMIGOS...

66

67

68

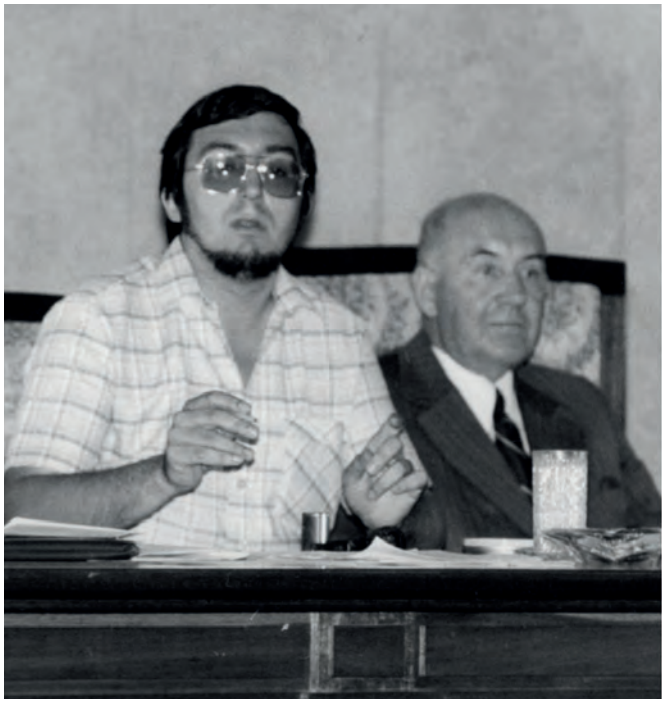
69

70

71

72

73



74

75

76

77

78

79

80

identidade
erior. A estratégia de
senta, pois, na pesca e
ro-pastoricia.

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

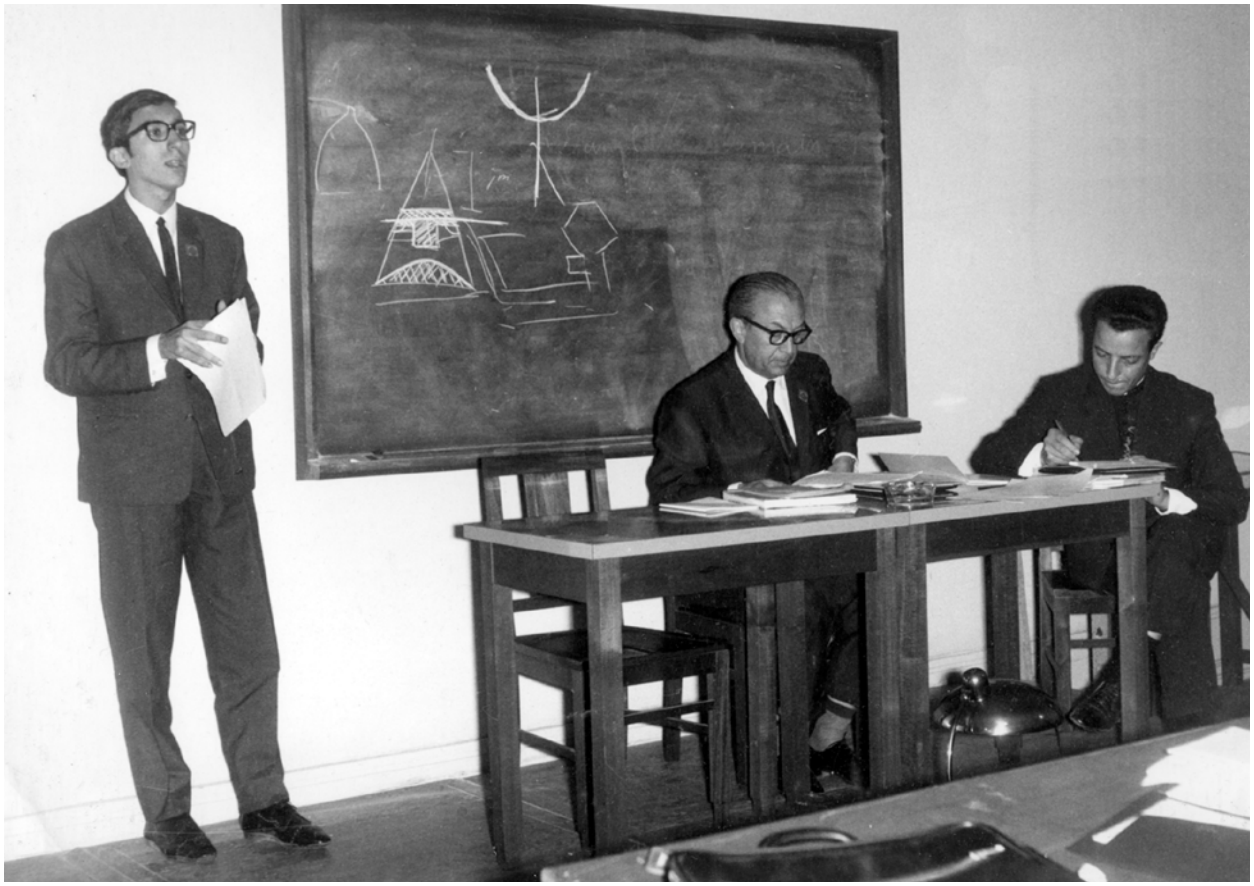
92

93

94

11. CONGRESSOS, REUNIÕES...

95



96

97

98

99

100

101

102

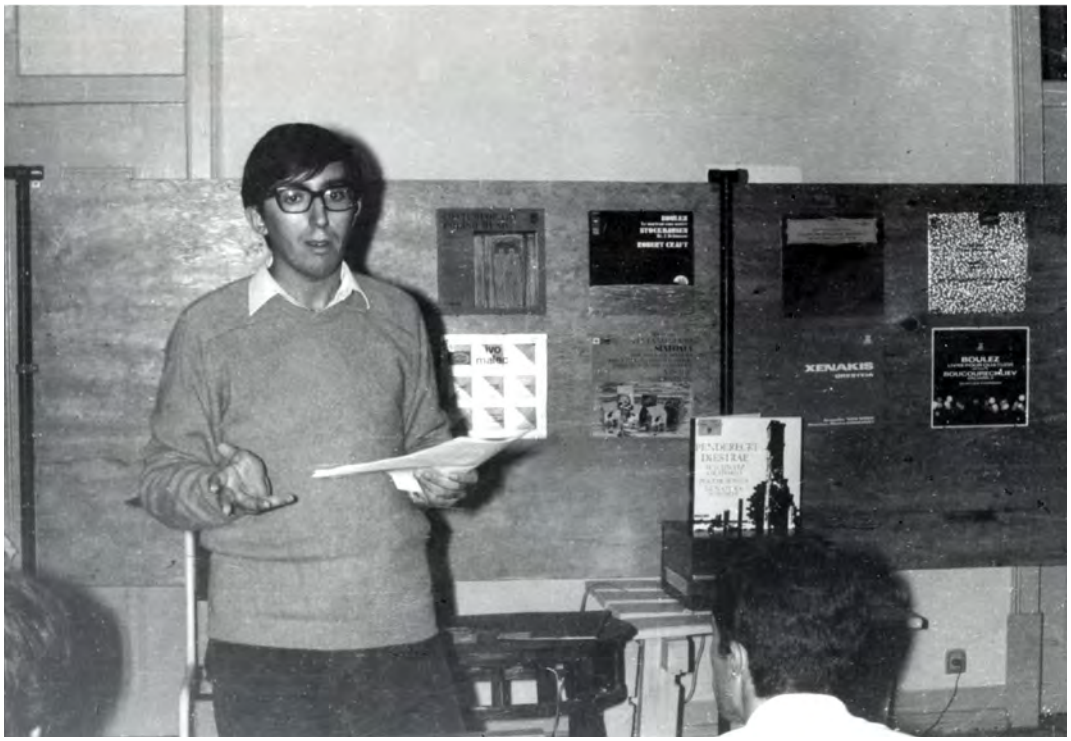
103

104

105

12. OS ANOS VSG AQUI E ALI

106



107

108

109

110

111

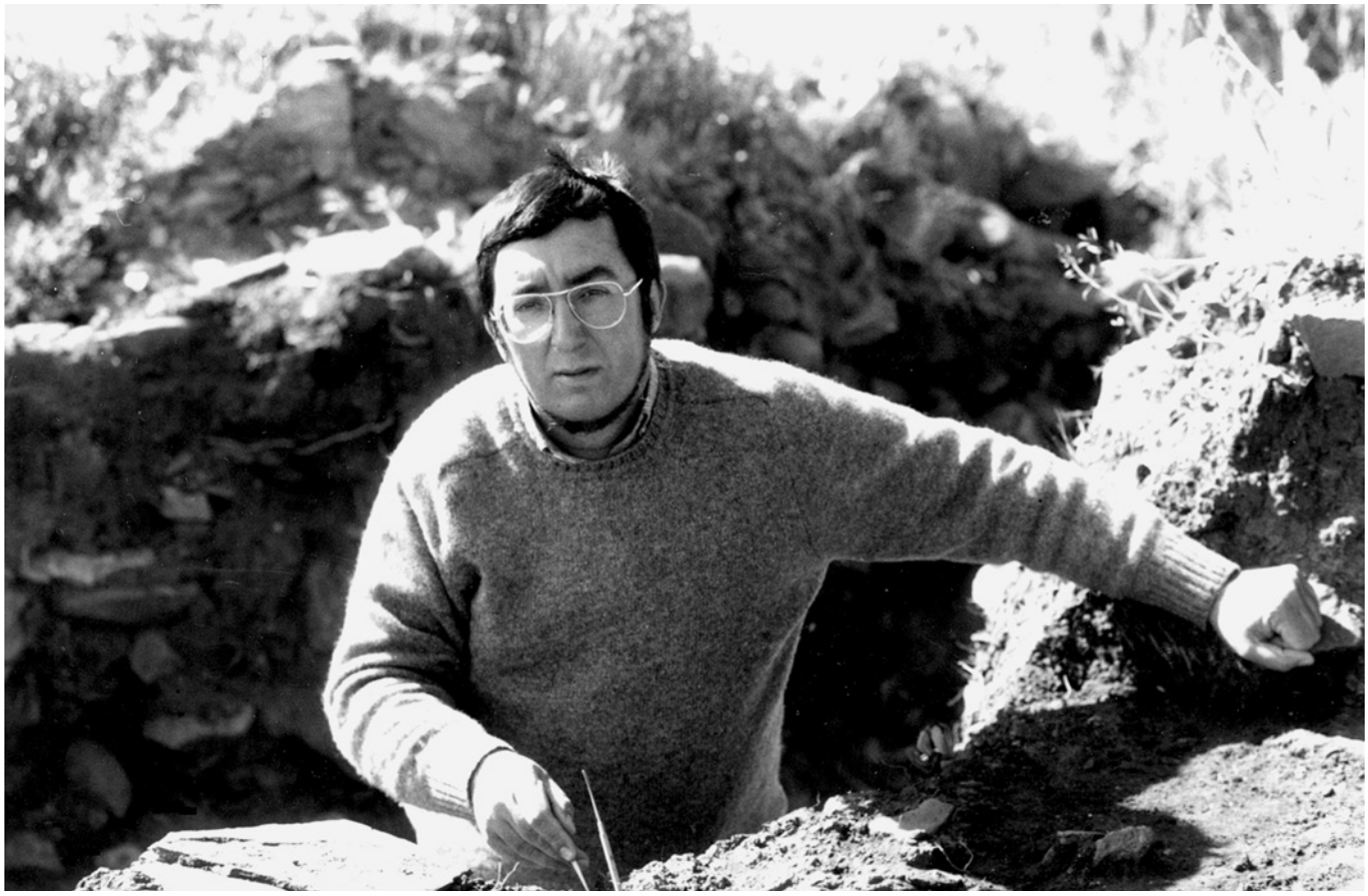
112

113

114

115

116

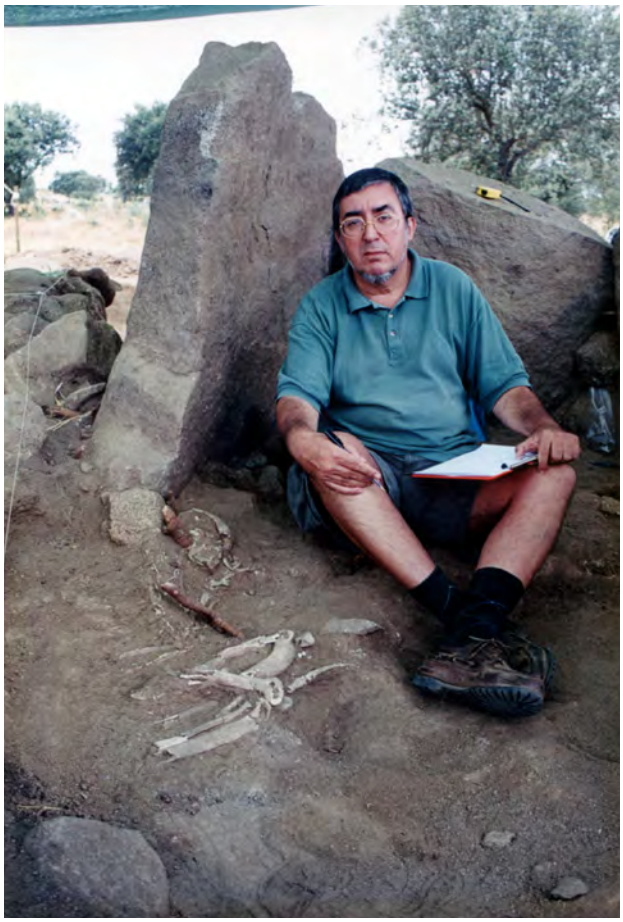


117

118

119

120



121

122

123

14. O REGRESSO AO PROJECTO ANSOR

126

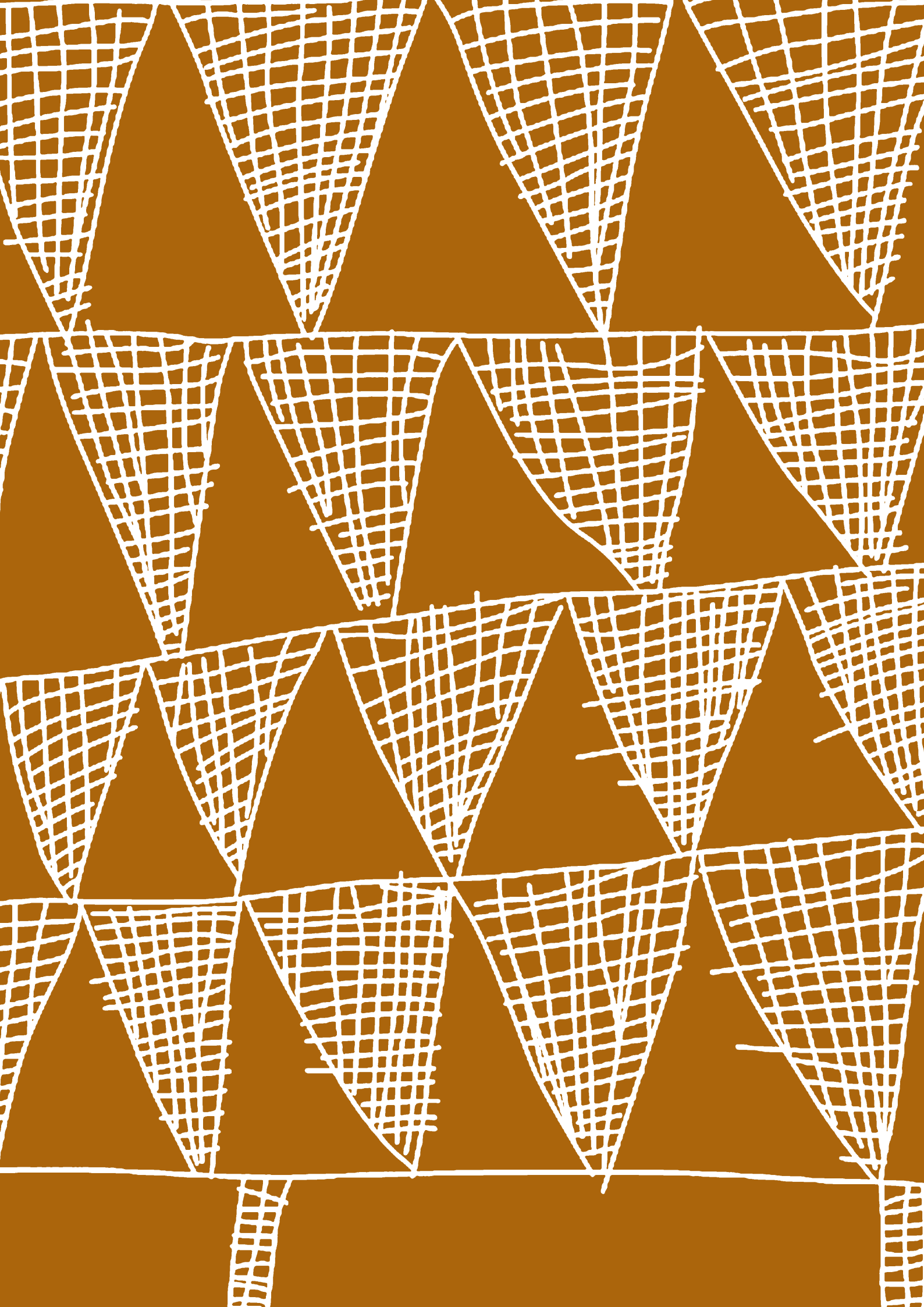
127

128

129

130

131



LIVRO DE CUMPRIMENTOS

LIVRO DE CUMPRIMENTOS

ADRIANA VERÍSSIMO SERRÃO

AMÍLCAR GUERRA

ANA ÁVILA MELO

ANA CATARINA SOUSA

ANA CLARA JUSTINO

ANA CRISTINA ROQUE

ANA DANIELA ESPINHA

ANA LEAL DE FARIA

ANA MARGARIDA ARRUDA

ANA MARIA MARTINS

ANA MARIA S. A. RODRIGUES

ANA MARIA SILVA

ANA PAULA AMENDOEIRA

ANA PAULA FITAS

ANA PAULA TAVARES

ANA RAMOS PEREIRA

ANA SOFIA GOMES

ANDRÉ PEREIRA

ÂNGELA FERREIRA

ANTÓNIA COELHO SOARES

ANTÓNIO ALFARROBA

ANTÓNIO BORGES COELHO

ANTÓNIO CARVALHO

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO

ANTÓNIO DIAS FARINHA

ANTÓNIO MONGE SOARES

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA

ARNALDO ESPIRITO SANTO

CARLA VARELA FERNANDES

CARLOS FABIÃO

CARLOS PEREIRA

CARLOS TAVARES DA SILVA

CATARINA COSTEIRA

CATARINA VIEGAS

CLÁUDIA BARROS

CLEIA DETRY

CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

DÁLIA PAULO

DIONÍSIO MENDES

DIRCE MARZOLI

ELENA MORÁN

ELISA SOUSA

ERNESTO CASTRO LEAL

FERNANDA SOUSA

FERNANDO GRILO

FERNANDO MOLINA

FILIPA BRAGANÇA

FILIPA NETO

FRANCISCO CARAMELO

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES

FRANCISCO NOCETE

FRANCISCO OLIVEIRA

GRÉGOR MARCHAND

HERMENEGILDO FERNANDES

ISABEL DRUMOND BRAGA

ISABEL INÁCIO

IVO CASTRO

J. C. MARTIN DE LA CRUZ

J.M. GARRIDO ANGUITA

JACINTA BUGALHÃO

JEAN GUILAINE

JOAN DAURA

JOÃO DIONÍSIO

JOÃO LUÍS CARDOSO

JOÃO PEDRO CUNHA RIBEIRO

JOÃO PIMENTA

JOÃO ZILHÃO

JOAQUINA SOARES

JORGE CRUZ

JORGE GASPAR

JORGE OLIVEIRA

JOSÉ ANDRÉS AFONSO MARRERO

JOSÉ AUGUSTO M. RAMOS

JOSÉ CARDIM RIBEIRO

JOSÉ DA SILVA HORTA

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

JOSÉ PEDRO SERRA

JOSÉ RAMOS MUÑOZ

JUAN GIBAJA BAO

LEONOR ROCHA

LUÍS AFONSO

LUÍS ARAÚJO

LUÍS BERROCAL RANGEL

LUÍS JORGE GONÇALVES

LUÍS MOREIRA

LUÍS RAPOSO

MANUEL BAIRRÃO OLEIRO

MANUEL CALADO

MANUEL FRIAS

MANUEL LUÍS MACAÍSTA MALHEIROS

MANUELA SANTOS SILVA

MÁRCIA LAMEIRINHAS

MARCO ANTÓNIO ANDRADE

MARGARIDA GARCÊS

MARI CRUZ CEBALLOS

MARIA CATARINA COELHO

MARIA CRISTINA PIMENTEL

MARIA DE BELÉN DEAMOS

MARIA DE FÁTIMA REIS

MARIA EUGÉNIA MACAÍSTA MALHEIROS

MARIA FERNANDA ROLLO

MARIA JOÃO ALCOFORADO

MARIA JOSÉ AURINDO

MARIA LEONOR GARCÍA DA CRUZ

MARIA PAULA LOURENÇO

MICHAEL KUNST

MIGUEL MAGALHÃES RAMALHO

MÓNICA TRINDADE

MONTSERRAT SANZ

MUNICÍPIO DE CORUCHE

NUNO CAVALHEIRO

NUNO INÁCIO

NUNO SIMÕES RODRIGUES

PABLO ARIAS CABAL

PAULA MORÃO

PAULO FARMHOUSE ALBERTO

PEDRO ALBUQUERQUE

PEDRO CABRAL GONÇALVES

PEDRO VALÉRIO

RAQUEL VILAÇA

RICARDO MANUEL PEREIRA SOUSA REIS

RITA PEYROTEO STJERNA

RUI BOAVENTURA

RUI CENTENO

RUI MATALOTO

RUI PARREIRA

RUI VIEIRA NERY

SÉRGIO CAMPOS MATOS

SÉRGIO CARNEIRO

SIMONETTA LUZ AFONSO

SUSANA POMBAL

TERESA DE ATAÍDE MALAFAIA

TERESA FERREIRA

TERESA PATRÍCIO GOUVEIA

TERESA R. CADETE

TERESA SIMÕES

THEODOR HAUSCHILD

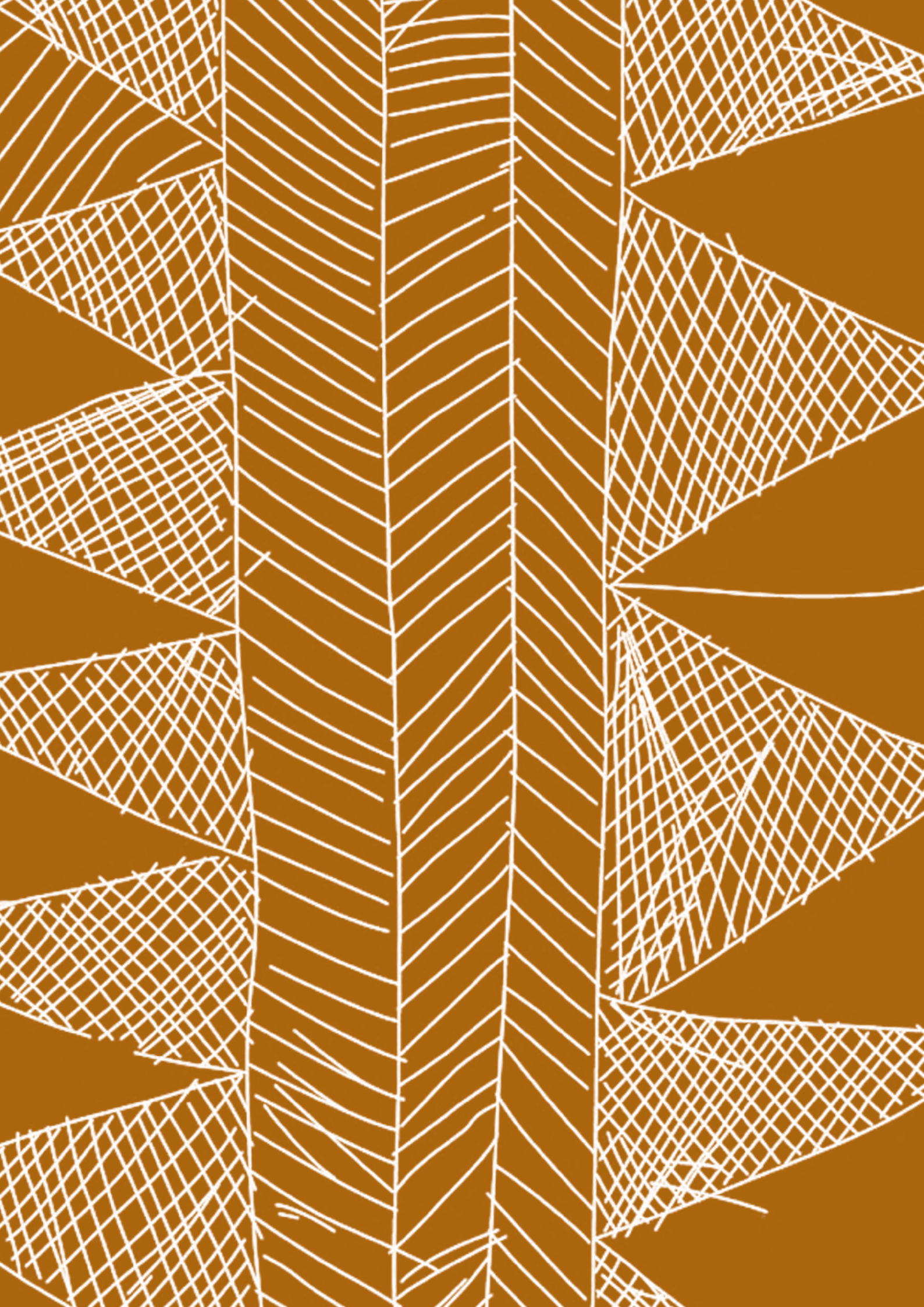
THOMAS SCHATTNER

VÍTOR SERRÃO

ANA CONSTANÇA DE ARRUDA GONÇALVES

JOÃO PEDRO DE ARRUDA GONÇALVES

ANTÓNIO SÉRGIO DE ARRUDA GONÇALVES



ÚLTIMA PÁGINA? NEM PENSAR!!...

JUNTO A UMA TAÇA DE BAI HAI YIN ZEN, à escassa sombra de uma jovem cerejeira em flor, meditava sobre os tempos que correm e os que correram e são hoje irrecuperáveis.

Perguntava-me, naturalmente, sobre a persistência da memória e sobre a inutilidade de a reconstruir quando directamente nos diz respeito. Porque o que realmente ficou, e foi importante, nunca desapareceu e, no meu caso, a ele voltei, com o contributo acrescentado do que veio a seguir.

Continuo a ouvir Brassens, Brel e Ferré. Morelli, Barbara e Juliette. Também Paco Ibañez, o antigo Bob Dylan e Pete Seeger, June Tabor, Zeca Afonso e... Amália Rodrigues. Bach, sempre, Beethoven menos, Mozart às vezes, Verdi logo de manhã, Schubert... Voltei recentemente a Brahms (o trio para trompa, violino e piano... que reencontro). Quanto ao Jazz, recordo invariavelmente a frase de Boris Vian «Que há de melhor que as mulheres e a Música da Nova Orleans?», mas, como sempre, sou um ouvinte de largo espectro e se nunca deixei Duke Ellington e Miles Davis, segui sempre atentamente Steve Lacy, Bill Evans, Thelonious Monk (Boris Vian *oblige*...). E oiço Keith Jarrett e Brad Mehldau, Anouar Brahem e Dave Douglas, mantendo uma inclinação perversa pela música de Anthony Braxton.

Continuo a beber Vega Sicilia e Barca Velha (quando posso, o que é cada vez menos), a fumar Dunhill 965 e Night Cap (as poucas latas que me restam, com uma última bolsa do extinto Balkan Sobranie no humidificador), a limpar regularmente os meus cachimbos de Baldo Baldi, Trever Talbert, Peter Heeschen, e tantos outros, entre os quais as sólidas marcas não assinadas Mastro de Paja, Dunhill, Castello e Butz-Choquin e, mesmo, Peterson. E a olhar regularmente a minha colecção de mochos de cristal, particularmente um, de subtil secção triangular, o que lhe permite que, tendo só um olho, nós vejamos dois (uma boa metáfora...), comprado em Bruxelas há muitos anos, quando o mundo acabava e começava outra vez.

Uma vida boa, em suma, durante muito tempo com o tumulto dos filhos bem amados em fundo (apesar de agora estarem muito mais calmos...). E alguma, pouca, gente, que partilhou caminhos e bebeu água fresca na poeira do Alto Algarve Oriental ou na luminosa planície alentejana ou junto às ribeiras e rios, em alternância o Guadiana e o Álamo. O Sorraia sendo, provavelmente, o último da minha vida.

Assim, fecha alguém um livro? Que horror, nem pensar. Abro outro. Este particularmente, que muito agradeço a todos que o escreveram. E começo mais, logo que possa, que ainda me falta escrever alguns e ler muitos.

Lisboa, Primavera de 2016